



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2242

Sexta-feira - 28 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Dionísio Cerqueira	250	Monte Castelo	454
Agronômica	4	Doutor Pedrinho	251	Morro Grande	455
Alfredo Wagner	38	Flor do Sertão	254	Navegantes	456
Alto Bela Vista	41	Formosa do Sul	255	Nova Itaberaba	477
Anchieta	43	Forquilha	256	Nova Trento	478
Anita Garibaldi	49	Fraiburgo	258	Novo Horizonte	508
Anitápolis	50	Frei Rogério	268	Orleans	509
Antônio Carlos	51	Garopaba	270	Ouro	511
Apiuna	52	Garuva	272	Palhoça	512
Arabutã	54	Gaspar	274	Palma Sola	541
Ascurra	58	Governador Celso Ramos	280	Palmitos	546
Atalanta	61	Guaraciaba	281	Papanduva	549
Aurora	63	Guaramirim	284	Passo de Torres	550
Balneário Piçarras	64	Guarujá do Sul	287	Paulo Lopes	551
Balneário Rincão	65	Herval d'Oeste	288	Penha	552
Barra Bonita	67	Ibiam	291	Petrolândia	560
Barra Velha	68	Ibicaré	295	Pinheiro Preto	561
Bela Vista do Toldo	69	Ibirama	296	Piratuba	566
Benedito Novo	78	Imarui	297	Planalto Alegre	594
Biguaçu	79	Imbituba	298	Pomerode	595
Blumenau	103	Indaial	307	Ponte Serrada	596
Bom Jardim da Serra	105	Ipuacú	309	Porto Belo	597
Bom Jesus do Oeste	106	Ipumirim	323	Porto União	600
Bom Retiro	107	Irani	328	Pouso Redondo	602
Botuvera	113	Irineópolis	329	Presidente Castello Branco	604
Braço do Trombudo	115	Itaiópolis	340	Presidente Nereu	608
Brusque	117	Itapema	341	Princesa	631
Caçador	131	Itapiranga	342	Rio das Antas	638
Caibi	135	Itapoá	343	Rio do Sul	647
Camboriú	140	Jaborá	348	Romelândia	652
Campo Alegre	175	Jaraguá do Sul	349	Salto Veloso	689
Campo Erê	188	Joaçaba	358	Santa Terezinha do Progresso	690
Campos Novos	190	Lacerdópolis	368	Santiago do Sul	692
Canelinha	191	Lages	376	São Bento do Sul	694
Canoinhas	192	Laguna	403	São Bonifácio	707
Capinzal	195	Lajeado Grande	411	São João Batista	711
Catanduvas	205	Lauro Muller	412	São João do Oeste	712
Caxambu do Sul	208	Lebon Regis	424	São João do Sul	713
Celso Ramos	211	Leoberto Leal	427	São Joaquim	730
Chapadão do Lageado	221	Lindóia do Sul	428	São José	733
Chapecó	223	Lontras	430	São José do Cedro	772
Concórdia	224	Luzerna	431	São Lourenço do Oeste	773
Cordilheira Alta	226	Mafra	432	São Miguel do Oeste	776
Coronel Freitas	230	Maracajá	437	São Pedro de Alcântara	779
Coronel Martins	231	Maravilha	438	Schroeder	781
Correia Pinto	233	Massaranduba	442	Seara	794
Corupá	234	Meleiro	449	Siderópolis	807
Cunha Porã	238	Modelo	451	Sombrio	817
Curitibanos	240	Mondaí	453	Sul Brasil	830

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2242

Sexta-feira - 28 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Tangará.....	831	Três Barras	875	Urupema	924
Tigrinhos	832	Treze Tílias	877	Urussanga	925
Tijucas	833	Tunápolis.....	881	Vargeão.....	926
Timbé do Sul	834	Turvo	882	Videira.....	927
Timbó	838	União do Oeste	883	Xanxerê.....	934

Associações

AMERIOS.....	938
--------------	-----

Consórcios

ARIS	939
CIGA	939
CIMCATARINA.....	940
CIS/AMOSC.....	941

Abdon Batista

PREFEITURA

PRORROGAÇÃO 01/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PRORROGAÇÃO 01/2017

OBJETO: TOMADA DE PREÇOS 01/2017 TOMADA DE PREÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE BANHEIROS PARA PNE E FUNCIONÁRIOS NO POSTO DE SAÚDE, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO QUE INTEGRA O PRESENTE EDITAL.)

Prorroga-se do dia 08/05/2017 as 10:00 horas, para o dia 15/05/2017 as 10:00 horas.

Abdon Batista, 26 de abril de 2017.

PREGÃO PRESENCIAL 74/2017

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 95/2017
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 74/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE FILTROS EM GERAIS PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO DESSE EDITAL.

TIPO :Menor preço por item.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 10 de maio de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 16 de abril de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 75/2017

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 96/2017
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 75/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADAS EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO.

TIPO :Menor preço por item.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 11 de maio de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 16 de abril de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 76/2017

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 97/2017
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 76/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PERSIANAS INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO :Menor preço por item.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 11 de maio de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 16 de abril de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Agrônômica

PREFEITURA

PORTARIA Nº212

PORTARIA n.º 212/2017 DE 28 DE ABRIL DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e, Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública.

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que são investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando alterações produzidas nas Leis Complementares n.º 05/1999 de 20/04/99, mediante a edição da Lei Complementar n.º 27/2005 de 14/12/2005, Lei Complementar nº 56/2010, cujo texto trata exclusivamente para com os servidores municipais excepcionalmente admitidos em caráter temporário e por prazo determinado,

Considerando o disposto no Processo Seletivo Simplificado Público nº 01/2017 de 05/01/2017,

RESOLVE:

1-) Nomear a Sra. GRASIELLE LAZZARI RIBAS brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 052.099.739-56, em dia com suas obrigações eleitorais, domiciliada e residente em Rio do Oeste SC, para a partir de 28/04/2017 (vinte e oito de abril de dois mil e dezessete) à, ocupar o cargo de PROFESSOR ANOS INICIAIS- HABILITADA, em regime temporário, com jornada laboral de 20 (VINTE) horas semanais e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 28 de ABRIL de 2017
CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº213

PORTARIA Nº 213/2017 DE 28 DE ABRIL DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal permitem-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 14, "caput", da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90,

Considerando que a convocação a termo da candidata aprovada no processo seletivo nº 01/2017, Sra. GRASIELLE LAZZARI RIBAS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 052.099.739-56, em dia com suas obrigações eleitorais, que obteve a QUINTA colocação para o cargo de provimento TEMPORARIO DE PROFESSOR ANOS INICIAS ocorreu a termo em 28/04/2017

Considerando manifestação de convocado, protocolizada nesta municipalidade em 25/04/2017, onde manifesta seu desinteresse em tomar posse da vaga alcançada e para o qual foi convocado para assunção do cargo e funções,

Considerando o atendimento ao inteiro teor do requerimento,

RESOLVE:

1-) Fica, por manifesto desinteresse em assumir o cargo e funções para a qual foi convocado a termo em 28/04/2017, conforme termos do requerimento protocolizado nesta municipalidade, homologado a desistência em assumir o cargo de PROFESSOR ANOS INICIAS, em vaga conquistada no processo seletivo nº 01/2017 Sra. GRASIELLE LAZZARI RIBAS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o n.º 007.057.349-27, em dia com suas obrigações eleitorais, que obteve a QUINTA colocação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 28 DE ABRIL de 2017.
CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 1/7

Processo Nº.: 19/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2017

No dia 10 do mês de Abril do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.590/0001-90, com sede administrativa localizada na RUA 7 DE SETEMBRO, 215, bairro CENTRO, CEP nº. 89188-000, nesta cidade de Agronômica/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CESAR LUIZ CUNHA, inscrito no CPF sob o nº. 379.381.009-78, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 16/2017, Processo Licitatório nº. 19/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PARA EVENTUAIS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONserto DE BENS MOVEIS, SENDO: CADEIRAS, BANCOS, POLTRONAS, BANCOS DA FROTA DE VEICULOS, ENTRE OUTROS DOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DO MUNICIPIO Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9397	DIONISIO PONTICELLI 67436773968	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DIONISIO PONTICELLI 67436773968	17.452.295/0001-30	DIONISIO PONTICELLI	674.367.739-68

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PARA EVENTUAIS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONserto DE BENS MOVEIS, SENDO: CADEIRAS, BANCOS, POLTRONAS, BANCOS DA FROTA DE VEICULOS, ENTRE OUTROS DOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DO MUNICIPIO

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9397 - DIONISIO PONTICELLI 67436773968						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO DE CAPA ACENTO MAQUINA EM COURVIN PRETO	UN		4,000	350,0000	1.400,00
2	AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO DE CAPA PARA ACENTO DE ONIBUS	UN		70,000	120,0000	8.400,00
3	AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO DE CAPA DE ACENTO DE TRATOR EM COURVIN PRETO	UN		6,000	250,0000	1.500,00
4	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MANUTENÇÃO DE BANCO PARTE DO ACENTO COURVIN PRETO	UN		5,000	180,0000	900,00
5	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MANUTENÇÃO DE CADEIRA DE AUDITORIO, CAPAS COURVIN AZUL OU PRETO	UN		10,000	130,0000	1.300,00
6	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MANUTENÇÃO DE CADEIRA DE ESCRITORIO CAPAS COURVIN PRETO	UN		25,000	110,0000	2.750,00
7	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MANUTENÇÃO DE CADEIRA ESCOLARES COM APOIO COURVIN AZUL	UN		50,000	58,9000	2.945,00
8	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MANUTENÇÃO DE CADEIRA ESCRITORIO ENCOSTO ALTO CAPA COURVIN PRETO	UN		5,000	150,0000	750,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 2/7
 Processo Nº.: 19/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2017

Fornecedor: 9397 - DIONISIO PONTICELLI 67436773968

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MANUTENÇÃO DE CADEIRA ESPUMADAS PARA ESCRITORIOS PARTE DO ACENTO	UN		10,000	75,0000	750,00
10	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MANUTENÇÃO DE MODULO SOFÁ REVESTIMENTO EM TECIDO	UN		10,000	129,5000	1.295,00
11	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MANUTENÇÃO DE POLTRONA PARA AMAMENTAÇÃO FORRAÇÃO EM COURVIN	UN		2,000	335,0000	670,00
12	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MANUTENÇÃO DE PUFFS INFANTIL	UN		60,000	59,8000	3.588,00
13	AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO DE CAPA PARA ENCOSTO DE ACENTO DE ONIBUS COURVIN AZUL	UN		100,000	190,0000	19.000,00
14	AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO DE ESPUMA PARA ACENTO DE ONIBUS 96X70	UN		20,000	149,2500	2.985,00
15	AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO DE ESPUMA PARA ENCOSTO DE ACENTO DE ONIBUS 96X70	UN		20,000	338,4900	6.769,80
16	RECUPERAÇÃO DE FERROS E AMORTECEDOR DE CADEIRA	UN		5,000	85,0000	425,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 3/7
Processo Nº.: 19/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2017

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 4/7
Processo Nº.: 19/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 5/7
Processo Nº.: 19/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 6/7
Processo N°.: 19/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 16/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 7/7
Processo Nº.: 19/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Agrônômica para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Agrônômica, 10 de Abril de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

DIONISIO PONTICELLI 67436773968

CNPJ: 17.452.295/0001-30 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 15/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 1/8

Processo Nº.: 20/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2017

No dia 18 do mês de Abril do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.590/0001-90, com sede administrativa localizada na RUA 7 DE SETEMBRO, 215, bairro CENTRO, CEP nº. 89188-000, nesta cidade de Agronômica/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CESAR LUIZ CUNHA, inscrito no CPF sob o nº. 379.381.009-78, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 17/2017, Processo Licitatório nº. 20/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6537	JAWI - INDUSTRIA GRAFICA LTDA	21, 24, 25, 30, 31, 32, 34, 35, 40, 43, 44
9023	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 26, 27, 28, 29, 36, 37, 38, 39, 45, 46, 47, 49, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60
8697	SINACOM IND E COM DE SINALIZAÇÃO VIARIA LTDA ME	48, 50, 54, 55

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JAWI - INDUSTRIA GRAFICA LTDA	82.906.942/0001-06	DIOMARZI PALHADO	469.895.609-91
PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME	09.145.316/0001-46	PAMELA ALICE HEUSSER	057.817.249-66
SINACOM IND E COM DE SINALIZAÇÃO VIARIA LTDA ME	10.657.917/0001-17	FAGNER RODRIGO PASSIO	076.246.819-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6537 - JAWI - INDUSTRIA GRAFICA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
21	CRACHA 10 x 15cm P/ EVENTOS PAPEL COM CORDINHA	UN		300,000	1,9200	576,00
24	Envelope officio timbrado em uma cor	UN		500,000	0,2520	126,00
25	Envelope saco 26x36 timbrado em uma cor	UN		500,000	0,5440	272,00
30	FICHAS DE CARTOLINA AZUL C/VINCO 1X1CM CAT180G C/ ESCRITA	UN		300,000	0,4800	144,00
31	FICHA EM CARTOLINA BRANCA 1X1CM CAT180GR C/ESCRITA	UN		300,000	0,4400	132,00
32	FOLDER 21X15cm COLOR	UN		3.000,000	0,1900	570,00
34	IMPRESSÃO A3 COLOR	UN		125,000	4,8960	612,00
35	IMPRESSÃO A4 COLOR	UN		250,000	2,7900	697,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 2/8
 Processo Nº.: 20/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2017

Fornecedor: 6537 - JAWI - INDUSTRIA GRAFICA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
40	Impressos A3 diversos para divulgação de competição esportiva	UN		3.000,000	2,6500	7.950,00
43	Nota fiscal produtor mod. 4 série 24	UN		5.000,000	0,3200	1.600,00
44	Nota fiscal produtor mod. série 27	UN		5.000,000	0,3200	1.600,00

Fornecedor: 8697 - SINACOM IND E COM DE SINALIZAÇÃO VIARIA LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
48	placa regulamentação + informação complementar, de 0,60 x 1,00 metros, chapa nº 18 película refletiva grau técnico, verso com pintura epóxi na cor preto fosco.	UN	SINACOM/PS	3,000	175,0000	525,00
50	PLACA DENOMINAÇÃO DE RUAS (LOGADOUROS) DE 0,25 X 0,50 METROS, CHAPA Nº 18, PELICULA REFLETICA GRAU TECNICO, VERSO COM PINTURA NA COR PRETO FOSCO.	UN	SINACOM/PS	10,000	40,0000	400,00
54	PLACA A-18 (A 50 METROS) DE 60 X 60 CM, CHAPA Nº 18, PELICULA REFLETIVA GRAU TECNICO, VERSO COM PINTURA EPOXI NA COR PRETO FOSCO	UN	SINACOM/PS	10,000	119,0000	1.190,00
55	PLACA A-18 (LOCAL/SETA) DE 60 X 60 CM, CHAPA Nº 18, PELICULA REFLETIVA GRAU TECNICO, VERSO COM PINTURA EPOXI NA COR PRETO FOSCO	UN	SINACOM/PS	10,000	115,0000	1.150,00

Fornecedor: 9023 - PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Adesivamento parcial de veículo	UN	PRINTSUL	5,000	1.000,0000	5.000,00
2	ADESIVO 100x122cm COLOR IMP DIGITAL	UN	PRINTSUL	10,000	85,0000	850,00
3	ADESIVO 10x10cm COLOR IMP DIGITAL	UN	PRINTSUL	50,000	1,0000	50,00
4	ADESIVO 15x15cm COLOR IMP DIGITAL	UN	PRINTSUL	200,000	1,8000	360,00
5	ADESIVO 15x15cm PROIBIDO CARONA IMP DIGITAL	UN	PRINTSUL	20,000	1,8000	36,00
7	ADESIVO 30x25cm BRASÃO PREFEITURA REFLETIVO IMP DIGITAL	UN	PRINTSUL	40,000	25,0000	1.000,00
8	ADESIVO 60x15cm PLOTER (PROIBIDO CARONA)	UN	PRINTSUL	10,000	8,0000	80,00
9	ADESIVO PLOTER 1,80x20cm PM AGRONOMICA	UN	PRINTSUL	100,000	23,0000	2.300,00
10	ADESIVO RECORTE 10x10cm NUMEROS CARROS	UN	PRINTSUL	100,000	1,0000	100,00
11	BANNER 100x150cm IMP DIGITAL	UN	PRINTSUL	10,000	105,0000	1.050,00
12	BANNER 140x100cm IMP DIGITAL	UN	PRINTSUL	10,000	100,0000	1.000,00
13	BANNER 145x130cm IMP DIGITAL	UN	PRINTSUL	10,000	120,0000	1.200,00
14	BANNER 90x120cm IMP DIGITAL	UN	PRINTSUL	10,000	75,0000	750,00
15	BILHETE PARA SORTEIO NUMERADO C/ CANHOTO	UN	PRINTSUL	1.000,000	0,2000	200,00
16	BLOCO DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO 10X15 CM 1 PICOTADA	UN	PRINTSUL	60,000	5,5000	330,00
17	BLOCO TERMO DE VISITA FISCAL 21X150M	UN	PRINTSUL	10,000	18,0000	180,00
18	CARTAZ 30x40cm IMP LASER COUCHÉ	UN	PRINTSUL	100,000	4,7000	470,00
26	FAIXA EM LONA 200 x 100 IMP DIGITAL ID. ESCOLAS	UN	PRINTSUL	10,000	122,0000	1.220,00
27	FAIXA EM LONA 300 X 100 IMP DIGITAL	UN	PRINTSUL	10,000	160,0000	1.600,00
28	FAIXA EM LONA 350 x 80cm IMP DIGITAL	UN	PRINTSUL	10,000	160,0000	1.600,00
29	FAIXA EM LONA 400 x 100cm	UN	PRINTSUL	20,000	260,0000	5.200,00
36	IMPRESSAO A4 COLOR COUCHE CARTÃO 250 1MODELO	UN	PRINTSUL	100,000	1,2700	127,00
37	IMPRESSÃO A4 PB	UN	PRINTSUL	2.100,000	0,3500	735,00
38	IMPRESSÃO PANFLETOS 14X20 PB	UN	PRINTSUL	1.000,000	0,3300	330,00
39	IMPRESSÃO PAPEL 870X290 (OUTDOOR)	UN	PRINTSUL	10,000	275,0000	2.750,00
45	OUTDOOR EM PAPEL 300x900cm IMP DIGITAL	UN	PRINTSUL	5,000	280,0000	1.400,00
46	PASTAS P/NOTA DE PRODUTOR 50X24 ABERTA C/ESCRITA COLORIDA	UN	PRINTSUL	1.500,000	0,9000	1.350,00
47	Placa 0,60 x 1,00 transito interrompido	UN	PRINTSUL	10,000	215,0000	2.150,00
49	Placa 0,60 x 1,20m	UN	PRINTSUL	10,000	206,0000	2.060,00
52	PLACA EM LONA ARMAÇÃO MADEIRA 150X80cm IMP DIGITAL	UN	PRINTSUL	10,000	107,0000	1.070,00
53	PLACA EM LONA ARMAÇÃO MADEIRA 60X120 IMP DIGITAL	UN	PRINTSUL	10,000	75,0000	750,00
56	PLACA PVC 60X20cm IMP UV	UN	PRINTSUL	10,000	23,0000	230,00
57	PLACA PVC 60x35cm IMP UV	UN	PRINTSUL	10,000	35,0000	350,00
58	PLOTAGEM COLOR CHAPADA (MAPA)	ML	PRINTSUL	20,000	30,0000	600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICAPágina: 3/8
Processo N°.: 20/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 17/2017**Fornecedor: 9023 - PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
59	Plotagem colorida	ML	PRINTSUL	200,000	9,5000	1.900,00
60	Plotagem preto e branco	ML	PRINTSUL	200,000	7,2000	1.440,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 4/8
Processo N°.: 20/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 17/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 5/8
Processo Nº.: 20/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 6/8
Processo Nº.: 20/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 7/8
Processo Nº.: 20/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 8/8
Processo Nº.: 20/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Agrônômica para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Agrônômica, 18 de Abril de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

JAWI - INDUSTRIA GRAFICA LTDA	CNPJ: 82.906.942/0001-06	_____
PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME	CNPJ: 09.145.316/0001-46	_____
SINACOM IND E COM DE SINALIZAÇÃO VIARIA LTDA ME	CNPJ: 10.657.917/0001-17	_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 16/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 1/7
 Processo Nº.: 22/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2017

No dia 18 do mês de Abril do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.590/0001-90, com sede administrativa localizada na RUA 7 DE SETEMBRO, 215, bairro CENTRO, CEP nº. 89188-000, nesta cidade de Agrônoma/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CESAR LUIZ CUNHA, inscrito no CPF sob o nº. 379.381.009-78, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 19/2017, Processo Licitatório nº. 22/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM VEÍCULO BASCULANTE PARA TRANSPORTE DE CALCÁRIO VINDO DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ ATÉ O MUNICÍPIO DE AGRÔNOMA Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9164	MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA - CALCÁRIO BOTUVERA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA - CALCÁRIO BOTUVERA	78.266.566/0001-57	JOÃO CARLOS DE ANDRADE	054.594.039-79

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM VEÍCULO BASCULANTE PARA TRANSPORTE DE CALCÁRIO VINDO DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ ATÉ O MUNICÍPIO DE AGRÔNOMA

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9164 - MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA - CALCÁRIO BOTUVERA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇOS DE TRANSPORTE ATRAVÉS DE VEÍCULO BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 45 TONELADAS PARA TRANSPORTE DE CALCÁRIO VINDO DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ ATÉ O PARQUE DE EVENTOS ROBERTO WESPHAL NO MUNICÍPIO DE AGRÔNOMA	TN		2.000,000	23,0000	46.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 2/7
Processo Nº.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 3/7
Processo N°.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 19/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 4/7
Processo Nº.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 5/7
Processo Nº.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 6/7
Processo N°.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 19/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 7/7
Processo Nº.: 22/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Agrônômica para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Agrônômica, 18 de Abril de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA - CALCARIO BOTUVERA CNPJ: 78.266.566/0001-57 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 17/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA**

Página: 1/11

Processo Nº.: 21/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2017

No dia 19 do mês de Abril do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.590/0001-90, com sede administrativa localizada na RUA 7 DE SETEMBRO, 215, bairro CENTRO, CEP nº. 89188-000, nesta cidade de Agronômica/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CESAR LUIZ CUNHA, inscrito no CPF sob o nº. 379.381.009-78, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 18/2017, Processo Licitatório nº. 21/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DO MAQUINÁRIO DO MUNICÍPIO DE AGRONOMICA Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6409	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA	78.536.760/0001-05	CRISTIANE FRANCISCO RIBEIRO AD	049.013.489-06

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DO MAQUINÁRIO DO MUNICÍPIO DE AGRONOMICA

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6409 - OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	RETENTOR 00946-BR RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	17,2500	17,25
2	ARRUELA ORIGINAL 85817697 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		2,000	45,0000	90,00
3	ARRUELA ORIGINAL 8505999 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		2,000	54,0000	108,00
4	ANEL TRAVA 85806000 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		2,000	1,8000	3,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 2/11
 Processo N°.: 21/2017
 PREGÃO PRESENCIAL N°. 18/2017

Fornecedor: 6409 - OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	CRUZETA 85805996 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		2,000	55,0000	110,00
6	RETENTOR 85824346 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	26,2500	26,25
7	ANEL 9968052 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	1,0300	1,03
8	BUCHA AÇO 9968007 NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	82,3400	82,34
9	ANEL 9968008 NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	1,4500	1,45
10	BUCHA AÇO 9968010 NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	82,3400	82,34
11	ARRUELA 9968006 NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	36,1900	36,19
12	BUCHA AÇO 9967992 NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	82,3400	82,34
13	BUCHA AÇO 9967993 NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	82,3400	82,34
14	ARRUELA 9967994 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90	pç		1,000	31,8800	31,88
15	BUCHA BRONZE 85805969 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		2,000	15,0000	30,00
16	RETENTOR 85824343 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90	pç		2,000	25,2600	50,52
17	MOLA PRATO ORIGINAL 9967679 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		4,000	10,6000	42,40
18	MOLA PRATO ORIG 9967673 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		4,000	18,6000	74,40
19	BUCHA LATÃO 85805988 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		2,000	54,8600	109,72
20	RETENTOR 85824345 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		2,000	30,0000	60,00
21	RETENTOR 85827067 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		2,000	90,0000	180,00
22	ANEL 85805711 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		2,000	3,5600	7,12
23	PARAFUSO 85805709 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		8,000	0,9400	7,52
24	CRUZETA 9968410 NEW HOLLAND LB110	pç		2,000	106,0000	212,00
25	CAPA/CONE 9967678 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110	pç		2,000	30,0000	60,00
26	BUCHA 85824469 NEW HOLLAND LB110	pç		2,000	30,0000	60,00
27	FILTRO HIDRAULICO 86989733 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	296,3800	296,38
28	FILTRO TRANSMISSÃO 9968353 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	113,0000	113,00
29	RESPIRO 9967672 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	22,2100	22,21
30	ARRUELA LISA 1,1/2" RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		4,000	2,6100	10,44
31	ELETRODO OK 46 2,5 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		12,000	3,0000	36,00
32	ELETRODO DURO 600 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		15,000	7,5000	112,50
33	PEDRA RETIFICA RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	12,2500	12,25
34	ANEL 2-219 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	2,5000	2,50
35	ANEL 7360 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	2,5000	2,50
36	PARAFUSO 85806010 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		3,000	1,2000	3,60
37	ENGRAXADEIRA 1/4" RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		2,000	0,8600	1,72
38	PARAFUSO 5/16x1,1/4" RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç	REX	1,000	0,5400	0,54
39	PORCA 5/16" RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	0,2800	0,28
40	TERMINAL M22411-10-10, RETRO ESCAFADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		2,000	33,4800	66,96
41	CAPA PRENS 00.10 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		2,000	10,3200	20,64
42	MANGUEIRA 3/4x2T RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	M		1,250	52,4800	65,60
43	PARAFUSO 10x170mm RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	5,4900	5,49

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 3/11
 Processo Nº.: 21/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017

Fornecedor: 6409 - OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
44	PORCA 1.1/8" RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	13,2000	13,20
45	ELETRODO OK 48 3,25 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110	UN		3,000	3,2500	9,75
46	TERMINAL M12510-06-06 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	13,4200	13,42
47	TERMINAL M22512-06-06 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110	pç		1,000	11,0000	11,00
48	CAPA PRENS 00.06 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110	pç		2,000	6,9100	13,82
49	CRUZETA 9968410 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110-	pç		1,000	73,0000	73,00
50	JG ABRAÇADEIRA 85801574 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	30,0000	30,00
51	DENTE 211102 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		9,000	86,9400	782,46
52	PARAFUSO LAMINA 5/8x3" RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		16,000	4,1600	66,56
53	PORCA LAMINA 5/8"NC RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		16,000	1,4500	23,20
54	DISCO DE DESBASTE 4" RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	pç		1,000	8,9100	8,91
55	ELETRODO OK 484,00 NEW HOLLAND LB110	UN		15,000	3,2500	48,75
56	LIBRA OXIGENIO NEW HOLLAND LB110	UN		5,000	3,7500	18,75
57	RETENTOR ORIG 229-5092 RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		1,000	273,0000	273,00
58	BUCHA 2096181 RETROESCAVADEIRA CARTEPILLAR 416E	pç		2,000	70,9900	141,98
59	PINO 3005440 RETROESCAVADEIRA CARTEPILLAR 416E	pç		1,000	181,2600	181,26
60	ARRUELA 8T-4837 RETROESCAVADEIRA CARTEPILLAR 416E	pç		3,000	17,6200	52,86
61	PINO 2908156 RETROESCAVADEIRA CARTEPILLAR 416E	pç		1,000	344,0900	344,09
62	PINO 237-5330 RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		2,000	149,4000	298,80
63	PINO 209-6855 RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		2,000	164,9000	329,80
64	BUCHA 2370944 RETROESCAVADEIRA CARTEPILLAR 416E	pç		2,000	88,1300	176,26
65	BUCHA 213-6702 RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		4,000	89,4000	357,60
66	BUCHA 2785454 RETROESCAVADEIRA CARTEPILLAR 416E	pç		2,000	57,4800	114,96
67	BUCHA 262-7044 RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		1,000	103,0400	103,04
68	BUCHA 278-7695 RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		1,000	112,2100	112,21
69	PARAFUSO 12x140mm RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç	REX	2,000	4,7200	9,44
70	PORCA 12mm RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		2,000	0,9900	1,98
71	ENGRAXADEIRA RETA 3/8" RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		4,000	1,9500	7,80
72	ELETRODO OK 48 4,0 RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		13,000	3,4000	44,20
73	TERMINAL M22411-10-10 RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		2,000	33,7500	67,50
74	CAPA PRENS 5/8"4T RETROESCAVADEIRA CARTEPILLAR 416E	pç		2,000	14,4300	28,86
75	MANGUEIRA 5/8"x4T RETROESCAVADEIRA CARTEPILLAR 416E	pç		1,980	99,1000	196,22
76	ILHOS 5P-8112 RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		2,000	41,9000	83,80
77	CLIP 5P-7466 RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		2,000	23,0000	46,00
78	CLIP 5P-7467 RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		2,000	23,0000	46,00
79	CONTRAPINO 3/8x3.1/2" RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		3,000	3,0000	9,00
80	ARRUELA 9R-9702 RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		1,000	7,8500	7,85
81	TERMINAL M22411-06-06 RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		2,000	13,5500	27,10
82	CAPA PRENS 00.06 RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		2,000	6,9100	13,82
83	MANGUEIRA 3/8x2T RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		0,560	26,6000	14,90
84	ANEL TRAVA 41mm RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		1,000	2,6500	2,65
85	ARRUELA LISA 1.1/2" RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	pç		1,000	2,6100	2,61
86	TIRA/CHAPA 3330960 MOTONIVELADORA CATERPILLAR	pç		4,000	69,5500	278,20
87	PARAFUSO LAMINA 3/4"x2" MOTONIVELADORA CARTEPILLAR	pç		1,000	4,4800	4,48
88	PORCA LAMINA 3/4" MOTONIVELADORA CARTEPILLAR	pç		1,000	2,2000	2,20
89	ENGRAXADEIRA 3/8" RETA MOTONIVELADORA CARTEPILLAR	pç		1,000	1,9500	1,95

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 4/11
 Processo Nº.: 21/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017

Fornecedor: 6409 - OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
90	LAMINA 15 FUROS AR1 5J-6973 MOTONIVELADORA VOLVO	pç		1,000	1.180,8000	1.180,80
91	LAMINA 13 FUROS AR1 5J-6970 MOTONIVELADORA VOLVO	pç		1,000	1.019,3100	1.019,31
92	PARAFUSO LAMINA 5/8x2" MOTONIVELADORA VOLVO	pç		28,000	3,3500	93,80
93	PORCA LAMINA 5/8" NC MOTONIVELADORA VOLVO	pç		28,000	2,5000	70,00
94	CHAPA MOTONIVELADORA VOLVO	pç		32,500	3,5000	113,75
95	TUBO E-157846 PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	285,5000	285,50
96	ANEL 2-222 PÁ-CARREGADEIRA CASE W20	pç	APC	2,000	2,5000	5,00
97	DENTE AR1 E-157559 PÁ-CARREGADEIRA CASE W20	pç		9,000	230,5000	2.074,50
98	PARAFUSO LAMINA 1"x3.1/2" PÁ-CARREGADEIRA CASE W20	pç		18,000	12,7800	230,04
99	PORCA 1/2"NC PÁ-CARREGADEIRA CASE W20	pç		18,000	12,4000	223,20
100	JG REPARO E-95669 PÁ-CARREGADEIRA CASE W20	pç		2,000	52,0000	104,00
101	PINO ELASTICO 3,5x40mm PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	1,1500	1,15
102	PINO ELASTICO 6,0x60mm PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	2,3000	2,30
103	PORCA 9/16"nf PÁ-CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	1,0200	1,02
104	LIBRA OXIGENIO PA CARREGADEIRA CASE W20	UN		33,000	3,7500	123,75
105	ELETRODO OK 48 3,25 PA CARREGADEIRA CASE W20	UN	ESAB	2,000	3,2500	6,50
106	AÇO 1045 PÁ-CARREGADEIRA CASE W20	Kg		18,000	16,4000	295,20
107	ARRUELA LISA 1.3/4" PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		2,000	2,6700	5,34
108	REPARO VEDAÇÃO COMANDO 502263 PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	347,6800	347,68
109	ANEL 7325 PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		2,000	2,5000	5,00
110	ANEL 2-127 PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		2,000	2,2000	4,40
111	ANEL 2-129 PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	2,2000	2,20
112	ANEL 7288 PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		4,000	2,5000	10,00
113	ANEL 2.023 PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		3,000	1,5000	4,50
114	ANEL 2-118 PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	2,0000	2,00
115	ANEL 2-021 PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		2,000	1,5000	3,00
116	CONTRAPINO 3/32x1" PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		2,000	1,0500	2,10
117	BOBINA ORIG. 7100771 PÁ CARREGADEIRA CASE W20D	pç		2,000	5.015,8800	10.031,76
118	PARAFUSO 14x60mm PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	3,7200	3,72
119	RETENTOR A-55817 PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	49,0000	49,00
120	ANEL 2-245 PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	2,8000	2,80
121	JG LONA C/ 02 FRAS-LE E96337 PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	61,9400	61,94
122	REBITES 6950115001 PÁ-CARREGADEIRA CASE W20	pç		24,000	0,2500	6,00
123	PARAFUSO 3/8x1.1/4NC, PÁ CARREGADEIRA CASE W20D	pç		4,000	0,8700	3,48
124	ARRUELA LISA 3/8" PÁ-CARREGADEIRA CASE W20	pç		6,000	0,3100	1,86
125	PARAFUSO 3/8x1.1/2" PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	0,7500	0,75
126	Porca 3/8	UN		1,000	0,3300	0,33
127	PARAFUSO 5/16x3/4" PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	0,6600	0,66
128	PORCA 5/16" PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	0,3300	0,33
129	ARRUELA LISA 5/16" PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		2,000	0,1800	0,36
130	ABRAÇADEIRA NYLON PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		10,000	1,0000	10,00
131	LAMPADA FAROL PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		2,000	49,0000	98,00
132	LAMPADA SINALEIRA PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		4,000	7,0000	28,00
133	INTERRUPTOR FREIO PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	120,4000	120,40
134	RELE DE PISCA PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	82,9500	82,95
135	SIRENE PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	78,7500	78,75
136	FIO, TERMINAL, ESPAGUETE PA CARREGADEIRA CASE W20	pç		1,000	70,0000	70,00
137	ADAPTADOR IMSMJ-08-10 PA CARREGADEIRA CIRUS ZL30H	pç		1,000	18,0800	18,08
138	TERMINAL M22592-10-10 PA CARREGADEIRA CIRUS ZL30H	pç		1,000	44,0900	44,09
139	TAMPA RADIADOR PA CARREGADEIRA CIRUS ZL30H	pç		1,000	56,0000	56,00
140	PARAFUSO 9/16x1.1/4" PA CARREGADEIRA CIRUS ZL30H	pç		1,000	3,2200	3,22
141	PORCA 9/16" PA CARREGADEIRA CIRUS ZL30H	pç		1,000	1,2000	1,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 5/11
 Processo Nº.: 21/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017

Fornecedor: 6409 - OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
142	ARRUELA LISA 10mm PA CARREGADEIRA CIRUS ZL30H	pç		4,000	0,2600	1,04
143	FLUIDO DE FREIO DOT 3 PÁ CARREGADEIRA CASE W20B	Fr		1,000	13,6200	13,62
144	DESINGRIPANTE PÁ-CARREGADEIRA CASE W20	UN		1,000	20,0000	20,00
145	ÓLEO 90 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	L		10,000	13,2500	132,50
146	OLEO 15W40 RETRO CATERPILLAR	L		1,000	14,6700	14,67
147	MÃO DE OBRA REFERENTE CONCERTO MANGUEIRA HIDRAULICA DA MAQUINA PA CARREGADEIRA CIRUS ZL30H	S		1,000	210,0000	210,00
148	MÃO DE OBRA MECANICA REFERENTE ABRIR TANQUE DE COMBUSTIVEL DO ROLO COMPACTADOR	S		1,000	249,5000	249,50
149	MÃO DE OBRA MECANICA REFERENTE TROCAR TUBO BOMBA A VALVULA, TROCAR DENTES DA CONCHA, REPARO CILINDRO, TROCAR REPARO COMANDO HIDRAULICO, SERVICO DE ELETRECISTA, REVISÃO COMPLETA DO COMANDO HIDRAULICO COM TROCA DE BOBINAS.	S		1,000	5.025,0000	5.025,00
150	MÃO DE OBRA MECANICA REFERENTE CONCERTO DO EIXO DIANTEIRO, TROCAR FILTRO DO HIDRAULICO E DA TRANSMISSÃO, TROCAR DENTES CONCHA DIANTEIRA DA RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110	S		1,000	3.434,0000	3.434,00
151	MÃO DE OBRA MECANICA REFERENTE REGULAR FREIO MÃO, TROCAR RETENTOR RODA, EMBUCHAMENTO MESA DO GIRO, TROCAR MANGUEIRAS HIDRAULICAS DA RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	S		1,000	1.790,0000	1.790,00
152	MÃO DE OBRA MECANICA REFERENTE TROCAR LAMINAS E TROCAR CHAPAS GIRO DA LAMINA DA MOTONIVELADORA CATERPILLAR	S		1,000	495,0000	495,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 6/11
Processo Nº.: 21/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 7/11
Processo Nº.: 21/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 8/11
Processo N°: 21/2017
PREGÃO PRESENCIAL N° 18/2017

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 9/11
Processo Nº.: 21/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 10/11
Processo Nº.: 21/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Agronômica para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Página: 11/11
Processo N°. 21/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 18/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Agrônômica, 19 de Abril de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA

CNPJ: 78.536.760/0001-05 _____

Alfredo Wagner

PREFEITURA

106/2017

PORTARIA Nº 106/2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA SOLANGE MACHADO ALVES.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 06 (seis) dias de Licença para Tratamento de Saúde a servidora SOLANGE MACHADO ALVES, a partir de 30 de março de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, SC, em 30 de março de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

107/2017

PORTARIA Nº 107/2017

CONCEDE FÉRIAS COM 1/3 EM PECUNIA A SERVIDORA BELAGIA REGINA KREUSCH DO NASCIMENTO.

Naudir Antonio Schmitz Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, férias com 1/3 em pecúnia a servidora BELAGIA REGINA KREUSCH DO NASCIMENTO, referente ao ano de 03/04/2016 a 02/04/2017, a partir de 1º de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), em 31 de março de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

108/2017

PORTARIA Nº 108/2017

CONCEDE FÉRIAS COM 1/3 EM PECUNIA AO SERVIDOR IVO MENDES.

Naudir Antonio Schmitz Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, férias com 1/3 em pecúnia ao servidor IVO MENDES, referente ao ano de 02/04/2016 a 01/04/2017, a partir de 1º abril de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), em 31 de março de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

109/2017

PORTARIA Nº 109/2017

CONCEDE FÉRIAS COM 1/3 EM PECUNIA AO SERVIDOR NERI BARBOSA.

Naudir Antonio Schmitz Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 dias férias ao servidor NERI BARBOSA, referente ao ano de 02/09/2016 a 01/09/2017, a partir de 1º abril de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), em 31 de março de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

110/2017

PORTARIA Nº 110/2017.

CONCEDE LICENÇA - PRÊMIO AO SERVIDOR AUGUSTO RABELO.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 111 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 01 (um) mês de licença prêmio ao servidor AUGUSTO RABELO, referente ao quinquênio do período de 01/10/2010 a 01/10/2015, a partir de 01/03/2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 31 de março de 2017.

Naudir Antonio Schmitz
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

111/2017

PORTARIA Nº 111/2017.

CONCEDE LICENÇA - PRÊMIO AO SERVIDOR CLOVIS OGE KRETZER.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 111, parágrafo 1º da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 01 (um) mês de licença prêmio em pecúnia ao servidor Clovis Oge Kretzer, referente ao quinquênio do período de 01/10/2011 a 01/11/2016, a partir de 03 de abril de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 03 de abril de 2017

Naudir Antonio Schmitz
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA.

112/2017

PORTARIA Nº 112/2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ADENILSON DOS SANTOS.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 dias de férias ao servidor ADENILSON DOS SANTOS, Auxiliar de Manutenção e Conservação, referente ao ano de 01/03/2016 a 28/02/2017, a partir de 03 de abril de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), 03 de abril de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA**113/2017**

PORTARIA Nº 113/2017

CONCEDE FÉRIAS COM 1/3 EM PECUNIA AO SERVIDOR MOISES SILVEIRA DO AMARANTE.

Naudir Antonio Schmitz Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, férias com 1/3 em pecúnia ao servidor Moises Silveira do Amarante, referente ao ano de 02/07/2013 a 01/07/2014, a partir de 03 de abril de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), em 03 de abril de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA

114/2017

PORTARIA Nº 114/2017

CONCEDE 30 DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR VALDIR MATAURO.

Naudir Antonio Schmitz Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº. 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 dias de férias ao servidor Valdir Matauro, referente ao ano de 08/08/2015 a 07/08/2016, a partir de 03 abril de 2017.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner (SC), em 03 de abril de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

4175/2017

DECRETO Nº 4175/2017.

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA CLARICE CRISTINA DUMKE.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Nº 170/90 de 05/04/90, Artigo 93, VIII e XII.

DECRETA :

ART. 1º- Fica exonerada a pedido a Servidora Clarice Cristina Dumke, matrícula 3965, do cargo de Carreira de Assistente Administrativo, a partir de 31 de março de 2017.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 31 março de 2017.

Naudir Antonio Schmitz

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO NESTA DATA

4181/2017

DECRETO Nº 4181/2017.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL POR APOSENTADORIA POR TEMPO CONTRIBUIÇÃO.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela seção II, Artigo 93, item XII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

ART. 1º - Declarar vago o cargo professor de Ensino Fundamental 20 (vinte) horas semanais nos termos do Inciso IV do artigo 50, da Lei Complementar nº 005/2003 do Estatuto dos servidores Públicos, em face da aposentadoria por tempo de contribuição a servidora Marilene Marian Tomé, conforme Concessão de Aposentadoria do INSS nº.159584137-4.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

.

ART. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 17 de abril de 2017.

Naudir Antonio Schmitz

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO NESTA DATA

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2403, DE 27 DE ABRIL DE 2017

"CONVOCA A XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA".

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a XI Conferência Municipal de Assistência Social, a realizar-se no dia 16 de Maio de 2017, das 13:00 às 17:00 horas, na Centro de Cultura de Alto Bela Vista, localizado a Rua Emílio Tiegs, s/n.º, Centro desta cidade.

Art. 2º - A XI Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema central:

"GARANTIA DE DIREITOS NO FORTALECIMENTO DO SUAS".

Art. 3º - As normas de organização e funcionamento das Conferências serão expedidas em Editais da Diretoria de Assistência Social e fundamentadas em Regimento Interno próprio.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 27 de Abril de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

Cristiano Alex Auler

Responsável pelas publicações

DECRETO Nº 2404, DE 27 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do Art. 25 da Lei Municipal nº 706, de 31 de outubro de 2016, c/c a Lei Municipal n.º 726, de 24 de Abril de 2017;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento para o exercício de 2017 do Município de Alto Bela Vista, crédito adicional especial no valor de R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais), para a inclusão da seguinte nova ação orçamentária:

09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
09.03	Ensino Fundamental
12	EDUCAÇÃO

12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.1.034	Estruturação das Ações de Ensino Fundamental
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	INVESTIMENTOS
4.4.90.00.00.00.00.00.0686	Aplicações Diretas
	R\$ 780.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior têm origem no provável excesso de arrecadação nas Fontes de Recursos acima indicadas: * 0686 – Recursos Vinculados convênio com a União – Construção da Escola.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 27 de Abril de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº 2405, DE 27 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do Art. 25 da Lei Municipal nº 706, de 31 de outubro de 2016, c/c a Lei Municipal n.º 727, de 24 de Abril de 2017;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Município, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 65.400,00 (Sessenta e cinco mil, e quatrocentos reais), para atender as seguintes ações orçamentárias:

07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO E HABITAÇÃO
07.04	Sistema Municipal de Saneamento Básico
17	SANEAMENTO
17.512	Saneamento Básico Urbano
17.512.0032	Serviços de Saneamento Básico Urbano
17.512.0032.2.072	Participação no Consórcio CISAM
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.71.00.00.00.0000	Transferências a Consórcios Públicos
	R\$ 5.400,00
10.00	GERÊNCIA DE CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

10.01	Ações e Atividades de Cultura
13	CULTURA
13.392	Difusão Cultural
13.392.0050	Resgate, Preservação e Difusão da Cultura
13.392.0050.2.090	Atividades Gerais da Cultura
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00
10.04	Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico
23	Comércio e Serviços
23.691	Promoção Comercial
23.691.0030	Geração de Renda e Empregos
23.691.0030.2.051	Incentivo ao Comércio e Serviços
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela redução de saldo na seguinte ação orçamentária:

05.00	GERÊNCIA DE TRANSPORTES
05.01	Gerência de Transportes
26	TRANSPORTES
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0019	Rodovias Municipais Adequadas
26.782.0019.2.035	Manutenção de Máquinas e Veículos
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 65.400,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 27 de Abril de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas Publicações

LEI MUNICIPAL Nº 728, DE 26 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALTO BELA VISTA – APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do poder Executivo Municipal autorizada a contribuir financeiramente no valor de até R\$ 66.990,00 (sessenta e seis mil, novecentos e noventa reais), em favor da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALTO BELA VISTA – APAE, inscrita no CNPJ sob nº 01.614.374/0001-60, com sede neste município de Alto Bela Vista/SC.

Art. 2º. O recurso financeiro declinado no Artigo 1º desta Lei, serão utilizados para custear os serviços de atendimento educacional especializado aos educandos com deficiências intelectual que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comum do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades.

Art. 3º. A liberação do recurso fica condicionada ao cumprimento, pelo Poder Executivo Municipal, dos termos da Lei 13.019/2014 (art. 31 e 32); devendo ser encaminhado ao Poder Legislativo, para fiscalização, os procedimentos que foram adotados pelo Município.

Art. 4º. A prestação de contas deverá ocorrer nos termos da Lei 13.019/2014.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 26 de Abril de 2017.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº 048/2017

DECRETO Nº 048/2017, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final (Após os Recursos) referente ao Processo Seletivo n. 001/2017 da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, conforme segue:

Auxiliar de Serviços Gerais Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
30	573692	Solange Theodoro Rosa	09/02/1999	6,00	0,35	1,05	7,40	1º
38	573777	Maria Aparecida Back	18/07/1983	5,40	0,70	1,05	7,15	2º
2	568427	Franciani Aparecida Freitas Pinotti	29/03/1992	6,00	0,35	0,35	6,70	3º
25	553055	Rita Fritzen	17/05/1985	4,80	0,70	1,05	6,55	4º
20	560663	Ivete Stobbe Canalle	12/05/1984	5,40	0,35	0,70	6,45	5º
36	575416	Roselaine Buratti	08/06/1984	5,40	0,00	1,05	6,45	6º
34	545102	Patricia Goncalves	01/06/1994	5,40	0,35	0,35	6,10	7º
8	573070	Celia Ribeiro Paz	29/07/1980	5,40	0,00	0,70	6,10	8º
40	539439	Patricia Diniz Batista	19/10/1986	5,40	0,00	0,70	6,10	9º
5	575753	Joao Nicolas Da Rosa	01/07/1998	5,40	0,00	0,70	6,10	10º
1	562857	Jeverson Junior Freitas	25/01/1990	4,80	0,35	0,70	5,85	11º
19	558939	Jocemir Conceicao	28/04/1978	4,20	1,05	0,35	5,60	12º
24	575574	Mitzrael Narcizo Voos	14/07/1998	4,20	0,35	1,05	5,60	13º
31	541646	Zenilda Chaves Perin	13/06/1976	4,80	0,00	0,70	5,50	14º
26	575552	Wyllyan Barp Barcellos Santos	29/07/1999	3,60	0,70	1,05	5,35	15º
43	564285	Rozani Dias De Lara	08/12/1978	3,60	0,70	0,70	5,00	16º
44	568486	Marciane Teixeira Teles	17/01/1990	4,20	0,35	0,35	4,90	17º
39	573388	Pierina Da Conceicao Scwirke	29/06/1960	4,20	0,00	0,70	4,90	18º
4	564254	Gilberto Luiz Zuchi	28/03/1986	4,20	0,00	0,70	4,90	19º
21	542193	Adrejane De Souza Machado	02/02/1987	4,20	0,00	0,70	4,90	20º
37	549497	Rosemilda Fernandes Dos Santos	16/02/1978	4,80	0,00	0,00	4,80	21º
6	555909	Ivonete Machado De Souza Steffens	10/06/1980	3,60	0,35	0,35	4,30	22º
42	549644	Maiara Lucia Schmitt	29/10/1996	3,60	0,00	0,70	4,30	23º
28	555533	Vanessa Luciana Marques Da Silva	26/05/1987	4,20	0,00	0,00	4,20	24º
17	576532	Juliana Oliveira Correa	03/10/1992	2,40	1,05	0,70	4,15	25º
29	542262	Marivane Da Silva Schuster	21/02/1997	3,00	0,35	0,70	4,05	26º
15	576585	Juraci Wanzing Lima	18/01/1969	3,00	0,00	1,05	4,05	27º
3	541803	Evandro Pedro Strapasson	15/12/1993	2,40	0,35	0,70	3,45	Desc.
22	544251	Janete Lemes	02/10/1977	3,00	0,00	0,35	3,35	Desc.
41	550595	Natalina Barboza De Goboí	18/12/1984	2,40	0,35	0,35	3,10	Desc.
27	563763	Regiane Goncalves	04/04/1998	1,80	0,70	0,35	2,85	Desc.
7	570355	Ivete Terezinha Steffens	16/08/1970	2,40	0,00	0,35	2,75	Desc.
23	540590	Adriana Julita Klassmann	29/10/1986	1,80	0,35	0,00	2,15	Desc.
18	571527	Gilvane Honorio	28/07/1973	1,80	0,00	0,00	1,80	Desc.
35	576912	Noeli De Brito Pizzato	17/02/1964	0,60	0,35	0,00	0,95	Desc.
16	558952	Estelamar Conceicao	14/01/1978	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.

Contador Modalidade A									
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.	
49	573080	Leonardo Luis Martins	20/03/1992	3,00	1,75	0,35	5,10	1º	
50	552796	Gilmar Luiz Fritzen	20/04/1978	3,60	0,35	1,05	5,00	2º	
46	567882	Leonir Vilani	26/06/1994	3,60	0,35	0,70	4,65	3º	
47	567442	Priscila Maria Ziliotto	10/11/1994	3,00	0,70	0,70	4,40	4º	
48	574123	Claudete Goergen Cancelier	21/11/1993	1,80	1,05	0,70	3,55	Desc.	
51	573897	Fabiana Ebertz	14/06/1983	3,00	0,00	0,35	3,35	Desc.	
45	577017	Elisa Zart Piccoli	24/05/1986	1,80	0,35	1,05	3,20	Desc.	
Fisioterapeuta - NASF Modalidade A									
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.	
55	540770	Genaina Karine Santin	11/08/1994	5,40	1,40	1,05	7,85	1º	
54	558452	Daniela Aline Vidori	29/04/1993	4,80	1,40	0,70	6,90	2º	
57	564461	Anelize Priscila Spilmann	26/04/1993	3,60	1,05	0,70	5,35	3º	
58	541258	Andelize Bonadiman	17/05/1994	3,00	0,70	0,00	3,70	Desc.	
59	540137	Eduarda Bertolin	20/07/1991	3,00	0,35	0,00	3,35	Desc.	
Psicólogo - NASF Modalidade A									
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.	
116	549538	Kaline Carla Marcon	01/06/1992	4,20	0,70	0,70	5,60	1º	
119	544479	Gabriana Maldaner	10/08/1994	4,20	0,70	0,70	5,60	2º	
118	550338	Graziele Aparecida Folgiarini	28/06/1991	3,60	1,05	0,35	5,00	3º	
108	574626	Carine Bruneto	29/01/1988	3,00	1,05	0,70	4,75	4º	
117	540907	Luciana Kostecki	03/05/1990	3,60	1,05	0,00	4,65	5º	
113	563668	Edinara Da Costa Mittmann	16/04/1988	2,40	1,40	0,70	4,50	6º	
104	540881	Daiana Denize Nicloti	05/02/1993	2,40	1,40	0,70	4,50	7º	
114	558282	Caroline Gomes Petry	31/05/1995	3,00	1,05	0,35	4,40	8º	
107	539353	Laura Schmidt	03/08/1991	3,00	0,70	0,70	4,40	9º	
111	558625	Clair Odete Schneider	05/05/1994	3,00	0,70	0,70	4,40	10º	
110	559702	Gessica Aparecida De Mello	11/10/1994	3,60	0,35	0,35	4,30	11º	
121	547655	Bruna Dalpasquale	11/04/1995	1,80	1,40	1,05	4,25	12º	
115	539833	Sabryna J.Voos Bortoncello Tarouco	12/07/1991	3,00	0,35	0,35	3,70	Desc.	
120	574069	Evelise Ferreira	20/03/1986	2,40	0,70	0,35	3,45	Desc.	
112	574348	Daiane Zaparoli	24/03/1994	2,40	0,70	0,35	3,45	Desc.	
105	577052	Vanessa Kunz Rech	25/12/1987	2,40	0,35	0,70	3,45	Desc.	
106	565499	Edilamar Plácido Dos Santos Belle	23/10/1965	1,80	1,05	0,35	3,20	Desc.	
109	575429	Emanuelly Francisco Bahu	08/09/1991	2,40	0,00	0,35	2,75	Desc.	
Professor de Geografia (Habilitado) Modalidade B									
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc	C.E.	L.P.	C.G.	Prova Títulos	Total	Class.
99	576905	Josemir Forgiarini	15/04/1968	3,60	0,40	0,40	-	4,40	1º
Professor de História (Habilitado) Modalidade B									
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc	C.E.	L.P.	C.G.	Prova Títulos	Total	Class.
100	575740	Cloe Spada	28/03/1986	1,35	0,60	0,20	-	2,15	Desc.
Monitor de Creche Modalidade A									

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc	C.E.	L.P.	C.G.	Prova Títulos	Total	Class.
97	538968	Silmra De Oliveira	22/06/1995	6,00	1,05	1,05	-	8,10	1º
61	560129	Camila Antunes De Oliveira	26/01/1999	6,60	1,05	0,00	-	7,65	2º
84	557232	Lucelia A. Foschiera Brancher	12/10/1986	6,00	0,70	0,70	-	7,40	3º
93	572655	Vanessa Slaviero	06/08/1997	6,00	0,35	1,05	-	7,40	4º
66	539961	Andressa Fernandes De Col	09/08/1988	5,40	1,05	0,70	-	7,15	5º
69	561476	Andressa Patricia Grotto	14/03/1997	6,00	0,00	0,70	0,27	6,97	6º
88	576866	Sueli Hahn Da Rosa	19/08/1996	5,40	0,70	0,70	-	6,80	7º
94	574194	Talia Mara De Souza	24/04/1998	5,40	0,70	0,70	-	6,80	8º
75	542095	Elizandra Karloh	27/07/1995	6,00	0,35	0,35	-	6,70	9º
81	577426	Angelica Anara De Cesare	25/02/1999	6,00	0,35	0,35	-	6,70	10º
71	540626	Jackline Appio	13/11/1997	4,80	0,70	0,70	0,27	6,47	11º
70	544465	Diânatán Sissgler	17/05/1994	5,40	0,35	0,70	-	6,45	12º
95	573639	Thais Gabrieli Signori	06/02/1998	5,40	0,35	0,70	-	6,45	13º
62	545799	Izabel Mantelli	17/12/1998	5,40	0,35	0,70	-	6,45	14º
89	576486	Tainara Zacarias	29/08/1997	4,80	0,70	0,70	-	6,20	15º
76	545932	Cledir F. Dos Santos Moraes	10/03/1980	4,20	0,70	1,05	-	5,95	16º
92	574953	Silvane Maria Scopel Garlet	02/01/1970	4,80	0,70	0,35	-	5,85	17º
60	539234	Kerli Cassol	09/03/1990	4,80	0,35	0,70	-	5,85	18º
90	573600	Patricia Lucian	27/12/1990	4,20	0,70	0,70	-	5,60	19º
96	574748	Rosane A. Guth Darcortivo	06/04/1985	4,80	0,35	0,35	-	5,50	20º
64	560221	Lourdes Geremias	07/10/1996	4,80	0,35	0,35	-	5,50	21º
83	576960	Diana Alves Rei	24/07/1999	4,80	0,00	0,70	-	5,50	22º
68	576711	Fabiane Lago Mezzaroba	22/02/1988	3,60	1,40	0,35	-	5,35	23º
82	541778	Laura Gabriela Muller	03/03/1999	4,20	0,35	0,70	-	5,25	24º
63	576560	Dangely Pereira Soares	20/04/1998	4,80	0,00	0,35	-	5,15	25º
74	542245	Fernanda Alves Da Silva Teles	21/02/1998	3,00	1,40	0,70	-	5,10	26º
72	558997	Adrieli Cristina Lampugnani	28/04/1994	4,20	0,70	0,00	-	4,90	27º
85	553483	Eliane Santa Catarina Lancini	03/01/1984	4,20	0,35	0,35	-	4,90	28º
65	550413	Franciele V. Gomes Ferreira	19/06/1997	3,60	0,70	0,35	-	4,65	29º
73	576171	Gabrieli Biittner	10/08/1998	3,60	0,70	0,35	-	4,65	30º
98	539413	Tatiana Carine Langhini	26/04/1996	4,20	0,00	0,35	-	4,55	31º
86	555711	Suziane Goncalves De Azevedo	10/01/1993	4,20	0,00	0,00	-	4,20	32º
67	571392	Jussara Fagundes	04/09/1982	3,00	0,70	0,00	-	3,70	Desc.
91	572736	Rosane Sissgler	07/09/1985	3,00	0,35	0,35	-	3,70	Desc.
87	573800	Taciane Dos Anjos	20/10/1998	1,80	0,70	0,70	-	3,20	Desc.
77	559689	Marta Dos Santos Fortes	16/02/1998	2,40	0,70	0,00	-	3,10	Desc.

Art. 2º. São considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais).

Art. 3º. Os desempates estão de acordo com o item 7 do Edital.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 27 de abril de 2.017.

Ivan Canci

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 27 de abril de 2017.

Fernanda Cristina Segalin

Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 049/2017

DECRETO Nº 049/2017, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final (Após os Recursos) referente ao Processo Seletivo n. 002/2017 da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, conforme segue:

Enfermeiro Modalidade A								
C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	L. P.	C. G.	Total	Class.
13	574494	Cladiane Dos Santos	16/12/1987	5,40	1,05	1,05	7,50	1º
15	549247	Vanessa Pandolfo	29/08/1994	6,00	0,35	0,35	6,70	2º
17	571041	Danielle Araujo Dantas	31/03/1993	4,20	1,40	0,70	6,30	3º
18	545409	Lediane Nicloti	04/11/1993	4,80	0,70	0,70	6,20	4º
5	538983	Michely Carla Tremea	25/01/1986	4,20	0,70	1,05	5,95	5º
19	576919	Diandra Canei	28/01/1990	4,20	0,70	0,70	5,60	6º
11	567851	Geovani Diesel	22/06/1981	3,60	1,40	0,35	5,35	7º
12	558586	Juliana Zanin	27/11/1983	3,00	1,40	0,70	5,10	8º
9	577374	Fernanda Regina Flach Prevedello	23/01/1983	3,60	1,05	0,35	5,00	9º
6	550208	Sahra Regina Da Silva	04/08/1991	3,60	1,05	0,35	5,00	10º
7	577048	Daiana Ortolan	23/06/1988	3,00	1,05	0,70	4,75	11º
4	538923	Daiane Zatti Contini	02/04/1986	3,60	0,70	0,35	4,65	12º
20	563776	Andresa Pires Da Silva	13/11/1995	3,60	0,70	0,35	4,65	13º
10	576892	Rafaela C. Machado Florentino	18/10/1989	3,60	0,35	0,70	4,65	14º
22	563782	Ely Ane Carneiro Martins	30/08/1972	3,00	1,05	0,35	4,40	15º
16	540456	Angelo Zangalli	10/12/1981	3,00	1,05	0,35	4,40	16º
21	570822	Claudia Bruna Perin	23/09/1994	3,00	1,05	0,35	4,40	17º
8	565410	Dulce Ines Hanauer Kraemer	04/04/1992	1,80	0,70	0,70	3,20	Desc.
14	549178	Marilene Carteri	17/08/1972	1,80	0,35	0,70	2,85	Desc.
Técnico em Enfermagem Modalidade A								
C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	L. P.	C. G.	Total	Class.
23	551086	Adriana Lucia Longhini	12/05/1976	4,80	0,70	1,05	6,55	1º
25	576852	Diana Neura Trebien	03/08/1977	5,40	0,70	0,35	6,45	2º
27	549360	Kelin Volpini	19/04/1991	4,20	0,70	0,70	5,60	3º
26	540589	Fabiane Somera	23/02/1981	4,20	0,00	0,35	4,55	4º

Art. 2º. São considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais).

Art. 3º. Os desempates estão de acordo com o item 7 do Edital.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 27 de abril de 2.017.

Ivan Canci

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 27 de abril de 2017.

Fernanda Cristina Segalin

Secretária de Administração e Gestão

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo nº 014/2017 – Pregão Presencial nº 008/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social de Anchieta - SC, por meio da Gestora Municipal, torna público que homologou a adjudicação do Processo Licitatório nº 014/2017, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial, visando a aquisição de material de expediente para serem utilizados na APAE, de acordo com o repasse da Assistência Social, EADE.

Empresas Vencedoras:

ELAINE M. P. KRAEMER & F. LTDA-ME.

VALOR R\$: 904,35

ILIONIR DE LIMA & CIA LTDA-ME.

VALOR R\$: 1.043,13

PAP. E BAZAR BOM JESUS LTDA-ME.

VALOR R\$: 691,88

Total do Valor: 2.639,36

Anchieta, 27 de abril de 2017.

KELLIN DAL RI – Gestora do FMAS

LEI Nº 2.311/2017

LEI Nº 2.311/2017

PROMOVE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DESTE ENTE FEDERADO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Em conformidade com o disposto no Art. 37, Inciso X, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, fica promovida a revisão geral anual, aos vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal em 4,55% (quatro vírgula cinquenta e cinco por cento), a partir do mês de abril de 2017, correspondendo a integralidade do IPC/FGV dos últimos 12 meses.

§ 1º A revisão concedida aos Servidores com base nesta Lei, é extensiva a todas as categorias funcionais compreendidos os Ativos, Inativos e Pensionistas do Poder Executivo Municipal.

§ 2º Concomitantemente, da mesma forma, a revisão é extensiva aos Secretários Municipais e Conselheiros Tutelares.

§ 3º A revisão prevista nesta Lei não será concedida ao Prefeito e ao Vice Prefeito.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à atualização das Tabelas e/ou Anexos de vencimentos e remunerações dos servidores do quadro de pessoal permanente e comissionado do Município de Anchieta – SC.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 27 de Abril de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 27 de abril de 2017.

Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

LEI Nº 2.312/2017

LEI Nº 2.312/2017

PROMOVE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Em conformidade com o disposto no Art. 37, Inciso X, da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal, fica promovida a revisão geral anual aos vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara de Vereadores de Anchieta, abrangendo os Cargos Comissionados criados a mais de um ano, em 4,55% (quatro vírgula cinquenta e cinco por cento), a partir do mês de abril de 2017, correspondendo a integralidade do IPC/FGV dos últimos 12 meses.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder à atualização das Tabelas e/ou Anexos de vencimentos e remunerações dos Servidores do Quadro de Pessoal permanente e comissionado da Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta – SC.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 27 de Abril de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 27 de abril de 2017.

Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

CÂMARA MUNICIPAL**ATA Nº12/2017 REFERENTE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2015**

ATA Nº 012/2017

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO, SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, SANTA CATARINA.

Às dezenove horas do dia dezenove do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, tendo como local o Plenário da Câmara de Vereadores, Ernesto Olivo Garlet, sito à Rua Vereador Geraldo Garlet, nº. 01, centro, Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Senhores Vereadores: PEDRO BENATTI, ADRIANE BRASSIANI, CARMEN JUSTINA GORCZVESKI, LEANDRO DA ROSA, MARIO LUIZ SIGNOR, IVO SCHAEFFER, MARIA HELENA TRENTIN, NERI GASPAR, E VILSON LUIZ ROSSATO. Inicialmente o Senhor Presidente IVO SCHAEFFER, abriu os trabalhos legislativos, em nome de Deus e da Lei do Povo de Anchieta, do Estado de Santa Catarina e do Brasil. Cumprimentou os presentes que estavam assistindo a sessão. De imediato passou a palavra para os representantes da EPAGRI, senhor Jair Strapazon e Roselene Contini, para fazerem a apresentação do relatório dos trabalhos realizados durante o ano de 2016 pela equipe municipal. Após solicitou a leitura da ata nº011/2017, que estando em apreciação foi aprovada. EXPEDIENTES DO DIA: Expedientes Diversos: Lido ofício nº09/MF/SPREV, recebido do ministério da fazenda, referente a moção nº002/2017, referente ao posicionamento contrário à reforma da previdência social. Lido convite do Governo do Estado de Santa Catarina, convidando para a inauguração da Escola de Educação Básica Governador Irineu Bornhausen, no dia 28/04/2017. Lido convite, convidando para o movimento nacional de protestos e paralisação contra as reformas do governo Temer, com o tema "vamos parar o Brasil" no dia 28 de abril de 2017. Lido documento informando a abertura das inscrições para o programa estudantil "vereador por um dia" na Câmara de Vereadores de Anchieta até dia 30 de abril de 2017. Nos Expedientes Apresentado pelos Vereadores: Lido indicação nº017, apresentado pelos vereadores Ivo Schaeffer, Maria Helena Trentin, Mario Luiz Signor, Neri Gaspar e Vilson Luiz Rossato, que ficou baixado para próxima sessão. Lido indicação nº018, apresentado pelos vereadores Ivo Schaeffer, Maria Helena Trentin, Mario Luiz Signor, Neri Gaspar e Vilson Luiz Rossato, que com a concordância de todos entrou na ordem do dia. ORDEM DO DIA: Em segunda votação o Projeto de Lei nº013/2017 com a emenda modificativa, aprovado por unanimidade. Em votação única o Projeto de Decreto Legislativo nº001/2017, que dispõe sobre a aprovação das contas do município de Anchieta, no exercício de 2015, e da outras providências, o tribunal de contas do estado emitiu parecer prévio recomendando a Aprovação das contas prestadas pelo Prefeito municipal de Anchieta no exercício de 2015, incluindo as contas do Poder Legislativo, projeto aprovado por unanimidade. Em seguida passou-se para as Proposições dos Vereadores: Indicação nº016/2017, apresentado pelo vereador Pedro Benatti: Sugere que seja feito os reparos necessários na iluminação pública na Rua Olímpio Dal Magro, mais precisamente nas proximidades do CRAS, no município de Anchieta/SC, aprovado por unanimidade. Indicação nº018/2017, apresentada pelos vereadores Ivo Schaeffer, Maria Helena Trentin, Mario Luiz Signor, Neri Gaspar e Vilson Luiz Rossato: Indica que seja arrumada as estradas rurais dos assentamentos da reforma agrária Assentamento Linha Aparecida (25 de maio) e Assentamento Sanga Azul (União da Vitória), localizados no Município de Anchieta, aprovado por unanimidade. GRANDE EXPEDIENTE E EXPLICAÇÃO POR ORDEM DE SORTEIO: O vereador Pedro Benatti, comentou da reunião que teve presente no dia 18/04/2017 com os servidores públicos, agradeceu e devolveu a palavra. O vereador Vilson Luiz Rossato, cumprimentou

a todos, comentou da reunião que tiveram com os servidores público, comentou da indicação nº013/2017, apresentada pelo vereador Leandro Da Rosa na sessão anterior, agradeceu e devolveu a palavra. A vereadora Adriane Brassiani comentou sobre o reajuste do aumento salarial dos servidores públicos, solicitou ao presidente um espaço no dia 26/04/2017 que o secretário Claudécir Vieira vai estar vindo na sessão para dar explicações, falou do problema da iluminação na rua sete de setembro e parabenizou os alunos que fizeram um pedágio beneficente e com a arrecadação fizeram a aquisição de uma cadeira de rodas doando pro pronto atendimento do município, finalizou comentando do caso do menino Fernando Von Hemburg que está com problemas de saúde. A vereadora Maria Helena Trentin cumprimentou a todos e falou de sua preocupação referente a reunião com os servidores públicos referente a reposição salarial, agradeceu e devolveu a palavra. O vereador Mario Luiz Signor, comentou sobre o projeto dos bombeiros referente os convênios e suas complicações, na questão de ceder funcionários para o Corpo de Bombeiros, comentou que existem outros convênios com o governo do estado, devemos sentar numa mesa redonda e discutir isso todos juntos, agradeceu e devolveu a palavra. A vereadora Carmen Justina Gorczveski, comentou sobre a apresentação da EPAGRI, comentou sobre a reunião dos servidores públicos na terça-feira dia 18/04/2017, agradeceu e devolveu a palavra. O vereador Leandro da Rosa cumprimentou a todos, comentou sobre a apresentação da EPAGRI, comentou da reunião com os servidores públicos que esteve presente juntamente com os demais vereadores, agradeceu e devolveu a palavra. O vereador Neri Gaspar, comentou sobre a EPAGRI e a cooperativa, comentou sobre o governo golpista do Temer, agradeceu e devolveu a palavra. Antes de encerrar a sessão o presidente Ivo Schaeffer falou da iluminação pública na rua sete de setembro, comentou do Fernando Von Hemburg, solicitou a líder do governo Adriane Brassiani que no passado se tinha uma sala dos motoristas da educação e hoje foi tirado essa sala, que fosse visto a respeito da mesma. Falou da forma de contratação dos transportes terceirizados, comentou sobre a formação da Claudete Jungues. Nada mais havendo o Presidente agradeceu a presença de todos e convocou os Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão Ordinária a realizar-se no dia 26 de abril do corrente ano, às 19h00minhs, no Plenário da câmara de Vereadores. Solicitou à secretaria que elaborasse a competente ata, que após lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário. Sala das sessões da Câmara de Vereadores de Anchieta (SC), em 19 de abril de 2017.

Anita Garibaldi

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2017

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível fornecimento de gêneros alimentícios destinados a preparação de coffee-break e lanches, a ser servidos em eventos promovidos pela Secretaria de Educação, Fundo Municipal de Saúde e demais secretarias, conforme relação de itens constantes no Anexo "E" deste Edital.

Recebimento das propostas: até 09h20min do dia 12/05/2017.

Abertura: às 09h40 do dia 12/05/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.anitagaribaldi.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 27 de Abril de 2017.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2017

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para perfuração de poço artesiano na comunidade Vila Petry, no município de Anita Garibaldi, incluindo todas as despesas relativas à mão de obra e materiais necessários para a execução do serviço, bem como procedimentos e documentações necessárias à obtenção das autorizações prévias de perfuração junto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS, conforme estabelecido pela Resolução nº 02/14 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 09h20 do dia 23/05/2017.

Abertura: dia 23/05/2017, às 09h40.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.anitagaribaldi.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações complementares poderão ser obtidas no Dpto. de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49)3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 27 de abril de 2017.

João Cidinei da Silva

Prefeito Municipal

Anitápolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 022/2017

PREGAO PRESENCIAL Nº 022/2017 – O Município de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade pregão presencial no dia 11/05/2017, às 09:00 horas, na Sala de reuniões de licitações. Objeto: Locação de um imóvel localizado no centro do Município de Anitápolis, com área de no mínimo 120 metros quadrados, com no mínimo uma sala para reuniões, 02 banheiros e estacionamento, para ser utilizado para os encontros do grupo de Idosos Viva a Vida, e o Clube de mães do Município de Anitápolis. O Edital, impresso, contendo as instruções, especificações e condições para participação, estará a disposição dos interessados, no dia 28/04/2017, a partir das 7:30 horas, da seguinte forma: Email: licita@anitapolis.sc.gov.br; no site: www.anitapolis.sc.gov.br, e na Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, nº 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis. FONE: (48) 3256-0131. Anitápolis, 28/04/2017. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal.

Antônio Carlos

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 82/2017 E 83/2017

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 82/2017; Origem: Pregão Presencial nº 039/2017 e Processo Licitatório nº 056/2017; Contratante: Município de Antonio Carlos/SC. Contratada: R.H.S. COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. ME; Objeto: Aquisição de placa metálica (confeção e instalação) de front light para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 2.150,00 (dois mil e cento e cinquenta reais). Vigência: 27 de abril de 2017 – 27 de julho de 2017.

Contrato nº 83/2017; Origem: Pregão Presencial nº 039/2017 e Processo Licitatório nº 056/2017; Contratante: Município de Antonio Carlos/SC. Contratada: ARAQUARI IMPRESSÕES LTDA - ME; Objeto: Aquisição de placa metálica (confeção e instalação) de front light para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: de R\$ 2.730,00 (dois mil e setecentos e trinta reais). Vigência: 27 de abril de 2017 – 27 de julho de 2017.

Antônio Carlos, 27 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 232/2017

PORTARIA Nº 232/2017

Cessa portaria.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Cessar portaria nº 197/2017, publicada no DOM no dia 07 de abril de 2017, edição nº 2228, pg. 10, retornando as atividades laborais a partir de 02 de maio de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de abril de 2017.

PORTARIA N 233/2017

PORTARIA Nº 233/2017

Concede Licença Prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PRÊMIO, por 60 dias a servidora NILZETE DECKER KOCH, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALISTA, a partir de 02 de maio de 2017, relativo ao período aquisitivo de agosto/2009 a agosto/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de abril de 2017.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de abril de 2017.

Apiuna

PREFEITURA

AVISO PP 05/2017FMS

Fundo Municipal de Saúde de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 05/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 05, centro, Apiúna/SC, 89135-000

Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 11/05/2017 – Das 10 horas às 10 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura e fase de lances: 11/05/2017 – Às 10 horas e 30 minutos

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

AVISO PP 51/2017

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 51/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 05, centro, Apiúna/SC, 89135-000

Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 11/05/2017 – Das 13 horas e 30 minutos às 13 horas e 50 minutos

Data/Hora da Abertura: 11/05/2017 – Às 14 horas

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

AVISO PP 52/2017

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 52/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 05, centro, Apiúna/SC, 89135-000

Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 12/05/2017 – Das 13 horas e 30 minutos às 13 horas e 50 minutos

Data/Hora da Abertura: 12/05/2017 – Às 14 horas

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

LEI Nº 823/2017

LEI Nº 823/2017

de 26/04/2017

Autoriza o Poder Executivo a celebrar Termo de Cessão de Uso com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Apiúna - SC, e dá outras providências.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Cessão de Uso com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Apiúna - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.814.388/0001-64, com sede à Rua Ponta Grossa, 93, Centro – Apiúna/SC, do bem a seguir relacionado:

01 (um) veículo marca FIAT, modelo Ducato MC TCA MIS - ADAPTADO, MINIBUS, cor branca, combustível diesel, PLACAS QHZ 4057, ano de fabricação e modelo 2016, chassi nº 93W245H3RG2159688, Renavam nº 1099216211.

Parágrafo único - O bem descrito no caput deste artigo foi adquirido através do Convênio 817681/2015 – MDS e destina-se ao uso exclusivo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Apiúna - SC, para o transporte de pessoas com deficiência.

Art. 2º - A presente cessão de uso será feita mediante termo de cessão (minuta em anexo), ficando assegurado ao CEDENTE o domínio do bem concedido e à CESSIONÁRIA apenas a transferência da sua posse.

Parágrafo único - O prazo da cessão de uso será fixado no termo de cessão e poderá ser renovado, se houver interesse da Administração, pelo mesmo período ou outro período diverso do estipulado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna, 26 de abril de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

LEI Nº 824/2017

LEI Nº 824/2017

De 26/04/2017

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE UM BEM IMÓVEL, VEÍCULOS, SUCATAS E OUTROS QUE MENCIONA e dá outras providências.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de APIÚNA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, mediante Leilão, os bens e sucatas a seguir descritos, de propriedade do Município de APIÚNA/SC, no estado em que se encontram, considerados inservíveis para o serviço a que se destinam:

LOTE 01: 01 Automóvel FIAT PALIO FIRE FLEX, ano/modelo 2007, Placas MGG 2751, RENAAM 910582386, cor Prata, Álcool/Gasolina. Obs.: Pára-choque traseiro com avarias, e Pára-choque dianteiro também com avarias e faltando peças.

LOTE 02: 01 Automóvel FIAT UNO MILLE WAY ECONOMY, ano 2010, modelo 2011, Placas MIB 6585, RENAAM 207619530, cor branca, Álcool/Gasolina. Obs.: Veículo básico sem limpador e desembaçador de vidro traseiro.

LOTE 03: 01 Automóvel FIAT UNO VIVACE 1.0, ano 2010, modelo 2011, Placas MHU 3897, RENAAM 229756506, cor branca, Álcool/

Gasolina. Obs.: Está em conserto numa officia de Ibirama com barulho no motor.

LOTE 04: 01 Automóvel FIAT UNO MILLE ECONOMY, ano2009, modelo 2010, Placas MGW 4195, RENAVAL 156996685, cor branca, Álcool/Gasolina. Obs.: Avarias no pára-choque dianteiro.

LOTE 05: 01 Automóvel FIAT UNO MILLE ECONOMY, ano/modelo 2013, Placas MKM 7463, RENAVAL 529193221, cor branca, Álcool/Gasolina. Obs.: Avarias no pára-choque dianteiro.

LOTE 06: 01 Automóvel FIAT DOBLO ELX 1.8 FLEX, ano/modelo 2008, Placas MEI 5785, RENAVAL 975536940, cor prata, Álcool/Gasolina. Obs.: Pára-lamas dianteiro com avarias e também pintura geral.

LOTE 07: 01 Automóvel FIAT STRADA ADVENTURE CD, ano/modelo 2010, Placas MHO 5403, RENAVAL 195785223, cor prata, Álcool/Gasolina. Obs.: Veículo apresenta alto consumo de óleo lubrificante, já dando nota de que o motor está com sério desgaste. Possui avarias no pára-choque dianteiro.

LOTE 08: 01 Automóvel FORD FIESTA SEDAN, ano 2005, modelo 2006, Placas ANE 9705, RENAVAL 867732725, cor prata, Gasolina. Obs.: Veículo judiado por dentro, com muito desgaste.

LOTE 09: 01 TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D41-E 6, COM ESCARIFICADOR TRASEIRO, série B20720, ano 2009, Diesel.

LOTE 10: 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 160 LC, ano 2002, modelo DEL160LE=7B, Serie B30226, Motor 30763137, Diesel. Obs.: Problemas de vazamento no rotor de giro, o que provavelmente indica problema nas bombas do rotor. O conserto tem valor elevado.

LOTE 11: SUCATAS DE MÓVEIS, contendo: armários, escrivanhas, estantes, cadeiras e carteiras balcões, quadros, assessórios, entre outros.

LOTE 12: SUCATAS DE ELETRODOMÉSTICOS, contendo: Geladeiras, Bebedouros, Ventiladores, Lavadora de roupas POP, Botijões de Sêmen, entre outros.

LOTE 13: SUCATAS DE INFORMÁTICA, contendo: computadores, monitores, impressoras, notebooks, switchs, nobreak's, TV's, Projetores de Multimídia, aparelhos de DVD, entre outros.

LOTE 14: SUCATAS HOSPITALARES, contendo: macas, suportes de braço, suportes de soro, compressor, cadeira odontológica, entre outros.

LOTE 15: SUCATAS DE FERRAGENS EM GERAL.

Art. 2º - Os preços mínimos de venda de cada lote relacionados no artigo 1º serão fixados pela Comissão de Avaliação, a ser designada pelo Prefeito Municipal, conforme cópia da Ata, que será anexada a Licitação e que fará parte integrante da presente Lei. Caso não haja licitante interessado, o leiloeiro poderá colher as melhores ofertas que serão analisadas pela Comissão de Avaliação para aprovação.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura de Apiúna, 26 de abril de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

LEI Nº 825/2017

LEI Nº 825/2017

De 26/04/2017

CONCEDE CONTRIBUIÇÃO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito do Município de APIÚNA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS, CNPJ nº 21.568.943/0001-95, com sede administrativa na cidade de Apiúna - SC, correspondente aos valores recebidos pelo Fundo Municipal de Saúde dos Fundos Estadual e Federal de Saúde, e seus respectivos rendimentos, para implantação e manutenção de ações e serviços de saúde na atenção psicossocial.

§ 1º - Compete ao CIAPS a organização da rede de atenção à saúde mental dos Municípios consorciados, integrando-se com a rede básica e tendo como uma das atribuições supervisionar e qualificar a rede básica para a atenção em saúde mental.

§ 2º - O Consórcio Público promoverá a implantação e gestão de um Centro Regional de Atenção Psicossocial (CAPS), modalidade I, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS nas redes municipais de saúde de Apiúna, Ascurra e Rodeio.

§ 3º - O Chefe do Poder Executivo do Município e/ou o Ordenador das Despesas do Fundo Municipal de Saúde fica autorizado a liberar recursos financeiros do orçamento-programa anual, para Contribuição disciplinada no caput deste artigo, durante o exercício corrente, através de ato administrativo, das Fontes de Recursos 13.816 - Transferências SUS/UNIÃO - CAPS/CIAPS e 16.705 - Transferências ESTADO/SAÚDE - CAPS E CIAPS e seus respectivos rendimentos, observado a seguinte dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde
01	Fundo Municipal de Saúde
010.0301.0501.2057	Manutenção Consórcio CAPS/CIAPS
3000000000000000	Despesas Correntes
3300000000000000	Outras Despesas Correntes
3350000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 2º - O valor será repassado por intermédio de depósito em conta específica aberta pelo Consórcio Público.

§ 1º - O Consórcio Público deverá contabilizar e utilizar os recursos repassados dentro das finalidades específicas desta lei e detalhadas em Plano de Trabalho a ser apresentado pelo mesmo.

§ 2º - O Consórcio Público terá o prazo de até 60 (sessenta) dias após o término do prazo de utilização do recurso repassado, de cada parcela, para prestar contas, nos moldes estabelecidos pela municipalidade e conforme IN n.14/2012 do TCE/SC.

Art. 3º - A despesa decorrente da aplicação desta Lei correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, 26 de abril de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito de Apiúna/SC.

Arabutã

PREFEITURA

EDITAL 38.2017

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 041/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2017

Objeto: Registro de Preços para possível Contratação de seguro para veículos da frota e seguro empresarial.

Recebimento das Propostas: até 08h15 do dia 12/05/2017.

Abertura: às 08h30 do dia 12/05/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 27 de abril de 2017.

Glaucia Pottratz

Diretora de Administração e Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 03-2017

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Arabutã

Edital de Notificação nº 03-2017

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.527/2014, de 30 de Maio de 2.014 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Arabutã, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Rúbrica	Descrição	Valor
417213301000000	Piso de Atenção Básica - PAB/Fixo	9.095,67
417213302000000	Estratégia de Saúde da Família - ESF	14.260,00
417213303000000	Estratégia de Saúde da Família - ACS	10.140,00
417213304000000	Trans. - Assistência Farmacêutica	3.566,60
417213307000000	Vigilância Sanitária	1.261,18
417213309000000	Programa de Saúde Bucal - SB	2.230,00
417213310000000	Trasnfe Alta e Média Complex - MAC	11.915,16
417213311000000	Prog. Melhoria Acesso e Qualidade - PMAQ	21.400,00
417213313000000	Vig.em Saúde - PVVS	4.756,58
417213503010000	PNAE - PNAEC e PNAEP Educação Infantil	3.053,40
417213503020000	PNAE - PNAEF/Ensino Fundamental	2.738,80
417213503030000	FNDE/PNAE - AEE	84,80
417213504010000	PNATE - Educação Infantil	610,00
417213504020000	PNATE - Ensino Fundamental	3.373,67
417213504030000	PNATE - Ensino Médio	1.195,10
TOTAL DE RECURSOS RECEBIDOS		89.680,96

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Diretoria de Administração e Fazenda, na Prefeitura Municipal de Arabutã, situada na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, ou pelo telefone (49) 3448-0048.

Arabutã (SC), em 24/04/2017

Leani Kapp Schmitt

Prefeita de Arabutã

LEI 885

LEI Nº 885, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 55.000,00 no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, e dá outras providências.

A PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos das Leis 873 de 28 de outubro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e 880 de 16 de dezembro de 2016, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2017, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão	9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde - FMS		
Projeto Atividade	1.041	Aquis. de Mobiliário e Equipamentos - Atenção Básica		
Modalidade	3	4490000000000000010121	Aplicações Diretas	10.000,00
Órgão	9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde - FMS		
Projeto Atividade	2.079	Assistência a Saúde - Auxílios e Passagens		
Modalidade	24	3390000000000000010121	Aplicações Diretas	45.000,00
TOTAL				55.000,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde - FMS		
Projeto Atividade	2.074	Atividades Gerais de Atenção Básica		
Modalidade	9	3190000000000000010121	Aplicações Diretas	55.000,00
TOTAL				55.000,00

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 27 de Abril de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.

Em 27 de abril de 2017

Gláucia Pottratz

Responsável pelas Publicações

LEI 886

LEI Nº 886, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 80.000,00 no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, e dá outras providências.

A PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos das Leis 873 de 28 de outubro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e 880 de 16 de dezembro de 2016, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2017, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão	9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde - FMS		
Projeto Atividade	2.077	Concessão de Subvenções Sociais		
Modalidade	17 Fms	3350000000000000010121	Aplicações Diretas	80.000,00
TOTAL				80.000,00

Órgão	13	SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	02	Diretoria de Cultura		
Projeto Atividade	1.035	Construção do Centro Municipal de Eventos e Cultura		
Modalidade	83 (Pmp)	449000000000000010000	Aplicações Diretas	80.000,00
TOTAL				80.000,00

PORTARIA 220/2017

PORTARIA Nº 220/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor FELIPE PATZLAFF, inscrito no CPF-MF sob nº. 059.607.139-69, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Contabilidade, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2017, para serem gozadas no período de 02 de maio de 2017 a 31 de maio de 2017.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 27 de abril de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2017

PARECER TÉCNICO

Trata-se de proposta encaminhada pela ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ASCURRA – APIÚNA – RODEIO, por meio da qual requer a celebração de parceria para fins de repasses financeiros pelo Município de Ascurra.

Apresentou-se um plano de trabalho, evidenciando que o título do projeto é o seguinte: "Fomentação das atividades do Corpo de Bombeiros Voluntários de Ascurra-APIúna-Rodeio".

A proposta tem como objetivo a "manutenção das atividades da Associação" e como finalidade a "aquisição de alimentos, uniformes, seguros, alimentação, água, luz, telefone, internet, taxas sobre veículos, sistemas de comunicação, software de gerenciamento de central e ocorrências, materiais de reposição, peças, além de pagamento de salário, férias, décimo terceiro e encargos dos funcionários da Associação".

Sobre os fins institucionais que desenvolve a entidade proponente assim informa: "Esta entidade presta serviços de apoio à Comunidade e em todos os setores, de forma voluntária e gratuita, implementando notadamente a segurança do patrimônio, das pessoas, dos animais e da ecologia, com ênfase no atendimento e resgate nas rodovias e vias públicas dos Municípios, assim como nos atendimentos em casos de incêndios e calamidades públicas. A viabilização do seu desempenho vem sendo garantia pelo sistemático apoio do Governo Municipal. Realizados 1574 atendimentos na área pré-hospitalar, 63 combates de incêndios e 56 extraordinários. Foram realizadas 1243 horas de treinamento para os Bombeiros Voluntários e 190 horas em palestras e treinamentos para a comunidade empresas. Todos os atendimentos são realizados de forma gratuita".

Não há dúvida, portanto, que a finalidade institucional da entidade atende ao interesse público, mormente porque inexistente instituição hospitalar em funcionamento nos Municípios de Ascurra, Apiúna e Rodeio.

De outro norte, além dos atendimentos e encaminhamentos emergenciais dos moradores locais, não se pode deixar de considerar a existência da Rodovia Federal BR 470, que corta o Município de Ascurra, inclusive no perímetro urbano, de modo que é imprescindível a existência de equipe especializada para atendimento e prestação de primeiros socorros e encaminhamentos de emergências médicas.

Logo, em princípio, os objetivos apresentados e as finalidades da entidade estão de acordo com o Plano de Trabalho, podendo-se ainda vislumbrar a capacidade técnica dos integrantes da entidade em realizar o trabalho proposto.

Outrossim, o trabalho desenvolvido pela entidade privada sem fins lucrativos supre uma lacuna deixada pelo Estado no que diz respeito à prestação de serviço público de atendimento de emergências médicas e outros atendimentos relativos às situações de necessidade e calamidade pública, visto que não há sede do Corpo de Bombeiros Militar instalado no Município de Ascurra, tampouco nos Municípios de Apiúna e Rodeio.

No mais, os objetivos delineados pelo Plano de Trabalho se encontram em consonância com a modalidade de parceria adotada,

sendo possível a transferência de recursos para entidade dessa natureza.

Quanto ao cronograma de desembolso dos valores, este, em princípio, também se mostra adequado, tendo sido distribuída a aplicação dos valores ao longo do ano de 2017, de acordo com as necessidades estabelecidas pela entidade proponente.

Por fim, constata-se a existência de dotação orçamentária específica, conforme lei orçamentária anual, para fins de aplicação de recursos financeiros para instituições privadas e sem fins lucrativos, conforme certidão devidamente expedida pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Portanto, sendo estas as informações que deveriam ser prestadas, submetemos ao exame e apreciação do Prefeito Municipal.

Ascurra/SC, 17 de abril de 2017.

LEANDRO CHIARELLI

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ENILSON ERLEI DE FREITAS

Secretário de Saúde e Assistência Social

PARECER JURÍDICO n. 058/2017/PJ

Trata-se de análise e apreciação de proposta de celebração de Termo de Fomento destinado ao repasse de valores, pelo Município de Ascurra, para entidade privada e sem fins lucrativos denominada "ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE ASCURRA-APIÚNA-RODEIO", para fins de "Fomentação das atividades do Corpo de Bombeiros Voluntários do Município de Ascurra-APIúna-Rodeio", nos termos da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores.

É o necessário e sucinto relatório.

Passa-se a opinar.

Primeiramente, é importante destacar que a Lei Federal n. 13.019/2014, regulamentada no âmbito do Município de Ascurra por meio do Decreto n. 2.948/2017, estabelece, dentre outras providências, "o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil".

Sobre o tema, não é recente o reconhecimento da importância do Terceiro Setor no desenvolvimento das ações e finalidades almejadas pelo Estado. Há casos em que as entidades privadas e sem finalidade lucrativa possuem maiores e melhores condições para desenvolver ações voltadas ao atendimento e prestação de serviços em favor da população, cabendo ao Estado, em sentido lato, a formalização de parcerias e o ajuste de obrigações que visem a fomentação dessas atividades, inclusive mediante o repasse de recursos.

É neste espectro que a Lei Federal n. 13.019/2014 regulamentou, no âmbito da União, Estados, Municípios, suas autarquias e fundações, os procedimentos relativos ao repasse de recursos para instituições privadas (Terceiro Setor) que atuam em parceria ou paralelamente ao Poder Público Estatal.

A regra preconizada pelo precitado Marco Regulatório das

Organizações da Sociedade Civil é no sentido de que a Administração Pública deflagre o procedimento de chamamento público, o qual, de acordo com o inciso XII do art. 2º é definido da seguinte forma: "procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

Não se mostra necessário realizar maiores digressões para se concluir que a regra referente à realização do chamamento público se justifica a partir dos princípios administrativos insculpidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal.

Vale dizer. O administrador não pode simplesmente decidir fomentar atividades de instituições privadas e sem fins lucrativos, ainda que estas atendam ao interesse público, conforme o seu exclusivo critério discricionário. Pelo contrário, deve possibilitar o amplo conhecimento das intenções da Administração Pública no que diz respeito à possibilidade de apoio, fomento e financiamento, nas mais diversas áreas, possibilitando a participação de todas as entidades locais que desenvolvam trabalhos que possam atender ao interesse público.

Com efeito, o chamamento público versa sobre procedimento obrigatório para seleção de instituições para celebração de parcerias, sendo que tal regra visa garantir a democratização no acesso das organizações aos recursos públicos, bem como a transparência e efetividade das ações governamentais.

Não obstante tal fato, o próprio Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil prevê as hipóteses de dispensa ou inexistência do chamamento público.

Os casos de dispensa do chamamento público se encontram previstos no art. 30 da Lei Federal n. 13.019/2014, senão vejamos:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social

III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;

Por sua vez, as hipóteses em que o chamamento público será inexigível estão elencadas no art. 31, in verbis:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

No caso vertente, a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra-Apiúna-Rodeio foi fundada no ano de 2001, estando inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n. 04.754.806/0001-26.

A entidade foi declarada de utilidade pública municipal por

intermédio da Lei Municipal n. 873/2001, encontra-se inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social sob o n. 003/2001, foi declarada de utilidade pública estadual por intermédio da Lei Estadual n. 12.763/2003, sendo, ainda, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), conforme processo MJ n. 08071.001395/2005-59.

Ademais, é público e notório, conforme declarado pela entidade em seu plano de trabalho, que se trata da única instituição do gênero existente na comarca de Ascurra, que, por sua vez, é composta pelos municípios de Ascurra Apiúna e Rodeio.

A entidade está instalada às margens da BR 470, em Ascurra, e possui em sua estrutura dois caminhões para combate de incêndio, três ambulâncias, um caminhão adaptado para a primeira resposta às emergências (trânsito, resgate veicular e salvamento em altura), dois pick-ups para incêndios e resgates florestais e resgates aquáticos, três embarcações, além de um veículo de trabalho administrativo.

Para o pleno desenvolvimento dos trabalhos, a entidade conta com o trabalho desenvolvido por seis profissionais bombeiros civis contratados de forma permanente, bem como o trabalho desenvolvido por noventa bombeiros voluntários.

Ainda segundo informações constantes no plano de trabalho, a existência de uma estrutura de profissionais, englobando aqueles que atuam de forma permanente, por meio de contrato de trabalho, e também os voluntários vinculados à entidade, possibilita o preenchimento dos padrões exigidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) no que diz respeito aos padrões internacionais estabelecidos para a população existente e os profissionais que atuam na área de salvamento (bombeiros), visto que a exigência mínima é de um bombeiro para cada grupo de um mil habitantes.

Outrossim, é importante reconhecer que os recursos que mantêm o funcionamento da entidade provêm, basicamente, de verbas públicas. Veja-se que a estimativa de receita que poderá ser recebida dos Municípios de Apiúna, Ascurra e Rodeio é de R\$ 138.000,00; de recursos do Estado de Santa Catarina, R\$ 70.000,00; e do Poder Judiciário, R\$ 10.000,00.

Somente a quantia de R\$ 150.000,00 é que provém de recursos da sociedade civil, oriunda de doações recolhidas junto à fatura de energia elétrica, ou então de eventos e ações beneficentes promovidas para a arrecadação de fundos.

Logo, é possível vislumbrar que a entidade proponente desenvolve trabalho de natureza singular, consubstanciado em ações de natureza altamente técnica, que demandam a realização de um grande trabalho de formação e preparação dos agentes envolvidos.

Verifica-se, pois, que as ações desenvolvidas pela Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra-Apiúna-Rodeio possui natureza singular. Além disso, considerando a área de abrangência da comarca de Ascurra, não existe outra entidade privada e sem fins lucrativos que possua a estrutura, a equipe, espaço, bens e equipamentos hábeis a CONTINUAR desenvolvendo o trabalho de atendimentos às demandas de emergência locais.

Destarte, estando devidamente evidenciada a singularidade da entidade e do trabalho prestado, bem como a inexistência de outras entidades similares no âmbito da comarca de Ascurra, que pudessem prestar trabalho de natureza idêntica, reputam-se preenchidos os requisitos estatuídos pelo caput do art. 31 da Lei n. 13.019/2014, sendo inexigível o chamamento público, em face da evidente inviabilidade de competição.

Não bastasse tudo isso, é imperiosa a celebração da parceria para que a entidade possa continuar prestando o trabalho que já vem há muito realizando, tendo em vista que a unidade técnica do Corpo de Bombeiros Militar mais próxima do Município de Ascurra se localiza no Município de Indaial, conforme informações obtidas no seguinte endereço: <<http://migre.me/wtjLn>>.

Tal fato demonstra que, devido à distância existente entre Ascurra e Indaial, é imprescindível que os munícipes e as pessoas que passam pelas estradas que cortam a cidade possam contar com equipe de socorro e atendimento emergencial que possa se deslocar com celeridade até o local dos sinistros.

A celebração da parceria, mais do que privilegiar o interesse público, almeja preservar a vida dos munícipes.

Também não é demais lembrar que a proteção à VIDA é um direito fundamental, previsto no caput do art. 5º da Constituição Federal, devendo o Estado adotar as providências necessárias para fins de protegê-lo integralmente.

Ora, se o Estado, aqui representado pelo Município de Ascurra, não detém os meios e condições para viabilizar a existência de uma equipe permanente de salvamento e prestação de atendimento emergencial, obrigação esta, que, a propósito, cabe ao Estado de Santa Catarina, que se omite de maneira sistemática, não resta ao Administrador Público Municipal outra alternativa senão a de fomentar a atividade de organizações privadas que prestam este trabalho com excelência, há muitos anos, diga-se, como é o caso da entidade proponente.

Ante o exposto, ressaltando-se melhor entendimento em sentido diverso e resguardando o poder discricionário do Administrador quanto à oportunidade e conveniência da prática do ato administrativo, OPINA-SE pela celebração do TERMO DE FOMENTO com a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE ASCURRA-APIÚNA-RODEIO, sendo inexigível a realização de chamamento público, em razão da natureza singular do objeto da parceria e ante o fato de que as metas propostas podem ser atingidas exclusivamente pela referida entidade, que é a única do gênero existente na comarca de Ascurra.

Ascurra/SC, 17 de abril de 2017.

MIGUEL ANGELO SOAR

OAB/SC n. 6.699 Assessor Jurídico

RAFAEL PEDRO MARIOTTO

OAB/SC n. 46.468 Procurador

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de proposta de parceria para repasse de valores em favor de entidade privada e sem fins lucrativos e processo de inexigibilidade de chamamento público para fins de celebração de Termo de Fomento com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra-APIúna-Rodeio.

O Parecer exarado pela Procuradoria Jurídica esclareceu de forma correta as razões pelas quais mostra-se inviável deflagrar um edital de Chamamento Público para fins de escolha de entidade para repasse de valores e para desenvolver atividades relacionadas à prestação de serviço de atendimento emergencial no Município de Ascurra, motivo pelo qual adoto-o integralmente como razões de decidir.

Acrescento que, de fato, a entidade acima mencionada existe há mais de 15 anos, desenvolvendo os fins previstos no seu estatuto de forma eficiente.

Além disso, há interesse público para celebração da parceria, tendo em vista ser evidente a necessidade de manutenção do trabalho desenvolvido pelos bombeiros voluntários no que diz respeito ao atendimento emergencial de sinistros.

De outro norte, verifico que a entidade é reconhecida como de utilidade pública no âmbito Municipal e Estadual, está cadastrada junto ao Conselho Municipal de Assistência Social, bem como é qualificada como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

Por fim, sendo público e notório que inexiste outra entidade do gênero em funcionamento no Município de Ascurra, ou mesmo nos Municípios que integram a comarca (Apiúna e Rodeio), não vislumbro razões que pudessem justificar a deflagração do chamamento público, ante à evidente inviabilidade de competição.

Ante o exposto, por vislumbrar presentes os requisitos legais, DECLARO inexigível o chamamento público para fins de formalização de parceria com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra-APIúna-Rodeio, bem como autorizo seja formalizado o respectivo Termo de Fomento, tudo conforme a Lei Federal n.

13.019/2014, regulamentada no âmbito do Município de Ascurra pelo Decreto n. 2.948/2017.

Publique-se a presente decisão e a justificativa acerca da inexigibilidade do chamamento público no site do Município de Ascurra e também no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (art. 32, § 1º, da Lei Federal. n. 13.019/2014)

Decorrido o prazo legal de 05 dias úteis de que trata o § 1º do art. 32 da Lei Federal. Nº 13.019/2014 sem a existência de impugnação, autorizo seja celebrado e assinado o Termo de Fomento, devendo o documento ser lavrado em quatro vias.

Na sequência, remeta-se o Processo Administrativo para a Secretaria de Administração e Planejamento, para fins de cumprimento das disposições contidas no Termo de Fomento, repasse dos valores, bem como a adoção das providências referentes à prestação de contas.

Designo o Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social como gestor da parceria.

Por fim, determino ao Setor de Recursos Humanos a adoção das providências cabíveis para fins de instalação, mediante Portaria, da Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria (art. 2º, inciso XI, da Lei Federal n. 13.019/2014), designando, desde logo, os seguintes servidores: Juliana Fistarol, Rodrigo Morbach e Willy Bagatoli.

Ascurra/SC, 17 de abril de 2017.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI

PREFEITO

Atalanta

PREFEITURA

EDITAL 5/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2017
REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 5/2017 – Registro de Preço, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ATALANTA.. Julgamento: Menor Preço por Item. Abertura dia 09 de maio de 2017, às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo e-mail compras@atalanta.sc.gov.br, ou www.atalanta.sc.gov.br - licitações ou pelo fone (47)3535-0015. Atalanta, 24 de abril de 2017.

JUARE MIGUEL RODERMELI- Prefeito Municipal de Atalanta-SC

EDITAL 6/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 6/2017, para o seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE UMA ROÇADEIRA, DOIS DISTRIBUIDORES DE ADUBO ORGÂNICO LIQUIDO E TRÊS ESPALHADORES DE CALCÁRIO PARA A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO MUNICIPIO DE ATLANTA. Contrato: 816801/2015, Operação 1022978-54/MAPA/CAIXA. Julgamento: Menor Preço por Item. Abertura dia 11 de maio de 2017, às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo e-mail compras@atalanta.sc.gov.br, ou www.atalanta.sc.gov.br - licitações ou pelo fone (47)3535-0015. Atalanta, 24 de abril de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL- Prefeito Municipal de Atalanta-SC

REVOGAÇÃO 2/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ATALANTA

CNPJ: 11.211.260/0001-22
AVENIDA XV DE NOVENBRO
C.E.P.: 88410-000 - Atalanta - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 4/2016 - PR

Processo Administrativo: 4/2016
Processo de Licitação: 4/2016
Data do Processo: 08/06/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AMBULANCIA PARA A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ATALANTA

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 2 / 2017

Motivo: A PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA REVOGA O PROCESSO LICITATORIO 4/2016 PELO FATO DA EMPRESA VENCEDORA DO MESMO COMUNICAR QUE O VEÍCULO OBJETO DESTE PROCESSO NÃO POSSUI MAIS EM SUA LINHA DE PRODUÇÃO, NÃO TENDO EM SEU ESTOQUE PARA ENTREGA DO MESMO. DESTA FORMA REVOGA-SE O REFERIDO PROCESSO E A PREFEITURA REALISARÁ UM NOVO PROCESSO COM DATA A SER PUBLICADA.

Atalanta, 26 de Abril de 2017

JUAREZ MIGUEL RODERMEL
PREFEITO MUNICIPAL

Aurora

PREFEITURA

RESULTADO CHAMADA PÚBLICA 001/2017 - CORRETO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

RESULTADO LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Chamada Pública Nº. 001/2017. Vencedor o Sr. José André Gesser com o valor total de R\$ 21.013,08 (vinte e um mil, treze reais e oito centavos).

Aurora, 10 de Abril de 2017.
Alfonso Maria Souza
Prefeito Municipal

RESULTADO PP 002/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESULTADO LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial Nº. 002/2017 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Vencedor a empresa: SORAIA BARDET SU-MARIVA - ME com 27% de desconto sobre a Revista ABC Farma.

Aurora, 20 de Abril de 2017.
Alfonso Maria Souza
Prefeito Municipal

RESULTADO PP 003/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESULTADO LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial Nº. 003/2017 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Vencedores as empresas: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, itens, 16, 20, 21, 23, 28, 34, 37, 77 e 95 com o valor total de R\$ 6.363,06 e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, itens, 4, 5, 35, 36, 40, 44, 45, 58, 64, 66, 84 e 90 com o valor total de R\$ 16.802,80.

Aurora, 24 de Abril de 2017.
Alfonso Maria Souza
Prefeito Municipal

RESULTADO PP 017/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

RESULTADO LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial Nº. 017/2017. Vencedores as empresas: KLEIDEANE NEUBER EIRELI ME, itens 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 33, 36, 37 e 38 com o valor total de R\$ 66.534,00. FM PNEUS LTDA, itens 6 e 22 com o valor total de R\$ 8.500,00. RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP, itens 4, 12, 13, 16, 20, 25, 27, 28 e 32 com o valor total de R\$ 33.354,00. TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP, itens 10, 34 e 35 com o valor total de R\$ 2.730,00.

Aurora, 26 de Abril de 2017.
Alfonso Maria Souza
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 01/2017 FMDR

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017 - FMDR
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 - FMDR
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PRANCHA 6X4 TRAÇADO COM PLATAFORMA FIXA, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Total do Fornecedor: R\$279.000,00

A presente Ata terá validade de 1(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei, vigorando até o dia 14 de abril de 2018.

Balneário Piçarras, 12 de abril de 2017.

Aires Damião Testoni – Gestor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

REEQUILÍBRIO DE PREÇOS 01/2017 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
REEQUILÍBRIO Nº01/2017 PMBP
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2016 - PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2016 - PMBP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

Considerando a justificativa técnica, bem como, a análise favorável do pedido por esta Administração Pública, com fundamento no Art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93, acertam o que segue disposto em cláusulas: Visando manter a margem de lucro anteriormente pactuada, fica alterado o preço do seguinte item: Leite Integral Languiru 1l (itens 01-11), cujo valor constante em ata é de R\$2,04 fica alterado para R\$2,69.

Balneário Piçarras, 26 de abril de 2017.

COMERCIAL STORINNY LTDA

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

CONTRATO 16/2017 - PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CONTRATO Nº 16/2017 DE 25/04/2017 - PMBP
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2017
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 03/2017
HOMOLOGADO EM 25/04/2017

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 28/2017 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 03/2017, e tem por objeto a Contratação de empresa para execução de obras e serviços de, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO DA RUA DAS FIGUEIRAS - TRECHO 1 conforme documentos anexos ao Processo, em diversos locais do Município de Balneário Piçarras, em estrita observância aos Memoriais, Planilhas e Projetos, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, documentos anexos ao Processo.

O valor total deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 143.585,71 (cento e quarenta e três mil, quinhentos e oitenta e cinco reais), conforme Planilha de Custos, parte integrante do presente contrato. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

A Contratada terá um prazo de 90 (noventa) dias para a execução do objeto, conforme Cronograma Físico Financeiro anexo ao Processo, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço pela Prefeitura Municipal.

RC RECICLAGEM E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME

Balneário Piçarras, 25 de abril de 2017

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/SAMAE/2017

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL Nº. 016/SAMAE/2017

O Município de Balneário Rincão – SC, através do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 016/SAMAE/2017 que tem como objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para locação de Banheiros Químicos para atender as necessidades do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão durante o ano de 2017, publicado na Pagina 24 da Edição Nº. 2235 publicado em 19/04/2017 no Diário Oficial dos Municípios – DOM, fica retificado o Edital e seus anexos conforme segue:

Inclui-se no sub-Item 8.4 a exigência dos seguintes Documentos Técnicos:

II- LAO (Licença Ambiental de Operação) junto a FATMA (Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina) para coleta e transporte de resíduos sépticos.

III- Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária
Permanecem os mesmos valores e quantidades solicitados no Edital, fica prorrogado para o dia: 11/05/2017 às 14h00min, com o recebimento/protocolo dos envelopes (Habilitação e Proposta) até às 13h45 do destacado dia, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93. Feita a retificação e a prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 27 de Abril de 2017.

GISELE P. FERREIRA
PREGOEIRA

DECRETO 035/2017

DECRETO/GP/Nº 035/2017, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados os membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Balneário Rincão:

I – Luiz Gustavo da Luz Neto – Representante do Chefe do Poder Executivo;

II – Nestor Back – Representante da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;

III – Luiz Fernando Casagrande – Representante da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer;

IV – Rafael Mota Custódio – Representante da Secretaria de Administração e Finanças;

V – Airton Valvito Ferreira – Representante da Secretaria de Pesca, Agricultura e Meio Ambiente;

VI – Adroaldo Faraco e José Augusto Freitas – Representantes da Associação Empresarial de Balneário Rincão;

VII – Jorge Luiz Amorim Costa - Representante da Câmara Municipal de Vereadores;

VIII – Fernando Selinger e Rogério José Cardoso – Representantes da CDL de Balneário Rincão.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 25 de abril de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 25 de abril de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

DECRETO 036/2017

Decreto nº 36, de 26 de Abril de 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº Lei nº 281, de 20 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	09	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	09.01	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	09	Gestão da Saúde Pública
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	02	Receitas de Transferências de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.050	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	17	

Valor: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, será utilizado a anulação parcial da dotação do Orçamento Geral do Município, conforme preceitua o Artigo 8º, da Lei 281, de 20 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária Anual (LOA), no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), de acordo com o previsto no Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	09	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	09.01	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde

PROGRAMA	09	Gestão da Saúde Pública
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	02	Receitas de Transferências de Impos- tos - Saúde
PROJETO/ATIVI- DADE	2.050	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.1.40.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	12	

Valor: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 26 de abril de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 26 de abril de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO Nº19 FMS

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017

EDITAL DE PREGÃO PARA REGISRO DE PREÇO Nº 19/2017

O Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço, objetivando a Aquisição de medicamentos destinados a Farmácia Básica do Município. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 11 de maio de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 27 de abril de 2017.

NILVA BAU BOSS

Gestora FMS

PORTARIA Nº 121, DE 27 DE ABRIL DE 2017. "CONCEDE LICENÇA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 121, de 27 de abril de 2017.

"Concede licença e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município. combinado com o que consta no Art.124, da Lei Complementar 037/2011, de 07 de novembro de 2011.

Resolve.

Art. 1º - Conceder licença maternidade a servidora Eliane dos Santos, matrícula nº418402, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Turismo sob regime Estatutário, pelo período de 27 de abril a 23 de outubro de 2017.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 27 de abril de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 36/2017

PORTARIA Nº 36/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV.

RESOLVE:

Art. 1º - ESTABELECEER, Ponto Facultativo no âmbito da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no dia 28 de abril de 2017, sexta-feira, em razão de "greve geral".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência, 26 de abril de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

TERMO HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS - Nº 001/2017 - PREF

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017

HOMOLOGAÇÃO: 27/04/2017

CONTRATADO: NDS – TORNEARIA E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

OBJETO: PRESTAÇÃO DO SERVIÇOS DE SOLDA, TORNO E MECÂNICA, PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL

VALOR: R\$ 114.000,00 (Cento e quatorze mil reais).

Bela Vista do Toldo, (SC) 27 de Abril de 2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO**

Página: 1/8

Processo Nº.: 15/2017**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2017****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2017**

No dia 24 do mês de Abril do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.888/0001-86, com sede administrativa localizada na RUA ESTANISLAU SCHUMANN, 839, bairro CENTRO, CEP nº. 89478-000, nesta cidade de Bela Vista do Toldo/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). ADELMO ALBERTI, inscrito no CPF sob o nº. 948.399.059-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 10/2017, Processo Licitatório nº. 15/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM A APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS E PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS, VANS, CAMINHÕES E MÁQUINAS, DA PREFEITURA E SEUS FUNDO MUNICIPAIS CONFORME MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE SOBRE A TABELA DO FABRICANTE. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
824	AUTO ELETRICA SILVESTRE - ORDILEI SILVESTRE	1, 2, 3, 4, 25, 26, 27, 28, 29, 30
2332	AUTO PECAS MARGOTI LTDA - EPP	5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24
2283	CHECK-UP AUTOMECANICA EIRELI - ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AUTO ELETRICA SILVESTRE - ORDILEI SILVESTRE	06.145.465/0001-17	ORDILEI SILVESTRE	950.593.859-49
AUTO PECAS MARGOTI LTDA - EPP	10.173.480/0001-46	JAMIR MARGOTI	665.072.609-59
CHECK-UP AUTOMECANICA EIRELI - ME	24.396.348/0001-08		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM A APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS E PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS, VANS, CAMINHÕES E MÁQUINAS, DA PREFEITURA E SEUS FUNDO MUNICIPAIS CONFORME MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE SOBRE A TABELA DO FABRICANTE.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MAIOR DESCONTO SOBRE TABELA/CATALOGO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 824 - AUTO ELETRICA SILVESTRE - ORDILEI SILVESTRE						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Peças utilizadas na revisão de Motocicletas conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
2	Mão de Obra utilizada na revisão de Motocicletas conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
3	Peças utilizadas na revisão de Veículos de Passeio e Utilitários de Pequeno Porte conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
4	Mão de Obra utilizada na revisão de Veículos de Passeio e Utilitários de Pequeno Porte conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO

Página: 2/8

Processo Nº.: 15/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2017

Fornecedor: 824 - AUTO ELETRICA SILVESTRE - ORDILEI SILVESTRE

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
25	Peças utilizadas na revisão ou reparos de Funilaria da Frota Municipal conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
26	Mão de Obra utilizadas na revisão ou reparos de Funilaria da Frota Municipal conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
27	Peças utilizadas na revisão ou reparos de Elétrica Linha Leve da Frota Municipal conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
28	Mão de obra utilizada na revisão ou reparos de Elétrica Linha Leve da Frota Municipal conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado	UN		1,000	0,0000	0,00
29	Peças utilizadas na revisão ou reparos de Elétrica Linha Pesada da Frota Municipal conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
30	Mão de obra utilizada na revisão ou reparos de Elétrica Linha Pesada da Frota Municipal conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00

Fornecedor: 2332 - AUTO PECAS MARGOTI LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Peças utilizadas na revisão de Vans conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
6	Mão de Obra utilizada na revisão de Vans conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
7	Peças utilizadas na revisão de Caminhões conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
8	Mão de Obra utilizada na revisão de Caminhões conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
9	Peças utilizadas na revisão de Micros e Ônibus conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
10	Mão de Obra utilizada na revisão de Micros e Ônibus conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
11	Peças utilizadas na revisão de Máquinas Marca Volvo conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Sistema Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
12	Mão de Obra utilizada na revisão de Máquinas Marca Volvo conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
13	Peças utilizadas na revisão de Máquinas Marca Caterpillar conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
14	Mão de Obra utilizada na revisão de Máquinas Marca Caterpillar conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
15	Peças utilizadas na revisão de Máquinas Marca Massey Ferguson conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
16	Mão de Obra utilizada na revisão de Máquinas Marca Massey Ferguson conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
17	Peças utilizadas na revisão de Máquinas Marca Case conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
18	Mão de Obra utilizada na revisão de Máquinas Marca Case conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO

Página: 3/8
 Processo Nº.: 15/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2017

Fornecedor: 2332 - AUTO PECAS MARGOTI LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
19	Peças utilizadas na revisão de Máquinas Marca Valtra conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
20	Mão de Obra utilizada na revisão de Máquinas Marca Valtra conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
21	Peças utilizadas na revisão de Máquinas Marca JcB conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
22	Mão de Obra utilizada na revisão de Máquinas Marca JcB conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
23	Peças utilizadas na revisão ou reparos de Bomba, Bicos Injetores e Sistemas Eletrônicos da Frota Municipal conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00
24	Mão de Obra utilizada na revisão ou reparos de Bomba, Bicos Injetores e Sistemas Eletrônicos da Frota Municipal conforme descrição em anexo na nota fiscal deduzido o desconto mínimo em percentual conforme Tabela Fabricante e ou Preço Mercado.	UN		1,000	0,0000	0,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO

Página: 4/8
Processo Nº.: 15/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2017

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO

Página: 5/8
Processo Nº.: 15/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO

Página: 6/8
Processo Nº.: 15/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO

Página: 7/8
Processo Nº.: 15/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUN. DE BELA VISTA DO TOLDO

Página: 8/8
Processo Nº.: 15/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2017

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bela Vista do Toldo para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Bela Vista do Toldo, 24 de Abril de 2017.

ADELMO ALBERTI
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AUTO ELETRICA SILVESTRE - ORDILEI SILVESTRE	CNPJ: 06.145.465/0001-17	_____
AUTO PECAS MARGOTI LTDA - EPP	CNPJ: 10.173.480/0001-46	_____
CHECK-UP AUTOMECANICA EIRELI - ME	CNPJ: 24.396.348/0001-08	_____

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.º 10/2017

PORTARIA Nº 10 DE 01 DE ABRIL DE 2017.

ANTONIO ALBERTI, Presidente da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais:

RESOLVE

1º - REINTEGRAR a funcionária MARIA EMILIA SCHIESSL ALBERTI, que passa a ocupar no quadro efetivo o cargo Contador da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, conforme comunicado protocolado em 31. 03. 2017, sob o n. de protocolo 1.256/2017.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, SC, 01 de abril de 2017.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

ANTONIO ALBERTI
Presidente

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria desta Casa, na data supra.

SANDRO MIELKE
1º secretario

Benedito Novo

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 01/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 01/2017.

Dispõe sobre as Contas do Exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Benedito Novo/SC.

A Mesa da Câmara Municipal de Benedito Novo/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, artigo 16 inciso XII, e Decreto Legislativo nº 01/91 - Regimento Interno, artigo 93 inciso II e, considerando o resultado da votação em plenário, que aprovou o relatório do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

DECRETA:

Art. 1º- Ficam as Contas do Exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Benedito Novo/SC, aprovadas conforme votação na reunião Ordinária do dia 24/04/2017.

Art. 2º- Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos 25 de abril de 2017.

Almir Butzke

Presidente da Câmara

Marlei Adriana Beyer Floriani

Primeira Secretária

Wilmar Meyer

Segundo Secretário

Biguaçu

PREFEITURA

COMUNICADO PREGÃO PRESENCIAL 16/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

COMUNICADO 02

Comunicamos às empresas interessadas no PP 16/2017-FMS, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RADIOLOGIA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que devido a erro de digitação no comunicado 01 publicado no DOM na data de 25/04/2017, onde indica a data e horário do recebimento e abertura dos envelopes de propostas e habilitação. Deste modo, como a data de realização do certame esta correta, altera-se o texto do comunicado 01 conforme segue:

DATA DA REALIZAÇÃO: 10 de maio, 2017

HORÁRIO: 14:00 HORAS

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:
Até às 13:45 horas, do dia 10 de maio, 2017;

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:
Às 14:00 horas, do dia 10 de maio, 2017;

LOCAL DE RECEBIMENTO E ABERTURA: PRAÇA NEREU RAMOS, 90 – BIGUAÇU-SC, SETOR DE LICITAÇÕES.

VALOR PREVISTO: R\$ 333.792,00

As demais informações constantes no edital de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 27 de abril de 2017.
Mirella da Conceição
Pregoeira

COMUNICADO PREGÃO PRESENCIAL N° 90/2017 - REGISTRO DE PREÇO - PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

COMUNICADO

Comunicamos as empresas interessadas no PP 90/2017-PMB, com objeto a AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E ESTRADAS E CONSTRUÇÃO DE ALAS PARA PONTES E BUEIROS E DE ASFALTO FRIO PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RUAS (TAPA BURACO).

Considerando as informações passadas pelo memorando 3.863/2017 pelo Secretário de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transporte, onde solicita alterações do item nº 01 constante no Anexo 01 do edital, devido ao recebimento de duas impugnações ao processo em questão, altera-se o edital:

Onde lê se no preâmbulo do edital:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N.º 90/2017 PMB

DATA DA REALIZAÇÃO: 27 de abril de 2017

HORÁRIO: 16:00 HORAS

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:
Até às 15:45 horas, do dia 27 de abril de 2017;

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 16:00 horas, do dia 27 de abril de 2017;

Leia se no preâmbulo do edital:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N.º 90/2017 PMB

DATA DA REALIZAÇÃO: 16 de maio de 2017

HORÁRIO: 14:00 HORAS

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 13:45 horas, do dia 16 de maio de 2017;

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 14:00 horas, do dia 16 de maio de 2017;

Onde lê se no Anexo 01 do edital:

Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Valor Referência	Valor Ref. Total
1	- ASFALTO FRIO - MASSA ASFALTICA USINADA A QUENTE, COMPOSTA POR PEDRISCO, PÓ DE PEDRA E CAP (CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO) MODIFICADO POR POLÍMETROS ENRIQUECIDOS COM 1,5% DE PÓ DE BORRACHA, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO. GRANULOMETRIA MÍNIMA DE 97% NA PENEIRA DE 3/8, TEOR DE BETUME ENTRE 4% E 6% CONFORME NORMA 053/94 DO DNER. AS SACAS DEVERÃO CONTER 25 KG E TER PRAZO DE VALIDADE DE ATÉ 01 ANO. O PRODUTO SERÁ USADO NA MANUTENÇÃO CORRETIVA DE PAVIMENTOS E REVESTIMENTOS ASFÁLTICOS, PODENDO SER APLICADO DIRETAMENTE NA ÁGUA. A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR LAUDO DO PRODUTO OFERTADO, CERTIDÃO DE ENGENHEIRO QUÍMICO RESPONSÁVEL PELO PRODUTO COM REGISTRO JUNTO AO CREA E CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA.	UNIDADE	1.200	26,6000	31.920,0000

Leia se no Anexo 01 do edital:

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quant.	Valor referencia	Valor referencia Total
1	ASFALTO FRIO - MASSA ASFALTICA USINADA A QUENTE, COMPOSTA POR PEDRISCO, PÓ DE PEDRA E CAP (CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO) MODIFICADO POR POLÍMEROS ENRIQUECIDOS COM 1,5% DE PÓ DE BORRACHA, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO. GRANULOMETRIA ENTRE 75 E 100% NA PENEIRA DE 3/8, TEOR DE BETUME ENTRE 4% E 6% CONFORME NORMA 053/94 DO DNER. AS SACAS DEVERÃO CONTER 25 KG E TER PRAZO DE VALIDADE DE ATÉ 01 ANO. O PRODUTO SERÁ USADO NA MANUTENÇÃO CORRETIVA DE PAVIMENTOS E REVESTIMENTOS ASFÁLTICOS, PODENDO SER APLICADO DIRETAMENTE NA ÁGUA. A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS: CERTIDÃO DE REGISTRO JUNTO AO CREA; CERTIDÃO DE REGISTRO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO JUNTO AO CREA; LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO (LAO); LICENÇA DE COMERCIALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA EMITIDA PELA FATMA (EM CASO DE USINAGEM POR TERCEIROS).	UNIDADE	1.200	26,6000	31.920,0000

As demais informações constantes no edital de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 27 de abril de 2017.

Mirella da Conceição
Pregoeira

LEI Nº 3726/2017

LEI Nº 3726/2017 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA A INDENIZAÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL ATRAVÉS DE PERMUTA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contrato de permuta de imóvel pertencente a esta municipalidade, localizada no bairro Fundos, conforme descrição no inciso I deste artigo com área particular de propriedade do Sr. José Mendes, localizada no bairro Rio Caveiras, Rua Pedro Veríssimo das Neves, neste Município conforme descrição no inciso II deste artigo:

I - Um terreno com área de 553,46 m² (quinhentos e cinquenta e três metros e quarenta e seis decímetros quadrados), situado na Rua Clementina de Andrade, Bairro Fundos, nesta Cidade e Comarca de Biguaçu/SC, com a seguinte descrição: Partindo-se do vértice V1 com coordenadas X=732374.3043 e Y=6954206.6139, seguindo com azimuth 237º36'02" e distância 45,04 metros chega-se ao vértice V2 com coordenadas X=732336.2747 e Y=6954182.4801, confrontando com terras da expropriada Porto Sul Construtora e Incorporadora LTDA; deste com azimuth de 331º45'47" e distancia 12,00 metros chega-se ao vértice V3 com coordenadas X=732330.5973 e Y=6954193.0521, confrontando com terras de propriedade de Anselmo Agostinho Schmitz; deste com azimuth de 9,32 metros chega-se do vértice V4 com coordenadas X=732338.0588 e Y= 6954198.6400; deste com azimuth de 56º31'41" e distancia 12,17 metros chega-se ao vértice V5 com coordenadas X= 732348.2188 e Y=6954205.3576; deste com azimuth de 63º07'27" e distancia 0.86 metros chega-se ao vértice V6 com coordenadas X= 732348.9880 e Y= 6954205.7475; deste com azimuth de 63º07'27" e distancia 11,26 metros chega-se ao vértice V7 com coordenadas X=732359.0353 e Y=6954210.8394, todos confrontando com terras de propriedade de Fernando Gomes Pimenta; deste com azimuth de 56º21'11" e distancia 11,09 metros chega-se ao vértice V8 com coordenadas X=732368.2750 e Y=6954216.9892, confrontando com terras de propriedade de Antônio Adinei Alves, deste com azimuth de 149º50'17" e distancia 12,00 metros chega-se ao vértice V1, ponto origem deste perímetro, confrontando com terras de propriedade de José Braz da Rosa.

II - Um terreno situado no lugar Rio Caveiras, neste Município, designado por lote número quatorze (14) da quadra "K", do loteamento "Jardim Carandaí", medindo doze metros (12,00m²) de frente, por trinta metros (30,00m²) de fundos, com área de trezentos e sessenta metros quadrados (360,00m²) confrontando na frente com a rua "C", nos fundos com terras de Wilibaldo Schmitz, pela lateral direita com o lote número 13 e pela lateral esquerda com o lote número 15.

Art. 2º As partes envolvidas nesta desapropriação estarão isentas de eventuais impostos ou taxas municipais que sobrevierem relativos a presente transmissão imobiliária.

Art 3º. A fica revogada a Lei nº 3539 de 19 de dezembro de 2014.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 27 de abril de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Lei nº 3726/2017, de 27/04/2017
Sancionada em 27/04/2017
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

LEI Nº 3727/2017

LEI Nº 3727/2017 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE A REVISÃO GERAL DE QUE TRATA O ARTIGO 37, X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, NOS PROVENTOS DOS SERVIDORES INATIVOS, NA REMUNERAÇÃO DOS COMISSIONADOS E TEMPORÁRIOS, SOBRE O SUBSÍDIO PAGOS AOS AGENTES POLÍTICOS, CONCEDE REVISÃO, FIXA O PISO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ALTERA O VALOR DO VALE ALIMENTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Os vencimentos dos servidores públicos municipais ativos do Poder Executivo, de sua Administração Direta e Indireta, os proventos dos inativos e pensionistas com paridade, a remuneração dos servidores comissionados e temporários, os subsídios pagos aos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais), a remuneração dos membros do Conselho Tutelar, os Agentes de Endemias, Agentes Comunitários de Saúde e as gratificações de funções de confiança, na forma de revisão geral anual, prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, ficam revisados em 7,58% (sete vírgula cinquenta e oito por cento), correspondente as perdas inflacionárias do ano de 2016, observando o seguinte cronograma:

I – 6,58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento), a partir do dia 1º do mês de abril de 2017;

II – 1,00% (um por cento), a partir do dia 1º do mês de julho de 2017.

§ 1º - Fica determinada a aplicação da medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal contida na ADI 4582, para que seja aplicado o índice de revisão geral anual disposto no caput deste artigo para os proventos dos servidores aposentados e para os pensionistas que não possuam paridade.

Art. 2º - Fica fixado como piso de vencimento dos servidores públicos municipais, conforme fracionado no art. 1º desta Lei:

I - o valor de R\$ 955,93 (novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e três centavos), a partir de 1º de julho de 2017;

II - exclusivamente, para os profissionais do magistério, com carga horária de 40 horas semanais, o valor de R\$ 2.851,33 (dois mil oitocentos e cinquenta e um reais e trinta e três centavos), a partir de 1º de julho de 2017.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a reajustar em 30% (trinta por cento) o valor pago a título de Vale-Alimentação, nos termos fixados pela Lei municipal nº 2968/2010 e pela alteração conferida pela Lei nº 3219/2012, a partir do mês-referência maio de 2017, fixando os valores nos seguintes termos:

I - R\$ 340,70 (trezentos e quarenta reais e setenta centavos) para os servidores que tiverem carga horária de 40 horas semanais;

II - R\$ 255,52 (duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) para os servidores que tiverem carga horária de 30 horas semanais;

III - R\$ 170,35 (cento e setenta reais e trinta e cinco centavos) para os servidores que tiverem carga horária de 20 horas semanais;

IV - R\$ 85,17 (oitenta e cinco reais e dezessete centavos) para os servidores que tiverem carga horária de 10 horas semanais.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de verba específica do orçamento do Município.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 27 de abril de 2017.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Lei nº 3727/2017, de 27/04/2017
Sancionada em 27/04/2017
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

LEI Nº 3728/2017

LEI Nº 3728/2017 DE 27 DE ABRIL DE 2017.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR ACORDO, NO PROCESSO JUDICIAL N.º 0303587-05.2014.8.24.0007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal através da Procuradora-Geral do Município de Biguaçu, autorizada a firmar acordo no processo de n.º 0303587-05.2014.8.24.0007.

Art. 2º - O acordo de que trata o art. 1º desta Lei, será firmado com a finalidade de por fim a lide, haja vista que o referido concurso público foi considerado válido, através de sentença Judicial.

Art. 3º - O acordo feito a partir desta Lei tratará exclusivamente para chamada da candidata que adquiriu direito por via Judicial, proferida nos autos n. 2005.030103-1, do TJSC.

Art. 4º - O acordo não poderá tratar de pagamentos ou indenizações pecuniárias.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 27 de abril de 2017.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Lei nº 3728/2017, de 27/04/2017
Sancionada em 27/04/2017
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 1648/2017

PORTARIA Nº 1648/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JULIANA APARECIDA DALPRA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3932/2017 em anexo no período de 11/04/2017 a 13/04/2017 e 17/04/2017 a 17/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1649/2017

PORTARIA nº 1649/2017

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, RONITA ROSINA KE-RICH, ocupante do cargo de provimento temporário de TÉCNICO E EDUCAÇÃO – 40HS lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 17/04/2017 a 14/08/2017.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 15/08/2017 a 13/09/2017.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.
Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1650/2017

PORTARIA nº 1650 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MERCEDES MARTA VARGAS DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1651/2017

PORTARIA nº 1651 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PRISCILLA SOUZA DOS SANTOS LAMB, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1652/2017

PORTARIA nº 1652 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANA CECI DA LUZ HERNANDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1653/2017

PORTARIA nº 1653 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para

Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TELMA REGINA DA SILVA MIRANDA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1654/2017

PORTARIA nº 1654 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), APARECIDA SANTOS DA COSTA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1655/2017

PORTARIA nº 1655 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), AURELIA KELLY DA PAIXÃO DA SILVA CUNHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1656/2017

PORTARIA nº 1656 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), HILDA MARIA DE MELO DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1657/2017

PORTARIA nº 1657 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDRÉ JUCÉLIO PRAZERES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1658/2017

PORTARIA nº 1658 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARILANDE ESTEVÃO CABRAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1659/2017

PORTARIA nº 1659 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA DE LOURDES NEVES DA SILVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1660/2017

PORTARIA nº 1660 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DEBORA ALEXANDRE, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1661/2017

PORTARIA nº 1661 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MICHELE KREISCHER SCHMID, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1662/2017

PORTARIA nº 1662 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PRISCILA COSTA INDRIGO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1663/2017

PORTARIA nº 1663 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NAJARA CRISTINA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1664/2017

PORTARIA nº 1664 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), BETH MICHELE DE SENA CAMPOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1665/2017

PORTARIA nº 1665 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCELO DE JESUS MENDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1666/2017

PORTARIA nº 1666 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SONIA TERESINHA DE MELO FIRMO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1667/2017

PORTARIA nº 1667 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLAUDIA VALQUIRIA FERREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1668/2017

PORTARIA nº 1668 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TATIANA BORDULIS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1669/2017

PORTARIA nº 1669 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), THIAGO ERNESTO DA CUNHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1670/2017

PORTARIA nº 1670 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FERNANDA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1671/2017

PORTARIA nº 1671 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ISABELA ROSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1672/2017

PORTARIA nº 1672 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DANIELA CRISTINA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1673/2017

PORTARIA nº 1673 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VANDERLEA LACI SAGAS DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1673/2017

PORTARIA nº 1673 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VANDERLEA LACI SAGAS DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1674/2017

PORTARIA nº 1674 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RAQUEL MARIA RODRIGUES CONSTANCIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 04/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 04/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1675/2017

PORTARIA nº 1675 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JILIANA MULLER MACHADO DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 10/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 10/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1676/2017

PORTARIA nº 1676 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RAQUEL CORREIA FRANÇA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 08/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 08/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1677/2017

PORTARIA nº 1677 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA JOSE DOS SANTOS SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1678/2017

PORTARIA nº 1678 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIZA NUNES DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1679/2017

PORTARIA nº 1679 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VANESSA FELICIO GUEDES SOARES, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1680/2017

PORTARIA nº 1680 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GLORIA SANTINA ROCHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1681/2017

PORTARIA nº 1681 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADELIA TOMAZ ANDRE MARQUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1682/2017

PORTARIA nº 1682 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PATRICIA ISONIR MARTA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1683/2017

PORTARIA nº 1683 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARILEIA ROSA FERREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1684/2017

PORTARIA nº 1684 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIANE ERONDINA RAMOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1685/2017

PORTARIA nº 1685 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARCELENA CUSTODIO ALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 23/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1686/2017

PORTARIA nº 1686 de 20 de abril de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIANE CORDOVA BATISTA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/04/2017 a 30/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
Heron Felício Ferreira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1687/2017

PORTARIA nº 1687 de 20 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Viviane Cristina Fontanella de Castro, detentor do cargo de provimento efetivo de Escriturário, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Controle e Avaliação, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1688/2017

PORTARIA nº 1688 de 20 de abril de 2017

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 197/2017, do(a) servidor(a) Adriani Barbosa, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Diretor de Atenção Básica e Educação Permanente, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1689/2017

PORTARIA nº 1689 de 20 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Adriani Barbosa, detentor do cargo de provimento efetivo de Escriturário, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Compras, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1690/2017

PORTARIA nº 1690 de 20 de abril de 2017

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 201/2017, do(a) servidor(a) Giordana Biancon Gandolfi Ouriques, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Diretor de Licitações, Contratos e Compras, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1691/2017

PORTARIA nº 1691 de 20 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Giordana Biancon Gandolfi Ouriques, detentor do cargo de provimento efetivo de Escriturário, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Atenção Básica e Educação Permanente, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1692/2017

PORTARIA nº 1692 de 20 de abril de 2017

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Valdir José Gonçalves, detentor do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina e Equipamentos Pesados, para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Máquinas e Equipamentos Pesados, nos termos do art. 29, caput da Lei Complementar nº 113/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1693/2017

PORTARIA nº 1693 de 20 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIANA HEINZ QUILIN DE LIMA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada 31/03/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1694/2017

PORTARIA nº 1694 de 20 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PAOLA HERNANDES CUTY de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1695/2017

PORTARIA nº 1695 de 20 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro

de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TAIS CRISTINA DA SILVA PERPETUA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/03/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1696/2017

PORTARIA nº 1696 de 20 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIANE ANA DA SILVA CORREIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1697/2017

PORTARIA nº 1697 de 20 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIZETE MARIA PERES NIENKOTTER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/04/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1698/2017

PORTARIA nº 1698 de 20 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIO CESAR RODRIGUES DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III – EDUCAÇÃO FÍSICA, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/03/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1699/2017

PORTARIA nº 1699 de 20 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELOARA TOMAZONI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III – PORTUGUÊS, com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/03/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1700/2017

PORTARIA nº 1700 de 20 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ENICE SOARES DA SILVA MARIA-NO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/04/2017 a 25/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1701/2017

PORTARIA nº 1701 de 20 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TAYNARA DE SOUZA KIRCHNER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/04/2017 a 25/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1702/2017

PORTARIA nº 1702 de 20 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIZETE SCHMIDT DOS SANTOS,

de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1703/2017

PORTARIA nº 1703 de 20 de abril de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MYRIAN MORFIM SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/04/2017 a 02/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
KATIA Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1704/2017

PORTARIA nº 1704 de 20 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) TELMA REGINA DA SILVA MIRANDA detentor do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1705/2017

PORTARIA nº 1705 de 20 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) MARINA DE SOUZA detentor do cargo de provimento temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com jornada de 40hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1706/2017

PORTARIA nº 1706 de 20 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) DAIANA COSTA DE SOUZA detentor do cargo de provimento temporário de AGENTE DE ENDEMIAS, com jornada de 40hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 18/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1707/2017

PORTARIA Nº 1707/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MAGALI MERY DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3558/2017 em anexo no período de 11/04/2017 a 02/10/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1708/2017

PORTARIA Nº 1708/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), IVONE BRAULINA MARTINS, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3562/2017 em anexo no período de 09/04/2017 a 17/07/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1709/2017

PORTARIA Nº 1709/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), SONIA ZIMMERMANN, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3294/2017 em anexo no período de 30/03/2017 a 29/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1710/2017

PORTARIA Nº 1710/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANA MARIA FONSECA DE OLIVEIRA BATISTA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3705/2017 em anexo no período de 03/04/2017 a 02/05/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1711/2017

PORTARIA Nº 1711/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ELIZANDRA DA SILVA FLORENÇO MARQUES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3248/2017 em anexo no período de 17/04/2017 a 15/07/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1712/2017

PORTARIA Nº 1712/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS BORGES, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3467/2017 em anexo no período de 08/04/2017 a 12/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1713/2017

PORTARIA Nº 1713/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), RITA DE CACIA CUNHA DO AMARAL GASPAR, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3500/2017 em anexo no período de 04/04/2017 a 07/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1714/2017

PORTARIA Nº 1714/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo efetivo de OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3383/2017 em anexo no período de 03/04/2017 a 02/05/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1715/2017

PORTARIA Nº 1715/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), EVELYNN VERGUEIRO BALCAZAR MARTINEZ, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3422/2017 em anexo no período de 20/02/2017 a 21/02/2017, 10/03/2017 a 10/03/2017, 15/03/2017 a 15/03/2017 e 30/03/2017 a 31/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1716/2017

PORTARIA Nº 1716/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ROSANA APARECIDA ARAGÃO DA SILVEIRA, ocupante do Cargo efetiva de PROFESSORA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3848/2017 em anexo no período de 13/04/2017 a 27/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1717/2017

PORTARIA Nº 1717/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), RITA DE CASSIA NASCIMENTO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V – SERVENTE lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 11/04/2017 a 10/05/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1718/2017

PORTARIA Nº 1718/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARILETE MARTINS, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV – MERENDEIRA lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 18/04/2017 a 07/05/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1719/2017

PORTARIA Nº 1719/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), VALDIRENE VERA DE AMORIM HERING, ocupante do Cargo temporário de PROFESSORA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3879/2017 em anexo no período de 15/04/2017 a 21/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1720/2017

PORTARIA Nº 1720/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LUANA COMICHOLLI LINO, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3856/2017 em anexo no período de 15/04/2017 a 29/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1721/2017

PORTARIA Nº 1721/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de FISCAL DO MEIO AMBIENTE lotado na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3430/2017 em anexo no período de 06/04/2017 a 02/07/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1722/2017

PORTARIA nº 1722 de 20 de abril de 2017

Reconhece a alteração da nomenclatura dos cargos comissionados criados nos termos da Lei Complementar nº 113/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a alteração da nomenclatura dos cargos comissionados criados nos termos da Lei Complementar nº 113/2017 e suas posteriores alterações da Lei Complementar nº 47/2011, estabelecendo efeitos para os seguintes servidores:

Nome	Nomenclatura Atual	Nomenclatura Nova
Jordana Silveira neves	ASSESSOR DE GABINETE	ASSESSOR DE GABINETE DO VICE-PREFEITO
Fernando Nunes da Cunha	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSESSOR TÉCNICO DA PROCURADORIA
Tatiany Bittencourt Jacinto	ANALISTA DE DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS	GERENTE DE ANÁLISE DE RECURSOS HUMANOS
Márcio Gusmão de Lima	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSESSOR TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Ricardo Dotto	ASSISTENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL	ASSESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL
Antonio Carlos Pereira	ASSISTENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL	ASSESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL
Charles Correa	ASSISTENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL	ASSESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL
Matheus Conrado Bizatto	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ASSESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
Ana Lucia da Silva	DIRETOR DA POLICLÍNICA MUNICIPAL	DIRETOR DE APOIO E SUPORTE ELETRÔNICO DA POLICLÍNICA MUNICIPAL
Marcia de Fátima Borges Badalotti	DIRETOR ADMINISTRATIVO	DIRETOR DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO
Marileia Glória Ferreira	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSESSOR TÉCNICO DA SAÚDE
Leonardo Simões da Silveira	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSESSOR TÉCNICO DA SAÚDE
Paulo Rodrigo Ferreira	DIRETOR GERAL	DIRETOR GERAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Irineu Davi Kuhn	DIRETOR DE MANUTENÇÃO DE OBRAS	DIRETOR DE MANUTENÇÃO DE OBRAS EM GERAL
Saul de Mello Ferreira	DIRETOR DE TRÂNSITO	DIRETOR MUNICIPAL DE TRÂNSITO
Danubya Lara da Costa Leiroza	PROCURADOR ADJUNTO	PROCURADOR ADJUNTO DA FAMABI
Eliane Nila Lino da Silva	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSESSOR TÉCNICO DA FAMABI
Alexandre Guedes	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSESSOR TÉCNICO DA FAMABI
Cristiane da Silva	COORDENADOR DO CREAS	COORDENADOR DO RECREIA
Nelson Cesar de Oliveira	DIRETOR DE PESCA, MARICULTURA E AQUICULTURA	DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA PESCA, MARICULTURA E AQUICULTURA
Valdir Valdemiro Bittencourt	DIRETOR OPERACIONAL	DIRETORIA DE OPERAÇÕES DA PESCA, MARICULTURA E AQUICULTURA
Anderson Rodrigues de Faria	GERENTE ADMINISTRATIVO	GERENTE DE ATENDIMENTO O AGRICULTOR
Rodrigo Cesar Ocker	DIRETOR GERAL	DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Claudete Alvim Querino	CHEFE DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	CHEFE DE INTEGRAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Bárbara Faganello	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSESSOR TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Thiago de Carvalho Borba	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSESSOR TÉCNICO DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

Art. 2º A alteração da nomenclatura não implica o acréscimo de novas atribuições e não acarreta a fixação de novo padrão de subsídio para o cargo provido.

Art. 3º Fica vedada a realização de rescisões por força da alteração de nomenclatura dos cargos comissionados reconhecida nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1724/2017

PORTARIA nº 1724 de 20 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) TALITA CABRERA SOARES detentor do cargo de provimento temporário de MÉDICA DE EMERGÊNCIA, com jornada conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1725/2017

PORTARIA nº 1725 de 20 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) VINICIUS STRINGARI detentor do cargo de provimento temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1726/2017

PORTARIA nº 1726 de 20 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) CINTIA DE GODOI

DA ROCHA detentor do cargo de provimento temporário de FISIOTERAPEUTA, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1727/2017

PORTARIA nº 1727 de 20 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) MARIA DAS NEVES MENDES detentor do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V – SERVENTE, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1728/2017

PORTARIA nº 1728 de 20 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) LUCAS GONÇALVES DO AMARAL detentor do cargo de provimento temporário de VIGIA, com jornada de 40hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1729/2017

PORTARIA nº 1729 de 20 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) RICARDO CIDRÃO VIRISSIMO detentor do cargo de provimento temporário de VIGIA, com jornada de 40hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1730/2017

PORTARIA nº 1730 de 20 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) JEAN PATRICK ROUSSENQ KLEHN detentor do cargo de provimento temporário de MOTORISTA, com jornada de 40hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1731/2017

PORTARIA nº 1731 de 20 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) FRANCIELLI GASPARETO detentor do cargo de provimento temporário de ENFERMEIRO, com jornada de 40hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1732/2017

PORTARIA nº 1732 de 20 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) CAROLINE NIETSCHE detentor do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1733/2017

PORTARIA nº 1733 de 20 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) CELIA REGINA DA SILVA detentor do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20hs semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1734/2017

PORTARIA nº 1734 de 20 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 1641/2017, de nomeação do(a) servidor(a) Leonardo Simões da Silveira, ocorreu um equívoco quanto ao nível.

Portaria nº 1641 de 19 de abril de 2017:

Art. 1º Nomear, LEONARDO SIMÕES DA SILVEIRA, brasileiro(a),

para exercer o cargo em comissão de GERENTE PEDAGÓGICO, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Educação a contar de 19/04/2017.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Nomear, LEONARDO SIMÕES DA SILVEIRA, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de GERENTE PEDAGÓGICO, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Educação a contar de 19/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1735/2017

PORTARIA nº 1735 de 20 de abril de 2017
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) NADIA REGINA DE SOUZA DE OLIVEIRA detentor do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1736/2017

PORTARIA nº 1736 de 20 de abril de 2017
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) MARIA AUGUSTA MEDEIROS E SILVA PEREIRA detentor do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1737/2017

PORTARIA nº 1737 de 20 de abril de 2017
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) GEOVANA GARCIA CAMPOS detentor do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1738/2017

PORTARIA nº 1738 de 20 de abril de 2017
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) GISELY ELIZA MACHADO detentor do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1739/2017

PORTARIA nº 1739 de 20 de abril de 2017
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) DENISE ROMILDA QUINTINO detentor do cargo de provimento temporário de RECEPCIONISTA, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1740/2017

PORTARIA nº 1740 de 20 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) ARTHUR FABIANO DE OLIVEIRA FARIAS detentor do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30hs semanais, na Secretaria Municipal de Educação a partir de 22/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 22/04/2017.

Biguaçu, 20 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1741/2017

PORTARIA nº 1741 de 24 de abril de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) ROBSON REGIS, detentor do cargo de provimento comissionado de DIRETOR DO SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 24/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 24/04/2017.

Biguaçu, 24 de abril de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1752/2017

PORTARIA nº 1752 de 27 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 1743/2017, de nomeação do(a) servidor(a) Helena Schuelter Borguesan, ocorreu um equívoco quanto ao nome.

Portaria nº 1743 de 26 de abril de 2017:

Art. 1º. NOMEAR, HELENA SCHULTER BORGUESAN, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de ADVOGADO com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º. NOMEAR, HELENA SCHUELTER BORGUESAN, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de ADVOGADO com

jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Biguaçu, 27 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PP93/2017-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL-REGISTRO

DE PREÇOS 93/2017 PMB

OBJETO: Aquisição de pneus para uso da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Biguaçu.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 09h45min horas, do dia 16 de maio, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 10h00min horas, do dia 16 de maio, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: No site da Prefeitura www.bigua.atende.net ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 27 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DO PP 59/2016-FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DO PP 59/2016-FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA POLICLÍNICA, SMS, DST, FISIOTERAPIA, CEO, VIGILÂNCIAS E UPA.

FICA SUPRIMIDA A IMPORTÂNCIA DE R\$ 2.866,87 PARA READEQUAR O VALOR DO CONTRATO FIRMADO COM A EMPRESA CONTRATADA. CONFORME ACORDADO, O VALOR SUPRACITADO FOI ESTORNADO DA ORDEM DE COMPRA Nº 26/2017 NA SUA TOTALIDADE, QUAL SEJA R\$ 1.529,00 E DA ORDEM DE COMPRA Nº 25/2017 NO VALOR DE R\$ 1.337,87.

Biguaçu, 12 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.410/2017

LEI 8.410, DE 26 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau – ISSBLU, no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), na seguinte dotação orçamentária:

22 – INST. MUN. DE SEG. SOCIAL DO SERVIDOR DE BNU - ISSBLU 2201 – Inst. Mun. de Seg. Social do Servidor de Bnu - ISSBLU Atividade 22.01.09.272.0014.2125 – Man. Concessão de Ben. Previdenciários Modalidade 3.3.91 () Aplicações Diretas R\$ 12.000.000,00 Fonte de Recursos 0203.00000

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no artigo 1º desta Lei correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

22 – INST. MUN. DE SEG. SOCIAL DO SERVIDOR DE BNU - ISSBLU 2201 – Inst. Mun. de Seg. Social do Servidor de Bnu - ISSBLU Atividade 22.01.09.272.0014.2125 – Man. Concessão de Ben. Previdenciários Modalidade 3.1.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 12.000.000,00 Fonte de Recursos 0203.00000

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de abril de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.270/2017

DECRETO Nº 11.270, DE 26 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por conta do superávit financeiro, no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU

– SETERB

3303 – Diretoria de Trânsito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Trânsito

Modalidade 3.1.90 (58) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Modalidade 4.4.90 (60) Aplicações Diretas R\$ 900.000,00

Fonte de Recursos 0612.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de abril de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.275/2017

DECRETO Nº 11.275, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento nos art. 1º e 2º da Lei Municipal nº 8.410, de 26 de abril de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional especial no orçamento do Instituto de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU, no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), na dotação orçamentária abaixo discriminada:

22 – INST. MUN. DE SEG. SOCIAL DO SERVIDOR DE BNU - ISSBLU 2201 – Inst. Mun. de Seg. Social de Blumenau - ISSBLU Atividade 22.01.09.272.0014.2125 – Man. Conc. de Benefícios Previdenciários Modalidade 3.3.91 () Aplicações Diretas R\$ 12.000.000,00 Fonte de Recursos 0203.00000

Art. 2º O crédito adicional especial aberto no artigo 1º desta Lei, correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

22 – INSTITUTO SEGUR.SOCIAL DO SERVIDOR DE BNAU - ISSBLU 2201 – Instituto Seguridade Social de Blumenau - Issblu Atividade 22.01.09.272.0014.2125 – Man. Concessão de Ben. Previdenciários Modalidade 3.1.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 12.000.000,00 Fonte de Recursos 0203.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS Nº 17/2017

RESOLUÇÃO CMAS Nº17/2017

APROVA AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, DOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 26 de abril de 2017,

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº. 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução nº. 33, de 12 de Dezembro de 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS e que em seus artigos 84, 85 e 86 dispõe sobre a fiscalização dos Fundos de Assistência Social pelos Conselhos de Assistência Social;

- o parecer favorável da Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social - CPFAS, que analisou as Movimentações Financeiras de Janeiro e Fevereiro de 2017, em reunião realizada no dia 19 de abril de 2017, conforme consta no Relatório nº. 03/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Movimentações Financeiras do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, dos meses de Janeiro e Fevereiro de 2017 com os seguintes valores:

I – Janeiro: Receitas: R\$ 158.044,82 (cento e cinquenta e oito mil quatrocentos e quatro reais e oitenta e dois centavos) e Despesas: R\$ 449.915,11 (quatrocentos e quarenta e nove mil novecentos e quinze reais e onze centavos).

II – Fevereiro: Receitas: R\$ 834.437,21 (oitocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e um centavos) e Despesas: R\$ 504.876,29 (quinhentos e quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais e vinte e nove centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 26 de abril de 2017.

Eleonice Kopsch Brehmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2204/2017 - SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 06-2204/2017

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE/Blumenau, pelo período de 01 (um) ano, conforme especificações constantes do Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Empresa:

REFRIGERAÇÃO BASTIANI LTDA

CNPJ: 03.373.103/0001-95

Valor: R\$ 63.000,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Data da homologação: 27/04/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2201/2017 - SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 06-2201/2017

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de análises físicos-químicas e microbiológicas em água (Portaria 2.914/2011 MS e Resolução n.º 357/2005 do CONAMA); análise de *Cryptosporidium* spp e oocistos de *Giardia* spp, em água bruta nas ETA's (Portaria 2.914/2011 MS), e análise do lodo nas ETA's (NBR 10.004:2004), pelo período de 12 meses.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Empresa:

LABORATORIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP

CNPJ: 81.322.141/0001-22

Valor: R\$ 44.000,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Data da homologação: 19/04/2017

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

CC 01/2017

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC

Edital de Chamamento/Credenciamento

Processo Ano nº 07/2017

Modalidade: Concorrência nº 01/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATÓRIAS DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Forma de julgamento: menor preço por item.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 23/05/2017 às 14horas. O Edital obedece a Lei nº 8.666/e às Leis Complementares nº 123/06, 124/2014, e demais regulamentações no que couber, podendo ser retirado em inteiro teor pelos interessados através da página www.bom-jardimdasera.sc.gov.br ou ainda no setor de licitações na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 centro Bom Jardim da Serra/SC.

Bom Jardim da Serra, 27 de abril de2017.

Pedro Luiz Ostetto

Prefeito Municipal Interino

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2017

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2017

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: OTICA IMAGEM SUL BRASIL LTDA –ME

Objeto: CONTRATAÇÃO de óticas para fornecimento de lentes de grau a munícipes bomjesuenses.

Valor: R\$ 100,00 (cem reais) por auxilio por munícipe.

Vigência: 27 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 042/2017

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 42/2017

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: JURANDIR WALTER HEYDT - ME com CNPJ nº 78.217.858/0001-08

Objeto: CONTRATAÇÃO de óticas para fornecimento de lentes de grau a munícipes bomjesuenses.

Valor: R\$ 100,00 (cem reais) por auxilio por munícipe.

Vigência: 27 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2017

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2017

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ALEXANDRE RODRIGO DAL AGNOL – MEI, CNPJ nº 11.571.193/0001-57

Objeto: CONTRATAÇÃO de óticas para fornecimento de lentes de grau a munícipes bomjesuenses.

Valor: R\$ 100,00 (cem reais) por auxilio por munícipe.

Vigência: 27 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2017

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2017

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: HEMOVIDA LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA-ME com CNPJ nº 11.043.182/0001-02.

Objeto: CONTRATAÇÃO de prestação de serviços laboratoriais com coleta e realização de exames, A MUNICIPES BOMJESUENSES.

Valor: OS CONSTANTES DA TABELA SUS.

Vigência: 27 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045/2017

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2017

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FAIMA ANALISES CLINICAS LTDA-ME, CNPJ nº 14.439.041/0002-74.

Objeto: CONTRATAÇÃO de prestação de serviços laboratoriais com coleta e realização de exames, A MUNICIPES BOMJESUENSES.

Valor: OS CONSTANTES DA TABELA SUS.

Vigência: 27 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

2340.17 - L IDOSOS

lei n. 2340/17 DE 26.04.17

DISPÕE SOBRE REPASSE DE VERBAS PARA A ASSOCIAÇÃO "NÚCLEO DE APRENDIZAGEM E PRODUÇÃO MARIA TRISTÃO DA SILVA (MARIA MARIANO)".

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, a contribuir para as despesas de manutenção das atividades da Associação "Núcleo de Aprendizagem e Produção Maria Tristão da Silva (Maria Mariano)" com o valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) mensais a contar de abril com término no mês de dezembro do exercício de 2017.

Parágrafo Único. A contribuição referida no artigo 1º poderá custear despesas com luz, água, telefone, alimentos, equipamentos, materiais de consumo e serviços, pequenas reformas realizadas pela referida associação.

Art. 2º. A importância de que trata o artigo 1º será repassado até o dia 5 (cinco) de cada mês, devendo a entidade prestar contas na forma da Lei, num prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento.

Parágrafo Único. Para repasse de uma parcela da contribuição, a entidade deverá ter prestado contas da anterior.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correm por conta da dotação orçamentária, do orçamento vigente:

11.01 Fundo Municipal de Assistência Social.

08.241.0028.2401 – Assistência ao Idoso

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.50.00 – Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos

01.00 – Recursos Ordinários, do orçamento vigente.

Art. 4º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de abril, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 2294/15 de 08 de dezembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro/SC, 26 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

Maria Madalena Silveira

Responsável pela Sec. Mun. Adm. e Fazenda

449.04.17 - P. DESIGNA FUNÇÃO VOLNEI C. NUNES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 449/17 de 24.04.17

Designa servidor para desempenhar as funções de Agente de Esportes no Ginásio Municipal de Esportes Vereador Osni Scotti.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

Considerando a Comunicação Interna emitida pela Responsável pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte datada de 17 de abril de 2017, a qual notificou o servidor Volnei Carlos Nunes,

Agente de Esportes, a cumprir sua função no Ginásio Municipal de Esportes Vereador Osni Scotti;

RESOLVE:

Art.º 1º. Designar o servidor Volnei Carlos Nunes, Agente de Esportes, Matrícula 989-0, para desempenhar as suas funções laborativas junto ao Ginásio Municipal de Esportes Vereador Osni Scotti, sendo os trabalhos desenvolvidos pelo servidor ora designado, as atividades na área de Educação Física, envolvendo os serviços referentes ao Esporte do Município, cumprindo seu trabalho no horário das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.

Art.º 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE – SE, E CUMPRE - SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA

Responsável Sec. Mun. Adm. e Fazenda

450.04.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE LINDALVA DE FREITAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 451/17 de 24.04.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 20 de abril de 2017, a funcionária Lucrécia Barbara Heinz da Rosa, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA

Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

451.04.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE LUCRECIA B. H. ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 451/17 de 24.04.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 20 de abril de 2017, a funcionária Lucrécia Barbara Heinz da Rosa, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

452.04.17 - P. LIC. MOT. P. FAM. ZILMARA G. ROSAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 452/17 de 24.04.17

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em consulta médica, no dia 19 de abril de 2017, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

453.04.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NAIARA L. DEINANI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 453/17 de 24.04.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames, no dia 19 de abril de 2017, a funcionária Naiara Luci Deinani, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

454.04.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VIVIANE R. PIRES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 454/17 de 24.04.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 20 de abril de 2017, a funcionária Viviane Rosar Pires, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de abril de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

455.04.17 - P.LIC. MOT. P. FAM. ELIZETE L. S. MAFFIOLETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 455/17 de 24.04.17

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em consulta médica, no dia 19 de abril de 2017, a funcionária Elizete Luzia da Silva Mafioletti, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Paraíso da Serra.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

456.04.17 - P.LIC. MOT. P. FAM. FERNANDA R. GORGES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 456/17 de 24.04.17

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar seu pai Pedro Celeste Gorges em tratamento de saúde, no dia 18 de abril de 2017, a funcionária Fernanda Rosa Gorges, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

457.04.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IOLANDA F. B. PADILHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 457/17 de 24.04.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames, no dia 24 de abril de 2017, a funcionária Iolanda de Fátima de Brida Padilha, ocupante do cargo de Servente – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

458.04.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE PAMELA D. STEIMBACH

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 458/17 de 24.04.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames, no dia 24 de abril de 2017, a funcionária Pamela Deucher Steimbach, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

459.04.17 - P. DES. PROF. ROSEMARY AP. POGGERE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 459/17 de 25.04.17

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Designar Rosemary Aparecida Pogger, para atuar como Professora 20 horas semanais no Pré Escolar da Escola do Campo Barbaquá, no período de 25 de abril com término no dia 20 de dezembro de 2017, em virtude de sua classificação em 1º lugar no Chamada Pública 05/2017 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil - Habilitada, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Contratação temporária, tendo em vista o pedido de exoneração da professora contratada anteriormente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

460.04.17- P. LIC. GESTAÇÃO PATRICIA M. HOFFMANN
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 460/17 de 25.04.17
Concede Licença Gestação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 76 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o atestado médico apresentado e do requerimento protocolado sob. N.º 037/2017 de 25 de abril de 2017, 120 (Cento e Vinte) dias de licença gestação a contar do dia 19 de abril com término no dia 16 de agosto de 2017 a funcionária Patrícia Michels Hoffmann, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Patrícia Deucher.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

461.04.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE SONIA M. S. PERES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 461/17 de 25.04.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames, no dia 20 de abril de 2017, a funcionária Sonia Marcia da Silva Peres, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - US Centro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

462.04.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE LUCIANA P. SILVA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 462/17 de 25.04.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 07 (sete) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 19 de abril com término no dia 25 de abril de 2017, a funcionária Luciana Paula da Silva, ocupante do cargo de Agente de Saúde – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde – PACS – Bairro São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

463.04.17 - P.LIC. MOT. P. FAM. ELIANE C. PEREIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 463/17 de 25.04.17

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, a contar do dia 10 de abril com término no dia 12 de abril de 2017, a funcionária Eliane Capistrano Pereira, Ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão I – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – US Canoas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

464.04.17 - P. DES. PROF. GABRIELLE PRANGE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 464/17 de 25.04.17

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Designar Gabrielle Prange, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Patrícia Deucher, no período de 25 de abril com término no dia 16 de agosto de 2017, em virtude de sua classificação em 2º lugar no Chamada Pública 05/2017 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil – Não Habilitada, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Patrícia Michels Hoffmann que encontra-se em Licença Gestação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
25 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

465.04.17 - P.LIC. MOT. P. FAM. JANIA CASTANHEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 465/17 de 26.04.17

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em realização de consulta, no dia 25 de abril de 2017, a funcionária Jânia Castanheiro, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

466.04.17 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE CLEODETE C. TOMÉ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 466/17 de 27.04.17

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o Requerimento do Pedido de Reconsideração nº 180178242, apresentado até o dia 10 de maio de 2017, a funcionária Cleodete Costa Tomé, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

467.04.17 - P.LIC. MOT. P. FAM. FERNANDA R. GORGES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 467/17 de 27.04.17

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar seu marido Jair José Farias em tratamento de saúde, no dia 25 de abril de 2017, a funcionária Fernanda Rosa Gorges, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de abril de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

Botuvera

PREFEITURA

PORTARIA 081-2017

PORTARIA Nº 081/2017

"Exonera Servidor Estável do Quadro de Servidores do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1 – O Pedido de demissão formulado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) estável a Sra. IZABEL DE OLIVEIRA CRUZ RODRIGUEZ, ocupante do cargo de MONITOR ESCOLAR, a partir de 17/04/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos em 17 de abril 2017.

Botuverá (SC), 24 de abril de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA 082-2017

PORTARIA Nº 082/2017

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- O PEDIDO DE DEMISSÃO FORMULADO PELO EMPREGADO;

RESOLVE:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) BIANCA LEITE, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR AUXILIAR, a partir de 17/04/2017.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação gerando efeito retroativo em 17 de abril de 2017.

Botuverá (SC), 24 de abril de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA 083-2017

PORTARIA Nº 083/2017

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

RESOLVE:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) ELISABETE CECILIA DE SOUZA, ocupante do cargo temporário de ENFERMEIRA, a partir de 17/04/2017.

Art. 2º A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação gerando efeito retroativo em 17 de abril de 2017.

Botuverá (SC), 24 de Abril de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA 084-2017

PORTARIA Nº 084/2017

"Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências "

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1197//2013 e suas alterações:

Considerando:

1- A classificação do processo seletivo 04/2016;

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). IZABEL DE OLIVEIRA CRUZ RODRIGUES, brasileira, para o cargo temporário de Professor Auxiliar, 20h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Educação do Município de Botuvera.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação gerando efeito retroativo em 18/04/2017.

Botuverá(SC), 24 de Abril de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA 0862017

PORTARIA Nº 086/2017

“Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências ”

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1197//2013 e suas alterações:

Considerando:

1- A classificação do processo seletivo 04/2016;

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). SHAIANE CLERICE, brasileira, para o cargo temporário de Monitor Escolar, 20h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Educação do Município de Botuvera.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação gerando efeito retroativo em 19/04/2017.

Botuverá(SC), 24 de Abril de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto o Processo Licitatório para LOCAÇÃO DE LONAS, PALCOS, SOM, CONTRATAÇÃO DE BANDAS, ETC, PARA REALIZAÇÃO DA 26ª FESTA BERGAMASCA, nos dias 09, 10, e 11/06/2017, conforme programação. Recebimento da documentação e julgamento das propostas: 12/05/2017 até as 14:30hrs. Local: na Sala de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170. Site: www.botuvera.sc.gov.br - e-mail: licitacao@botuvera.sc.gov.br .

Botuverá-SC, 27 de Abril de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL 02 2017

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO TORNA PÚBLICO:

O presente Edital de Homologação do Resultado Final no Processo Seletivo Público objeto do Edital nº 02/2017, de 15 de março de 2017, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, 26 de abril de 2017.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

Agente Comunitário de Saúde

Inscrição	Nome	Nota	Classificação
01	ALINE FERNANDA CHIQUELEIRO	8,00	1º
02	MAIARA VIEIRA	3,50	2º

Inseminador

Inscrição	Nome	Nota	Classificação
28	PABLO ALVES DE ANDRADE	7,00	1º
08	JOÃO PAULO VARGAS	4,00	2º

Técnico de Enfermagem

Inscrição	Nome	Nota	Classificação
33	DANIELA FERNANDES GOEDE	7,00	1º
30	VERÔNICA F. A. DOS SANTOS	6,50	2º
31	SIMONI KLAUMANN	5,50	3º
15	PRISCIELY COLOSSI MORAES	4,50	4º

Fisioterapeuta

Inscrição	Nome	Data nascimento	Nota	Classificação
17	DÉBORA LUIZA FEUSER		7,00	1º
32	ANDERSON DOS S. BRAZILIO	04/07/1987	6,50	2º
5	RAFAELA KORB	15/06/1990	6,50	3º
6	CAMILA MADEIRA GUTZ	11/05/1992	6,50	4º
1	DOUGLAS BRANCO DE SOUZA	03/05/1995	6,50	5º
24	LADI RITA SIRENA BRUNELLO	01/01/1986	6,00	6º
36	IOLANDA CAMPESTRINI	28/09/1993	6,00	7º
37	ELIANE T. ARSEGO EDDINGER	12/05/1966	5,50	8º
34	MARIA LIDUINA DE A. LEITE	27/08/1981	5,50	9º
23	MICHELE SCHOVINDER	23/08/1991	5,50	10º
29	PATRICIA SCHUETZE	28/11/1991	5,50	11º
16	NATANY CORDOVA QUADROS	09/11/1994	5,50	12º
21	TATIANE DUARTE DA SILVA		5,00	13º
27	FRANCIANE G. DA SILVA	08/09/1988	4,50	14º
12	ANDRIELLI ABREU ALBINO	07/08/1990	4,50	15º
13	PATRÍCIA DA SILVA COELHO		4,00	16º
18	RITA DE CÁSSIA DA S. KOGUTA		3,00	17º
3	NICOLY GRASIELE JACINTO		2,00	18º

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 09 2017 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 09/2017 - SRP

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 09/2017. Processo licitatório 17/2017. Objeto: Registro de Preços visando à contratação de empresa para prestar serviços de manutenção e conservação de jardins, praças e pátios dos prédios públicos do município de Braço do Trombudo, conforme especificado no anexo I do edital. Após análise e julgamento da proposta, foi declarada vencedora do certame:

EMPRESA	ITEM	R\$ VALOR
ADEMIR REIA DA SILVA 68657765934 CNPJ: 15.625.653/0001-33	1	45.000,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 27/04/2017.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO 7954-2017

DECRETO N. 7.954, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Regulamenta as parcerias entre o Município de Brusque e as Organizações da Sociedade Civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho, nos termos das Leis Federais ns. 13.019/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município;

Considerando a Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com Organizações da Sociedade Civil;

Considerando a entrada da legislação em vigor para os municípios em 1º de janeiro de 2017;

Considerando as alterações realizadas por meio da Lei Federal n. 13.204, de 14 de dezembro de 2015;

Considerando a regulamentação feita pelo Decreto Federal n. 8.726, de 27 de abril de 2016;

DECRETA:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto estabelece, com base na Lei n. 13.019/2014, com as alterações delineadas pela Lei nº 13.204/2015, normas gerais para a celebração de parcerias entre a Administração Pública Municipal e Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

§1º A Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014, será soberana para dirimir eventuais dúvidas ocasionadas em razão da interpretação deste Decreto.

§2º A Administração Pública Municipal adotará procedimentos para orientar a realização de parcerias e sempre que possível estabelecerá critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados.

§3º As secretarias da Administração Pública Municipal poderão editar orientações complementares de acordo com as especificidades dos programas e das políticas públicas setoriais.

Art. 2º As parcerias entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio de uma das seguintes modalidades:

I – termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver transferência de recurso financeiro;

II – acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.

Art. 3º O acordo de cooperação previsto no inciso II do artigo 2º poderá ser proposto pela Administração Pública Municipal ou pela Organização da Sociedade Civil.

§1º O ato deverá ser firmado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, permitindo-se a delegação.

§2º O acordo de cooperação poderá ser prorrogado de acordo com o interesse público envolvido, devidamente justificado.

§3º São aplicáveis ao acordo de cooperação as regras e os procedimentos referidos no artigo 5º do Decreto Federal n. 8.726/16.

Capítulo II

DO CHAMAMENTO PÚBLICO E DA SELEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

Art. 4º A seleção da Organização da Sociedade Civil para celebrar parceria deverá ser realizada por meio de chamamento público, nos termos do art. 24 da Lei Federal n. 13.019/14.

§ 1º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, inclusive mediante formalização de termo de atuação em rede, se houver previsão no edital, observadas as formalidades dos artigos 45 e seguintes do Decreto Federal n. 8.726/16.

§ 2º O chamamento público para celebração de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso e de defesa de direitos difusos, entre outros, poderá ser formalizado, em sua fase interna, pelos respectivos conselhos, respeitadas as exigências da Lei Federal n. 13.019/14 e do presente Decreto.

§ 3º O Termo de Fomento ou o Termo de Colaboração que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados com dispensa do chamamento público, nos termos do artigo 29 da Lei Federal n. 13.019/14.

§ 4º O chamamento público poderá ser dispensado ou será considerado inexigível nas hipóteses previstas nos arts. 30 e 31 da Lei Federal n. 13.019/14, mediante decisão fundamentada da Administração Pública.

§ 5º Além das condições exigidas pela Lei n. 13.019/14, a Organização da Sociedade Civil interessada em parceria, nos termos do presente Decreto, não poderá estar em débito com a Fazenda Pública Municipal.

Capítulo III

DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Art. 5º A Administração Pública Municipal nomeará Comissão de Seleção e de Julgamento para o chamamento público, cujos componentes serão devidamente designados, por Portaria, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 13 do Decreto Federal n. 8.726/2016.

§ 1º O servidor público que manteve vínculo jurídico nos últimos 5 (cinco) anos com a(s) entidade(s) em disputa, fica impedido de participar da Comissão de Seleção e de Julgamento, devendo ser substituído.

§ 2º O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

Art. 6º A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital.

§ 2º Será eliminada a Organização da Sociedade Civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:

- I – descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
- II – as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- III – os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- IV – o valor global.

Art. 7º A Administração Pública Municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial.

Art. 8º As Organizações da Sociedade Civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

§ 1º Os recursos que não forem reconsiderados pelo colegiado no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados à unidade gestora competente para julgamento final, não cabendo recurso de sua decisão.

§ 2º Os recursos deverão ser apresentados no setor de protocolo da Unidade Gestora competente.

Art. 9º Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a Administração Pública Municipal deverá homologar e divulgar as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

Capítulo IV

DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 10. As Organizações da Sociedade Civil, os movimentos sociais e os cidadãos poderão apresentar propostas de abertura de Procedimento de Manifestação de Interesse Social – PMIS à Administração Pública Municipal para que seja avaliada a possibilidade de realização de chamamento público com objetivo de celebração de parceria.

Parágrafo único. O PMIS tem por objetivo permitir a oitiva da sociedade civil sobre ações de interesse público e recíproco que não coincidam com projetos ou atividades que estejam em objeto de chamamento público ou parceria em curso no âmbito do órgão ou da entidade da Administração Pública Municipal responsável pela política pública.

Art. 11. A Administração Pública Municipal disponibilizará formulário eletrônico em sítio na internet, para que as Organizações da Sociedade Civil, os movimentos sociais e os cidadãos possam apresentar propostas de abertura de PMIS, que deverão atender aos seguintes requisitos:

- I – identificação do subscritor da proposta;
- II – indicação do interesse público envolvido; e
- III – diagnóstico da realidade a ser modificada, aprimorada ou desenvolvida e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

§ 1º As propostas de instauração de PMIS que atendam aos requisitos dos incisos deste artigo serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do Município de Brusque.

§2º Após a divulgação e verificada a conveniência, oportunidade e possibilidade para sua realização, a Administração Pública Municipal instaurará o procedimento de manifestação de interesse social para a oitiva da sociedade sobre o tema.

§ 3º A manifestação de interesse social não dispensa a convocação, por meio de chamamento público, para a celebração de parceria.

§ 4º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a Organização da Sociedade Civil de participar no eventual chamamento público.

Art. 12. A avaliação da proposta de instauração de PMIS observará, no mínimo, as seguintes etapas:

I – decisão sobre a instauração ou não do PMIS, após verificada a conveniência e a oportunidade pelo órgão ou pela entidade da Administração Pública Municipal responsável;

II – comunicação oficial da decisão administrativa ao proponente, a qual apontará os motivos de sua admissibilidade ou de sua negativa, devendo ser arquivada neste último caso;

III – se instaurado o PMIS, abertura de prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados apresentem considerações sobre a proposta em análise, por meio do portal eletrônico ou de outros meios tecnológicos de amplo acesso;

IV – manifestação do órgão ou da entidade da Administração Pública Municipal responsável sobre a realização ou não do chamamento público proposto no PMIS.

Parágrafo único. A partir do recebimento da proposta de abertura do PMIS, apresentada de acordo com o art. 10, a Administração Pública Municipal terá o prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias para cumprir as etapas previstas neste artigo.

Capítulo IV

DOS PROCEDIMENTOS PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 13. A celebração de parceria entre o Município e as Organizações da Sociedade Civil será realizada por chamamento público, tendo como objetivo selecionar organizações que tornem mais eficaz a execução do objeto, através da publicação de edital.

Art. 14. O procedimento para celebração de parceria será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado pela Unidade Gestora responsável.

Art. 15. O edital do chamamento público deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua abertura, contendo as seguintes exigências:

- I – a dotação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;
- II – o objeto da parceria;
- III – as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;
- IV – as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;
- V – o valor previsto para a realização do objeto;
- VI – as condições para interposição de recurso administrativo;
- VII – a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria;
- VIII – de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.

Art. 16. É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos:

I – a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida na unidade da Federação onde será executado o objeto da parceria;

II – o estabelecimento de cláusula que delimite o território ou a abrangência da prestação de atividades ou da execução de projetos, conforme estabelecido nas políticas setoriais.

Art. 17. A Administração Pública poderá, justificadamente, dispensar ou inexigir a realização do chamamento público, conforme hipóteses previstas nos artigos 30 e 31 da Lei 13.019/14.

Art. 18. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto neste Decreto.

Capítulo V DA ATUAÇÃO EM REDE

Art. 19. Desde que previsto em edital, será permitida a atuação em rede por duas ou mais Organizações da Sociedade Civil, mantida a integral responsabilidade da organização celebrante do termo de fomento ou de colaboração, desde que possua:

I – mais de 5 (cinco) anos de inscrição no CNPJ; e

II – capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da organização que com ela estiver atuando em rede.

Art. 20. A Organização da Sociedade Civil celebrante da parceria é responsável pelos atos realizados pela rede.

§1º Para fins do disposto no caput, os direitos e as obrigações da Organização da Sociedade Civil celebrante perante a Administração Pública não poderão ser sub-rogados à Organização da Sociedade Civil executante e não celebrante.

§2º Na hipótese de irregularidade ou desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, as Organizações da Sociedade Civil executantes e não celebrantes responderão subsidiariamente até o limite do valor dos recursos recebidos ou pelo valor devido em razão de dano ao erário.

§3º As Organizações da Sociedade Civil executantes e não celebrantes deverão apresentar informações sobre a execução das ações, dos prazos e das metas e documentos e comprovantes de despesas, inclusive com o pessoal contratado, necessários à prestação de contas pela Organização da Sociedade Civil celebrantes da parceria.

§4º O ressarcimento ao erário realizado pela Organização da Sociedade Civil celebrante não afasta o seu direito de regresso contra as Organizações da Sociedade Civil executantes e não celebrantes.

Capítulo VI DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 21. A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada responsável por:

I – monitorar o conjunto de parcerias;

II – apresentar proposta de aprimoramento dos procedimentos;

III – padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação;

IV – homologar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

§ 1º A Administração Pública Municipal designará, por Portaria, os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser constituída por 3 (três) membros, sendo ao menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal.

§ 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos, especialmente quando a parceria envolver programas ou políticas públicas setoriais.

§ 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas nos artigos 58 a 60 da Lei Federal nº 13.019/14.

§ 4º O monitoramento e a avaliação de parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados pela Comissão Municipal com atuação temática na respectiva área-fim.

Art. 22. O membro da comissão que trata o art. 21 deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da Organização da Sociedade Civil ou que tenha participado da Comissão de Seleção e de Julgamento.

Art. 23. A comissão remeterá ao órgão ou entidade pública municipal os resultados do processo de seleção.

Art. 24. O órgão ou a entidade pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial.

Art. 25. As Organizações da Sociedade Civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

Capítulo VII DA PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO

Art. 26. A Organização da Sociedade Civil interessada em celebrar parceria com órgão ou entidade municipal deverá preencher proposta de plano de trabalho disponibilizada em formulário eletrônico, que deverá conter os seguintes elementos:

I – a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;

II – a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;

III – descrição pormenorizada das metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter;

IV – definição dos indicadores qualitativos e quantitativos a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas ou de

alteração da realidade local;

V – previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizados na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto;

VI – plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados e, quando houver, da contrapartida da Organização da Sociedade Civil, devendo os valores serem compatíveis com os preços de mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, incluindo, quando for o caso, a estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto; e

VII – cronograma de desembolso dos recursos a serem aportados, da contrapartida financeira ou não financeira e, se for o caso, de outros aportes, compatíveis com as despesas das etapas vinculadas às metas do cronograma físico.

Art. 27. Excepcionalmente, enquanto não houver disponibilidade do formulário eletrônico citado no art. 26, os interessados deverão realizar protocolo do plano de trabalho, na unidade gestora competente, utilizando formulário padrão que será fornecido pelos órgãos da Administração Pública.

Art. 28. Nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade, a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo administrador público.

§ 1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria, a justificativa prevista no caput deverá ser publicada na mesma data em que for efetivada no sítio eletrônico oficial.

§ 2º Admite-se a impugnação à justificativa, apresentada no prazo de 05 (cinco) dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.

§ 3º Havendo fundamento na impugnação, será revogado o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, através da comissão de seleção, conforme o caso.

§ 4º A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, não afastam a aplicação dos demais dispositivos da Lei 13.019/14.

Art. 29. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, o órgão ou a entidade pública municipal deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial, as decisões recursais proferidas e o resultado do processo de seleção.

Capítulo VIII

DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO E DO TERMO DE FOMENTO

Art. 30. Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as Organizações da Sociedade Civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

I – objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II – que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019/14 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

III – escrituração de acordo com os princípios fundamentais de

contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

IV – possuir:

a) no mínimo, um ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

§ 1º Na celebração de acordos de cooperação, somente será exigido o requisito previsto no inciso I;

§ 2º Serão dispensadas do atendimento ao disposto nos incisos I e II as organizações religiosas;

§ 3º As sociedades cooperativas deverão atender às exigências previstas na legislação específica e ao disposto no inciso IV, estando dispensadas do atendimento aos requisitos previstos nos incisos I e II.

§ 4º Para fins de atendimento do previsto na alínea c do inciso IV, não será necessária a demonstração de capacidade instalada prévia.

Art. 31. Para celebração das parcerias previstas neste Decreto, as Organizações da Sociedade Civil deverão apresentar:

I – certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa municipal;

II – certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

III – cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

IV – relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB de cada um deles;

V – relação nominal da equipe executora, com endereço residencial, e número do registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

VI – comprovação de que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço por ela declarado;

Art. 32. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela Administração Pública:

I – realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei n. 13.019/14;

II – indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

III – demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da Organização da Sociedade Civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

IV – aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos da Lei n. 13.019/14;

V – emissão de parecer técnico por parte da comissão de seleção da Administração Pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;

c) da viabilidade de sua execução;

d) da verificação do cronograma de desembolso;

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

f) da designação do gestor da parceria;

g) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria.

VI – emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

§ 1º Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico de que tratam, respectivamente, os incisos V e VI, concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o administrador público sanar os aspectos ressaltados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

§ 2º Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

§ 3º Caso a Organização da Sociedade Civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

§ 4º Será impedido de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das Organizações da Sociedade Civil partícipes.

§ 5º Configurado o impedimento do § 4º, deverá ser designado gestor ou membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído.

Art. 33. O termo de fomento, o termo de colaboração e o acordo de cooperação somente produzirão efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade da Administração Pública.

Art. 34. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

Capítulo IX DA EXECUÇÃO DA PARCERIA

Seção I Dos Instrumentos de Formalização das Parcerias

Art. 35. As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que terão como cláusulas essenciais:

I – a descrição do objeto pactuado;

II – as obrigações das partes;

III – quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso;

IV – a contrapartida financeira ou em bens e serviços, conforme o caso;

V – a vigência e as hipóteses de prorrogação;

VI – a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;

VII – a forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade;

VIII – a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos nesta Lei;

IX – a definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela Administração Pública;

X – a prerrogativa atribuída à Administração Pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;

XI – a obrigação de a Organização da Sociedade Civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica;

XII – o livre acesso dos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XIII – a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

XIV – a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da Administração Pública;

XV – a responsabilidade exclusiva da Organização da Sociedade Civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XVI – a responsabilidade exclusiva da Organização da Sociedade

Civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública a inadimplência da Organização da Sociedade Civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de sua execução, incluídos os resultantes de eventuais restrições.

Parágrafo único. Constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável.

Seção II Das Despesas

Art. 36. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei Federal n. 13.019/2014, sendo vedado:

I – utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 37. Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:

I – remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da Organização da Sociedade Civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

II – diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

III – custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

IV – aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais;

§1º A inadimplência da Administração Pública não transfere à Organização Civil a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

§2º A inadimplência da Organização da Sociedade Civil em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

§3º O pagamento de remuneração da equipe contratada pela Organização da Sociedade Civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

Seção III Da Liberação e da Contabilização dos Recursos

Art. 38. A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso que guardará consonância com as metas da parceria.

§ 1º Os recursos serão depositados em conta-corrente específica, cujo nome conterá a seguinte nomenclatura "nome da entidade beneficiada" seguido da expressão "PARCERIA PMBRU" ou outra

finalização, de acordo com o órgão repassador do recurso.

§ 2º Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Art. 39. As liberações de parcelas serão retidas nas hipóteses listadas abaixo, as quais ocorrerão por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I – existência de denúncias aceitas;

II – quando houver evidências de irregularidade na aplicação da parcela anteriormente recebida;

III – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, ou por inadimplemento da Organização da Sociedade Civil em relação às obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

IV – quando a Organização da Sociedade Civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública, pelo gestor da parceria ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

V – quando a entidade não estiver regular com a apresentação da prestação de contas ou houver deixado de publicá-la na plataforma eletrônica do Município.

§ 1º O atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no termo de fomento ou de colaboração.

§ 2º Os recursos resultantes de parcerias depositados em conta-corrente específica e não utilizados no prazo de aplicação estabelecido no cronograma da parceria, deverão ser ressarcidos ao município, contemplando ainda a respectiva correção monetária pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

§3º Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o termo de colaboração ou de fomento poderá admitir a realização de pagamento em espécie.

Art. 40. Os recursos da parceria geridos pelas Organizações da Sociedade Civil, ficam vinculados ao plano de trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Seção IV Das Prorrogações

Art. 41. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante termo aditivo, cuja celebração deve ser solicitada pela Organização da Sociedade Civil, devidamente formalizada e justificada, e ser apresentada na unidade gestora em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto, vedada a alteração do objeto aprovado.

Seção V Do Acompanhamento pela Administração Pública

Art. 42. A Administração Pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela Organização da Sociedade Civil.

Parágrafo único. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela Organização da Sociedade Civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

Art. 43. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes em cada esfera de governo.

Seção VI Da Prestação de Contas

Art. 44. A Organização da Sociedade Civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

§ 1º O prazo para a prestação final de contas será estabelecido de acordo com a complexidade do objeto da parceria.

§ 2º O disposto no caput não impede que a Administração Pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

§ 3º Na hipótese do § 2º, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

§ 4º O prazo referido no caput poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que devidamente justificado.

§ 5º A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública ocorrerá em até 10 (dez) dias após a entrega ou publicação desta em sítio eletrônico específico, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

§ 6º As impropriedades que deram causa à rejeição da prestação de contas serão registradas em plataforma eletrônica de acesso público.

§ 7º Não será realizada nova parceria, tampouco renovada com Organização da Sociedade Civil que estiver com prestação de contas pendente de aprovação pela Administração Pública.

§ 8º Quando o repasse for realizado em parcelas, para cada parcela repassada haverá um processo de prestação de contas individualizado que será anexado ao processo de concessão.

Art. 45. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a Organização da Sociedade Civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 15 (quinze) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a Administração Pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Art. 46. A Administração Pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da Organização da Sociedade Civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, não incidirão juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela Administração Pública.

Art. 47. A prestação de contas deverá ser remetida contendo a seguinte documentação:

I – processo de concessão dos recursos;

II – balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

III – parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

IV – relação discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

V – originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);

VI – extratos bancários da conta-corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;

VII – ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

VIII – guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

IX – declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

X – cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;

XI – relatório sobre a execução física, atingimento de metas de acordo com os indicadores apontados no termo e o cumprimento do objeto da parceria ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os elementos necessários à perfeita comprovação da execução;

XII – relatório GFIP/SEFIP da entidade, acompanhado do protocolo eletrônico de apresentação à Receita Federal do Brasil, referente ao período de aplicação dos recursos, dispondo de regular inscrição de todos os prestadores de serviços e funcionários contratados para a consecução do objeto;

XIII – comprovação de recolhimento da cota patronal do INSS à Receita Federal do Brasil.

§ 1º O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

§ 2º Caso a parceria seja firmada através de Acordo de Cooperação, a prestação de contas será remetida de forma simplificada, sendo exigido da Organização da Sociedade Civil apenas o inciso XI deste artigo, ressalvada a hipótese da solicitação de outros documentos necessários para dirimir quaisquer dúvidas acerca da execução da parceria.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da Organização da Sociedade Civil, a Administração Pública poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas;

I – retomar os bens públicos em poder da Organização da Sociedade Civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela Organização da Sociedade Civil até o momento em que a Administração assumiu essas responsabilidades.

Parágrafo único: As situações previstas no caput devem ser comunicadas pelo gestor ao administrador público.

Art. 49. A Organização da Sociedade Civil deverá divulgar, na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a Administração Pública, de acordo com as determinações da Lei n. 13.019/2014.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo deverão incluir, no mínimo:

I – data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

II – nome da Organização da Sociedade Civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB;

III – descrição do objeto da parceria;

IV – valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V – situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação em formulário digital, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;

VI – quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

Art. 50. A concessão de recursos públicos por meio de termo de colaboração ou de termo de fomento em desacordo com o presente Decreto, bem como o descumprimento dos prazos e providências nele determinados, sujeita o responsável pela Unidade Gestora e a Organização da Sociedade Civil às penalidades previstas na legislação em vigor e a devolução dos valores irregularmente liberados.

Art. 51. Aplicam-se as disposições deste Decreto, no que couber, às relações da Administração Pública com entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de interesse público, de que trata a Lei n. 9.790/1999, regidas por termos de parceria.

Art. 52. Os convênios e instrumentos congêneres existentes na data da entrada em vigor da Lei n. 13.019/2014, permanecerão regidos pela legislação em vigor ao tempo de sua celebração, sem prejuízo da aplicação subsidiária da Lei n. 13.019 e do Decreto n. 8.726/2016, naquilo que for cabível, desde que em benefício do alcance do objeto da parceria.

Art. 53. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2017.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7952-2017

DECRETO N. 7.952, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Convoca a 1ª Conferência Regional da Saúde da Mulher dos Municípios de Brusque, Botuverá e Guabiruba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de avaliar e discutir a Política Nacional de Saúde Integral das Mulheres.

Considerando o teor do Memorando n.119/2017/SEMUSA.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 1a Conferência Regional da Saúde da Mulher com a participação dos Municípios de Brusque, Botuverá e Guabiruba, a realizar-se no dia 8 de maio de 2017, das 12:30h às 19:00h, nesta cidade, no Anfiteatro da UNIFEBE – localizado na Rua Manoel Tavares, n. 52, Centro, Brusque, Santa Catarina;

Art. 2º A 1a Conferência Regional da Saúde da Mulher terá como tema central: "Saúde das mulheres: desafios para a integralidade com equidade";

Art. 3º A realização da 1a Conferência Regional da Saúde da Mulher será coordenada por uma Comissão Organizadora, a ser constituída por ato do Secretário Municipal de Saúde, após consulta ao Conselho Municipal de Saúde para composição da referida Comissão e elaboração do Regimento Interno que norteará a CRSMu;

Art.4º A Conferência será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e, em sua ausência e/ou impedimento pela Coordenadora Geral da Comissão Organizadora;

Art. 5º A 1a Conferência Regional da Saúde da Mulher antecede a etapa Estadual e Nacional da II Conferência Nacional sobre a Saúde da Mulher;

Art. 6º As despesas decorrentes de organização e realização da 1ª Conferência Regional da Saúde da Mulher correrão por conta de recursos orçamentários consignados à Secretaria Municipal de Saúde dos municípios participantes;

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 7951-2017

DECRETO Nº. 7.951, DE 26 DE ABRIL DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.038 de 16.12.16, a Lei nº 4.023 de 28.09.16, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

113.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

13.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.3.64.55 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 67.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

71.545-X	B.Brasil - Revitalização da Rua Nova Trento	0.1.64.55	41.292,59
71.523-9	B. Brasil - Con. Ponte Rio Branco	0.1.64.55	3.115,23
		0.3.64.55	180.738,51
74.859-5	B. Brasil – Pav. Asfáltica e Dren. Pluvial Rua Bucão Viana	0.1.64.55	1.088.903,80
TOTAL GERAL			1.314.050,13

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.64.55/0.3.64.55	28.939,06
DDO à Pagar	0.1.64.55/0.3.64.55	0,00
Restos à Pagar	0.1.64.55/0.3.64.55	0,00

TOTAL	0.1.64.55/0.3.64.55	0,00
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.64.55	1.285.111,07
Valor Utilizado Decreto nº 7946/2017		157.000,00
Valor a Utilizar	0.3.64.55	1.128.111,07

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 26/042017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de abril de 2017
JONAS OSCAR PAEGLE EDSON RISTOW
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria da Fazenda

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 02-2016 - LEGISLATIVO

Extrato do Aditivo nº 01 ao Contrato nº 02/2016

Contratante: Câmara Municipal de Brusque/SC. Contratada: IPM Sistemas Ltda. Processo Licitatório nº 02/2016; objeto: fornecimento de licença de uso de sistema informatizado de Gestão em ambiente WEB (programa de compras e licitações, programa de contabilidade pública, programa de recursos humanos e folha de pagamento e programa de portal da transparência); valor: R\$ 31.458,72; Dotação orçamentária: 339030908; data da assinatura: 13/04/2017; vigência: doze meses.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01-2017 - LEGISLATIVO

Extrato do Contrato nº 01/2017

Contratante: Câmara Municipal de Brusque/SC. Contratada: Boxtop do Brasil Elevadores Ltda. Processo Licitatório nº 01/2017 – Pregão nº 01/2017; objeto: aquisição de um elevador hidráulico boxtop modelo HD 700 com capacidade para 700 kg para transporte de pessoas com casa de máquinas; valor: R\$ 83.500,00; Dotação orçamentária: 44905228; data da assinatura: 29/03/2017; vigência: 220 dias.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01-2017

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 01/2017

Dispõe sobre os procedimentos de distribuição e atribuições no âmbito da Procuradoria-Geral do Município de Brusque e dá outras providências.

O Procurador-Geral do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

Considerando as atribuições da Procuradoria-Geral do Município com base no art. 7º da Lei 3.248/2008;

Considerando a necessidade de uniformização de procedimentos no âmbito da Procuradoria do Município;

Considerando o elevado e crescente número de requerimentos administrativos consistentes em pareceres jurídicos, elaboração de Projeto de Lei e Decretos;

Considerando a necessidade de delegação de competências com base nas prescrições da Lei Complementar n. 143/2009 (Anexo I-B-Descriptivo Executivo) e alterações

RESOLVE:

Art. 1º A presente instrução regulamenta a distribuição, elaboração e o controle de Projetos de Leis, Decretos, Pareceres Jurídicos a serem realizados pelos Procuradores, em observância as atribuições previstas no Anexo I-B-Descriptivo da Lei Complementar n. 143/2009;

Art. 2º A distribuição será realizada pelo servidor ocupante da função de Diretor e/ou Coordenador, por meio de certidão de distribuição que diligenciarão para a equânime distribuição dos processos entre os Procuradores;

Parágrafo Único: procedendo-se a distribuição e havendo oposição e/ou recusa no recebimento deverá o Procurador justificar a negativa para posterior ciência do Procurador-Geral.

Art. 3º A distribuição de todos os processos, procedimentos, Pareceres Jurídicos, Projetos de Lei, Decretos, será levada a efeito com estrita observância da ordem cronológica de seu ingresso na Procuradoria-Geral do Município, exceto as hipóteses urgentes, ao passo que estas

serão analisadas e deferidas pelo Procurador Geral;

Art. 4o Os expedientes supramencionados são de responsabilidade comum;

Parágrafo Primeiro. Poderão ainda ser distribuídas outras atribuições aos Procuradores, desde que previstas em Lei, no intuito de preservar o interesse público e a eficácia da administração.

Art. 5o Eventual dúvida, negativa ou divergência na atribuição prevista na legislação correlata, deverá o suscitante dirigir-se ao Procurador-Geral do Município;

Art. 6o Os processos e consultas encaminhados à apreciação da Procuradoria-Geral deverão ser previamente respondidos com fundamentação técnica e conclusiva, onde se evidencie a dúvida jurídica a ser dirimida.

Art. 7o A necessária manifestação correspondente aos Pareceres Jurídicos, Decretos e Projeto de Lei encaminhados a Procuradoria-Geral do Município, no período de 01/01/2017 a 25/04/2017, deverão ser emitidos em até 10 (dez) dias a contar da data da distribuição, considerado a urgência das situações suscitadas;

Art. 8o Esta Instrução entrará em vigor na data da sua publicação.

Procurador Geral do Município
Dr. Edson Ristow

LEI N° 4061-2017

LEI N. 4.061, DE 26 DE ABRIL DE 2017.

Concede reajuste dos vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal, e dos valores do auxílio alimentação e do teto do auxílio transporte.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os vencimentos dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta, das Autarquias e das Fundações Públicas, ativos e inativos, do Poder Executivo, ficam reajustados pela aplicação do INPC (IBGE) no percentual de 4,69% (quatro vírgula sessenta e nove por cento), mais o aumento real de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento), totalizando 5,19% (cinco vírgula dezenove por cento), reajuste este a ser implementado em 02 (duas) parcelas, da seguinte forma:

I – 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento), a partir de 1º de abril de 2017, retroativo ao mês de março;

II – 2,69% (dois vírgula sessenta e nove por cento), a partir de 1º de outubro de 2017;

§ 1º A parcela do percentual de reajuste prevista no inciso II será calculada sobre os valores de vencimento vigentes até o mês anterior à data-base, ou seja, até o mês de fevereiro de 2017.

§ 2º Excetuam-se das disposições deste artigo, os servidores contemplados pela Lei Federal n. 11.738, de 16 de julho de 2008 e pela Lei Municipal n. 3.425, de 30 de setembro de 2011.

§ 3º O reajuste fixado no caput refere-se à revisão geral anual de que trata o art. 37, X, da Constituição Federal.

§ 4º Fica estabelecido que, em ocorrendo comprometimento mensal da despesa com pessoal, na receita corrente líquida, conforme ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") inferior a 51,30%, a Comissão de Negociação do Sindicato e da Administração Municipal se reunirão para definir o percentual de antecipação de parte ou da totalidade do percentual no inciso II do caput.

Art. 2º O valor do auxílio alimentação, instituído pela Lei Municipal n. 3.858, de 25 de março de 2015, fica reajustado no valor de R\$ 271,25 (duzentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos), a partir de 01 de abril de 2017, para todos os servidores.

Art. 3º O valor do auxílio transporte, previsto na regulamentação do art. 81 da Lei n. 147/2009, será reajustado em 4,69% (quatro vírgula sessenta e nove por cento), a partir de 01 de abril de 2017.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, sendo desnecessárias as demonstrações da estimativa do impacto orçamentário financeiro e da sua fonte de custeio, na forma do disposto no § 6º do art. 17 da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de abril de 2017.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 11931-2017

PORTARIA N. 11.931, 27 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Sonia Knihs Crespi para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretora, lotada na Procuradoria-Geral do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de maio de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

PORTARIA N° 937-2017

PORTARIA N° 937/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 28/03/2017,
Considerando o Ofício n° 04/2017, emitido em 28/03/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional ,
Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Frederico Guimarães Marchisotti	876186-00	Médico Especialista	Horizontal e Vertical	A I	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/01/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

PORTARIA N° 938-2017

PORTARIA N° 938/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 28/03/2017,
Considerando o Ofício n° 04/2017, emitido em 28/03/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional ,
Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Antônio Sergio da Rosa	1055755-00	Agente de Transporte	Horizontal e Vertical	A I	B II
Daiane Franciele Goettems Cesari	1058304-00	Agente Administrativo	Horizontal e Vertical	A I	B II
Débora Fernanda Goettems	1052730-00	Agente Administrativo	Horizontal e Vertical	A I	B II
Maristela Compiani	436305-00	Técnico em Enfermagem	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/02/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

PORTARIA N° 939-2017

PORTARIA N° 939/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 28/03/2017,

Considerando o Ofício n° 04/2017, emitido em 28/03/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional ,

Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Ana Paula Andregtoni	1051784-00	Agente Administrativo	Horizontal	A I	B I
Andrea Beatriz Silva	907936-00	Agente Administrativo	Horizontal	A I	B I
Daisy Jacques dos Santos Hassmann	1058339-00	Técnico em Enfermagem	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/03/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

PORTARIA Nº 940-2017

PORTARIA Nº 940/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 28/03/2017,
Considerando o Ofício nº 04/2017, emitido em 28/03/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,
Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Bruna Montibeller	1046861-00	Agente Administrativo	Horizontal e Vertical	A I	B II
Leandro de Souza	733687-00	Técnico Vigilância Sanitária	Horizontal	A I	B I
Milka Maria Santos Machado	627100-00	Técnico em Enfermagem	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/04/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

RESOLUÇÃO Nº 02-2017 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 25 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas referente ao ano de 2016.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Brusque-SC, em reunião Ordinária realizada no dia 25 de abril de 2017, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei Municipal n.º 3.243 de 21 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e sobre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência;

Resolve:

Art. 1º Aprovar por unanimidade a Aplicação dos Recursos e a Prestação de Contas do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA do ano de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HELTON HÖRNER

Presidente do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO 26/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 10-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 26/2017 – Pregão Presencial – 10-2017- PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS DO BRASIL, DO ESTADO, DO MUNICÍPIO E DO CONTESTADO, DESTINADAS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 17/05/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 17/05/2017 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 27 de abril de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - ROCESSO DE LICITAÇÃO 29/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 11-2017- PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 29/2017 – Pregão Presencial – 11-2017- PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICANTES DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16/05/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16/05/2017 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 27 de abril de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 61/2016- CONCORRÊNCIA Nº 04/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 61/2016- CONCORRÊNCIA Nº 04/2016. OBJETO: Contratação de empresa em regime de execução por preço unitário, do tipo Menor Preço Global, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR. CONTRATADA: FLAMACOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.046.495/0001-06, com sede na Rua Ulisses Farias, 1050 centro cidade de São Mateus do Sul - PR, neste ato representado pelo Sra. NÁDIA FLARESSO, brasileira, inscrito no CPF sob nº 051.920.299-61, residente e domiciliado nesta cidade de São Mateus do Sul - PR. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 4.183.068,12 (quatro milhões cento e oitenta e três mil e sessenta e oito reais e doze centavos). O presente Contrato tem o prazo de validade de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da ordem de serviços, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	25	62802 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na escola municipal de ensino básico Hilda Granemann de Sousa.	MES	12	3.292,57	39.510,84
1	26	62803 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza centro municipal educação infantil Santa Clara.	MES	12	6.585,14	79.021,68
1	27	62804 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza no centro municipal educação infantil Sonho Encantado.	MES	12	3.292,57	39.510,84
1	28	62805 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Escola Municipal Ensino Básico Irmão Venâncio José.	MES	12	9.877,71	118.532,52

1	29	62806 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Escola Municipal Ensino Básico Maria Luiza Barbosa.	MES	12	13.170,28	158.043,36
1	30	62807 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Escola Municipal Ensino Básico Alcides Tombini.	MES	12	13.170,28	158.043,36
1	31	62808 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Escola Municipal Ensino Básico Alto Bonito.	MES	12	13.170,28	158.043,36
1	32	62809 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Escola Municipal Ensino Básico Castelhana.	MES	12	6.585,14	79.021,68
1	33	62810 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Escola Municipal Ensino Básico Esperança.	MES	12	15.060,57	180.726,84
1	34	62811 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Escola Municipal Ensino Básico Henrique Julio Berger.	MES	12	15.060,57	180.726,84
1	35	62812 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Escola Municipal Ensino Básico Hilda Granemann de Sousa.	MES	12	19.755,42	237.065,04
1	36	62813 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Escola Municipal Ensino Básico Padre José Chamot.	MES	12	13.170,28	158.043,36
1	37	62814 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Escola Municipal Ensino Básico Morada do Sol.	MES	12	15.060,57	180.726,84
1	38	62815 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Escola Municipal Ensino Básico Nossa Senhora Salete.	MES	12	6.585,14	79.021,68
1	39	62816 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Escola Municipal Ensino Básico Pierina Santin Perret.	MES	12	13.170,28	158.043,36
1	40	62817 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Escola Municipal Ensino Básico Tabajara.	MES	12	13.170,28	158.043,36
1	41	62818 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Escola Municipal Ensino Básico Ulysses Guimarães.	MES	12	9.877,71	118.532,52
1	42	62819 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Escola Municipal Ensino Básico Vereda dos Trevos.	MES	12	6.585,14	79.021,68
1	43	62820 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Escola Municipal Ensino Básico Walsin Nunes Garcia.	MES	12	6.585,14	79.021,68
1	44	62821 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Escola Municipal Ensino Básico Maria Luisa Barbosa.	MES	12	5.182,86	62.194,32
1	45	62822 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Secretaria de Educação. Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Alimentação escolar.	MES	12	6.585,14	79.021,68
1	46	62824 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Alimentação escolar.	MES	12	3.292,57	39.510,84
1	47	62823 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Creche Nossa Senhora Salete	MES	12	6.585,14	79.021,68
1	48	62825 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Creche Alto Bonito	MES	12	6.585,14	79.021,68
1	49	62826 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Creche Vila Santa Terezinha	MES	12	6.585,14	79.021,68
2	1	62827 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Unidade Básica Saúde Martello.	MES	12	6.096,14	73.153,68
2	2	62828 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Unidade Básica Saúde CAIC.	MES	12	7.986,43	95.837,16
2	3	62829 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Unidade Básica Saúde Morada do Sol.	MES	12	3.048,07	36.576,84
2	4	62830 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Unidade Básica Saúde Nossa Senhora Salete.	MES	12	4.938,36	59.260,32
2	5	62831 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Unidade Básica Saúde Rancho Fundo.	MES	12	3.048,07	36.576,84
2	6	62832 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Unidade Básica Saúde Berger.	MES	12	6.096,14	73.153,68
2	7	62833 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Unidade Básica Saúde Castelhana.	MES	12	1.890,29	22.683,48
2	8	62834 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Unidade Básica Saúde Sorgato.	MES	12	1.890,29	22.683,48
2	9	62835 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Unidade Básica Saúde Bom Jesus.	MES	12	1.890,29	22.683,48
2	10	62836 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Unidade Básica Saúde Municípios	MES	12	3.048,07	36.576,84
2	11	62837 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Unidade Básica Saúde Santa Catarina.	MES	12	4.938,36	59.260,32

2	12	62838 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Unidade Básica Saúde Bom Sucesso.	MES	12	3.048,07	36.576,84
2	13	62839 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Unidade Básica Saúde Taquara Verde.	MES	12	1.890,29	22.683,48
2	14	62841 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Clínica Materno Infantil.	MES	12	6.096,14	73.153,68
2	15	62842 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza no Laboratório Central.	MES	12	6.096,14	73.153,68
2	16	62843 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza no Pronto Atendimento 24 horas.	MES	12	10.873,59	130.483,08
2	17	62844 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Clínica de Especialidades.	MES	12	3.048,07	36.576,84
2	18	62845 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Vigilância Sanitária.	MES	12	1.890,29	22.683,48
2	19	62846 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Vigilância Epidemiológica.	MES	12	3.048,07	36.576,84
2	20	62847 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza no Ambulatório Saúde Mental.	MES	12	1.890,29	22.683,48
2	21	62848 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza no CAPS AD.	MES	12	4.938,36	59.260,32
2	22	62849 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza no CAPS II.	MES	12	4.938,36	59.260,32
2	23	62850 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na Farmácia.	MES	12	3.048,07	36.576,84
2	24	62851 - Contratação de empresa prestadora serviço limpeza na unidade pronto atendimento Berger.	MES	12	14.871,70	178.460,40
TO-TAL						4.183.068,12

DISPENSA DE CHAMADA PÚBLICA Nº 04 - 2017 – FMAS

Estado de Santa Catarina
Município de Caçador/SC
Fundo Municipal de Assistência Social

AVISO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04 - 2017 – FMAS - O Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador/SC torna pública a Dispensa de Chamamento Público nº04/2017 – Objeto: Serviço de Acolhimento Institucional - Contratado – Associação Maria Rosa, CNPJ – 04.003.020/0001-77, com sede no Município de Caçador, valor total R\$ 168.000 (cento e sessenta e oito mil reais) pelo período de 08 meses, de conformidade com a Lei nº13.019 de 31 de julho de 2017 Art. 30 inciso VI. A Justificativa da dispensa encontra-se na integra junto a pagina eletrônica do município.

27 de abril de 2017
SIDNEI CARDOSO
Secretário Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº 15/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 15/2017

Contratante.: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR Contratada...: LACN INFORMATICA LTDA ME

Valor : 6.826,50 (seis mil oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 17/04/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017

Recursos : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (5) Objeto : Processo licitatório para aquisição de materiais de expediente destinados à manutenção das atividades da Câmara Municipal de Caçador no exercício de 2017

Caçador, 26 de Abril de 2017

Antonio Rubiano Schmitz - Presidente da Câmara Mun

CONTRATO Nº 16/2017

Contrato Nº.: 16/2017

Contratante.: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Contratada...: NELSON TOMASI EPP

Valor : 6.080,80 (seis mil e oitenta reais e oitenta centavos) Vigência : Início: 17/04/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017

Recursos : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (5) Objeto : Processo licitatório para aquisição de materiais de expediente destinados à manutenção das atividades da Câmara Municipal de Caçador no exercício de 2017

Caçador, 26 de Abril de 2017

Antonio Rubiano Schmitz - Presidente da Câmara Mun

CONTRATO Nº 17/2017

Contrato Nº.: 17/2017

Contratante.: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Contratada...: VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. Valor : 5.490,00 (cinco mil quatrocentos e noventa reais) Vigência : Início: 17/04/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017

Recursos : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (5) Objeto : Processo licitatório para aquisição de materiais de expediente destinados à manutenção das atividades da Câmara Municipal de Caçador no exercício de 2017

Caçador, 26 de Abril de 2017

Antonio Rubiano Schmitz - Presidente da Câmara Municipal

Caibi

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 028/2017

MUNICÍPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 052/2017 na modalidade Pregão Presencial RP Nº 028/2017, que tem por objeto Registro de Preços para Eventual Aquisição de Alimentação Pronta Acondicionada em Embalagens do tipo Marmitex para Secretária Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, do tipo menor preço – global cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 10 de Maio de 2017 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, fone (49)3648-0211. Caibi –SC 27 de Abril de 2017. ELÓI JOSÉ LIBANO – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 067/2017

DECRETO Nº 067/2017, de 27 de abril de 2017.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 055/2017 do objeto do Processo Licitatório de Nº 048/2017 na Modalidade Pregão Presencial RP Nº 026/2017 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

ELOI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira CASSIANE PIGNAT BEILKE designada pelo Decreto Nº 055/2017, sobre o Processo Licitatório Nº 048/2017, na Modalidade Pregão Presencial RP Nº 026/2017 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E MATERIAIS ESPORTIVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CAIBI –SC.

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor dos proponentes abaixo relacionados, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

Proponentes	Item	Unid.	Qtd	Descrição dos Produtos	Marca	Vlr. Unit. R\$	Vlr. Total Item R\$
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	1	Und	12	Bola oficial futsal, Especificações técnicas: Circunferência: 62-64cm, Peso: 410-440 g, Câmara: Airvility, Composição dos Gomos: PU, Miolo: Substituível e Lubrificado, Absorção de Água: 0% aprovada e reconhecida pela Confederação Brasileira de Futsal, produto de 1ª qualidade.	Penalty	219,00	2.628,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	2	Und	12	Bola de futsal, confeccionada em poliuretano, Circunferência: 61-64cm, Peso 410- 440g, miolo Removível e Lubrificado, camada de NeoGel Absorção de Água: 0% (Termotec), sem costura aprovada e reconhecida pela Confederação Brasileira de Futsal, produto de 1ª qualidade.	Kagiva	170,00	2.040,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	3	Und	10	Bola de futsal confeccionada em poliuretano, Circunferência: 55-59cm, Peso 350-380g, miolo Removível e Lubrificado, camada de NeoGel Absorção de Água: 0% (Termotec), sem costura aprovada e reconhecida pela Confederação Brasileira de Futsal, produto de 1ª qualidade.	Penalty	135,00	1.350,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	4	Und	10	Bola de futsal, confeccionada em poliuretano, Circunferência: 50-55cm, Peso 300-350g, miolo Removível e Lubrificado, camada de NeoGel Absorção de Água: 0% (Termotec), sem costura aprovada e reconhecida pela Confederação Brasileira de Futsal, produto de 1ª qualidade.	Penalty	125,00	1.250,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	5	Und	6	Bola de futsal, confeccionada em poliuretano, Circunferência: 50-53cm, Peso 250-280g, miolo Removível e Lubrificado, camada de NeoGel Absorção de Água: 0% (Termotec), sem costura aprovada e reconhecida pela Confederação Brasileira de Futsal, produto de 1ª qualidade	Penalty	125,00	750,00

JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	6	Und	6	Camisa masc. Esportiva 100% poliamida com tecnologia antibacteriana e de secagem rápida de suor, Gola em cor contrastante e detalhe em trançada nos ombros. Cobre gola personalizado e aplicação de logo em transfer refletivo, estampada com brasão da CME de Caibi na parte da frente da camisa e na parte das costas os dizeres CME DE CAIBI, com bandeira do município e os dizeres Governo Municipal tam. M/G/GG.	Draggon	57,00	342,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	7	Und	6	Bermuda adulta, confeccionada em malha de poliéster com toque macio. Possui cós com elástico e ajuste interno por amarração. Bolsos frontais, forro interno de tela e logo da marca bordado próximo a barra. Modelagem reta e barra com acabamento simples, estampada com Brasão da cme de caibi, na parte frontal direita, tamanhos P/M/G/GG.	Poker	67,00	402,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	9	Und	50	Camiseta inf. esportiva p/ escolinha de futsal, confeccionada em tecido 100%poliéster microfibra com tecnologia Tecnodry, proporciona rápida absorção e equilíbrio térmico, dando maior rendimento à prática esportiva, conforme modelo IV fornecido pelo município em foto no anexo VI camiseta na cor verde limão com dois viés nas mangas na cor preta estampa frontal o brasão da cme de caibi e nas costas os dizeres, Escolinha de futsal e a logomarca do governo municipal de Caibi, conforme modelo fornecido pelo município na foto, camisetas nos tamanhos 06/08/10 12/14/16	J esportes	28,00	1.400,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	10	Und	4	Camisa de goleiro adulto Tecido Dry 100% poliéster micro-fibra com tecnologia Tecnodry, proporciona rápida absorção e equilíbrio térmico, dando maior rendimento à prática esportiva, , na parte das costas estampa central superior com o dizer "CME CAIBI", e logomarca do governo municipal, estampa numeral 1 e 12 também na parte frontal estampa com formato de brasão da cme caibi, tamanho M/G/GG.	Poker	56,00	224,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	11	Und	4	Camisa de goleiro adulto Tecido Dry 100% poliéster micro-fibra com tecnologia Tecnodry, proporciona rápida absorção e equilíbrio térmico, dando maior rendimento à prática esportiva, , na parte das costas estampa central superior com o dizer "CME CAIBI", e logomarca do governo municipal, estampa numeral 1 e 12 também na parte frontal estampa com formato de brasão da cme caibi	Draggon	54,00	216,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	12	Und	20	Calção futebol masc. Adulto tecido 100% poliéster texturizado com tratamento anti-odor, cós elástico e cordão interno. Recorte traseiro em tecido Mesh, recorte lateral e vivo contrastante,logomarca da marca em silk embrachado aplicado na perna esquerda, na perna direita estampa em transfer refletivo o brasão da cme de caibi, tam. M/G/GG, cores branco e vermelho.	Draggon	33,00	660,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	13	Und	50	Calção infantil esportivo confeccionado em tecido 100%poliéster microfibra com tecnologia Tecnodry, calção na cor preta com dois viés nas laterais na cor verde limão, na perna direita estampado brasão da cme de caibi, tamanhos 06/08/10/12//14/16, conforme MODELO IV fornecida no anexo VI.	J esportes	16,50	825,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	14	Und	4	Calção de goleiro adulto, tecido Dry 100% poliéster, tam. G/GG, conforme MODELO II no anexo VI.	Poker	40,00	160,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	15	Und	3	Bomba de inflar bola dupla ação, sistema de inflar nos dois sentidos, empurrando e puxando, confeccionado em plástico rígido.	Poker	23,50	70,50
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	16	par	60	Meia de futebol Adulto,tecido: Dri-FIT 75% nylon/22% poliéster/3% spandex, meiao com Reforço no calcanhar e na região dos dedos para melhor durabilidade nessas áreas de alto desgaste, tamanhos P/M/G/GG, cor branca conforme MODELO I no anexo VI	Kanxa	13,00	780,00

JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	17	par	60	Meia de futebol Adulto, tecido: Dri-FIT 75% nylon/22% poliéster/3% spandex, meiao com Reforço no calcanhar e na região dos dedos para melhor durabilidade nessas áreas de alto desgaste, tamanhos P/M/G/GG, cor vermelha conforme MODELO I no anexo VI.	Kanxa	13,00	780,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	18	par	3	Redes Para trave de Futebol de Salão em Nylon Fio (corda) 10mm superResistente ,Medidas: 3.00 x 2.20 x 0.40 x 0,80	Espitter	290,00	870,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	19	par	1	Rede Para trave de Futebol de Campo em Nylon Fio (corda)10mm super Resistente, tam. 7,50 x 2,50 x 1,00 x 2,00.	Espitter	320,00	320,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	20	Und	2	Saco para bolas, confeccionado em fio de seda	Espitter	35,00	70,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	21	Und	24	Bolas de futebol de campo, TAM 68-70 cm, 410-450 g, câmara airbility, termotec PU, miolo split system removível, com 8 gomos e aprovada pela FIFA E CBF	Penalty	150,00	3.600,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	22	Und	12	Camisas gola pólo, confeccionada em tecido Piquet 88% algodão - 10% poliéster - 2 % elastano - Piquet com textura macia e leve, ótimo caimento ao corpo devido ao elastano na malha e que faz que a camisa acompanhe o formato do corpo pela elasticidade, na parte frontal direita estampado o brasão da cme de caibi e logo abaixo o dizer BOCHA 48, parte das costas estampa central superior com o dizer "CME CAIBI", e logomarca do governo municipal conforme MODELO III no anexo VI	Poker	53,00	636,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	23	Und	6	Bola Oficial de Vôlei, matrizada, com 16 gomos, confeccionada com microfibra. Bola oficial aprovada pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB). Tamanho: 65 - 67 cm de diâmetro. Peso: 260 - 280 g	Penalty	250,00	1.500,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	24	Und	1	Rede de vôlei profissional com duas fitas, material fio 2,5mm nylon, rede 2 lonas de algodão, ilhós metálico e revestimento interno em couro sintético para amarração, costura dupla, lonas superior com aproximadamente 7 cm de largura inferior com aproximadamente 5 cm de largura, dimensões 1 metro de largura por 10 metros de comprimento, malha de 10x10cm.	Espitter	120,00	120,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	25	Und	2	Fita para fixação de antenas de voleibol, confeccionada em algodão e costuras em poliamida. Possuir 1 metro de comprimento e 5 cm de largura, com velcro para melhor fixação da antena à rede.	Espitter	60,00	120,00
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	26	Und	2	Placar de mesa com numeração grande do 0 a 31 (gols) e numeração pequena de 0 a 7 (faltas). Medidas aproximadas de 38 x 21 cm.	Volo	221,00	442,00
ZOO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA	8	Und	20	Camiseta adulta esportiva com estampas em transfer, numeral nas costas, na parte das costas estampa central superior com o dizer "CME CAIBI", e logomarca do governo municipal também na parte frontal estampa com formato de brasão da cme caibi, confeccionada em tecido 100%poliéster microfibra com tecnologia Tecnodry, proporciona rápida absorção e equilíbrio térmico, dando maior rendimento à prática esportiva. Tamanhos M//G/GG	Zoom	41,00	820,00
ZOO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA	27	Und	25	Calção futebol masc. Adulto tecido 100% poliéster texturizado com tratamento anti-odor, cós elástico e cordão interno. Recorte traseiro em tecido Mesh, recorte lateral e vivo contrastante, logomarca da marca em silkemborachado aplicado na perna esquerda, na perna direita estampa em transfer refletivo o brasão da cme de caibi, tam. M/G/GG, cores branco e vermelho.	Zoom	31,00	775,00
ZOO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA	28	Und	25	Camiseta adulta esportiva com estampas em transfer, numeral nas costas, na parte das costas estampa central superior com o dizer "CME CAIBI", e logomarca do governo municipal também na parte frontal estampa com formato de brasão da cme caibi, confeccionada em tecido 100%poliéster microfibra com tecnologia Tecnodry, proporciona rápida absorção e equilíbrio térmico, dando maior rendimento à prática esportiva. Tamanhos M//G/GG	Zoom	40,00	1.000,00

Totais dos proponentes vencedores:

Proponentes	Valor Total
JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP	21.555,50
ZOO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA	2.595,00

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 27 de abril de 2017.

Eloi José Libano
Prefeito Municipal

Dirlei Lemes de Almeida
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 068/2017

DECRETO Nº. 068/17 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Institui Comissão para elaboração de proposta do Plano de Cargos e Salários.

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais, em conformidade com a legislação pertinente e,

Considerando a meta 18 da Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que institui: “assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal”;

Considerando a necessidade de elaboração de um plano de cargos e salários, para os servidores públicos da educação básica da Secretaria de Educação do Município de Caibi, ensejando assim, ao servidor efetivo a progressão na carreira;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída, a Comissão Coordenadora de Estudos do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do magistério da Secretaria de Educação do Município de Caibi, a qual competirá realizar todos os levantamentos, estudos, reuniões e audiências, para apresentação ao Prefeito Municipal, de proposta de plano de carreira dos servidores da educação básica da Secretaria de Educação do município de Caibi.

Art. 2º. A Comissão de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica assim constituída:

I - Dirigente Municipal de Educação

NOME – Clenilce Fátima Levulis RG nº 3.570.891 CPF nº 025.762.519-43

II - Professora Representante dos Diretores/Gestores Escolares

NOME – Derlaine Conferi Bordignon RG nº 2.850.881 CPF nº 022.053.289-30

III - Professora Representante das Escolas Municipais ou do Conselho Municipal de Educação

NOME – Solange Maria Prior RG nº 3.220.135 CPF nº 963.593.319-34

IV - Representante da Secretaria Municipal de Educação

NOME – Neimar Júnior Worm RG nº 3.797.829 CPF nº 032.191.449-00

V - Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

NOME – Dirlei Lemes de Almeida RG nº 4.006.973 CPF nº 024.435.789-76

VI - Representante da Câmara Municipal de Vereadores

NOME – Éder Picoli RG nº 3.619.031 CPF nº 016.627.519-07

Art. 3º. A Comissão deverá contar com um Presidente e um Secretário, a serem designados na primeira reunião dessa comissão, dentre os membros indicados pelos respectivos órgãos.

Art. 4º. O prazo para a Comissão apresentar a conclusão de seus trabalhos, ou seja, a proposta de plano de carreira será até novembro de 2017, podendo ser prorrogado.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado/alterado a critério da Administração Municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caibi-SC,

em 27 de abril de 2017.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Dirlei Lemes de Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 069/2017

DECRETO Nº. 069/17 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Cria Equipe Técnica para Diagnóstico e Simulação de Propostas a ser apresentado para Equipe de Elaboração de Proposta do Plano de Cargos e Salários.

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais, em conformidade com a legislação pertinente e,

Considerando a meta 18 da Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que institui: "assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal";

Considerando a necessidade de elaboração de um plano de cargos e salários, para os servidores públicos da educação básica da Secretaria de Educação do Município de Caibi, ensejando assim, ao servidor efetivo a progressão na carreira;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída, a Equipe Técnica que fará o diagnóstico para apresentar à Comissão Coordenadora de Estudos do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do magistério da Secretaria de Educação do Município de Caibi, a qual competirá realizar todos os levantamentos necessários para elaboração do diagnóstico situacional e simulação de proposta de plano de carreira dos servidores da educação básica da Secretaria de Educação do município de Caibi.

Art. 2º. A Equipe Técnica de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica assim constituída:

I – Representante da Secretaria Municipal de Educação

Neimar Júnior Worm – RG nº 3.797.829 CPF nº 032.191.449-00

II - Professora Representante das Escolas Municipais da Sede Municipal

Claudia Regina Furlaneto – RG nº 4.127.771 CPF nº 034.179.849-55

III - Professora Representante dos Diretores Escolares

Célia Maria Ferronato Marchese – RG nº 2.038.314 CPF nº 581.965.369-68

IV - Representante da Secretaria Municipal de Administração

Édson Carlesso – RG nº 1.611.732 CPF nº 582.718.649-04

Art. 3º. A Equipe Técnica deverá participar de formação específica disponibilizada pelo MEC através da SASE/DIVAPE para o uso de planilhas e diagnóstico e sistema de simulação de plano de Carreira.

Art. 4º. O prazo para a Equipe Técnica apresentar a conclusão de seus trabalhos, será fixado pela comissão coordenadora;

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado a critério da comissão coordenadora.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caibi-SC, em 27 de abril de 2017.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Dirlei Lemes de Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

Camboriú

PREFEITURA

386/2017

PORTARIA Nº.386/2017
NOMEIA DIRETORA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 019/2008 de 02/07/2008 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, GREYCE HONORIO CORREA, no cargo de DIRETORA DE ESCOLA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei, a partir de 18/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

387/2017

PORTARIA Nº.387/2017
NOMEIA DIRETORA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 019/2008 de 02/07/2008 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, KATIA APARECIDA CRISTOFOLINI DE LIZ, no cargo de DIRETORA DE ESCOLA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei, a partir de 02/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

388/2017

PORTARIA Nº.388/2017
NOMEIA DIRETORA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 019/2008 de 02/07/2008 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, PAULA MARILEA KARTEN JUSTEN, no cargo de DIRETORA DE ESCOLA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei, a partir de 20/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

389/2017

PORTARIA Nº.389/2017
NOMEIA DIRETORA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 019/2008 de 02/07/2008 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, SANDRA MARA DOS SANTOS PASSOS, no cargo de DIRETORA DE ESCOLA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei, a partir de 09/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

390/2017

PORTARIA Nº.390/2017

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada a servidor(a) que relaciona;

Nome Função Gratificada

FRANCIELE FERNANDES	FG-2
---------------------	------

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário, a partir de 20/01/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

391/2017

PORTARIA Nº.391/2017

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada a servidor(a) que relaciona;

Nome Função Gratificada

LUCIMAR DA SILVA	FG-3
GISELE SILVA	FG-2

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

392/2017

PORTARIA Nº.392/2017

NOMEIA COORDENADOR PEDAGÓGICO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ARISTIDES RODRIGUES FILHO, no cargo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

393/2017

PORTARIA Nº.393/2017

Exonera cargo comissionado

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o(a) Servidor(a), do Cargo em Comissão da relação que segue abaixo, a partir de 14/02/2017;

NOME	CARGO	MATRÍCULA
ELIANA DA SILVA	DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO	18845
RAQUEL VIEIRA	COORDENADOR DE SAUDE DO CAIC	19375

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de fevereiro de 2017.
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

395/2017

PORTARIA nº.395/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº008/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/02/2017 à 30/06/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ADRIANA DA SILVA VENANCIO	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	639/2017	014
CAMILA FIDELIS PIRES	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	640/2017	011
DEIDY ELLEN MAGNENTE	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	642/2017	001
GISLAINE MACHADO	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	641/2017	002
JULIANA LUISA FONSECA DA SILVA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	060/2017	012

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 01 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

397/2017

PORTARIA nº.397/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº008/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/02/2017 à 30/06/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ANDRELI CORREA DE LIMA	MERENDEIRA	645/2017	013
BEATRIZ DE OLIVEIRA	MERENDEIRA	646/2017	014
ELAINE KLETTIMBERG DA SILVA	MERENDEIRA	647/2017	006
GISELY KRISTINE TORQUATO CACERES	MERENDEIRA	648/2017	005
IDIANE MACHADO DOS SANTOS	MERENDEIRA	061/2017	008
JOSIANE REGINA DA CUNHA	MERENDEIRA	650/2017	002
ROSELI DE FATIMA JEDE ZA FERINO	MERENDEIRA	649/2017	004
SIMONE PRADA	MERENDEIRA	643/2017	010
TATIANI CARVALHO PEREIRA	MERENDEIRA	644/2017	011

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 01 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

398/2017

PORTARIA nº.398/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;
CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº008/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/02/2017 á 30/06/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ALINE FRANCIELI ANTONIAK	SERVENTE	652/2017	008
FABIULA KULMANM	SERVENTE	062/2017	006
SIMONE ROSANE SANTANA	SERVENTE	651/2017	004
VERLAINE BAZZAN BONINI	SERVENTE	653/2017	002

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 01 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

399/2017

PORTARIA nº.399/2017
Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria de Saúde, necessita de mão de obra para dar prosseguimento ao atendimento nos postos de saúde, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais a comunidade;
CONSIDERANDO que não há aprovados em processo seletivo e para dar continuidade aos trabalhos do funcionário abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/12/2016 á 01/02/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
SIRLEI IARA DE SOUZA ROSA	AUXILIAR DE GESTÃO	106/2016	024/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

400/2017

PORTARIA Nº.400/2017
Exonera Servidor(a) conforme Processo Administrativo

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº. 039/2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, conforme Processo Administrativo nº.015/2015, o(a) Servidor(a) ELAISA APARECIDA DO ROSARIO SANTOS, portador do CPF Nº.045.670.479-58, matrícula 11.530, do cargo efetivo de MONITORA, do Concurso Público Edital nº001/2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de fevereiro de 2017.
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

401/2017

PORTARIA Nº.401/2017
Exonera cargo comissionado a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a), do Cargo em Comissão da relação que segue abaixo;

NOME	CARGO	MATRÍCULA
CLAUDELINO BRAZ DA SILVA	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA EM SAUDE	21173

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de fevereiro de 2017.
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

402/2017

PORTARIA Nº.402/2017

Exonera cargo comissionado

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o(a) Servidor(a), do Cargo em Comissão da relação que segue abaixo;

NOME	CARGO	MATRÍCULA
ROSICLEIA SANTANA SILVA	ASSESSOR DE DEPARTAMENTO	20874

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de fevereiro de 2017.

ÉLCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

403/2017

PORTARIA nº.403/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;
CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 03/02/2017 à 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MAGDA GRAZIELA DA SILVA LIMA	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	063/2017	090

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 03 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

404/2017

PORTARIA nº.404/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 03/02/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARCIA ZANONI PFLANZER	TECNICO DE ENFERMAGEM	064/2017	009

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 03 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

405/2017

PORTARIA nº.405/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 03/02/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARCIA ZANONI PFLANZER	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	065/2017	091

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 03 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

406/2017

PORTARIA Nº.406/2017

Exonera cargo comissionado a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a), do Cargo em Comissão da relação que segue abaixo, a partir de 15/02/2017;

NOME	CARGO	MATRÍCULA
CINTIA PALHANO	ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO	21248

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 03 de fevereiro de 2017.

ÉLCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

407/2017

PORTARIA nº.407/2017

Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária, necessita de mão de obra para dar prosseguimento ao atendimento nos postos de saúde e atendimento nas residencias, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais a comunidade;

CONSIDERANDO que não há aprovados em processo seletivo e para dar continuidade aos trabalhos do funcionário abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/12/2016 á 03/02/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
CARLOS ALEXANDRE DE BRITO	AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE PACS	014/2017	020/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 03 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

408/2017

PORTARIA Nº.408/2017

NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, CRISTIAN FERNANDO ANDRADE DE SOUZA, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO, na SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

409/2017

PORTARIA Nº.409/2017

NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, LINDOMAR MARCOS DE OLIVEIRA, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS, na SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

410/2017

PORTARIA Nº.410/2017

NOMEIA ASSESSORA ADJUNTO DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANDREA KUHNEN TOMPSON, no cargo de ASSESSORA ADJUNTA DE DEPARTAMENTO, na SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

411/2017

PORTARIA Nº.411/2017
NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ANÁLISES E PROJETOS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ELOISA CHIAMULERA, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ANALISES E PROJETOS, na SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

412/2017

PORTARIA Nº.412/2017
NOMEIA ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, MARCOS ROSA RODRIGUES, no cargo de ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO, na SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

413/2017

PORTARIA nº.413/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 06/02/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
CLACI MARIA PECETTI	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	066/2017	088

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 06 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

414/2017

PORTARIA nº.414/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 06/02/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
GRACIELA NOEMI NADAL	RECEPCIONISTA ESF	067/2017	045

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 06 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

415/2017

PORTARIA nº.415/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 06/02/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
GEOVANA ALVES BERNARDI	RECEPCIONISTA ESF	038/2017	046

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 06 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

416/2017

PORTARIA nº.416/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 06/02/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JULIANA NAGEL DEOLINDO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE-PACS	069/2017	037

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 06 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

417/2017

PORTARIA Nº.417/2017

NOMEIA SECRETÁRIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA BITTENCOURT SAUT

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, LUCIANE ANDREA DOS SANTOS DA SILVA, no cargo de SECRETÁRIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA BITTENCOURT SAUT, na SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

418/2017

PORTARIA Nº.418/2017

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, OTAVIO RAIMUNDO FILHO, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA, na SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

419/2017

PORTARIA Nº.419/2017

NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, FRANCISCO FEITOZA DE CARVALHO, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO, na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

420/2017

PORTARIA Nº.420/2017

NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, EGIDIO MANOEL ANTONIO, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO, na SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

421/2017

PORTARIA nº.421/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 07/02/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
CLAUDICEIA SOUSA BARROSO	ENFERMEIRA ESF	070/2017	062

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 07 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

422/2017

PORTARIA nº.422/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 07/02/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
GABRIELA PALHARES DOS SANTOS	ENFERMEIRA ESF	071/2017	063

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 07 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

423/2017

PORTARIA nº.423/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 07/02/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
EZARO EDER DE CENE	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	72/2017	093

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 07 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

424/2017

PORTARIA nº.424/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 07/02/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARIA SOLANGE VISBISKI SAUL	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	073/2017	097

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 07 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

425/2017

PORTARIA Nº.425/2017

NOMEIA AUXILIAR IMEDIATO DO DIRETOR DE SERVIÇOS GERAIS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 1096/1994 de 30/09/1994 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, DJEISON OTO SCHWARTZ, no cargo de AUXILIAR IMEDIATO DO DIRETOR DE SERVIÇOS GERAIS – SUBPROGRAMA 10, CAIC – JOVEM AILOR LOTÉRIO, da SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

426/2017

PORTARIA nº.426/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;
CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 08/02/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JOCIANE DELFES ROSA DA SILVA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE PACS	074/2017	014

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 08 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

427/2017

PORTARIA nº.427/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 08/02/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARCIA CRISTINA BARBOSA MOTTA	ENFERMEIRA ESF	075/2017	069

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 08 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

428/2017

PORTARIA Nº.428/2017

NOMEIA AUXILIAR IMEDIATO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E PRÉ-ESCOLAR

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 1096/1994 de 30/09/1994 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANA PAULA MORAES DA SILVA LOPES, no cargo de AUXILIAR IMEDIATO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E PRÉ-ESCOLAR – SUBPROGRAMA 03, CAIC – JOVEM AILOR LOTÉRIO, da SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 08 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

429/2017

PORTARIA Nº.429/2017

NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, PEDRO FRANCISCO DA SILVA FILHO, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

430/2017

PORTARIA Nº.430/2017

NOMEIA ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ELIO SADI MAIER, no cargo de ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

431/2017

PORTARIA nº.431/2016

Rescinde contrato, a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº653/2017 de 01/02/2016, firmado entre VERLAINE BAZZAN BONINI, matrícula nº.21.411, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de SERVENTE.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

432/2017

PORTARIA Nº.432/2017
Exonera Servidor(a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº. 039/2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a) NIEGE DA PALMA CAVALHEIRO, portador do CPF Nº.999.886.150-00, matrícula 19.930, do cargo efetivo de PROFESSORA, do Concurso Público Edital nº.025/2013, a partir de 07/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de Fevereiro de 2017.
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

433/2017

PORTARIA Nº.433/2017
Exonera Servidor(a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº. 039/2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a) ADRIANO SALVI, portador do CPF Nº.956.095.559-46, matrícula 11.800, do cargo efetivo de PROFESSOR, do Concurso Público Edital nº001/2007, a partir de 07/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de fevereiro de 2017.
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

434/2017

PORTARIA nº.434/2017

Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Saúde, necessita de mão de obra para dar prosseguimento ao atendimento nos postos de saúde e nas residências, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais a comunidade;

CONSIDERANDO que não há aprovados em processo seletivo e para dar continuidade aos trabalhos do funcionário abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/12/2016 á 07/02/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
VERA SILVA BUENO DE OLIVEIRA PADILHA	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	122/2015	025/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 08 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

435/2017

PORTARIA nº.434/2017

Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Saúde, necessita de mão de obra para dar prosseguimento ao atendimento nos postos de saúde e nas residências, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais a comunidade;

CONSIDERANDO que não há aprovados em processo seletivo e para dar continuidade aos trabalhos do funcionário abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/12/2016 á 07/02/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
VERA SILVA BUENO DE OLIVEIRA PADILHA	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	122/2015	025/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 08 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

436/2017

PORTARIA nº.436/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 09/02/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MONIQUE ALESSANDRA GAMA LUZ	DIGITADOR ESF	076/2017	017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 09 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

437/2017

PORTARIA nº.437/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 09/02/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ALDO LEONARDO DA SILVA RODRIGUES BITTENCOURT	TECNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA SAMU	077/2017	010

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 09 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

438/2017

PORTARIA Nº.438/2017

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, SONIA MARIA ALMEIDA DOS SANTOS, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA, da SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 09 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

439/2017

PORTARIA Nº.439/2017
NOMEIA ASSESSORA ADJUNTO DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, CRISTIANE FERNANDES DA SILVA CARNEIRO, no cargo de ASSESSORA ADJUNTO DE DEPARTAMENTO, da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 09 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

440/2017

PORTARIA Nº.440/2017
NOMEIA DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 048/2013 de 29/04/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, LUIS FERNANDO FABRIS, no cargo de DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 09 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

441/2017

PORTARIA Nº.441/2017

NOMEIA ASSESSORA ADJUNTA DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ILDA SAIBS DA SILVA, no cargo de ASSESSORA ADJUNTA DE DEPARTAMENTO, da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 09 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

442/2017

PORTARIA Nº.442/2017

NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, CAROLINE MARQUES TEIXEIRA, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO, da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 09 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

443/2017

PORTARIA Nº.443/2017

NOMEIA COORDENADOR ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, DEBORA CRISTINA GOLEMBIESKI, no cargo de COORDENADORA ADMINISTRATIVA, do GABINETE DO PREFEITO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

444/2017

PORTARIA nº.444/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;
CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;
RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 23/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JULIANA ASSIS MACIEL	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	078/2017	068

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 10 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

445/2017

PORTARIA nº.445/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;
CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;
RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 23/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ELISALANDER DE CASSIA CORDEIRO BERNARDES	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	079/2017	054

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 10 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

446/2017

PORTARIA Nº.446/2017
NOMEIA DIRETOR DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DISTRITAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/06/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JOSE AUGUSTO ESPINDOLA, no cargo de DIRETOR DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DISTRITAL, do SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

448/2017

PORTARIA nº.448/2017

Exonera Servidor (a)

A Prefeita da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº026/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o (a) Servidor (a), MARCIA REGINA DAL PIVA, matrícula nº. 21.370, do Cargo em Comissão de SECRETARIA DE ESCOLA, da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

449/2017

PORTARIA nº.449/2016

Rescinde contrato, a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº648/2017 de 01/02/2016, firmado entre GISELY KRISTINE TORQUATO CACERES, matrícula nº.21.405, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MERENDEIRA, a partir de 10/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

450/2017

PORTARIA nº.450/2016

Rescinde contrato, a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº032/2017 de 30/01/2017, firmado entre ELIANE APARECIDA DE LIMA DA SILVA, matrícula nº21.323, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, a partir de 16/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

451/2017

PORTARIA nº.451/2017

Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Saúde, necessita de mão de obra para dar prosseguimento ao atendimento nos postos de saúde, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais a comunidade;

CONSIDERANDO que não há aprovados em processo seletivo e para dar continuidade aos trabalhos do funcionário abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/12/2016 á 03/02/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
ALMIRA CALDEIRA DE SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	068/2015	026/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

452/2017

PORTARIA nº.452/2017

Rescinde contrato, a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº068/2015 de 27/01/2015, firmado entre ALMIRA CALDEIRA DE SOUZA, matrícula nº19.298, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de TECNICA DE ENFERMAGEM-ESF.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

453/2017

PORTARIA Nº.453/2017

Exonera cargo comissionado

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a), do Cargo em Comissão da relação que segue abaixo, a partir de 16/02/2017;

NOME	CARGO	MATRÍCULA
EDMAR RENATO KALNIN	CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA	21.233

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

454/2017

PORTARIA Nº.454/2017

Exonera Servidor(a) por falecimento

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº. 039/2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, por falecimento, o(a) Servidor(a) ROSANE MARIA DOS SANTOS ADRIANO, portador do CPF Nº.795.659.489-87, matrícula 1.284, do cargo efetivo de MONITORA, a partir de 09/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

455/2017

PORTARIA nº.455/2017

Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Saúde, necessita de mão de obra para dar prosseguimento ao atendimento nos postos de saúde, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais a comunidade;

CONSIDERANDO que não há aprovados em processo seletivo e para dar continuidade aos trabalhos do funcionário abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/12/2016 á 10/02/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
YASMIN ALAIDE FORBIS	RECEPCIONISTA	017/2016	027/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

456/2017

PORTARIA nº.456/2017

Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Saúde, necessita de mão de obra para dar prosseguimento ao atendimento nos postos de saúde, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais a comunidade;

CONSIDERANDO que não há aprovados em processo seletivo e para dar continuidade aos trabalhos do funcionário abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/12/2016 á 28/02/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
VANDERLEIA DA SILVA CARVALHO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE PACS	167/2015	065/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

457/2017

PORTARIA nº.457/2017

Exonera Servidor (a)

A Prefeita da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº026/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o (a) Servidor (a), TAMIRES CAROLINE FAQUETI, matrícula nº. 20.261, do Cargo em Comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CONTROLE E ANALISE DE ESTATISTICA DE TRANSITO, a partir de 13/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

458/2017

PORTARIA nº.458/2017

Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Saúde, necessita de mão de obra para dar prosseguimento ao atendimento nos postos de saúde, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais a comunidade;

CONSIDERANDO que não há aprovados em processo seletivo e para dar continuidade aos trabalhos do funcionário abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/12/2016 á 13/02/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
TATIANA RICARDO	ENFERMEIRA ESF	965/2014	028/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

460/2017

PORTARIA nº.460/2017

Exonera Servidor (a)

A Prefeita da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº026/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o (a) Servidor (a), RAFAELA DE SOUZA, matrícula nº. 16.110, do Cargo em Comissão de CHEFE DE DIVISÃO PARLAMENTAR, a partir de 28/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

461/2017

PORTARIA nº.461/2017

Exonera Servidor (a)

A Prefeita da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº026/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o (a) Servidor (a), BRUNA PEREIRA SOARES, matrícula nº. 21.075, do Cargo em Comissão de ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E PROJETOS, a partir de 28/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

462/2017

PORTARIA nº.462/2017

Exonera Servidor (a)

A Prefeita da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº026/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o (a) Servidor (a), ELIANA DA SILVA, matrícula nº. 18.845, do Cargo em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO, a partir de 14/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

463/2017

PORTARIA nº.463/2017

Exonera Servidor (a)

A Prefeita da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº026/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o (a) Servidor (a), RAQUEL VIEIRA, matrícula nº. 19.375, do Cargo em Comissão de COORDENADORA DE SAÚDE DO CAIC, da SECRETARIA DA SAÚDE, a partir de 14/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

464/2017

PORTARIA nº.464/2017

Exonera Servidor (a)

A Prefeita da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº026/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o (a) Servidor (a), JEFERSON DE JESUS CARDOSO, matrícula nº. 21.007, do Cargo em Comissão de ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO, a partir de 01/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

465/2017
PORTARIA nº.465/2017

Exonera Servidor (a)
A Prefeita da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº026/2009;

RESOLVE:
Art. 1º. Exonerar, o (a) Servidor (a), GENIVAL JOAO DE BARROS, matrícula nº. 12.700, do Cargo em Comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE AGRICULTURA, PECUARIA E PRODUÇÃO ANIMAL, da SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, a partir de 14/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

466/2017
PORTARIA nº.466/2017

Exonera Servidor (a)
A Prefeita da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº026/2009;

RESOLVE:
Art. 1º. Exonerar, o (a) Servidor (a), NICOLE ADRIANE LEAL, matrícula nº. 17.455, do Cargo em Comissão de ASSESSORA ADJUNTA DE DEPARTAMENTO, da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, a partir de 15/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

467/2017
PORTARIA Nº.467/2017

Exonera Servidor(a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº. 039/2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:
Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a) ZELI RAIMUNDO DOS ANJOS, portador do CPF Nº.045.309.809-60, matrícula 5577-5, do cargo efetivo de SERVENTE, a partir de 18/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

468/2017
PORTARIA nº.468/2017
Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Obras, necessita de mão de obra para dar prosseguimento aos serviços de manutenção e pintura, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais a comunidade; CONSIDERANDO que não há aprovados em processo seletivo e para dar continuidade aos trabalhos do funcionário abaixo;

RESOLVE:
Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/12/2016 á 28/02/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
GABRIELLA DE AVILA DOS SANTOS	PINTOR	058/2015	079/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

469/2017

PORTARIA nº 469/2017
Reduz carga horária a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº19/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Reduzir, a pedido, a carga horária do (a) servidor (a) BRUNO TEKUMO, matrícula nº. 20075, que ocupa o cargo de PROFESSOR, efetivo, passando de 20 horas a 10 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

470/2017

PORTARIA Nº.470/2017
Concede Licença Maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016, de 27.01.2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a funcionária CLEIDE CALDEIRA MARQUES DA SILVA, matrícula nº. 21.033, servidora contratada no cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM-ESF, a partir de 06/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

471/2017

PORTARIA Nº.471/2017
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30(trinta) dias, referente a 40 horas semanais, a servidor LUCIANA MELO REBELO, portador do CPF Nº532.453.429-34, matrícula nº5012, a partir de 10/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

472/2017

PORTARIA Nº.472/2017
Concede Licença Maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016, de 27.01.2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a funcionária JAQUELINE CAPISTRANO, matrícula nº. 20.717, servidora contratada no cargo de SERVENTE, a partir de 20/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

473/2017

PORTARIA Nº.473/2017
Concede Licença Maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016, de 27.01.2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a funcionária JENIFER PONCIANO DE SOUZA ROQUES, matrícula nº. 20.237, servidora contratada no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, a partir de 11/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

474/2017

PORTARIA nº 474/2017

Concede Licença Maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 039/2012, de 02.01.2012;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, a funcionária ELIANE CARLOS PEREIRA, matrícula nº19.037, servidora efetiva no cargo de MONITORA, a partir de 24/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

475/2017

PORTARIA nº 475/2017

Concede Licença Maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 039/2012, de 02.01.2012;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, a funcionária GISELE DE FATIMA BALDO DA ROSA, matrícula nº19.782, servidora efetiva no cargo de PROFESSORA, a partir de 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação,

revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

476/2017

PORTARIA Nº.476/2017

Concede Licença Maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016, de 27.01.2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a funcionária JESSICA DE LIMA SOUZA, matrícula nº. 20.683, servidora contratada no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, a partir de 02/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

477/2017

PORTARIA Nº.477/2017

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada a servidor(a) que relaciona;

Nome Função Gratificada

GISLAINE VIEIRA

FG-03

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 10 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

479/2017

PORTARIA nº.479/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;
CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;
RESOLVE:
Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 04/02/2017 à 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLAS-SIF.
ALMIRA CALDEIRA DE SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	081/2017	095

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 10 de fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

480/2017

PORTARIA nº.480/2017
Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria de Saúde, necessita de mão de obra para dar prosseguimento ao atendimento nos postos de saúde, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais a comunidade;
CONSIDERANDO que não há aprovados em processo seletivo e para dar continuidade aos trabalhos do funcionário abaixo;
RESOLVE:
Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de

Serviço, firmado entre as partes, de 31/12/2016 à 28/02/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
ROSANI APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS MIRANDA	TECNICA DE ENFERMAGEM ESF	167/2015	064/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

481/2017

PORTARIA nº.481/2017

Exonera Servidor (a)
A Prefeita da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº026/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o (a) Servidor (a), MOACIR NUNES, matrícula nº. 21.142, do Cargo em Comissão de CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO, da SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, a partir de 28/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

482/2017

PORTARIA Nº.482/2017
Exonera Servidor(a) por falecimento

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº. 039/2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, por falecimento, o(a) Servidor(a) ROSEMARI CANDEIA DONIN, portador do CPF Nº.216.665.980-20, matrícula 19.094, do cargo efetivo de MONITORA, do Concurso Público Edital nº.025/2013 a partir de 19/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de Fevereiro de 2017.
ÉLCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 005/2017 – Ata do Sistema de Registro de Preços 007/2017– FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADOR, A FIM DE UTILIZAR A VERBA PROVENIENTE DA PROPOSTA DE NÚMERO 11312.860000/1160-03 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 27/04/2017
1ª Publicação.

CHAMAMENTO 004/17 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2017 - FMS
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS EM ESPECIALIDADE PARA A REDE BÁSICA DE SAÚDE, CONFORME O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS -SIGTAP, MEDIANTE PARTICIPAÇÃO COMPLEMENTAR, MAJORAÇÃO COM RECURSOS PRÓPRIOS, APROVADO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº. 8.666/1993 e as respectivas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 15 (Quinze) de Maio de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 26 de Abril de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

DL 07/17 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 007/2017 – FMAS

Data: 27/04/2017

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO A FIM DE CUMPRIR DETERMINAÇÃO JUDICIAL, REFERENTE AO PAGAMENTO DAS VAGAS EXCEDENTES DESTINADAS AO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES NO INSTITUTO REDENÇÃO LAR DE MARINA, EM VIRTUDE DO FECHAMENTO DA INSTITUIÇÃO DESAFIO JOVEM MONTE HO-REBE.

Valor total: R\$ 14.313,09 (Quatorze Mil Trezentos e Treze Reais e Nove Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

Empresa: INSTITUTO REDENÇÃO LAR DE MARINA

Embasamento legal: Artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 27 de Abril de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO DE CONTRATO 24 A 28 ABRIL

RESUMO DE CONTRATO

PMC

Contrato nº 020/2017 a ata de registro de preços nº 045/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 028/2017

Contratado: SINAL CITY SINALIZACAO LTDA - EPP

Data: 13/04/2017

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 256.000,00 (Duzentos e cinquenta e seis mil reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PINTURA E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS VIAS URBANAS DESTE MUNICÍPIO. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Contrato nº 021/2017

Processo: Tomada De Preços Nº 001/2017

Contratado: SETA CONSTRUTORA CIVIL LTDA - EPP

Data: 24/04/2017

Prazo: 03 (três) meses

Valor: R\$ 19.788,92 (Dezenove mil setecentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DO ESPAÇO FÍSICO PARA INSTALAÇÃO DO CAMBORIÚ PREV, CONFORME PLANTA E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

Contrato nº 022/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 036/2017

Contratado: MP COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME

Data: 24/04/2017

Prazo: 31/12/2017

Valor: R\$ 1.487,00 (Hum mil quatrocentos e oitenta e sete reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL, PARA SEREM UTILIZADAS NO MOVIMENTO MAIO AMARELO, QUE TEM O OBJETIVO DE CHAMAR A ATENÇÃO DA SOCIEDADE PARA O ALTO ÍNDICE DE MORTES E FERIDOS NO TRÂNSITO EM TODO O MUNDO, CONFORME RESOLUÇÃO DA ONU, QUE DEFINIU O PERÍODO DE 2011 A 2020, COMO A "DÉCADA DE AÇÕES PARA A SEGURANÇA NO TRÂNSITO", SURTINDO ASSIM O MAIO AMARELO, A COR DA "ATENÇÃO PELA VIDA"

Contrato nº 023/2017

Processo: Pregão Presencial Nº 036/2017

Contratado: HUDSON HENRIQUE BAPTISTA 06890354974
Data: 24/04/2017
Prazo: 31/12/2017
Valor: R\$ 1.116,00 (Hum mil cento e dezesseis reais)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL, PARA SEREM UTILIZADAS NO MOVIMENTO MAIO AMARELO, QUE TEM O OBJETIVO DE CHAMAR A ATENÇÃO DA SOCIEDADE PARA O ALTO ÍNDICE DE MORTES E FERIDOS NO TRÂNSITO EM TODO O MUNDO, CONFORME RESOLUÇÃO DA ONU, QUE DEFINIU O PERÍODO DE 2011 A 2020, COMO A "DECADA DE AÇÕES PARA A SEGURANÇA NO TRÂNSITO", SURTINDO ASSIM O MAIO AMARELO, A COR DA "ATENÇÃO PELA VIDA"

Contrato nº 024/2017
Processo: Pregão Presencial Nº 036/2017
Contratado: JACKSON DA SILVA STUDIO - ME
Data: 24/04/2017
Prazo: 31/12/2017
Valor: R\$ 581,70 (Quinhentos e oitenta e um reais e setenta centavos)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO VISUAL, PARA SEREM UTILIZADAS NO MOVIMENTO MAIO AMARELO, QUE TEM O OBJETIVO DE CHAMAR A ATENÇÃO DA SOCIEDADE PARA O ALTO ÍNDICE DE MORTES E FERIDOS NO TRÂNSITO EM TODO O MUNDO, CONFORME RESOLUÇÃO DA ONU, QUE DEFINIU O PERÍODO DE 2011 A 2020, COMO A "DECADA DE AÇÕES PARA A SEGURANÇA NO TRÂNSITO", SURTINDO ASSIM O MAIO AMARELO, A COR DA "ATENÇÃO PELA VIDA"

CULTURA
Contrato nº 002/2017
Processo: Pregão Presencial Nº 003/2017
Contratado: ALPINIA COMERCIO DE FLORES E PLANTAS LTDA - EPP
Data: 25/04/2017
Prazo: 03 (três) meses
Valor: R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
Objeto: LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA DECORAÇÃO EM DECORRÊNCIA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA FESTA DO DIVINO DO ESPÍRITO SANTO A SER REALIZADO ENTRE OS DIAS 03, 04 E 05 DE JUNHO 2017.

Contrato nº 003/2017
Processo: Pregão Presencial Nº 005/2017
Contratado: MANOEL JOAO FRANCISCO FILHO - EPP
Data: 25/04/2017
Prazo: 03 (três) meses
Valor: R\$ 14.700,00 (Catorze mil e setecentos reais)
Objeto: LOCAÇÃO DE MATERIAL (PAVILHÃO), EM DECORRÊNCIA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO A SER REALIZADA ENTRE OS DIAS 03, 04 E 05 DE JUNHO DE 2017.

Contrato nº 004/2017
Processo: Pregão Presencial Nº 006/2017
Contratado: SERRARIA PAULINI & PEDRINI LTDA
Data: 27/04/2017
Prazo: 03 (três) meses
Valor: R\$ 10.900,00 (Dez mil e novecentos reais)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS E PREGOS, EM DECORRÊNCIA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO A SER REALIZADA ENTRE OS DIAS 03, 04 E 05 DE JUNHO DE 2017

FMS
Contrato nº 002/2017 a ata de registro de preços nº 004/2017
Processo: Pregão Presencial Nº 007/2017

Contratado: TEFTUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
Data: 25/04/2017
Prazo: 12 (doze) meses
Valor: R\$ 30.404,00 (Trinta mil quatrocentos e quatro reais)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DOS INTEGRANTES DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE RAIOS DE SOL, NOS DIAS QUE OCORREM OS ENCONTROS DOS IDOSOS NO CENTRO MÚLTIPLO USO ALICE TESTONI GOMES. ITINERÁRIO: SAÍDA MONTE ALEGRE PASSANDO PELO BAIRRO TABULEIRO, SÃO FRANCISCO DE ASSIS E RIO PEQUENO, COM DESTINO AO BAIRRO AREIAS, RETORNO MESMO ITINERÁRIO. CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

FMS
Contrato nº 012/2017
Processo: Dispensa de Licitação nº. 017/2017
Contratado: MARIA DE LOURDES BERNARDES ROSSI
Data: 25/04/2017
Prazo: 06 (seis) meses
Valor: R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM 90M2 SITUADA NA RUA URIAS BERNARDES NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ PARA AS INSTALAÇÕES DO CEDIT DA SECRETARIA DE SAÚDE.

ADITIVO
FMS
Terceiro Termo Aditivo
Contrato: 002/2016 a ata de registro de preços 009/2016
Processo: Pregão Presencial Nº. 001/2016
Contratado: COOPEMESC - COOPERATIVA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DE SANTA CATARINA LTDA
Data: 26/01/2017
Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93
Objeto do contrato: Contrato de prestação de serviços de prestação de serviços médicos hospitalares, na modalidade de plantão a ser desempenhado no Pronto Atendimento da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CAMBORIÚ que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE CAMBORIÚ e a COOPEMESC - COOPERATIVA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DE SANTA CATARINA LTDA, na forma abaixo.
Objeto do aditivo: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade da prestação de serviços médicos no Pronto atendimento da Fundação Hospitalar de Camboriú, pelo período de uma semana, tendo em vista o acontecimento do evento internacional de missões "Gideões", as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 18.225,00 (Dezoito mil duzentos e vinte e cinco reais), conforme solicitação da secretaria de Saúde.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO DO PR 007/2017 - FMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2017- FMC
DOM/SC – EDIÇÃO 2232 DE 13/04/2017 – PÁGINA 288
Onde lê-se:
- TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.
Leia-se:
- TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 27 de abril de 2017.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

1ª ALTERAÇÃO PREGÃO 12/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE - SC

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

Pregão Nº 12/2017 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Considerando que a Administração Pública é dotada de poder de autotutela, que lhe possibilita rever seus próprios atos de ofício e anulá-los quando eivados de ilegalidade;

Considerando o disposto no inciso V do art. 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

Considerando o disposto no art. 110 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Considerando que o edital 12/2017 Pregão eletrônico (aquisição de material ambulatorial) não foi publicado no site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

ALTERA-SE a data de abertura, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 00h do dia 28/04/2017, às 09:45 h do dia 12/05/2017;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 12/05/2017 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre, 27 DE ABRIL DE 2017.

DEISI ESTELA AMORIM

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Patrimônio sob nº 25144 e Veículo GM Montana, Placa ALT-7556, Registro no Patrimônio sob nº 28859, veículos estes de propriedade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.;

§ 2º Os veículos mencionados no parágrafo anterior poderão ser utilizados pelo Servidor Público Municipal autorizado no Caput do Artigo 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigir-lo;

§ 3º O Servidor Público Municipal mencionado no Caput do Artigo 1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos da Frota Pública Municipal, descritos no § 1º do Artigo 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitado pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art. 2º Em caso de justificada necessidade, a Secretária Municipal de Administração, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigirem os veículos da Frota Pública Municipal, mencionados no § 1º do Artigo 1º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos § 2º e § 3º do Artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.466 DE 27 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.466 DE 27 DE ABRIL DE 2017

AUTORIZA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Servidor Público Municipal PATRICK ONGHERO, Matrícula Funcional nº 000609, Registro no Sistema sob nº 954897, ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo II, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para dirigir de forma eventual, os veículos pertencentes a Frota Municipal, descritos no Parágrafo 1º deste Artigo.

§ 1º Veículo Fiat Uno, Placa MDU-9792, Registro no Patrimônio sob nº 23338; Veículo Fiat Doblo, Placa MDU-9792, Registro no

DECRETO Nº 10.467 DE 27 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 10.467 DE 27 DE ABRIL DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
11.01 -	Coordenadoria de Cultura		
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
309000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 20.000,00	

Art.2º) O crédito a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
11.01 -	Coordenadoria de Cultura		
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
309000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 20.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.468 DE 27 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 10.468 DE 27 DE ABRIL DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA SEGUINTE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.607 de 27 de abril de 2017; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 5.452,12 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais, e doze centavos) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.		
03.01 -	Serviço de Administração		
04.122.0005.2.102 -	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração		
400000.00.159 -	Despesas de Capital		
440000.00.159 -	Investimentos		
449000.00.159 -	Aplicações Diretas		
449052.00.159 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.452,12	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde		
400000.00.121 -	Despesas de Capital		

440000.00.121 -	Investimentos			
449000.00.121 -	Aplicações Diretas			
449052.00.121 -	Equipamentos e Material Permanente		R\$ 5.452,12	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Nº 01/2017

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, considerando o disposto na Lei nº 13.019/2014, torna público às Organizações da Sociedade Civil interessadas, que através deste, realiza o Chamamento Público, visando a seleção de Entidades sem fins lucrativos na área esportiva, para firmar parceria por meio de Termo de Fomento, nos termos e condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO:

1.1 Formalização de Parceria, através de Termo de Fomento, com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para execução do Projeto Social "Formando Cidadãos e Atletas para o Futuro", em regime de mútua cooperação com a administração pública municipal, que apresentarem o Plano de Trabalho que melhor se adequar ao objeto a ser pactuado.

0.0.1 Das condições

1.1.1.1 - A Entidade OSC, caso venha firmar o termo de fomento (se selecionada), deverá executar o que segue:

- Projeto social "Formando Cidadãos e Atletas para o Futuro", que contempla a prática esportiva de futebol de campo, cujas atividades (aulas/treinamentos) deverão ser executadas no Campo Municipal do Distrito de Fragosos, neste Município, onde deverá atender crianças e adolescentes de 07 a 17 anos.

As atividades (aulas/treinamentos) deverão ter a carga horária mínima de 30 horas mensais e serão realizadas de junho a dezembro de 2017.

Objetivo do Projeto: Um dos principais objetivos do projeto é incentivar a prática esportiva de crianças e adolescentes, tirando-os das ruas, da ociosidade, evitando o caminho das drogas. Também visa a descoberta de novos talentos.

Atividades mínimas a serem executadas: Ensinar as regras de futebol; dar ênfase na socialização; garantir a participação das crianças e adolescentes, bem como contribuir no desenvolvimento físico, psicológico e nutricional; ensinar e aplicar os fundamentos técnicos do futebol de campo; evidenciar a todo momento a disciplina e respeito aos colegas e professores, antes, durante e após os treinamentos; participar de campeonatos de futebol de campo e futebol nas categorias infantil e infanto-juvenil.

1.1.1.2 Do Plano de Trabalho

As entidades OSC interessadas deverão apresentar o seu Plano de Trabalho contendo no mínimo (conforme modelo constante do Anexo I deste edital):

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

III - a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto;

IV - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

V - os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e

VI - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

1.1.1.3 O Município tem disponível em seu orçamento o valor total de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais) para a execução do projeto, para o exercício 2017.

1.1.1.3.1 As propostas (Plano de Trabalho) apresentadas com valores superiores ao informado no item 1.3.1 serão desclassificadas.

1.1.1.4 Todas as informações necessárias à elaboração da proposta (Plano de Trabalho) estão descritas neste edital, dispensando o Termo de Referência.

2. CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO E VEDAÇÕES

2.1 Poderão participar do presente Chamamento as organizações da sociedade civil que atendam os requisitos previstos no art. 33 da Lei nº 13.019/2014.

3. PRAZOS, LOCAL E CRONOGRAMA:

3.1 Os interessados deverão apresentar todos os documentos elencados no item 4 deste Edital até às 17 horas do dia 01 de junho de 2017,

no Serviço de Protocolo do Município, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC, prédio Anexo à Prefeitura Municipal, conforme item 4.

3.1.1 A entrega do envelope é de total responsabilidade da entidade participante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

3.2 A efetivação do credenciamento dar-se-á somente quando da apresentação de todos os documentos enumerados no item 4.2, sendo que a falta de qualquer um deles resultará na inabilitação da entidade.

3.3. Abaixo Cronograma das Ações da Parceria:

CRONOGRAMA	
AÇÃO	DATA
Publicação do edital no site da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (www.campoalegre.sc.gov.br) e do órgão de publicações do Município – DOM (www.diariomunicipal.sc.gov.br)	28.04.2017
Entrega do Plano de Trabalho e Documentação	01.06.2017
Divulgação do resultado (proposta classificada)	02.06.2017
Formalização da Parceria	07.06.2017

3.3.1 O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, sendo de total responsabilidade da entidade, acompanhar suas alterações nos meios de divulgação acima informado.

3.4 A efetivação do chamamento dar-se-á somente quando da apresentação de todos os documentos enumerados no item 4.2, sendo que a falta de qualquer um deles resultará na inabilitação da entidade.

4. DA DOCUMENTAÇÃO

4.1 A documentação deverá ser protocolizada, conforme estabelecido no item 3.1, em envelope fechado, contendo na parte externa/frente os seguintes dados:

Credenciamento de Organização da Sociedade Civil

Edital de Chamamento Público nº 01/2017

Entidade: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

CNPJ nº: _____

4.2. Documentação Obrigatória:

4.2.1 No envelope que trata o item 4.1 deverá ser anexada a seguinte documentação (todos os modelos se encontram disponíveis anexo do Decreto Municipal nº 10.330 de 08 de fevereiro de 2017, que se encontra publicado na íntegra no seguinte endereço: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/campo-alegre/decreto/2017/1033/10330/decreto-n-10330-2017-regulamenta-as-parcerias-entre-o-municipio-de-campo-alegre-sc-e-as-organizacoes-da-sociedade-civil-para-a-consecucao-de-finalidades-de-interesse-publico-e-reciproco-mediante-a-execucao-de-projetos-e-atividades-previamente-estabelecidos-em-planos-de-trabalho-nos-termos-da-lei-federal-n-13019-de-31-de-julho-de-2014?q=10330>);

I - ofício dirigido ao responsável pela Unidade Gestora, solicitando o Termo de Fomento com a devida justificativa do pedido;

II - preenchimento do formulário "Dados Cadastrais";

III - cópia da Lei Municipal e/ou Estadual que reconhece a entidade como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal n. 9.790/1999, e cópia da Lei Federal quando houver;

IV - cópia do cartão do CNPJ atualizado, possuindo à organização da sociedade civil, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo;

V - Certidão Negativa de Débito Junto ao Município de Campo Alegre/SC; Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débito junto ao Estado de Santa Catarina; prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

VI - caso se verifique irregularidade formal nas certidões negativas apresentadas ou quando estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização da sociedade civil será notificada para, no prazo de quinze (15) dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria;

VII - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

VIII - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

IX - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;

X - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

XI - cópia das normas de organização interna (estatuto ou regimento interno) que prevejam expressamente:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e

b) a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

XII - apresentar escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade;

XIII - comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

XIV - apresentar declaração de que possui disponibilidade de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

XV - declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades;

XVI - declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

XVII - declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no Decreto Municipal nº 10.330 de 08 de fevereiro de 2017;

XVIII - declaração de não incorrer nas vedações previstas Decreto Municipal nº 10.330 de 08 de fevereiro de 2017; e
XIX - PLANO DE TRABALHO.

4.2.1.1 A experiência prévia solicitada no inciso XIII, poderá ser comprovada por meio de um dos seguintes documentos:

- I - instrumento de parceria firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;
- II - relatório de atividades desenvolvidas;
- III - notícias veiculadas na mídia em diferentes meios de comunicação sobre atividades desenvolvidas;
- IV - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;
- V - currículo de profissional ou equipe responsável;
- VI - prêmios locais ou internacionais recebidos; e
- VII - atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades.

5. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU ATIVIDADES DA OSC:

5.1 O projeto será executado de acordo com o Plano de Trabalho devidamente aprovado, conforme exigências mínimas estabelecidas neste edital.

5.2 É de responsabilidade exclusiva e integral da OSC o pagamento dos profissionais envolvidos com o projeto, incluído o recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município, devendo a OSC manter arquivo com todos os comprovantes de recolhimento.

5.3 Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade a administração pública, na hipótese de sua extinção.

5.4 Os demais direitos e obrigações das partes serão objetos do Termo de Fomento e deverão atender os art. 63 ao art.68 da Lei nº 13019/2014.

5.5 - A organização da Sociedade Civil deverá prestar contas, na forma estabelecida nos artigos 54 a 66 do Decreto Municipal nº 10.330 de 08 de fevereiro de 2017.

6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1 O Município constituirá uma Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação que analisará os documentos propostos pelas organizações da sociedade civil e apreciará todos os Planos de Trabalhos e documentos apresentados, podendo, se necessário, solicitar informações adicionais, realizar visitas técnicas, estabelecendo prazo para que as organizações se manifestem por escrito quanto ao solicitado, a fim de selecionar, monitorar e avaliar as entidades que atenderam os requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014.

6.2 O Plano de Trabalho também será analisado por um Gestor nomeado pelo Poder Público Municipal, que emitirá parecer quanto à execução e viabilidade do objeto.

6.3 O Município divulgará em até 3 (três) dias consecutivos, contados do encerramento do prazo para a entrega dos documentos, a classificação das organizações da sociedade civil selecionadas para execução da parceria.

6.4 Caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da data de publicação do resultado da seleção, sendo julgado pela Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação.

6.5 A Comissão de Seleção Monitoramento e Avaliação, utilizará os critérios citados na tabela constante no item 6.7.1 para classificação dos projetos.

6.6 Critérios de desempate: serão adotados os seguintes critérios de desempate:

I. Projeto com maior número de pessoas a serem atendidas;

II. Maior carga horária.

6.7 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA A SELEÇÃO

6.7.1 Para a seleção da entidade participante, serão analisados 10 (dez) quesitos, conforme abaixo descritos, tendo os seguintes pesos:

- Peso 2: PLENAMENTE SATISFATÓRIO

- Peso 1: SATISFATÓRIO

- Peso 0: INSATISFATÓRIO

TABELA PARA SELEÇÃO

Peso Quesitos	PLENAMENTE SATISFATÓRIO	SATISFATÓRIO	INSATISFATÓRIO
1. Viabilidade dos Objetivos e Metas			
2. Consonância com objetivos propostos			
3. Metodologia e Estratégia de Ação conforme a Tipificação Nacional dos Serviços			
4. Viabilidade de Execução			
5. Coerência no Plano de Aplicação de Recursos			
6. Experiência da Entidade na execução do Serviço e no Município			
7. Sustentabilidade da Entidade			
8. Localização e Infraestrutura Física			
9. Adequação aos critérios estabelecidos no Plano de Trabalho			
10. Contribuição para o desenvolvimento biopsicossocial do público alvo do serviço			
11. Participação da OSC em Conselhos Municipais			
SUB TOTAL DA PONTUAÇÃO			
TOTAL GERAL DA PONTUAÇÃO			

6.7.1.1 Descrição dos Quesitos para a Seleção dos Projetos:

QUESITO Nº 1: Viabilidade dos Objetivos e Metas: Se os objetivos específicos são viáveis e exequíveis. Se as metas estão de acordo com o solicitado pelo Chamamento.

QUESITO Nº 2: Consonância com objetivos propostos: Se os objetivos estão de acordo com o previsto pela legislação.

QUESITO Nº 3: Metodologia e Estratégia de Ação: Se o projeto demonstra clareza na forma como vai se desenvolver; deve descrever os métodos, técnicas e estratégias pensadas para cada objetivo proposto.

QUESITO Nº 4: Viabilidade de Execução: Se o projeto demonstra proximidade com realidade do território e se há coerência metodológica que viabilize a execução do projeto.

QUESITO Nº 5: Coerência no Plano de Aplicação de Recursos: Se há compatibilidade na aplicação dos recursos com a proposta de trabalho.

QUESITO Nº 6: Experiência da Entidade no Serviço e no Município: Se a proposta traz conhecimento sobre realidade da comunidade ou do público-alvo; e se demonstra experiência com o serviço proposto.

QUESITO Nº 7: Sustentabilidade da Entidade: Se a Entidade possui outras fontes de recurso e/ou apoio institucional.

QUESITO Nº 8: Localização e Infraestrutura física: Descrever se o local e a infraestrutura prevista atende as necessidades do projeto. Socioassistenciais.

QUESITO Nº 9: Adequação aos critérios estabelecidos no Plano de Trabalho: Clareza e objetividade na apresentação do Plano de Trabalho.

QUESITO Nº 10: Contribuição para o desenvolvimento biopsicossocial do público alvo do projeto: Previsão de ações que contribuam para a melhora na qualidade de vida e alteração de sua realidade social.

QUESITO Nº 11: Participação da OSC em Conselhos Municipais: A organização participa e se articula com a rede de controle social e garantia de direitos.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 A programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração desta parceria é a seguinte:

• Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito; Unidade: 02.01 – Chefia de Gabinete; Função: 4 – Administração; Subfunção: 122 – Administração Geral; Programa: 0003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania; Ação: 2.019 – Subvenção a Entidades Educacionais e Assistenciais do Município; Elemento de Despesa: 3.3.50.43.00.00.00 – Subvenções Sociais; Recurso: 00.01.0002 – Recursos Ordinários do Orçamento Municipal.

8. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO:

8.1. O Termos de Fomento a serem celebrados no ano de 2017 terão início na data de sua assinatura, com vigência de 7 (sete) meses.

8.1.1 A vigência do Termo de Fomento poderá ser alterada mediante termo aditivo, que deve ser solicitada pela organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na Unidade Gestora em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do inicialmente previsto, vedada a alteração do objeto aprovado.

8.1.2 O termo aditivo de que trata o item 8.1.1.1 poderá ser prorrogado de ofício em caso de atraso na liberação dos recursos por parte do Município, hipótese em que a prorrogação corresponderá ao período equivalente ao atraso e será regida pela legislação em vigor ao tempo da celebração da parceria.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1 Tendo em vista seu poder de discricionariedade, o órgão gestor poderá decidir sobre a escolha da proposta a partir dos pareceres técnicos e o estabelecimento de termo de fomento.

9.2 Em caso de desistência da organização social em celebrar o termo de fomento a qualquer tempo após a entrega da documentação solicitada neste edital de chamamento público, essa intenção deverá ser manifestada por escrito através de ofício devidamente assinado pelo responsável da organização proponente, explicando as razões que conduziram a essa situação.

9.3 Este chamamento poderá ser revogado em qualquer de suas fases, por motivos de oportunidade e conveniência administrativa, devidamente justificados, sem que caiba aos respectivos participantes direito a reclamação ou indenização.

9.4 A participação no presente edital de chamamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste e nos documentos que dele fazem parte integrante, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

9.5 Quaisquer informações deverão ser solicitadas por escrito, e encaminhadas ao protocolo da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292 – Centro, Campo Alegre, onde será respondido também por escrito.

9.6 Eventuais impugnações ao Edital, somente serão recebidas (obedecido o prazo imposto pelo Decreto Municipal nº 10.330/2017) em sua via original, protocolizadas (no Protocolo da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292 – Centro, Campo Alegre-SC).

9.7 Qualquer informação, alteração, complemento, revogação ou anulação ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campo-alegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da OSC participante a verificação no mesmo.

9.7 Os casos não previstos neste edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção, Avaliação e Monitoramento.

9.8 Fazem parte integrantes deste Edital:

ANEXO I – Modelo do Plano de Trabalho;

ANEXO II – Minuta do Termo de Fomento.

Campo Alegre/SC, 27 de abril de 2017.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

(EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017)

MODELO DE PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE FOMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017

1 - Dados Cadastrais:

Nome da Organização Social:

CNPJ:

Conta Corrente nº: Agência nº: Banco:

Endereço: (Rua, Av., Serv. etc..) Número: CEP:

Bairro: Cidade:

Telefone: Fax:

Endereço Eletrônico:

Lei que declara de utilidade pública nº:

Número de inscrição no Conselho Municipal da Assistência Social:

Número de inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Número de inscrição no Conselho Municipal de Saúde

Número de inscrição no Conselho Municipal do Idoso:

Número de inscrição no Conselho Municipal de Educação:

Outros conselhos:

CEBAS (Número do processo que concedeu o último registro e validade):

1.2. Identificação Do Responsável Pela Organização Social

Nome do Presidente:

Número do RG: Número do CPF:

1.3. Vigência de mandato da diretoria atual: de ____/____/____ até ____/____/____

1.4. Áreas das atividades da organização social:

- ☐ assistência sanitária;
- ☐ amparo à maternidade;
- ☐ proteção à saúde da criança;
- ☐ assistência a qualquer espécie de doentes;
- ☐ assistência à velhice e à invalidez;
- ☐ amparo à infância e à juventude em estado de abandono moral, intelectual ou físico;
- ☐ educação pré-primária, 1º grau e profissional;
- ☐ educação e reeducação de adultos;
- ☐ educação de excepcionais;
- ☐ amparo aos trabalhadores;
- ☐ cultivo das artes;
- ☐ patrimônio histórico-cultural e arquitetônico;
- ☐ intercâmbio cultural;
- ☐ difusão cultural;
- ☐ organização da juventude;
- ☐ educação ambiental;
- ☐ defesa do meio ambiente;
- ☐ entidades esportivas.

1.5. O Estatuto Social está de acordo com a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015.

☐ Sim ☐ Não Em adequação ☐

1.6. Apresentação:

(breve histórico da organização, quando iniciou, quantas diretorias, quais os projetos já desenvolvidos).

2. Descrição do Projeto:

Diagnóstico: (identificação e qualificação da demanda)

Diagnóstico da realidade que será o objeto das atividades. A justificativa deve fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a uma demanda da sociedade. Deve-se responder a questão: por que executar o projeto ressaltar os seguintes aspectos:

- a) Problema social, Manifestação Cultural, Modalidade Esportiva, que pretende desenvolver, manter ou solucionar;
- b) Impacto social do projeto e as transformações positivas e duradouras esperadas;
- c) Área geográfica em que o projeto será desenvolvido (localização, bairro, distrito, rua etc...).

2.1. Projeto:

Título do Projeto:

2.1.2 Período de execução:

Início: Término:

2.1.3 Público Alvo:

(Indicar o público alvo, em conformidade com o estabelecido em edital, se houver, especificando o público a ser atendido, conforme a natureza dos serviços, programas e projetos).

2.1.4 Objetivo Geral:

O que a Organização Social pretende alcançar ao final do Projeto. Deve ser escrito de forma clara, objetiva e sucinta. Este objetivo deve estar relacionado diretamente aos serviços, programas e projetos que a Organização Social pretende executar.

3. Cronograma de Execução (Meta, Etapa Ou Fase)

4. Plano ANUAL de Aplicação dos Recursos
(Discriminar a Aplicação dos Recursos).4.1 Plano MENSAL de Aplicação dos Recursos
(Discriminar a Aplicação dos Recursos)

4.2 Despesas Inerentes a todas as atividades

O plano de trabalho poderá incluir o pagamento de custos indiretos necessários à execução do objeto, em proporção nunca superior a 15% (quinze por cento) do valor total da parceria, desde que tais custos sejam decorrentes exclusivamente de sua realização.

5. Cronograma de desembolso

6. Articulação em rede:

Identificar as instituições e/ou organizações com as quais haverá articulação para o alcance dos objetivos propostos na execução do projeto.

7. Declaração:

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal, para fins de prova junto a Prefeitura Municipal de Campo Alegre, para os efeitos e sob pena da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos consignados no orçamento do Município na forma deste Plano de Trabalho.

Nestes Termos,
Pede deferimento

Local e Data

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

8. Análise do Plano de Trabalho

8.1 Em casos de Inexigibilidade ou Dispensa

Responsável pela análise	() Aprovado	() Reprovado
Campo Alegre/SC. ____/____/____		
Assinatura e Matrícula		
Administrador Público	() Aprovado	() Reprovado
Campo Alegre/SC. ____/____/____		
Assinatura e Matrícula		

8.2 Em casos de Chamamento Público

Comissão de avaliação e monitoramento	() Aprovado	() Reprovado
Portaria de nomeação:		
Campo Alegre/SC. ____/____/____		
Assinatura e Matrícula		
Administrador Público	() Aprovado	() Reprovado
Campo Alegre/SC. ____/____/____		
Assinatura e Matrícula		

ANEXO II

(EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017)

MINUTA DO TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº ____/2017

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC E _____.

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, Centro, cidade de Campo Alegre-SC, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.749/0001-77, representado pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Lucilaine Mokfa Schwarz, doravante denominado MUNICÍPIO, e _____, pessoa jurídica de direito público, com sede _____, inscrito no CNPJ sob nº _____, neste ato representado _____, (qualificar), residente e domiciliado _____.

_____, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, resolvem celebrar o presente termo de fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal nº 10.330 e na Lei Municipal nº _____, consoante processo de Chamamento Público nº 01/2017 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo é a Parceria para execução do Projeto Social "Formando Cidadãos e Atletas para o Futuro", em regime de mútua cooperação com a administração pública municipal, de acordo com o Plano de Trabalho anexo, o qual foi devidamente aprovado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I – DO MUNICÍPIO:

- a) fornecer informações para a prestação de contas por ocasião da celebração das parcerias;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, de acordo com as disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 10.330 de 08 de fevereiro de 2017;
- c) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- d) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- e) instaurar tomada de contas, antes do término da parceria, nos casos de constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) executar o objeto da parceria de acordo com o estabelecido no edital do respectivo chamamento público, seus anexos, e Plano de Trabalho aprovado, bem como atender o estabelecido no Decreto Municipal nº 10.330 de 08 de fevereiro de 2017 e Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ _____, conforme autorizado pela Lei Municipal nº _____, de ____ de _____ de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, em 07 (sete) parcelas iguais e sucessivas de _____, a partir do mês de junho de 2017.

4.2 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.3 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

- I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos; e
- VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 – A vigência do presente Termo de Fomento inicia-se na data de assinatura deste, e termina em _____.

6.1.1 A vigência do Termo de Fomento poderá ser alterada mediante termo aditivo, que deve ser solicitada pela organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na Unidade Gestora em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do inicialmente previsto, vedada a alteração do objeto aprovado.

6.1.1.1 O termo aditivo de que trata o item 6.1.1 poderá ser prorrogado de ofício em caso de atraso na liberação dos recursos por parte do Município, hipótese em que a prorrogação corresponderá ao período equivalente ao atraso e será regida pela legislação em vigor ao tempo

da celebração da parceria.

CLÁUSULA SETIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, atendendo as exigências contidas no Decreto Municipal nº 10.330/2017.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

8.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

8.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

8.3 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

9.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, o município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com o Município de Campo Alegre/SC, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir o MUNICÍPIO pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do MUNICÍPIO, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

9.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

9.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

10.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

12.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

12.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Campo Alegre, ____ de _____ de 2017.

(PARTES)

LEI Nº 4.607 DE 27 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.607 DE 27 DE ABRIL DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA SEGUINTE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado abrir crédito suplementar no valor de R\$ 5.452,12 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais, e doze centavos) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.			
03.01 -	Serviço de Administração			
04.122.0005.2.102 -	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração			

400000.00.159 -	Despesas de Capital			
440000.00.159 -	Investimentos			
449000.00.159 -	Aplicações Diretas			
449052.00.159 -	Equipamentos e Material Permanente		R\$ 5.452,12	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas			
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde			
400000.00.121 -	Despesas de Capital			
440000.00.121 -	Investimentos			
449000.00.121 -	Aplicações Diretas			
449052.00.121 -	Equipamentos e Material Permanente		R\$ 5.452,12	

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.608 DE 27 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.608 DE 27 DE ABRIL DE 2017

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Fundo Municipal de Assistência autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre/SC., inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.155.319/0001-98, com sede na Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 563, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.

§ 1º O valor descrito no Caput deste Artigo será repassado em 8 (oito) parcelas, iguais no valor de R\$ 2.875,00 (dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais), a partir do mês de maio de 2017 ao mês de Dezembro de 2017.

§ 2º Os recursos constantes no Caput deste Artigo deverão ser aplicados pela respectiva Entidade em despesas com o "Projeto de Sustentabilidade da APAE", de acordo com o Plano de Trabalho, anexo ao Processo Administrativo nº 431/2017.

Art. 2º A Entidade beneficiada deverá Prestar Contas do valor recebido, junto ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme estabelece o Decreto Municipal nº 10.330, de 08 de fevereiro de 2017, que "Regulamenta as parcerias entre o Município de CAMPO ALEGRE/SC. e as Organizações da Sociedade Civil, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES

PREVIAMENTE ESTABELECIDOS EM PLANOS DE TRABALHO, nos termos da Lei Federal nº. 13.019, de 31 DE JULHO DE 2014".

Art. 3º É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por transferências financeiras eletrônicas ou cheques nominais/cruzados e individuais por credor.

Parágrafo único. Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, serem aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de Prestação de Contas exigidas para os recursos transferidos.

Art. 4º O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 5º O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Tesouraria do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

Art. 6º São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art. 7º A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse dos Recursos, instruída com os seguintes documentos (conforme artigo 56 do Decreto Municipal nº 10.330 de 08 de fevereiro de 2017):

I - capa;

II - ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, dirigido ao responsável da Unidade Gestora, assinado pelo presidente da organização da sociedade civil;

III - plano de trabalho e aplicação dos recursos recebidos;

IV - declaração firmada por dirigente da entidade beneficiada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados; e

V - relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o responsável financeiro, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto composto dos seguintes documentos:

a) original do extrato bancário da conta específica mantida pela organização da sociedade civil beneficiada, evidenciando o ingresso e a saída dos recursos;

b) cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas;

c) comprovante da devolução do saldo remanescente, por ventura existente, à Unidade Gestora;

d) original dos comprovantes da despesa, emitidos em nome da organização da sociedade civil beneficiada (nota fiscal e cupom fiscal) com os devidos termos de aceite; e

e) comprovante do recolhimento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.

VI - relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico, com respectivo material comprobatório, tais como:

a) lista de presença; e

b) fotografias, vídeos ou outros suportes.

Art. 8º Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do recebimento de cada parcela do exercício de 2017.

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária vigente: 92.01.4012.335043.00 – Subvenções Sociais – do Fundo Municipal de Assistência Social, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.609 DE 27 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.609 DE 27 DE ABRIL DE 2017

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A FECAMPO – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder

Subvenção Social, no valor de R\$ 15.370,00 (quinze mil, trezentos e setenta reais) à FECAMPO – Fundação Educacional de Campo Alegre, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.788.216/0001-90, com sede na Rod. SC-418, nº 1.111, Centro, Campo Alegre/SC.

§ 1º O valor descrito no Caput deste Artigo será repassado em oito parcelas no valor de R\$ 1.921,25 (um mil, novecentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos), nos meses de maio a dezembro do ano de 2017.

§ 2º Os recursos constantes no Caput deste Artigo deverão ser aplicados pela respectiva Entidade em despesas com o Projeto “Continuidade dos Trabalhos Sociais da FECAMPO - Arte e Artesanato”, de acordo com o Plano de Trabalho, anexo ao Processo Administrativo nº 433/2017.

Art. 2º A Entidade beneficiada deverá Prestar Contas do valor recebido, junto ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme estabelece o Decreto Municipal nº 10.330, de 08 de fevereiro de 2017, que “Regulamenta as parcerias entre o Município de CAMPO ALEGRE/SC. e as Organizações da Sociedade Civil, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES PREVIAMENTE ESTABELECIDOS EM PLANOS DE TRABALHO, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 DE JULHO DE 2014”.

Art. 3º É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por transferências financeiras eletrônicas ou cheques nominais/cruzados e individuais por credor.

Parágrafo único. Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, serem aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de Prestação de Contas exigidas para os recursos transferidos.

Art. 4º O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 5º O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Tesouraria do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

Art. 6º São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art. 7º A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse dos Recursos, instruída com os seguintes documentos conforme artigo 56 do Decreto Municipal nº 10.330 de 08 de fevereiro de 2017:

I - capa;

II - ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, dirigido ao responsável da Unidade Gestora, assinado pelo presidente da organização da sociedade civil;

III - plano de trabalho e aplicação dos recursos recebidos;

IV - declaração firmada por dirigente da entidade beneficiada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados; e

V - relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o responsável financeiro, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto composto dos seguintes documentos:

- a) original do extrato bancário da conta específica mantida pela organização da sociedade civil beneficiada, evidenciando o ingresso e a saída dos recursos;
 - b) cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas;
 - c) comprovante da devolução do saldo remanescente, por ventura existente, à Unidade Gestora;
 - d) original dos comprovantes da despesa, emitidos em nome da organização da sociedade civil beneficiada (nota fiscal e cupom fiscal) com os devidos termos de aceite; e
 - e) comprovante do recolhimento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.
- VI - relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico, com respectivo material comprobatório, tais como:
- a) lista de presença; e
 - b) fotografias, vídeos ou outros suportes.

Art. 8º Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do recebimento de cada parcela do exercício de 2017.

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária vigente: 92.01.4012.335043.00 – Subvenções Sociais – do Fundo Municipal de Assistência Social, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2017.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.331 DE 26 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.331 DE 27 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso IX do Artigo 71 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art. 1º A lotação da Servidora Pública Municipal DANIELA SALDANHA, Matrícula Funcional nº 000841, Registro no Sistema sob nº 955528, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9.356 de 19 de outubro de 2015, passa a ser na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 26 de abril de 2017.

Parágrafo único. A alteração da lotação de que trata o Caput deste Artigo, encontra-se devidamente justificada e fundamentada no competente Processo Administrativo sob o nº 434-2017 de 24 de

abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de abril de 2017.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2017.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO ADITIVO Nº 01/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC.

TERMO ADITIVO Nº 01/2017

NONO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E O INSTITUTO SANTÉ.

De um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.941.360/0001-50, com sede à Rua Irã. Amália Gheller, nº 22, Centro, no Município de Campo Alegre/SC., neste ato representado pela sua gestora, Srª. Deisi Estela Amorim; e de outro lado, INSTITUTO SANTÉ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.776.971/0001-30, com sede à Avenida Almirante Tamandaré, nº 94, Bairro Coqueiros, no Município de Florianópolis/SC., representado neste ato pelo seu presidente, Sr. Tércio Egon Karten, que têm justo e acordado o que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR

A CLÁUSULA III, item 6, do Termo de Convênio nº 004/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“11. O valor a ser pago pelos Serviços descritos no objeto deste Termo de Convênio será de R\$ 62.949,02 (sessenta e dois mil, novecentos e quarenta e nove reais, dois centavos), a serem pagos mensalmente, com vencimento no dia 26 de cada mês, mediante a apresentação de Relatório de Serviços e da respectiva Nota Fiscal de Serviços”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Termo originário, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinando as partes este Termo Aditivo na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., 01 de abril de 2017.

Fundo Municipal de Saúde Instituto Santé

Testemunha

Testemunha

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios em data de 28 de abril de 2017.

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 46/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 46/2017.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA DE CAMPO ERÊ – FIA do Município de Campo Erê, CNPJ nº 19.691.982/0001-33. CONTRATADA: RAFAEL SILVESTRE DE VARGAS ME, CNPJ 08.955.823/0001-82. OBJETO: Prestação serviço especializado para trabalhar no Projeto dos Serviços de Convivência e do Programa de Medidas Socioeducativas – PSC e LA, através do desenvolvimento de atividades de peças musicais com treinamentos e ensino dos princípios e das regras técnicas de cada instrumento musical, orientando-os na execução dos mesmos, além das atividades de maestro e professor de música, conforme projeto elaborado pelo CRAS e CREAS. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 774/2017/FMS, Dispensa Justificativa nº 737/2017. DOTAÇÃO: 0801 08243 3390 5771 100 Manuten. Ativ. FIA. VALOR: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais). VIGÊNCIA: 01/05/2017 à 31/12/2017. Campo Erê/SC, em 20/04/2017. SIGNATÁRIOS: Nelson Tresoldi pela Contratante e Rafael Silvestre de Vargas pela Contratada.

HOMOLOGAÇÃO PL 515/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº515/2017, na modalidade Pregão de nº 17/2017 tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECÂNICOS/ELÉTRICOS, PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS (GASOLINA e DIESEL).

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
OFICINA MECANICA TREVO CAMPO ERE LTDA - ME	1	2	450,00	75,0000	33.750,0000
OFICINA MECANICA TREVO CAMPO ERE LTDA - ME	1	5	350,00	55,0000	19.250,0000
OFICINA MECANICA TREVO CAMPO ERE LTDA - ME	1	6	280,00	40,0000	11.200,0000
AUTO MECANICA IVAL LTDA	1	3	100,00	94,0000	9.400,0000
AUTO MECANICA IVAL LTDA	1	4	400,00	95,0000	38.000,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
AUTO MECANICA IVAL LTDA	47.400,00
OFICINA MECANICA TREVO CAMPO ERE LTDA - ME	64.200,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Quinta-Feira, 27 de abril de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO RESCISÃO CONTRATO 31/2014

RETIFICAÇÃO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 031/2014

RETIFICAÇÃO DO TERMO DE RESCISÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA NORLEI JOSÉ DOS SANTOS ME, OBJETIVANDO A RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO E TRANSPORTE DE LIXO RECICLÁVEL.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n. 83.026.765/0001-28, com sede na Rua 1º de Maio, n. 736 – Centro, Município de Campo Erê-SC, denominado Contratante, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, e a empresa NORLEI JOSE DOS SANTOS ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ n. 14.126.371/0001-29, representada por seu gerente, Sr. NORLEI JOSÉ DOS SANTOS, já qualificado no processo licitatório n. 177/2014, denominada Contratada, celebram o presente Termo de Rescisão Contratual, com fundamento no artigo 79, inciso XII da Lei 8.666/93, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente termo é a retificação do dispositivo legal que, por equívoco, foi utilizado para rescindir o Contrato Administrativo n. 031/2014, constante na Cláusula Primeira do Termo de Rescisão Unilateral do Contrato Administrativo n. 031/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO: Onde se lê “artigo 79, inciso XII da Lei n. 8.666/93”, leia-se “artigo 78, inciso XII da Lei n. 8.666/93”.

CLAUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais disposições constantes no Termo de Rescisão Unilateral do Contrato Administrativo n. 031/2014.

Campo Erê, SC, 25 de abril de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA Prefeito Municipal Contratante	NORLEI JOSÉ DOS SANTOS ME Representante da empresa Contratada
--	---

Testemunhas: Leonice de Fátima Comin CPF n. 991.321.509-97	 João Adolfo Diehl Junior CPF n. 030.151.809-24
--	---

Visto da Assessoria Jurídica:

Silomara dos Santos de Almeida
OAB/SC – 36.655
Assessora Jurídica

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 07_2017

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2017

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 15 de maio de 2017 às 15h, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DOS ABRIGOS (LAR DAS MENINAS E LAR DOS MENINOS). O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h15min às 11h e das 13h15min às 17h, diariamente.

Campos Novos, 28 de abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PP 33/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 58/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 11 de maio de 2017 às 9 horas Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA (EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA DE PALCO, CAMARINS, TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, GRADES) E SERVIÇOS DE SEGURANÇAS PARA REALIZAÇÃO DA EXPOCAMPOS 2017, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 8h15min às 11h e das 13h15min às 17h diariamente.

Campos Novos, 28 de abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

AVISO DE PP Nº 32/2017.TRANSPORTE.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 58/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2017

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 12 de Maio de 2017 às 09 horas Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO

DE TRANSPORTE ESCOLAR DO TIPO MENOR PREÇO POR QUILOMETRO RODADO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h30 minutos às 17horas diariamente.

Campos Novos, 27 de Abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.739/17 DE 26/04/2017 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

DECRETO Nº 7.739/17 de 26/04/2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de 12/05/2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de 20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual),
DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 02 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.086 – Manutenção da Defesa Civil Municipal

Elementos de despesa: 9- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00.00000
0– Aplicações diretas R\$ 4.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do seguinte projeto/atividade:

ÓRGÃO: 02 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.086 – Manutenção da Defesa Civil Municipal

Elementos de despesa: 8- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.00.00000
0– Aplicações diretas R\$ 4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 26 de abril de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 043/PMC/2017

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a contratação de profissionais das artes de dança, artesanato e violão, para dar aula as crianças do CRAS do Município de Canelinha - SC; de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 11 de maio de 2017, às 08:30 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 27 de abril de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 380/2017

PORTARIA Nº. 380/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 35 da Lei Municipal nº 2.305/1990;

CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; **RESOLVE:**
ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho, do servidor CLODISON LUIZ VESARO, que exerce o cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de abril/2017, conforme Comunicação Interna nº 115/2017 do Departamento de Supervisão e Controle de Frota.

Art. 2º - Fica alterado o local de trabalho, do servidor FERNANDO CESAR PIONHIEVICZ, que exerce o cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, para atuar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de abril/2017, conforme Comunicação Interna nº 111/2017 do Departamento de Supervisão e Controle de Frota.

Art. 3º - Fica alterado o local de trabalho, do servidor SÉRGIO MURILO MIGUEL, que exerce o cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Educação, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de abril/2017, conforme Comunicação Interna nº 106/2017 do Departamento de Supervisão e Controle de Frota.

Art. 4º - Fica alterado o local de trabalho, do servidor RODRIGO DOS SANTOS, que exerce o cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Educação, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de abril/2017, conforme Comunicação Interna nº 108/2017 do Departamento de Supervisão e Controle de Frota.

Art. 5º - Fica alterado o local de trabalho, do servidor JEAN CARLO HOHMANN, que exerce o cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de abril/2017, conforme Comunicação Interna nº 113/2017 do Departamento de Supervisão e Controle de Frota.

Art. 6º - Fica alterado o local de trabalho, do servidor JOSÉ ARISTIDES DELLER, que exerce o cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Educação, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de abril/2017, conforme Comunicação Interna nº 105/2017 do Departamento de Supervisão e Controle de Frota.

Art. 7º - Fica alterado o local de trabalho, do servidor LUIZ OCIMAR FERREIRA, que exerce o cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Educação, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de abril/2017, conforme Comunicação Interna nº 109/2017 do Departamento de Supervisão e Controle de Frota.

Art. 8º - Fica alterado o local de trabalho, do servidor VALMIR ANTONIO DA SILVA, que exerce o cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Educação, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de abril/2017, conforme Comunicação Interna nº 104/2017 do Departamento de Supervisão e Controle de Frota.

Art. 9º - Fica alterado o local de trabalho, do servidor JURANDIR DE JESUS SUCHARA, que exerce o cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, para atuar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de abril/2017, conforme Comunicação Interna nº 112/2017 do Departamento de Supervisão e Controle de Frota.

Art. 10 - Fica alterado o local de trabalho, do servidor EVANDRO ANTOCHESKI, que exerce o cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de abril/2017, conforme Comunicação Interna nº 116/2017 do Departamento de Supervisão e Controle de Frota.

Art. 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 381/2017

PORTARIA Nº. 381/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; **RESOLVE:**
RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º, da Portaria nº. 160/2017, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Fica nomeado JOSÉ CARLOS DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor III, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 20/02/2017.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/04/2017

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 382/2017

PORTARIA Nº. 382/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, artigo 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, rESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora KARLA FATIMA BREY LACHMAN, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no período de 20/04/2017 a 09/05/2017, conforme Comunicação Interna nº 183/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 383/2017

PORTARIA Nº. 383/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, rESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora MARILENE FIGURA GONÇALVES, efetiva no cargo de Jardineiro, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 25/04/2017 a 24/05/2017, conforme Comunicação Interna nº 184/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de abril de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/04/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 43/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 58/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 43/2017 (PRESENCIAL)

ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito

à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou a data do edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 16/05/2017, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 44/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 59/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 44/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/05/2017, às 14h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE UM VEICULO UTILITÁRIO, NOVO, TIPO CAMINHONETE, 4X4, 0 KM, CABINE DUPLA, COM POTENCIA MÁXIMA DE NO MÍNIMO 155 CV, DESTINADO AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DA 22ª CIRETRAN DE CANOINHAS E UM VEICULO UTILITÁRIO, NOVO, TIPO CAMIONETA, 4X4, 0 KM, CABINE DUPLA, COM POTENCIA MÁXIMA DE NO MÍNIMO 155 CV, A GASOLINA/FLEX, DESTINADA A ATIVIDADES OPERACIONAIS DO 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 15/05/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 51/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 68/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 51/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/05/2017, às 09h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR. Recebimento de propostas até as 08h55min do dia 17/05/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 04/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 69/2017

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 04/2017

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/05/2017, às 14h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA

ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA REGULARI-
ZAÇÃO AMBIENTAL DE EXPLORAÇÃO DE JAZIDA PARA APLICAÇÃO
NA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM OBTEN-
ÇÃO DE LAO CORRETIVA DA LAVRA A CÉU ABERTO DE MATERIAL
ROCHOSO NA LOCALIDADE DE RIO DO PINHO, ZONA RURAL DO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as
14h00min do dia 17/05/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia
do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 048/2017

DECRETO Nº 048, DE 26 DE ABRIL DE 2017.

Ratifica o Decreto nº 073, de 27 de julho de 2012, que aprova desmembramento de propriedade de Albino Baretta, Alcionis Maria Matielo Baretta, Anito Baretta Primo, Ângela Maria Dorini Baretta.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica ratificado o Decreto nº 073, de 27 de julho de 2012, que aprovou o desmembramento em que são requerentes Albino Baretta inscrito no CPF sob o nº 196.453.419-49, Alcionis Maria Matielo Baretta inscrita no CPF sob o nº 008.109.729-80, Anito Baretta Primo inscrito no CPF sob o nº 219.569.529-34 e Ângela Maria Dorini Baretta, inscrita no CPF sob o nº 458.313.439-87, relativo ao imóvel com área de 3.037,64m² (três mil e trinta e sete vírgula sessenta e quatro metros quadrados), situado no lado par da Rua Luiz Dorini, Lote nº 17 da Quadra nº 61 do Mapa Urbano desta cidade, registrado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 21.096, Livro nº 2 – BJ, Fls. 174, de propriedade dos requerentes.

Art. 2º O imóvel citado no caput do art. 1º, fica desmembrado nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área Total. 3.037,64m²:

- a) Área do Lote nº 17 da Quadra nº 61 – Remanescente. 720,00m²
- b) Área do Lote nº 18 da Quadra nº 61. 400,00m²;
- c) Área do Lote nº 19 da Quadra nº 61. 398,82m²;
- d) Área do Lote nº 20 da Quadra nº 61. 516,03m²;
- e) Área do Lote nº 21 da Quadra nº 61. 503,29m²;
- f) Área do Lote nº 22 da Quadra nº 61. 499,50m²;

Art. 3º Toda a área, dividida em lotes, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade dos proprietários, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem sobre o imóvel desmembrado.

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, os requerentes/proprietários, pela via legal, submeterão o desmembramento para registro no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 26 de abril de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

HILÁRIO CHIAMOLERA

Secretário Interino da Administração e Finanças

DECRETO Nº 044/2014

DECRETO Nº 044, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 685.564,93 (seiscentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa e três centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 685.564,93 (seiscentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa e três centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir

especificada:

0301.04.122.0015.2006	MANUT. SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-197	Aplicações Diretas	3024	55	R\$	21.567,92
33900000-216	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	42.763,20
33900000-217	Aplicações Diretas	3024	54	R\$	20.009,50
33900000-218	Aplicações Diretas	1024	55	R\$	1.224,31
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PREESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-079	Aplicações Diretas	1018	00	R\$	600.000,00
	Total			R\$	685.564,93

Art. 2o Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1o deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 685.564,93 (seiscentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa e três centavos), na forma do quadro a seguir.

0301.04.122.0015.2006	MANUT. SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-008	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	85.564,93
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PREESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-079	Aplicações Diretas	1019	00	R\$	600.000,00
	Total			R\$	685.564,93

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 12 de abril de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

HILÁRIO CHIAMOLERA

Secretário Interino da Administração e Finanças

DECRETO Nº 046/2017

DECRETO No 046, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 970.349,41 (novecentos e setenta mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 970.349,41 (novecentos e setenta mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0601.15.451.0120.1044	APIO A MELHORIA DE HABIT DE ASSENT PRECÁRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-212	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	970.349,41
	Total	1024	54	R\$	970.349,41

Art. 2o Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1o do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1o, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso provável de arrecadação nos meses de janeiro a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ 970.349,41 (novecentos e setenta mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos), na fonte de recursos 1.024 "Transferências de Convênios - Outros", na destinação 54 "Transferências de Convênios União" da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios – Outros	1024	54	R\$	970.349,41
Total	1024	54	R\$	970.349,41

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 19 de abril de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

HILÁRIO CHIAMOLERA

Secretário Interino da Administração e Finanças

FMAS 0124/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0124/2017 M		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
Contratada.: DIPAR-DISTRIB. DE PAPEIS E REVISTAS LTDA		
Valor : 13.392,40 (treze mil trezentos e noventa e dois reais e quarenta centavos)		
Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2017		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório....: 0051 / 2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças; de Infraestrutura; de Educação, Cultura e Esportes; de Agricultura e Meio Ambiente; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Assistência Social; Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Fundação de Esportes. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais		
Capinzal, 27 de Abril de 2017		
KAMILLE SARTORI BEAL		

FMAS CONTRATO 0126/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0126/2017 M		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
Contratada.: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP		
Valor : 31.062,16 (trinta e um mil e sessenta e dois reais e dezesseis centavos)		
Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2017		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Processo Licitatório....: 0051 / 2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças; de Infraestrutura; de Educação, Cultura e Esportes; de Agricultura e Meio Ambiente; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Assistência Social; Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Fundação de Esportes. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais		
Capinzal, 27 de Abril de 2017		
KAMILLE SARTORI BEAL		

FMAS CONTRATO 0125/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0125/2017 M		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
Contratada.: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME		
Valor : 13.482,78 (treze mil quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos)		
Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2017		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Processo Licitatório....: 0051 / 2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças; de Infraestrutura; de Educação, Cultura e Esportes; de Agricultura e Meio Ambiente; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Assistência Social; Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Fundação de Esportes. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais		
Capinzal, 27 de Abril de 2017		
KAMILLE SARTORI BEAL		

FME CONTRATO 0124/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0124/2017 M		
Contratante.: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL		
Contratada.: DIPAR-DISTRIB. DE PAPEIS E REVISTAS LTDA		
Valor : 1.006,20 (um mil e seis reais e vinte centavos)		
Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2017		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Processo Licitatório....: 0051 / 2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças; de Infraestrutura; de Educação, Cultura e Esportes; de Agricultura e Meio Ambiente; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Assistência Social; Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Fundação de Esportes. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais		
Capinzal, 27 de Abril de 2017		

FME CONTRATO 0125/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0125/2017 M		
Contratante...: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL		
Contratada....: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME		
Valor : 1.045,63 (um mil e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos)		
Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2017		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Processo Licitatório....: 0051 / 2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças; de Infraestrutura; de Educação, Cultura e Esportes; de Agricultura e Meio Ambiente; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Assistência Social; Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Fundação de Esportes. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais		
Capinzal, 27 de Abril de 2017		

FME CONTRATO 0126/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0126/2017 M		
Contratante...: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL		
Contratada....: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP		
Valor : 1.126,60 (um mil cento e vinte e seis reais e sessenta centavos)		
Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2017		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Processo Licitatório....: 0051 / 2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças; de Infraestrutura; de Educação, Cultura e Esportes; de Agricultura e Meio Ambiente; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Assistência Social; Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Fundação de Esportes. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais		
Capinzal, 27 de Abril de 2017		

FMS CONTRATO 0035/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0035/2017		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada....: CONGREGACAO DAS SERVAS DE MARIA REPARADORAS		
Valor : 1.447.595,73 (um milhão quatrocentos e quarenta e sete mil quinhentos e noventa e cinco reais e setenta e três centavos)		
Vigência : Início: 25/04/2017 Término: 31/12/2017		
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2017 Processo_Licitatório....: 00014 / 2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Contratação da Instituição Hospital Nossa Senhora das Dores, especializada na prestação de serviços hospitalares, em Sistema de Pronto Socorro, Plantão 24 horas, para atendimento da população, com uso da estrutura física, pessoal, equipamentos, aparelhagem e instrumentos afins. Com Recursos Próprios		
Capinzal, 27 de Abril de 2017		

FMS CONTRATO 0124/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0124/2017 M		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada....: DIPAR-DISTRIB. DE PAPEIS E REVISTAS LTDA		
Valor : 12.159,10 (doze mil cento e cinquenta e nove reais e dez centavos)		
Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2017		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Processo Licitatório....: 0051 / 2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças; de Infraestrutura; de Educação, Cultura e Esportes; de Agricultura e Meio Ambiente; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Assistência Social; Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Fundação de Esportes. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais		
Capinzal, 27 de Abril de 2017		

FMS CONTRATO 0125/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0125/2017 M Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada....: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME Valor : 6.524,80 (seis mil quinhentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos) Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2017 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo Licitatório.....: 0051 / 2017 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças; de Infraestrutura; de Educação, Cultura e Esportes; de Agricultura e Meio Ambiente; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Assistência Social; Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Fundação de Esportes. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>		
Capinzal, 27 de Abril de 2017		

FMS CONTRATO 0126/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0126/2017 M Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada....: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP Valor : 10.875,10 (dez mil oitocentos e setenta e cinco reais e dez centavos) Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2017 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo Licitatório.....: 0051 / 2017 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças; de Infraestrutura; de Educação, Cultura e Esportes; de Agricultura e Meio Ambiente; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Assistência Social; Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Fundação de Esportes. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>		
Capinzal, 27 de Abril de 2017		

FUMREBOM CONTRATO 0124/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº.: 0124/2017 M Contratante...: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL Contratada....: DIPAR-DISTRIB. DE PAPEIS E REVISTAS LTDA Valor : 987,50 (novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2017 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo Licitatório.....: 0051 / 2017 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças; de Infraestrutura; de Educação, Cultura e Esportes; de Agricultura e Meio Ambiente; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Assistência Social; Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Fundação de Esportes. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>		
Capinzal, 27 de Abril de 2017		

FUMREBOM CONTRATO 0125/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0125/2017 M Contratante...: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL Contratada....: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME Valor : 4.605,30 (quatro mil seiscentos e cinco reais e trinta centavos) Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2017 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo Licitatório.....: 0051 / 2017 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças; de Infraestrutura; de Educação, Cultura e Esportes; de Agricultura e Meio Ambiente; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Assistência Social; Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Fundação de Esportes. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>		
Capinzal, 27 de Abril de 2017		

FUMREBOM CONTRATO 0126/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0126/2017 M Contratante...: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL Contratada....: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP Valor : 26.140,00 (vinte e seis mil cento e quarenta reais) Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2017 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo Licitatório....: 0051 / 2017 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças; de Infraestrutura; de Educação, Cultura e Esportes; de Agricultura e Meio Ambiente; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Assistência Social; Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Fundação de Esportes. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>		
Capinzal, 27 de Abril de 2017		

PMC CONTRATO 0125/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0125/2017 M Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada....: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME Valor : 121.748,31 (cento e vinte e um mil setecentos e quarenta e oito reais e trinta e um centavos) Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2017 Processo Licitatório....: 0051 / 2017 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças; de Infraestrutura; de Educação, Cultura e Esportes; de Agricultura e Meio Ambiente; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Assistência Social; Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Fundação de Esportes. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>		
Capinzal, 27 de Abril de 2017		

PMC CONTRATO 0124/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0124/2017 M Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada....: DIPAR-DISTRIB. DE PAPEIS E REVISTAS LTDA Valor : 139.186,00 (cento e trinta e nove mil cento e oitenta e seis reais) Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2017 Processo Licitatório....: 0051 / 2017 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças; de Infraestrutura; de Educação, Cultura e Esportes; de Agricultura e Meio Ambiente; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Assistência Social; Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Fundação de Esportes. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>		
Capinzal, 27 de Abril de 2017		

PMC CONTRATO 0126/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0126/2017 M Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada....: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP Valor : 126.300,91 (cento e vinte e seis mil e trezentos reais e noventa e um centavos) Vigência : Início: 20/04/2017 Término: 20/04/2018 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2017 Processo Licitatório....: 0051 / 2017 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças; de Infraestrutura; de Educação, Cultura e Esportes; de Agricultura e Meio Ambiente; do Fundo Municipal de Saúde; do Fundo de Assistência Social; Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Fundação de Esportes. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>		
Capinzal, 27 de Abril de 2017		

PMC CONTRATO 0134/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0134/2017		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: BANXAP - BANHEIROS MOVEIS LTDA ME		
Valor : 17.120,00 (dezesete mil cento e vinte reais)		
Vigência : Início: 24/04/2017 Término: 24/04/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0039/2017		
Processo Licitatório.....: 0050 / 2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para locação de Sanitários Químicos Portáteis, para utilização em eventos organizados pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Com Recursos Próprios		
Capinzal, 26 de Abril de 2017		

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0072/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0001/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0072/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2017

HILÁRIO CHIAMOLERA, Secretário De Desenvolvimento Econômico Interino do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei No 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação conforme segue:

OBJETO

Contratação da Banda Musical "Café Brasil", cujo representante é vinculado à pessoa jurídica denominada Sonho Meu Comércio de instrumentos musicais Ltda ME, CNPJ 07.639.469/0001-14, com sede na Av. XV de Novembro, 380, centro de Capinzal/SC, para realização de show a ser realizado no dia 30 de abril de 2017, em praça pública, na área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito, em Capinzal, nas festividades comemorativas alusivas ao dia 1º de Maio, mediante Inexigibilidade de Licitação. Com Recursos Próprios.

Item	Qtidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	1,00	UN		Contratação da Banda Musical "Café Brasil" para realização de Show.	6.500,00	6.500,00
Total						6.500,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR(ES)

Vencedores	
Fornecedor	Itens
SONHO MEU – COMERCIO DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS LTDA -ME	001
6.500,00(Seis mil e quinhentos reais)	

JUSTIFICATIVA

O fundamento legal da presente solicitação de abertura de processo de inexigibilidade de licitação é amparado pelo inciso III do art. 25 da Lei n. 8.666/93, o qual dispõe quanto à possibilidade de inexigibilidade de licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

É cediço que a contratação de serviços artísticos não está vinculada à inexistência de outros artistas que também possuem condições de prestar o serviço, haja vista ser notória a existência de diversos artistas em cada estilo musical, contudo, em contratações artísticas, é inviável estabelecer processo concorrencial a fim de determinar o contratado, não havendo parâmetros objetivos de aferição valorativa ou comparativa nestas contratações.

Quanto aos aspectos formais do processo de inexigibilidade de licitação, exigidos pelo art. 26 da Lei n. 8.666/93, a razão de escolha do contratado justifica-se a partir da sua consagração perante a crítica especializada e, principalmente, pela opinião pública, cuja justificativa por sua escolha decorre de aspectos subjetivos, sobretudo do gosto popular dos munícipes da região. A contratação que se pretende será feita diretamente com os artistas, através de pessoa jurídica de representante da Banda, a qual detém direitos de exclusividade dos shows artísticos.

A Banda "Café Brasil" é composta por artistas profissionais, habilitados a cantar e apresentar-se em shows, possuindo grande reconhecimento regional, e destaques em diversos eventos, principalmente na região sul do Brasil, o que de fato acarretará maior atratividade ao evento a ser realizado, destacando-se que em seu repertório a referida banda possui estrutura musical que reflete a cultura jovem de nossa região, pelo ritmo musical eclético, sendo muito conhecida pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, bem como se mostra razoável o preço avençado, porquanto compatível com o valor contratado por outros municípios.

Ademais, a festividade alusiva ao dia do trabalhador, comemorado no dia 1º de maio, já é tradicional no Município de Capinzal, justificando-se, ainda, a contratação dos referidos artistas tendo em vista o dever da municipalidade em fomentar as iniciativas na área da cultura, proporcionando oportunidades de lazer e confraternizações entre os munícipes, agregando valor e qualidade de vida à população local, a qual, deve ter garantido pelo poder público, além dos serviços públicos básicos essenciais, também meios de desenvolvimento de atividades

sociais e culturais.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

Despesa: 181 - Promoção de feiras e eventos
Órgão: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
Unidade: 1 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
Função: 23 - Comércio e Serviços
Subfunção: 695 - Turismo
Programa: 55 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
Projeto/Atividade: 2.028 - Promoção de feiras e eventos
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 0 - Recursos Ordinários Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 28 de Abril de 2017
HILÁRIO CHIAMOLERA
Secretário de Desenvolvimento Econômico Interino

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0073/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0002/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0073/2017
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002/2017

HILÁRIO CHIAMOLERA, Secretario de Desenvolvimento Econômico Interino do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei No 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação conforme segue:

OBJETO

Contratação da Banda Musical "Os 4 Gaudérios", inscrita no CNPJ sob o n. 15.280.468/0001-54, município de Erechim, Rio Grande do Sul, para realização de show a ser realizado no dia 30 de abril de 2017, em praça pública, na área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito, no município de Capinzal, nas festividades comemorativas alusivas ao dia do trabalhador, comemorado no dia 1º de maio, mediante Inexigibilidade de Licitação. Com Recursos Próprios

Item	Qtde	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	1,00	UN		Contratação da Banda Musical" Os 4 Gaudérios" para realização de Show.	6.000,00	6.000,00
Total						6.000,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR(ES)

Vencedores	
Fornecedor	Itens
G4 PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA - EPP	001
6.000,00 (Seis mil reais)	

JUSTIFICATIVA

O fundamento legal da presente solicitação de abertura de processo de inexigibilidade de licitação é amparado pelo inciso III do art. 25 da Lei n. 8.666/93, o qual dispõe quanto à possibilidade de inexigibilidade de licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

É cediço que a contratação de serviços artísticos não está vinculada à inexistência de outros artistas que também possuem condições de prestar o serviço, haja vista ser notória a existência de diversos artistas em cada estilo musical, contudo, em contratações artísticas, é inviável estabelecer processo concorrencial a fim de determinar o contratado, não havendo parâmetros objetivos de aferição valorativa ou comparativa nestas contratações.

Quanto aos aspectos formais do processo de inexigibilidade de licitação, exigidos pelo art. 26 da Lei n. 8.666/93, a razão de escolha do contratado justifica-se a partir da sua consagração perante a crítica especializada e, principalmente, pela opinião pública, cuja justificativa por sua escolha decorre de aspectos subjetivos, sobretudo do gosto popular dos munícipes da região. A contratação que se pretende será feita diretamente com os artistas, através de pessoa jurídica de mesmo nome da Banda, a qual detém direitos de exclusividade dos shows artísticos.

A Banda "Os 4 Gaudérios" é composta por artistas profissionais, habilitados a cantar e apresentar-se em shows, possuindo, inclusive, músicas de produção autoral própria, possuindo grande reconhecimento regional, principalmente na região sul do Brasil, o que de fato acarretará maior atratividade ao evento a ser realizado, destacando-se que em seu repertório a referida banda possui estrutura musical que reflete a cultura de nossa região, elevando estima dos munícipes pelo ritmo musical em questão, sendo muito conhecida pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, bem como se mostra razoável o preço avençado, porquanto compatível com o valor contratado por outros municípios.

Ademais, a festividade alusiva ao dia do trabalhador, comemorado no dia 1º de maio, já é tradicional no Município de Capinzal, justificando-se, ainda, a contratação dos referidos artistas tendo em vista o dever da municipalidade em fomentar as iniciativas na área da cultura, proporcionando oportunidades de lazer e confraternizações entre os munícipes, agregando valor e qualidade de vida à população local, a qual, deve ter garantido pelo poder público, além dos serviços públicos básicos essenciais, também meios de desenvolvimento de atividades sociais e culturais.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

Despesa: 181 - Promoção de feiras e eventos
Órgão: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
Unidade: 1 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
Função: 23 - Comércio e Serviços
Subfunção: 695 - Turismo
Programa: 55 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
Projeto/Atividade: 2.028 - Promoção de feiras e eventos
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 0 - Recursos Ordinários Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 28 de Abril de 2017

HILÁRIO CHIAMOLERA
Secretário de Desenvolvimento Econômico Interino

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o art. 25 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, torna público a quem possa interessar que se encontra aberto edital de credenciamento de empresas para prestação de serviços de veiculação e publicação de atos oficiais, Legislativos (Ordem do Dia e Resumo dos Trabalhos das Sessões) e matérias dos Vereadores Mirins do Poder Legislativo do Município de Capinzal, até 31 de dezembro de 2017, os documentos serão recebidos a partir do dia 27/4/2017, em horário de expediente, FICANDO EM ABERTO ATÉ 31/12/2017, conforme condições a seguir:

I - OBJETO

Credenciamento de empresas para prestação de serviços de veiculação e publicação de atos oficiais, Legislativos (Ordem do Dia e Resumo dos Trabalhos das Sessões) e matérias dos Vereadores Mirins do Poder Legislativo do Município de Capinzal, até 31 de dezembro de 2017.

O presente edital fica permanentemente aberto para novas adesões.

ENTREGA DE DOCUMENTOS: Os documentos serão recebidos a partir do dia 27/4/2017, em horário de expediente, FICANDO EM ABERTO ATÉ 31/12/2017.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, Rua Alexandre Thomazoni, nº 120, centro de Capinzal, Santa Catarina, CEP: 89665-000.

No sítio: www.camaracapinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: das 8h30min às 12 horas e das 13h30min às 17 horas.

TELEFONE Nº (0__49) 3555-2399.

Capinzal, 27 de abril de 2017.
Vereador Gilmar Junior da Silveira
Presidente

EXTRATO CONTRATUAL Nº 005/2017

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº: 005/2017

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores

Contratado: L.A MATERIAIS ELÉTRICOS E RECICLAGEM LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação nº 005/2017 Processo Licitatório nº 005/2017

Vigência: 27/04/2017 a 27/07/2017

Valor: 2.150,00(dois mil cento e cinquenta reais)

Objeto: Aquisição de relógio de ponto eletrônico biométrico com software, para registrar a frequência dos funcionários.

Recursos: 01.01.1.001.4.4.90.52.34.00.00.00 - Máquinas, utensílios e equipamentos diversos.

Capinzal, 27 de abril de 2017.

PROJETO DE LEI Nº 007, DE 3 DE ABRIL DE 2017

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 007, DE 3 DE ABRIL DE 2017. EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E SENHORES VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Tenho a honra de submeter para análise de Vossas Excelências, o Projeto de Lei nº 007, de abril de 2017, que propõe a ratificação do texto do Protocolo de Intenções, convolado em Contrato de Consórcio Público, do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, o qual é integrado por nosso Município.

Essa Casa Legislativa, por meio da Lei Municipal nº 2.727, de 25 de novembro de 2006, ratificou o primitivo Protocolo de Intenções do CISAM Meio Oeste, autorizando a participação do Município no Consórcio.

Considerando que já transcorreram mais de 10 (dez) anos desde a formalização do Protocolo de Intenções, o Consórcio Público CISAM Meio Oeste teve de realizar revisões no texto do Contrato de

Consórcio Público original, por meio de sua Assembleia Geral Ordinária de 30/03/2017, para melhor adequar-se às exigências da Lei Federal nº 11.107/05 e do Decreto Federal nº 6.017/07.

Deste modo, a Assembleia Geral resolveu consolidar as alterações promovidas no texto original do Contrato de Consórcio Público, conforme o texto que ora apresentamos a Vossas Excelências, notadamente por força do artigo 12, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe:

Art. 12. A alteração ou a extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados. (grifos nossos)

Nesse norte, o artigo 29, do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que regulamenta a Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 (Lei dos Consórcios Públicos), estatui:

Art. 29. A alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados. (grifos nossos)

Esclareço que a consolidação foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária do CISAM Meio Oeste, realizada no dia 30 de março de 2017. (Ata da AGE – publicada em 03/04/2017, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC – Edição nº 2224).

Acompanham este Projeto os seguintes documentos:

ANEXO I – Protocolo de Intenções do CISAM Meio Oeste, convolado em Contrato de Consórcio Público, com as alterações realizadas até o momento;

ANEXO II – Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CISAM Meio Oeste, aprovadas em Assembleia Geral de 30 de março de 2017.

A implementação das alterações propostas propiciará que o Consórcio adote regras de funcionamento que lhe possibilitarão desenvolver suas atividades com maior efetividade, vindo a contribuir para o aprimoramento das ações municipais relacionadas ao Saneamento Ambiental.

Ademais, convém lembrar que compete ao estado democrático de direito atender, direta ou indiretamente, às necessidades sociais por meio da definição e execução de políticas públicas, em consonância com as normas objetivas, de natureza principiológica e programáticas consignadas na Constituição Federal.

Assim, tais normas devem ser atualizadas para adequação às dinâmicas e inovações sociais.

Diante do exposto, solicito a aprovação do presente Projeto de Lei, em regime de urgência, na forma da Lei Orgânica do Município, tendo em vista a importância da matéria, dado o seu relevante interesse municipal e a necessidade de concluir-se o mais breve possível essa etapa, a fim de possibilitar a regularização dos procedimentos do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, que em breve estará em plena atividade.

Capinzal, 3 de abril de 2017.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 007, DE 3 DE ABRIL DE 2017.

Ratifica as alterações realizadas no Protocolo de Intenções Consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – Cisam Meio Oeste, e dá

outras providências.

Art. 1º Nos termos do Artigo 12, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste firmado por este Município, mediante autorização da Lei Municipal nº 2.727, de 25 de novembro de 2006.

Art. 2º O texto consolidado do Protocolo de Intenções convolado em Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste é parte integrante do Anexo I desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, (SC), 3 de abril de 2017.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0053/2017 - TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0053/2017

TOMADA DE PREÇO P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 0005/2017

Objeto: Contratação de empresa para prestação de Serviço Móvel Pessoal com tecnologia GSM, abrangendo o fornecimento de gestão e assessoria em telefonia móvel com Tecnologia Digital, na modalidade pós-pago, com habilitação e fornecimento, em regime de comodato, de aparelhos telefônicos celulares e equipamentos para transmissão de dados e acesso a internet, inclusive Serviço de tráfego de dados para acesso internet.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 15 de maio de 2017.

Dotação Orçamentária:

2.005.3390.00 - 100 - 7/2017 - MANUT. ATIVIDADES SECRET.AD-MINIST.FINANÇAS

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 27 de abril de 2017, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 27 de abril de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.255, DE 20 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 2.255/2017, de 20 de abril de 2017.

“REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014, COM SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES, NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS (SC), PARA O FIM DE REGULAMENTAR, EM ÂMBITO LOCAL, AS PARCERIAS E OS ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica, e com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º. Recepçiona, no âmbito local, as definições previstas no art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 2014, com as atualizações e os acréscimos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de setembro de 2015.

§ 2º. Aplica-se subsidiariamente ao disposto neste Decreto:

I - o Decreto Federal nº 8.428, de 2 de abril de 2015, que dispõe sobre Procedimento de Manifestação de Interesse, a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública;

II – o Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.

§ 3º. A administração pública municipal adotará procedimentos para orientar e facilitar a realização de parcerias e estabelecerá, sempre que possível, critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados.

§ 4º. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças publicará, no sítio eletrônico oficial do Município, informações que contemplem os procedimentos a serem observados em todas as fases da parceria, para orientar os gestores públicos e as organizações da sociedade civil, nos termos do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 5º. A atualização das informações referidas no § 3º deve ser constante, tendo como base as alterações da legislação federal.

§ 6º. A Secretaria Municipal de Administração poderá editar orientações complementares, de acordo com as especificidades dos programas e das políticas públicas setoriais.

Art. 2º. As parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio das seguintes modalidades:

I - termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver transferência de recurso financeiro; ou

II - acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.

Art. 3º. O acordo de cooperação previsto no inciso II do art. 2º:

I – poderá ser proposto pela administração pública municipal ou pela organização da sociedade civil.

II – será firmado pelo Prefeito, permitida a delegação;

III – poderá ser prorrogado de acordo com o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

Parágrafo Único: São aplicáveis ao acordo de cooperação as regras e os procedimentos referidos no art. 5º do Decreto Federal nº 8.726/2016.

CAPÍTULO II

DO CHAMAMENTO PÚBLICO E DA SELEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

Art. 4º. A seleção da organização da sociedade civil para celebrar parceria deverá ser realizada pela administração pública municipal, por meio de chamamento público, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º. O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, mediante formalização de termo de atuação em rede, se houver previsão no edital, observadas as formalidades dos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 2º. O chamamento público para celebração de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso e de defesa de direitos difusos, entre outros, poderá ser formalizada, em sua fase interna, pelos respectivos conselhos, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.

§ 3º. Os termos de fomento ou de colaboração que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados com dispensa do chamamento público, nos termos do arts. 29 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º. O chamamento público poderá ser dispensado ou será considerado inexigível nas hipóteses previstas nos art. 30 e art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, mediante decisão fundamentada do Prefeito, nos termos do art. 32 da referida Lei.

§ 5º. Além das condições exigidas pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, a organização da sociedade civil interessada em parceria, nos termos deste Decreto, não poderá estar em débito com a fazenda pública municipal.

Art. 6º. A administração pública municipal nomeará Comissão de Seleção e de Julgamento para o Chamamento Público, sendo esta um órgão colegiado, composto por três agentes públicos, designados por portaria, com pelo menos dois de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

§ 1º. Quando se tratar de Chamamento Público para parceria que envolva programas ou políticas públicas setoriais, a Comissão de que trata este artigo poderá ser composta por mais dois servidores da área.

§ 2º. Na portaria de nomeação o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção assumirão a responsabilidade pela condução dos trabalhos.

§ 3º. Será impedida de participar de Comissão, para fins deste artigo, o servidor que, nos últimos cinco anos, tenha mantido vínculo jurídico com, ao menos, uma das entidades em disputa.

§ 4º. Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

§ 5º. O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

Art. 7º. A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º. As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital.

§ 2º. Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:

I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

II - as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

III - os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

IV - o valor global.

Art. 8º. A administração pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial.

Art. 9º. As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

§ 1º. Os recursos que não forem reconsiderados pelo colegiado no prazo de cinco dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados ao Prefeito para decisão final.

§ 2º. Os recursos poderão ser apresentados por meio do sítio eletrônico oficial do Município ou no setor de protocolo da Prefeitura.

§ 3º. Não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto neste artigo.

Art. 10. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a administração pública municipal deverá homologar e divulgar as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 11. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à administração pública municipal, diretamente na Secretaria vinculada à área de atuação do projeto pretendido, para que esta avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

§ 1º. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido; e

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação de viabilidade, de custos, de benefícios e de prazos de execução da ação pretendida.

§ 2º. Preenchidos os requisitos, a administração pública municipal deverá tornar pública a proposta no sítio eletrônico do Município e, verificada a conveniência e oportunidade para realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o instaurará para oitiva da sociedade sobre o tema.

§ 3º. A realização do procedimento previsto no § 2º não obrigará a execução do projeto proposto, que acontecerá de acordo com as possibilidades da administração pública municipal.

§ 4º. A Manifestação de Interesse social não dispensa a convocação, por meio de chamamento público, para a celebração de parceria.

§ 5º. A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público.

Art. 12. A execução das parcerias pode se dar por atuação em rede de duas ou mais organizações da sociedade civil, a ser formalizada mediante assinatura de termo de atuação em rede.

§ 1º. A atuação em rede pode se efetivar pela realização de ações coincidentes, quando há identidade de intervenções, ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria.

§ 2º. A rede deve ser composta por:

I - uma organização da sociedade civil celebrante da parceria com a administração pública municipal, que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

II - uma ou mais organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes da parceria com a administração pública municipal, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a organização da sociedade civil celebrante.

§ 3º. A atuação em rede não caracteriza subcontratação de serviços

e nem descaracteriza a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil celebrante.

§ 4º. Aplica-se, à atuação em rede, o disposto nos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

CAPÍTULO IV

DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 13. A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada responsável por:

- I - monitorar o conjunto de parcerias;
- II – apresentar proposta de aprimoramento dos procedimentos;
- III - padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação; e
- IV - homologar dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

§ 1º. A administração pública municipal designará, por portaria, os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser constituída por três membros, pelo menos dois servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal.

§ 2º. A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos, especialmente quando a parceria envolver programas ou políticas públicas setoriais.

§ 3º. A Comissão de Monitoramento e Avaliação se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas nos arts. 58 a 60 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º. O monitoramento e a avaliação de parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados pela Comissão Municipal com atuação temática na respectiva área- fim.

Art. 14. O membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil ou que tenha participado da Comissão de Seleção e de Julgamento.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Para os processos administrativos das parcerias formalizadas nos termos deste Decreto será observado, subsidiariamente, o que dispõe a Lei da União nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. A juízo da administração pública municipal e a pedido da organização da sociedade civil, poderá ser realizada audiência para esclarecimento necessário à instrução do processo.

Art. 16. Não constituem parceria, para fins do disposto neste Decreto:

- I - os patrocínios, apoio financeiro e contribuições concedidas a atividades e/ou projetos a qualquer pessoa física ou jurídica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000;
- II – subvenções sociais para entidades de que trata a Lei nº 13.019, art. 3º, IV; III – subvenções econômicas.

Art. 17. No âmbito da administração pública municipal, a prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica, relacionada à execução da parceria, prevista no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei Federal nº

13.019, de 2014, caberá à Procuradoria do Município.

§ 1º Antes de promover a tentativa de conciliação e solução administrativa, o órgão jurídico deverá consultar a Secretaria de Administração e Finanças, quanto à existência de processo de apuração de irregularidade concernente ao objeto da parceria.

§ 2º É assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado perante a administração pública municipal, especialmente em procedimento voltado à conciliação e à solução administrativa de dúvidas decorrentes da execução da parceria.

Art. 18. A administração pública municipal fará reuniões públicas com as organizações da sociedade civil, a fim de orientá-las quanto à Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como sobre a aplicação deste Decreto.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Catanduvas em, 20 de abril de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 20/04/2017.

LUCIMARI SPADER

Secretária de Administração e Finanças

Caxambu do Sul

PREFEITURA

1.404

Lei n. 1.404, de 27 de abril de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da concessão de auxílios e benefícios de caráter eventual e circunstancial no âmbito da saúde pública e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, faz saber a todos os habitantes deste Município que o Poder Legislativo votou e aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder auxílios e benefícios de caráter eventual e circunstancial, como a concessão de itens referentes a órteses, próteses, cadeiras de roda, andadores, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde pública, bem como medicamentos, leite e dietas de prescrição especial, fraldas descartáveis para pessoas que tem necessidade de uso, exames médicos e laboratoriais especializados, despesas com consultas médicas especializadas, internações, cirurgias, despesas com deslocamento para tratamento de saúde fora do município, aos munícipes que se enquadrarem nesta Lei.

§ 1º - Somente serão atendidos por esta Lei, os procedimentos que não sejam disponibilizados pelo Município ou por ele conveniados.

§ 2º - Para acessar os auxílios e benefícios eventuais ou circunstanciais relacionados com tratamento de saúde, o usuário deverá ser encaminhado por profissionais médicos da Unidade Básica de Saúde do Município que deverão dispor sobre a urgência da medida de saúde.

§ 3º - A concessão do auxílio ou benefício eventual ou circunstancial estará relacionada exclusivamente a doença ou situação de saúde em que o usuário estiver acometido, não estendendo-se a outras intervenções.

§ 4º - O pagamento de despesas com internações hospitalares somente poderão ocorrer quando forem insuficientes as AIH's para internações disponíveis no Município.

§ 5º - Não será permitido o ressarcimento dos benefícios constante desta Lei.

§ 6º - O beneficiário de auxílio ou benefício de caráter eventual ou circunstancial deverá prestar conta da aplicação dos recursos no prazo de 30 (trinta) dias contados de seu recebido, não podendo acumular mais de um benefício sem a devida prestação de contas, ou caso não prestar conta no prazo estará impedido de receber novo auxílio ou benefício de caráter eventual ou circunstancial.

§ 7º - Os auxílios e/ou benefícios de caráter eventual e circunstancial serão concedidos mediante comprovação documental da renda do grupo familiar do Requerente, sendo que, a critério do Gestor, havendo dúvida sobre a condição econômica do Requerente, poderá solicitar avaliação socioeconômica do grupo familiar.

Art. 2º. Para fazer jus aos auxílios e/ou benefícios eventuais ou circunstanciais criados por esta Lei, o usuário deverá enquadrar-se nos seguintes critérios:

- I. residir no município a mais de 06 (seis) meses;
- II. documentos pessoais (CPF e RG);
- III. possuir renda per capita de 50% (cinquenta por cento) salário mínimo nacional à época do requerimento;
- IV. possuir documentos específicos dependendo do usuário / beneficiário e/ou auxílio solicitado.

Art. 3º. Considera-se renda per capita a soma dos rendimentos de todos os integrantes do grupo familiar, dividida pelo número de integrantes do mesmo grupo familiar.

Parágrafo Único: Para efeito da concessão destes benefícios, considera-se família o conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto, possuam vínculos de parentesco ou de afetividade e convivam

sob interdependência econômica.

Art. 4º Os casos excepcionais não alcançados por esta Lei, serão definidos exclusivamente pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente, através do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 0861/1997.

Caxambu do Sul/SC, 27 de abril de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

1.405

Lei n. 1.405, de 27 de abril de 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio e ceder servidor público efetivo para a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, para dar suporte à execução das ações de inspeção de produtos de origem animal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER a todos os habitantes deste município, que encaminha para apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte projeto de Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio entre o Município de Caxambu do Sul - SC e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, e ceder servidor público municipal efetivo, visando dar suporte à execução das ações de defesa sanitária animal no âmbito do Município.

Parágrafo único - A cedência será com ônus para o Município, cujas despesas correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 2º. As condições, prazos, objetivos, metas, direitos e deveres serão definidos no Termo de Convênio a ser firmado.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, em 27 de abril de 2017.

Glauber Burtet

Prefeito Municipal

MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº PMCX____/2017.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC, E DE OUTRO LADO O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL/SC, PARA FINS DE DAR SUPORTE À EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Aos ____ (_____) dias do mês de _____ de 2017, o Estado de Santa Catarina, através da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rodovia Admar Gonzaga nº 1486, com fulcro no art. 44 da Lei 10.366/97, doravante denominada SECRETARIA, representada, neste ato, pelo seu Secretário, o Senhor, brasileiro, servidor

público estadual, portador da cédula de identidade nº e inscrito no CPF sob o nº, residente no município de Florianópolis/SC, e o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL/SC, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 615, inscrita no C.N.P.J. sob nº 83.021.816/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor GLAUBER BURTET, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 039.072.199-96 e da Cédula de Identidade nº 4.181.756-7, residente e domiciliado na cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, firmam o presente Convênio de Cooperação Técnica, com a interveniência da COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC, Empresa Pública Estadual, inscrita no CNPJ sob nº 83.807.586/0001-28, estabelecida na Rodovia Admar Gonzaga, nº 1.588, Itacorubí, Florianópolis/SC, daqui por diante denominada simplesmente CIDASC, neste ato representada por seu Presidente, o Senhor, brasileiro, portador da cédula de identidade nº e inscrito no cpf, residente e domiciliado na rua e pelo Diretor Técnico, brasileiro, portador da cédula de identidade nº e o diretor de planejamento Senhor, brasileiro, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O objeto do presente convênio é a conjugação de esforços e cooperação entre a CIDASC e a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL/SC, de agora em diante denominados de PARCEIROS-CONVENIENTES, visando dar suporte à execução das ações de defesa sanitária animal no âmbito do Município, sendo que o presente convênio beneficiará a coletividade, tendo em vista melhor garantir o controle e a sanidade animal e, consequentemente, resguardar a saúde pública, bem como proporcionar aos produtores rurais do município satisfatório acesso aos serviços prestados pela CIDASC.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Execução do Convênio e da Designação do Funcionário

1. A Prefeitura Municipal se compromete a ceder funcionário público municipal integrante de seu quadro efetivo, com formação em medicina veterinária, para a CIDASC, com o fim de exercer Atividades de Defesa Sanitária Animal, sendo que desempenhará as seguintes atividades: INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.

2. O funcionário prestará serviço no escritório local da CIDASC de Caxambu do Sul/SC, sendo que o referido imóvel onde desenvolverá suas atividades será disponibilizado pela CIDASC.

3. O funcionário cedido exercerá a função de Médico Veterinário para as Atividades de Defesa Sanitária Animal.

4. A carga horária do servidor será compatível com a dos funcionários da CIDASC, resguardando-se, entretanto, a jornada de trabalho prevista pela Prefeitura Municipal, sendo que o funcionário cumprirá jornada de trabalho de 3 (Três) horas semanais.

4. A frequência do servidor cedido será fiscalizada pelo escritório local da CIDASC de Caxambu do Sul, e será mensalmente remetida à Prefeitura.

5. As faltas no serviço deverão ser comunicadas juntamente com a frequência do servidor, assim como as ausências, férias, licença-saúde ou qualquer espécie de ocorrência que resulte na irregularidade da frequência à PREFEITURA.

6. As faltas disciplinares, após formalmente constatadas pela CIDASC, serão imediatamente comunicadas à PREFEITURA para as providências cabíveis.

7. O funcionário à disposição da CIDASC, ao final de cada mês, elaborará relatórios das atividades desenvolvidas, os quais serão remetidos a CIDASC e à Prefeitura.

8. É facultada a substituição ou a devolução do servidor.

CLÁUSULA TERCEIRA – Cláusula Terceira – Das Obrigações e

Responsabilidades dos Parceiros – convenientes.

1 – Das obrigações da CIDASC:

1.1 Em relação aos servidores cedidos:

- a) Zelar pela observância da jornada de trabalho do servidor a fim de evitar carga horária superior a prevista junto à Prefeitura.
- b) Cumprir rigorosamente o disposto na Cláusula Segunda;
- c) Estar ciente de que a PREFEITURA, após formal comunicação, poderá solicitar a substituição ou o retorno do servidor as suas funções na Prefeitura, com a anuência da CIDASC;
- d) A CIDASC não poderá, sob qualquer pretexto, alterar a designação do servidor para posto de trabalho que não esteja compreendido no Município de Caxambu do Sul ou conferir atividade ou função diversa da constante neste convênio;
- e) Fiscalizar para que os serviços desenvolvidos pelo servidor cedido estejam de conformidade com o disposto neste convênio;
- f) Comunicar, com antecedência de 20 (vinte) dias, o seu interesse em promover a substituição do servidor cedido.

1.2 Em relação aos bens:

- a) Caberá à CIDASC fornecer os seguintes bens: espaço físico, mobiliário, material de expediente

2 – Das Obrigações da PREFEITURA MUNICIPAL

- a) Estar ciente de que são de sua inteira responsabilidade o pagamento de todas as despesas com remunerações, encargos previdenciários e trabalhistas, bem como quaisquer outros que porventura integrem os salários, os vencimentos dos servidores cedidos.
- b) Encaminhar à CIDASC a relação do servidor cedido, com declaração de que o mesmo ingressou no serviço público municipal através de concurso público ou processo seletivo autorizado por Lei, bem como fornecer a Lei Municipal e o Decreto ou Portaria, autorizadores da cessão de funcionário público;
- c) Responsabilizar-se por qualquer ato irregular praticado pelo servidor cedido, independentemente de dolo ou culpa.
- d) Certificar-se de que os servidores cedidos estão cientes de que deverão cumprir todos os regulamentos internos da CIDASC;
- e) Acolher ou justificar, em 20 (vinte) dias, a comunicação da CIDASC para os fins da letra f do parágrafo anterior.
- f) Cabe ao município, além da manutenção do veículo, a responsabilidade com decorrentes infrações de trânsito praticadas pelo seu preposto/empregado e por indenizações contra terceiros, durante a vigência deste Convênio, isentando a CIDASC totalmente por quaisquer despesas decorrentes da sua utilização.

3- Das Obrigações do Funcionário Cedido:

- a) Atender às normas internas e respeitar a hierarquia funcional da CIDASC;
- b) Manter sigilo dos dados referentes ao cadastro pessoal dos produtores e demais dados do PIB-SC.
- c) Elaborar os relatórios mensais dispostos no item 7, da cláusula segunda;

CLÁUSULA QUARTA – Do Controle de Gestão do Convênio

Os convenientes indicarão os representantes da CIDASC e os representantes da Prefeitura Municipal, a fim de formar comissão mista para participar de reuniões de controle de gestão e dirimir questões relativas ao presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Custos

Os encargos de remuneração do servidor cedido correrão por conta da Prefeitura Municipal, conforme item 2, a da cláusula terceira.

CLÁUSULA SEXTA – Da Denúncia e da Rescisão

O presente convênio poderá ser unilateralmente denunciado motivadamente, por escrito e a qualquer tempo, mediante comunicação prévia de, no mínimo, 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo de comum acordo entre os convenientes, ou rescindido nas seguintes hipóteses:

- a) no término do prazo ajustado se não houver interesse dos convenientes na continuidade do convênio ou decorrido o prazo de vigência do convênio, este não for prorrogado;
- b) em caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas, por qualquer dos convenientes, mediante comunicação por escrito do motivo da rescisão;
- c) na hipótese de caso fortuito ou força maior que torne impossível a continuidade do convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Vigência

O presente convênio terá duração de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogável por igual período, nos termos da Lei 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLAUSULA OITAVA – Dos Casos Omissos

Os casos omissos serão solucionados mediante entendimento entre as partes e formalizados em termos aditivos.

CLÁUSULA NONA – Da Publicidade

A CIDASC arcará com os custos da publicação do Termo de Convênio no Diário Oficial do Estado, que será encaminhado no prazo de (cinco) dias, contado da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA– Do Foro

Os PARCEIROS-CONVENIENTES elegem o Foro da Comarca de Florianópolis-SC, com a renúncia de qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou questões oriundas do presente convênio.

E, por estarem de acordo, os PARCEIROS-CONVENIENTES, por meio de seus representantes, assinam o presente termo de convênio, em 5 (cinco) vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nominadas.

Caxambu do Sul/SC, em ____ de _____ de 2017.

GLAUBER BURTET

PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA

PRESIDENTE DA CIDASC DIRETOR TÉCNICO DA CIDASC

DIRETOR DE PLANEJAMENTO DA CIDASC

CONTRATO Nº 009/2017 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: JL MIOTTO TRANSPORTE ME.

Contrato nº: 009/2017 FMS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO DE TRANSPORTE DE PACIENTES QUE FAZEM TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE.

Data da Assinatura: 27/04/2017.

Vigência: 31/12/2017.

Valor do Contrato: R\$ 41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos reais).

CONTRATO Nº 034/2017 PCS

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: WE EQUIPAMENTOS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

Contrato nº: 034/2017 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONSERTAR MOTONIVELADORA HWB 165 PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 27/04/2017.

Vigência: 26/11/2017.

Valor do Contrato: R\$ 17.900,00 (dezessete mil e novecentos reais).

Celso Ramos

PREFEITURA

CONTATOS 73 AO 75/2017

PREGÃO PRESENCIAL 21/2017

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 010/2017

Contrato administrativo: 73 ao 75/2017

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 78.493.343/0001-22, no ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, órgão gerenciador deste Registro de Preço, neste ato denominado como Administrador/Contratante, e as empresas:

TOPE ESPORTES COM. MAT ESPORTIVOS LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Coronel Farrapo 698 - Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 81.774.325/0001-23, neste ato representada por THOMAS VINICIUS RAIZEL, CPF: 083452749-94;

PAPELARIA SPAGNOLI, inscrita no CNPJ sob o nº 07.313.245/0001-18, com sede no Município de Celso Ramos - SC, representada por FABIO ALEX CASOSSOLA inscrito no CPF: 051717879-64;

MARIZETE GRASSI FARIAS, inscrita no CNPJ sob o nº 24.264.937/0001-32, com sede no Município de Celso Ramos - SC, representada por MARCOS JOSE FARIAS CPF: 501.641.989-20, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. DO OBJETO

1.1 O DETENTOR obriga-se a entregar:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BOLAS, TROFEUS, MEDALHAS E CONTRATAÇÃO DE ARBITRAGEM PARA OS CAMPEONATOS E TORNEIOS MUNICIPAIS.

2. VALOR

2.1 O valor total registrado através da presente ata obedece ao disposto no PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS, seus anexos e a proposta apresentada pelo Detentor.

2.2 - DOS ITENS (EM ANEXO)

Pela entrega dos itens o FORNECEDOR receberá a importância GLOBAL, conforme resumo abaixo e anexos:

3. DEVERES DO DETENTOR

3.1 Entregar o objeto licitado onde for requerido pela Secretaria municipal solicitante de forma imediata.

3.1.1 - O prazo é de 5 dias úteis para a entrega do mesmo. Em caso de descumprimento na entrega a empresa estará sujeita a aplicações de sanções e notificações, e posteriormente abertura de processo administrativo para Rescisão contratual.

3.2 Todos os itens entregues devem estar em perfeito estado de conservação e aptos para uso, bem como possuir o certificado de garantia, quando for o caso.

3.3 Os produtos deverão ser entregues mediante a Autorização de fornecimento emitido pelo Setor de Compras do Município. Bem como a nota será empenhada acompanhada pela A.F.

3.4 - Referente aos serviços é responsabilidade da CONTRATADA:

a) Especificações Técnicas:

- Executar os serviços de arbitragem conforme a tabela de jogos fornecida pela Secretaria de Esporte, Turismo e Cultura;
- Portar os instrumentos necessários à perfeita execução dos serviços de arbitragem;
- Atender as solicitações conforme alterações na tabela de jogos, previamente comunicados, dentro dos novos horários estabelecidos;

· Atuar em conformidade com as normas operacionais da Secretaria de Esporte, Turismo e Cultura;

· Todos os árbitros, bem como, auxiliares e anotadores deverão estar uniformizados e possuírem todos os materiais de trabalho dos jogos.

Prazos e Condições dos Serviços

· Os serviços de arbitragem deverão ser prestados sempre que solicitados pela Secretaria de Esporte, Turismo e Cultura, responsável pelos agendamentos e avisos prévios de Jogos e Respetivos horários;

· Em caso de problemas climáticos/mau tempo (modalidades ao ar livre), desistência de competidores ou dependências desportivas impossibilitadas para a realização de jogo/rodada, a Secretaria de Esporte, Turismo e Cultura comunicará com antecedência mínima de 04 (quatro) horas a não realização do Jogo/rodada. Nestes casos não haverá pagamento deste jogo/rodada.

· As quantidades de número de jogos podem ou não serem utilizadas em sua totalidade. (São utilizadas como referenciais).

4. SUBSTITUIÇÃO E REGISTRO DOS PRODUTOS

4.1 Na ocasião da entrega dos produtos, não havendo disponibilidade de marca, fica autorizada a substituição dos produtos ofertados na licitação, desde que os produtos substituintes também cumpram às especificações do Edital de Licitação, possuindo inclusive os mesmos registros / cadastros devidos, na conformidade da legislação vigente.

5. ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 O Detentor deverá entregar o material requisitado de forma imediata ou em até 5 dias, a partir do recebimento da requisição (A.F) de material.

5.1.1 A nota fiscal deve vir com a descrição detalhada dos produtos.

5.2 Constatadas irregularidades, a Administração poderá:

5.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.2.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;

5.2.3 Na hipótese do subitem anterior, o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades, recomeçando seu cômputo apenas quando da efetivação da nova entrega dos materiais substituídos ou complementados;

5.2.4 A entrega do material substituído ou complementado dar-se-á de forma provisória, nos termos do item 5.2, a fim de que seja novamente aferida a sua compatibilidade com os termos do presente Edital;

5.2.5 Verificando-se que a nova entrega está em termos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, nos mesmos moldes do subitem 5.2;

5.2.6 Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões do Edital, a Administração optará entre notificar novamente a Contratada ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes.

5.3 Na hipótese deste subitem 5.3 o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades.

6. DO PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos dos produtos entregues será efetuado até 45 dias após a emissão da Nota Fiscal emitida de acordo com

empenho.

6.2 Para o faturamento deverá ser apresentado o seguinte:

a) Nota Fiscal de Faturamento e Autorização de Fornecimento;

7. REAJUSTE

7.1 Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, a cada de 90 dias após a homologação do Registro de Preços, a pedido do Contratado, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos.

7.2 Caso o contratado efetue o pedido de revisão, será verificado dentre os proponentes que registraram o(s) respectivo(s) item(s), o preço atualizado, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

7.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8. DAS SANÇÕES

8.1 Poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar à detentora de adjudicação as seguintes penalidades:

8.2 suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

8.3 multas pecuniárias, nas seguintes proporções: adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3.1 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

8.3.2 moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 dias, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

8.3.3 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando –se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no no memento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

8.4 A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

8.5 Nos termos do parágrafo 3º do art. 87 da Lei 8666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

8.6 Além das multas, a detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

8.6.1 advertência;

8.6.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

8.6.3 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9. VIGÊNCIA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, de 28/03/2017 a 28/03/2018.

10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 A presente Ata de Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 8666/93

10.2 No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente Contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

11. DESPESA

11.1 – A Administração Municipal da Prefeitura de Celso Ramos poderá utilizar-se dos preços registrados através deste certame a qual utilizará as dotações orçamentárias próprias a seguir:

PROJETO ATIVIDADE	UNIDADE GESTORA
47 - 3.3.90.00.00.00.00.0002	SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E CULTURA.

12. RESCISÃO

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 78, itens I a XVII, da Lei nº 8.666/93.

12.2 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser revogada por razões de interesse público (art.49, caput, da Lei 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

12.3 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei nº 8666/93.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O Detentor deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

13.2 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório;

13.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

13.4 Na contagem dos prazos será observado o disposto no artigo 110 da Lei nº 8666/93.

14. DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca Anita Garibaldi/SC, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Celso Ramos, 28 de março de 2017.

ONDINO RIBEIRO MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DETENTORES:

TOPE ESPORTES COM. MAT ESPORTIVOS LTDA ME

THOMAS VINICIUS RAIZEL

PAPELARIA SPAGNOLI

FABIO ALEX CASOSSOLA

MARCOS JOSE DE FARIAS

Visto e aprovado por:

JOÃO GUILHERME BISCARO
ASSESSOR JURÍDICO
28375

CONTRATO 81/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO: 81/2017

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.493.343/0001-22, com sede sito à RUA DOM DANIEL HOSTIN Nº 930 entidade de direito público, neste ao representado por seu Prefeito Municipal Sr ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, brasileiro, casado, residente e domiciliada neste município e estado, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa MA EMPREITEIRA LTDA ME estabelecida na Rua Peru, 730 -D - apto 402 - Bairro Lider - Chapecó/SC, neste ato representado por seu Sócio, Senhor JOAO LUIZ RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, brasileiro, portador do CPF n. 106.209.387-90 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de obras de REFORMA DE GALPAO MUNICIPAL PARA REALIZAR OS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA DESENVOLVIDOS PELO CRAS, EM ESTREITA OBSERVÂNCIA AOS MEMORIAIS, PLANILHAS E PROJETOS, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, decorrência do Processo Licitatório n. 32/2017 na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 3/2017 do tipo menor preço global, em regime de empreitada global, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

REFORMA DE GALPAO MUNICIPAL PARA REALIZAR OS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA DESENVOLVIDOS PELO CRAS, EM ESTREITA OBSERVÂNCIA AOS MEMORIAIS, PLANILHAS E PROJETOS, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, CONFORME:

Anexo II – Memorial descritivo e especificações técnicas;
Anexo III –Orçamento estimativo;
Anexo IV – Cronograma Físico- Financeiro;
Anexo V – Plantas baixas da áreas e demais documentos pertinentes anexo em CD.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, DO PRAZO E VIGÊNCIA

2.1 - O prazo para o início da execução da obra será a partir da data da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço) emitida pelo Município de Celso Ramos, e o prazo para a conclusão da obra é de acordo com o cronograma físico-financeiro, 120 dias contados a partir da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço) .

2.2 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada, bem como todos os custos de aquisição deverão ser de encargo da Contratada. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

2.3 - A execução da obra e dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Contrato sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

2.4 – O diário de obra deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

2.5 - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços objeto do presente Contrato em perfeita harmonia e concordância com o Projeto de Engenharia aprovado para a obra, bem como de conformidade com o Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 5/2017 e os respectivos anexos, e a Proposta que apresentou e teve aceita neste certame licitatório, documentos estes que ficam fazendo parte integrante e inseparável do presente Contrato, como se aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos.

2.6 -O andamento dos serviços obedecerá rigorosamente ao cronograma apresentado e aprovado pelo Município de Celso Ramos, sob a supervisão de Engenheiro responsável pela fiscalização, conforme projeto integrante deste contrato.

2.7 - Os serviços serão executados sob a forma de empreitada por preço global, de acordo com a proposta apresentada, obedecidas as normas técnicas e especificações contidas nos Anexos deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇOS E PAGAMENTOS

3.1 - O Município de Celso Ramos pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços contratados e efetivamente executados, de acordo com os preços correspondentes, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados. O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de: 98.915,76 (noventa e oito mil novecentos e quinze reais e setenta e seis centavos).

2.2 - Cada pagamento será feito em ate 30 dias após a emissão da nota fiscal e de acordo com as medições efetuadas dos serviços executados pela contratada.

3.3 – Para efeito da medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização desta Municipalidade.

3.4 – As medições serão elaboradas pelo Setor de Engenharia desta Municipalidade, em conjunto com a Secretaria de Obras e ASSISTENCIA SOCIAL, por solicitação através de ofício da Contratada com pelo menos três dias úteis de antecedência ao vencimento da parcela, que se dará em conformidade com os procedimentos a seguir descritos:

a) A medição será na totalidade dos serviços executados no período de trinta dias corridos, correspondentes a uma medição.

b) Após o recebimento do ofício solicitando a liberação da parcela, o Técnico Responsável desta Municipalidade procederá a vistoria na obra verificando a execução dos serviços previstos e executados. O fiscal encaminhará a solicitação de pagamento em formulário próprio, devidamente preenchido acompanhado da respectiva fatura da parcela, sendo encaminhada para emissão do “de acordo” da fiscalização desta Municipalidade.

c) Caso a fiscalização venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito, à Contratada, que deverá apresentar nova medição corrigida, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.

d) O Município se reserva no direito de efetuar o pagamento, tão somente da quantidade de serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização desta Municipalidade. Em outras palavras: se eventualmente a proponente vencedora não cumprir com as metas de realização da obra – conforme previsão dos anexos integrantes do presente edital, o Município realizará o pagamento proporcional, relativamente à quantidade prestada.

e) A quantidade/mês de serviços prestadas, será igual à totalidade dos serviços executados no período de trinta dias corridos; ressalvando-se que a obra deverá ser prestada, dentro do prazo de 05 (cinco) períodos de trinta dias,

e) A aprovação da medição se dará com o certificado do fiscal da obra no verso da fatura devidamente assinado e datado.

e) O encaminhamento de documentação referente à obra, será de acordo com 8.11.19, deste Contrato.

h) O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, em quatro parcelas mensais, de acordo com o cronograma físico-financeiro, constante no Anexo IV, do edital, mediante apresentação das medições correspondentes e a respectiva nota fiscal. Os pagamentos somente serão liberados mediante verificação da regularidade do prestador de serviços, ora proponente vencedor, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências; mediante apresentação da nota fiscal, bem como da folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente. No ato do pagamento a contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas a matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, bem como a CND (Certidão Negativa de Débito) da obra, sob pena de retenção e regularização de parte da contratante, com respectivo desconto nos pagamentos. A Contratada deverá apresentar ainda, declaração com firma reconhecida, que nenhuma pessoa trabalhou na obra no período, sem que estivesse contratada de acordo com a Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor no Brasil. Nos aspectos previdenciários será observado o que dispõe a legislação vigente. Junto com a última fatura da obra, a empresa deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos do INSS, referente à matrícula da obra. Caso o vencimento do prazo de liquidação da fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

"Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (...)."

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitado, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

5.2 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente processo licitatório, correrão por conta dos recursos orçamentários de 2017:

Assistência Social Geral

75 – 4.4.90.00.00.00.0002 – Aplicações diretas

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas

ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Contratante:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor da proposta;

- Suspensão do direito de licitar junto à Administração por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

7.1 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

8.1 – A CONTRATADA não poderá sub empreitar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto permitido fazê-lo parcialmente em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato e de 35% (trinta e cinco por cento) para os serviços de pintura, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia desta Municipalidade. Na eventualidade de sub contratação, a contratada responderá diretamente pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e contratuais perante o Município de Celso Ramos e, independente da origem ou da razão das responsabilidades. Na sub contratação, a contratada deverá exigir e apresentar ao Município todas as condições inerentes à habilitação no certame que deu origem a este contrato, como se a sub empreiteira interessada nele fosse.

8.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

8.3 - A CONTRATADA providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.4 - A CONTRATADA providenciará, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

8.5 – Manter em local visível ao público, placa de identificação da obra.

8.6 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.7 - A CONTRATADA providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada.

8.8 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

8.9 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.10 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

8.11 – São também obrigações da empresa CONTRATADA, visando à execução do objeto deste edital:

8.11.1- Executar os serviços, sob o regime de empreitada por preço global, obedecendo fielmente aos projetos, memoriais descritivos, planilhas e especificações, Anexos deste edital, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato, como se transcritos fossem.

8.11.2 - Na execução dos serviços a contratada deverá observar os requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, determinados nas normas técnicas elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT.

8.11.3 - Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais, mão de obra, despesas de mobilização, desmobilização, instalação do canteiro de obras, transportes, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

8.11.4 - Cumprir fielmente os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

8.11.5 - Remover após a conclusão da obra, todo o equipamento utilizado e o material excedente, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas, rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

8.11.6 - A Contratada se obriga a fornecer as “ARTs” complementares.

8.11.7 - Manter Diário de Obra em local de fácil acesso da fiscalização da contratante.

8.11.8 - Designar em caráter permanente um engenheiro para dirigir a execução dos serviços;

8.11.9 - Manter no canteiro de obras, cópias dos seguintes documentos, dentre outros, conforme o caso: Projetos completos, com detalhes construtivos, especificações, memoriais descritivos e caderno de encargos, instruções e normas da Administração sobre obras públicas, planilha orçamentária do contrato e de medição, cronogramas, licenças e Alvarás, Ordem de Serviço, Diário de Obras, ARTs, manifestações por escrito de ocorrências, aos superiores e à contratada e medições realizadas.

8.11.10 - Cumprir as instruções exigidas no Memorial Descritivo.

8.11.11 - Atender às determinações que lhe forem feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente contrato e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.11.12 - Entregar, após a conclusão da obra, e antes da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, o “as built”- Como Construído, isto é, uma via completa do projeto, com as alterações que se fizerem necessárias durante o decorrer da obra ou serviço, inclusive aquelas relativas a locação, no caso de haver alterações.

8.11.13 - Responder pela solidez e segurança de toda construção (obra), após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no artigo 618, do Código Civil (“... o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo).

8.11.15 - Na assinatura do Contrato o Licitante adjudicado, deverá apresentar matrícula da obra junto ao INSS (de acordo com o art. 25, inciso I, da Instrução Normativa MPS n. 3/2005, atualizada).

8.11.16 - Responsabilidade Civil e Criminal: Responsabilizar-se civil e criminalmente sobre fatos e atos cometidos por seus funcionários, bem como aqueles que ocorrerem aos mesmos na execução da obra no período contratual, isentando o município de qualquer responsabilidade, seja ela solidária ou subsidiária.

8.11.17 - A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços, dos materiais e ambiental é integral da CONTRATADA, bem como as responsabilidades sobre as obrigações especificadas no Edital.

8.11.18 - A CONTRATADA fica ciente de que a Contratante, sob a Supervisão do Engenheiro Fiscal, se reserva o direito de apresentar alterações ao projeto, podendo acarretar redução ou acréscimo no volume dos serviços, bem como mudanças das soluções de projeto.

8.11.19 – Anteriormente ao início da execução da obra, providenciar o alvará municipal da obra, junto ao Departamento de Tributação do Município de CELSO RAMOS, apresentar à Municipalidade no ato da assinatura do Contrato.

8.11.20 - Encaminhar Relatório/ Diário de Obras com os registros da execução da obra, ao Setor de Fiscalização de Obras Públicas, na Secretaria de Administração do Município de CELSO RAMOS, localizada na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, CELSO RAMOS - SC, a cada 30 (trinta) dias.

8.11.21 - Na assinatura do Contrato o Licitante adjudicado deverá entregar em meio digital (informatizado) os orçamentos, cronogramas e outros, de acordo com o que compõe sua proposta.

8.11.22 - O proponente adjudicado deverá fornecer no ato da assinatura do contrato, a nominata dos empregados que irão desenvolver os serviços à mesma, bem como comprovante de inscrição dos mesmos e da obra junto ao INSS. Os profissionais relacionados é que deverão prestar os serviços. Qualquer alteração de profissionais somente poderá ser feita com anuência do Município. A não observação deste requisito será considerada falta grave, passível de aplicação das penalidades constantes do item 18, deste edital. Deverá apresentar ainda PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (para empresas com vinte trabalhadores ou mais por estabelecimento ou obra de construção civil – art. 188, da Instrução Normativa MPS n. 3/2005) e PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário, de acordo com as Instruções Normativas do INSS, atualizadas.

8.11.23 - A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) Recrutar elementos habilitados e com experiência comprovada

fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;

b) Executar a obra através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o Contratante solicitar a substituição daqueles, cuja conduta seja julgada inconveniente;

c) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

d) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade do Município de CELSO RAMOS por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao Município de CELSO RAMOS;

e) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

f) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

g) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor.

1

2 CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1 - Fiscalizar e Emitir Laudo comprovando a execução dos Serviços pela Secretaria de ASSISTÊNCIA SOCIAL.

9.2 - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

9.3 - Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 – A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

10.2 - Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

10.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito à esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

11.1 - A fiscalização da obra será efetuada por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento, estão sendo

cumpridos, o termo de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

11.2 - A fiscalização se efetivará no local da obra.

11.3 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

11.4 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

11.5 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

11.6 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

11.7 - Decorridos 30 (trinta) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento de contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução da obra, incluindo-se a CND do INSS referente à obra objeto deste edital, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

11.7.1 - Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

11.8 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 3/2017, Processo Licitatório n.32/2017, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

13.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações. Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Anita Garibaldi/SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2 - O presente Contrato somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos após a sua publicação.

14.3 - E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato em 02 (quatro) vias, os representantes das partes contratantes, bem como as testemunhas abaixo identificadas.

Celso Ramos – SC, 24 de abril de 2017.
ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL

MA EMPREITEIRA LTDA
CONTRATADO

MARISONIA MENEGAZZO
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

JOAO GUILHERME BISCARO
ASSESSOR JURIDICO
OAB/SC 28375

CONTATO 80 - PATRIMONIO

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
Relação dos Contratos

Seqü. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
545	78/2017	24/04/2017	24/04/2018	23/2017	Não	53.883,00		AQUISIÇÃO DE MAT DE INFOR L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS P/ ESCRITOR	
	Objeto:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E HARDWARES PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA E INTERNET PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FMS DE CELSO RAMOS/SC.							
546	79/2017	24/04/2017	24/04/2018	23/2017	Não	53.883,00		AQUISIÇÃO DE MAT DE INFOR L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS P/ ESCRITOR	
	Objeto:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E HARDWARES PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA E INTERNET PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FMS DE CELSO RAMOS/SC.							
547	82/2017	24/04/2017	31/12/2017	37/2017	Não	14.040,00		AQUISIÇÃO DE VIDROS	GILMAR SURDI 02162951908
	Objeto:	AQUISIÇÃO DE PORTAS E JANELAS DE VIDRO TEMPERADO SOB MEDIDA, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE CELSO RAMOS/SC							
556	80/2017	24/04/2017	31/12/2017	30/2017	Não	18.000,00		SERVIÇOS DIVERSOS	DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS EIRELI - ME
	Objeto:	A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATUALIZAÇÃO FÍSICA E CONTÁBIL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, DE ACORDO COM AS NORMAS BRASILEIRAS E INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - NBCASP, COMPREENDENDO AS ATIVIDADES RELACIONADAS "ANEXO I" DESTE EDITAL.							

Total: 4

CONTRATO 73 AO 75 VALORES

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 27/2017 Fornecedor: 6063 Licitação: 21/2017 - PR - TOPE ESPORTES COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTD Data da Homologação: 28/03/2017									
15	6115	CONJUNTO DE 04 TROFÉUS, (TAMANHOS 130cm; 100cm e 80cm, 60 C,	REMA	UN	5,000	0,0000	1,945,0000	9.725,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			9.725,00	
Nr. do Processo: 27/2017 Fornecedor: 8540 Licitação: 21/2017 - PR - MARIZETE GRASSI DE FARIAS 02400578990 Data da Homologação: 28/03/2017									
11	2764	Arbitragem para o Campeonato de Futebol Suíço		UN	55,000	0,0000	240,0000	13.200,00	Venceu
12	2765	Arbitragem para o Campeonato de Futsal		UN	55,000	0,0000	220,0000	12.100,00	Venceu
13	2766	Arbitragem para o Campeonato de Voleibol		UN	40,000	0,0000	200,0000	8.000,00	Venceu
14	2767	Arbitragem para o Campeonato de Futebol de Campo		UN	30,000	0,0000	380,0000	11.400,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			44.700,00	
Nr. do Processo: 27/2017 Fornecedor: 9586 Licitação: 21/2017 - PR - PAPELARIA SPAGNOLI - FABIO ALEX CASASSOL CIA LTDA Data da Homologação: 28/03/2017									
2	2754	Medalha retangular metalizada na cor bronze- fundida em liga	Vitória	UN	75,000	0,0000	7,5000	562,50	Venceu
3	2755	Medalha retangular metalizada na cor prata- fundida em liga	Vitória	UN	75,000	0,0000	7,5000	562,50	Venceu
4	2756	Medalha retangular metalizada na cor dourada- fundida em lig	Vitória	UN	75,000	0,0000	7,5000	562,50	Venceu
5	2757	Troféu com 34 cm de altura, com base oval com 22 cm de largu	Vitória	UN	4,000	0,0000	144,5000	578,00	Venceu
6	2758	Troféu com 34 cm de altura, com base oval com 22 cm	Vitória	UN	4,000	0,0000	144,5000	578,00	Venceu
7	2759	Bola oficial de Vôlei 7.0 , matrizada com 16 gomos, ultra fu	Penalty	UN	2,000	0,0000	273,0000	546,00	Venceu
8	2760	Bola oficial de Futsal, com 8 gomos, confeccionado em PU Ult	Penalty	UN	4,000	0,0000	243,0000	972,00	Venceu
9	2761	Bola Oficial de Futebol Society, confeccionado em PU Ultra 1	Penalty	UN	6,000	0,0000	217,8500	1.307,10	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/2

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 27/2017 Licitação: 21/2017 - PR Data da Homologação: 28/03/2017									
Fornecedor: 9586 - PAPELARIA SPAGNOLI - FABIO ALEX CASASSOL CIA LTDA									
10	2762	Bola Oficial de Futebol de Campo, costurada à mão, com 32 go		UN	4,000	0,0000	217,8500	871,40	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			6.540,00	

Celso Ramos, 27 de Abril de 2017.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 027, DE 27.04.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 027, DE 27.04.2017

Altera os incisos I à XII do art.4º do Decreto nº 31/2010 de 26.05.2010, e estabelece outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de acordo com as disposições do art.6º da Lei nº 0421 de 08.04.2009, alterada pela Lei nº 0675 de 24.04.2017,

DECRETA:

Art. 1º Os incisos I à XII, do art.4º do Decreto nº 31/2010 de 26.05.2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

- I – Ensiladeira para Microtrator - R\$ 5,00 (cinco reais) por hora;
- II – Ensiladeira para Trator de Pneu – R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) por hora;
- III – Roçadeira para Trator de Pneu - R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) por hora;
- IV – Espalhador de Calcário – R\$ 5,00 (cinco reais) por hora;
- V – Lâmina - R\$ 5,00 (cinco reais) por hora;
- VI – Subsolador - R\$ 5,00 (cinco reais) por hora;
- VII – Papaterra - R\$ 5,00 (cinco reais) por hora;
- VIII – Grade - R\$ 5,00 (cinco reais) por hora;
- IX – Plataforma de Trator Pneu - R\$ 5,00 (cinco reais) por hora;
- X – Arado Reversível de Disco - R\$ 5,00 (cinco reais) por hora;
- XI – Distribuidor de Esterco Líquido - R\$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos) por hora;
- XII – Perfurador de Solo com Broca- R\$ 15,00 (quinze reais) por hora.

..... "

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 27 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 028, DE 27.04.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 028, DE 27.04.2017

Homologa Resoluções nº 004/2017 e 005/2017, do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado-SC.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado as Resoluções abaixo mencionadas, do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado/SC:

- I – Resolução nº 004/2017, de 30 de março de 2017, que aprova a Inscrição do "Serviço de Acolhimento Institucional para idosos

na modalidade Abrigo Institucional" do Abrigo Mão Amiga, para acolhimento de idosos, do Município de Chapadão do Lageado /SC. II – Resolução nº 005/2017, de 30 de março de 2017, que aprova a compra de uma Placa de identificação para a Secretaria de Assistência Social, do Município de Chapadão do Lageado /SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 30.03.2017.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 27 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº004/2017

Dispõe sobre a Inscrição do "Serviço de Acolhimento Institucional para idosos na modalidade Abrigo Institucional" do Abrigo Mão Amiga para acolhimento de idosos, do Município de Chapadão do Lageado /SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado, instituído pela Lei nº0560 de 17.12.2012, nomeado pela Portaria nº 247/2016 de 24.05.2016, no uso de suas atribuições legais e conforme disposições da Ata nº002/2017, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Inscrição do "Serviço de Acolhimento Institucional para idosos na modalidade Abrigo Institucional" do Abrigo Mão Amiga para acolhimento de idosos, do município de Chapadão do Lageado /SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 30 de março de 2017.

JOICI DEMETRIO CAOILLA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº005/2017

Dispõe sobre a aprovação da compra de uma Placa de identificação para a Secretaria de Assistência Social, do Município de Chapadão do Lageado /SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado, instituído pela Lei nº0560 de 17.12.2012, nomeado pela Portaria nº 247/2016 de 24.05.2016, no uso de suas atribuições legais e conforme disposições da Ata nº002/2017, RESOLVE:

Art. 1º Aprova a compra de uma Placa de identificação para a Secretaria de Assistência Social, do Município de Chapadão do Lageado /SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 30 de março de 2017.

JOICI DEMETRIO CAOILLA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2017-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 11/2017 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 11/2017.

Vigência: 27/04/2017 à 31/12/2017

Processo Licitatório nº 2/2017.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Dra. DULCE MARIA HERRERA YERA

Valor: R\$ 76.800,00 (setenta e seis mil e oitocentos reais); sendo R\$ 60,00 (sessenta reais) por consulta.

Objeto: Credenciamento de profissional médico (pessoa física) com especialidade em saúde da família e comunidade para prestação de serviços na área de saúde, para fins de atendimento em consultas, sempre que for necessário, com disponibilidade técnica no Município ou fora dele.

DATA DA ASSINATURA: 27 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N. 03/2017

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N. 03/2017

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, doravante denominado simplesmente CONVENIENTE e a ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ, doravante denominada simplesmente CONVENIADA.

DO OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a utilização do espaço físico e dos serviços hospitalares e técnicos na especialidade de traumatismo/ortopedia a ser prestado aos munícipes de Chapadão do Lageado, no Pronto Atendimento do Hospital Bom Jesus de Ituporanga.

DO VALOR: O CONVENIENTE efetuará transferência à CONVENIADA dos seguintes valores:

Nº	Especialidade/Procedimento	Valor Unitário
01	Consulta Especializada	43,00

Nº	Especialidade/Procedimento	Valor Unitário
01	Revisão com troca de gesso	80,00
02	Redução de fraturas	100,00
03	Retirada de fio	100,00
04	Debridamento pequeno	100,00
05	Pequenas cirurgias ambulatoriais	100,00

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

06 - SECRETARIA DA SAÚDE

01 - DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE

2.021 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

17 - 3.3.50.00.00.00.00.0101 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

DA VIGÊNCIA: 18.04.2017 à 31.12.2017.

DATA DA ASSINATURA: 18.04.2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 222/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 222/2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC, Lei Municipal nº 0012/97 e de acordo com a Ata nº30, do Conselho Municipal de Alimentação Escolar,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros que irão compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar do Município de Chapadão do Lageado — SC, com o fim de deliberar sobre assuntos relacionados ao programa de distribuição de merenda escolar, no âmbito do Município.

Parágrafo único. Os membros de que trata o “caput” do art. 1º, são os seguintes:

I - Representantes do Poder Executivo

Titular: Cleusa Francisco Schneider

Suplente: Caroline Anacleto

II – Representante dos Professores e alunos maiores de 18 anos:

Titular: Crislei Sebold

Suplente: João Clemente

Titular: Ketlyn Cristini Medeiros

Suplente: Samir Pereira da Silva

III – Representantes dos pais de alunos

Titular: Cléia Freitas

Suplente: Vanderlea de Souza Soteli

Titular: Roseli de Souza Raymundo

Suplente: Denuzia Diel Hindemann

IV - Representantes de Entidades Cíveis Organizadas

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: João de Souza

Suplente: Edinéia Bilk Passig

- Associação Máster Recreativa e Esportiva Lageadense (AMREL)

Titular: Marcionei Medeiros

Suplente: Edson da Silveira

Art. 2º O Conselho Municipal de Alimentação Escolar terá como Presidente, a Senhora Cleusa Francisco Schneider, Vice-Presidente o Senhor João de Souza e Secretária a Senhora Ketlyn Cristini Medeiros.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 27 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Chapecó

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO N° 10 DE 2017

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Chapecó

Contrato Administrativo N° 10/2017

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ

Contratada: GRA EDITORA JORNALÍSTICA LTDA

Objeto: Contratação de 22 (vinte e duas) assinaturas do Jornal "FOLHA DO BAIRRO" Valor/Ano: R\$ 3.740,00 (três mil setecentos e quarenta reais)

Vigência: 28/04/2017 a 27/04/2018

Chapecó-SC, 27 de abril de 2017.

Valmor Junior Scolari

Presidente

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017-FMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017 – FMEC

Contratação de Serviços

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços visando à emissão de laudos de vistoria para o Estádio Domingos Machado de Lima em consonância ao regulamento da Federação Catarinense de Futebol e Termo de Ajuste de Conduta TAC- Ministério Público, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 16/05/2017.

Abertura: dia 16/05/2017 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 25 de abril de 2017.

GIL ARTIFON

Superintendente da FMEC

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2017 PMC

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº 14/2017

Na publicação do Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 14/2017, veiculada no dia 26 de abril de 2017, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, pág. 116;

Onde lê-se: "A Secretária Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato do Senhor, IRINEU MARTTINI, Diretor de Trânsito";
Leia-se: "O Diretor de Trânsito de Concórdia, torna público que ratificou o ato do Senhor, VANDERLEI FERRI, Chefe de Departamento de Trânsito"

Onde lê-se: "WAGNER ISIDORO SIMIONI, Secretário Municipal de Urbanismo e Obras";

Leia-se: "IRINEU MARTTINI, Diretor de Trânsito"

IRINEU MARTTINI

Diretor de Trânsito

EXTRATO 13º TA CONTRATO Nº 185/2014 - PMC

Contrato Nº : 185/2014

Aditivo Nº : 13TA CT 185/2014/2017

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TMK ENGENHARIA EIRELI ME

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2014

Objeto : contratação de serviços para levantamento topográfico e

desmembramento de áreas, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

Execução : Início: 16/04/2017 Término: 15/07/2017

Vigência : Início: 11/07/2017 Término: 09/10/2017

Assinatura : 11/04/2017

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 126/2016 - PMC

Contrato Nº : 126/2016

Aditivo Nº : 1TA CT 126/2016/2017

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 3/2015

Objeto : contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, customização, migração, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas, específicos para seleção de professores e controle e impressão de certificados, a ser utilizado pelo Setor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação do Município de Concórdia, INCLUINDO A LICENÇA DE DIREITO DE USO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO/MANUTENÇÃO.

Vigência : Início: 11/04/2017 Término: 10/04/2018

Assinatura : 10/04/2017

Valor R\$: 17.979,36 (Dezessete Mil, Novecentos e Setenta e Nove Reais e Trinta e Seis Centavos)

Dotação : 47 - 06.002.2013.333903911000000.01190000

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 59/2015 - FMS

Contrato Nº : 59/2015

Aditivo Nº : 3TA Ctr 59/2015/2017

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : LUBRIFICANTES PERITIBA LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 6/2015

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de transportes, para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte de pacientes, aos municípios de Joaçaba e Chapecó, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 15/04/2017 Término: 14/04/2018

Assinatura : 10/04/2017

Valor R\$: 111.125,00 (Cento e Onze Mil e Cento e Vinte e Cinco Reais)

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903927000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2105.333903927000000.01020000

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 4/2017-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 4/2017 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 24 de abril de 2017 para Credenciamento de empresa para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, para atendimento à população, a favor das empresas CLÍNICA BERNARDI S/S, CLÍNICA DE DERMATOLOGIA CONCÓRDIA S/S LTDA, DERMATO CLÍNICA S/S ME, BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL e PSICOMED SERVIÇOS DA SAÚDE S/S LTDA ME, no valor estimado de R\$ 1.101.692,40 (um milhão, cento e um mil, seiscentos e noventa e dois reais e quarenta centavos).

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2017 - FMAS

Contrato Nº : 10/2017
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Contratada : GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL EIRELI - ME
Licitação : Inexigibilidade 2/2017
Objeto : Contratação serviço de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos, nos termos do Credenciamento 1/2017 FMAS.
Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 02/04/2018
Assinatura : 03/04/2017
Valor R\$: 271.800,00 (Duzentos e Setenta e Um Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 270 - 15.001.2204.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2017 - FMS

Contrato Nº : 27/2017
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : ASSOCIAÇÃO DE SERVICOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CONCÓRDIA - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS
Licitação : Dispensa de Licitação 3/2017
Objeto : Locação de sala para escritório e depósito com área de 36 m² para funcionamento do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, situado na Rua Independência, nº 246, junto à Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Concórdia, sendo que a mesma disponibilizará também a seguinte estrutura: Box para acomodação de ambulância; Uso de cozinha, alojamento, estacionamento e banheiro para 8 (oito) pessoas em 4 (quatro) turnos de 2 (duas) pessoas; Uso de box para lavagem de ambulância;
Vigência : Início: 11/04/2017 Término: 10/04/2018
Assinatura : 11/04/2017
Valor R\$: 22.080,00 (Vinte e Dois Mil e Oitenta Reais)

Dotação : 397 - 13.001.2103.333903910000000.03380001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2017 - PMC

Contrato Nº : 39/2017
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA
Licitação : Pregão Presencial 11/2017
Objeto : Aquisição de uma Escavadeira Hidráulica, um Rolo Compressor e uma Motoniveladora, todos novos, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Transportes e Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital
Vigência : Início: 10/04/2017 Término: 10/06/2018
Assinatura : 10/04/2017
Valor R\$: 1.030.000,00 (Um Milhão, Trinta Mil Reais)

Dotação : 110 - 08.001.1009.344905240000000.01390002

Dotação : 168 - 11.001.1013.344905240000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 9/2017 - FMAS

Contrato Nº : 09/2017
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Contratada : ASSOCIAÇÃO RECANTO DO IDOSO DE CONCÓRDIA
Licitação : Inexigibilidade 2/2017
Objeto : Contratação serviço de acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos, nos termos do Credenciamento 1/2017 FMAS.
Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 02/04/2018
Assinatura : 03/04/2017
Valor R\$: 316.200,00 (Trezentos e Dezesesseis Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 270 - 15.001.2204.333903999000000.01000001

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 358/2017

DECRETO Nº 358/2017

“Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas respectivas alterações, no Município de Cordilheira Alta, para o fim de regulamentar, em âmbito local, as parcerias e os acordo de cooperação entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 70 da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º Recepciona, no âmbito local, as definições previstas no art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 2014, com as atualizações e os acréscimos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de setembro de 2015.

§ 2º Aplica-se subsidiariamente ao disposto neste Decreto:

I - o Decreto Federal nº 8.428, de 2 de abril de 2015, que dispõe sobre Procedimento de Manifestação de Interesse, a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública;

II - o Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.

§ 3º A administração pública municipal adotará procedimentos para orientar e facilitar a realização de parcerias e estabelecerá, sempre que possível, critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados.

§ 4º A Secretaria de Administração publicará, no sítio eletrônico oficial do Município, informações que contemplem os procedimentos a serem observados em todas as fases da parceria, para orientar os gestores públicos e as organizações da sociedade civil, nos termos do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 5º A atualização das informações referidas no § 3º deve ser constante, tendo como base as alterações da legislação federal.

§ 6º As secretarias da administração pública municipal poderão editar orientações complementares, de acordo com as especificidades dos programas e das políticas públicas setoriais.

Art. 2º As parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio das seguintes modalidades:

I - termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver transferência de recurso financeiro; ou

II - acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.

Art. 3º O acordo de cooperação previsto no inciso II do art. 2º:

I - poderá ser proposto pela administração pública municipal ou pela organização da sociedade civil.

II - será firmado pelo Prefeito, permitida a delegação;

III - poderá ser prorrogado de acordo com o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

Parágrafo Único: São aplicáveis ao acordo de cooperação as regras e os procedimentos referidos no art. 5º do Decreto Federal nº 8.726/2016.

CAPÍTULO II

DO CHAMAMENTO PÚBLICO E DA SELEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

Art. 4º A seleção da organização da sociedade civil para celebrar parceria deverá ser realizada pela administração pública municipal, por meio de chamamento público, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, mediante formalização de termo de atuação em rede, se houver previsão no edital, observadas as formalidades dos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 2º O chamamento público para celebração de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso e de defesa de direitos difusos, entre outros, poderá ser formalizada, em sua fase interna, pelos respectivos conselhos, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.

§ 3º Os termos de fomento ou de colaboração que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados com dispensa do chamamento público, nos termos do arts. 29 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º O chamamento público poderá ser dispensado ou será considerado inexigível nas hipóteses previstas nos art. 30 e art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, mediante decisão fundamentada do Prefeito, nos termos do art. 32 da referida Lei.

§ 5º Além das condições exigidas pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, a organização da sociedade civil interessada em parceria, nos termos deste Decreto, não poderá estar em débito com a fazenda pública municipal.

Art. 6º A administração pública municipal nomeará Comissão de Seleção e de Julgamento para o Chamamento Público, sendo esta um órgão colegiado, composto por três agentes públicos, com pelo menos dois de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

§ 1º Quando se tratar de Chamamento Público para parceria que envolva programas ou políticas públicas setoriais, a Comissão de que trata este artigo poderá ser composta por mais dois servidores da área.

§ 2º Na nomeação o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção assumirão a responsabilidade pela condução dos trabalhos.

§ 3º Será impedida de participar de Comissão, para fins deste artigo, o servidor que, nos últimos cinco anos, tenha mantido vínculo jurídico com, ao menos, uma das entidades em disputa.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

§ 5º O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

Art. 7º A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital.

§ 2º Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:

I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

II - as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

III - os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

IV - o valor global.

Art. 8º A administração pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial.

Art. 9º As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

§ 1º Os recursos que não forem reconsiderados pelo colegiado no prazo de cinco dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados ao Prefeito para decisão final.

§ 2º Os recursos poderão ser apresentados por meio do sítio eletrônico oficial do Município ou no setor de protocolo da Prefeitura.

§ 3º Não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto neste artigo.

Art. 10. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a administração pública municipal deverá homologar e divulgar as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 11. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à administração pública municipal, diretamente na Secretaria vinculada

à área de atuação do projeto pretendido, para que esta avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

§ 1º O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido; e

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação de viabilidade, de custos, de benefícios e de prazos de execução da ação pretendida.

§ 2º Preenchidos os requisitos, a administração pública municipal deverá tornar pública a proposta no sítio eletrônico do Município e, verificada a conveniência e oportunidade para realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o instaurará para oitiva da sociedade sobre o tema.

§ 3º A realização do procedimento previsto no § 2º não obrigará a execução do projeto proposto, que acontecerá de acordo com as possibilidades da administração pública municipal.

§ 4º A Manifestação de Interesse social não dispensa a convocação, por meio de chamamento público, para a celebração de parceria.

§ 5º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público.

Art. 12. A execução das parcerias pode se dar por atuação em rede de duas ou mais organizações da sociedade civil, a ser formalizada mediante assinatura de termo de atuação em rede.

§ 1º A atuação em rede pode se efetivar pela realização de ações coincidentes, quando há identidade de intervenções, ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria.

§ 2º A rede deve ser composta por:

I - uma organização da sociedade civil celebrante da parceria com a administração pública municipal, que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

II - uma ou mais organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes da parceria com a administração pública municipal, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a organização da sociedade civil celebrante.

§ 3º A atuação em rede não caracteriza subcontratação de serviços e nem descaracteriza a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil celebrante.

§ 4º Aplica-se, à atuação em rede, o disposto nos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

CAPÍTULO IV DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 13. A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada responsável por:

I - monitorar o conjunto de parcerias;

II - apresentar proposta de aprimoramento dos procedimentos;

III - padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação; e

IV - homologar dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

§ 1º A administração pública municipal designará os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser constituída por três membros, pelo menos dois servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal.

§ 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos, especialmente quando a parceria envolver programas ou políticas públicas setoriais.

§ 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas nos arts. 58 a 60 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º O monitoramento e a avaliação de parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados pela Comissão Municipal com atuação temática na respectiva área- fim.

Art. 14. O membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil ou que tenha participado da Comissão de Seleção e de Julgamento.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Para os processos administrativos das parcerias formalizadas nos termos deste Decreto será observado, subsidiariamente, o que dispõe a Lei da União nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. A juízo da administração pública municipal e a pedido da organização da sociedade civil, poderá ser realizada audiência para esclarecimento necessário à instrução do processo.

Art. 16. Não constituem parceria, para fins do disposto neste Decreto:

I - os patrocínios, apoio financeiro e contribuições concedidos a atividades e/ou projetos a qualquer pessoa física ou jurídica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000;

II - subvenções sociais para entidades de que trata a Lei nº 13.019, art. 3º, IV; III – subvenções econômicas;

Art. 17. No âmbito da administração pública municipal, a prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica, relacionada à execução da parceria, prevista no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, caberá à Procuradoria do Município.

§ 1º Antes de promover a tentativa de conciliação e solução administrativa, o órgão jurídico deverá consultar a Secretaria de Administração, quanto à existência de processo de apuração de irregularidade concernente ao objeto da parceria.

§ 2º É assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado perante a administração pública municipal, especialmente em procedimento voltado à conciliação e à solução administrativa de dúvidas decorrentes da execução da parceria.

Art. 18. A administração pública municipal fará reuniões públicas com as organizações da sociedade civil, a fim de orientá-las quanto à Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como sobre a aplicação deste Decreto.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 27 de Abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 359/2017

DECRETO Nº 359/2017

"Cria a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para acompanhar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de aprimoramento, monitoramento, avaliação e verificação da gestão administrativa exercida sobre os serviços públicos disponibilizados à Sociedade através de Organizações da Sociedade Civil (entidades sem fins lucrativos), mediante a celebração de Convênios, Termos de Colaboração ou Termos de Fomento,

Considerando que a Lei Federal nº 13.019/2014 entrou em vigor em janeiro de 2017, pertinente a modalidade de prestação de serviços realizada por estas Organizações da Sociedade Civil,

Considerando a necessidade de verificação in loco das atividades desenvolvidas por estas entidades do terceiro setor, no âmbito do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para acompanhar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante convênios, termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação.

Art. 2º Compete à Comissão, além daquelas obrigações contidas na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal 358/2017:

I - elaborar visita in loco nas entidades conveniadas, periodicamente, visando homologar relatório técnico de monitoramento produzido pela Administração Pública, o qual deverá dispor de:

- a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;
- e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

Art. 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação será composta conforme expresse abaixo:

- I - Presidente: Cachtiuze Magnanti – matrícula nº 1345502.
- II - Secretário: Emanuelle Cella Tozzo – matrícula nº 626103.
- III - Membro: Eder Pizzatto – matrícula nº 1334101.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias vigentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 27 de Abril de 2017.
CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 360/2017

DECRETO Nº 360/2017

"Designa Gestor das Parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade avaliação e verificação da gestão administrativa exercida sobre os serviços públicos disponibilizados à Sociedade através de Organizações da Sociedade Civil (entidades sem fins lucrativos), mediante a celebração de Convênios, Termos de Colaboração ou Termos de Fomento,

DECRETA:

Art. 1º Fica Designado o gestor da Parceria, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, o servidor Público Municipal: Cachtiuze Magnanti - matrícula nº 1345502.

Art. 2º Compete ao Gestor de Parcerias a análise da prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil:

- a) avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado;
- b) a descrição pormenorizada das atividades realizadas
- c) a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados
- d) Glosar valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
- e) Analisar os dados financeiros com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
- f) A avaliação da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançado, até o período de que trata a prestação de contas recebida.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias vigentes.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 27 de Abril de 2017.
CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 77/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 22/2017 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E PESADAS E DE MOTORISTA DE CAMINHÃO

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 77/2017

Pregão Presencial n. 22/2017

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E PESADAS E DE MOTORISTA DE CAMINHÃO, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 12/05/2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 12/05/2017.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 27 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO AO EDITAL- PROCESSO ADM. 73/2017 - PPRP 21/2017 - SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
RETIFICAÇÃO AO EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 73/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO: 21/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO para possível CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Fica acrescido ao edital o subitem 5.8 do item 5 -DA PROPOSTA COMERCIAL-, com a seguinte redação:

5.8. A empresa proponente deverá apresentar, juntamente com a proposta, cópia autenticada do documento que comprove a propriedade da máquina, ou sua locação, com as especificações mínimas exigidas no anexo "A" deste edital.

Considerando a presente alteração, as datas e horários de entrega dos envelopes e abertura da sessão passam a ser as seguintes:

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 do dia 11/05/2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 11/05/2017.

O edital retificado poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 27 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONVENIO Nº 01/2017

MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS – SC

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 01/2017

PARTICIPANTE: O Município de Coronel Freitas e a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira : Repasse de recursos na forma de subvenção social destinados ao desenvolvimento, promoção e execução de atividades e serviços de saúde médico/hospitalares de urgência e emergência aos munícipes residentes e domiciliados na cidade de Coronel Freitas.

VALOR: O valor do Convênio é de R\$1.116.000,00 (um milhão, cento e dezesseis mil reais)

DOTAÇÃO: Ação: 2.091, Fonte 01.0002, item: 33.50.00 Vigência: 01/04/2017 à 31/12/2017

Assinado em 19/04/2017.

Coronel Freitas (SC), 27 de abril de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

004 EDITAL DE CHAMAMENTO DE ESTAGIARIO

MUNICIPIO DE CORONEL MARTINS – SC

AVISO PÚBLICO Nº 004/2017

ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA ATUAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Município de Coronel Martins – SC comunica que as inscrições para admissão de estagiário para atuação na Secretaria municipal de Educação estarão abertas a partir do dia 02 á 05 de maio de 2017, das 07h45min ás 11h45min junto ao setor de Recursos Humanos no centro Administrativo.

Coronel Martins - SC, 27 de abril de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 114/2017

DECRETO Nº114, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 08/2003 de 11/07/2003 e Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a realização de Teste Seletivo, para preenchimento das necessidades de pessoal com cadastro de reserva, em caráter temporário no Serviço Público Municipal, rESOLVE:

DESIGNAR:

Art. 1º Para comporem, sob a Presidência do primeiro, a Comissão Responsável pelo Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017, para o preenchimento de vagas em caráter temporário para a Rede Municipal de Ensino, os servidores a seguir relacionados:

I – Claudete Conte;

II – Neiva Terezinha Guidini,

III – Neimar Cassol,

IV – Leonildo Francisco May;

V – Giuvani Schuster;

Parágrafo único. Na ausência do Presidente fica indicado servidor indicado no inciso II como eventual substituto.

Art. 2º A Comissão terá a competência para organizar, elaborar peças, coordenar, fiscalizar e deliberar sobre a realização do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 3º A Comissão terá a competência para acompanhar todos os trabalhos relativos ao processo seletivo e encaminhar, ao final do certame, a lista dos classificados ao Chefe do Executivo para homologação do resultado, sempre de acordo com o contido no Edital de Processo Seletivo Simplificado.

Art. 4º A comissão terá a competência de requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias à consecução do objetivo proposto, mediante autorização do Chefe do Executivo.

Parágrafo único. A Comissão poderá sugerir ao Chefe do Executivo Municipal, caso reputar necessária, a contratação de empresa especializada para elaboração da análise da documentação de cada inscrição, bem como emissão dos relatórios com a classificação dos

candidatos, observadas as condições do edital.

Art. 5º Compete, ainda, à Comissão analisar as inscrições dos candidatos, condicionando sua aprovação ao contido no Edital do respectivo Processo Seletivo Simplificado.

Art. 6º Compete à Comissão resolver sobre os casos omissos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 24 de Abril de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

PRIMEIRO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO TESTE SELETIVO Nº 001/2017, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 108, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 39, de 03 de dezembro de 2013, faz saber a todos, que fica convocado a se apresentar junto ao setor de recursos humanos da Prefeitura Municipal, no dia 02 de Maio de 2017, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento ACT do Poder Executivo Municipal, os seguintes candidatos e respectivo cargo classificado no supramencionado Teste Seletivo:

Cargo	Nome	Classificação
MONITOR DE VIOLAO	ROGERIO CARLOS PRE-VIATTI	1º
PROFESSOR ÁREA II SERIES INICIAIS	KARINE DE SOUZA CAMPANHA	1º
PROFESSOR ÁREA I - EDUCAÇÃO INFANTIL	ROZIMERI APARECIDA BERNARDELLI	1º

Os candidatos supra relacionados deverão apresenta-se até o dia 02 de Maio de 2017, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho – CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo; Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
12. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);

13. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo;
14. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;
15. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
16. Conta Bancária (Bancos: Sicoob, Cresol, Ou Banco do Brasil);

Com relação ao documento previsto no item 13 (Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo), a candidata deverá comparecer junto à Unidade Básica de Saúde, localizada na Rua Araranguá, 51, centro, Coronel Martins/SC, telefone n. (49) 3459-0014, no dia 02 de Maio de 2017, a partir das 08:00 horas, a qual será atendida por ordem de chegada, para realização de consulta médica, a ser realizada por profissional contratado pelo Município para tal fim, o qual poderá solicitar os exames necessários para verificar a aptidão do paciente, cujos exames ficarão a cargo de cada candidato.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso os candidatos, por qualquer motivo, não possam assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

Os candidatos nomeados iniciarão suas atividades, conforme disposições legais vigentes. O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,
em 25 de Abril de 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

ERRATA Nº 013/2017

ERRATA REFERENTE AO DECRETO Nº. 107, DE 05 DE ABRIL DE 2017.

A presente Errata consiste na Alteração no teor do Decreto nº 107, de 05 de Abril de 2017, o qual onde lê-se:

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 09 de Fevereiro de 2017.

Leia-se:
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 05 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 27 de abril de 2017.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

Estado de Santa Catarina

Município de Coronel Martins

EXTRATO DO EDITAL Nº 002/2017 DE PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Processo Seletivo para formação de cadastro de reserva do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Coronel Martins, Santa Catarina e dá outras providências, contemplam no edital os cargos de: Ensino Médio e Ensino Superior. As inscrições somente on line estão abertas no site www.iobv.org.br no período de 28/04/2017 a 12/05/2017. As provas objetivas estão previstas para o dia 21/05/2017. Demais informações constam do inteiro teor deste edital que encontra-se publicado no site da Prefeitura <http://www.coronelmartins.sc.gov.br/> e no site www.iobv.org.br, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal.

Coronel Martins, 28 de abril de 2017.
Ademir Madella
Prefeito Municipal

Correia Pinto**PREFEITURA****JULGAMENTO**

JULGAMENTO (Art. 177, II/ 193 – Lei 497/93)

PAD nº 001/2017

Indiciada: Rita de Cássia Geratti Gomes (Matrícula 2306) – Servidora estável – Fiscal de Obras "A" – Infração: Art. 148 Lei nº 497/93-ESPM

DECIDO, acolher parcialmente o relatório final da Comissão Processante, reconhecendo a infração cometida, para no mérito ABSOLVER a indiciada, Rita de Cássia Geratti Gomes, matrícula 2306, por não ter causado, em sua ação, prejuízo ao erário.

Encaminhe-se para o Controle Interno para conhecimento e eventuais providências.

Notifique-se o servidor por escrito.

P.R.I.

Após, archive-se.

Correia Pinto, em 26 de abril de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

PREFEITO MUNICIPAL

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 4297/17

PORTARIA Nº 4297/17

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT NA APAE DE JARAGUÁ DO SUL, A SRA. PAMELA DE CARVALHO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. PAMELA DE CARVALHO, a partir de 01 de março de 2017, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 19 de dezembro de 2017, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor na APAE de Jaraguá do Sul, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude do convênio firmado entre a prefeitura de Corupá e a APAE de Jaraguá do Sul, para atendimento da demanda da educação especial e por não haver profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

28 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4296/17

PORTARIA Nº 4296/17

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT NA APAE DE JARAGUÁ DO SUL, A SRA. ELIANA SCHULTZ.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ELIANA SCHULTZ, a partir de 01 de março de 2017, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 19 de dezembro de 2017, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor na APAE de Jaraguá do Sul, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude do convênio firmado entre a prefeitura de Corupá e a APAE de Jaraguá do Sul, para atendimento da demanda da educação

especial e por não haver profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

28 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4300/17

PORTARIA Nº 4300/17

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT DE 5º ANO, A SRA. CATIANA ADLER.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. CATIANA ADLER, a partir de 10 de março de 2017, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 19 de dezembro de 2017, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora Act de 5º ano, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na Escola Municipal São José, em virtude de existir demanda temporária, com a municipalização da Escola São José, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

28 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4301/17

PORTARIA Nº 4301/17

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT DE 5º ANO, A SRA. SABRINA KOLLOSS FERNANDES.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. SABRINA KOLLOSS FERNANDES, a partir de 10 de março de 2017, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 19 de dezembro de 2017, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora Act de 5º ano, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na Escola Municipal São José, em virtude de existir demanda temporária, com a municipalização da Escola São José, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
28 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4306/17

PORTARIA Nº 4306/17

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, DE 5º ANO, A SRA. MARIA CRISTINA FLORIANI DA ROSA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. MARIA CRISTINA FLORIANI DA ROSA, a partir de 01 de março de 2017, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 19 de dezembro de 2017, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora Act, de 5º ano, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na Escola Municipal São José, em virtude de existir demanda temporária, com a municipalização da Escola São José, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2017, revogadas

as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 28 de abril de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4311/17

PORTARIA Nº 4311/17

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, DE PRÉ, A SRA. CRISTINA GIOVANA MAICA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. CRISTINA GIOVANA MAICA, a partir de 03 de abril de 2017, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 19 de dezembro de 2017, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora Act de Pré, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na Escola Municipal Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de substituição da professora Act Ilce Cristina Vieira Probst, que pediu demissão, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 03 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 28 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4312/17

PORTARIA Nº 4312/17

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, DE ARTES, A SRA. ADRIANA DE OLIVEIRA FERREIRA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ADRIANA DE OLIVEIRA FERREIRA, a partir de 01 de março de 2017, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 19 de dezembro de 2017, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora Act, de Artes, com carga horária de 10 horas semanais, para trabalhar nos Centros de Educação Infantil, em virtude de

implantação de aulas de musicalização nos Centros de Educação Infantil, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 28 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4313/17

PORTARIA Nº 4313/17

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, DE CIÊNCIAS, A SRA. DIRLENE LILIAN LADA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. DIRLENE LILIAN LADA, a partir de 25 de abril de 2017, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 19 de dezembro de 2017, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora Act de Ciências, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na Escola Municipal Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de substituição da professora efetiva Francieli Bronstrup, que desenvolverá o projeto ambiental nas escolas, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 25 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 28 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4314/17

PORTARIA Nº 4314/17

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, DE ARTES MÚSICA, A SRA. KAMILA LANGHAMMER ARZA BEZ.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09

de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. KAMILA LANGHAMMER ARZA BEZ, a partir de 25 de abril de 2017, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 19 de dezembro de 2017, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora Act, de Artes Música, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na Escola de Música Jazz Band Elite, em virtude de ministrar aulas de música (saxofone e clarinete) para qual não tem profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 25 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 28 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4315/17

PORTARIA Nº 4315/17

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSORA ACT, DE 5º ANO, A SRA. ELIANE DENISE MÜLLER BARBOZA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ELIANE DENISE MÜLLER BARBOZA, a partir de 20 de abril de 2017, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 19 de dezembro de 2017, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora Act de 5º ano, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na Escola Municipal Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de substituição da professora act Noemi Barros da Silva Stratmann, que pediu demissão, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 28 de abril de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4316/17

PORTARIA Nº 4316/17

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, O SR. GILMAR FRANCISCO PEGGAU.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SR. GILMAR FRANCISCO PEGGAU, a partir de 11 de abril de 2017, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 19 de dezembro de 2017, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de auxiliar

de serviços gerais, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na Escola Municipal Francisco Mees, em virtude de substituição do funcionário act Geovane Krehnke, que pediu demissão ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 11 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 28 de abril de 2017.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

CÂMARA MUNICIPAL

LICITAÇÃO Nº001/2017

Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Corupá
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº1/2017

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e Horário para credenciamento dos licitantes: 31/05/2017 às 09h30min.

Data e Horário da Sessão Oficial do Pregão Presencial: 31/05/2017 às 10h00min.

Local: Sala das Comissões junto a Câmara de vereadores, situada na Rua Padre Vicente Schmitz, 45 – Centro – Corupá – SC.

Objeto: Aquisição de um veículo OKM, para uso da Câmara de Vereadores do Município de Corupá/SC.

Informações: Pela internet, no site da Câmara de Vereadores, no endereço www.camaradecorupa.com.br; e Assessoria Administrativa da Câmara de Vereadores de Corupá – Rua Padre Vicente Schmitz, 45 – Centro – Corupá – SC

Fone/Fax: (47) 337-1145 ou 3375-0285/ e-mail: licitacao@camaracorupa.com.br .

Corupá, 28 de Abril de 2017.

JONEY CICERO MOROZINI

Pregoeiro

LICITAÇÃO Nº002/2017

Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Corupá
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº2/2017

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e Horário para credenciamento dos licitantes: 31/05/2017 às 14h30min.

Data e Horário da Sessão Oficial do Pregão Presencial: 31/05/2017 às 15h00min.

Local: Sala das Comissões junto a Câmara de vereadores, situada na Rua Padre Vicente Schmitz, 45 – Centro – Corupá – SC.

Objeto: Registro de Preços para contratação de serviços de telefonia móvel com fornecimento de 20 (vinte) linhas e respectivos aparelhos celulares novos através de comodato, conforme especificações contidas no Edital no Termo de Referência Anexo I.

Informações: Pela internet, no site da Câmara de Vereadores, no endereço www.camaradecorupa.com.br; e Assessoria Administrativa da Câmara de Vereadores de Corupá – Rua Padre Vicente Schmitz, 45 – Centro – Corupá – SC

Fone/Fax: (47) 337-1145 ou 3375-0285/ e-mail: licitacao@camaracorupa.com.br .

Corupá, 28 de Abril de 2017.

JONEY CICERO MOROZINI

Pregoeiro

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Ata de Registro de Preços nº: 026/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa VALDECIR TRENTOM E.

Processo Licitatório: 0593/2017. Modalidade: Pregão nº: 032/2017. Objeto: SERVIÇOS DE PEQUENAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, E HIDRÁULICAS NOS PRÉDIOS E DEMAIS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO CUNHA PORÃ.

Valor: R\$ 61.050,00

Vigência: 24/04/2017 a 24/04/2018.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Ata de Registro de Preços nº: 027/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa L.D.F. TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME.

Processo Licitatório: 0639/2017. Modalidade: Pregão nº: 035/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS DE MAQUINAS ABASTECIDAS E COM OPERADOR PARA ACOMPANHAR E AUXILIAR A FROTA DO MUNICÍPIO NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA. Valor: COTA PRINCIPAL (75%)= R\$ 334.250,00. COTA RESERVA-DA (25%)= R\$ 83.562,00.

Vigência: 27/04/2017 a 27/04/2018.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 059/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa REISEBUS AUF TURISMO LTDA ME

Objeto: EXECUTAR O TRANSPORTE COLETIVO DE TRABALHADORES DO MUNICÍPIO AOS SEUS LOCAIS DE TRABALHO, DE ACORDO COM A LEI Nº 2.633, DE 06 DE MAIO DE 2014.

Processo Licitatório: nº 0708/2017.

Modalidade: Dispensa por Inexigibilidade nº. 09/2017.

Valor: R\$ 32.186,00.

Vigência: 17/04/2017 a 31/12/2017.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 060/2017

Partes: Município de Cunha Porã e o Sr. PAULO ALTREIDER.

Objeto: seleção de Empreendedores Familiares Rurais, Grupos Formais de Agricultores Familiares, Cooperativas e Associações, interessados em fornecer gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural á merenda escolar dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino durante o ano de 2017.

Processo Licitatório: nº 0627/2017.

Modalidade: Dispensa por Inexigibilidade nº. 08/2017.

Valor: R\$ 2.080,00

Vigência: 18/04/2017 a 31/12/2017.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 061/2017

Partes: Município de Cunha Porã e o Sr. JOSÉ WALTER DE LIMA.

Objeto: seleção de Empreendedores Familiares Rurais, Grupos Formais de Agricultores Familiares, Cooperativas e Associações, interessados em fornecer gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural á merenda escolar dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino durante o ano de 2017.

Processo Licitatório: nº 0627/2017.

Modalidade: Dispensa por Inexigibilidade nº. 08/2017.

Valor: R\$ 4.300,00.

Vigência: 18/04/2017 a 31/12/2017.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 062/2017

Partes: Município de Cunha Porã e o Sr. TEODORO CARLOS PER-SKE.

Objeto: seleção de Empreendedores Familiares Rurais, Grupos Formais de Agricultores Familiares, Cooperativas e Associações, interessados em fornecer gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural á merenda escolar dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino durante o ano de 2017.

Processo Licitatório: nº 0627/2017.

Modalidade: Dispensa por Inexigibilidade nº. 08/2017.

Valor: R\$ 780,00.

Vigência: 18/04/2017 a 31/12/2017.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 063/2017

Partes: Município de Cunha Porã e o Sr. EVANDRO BENO KLUGE.

Objeto: seleção de Empreendedores Familiares Rurais, Grupos Formais de Agricultores Familiares, Cooperativas e Associações, interessados em fornecer gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural á merenda escolar dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino durante o ano de 2017.

Processo Licitatório: nº 0627/2017.

Modalidade: Dispensa por Inexigibilidade nº. 08/2017.

Valor: R\$ 7.240,00.

Vigência: 18/04/2017 a 31/12/2017.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 064/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE CUNHA PORÃ/SC.

Objeto: seleção de Empreendedores Familiares Rurais, Grupos Formais de Agricultores Familiares, Cooperativas e Associações, interessados em fornecer gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural á merenda escolar dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino durante o ano de 2017.

Processo Licitatório: nº 0627/2017.
Modalidade: Dispensa por Inexigibilidade nº. 08/2017.
Valor: R\$ 9.600,00.
Vigência: 18/04/2017 a 31/12/2017.
Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 065/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE.

Objeto: seleção de Empreendedores Familiares Rurais, Grupos Formais de Agricultores Familiares, Cooperativas e Associações, interessados em fornecer gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural á merenda escolar dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino durante o ano de 2017.

Processo Licitatório: nº 0627/2017.

Modalidade: Dispensa por Inexigibilidade nº. 08/2017.

Valor: R\$ 16.200,00.

Vigência: 18/04/2017 a 31/12/2017.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 33/2013

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Sexto Termo Aditivo ao Contrato administrativo nº 33/2013

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo do Contrato Administrativo nº 033/2013 por mais 02 meses.

Processo Licitatório nº 099/2013.

Modalidade de Tomada de Preços nº. 01/2013

Valor aditado: R\$ 46.698,00

Data: 28/04/2017.

Jairo Rivelino Ebeling –Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017

O Fundo Municipal de Cultura, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para LOCAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E CONFECCÃO DE MATERIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA IV SEMANA LITERÁRIA QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 06 A 11 DE JUNHO DE 2017, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 11/05/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 16:00 horas do dia 11/05/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 27 de Abril de 2017.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERRALHERIA PARA MANUTENÇÃO DO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, COM CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE GRADES E CONserto DE PORTAS, E GRADE PANTOGRAFICA INSTALADA, PARA O TERMINAL RODOVIÁRIO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 11/05/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 18:00 horas do dia 11/05/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 27 de Abril de 2017.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2017

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Saúde e a empresa AUTO ELITE LTDA, com o valor total de R\$ 373,00 (Trezentos e setenta e três reais).

RESUMO: Dispensa de Licitação para revisão obrigatória de 60.000 KM do veículo VOYAGE placas QIC 0484 de uso do TFD, na forma do artigo 24, inciso XVII da lei 8.666/93, documentação e justificativa em anexo.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- XVII – “Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários á manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Secretário, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 27 de abril de 2017.

Diego Sebem Wordell Angela de Fátima Menegazzo
Presidente da Comissão Membro

Luci de Fátima Mello Daiane Penteado
Membro Membro

Rosangela de Fátima Borges
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 27 de abril de 2017

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município
AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.
Curitibanos, 27 de abril de 2017

Altamir Carvalho Goetten
Secretário Municipal de Saúde

REPUBLIÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017**REPUBLIÇÃO****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017**

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba por intermédio do Pregoeiro e Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Menor Preço Por Lote regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para:

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LENTES DIVERSAS E ARMAÇÕES DE ÓCULOS, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA PACIENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão protocolizar seu envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até às 13:30 horas do dia 12/05/2017, na Prefeitura Municipal de Curitiba.

A partir das 14:00 horas do dia 12/05/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e posteriormente terá início a fase de lances com as propostas classificadas.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Previsto pelo Artigo 15 da Lei 8.666/93, regulamentado através do Decreto nº 3.525/2007, onde se encontra estipulado sistema de controle e atualização dos preços registrados. A Ata de Registro de Preços gerada por este processo terá validade de um ano. O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba convocará o Fornecedor considerado vencedor deste Processo e concederá o prazo de vinte dias para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

I – Objeto

1.1 REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LENTES DIVERSAS E ARMAÇÕES DE ÓCULOS, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA PACIENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

II - Dotação orçamentária

2.1 A despesa para a aquisição do objeto licitado correrá por conta de Dotações Orçamentárias previstas na LOA do Fundo Municipal de Saúde do ano de 2017.

III – Participação

3.1 Poderão participar deste processo os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste Edital e seus anexos e:

a) empresas que estiverem localizadas no perímetro Urbano do Município de Curitiba-SC, considerando que os munícipes deverão se deslocar até o laboratório ótico e/ou ótica (contratado) para efetuar a prova dos óculos para adaptação do formato e tamanho do aro (alças) tanto para crianças, adultos e idosos.

3.2 Estarão impedidas de participar deste processo empresas:

- a) declaradas inidôneas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração em geral.
- b) sob processo de concordata, falência, concurso de credores, em dissolução ou liquidação.
- c) que não possuam Objeto Social da empresa que contemple o objeto deste certame.

IV - Impugnação ao ato convocatório

4.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas, devendo ser protocolado diretamente balcão de protocolos central na Prefeitura Municipal de Curitiba, situado na Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

4.2 Caberá à Autoridade Competente decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias após o limite de envio de impugnações.

4.3 Em caso de deferimento da impugnação contra o ato convocatório, será tomada uma das seguintes providências:

- a) Anulação ou revogação do edital;
- b) Alteração e republicação do edital, reabertura do prazo de envio de propostas, alteração da data da sessão pública do pregão;
- c) Alteração no edital e manutenção do prazo de envio de propostas e da data da sessão pública do pregão, nos casos em que, inquestionavelmente, a alteração não tenha afetado a formulação das propostas.

V – Proposta

5.1 A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, até o horário e data definido no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta

Fundo de Saúde de Curitiba Dep. Licitações

Pregão nº 25/2017

Razão Social do Fornecedor

CNPJ

5.1.1 A proposta será recebida da seguinte forma:

Deverá ser preenchida em planilha eletrônica específica, que poderá ser acessada através do site: www.curitiba.sc.gov.br ou diretamente junto ao Fundo de Saúde.

5.2 A planilha a que se refere o item anterior será encaminhada via e-mail e deverá ser salva em CD ou similar, estes obrigatoriamente serão abertos através do programa Compras Auto-Cotação – Versão II da Betha Sistemas, disponibilizado sem qualquer custo na página

eletrônica download.betha.com.br

5.3 O conteúdo do envelope 01 – PROPOSTA DE PREÇO, deverá ser composto de:

5.3.1 CD ou similar contendo a planilha eletrônica onde deverão estar expostos os preços cotados pelo fornecedor;

5.3.2- Planilha de preços cotados pelo fornecedor na forma impressa;

5.3.3 - Conter a(s) assinatura(s), a(s) qual(is) deverá(ão) ser identificada(s) fazendo-se constar a qualificação do(s) signatário(s), cargo que exerce (Diretor, Gerente, e/ou Procurador), e o nº do CPF;

5.3.4 - Ter validade de no mínimo 60 dias;

5.3.5 - Os materiais (armações e lentes) deverão ser cotados com marca e ser de 1ª qualidade e descritos com as especificações necessárias para facilitar sua identificação com os requisitos constantes do Edital;

5.3.6 - Os preços deverão ser cotados separadamente em até duas casas decimais após a vírgula, cujo somatório dos valores unitários e quantitativos, deverá coincidir com o global do item, em moeda nacional, e já deverão estar incluídos toda incidência de impostos, transportes, custos diretos e indiretos relativos ao presente objeto, inclusive todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a serem devidos em razão do objeto deste Edital;

VI – Habilitação

6.1 Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado, até o horário e data definidos no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 2 – Habilitação

Fundo de Saúde de Curitiba Dep. Licitações

Pregão nº 25/2017

Razão Social do Fornecedor

CNPJ

6.2 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

6.3 O envelope deverá conter os seguintes documentos:

6.4 Quanto à qualificação jurídica:

a) registro comercial, no caso de empresa individual (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);

c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);

d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

6.5 Quanto à regularidade fiscal:

a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante;

c) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante;

d) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (F.G.T.S.) (emitida pela Caixa Econômica Federal);

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.6 Quanto à regularidade técnica:

a) Alvará de Licença Sanitária Estadual e/ou Municipal;

b) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente (responsável técnico ótico, comprovado por meio de Diploma e ou certificado técnico em óptica). A comprovação poderá ser feita pela apresentação da cópia da CTPS, contrato social ou contrato de prestação de serviços, acompanhado do diploma ou certificado técnico em óptica, nos termos da legislação vigente.

VII - Sessão Pública do Pregão

7.1 No horário e data definidos no preâmbulo do edital, o pregoeiro fará a abertura da sessão pública do pregão, procedendo aos seguintes atos, em sequência:

Credenciamento

OBS: ENVIAR O CREDENCIAMENTO NA DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

7.1.1 – O representante da licitante deverá apresentar, na Sessão Pública, a procuração autenticada ou termo de credenciamento.

7.1.2 – Se a licitante se fizer representar pelo seu proprietário, deverá apresentar documento que comprove tal condição.

7.1.3 – No ato de credenciamento, o representante da proponente deverá identificar-se, mediante a apresentação, ao Pregoeiro, de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, juntamente com uma cópia do contrato social e/ou a Certidão Simplificada da Junta Comercial onde conste o objetivo social compatível com o objeto licitado, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento. Obs.: Caso a licitante não se fizer representar na sessão pública do pregão, deverá entregar o documento solicitado, inserido em um terceiro envelope, contendo no anverso do mesmo: ENVELOPE Nº 3 e as identificações padrão.

7.1.4 – Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante. 7.1.5 – Somente poderá participar da fase de lances verbais e demais atos relativos a este pregão, o representante legal da licitante devidamente credenciado. 7.1.6 – Serão desconsiderados os documentos de credenciamento inseridos no envelope PROPOSTA e/ou HABILITAÇÃO.

7.1.7 - Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte:

7.1.7.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

7.1.7.2 - A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar

123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação: a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação. b) Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme o modelo do presente Edital.

7.1.7.3 - Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados fora dos envelopes, no ato de credenciamento das empresas participantes.

Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação

7.2 Os proponentes deverão apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos para habilitação juntamente com ao documentação de credenciamento.

Obs.: Caso a licitante não se fizer representar na sessão pública do pregão, deverá entregar o documento solicitado, inserido em um terceiro envelope, contendo no anverso do mesmo: ENVELOPE Nº 3 e as identificações padrão.

7.3 As microempresas e empresas de pequeno porte estão dispensadas de apresentar a declaração prevista no item 7.7, desde que, cumprido o disposto no item 7.3 deste edital, apresentem declaração de que cumprem os requisitos de habilitação, exceto quanto à regularidade fiscal, os quais serão cumpridos para fins de assinatura do contrato, caso seja declarada vencedora do certame.

Análise preliminar de aceitabilidade das propostas

7.9 O pregoeiro procederá à abertura das propostas e fará a análise quanto a compatibilidade do objeto ofertado em relação ao especificado no edital e quanto ao preço inexecutável, baixando diligências caso sejam necessárias, e procederá à classificação das propostas para a etapa de lances.

Seleção das propostas para a etapa de lances

7.10 O pregoeiro selecionará as propostas para a etapa de lances obedecendo aos seguintes critérios:

7.11 Primeiro critério: serão selecionadas a menor proposta e todas as demais que não sejam superiores a 10% da menor proposta;

7.12 Segundo critério: não havendo pelo menos três propostas selecionadas no critério anterior, serão ainda selecionadas as menores propostas, até o limite de três, para a etapa de lances.

Etapa de lances orais

7.13 Tendo sido credenciado e a proposta selecionada, poderão os autores manifestar lances orais. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.14 Os lances deverão ser formulados por preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, em valores distintos e decrescentes em relação ao preço do autor.

7.15 Poderá o pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

7.16 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes desse item declinarem da formulação de lances.

7.17 Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

7.18 Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.18.1 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte seja iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada

7.18.2 Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 7.18.2 – I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.18.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 7.18.1, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.3. Para as situações previstas nos item 7.18 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.19 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

7.19.1 Após a negociação, exitosa ou não, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta, decidindo motivadamente a respeito.

Habilitação

7.20 O pregoeiro fará a abertura do envelope dos documentos de habilitação do licitante que tenha ofertado o menor lance para o item.

7.21 Os documentos serão rubricados pelo pregoeiro e pela equipe de apoio e serão anexados ao processo da licitação.

7.22 Havendo irregularidades na documentação que não permitam a habilitação, o proponente será inabilitado, procedendo o pregoeiro à habilitação do segundo proponente classificado, e assim sucessivamente em caso de inabilitação dos proponentes.

7.23 A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

7.23.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição.

7.23.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

7.23.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Recurso

- 7.24 Habilitado o proponente, o pregoeiro solicitará aos demais credenciados se desejam manifestar interesse em interpor recurso.
- 7.25 Havendo interesse, o proponente deverá manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, cabendo ao Pregoeiro deliberar sobre o aceite do recurso.
- 7.26 A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.
- 7.27 O proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceite pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação do recurso, limitado às razões apresentadas durante a sessão pública, o qual deverá ser protocolado no Departamento de Licitações de Curitiba, dirigido à Autoridade Competente. Os demais proponentes ficam desde logo intimados para apresentar as contra-razões no prazo de 03 (três) a contar do término do prazo do recorrente. A Autoridade Competente manifestará sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis.
- 7.28 Encerrado o prazo para manifestação de recurso o Pregoeiro declarará encerrada a sessão pública do pregão.

VIII - Adjudicação e Homologação

- 8.1 Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto licitado.
- 8.2 No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.
- 8.3 A Autoridade Competente homologará o resultado da licitação, convocando o vencedor a assinar a ata de registro de preços no prazo de até 10 (dez) dias úteis.
- 8.4 O Fundo Municipal de Saúde, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver as condições de habilitação ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato ou ata, repassará a condição de vencedor ao concorrente com proposta prontamente superior a da antiga vencedora.

IX – Ata de Registro de Preços e Contratos

- 9.1 O Fundo Municipal de Saúde disporá do prazo de um ano para convocar o licitante vencedor a assinar o contrato, contados a partir da data da homologação deste processo licitatório e consequente geração da Ata de Registro de Preços.
- 9.2 O contrato reger-se-á, no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.
- 9.3 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.
- 9.4 As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas neste Edital.
- 9.5 Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e a proposta apresentada pelo adjudicatário.

X - Entrega e pagamento

- 10.1 Os óculos deverão ser entregues devidamente montados (armação e lentes) para o paciente que for encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo que o mesmo somente será atendido pela licitante mediante apresentação da Requisição assinada pelo responsável pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 10.2 Os óculos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias úteis com anuência da Secretaria, após a apresentação da requisição encaminhada pelo paciente.
- 10.3 A armação deverá ser entregue do tipo e qualidade daquela licitada, e/ou superior, mediante justificativa, porém não alterando o valor.
- 10.4 A Licitante vencedora ficará obrigada a trocar as suas expensas os óculos que vir a ser recusado pela conferência do oftalmologista, sendo que o ato de recebimento pela Secretaria/Usuário não importará sua aceitação definitiva.
- 10.5 Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.
- 3.5 – A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, por servidor designado e encarregado de acompanhar a entrega dos materiais prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal.

XI – Penalidades

- 11.1 Quem, convocado dentro do prazo de validade do Registro de Preços gerado através desta licitação, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado nos sistemas de informações, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e publicada a decisão em jornal de circulação municipal, estadual e diário oficial, sem prejuízo das seguintes multas:
- a) multa de 1,00% (um por cento) do valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
- 11.2 Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo Fundo Municipal de Saúde.
- 11.3 Da aplicação das penas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.
- 11.4 O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XII - Disposições finais

- 12.1 Os envelopes de habilitação não abertos estarão disponíveis no Fundo de Saúde para retirada por seus respectivos proponentes, no prazo de trinta dias após a assinatura do contrato decorrente da licitação. Caso não sejam retirados no prazo anterior, serão inutilizados.
- 12.2 Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação ou proposta relativa ao presente pregão.

12.3 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.4 O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

12.5 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.6 No interesse do Fundo de Saúde, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

12.7 Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Curitiba, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.8 Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Fundo de Saúde telefone: (49) 3245-7800, nos dias úteis, em horário das 13:30hs às 17:00horas.

12.9 Faz parte deste Edital:

a) Anexo I – Minuta da Ata de Registro de Preços

b) Anexo II – Relação de Itens com especificações

23.2 - E, para que ninguém alegue ignorância foi o presente Edital publicado em resumo em jornal de circulação Estadual, no Diário Oficial do Estado, afixado em Mural Público e disponibilizado na Internet.

Curitiba, 27 de abril de 2017.

Altamir Carvalho Goetten

Secretário Mun. Saúde

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente Edital cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 27 de abril de 2017.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº./2017

No dia do mês de do ano de 20XX, compareceram, de um lado a(o) FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na RUA MAXIMINO DE MORAES, 386, bairro CENTRO, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo Sr. Altamir Carvalho Goetten, inscrito no CPF sob o nº. 072.685.309-78, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 28/2016 Processo Licitatório nº., que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a)Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

.....
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Lote, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor:						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal

nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e

aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
 - 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
 - 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
 - a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
 - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
 - 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
 - a) advertência, por escrito, nas falta leves;
 - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
 - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
 - 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
 - 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
 - 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, de de 2017. _____ Altamir Carvalho Goetten

Empresas participantes	CNPJ	Assinatura

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2017

RETIFICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2017

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público a retificação referente ao Pregão Presencial nº 75/2017, conforme segue:

Referente ao item "17.1 do Edital, o que se refere à apresentação de amostras, deverá ser apresentado amostra somente do lote nº 04. Referente ao item nº 01 – Microesfera de vidro, deve ser considerada a Norma ABNT 16184, informada no item 4.7 do Termo de Referência.

Mantém-se as demais disposições e informações constantes no Edital.

Curitiba, 27 de Abril de 2017.

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA 21/2017 - PMDC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/17

HOMOLOGAÇÃO: 27/04/17

CONTRATADO: EPAGRI-EMP.DE PESQUISA AGROPEC.E EXTENSÃO RURAL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS COM O OBJETIVO DE PRESTAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA OS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 27/04/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal

EXTRATO ERRATA 07-2017

ERRATA DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2017

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.026.773/0001-74, com sede na Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC, torna público e para conhecimento dos interessados, que o Edital de Licitação de Credenciamento N.07/2017, que tem como objeto: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA FORNECIMENTO DE EXAMES LABORATORIAIS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE PARA PACIENTES QUE NECESSITEM DE ATENDIMENTO JUNTO AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC, foi retificado e republicado no site do município, devido a erro no descritivo do item 5 do presente edital (III – Para comprovação da Qualificação Técnica), sendo necessário a correção. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 e na webpage: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC, 23 de Abril de 2017. Thyago W. G. Gonçalves (Prefeito Municipal).

EXTRATO PREGÃO 02/2017 - FMAS

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 02/2017, Edital de Pregão Nº 02/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO JUNTO AO ABRIGO BEIJA FLOR, E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA USO DO CREAS. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 11/05/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

SIMONI MERCIA MESCH NONES, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, faz saber a quem possa interessar que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2017 para a classificação de candidatos habilitados a integrar CADASTRO DE PESSOAL, a serem contratados conforme necessidade do município, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, para ocupar empregos constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público, com execução técnico-administrativa da empresa SC Treinamentos, para ocupar vagas de: Atendente de Odontologia, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Recreação Infantil, Auxiliar de Serviços Gerais, Enfermeiro, Estagiários Nível Médio, Estagiários Nível Superior, Farmacêutico, Inseminador, Motorista de Ambulância, Motorista de Passageiros, Operador de Trator Agrícola, Psicólogo e Técnico em Enfermagem. As provas objetivas serão realizadas na data provável de 07 de maio de 2017. As inscrições serão realizadas somente através da internet no site www.sconcursos.com.br, no período de 18/04/2017 até às 11h59min do dia 02/05/2017. As demais informações encontram-se no edital completo afixado no mural oficial da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho e nos sites www.doutorpedrinho.sc.gov.br e www.sconcursos.com.br.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 18 de abril de 2017; 29º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

SIMONI MERCIA MESCH NONES

Prefeita

LEI Nº 879/2017

LEI nº 879 de 27 de abril de 2017.

Autoriza a Celebração de Convênio entre o Município de Doutor Pedrinho e o Hospital e Maternidade OASE, e dá outras providências.

SIMONI MÉRICA MESCH NONES, Prefeita do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A Chefe do Poder Executivo do Município de Doutor Pedrinho fica autorizada a celebrar convênio com o Hospital e Maternidade OASE para execução de consultas médicas em especialidades ambulatoriais.

Parágrafo Único - Os termos do convênio de que trata o "caput" deste artigo correspondem ao previsto do anexo único desta lei.

Art. 2º - Os encargos decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento programa anual do Município.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Doutor Pedrinho, em 27 de abril de 2017, 29º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRICA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 27 dias do mês de abril de 2017.

TASSIANA OURIQUES BECKER

Agente Administrativo II.

CONVÊNIO Nº 01/2017

CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, O HOSPITAL E MATERNIDADE OASE PARA ATENDIMENTO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS AMBULATORIAIS

Pelo presente Termo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, 002, na cidade de Doutor Pedrinho, representada por seu Prefeito, a Sra. SIMONI MERCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente de CONVENIENTE, e, o HOSPITAL E MATERNIDADE OASE, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 86.377.553/0002-64, com sede na Rua Germano Brandes Sênior nº 690 Centro Cidade de Timbó/SC, representado por seu presidente SR. HAROLDO RITZKE com sede na Rua Germano Brandes Sênior nº 690, Centro, cidade de Timbó/SC, abaixo denominado CONVENIADO com fulcro nos dispositivos Constitucionais, em especial os seus artigos 196 e seguinte; Leis Federais nº 8.080/90, nº 8.142/90 e nº 8.666/93 Portarias GM/MS nº 1.286 (26/10/93) e nº 1.606 (11/09/01), firmam o presente TERMO DE CONVÊNIO observando as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE PÚBLICA

1.1 O presente termo de Convênio tem como objeto a parceria técnico - financeiro-operacional de CONSULTAS MÉDICAS EM ESPECIALIDADES AMBULATORIAIS do HOSPITAL E MATERNIDADE OASE, pelos profissionais médicos, conforme valor estipulado na Cláusula Terceira.

1.2 Tem por finalidade, disponibilização pela CONVENIADA de equipe técnica especializada para realização dos serviços e atividades de consultas médicas na especialidade medicas a seguir: GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, ANESTESIOLOGIA, CLÍNICA MÉDICA, CIRURGIA GERAL, ORTOPEDIA, UROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, OTORRINOLARINGOLOGIA, NEUROLOGISTA, PROCTOLOGISTA viabilizando condições necessárias e adequadas para o bom funcionamento das atividades desenvolvidas nas cirurgias eletivas dentro dos princípios do SUS, de gratuidade, universalidade e integralidade.

1.3 Dar condições de resolatividade e acompanhamento médico especializado nas áreas citadas, garantindo a assistência à saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo do presente Convênio é DE 1º DE ABRIL DE 2017 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2017, podendo ser estendido, na sua execução, até 60 dias após o último repasse.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 Para auxiliar nos custos necessários para a realização do objeto do presente Convênio, de que trata a cláusula primeira, o CONVENIENTE repassará a CONVENIADA o valor das consultas medicas conforme tabela abaixo:

ESPECIALIDADE MEDICA	QTDE DE CONSULTAS
UROLOGISTA	5
ORTOPEDISTA	10
OFTALMOLOGISTA	10
PROCTOLOGISTA	2
CIRURGIA GERAL	3
OTORRINOLARINGOLOGISTA (incluso procedimentos)	2
ENDOCRINOLOGISTA	3
ANESTESITA	5
NEUROLOGISTA	1
GINECOLOG E OBSTETRICIA	10
TOTAL	RS 3.440,00

3.2 O conveniado enviará relatório medico mensal para conferencia, que após aprovado será emitido à nota fiscal com instruções de deposito bancário através do BANCO DO BRASIL, AGÊNCIA 06297, CONTA BANCÁRIA Nº 158.382-4, em nome da ORDEM AUXILIADORA SENHORAS EVANGÉLICAS DE TIMBÓ e liquidadas até o dia 10 (dez) de cada mês, para atender o objeto do presente Convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS

4.1) O pagamento será feito através da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	11 - SECRETÁRIA DE SAÚDE
UNIDADE	001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ/ATIV	10.301.060-2042 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
ELEMENTO	33900000 – APLICAÇÕES DIRETAS
VÍNCULO	01020000 - RECURSOS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS IMP-SAÚDE

CLÁUSULA QUINTA – DA ASSISTÊNCIA

5.1 Tem por objeto a assistência de sobre aviso os enunciados no item 1.2 da Cláusula Primeira, atendendo todos os usuários encaminhados pelo CONVENIENTE, seguindo os princípios do SUS, de forma gratuita, universal e integral na área de CONSULTAS MEDICAS ESPECIALIZADAS.

5.2 Para os pacientes portadores de planos de saúde, o CONVENIADO terá direito de cobrança pelo serviços prestados.

5.3 Não será admissível qualquer discriminação observada no atendimento aos usuários do SUS (princípio da igualdade).

CLÁUSULA SEXTA – DA ORGANIZAÇÃO, CONTRATAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS CONSULTAS MEDICAS ESPECIALIZADAS

6.1 O gerenciamento do ambulatório medico será de competência do Diretor Técnico e do Diretor Executivo do CONVENIADO.

6.2 A contratação de profissionais médicos para os serviços de consultas ambulatoriais será administrada e de exclusiva responsabilidade do CONVENIADO e obedecerá às normas internas de

admissão.

6.3 Os problemas médicos que envolvem aspectos éticos serão avaliados e julgados pela comissão de ética do CONVENIADO.

6.4 Todo profissional médico contratado para fazer as consultas medicas ambulatoriais, obrigatoriamente deverá ser credenciado ao SUS, fazer parte do corpo clínico do CONVENIADO e ser responsável pelo tratamento do paciente, ou encaminhamento para referência para continuidade do tratamento final.

6.5 Transferência de paciente para hospitais de referência deverá obedecer a legislação vigente do CRM, CFM, SAMU e Portarias Ministeriais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

7.1 Disponibilizar o valor estipulado, nos termos da cláusula terceira deste convênio até o dia 10 (dez) de cada mês.

7.2 Realizar, à conta de suas dotações orçamentárias, o repasse financeiro de que trata o presente CONVÊNIO.

7.3 Acompanhar a execução do objeto mediante emissão de relatórios pelo CONVENIADO em que constem o número de atendimentos de consulta medica especializada.

7.4 Regulamentar através de protocolos específicos como serão executadas as transferências de pacientes para realização de exames e procedimentos quando necessário.

7.5 Dar publicidade do presente CONVÊNIO, afixando-o no átrio da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho/SC e na sede da Secretaria Municipal de Saúde de Doutor Pedrinho/SC.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO

8.1 O CONVENIADO e os responsáveis pela mesma deverão manter atualizado seu cadastro na Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, informando especialmente as alterações de endereço.

8.2 Executar, sob sua exclusiva responsabilidade, o objeto referido na Cláusula Primeira deste CONVÊNIO, comprometendo-se com a resolutividade e a qualidade do atendimento oferecido aos usuários, buscando vagas e transferindo os casos de complexidade que ultrapasse os recursos médicos disponíveis do CONVENIADO.

8.3 Adequar o espaço para atendimentos de especialidades medica em local especificamente destinado a esta finalidade, em local único e próprio da entidade.

8.4 São de exclusiva responsabilidade da CONVENIADA todo e qualquer encargo trabalhista, tributário, securitário, previdenciário, social, comercial ou de qualquer natureza referentes aos profissionais destinado à execução do objeto deste CONVÊNIO.

8.5 Disponibilizar pessoal, recursos físicos, equipamentos médicos, medicamentos e outros materiais de consumo apropriados para permitir a realização do atendimento médico de Urgência e Emergência de forma organizada e funcional.

8.6 Fornecer, impreterivelmente, até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação do serviço, relatório de atendimentos no mês, à Secretária de Saúde do Município de Doutor Pedrinho/SC, contendo os seguintes dados:

ESPECIALIDADE MEDICA

NOME DO USUÁRIO	DATA / HORÁRIO	ESPECIALIDADE ATENDIDA
-----------------	----------------	------------------------

--	--	--

8.8 Em caso de descontinuidade do atendimento, poderá o CONVENIENTE transferir a responsabilidade pela execução do objeto, não isentando o contratado da cláusula décima item 10.2.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

A rescisão do presente CONVÊNIO poderá quando:

9.1 Descumprido total ou parcialmente qualquer de suas cláusulas, condições ou prazos.

9.2 Da paralisação total ou parcial, das atividades da CONVENIADA.

9.3 Pelo ato de autoridade, lei superveniente ou evento que torne a execução deste CONVÊNIO formal ou materialmente impraticável.

9.4 Por qualquer das partes, a qualquer tempo, com aviso prévio de 45 (quarenta e cinco) dias, sem que haja qualquer tipo de penalidade as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 O CONVENIADO está proibido de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo CONVENIENTE, sob pena de devolução dos recursos já recebidos.

10.2 A não observância do previsto na Cláusula Nona, itens 9.1, 9.2 e 9.4, ensejará ao descumpridor a obrigação de indenizar a parte o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do presente CONVÊNIO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Timbó – Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente CONVÊNIO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente o CONVÊNIO nº 001/2017 em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Timbó /SC, 1º de abril de 2017.

CONVENENTES:

SIMONI MERCIA MESCH NONES
Prefeito(a) Municipal

JOSIANE DALPIAZ
Secretário (a) Municipal de Saúde

CONVENIADOS:

HAROLDO RITZKE
,HOSPITAL E MATERNIDADE OASE

Flor do Sertão

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 12/2017

AVISO DE LICITAÇÃO – INEXIGIBILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 888/2017

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE - CREDENCIAMENTO nº. 12/2017

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CREDENCIAR EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, PARA MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 02 de maio de 2017, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes da proposta de preço e documentos de habilitação a partir do dia 02 de maio de 2017 no departamento de compras e licitações junto ao Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 27 dias do mês de abril de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PRESIDENTE DA COMISSÃO

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4214/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4214, DE 26 DE ABRIL DE 2017.

“DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 71 Inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

Considerando, a realização de Greve Geral Nacional, contra a reforma da previdência, da legislação trabalhista e terceirização, convocada pelas centrais sindicais para a próxima sexta-feira, dia 28 de abril de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais no dia 28 de abril de 2017 no período matutino.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social manterão seus serviços em regime de plantão.

Art. 3º Os ocupantes de cargos comissionados deverão permanecer à disposição para atendimento de eventuais necessidades do serviço público.

Art. 4º. A carga horária do dia 28 de abril de 2017, será compensada em data oportuna, a ser designada pelo Executivo Municipal.

Art. 5º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 26 de abril de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº. 089, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº. 089, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.227, de 09 de março de 2017, de acordo com o que consta do Processo de Sindicância nº 001/2017 e,

CONSIDERANDO que o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância, instituída pelo Decreto nº 076, de 29 de março de 2017, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, concluiu que o servidor WAGNER WALTRIQUE VIEIRA, matrícula nº 4.408, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, infringiu os incisos I, II, III, VIII, IX do art. 169 e II, XXIV, XXV do art. 170; todos da Lei nº 2.227/17, que por sua natureza poderão ocasionar pena de demissão, conforme dispõe o inciso III do artigo 177 e I do artigo 182, também da Lei nº 2.227/17 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Forquilha),

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e apresentar relatório final, com relação às irregularidades apontadas no Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instituída pelo Decreto nº 076, de 29 de março de 2017, configurada como possível infração aos incisos I, II, III, VIII, IX do art. 169 e II, XXIV, XXV do art. 170; todos da Lei nº 2.227/17, que por sua natureza poderão ocasionar pena de demissão, conforme artigo 177, III e 182, I, também da Lei nº 2.227/17, atribuídos ao servidor WAGNER WALTRIQUE VIEIRA, matrícula nº 4.408, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem.

Parágrafo único. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar será integrada pelos seguintes membros:

I – Daniele Berti Dalmolim, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº 3.179;

II – Silvana Goulart Padoim, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 2.439;

III – Fabiane Venson, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, matrícula nº 2.722.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o(a) servidor(a) encarregado(a) de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de abril de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado 18 de abril de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 04/PMF/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/PMF/2017

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 04/PMF/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/PMF/2017

OBJETO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de pneus, a fim de atender as necessidades de diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pela pregoeira, a Sra. Érika de Luca Tiscoski Back, no dia vinte e sete de abril de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, a mesmo certificou-se de que a única empresa participante do certame foi inabilitada por não cumprir com a especificação do item 7.1.6 letras (A, C, D) constante no edital. Desta forma, decide-se pela revogação deste processo licitatório em função de não haver propostas válidas.

Forquilha/SC, 27 de abril de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/PMF/2017

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/PMF/2017

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial Nº. 61/PMF/2017. A alteração se dá na exclusão de determinada exigência: Limpador e Desembaçador Traseiro. Tal exclusão se justifica haja vista a inexistência de tal item em veículos utilitários semelhantes a atual especificação, como se segue:

Após a retificação a especificação mínima será:

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁX UNI-TÁRIO	PREÇO MÁX TOTAL
2	1	VEÍCULO UTILITÁRIO PARA 05 (CINCO) PASSAGEIROS * Especificações técnicas (mínimas): * Veículo utilitário pick-up, 0 km ano/ modelo 2016/2017; * Cabine Dupla; * Mínimo 04 portas, na cor branca; * Pneus novos; * Motor de no mínimo 1.0, com potência mínima de 60 CV; * Câmbio manual com 05 marchas à frente e uma ré; * Garantia mínima de 01 ano; * Ar Condicionado; * Direção hidráulica; * Compartimento de carga de no mínimo 950 quilos; * Demais equipamentos conforme legislação (Código Nacional de Transito); * Assistência Técnica	R\$ 63.000,00	R\$ 63.000,00

ATENÇÃO: A data de abertura do processo licitatório permanece a mesma, conforme segue:

DATA DE PROTOCOLO: 16/05/2017 ATÉ AS 08:15 HORAS

DATA DA ABERTURA: 16/05/2017 ÀS 08:30 HORAS

Feita as retificações acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010_2017 - FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0010/2017 – FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços médicos de “Clínica Geral” na Unidade de Pronto Atendimento, no horário das 08:00 às 20:00 horas, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, nas situações de Urgência e Emergência, em conformidade com a Deliberação 003/CMS/2017 do Conselho Municipal de Saúde (ANEXO VIII), durante o período de junho de 2017 a 31 de maio de 2018. JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 12.05.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 27 de abril de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0017_2017-SF

Aviso do Pregão Presencial nº 0017/2017 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de motobomba centrífuga para uso na dosagem do hipoclorito de sódio no tratamento de água dos poços artesianos Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 15.05.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:00 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 27 de abril de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da SANEFRAI

CONVOCAÇÃO EDITAL 00222016 20º LUGAR

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr.(a)

EDSON WALDER

Inscrição Nº: 85

Cargo: 1 -Guarda do Patrimônio (masculino)

Classificação 20 º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO -ACT Nº 0022 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016 e seu resultado homologado pelo Decreto n.º 0000/2016 convocamos-lhe à comparecer na Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Guarda do Patrimônio (masculino) na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Guarda do Patrimônio (masculino) ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação

Entrega da copia dos mesmos setor RH :

- a) 01 foto ¾ recente; k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- b) Carteira Profissional; l) Diploma de Formação Escolar;
- c) Cartão PIS/PASEP; m) Conta Bancária (BRADESCO);
- d) CPF ; n) Endereço Completo (fatura de água,luz ou

- e) Identidade; telefone);
 - f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
 - g) Certificado de Reservista (somente para homens);
 - h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
 - i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;
 - j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- Fraiburgo, SC, 25/04/2017

Responsável pela Convocação
Patrícia Ceron Machado
Departamento de Gestão de Pessoal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 064-2017 (ESCOLHA VAGAS AUXILIARES E PROF EDUCAÇÃO INFANTIL) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 064/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0028/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	Auxiliar Educacional da Educação Infantil	157º ao 159º classificados	27/04/2017 às 11 horas
05	Professor da Educação Infantil - Habilitado	31º classificado	27/04/2017 às 11 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0028/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;

- e) Identidade;
 - f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
 - g) Certificado de Reservista (somente para homens);
 - h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
 - i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
 - j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
 - k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
 - m) Conta bancária (BRADESCO);
- OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
 - o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 028/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar Educacional da Educação Infantil	Ensino Médio
Professor da Educação Infantil – Habilitado	Obrigatório Formação Superior Completa em Pedagogia ou Curso Normal Superior, ou Formação Superior Completa na área de atuação e/ou Licenciatura Plena (Educação Infantil)

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 028/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 27 de abril de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

* Convocação via telefone e publicado em Diário Oficial dia 27-04-2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 065-2017 (ESCOLHA VAGAS AUXILIARES E PROF EDUCAÇÃO INFANTIL) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 064/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0028/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
03	Auxiliar Educacional da Educação Infantil	157º ao 159º classificados	27/04/2017 às 11 horas
05	Professor da Educação Infantil - Habilitado	31º classificado	27/04/2017 às 11 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0028/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 028/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar Educacional da Educação Infantil	Ensino Médio
Professor da Educação Infantil – Habilitado	Obrigatório Formação Superior Completa em Pedagogia ou Curso Normal Superior, ou Formação Superior Completa na área de atuação e/ou Licenciatura Plena (Educação Infantil)

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 028/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 27 de abril de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

* Convocação via telefone e publicado em Diário Oficial dia 27-04-2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 066-2017 (PROFESSORE ANOS INICIAIS)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 066/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0029/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0029/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0029/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
02	Professor Anos Iniciais - Habilitado	45º classificado	02/05/2017 as 8 horas 30 min

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0029/2016 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0029/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS.: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 029/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Professor Anos Iniciais – Habilitado	Diploma de curso superior com Licenciatura em pedagogia com habilitação em Anos Iniciais ou diploma de curso superior com Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Anos Iniciais.

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 029/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 27 de abril de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

* Contato via telefone. Publicado em Diário Oficial dia 27-04-2017

ERRATA DO EXTRATO DA JUSTIFICATIVA – AAV – 001-2017

ERRATA DO EXTRATO DA JUSTIFICATIVA – AAV – 001-2017

FICA RETIFICADO O TEXTO DO EXTRATO ACIMA MENCIONADO PARA:

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA – AAV 002-2017.

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a Associação Atitude e Vida - AAV, inscrita no CNPJ sob o nº 07.625.350/0001-92, com sede na cidade de Fraiburgo-SC por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento.

RESUMO: Termo de Fomento com a Associação Atitude e Vida - AAV.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.”

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a Associação Atitude e Vida, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Nesta ótica a Associação Atitude e Vida, desenvolve há mais de onze anos, atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a Associação Atitude e Vida de Fraiburgo-SC, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos à Prefeita Municipal, sugerindo a referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

Fraiburgo(SC), 26 de abril de 2017.

Comissão Técnica do Município

ASSESSORIA JURÍDICA: A presente dispensa de Chamamento Público para realização da parceria por meio de Termo de Fomento, pois cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei nº 13.019/2014 com suas alterações

Fraiburgo(SC), 26 de abril de 2017

Assessoria Jurídica

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias sem qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

Claudete Gheller Mathias
Prefeita Municipal

Publicado o presente extrato da Dispensa do Chamamento Público 0002/2017, ao vigésimo sétimo dia do mês de abril do ano de dois mil e dezesete.

LEI Nº 2357-2017

LEI Nº 2357, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº. 4.320/64, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, DO EXERCÍCIO DE 2017, APROVADO PELA LEI Nº 2348, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do Poder Executivo, autorizada a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 1.240.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 – Secretaria de Finanças		
06.02 – Encargos Gerais		
28.846.0000.0.200 – Pagamento de Precatórios		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (48)	R\$	150.000,00
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.306.0005.2.016 – Alimentação Escolar do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (85)	R\$	300.000,00
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (77)	R\$	200.000,00
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (63)	R\$	100.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.2.040 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (124)	R\$	390.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (125)	R\$	100.000,00
TOTAL		
	R\$	1.240.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.01 – Gabinete do Prefeito		
04.122.0002.1.003 – Aquisição de Veículo para o Gabinete		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (01)	R\$	110.000,00
05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.1.005 – Aquisição de Veículo para Secretaria de Administração		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (25)	R\$	50.000,00
06.00 – Secretaria de Finanças		
06.01 – Secretaria de Finanças		
04.123.0004.1.008 – Aquisição de Veículos para Secretaria de Finanças		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (41)	R\$	80.000,00
06.02 – Encargos Gerais		
28.843.0000.0.100 – Amortização da Dívida Fundada Interna		
4.6.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (46)	R\$	500.000,00
09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		

20.606.0015.1018 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Agropecuários		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (102)	R\$	500.000,00
Total	R\$	1.240.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 27 DE ABRIL DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 15632017

PORTARIA Nº. 1563, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 082/2017 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANTÔNIO GONÇALVES DE MORAIS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 345.586.329-91, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 15642017

PORTARIA Nº 1564, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 1826, de 06 de abril de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária do servidor RENNAN HERMES POLESE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 085.321.309-76, nomeado no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, a partir de 01 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 15652017

PORTARIA Nº 1565, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna n.º 063/2017, da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor RENNAN HERMES POLESE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 085.321.309-76, nomeado no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, com carga horária de 20 horas semanais, Função Gratificada Nível 2, por ser responsável pelo suporte ao Sistema de Informações utilizado na Secretaria Municipal de Saúde de Fraiburgo (GEMUS), a partir de 01 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 0603, de 31 de janeiro de 2017.

Fraiburgo, 27 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 15662017

PORTARIA Nº. 1566, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 005/2017, do Gabinete da Prefeita;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais, a servidora Nelci Ribeiro Chaves, que teve seu contrato encerrado por já ter completado 2 anos;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVANIR FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 828.934.549-68, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de maio de 2017 até 30 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 15672017

PORTARIA Nº. 1567, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0008 de 14 de fevereiro de 2017, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 184/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais, a servidora Silvia Palhano Ribeiro, que teve seu contrato encerrado por já ter completado 2 anos;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GISELI RIBEIRO DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 061.878.519-19, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de maio de 2017 até 31 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0004A_2017-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0004A/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

A Prefeita torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação com pedras basálticas irregulares na Rua Guido Brandt – Trecho 03, no Bairro São Miguel, nesta cidade, com extensão de 101,50 metros, com área a pavimentar de 1.034,36 metros quadrados, com fornecimento do material e mão de obra, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Houve a participação da empresa: LB COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, enquadrada como Empresa de Pequeno Porte; da empresa RODRIGUES & DA SILVA LTDA – EPP, enquadrada como Empresa de Pequeno Porte; da empresa MATERBRAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI ME, enquadrada como Microempresa; Quando da abertura dos envelopes de habilitação, foi INABILITADA pela Comissão a empresa MATERBRAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI ME por não ter apresentado o documento constante do item 4.2.2.1 do edital “Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, da sede da empresa proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação”. SUSPENSA A HABILITAÇÃO da empresa LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA enquadrada como Empresa de Pequeno Porte, “por ter apresentado a Certidão Negativa de Débitos Estaduais vencida em 16/04/2016 sendo então concedido o prazo de cinco dias para regularização, conforme item 6.9 do Edital, por se tratar de Empresa de Pequeno Porte.” Restando então HABILITADA a empresa RODRIGUES & DA SILVA LTDA – EPP. Desta forma transcorrido “in albis” o prazo recursal de 5 dias úteis, previsto no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/93, será designada data para abertura e julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS da

empresa habilitada. Havendo interposição de recursos as empresas serão intimadas posteriormente.

Fraiburgo (SC), 27 de abril de 2017.

Claudete Ghelher Mathias – Prefeita

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0007_2017-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0007/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

A Prefeita torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é Contratação de empresa do ramo para execução de reforma do Ginásio de Esportes Professor Eurico Pinz (anexo a escola), com área construída a reformar e adequar num total de 835,57 m², de uso de atividades escolares, esportivas e outras, situada na Rua Sebastião Ferreira de Deus, lote 1 da quadra 471, no Bairro São Miguel, com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Houve a participação da empresa: MARTINI & FRANCISCATTO ENGENHARIA LTDA EPP – enquadrada como Empresa de Pequeno Porte.; da empresa POGGERE CONSTRUÇÕES E IMPLEMENTOS LTDA -EPP – enquadrada como Empresa de Pequeno Porte; da empresa MAURO ANTÔNIO JORDÃO – ME – enquadrada como Microempresa; da empresa FEMAKS CONSTRUTORA LTDA EPP – enquadrada como Empresa de Pequeno Porte e da empresa MITRA CONSTRUTORA LTDA – ME – enquadrada como Empresa de Pequeno Porte; Quando da abertura dos envelopes de habilitação, foi INABILITADA pela Comissão a empresa POGGERE CONSTRUÇÕES E IMPLEMENTOS LTDA -EPP “por ter apresentado acervo técnico e atestado de capacidade técnica incompatível com o objeto da licitação, conforme análise do engenheiro.” Restando então HABILITADAS as empresas MARTINI & FRANCISCATTO ENGENHARIA LTDA EPP; MAURO ANTÔNIO JORDÃO – ME; FEMAKS CONSTRUTORA LTDA EPP e MITRA CONSTRUTORA LTDA – ME. Desta forma transcorrido “in albis” o prazo recursal de 5 dias úteis, previsto no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/93, será designada data para abertura e julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS da empresa habilitada. Havendo interposição de recursos as empresas serão intimadas posteriormente.

Fraiburgo (SC), 27 de abril de 2017.

Claudete Ghelher Mathias – Prefeita

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº 875/2017 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO.

DECRETO Nº 875/2017 DE 26 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 87, inciso VII, "a" da Lei Orgânica do município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado o Conselho Municipal do Idoso do Município de Frei Rogério com a seguinte composição:

I – Representante da Sociedade Civil:

1º Titular: Maria Novacoski Comunidade - Núcleo Tritícola

1º Suplente: Ivonete Zager Felisbino Comunidade – Lote 14

2º Titular: Noeli Richter Comunidade - Centro

2º Suplente: Nair Santos Comunidade – Centro

3º Titular: Ivanio Beloto Comunidade – São José

3º Suplente: Armando Nadal Comunidade – Índio Galdino

4º Titular: Nair de Oliveira Barbosa Comunidade - Celso Ramos

4º Suplente: Lenir Pepes Maciel Comunidade – Celso Ramos

II – Representante do Poder Público :

1º Titular: Tatiane da Silva Educação

1º Suplente: Andreia Rossi Educação

2º Titular: Liciane Robusto Richter Saúde

2º Suplente: Alessandra Zager Alves Saúde

3º Titular: Lidiane Alves França Assistência social

3º Suplente: Mariane Carla Haag Pegoraro Assistência social

4º Titular: Antônio José Alves Esporte

4º Suplente: Cristiane Faquin Rinaldi Esporte

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas a disposições em contrário.

Frei Rogério, 26 de abril de 2017.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 876/2017 CONVOCA, EM ÂMBITO MUNICIPAL, A I CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A SAÚDE DA MULHER DOS MUNICÍPIOS DE CURITIBANOS, FREI ROGÉRIO, PONTE ALTA DO NORTE E SÃO CRISTOVÃO DO SUL SOBRE O TEMA SAÚDE DAS MULHERES: DESAFIOS PARA INTEGRIDADE COM EQUIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 876/2017, DE 26 DE ABRIL DE 2017

CONVOCA, EM ÂMBITO MUNICIPAL, A I CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A SAÚDE DA MULHER DOS MUNICÍPIOS DE CURITIBANOS, FREI ROGÉRIO, PONTE ALTA DO NORTE E SÃO CRISTOVÃO DO

SUL SOBRE O TEMA SAÚDE DAS MULHERES: DESAFIOS PARA INTEGRIDADE COM EQUIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em obediência as normativas fixadas pelas resoluções nº 537, de 19 de setembro de 2016 e 538, de 10 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocado e homologado a participação do Município de Frei Rogério na I Conferência Regional Sobre a Saúde da Mulher a ser realizada juntamente com o Municípios de Curitiba, Ponte Alta do Norte e São Cristovão do Sul, sob o tema " SAÚDE DAS MULHERES: DESAFIOS PARA A INTEGRIDADE COM EQUIDADE".

Art. 2º A Conferência será realizada no dia 11 de Maio de 2017, das 13h00' às 18h00' hs, na Rua Luiz Rauen, SN, Anexo ao Ginásio de Esporte em Ponte Alta do Norte.

Art. 3º A Conferência terá por eixo principal de trabalho a " Implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres" e mais quatro eixos temáticos:

1. O papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico e ambiental e seus reflexos na vida e na saúde das mulheres;
2. O mundo do trabalho e suas consequências na vida e na saúde das mulheres;
3. Vulnerabilidade equidade na vida e na saúde das mulheres;
4. Políticas públicas para as mulheres e participação social.

Art. 4º. A Conferência será organizada sob a reponsabilidade do Colegiado de Saúde da Amurc e em seu processo de articulação envolverá as entidades da sociedade civil regional.

Art. 5º. A comissão será coordenada pela Presidente da Amurc ou, representante por esta nomeado, e lhe compete as seguintes atribuições.

I – Coordenar e promover a realização da Conferência.

II – Realizar o planejamento de organização da Conferência.

III – Mobilizar a sociedade civil e o Poder Público para participarem da conferência

IV – Viabilizar a infraestrutura necessária a realização da etapa Municipal ou Intermunicipal

V – Aprovar a programação da etapa municipal ou intermunicipal

VI – Produzir o relatório da Conferência, com base no roteiro proposto

VII – Produzir avaliação da etapa municipal ou intermunicipal.

Art. 6º. A Conferência Regional elegerá delegadas para a Conferência Estadual, cabendo a região da Amurc indicar até 04 (quatro delegada), em razão da Região da Amurc enquadrar-se na faixa dos municípios com até 50 mil habitantes..

Art. 7º. As orientações referente a realização da etapa regional da Amurc obedecerão os regramentos fixados nas instruções e Regimento Interno estadual disponível no link: http://portalses.saude.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5512%3A2o-conferencia-1o-conferencia-estadual-de-saude-das-mulheres-de-santa-catarina-de-saude-das-mulheres&catid=257%3Asaude-damulher&Itemid=28

Art. 8º. A Comissão Organizadora deverá produzir um extrato do

relatório final, a ser encaminhado para os governos municipais e à organização da Conferência Estadual.

Prefeito Municipal

Art. 9º. Os responsáveis municipais pela política do setor providenciarão o registro da conferência perante os órgãos competentes, assegurando as providências formais requeridas pelo Sistema.

Art. 10º. Questões omissas serão resolvidas pela coordenação responsável pela organização.

Art. 11º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogado disposição em contrário.

Frei Rogério, 26 de Abril de 2017
JAIR DA SILVA RIBEIRO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 877/2017 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FREI ROGÉRIO.

DECRETO Nº 877/2017 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DE FREI ROGÉRIO.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 87, inciso VII, "a" da Lei Orgânica do município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Frei Rogério com a seguinte composição:

I – Representante da Sociedade Civil:

1º Titular: Mirian Jacira Furlan Centro
1º Suplente: Flaviane de Lorenzi Fernandes Centro

2º Titular: Juliana Ferreira APP Centro Municipal Adolfo Soletti
2º Suplente: Isaura Faquim Bogo APP E.E.B Urbano Salles

3º Titular: Rúbia Fachin Grupo de Jovens JUSC
3º Suplente: Dheinissi Caroline Berkenbrock Grupo de Jovens JUSC

4º Titular: Jeonice Pilon Morsoletto Conselho Paroquial Comunitário
4º Suplente: Lory Marisa Pocher Conselho Paroquial Comunitário

II – Representante do Poder Público :

1º Titular: Andreia Ribeiro Rossi Educação
1º Suplente: Claudia Rinaldi Educação

2º Titular: Ana Paula Zanini de Lorenzi Saúde
2º Suplente: Sani Toscan Saúde

3º Suplente: Anny Kelly dos Reis de Souza Assistência social
3º Titular: Lidiane Alves França Assistência social

4º Suplente: Tiago Becker Esporte
4º Titular: Antônio José Alves Esporte

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 27 de abril de 2017.
JAIR DA SILVA RIBEIRO

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 072, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO N.º 072, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES-JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve,

DECRETA,

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros para a constituição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI:

I - REPRESENTANTE TITULAR E SUPLENTE DO ORGÃO QUE IMPOSSA A PENALIDADE

João Carlos Batista
Maria Zenaide Maia Monteiro

II - REPRESENTANTE TITULAR E SUPLENTE INDICADO PELA ENTIDADE REPRESENTATIVA DA SOCIEDADE LIGADA A ÁREA DE TRANSITO-Associação de Taxistas de Garopaba - (ASSOTAG)

Haroldo Alves do Nascimento
Adílio José de Abreu

III - REPRESENTANTE TITULAR E SUPLENTE COM CONHECIMENTO NA ÁREA DE TRANSITO COM NO MINIMO NIVEL MEDIO

Anderson Fernando Voss
Fernando Flores

IV – SECRETARIO DA JARI

Mariana Burgos Lobão Barroso

Art. 2º. O Presidente da JARI será o representante do órgão que impõe a penalidade.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 100, de 09 de junho de 2015, Decreto nº 034, de 10 de março de 2016 e Decreto nº 188, de 04 de novembro de 2016.

Garopaba, 27 de abril de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 470/2017

PORTARIA N.º 470, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

CONSIDERANDO que conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que foi encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração o Ofício ADM n.º 265/2017, Parecer Jurídico e anexos, solicitando a abertura de Sindicância Administrativa para apurar os fatos relatados;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem a Comissão Sindicante os servidores CENIR GRUNTHAL RAMOS, LEANDRO IZALDO SILVA, SIMONE VERA WOLFF, com a presidência da primeira e secretariados por FRANCINI PEDRO MIGUEL.

Art.3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 27 de abril de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/04/2017, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 471/2017

PORTARIA N.º 471, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, NOS TERMOS DO ART. 6º, C/C PARÁGRAFO 5º DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº. 41/2003, DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA RITA DE CÁSSIA DO NASCIMENTO SILVA, A PARTIR DE 01/05/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, c/c parágrafo 5º do Art. 40 da Constituição Federal, da Emenda Constitucional nº 41/2003, à servidora RITA DE CÁSSIA DO NASCIMENTO SILVA, portadora do CPF nº. 693.231.439-87, inscrita no RG nº 2.302.420, PIS/PASEP nº 1703577717-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II – 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o montante de R\$ 3.171,35 (três mil, cento e setenta e um reais e trinta e cinco centavos) que será pago mensalmente pelo IPREGOBA.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso III, da Lei municipal nº 1000/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação e estabelece seus efeitos a partir de 01/05/2017, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de abril de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 472/2017

PORTARIA N.º 472, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e considerando o Ofício nº. 004/2017, da Comissão de Processo Administrativo, referente à Portaria nº. 361/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 179, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO, referente à Portaria n.º 361/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de abril de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 473/2017

PORTARIA N.º 473, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.374/2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, ANA PAULA RAUPP, CPF n.º 061.381.159-37, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR DE ESCOLA, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 02 de maio de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de abril de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 474/2017

PORTARIA N.º 474, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE PERDA DE PRAZO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. TORNAR SEM EFEITO, a Portaria n.º 455 de 20 de abril de 2017, referente a nomeação de ROSIMERE DA SILVEIRA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de abril de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO 112/2017

DECRETO N° 112 DE 27 DE ABRIL DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente a Lei nº 1976, de 25/04/2017.

DECRETA:

Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva no valor de R\$ 207.451,36 (duzentos e sete mil quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos), para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

14.001.10.303.1016.2045 Medicamentos para consumo e distribuição SUS	3390	03.63.55	R\$	9.270,54
14.001.10.303.1016.2045 Medicamentos para consumo e distribuição SUS	3390	03.38.06	R\$	14.741,08
14.001.10.305.1017.2046 Man. do Programa Vigilância Epidemiológica	3390	03.38.05	R\$	50.000,00
14.001.10.305.1017.2046 Man. do Programa Vigilância Epidemiológica	4490	03.38.05	R\$	41.719,87
14.001.10.304.1018.2047 Man. do Setor de vigilância sanitária	3390	03.38.04	R\$	50.000,00
14.001.10.304.1018.2047 Man. do Setor de vigilância sanitária	4490	03.38.04	R\$	41.719,87

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro 2016.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

LEI N° 1976

LEI N° 1976, DE 25 DE ABRIL DE 2017

“Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva no valor de R\$ 207.451,36 (duzentos e sete mil quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos), para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

14.001.10.303.1016.2045 Medicamentos para consumo e distribuição SUS	3390	03.63.55	R\$	9.270,54
14.001.10.303.1016.2045 Medicamentos para consumo e distribuição SUS	3390	03.38.06	R\$	14.741,08
14.001.10.305.1017.2046 Man. do Programa Vigilância Epidemiológica	3390	03.38.05	R\$	50.000,00
14.001.10.305.1017.2046 Man. do Programa Vigilância Epidemiológica	4490	03.38.05	R\$	41.719,87
14.001.10.304.1018.2047 Man. do Setor de vigilância sanitária	3390	03.38.04	R\$	50.000,00
14.001.10.304.1018.2047 Man. do Setor de vigilância sanitária	4490	03.38.04	R\$	41.719,87

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro 2016.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA 070/2017

PORTARIA Nº. 70 de 26 de abril de 2017

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA READAPTAÇÃO DA SERVIDORA CLEA LUIZA DE MIRANDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS Nº 001/98, 002/98 e 012/01, CONSIDERANDO, o Processo de readaptação funcional nº. 2284/2014.

CONSIDERANDO, parecer da junta médica do município, CONSIDERANDO, Ofício nº 140/2017 da Secretaria Municipal de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1o. – Prorrogar o remanejamento provisório da servidora pública municipal CLEA LUIZA DE MIRANDA, da função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer em caráter provisório, funções administrativas aonde houver necessidade, com carga horária de 40 horas semanais, e com vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Junta Médica Oficial de Readaptação.

Art. 2º. - Comunique-se a Junta Médica oficial de Readaptação para reavaliar a servidora após 01 (um) ano da data da publicação desta portaria.

Art. 3o. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2016.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA 071/2017

PORTARIA Nº. 71 de 27 de abril de 2017

“DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, os Ofícios SMS nº 155/2017 e 154/2017, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 10. – Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento de cargos relacionados no Edital 005/2017.

Art. 20. – Criar a Comissão para realização do Processo Seletivo Simplificado, a qual ficará responsável por organizar, planejar, coordenar e acompanhar todas as etapas da execução do mencionado processo.

Art. 30. – A comissão será composta pelos servidores públicos municipais: Isabela Aragão Pereira, Renan Marcus de Santana e Adryel Pabst sendo presidida pelo primeiro.

Art. 40 - Competirá a comissão:

I – Elaborar os editais;

II – Receber e homologar inscrições;

III – Classificar os candidatos atribuindo a respectiva pontuação;

IV – Homologar a seleção;

V – Apreciar e julgar recursos;

VI – Decidir com base na Lei Municipal sobre pontos omissos do edital;

VII –Elaborar e corrigir as provas;

VIII – Avaliar títulos;

IX –Exercer demais atos necessários a execução completa do Processo.

Parágrafo único – A critério da comissão poderá ser contratado profissional capacitado para proceder com a elaboração e correção das provas.

Art. 50. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.419, DE 28 DE MARÇO DE 2017



PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

DECRETO Nº 7.419, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DESDOBRA A RECEITA RESPECTIVA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com os artigos 8º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o artigo 14 da Lei Municipal nº 3.724, de 31 de agosto de 2016, e a Lei Municipal nº 3.744, de 24 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso do Município de Gaspar para o exercício de 2017, conforme o que dispõem os anexos I e II, partes integrantes deste Decreto.

Art. 2º A receita prevista para o exercício de 2017 fica desdobrada em metas bimestrais de arrecadação, conforme o anexo III deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

ANEXO I

MUNICÍPIO DE GASPAR

Demonstrativo de Programação Financeira 2017 (LRF ART. 8º)

Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Saldo Anterior 31/12/16	31.571.194,14	35.392.254,03	38.066.077,62	44.486.790,62	43.060.624,20	41.933.624,20	37.104.624,20	35.683.624,20	31.810.536,62	29.338.536,62	28.353.536,62	30.704.940,53
Receitas Líquida	13.071.233,15	14.899.150,32	19.200.149,18	12.676.833,58	14.660.000,00	13.938.000,00	14.301.000,00	14.164.000,00	13.447.000,00	14.811.000,00	19.545.403,91	51.286.229,86
Despesa	9.250.173,26	12.225.326,73	12.779.436,18	14.103.000,00	15.787.000,00	18.767.000,00	15.722.000,00	18.037.087,58	15.919.000,00	15.796.000,00	17.194.000,00	37.114.392,00

Kleber Edson Wan-Dall
Prefeito Municipal

Carlos Roberto Pereira
Secretário de Administração e Fazenda

ANEXO II

MUNICÍPIO DE GASPAR

MUNICÍPIO DE GASPAR

Demonstrativo do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso 2017 (LRF ART. 8º)

Unidades Gestoras	R\$ 1,00												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CÂMARA	420.000,00	334.400,00	420.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	390.000,00	390.000,00	390.000,00	390.000,00	380.000,00	370.000,00	4.684.400,00
Fundação Municipal Esportes	86.439,23	67.221,96	145.788,33	155.000,00	155.000,00	180.000,00	205.000,00	155.000,00	105.000,00	105.000,00	205.000,00	1.034.700,00	2.599.149,52
Fundo Municipal de Saúde	2.050.000,00	1.830.000,00	2.014.843,29	2.917.000,00	2.648.000,00	3.122.000,00	3.181.000,00	3.077.000,00	2.976.000,00	2.937.000,00	2.782.000,00	3.902.200,00	33.437.043,29
FMAIS	400.000,00	295.000,00	450.000,00	416.000,00	604.000,00	590.000,00	551.000,00	493.000,00	473.000,00	489.000,00	652.000,00	2.340.350,00	7.753.350,00
FIA	-	178.694,27	-	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	248.400,00	1.025.094,27
SAMAE	685.825,07	1.345.461,07	1.355.521,85	1.500.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.500.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.300.000,00	2.000.000,00	5.205.000,00	20.474.807,99
PMG	5.627.905,96	8.174.546,43	8.390.282,71	8.640.000,00	10.505.000,00	13.000.000,00	9.820.000,00	12.447.087,99	10.500.000,00	10.500.000,00	11.100.000,00	24.015.742,00	132.720.570,68
Total	9.250.173,26	12.225.326,73	12.779.436,18	14.103.000,00	15.787.000,00	18.767.000,00	15.722.000,00	18.037.087,99	15.919.000,00	15.796.000,00	17.194.000,00	37.114.382,00	202.694.415,75

Carlos Roberto Pereira
Secretário de Administração e Fazenda

Kleber Edson Wan-Dall
Prefeito Municipal

ANEXO III

MUNICÍPIO DE GASPAR

Demonstrativo do desdobramento da Receita em Metas Bimestrais de Arrecadação(LRF ART. 13º)

Especificação da Receita	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
	JAN/FEV 2017	MAR/ABR 2017	MAI/JUN 2017	JUL/AGO 2017	SET/OUT 2017	NOV/DEZ 2017	2017
RECEITA CORRENTE	27.889.950,49	31.734.149,18	28.498.000,00	28.315.000,00	28.058.000,00	37.619.250,33	182.114.350,00
RECEITA DE CAPITAL	80.432,98	142.833,58	100.000,00	150.000,00	200.000,00	33.212.383,44	33.885.650,00
TOTAL	27.970.383,47	31.876.982,76	28.598.000,00	28.465.000,00	28.258.000,00	70.831.633,77	216.000.000,00

Carlos Roberto Pereira
Secretário de Administração e Fazenda

Kleber Edson Wan-Dall
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.453, DE 27 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 7.453, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

SUPLEMENTA SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.744, de 24 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil:

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Unidade: 19 Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 451 Infra-Estrutura Urbana	
Programa: 0024 Construção de Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu	
Projeto: 1093 Obras de Infraestrutura do anel viário com Construção da Nova Ponte sobre o Rio Itajaí Açu em Gaspar, Ligação entre as rodovias SC 470 e BR 470	
Dotação: 232 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 38.749, 69

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de abril de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DE REUNIÃO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO – RESOLUÇÃO Nº 07/2017

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

No dia 27/04/2017, às 14h, na Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Gaspar, deu-se início a sessão pública da Comissão de Licitação instituída pela Resolução nº 21/2017, destinada à análise e julgamento do requerimento de credenciamento e da documentação apresentada pela empresa SCHMITT COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE LTDA ME, protocolado no dia 20/04/2017. Dando início aos trabalhos, o requerimento e documentos apresentados pela empresa SCHMITT COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE LTDA ME. foram lidos, examinados e rubricados pelos membros da Comissão de Licitação. Após a análise constatou-se que a documentação apresentada está de acordo com as exigências apresentadas no edital. Por fim, foi declarado habilitado e credenciado a executar o objeto descrito do edital de Inexigibilidade nº 01/2017. Nada mais havendo a tratar, a Comissão de Licitação deu por encerrada a sessão pública, tendo sido lavrada esta ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes à sessão pública, a qual deverá ser publicada no DOM – Diário Municipal dos Municípios.

Jorge Luiz Matos de Oliveira

Presidente da Comissão de Licitação

Wilson Pereira Junior

Membro da Comissão de Licitação

Pedro Paulo Schramm

Membro da Comissão de Licitação

Marcelo Peterson Pereira

Membro da Comissão de Licitação

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Vistos, etc.

Pelo exposto, havendo empresa habilitada e qualificada, afigurando-me que o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2017, Edital de Credenciamento nº 001/2017, encontra-se regularmente desenvolvido e, restando ainda o interesse na contratação que deu ensejo à instauração do processo, nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal 8.666/1993, HOMOLOGO a decisão da Comissão de Licitação, realizada na reunião datada de 27/04/2017.

Por conseguinte, ADJUDICO em favor da empresa SCHMITT COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE LTDA ME, CNPJ nº 27.217.563/0001-92, proprietária do Cruzeiro do Vale, o objeto do credenciamento (divulgação dos atos e ações do Legislativo local conforme Projeto Básico constante do Anexo I do respectivo Edital) pelo valor de R\$ 11,49 (onze reais e quarenta e nove centavos) por centímetro por coluna publicado, eis que o citado Jornal enquadra-se nas exigências do Edital de Credenciamento nº 001/2017, Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2017.

Sigam-se os ulteriores termos.

Publique-se.

Câmara Municipal de Gaspar, em 27 de abril de 2017.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

TERMO DE NÃO RECEBIMENTO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

TERMO DE NÃO RECEBIMENTO

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril do ano de 2017 (dois mil e dezessete), compareceu nesta Câmara o Senhor Luiz Alberto Siqueira Martins, inscrito no CPF com nº 567.466.100-63, a fim de realizar, em nome da empresa Refrimix Refrigeração em Ar Condicionado EIRELI – ME, inscrita no CNPJ com o nº 24.335.090/0001-30, a entrega do objeto do Pregão Presencial nº 001/2017, qual seja, 11 (onze) aparelhos refrigeradores tipo frigobar, novos, nos moldes estabelecidos no termo de referência, “anexo I” e parte integrante do edital do certame licitatório.

Isso posto, após verificação dos produtos que foram entregues, percebeu-se que os 11 (onze) refrigeradores fornecidos pela empresa Refrimix apresentam voltagem de 127 volts, enquanto a proposta apresentada e o termo de referência (“anexo I” e parte integrante do edital do certame) mencionavam a necessidade de que os aparelhos fossem de voltagem 220 volts.

Desse modo, considerando que os objetos entregues não conferem com a descrição do termo de referência e até mesmo da proposta apresentada pela empresa vencedora do certame, mostrando-se inservíveis para este Poder Legislativo, comunica-se à empresa que os 11 (onze) refrigeradores por ela fornecidos são, neste ato, devida e fundamentadamente rejeitados.

Por fim, esclarece-se que o presente termo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, bem como que a situação constada ensejará a tomada das medidas legais cabíveis.

Gaspar (SC), 27 de abril de 2016.

PATRÍCIA TEREZINHA CUNHAQUE DUARTE

Membro da Equipe de Apoio ao Pregoeiro

CIRO ANDRÉ QUINTINO

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

LUIZ ALBERTO SIQUEIRA MARTINS

Refrimix Refrigeração em Ar-Condicionado EIRELI - ME

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 26/2017 APÓS IMPUGNAÇÃO

AVISO DE REABERTURA DO EDITAL DE LICITAÇÃO APÓS IMPUGNAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS NOVO EDITAL E NOVA DATA DE ABERTURA DO

PREGÃO PRESENCIAL 26/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 11/05/2017 até às 10h:00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 11/05/2017 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da sede da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelsoamos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 27 de abril de 2017.

Sandra Mara Picini Ortiz
Pregoeira

AVISO DE EDITAL PP 38 2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABaixo:

PREGÃO PRESENCIAL 38/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E BIODIESEL), ÓLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS, SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO, LAVAÇÃO DE VEÍCULOS, CONserto E TROCA DE PNEUS, ALÉM DE OUTROS INSUMOS E SERVIÇOS CORRELATOS DESTINADOS A FROTA VEICULAR DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, INCLUINDO A FROTA VEICULAR DA SECRETARIA DE SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/05/2017 até às 10h:00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 12/05/2017 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.diariomunicipal.sc.gov.br

governadorcelsoamos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 27 de abril de 2017.

Sandra Mara Picini Ortiz
Pregoeira

Guaraciaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO FMS Nº 21.2017.DOCX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017

PROCESSO Nº 21/2017 HOMOLOGAÇÃO: 27/04/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DESTINADOS A LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE CENTRAL, UNIDADE BÁSICA DO BAIRRO SANTA TEREZINHA, UNIDADE BÁSICA DA RUA 1º DE MAIO, E UNIDADE BÁSICA DE LINHA OURO VERDE NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2017.

CONTRATADO: MERCADO GABBI LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.159,20 (três mil cento e cinquenta e nove reais e vinte centavos)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.405,65 (doze mil quatrocentos e cinco reais e sessenta e cinco centavos)

CONTRATADO: SCS COMERCIO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.748,50 (doze mil setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 13.17 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (SCFV) FMAS.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº13/2017.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 16/17, Edital de Pregão Presencial Nº 13/17. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para crianças e adolescentes que frequentam o (SCFV); recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 11/05/17; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 11/05/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 28 de abril de 2017.

IDIONE FABBI KROTH,
Ordenador do FMAS

TERMO FOMENTO 02-2017 - APAE

TERMO DE FOMENTO n.º 002/2017

Processo n.º 02/2017

O MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Roque Luiz Meneghini, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 1.943.349 SSPSC e inscrito no CPF sob n.º 626.965.139-53, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, entidade beneficente de assistência social, inscrita no

CNPJ sob nº 78.483.708/0001-38, sediada na Rua Presidente Kennedy, nº 232, centro de Guaraciaba/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Presidente Mairi Zanette Palú, portador de RG nº 2.529.391 e CPF nº 19.395.109-61, residente e domiciliado na Rua Reinoldo Ritter, centro, Guaraciaba - SC, resolvem celebrar o presente termo, sendo dispensável a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8.726/2016, Lei nº 9.394/96, Lei nº 8.742/1993, Lei Municipal nº 2977/2017 e Decreto Municipal nº 500/2017 e nº 545/2017 conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1- O presente Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com a finalidade de promover acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de conveniência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede sócio assistencial, aos serviços de outras políticas públicas entre elas educação, trabalho, saúde transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidades, serviços e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2- São compromissos da CONTRATADA: desenvolver serviços de serviço de habilitação e reabilitação e a promoção de sua integração a vida comunitária, das 49 pessoas matriculadas, conforme previsão contida na Cláusula Primeira, atendendo o número de pessoas e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo;

2.1 - Dispor de corpo técnico necessário à realização das atividades pactuadas e previstas no Plano de Trabalho;

2.2 – Fica proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades;

2.3 - Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, facilitando a obtenção de informações junto à CONTRATADA;

2.4 - Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade do CONTRATANTE;

2.5 - Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

2.6 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;

2.7 - Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da CONTRATANTE;

2.8 - Prestar contas, perante a administração Municipal de Guaraciaba/SC, a cada 120 (cento e vinte) dias, em relação aos recursos recebidos e aplicados no período imediatamente anterior;

2.9 - Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

2.10 - Utilizar a verba a ser repassada pela CONTRATANTE exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Fomento, sendo:

- a) despesas diretamente vinculadas à realização das atribuições e obrigações pela CONTRATADA na realização da presente parceria;
- b) Pagamento de despesas com materiais de expediente,

pedagógico, esportivo, educativo, de limpeza e higiene, copa e cozinha, manutenção de veículos (combustíveis, seguros, manutenção dos veículos e outros).

c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

d) Pagamento de despesas com materiais de expediente, pedagógico, esportivo, educativo, de limpeza e higiene, copa e cozinha, pagamento de despesas com manutenção e conservação de bens imóveis, instalações manutenção, reparos, adaptações e outros pequenos gastos.

2.11 - Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;

2.12 - Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONTRATADA e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

2.13 - Dar publicidade ao presente Termo de Fomento por meio de seu site oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3- São compromissos do Município:

3.1- Transferir recursos financeiros à CONTRATADA anualmente, no valor total de R\$ 21.000,00 (Vinte e Um Mil Reais) rateado em duas parcelas, conforme plano de trabalho e cronograma de desembolso;

3.2- Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

3.3- Apreciar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;

3.4- Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo prefeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.5- Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.6- Dar publicidade ao presente Termo de Fomento por meio da publicação no Diário Oficial do Município;

3.7- Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas.

b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.

c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.

d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.8- Para fins de interpretação do item 3.7 entende-se por:

a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.

b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 – O Contratante repassará à Contratada, o montante de R\$ 21.000,00 (Vinte e Um Mil Reais);

4.1- A CONTRATADA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto ao Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUINTA– DA GESTÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1- O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

5.2- O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6- O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será dentro do exercício de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7- O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8- A ENTIDADE deverá apresentar a prestação de contas de cada parcela repassada, conforme previsto na cláusula segunda, item 32.8;

8.1- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

8.1.a- Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

8.1.b- Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

8.1.c- Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;

8.1.d- Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo.

8.1.e – Todos e qualquer documentos exigidos pela IN nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1- Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10- As despesas com a execução da presente parceria correrão por conta da rubrica de dotação Orçamentária nº 3.3.50.43.00.00 Subvenções Sociais (dot. 8).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11- Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal Nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 500/2017 e 545/2017..

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO DE ELEIÇÃO

12- Os partícipes elegem o Foro da comarca de São Miguel do Oeste/SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Guaraciaba/SC, 20 de Abril de 2017.

Roque Luiz Meneghini	Idione Kroth Fabbi
Prefeito Municipal	Gestor da Parceria

Mairi Zanette Palú
Presidente APAE

Testemunha:	Testemunha:
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº03/2017 - HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial – Registro de Preços 03/2017
Processo Licitatório: 03/2017
Tipo: Menor Preço - Por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE ÁGUA E GÁS
Entrega dos Envelopes: 11/05/2017 às 10h30min
Abertura dos Envelopes: 11/05/2017 às 10h30min
Guaramirim (SC), 27 de abril de 2017.
JOCÉLIO VOLTOLINI GESTOR DO HSA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº04/2017 - HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial – Registro de Preços 04/2017
Processo Licitatório: 04/2017
Tipo: Menor Preço - Por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE PÃES
Entrega dos Envelopes: 11/05/2017 às 13h30min
Abertura dos Envelopes: 11/05/2017 às 13h30min
Guaramirim (SC), 27 de abril de 2017.
JOCÉLIO VOLTOLINI GESTOR DO HSA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº05/2017 - HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial – Registro de Preços 05/2017
Processo Licitatório: 05/2017
Tipo: Menor Preço - Por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
Entrega dos Envelopes: 12/05/2017 às 09h30min
Abertura dos Envelopes: 12/05/2017 às 09h30min
Guaramirim (SC), 27 de abril de 2017.
JOCÉLIO VOLTOLINI GESTOR DO HSA

DECRETO Nº. 773/2017

DECRETO Nº. 773/2017

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 282.024,00 (duzentos e oitenta e dois mil e vinte e quatro reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 282.024,00 (duzentos e oitenta e dois mil e vinte e quatro reais), a ser incluído no orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4406/2017, a saber:

06 Secretaria Municipal de Educação

06.001 Ensino Fundamental

1030 Aquisição de Veículos

3449000000000000

01640000 R\$ 222.024,00

03000000 R\$ 60.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

08 Secretaria de Infraestrutura

08.001 Secretaria de Infraestrutura

1017 Construção de Pontes e Pontilhões

3449000000000000

01640000 R\$ 222.024,00

Art. 3º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit do exercício anterior da fonte de recursos ordinários 30000, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de abril de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 774/2017

DECRETO Nº. 774/2017

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4407/2017, a saber:

13 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
 001 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
 2065 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 13.000,00
 2067 - Cidadania e Bem Estar do Idoso
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 35.000,00
 2154 - Serviço de Acolhimento Institucional
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

13 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
 001 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
 2065 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social
 3339100000000000 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades
 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 13.000,00
 2070 - Manutenções de Programas de Desenvolvimento Social
 3339000000000000 - Aplicações diretas
 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 75.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de abril de 2017.

Luís Antônio Chiodini
 Prefeito

Jair Tomelin
 Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2017 - PMG

Estado de Santa Catarina
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2017 – PMG
 Processo Licitatório nº 100/2016 – PMG

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.
 Objeto da Licitação: Contratação de instituições financeiras e de crédito para o recebimento de tributos e demais receitas públicas, bem como faturas do serviço de água do município de Guaramirim (SC).

Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratado: Banco Cooperativo Sicredi S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, estabelecida na Avenida Assis Brasil, 3940, 12º andar, bairro Passo d'Areia, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Data da Assinatura: 05/04/2017 Vigência: 31/12/2017

Guaramirim (SC), 27 de abril de 2017.

Luiz Antonio Chiodini
 PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 4406/2017

LEI Nº. 4406/2017

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 282.024,00 (duzentos e oitenta e dois mil e vinte e quatro reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 282.024,00 (duzentos e oitenta e dois mil e vinte e quatro reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

06 Secretaria Municipal de Educação
 06.001 Ensino Fundamental
 1030 Aquisição de Veículos
 3449000000000000
 01640000 R\$ 222.024,00
 03000000 R\$ 60.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

08 Secretaria de Infraestrutura
 08.001 Secretaria de Infraestrutura
 1017 Construção de Pontes e Pontilhões
 3449000000000000
 01640000 R\$ 222.024,00

Art. 3º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit do exercício anterior da fonte de recursos ordinários 30000, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de abril de 2017.

Luís Antônio Chiodini
 Prefeito

Jair Tomelin
 Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4407/2017

LEI Nº. 4407/2017

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

13 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
001 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
2065 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social
3339000000000000 - Aplicações diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$
13.000,00
2067 - Cidadania e Bem Estar do Idoso
3339000000000000 - Aplicações diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$
35.000,00
2154 - Serviço de Acolhimento Institucional
3339000000000000 - Aplicações diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$
40.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

13 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
001 - Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
2065 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social
3339100000000000 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades
01000000 - Recursos Ordinários R\$
13.000,00
2070 - Manutenções de Programas de Desenvolvimento Social
3339000000000000 - Aplicações diretas
01000000 - Recursos Ordinários R\$
75.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de abril de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 32 E 33/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 32/2017 - Tomada de Preço Nº. 03/2017.

Objeto: Contratação de serviços para elaboração de projeto de lei Complementar para reformulação do Sistema Tributário do Município e Consultoria Tributária Recursos Humanos para o município de Guarujá do Sul.

Habilitação e Propostas: 17/05/2017 (Documentação 08:15 e abertura as 08:30).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 27 de abril de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 33/2017 - Tomada de Preço Nº. 04/2017.

Objeto: Contratação de empresa para execução de rede de drenagem pluvial / Etapa 01, do Loteamento Industrial Alcides Volkweis do município de Guarujá do Sul.

Habilitação e Propostas: 17/05/2017 (Documentação 13:15 e abertura as 13:30).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 27 de abril de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 08/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº. 11/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: ELENILTO GUZATTO SECCO ME

OBJETO: Aquisição de pneus para serem utilizados pelos veículos da Secretaria Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 33.242,00

VIGENCIA: 15/12/2017.

Guarujá do Sul, SC, 27 de abril de 2017.

Adelise de Oliveira,

Secretária do FMS

EXTRATO DE CONTRATO - FMS TA 03 CT 22/2014 / 08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 22/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 09/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS

OBJETO: O prazo de vigência do Contrato para Contratação de seguro para o veículo Ford Fiesta Sedan Ano/Mod 2014 MLU 0063, utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde no transporte de pacientes do município de Guarujá do Sul, fica prorrogado por mais um ano a partir de 26 de abril de 2017.

VALOR: R\$ 2.355,10

VIGENCIA: Um ano

Guarujá do Sul, SC, 26 de abril de 2017.

Adelise de Oliveira,

Secretária Municipal de Saúde.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2017

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2017

CONTRATANTE:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO:

ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC

OBJETO:

Credenciamento para a prestação de serviços na área da saúde para procedimentos cirúrgicos eletivos na especialidade de Oftalmologia para Cirurgias de Catarata compreendendo:

- a) Procedimento de Facoemulsificação com implante de lente intraocular dobrável;
- b) Procedimentos Iniciais pré cirúrgicos com avaliação dos dois olhos e realização de exames necessários para realização do procedimento;
- c) Taxas, materiais e medicamentos para realização do procedimento e;
- d) Consultas pós Cirúrgicas

VALOR TOTAL ESTIMADO

R\$ 115.850,00 (Cento e quinze mil, oitocentos e cinquenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.171/2016 de 21/12/2016.

Herval d'Oeste, em 24 de abril de 2017.

AMÉRICO LORINI	JORGE LUIZ POZZA PEDERIVA
Prefeito Municipal	Presidente

CONTRATO Nº 017/2017

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2017 DE 19 DE ABRIL DE 2017

CONTRATANTE:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:

GEORGE ALMEIDA - ME

OBJETO: Prestação de serviços para a realização de Processo Seletivo, (que ora em diante passa a ser tratado neste instrumento como PROCESSO SELETIVO) destinado à seleção de candidatos para admissão seleção de candidatos para admissão de servidores nos cargos atualmente vagos e que vierem a vagar, em caráter temporário, no âmbito municipal

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.171/2016 de 21/12/2016.

Herval d'Oeste, em 19 de abril de 2017.

Américo Lorini	Georgeo Almeida
Prefeito Municipal	Titular

DECRETO Nº 3.664/2017.

DECRETO Nº 3.664/2017.

RATIFICA COM OUTORGA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO O FUNCIONAMENTO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFª TANIA REGINA PIOVESAN BORTOLUZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

Considerando, que a Instituição Centro Municipal de Educação Infantil Profª Tania Regina Piovesan Bortoluz se encontra dentro dos padrões físicos, técnicos e pedagógicos exigidos para funcionamento, de acordo com o disposto na Resolução nº 107/2003 do Conselho Estadual de Educação e Lei nº 2.984/2013, que instituiu o Sistema Municipal de Educação;

Considerando, que o Conselho Municipal de Educação emitiu Parecer favorável acerca da autorização de funcionamento da Educação Infantil (faixa etária de 04 a 48 meses) no Centro Municipal de Educação Infantil Professora Tânia Regina Piovesan Bortoluz.

DECRETA:

Art. 1º. Ratifica o Decreto nº 3.283/2014 para fins de funcionamento do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFª TANIA REGINA PIOVESAN BORTOLUZ, localizado sito a Rua 1º de Janeiro, nº 556, Bairro São Jorge, em Herval d'Oeste (SC).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 25 de abril de 2017.

AMÉRICO LORINI
Prefeito

DECRETO Nº 3.666/2017.

DECRETO Nº 3666/2017.

"DISPÕE SOBRE O PRAZO MÁXIMO DE DECONTOS DAS CONSIGNAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS DO MUNICÍPIO HERVAL D'OESTE (SC)".

O PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL D'OESTE(SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 54 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 29 da Constituição Federal, DECRETA:

Art. 1º Fica estipulado em noventa e seis (96) meses, como sendo o prazo máximo para os descontos de empréstimos consignados em folha de pagamento aos Servidores Públicos Municipais Efetivos, de acordo com Convênios celebrados com Instituições Financeiras.

Art. 2º Permanecem inalterados os Decretos nº 1951/2005, 2615/2009 e Leis nº 2068/2002, 2077/2002 e 2517/2007.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval D'Oeste(SC), 26 de abril de 2017.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2017
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2017

OBJETO

Credenciamento de pessoa jurídica, para prestação de serviços de na área de saúde, para procedimentos cirúrgicos eletivos na especialidade de Oftalmologia para Cirurgias de Catarata.

CONTRATADO

ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC

VALOR ESTIMADO CREDENCIAMENTO ATÉ 31/12/2017
R\$ 115.850,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Caput do artigo 25, da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 20 de abril de 2017.
AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 648/2017

PORTARIA Nº 648/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR o percentual de Incorporação de Adicional de Insalubridade, do percentual de 18,84% , para o percentual de 18,00% sobre o menor vencimento pago pelo Município para cargo de provimento efetivo, referente ao período aquisitivo compreendido entre Abril de 2002 a Abril de 2011, concedido à Servidora ZENEIDE LÍBERA ROSSI (Matr. 555), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível 3, Classe "K", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal; conforme dispõe as Leis Complementares nº 006/1994, nº 191/2005 e nº 197/2006, através das Portarias nº 439/2010, nº 479/2010, nº 679/2010, nº 436/2011 e nº 847/2011, que ora ficam alteradas.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 27 de Abril de 2017.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 649/2017

PORTARIA Nº 649/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 36 (trinta e seis) dias de Licença Prêmio, à servidora ODETE MARIA KRUGER ESPER (Matr. 038), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 5, Referência "C", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2016, para serem gozadas a contar de 27 de abril de 2017 a 01 de junho de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 27 de Abril de 2017.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 650/2017

PORTARIA Nº 650/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora DANIELI FAVARO (Matr. 4632), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, Educação Infantil, turno matutino, junto ao CMEI Tânia Regina Piovesan Bortoluz, em substituição à Servidora Odete Maria Kruger Esper, que se encontra afastada em gozo de Licença Prêmio, a partir de 27 de abril de 2017, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, aprovada em 55º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE/HO de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, prorrogado pelo Decreto nº 3.622/2017, de 09/01/2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 27 de Abril de 2017.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 651/2017

PORTARIA Nº 651/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INCORPORAR o Adicional por Tempo de Serviço, à servidora Arlete Meneguzzi Rático (Matr. 27), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 3/C, 40 (quarenta) horas

semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, nos termos do artigo 68 e seus parágrafos, previsto no Anexo XIV da Lei Complementar Nº 316/2013; referente ao período aquisitivo compreendido entre Outubro de 2011 e Outubro de 2016, num percentual acumulado de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o Salário Base.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 27 de Abril de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 3016/2017

DECRETO Nº 3016, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0591/2016:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 8.103,31 (oito mil cento e três reais e trinta e um centavos), no orçamento de 2017 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	02	Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária:	0203	Secretaria da Adm. e da Fazenda
Função:	06	Segurança Pública
Sub-Função:	181	Policiamento
Programa:	0601	Segurança Municipal
Projeto/Atividade:	2020	Man. Conv. Secr. Segurança Pública
Modalidade de Aplicação:	33900000	Aplicações Diretas
Fonte:	1312	Superávit Exercício Anterior – Transito
Valor:		8.103,31

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 10 DE ABRIL DE 2017.

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

DECRETO Nº 3018/2017

DECRETO Nº 3018, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0591/2016:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), no orçamento de 2017 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	02	Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária:	0208	Sec. Mun. Desen. Comunitário, Cultura Esp.
Função:	08	Assistência Social
Sub-Função:	244	Assistência Comunitária
Programa:	801	Assistência Social Geral
Projeto/Atividade:	2034	Man. Da Sec. Desen. Comunitário
Modalidade de Aplicação:	33900000	Aplicações Diretas
Fonte:	100	Recursos ordinários
Valor:		6.000,00
Código Despesa		107

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, fica anulada a importância de no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), na seguinte rubrica orçamentaria:

Órgão:	02	Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária:	0208	Sec. Mun. Desen. Comunitário, Cultura Esp.
Função:	08	Assistência Social
Sub-Função:	244	Assistência Comunitária
Programa:	801	Assistência Social Geral
Projeto/Atividade:	2034	Man. Da Sec. Desen. Comunitário
Modalidade de Aplicação:	31900000	Aplicações Diretas
Fonte:	100	Recursos ordinários
Valor:		6.000,00
Código Despesa		106

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 17 DE ABRIL DE 2017.

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

DECRETO Nº 3019/2017

DECRETO Nº 3019, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS APTOS A PRESTAREM AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 001, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

IVANIR ZANIN, Prefeito Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica e, considerando que os candidatos inscritos preencheram os requisitos estabelecidos no Edital;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições do Processo Seletivo, para admissão de pessoal em caráter temporário – Cadastro de Reserva, conforme EDITAL nº 001, de 03 de abril de 2017, para os seguintes cargos:

AGENTE ADMINISTRATIVO	
NOME	N. INSCRIÇÃO
André Guilherme da Silva	40
Andressa Elvira Lima Ament	55
Angela Maria de Oliveira Rossato	75
Brendon Ceron Southier	53
Bruna Rinaldi Vieceli	49
Carolina Pereira Ferreira Martins	57
Cristiane da Silva Andrique	87
Dyego Cruz Lima	11
Fabiano Bazen Coser	89
Gabriel Parenti	25
Gabriela Padilha Campanharo	93
Geovani Oliveira Dutra Mattos	81
Géssica Bresciani da Silva	82
Greicy Jacqueline Borsoi	41
Josiane Regert	59
Juliana Vedovatto Pelentir	95
Lais Masson	33
Marilete de Castro Carvalho	97
Matheus Ethierry Ceron Zanin	14
Michelli Borga	62

Natália da Silva Matos Borsoi	70
Romário Elias Ribeiro	28
Sara Eloisa Rinaldi Viecei	29
Sérgio Alipio de Moraes	64
Tamara Elize Bitarello Piovesan	13
Valdeceia Tamaz dos Santos	30

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

NOME	N. INSCRIÇÃO
Ariana Lopes de Souza Costa	19
Cristiane de Fatima Kern Walter	37
Franciele Massens	91
Jaine Carniel dos Santos	47
Neri Jose Miorelli Dissegna	83
Simara Meira de Castro	72
Simone Meira de Castro	71

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

NOME	N. INSCRIÇÃO
Beatriz Danice Pinto Dormini	20
Clarice Aparecida Escuciato Moreira	68
Daiane Barth da Costa Recalcatti	58
Daiane Cristina Oliveira	4
Daniane Vieira Dames	88
Franciele Aparecida de Souza	92
Gilmar Antonio Trevisol	76
Jackson Luis Schnoor	27
Lucimone Garipuna	54
Maria Helena Benke Ferreira	77
Marizete Moraes	16
Nilson Santos de Souza	98
Olivete dos Anjos Bortoli	84
Patricia Cristina Souza	3
Rosane de Cassia Oliveira	63
Zenaide Ribeiro Borges	73

MOTORISTA

NOME	N. INSCRIÇÃO
Eder Schlindvein Felicetti	79
Leomar Walter de Castro	48
Rogério Bruneto	99

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

NOME	N. INSCRIÇÃO
Crislaine de Almeida	43
Danielli Possera	78
Débora Rossato	74
Eleana D.C.F.Felicetti	12
Eny Joyce Marrana Muller	44
Fernanda Aparecida Gervásio Ramos	90
Francisleine Bloot	121
Juliane Balbinot Gasaniga	60

Leonice Padilha da Costa	18
Marli Costa Frozza	69
Marli Fátima Micheluzzi da Silva Matos	30
Silmara Tesck de Oliveira	39
Simone D. T. Slongo de Oliveira	40
Simone Moraes Cordeiro	85
Tatiana Ap. Slongo Brand Guindani	86

PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
NOME	N. INSCRIÇÃO
Ana Lúcia Andres Cazarin	35
Andreia Teresinha Ferrari Lamperti	2
Elenita de Oliveira Gheno	80
Fabiane Jardim	17
Veroni de Fátima Borsoi Martelli	15

Art. 2º. Os candidatos ficam convocados a realizar a prova escrita que se realizará no dia 07 de maio de 2017, conforme item VI e Cronograma (Anexo V), do Edital nº 001/2017.

Art. 3º. Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 27 DE ABRIL DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibicaré

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 042-2017

MUNICÍPIO DE IBICARÉ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato Contrato 042/2017
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93, Processo de Licitação nº 20/2017, Pregão Presencial nº 17/2017.
OBJETO: aquisição de produtos alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar na Escola Municipal Madre Leontina, neste município, para o exercício de 2017.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 22.261,20 (vinte e dois mil duzentos e sessenta e um reais e vinte centavos).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.
CONTRATADO: SUPERMERCADO ITAPUI LTDA - EPP
DATA: ano letivo 2017
Ibicaré, SC, aos 27 de abril de 2017.
Gianfranco Volpato
Prefeito

EXTRATO CONTRATO Nº 043-2017

MUNICÍPIO DE IBICARÉ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato Contrato 043/2017
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25, inciso III, e o Processo de Licitação nº 22/2017, Inexigibilidade nº 1/2017.
OBJETO: contratação do show musical com a Banda Mercosul, bem como toda a estrutura de sonorização e iluminação, para os festejos do 55º Aniversário do município de Ibicaré.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.
CONTRATADO: REGINATTO SHOWS E EVENTOS LTDA ME
VIGÊNCIA: 01 de maio de 2017
Ibicaré, SC, aos 27 de abril de 2017.
Gianfranco Volpato
Prefeito

EXTRATO CONTRATO Nº 044-2017

MUNICÍPIO DE IBICARÉ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato Contrato 044/2017
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25, inciso III, e o Processo de Licitação nº 22/2017, Inexigibilidade nº 1/2017.
OBJETO: contratação do show musical com Xirú Missioneiro, para os festejos do 55º Aniversário do município de Ibicaré.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.
CONTRATADO: JORANDIR PEREIRA DE SOUZA
VIGÊNCIA: 01 de maio de 2017
Ibicaré, SC, aos 27 de abril de 2017.
Gianfranco Volpato
Prefeito

EXTRATO CONTRATO Nº 045-2017

MUNICÍPIO DE IBICARÉ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato Contrato 045/2017
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93, Processo de Licitação nº 21/2017, Convite nº 1/2017.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação serviços de segurança desarmada, junto ao Centro Esportivo Municipal, Rua Dom Pedro II, Centro, na comemoração do 55º aniversário de Emancipação Político/Administrativo do município de Ibicaré.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.280,00 (Dois mil duzentos e oitenta reais).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.
CONTRATADO: JOHN RR SEGURANÇA LTDA - ME
DATA: 01 de maio de 2017
Ibicaré, SC, aos 28 de abril de 2017.
Gianfranco Volpato
Prefeito

EXTRATO CONTRATO Nº 046-2017

MUNICÍPIO DE IBICARÉ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato Contrato 046/2017
OBJETO: prestar serviços de brigadista, junto ao Centro Esportivo Municipal, Rua Dom Pedro II, Centro, na comemoração do 55º aniversário de Emancipação Político/Administrativo do município de Ibicaré.
VALOR: R\$ 200,00 (duzentos reais).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.
CONTRATADO: ADÃO WILMAR FERNANDES JUNIOR
DATA: 01 de maio de 2017
Ibicaré, SC, aos 28 de abril de 2017.
Gianfranco Volpato
Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

PREGAO PRESENCIAL N° 36/2017

MUNICIPIO DE IBIRAMA

PREGAO PRESENCIAL N° 36/2017.

Objeto: registro de preços pelo prazo de 12 (doze) meses para eventuais aquisições parceladas de madeira serrada em bruto, destinada para manutenção dos serviços da Secretaria Municipal de Obras. Entrega dos envelopes até o dia 11 de maio de 2017 as 09h00min. Sessão de abertura as 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357 8523, na página do município na Internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 27 de abril de 2017. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

Imarui

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2017 - PMI

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI N° 011/2017

O Município de Imaruí/SC, torna público aos interessados que se encontra aberta o Pregão Presencial para contratação de empresa prestadora de serviço de comunicação multimídia para prover acesso à internet. Entrega e abertura da documentação: 12 de maio de 2017, às 08 horas. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará a disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, ou pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 27 de abril de 2017.

Rui José Candemil Junior

Prefeito de Imaruí

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 038/2017

EDITAL SEAGP Nº 038/2017

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 28 de Abril a 27 de Maio de 2017, no horário das 13:30h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de abril de 2017

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAGP Nº 038/2017

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira
Mariane Bernadete dos Santos

EDITAL SEAGP Nº 039/2017

EDITAL SEAGP Nº 039/2017

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 01/2015, divulgado através do Edital nº 01/2015, de 30 de novembro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015, de 08 de Março de 2016, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 01/2015, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 28 Abril a 27 de Maio de 2017, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de abril 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração
EDITAL SEAGP Nº 039/2017
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Controlador Interno
Aline Lima Fraga Fogaça

EDITAL SEAGP Nº 040/2017

EDITAL SEAGP Nº 040/2017

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
Nº 01/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 01/2015, divulgado através do Edital nº 01/2015, de 01 de novembro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2015, de 08 de Março de 2016, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 01/2015, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 28 de Abril a 27 de Maio de 2017, no horário das 13:30 às 19:00, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de abril de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAGP Nº 040/2017

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Nutricionista - NASF
Joy Bergmann Soares

EXTRATO ATA Nº 03/2017 DO PP Nº 27/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2017 DO PP 27/2016.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para uso da secretaria municipal de saúde, orçamento2017.

EMPRESA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 109.408,28

VIGÊNCIA: será de 12 meses – 02/03/2017 à 02/03/2018.

Imbituba, 02 de março de 2017.

GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA Nº 04/2017 DO PP Nº 27/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2017 DO PP 27/2016.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para uso da secretaria municipal de saúde, orçamento2017.

EMPRESA: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 47.088,00

VIGÊNCIA: será de 12 meses – 02/03/2017 à 02/03/2018.

Imbituba, 02 de março de 2017.

GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA Nº 06/2017 DO PP Nº 27/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2017 DO PP 27/2016.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para uso da secretaria municipal de saúde, orçamento2017.

EMPRESA: DIMACI/SC – MATERIAL CIRÚRGICO LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 222.240,50

VIGÊNCIA: será de 12 meses – 02/03/2017 à 02/03/2018.

Imbituba, 02 de março de 2017.

GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA Nº 07/2017 DO PP Nº 27/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2017 DO PP 27/2016.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para uso da secretaria municipal de saúde, orçamento2017.

EMPRESA: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 51.213,15

VIGÊNCIA: será de 12 meses – 02/03/2017 à 02/03/2018.

Imbituba, 02 de março de 2017.

GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA Nº 08/2017 DO PP Nº 27/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2017 DO PP 27/2016.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para uso da secretaria municipal de saúde, orçamento2017.

EMPRESA: CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 81.360,00

VIGÊNCIA: será de 12 meses – 02/03/2017 à 02/03/2018.

Imbituba, 02 de março de 2017.

GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA Nº 10/2017 DO PP Nº 27/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2017 DO PP 27/2016.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para uso da secretaria municipal de saúde, orçamento 2017.

EMPRESA: COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENSE

VALOR TOTAL: R\$ 110.085,00

VIGÊNCIA: será de 12 meses – 02/03/2017 à 02/03/2018.

Imbituba, 02 de março de 2017.

GRACIELA WIEMES RIBEIRO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA Nº 13/2017 DO PP Nº 27/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2017 DO PP 27/2016.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para uso da secretaria municipal de saúde, orçamento 2017.

EMPRESA: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 229.897,60

VIGÊNCIA: será de 12 meses – 02/03/2017 à 02/03/2018.

Imbituba, 02 de março de 2017.

GRACIELA WIEMES RIBEIRO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA Nº 14/2017 DO PP Nº 27/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2017 DO PP 27/2016.

OBJETO: Aquisição de medicamentos para uso da secretaria municipal de saúde, orçamento 2017.

EMPRESA: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 148.670,00

VIGÊNCIA: será de 12 meses – 02/03/2017 à 02/03/2018.

Imbituba, 02 de março de 2017.

GRACIELA WIEMES RIBEIRO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO ATA Nº 18/2017 DO PP Nº 12/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2017 DO PP 12/2017.

OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços de conserto de pneus da frota da Prefeitura Municipal de Imbituba.

EMPRESA: BIELA PNEUS E MOTOS E PEÇAS

VALOR TOTAL: R\$ 45.981,00

VIGÊNCIA: será de 12 meses – 03/04/2017 à 03/04/2018.

Imbituba, 03 de abril de 2017.

ALEX SANDRO CARPES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA

LEI Nº 4.803, DE 27 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.803, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo a firmar Acordo de Cooperação com a Associação de Estudantes Universitários de Imbituba – AEUNI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Acordo de Cooperação com Associação de Estudantes Universitários de Imbituba - AEUNI, inscrita no CNPJ sob nº 05.627.049/0001-92, com o objetivo de disponibilizar à AEUNI, 04 (quatro) ônibus para transporte de estudantes de Imbituba com destino a Imbituba X Tubarão/ Tubarão X Imbituba, durante o ano letivo de 2017, mediante processo de Inexigibilidade de Chamamento Público, com base no art. 31, inciso II da Lei N. 13.019/2014 e do art. 10, inciso II do Decreto PMI N. 013/2017, de 16 de fevereiro de 2017.

Parágrafo único. Cabe à AEUNI conceder 16 (dezesesseis) vagas gratuitamente a alunos que comprovem situação socioeconômica familiar, mediante avaliação social.

Art. 2º Fica revogada a Lei nº 4.529, de março de 2015, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.804, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

LEI Nº 4.804, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo a firmar Acordo de Cooperação com a Associação de Estudantes de Imbituba em Florianópolis – ASSEIF, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Acordo de Cooperação com Associação de Estudantes de Imbituba em Florianópolis - ASSEIF, inscrita no CNPJ sob nº 05.627.049/0001-92, com o objetivo de disponibilizar à ASSEIF, 01 (um) ônibus para transporte de estudantes com destino a Imbituba X Florianópolis / Florianópolis X Imbituba, durante o ano letivo de 2017, mediante processo de Inexigibilidade de Chamamento Público, com base no art. 31, inciso II da Lei N. 13.019/2014 e do art. 10, inciso II do Decreto PMI N. 013/2017, de 16 de fevereiro de 2017.

Parágrafo único. Cabe à ASSEIF conceder 10 (dez) vagas gratuitamente a alunos que comprovem situação socioeconômica familiar, mediante avaliação social.

Art. 2º Fica revogada a Lei nº 4.712, de 18 de abril de 2016, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.805, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

LEI Nº 4.805, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a utilização de espaço público para publicidade em complexos esportivos, ginásios e quadras de esportes, cobertas ou não, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A utilização de espaço público para publicidade em complexos esportivos, ginásios e quadras de esportes, cobertas ou não, cuja finalidade seja a de promover ou identificar produtos, empresas, serviços, empreendimentos, profissionais, pessoas, bem como para promoções, deve ser realizada mediante Chamamento Público, e deve ser remunerada.

Art. 2º Não serão permitidas publicações que veiculem mensagem:

I – de apologia à violência ou crime;

II - contrária ao pluralismo filosófico, ideológico, religioso ou político;

III - que promova a exclusão social ou discriminação de qualquer tipo.

Parágrafo único. O descumprimento do previsto neste sujeita o infrator à imediata exclusão da publicidade, independentemente de prévia notificação.

Art. 3º O preço, a forma de pagamento, a modalidade de venda, e o prazo pela utilização dos espaços públicos serão estipulados por Decreto.

Art. 4º Para efeito do disposto no art. 1º considera-se a utilização do espaço: as vias públicas, passeios públicos e prédios públicos.

Art. 5º Para possibilitar a utilização dos bens municipais por terceiros, o Município deve firmar permissão ou autorização de uso.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.806, DE 27 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.806, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA			
Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara			
01.131.0001-2.001			
3.1.90.00.00.00.00.0080		Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0080		Aplicações Diretas	70.000,00
Total			100.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA			
Ampliação e Reforma da Sede da Câmara			
01.131.0001-1.001			
4.4.90.00.00.00.00.0080		Aplicações Diretas	100.000,00
Total			100.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira
Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.807, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

LEI Nº 4.807, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA			
Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara			
01.131.0001-2.001			
4.4.90.00.00.00.00.0080		Aplicações Diretas	100.000,00
Total			100.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA			
Ampliação e Reforma da Sede da Câmara			
01.131.0001-1.001			
4.4.90.00.00.00.00.0080		Aplicações Diretas	100.000,00
Total			100.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira
Chefe de Departamento de Atos Normativos

PORTARIA PMI/SEAD Nº 413/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 413, de 26 de abril de 2017.

Dispõe sobre a Demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, admitida em 27 de abril de 2015 através da PORTARIA PMI/GGP Nº 258/2015, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Tilda Campos David	Servente Merendeira 40h	006.054.520-83	27/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 26 de abril de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 414/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 414, de 27 de abril de 2017.
Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 08/2016, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Carmem Lúcia Jorge Fraga	Professora II – 30h	520.851.349-68	24/04/2017
Manoela Machado de Mello	Professora II – 20h	091.877.429-26	24/04/2017
Patrícia Vilma de Souza	Professora I – 20h	057.400.489-07	24/04/2017
Renata Martinazzo Sernajoto Ikebata	Professora I – 20h	097.781.499-84	24/04/2017
Renata Martins Caçador	Professora II – 40h	060.363.869-40	24/04/2017
Suellen Ledir de Souza	Professora II – 20h	071.506.479-79	24/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 415/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 415, de 27 de abril de 2017.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. ITAMAR DE OLIVEIRA MARQUES, Motorista, inscrito no CPF sob o n.º 432.901.759-87, admitido em 12 de agosto de 2002, matrícula nº 1760, referente ao quinquênio devido com período remodelado em virtude de afastamentos, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
12.03.2007 a 11.03.2016	01.03.2018 a 29.04.2018	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 416/2017

PORTARIA PMI/SEAD Nº 416, de 27 de abril de 2017.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. ARIOSVALDO DE SOUZA, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 770.040.949-87, admitido em 05 de março de 1996, matrícula nº 63, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2010 a 2015	02.01.2018 a 31.01.2018 02.01.2019 a 31.01.2019	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 392/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 392, de 18 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidores de carreira, em função gratificada de Gerente, Coordenador(a) e Supervisor(a), do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, os servidores de carreira abaixo descritos, nas funções gratificadas de Gerente, Coordenador(a) e Supervisor(a), para a atuação junto ao órgão superior correspondente.

GERENTE – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Gerente de Habitação e Regulamentação Fundiária	SEASTH	Rosinete Delfino Laurindo	888.539.509-00	18/04/2017
COORDENADOR(A) – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenador de Carteira de Trabalho e Economia Solidária	SEASTH	Romário da Rosa	823.262.829-49	18/04/2017
Coordenadora de Vigilância Epidemiológica	SEMUSA	Susana Campos Souto	019.744.649-38	18/04/2017
SUPERVISORA – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Supervisora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Juvenis	SEASTH	Rosimere Marques de Cerqueira	591.449.639-04	18/04/2017
Supervisora de Autorização de Internação Hospitalar	SEMUSA	Patrícia da Rosa Teixeira	018.815.199-02	18/04/2017

Art. 2º Os servidores de carreira, nomeados para a função gratificada de Gerente, Coordenador(a) e Supervisor(a), perceberão gratificação correspondente, nos termos do art. 31, II, b e Anexo IV da LC nº 4.800/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 18 de abril de 2017.

Imbituba, 18 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMI Nº 055/2017

PORTARIA CMI Nº 055/2017

“Concede Férias à Servidora Maria Júlia Martins do Nascimento”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder à Senhora Maria Júlia Martins do Nascimento, Técnica em Contabilidade, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2016 a 31/03/2017, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 20 (vinte) dias no período entre 02/05/2017 e 21/05/2017, com retorno ao trabalho no dia 22/05/2017.

II-10 (dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 27 de abril de 2017.
Renato Carlos de Figueiredo
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 27/04/2017.

PORTARIA CMI Nº 056/2017

PORTARIA CMI Nº 056/2017

“Concede Férias ao Servidor Lucas Francisco Gonçalves”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder ao Senhor Lucas Francisco Gonçalves, Analista Legislativo– Área Tecnologia da Informação, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2015 à 30/11/2016, a serem usufruídas da seguinte maneira:

I- 20 (vinte) dias no período entre 02/05/2017 e 21/05/2017, com

retorno ao trabalho no dia 22/05/2017.

II-10 (dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 27 de abril de 2017.
Renato Carlos de Figueiredo
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 27/04/2017.

PORTARIA CMI Nº 057/2017

PORTARIA CMI Nº 057/2017

“Concede Férias à Servidora Rosalba da Silveira Espíndola”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder à Senhora Rosalba da Silveira Espíndola, Auxiliar de Serviços, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 09/01/2016 a 08/01/2017, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 20 (vinte) dias no período entre 05/05/2017 e 24/05/2017, com retorno ao trabalho no dia 25/05/2017.

II-10 (dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 27 de abril de 2017.
Renato Carlos de Figueiredo
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 27/04/2017.

PORTARIA CMI Nº 058/2017

PORTARIA CMI Nº 058/2017

“Concede Licença Prêmio à Servidora Sandra Pires”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder à Senhora Sandra Pires, servidora efetiva da Câmara Municipal de Imbituba, 30 (trinta) dias de licença prêmio, dos 90 (noventa) dias a que tem direito, em decorrência do período aquisitivo de 09/04/2012 à 08/04/2017.

Parágrafo único. Os 30 (trinta) dias concedidos acima serão revertidos em abono pecuniário a serem pagos no mês de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 27 de abril de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 27/04/2017.

Indaial

PREFEITURA

LEI Nº 5401/2017

. LEI Nº 5401

. de 25 de abril de 2017

AUTORIZA CEDER SERVIDORA A APAE DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder servidor do quadro da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal para desempenhar funções de educação, educação especial, administrativas e/ou de caráter social junto a APAE de Indaial.

Art. 2º A cedência autorizada pela presente Lei será realizada com ônus para o Poder Executivo Municipal, através de Termo de Convênio, pelo prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser renovado, de acordo e interesse das partes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de abril de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RODRIGO KOENIG FRANÇA

Procurador - Geral do Município

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5402/2017

. LEI Nº 5402

. de 25 de abril de 2017

AUTORIZA REPASSE AO FUNDO DE MELHORIAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Indaial autorizado a repassar recursos da ordem de até R\$ 16.614,00 (Dezesseis mil e seiscentos e quatorze reais), para o Fundo de Melhorias da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 13.925.994/0001-07, para a aquisição de munições para uso diário e de instrução.

§1º O repasse será efetuado através do Convênio de Rádio Patrulha vigente, firmado entre as partes.

Art. 2º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 16.614,00 (Dezesseis mil e seiscentos e quatorze reais) para Abertura de Crédito Adicional Especial a Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Valor
24.001 - Fundo de Reequip. Pol. Militar – Funrepom	
0006.0181.0024.1401 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	16.614,00

§1º - Fica aberto no orçamento vigente da MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 16.614,00 conforme segue:

Dotação	Valor
09.002 - Secretaria de Planejamento	
0015.0181.0009.2231 - Manut Convênio com Polícia Militar do Estado - SC	
3443000000000000 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	
01000000 - Recursos Ordinários	16.614,00

§2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação prevista no parágrafo anterior.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de abril de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RODRIGO KOENIG FRANÇA

Procurador - Geral do Município

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL

ATA PROCESSO LICITATÓRIO 12/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 05/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.

DATA: 27/04/2017

HORÁRIO: 09h15MIN.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017 – TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: AQUISICAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, dentre outros, conforme especificações constantes no edital de Pregão Nº 5/2017 Processo Licitatório nº 12/2017.

No dia e hora supramencionados, na sala do plenário da sede da Câmara Municipal de Indaial, realizou-se sessão pública para o recebimento de propostas dos licitantes participantes para a licitação epigrafada, com a presença do Pregoeiro e Equipe de Apoio designada (Comissão Permanente de Licitação – Portaria 26/2016). Aberta a sessão, procedeu-se ao credenciamento, identificação dos representantes e recolhimento dos envelopes de proposta comercial e de habilitação das empresas MARCELO JACOB, CNPJ 11.774.132/0001-97m credenciado o senhor Jair Aparecido Paiao Júnior, CPF 049.136.999-97, MAXIMA ATACADISTA EIRELI, CNPJ 26.716.048/0001-94, credenciado o senhor

Willian Patrick Heinecke, CPF 068.685.309-19, PERFORMANCE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ 26.682.219/0001-01, credenciado o senhor Izanir Billig, CPF 033.940.739-51, GRAFICA NACIONAL LTDA EPP, CNPJ 05.017.764/0001-03, credenciada a senhora Vivian Grasciele Correia, CPF 004.694.829-40, PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA, CNPJ 19.032.430/0001-13, credenciado o senhor Fabrício Hackbarth, CPF 045.602.469-71, e, RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI, CNPJ 21.304.312/0001-69, credenciado o senhor Diego Alessandro Carl, CPF 048.425.629-78. Ato contínuo, foram recebidas as Declarações dos Licitantes de que atendem plenamente os requisitos de Habilitação estabelecidas no Edital e os envelopes contendo propostas de preços e os documentos de habilitação estabelecidos no edital, respectivamente. Verificou-se que as empresas estavam de acordo com as exigências do edital, e, portanto, abertos o Envelope de nº 1 (Proposta de Preços) das empresas participantes e com a colaboração dos membros da Equipe de Apoio, o Pregoeiro examinou a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento, verificando: A empresa Performace deixou de descrever um item no Lote 1. Considerando que a presente licitação é pelo menor preço do Lote, o Pregoeiro, em razão do valor total do lote estar de acordo com as exigências do edital, consultou o representante da empresa sobre a manutenção do valor total com a inclusão do item não descrito, no Lote 1. O representante da empresa concordou, e, consultados os demais representantes das empresas participantes do certame, estes concordaram com a posição do Pregoeiro. Também no Lote 1, o Pregoeiro e a equipe de apoio verificaram que o item "pasta incolor" apresentava valor maior que o proposto no edital, porém, o Pregoeiro considerou o valor total do Lote 1, que atende as exigências do processo licitatório. Verificou-se ainda que a empresa GRAFICA NACIONAL apresentou valor do Lote 15 acima do estipulado no Edital, sendo a empresa DESCLASSIFICADA para este Lote. Prosseguindo, e não havendo mais qualquer apontamento, o Pregoeiro passou a fase de lances, verificando-se os vencedores, conforme relatório completo anexado a esta ata:

RESUMO DE CLASSIFICADOS / VENCEDORES DOS LANCES:			
Vencedores			
Fornecedor / Representante	Itens		Valor Total
JAIR APARECIDO PAIAO JUNIOR MARCELO JACOB - ME	5, 12		331,00
FABRICIO HACKBARTH PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME	10, 14, 15		5.669,00
DIEGO ALESSANDRO CARL RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	3, 7		2.095,00
IZANIR BILLIG PERFORMANCE COMERCIO & SERVICOS EIRELI ME	1		19.300,00
WILLIAN PATRICK HEINECKE MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	2, 4, 6, 8, 9, 11, 13		5.686,00

Encerrada a etapa de lance, o pregoeiro procedeu com a abertura dos envelopes de habilitação. Os documentos ali contidos foram verificados pelo pregoeiro, equipe de apoio e representantes presentes. Após análise e conferência dos documentos, a comissão declarou CLASSIFICADAS as propostas. Desta forma, a Comissão declarou VENCEDORAS as licitantes MARCELO JACOB, Lotes 5 e 12, PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME, Lotes 10, 14 e 15, RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, Lotes 3 e 7, PERFORMANCE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME, Lote 1, e MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME, Lotes 2, 4, 6, 8 9, 11 e 13, com os valores acima. O pregoeiro consultou o os segundos colocados de cada Lote se, caso o vencedor do Lote deixe de atender os requisitos e obrigações do Edital e contrato, se estes fornecerão as mercadorias / produtos com os mesmos valores vencedores, conforme consta da presente ata, e anexos, sendo a proposta aceita por todos. Questionados os representantes presentes, os mesmos declinaram do direito de interposição de recurso. Não havendo qualquer objeção, e nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes presentes, para produza efeitos legais.

Câmara Municipal de Indaial, em 27 de abril de 2017.

Jefferson José Carlini
Pregoeiro

Luiz Fernando Surdi
Membro da Equipe de Apoio

Rafael Nagel
Membro da Equipe de Apoio

Representantes Empresas:

GRAFICA NACIONAL LTDA EPP VIVIAN GRASCIELE CORREIA PERFORMANCE COMERCIO & SERVICOS EIRELI ME IZANIR BILLIG PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME FABRICIO HACKBARTH	MARCELO JACOB - ME JAIR APARECIDO PAIAO JUNIOR MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME WILLIAN PATRICK HEINECKE RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME DIEGO ALESSANDRO CARL
---	---

Ipuaçu

PREFEITURA

DECRETO 118/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017. CLORI PEROZA, PREFEITA DE IPUAÇU/SC, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ESPECIALMENTE A LEI FEDERAL N 8.666/93, LEI FEDERAL N. 10.520/02, E EM ATENDIMENTO AO DECRETO FEDERAL N. 5.504/05, COM AMPARO LEGAL NA LEGISL

DECRETO 118/2017

DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CLORI PEROZA, PREFEITA DE IPUAÇU/SC, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ESPECIALMENTE A LEI FEDERAL N

8.666/93, LEI FEDERAL N. 10.520/02, E EM ATENDIMENTO AO DECRETO FEDERAL N.

5.504/05, COM AMPARO LEGAL NA LEGISLAÇÃO VIGENTE, E:

CONSIDERANDO os princípios basilares da Constituição Federal, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; CONSIDERANDO que a Lei Federal nº. 10.520/02 e o Decreto Federal nº 5.504/05, estabelecem a obrigatoriedade da utilização do pregão preferencialmente na forma eletrônica, para contratações de bens e serviços comuns, "realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos"; CONSIDERANDO que a obrigatoriedade prevista no Decreto nº 5450/05, quanto no Decreto nº 5504/05, são relativas e o pregão, tanto o presencial quanto o eletrônico, são apenas meios para a contratação, o resultado objetivado, qual seja, a contratação que atenda ao interesse público, é mais importante que a forma pelo qual esta contratação ocorrerá;

CONSIDERANDO que, para dispor e utilizar-se do pregão eletrônico, além da demanda ser pequena, pois abrangeria apenas aquisição de bens e serviços comuns, a municipalidade deve dispor de no mínimo "plataforma de pregão eletrônico para auxílio de cadastro de edital até encaminhamento aos fornecedores", o que por si, demandaria nova contratação pelo erário;

CONSIDERANDO ainda, que o município não possui recursos técnicos para realização do pregão eletrônico;

RESOLVE:

Art. 1º. O município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, utilizar-se-à do pregão, apenas na forma presencial, quando não se tratar de recursos federais, ou não tratar-se de exigência legal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as demais com disposição em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu - SC, em 20 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 099/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017. DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORES APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

DECRETO Nº 099/2017

DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORES APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO que a contratação por tempo determinado pela Administração Pública deve ocorrer apenas em situações de necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o resultado de classificação por cargo relativo ao edital de processo seletivo simplificado nº 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente, a contar da data de 20 de abril de 2017, conforme edital do processo seletivo simplificado nº 001/2017, a servidora abaixo relacionada, em substituição à servidora que se encontra licenciada para tratamento de saúde, de acordo com o especificado no quadro a seguir:

SERVIDOR	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA
JAQUELINE APARECIDA BUENO	Professor II	20h

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu- SC, em 20 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

DECRETO Nº 100/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017. DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 100/2017

DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos

Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora ANDREIA APARECIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA, para o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, em 20 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 101/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 101/2017

DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor, bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora ANTONIA APARECIDA DOS SANTOS, para o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que

foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, em 20 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 102/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 102/2017

DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor, bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora ELENIR DO CARMO DA CONCEIÇÃO, para o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, em 20 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 103/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 103/2017

DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora ELIANE FATIMA VAZ, para o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 20 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 104/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 104/2017

DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita Municipal de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei

Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor, bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora ELIANE GONÇALVES, para o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 20 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 105/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO 40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 105/2017

DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO 40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita Municipal de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora ELIZA MORANSKI, para o Cargo de Provimento Efetivo de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO 40H, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 20 de abril de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 106/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA
MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO
EFETIVO DE ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO 40H,
EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO
PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 106/2017

DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL,
PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ASSISTENTE DE
EDUCAÇÃO 40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO
PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no
uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41
da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servido-
res Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho
de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos
do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei
Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstan-
ciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio
do servidor bem como do relatório final da avaliação do estágio
probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora
FRANCIELE RABAIOLI PIANA, para o Cargo de Provimento Efetivo
de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO 40H, por ter completado 03 (três)
anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude
de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida,
conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do as-
sento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 20 de abril de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 107/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA
MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO
EFETIVO DE FISIOTERAPEUTA 20H, EM VIRTUDE
DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E
CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 107/2017

DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL,
PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE FISIOTERAPEUTA

20H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO
E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no
uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41
da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servido-
res Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho
de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos
do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei
Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstan-
ciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio
do servidor, bem como do relatório final da avaliação do estágio
probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora
ISIS DAIANE MUSSIO, para o Cargo de Provimento Efetivo de FI-
SIOTERAPEUTA 20H, por ter completado 03 (três) anos de efetivo
exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido
aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme re-
latórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional
da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 20 de abril de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 108/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA
MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO
EFETIVO DE ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO 40H,
EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO
PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 108/2017

DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL,
PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ASSISTENTE DE
EDUCAÇÃO 40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO
PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no
uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41
da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servido-
res Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho
de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos
do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei
Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstan-
ciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio
do servidor bem como do relatório final da avaliação do estágio
probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora
IVONETE TEREZINHA CASAL, para o Cargo de Provimento Efetivo
de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO 40H, por ter completado 03 (três)

anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, em 20 de abril de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 109/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR II - SÉRIES INICIAIS/FUNDAMENTAL - 40 HORAS, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº 109/2017
DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR II - SÉRIES INICIAIS/FUNDAMENTAL - 40 HORAS, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora LUANA COSTA MARIN, para o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR II - SÉRIES INICIAIS/FUNDAMENTAL - 40 HORAS, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, em 20 de abril de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 110/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR II 20H LINGUA PORTUGUESA, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 110/2017

DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR II 20H LINGUA PORTUGUESA, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor, bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora LUCINEIA BATISTELLA CORREIA DE MELLO, para o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR II 20H LINGUA PORTUGUESA, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, em 20 de abril de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 111/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR II EDUCAÇÃO INFANTIL - 20H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 111/2017

DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR II EDUCAÇÃO INFANTIL - 20H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos

do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor, bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora MARILI JULIO RIBEIRO, para o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR II EDUCAÇÃO INFANTIL - 20H, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 20 de abril de 2017.

CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 112/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR II - SERIES INICIAIS/FUNDAMENTAL - 20 HORAS, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 112/2017
DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR II - SERIES INICIAIS/FUNDAMENTAL - 20 HORAS, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor, bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora MARILU BOCCHI DE JESUS, para o Cargo de Provimento Efetivo

de PROFESSOR II - SERIES INICIAIS/FUNDAMENTAL - 20 HORAS, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 20 de abril de 2017.

CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 113/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 113/2017
DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor, bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora MARLI GIACHINI RODRIGUES, para o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 20 de abril de 2017.

CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 114/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA
MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO
EFETIVO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H,
EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO
PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 114/2017

DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor, bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora ROSANGELA CATIA FERREIRA MENDES, para o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 20 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 115/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA A ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO
MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO
EFETIVO DE MECÂNICO-40H, EM VIRTUDE DO
CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E
CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 115/2017

DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MECÂNICO-40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei

Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor, bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal do Servidor ZO-ZICLEI MARINHO DE MELLO, para o Cargo de Provimento Efetivo de MECÂNICO-40H, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovado no estágio probatório a que foi submetido, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional do servidor.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 20 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 116/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA
MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO
EFETIVO DE PROFESSOR II – MATEMÁTICA – 20H,
EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO
PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 116/2017

DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR II – MATEMÁTICA – 20H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor, bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora FRANCIANE BAZZI, para o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR II – MATEMÁTICA – 20H, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 20 de abril de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 117/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017.
DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 117/2017
DE 20 DE ABRIL DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005);

CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor, bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora OLGA VELHO CARLESSO, para o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE COPA E LIMPEZA-40H, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 20 de abril de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 119/2017 DE 25 DE ABRIL DE 2017.
NOMEIA NOVOS MEMBROS PARA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

DECRETO Nº 119/2017

DE 25 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA NOVOS MEMBROS PARA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as contidas na Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO Lei Municipal 801/2015, a qual Aprova o Plano Municipal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os novos membros da Comissão de Monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, sob a presidência do primeiro:

- I- Juciane Ferri Pavan – Professor II;
- II- Ivone Soccol – Orientadora Educacional;
- III- Marilda Salete Luzzi Bagatini – Professor II;
- IV- Irene Toaldo Navarezi – Professor II;
- V- Lucinéia Batistella Correia de Mello – Professor II.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 091/2017.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu-SC, em 25 de abril de 2017.

CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

**ERRATA EDITAL PL FMS 10.2017 PP FMS 07.2017
ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUAÇU**

ADENDO - ERRATA AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 10/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 07/2017

OBJETO: Objeto consiste na seleção de propostas para aquisição de materiais ambulatoriais a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde de acordo com especificações contidas no Anexo I – termo de referências deste edital. A Comissão de Licitações do Município de Ipuauçu-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 01/2017 e portaria 34/2017;

Considerando a necessidade de modificar/corrigir a redação do edital quando mencionado o pregão presencial

ONDE SE LIA: Processo de licitação FMS 10/2017 Pregão presencial FMS 09/2017

LEIA-SE: Processo de Licitação FMS 10/2017 Pregão Presencial FMS 07/2017

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor

Ipuauçu – SC, em 27 de abril de 2017.

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU-SC

Visto Jurídico. De Acordo. Adv. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445 _____

PORTARIA Nº 075/2017 DE 12 DE ABRIL DE 2017. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 075/2017

DE 12 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

NOME	CARGO	REFERENCIA	GOZO
EMILIA MARIA CALLEGARI	Agente Comunitária de Saúde – 40h.	22/04/2013 à 21/04/2014	17/04/2017 à 16/05/2017

Art. 2º. Esta Portaria é publicada na presente data surtindo efeitos a partir do dia 17 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 12 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

PORTARIA Nº 076/2017 DE 14 DE MARÇO DE 2017. DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA RESPONDER COMO DIRETORA DE ESCOLA.

PORTARIA Nº 076/2017

DE 14 DE MARÇO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA RESPONDER COMO DIRETORA DE ESCOLA.

CLORI PEROZA, prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal, LUCINÉIA BATISTELLA COREIA DE MELLO, ocupante do cargo de Professor II - 40h, para responder pela direção da Escola de Educação Básica Serenita Fátima Carlesso da Silva.

Parágrafo Único. A servidora responderá pela direção da escola sem o recebimento de gratificação pela função designada.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 12 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

PORTARIA Nº 077/2017 DE 12 DE ABRIL DE 2017. DISPÕE SOBRE REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO PARA CONSELHEIROS TUTELARES E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 077/2017
DE 12 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO PARA CONSELHEIROS TUTELARES E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em conformidade com a legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º. Em razão da mudança de endereço do conselho tutelar, os conselheiros ficam dispensados do controle biométrico, sendo o registro de presença apurado por meio manual, mediante assinatura do livro ponto para registro diário de entrada e saída em serviço.

Art. 2º. Esta Portaria é publicada na presente data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 12 de abril de 2017.

CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

PORTARIA Nº 078/2017 DE 20 DE ABRIL DE 2017. CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 078/2017
DE 20 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita Municipal de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Complementar Municipal nº 026, de 09 de junho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1o. CONCEDER, licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias a Servidora abaixo relacionada, no período que especifica, conforme Laudo médico apresentado nesta data:

SERVIDORA	CARGO	PERÍODO
SABRINA LUIZA LORENZON LAZZAROTTO	Agente de copa e limpeza – 40h.	18/04/2017 à 17/10/2017

Art. 2º. Esta Portaria é publicada na presente data, com efeitos retroativos ao dia 18 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 20 de abril de 2017.

CLORI PEROZA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

PORTARIA Nº 079/2017 DE 25 DE ABRIL DE 2017. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA.

PORTARIA Nº 079/2017
DE 25 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1o. CONCEDER, licença para tratamento de saúde a Servidora ELZIRA TALASKA NOVELLO, ocupante do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE COPA E LIMPEZA - 40h, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme laudo médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu- SC, em 20 de fevereiro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 080/2017 DE 25 DE ABRIL DE 2017. DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA ATUAR E RESPONDER PELO SETOR DE FROTAS E CONFERE OUTRAS PROVIDENCIAS

PORTARIA Nº 080/2017

DE 25 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA ATUAR E RESPONDER PELO SETOR DE FROTAS E CONFERE OUTRAS PROVIDENCIAS

CLORI PEROZA, prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor JAIR BIANCHINI, ocupante do cargo de ASSESSOR DE GABINETE, para responder concomitantemente a partir desta data, pelo setor de frotas.

Parágrafo único. O servidor não receberá vantagem salarial pelo acúmulo de funções desempenhadas.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 017/2017.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu- SC, em 25 de abril de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuauçu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 003/2017 TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPUAÇU-SC E A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, OBJETIVANDO O ABRIGAMENTO DE IDOSOS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL. TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 003/2017 TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 003/2017

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPUAÇU-SC E A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, OBJETIVANDO O ABRIGAMENTO DE IDOSOS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL.

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 95.993.028/0001-83, com sede a Rua Zanella n.º 818, Centro, Ipuauçu - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. CLORI PEROZA, brasileira, convivente, professora, residente e domiciliada na Comunidade de Samburá, interior do Município de Ipuauçu - SC, portadora do CPF nº 722.175.709-78 e Cédula de Identidade nº 1.785.723 (SSP/SC), doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 05.754.166/0001-17, com sede na Estrada Municipal Barro Preto, no Município de Xanxerê-SC, neste ato representada por sua Presidente Sra. DIONETE BAR-DUCO RECH, brasileira, viúva, portadora do RG n. 07233344-6 e CPF n. 044.306.567-54, residente e domiciliada na Rua Francisco Grassi, 387 – Bairro Tacca – Xanxerê – SC, doravante denominada simplesmente ASSOCIAÇÃO, e

CONSIDERANDO os princípios, direitos, garantias e responsabilidades em relação à pessoa idosa estabelecidos na Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

CONSIDERANDO que o Município de Ipuauçu-SC, por serem municípios de pequeno porte, não possui local adequado para abrigo de idosos

vítimas de abandono, maus tratos ou situação de risco social;

CONSIDERANDO que o local mais próximo do Município para o abrigamento de idosos em situação de risco social é a Associação Beneficente Sagrado Coração de Jesus, na Cidade de Xanxerê-SC;

Por este instrumento e na forma de Direito, as pessoas jurídicas supra identificadas, celebram o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviço, pela ASSOCIAÇÃO, de acolhimento coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem vínculo familiar em condições de liberdade, dignidade e cidadania, em conformidade com o que estabelece a Lei Federal 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), de pessoas em risco social no município de Ipuçu – SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

2.1 – o MUNICÍPIO pagará à ASSOCIAÇÃO, pela prestação dos serviços previstos na cláusula anterior o valor de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) mensais para cada idoso abrigado, equivalente a 01 (um) salário mínimo nacional por idoso, com efeitos a partir de 01 de abril de 2017.

2.2 – para cobertura do valor previsto nesta cláusula serão utilizados dotações e recursos financeiros vinculados ao orçamento anual do Fundo Municipal de Assistência Social, previstos para este exercício financeiro de 2017 e subseqüentes, se for o caso.

2.3 - correrão por conta da ASSOCIAÇÃO todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária incidentes sobre os serviços objetos deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – o pagamento será efetuado pelo MUNICÍPIO à ASSOCIAÇÃO em moeda nacional corrente, mediante transferência bancária, até o quinto dia útil do mês subseqüente à prestação dos serviços, devendo ser emitida a respectiva nota fiscal com a certificação do setor de Assistência Social do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

4.1 – são obrigações do MUNICÍPIO e do responsável pelo idoso o pagamento de despesas extraordinárias, que também deverão ser pagas até o quinto dia útil do mês subseqüente à prestação dos serviços.

4.2 – consideram-se despesas extraordinárias:

- a) serviço de acompanhante hospitalar;
- b) medicamentos especializados e/ou controlados de média ou alta complexidade, não fornecidos pelo Sistema Único de Saúde;
- c) disponibilização de fralda descartáveis e acompanhamento na unidade de abrigo sempre que solicitado pela ASSOCIAÇÃO;
- d) disponibilização de vestuário, exames e consultas especializadas;
- e) pagamentos de despesas com funeral;
- f) outras necessidades específicas do idoso, não previstas nas obrigações da ASSOCIAÇÃO.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1 – a vigência do presente instrumento inicia-se nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2017, e se encerra em 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, através de termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 – DO MUNICÍPIO:

- a) Promover o pagamento à ASSOCIAÇÃO do valor mensal e despesas extraordinárias, conforme estabelecidas nas cláusulas segunda, terceira e quarta deste instrumento.
- b) Promover ampla fiscalização da prestação dos serviços objeto do presente instrumento.

6.2 – DA ASSOCIAÇÃO:

- a) Manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades dos idosos atendidos bem como prove-los com alimentação regular e higiene indispensáveis as normas sanitárias e com estas condizentes, sob pena das sanções previstas em Lei, conforme estabelecido no § 30, do Artigo 37, e inciso I, do parágrafo único, do Artigo 48, da Lei Federal n. 10.741, de 01 de outubro de 2003;
- b) Oferecer atendimento de moradia digna, adotando os princípios estabelecidos no Artigo 49 da Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003, conforme descritos abaixo:
 - b.1) preservação dos vínculos familiares;
 - b.2) atendimento personalizados e em pequenos grupos;
 - b.3) manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior, ou requerimento dos responsáveis (familiares ou curadores);

- b.4) participação do idoso nas atividades comunitárias em caráter interno ou externo;
- b.5) observância dos direitos e garantias dos idosos;
- b.6) preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.

c) Primar pelo pleno cumprimento de suas obrigações segundo o que estabelece o artigo 50 da Lei Federal n. 10.741, de 01 de outubro de 2003, conforme descrito abaixo:

- c.1) observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos;
- c.2) fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente;
- c.3) oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade;
- c.4) oferecer atendimento personalizado;
- c.5) diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares;
- c.6) oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas;
- c.7) proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso;
- c.8) promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer;
- c.9) propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
- c.10) proceder a estudo social e pessoal de cada caso;
- c.11) comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infectocontagiosas;
- c.12) providenciar ou solicitar que o Ministério Público requisiute os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei;
- c.13) fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos;
- c.14) manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;
- c.15) comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares;
- c.16) manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CESSÃO DO OBJETO E SUBCONTRATAÇÃO

7.1 – A ASSOCIAÇÃO não poderá ceder ou promover a subcontratação do objeto do presente instrumento a nenhuma pessoa física ou jurídica sem autorização prévia, por escrito, do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 – em caso de inexecução, parcial ou total do presente instrumento, ou no caso de execução inapropriada, serão aplicadas à ASSOCIAÇÃO, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% do valor integral previsto neste instrumento, dependendo da gravidade da infração;
- c) suspensão temporária do presente instrumento;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, pelo prazo de até dois anos.

8.2 – quando da aplicação de multa, o MUNICÍPIO notificará formalmente a ASSOCIAÇÃO, que terá o prazo de até dez dias para promover o recolhimento conforme orientações da Tesouraria do MUNICÍPIO, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 - O MUNICÍPIO reserva-se o direito de rescindir o presente instrumento, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial que caiba à ASSOCIAÇÃO o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) quando a ASSOCIAÇÃO pedir a insolvência civil ou for dissolvida;
- b) quando a ASSOCIAÇÃO no todo ou em parte objeto do presente instrumento se anuência prévia do MUNICÍPIO.

9.2 – a rescisão motivada pela ASSOCIAÇÃO deve ser comunicada formalmente a Secretaria Municipal de Assistência Social, com antecedência mínima de 30 dias.

9.3 – a rescisão do presente instrumento, com base no item 9.1 supra, implicará na apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

10.1 – os casos omissos e o que se tornar contravertido em face das presentes condições, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONHECIMENTO DAS CLAUSULAS E CONDIÇÕES PREVISTAS NO PRESENTE INSTRUMENTO

11.1 – ao firmar esse instrumento a ASSOCIAÇÃO declara ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos a ele vinculados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Abelardo Luz – Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de

Convênio, que não forem sanadas administrativamente, renunciando as partes a qualquer tempo outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordes, assinam o presente Termo de Colaboração, em 03 (três) vias de igual teor, junto com as testemunhas.

Ipuaçu – SC, 20 de abril de 2017.

Município de Ipuaçu-SC
Clori Peroza
Prefeita do Município

Associação Beneficente Sagrado Coração de Jesus
Dionete Barduco Rech
Presidente

Visto:

Julcemar Comachio
Advogado – OAB/SC n. 18.445

Testemunhas:

Nome: Raqueli Biasotto
CPF/MF: 079.614.429-01

Nome: Cássia Santin
CPF/MF: 073.832.599-63

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 6, PP 3-2017-PASSAGENS-REUNIDAS E ZONTA/FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO 6/2017

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2017, do PROCESSO Nº 6/2017, homologado aos 27 de abril de 2017, cujo objeto é aquisição de passagens em Transporte Rodoviário, para Pacientes em tratamento de saúde fora do Município - TFD (tratamento de saúde fora do domicílio), pela Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017.6.6163

de 28 de abril de 2017

FORNECEDOR: TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA, situada na RUA OSVALDO ZANDAVALLI, 927, município de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 76.343.094/0001-63 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 251.844.757, representado pelo Srº LIRIO ZONTA, CPF: 093.976.989-15.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
9	Transporte de paciente de Ipumirim até Concórdia	UN	100,00		12,00	1.200,00
10	Transporte de paciente de Concórdia até Ipumirim	SER	100,00		12,00	1.200,00
Valor Total Registro					2.400,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.6.6938

de 28 de abril de 2017

FORNECEDOR: REUNIDAS TURISMO S.A, situada na AVENIDA GOVERNADOR IVO SILVEIRA, Nº 2445, município de FLORIANÓPOLIS-SC, inscrita no CNPJ sob n. 04.176.082/0001-80 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n.255.274.297, representado pelo Srº RUI CARAMORI, CPF: 170.895.909-25.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Transporte de paciente de Concórdia até Florianópolis	SER	160,00		126,95	20.312,00
2	Transporte de paciente de Florianópolis até Concórdia	SER	160,00		127,10	20.336,00
7	Transporte de paciente de Blumenau até Concórdia UN				101,57 2.031,40	
8	Transporte de paciente de Concórdia até Blumenau	UN	20,00		99,03	1.980,60
Valor Total Registro					44.660,00	

Os extratos das atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

PORTARIA Nº. 301/2017 DE 28 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA PORTARIA 288/2017 QUE DESIGNOU A SERVIDORA LOIRI SALETE PARIZOTTO SANTIAN PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO NO NÚCLEO EDUCACIONAL MUNICIPAL CLAUDINO LOCATELLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Lei.

A L T E R A

Fica alterada a portaria 288/2017 que designou a senhora LOIRI SALETE PARIZOTTO SANTIAN, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº.703.933, CPF sob o nº. 385.057.709-00, residente e domiciliada nesta cidade de Ipumirim - SC, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSORA - CATEGORIA "ENSINO SUPERIOR", para CATEGORIA "LATU SENSU" com carga horária de 20 horas semanais e gratificação de função no valor de 20% sobre o nível inicial do professor nível superior constante no anexo III – 20 horas, para exercer o cargo de Auxiliar de Direção no NEM Professor Claudino Locatelli.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em vigor na data de 28 de Abril de 2017.

Ipumirim - SC, 28 de Abril de 2017.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito

ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DO PL Nº 6, PP Nº 3-2017-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2017 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2017 Data do Processo: 10/04/2017
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de passagens em Transporte Rodoviário, para Pacientes em tratamento de saúde fora do Município - TFD (tratamento de saúde fora do domicílio), pela Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 3/2017 (Sequência: 2)

Ao(s) 26 de Abril de 2017, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2265/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 6/2017, Licitação nº 3/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, reuni-se o Pregoeiro Laudécir Francio e sua Equipe de Apoio, constituída pela servidora municipal Jucilene Goldoni Calari, designados pelo Decreto nº 2265/2016, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do presente certame as empresas: REUNIDAS TURISMO S.A e TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº NILTON CARAMORI procurador da empresa REUNIDAS TURISMO S.A, a Srª ALCIANE PRICILA SONTAG representante credenciada da empresa TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa as empresas acima citada não se credenciam como Microempresa ou empresa de pequeno porte. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, das licitantes habilitadas, as quais mantiveram a proposta inicial, restando cada uma com seus itens da proposta. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

Participante: 6163 - TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
9	Transporte de paciente de Ipumirim até Concórdia	UN	100,00		0,0000	12,00	1.200,00
10	Transporte de paciente de Concórdia até Ipumirim	SER	100,00		0,0000	12,00	1.200,00
Total do Participante —>							2.400,00

Participante: 6938 - REUNIDAS TURISMO S.A

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Transporte de paciente de Concórdia até Florianópolis, período noturno.	SER	160,00		0,0000	126,95	20.312,00
2	Transporte de paciente de Florianópolis até Concórdia, período noturno.	SER	160,00		0,0000	127,10	20.336,00
7	Transporte de paciente de Blumenau até Concórdia	UN	20,00		0,0000	101,57	2.031,40
8	Transporte de paciente de Concórdia até Blumenau	UN	20,00		0,0000	99,03	1.980,60
Total do Participante —>							44.660,00
Total Geral ----->							47.060,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 3/2017 - PR****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 6/2017
Data do Processo: 10/04/2017

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 26 de Abril de 2017

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO	- - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- - AUXILIAR ADMINISTRATIVO
SUZANA GIOMBELLI	- - CADASTRISTA
MOIRA COMBOSKI	- - AUXILIAR ADMINISTRATIVO
JULIE REGINATO	- - ARQUITETA
PAULO ROBERTO DE BORTOLI	- - RECURSOS HUMANO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 6, PP Nº 3-2017-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2017 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2017 Data do Processo: 10/04/2017
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor E Ordenador De Despesas Do Fundo M.de Saúde, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 6/2017
b) Licitação Nr.: 3/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 27/04/2017
e) Objeto da Licitação aquisição de passagens em Transporte Rodoviário, para Pacientes em tratamento de saúde fora do Município - TFD (tratamento de saúde fora do domicílio), pela Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli.

						(em Reais R\$)
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item	
<u>REUNIDAS TURISMO S.A (6938)</u>						
1 Transporte de paciente de Concórdia até Florianópolis, período noturno.	SER	160,00	0,0000	126,95	20.312,00	
2 Transporte de paciente de Florianópolis até Concórdia, período noturno.	SER	160,00	0,0000	127,10	20.336,00	
7 Transporte de paciente de Blumenau até Concórdia	UN	20,00	0,0000	101,57	2.031,40	
8 Transporte de paciente de Concórdia até Blumenau	UN	20,00	0,0000	99,03	1.980,60	
Total do Fornecedor:					44.660,00	
<u>TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA (6163)</u>						
9 Transporte de paciente de Ipumirim até Concórdia	UN	100,00	0,0000	12,00	1.200,00	
10 Transporte de paciente de Concórdia até Ipumirim	SER	100,00	0,0000	12,00	1.200,00	
Total do Fornecedor:					2.400,00	
Total Geral:					47.060,00	

Ipumirim, 27 de Abril de 2017.

VALDIR ZANELLA
OR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO M.DE S/

Irani

PREFEITURA

DECRETO N. 072, DE 27 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 072, de 27 de abril de 2017

“DESIGNA E NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº1535, de 19/05/2010.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para composição do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, indicados pelos Órgãos que compõe eleitos em conformidade com o Regimento Interno do Conselho e em conformidade ao disposto na Lei nº 1535/2010 assim constituído:

I - PRESENTANTES DE ENTIDADE GOVERNAMENTAIS:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS
Titular: Jaçanã Inês Andreis
Suplente: Gisele Chaves

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS
Titular: Marialinna Bressan Zampieri
Suplente: Luana Aparecida Zenaro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
Titular: Fernanda Salete Lorenzatto dos Santos
Suplente: Janaina Rodrigues dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:
Titular: Magali Cristina da Silva
Suplente: Claudimir Basso

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
Titular: Luana Deola
Suplente: Bianca Dias Hunter

II - REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE IRANI:
Titular: Leliz Lenzi Steiner.
Suplente: Elza Maria Deola

ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIRO VOLUNTÁRIO DE IRANI
Titular: Fabiano de Mello
Suplente: Carlinho Peruzzo

IRANI VOLUNTÁRIO
Titular: Rosa Idalina Ronchetti
Suplente: Marlise Terezinha Maziero

REPRESENTANTE DA PASTORAL DA CRIANÇA
Titular: Maria Luiza Dutra
Suplente: Eliane Delfino dos Santos

BENEFICIARIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
Titular: Zilda Machado Zimmermann
Suplente: Fatima Aparecida de Camargo

Parágrafo Único – O Conselho Municipal de Assistência Social será presidido pelos Conselheiros (a) eleitos (a), Presidente Jaçanã Inês Andreis e Vice-presidente Leliz Lenzi Steiner. E a Secretaria Executiva será exercida pela 1ª Secretária: Luana Aparecida Zenaro e 2ª Secretária Marialinna Bressan Zampieri.

Art.2º. Os Serviços prestados serão gratuitos e considerados relevantes para o serviço público municipal.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial decreto nº 051/2017.

Irani/SC, 27 de abril de 2017.
Sivio Antonio Lemos das Neves
Prefeito

Publicado e Registrado nessa Secretaria em 27/04/2017.

Airton Fabricio
Secretário Municipal de Administração e Gestão

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3196/2017

Decreto nº 3.196/2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL POR EXCESSO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.913 de 07 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 2.983,50 (Dois mil novecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção Ações e Serviços Públicos em Saúde		
4.4.90.00.00.00.00.00.0222 (12)	Aplicações Diretas	R\$ 2.983,50

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 222 (Demais transferências da União – Fundo de Saúde) - originado pelo recurso da proposta de emenda parlamentar nº 06089.125000/1150-01, para aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 25 de Abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3198/2017

Decreto nº 3.198/2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.913 de 07 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Fica suplementada montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) a dotação:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.011 – Manutenção do Ensino Infantil		
3.3.90.00.00.00.00.00.0194 (80)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 3º - Devido à suplementação do artigo anterior, fica anulada a dotação:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.0194 (43)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 25 de Abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3200/2017

Decreto nº 3.200/2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.913 de 07 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a, suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), conforme discriminação seguinte:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
1.003 – Obras Reformas e Ampliação de Escolas e Quadras Municipais – Ensino Infantil		
4.4.90.00.00.00.00.0204 (69)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 3º - Suplementar o valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), conforme discriminação seguinte:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
1.002 - Obras Reformas e Ampliação de Escolas e Quadras Mun. - Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00.00.00.0204 (35)	Aplicações Diretas	100.000,00

Art. 3º - Por conta das suplementações previstas nos artigos anteriores, fica parcialmente anulada a dotação a seguir especificada:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00.00.00.0204 (57)	Aplicações Diretas	200.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de Abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 01/2017

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 001/2017

Prefeitura Municipal de Irineópolis

O Município de Irineópolis, através do Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor JULIANO POZZI PEREIRA, torna público que se encontram abertas de 24/04/2017 a 23/05/2017 as inscrições do Teste Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Profissionais, para o exercício dos anos 2017/2018, com fundamento na Lei Complementar Municipal 064/2013 com alterações; para as atividades de Agente Comunitário de Saúde, Médico ESF e Auxiliar de Serviços Gerais II os quais se regerão pelas instruções deste Edital:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O Teste Seletivo destina-se ao provimento de vagas para as atividades de Agente Comunitário de Saúde, Médico ESF disponíveis na Secretaria Municipal de Saúde e Auxiliar de Serviços Gerais II em todas as secretarias da Prefeitura Municipal a serem admitidos em Caráter Temporário para os anos de 2017/2018.

1.2. A divulgação oficial das etapas deste Teste Seletivo dar-se-á através de avisos afixados no mural de publicações da Prefeitura Municipal e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

2. DAS VAGAS:**2.1.**

Cargos	Vagas	Remuneração	Carga Horária	Requisitos Mínimos
Agente Comunitário de Saúde- Área de São Pascoal	CR	R\$ 1.126,58	40 h/sem	Portador do Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental
Médico ESF	CR	R\$ 14.767,96	40 h/sem	Portador do Diploma de Conclusão de Curso Superior Específico para o cargo, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.

Auxiliar de Serviços Gerais II	CR	R\$ 888,82 + Abono Salarial	44 h/sem	Portador do Certificado de Conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental

2.2. O preenchimento das vagas dar-se-á conforme a necessidade da Prefeitura Municipal e na ocorrência de necessitar de substituição de servidores efetivos em afastamento.

2.3. As atribuições das atividades constantes do presente teste seletivo, constam no anexo II, deste edital.

2.4. Os candidatos inscritos e aprovados no cargo de Agente Comunitário de Saúde deverão residir na área de São Pascoal (compreendido pelas comunidades de Assentamento Manoel Alves, Assentamento Vale da Conquista, Rio Preto, Colônia Litikoski, São Pascoal, Aparecida dos Pardos, Km 4 ao Km 20).

3. DAS INSCRIÇÕES:

3.1. A inscrição deverá ser feita na Prefeitura Municipal, Rua Paraná nº 200, Centro, Irineópolis/SC ou por correio via sedex. Para efetuar a inscrição o candidato deverá:

- Ler atentamente o Edital de Abertura de Inscrições e o Formulário de Inscrição (vide anexo III);
- Entregar os documentos exigidos para a efetivação da inscrição até o dia 23/05/2017 às 15h00min na Prefeitura Municipal de Irineópolis, para análise da Comissão do Teste Seletivo.

3.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal, o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a apresentação da documentação exigida. Ao inscrever-se, o candidato deverá, obrigatoriamente, preencher o Requerimento de Inscrição.

3.3. A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Teste Seletivo.

3.4. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal. Reserva-se a Comissão do Teste Seletivo o direito de excluir do mesmo aquele que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.5. O candidato ou seu representante deverá informar no requerimento número de telefone e/ou endereço eletrônico para contato.

3.6. O descumprimento de qualquer das instruções para inscrição, poderá acarretar o indeferimento do requerimento da inscrição.

3.7. As inscrições deferidas e/ou indeferidas serão publicadas até dia 25/05/2017, no mural de publicações da prefeitura municipal e no site www.irineopolis.sc.gov.br, onde caberá recurso até o dia 29/05/2017 dirigido à Comissão do Teste Seletivo.

4. DOS REQUISITOS – DOCUMENTOS:

4.1. O Candidato deverá anexar à ficha de inscrição os seguintes documentos:

- Prova de identidade; (Fotocópia do RG ou Carteira Profissional);
- Certidão de nascimento dos filhos (fotocópia);
- CPF (fotocópia);
- Fotocópia de conclusão de ensino exigido para cada cargo de acordo com os requisitos mínimos mencionados acima;
- Para o candidato a Agente Comunitário de Saúde - comprovante de residência na área de São Pascoal.

5. DA PROVA:

5.1. Terá caráter eliminatório e classificatório e consistirá na resolução de 20 (vinte) questões objetivas com 04 (quatro) opções de respostas, (A, B, C, e D), com apenas uma resposta correta, com valor de 0,5 pontos cada resposta certa, sendo: 05 (cinco) questões de língua portuguesa; 05 (cinco) questões de matemática e 10 (dez) questões de conhecimentos específicos as atividades pretendidas. Exceto para o cargo de Médico ESF, sendo 20 (vinte) questões de conhecimentos específicos.

5.2. Serão considerados classificados na prova os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 05 (cinco) pontos.

5.3. Conteúdo Programático – conforme Anexo I, deste Edital.

6. DA REALIZAÇÃO DA PROVA:

6.1. A prova terá duração máxima de 01h30min e será realizada no dia 04/06/2017 com início às 09h00min, nas dependências do Centro de Uso Múltiplo – Rua Guanabara nº 288, Centro, Irineópolis- SC.

6.2. O candidato deverá comparecer ao local determinado para a realização da prova com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, munido de documento de identificação com foto e comprovante de inscrição, caneta esferográfica, de cor azul ou preta, lápis e borracha.

6.3. Não será permitida a realização da prova em data, local e horário diferentes do estabelecido, seja qual for o motivo alegado.

6.4. Durante a realização da prova, não será permitido ao candidato, sob pena de anulação de sua prova:

I - comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao teste seletivo;

II - consultar qualquer espécie de livro ou apontamentos;

III - utilizar-se de telefone celular, fone de ouvido ou de qualquer outro aparelho eletrônico;

IV - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente em casos especiais na companhia do fiscal;

V - portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos;

VI - tratar com descortesia qualquer dos examinadores, auxiliares ou autoridades presentes.

6.5. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato, ou de pessoas estranhas ao teste seletivo, no local onde será aplicada a prova.

6.6. Os candidatos não poderão sair da sala da aplicação da prova, antes de decorridos 30 (trinta) minutos a partir do início.

6.7. Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no local até a conclusão da prova do último candidato, para assinarem o lacre dos envelopes contendo as provas e os cartões resposta, juntamente com o representante da comissão organizadora do teste.

7. CLASSIFICAÇÃO GERAL:

- 7.1. Somente serão aceitos recursos da classificação dos candidatos, interpostos até 24 horas após a divulgação da classificação que ocorrerá após 3 (três) dias úteis da realização da prova, encaminhados através de requerimentos à Comissão do Teste Seletivo na Prefeitura Municipal de Irineópolis/SC.
- 7.2. O resultado final do Teste Seletivo para os cargos estarão disponíveis no Mural Público ou Átrio da Prefeitura Municipal de Irineópolis e no endereço eletrônico: www.irineopolis.sc.gov.br, após concluídas todas as fases do Teste Seletivo Público.
- 7.3. A apreciação dos recursos será efetuada pela comissão organizadora do processo seletivo e, após a análise de todos os recursos interpostos tempestivamente será divulgada nova lista de classificação até o dia 12/06/2017 às 17h00min;
- 7.4. A Classificação Geral se dará com o máximo de pontos alcançado pelo (a) candidato (a).
- 7.5. Os candidatos serão classificados em listas nominais, na ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida;
- 7.6. Em caso de igualdade de pontuação na classificação terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

8. DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO:

- 8.1. No ato da contratação o candidato deverá apresentar os requisitos e documentos abaixo exigidos. A não comprovação dos requisitos e documentos eliminará o candidato do Teste Seletivo.
- A) Idade mínima de dezoito anos completos até a data de admissão.
- B) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo.
- C) Prova de aptidão mental para o exercício das atividades, mediante atestado admissional fornecido por profissional especializado.
- D) Declaração expressa, com firma reconhecida por verdadeira do candidato, que a contratação não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.
- E) Cópia dos seguintes Documentos: - Cédula de Identidade- Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino; - Cadastro de Pessoa Física - CPF; - Comprovante de escolaridade exigido para o cargo; - Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral; - Comprovar idade mínima de 18(dezoito) anos; - Carteira Profissional de trabalho; - Certidão de nascimento ou casamento; - Certidão de Nascimento dos filhos menores; - Comprovante de residência atual; - Uma foto 3x4; - ASO - Atestado de Saúde Ocupacional; - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais; - Apresentar outros documentos que se fizerem necessários a época da admissão.
- 8.2. Os classificados serão notificados a comparecer no departamento de Recursos Humanos, e terão o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar a documentação exigida e assumir o cargo. O não comparecimento neste prazo acarretará na desistência automática, sendo convocado o próximo candidato de acordo com a classificação.
- 8.3. O candidato aprovado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Teste Seletivo, seu endereço atualizado junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Irineópolis. Caso o candidato não seja localizado por alteração de endereço ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

9. DO REGIME JURÍDICO:

- 9.1. Os aprovados e classificados no Teste Seletivo serão admitidos sob o regime Especial Administrativo em Caráter Temporário, nos termos da Lei Complementar Municipal 064/2013, vinculados ao regime geral de Previdência Social.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 10.1. Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não estejam expressamente previstos no presente Edital, serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo, já devidamente constituída e nomeada pelo Prefeito Municipal, através da Portaria 136/2017 de 10 de abril de 2017, tornando pública a decisão, cabendo recurso diretamente à Prefeitura Municipal de Irineópolis;
- 10.2. A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram o (a) candidato o (a) direito de ingresso automático nos quadros de profissionais contratados da Prefeitura Municipal de Irineópolis. A contratação deverá ser realizada dentro do interesse e necessidade da Prefeitura Municipal de Irineópolis, observada a ordem de classificação dos candidatos;
- 10.3. O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos no presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata e que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.
- 10.4. O presente teste seletivo terá validade de (01) um ano prorrogável por mais (01) um ano.
- 10.5. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo fará divulgar, sempre que necessárias normas complementares ao presente Edital.
- 10.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 12 de Abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL Nº 001/2017
Prefeitura Municipal de Irineópolis

ANEXO I

Cargo:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

Língua Portuguesa: Vocabulário. Classes de palavras e suas flexões. Ortografia. Pronomes de tratamento e vocativos correspondentes. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Figuras de palavras, de construção e de pensamento. Matemática: Números Naturais, Sistema de Numeração Decimal e Números Racionais. Operações com Números Naturais e Racionais. Espaço e Forma. Grandezas e Medidas. Conhecimentos Gerais e da Atualidade: Questões sobre fatos da atualidade, nos âmbitos municipal, estadual, federal e

Internacional, nas áreas política, social, econômica, histórica e cultural. Conhecimentos específicos do cargo, conhecimentos básicos de informática. Conhecimentos específicos ao cargo pretendido.

MÉDICO ESF:

Alergia e Imunologia Diagnóstico, exames complementares e tratamento. Doenças infecciosas, virais e parasitárias Diagnóstico, exames complementares e tratamento. Reumatologia, diagnóstico, exames complementares e tratamento. Doenças pulmonares, diagnóstico, exames complementares e tratamento. Doenças endócrinas e metabólicas, diagnóstico, exames e tratamento. Cardiologia básica, diagnóstico, exames tratamento. Nefrologia, diagnóstico, exames, tratamento. Neurologia, diagnóstico, exames complementares e tratamento. Dermatologia, diagnóstico, exames e tratamento. Hematologia, diagnóstico, exames e tratamento. Doenças sexualmente transmissíveis, diagnóstico, exames e tratamento. Doenças comunitárias, diagnóstico, exames, contatos, profilaxia e tratamento. Gastroenterologia, diagnóstico, exames complementares e tratamento. Programas de Atenção à Saúde. Imunização, prevenção. Urgência/Emergência.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II:

Ortografia. Interpretação de textos. Vocabulário. Variações lingüísticas conforme o contexto social. Classes de palavras e suas flexões. Abreviaturas e siglas mais comuns. Números Naturais, Sistema de Numeração Decimal e Números Racionais. Operações com Números Naturais e Racionais. Espaço e Forma. Grandezas e Medidas. Requisição de materiais necessários aos seus serviços. Normas de segurança no trabalho. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Cuidados com a saúde. Qualidade de vida. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Postura profissional e apresentação pessoal. Equipamentos de segurança. Noções de limpeza e higiene. Produtos e maneiras apropriadas para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos. Preparação dos alimentos. Alimentação escolar e pré-escolar. Pirâmide de alimentos. Higiene dos alimentos. Aproveitamento de nutrientes e alimentos de baixo custo. Meio ambiente. Destinação do lixo, reciclagem. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico.

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**EDITAL Nº 001/2017**

Prefeitura Municipal de Irineópolis

ANEXO II**DA DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CARGOS****AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:**

Realizar mapeamento de sua área; Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; Identificar área de risco; Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básicas; Realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; Traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites.

MÉDICO ESF

Realizar atendimento ambulatorial; Participar dos programas de atendimento as populações atingidas por calamidades públicas; Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento; Realizar estudos e inquéritos sobre níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados; Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva. Emitir laudos e pareceres, quando solicitado; Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Prefeitura; Proceder à notificação das doenças compulsórias a autoridade sanitária local; Desempenhar outras atividades afins.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II:

Inspecionar corredores, pátio, áreas e instalações dos prédios da prefeitura, verificando as necessidades de limpeza, reparos, condições de funcionamento da parte elétrica, hidráulica e outros aparelhos, para efetuar os serviços necessários; Efetuar serviços de copa e cozinha; Comunicar o chefe imediato de ocorrências surgidas; Encarregar-se da recepção, distribuição e controle do consumo de material utilizado; Nas escolas municipais, receber, conferir, estocar, preparar e distribuir merenda e executar outras atividades afins.

TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**EDITAL Nº 001/2017 PMI**

Prefeitura Municipal de Irineópolis

ANEXO III

	Nº DA INSCRIÇÃO:
NOME:	
CEDULA DE IDENTIDADE Nº	CPF Nº:
ENDEREÇO:	
CIDADE:	ESTADO:

E-MAIL:
Nº TELEFONE: Nº TELEFONE CELULAR:
DOCUMENTOS ANEXOS (CÓPIA LEGÍVEL)
() Prova de identidade (RG ou CTPS)
() Certidão de nascimento dos filhos
() CPF
() Certificado de conclusão de ensino exigido para o cargo
() Comprovante de residência aos candidatos para o cargo de Agente Comunitário de Saúde da área de São Pascoal

Irineópolis - SC, __/__/____

Assinatura do candidato

Comprovante de Inscrição do Teste Seletivo 001/2017 PMI

Inscrição Nº:	
Responsável Pela Inscrição:	
Data: __/__/____	Ass. Responsável:

PORTARIA Nº 144/2017

PORTARIA Nº. 144/2017.

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica e amparado no que dispõe o artigo 2º, inciso V, parágrafo único do artigo 3º, e artigo 4º da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1st - CONTRATAR WANDERLEIA COCHINSKI, nascida em 11/06/1978, portadora do CPF nº. 032.906.279-42 RG nº 8.565.207-9 SESP/PR, inscrita no COREN/SC sob o nº 001.091.598, para no período de 13/04/2017 à 30/06/2017, exercer as atividades de Técnica de Enfermagem (40h/sem), conforme Contrato de Trabalho Temporário nº 007/2017, visando o atendimento em caráter temporário e excepcional na área da saúde, atuando em substituição a servidora efetiva Josiane Alves Massaneiro em gozo de Licença Maternidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de Abril de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATORIO Nº 25/2017 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2017

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 17 de maio de 2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Global, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO ELETRÔNICO URBANO DE LOGRADOUROS PUBLICOS À DISTÂNCIA, POR CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO DIGITAL, COMPOSTO DE 01 (UMA) CENTRAL DE VIDEOMONITORAMENTO COM 10 (DEZ) CÂMERAS DE SEGURANÇA DISTRIBUÍDAS PELO QUADRO URBANO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 27 de abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2017 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 12 de maio de 2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO GLOBAL de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA NA MODALIDADE ASP (APPLICATION SERVICE PROVIDER), TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO EM GESTÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, COM VISTAS À DISPONIBILIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA E DECLARAÇÃO MENSAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, E APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br. Irineópolis, 27 de abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO RREO 1º BIM 2017

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.031.131,47	33.031.131,47	4.405.219,51	13,34	4.405.219,51	13,34
RECEITAS CORRENTES	29.544.057,47	29.544.057,47	4.405.219,51	14,91	4.405.219,51	14,91
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.020.564,50	3.020.564,50	185.923,34	6,16	185.923,34	6,16
IMPOSTOS	2.217.766,50	2.217.766,50	144.060,15	6,50	144.060,15	6,50
TAXAS	741.252,00	741.252,00	41.036,64	5,54	41.036,64	5,54
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	61.546,00	61.546,00	826,55	1,34	826,55	1,34
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	200.540,00	200.540,00	28.084,88	14,00	28.084,88	14,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	129,00	129,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	200.411,00	200.411,00	28.084,88	14,01	28.084,88	14,01
RECEITA PATRIMONIAL	342.555,97	342.555,97	58.185,61	16,99	58.185,61	16,99
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	294.829,97	294.829,97	58.185,61	19,74	58.185,61	19,74
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	46.082,00	46.082,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	1.644,00	1.644,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	6.933,00	6.933,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.691.493,00	25.691.493,00	4.101.035,26	15,96	4.101.035,26	15,96
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25.032.935,00	25.032.935,00	4.101.035,26	16,38	4.101.035,26	16,38
TRANSF. DE PESSOAS	8.943,00	8.943,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. DE CONV.	649.615,00	649.615,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	281.971,00	281.971,00	31.990,42	11,35	31.990,42	11,35
MULTAS E JUROS DE MORA	100.187,00	100.187,00	14.475,81	14,45	14.475,81	14,45
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.299,00	7.299,00	5.892,21	80,73	5.892,21	80,73
RECEITA DA DIVIDAATIVA	135.024,00	135.024,00	11.161,40	8,27	11.161,40	8,27
RECEITAS DIVERSAS	39.461,00	39.461,00	461,00	1,17	461,00	1,17
RECEITAS DE CAPITAL	3.487.074,00	3.487.074,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.277.598,00	1.277.598,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.277.598,00	1.277.598,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	27.975,00	27.975,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	27.975,00	27.975,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.181.501,00	2.181.501,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.181.501,00	2.181.501,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	33.031.131,47	33.031.131,47	4.405.219,51	13,34	4.405.219,51	13,34	28.625.911,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	33.031.131,47	33.031.131,47	4.405.219,51	13,34	4.405.219,51	13,34	28.625.911,96
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	33.031.131,47	33.031.131,47	4.405.219,51	13,34	4.405.219,51	13,34	28.625.911,96
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro	—	219.422,59	—	—	86.869,06	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	219.422,59	—	—	86.869,06	—	—
		0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	33.031.131,47	33.370.105,49	5.162.171,86	5.162.171,86	28.207.933,63	3.501.980,42	3.501.980,42	29.868.125,07	2.553.377,05
DESPESAS CORRENTES	27.537.992,64	27.319.676,58	5.084.380,18	5.084.380,18	22.235.296,40	3.461.488,74	3.461.488,74	23.858.187,84	2.515.105,88
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.684.122,63	15.588.347,38	2.342.353,87	2.342.353,87	13.245.993,51	2.333.659,14	2.333.659,14	13.254.688,24	1.508.846,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	266.817,00	266.817,00	25.338,90	25.338,90	241.478,10	25.338,90	25.338,90	241.478,10	25.338,90
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.587.053,11	11.464.512,20	2.716.687,41	2.716.687,41	8.747.824,79	1.102.490,70	1.102.490,70	10.362.021,50	980.920,18
DESPESAS DE CAPITAL	5.343.097,83	5.900.387,91	77.791,68	77.791,68	5.822.596,23	40.491,68	40.491,68	5.859.896,23	38.271,17
INVESTIMENTOS	4.970.030,83	5.527.320,91	54.374,61	54.374,61	5.472.946,30	17.074,61	17.074,61	5.510.246,30	14.854,10
INVERSOES FINANCEIRAS	213.682,00	213.682,00	0,00	0,00	213.682,00	0,00	0,00	213.682,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	159.385,00	159.385,00	23.417,07	23.417,07	135.967,93	23.417,07	23.417,07	135.967,93	23.417,07

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	33.031.131,47	33.370.105,49	5.162.171,86	5.162.171,86	28.207.933,63	3.501.980,42	3.501.980,42	29.868.125,07	2.553.377,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.041,00	150.041,00	0,00	0,00	150.041,00	0,00	0,00	150.041,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.041,00	150.041,00	0,00	0,00	150.041,00	0,00	0,00	150.041,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	33.031.131,47	33.370.105,49	5.162.171,86	5.162.171,86	28.207.933,63	3.501.980,42	3.501.980,42	29.868.125,07	2.553.377,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	33.031.131,47	33.370.105,49	5.162.171,86	5.162.171,86	28.207.933,63	3.501.980,42	3.501.980,42	29.868.125,07	2.553.377,05
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	903.239,09	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	33.031.131,47	33.370.105,49	5.162.171,86	5.162.171,86	—	3.501.980,42	4.405.219,51	—	2.553.377,05
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)			% (d/Total d)
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.031.131,47	33.370.105,49	5.162.171,86	5.162.171,86	100,00	3.501.980,42	3.501.980,42	100,00
Legislativa	1.352.415,00	1.352.415,00	168.818,37	168.818,37	3,27	168.818,37	168.818,37	4,82
Ação Legislativa	1.352.415,00	1.352.415,00	168.818,37	168.818,37	3,27	168.818,37	168.818,37	4,82
Administração	3.275.192,87	3.280.528,40	513.900,26	513.900,26	9,96	398.415,77	398.415,77	11,38
Planejamento e Orçamento	544.518,00	544.518,00	113.054,21	113.054,21	2,19	99.925,62	99.925,62	2,85
Administração Geral	1.837.877,87	1.843.213,40	289.760,46	289.760,46	5,61	190.374,43	190.374,43	5,44
Administração Financeira	589.964,00	589.964,00	79.653,96	79.653,96	1,54	76.684,09	76.684,09	2,19
Previdência Básica	302.833,00	302.833,00	31.431,63	31.431,63	0,61	31.431,63	31.431,63	0,90
Segurança Pública	90.760,00	90.760,00	4.595,46	4.595,46	0,09	4.132,16	4.132,16	0,12
Defesa Civil	90.760,00	90.760,00	4.595,46	4.595,46	0,09	4.132,16	4.132,16	0,12
Assistência Social	1.176.344,50	1.176.344,50	252.944,27	252.944,27	4,90	146.101,84	146.101,84	4,17
Assistência ao Idoso	148.200,00	148.200,00	10.227,72	10.227,72	0,20	7.127,16	7.127,16	0,20
Assistência ao Portador de Deficiência	20.400,00	20.400,00	1.587,93	1.587,93	0,03	1.587,93	1.587,93	0,05
Assistência à Criança e ao Adolescente	274.542,50	274.542,50	75.348,68	75.348,68	1,46	42.963,06	42.963,06	1,23
Assistência Comunitária	733.202,00	733.202,00	165.779,94	165.779,94	3,21	94.423,69	94.423,69	2,70
Saúde	8.591.270,62	8.917.213,11	1.813.357,93	1.813.357,93	35,13	1.116.045,74	1.116.045,74	31,87
Administração Geral	5.155,00	5.155,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	6.158.658,43	6.310.696,76	1.504.419,83	1.504.419,83	29,14	897.689,47	897.689,47	25,63
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.305.701,27	2.460.936,97	295.359,13	295.359,13	5,72	213.500,58	213.500,58	6,10
Vigilância Sanitária	79.509,00	83.629,47	9.861,97	9.861,97	0,19	4.316,06	4.316,06	0,12
Vigilância Epidemiológica	42.246,92	56.794,91	3.717,00	3.717,00	0,07	539,63	539,63	0,02
Educação	11.281.222,48	11.281.222,48	1.310.540,86	1.310.540,86	25,39	981.490,64	981.490,64	28,03
Administração Geral	51.000,00	51.000,00	21.193,95	21.193,95	0,41	21.193,95	21.193,95	0,61
Ensino Fundamental	9.400.404,48	9.100.404,48	1.211.997,62	1.211.997,62	23,48	928.015,59	928.015,59	26,50
Ensino Médio	28.350,00	28.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	121.000,00	121.000,00	15.000,00	15.000,00	0,29	15.000,00	15.000,00	0,43
Educação Infantil	1.495.634,00	1.799.634,00	42.603,37	42.603,37	0,83	12.033,87	12.033,87	0,34
Educação de Jovens e Adultos	3.866,00	3.866,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	50.222,00	46.222,00	4.000,00	4.000,00	0,08	4.000,00	4.000,00	0,11
Desporto Comunitário	130.746,00	130.746,00	15.745,92	15.745,92	0,31	1.247,23	1.247,23	0,04
Cultura	61.159,00	61.159,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	61.159,00	61.159,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	2.909.529,00	2.917.225,00	234.480,55	234.480,55	4,54	174.123,36	174.123,36	4,97
Infra-Estrutura Urbana	2.909.529,00	2.917.225,00	234.480,55	234.480,55	4,54	174.123,36	174.123,36	4,97

Continua 1/2

Continuação 22

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.031.131,47	33.370.105,49	5.162.171,86	5.162.171,86	28.207.933,63	3.501.980,42	3.501.980,42	29.868.125,07
Habituação	225.876,00	225.876,00	0,00	0,00	225.876,00	0,00	0,00	225.876,00
Habituação Urbana	225.876,00	225.876,00	0,00	0,00	225.876,00	0,00	0,00	225.876,00
Saneamento	2.578,00	2.578,00	0,00	0,00	2.578,00	0,00	0,00	2.578,00
Saneamento Básico Urbano	2.578,00	2.578,00	0,00	0,00	2.578,00	0,00	0,00	2.578,00
Agricultura	1.120.744,00	1.120.744,00	130.732,17	130.732,17	990.011,83	35.088,79	35.088,79	1.085.655,21
Extensão Rural	1.120.744,00	1.120.744,00	130.732,17	130.732,17	990.011,83	35.088,79	35.088,79	1.085.655,21
Indústria	64.970,00	64.970,00	0,00	0,00	64.970,00	0,00	0,00	64.970,00
Promoção Industrial	64.970,00	64.970,00	0,00	0,00	64.970,00	0,00	0,00	64.970,00
Comércio e Serviços	21.899,00	21.899,00	0,00	0,00	21.899,00	0,00	0,00	21.899,00
Turismo	21.899,00	21.899,00	0,00	0,00	21.899,00	0,00	0,00	21.899,00
Energia	257.730,00	257.730,00	0,00	0,00	257.730,00	0,00	0,00	257.730,00
Energia Elétrica	257.730,00	257.730,00	0,00	0,00	257.730,00	0,00	0,00	257.730,00
Transporte	2.449.400,00	2.449.400,00	732.801,99	732.801,99	1.716.598,01	477.763,75	477.763,75	1.971.636,25
Transporte Rodoviário	2.449.400,00	2.449.400,00	732.801,99	732.801,99	1.716.598,01	477.763,75	477.763,75	1.971.636,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.041,00	150.041,00	0,00	0,00	150.041,00	0,00	0,00	150.041,00
TOTAL (III) = (I + II)	33.031.131,47	33.370.105,49	5.162.171,86	5.162.171,86	28.207.933,63	3.501.980,42	3.501.980,42	29.868.125,07

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR N° 15/2017

Pregão Presencial nº 15/2017 – Objeto: contratação de empresas para prestarem serviços de Transporte Escolar. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 15 de maio de 2017, até as 09h15. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 15 de maio de 2017, as 09h30. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaiopoliis.sc.gov.br. Itaiópolis, 26 de abril de 2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

Itapema

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 017/2017 – PREGÃO – 04.009.2017 ATA REGISTRO DE PREÇOS 009/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 017/2017 – PREGÃO – 04.009.2017

ATA REGISTRO DE PREÇOS 009/2017

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO: Registro de Preços – Aquisição de Materiais de expediente, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.009.2017.

VALOR TOTAL: R\$ 290.870,25 (duzentos e noventa mil oitocentos e setenta reais e vinte e cinco centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses.

EMPRESAS:

AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI;
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI – ME;
CELIA REGINA W. SANI – ME;
COMERCIAL ONIX LTDA – EPP;
DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA;
ELMO PAPELARIA LTDA – ME;
JEFERSON EUDES CAMPI ME;
M.C. DALABONA DISTRIBUIDORA – ME;
MAXIMA PAPELARIA EIRELI;
PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA – ME;
PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA – EPP;
RAFAEL DA SILVA PAPELARIA – ME;
SZ BYTE INFORMÁTICA LTDA EPP;
WRS-SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA – ME.

Ata disponível na íntegra no site www.itapema.sc.gov.br

Itapema, 12 de abril de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita de Itapema

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2017

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 085/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DA COPA, COZINHA E LIMPEZA DO PRÉDIO DA PREFEITURA, BANHEIROS PÚBLICOS E DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS).

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 08:15 do dia 11/05/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 27 de Abril de 2017.

Lauro Schlickmann
Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

Itapoá

PREFEITURA

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL N° 2774/2016 QUE NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ.

DECRETO MUNICIPAL N° 3177/2017

Data: 19 de abril de 2017

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL N° 2774/2016 QUE NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica alterado Decreto Municipal nº 2774/2016 que nomeia a comissão coordenadora de monitoramento e avaliação do plano Municipal de Educação de Itapoá, com a seguinte composição:

I. Representante do Poder Executivo:

Ana Claudia de Oliveira Jacinto - Titular

Valci Terezinha de Souza – Suplente

II. Representante do Poder Legislativo:

Janayna Gomes Silvino-Titular

Francisco Xavier Soares Filho-Suplente

III. Representante do Conselho Municipal de Educação:

Aparecida Grandini José – Titular

Elaine Cristina Alves – Suplente

IV. Representante do Conselho Municipal de Acompanhamento do FUNDEB:

Marcelo Schatzmann – Titular

Lucy Helena Wielewicki – Suplente

V. Representante dos Colegiados Escolares:

Roseli Tureck

Eliane Rozi Theurer

VI. Representante do Fórum Municipal de Educação:

André Geraldo Brauer

Sandra Maria Dani Benck

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 2774/2016.

Itapoá (SC), 19 abril de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

ATA DISPENSA Nº 03-17- I CHAMADA PÚBLICA PRODUTOR RURAL**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ – SC****Comissão Permanente de Licitação****ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA**

Data	27/04/2017	Horário início: 14h00min
Licitação / Modalidade	CHAMAMENTO PÚBLICO DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO	Nº 02/2017 Nº 03/2017 Nº 26/2017

OBJETO:

CRENCIAMENTO de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando a aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinados a preparação da Merenda Escolar para atender os alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme **Decreto Municipal nº 3108/2017**. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Site Municipal e Mural Público Municipal em 21/03/2017 e em jornal diário de grande circulação no estado e Diário Oficial da União no dia 22/03/2017 a fim de ampla divulgação. Protocolaram envelopes os seguintes produtores rurais:

Data	Prot.	Credenciante	CNPJ/MF	DAP
12/04/2017	1353	IVO CECCATO	442.314.589-87	SDW0442314589870805150903
12/04/2017	1354	JOSÉ DONIZETE SPECK	693.579.359-91	SDW0693579359911006100416
12/04/2017	1355	NICOLAS GABRIEL CECCATO	099.274.979-46	SDW0099274979460805150944
12/04/2017	1356	PEDRO SOUZA SPECK	777.724.409-44	SDW0777724409442201140933
12/04/2017	1357	DENILSO FRIZANCO	049.571.559-09	SDW0049571559092705140949
12/04/2017	1358	BENEDITO PEREIRA DIAS	687.056.119-20	SDW0687056119200110151206
12/04/2017	1359	EDIVALDO FRISANCO	054.971.209-70	SDW0054971209701106140626

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação dos produtores rurais acima relacionados, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que todos cumpriram as exigências estipuladas no edital de Chamamento Público e, portanto foram considerados HABILITADOS. Passando à fase seguinte, foram abertos os envelopes de Proposta de Preço dos produtores rurais habilitados, chegando ao seguinte resultado:

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Credenciado
2	Alface tipo "Crespa". Fresca, tenra, sem estragos, sem partes deterioradas ou velhas. Cada unidade deve ter cerca de 150g.	Kg	1.250	R\$ 7,80	R\$ 9.750,00	BENEDITO PEREIRA DIAS

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Credenciado
3	Aipim descascado congelado. Embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de no máximo 3 kg. Rotulagem conforme legislação.	Kg	1.500	R\$ 7,70	R\$ 11.550,00	EDIVALDO FRISANCO

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Credenciado
4	Banana Caturra. Casca amarela, não	Kg	10.000	R\$ 1,99	R\$ 19.900,00	JOSÉ DONIZETE SPECK

1/2



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ – SC
Comissão Permanente de Licitação

	completamente madura, sem pontos pretos ou amolecidos.					
--	--	--	--	--	--	--

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Credenciado
4	Banana Caturra. Casca amarela, não completamente madura, sem pontos pretos ou amolecidos.	Kg	10.000	R\$ 1,99	R\$ 19.900,00	PEDRO SOUZA SPECK

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Credenciado
5	<u>Cheiro verde</u> . Maço contendo cebolinha e salsinha, folhas integras, frescas, coloração uniforme, bem desenvolvida, salsinha com talos. Maços com aproximadamente 300g, sem as raízes.	MAÇO	1.500	R\$ 4,60	R\$ 6.900,00	DENILSO FRIZANCO

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Credenciado
6	Polpa de abacaxi com hortelã . Polpa de fruta natural integral, congelada sabor abacaxi com hortelã, sem conservantes, corantes e outros aditivos, embalagens de 1kg	kg	570	R\$ 17,00	R\$ 9.690,00	NICOLAS GABRIEL CECCATO
7	Polpa de acerola . Polpa de fruta natural integral, congelada sabor Acerola, sem conservantes, corantes e outros aditivos, embalagens de 1kg	kg	600	R\$ 17,00	R\$ 10.200,00	
Total					R\$ 19.890,00	

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Credenciado
7	Polpa de maracujá . Polpa de fruta natural integral, congelada sabor maracujá, sem conservantes, corantes e outros aditivos, embalagens de 1kg	kg	570	R\$ 17,00	R\$ 9.690,00	IVO CECCATO
8	Polpa de uva . Polpa de fruta natural integral, congelada sabor uva, sem conservantes, corantes e outros aditivos, embalagens de 1kg.	kg	600	R\$ 17,00	R\$ 10.200,00	
Total					R\$ 19.890,00	

Verificados os produtores credenciados para cada item, resta ainda como objeto de credenciamento apenas os seguintes produtos e quantidades:

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total
1	<u>Abóbora tipo "menina" ou "pescoco"</u> . Fruto de características limpa lustroso, sem machucaduras e pontos moles, partes do caule.	Kg	300	R\$ 2,93	R\$879,00
4	Banana Caturra. Casca amarela, não completamente madura, sem pontos pretos ou amolecidos.	Kg	10.000	R\$ 2,10	R\$ 21.000
6	Polpa de abacaxi com hortelã . Polpa de fruta natural integral, congelada sabor abacaxi com hortelã, sem	Kg	130	R\$ 17,50	R\$ 2.275,00

2/2



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ – SC
Comissão Permanente de Licitação

	conservantes, corantes e outros aditivos, embalagens de 1kg				
7	Polpa de acerola . Polpa de fruta natural integral, congelada sabor Acerola, sem conservantes, corantes e outros aditivos, embalagens de 1kg	Kg	100	R\$ 17,50	R\$ 1.750,00
8	Polpa de maracujá . Polpa de fruta natural integral, congelada sabor maracujá, sem conservantes, corantes e outros aditivos, embalagens de 1kg	Kg	230	R\$ 17,50	R\$ 4.025,00
9	Polpa de uva . Polpa de fruta natural integral, congelada sabor uva, sem conservantes, corantes e outros aditivos, embalagens de 1kg.	Kg	200	R\$ 17,50	R\$ 3.500,00

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA
MEMBRO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ - IPESI**PORTARIA 1140/2017**

PORTARIA N.º 1140/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição a servidora "NILZA CHIAPETTI"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 3º da E.C. 47/2005, combinado com o artigo 4º, inciso I, e artigo 74, § 1º da Lei Complementar Municipal nº 041/2014 que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária Por Tempo de Contribuição – Art.3º da E.C.47/2005 a servidora NILZA CHIAPETTI, efetiva no cargo de Agente Administrativo II, Nível "VI" Referência "P", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais, totalizando o valor de R\$ 4.889,05 (quatro mil, oitocentos e oitenta e nove reais e cinco centavos), conforme processo administrativo do IPESI nº 2017.04.01347P, a partir de 17 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 17 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 24 de abril de 2017.

Iara Cristine de Oliveira Hoepfner

Diretora Executiva

Decreto Municipal 2352/2015

Homologo:

Marlon Roberto Neuber

Prefeito Municipal

PORTARIA 1144/2017 REVOGAÇÃO DA PORTARIA 877/2015

PORTARIA N.º 1144/2017

"Revoga a Portaria nº 877/2015 que dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição a servidora MARIA LUCIA CORDEIRO"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e na Lei Complementar Municipal nº 041/2014 de 16 de julho de 2014 que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria 877/2015 de 20 de abril de 2015, com efeitos a partir de 02 de abril de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 02 de abril de 2017.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 27 de abril de 2017.

Iara Cristine de Oliveira Hoepfner

Diretora Executiva

Decreto Municipal 2352/2015

Homologo:

Marlon Roberto Neuber

Prefeito Municipal

PORTARIA 1145/2017

PORTARIA N.º 1145/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição a servidora MARIA LUCIA CORDEIRO"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 40, § 1º, III, "a", § 5º da CF/88 com redação da E.C. 41/2003, combinado com o artigo 72 da Lei Complementar Municipal nº 041/2014 de 16 de julho de 2014 que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária Por Tempo de Contribuição – a servidora MARIA LUCIA CORDEIRO, efetiva no cargo de Professor I Nível "I" Referência "F", lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais, totalizando o valor de R\$ 2.578,51 (dois mil, quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta e um centavos), conforme processo administrativo do IPESI nº 2017.04.01071R1, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 02 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 27 de abril de 2017.

Iara Cristine de Oliveira Hoepfner

Diretora Executiva

Decreto Municipal 2352/2015

Homologo:

Marlon Roberto Neuber

Prefeito Municipal

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 114/2015

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE REAJUSTE DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 14/2015

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 25/2015

Contrato Administrativo nº: 114/2015.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE HORA/MÁQUINA DE TRATOR DE ESTEIRA, COM OPERADORES PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA NAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC.

Valor: R\$ 220,21 (Duzentos e vinte reais e vinte e um centavos) por hora/máquina.

Vigência: 31/12/2017, podendo ser prorrogado, conforme disposto no inciso II, do artigo 57, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: JV SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.387.751/0001-78.

Jaborá, SC, 27 de Abril de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.320/2017

D E C R E T O Nº 11.320/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE
33.02.15.452.04242.260 - Manutenção e investimentos em equipamentos de controle de tráfego
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
33.02.289 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.200,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE
33.02.15.452.04242.260 - Manutenção e investimentos em equipamentos de controle de tráfego
4.4.00 - INVESTIMENTOS
33.02.291 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.200,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN
Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.321/2017

D E C R E T O Nº 11.321/2017

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial, Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.334/2017, de 09/01/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.377/2017, de 26 de abril de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 710.557,00 (Setecentos e dez mil, quinhentos e cinquenta e sete reais), para reforço de crédito especial dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal

de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
39.01 - CULTURA
39.01.13.122.03004.100 - Manutenção das atividades da Fundação Cultural
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
39.01.342 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 54.000,00
39.01.13.391.11004.104 - Gestão, divulgação e manutenção do Arquivo Histórico
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
39.01.352 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 66.000,00
39.04 - ESPORTE E LAZER
39.04.27.813.10004.004 - Manutenção de espaços nos bairros para convivência, atividades de esporte e lazer
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
39.04.419 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.557,00
39.04.27.812.10014.005 - Realização de campeonatos escolares e comunitários
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
39.04.416 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
39.04.27.811.10024.006 - Suporte às modalidades de rendimento
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
39.04.413 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 370.000,00
39.04.27.811.10024.007 - Auxílio bolsa atleta
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
39.04.415 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
TOTAL R\$ 710.557,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Procuradoria-Geral do Município (PGM); da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz); da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop); da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Semash); e da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

04 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
04.01 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
04.01.04.122.03012.034 - Pagamento dos servidores da Procuradoria
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
04.01.16 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 237.057,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
06.01.04.122.03012.079 - Pagamento dos servidores da Fazenda
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
06.01.66 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 23.500,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
09.01.15.122.03012.312 - Pagamento dos servidores de Obras
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
09.01.178 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
37 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
37.03 - HABITAÇÃO
37.03.16.122.03012.514 - Pagamento dos servidores da Habitação
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
37.03.339 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
39.04 - ESPORTE E LAZER

39.04.27.122.03014.008 - Pagamento dos servidores da Fundação Municipal de Esportes
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
39.04.411 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 710.557,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.322/2017

DECRETO Nº 11.322/2017

Regulamenta a Lei Municipal Nº 7.349, de 10 de março de 2017, que institui a Bolsa Desportiva Municipal.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. A Lei Nº 7.349, de 10 de março de 2017, que institui a Bolsa Desportiva Municipal, fica regulamentada nos termos deste Decreto.

Art. 2º. A Bolsa Desportiva Municipal consiste em apoio financeiro, técnico e material à atletas não profissionais, paratletas e técnicos participantes do desporto educacional e de alto rendimento, atendendo as modalidades constantes dos programas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, com prioridade àquelas em que o Município vem apresentando melhor desempenho técnico, mediante série histórica de resultados em eventos oficiais de âmbito municipal, estadual, nacional e internacional reconhecidos pelas entidades Nacionais de administração do Esporte, e estas, reconhecidas ou vinculadas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Comitê Olímpico Internacional (COI) ou ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Art. 3º A Bolsa Desportiva Municipal será distribuída por meio do sistema de Bolsa Desportiva Institucional.

§1º Para os fins deste Decreto, considera-se Bolsa Desportiva Institucional aquela distribuída diretamente aos atletas não profissionais, paratletas e técnicos que se inscreverem, em atendimento ao edital de chamamento publicado para esta finalidade, observados os critérios de mérito esportivo:

- a) ter obtido até a terceira colocação em eventos esportivos oficiais; e
- b) ter treinado ou auxiliado nos treinamentos dos atletas não profissionais que tenham obtido até a terceira colocação em eventos esportivos oficiais.

§2º Considera-se Mérito Esportivo a obtenção da primeira até a terceira colocação nas modalidades de prática desportiva no evento estadual, nacional, internacional, realizado e reconhecido como tal pelas Entidades de Administração do Desporto Internacional, Nacional ou Regional e Estadual.

Art. 4º. A Bolsa Desportiva Municipal será concedida para atletas, paratletas e técnicos, nos seguintes valores:

I – Categoria Iniciação Esportiva e Paradesporto, destinado aos

que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares em Campeonatos Estaduais (Federações) até 14 anos ou Paradesporto, nos seguintes valores:

a) Atletas e paratletas, no valor mensal correspondente até 07 (sete) UPM's – Unidades Padrão Municipal;

b) Técnicos, no valor mensal correspondente até 14 (quatorze) UPM's – Unidades Padrão Municipal.

II – Categoria Estadual e OLESC, destinado aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares em Campeonatos Estaduais (Federações) e na OLESC da fase estadual (FESPORTE), nos seguintes valores:

a) Atletas e paratletas, no valor mensal correspondente até 10 (dez) UPM's – Unidades Padrão Municipal;

b) Técnicos, no valor mensal correspondente até 20 (vinte) UPM's – Unidades Padrão Municipal.

III – Categoria Jogos Abertos de SC, Joguinhos Abertos de SC e competições nacionais, destinado aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares nas competições da FESPORTE (Jogos Abertos de SC fase estadual, Joguinhos Abertos de SC fase estadual) ou em Competições Nacionais, nos seguintes valores:

a) Atletas e paratletas, no valor mensal correspondente até 11 (onze) UPM's – Unidades Padrão Municipal;

b) Técnicos, no valor mensal correspondente até 22 (vinte e duas) UPM's – Unidades Padrão Municipal.

IV – Categoria Olímpico, Mundial, Pan Americano, Sul Americano, Paralímpico, destinado aos que já obtiveram premiações de 1º, 2º e 3º lugares nas competições: Olimpíada, Mundial de Clubes ou Seleções, Pan Americano de Clubes ou Seleções, Sul Americano de Clubes ou Seleções e Paralimpíada, nos seguintes valores:

a) Atletas e paratletas, no valor mensal correspondente até 12 (doze) UPM's – Unidades Padrão Municipal;

b) Técnicos, no valor mensal correspondente até 24 (vinte e quatro) UPM's – Unidades Padrão Municipal.

§1º Os valores individuais a serem repassados aos atletas ou paratletas serão definidos pela Comissão da Bolsa Desportiva Municipal, nos limites estabelecidos nesta Lei, considerando histórico do atleta ou paratleta na modalidade, conquistas históricas, competições, medalhas, troféus, categoria na qual se encontra inscrito e a importância do atleta e da modalidade na programação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, ou outra que a suceder.

§2º Os valores individuais a serem repassados aos técnicos serão definidos pela Comissão de Análise da Bolsa Desportiva Municipal nos limites estabelecidos nesta Lei, considerando histórico do técnico, na modalidade, conquistas históricas, competições, medalhas, troféus, de atletas que treinou ou auxiliou nos treinamentos.

Art.5º. A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, ou outra que a suceder, constituirá comissão de caráter permanente com o fim de tratar da concessão, da renovação e do desligamento dos beneficiários do Bolsa Desportiva Municipal.

§1º A Comissão do Bolsa Desportiva Municipal será integrada por 05 (cinco) membros da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, ou outra que a suceder, composta pelo:

I – Secretário(a) Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

II – Diretor(a) de Esporte;

III – Gerente de Esporte; e

IV – 02 (dois) profissionais do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, com formação em Educação Física, sendo que, pelo menos, 01 (um) deles deve obrigatoriamente estar inscrito no CREF/SC.

§2º Caberá à Comissão do Bolsa Desportiva Municipal a análise, classificação e enquadramento dos candidatos por categoria, modalidade e naípe.

Art.6º A Comissão do Bolsa Desportiva Municipal publicará edital de chamamento público para a apresentação dos pedidos de concessão e renovação do Bolsa Desportiva Municipal de Jaraguá do Sul.

§1º O edital de chamamento público poderá prever outros requisitos legais a serem preenchidos cumulativamente pelos candidatos, e deverá fixar todos os documentos hábeis para a inscrição dos mesmos.

§2º O edital de chamamento deverá prever o número de Bolsa Desportiva Municipal, bem como deverá definir os critérios técnicos, podendo adotar critérios de pontuação, que embasarão sua avaliação e conclusão, levando-se em consideração, principalmente, a correspondente disponibilidade orçamentária e financeira, e ainda, conterà os critérios de desempate, das obrigações do beneficiário, da divulgação dos resultados, dos recursos, e homologação.

§3º. O edital de chamamento público deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios, Diário Oficial do Estado, Jornal de circulação local ou regional, e estadual, bem como divulgado no Portal eletrônico da Prefeitura do Município de Jaraguá do Sul, preferencialmente, no início ou no final de cada ano, fixando prazo não inferior a 30 (trinta) dias para os interessados apresentarem o respectivo requerimento devidamente instruído com os documentos necessários à comprovação dos requisitos previstos neste Decreto.

Art.7º Para pleitear a concessão da Bolsa Desportiva Municipal, o interessado deverá preencher cumulativamente os seguintes requisitos, dentre outros:

I – estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva ou entidade de administração desportiva da respectiva modalidade;

II – ter participado de competições esportivas oficiais em âmbitos municipal, estadual, nacional ou internacional no ano imediatamente anterior àquela em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa Desportiva Municipal, no caso de atleta e paratleta;

III – ter participado de competições esportivas oficiais em âmbito municipal, estadual, nacional ou internacional, no caso de técnico;

IV – apresentar plano anual de participação em, no mínimo, 01 (uma) competição oficial da modalidade e categoria, e de preparação ou treinamento para competições de âmbito estadual, nacional e internacional, no caso de técnico;

V – possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos, no caso de atleta e paratleta;

VI – apresentar Autorização do pai ou responsável e comprovante de matrícula em instituição de ensino público ou privado, ou certificado de conclusão do Ensino Médio, no caso de atleta e paratleta menor de 18 (dezoito) anos de idade.

§1º Com o deferimento da concessão da Bolsa Desportiva Municipal, o requerente obrigatoriamente representará o Município de Jaraguá do Sul em todas as competições que a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, ou outra que a suceder, for participante e desejar convocá-lo, sob pena de, obrigatoriamente, ter que devolver integralmente os recursos recebidos até 10 (dez) dias após a efetiva recusa por parte do requerente.

§2º O atleta, paratleta e técnico beneficiado com a Bolsa Desportiva Municipal oferecerá como contrapartida Autorização para o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como usará a marca oficial do Município de Jaraguá do Sul e da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, ou outra que a suceder, e de seus patrocinadores oficiais em seus uniformes e nas demais matérias de divulgação e marketing.

§3º Poderá, a qualquer tempo, ser dispensado o requisito do inciso II em caso da ocorrência de situação excepcional, como a de atleta, paratleta ou técnico, com desempenho excepcional, fixação de domicílio neste Município em razão de emprego ou estudo ou outra questão extraordinária, ficando, neste caso, facultada a apresentação de plano de participação de que trata o inciso III com periodicidade inferior a 01 (um) ano.

§4º A concessão da Bolsa Desportiva Municipal fica limitada a 01 (uma) por atleta não profissional, paratleta e técnico.

§5º Qualquer interessado poderá impugnar a concessão do Bolsa Desportiva Municipal, devendo a impugnação ser encaminhada à Comissão do Bolsa Desportiva Municipal que analisará, em primeira e única instância administrativa, as razões apresentadas.

Art.8º A Bolsa Desportiva Municipal será concedida dentro do exercício fiscal com pagamentos mensais, podendo sua concessão ser renovada por iguais e sucessivos períodos, desde que atendidos os requisitos previstos no artigo 7º, deste Decreto, e ainda, se houver previsão de dotação orçamentária.

§1º Os atletas ou paratletas que já receberem o benefício e conquistarem medalhas nas competições de suas categorias de inscrição terão prioridade para a renovação das suas Bolsas.

§2º A concessão de Bolsa Desportiva Municipal não gera vínculo laboral ou de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal nem com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, ou outra que a suceder, sendo que o valor pago possui caráter indenizatório.

Art.9º. A concessão do benefício ficará condicionada à assinatura do respectivo Termo de Adesão, segundo modelo anexado ao edital de chamamento, no qual constará expressamente as obrigações do beneficiário e que o apoio financeiro deixará de ser concedido caso não sejam cumpridos os requisitos estabelecidos.

Art.10. A concessão da Bolsa Desportiva Municipal é individual, eventual, temporária e perdurará enquanto o beneficiado atender às condições estabelecidas nos critérios de avaliação.

Art.11. Será automaticamente desligado do Bolsa Desportiva Municipal o atleta, paratleta e o técnico que:

I – quando convocado, deixar de participar das competições sem motivo previamente justificado;

II – for transferido para representação de outro Município, Estado ou País;

III – abandone os treinamentos ou seja dispensado deles;

IV – seja considerado inapto pela comissão técnica da modalidade por motivo médico, técnico ou disciplinar;

V – sofrer punição disciplinar aplicada por qualquer órgão de Justiça Desportiva da respectiva modalidade, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias;

VI – não cumprir o calendário e as obrigações da prestação de contas; e,

VII – deixar de cumprir quaisquer condições estabelecidas na Lei e neste Decreto.

§1º Para os fins do disposto no inciso III do "caput" deste artigo, será considerado abandono a ausência injustificada do atleta aos treinamentos e competições por prazo superior a 15 (quinze) dias.

§2º A Comissão do Bolsa Desportiva Municipal deverá intimar o atleta para manifestar-se sobre os motivos que ensejarem o cancelamento do benefício, emitindo, posteriormente, sua decisão.

Art.12. Da decisão que determinar o cancelamento do benefício caberá recurso, com efeito suspensivo.

Art.13. O beneficiário do Bolsa Desportiva Municipal de Jaraguá do Sul deverá apresentar à Comissão a prestação de contas do benefício no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da última parcela.

§1º No caso do beneficiário atleta não profissional ou paratleta, a prestação de contas consistirá em:

I – declaração do próprio beneficiário ou de seu representante legal, se menor de 18 (dezoito) anos, de que os recursos recebidos a título de Bolsa Desportiva Municipal foram utilizados para custear as despesas com sua manutenção pessoal e desportiva;

II – declaração expedida pela respectiva entidade de prática desportiva (clube), atestando estar o beneficiário em plena atividade de prática desportiva não profissional.

§2º No caso do beneficiário técnico, será exigida a prestação de contas consubstanciada em relatório de atividades desenvolvidas no período do benefício.

§3º A não prestação de contas ou a sua não aprovação obrigará à restituição dos valores recebidos.

Art.14. As despesas decorrentes da concessão da Bolsa Desportiva Municipal correrão à conta dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, ou outra que a suceder, suplementadas se necessárias.

Art.15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

NATÁLIA LÚCIA PETRY
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2017/SEMCEL

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2017
INSCRIÇÃO BOLSA DESPORTIVA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Jaraguá do Sul e a Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais e com amparo legal na Lei Municipal nº 7.349/2017 de 10 de março de

2017 e Decreto Municipal nº11.322/2017 de 26 de abril de 2017, torna público que estão abertas às inscrições para o Bolsa Desportiva Municipal para Técnicos de acordo com o que estabelece o presente Edital.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 7.349/2017 de 10 de março de 2017 e Decreto Municipal nº11.322/2017 de 26 de abril de 2017.

PERÍODO E LOCAL DE INSCRIÇÃO: As inscrições estarão abertas no período de 02 de maio de 2017 a 31 de maio de 2017 e serão efetuadas exclusivamente na sede da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, situada na Rua Gustavo Hagedorn, 636, Nova Brasília, Jaraguá do Sul – SC no seguinte horário: das 8h às 12h;

INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este edital poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer pelo fone (047) 3270-4300 ou ainda, pelos e-mails id2992@jaraguadosul.sc.gov.br (servidor: Cleide Mosca) ou id81872@jaraguadosul.sc.gov.br (servidor: Augustinho Ferrari).

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do presente Edital e seus anexos, poderão ser obtidos gratuitamente na sede da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, situada na Rua Gustavo Hagedorn, 636, Nova Brasília, Jaraguá do Sul – SC, ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul (SC), 27 de abril de 2017.

Natália Lucia Petry
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2017/SEMCEL - LINK

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2017

INSCRIÇÃO BOLSA DESPORTIVA MUNICIPAL

ANEXOS I a X do EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2017 – Inscrição Bolsa Desportiva Municipal.

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, a íntegra do Edital de Chamamento Nº 001/2017 e seus anexos encontram-se disponíveis no link abaixo:

<http://portal.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=18191>

LEI Nº 7.374/2017

LEI Nº 7.374/2017

Denomina Via Pública.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Rua de Nº 1462, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Jaraguá 99, passa a denominar-se GUI-LHERME MEIER.

Art.2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

IVALDO KUCZKOWSKI

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

LEI Nº 7.375/2017

LEI Nº 7.375/2017

Denomina Via Pública.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Rua de Nº 1463, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Jaraguá 99, passa a denominar-se OTTILIA MEIER.

Art.2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

IVALDO KUCZKOWSKI

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

LEI Nº 7.376/2017

LEI Nº 7.376/2017

Denomina Via Pública.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Rua de Nº 1465, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Jaraguá 99, passa a denominar-se HAROLD ISBERNER.

Art.2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

IVALDO KUCZKOWSKI

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

LEI Nº 7.377/2017

LEI Nº 7.377/2017

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, para Reforço do Crédito Especial Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.334/2017, de 09/01/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir

crédito adicional, mediante Decreto, no valor de R\$ 710.557,00 (Setecentos e dez mil, quinhentos e cinquenta e sete reais), para reforço de crédito especial dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.01 - CULTURA

39.01.13.122.03004.100 - Manutenção das atividades da Fundação Cultural

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.342 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 54.000,00

39.01.13.391.11004.104 - Gestão, divulgação e manutenção do Arquivo Histórico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.352 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 66.000,00

39.04 - ESPORTE E LAZER

39.04.27.813.10004.004 - Manutenção de espaços nos bairros para convivência,

atividades de esporte e lazer

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.419 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.557,00

39.04.27.812.10014.005 - Realização de campeonatos escolares e comunitários

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.416 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

39.04.27.811.10024.006 - Suporte às modalidades de rendimento

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.413 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 370.000,00

39.04.27.811.10024.007 - Auxílio bolsa atleta

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.415 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 710.557,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Procuradoria-Geral do Município (PGM); da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz); da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop); da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Semash); e da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

04 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.01 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

04.01.04.122.03012.034 - Pagamento dos servidores da Procuradoria

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

04.01.16 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 237.057,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

06.01.04.122.03012.079 - Pagamento dos servidores da Fazenda

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

06.01.66 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 23.500,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01.15.122.03012.312 - Pagamento dos servidores de Obras

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

09.01.178 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

37 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

37.03 - HABITAÇÃO

37.03.16.122.03012.514 - Pagamento dos servidores da Habitação

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

37.03.339 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.04 - ESPORTE E LAZER

39.04.27.122.03014.008 - Pagamento dos servidores da Fundação Municipal de Esportes

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

39.04.411 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 710.557,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA 199/2017/SEMED

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 199/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o nome constante na Portaria Nº 067/2017 de 22/03/2017 de ELISABETH MUELLER para ELISABETH MUELLER.

Jaraguá do Sul, 25 de abril de 2017.

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 02/2017/SEMPLE

PORTARIANº 02/2017/SEMPLE

IVALDO KUCZKOWSKI, Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e com base no inciso II, do artigo 20, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, com redação dada pela Lei Complementar Municipal Nº 118/2012, de 24/02/2013; e

CONSIDERANDO a autorização legislativa do parágrafo 2º, do artigo 27, da Lei Municipal Nº 1.767/1993, de 09/12/1993, com redação dada pela Lei Municipal Nº 6.903/2014, de 15/08/2014;

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação do prazo previsto no Decreto Municipal Nº 10.779/2016, de 24/03/2016, para providências administrativas junto ao Registro de Imóveis desta Comarca, conforme requerido através do Processo PMJS Nº 2.237/2017;

RESOLVE :

Art. 1º Prorrogar em 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data da assinatura desta Portaria, o prazo para a parte interessada proceder o competente registro do Loteamento João Gualberto Rocha 2, de propriedade de Imobiliária Menegotti Ltda., aprovado pelo Decreto Municipal Nº 10.779/16 e Processo PMJS Nº 42.158/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de abril de 2017.
RONIS ROBERTO BOSSE
Diretor de Urbanismo

IVALDO KUCZKOWSKI
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

PORTARIA Nº 034/2017/COGEM

PORTARIANº 034/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 036/2017/4ªCPAD, de 25/04/2017, da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 14/04/2017, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 003/2016, instaurado pela Portaria Nº 385/2016, de 17/05/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

PORTARIA Nº 035/2017/COGEM

PORTARIANº 035/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 061/2017/3ªCPAD, de 24/04/2017, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 18/04/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 020/2016, instaurado pela Portaria Nº 851/2016, de 13/10/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

PORTARIA Nº 036/2017/COGEM

PORTARIANº 036/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 060/2017/3ªCPAD, de 24/04/2017, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 28/04/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 019/2016, instaurado pela Portaria Nº 799/2016, de 16/09/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

PORTARIA Nº 037/2017/COGEM

PORTARIANº 037/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 058/2017/3ªCPAD, de 20/04/2017, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 23/04/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 001/2015, instaurado pela Portaria Nº 025/2015, de 23/01/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

PORTARIA Nº 038/2017/COGEM

PORTARIANº 038/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 059/2017/3ªCPAD, de 24/04/2017, da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 26/04/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 009/2015, instaurado pela Portaria Nº 033/2015, de 23/01/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

PORTARIA Nº 039/2017/COGEM

PORTARIANº 039/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 011/2017/2ªCPAD, de 17/04/2017, da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 21/04/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 014/2016, instaurado pela Portaria Nº 715/2016, de 17/08/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

RESOLUÇÃO Nº 006/2017/CA/ISSEM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			

RESOLUÇÃO Nº 006/2017/CA/Issem

Dispõe sobre a criação de cargo efetivo para atender os Programas de Seguridade Social no ISSEM.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2017, e

CONSIDERANDO a competência deste Conselho na aprovação da política de cargos, salários, remuneração e aumento no quadro de servidores do ISSEM, conforme disposto nos incisos XIII, XVI e XVII do Art. 7º da Lei Complementar 33/2003;

CONSIDERANDO os documentos encaminhados pela Diretoria do ISSEM, através do Ofício nº 179/2017/ISSEM, bem como dos anexos: minuta de lei complementar com seus devidos anexos: novo organograma, anexo IV alterado, justificativa e relatório de impacto orçamentário e financeiro, solicitando a aprovação da criação da Função Gratificada Assistente de Programas da Seguridade.

CONSIDERANDO que a Comissão de Finanças e Orçamento e a Comissão de Legislação e Justiça do Conselho de Administração, em reunião realizada em três de março de 2017, na sala de reuniões na sede do ISSEM, apreciou o objeto citado, encaminhado através do Ofício 179/2017/ISSEM;

CONSIDERANDO que a Função Gratificada de Assistente de Programas de Seguridade contempla a atribuição de promover ações relacionadas a temáticas sociais, familiares, saúde e econômicas, fomentando a educação da Seguridade Social;

CONSIDERANDO que este Conselho vem reiteradamente solicitando atenção especial nos cuidados com a saúde e na prevenção de doenças, na análise de relatórios anuais e plano de metas do ISSEM;

CONSIDERANDO que conselheiros analisaram a solicitação, e em consonância com os argumentos apresentados na plenária extraordinária do dia doze de abril do corrente, pela Diretoria do Issem, consideram de grande importância a criação do cargo efetivo para suprir essas atribuições. E levando-se em conta as atribuições propostas ao cargo, consideram que este profissional deva ser um pedagogo.

CONSIDERANDO dar a continuidade das ações nos Programas de Seguridade e observando o planejamento a médio e longo prazo, as Comissões orientam a ampliação do quadro de vagas de cargos efetivos do ISSEM, com a inclusão do Pedagogo, com a atribuição de promover ações relacionadas a temáticas sociais, familiares, saúde e econômicas, fomentando a educação da Seguridade Social, que visem motivar a formação de vínculos, articulando a rede de serviços, desenvolvendo o bem-estar físico e a satisfação pessoal, bem como o incentivo ao cuidado com a saúde e prevenção de doenças.

CONSIDERANDO o Parecer Nº 01/2017 /CFO/CLJ/CAISSEM/JS favorável a criação de cargo efetivo para atender os Programas de Seguridade Social no ISSEM.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação de cargo efetivo para atender os Programas de Seguridade Social no ISSEM.

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2017.

Wagner Ricardo Alves

Presidente do Conselho de Administração do Issem

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 061/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 061/2017

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VÁLVULA DE ALÍVIO DE PRESSÃO E VÁLVULA CORTA-CHAMAS

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 28/04/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 12/05/2017 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 062/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 062/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: Aquisição de Bicicleta, Aparelho para reproduzir músicas, Patinete, Câmera Digital e instantânea, Tablet, Smart TV, Smartphone, Notebook e Troféu , para premiação do Concurso Fotográfico “Preservar a água é proteger a vida” e para o Concurso de Pintura Infantil “Água: a essência da vida” com financiamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) referente ao contrato de financiamento nº 433.281-52 e em atendimento ao Projeto Socioambiental – Subprojeto Concursos Culturais.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 28/04/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 15/05/2017 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 2 DE 2017

RESOLUÇÃO Nº 2/2017

Altera o Artigo 142 do Regimento Interno.

Art. 1º. O art. 142 da Resolução nº 47/2010, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 142. As sessões ordinárias da Câmara Municipal serão semanais, realizando-se, independentemente de convocação, nos dias úteis, as terças e quintas-feiras, com duração de até 2 (duas) horas, com início às 17h30”.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, aos vinte e sete de abril de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

AVISO PL 8/2017/PMJ - CC 1/2017/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE CONTINUAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2017/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 01/2017/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 08/2017/PMJ – concorrência nº 01/2017/PMJ, cujo objeto é “Contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para o Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Iluminação Pública do Município de Joaçaba, SC, conforme Resolução nº 556/2013 e Procedimentos do Programa de Eficiência Energética PROPEE da ANEEL, compreendendo: LOTE 01 - Medição e verificação (M&V) inicial e final de resultados, incluindo os serviços de marketing (divulgação), treinamento e capacitação. LOTE 02 - Fornecimento e instalação de luminárias para Iluminação Pública com tecnologia de diodo emissor de luz (LED).”, as decisões sobre os recursos interpostos estão disponíveis no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br). Desta forma, fica designado o dia 03/05/2017 as 16h, no Setor de Compras e Licitações, para continuação do certame. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br)

Joaçaba, 27 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Comissão de Licitação

DECRETO Nº 5.115 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 5.115 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 5.045 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016, PELO ARTIGO 15 E 16 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei; DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, por conta do superávit financeiro exercício anterior dos recursos ordinários do município:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura
Proj./Atividade: 2.040 Manutenção da Frota Municipal

Modalidade Aplicação:	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0000.000000-274	

Valor: R\$ 30.000,00

Órgão: 20 SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Unidade orçamentária: 01 Secretaria de desenvolvimento Sustentável

Proj./Atividade: 2.115 Manutenção da Frota Agrícola

Modalidade Aplicação:	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0000.000000-272	

Valor: R\$ 30.000,00

Art. 2º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura
Proj./Atividade: 2.043 Manutenção de Prédios Públicos

Modalidade Aplicação:	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-181	

Valor: R\$ 7.000,00

Art. 3º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura
Proj./Atividade: 2.043 Manutenção de Prédios Públicos

Modalidade Aplicação:	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-182	

Valor: R\$ 7.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de abril de 2017

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 063 - LUIS EDUARDO CAMARÇO DOS ANJOS

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 063/2017

CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME

BENEFICIÁRIO: LUIS EDUARDO CAMARÇO DOS ANJOS

MODALIDADE: TÊNIS DE MESA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 3.319,27 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ

Coordenadora da DME

LUIS EDUARDO CAMARÇO DOS ANJOS

Atleta de TÊNIS DE MESA

EXTRATO DE BOLSA ATLETA 064 - MARLON IGOR BOTELHO SPINDOLA

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 064/2017

CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME

BENEFICIÁRIO: MARLON IGOR BOTELHO SPINDOLA

MODALIDADE: TÊNIS DE MESA

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 3.319,27 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 17 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ
Coordenadora da DME

MARLON IGOR BOTELHO SPINDOLA
Atleta de TÊNIS DE MESA

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 068/2017

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 068/2017
CONCEDENTE: DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTE - DME
BENEFICIÁRIO: RAFAEL LOPES
MODALIDADE: CICLISMO
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 3.983,13 A SER LIBERADO EM 8 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 2.128 - 3.3.90.00.00.00.00 00.01.0000

Joaçaba - SC, 27 de abril de 2017

ANA PAULA ABE GURGACZ
Coordenadora da DME

RAFAEL LOPES
Atleta de CICLISMO

EXTRATO PP 04/2017/FMAS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017/FMAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017/FMAS

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios públicos municipais. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 10h do dia 12/05/2017. Processamento do Pregão: às 10h do dia 12/05/2017, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba (SC), 26 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL
JUCELINO FERRAZ - SECRETÁRIO

HOMOLOG PL 18/2017 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 18/2017/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017/PMJ

A Diretora de Esportes do Município de Joaçaba, Sra. Ana Paula Abe Gurgacz, no uso de suas atribuições, resolve:
HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 18/2017/PMJ.
- Modalidade: Pregão Presencial 13/2017.

Objeto: o Registro de Preços para contratação eventual e futura de serviços de frete com caminhão baú com capacidade mínima para 60 m3 (sessenta metros cúbicos), destinados ao transporte de materiais e equipamentos da delegação do Município para participação em eventos e competições esportivas.

-Empresa Vencedora:
GUINDASTES TREVO LTDA-EPP
VALOR R\$: 14.850,00

FISCAIS: JULIO V. FERREIRA

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 26 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Ana Paula Abe Gurgacz
Diretora de Esportes

ATA 09/2017 PMJ

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017**

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 26/04/2017		Válido até: 26/04/2018			
Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE SERVIÇOS DE FRETE COM CAMINHÃO BAÚ COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 60 m³ (SESSENTA METROS CÚBICOS), DESTINADOS AO TRANSPORTE DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DA DELEGAÇÃO DO MUNICÍPIO PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E COMPETIÇÕES ESPORTIVAS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Transporte descontinuado de materiais e equipamentos em viagens a serem realizadas no Estado de Santa Catarina, com caminhão tipo baú fechado, com capacidade mínima de carga de 60 m³ (sessenta metros cúbicos)	KM	GUINDASTES TREVO LTDA - EPP (3447)		0	3,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 26/04/2017		Válido até: 26/04/2018			
Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE SERVIÇOS DE FRETE COM CAMINHÃO BAÚ COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 60 m³ (SESSENTA METROS CÚBICOS), DESTINADOS AO TRANSPORTE DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DA DELEGAÇÃO DO MUNICÍPIO PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E COMPETIÇÕES ESPORTIVAS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2017
PROCESSO Nº 18/2017

(3447) - GUINDASTES TREVO LTDA - EPP

Joacaba, 26 de Abril de 2017.

BALANCETE FINANCEIRO 03-2017

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Março
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	10.169,63		
RECEITA PATRIMONIAL	2.169,63		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.000,00		
SALDOS ANTERIORES	316.864,67	SALDOS ATUAIS	327.034,30
BANCO C/ MOVIMENTO	316.864,67	BANCO C/ MOVIMENTO	327.034,30
TOTAL	327.034,30	TOTAL	327.034,30

JOACABA, 27/04/2017

JORGE LUIZ DRESCH	ADONES MARCIANO
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINAN	Contador CRCSC 028953/O-4

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Março
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	38.826,03	ORÇAMENTÁRIAS	282.752,34
RECEITA PATRIMONIAL	3.322,57	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	251.932,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.503,46	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	156.391,01
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	87.376,28
		INVESTIMENTOS	8.165,00
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	30.820,05
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.815,65
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.004,40
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	295.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	295.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	335.536,30	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	332.222,25
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	31,07	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	31,07
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	52.752,89	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	48.892,28
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	282.752,34	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	283.298,90
SALDOS ANTERIORES	563.944,15	SALDOS ATUAIS	618.331,89
BANCO C/ MOVIMENTO	299.414,56	BANCO C/ MOVIMENTO	387.011,56
BANCOS C/ VINCULADAS	264.529,59	BANCOS C/ VINCULADAS	231.320,33
TOTAL	1.233.306,48	TOTAL	1.233.306,48

JOACABA, 27/04/2017

ADONES MARCIANO
Contador CRC SC 028953/O-4

JUCELINO JORGE FERRAZ
Ordenador de Despesas

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA
 Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas
 Exercício de 2017
 Período: Março
 Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	46.052,09	ORÇAMENTÁRIAS	34.084,74
RECEITA TRIBUTÁRIA	42.166,87	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	34.041,24
RECEITA PATRIMONIAL	3.885,22	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.300,01
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.403,83
		INVESTIMENTOS	337,40
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	43,50
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43,50
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	86.898,40		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	86.898,40		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	36.013,92	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	35.663,92
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	313,08	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	313,08
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	35.700,84	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	35.350,84
SALDOS ANTERIORES	360.713,59	SALDOS ATUAIS	459.929,34
BANCO C/ MOVIMENTO	360.626,52	BANCO C/ MOVIMENTO	459.841,68
BANCOS C/ VINCULADAS	87,07	BANCOS C/ VINCULADAS	87,66
TOTAL	529.678,00	TOTAL	529.678,00

JOACABA, 27/04/2017

DIOCLÉSIO RAGNINI Prefeito Municipal	ADONES MARGIANO Contador CRC.028953/0-4	JORGE LUIZ DRESCH Secretário de Gestão Financeira
---	--	--

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas
 Exercício de 2017
 Período: Março
 Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	7.946.866,72	ORÇAMENTÁRIAS	5.510.070,43
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.680.492,50	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.782.900,79
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	181.137,28	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.261.862,66
RECEITA PATRIMONIAL	95.542,36	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.440.445,71
RECEITA DE SERVIÇOS	29.828,43	INVESTIMENTOS	4.157,83
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.682.066,03	AMORTIZACAO DA DIVIDA	76.434,59
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	312.589,72	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	727.169,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	739.573,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	391.701,46
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	7.779,98	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	335.468,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.310,93		
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	-133.156,52		
DEDUÇÕES RECEITA DE SERVIÇOS	-13,90		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-660.215,08		
DEDUÇÃO DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-39,93		
DEDUÇÕES AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-28,08		
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.381.064,40
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.381.064,40
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.324.498,99	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.459.035,45
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.364,98	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.364,98
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	669.213,49	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	613.765,02
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	5.651.620,05	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	5.396.859,16
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	1.300,47	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	445.669,99
		RP PROCESSADOS PAGOS	376,30
SALDOS ANTERIORES	9.979.134,06	SALDOS ATUAIS	10.900.329,49
BANCO C/ MOVIMENTO	6.209.914,80	BANCO C/ MOVIMENTO	6.559.899,25
BANCOS C/ VINCULADAS	2.786.924,78	BANCOS C/ VINCULADAS	3.349.879,25
POUPANÇA	982.294,48	POUPANÇA	990.550,99
TOTAL	24.250.499,77	TOTAL	24.250.499,77

JOACABA, 27/04/2017

 CLAUDETE M T SILVA
 TEC ADMINISTRAÇÃO

 DIOCLÉSIO RAGNINI
 PREFEITO DE JOACABA

 JORGE LUIZ DRESCH
 SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

 FERNANDA BRAGA
 Contadora CRC SC 038262/O-9

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**CONTRATO JHL 0030/2017**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0030/2017

PROCESSO JHL 0021/2017

PREGÃO JHL 0016/2017

PROTOCOLO Nº 0780/2017

Data assinatura: 27/04/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE AR CONDICIONADO DA SEDE ADMINISTRATIVA, DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO SIMAE.

Contratado: ADAGIL HIDRAÚLICA E CLIMATIZAÇÃO LTDA.

Valor Contratado: R\$ 1.849,00 (um mil oitocentos e quarenta e nove reais) mensais.

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.122.0028

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.20.00.00.00

Prazo de vigência: 28/04/2017 a 27/04/2018.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae

ERRATA TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PR 0016/2017 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

ERRATA TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 0021/2017 – PREGÃO PRESENCIAL 0016/2017
NA EDIÇÃO DOM/SC – EDIÇÃO Nº 2241 – PAG. 296 DO DIA 27/04/2017

Onde lê-se:

Fornecedor Vencedor – Adagil Climatização Eireli – EPP (8028)

Leia-se:

Fornecedor Vencedor – Adagil Hidráulica e Climatização Ltda – EPP (8347)

Joaçaba - SC, 27 de abril de 2017.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae.

BALANCETE FINANCEIRO MARÇO 2017**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: Março

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.846.457,38	ORÇAMENTÁRIAS	1.040.175,20
RECEITA PATRIMONIAL	132.343,85	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	922.712,73
RECEITA DE SERVIÇOS	1.643.479,12	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	418.517,91
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	53.215,82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	502.870,51
RECEITA DE SERVIÇOS	17.418,59	INVESTIMENTOS	1.324,31
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	117.462,47
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	91.049,60
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.412,87
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.239.395,06	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.491.357,74
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	186.441,64	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	181.001,39
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.052.953,42	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.059.437,52
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	250.918,83
SALDOS ANTERIORES	12.381.314,90	SALDOS ATUAIS	12.935.634,40
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	12.340.547,26	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	12.686.620,88
BANCO C/ MOVIMENTO	36.590,45	BANCO C/ MOVIMENTO	244.814,43
POUPANÇA	4.177,19	POUPANÇA	4.199,09
TOTAL	15.467.167,34	TOTAL	15.467.167,34

JOACABA, 27/04/2017

 PAULO CESAR LAMIN
 Diretor Presidente

 CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO
 039259/O-8

Lacerdópolis

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2.090/2017

LEI MUNICIPAL Nº 2.090 DE 24 DE ABRIL DE 2017.

“Cria o Fundo Municipal de Saúde do Município de Lacerdópolis”

SÉRGIO LUIZ CALEGARI, prefeito de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º _ Fica criado o Fundo Municipal de Saúde – FMS, cujo objetivo é o desenvolvimento dos Programas de trabalho relacionados com a saúde individual e coletiva e com o meio ambiente, coordenados pela Secretaria Municipal de Saúde ou equivalentes.

Art. 2º _ Constituem recursos financeiros do Fundo:

- I - As dotações constantes do orçamento Geral do Município;
- II - As Contribuições, subvenções e auxílios de órgãos da administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;
- III - As Receitas oriundas de convênios, acordos e contratos celebrados entre Município e Instituições públicas, privadas, cuja execução seja, da competência da Secretaria Municipal de Saúde ou equivalente;
- IV- As dotações recebidas de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos nacionais ou estrangeiros;
- V- O produto da alienação de material ou equipamento inservível;
- VI- A remuneração oriunda de aplicações financeiras;
- VII- Outras receitas especificamente destinadas ao Fundo.

Art. 3º - A administração do FMS será feita pela Secretaria Municipal de Saúde, através da Unidade de Administração Financeira ou equivalente.

Parágrafo Único - A movimentação e aplicação dos recursos do FMS, será feita pelo Secretário Municipal de Saúde ou equivalente, em conjunto com outros servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º - Decreto do Poder Executivo aprovará o regulamento do Fundo criado por esta Lei e baixará os atos complementares necessários.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Lacerdópolis - SC, 24 de Abril de 2017.
SÉRGIO LUIZ CALEGARI
PREFEITO

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 14 DE 20 DE ABRIL DE 2017.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo atualizar os dados da criação do Fundo Municipal de Saúde, alterando a Diretoria por Secretaria e fez alteração sobre a movimentação financeira, passando de autoridade para servidores do Poder executivo Municipal.

Lacerdópolis - SC, 20 de Abril de 2017.
SÉRGIO LUIZ CALEGARI
PREFEITO

LEI Nº 2.089/2017

LEI MUNICIPAL Nº 2.089 DE 24 DE ABRIL DE 2017.

“Autoriza efetuar despesas com a realização do Campeonato Municipal de Futebol de Salão, e dá outras providências.”

Sérgio Luiz Calegari, Prefeito de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar despesas no montante de até R\$ 13.000,00 (treze mil reais), com a realização do Campeonato Municipal de Futebol de Salão, masculino, feminino e veteranos com início no mês de maio de 2017.

Parágrafo 1º - Os valores de que trata o caput deste artigo serão utilizados para pagamento de despesas com arbitragem e premiação das equipes.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ORGAO: 10 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES
UNIDADE : 01- SERVIÇOS DE ESPORTE
Proj/At. : 27.812.1008.2.030 – MANUTENÇÃO DE DESPORTO AMADOR
Modalidade : 3390.00.00.00 - Aplicações Diretas
Recursos Recursos Ordinários

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lacerdópolis - SC, 24 de abril de 2017.
SÉRGIO LUIZ CALEGARI
Prefeito de Lacerdópolis

PROCESSO LICITATÓRIO 08/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2017
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017
DATA DE EMISSÃO: 27/04/2017

OBJETO: contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de ensino (iniciação e aperfeiçoamento da técnica) na área de música, especificamente para ministrar aulas com instrumentos musicais do tipo violão, acordeão e teclado para o período de 07 (sete) meses (de maio a novembro de 2017) para todos os habitantes do Município de Lacerdópolis que estiverem interessados visando o fomento da cultura..

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão, obrigatoriamente, ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14h00min horas do dia 11/05/2017, para abertura da Seção às 14h00min do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de credenciamento deverão

vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

TIPO: menor preço.

Informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3552-0188, no horário comercial, e-mail: licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br ou junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

Lacerdópolis, 27 de abril de 2017.

DELCIMERI SCAPINI BRANDINI
Comissão de Licitações

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2017
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017
DATA DE EMISSÃO: 27/04/2017

O MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de Santa Catarina, com supedâneo na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c Decreto Municipal nº 024/2011 e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tornam público a realização de Processo de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO do item relacionado no tópico 02 deste Edital (OBJETO).

As propostas deverão obedecer às especificações contidas neste Edital e serão recepcionados pela Comissão de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no Município de Lacerdópolis, até às 14h00min de 11 de maio de 2017.

01 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

1.2 – Caberá o pregoeiro decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

1.3 – Se procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

02 - OBJETO

2.1 - Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de ensino (iniciação e aperfeiçoamento da técnica) na área de música, especificamente para ministrar aulas com instrumentos musicais do tipo violão, acordeão e teclado para o período de 07 (sete) meses (de maio a novembro de 2017) para todos os habitantes do Município de Lacerdópolis que estiverem interessados visando o fomento da cultura.

2.2 - As aulas serão ministradas semanalmente, de segunda a sexta-feira, sendo 04 (quatro) horas em cada um dos períodos matutino e vespertino e 02 (duas) horas no noturno, totalizando 10 (dez) horas no total.

2.3 - As aulas serão de, no mínimo, 01 (uma) hora, sendo que as turmas terão no máximo 05 (cinco) alunos por hora aula.

2.4 - O valor máximo de cada hora aula por aluno é R\$ 71,00 (setenta e um reais), sendo que 70% (setenta por cento) desse valor será custeado pelo Município de Lacerdópolis e 30% (trinta por cento) pelo aluno.

2.5 - O valor correspondente a contrapartida do município será de,

no máximo, R\$ 49,70 (quarenta e nove reais e setenta centavos), por hora aula de cada aluno.

2.6 - O valor total estimado para o período (sete meses), que poderá ser gasto pelo município, é R\$ 15.904,00 (quinze mil novecentos e quatro reais).

2.7 - O máximo estimado de inscrições para o período é 50 alunos.

2.8 - A empresa disporá de profissional capacitado (professor/instrutor) para ministrar as aulas.

2.9 - A prestação de serviços compreende ainda, o fornecimento de material didático necessário para o aprendizado, salvo no caso de instrumentos musicais, que serão de responsabilidade dos alunos.

2.10 - A prestação dos serviços será feita em salas oferecidas pelo município.

2.11 - O valor correspondente à quota parte do aluno será feito por instrumento próprio, sendo que o município não se responsabiliza pela cobrança e/ou eventual inadimplemento dele.

2.12 - Para fins de proposta, a empresa licitante deverá considerar o valor máximo de R\$ 49,70 (quarenta e nove reais e setenta centavos) a hora aula, que corresponde aos 70% (setenta por cento) de cada hora aula que o Município de Lacerdópolis/SC pagará por cada hora aula de aluno.

03 - DOTAÇÃO

A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício e terá a seguinte classificação orçamentária:

ORGÃO: 14 – Fundação Municipal da Cultura

Unidade: 01 Fundação Municipal da Cultura

Projeto Atividade: 27.812.1008.2.037- Manutenção Fanfarra, grupos t.d. música e artes plásticas

Compl.Elem.: 3.1.90.34.01.00.00.00 – Substituição de Mão de Obra (LRF, art. 18, §1º)

Recurso : 00 – Recursos Ordinários 04– CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1 - Os pagamentos serão realizados até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços e corresponderá proporcionalmente ao número de inscritos.

4.2 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

4.5 - A proposta terá vigência mínima de 60 (sessenta) dias contados da abertura do Pregão.

4.6 – Não serão pagos valores antecipadamente.

4.7 – Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados

junto com a proposta, conforme tópico "8.5" deste edital.

05 - VALOR ESTIMADO DO OBJETO

De acordo com o artigo 3º, inciso III da Lei 10.520/2002 e orçamentos, o valor estimado de cada item, não poderá ultrapassar os limites individualmente constantes no tópico 02 deste Edital (OBJETO).

06 - EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO

6.1 - Compõem a equipe de apoio os servidores membros da Comissão Permanente de Licitações.

6.2 - Compete a equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas atividades na sessão e atos do Pregão.

6.3 - O pregoeiro designado é a servidora Delcimeri Scapini Brandini, a qual compete as seguintes atribuições:

- a) Presidir o pregão, recebendo as propostas e lances;
- b) Analisar e decidir fundamentadamente sobre aceitação ou não da proposta;
- c) Receber lances, dos classificados na forma do art. 4º, incisos VIII e IX da Lei n. 10.520/2002.
- d) Decidir sobre a ordem de classificação;
- e) Analisar e decidir sobre a habilitação do classificado em primeiro lugar;
- f) Receber as intenções de recursos e encaminhá-los à autoridade competente para julgamento.
- g) Promover a adjudicação do objeto do pregão;
- h) Submeter à autoridade competente o resultado final, para homologação do pregão;

07 - CREDENCIAMENTO

7.1 - Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar os documentos indicados nos tópicos 7.2 e 7.3.

7.2 - Os documentos exigidos para credenciamento da empresa são:

- a) Para o proponente credenciar representante, deverá apresentar procuração, podendo utilizar o ANEXO I como modelo ou documento equivalente; e
- b) Ato constitutivo da empresa: Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores; ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

7.3 - Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, conforme modelo (ANEXO II).

7.4 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte, microempresa ou micro empreendedor individual dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes.

7.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 7.2, 7.3 e 7.4, deverão vir fora dos envelopes de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

7.6 - Os documentos devem ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor público do setor.

08 - PROPOSTA E CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

8.1 - Os envelopes número 01 (um) contendo a cotação e os envelopes número 02 (dois) contendo os documentos de habilitação serão recepcionadas pela Comissão de Licitações até as 14h00min do dia 11/05/2017, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua 31 de Março n. 1050, centro, no município de Lacerdópolis-SC.

8.2 - A proposta envelope 01 (um) deverá ser apresentada em envelope fechado, o qual conterá a cotação do licitante via impressa e assinada, com valor unitário, marca e valor global da proposta, e via CD/Pen Drive da AutoCotação da empresa Betha o qual será fornecido ao licitante mediante solicitação.

8.3 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

8.4 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser impressa, sob pena de desclassificação, contendo todas as condições ali descritas, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos materiais cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas no deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços unitários, por lote, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- f) Poderão participar do presente processo licitatório quaisquer pessoas jurídicas que atendam as condições deste Edital.
- g) Para fins de proposta, a empresa licitante deverá considerar o valor máximo de R\$ 49,70 (quarenta e nove reais e setenta centavos) a hora aula, que corresponde aos 70% (setenta por cento) de cada hora aula que o Município de Lacerdópolis/SC pagará por cada hora aula de aluno.

8.5 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos.

8.6 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF.

8.7 - Serão desclassificadas as propostas que conterem vícios insanáveis e propostas que apresentem desconformidades com quaisquer outras exigências do ato convocatório, desde que insanáveis.

8.8 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;

b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei 8.666/93, conforme Decisão nº 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

09 – HABILITAÇÃO

9.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017
ENVELOPE N.º 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

9.2 - Para habilitação das empresas, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
- Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, (CNPJ).
- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
- Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito – CND emitida pelo INSS);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT);
- Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos"), conforme ANEXO III.
- Certidão de Distribuição de Pedidos de Falência, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais;
- Declaração/print comprovando que a empresa licitante não está inscrita no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/cnep>.
- A comprovação da qualificação técnica se dará pelo ramo de atividade da empresa, compatível com o objeto da licitação, bem como, pela apresentação de título/certificado de participação dos professores que prestarão os serviços em cursos de formação nos instrumentos objeto deste Edital.

9.3 - As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE devidamente identificadas no credenciamento, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

9.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade

fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

9.3.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no tópico anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.4 - Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da sessão de abertura de envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo pregoeiro ou membros da equipe de apoio, (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

9.4.1 - Para os documentos que não apresentarem prazo de validade ou validade indeterminada, quando for o caso, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

9.4.2 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

9.5 - O licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectiva justificativa/comprovante.

9.6 - Serão automaticamente desclassificados os proponentes que apresentarem documentos com data de validade vencida.

10 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A presente Licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO do item descrito no tópico 02 deste Edital, desde que atendidas às exigências.

10.2 - Após a fase de lances, será desclassificada proposta de valor superior ao máximo fixado.

11 - RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no tópico 07 (CREDENCIAMENTO).

11.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

11.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

11.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

11.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais

baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

11.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no tópico anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

11.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, por item, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, podendo o proponente cotar apenas 01 (um) item.

11.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

11.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

11.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

11.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

11.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações serão asseguradas a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

11.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE classificadas de acordo com o tópico 6.12.2, I, poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – não ocorrendo a contratação das MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, na forma do tópico 6.12.2, III, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do tópico 6.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no tópico 6.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

11.13 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

11.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

11.15 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

11.16 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.

11.16.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item.

11.17 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da Licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

11.18 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

11.19 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

12 – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 - Não sendo interpostos recursos, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora, por item, sendo submetido este resultado ao(a) Prefeito Municipal para homologação.

12.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao(a) Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao(a) Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao(a) Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

12.5 – As penalidades serão aplicadas por inadimplência total ou parcial, conforme determina o Decreto Municipal, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas em Licitações e Contratos Administrativos.

13 - CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

13.1 - Após a homologação do resultado, será(ão) a(s) vencedora(s) notificada(s) e convocada(s) para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, assinar(em) o contrato (minuta constante do ANEXO IV), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 - No ato de formalização do contrato, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a

qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

13.3 - O contrato terá prazo de vigência de 07 (sete) meses (de maio a novembro de 2017), ficando neste período o contratado obrigado a prestar/fornecer o objeto deste Edital.

13.4 - Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

14 - ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será administrada e fiscalizada pelo Secretário de Educação, Cultura e Esportes do Município de Lacerdópolis.

15 – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

15.1 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto deste Edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no tópico 02 deste Edital (OBJETO).

15.2 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

16 - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

16.2 - O resultado desta Licitação estará à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, logo após sua homologação.

16.3 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

16.4 – O Município poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.5 - O pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00minh às 11h30minh e das 13h30minh às 17h30minh, através do telefone (49) 35520188, ou pessoalmente (Rua 31 de março, 1050, Centro, Lacerdópolis/SC).

16.6 – É de exclusiva responsabilidade do proponente ou interessado, a verificação no sítio do município de Lacerdópolis: www.lacerdopolis.sc.gov.br e na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis, rede DOM – Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br de eventuais alterações no presente edital.

16.7 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- ANEXO I – Procuração;
- ANEXO II - Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação;
- ANEXO III – declaração de que não emprega menor de idade, salvo na condição de aprendiz;
- ANEXO IV – Minuta do Contrato.

Lacerdópolis/SC, 27 de abril de 2017.

Município de Lacerdópolis/SC

Sérgio Luiz Calegari

Prefeito ANEXO I

PROCURAÇÃO

____ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> _____, por meio de _____ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> _____, constitui como PROCURADOR o Sr. _____ <NOME COMPLETO, RG, CPF> _____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO> _____,

<DATA> _____

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

Com reconhecimento da assinatura em cartório. ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____ (xxxxxxxxxx), sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____ (xxxxxxxxxx), sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, para fins do disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

(LOCAL), ____ (DATA) _____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO IV

(MINUTA DO CONTRATO Nº.../2017)

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Sérgio Luiz Calegari.

CONTRATADA: _____

_____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com

sede à rua _____, No município de _____, representada por seu _____, doravante simplesmente designada contratada.

Nos termos do Processo Licitatório nº 08/2017, na modalidade de Pregão Presencial nº 08/2017 bem como, das normas da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02, firmam o presente contrato conforme as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

2.1 - Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de ensino (iniciação e aperfeiçoamento da técnica) na área de música, especificamente para ministrar aulas com instrumentos musicais do tipo violão, acordeão e teclado para o período de 07 (sete) meses (de maio a novembro de 2017) para todos os habitantes do Município de Lacerdópolis que estiverem interessados visando o fomento da cultura.

2.2 - As aulas serão ministradas semanalmente, de segunda a sexta-feira, sendo 04 (quatro) horas em cada um dos períodos matutino e vespertino e 02 (duas) horas no noturno, totalizando 10 (dez) horas no total.

2.3 - As aulas serão de, no mínimo, 01 (uma) hora, sendo que as turmas terão no máximo 05 (cinco) alunos por hora aula.

2.4 - O valor máximo de cada hora aula por aluno é R\$ 71,00 (setenta e um reais), sendo que 70% (setenta por cento) desse valor será custeado pelo Município de Lacerdópolis e 30% (trinta por cento) pelo aluno.

2.5 - O valor correspondente a contrapartida do município será de, no máximo, R\$ 49,70 (quarenta e nove reais e setenta centavos), por hora aula de cada aluno.

2.6 - O valor total estimado para o período, que poderá ser gasto pelo município, é R\$ 17.395,00 (dezessete mil trezentos e noventa e cinco reais).

2.7 - O máximo estimado de inscrições para o período é 50 alunos.

2.8 - A empresa disporá de profissional capacitado (professor/instrutor) para ministrar as aulas.

2.9 - A prestação de serviços compreende ainda, o fornecimento de material didático necessário para o aprendizado, salvo no caso de instrumentos musicais, que serão de responsabilidade dos alunos.

2.10 - A prestação dos serviços será feita em salas oferecidas pelo município.

2.11 - O valor correspondente à quota parte do aluno será feito por instrumento próprio, sendo que o município não se responsabiliza pela cobrança e/ou eventual inadimplemento dele.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E REAJUSTE

2.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

2.2 - O valor proposto não será reajustado, salvo na hipótese de aplicação de ocorrência que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1 - Os pagamentos serão realizados até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços e corresponderá proporcionalmente ao número de inscritos.

4.2 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

4.3 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 - A proposta terá vigência mínima de 60 (sessenta) dias contados da abertura do Pregão.

4.5 - Não serão pagos valores antecipadamente.

4.6 - Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta, conforme tópico "8.5" do edital.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

O contrato terá prazo de vigência de 07 (sete) meses (de maio a novembro de 2017), ficando neste período o contratado obrigado a prestar/fornecer o objeto do Edital.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício e terá a seguinte classificação orçamentária:

ORGÃO: 14 – Fundação Municipal da Cultura

Unidade: 01 Fundação Municipal da Cultura

Projeto Atividade: 27.812.1008.2.037- Manutenção Fanfarra, grupos t.d. música e artes plásticas

Compl.Elem.: 3.1.90.34.01.00.00.00 – Substituição de Mão de Obra (LRF, art. 18, §1º)

Recurso : 00 – Recursos Ordinários CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei n. 8.666/93 e a Lei n. 10.520/02.

CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução deste contrato será administrada e fiscalizada pelo Secretário de Educação, Cultura e Esportes do Município de Lacerdópolis.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO

8.1 - O contratante poderá declarar rescindido o presente Contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

8.2 - O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela contratada, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente instrumento.

8.3 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

As penalidades serão aplicadas por inadimplência total ou parcial, conforme Lei n. 8.666/93 e a Lei n. 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC,... de... 2017.

Município de Lacerdópolis/SC Sérgio Luiz Calegari Prefeito	
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

Lages

PREFEITURA

ATO DE DISPENSA 20/2017 PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2017 - PML
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2017 - PML
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 20/2017 – SME através do MUNICÍPIO DE LAGES, com os participantes abaixo:

- AFONSO FLORIANI portador do CPF nº 194.486.199-87;
- ALDORI ANTUNES DE MORAES portador do CPF nº 005.370.349-94;
- ANTONIO SAULO MORAES BRANCO portador do CPF nº 867.284.909-49;
- BELMIRA ANTUNES DA CRUZ portadora do CPF nº 944.840.159-00
- BRUNO RAFHAEL ALVES GRACIOLI portador do CPF nº 058.464.159-11;
- CARINA CARRARO portadora do CPF nº 086.359.179-52;
- COOPERATIVA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR – CECAF inscrita no CNPJ 15.388.008/0001-44;
- COOPERATIVA DE CITRICULTORES DE CELSO RAMOS – COCICER inscrita no CNPJ nº 07.082.131/0001-04;
- DALMIRO VISCAY portador do CPF nº 803.395.300-49;
- DEBORA PEGORARO portadora do CPF nº 058.401.779-03;
- COOPERATIVA ECOLÓGICA DE AGRICULTORES, ARTESÃOS E CONSUMIDORES DA REGIÃO SERRANA – ECOSERRA inscrita no CNPJ nº 03.621.936/0001-28;
- ELI APARECIDA DOS SANTOS DAMIANI portadora do CPF nº 896.550.529-15;
- FRANCISCO FERNANDO ANTUNES FURTADO portador do CPF nº 710.913.439-34;
- FABIANO SANGUANINI portador do CPF nº 941.629.560-49;
- GERALDO RIBEIRO MELO portador do CPF nº 538.395.449-04;
- GILSON NARCISO ZANCHETTA DA SILVA portador do CPF nº 096.600.729-88;
- ILDO PEGORARO portador do CPF nº 573.036.739-20;
- IVONETE CAMPREGHER portadora do CPF nº 907.756.359-87;
- JOSÉ ALTAIR DE LIMA JUNIOR portador do CPF nº 101.828.579-21;
- JOSÉ AMADEU PEREIRA DA SILVA portador do CPF nº 386.707.809-25;
- LOURENÇO CARRARO portador do CPF nº 375.386.530-04;
- MARIANA XAVIER DE MORAES RAFAELI portadora do CPF nº 028.994.909-23;
- NERI DE OLIVEIRA ROSA portador do CPF nº 443.259.599-04;
- ONILDO DA COSTA COELHO portador do CPF nº 796.772.079-20;
- OSNI VONBOEMMEL portador do CPF nº 310.245.219-15;
- RAFAEL FLORIANI GONÇALVES FERREIRA inscrito no CPF nº 005.701.249-05;
- SAULO STEFFEN LEHMKUHL portador do CPF nº 495.494.569-00;
- VOLNI DE MORAES portador do CPF nº 622.605.379-87;
- ZULEIDE TERESINHA ANDRADE DA COSTA portadora do CPF nº 480.022.249-49;

Valor total a ser pago é de R\$ 465.350,65 (quatrocentos e sessenta e cinco mil trezentos e cinquenta reais e sessenta e cinco centavos);

Sendo: " Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar par a alimentação dos alunos da rede escolar referente ao Chamamento Público 01/2017 – PML - AGRICULTURA FAMILIAR – ATA 01/2017.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 30 de março de 2017.

Valdirene da Silva Vieira
Secretaria Municipal da Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria da Exma. Sr.^a Valdirene da Silva Vieira, Secretaria Municipal da Educação, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 30 de março de 2017.

Antônio Ceron
Prefeito do Município

ATO DE DISPENSA 22/2017 PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61/2017 - PML
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2017 - PML
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 22/2017 - PML através do MUNICÍPIO DE LAGES com:

- ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS ORGANIZADAS – ACRO CNPJ 78.477.767/000101.

Valor total a ser pago é de R\$ 476.746,65 (quatrocentos e setenta e seis mil setecentos e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos);
Sendo: "Formalização de parceria para assistência social à agricultura familiar referente preparação do solo, plantio, cultivo e colheita dos seus produtos. Também para conservação e manutenção das estradas e pontes para o escoamento da produção."

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 11 de abril de 2017.

Osvaldo Uncini
Secretaria de Agricultura e Pesca

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria da Exmo. Sr. Osvaldo Uncini, Secretário de Agricultura e Pesca, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 11 de abril de 2017.

Antônio Ceron
Prefeito do Município

EXTRATO ARP 19-E 2017 PML**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 19-E/2017 Processo Adm.56/2017 PP 17/2017
Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 268/2017*

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 19-E/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017
PROCESSO Nº 56/2017
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

Aos 20 dias do mês de abril do ano de 2017, O MUNICÍPIO DE LAGES, através do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Pregão 17/2017 – PML, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz das regras inseridas na Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e Alterações Posteriores, no Decreto 7.892/2013 e pelo Edital, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Expediente para uso em diversos departamentos da Prefeitura e Corpo de Bombeiros, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

- 2.1 **De Início:** a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.2 **De Execução:** em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 **De Entrega(s) e local(is):** em até 03 (três) dias a contar da(s) data(s) da(s) autorização de fornecimento;
2.4 **Da Ata de Registro:** a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.2 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
- 3.2.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
- 3.2.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- 3.2.3 As aquisições ou contratações adicionais acima citadas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- 3.2.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 19-E/2017 Processo Adm.56/2017 PP 17/2017
Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 268/2017*



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 19-E/2017 Processo Adm.56/2017 PP 17/2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 268/2017

o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

3.2.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

3.2.6 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLAUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 17/2017.

O valor registrado é de R\$ 12.870,15 (doze mil oitocentos e setenta reais e quinze centavos).

KLEBER MACHADO & CIA LTDA, CNPJ

JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI ME. (16886)

13	Extrator de grampos, em chapa de aço carbono galvanizado ou em UN aço inoxidável, ponta chata arredondada, abas laterais dobradas, deverá ser resistente e apresentar perfeito acabamento nas bordas para não causar ferimentos, ranhuras ou recortes em papel, devendo possuir furação na extremidade do corpo, dimensões: 15 cm x 1,5 cm. - Marca: JOCAR	UN	40,00	0,0000	1,00	40,00
15	Prancheta portátil, em acrílico, comprimento 320mm largura 233mm, espessura 3mm, cor transparente, prendedor de folhas metálico. - Marca: WALEU	UN	20,00	0,0000	8,90	178,00
18	PASTA COM ELÁSTICO E ABA PAPELÃO 23,5 X 36 CM COR AZUL ESCURO, VERMELHO, VERDE, BRANCA, PRETA - Marca: POLYCART	UN	100,00	0,0000	1,08	108,00
23	Corretivo Líquido, À Base De Água, Não Tóxico, Para Correções De Esferografia, Datilografia E Fotocópia, Conteúdo: 18ml. - Marca: RADEX	UN	50,00	0,0000	0,77	38,50
28	PEN DRIVE 16GB - Marca: SANDISK	UN	100,00	0,0000	21,93	2.193,00
29	Régua plástica 30 cm. Com escala de 0 a 30 cm - Marca: WALEU	UN	70,00	0,0000	0,40	28,00
33	Tinta para carimbo, 42 ml, tinta azul, composição: resina termoplástica, tinta a base de água, corantes e aditivos. Validade prazo mínimo de 1 ano - Marca: RADEX	UN	20,00	0,0000	2,00	40,00
34	Tinta para carimbo, 42 ml, tinta preta, composição: resina termoplástica, tinta a base de água, corantes e aditivos. Validade prazo mínimo de 1 ano - Marca: RADEX	UN	30,00	0,0000	2,00	60,00
36	Pincel atomico escrita grossa, tinta a base de alcool, de feltro, ponta redonda grossa na cor azul, composição: resinas termoplástica, corantes e solventes, medidas aproximadas 13,4x1,7x1,7 cm - Marca: MAKE	UN	20,00	0,0000	1,00	20,00
37	Pincel atomico escrita grossa, tinta a base de alcool, de feltro, ponta redonda grossa na cor preta, composição: resinas termoplástica, corantes e solventes, medidas aproximadas 13,4x1,7x1,7 cm - Marca: MAKE	UN	20,00	0,0000	1,00	20,00
44	Caneta corretiva com 8 ml, ponta de metal c/ 1,8mm, tinta a base de pigmentos, solventes, aditivos, ideal para uso em escritório - Marca: JOCAR	UN	15,00	0,0000	2,10	31,50
45	Livro Protocolo De Correspondência Com 100 Folhas Pautadas E Numeradas Sequencialmente, Com Capa Dura, No Formato 153 X	UN	55,00	0,0000	6,75	371,25

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 19-E/2017 Processo Adm.56/2017 PP 17/2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 268/2017



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 19-E/2017 Processo Adm.56/2017 PP 17/2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 268/2017

216mm E Com Encadernação Costurada. - Marca: SÃO DOMINGOS						
46	Livro ata, tamanho ofício, contendo 200 folhas, folhas encadernadas, costuradas, capa dura, folha numerada, papel de primeira linha. - Marca: PÁGINA BRASIL	UN	20,00	0,0000	15,95	319,00
49	Cola A Base De Polivinil Acetato - Pva, Pastosa, Branca, Lavável, Não Tóxica, Com Bico Aplicador, 90G. - Marca: MAKE	UN	10,00	0,0000	1,15	11,50
52	PASTA COM ELÁSTICO E ABA PAPELÃO 23,5 X 36 CM COR VERMELHO - Marca: POLYCART	UN	100,00	0,0000	1,20	120,00
58	Organizador de mesa, confeccionado em acrílico fumê, dotado de um porta lápis/canetas, um porta clips e um porta-lembretes, fixado sobre uma base retangular única de no mínimo 22cm x 6cm. - Marca: WALEU	UN	15,00	0,0000	6,08	91,20
61	CANETA PERMANENTE PARA E.V.A Caneta permanente para ser utilizada em EVA, CD, vidro, papel, madeira ou metal. Tem duas pontas, uma grossa de 2,0mm e uma fina de 0,7mm. Cor: preta. - Marca: DESART	UN	25,00	0,0000	2,25	56,25
62	CANETA PERMANENTE PARA E.V.A Caneta permanente para ser utilizada em EVA, CD, vidro, papel, madeira ou metal. Tem duas pontas, uma grossa de 2,0mm e uma fina de 0,7mm. Cor: vermelha. - Marca: DESART	UN	12,00	0,0000	2,25	27,00
72	Pasta plástica, escolar, com aba e elástico, em prolipropileno, na cor transparente, dimensões: 35 x 23,5 cm - Marca: ALAPLAST	UN	10,00	0,0000	1,25	12,50
77	Pasta plástica polionda lombada de 4 cm de largura, ofício, com elástico, na cor vermelha, dimensões 34,5 x 23,5 (A x L) - Marca: ALAPLAST	UN	50,00	0,0000	1,80	90,00
78	Pasta plástica polionda lombada de 5,5 cm de largura, ofício, com elástico, na cor vermelha, dimensões 34,5 x 23,5 (A x L) - Marca: ALAPLAST	UN	50,00	0,0000	2,10	105,00
Total do Fornecedor:						3.960,70

CLAUSULA QUINTA – DO(S) PAGAMENTO(S)

5.1 Será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) entrega(s) dos produtos, à vista da(s) nota(s) fiscal(is), decorrente(s) nos termos do art. 40, XIV, "a" da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

5.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

CLAUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS:

6.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

6.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 19-E/2017 Processo Adm.56/2017 PP 17/2017
Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 268/2017*



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 19-E/2017 Processo Adm.56/2017 PP 17/2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 268/2017

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.5 Caso o Município de Lages já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize a entrega do produto, e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

6.6 O Município de Lages terá o prazo de até 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos. Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo Município;

6.7 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M em conformidade com o art. 55, III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) REGISTRADA(S):

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital, de seu(s) Anexo(s) e da presente Ata de Registro de Preço;

7.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a empresa às penalidades legalmente estabelecidas;

7.3 Respeitar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, os termos do edital e de seu(s) Anexo(s);

7.4 Manter, durante toda a execução a Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

8.1 Homologado o resultado da licitação, o Município de Lages, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 10 (dez) dias, que após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

8.2 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio da Ata de Registro de Preços e emissão de Autorização de Fornecimento e Empenho;

8.3 É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 19-E/2017 Processo Adm.56/2017 PP 17/2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 268/2017



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 19-E/2017 Processo Adm.56/2017 PP 17/2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 268/2017

8.4 A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento da autorização de fornecimento pelo fornecedor;

8.5 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata, mesmo que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento;

8.6 A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA NONA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.2 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

9.2.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

9.2.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.2.3 As aquisições ou contratações adicionais acima citadas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.2.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

9.2.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.2.6 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 19-E/2017 Processo Adm.56/2017 PP 17/2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 268/2017



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 19-E/2017 Processo Adm.56/2017 PP 17/2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 268/2017

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

10.2 O cancelamento do registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

10.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público;

b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei;

11.2 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

11.3. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

11.4 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta de Preços e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro Licitante, observada a ordem de classificação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o Licitante para obtenção de preço menor;

11.5 Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

a) Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória. Cancelamento do registro na Ata;

b) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 19-E/2017 Processo Adm.56/2017 PP 17/2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 268/2017



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 19-E/2017 Processo Adm.56/2017 PP 17/2017
Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 268/2017*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO DIREITO DE RESERVA

12.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

12.2 Receber o(s) produto(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

12.3 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram da presente Ata de Registro de Preço, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela CONTRATANTE, diante do que dispõe o art. 109, inciso I, da Constituição Federal. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto 3.555/2000, alterada, e demais normas aplicáveis. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

Lages, 20 de abril de 2017

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

Thiago Simão Weiss
CPF: 077.403.769-57
JLM Distribuidora BR EIRELI - ME

Agnelo Sandini Miranda
Procuradoria Geral do Município

Antonio Cesar Alves de Arruda
Secretário de Administração e Fazenda

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 19-E/2017 Processo Adm.56/2017 PP 17/2017
Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 268/2017*

EXTRATO ARP 20-A 2017 PML**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-A/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017
Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017*

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-A/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017
PROCESSO Nº 56/2017
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

Aos 20 dias do mês de abril do ano de 2017, O MUNICÍPIO DE LAGES, através do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Pregão 17/2017 – PML, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz das regras inseridas na Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e Alterações Posteriores, no Decreto 7.892/2013 e pelo Edital, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Expediente para uso em diversos departamentos da Prefeitura e Corpo de Bombeiros, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

- 2.1 **De Início:** a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.2 **De Execução:** em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;
2.3 **De Entrega(s) e local(is):** em até 03 (três) dias a contar da(s) data(s) da(s) autorização de fornecimento;
2.4 **Da Ata de Registro:** a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.2 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
- 3.2.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
- 3.2.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- 3.2.3 As aquisições ou contratações adicionais acima citadas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- 3.2.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-A/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017
Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017*



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-A/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017

o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

3.2.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

3.2.6 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLAUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 17/2017.

O valor registrado é de R\$ 125.775,00 (cento e vinte e cinco mil setecentos e setenta e cinco reais).

BRAZIL CONSTRUÇÕES LTDA, RUA EDMUNDO DE CASTRO ARRUDA, Nº 1205, BAIRRO PRÓ MORAR, LAGES/SC, CEP 88514-300.

BRAZIL CONSTRUÇÕES LTDA (10335)

13	COTA PRINCIPAL Caminhão Hidrovácuo com no máximo 10 anos de uso com tanque acoplado capacidade 12.000 L, sendo 7.000 L de água para desobstrução de rede e 5.000 L para dejetos. Bomba para sucção de líquidos, com deslocamento de ar de no mínimo 14m³/min, pressão de vácuo 700mm. HG rotação de 1.150 RPM, 30 HP de alta pressão para desobstrução de rede e pluvial e bomba de no mínimo 261 L/m e 140 bar. (incluindo manutenção/ operação e combustível) - Marca: BC	H	975,00	0,0000	129,00	125.775,00
----	---	---	--------	--------	--------	------------

**Total do
Fornecedor: 125.775,00**

CLAUSULA QUINTA – DO(S) PAGAMENTO(S)

5.1 Será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) entrega(s) dos produtos, à vista da(s) nota(s) fiscal(is), decorrente(s) nos termos do art. 40, XIV, “a” da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

5.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

CLAUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS:

6.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

6.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-A/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-A/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.5 Caso o Município de Lages já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize a entrega do produto, e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

6.6 O Município de Lages terá o prazo de até 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos. Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo Município;

6.7 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M em conformidade com o art. 55, III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) REGISTRADA(S):

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital, de seu(s) Anexo(s) e da presente Ata de Registro de Preço;

7.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a empresa às penalidades legalmente estabelecidas;

7.3 Respeitar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, os termos do edital e de seu(s) Anexo(s);

7.4 Manter, durante toda a execução a Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

CLAUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

8.1 Homologado o resultado da licitação, o Município de Lages, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 10 (dez) dias, que após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-A/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-A/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017

8.2 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio da Ata de Registro de Preços e emissão de Autorização de Fornecimento e Empenho;

8.3 É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

8.4 A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento da autorização de fornecimento pelo fornecedor;

8.5 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata, mesmo que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento;

8.6 A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA NONA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.2 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

9.2.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

9.2.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.2.3 As aquisições ou contratações adicionais acima citadas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.2.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

9.2.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.2.6 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-A/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-A/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

10.2 O cancelamento do registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

10.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei;

11.2 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

11.3. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

11.4 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta de Preços e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro Licitante, observada a ordem de classificação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o Licitante para obtenção de preço menor;

11.5 Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

- a) Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória. Cancelamento do registro na Ata;
- b) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-A/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-A/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017
Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017

concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO DIREITO DE RESERVA

12.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

12.2 Receber o(s) produto(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

12.3 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram da presente Ata de Registro de Preço, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela CONTRATANTE, diante do que dispõe o art. 109, inciso I, da Constituição Federal. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto 3.555/2000, alterada, e demais normas aplicáveis. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

Lages, 27 de abril de 2017

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

Leonardo da Silva Brasil
CPF: 023.509.579-69
Brazil Construções Ltda

Agnelo Sandini Miranda
Procuradoria Geral do Município

Claiton Bortoluzzi de Oliveira
Secretário de Infraestrutura

Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-A/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017
Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017

EXTRATO ARP 20-B 2017 PML**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-B/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017
PROCESSO Nº 40/2017
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

Aos 27 dias do mês de abril do ano de 2017, O MUNICÍPIO DE LAGES, através do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Pregão 11/2017 – PML, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz das regras inseridas na Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e Alterações Posteriores, no Decreto 7.892/2013 e pelo Edital, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de contratação de empresa para a prestação de serviço de horas maquina com motorista para uso nas localidades do município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 **De Início:** a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 **De Execução:** de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 **De Entrega(s):** Em até 24h, a contar da data da solicitação emitida pela Secretaria de Infraestrutura;

2.4 **Da Ata de Registro:** a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAÚSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.2 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

3.2.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

3.2.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

3.2.3 As aquisições ou contratações adicionais acima citadas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

3.2.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

3.2.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017
*Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017**



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017

3.2.6 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLAUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 11/2017.

O valor registrado é de R\$ 43.875,00 (quarenta e três mil oitocentos e setenta e cinco reais).

DEDETIZADORA BARROS LTDA, CNPJ 86.838.547/0001-86, RUA ALVARO NERY DOS SANTOS, Nº 223, BAIRRO VARZEA, LAGES/SC – CEP 88511-300.

DEDETIZADORA BARROS LTDA (15455)

7	Caminhão Hidrovácuo com no máximo 10 anos de uso com tanque H acoplado capacidade 12.000 L, sendo 7.000 L de água para desobstrução de rede e 5.000 L para dejetos. Bomba para sucção de líquidos, com deslocamento de ar de no mínimo 14m³/min, pressão de vácuo 700mm. HG rotação de 1.150 RPM, 30 HP de alta pressão para desobstrução de rede e pluvial e bomba de no mínimo 261 L/m e 140 bar. (incluindo manutenção/ operação e combustível) - Marca: DB	325,00	0,0000	135,00	43.875,00
---	--	--------	--------	--------	-----------

**Total do
Fornecedor: 43.875,00**

CLAUSULA QUINTA – DO(S) PAGAMENTO(S)

5.1 Será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) entrega(s) dos produtos à vista da(s) nota(s) fiscal(is), decorrente(s);

5.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

CLAUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS:

6.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

6.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017

6.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.5 Caso o Município de Lages já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize a entrega do produto, e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

6.6 O Município de Lages terá o prazo de até 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos. Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo Município;

6.7 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) REGISTRADA(S):

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital, de seu(s) Anexo(s) e da presente Ata de Registro de Preço;

7.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a empresa às penalidades legalmente estabelecidas;

7.3 Respeitar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, os termos do edital e de seu(s) Anexo(s);

7.4 Manter, durante toda a execução a Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

7.5 Que as CONTRATADAS sejam responsáveis pela manutenção, operação e abastecimento dos veículos;

7.6 Que a prestação de contas por hora seja feita através de um controle diário e entregue à Secretaria de Infraestrutura em períodos a combinar;

7.7 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de suas máquinas, funcionários, empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;

7.8 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.9 Manter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização dos serviços;

7.10 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente identificados, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

7.11 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

7.12 Atender de imediato às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

7.13 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas.

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

8.1 Homologado o resultado da licitação, o Município de Lages, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 10 (dez) dias, que após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

8.2 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio da Ata de Registro de Preços e emissão de Autorização de Fornecimento e Empenho;

8.3 É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

8.4 A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento da autorização de fornecimento pelo fornecedor;

8.5 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata, mesmo que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento;

8.6 A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA NONA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.2 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

9.2.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

9.2.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.2.3 As aquisições ou contratações adicionais acima citadas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.2.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

9.2.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.2.6 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela

Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

10.2 O cancelamento do registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla

defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

10.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público;

b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei;

11.2 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

11.3. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

11.4 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, *deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo* estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta de Preços e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro Licitante, observada a ordem de classificação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o Licitante para obtenção de preço menor;

11.5 Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

a) Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória. Cancelamento do registro na Ata;

b) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017
Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO DIREITO DE RESERVA

12.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

12.2 Receber o(s) produto(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

12.3 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram da presente Ata de Registro de Preço, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela CONTRATANTE, diante do que dispõe o art. 109, inciso I, da Constituição Federal. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto 3.555/2000, alterada, e demais normas aplicáveis. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

Lages, 27 de abril de 2017

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

Hadia Makellyn Gonçalves Favero Vieira
CPF: 048.449.219-59
Dedetizadora Barros Ltda

Agnelo Sandini Miranda
Procuradoria Geral do Município

Claiton Bortoluzzi de Oliveira
Secretário de Infraestrutura

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017
Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017*

EXTRATO ARP 20-C 2017 PML**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017
Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017*

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-B/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017
PROCESSO Nº 40/2017
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

Aos 27 dias do mês de abril do ano de 2017, O MUNICÍPIO DE LAGES, através do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Pregão 11/2017 – PML, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz das regras inseridas na Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e Alterações Posteriores, no Decreto 7.892/2013 e pelo Edital, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de contratação de empresa para a prestação de serviço de horas maquina com motorista para uso nas localidades do município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 **De Início:** a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 **De Execução:** de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 **De Entrega(s):** Em até 24h, a contar da data da solicitação emitida pela Secretaria de Infraestrutura;

2.4 **Da Ata de Registro:** a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAÚSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.2 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

3.2.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

3.2.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

3.2.3 As aquisições ou contratações adicionais acima citadas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

3.2.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

3.2.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017
Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017*



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017

3.2.6 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLAUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 11/2017.

O valor registrado é de R\$ 43.875,00 (quarenta e três mil oitocentos e setenta e cinco reais).

DEDETIZADORA BARROS LTDA, CNPJ 86.838.547/0001-86, RUA ALVARO NERY DOS SANTOS, Nº 223, BAIRRO VARZEA, LAGES/SC – CEP 88511-300.

DEDETIZADORA BARROS LTDA (15455)

7	Caminhão Hidrovácuo com no máximo 10 anos de uso com tanque H acoplado capacidade 12.000 L, sendo 7.000 L de água para desobstrução de rede e 5.000 L para dejetos. Bomba para sucção de líquidos, com deslocamento de ar de no mínimo 14m³/min, pressão de vácuo 700mm. HG rotação de 1.150 RPM, 30 HP de alta pressão para desobstrução de rede e pluvial e bomba de no mínimo 261 L/m e 140 bar. (incluindo manutenção/ operação e combustível) - Marca: DB	325,00	0,0000	135,00	43.875,00
---	--	--------	--------	--------	-----------

**Total do
Fornecedor: 43.875,00**

CLAUSULA QUINTA – DO(S) PAGAMENTO(S)

5.1 Será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) entrega(s) dos produtos à vista da(s) nota(s) fiscal(is), decorrente(s);

5.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

CLAUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS:

6.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

6.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017

6.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.5 Caso o Município de Lages já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize a entrega do produto, e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

6.6 O Município de Lages terá o prazo de até 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos. Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo Município;

6.7 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) REGISTRADA(S):

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital, de seu(s) Anexo(s) e da presente Ata de Registro de Preço;

7.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a empresa às penalidades legalmente estabelecidas;

7.3 Respeitar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, os termos do edital e de seu(s) Anexo(s);

7.4 Manter, durante toda a execução a Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

7.5 Que as CONTRATADAS sejam responsáveis pela manutenção, operação e abastecimento dos veículos;

7.6 Que a prestação de contas por hora seja feita através de um controle diário e entregue à Secretaria de Infraestrutura em períodos a combinar;

7.7 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de suas máquinas, funcionários, empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;

7.8 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.9 Manter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização dos serviços;

7.10 Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente identificados, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

7.11 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

7.12 Atender de imediato às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

7.13 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas.

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

8.1 Homologado o resultado da licitação, o Município de Lages, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 10 (dez) dias, que após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

8.2 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio da Ata de Registro de Preços e emissão de Autorização de Fornecimento e Empenho;

8.3 É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

8.4 A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento da autorização de fornecimento pelo fornecedor;

8.5 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata, mesmo que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento;

8.6 A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA NONA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.2 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

9.2.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

9.2.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.2.3 As aquisições ou contratações adicionais acima citadas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.2.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

9.2.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.2.6 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES**

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela

Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

10.2 O cancelamento do registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla

defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

10.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público;

b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei;

11.2 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

11.3. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

11.4 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, *deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo* estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta de Preços e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro Licitante, observada a ordem de classificação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o Licitante para obtenção de preço menor;

11.5 Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

a) Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória. Cancelamento do registro na Ata;

b) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

*Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017*

Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES

Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017
Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO DIREITO DE RESERVA

12.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

12.2 Receber o(s) produto(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

12.3 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram da presente Ata de Registro de Preço, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela CONTRATANTE, diante do que dispõe o art. 109, inciso I, da Constituição Federal. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto 3.555/2000, alterada, e demais normas aplicáveis. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

Lages, 27 de abril de 2017

Antonio Ceron
Prefeito Municipal

Hadia Makellyn Gonçalves Favero Vieira
CPF: 048.449.219-59
Dedetizadora Barros Ltda

Agnelo Sandini Miranda
Procuradoria Geral do Município

Claiton Bortoluzzi de Oliveira
Secretário de Infraestrutura

Prefeitura do Município de Lages – Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos
Rua Benjamin Constant 13 – Centro – Lages/SC CEP 88501-900 Fone: (49) 3221-1169
ARP 20-B/2017 Processo Adm.40/2017 PP11 /2017
Ata de Registro de Preços em Conformidade com Parecer Jurídico nº 400/2017

PP 32/2017 PML, PP 34/2017 PML**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: Pregão Presencial 32/2017 PML

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Locação de Sonorização, Iluminação, Telões, Estandes, Tendas e Banheiros Químicos para o Recanto do Pinhão, que acontecerá no Calçadão da Praça João Costa, no período de 03 a 18 de junho de 2017, antes e durante a realização da 29ª Festa Nacional do Pinhão.

Tipo: Pelo Menor Preço Por Lote

Abertura: 12/05/2017 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 242.153,44 (Duzentos e quarenta e dois mil, cento e cinquenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

Modalidade: Pregão Presencial 34/2017 PML

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Produção de CD's – Álbum Duplo para a 25ª Sapecada da Canção Nativa e 17ª Sapecada da Serra Catarinense, que acontecerá durante a realização da 29ª Festa Nacional do Pinhão.

Tipo: Pelo Menor Preço Global

Abertura: 12/05/2017 às 17:00

Valor Estimado: R\$ 8,25 (oito reais e vinte e cinco centavos) por CD, perfazendo R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais).

A retirada do Edital far-se-á pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus ou no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00.

Lages, 28 de abril de 2017.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº. 340/2017

Lei Complementar nº. 340/2017, de 24 de abril de 2017.

CRIA A SECRETARIA DE PESCA E AGRICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada a Secretaria de Pesca e Agricultura na estrutura da Administração Pública do Município de Laguna.

Art. 2º. Acrescenta a Seção VII e os artigos 41-A e 41-B a Lei Complementar 329/2015, com as seguintes redações:

SEÇÃO VII

DA SECRETARIA DE PESCA E AGRICULTURA

Art. 41-A À Secretaria de Pesca e Agricultura - SEPAGRI compete:

- I – propor, implantar, coordenar e apoiar políticas de desenvolvimento da agricultura, pesca e aquicultura, em escala industrial, artesanal, amadora, bem como a comercialização de seus produtos;
- II - coordenar todos os expedientes relativos à prestação de serviços de apoio, incentivo e fomento ao desenvolvimento da pesca, aquicultura e agricultura, bem como a comercialização e apoio à pesquisa para o desenvolvimento da atividade no Município;
- III - buscar a sustentabilidade ambiental, econômica e social da pesca, aquicultura e agricultura no Município, atuando em consonância com os órgãos gestores da pesca e agricultura no Brasil, com a promoção de programas para a qualificação e requalificação profissional relativas ao setor;
- IV - incentivar e coordenar a aplicação de programas e/ou políticas públicas que estejam inseridas em qualquer atividade coordenada pela Secretaria;
- V – orientar pescadores, agricultores e produtores no cultivo, na organização e na comercialização dos produtos;
- VI - disponibilizar assistência técnica e extensão rural, proceder a defesa sanitária, vegetal e animal e realizar a fiscalização de produtos e insumos agrícolas;
- VII – fiscalizar e coibir a atividade pesqueira nos períodos de Defeso, bem como atuar na preservação das espécies marinhas;
- VIII – elaborar projetos para financiamento governamental;
- IX – Formar e participar em Grupos de Trabalho com entidades governamentais e privadas, para o desenvolvimento da maricultura e de uso de áreas agrícolas, dentre outros temas;
- X - promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento rural, da pesca industrial, artesanal e amadora;
- XI - desenvolver ações voltadas à implantação de infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento rural, à comercialização do pescado e do fomento à pesca e à aquicultura;
- XII – realizar a análise de solo;
- XIII - expedir autorização de transporte animal;
- XIV – promover o apoio, fomento e incentivo a atividade do produtor rural em regime de economia familiar, com a doação de sementes, mudas e insumos para o incentivo a atividade, dentre outras com o mesmo objetivo;
- XV - promover o cadastro rural no INCRA e a Declaração do ITR;
- XVI - emitir nota de produtor rural, em convênio com o órgão estadual, orientando e auxiliando o produtor no preenchimento de dados e documentos para a entrega pela internet;
- XVII – promover e coordenar cursos de extensão em auxílio ao pescador, do agricultor e sua família.

Art. 41-B A Secretaria da Pesca e Agricultura possui a seguinte estrutura:

- I – Gerência de Pesca e Aquicultura
 - a) Supervisão de Extensão de Pesca e Aquicultura
- II – Gerência de Agricultura
 - a) Supervisão de Extensão Agrícola
 - b) Supervisão de Cadastro Rural e Apoio ao Produtor;
 - c) Supervisão de Projetos e de Desenvolvimento Rural;
- III – Gerência Administrativa e Financeira
 - a) Supervisão de Patrimônio e Frota.

Art. 3º. O artigo 22, inciso III da Lei Complementar nº. 329/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22

III - órgãos de atividade fim:

- a) Secretaria de Transportes e Obras;
- b) Secretaria de Saúde;

- c) Secretaria de Educação e Esportes;
- d) Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação;
- e) Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social;
- f) Secretaria de Assistência Social e Habitação; e
- g) Secretaria de Pesca e Agricultura.

Art. 4º. Ficam revogados os incisos IX a XIV do artigo 30 da Lei Complementar nº. 329/2015 e extintos os departamentos de Pesca e Aquicultura, de Desenvolvimento Rural e Assistência Técnica e Departamento de Inspeção Animal e Bem Estar Animal na estrutura interna da Secretaria de Transportes e Obras.

Art. 5º. A Secretaria de Transportes, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura passa a ser denominada Secretaria de Transportes e Obras, passando os artigos 30 e 31 da Lei Complementar nº. 329/2015 a vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO I

DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Art. 30. À Secretaria de Transportes e Obras compete:

- I - guarda e manutenção da frota de veículos da Administração Direta;
- II - construir e conservar as estradas, vias e logradouros públicos;
- III - fiscalizar e executar as obras municipais;
- IV - executar atividades relativas à limpeza urbana;
- V - conceder e fiscalizar os serviços de utilidade pública;
- VI - formular e coordenar a política municipal de preparação para estados de emergência e ou calamidade, avaliação de riscos, resposta aos desastres e reconstrução, bem como, execução dessas políticas;
- VII - administrar, controlar e ampliar o sistema municipal de abastecimento de água e saneamento;
- VIII - estabelecer normas complementares à política municipal de abastecimento de água, saneamento e de recursos hídricos.

Art. 31. A Secretaria de Transportes e Obras possui a seguinte estrutura:

- I - Departamento de Transporte:
 - a) Coordenadoria de Controle de Frota:
 - 1. Divisão de Registro e Escalas;
 - 2. Divisão de Movimentação de Veículos Pesados;
 - 3. Divisão de Serviços de Manutenção de Frota.
 - b) Coordenadoria Manutenção Mecânica, Elétrica e Funilaria:
 - 1. Divisão de Serviços Mecânicos;
 - 2. Divisão de Serviços de Funilaria;
- II - Departamento de Execução e Fiscalização de Obras Públicas:
 - a) Coordenadoria de Obras e Terraplanagem:
 - 1. Divisão de Obras Rodoviárias;
 - 2. Divisão de Reformas e Melhorias de Próprios;
 - 3. Divisão de Manutenção de Calçamentos;
 - 4. Divisão de Serviços de Pavimentação.
- III - Departamento de Serviços e Manutenção de Próprios Públicos:
 - a) Coordenadoria de Cemitérios:
 - 1. Divisão de Manutenção de Cemitérios;
 - b) Coordenadoria de Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública:
 - 1. Divisão de Serviços de Eletricidade;
 - c) Coordenadoria de Limpeza Pública e Coleta de Lixo:
 - 1. Divisão de Serviços Gerais;
- IV - Departamento de Defesa Civil;
- V - Departamento de Água e Saneamento:
 - a) Coordenadoria do Serviço Municipal de Água e Saneamento - SEMAS.
 - 1. Divisão de Drenagem pluvial;
 - 2. Divisão de Serviços de Abastecimento.

§ 1º. Fica vinculado administrativamente à Secretaria de Transportes e Obras o Conselho Municipal de Defesa Civil.

§ 2º. O Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil de Laguna - FUMDEC, fica igualmente vinculado à Secretaria de Transportes e Obras, o qual será administrado pelo Secretário Municipal da referida pasta e por uma Comissão Gestora, na forma da Lei.

Art. 6º. As vagas e os cargos de provimento efetivo de Engenheiro de Pesca – ANS 1, Engenheiro Agrônomo – ANS 2, Médico Veterinário – ANS 2, Técnico Agrícola – ANM e Técnico em Aquicultura – ANM passam a ter lotação na Secretaria de Pesca e Agricultura.

Parágrafo único. Ficam criadas duas vagas de operador de máquinas – ANM 2A e uma vaga de médico veterinário – ANS 2, lotadas na Secretaria de Pesca e Agricultura, devendo atender ao modelo estadual do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI

Art. 7º. Fica criada uma vaga para o cargo de Secretário Municipal, de natureza especial e remunerado por subsídio, cuja ocupação será destinada ao Secretário de Pesca e Agricultura.

Art. 8º. Ficam criados os cargos comissionados de Gerente de Pesca e Aquicultura – GP 9, Gerente de Agricultura – GP 9, , Gerência Administrativa e Financeira – GP 9, Supervisão de Cadastro Rural e Apoio ao Produtor – GP 11, Supervisão de Projetos de Desenvolvimento

Rural – GP 11, Supervisão de Patrimônio e Frota – GP 11, Supervisor de Extensão de Pesca e Aquicultura GP 11 e Supervisor de Extensão Agrícola – GP 11 e quatro cargos de Integrador – GP 12, com atribuições e habilitação definidas no Anexo II desta Lei e acrescidas ao Anexo X da Lei Complementar 330/2015.

Art. 9º. Ficam extintos os cargos de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Inspeção Animal e Bem estar Animal – DS 3, Diretor do Departamento de Pesca e Aquicultura – DS 3, Diretor de Desenvolvimento Rural e Assistência Técnica – DS 3, Coordenador de Projetos e Desenvolvimento – DS 4, Coordenador de Cadastro Rural – DS 4, Coordenador de Mecanização Agrícola – DS 4, Coordenador de Análise de Projeto e Registro – DS 4 e Coordenador do Bem estar animal – DS 4.

Art. 10. Fica acrescido ao anexo II da Lei Complementar nº 330/2015 os cargos criados no parágrafo único do artigo 6º e pelo artigo 8º desta Lei, nos termos seguintes:

Anexo II
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, QUANTIDADE E VENCIMENTO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS	VENCIMENTO
Gerente de Pesca e Aquicultura	GP 9	01	R\$ 2.515,62
Gerente de Agricultura	GP 9	01	R\$ 2.515,62
Gerente Administrativo e Financeiro	GP 9	01	R\$ 2.515,62
Supervisor de Cadastro Rural e Apoio ao Produtor	GP 11	01	R\$ 2.135,64
Supervisão de Patrimônio e Frota	GP 12	01	R\$ 1.228,02
Supervisão de Projetos de Desenvolvimento Rural	GP 11	01	R\$ 2.135,64
Supervisor de Extensão de Pesca e Aquicultura	GP 11	01	R\$ 2.135,64
Supervisor de Extensão Agrícola	GP 11	01	R\$ 2.135,64
Integrador	GP 12	04	R\$ 1.228,02

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, QUANTIDADE E VENCIMENTO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS	VENCIMENTO
Operador de Máquinas	ANM 2A	02	R\$ 1.838,89
Médico Veterinário	ANS 2	01	R\$ 2.114,45

Art. 11. As máquinas e equipamentos públicos descritos no Anexo I desta Lei passam a integrar o acervo patrimonial da Secretaria de Pesca e Agricultura.

Parágrafo único. Havendo necessidade de serviço, os equipamentos, veículos e máquinas pertencentes a Secretaria de Pesca e Agricultura poderão ser cedidos aos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, por tempo determinado.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do orçamento geral do Município aprovadas pela Lei nº. 1.895/2016.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço República Catharinense “Roberto Pedro Prudêncio”, em 24 de abril de 2017

ANEXO I

Frota de Veículos e Equipamentos

Descrição	Placa/Renavam
Caminhão Frigorífico Ford/Cargo 1722 E	MHJ 2443 – RENAVAL 152791574
Caminhão Basculante Volvo VW 260 6X2R	MHB 1797 – RENAVAL 225162814
Caminhão Mercedes Benz Atron 2729 – PAC	MMC 3692 – RENAVAL 996916105
Automóvel Paraty 1.6 VW	MFT 8279 – RENAVAL 949426641
Retroescavadeira Caterpillar	
Retroescavadeira New Holland	
Retroescavadeira CASE	
Trator Agrícola New Holland 5030	
Motoniveladora CASE 845B	
Arados	
Grades Niveladoras	
Plaina	
Acoplador	
Trator Agrícola Tramontini	
Arado Reversível	
Grade Hidráulica	
Roçadeira	

Guincho	
Plaina Niveladora	

ANEXO II**Atribuições e Habilitação dos Cargos**

Cargo: Secretário de Pesca e Agricultura

ATRIBUIÇÕES: Promover políticas governamentais do poder executivo nas áreas da Pesca, Aquicultura e Agricultura, auxiliando o Prefeito Municipal na execução macro do programa de governo. Coordenar programas e/ou projetos que venham a desenvolver de forma sustentável as atividades abrangentes a esta Secretaria. Coordenar e responder direta e expressamente por todas as competências descritas nas gerências, supervisões, assessorias e assistência sob sua responsabilidade hierárquica; Cumprir e fazer cumprir todos os atos necessários para a correta programação e execução orçamentária e financeira no âmbito da Prefeitura de Laguna, marcadamente os programas, projetos ou atividades constantes no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual; Cooperar com órgãos e instituições públicas que atuam no setor, especialmente os Conselhos Municipais, compartilhando as ações dos agentes municipais, respeitada a competência respectiva; Assessorar o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência e desempenhar ainda as demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

CARGO: Gerente de Pesca e Aquicultura

HABILITAÇÃO: Curso Superior em Engenharia de Pesca e Aquicultura.

ATRIBUIÇÕES: Gerenciar e coordenar todas as atividades e encaminhamentos relacionados a área de Pesca e Aquicultura. Auxiliar na execução das políticas públicas que estejam dentro da área de abrangência da produção, monitoramento, extração, manipulação e comercialização de organismos aquáticos; apresentar relatórios periódicos; Executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: Gerente de Agricultura

HABILITAÇÃO: Cursos Superior em Agronomia ou Engenharia Agrícola.

ATRIBUIÇÕES: Gerenciar e coordenar todas as atividades relacionadas a área da Agricultura; Promover políticas de estímulo à agropecuária, o fomento ao agronegócio e a regulação de serviços ligados ao setor; Auxiliar na execução das políticas públicas que estejam dentro da área de abrangência da atividade rural; apresentar relatórios periódicos; Executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

HABILITAÇÃO: Ensino Médio Completo.

ATRIBUIÇÕES: Supervisionar e coordenar a gestão de pessoas, bens, serviços, patrimônio e frota da Secretaria; Coordenar os procedimentos relativos a fornecedores, produtores rurais e pescadores, industriais e artesanais, supervisionar a política de convênios, termos de cooperação técnica, fomento e incentivo, contratos, bem como a verificação e certificação da qualidade dos materiais entregues e serviços executados; Supervisionar o sistema de protocolos, pagamentos e fluxo financeiro da Secretaria, bem como normatizar os serviços internos e as normas de cumprimento obrigatório; Organizar a documentação, os serviços de segurança, asseio e conservação dos prédios e bens públicos; Executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: SUPERVISOR DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL.

HABILITAÇÃO: Curso de Técnico Agrícola com registro no órgão competente.

ATRIBUIÇÕES: Planejar, orientar e criar projetos destinados ao desenvolvimento rural, pesca e aquicultura. Executar políticas públicas voltadas a captação de recursos, melhoramento e planejamento estrutural dos setores agrícola e pesqueiro. Promover a integração dos programas federais, estaduais e o desenvolvimento de programas municipais de incentivo, apoio e fomento a atividade agrícola e pesqueira. Coordenar e supervisionar a atividade técnica da Secretaria, promovendo a capacitação e estimulando a busca por soluções inovadoras.

CARGO: SUPERVISÃO DE CADASTRO RURAL E APOIO AO PRODUTOR.

HABILITAÇÃO: Ensino Médio Completo.

ATRIBUIÇÕES: Supervisionar as atividades de apoio ao produtor rural. Promover o cadastro Rural (INCRA) e auxiliar o produtor na prestação de informações aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, proceder a declaração de ITR; Exercer a coordenação das atividades de vacinação, castração e inseminação de animais. Realizar a análise do solo e expedir autorização de transporte animal; Emitir nota de produtor rural em convênio com o órgão estadual, orientando e auxiliando o produtor no preenchimento de dados e documentos para a entrega pela internet.

CARGO: SUPERVISÃO DE PATRIMÔNIO E FROTA

HABILITAÇÃO: Ensino Médio Completo.

ATRIBUIÇÕES: Supervisionar, coordenar e orientar o produtor rural, pesqueiro ou aquícola no uso das máquinas e operações com os veículos e equipamentos da Secretaria. Emitir e realizar a cobrança pela utilização dos maquinários; Coordenar e supervisionar a patrulha mecanizada, auxiliando o produtor na manutenção de estradas, a abertura de vias públicas, construção de açudes, dentre outras medidas de apoio relacionados a frota. Exercer o controle operacional da frota de veículos e manter a equipe de regulação atualizada a respeito da situação operacional de cada veículo da frota; Exercer o controle de entrada e saída de veículos e responsável pelas manutenções periódicas e preventivas das frotas vinculadas a Secretaria; Exercer o controle permanente da frota, incluindo dados cadastrais e equipamentos de cada veículo (pneus, rádios, bateria e outros); Executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: SUPERVISÃO DE EXTENSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

HABILITAÇÃO: Ensino Médio Completo.

ATRIBUIÇÕES: Supervisionar as ações mediatas na área de pesca e aquicultura, orientar a ação e estabelecer metas de apoio, incentivo e fomento ao desenvolvimento pesqueiro e aquícola; Buscar novos métodos para incentivar a promoção de incentivo a pesca e aquicultura; Estabelecer e garantir o diálogo com os pescadores e produtores rurais; Executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.

CARGO: SUPERVISÃO DE EXTENSÃO AGRÍCOLA**HABILITAÇÃO:** Ensino Médio Completo.**ATRIBUIÇÕES:** Supervisionar as ações mediatas na área de agricultura, orientar a ação e estabelecer metas de apoio, incentivo e fomento ao desenvolvimento agrícola; Buscar novos métodos para incentivar a promoção de incentivo a pesca e aquicultura; Estabelecer e garantir o diálogo com os pescadores e produtores rurais; Executar outras atividades inerentes ao exercício do cargo.**Cargo:** Integrador**HABILITAÇÃO:** Ensino médio.**ATRIBUIÇÕES:** Assessorar e auxiliar os supervisores na elaboração, planejamento e execução de projetos relacionados a esta Secretaria; Realizar a integração entre as comunidades com a gestão pública, com caráter extensionista. Exercer atividades junto ao produtores agrícolas e pesqueiros e com o encargo de funções de auxílio de demais atividades rurais.**CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS****HABILITAÇÃO:** Ensino fundamental.**ATRIBUIÇÕES:** Desempenho de funções inerentes a profissão de operador de máquinas pesadas rodoviárias e agrícolas, tais como: realizar trabalhos de abertura, conservação e manutenção das vias públicas municipais; realizar trabalhos agrícolas conforme a necessidade das atividades dos órgãos municipais competentes; zelar pela manutenção e conservação das máquinas que estiverem sob sua responsabilidade; efetuar pequenos reparos visando a manutenção e conservação das máquinas e equipamentos; cuidar do abastecimento e lubrificação das máquinas e equipamentos; manter rigoroso controle acerca do consumo de combustíveis e peças das máquinas e equipamentos sob sua responsabilidade; informar imediatamente a autoridade a qual esteja subordinado sobre irregularidades e defeitos nas máquinas e equipamentos que estiverem sob sua responsabilidade; excetuar outras tarefas afins.**CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO****HABILITAÇÃO:** Curso Superior em medicina veterinária com registro no órgão competente.**ATRIBUIÇÕES:** Atender ao modelo estadual do sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI. Exercer a prática da clínica em todas as suas modalidades. Coordenar a assistência técnica e sanitária aos animais, sob qualquer forma; Exercer a direção técnica sanitária dos estabelecimentos industriais, comerciais, desportivos, recreativos ou de proteção, onde estejam, permanentemente, em exposição, em serviço ou para qualquer outro fim animal, ou produtos de sua origem; Desempenhar a peritagem sobre animais, identificação, defeitos, vícios, doenças, acidentes e exames técnicos em questões judiciais; Executar perícias, exames e pesquisas reveladoras de fraudes ou operação dolosa nos animais insetos nas exposições pecuárias; Orientar o ensino, a direção, o controle e os serviços de inseminação artificial; Participar de eventos destinados ao estudo da medicina veterinária; Desenvolver estudos e aplicação de medidas de saúde pública no tocante à doenças de animais, transmissíveis ao homem; Proceder a padronização e à classificação dos produtos de origem animal; Participar nos exames dos animais para efeito de inscrição nas sociedades de registros genealógicos; Realizar pesquisas e trabalhos ligados à biologia geral, à zoologia e à zootécnica bem como a bromatologia animal em especial; Proceder a defesa da fauna, especialmente, o controle da exploração das espécies de animais silvestres, bem como dos seus produtos; Participar do planejamento e execução da educação rural; Apresentar relatórios periódicos. Desempenhar tarefas semelhantes.**LEI COMPLEMENTAR Nº. 341/2017**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 341-2017, de 20 de abril de 2017.

"ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº. 329 E 330 QUE TRATA DA ESTRUTURA E PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica extinto o cargo de Coordenador Especial de Gabinete – CG1 e criados os cargos comissionados de Assessor Especial de Gabinete para Assuntos de Gestão Governamental Participativa e Inovação – ASEP e Assessor Especial de Gabinete para Assuntos Estratégicos de Planejamento e Projetos – ASEP no Gabinete do Prefeito, com atribuições e habilitação definidas no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Ficam criados quatro cargos comissionados de Assessor Jurídico Especial – AJESP, com vencimento de R\$ 5.580,00, com suas atribuições e habilitação definida no Anexo I desta Lei e com a referida criação ficarão extintos os cargos de Procurador Legislativo – PG1, Procurador de Contratos e Convênios – PG1, Procurador Fiscal – PG1 e Procurador Administrativo – PG1, Consultor Jurídico – ANSP 2 e os cargos de Assessor Jurídico – PG2.

Parágrafo único. O Assessor Jurídico Especial – AJESP criado por esta Lei não fará jus a percepção de honorários advocatícios.

Art. 3º Fica criado o cargo de natureza especial de Chefe de Gabinete do Vice-prefeito, remunerado por subsídio idêntico ao dos Secretários Adjuntos, com habilitação e atribuições definidas no Anexo I desta Lei.

Art. 4º O artigo 26 da Lei Complementar nº. 329 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26 A Procuradoria Geral possui a seguinte estrutura:

I – Núcleo de Assessoramento Superior – NAS;

II – Procuradores Municipais;

III – Conselho de Procuradores, na forma de regulamento;

IV – Supervisão Administrativa.

IV - Departamento da Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON.

Art. 5º Ressalvado o caso do cargo de médico diretor-técnico, os vencimentos dos cargos de provimento em comissão não poderão exceder ao valor do subsídio dos cargos de Secretários Municipais.

§1º Os cargos comissionados de Contador Geral, Coordenador de Controle Interno deverão respeitar o disposto no 'caput' deste artigo a partir da entrada em vigor desta Lei.

§2º Em razão do princípio da irredutibilidade de vencimentos, deverá ocorrer à exoneração dos ocupantes dos cargos em comissão ou de natureza especial com redução de vencimentos ou subsídios determinados por esta Lei, ressalvado o caso de opção, pelo servidor ou agente político, pela remuneração ou subsídio do cargo de origem.

Art. 6º O cargo de Chefe de Gabinete do Prefeito será considerado cargo de Natureza Especial – NE e remunerado por subsídio idêntico ao dos Secretários Municipais.

Art. 7º O artigo 77 da Lei Complementar 329/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 77. São cargos de natureza especial os de Presidente das Fundações integrantes da Administração Indireta.

§1º Os presidentes de fundação serão remunerados exclusivamente por subsídio correspondente a 9/10 dos Secretários Municipais, na forma do art. 15, da Lei Complementar 330/2015.

Art. 8º O artigo 10 da Lei Complementar nº. 330/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10.

§1º As atribuições dos cargos a que se refere este artigo constam do Anexo VIII desta Lei Complementar.

§2º O ocupante de cargo de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

Art. 9º Fica acrescido ao anexo II da Lei Complementar nº. 330/2015 o anexo abaixo, ficando alterado, com criação dos novos cargos e a exclusão dos cargos extintos, referidos nos artigos 1º e 2º desta Lei.

Anexo II

Cargo	Código	Vagas	Vencimento
Contador Geral	CG 1	01	R\$ 5.850,00
Coordenador de Controle Interno	CG 1	01	R\$ 5.850,00
Assessor Especial de Gabinete para Assuntos de Gestão Governamental Participativa e Inovação	ASESP	01	R\$ 5.850,00
Assessor Especial de Gabinete para Assuntos Estratégicos de Planejamento e Projetos –	ASESP	01	R\$ 5.850,00
Assessor Jurídico Especial	AJESP	04	R\$ 5.580,00

Art. 10 Fica acrescido ao anexo III da Lei Complementar nº. 330/2015, o cargo abaixo, ficando alterado o número total do anexo III com a modificação e inclusão cargo de Chefe de Gabinete para de Natureza Especial – NE.

Anexo III

Cargo	Código	Vagas	Vencimento
Chefe de Gabinete - Prefeito	NE	01	R\$ 6.000,00
Chefe de Gabinete do Vice-prefeito	NE	01	R\$ 3.000,00

Art. 11 O quadro de cargos em comissão e vencimentos da Fundação de Promoção Social "Irmã Vera" integrante do anexo I da Lei Complementar nº. 141/2006 fica acrescido com a modificação prevista nesta Lei, da seguinte forma:

Cargo	Vagas	Nível	Vencimento
Presidente	01	NE	R\$ 5.400,00

Art. 12 O quadro de cargos em comissão e vencimentos da Fundação Lagunense de Meio Ambiente integrante do anexo I da Lei Complementar nº. 142/2006 fica acrescido com a modificação prevista nesta Lei, da seguinte forma:

Cargo	Vagas	Nível	Vencimento
Presidente	01	NE	R\$ 5.400,00

Art. 13 O quadro de cargos em comissão e vencimentos da Fundação de Lagunense de Cultura integrante do anexo I da Lei Complementar nº. 143/2006 fica acrescido com a modificação prevista nesta Lei, da seguinte forma:

Cargo	Vagas	Nível	Vencimento
Presidente	01	NE	R\$ 5.400,00

Art. 14 Fica acrescido ao anexo X da Lei Complementar nº. 330/2015 as atribuições definidas no anexo I desta Lei.

Art. 15 As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do orçamento geral do Município aprovadas pela Lei nº. 1.895/2016.

Art. 16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil do mês subsequente à publicação e revogando as disposições em contrário.

Laguna, 03 de março de 2017.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

ANEXO I

Atribuição e Habilitação dos Cargos em Comissão

CARGO: ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE PARA ASSUNTOS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL PARTICIPATIV E INOVAÇÃO.

Habilitação: Curso Superior em qualquer área de formação.

Atribuições: Gerencia, supervisiona e coordena de forma participativa todos os assuntos da gestão municipal. Supervisiona e assessora o Prefeito Municipal no cumprimento das metas e prioridades estabelecidas às Secretarias Municipais, coordenando as ações necessárias e metas estabelecidas nos planos plurianuais e na gestão orçamentária e financeira. Coordena os projetos, metas e ações da gestão sejam sob a sua supervisão. Informa e orienta o Prefeito Municipal com as informações necessárias acerca de qualquer tema relacionado a Gestão Direta e Participativa. Gerencia a criação de novos métodos e práticas de inovação para a Administração Pública, em especial, coordenando as ações de Transparência Pública.

CARGO: ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE PARA ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

Habilitação: Curso Superior em qualquer área de formação.

ATRIBUIÇÕES: Supervisiona e coordena o planejamento governamental e os projetos da Prefeitura Municipal de Laguna, orientando às Secretarias Municipais e Fundações sobre a implementação dos projetos a elas relacionados. Orienta e coordena a instalação de equipamentos públicos e obras estruturantes nas áreas de infraestrutura e urbanismo, bem como aquelas relacionadas às Secretarias e Fundações Públicas. Colabora com o Chefe de Gabinete nas ações que lhe são pertinentes, ficando subordinado exclusivamente ao Prefeito Municipal.

CARGO: CHEFE DE GABINETE DO VICE-PREFEITO

HABILITAÇÃO: Ensino Médio Completo.

ATRIBUIÇÕES: Responsável pelo estabelecimento e manutenção de relações institucionais do gabinete do Vice-Prefeito com órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta em âmbito Municipal, Estadual e Federal. Intermedia a relação do Vice-prefeito com a Sociedade Civil em geral. Assessora o Vice-prefeito na elaboração de políticas públicas e do planejamento governamental. Elabora relatórios e orienta o Vice-prefeito no cumprimento dos projetos, metas e ações do Município. Planeja, elabora e organiza a agenda de trabalho, auxiliando no preparo dos documentos e dá organização e andamento às correspondências e aos documentos encaminhados ao Vice-prefeito. Exerce as atividades de imprensa, de relações públicas e de divulgação dos trabalhos realizados relacionadas às atividades do Vice-prefeito. Coordena os atendimentos e solicitações encaminhadas ao Vice-prefeito e realiza atendimentos de funcionários, cidadãos e usuários. Auxilia, estuda e propõe soluções para questões de interesse do Município e atinentes a formulação de políticas de gestão e melhoria do serviço público. Exerce outras atividades correlatas que lhe forem conferidas pelo Vice-Prefeito.

CARGO: ASSESSOR JURÍDICO ESPECIAL

HABILITAÇÃO: Curso Superior em Direito, com registro na OAB/SC.

ATRIBUIÇÕES: 1. Realizar atendimento de funcionários, cidadãos ou usuários do serviço público que foram direcionados à Procuradoria, para prestar informações orientações de processos administrativos e judiciais; 2. Estudar e sugerir soluções para assuntos de ordem administrativa legal e de interesse do Município; 3. Analisar, orientar e propor soluções ao Procurador Geral e o Chefe do Poder Executivo acerca de modificações necessárias na legislação municipal, de modo a ajustá-la ao interesse público; 4. Pesquisar e analisar politicamente o impacto das alterações legislativas junto à municipalidade; 5. Auxiliar os Procuradores Municipais na tramitação de processos administrativos e judiciais, contencioso de natureza tributária e fiscal, auxiliando na tarefa de dar andamento às demandas e no auxílio e elaboração de minutas para o ajuizamento de ações fiscais da dívida ativa do Município e de outras ações judiciais ou medidas administrativas em favor do Município ou em sua defesa; 6. Administrar o sistema de controle de prazos judiciais e administrativos, fomentar o sistema informatizado da Prefeitura Municipal; 7. Elaborar e analisar relatórios e planilhas de processos findos e em andamento, para fins estatísticos, inclusive em relação a arrecadação fiscal e tributária; 8. Assessorar as demais unidades administrativas no encaminhamento das respostas junto ao Ministério Público e demais autoridades; 9. Realizar atividades administrativas inerentes a orientação e controle das funções do núcleo de assessoramento; 10. Prestar assessoria ao Procurador-Geral do Município nas suas áreas de atuação: a. Elaborar, redigir, estudar e examinar anteprojeto de lei, decretos e regulamentos, assim como elaborar minutas de contratos, escrituras, convênios e de quaisquer outros atos jurídicos; b. Elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; c. Acompanhar publicações de natureza jurídica e manter atualizado repositório de jurisprudências; d. Elaborar minuta de peças processuais e pareceres; e. Fazer pesquisas. 11. Orientar os estagiários na elaboração de pesquisas, projetos de lei e minutas de petições de menor complexidade, solicitar cargas e devoluções de processos administrativos; 12. Coordenar, supervisionar e orientar a Comissão de Mediação e Conciliação sobre soluções consensuais para a controvérsia de ordem tributária, fiscal e administrativa, compreendidas o exercício da função de conciliador eleito e mediador, a ser regulamentada por lei; 13. Exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas pelo Procurador Geral ou por ele delimitadas dentro das atribuições previstas para o cargo; 14. Fica vedado ao Assessor Jurídico Especial a sua representação como Procurador no ajuizamento de ações e realização de audiências, no âmbito da Justiça Estadual e Federal.

LEI ORDINÁRIA Nº. 1.909/2017

LEI ORDINÁRIA Nº. 1.909-2017, de 24 de abril de 2017.

"OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS NO MUNICÍPIO DE LAGUNA DE INSERIR NAS PLACAS DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO O SÍMBOLO MUNDIAL DO AUTISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Os estabelecimentos públicos e privados do município de Laguna ficam obrigados a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, conforme anexo único.

§1º Entende-se por estabelecimentos privados.

I - supermercados;

II - bancos;

III - farmácias;

IV - bares;

V - restaurantes;

VI - lojas em geral; e

VII – casas lotéricas.

§2º Os estabelecimentos que não cumprirem a presente Lei sofrerão sanções e multas a serem regulamentadas pelo Poder Executivo.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº. 1.910/2017

LEI ORDINÁRIA Nº. 1.910-2017, de 20 de abril de 2017.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 04 – Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos

Função: 6 – Segurança Pública

Programa: 34 – Trânsito Seguro.

Projeto/Atividade: 2.034 - Controle e fiscalização do Trânsito - Conv.SSPSC - Polícia Militar

Elemento da Despesa: 244 – 3.3.30.81.00.00.00.00.01.0000 – Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - R\$ 150.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional ESPECIAL de que trata o artigo 1º desta Lei, fica autorizado o uso em igual valor de recursos no orçamento vigente, da seguinte dotação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 04 – Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos

Função: 6 – Segurança Pública

Programa: 34 – Trânsito Seguro

Projeto/Atividade: 2.034 - Controle e fiscalização do Trânsito - Conv.SSPSC - Polícia Militar

Elemento da Despesa:

62 – 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 – Material de Consumo - R\$ 60.000,00

63 – 3.3.90.36.00.00.00.00.01.0000 – Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física - R\$ 10.000,00

64 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 – Outros Serv. de Terceiros Pessoa Jurídica - R\$ 60.000,00

65 – 4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 – Equipamentos e Material Permanente - R\$ 20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

PREGÃO_03/2017-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO 03/2017 – FMS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, através do Fundo Municipal de Saúde, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, para a aquisição de materiais de consumo e equipamentos de uso odontológico para os programas da Secretaria de Saúde do Município, no dia 11 de maio de 2017 às 10:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48)9.9660.2361 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas. Laguna, 27 de Abril de 2017.

Waldomiro Souza Netto / Pregoeiro

Lajeado Grande

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 014: EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES

Decreto Legislativo n. 014/2017

De 26/04/2017

“EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES”

JURACI A. XAVIER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Orgânica Municipal, e c/c Anexo IV da Lei Complementar 026/2013 e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

DECRETA:

Art. 1º Fica a Srta. RENATA FERNANDA MARASCHIN FERREIRA, exonerada do exercício do Cargo em Comissão de Assessor de Imprensa e comunicação da Câmara de Vereadores – C.C., constante no Anexo IV da Lei Municipal Complementar n. 026/2013, a partir da data de 30 de abril de 2017.

Art. 2º O Setor de Contabilidade da Câmara de Vereadores deverá promover os cálculos e promover o pagamento das verbas rescisórias da servidora exonerada com base neste Decreto.

Art. 3º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC,
em 26 de abril de 2017.

JURACI ANTÔNIO XAVIER

Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

MARGARETE DA SILVA COSTA FLORES

Primeira Secretária

Lauro Muller

PREFEITURA

COMUNICADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

COMUNICADO

O Município de Lauro Muller através do Departamento de Compras e Licitações torna público para aos interessados, a relação, em ordem alfabética, dos nomes dos profissionais, previamente cadastrados, que participarão do sorteio dos membros que irão compor a "Subcomissão Técnica" que irá proceder à análise e ao julgamento das propostas técnicas a serem apresentadas no âmbito da Tomada de Preço Nº. 063/PMLM/2017 do tipo "Técnica e Preço", que tem por objeto a contratação de agência de propaganda e/ou publicidade para prestação de serviços de publicidade e propaganda, correspondentes ao estudo, ao planejamento, à conceituação, à concepção, à criação, à execução interna, à intermediação e supervisão da execução externa e à distribuição de campanhas de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação; à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias; e demais serviços inerentes à atividade publicitária, destinados ao atendimento das necessidades de comunicação da Administração Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010, a saber.

a) Vinculados ao Município:

ORDEM	NOME	HABILITAÇÃO
01	SAMUEL MADEIRA	JORNALISTA
02	CINTIA JUSTI	MARKETING

b) Não vinculados ao Município:

ORDEM	NOME	HABILITAÇÃO
01	JOÃO EDUARDO AMADOR	PUBLICITÁRIO
02	HAUDREY MAFIOLETE	JORNALISTA
03	OBADIAS BENONIS DA SILVA	JORNALISTA
04	ALCIDES PEREIRA FILHO	PUBLICITÁRIO
05	KÁTIA ANTUNES	PUBLICITÁRIA
06	ALINE BENEDET VELHO	RADIALISTA
07	GUSTAVO LUIZ GIORDANI DE AGIDA	RADIALISTA

A Sessão pública para sorteio dos profissionais que irão compor a Subcomissão Técnica será realizada no dia 02 de Maio de 2017 às 10h30min, na sala de reunião do setor de licitações do Departamento de Compras, localizado na sede da municipalidade, sito a Rua Valter Vetterly, 369 Centro Lauro Muller, Santa Catarina.

Serão sorteados 3 (três) nomes dentre os profissionais cadastrados, dos quais 1 (um) com vínculo com o Município de Lauro Muller e 02 (dois) sem vínculo com o Município de Lauro Muller, e um que ficará como suplente, podendo ser vinculado a municipalidade ou não.

Nos termos do parágrafo 9º, do artigo 10, da Lei Federal 12.232/2010, o sorteio será processado de modo a garantir o preenchimento das vagas da Subcomissão Técnica de acordo com a proporcionalidade do número de membros que mantenham ou não vínculo com o Município de Lauro Muller.

Nos termos do parágrafo 5º, do artigo 10, da Lei Federal 12.232/2010, até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação acima, mediante fundamentos jurídicos plausíveis. As impugnações deverão se protocolizadas no protocolo geral, da Prefeitura Municipal de Lauro Muller.

Lauro Muller, 24 de Abril de 2017.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

DECRETO Nº 079/2017

DECRETO Nº 079/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, HELOISA SPINDOLA LEAL, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenadora de Setor junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Código/Nível DASI 3.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 26 DE ABRIL DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 141/2017

PORTARIA Nº 141/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 22.02.2017 à 20.02.2018, para a funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, INES DO LIVRAMENTO SPRICIGO, ocupante do cargo de Professora, junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 142/2017
PORTARIA Nº 142/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública REJANE VASIELEVSKI MIRANDA, Professora II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 20 de Fevereiro de 2017 à 20 de Fevereiro de 2018, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 143/2017
PORTARIA Nº 143/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal nº 1.126/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, o funcionário público RAFAEL DE MEDEIROS SOMBRIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotado na Prefeitura Municipal, para exercê-lo no Hospital Municipal Henrique Lage.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 144/2017
PORTARIA Nº 144/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal nº 1.126/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública VALÉRIA CRISTINA PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, que exerce atualmente na Secretaria Municipal de Saúde, para exercê-lo na Unidade de Saúde João Nazário.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 145/2017
PORTARIA Nº 145/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal nº 1.126/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública JANETE HOFMANN RABELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista, que exerce atualmente na Secretaria Municipal de Agricultura, para exercê-lo na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 146/2017

PORTARIA Nº 146/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal nº 1.126/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública JOANITA CUSTODIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, que exerce atualmente na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, para exercê-lo na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 147/2017

PORTARIA Nº 147/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal nº 1.126/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, o funcionário público JOSÉ PRUDENTE MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, que exerce atualmente na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, para exercê-lo na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 148/2017

PORTARIANº 149/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 17% (dezessete por cento), por atribuição de função, à funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, ROSANGELA PAES FORTUNATO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 149/2017

PORTARIANº 149/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 17% (dezessete por cento), por atribuição de função, à funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, ROSANGELA PAES FORTUNATO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 150/2017

PORTARIANº 150/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal

nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 20% (vinte por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, RIVELINO HOFFMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 151/2017

PORTARIANº 151/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 20% (vinte por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, VICENTE PACHECO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 152/2017

PORTARIANº 152/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal

da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, CARLOS JOSÉ HENRIQUE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 153/2017

PORTARIANº 153/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 8% (oito por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, LUIZ PACHECO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 154/2017

PORTARIANº 154/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 8% (oito por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, JOÃO ARLINDO VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 155/2017
PORTARIANº 155/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 20% (vinte por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, PAULO MATEUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 156/2017
PORTARIANº 156/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 8% (oito por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, JOSÉ CARLOS ROCHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Eletricista.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 157/2017
PORTARIANº 157/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 8% (oito por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, ANTONIO CARLOS DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 158/2017
PORTARIANº 158/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 8% (oito por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, LUIZ CARLOS RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 159/2017

PORTARIANº 159/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 8% (oito por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, MÁRCIO PACHECO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 160/2017

PORTARIANº 160/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 8% (oito por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, MARIOZAN BESSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 161/2017

PORTARIANº 161/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal

nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 8% (oito por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, ADÃO JOSÉ PEDRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tratorista Agrícola.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 162/2017

PORTARIANº 162/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 8% (oito por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, CLAUDIO NORBERTO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 163/2017

PORTARIANº 163/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 8% (oito por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal

da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, JUCEMAR DELA JUSTINA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tratorista Agrícola.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 164/2017

PORTARIA Nº 164/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública SABRINA DA SILVA DA ROSA CANDIDO, AUXILIAR DE CLASSE, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções na Escola Municipal Hilário Pescador, a partir de 01 de Março de 2017 à 15 de Dezembro de 2017, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 165/2017

PORTARIA Nº 165/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública HELLEN VASIELEVSKI PESCADOR, Professora II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções na Escola Municipal Hilário Pescador, a partir de

01 de Março de 2017 à 15 de Dezembro de 2017, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 166/2017

PORTARIA Nº 166/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 01.03.2017 à 28.02.2019, para a funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, ELIANE DA SILVA CROCETTA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, junto à Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 167/2017

PORTARIANº 167/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, VALDECI MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Lavador de Veículos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 168/2017

PORTARIA Nº 168/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal nº 1.126/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública SONIA RAULINO HIPÓLITO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, que exerce atualmente no Hospital Municipal Henrique Lage, para exercê-lo na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 169/2017

PORTARIA Nº 169/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal nº 1.126/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, o funcionário público RIVELINO CANDIDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, que exerce atualmente no Hospital Municipal Henrique Lage, para exercê-lo na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes e na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 171/2017

PORTARIA Nº 171/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública HELOISA DALSSASSO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, que exerce atualmente junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes para exercê-lo no NAES.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 172/2017

PORTARIA Nº 172/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, GRASIELE PIATI DA LUZ, Professora II, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 173/2017

PORTARIA Nº 173/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública DAIANI DOS SANTOS, Professor II – Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar sua funções no Centro de Educação Infantil Criança Feliz, a partir de 01 de Março de 2017 à 15 de Dezembro de 2017, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 174/2017

PORTARIA Nº 174/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, MARILIA DE BRIDA FONTANELLA, Professora II, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 175/2017

PORTARIA Nº 175/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, RONALDO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, Código/Nível DAS 1, sem ônus para o município, optando pelos subsídios de Vereador Municipal a ser pago pela Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 176/2017

PORTARIA Nº 176/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, CINTIA JUSTI, Assessora, para representar a Prefeitura Municipal de Lauro Müller junto à Secretaria de Desenvolvimento Humano.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE MARÇO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 177/2017

PORTARIA Nº 177/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante

Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CACIANA DA SILVA SPÍNDOLA, para a função de Professor II – Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 178/2017

PORTARIA Nº 178/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MONIK RODRIGUES DOS SANTOS, para a função de Professor I – Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Criança Feliz, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 179/2017

PORTARIA Nº 179/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARCIANE GOMES, para a função de Professor I – Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Criança Feliz, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 180/2017

PORTARIA Nº 180/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ROSÉLIA DA CRUZ LUCIANO, para a função de Professor II – Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Pré Escolar Criança Feliz, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 181/2017

PORTARIA Nº 181/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, FRANCINE ESPINDOLA FOLCHINI, para a função de Professor II – Educação Física, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 182/2017

PORTARIA Nº 182/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SIBELE QUERINO NAZARO, para a função de Professor II – Educação Física, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 183/2017

PORTARIA Nº 183/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, EVELIN BELTRAME, para a função de Professor I – Educação Física, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Criança Feliz, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 184/2017

PORTARIA Nº 184/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, GIULIA GIORDANI, para a função de Professor II – Educação Física, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral, Pré-Escolar Pequeno Príncipe, Escola Municipal Rio Capivaras Alto e Escola Municipal Tia Marli, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 185/2017

PORTARIA Nº 185/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, INGRID JÉSSICA DE SOUZA PAGANINI, para a função de Professor II – Ensino Fundamental, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Março de 2017 a 15 de Dezembro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 170/2017

PORTARIA Nº 170/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal nº 1.126/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, o funcionário público VALTER LUIZ PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, que exerce atualmente no Hospital Municipal Henrique Lage, para exercê-lo na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes e na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE FEVEREIRO DE 2017.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO NO TERMO DE REFERENCIA PREGÃO PRESENCIAL Nº.028/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LAURO MULLER
PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO NO TERMO DE REFERENCIA PREGÃO PRESENCIAL Nº.028/FMS/2017
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/FMS/2017
Data e horário da sessão de abertura: 15/05/2017 às 08h30min.
Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para implantação, licenciamento e suporte de software de gestão em saúde para os ESF's, Secretaria Municipal de Saúde, CAPS NASF de Lauro Muller e Hospital Municipal, conforme condições fixadas no termo de referencia em anexo. Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com.
Lauro Muller, 27 de abril de 2017.

Pregoeiro
Genivaldo da Silva

Lebon Régis

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 1.579/2017, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Lei Municipal nº 1.579/2017, de 27 de abril de 2017.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LEBON RÉGIS - APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar termo de fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lebon Régis – APAE, nos termos da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2016 e do Decreto Municipal nº. 030, de 05 de abril de 2017.

Art. 2º. Para execução das ações previstas no plano de trabalho, fica autorizada a transferência de recursos para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lebon Régis – APAE, no valor de R\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais) por ano, a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais.

Art. 3º. O órgão ou a entidade da administração pública municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de fomento ou do plano de trabalho, mediante solicitação devidamente fundamentada, desde que não haja alteração de seu objeto.

Art. 4º. As prestações de contas dos valores recebidos do Município serão feitas na forma prevista na Lei 13.019/2016 e do Decreto Municipal nº. 030/2017, sendo que os repasses das parcelas seguintes ficarão vinculados ao cumprimento desta obrigação.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 93000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 93030 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 8 Assistência Social
Subfunção: 242 – Assistência ao Portador de Deficiência
Programa: 26
Ação: 2.23 Contribuições para a APAE
Despesa LOA: 146 3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis (SC), 27 de abril de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
PREFEITO DE LEBON RÉGIS

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LEI MUNICIPAL Nº 1.580/2017, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Lei Municipal nº 1.580/2017, de 27 de abril de 2017.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM A CASA LAR LEONARDO MULLER DEBONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar termo de fomento com a Casa Lar Leonardo Muller Deboni, com sede no Município de Lebon Régis, nos termos da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2016 e do Decreto Municipal nº. 030, de 05 de abril de 2017.

Art. 2º. Para execução das ações previstas no plano de trabalho, fica autorizada a transferência de recursos para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lebon Régis – APAE, no valor de R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) por ano, a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais.

Art. 3º. O órgão ou a entidade da administração pública municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de fomento ou do plano de trabalho, mediante solicitação devidamente fundamentada, desde que não haja alteração de seu objeto.

Art. 4º. As prestações de contas dos valores recebidos do Município serão feitas na forma prevista na Lei 13.019/2016 e do Decreto Municipal nº. 030/2017, sendo que os repasses das parcelas seguintes ficarão vinculados ao cumprimento desta obrigação.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 93000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 93030 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 8 Assistência Social
Subfunção: 243 – Assistência à Criança e o Adolescente
Programa: 27
Ação: 2.82 Transferência a Casa Lar
Despesa LOA: 193 3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis (SC), 27 de abril de 2017.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
PREFEITO DE LEBON RÉGIS

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2017

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2017

CONTRATO Nº 26/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS /SC

Objeto: O presente tem por objetivo a contratação de empresa especializada para dedetização e limpeza de caixas de água, a serem realizadas, duas vezes por ano, sendo a primeira em abril e a segunda em outubro de 2017, nas diversas instalações pertencentes ao Município e Departamentos, conforme relação elencada no Termo de Referência. Valor total R\$ 4.378,66 (quatro mil, trezentos e setenta e oito reais e sessenta e seis centavos), pagos em 02 (duas) parcelas iguais de R\$ 2.189,33 (dois mil, cento e oitenta e nove reais e trinta e três centavos). Vigência: 26/04/2017. Término: 26/04/2018. CONTRATADA: JÉSSICA CORDEBELLA - CNPJ: 26.299.853/0001-60. Lebon Régis, 27 de abril de 2017.

Douglas Fernando de Mello – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2017

CONTRATO Nº 27/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS/SC.

Objeto: O presente tem por objetivo a contratação de empresa especializada para dedetização e limpeza de caixas de água, a serem realizadas, duas vezes por ano, sendo a primeira em abril e a segunda em outubro de 2017, instalações pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde, conforme relação elencada no Termo de Referência. Valor total R\$ 2.020,92 (dois mil vinte reais e noventa e dois centavos), pagos em 02 (duas) parcelas iguais de R\$ 1.010,46 (um mil, dez reais e quarenta e seis centavos). Vigência: 26/04/2017. Término: 26/04/2018. CONTRATADA: JÉSSICA CORDEBELLA - CNPJ: 26.299.853/0001-60. Lebon Régis, 27 de abril de 2017.

Nádia Aparecida Maciel – Gestora

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2017

CONTRATO Nº 28/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS/SC.

Objeto: O presente tem por objetivo a contratação de empresa especializada para dedetização e limpeza de caixas de água, a serem realizadas, duas vezes por ano, sendo a primeira em abril e a segunda em outubro de 2017, instalações pertencentes ao Fundo Municipal de Assistência Social, conforme relação elencada no Termo de Referência. Valor total R\$ 1.010,46 (um mil, dez reais e quarenta e seis centavos), pagos em 02 (duas) parcelas iguais de R\$ 505,23 (mil, dez reais e quarenta e seis centavos). Vigência: 26/04/2017. Término: 26/04/2018. CONTRATADA: JÉSSICA CORDEBELLA - CNPJ: 26.299.853/0001-60. Lebon Régis, 27 de abril de 2017.

Nilceia do Valle Rocha Hanna – Gestora

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2017

CONTRATO Nº 29/2017

CONTRATANTE: AUTARQUIA HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL "SANTO ANTÔNIO" DE LEBON RÉGIS/SC.

Objeto: O presente tem por objetivo a contratação de empresa especializada para dedetização e limpeza de caixas de água, a serem realizadas, duas vezes por ano, sendo a primeira em abril e a segunda em outubro de 2017, nas instalações pertencentes ao Hospital e Maternidade Municipal "Santo Antônio" de Lebon Régis,

conforme relação elencada no Termo de Referência. Valor total R\$ 336,82 (trezentos e trinta e seis reais e oitenta e dois centavos), pagos em 02 (duas) parcelas iguais de R\$ 168,41 (cento e sessenta e oito reais, quarenta e um centavos). Vigência: 26/04/2017. Término: 26/04/2018. CONTRATADA: JÉSSICA CORDEBELLA - CNPJ: 26.299.853/0001-60. Lebon Régis, 27 de abril de 2017.

Leoniro da Silva Pahl – Presidente do Conselho

PORTARIA Nº 387/17 DE 25 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 387/17 DE 25 DE ABRIL DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, ROSANGELA MACEDO COSTA, para ocupar o cargo de Médico, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/04/2017, ficando sua vaga vinculada ao período de férias de Leticia Rios Diaz.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 25 de abril de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PROJETO DE LEI 007-2017 APAE

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº. 007/2017

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LEBON RÉGIS - APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar termo de fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lebon Régis – APAE, nos termos da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2016 e do Decreto Municipal nº. 030, de 05 de abril de 2017.

Art. 2º Para execução das ações previstas no plano de trabalho, fica autorizada a transferência de recursos para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lebon Régis – APAE, no valor de R\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais) por ano, a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais.

Art. 3º O órgão ou a entidade da administração pública municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de fomento ou do plano de trabalho, mediante solicitação devidamente fundamentada, desde que não haja alteração de seu objeto.

Art. 4º As prestações de contas dos valores recebidos do Município serão feitas na forma prevista na Lei 13.019/2016 e do Decreto Municipal nº. 030/2017, sendo que os repasses das parcelas seguintes ficarão vinculados ao cumprimento desta obrigação.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da

seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 93000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 93030 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 8 Assistência Social
Subfunção: 242 – Assistência ao Portador de Deficiência
Programa: 26
Ação: 2.23 Contribuições para a APAE
Despesa LOA: 146 3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Lebon Régis, 26 de Abril de 2017.
OSMAR COMPER
Presidente

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG
1º Secretário

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Lebon Régis, 26 de Abril de 2017.
OSMAR COMPER
Presidente

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG
1º Secretário

PROJETO DE LEI 008-2017 CASA LAR

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº. 008/2017

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM A CASA LAR LEONARDO MULLER DEBONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar termo de fomento com a Casa Lar Leonardo Muller Deboni, com sede no Município de Lebon Régis, nos termos da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2016 e do Decreto Municipal nº. 030, de 05 de abril de 2017.

Art. 2º Para execução das ações previstas no plano de trabalho, fica autorizada a transferência de recursos para a Casa Lar Leonardo Muller Deboni, com sede no Município de Lebon Régis, no valor de R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) por ano, a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais.

Art. 3º O órgão ou a entidade da administração pública municipal poderá autorizar ou propor a alteração do termo de fomento ou do plano de trabalho, mediante solicitação devidamente fundamentada, desde que não haja alteração de seu objeto.

Art. 4º As prestações de contas dos valores recebidos do Município serão feitas na forma prevista na Lei 13.019/2016 e do Decreto Municipal nº. 030/2017, sendo que os repasses das parcelas seguintes ficarão vinculados ao cumprimento desta obrigação.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 93000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 93030 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 8 Assistência Social
Subfunção: 243 – Assistência à Criança e o Adolescente
Programa: 27
Ação: 2.82 Transferência a Casa Lar
Despesa LOA: 193 3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Leoberto Leal

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 027/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de equipamentos de informática e mobiliários, para os setores da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as especificações constantes no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 019/2017. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze) horas, do dia 12 de maio de 2017. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 27/04/2017. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR 30/2017 PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017

Genir Loli – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a possível aquisição materiais de construções, conexões, ferramentas, e materiais elétricos, e horas de serviços para instalações elétricas, no dia 12 de maio de 2017, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 27 de abril de 2017.

Genir Loli - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 137/2017, DE 13 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 137/2017, de 13 de Abril de 2017.

CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

GENIR LOLI- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2. 003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder Licença saúde, a partir de 13 de Abril de 2017 a 25 de Abril de 2017, a Servidora Pública Municipal Cleide Rogowski, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social conforme atestado médico em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 13 de Abril de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 134/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 134/2017, de 07 de Abril de 2017.

CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

GENIR LOLI- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2. 003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder Licença saúde, a partir de 07 de Abril de 2017, a Servidora Pública Municipal Andreia Soligo, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, por 15 (quinze) dias conforme atestado médico em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 07 de Abril de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 135/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 135/2017, de 07 de Abril de 2017.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 119, combinado com o artigo 125 da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Sonia Maria da Luz Mendes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, 16 (dezeses) dias de licença, a título de Licença-Prêmio, compreendidos entre os dias 10 a 25 de Abril de 2017, com a remuneração do cargo efetivo, relativo ao período aquisitivo de 01 de Agosto de 2011 a 31 de Julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 07 de Abril de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 136/2017, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 136/2017, de 10 de Abril de 2017.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 119, combinado com o artigo 125 da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Sônia Maria Fiorentin, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, 30 (trinta) dias de licença, a título de Licença-Prêmio, compreendidos entre os dias 11 de Abril de 2017 a 10 de Maio de 2017, com a remuneração do cargo efetivo, relativo ao período aquisitivo de 01 de Setembro de 2003 a 31 de Agosto de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 10 de Abril de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 138/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 138/2017, de 17 de Abril de 2017.
CONCEDE FÉRIAS A CONSELHEIRA TUTELAR

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 1º, da Lei Complementar nº 204/2012, de 05 de Fevereiro de 2012.

RESOLVE:

Conceder, Férias a Senhora Irma Lourdes Bonissoni Volpato, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 10 de Janeiro de 2016 a 09 de Janeiro de 2017, para gozo no período de 17 de Abril de 2017 a 16 de Maio de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em 17 de Abril de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 139/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 139/2017, de 17 de Abril de 2017.
CONCEDE LICENÇA GESTANTE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 106, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Licença Gestação a Servidora Pública Municipal Suzana Carla Giron ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, conforme atestado médico, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 15 de Abril de 2017 a 12 de Agosto de 2017, com ônus para o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em 17 de Abril de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 140/2017, DE 17 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 140/2017, de 17 de Abril de 2017.
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 38, inciso II, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e nos termos do Artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

I - Exonerar, a pedido e por motivo de concessão de aposentadoria, a Servidora Pública Municipal Salete Maria Mendes, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 17 de Abril de 2017.

II - Face o disposto neste ato, fica revogada a Portaria nº 077/2002, de 08 de Abril de 2002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 17 de Abril de 2017.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

Lontras

PREFEITURA

INSCRIÇÃO DE PROFISSIONAIS 55/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

TOMADA DE PREÇO N.º 55/2017

O Município de Lontras faz saber que fica aberto o prazo para inscrição de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, para compor a subcomissão técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas, nos termos do artigo 10º da Lei Federal nº 12.232/2010, para contratação de agências de propaganda para prestação de serviços de publicidade.

Entrega dos Envelopes: entre os dias 28/04 e 12/05 das 08 horas ao meio dia e das 14 às 17 horas. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 28 de abril de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luzerna

PREFEITURA

PARALISAÇÃO DA OBRA REFERENTE CONTRATO PML 006/2017

OF.: Eng. Pl. 024/2017
Luzerna (SC), 24 de Abril de 2017.

Ref: PARALISAÇÃO DE OBRA

O Setor de engenharia da Prefeitura Municipal de Luzerna vem através desta, PARALISAR a obra referente Contrato PML 006/2017 de 25 de Janeiro de 2017 com a empresa ALEXANDRE CALDEIRA EIRELI contratada para execução de 3.315,58m² de capa asfáltica sobre paralelepípedo com aplicação de 563,54 toneladas de C.A.U.Q. (reperfilamento 3,00cm e capa 4,00cm) nas Ruas João Zeni, Rua da Amizade e Rua da Paz, bairro Jardim Itália, incluindo sistema de drenagem de águas pluviais e sinalização horizontal e vertical nas respectivas ruas, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento e demais especificações contidas no processo licitatório nº 113/2016, Tomada de Preço nº 005/2016.

Justificativa: Com relação ao Contrato N. 1.027.392-69/2015, faz-se a necessidade da paralização da referida obra, visando o aguardo do recurso a ser repassado para esta municipalidade efetivar o pagamento da empresa executora. Desta forma a Ordem de Serviço 002/2017 fica temporariamente suspensa, até que a situação seja regularizada.

Moisés Diersmann
Prefeito Municipal

André Luis Toigo Diesel
Diretor de Planejamento
Assessoria de Planejamento

Alexandre Caldeira
Alexandre Caldeira Eireli

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4017

DECRETO Nº 4.017
DE 26 DE abril DE 2017

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 4.251/2017, QUE "CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVOS ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, ESTABELECE REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO DAS ENTIDADES, DEFINE CRITÉRIOS PARA A PUBLICIZAÇÃO DE ATIVIDADES E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE MAFRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso das atribuições, de acordo com o inciso XVII, do art. 68 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 4.251, de 05 de abril de 2017, DECRETA:

CAPÍTULO I DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

SEÇÃO I DOS REQUISITOS PARA A QUALIFICAÇÃO

Art. 1º. O pedido de qualificação como Organização Social será dirigido ao Prefeito Municipal, por meio de requerimento escrito, e encaminhado à Secretaria Municipal de Administração, acompanhado dos documentos referidos no inciso I, e observado o disposto no §3º, tudo do art. 2º da Lei n. 4.251/2017.

SEÇÃO II DA SELEÇÃO DA ENTIDADE DO PROCEDIMENTO PARA A QUALIFICAÇÃO

Art. 2º. Protocolado o pedido pela entidade, este será encaminhado pelo Secretário Municipal de Administração ao Secretário da pasta afeta à atividade fomentada da entidade interessada, para parecer prévio, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, justificando a conveniência e a oportunidade da qualificação ou opinando pelo indeferimento do requerimento.

Parágrafo único – cumprido o procedimento do caput, o pedido deve ser remetido à Secretaria Municipal de Administração para deliberação da Comissão de Qualificação de Organizações Sociais.

Art. 3º. No âmbito da Secretaria Municipal de Administração, fica instituída a Comissão de Qualificação de Organizações Sociais, que terá competência para decidir sobre os requerimentos de qualificação das entidades no âmbito do Município de Mafra.

§1º. A Comissão de Qualificação de Organizações Sociais será composta pelo Secretário Municipal de Administração, pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal e pelo Procurador de Consultoria Jurídica e Representação Judicial.

§2º. A Comissão, quando acionada, se reunirá e emitirá parecer conclusivo, no prazo não superior a 05 (cinco) dias, pelo deferimento, ou não, do pedido.

§3º. Com o parecer da Comissão o processo será remetido ao Secretário de Administração para decisão final.

§4º. Deferido o pedido, o Prefeito Municipal, mediante Decreto, dará ciência da qualificação da entidade como Organização Social, nos termos do §2º, do art. 2º, da Lei n. 4.251/2017.

§5º. Indeferido o pedido pelo Secretário Municipal de Administração, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias, dirigido ao Prefeito Municipal, a contar do dia seguinte ao da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Qualquer alteração da finalidade, ou do regime de funcionamento da organização, que implique mudança das condições que instruíram sua qualificação, deverá ser comunicada, com a devida justificação, imediatamente, à Secretaria Municipal de Administração, sob pena de cancelamento da qualificação nos termos do art. 3º da Lei n. 4.251/2017.

Art. 5º. As entidades que forem qualificadas como Organizações Sociais serão consideradas aptas a assinar contrato de gestão com o Poder Público Municipal e a absorver a gestão e execução de atividades e serviços públicos, nos termos da Lei Municipal nº 4251/2017.

Capítulo II DO CONTRATO DE GESTÃO

SEÇÃO I DAS CLÁUSULAS NECESSÁRIAS DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 6º. O contrato de gestão celebrado pelo Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e da Secretaria específica da área de atuação, conforme sua natureza e objeto discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade contratada, cuja súmula será publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Parágrafo único - Poderá figurar como interveniente no contrato de gestão entidade integrante da Administração Indireta do Município.

Art. 7º. Na elaboração do contrato de gestão deve ser observado o disposto no art. 10 da Lei n. 4251/2017, e os seguintes preceitos:

I - disponibilidade permanente de documentação para auditoria do Poder Público;

II - atendimento à disposição do art. 7º da lei Municipal nº 4251/2017.

III - vedação à cessão total ou parcial do contrato de gestão pela Organização Social;

IV - atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, no caso das Organizações Sociais da Saúde;

V - o prazo de vigência do contrato, que não poderá ultrapassar o período de 05 (cinco) anos, renovável uma vez por igual período, em caso de comprovado interesse público;

VI - o orçamento, o cronograma de desembolso e as fontes de receita para a sua execução;

VII - estipulação da política de preços a ser praticada para execução das atividades objeto do contrato de gestão;

VIII - discriminação dos bens públicos cujo uso será permitido à Organização Social quando houver;

IX - a hipótese rescisão do contrato de gestão ou de desqualificação importará em reversão dos bens cujo uso lhes tenha sido permitido pelo Município e dos valores entregues para utilização da Organização Social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Parágrafo único - O Secretário Municipal da Administração deverá definir as demais cláusulas necessárias dos contratos de gestão de que for signatário, atendidas as especificações da área de atuação objeto de fomento, podendo atingir, inclusive, a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras auditadas por auditores independentes.

SEÇÃO II DA CONVOCAÇÃO PÚBLICA

Art. 8º. A formalização do contrato de gestão será precedida necessariamente da publicação Diário Oficial dos Municípios - DOM, de Edital de Chamada Pública para Parcerias com Organizações Sociais, da qual constarão, além do disposto no art. 12, da Lei n. 4.251/2017, os seguintes requisitos:

I - objeto da(s) parceria(s) que a Secretaria competente pretende firmar, com a descrição sucinta das atividades que deverão ser executadas;

II - indicação da data-limite para que as Organizações Sociais qualificadas manifestem expressamente seu interesse em firmar o contrato de gestão;

III - metas e indicadores de gestão;

IV - limite máximo de orçamento previsto para realização das atividades e serviços;

V - critérios técnicos de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;

VI - prazo, local e forma para apresentação da proposta de trabalho;

VII - designação da comissão de seleção;

VIII - minuta do contrato de gestão.

Parágrafo único - As minutas do edital de convocação e do contrato de gestão deverão ser previamente examinadas pela Procuradoria-Geral do Município.

Art. 9º. A proposta de trabalho apresentada pela entidade deverá conter os meios e os recursos necessários à prestação dos serviços a serem executados, observado o disposto no art. 13 da Lei n. 4.251/2017 e quando for o caso:

I – a estipulação da política de preços a ser praticada;

II – o percentual mínimo de trabalho voluntário.

Art. 10. A data-limite referida no inciso II, do art. 8º deste decreto não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias corridos, contados da data da publicação da Convocação Pública no Diário Oficial do Município – DOM.

Parágrafo único - No dia seguinte à data-limite, deverá ser publicada no Diário Oficial do Município – DOM a relação das entidades que manifestarem interesse na celebração do contrato de gestão, quando houver.

Art. 11. Caso não haja manifestação de interesse por parte das Organizações Sociais regularmente qualificadas, a Secretaria Municipal da Administração poderá repetir o procedimento de convocação quantas vezes forem necessárias.

Art. 12. Na hipótese de uma única Organização Social manifestar interesse na formalização do contrato de gestão objeto da convocação, e desde que atendidas as exigências relativas à proposta de trabalho, o Poder Público poderá celebrar com essa entidade o contrato de gestão.

Art. 13. Em envelope próprio, além do certificado de qualificação, a Organização Social que haja manifestado tempestivamente seu interesse em firmar contrato com o Município de Mafra, deverá apresentar comprovação:

I - da regularidade jurídica;

II - da boa situação econômico-financeira da entidade;

III - da experiência técnica para desempenho da atividade objeto do contrato de gestão.

§1º. A comprovação da boa situação financeira da entidade, prevista no inciso II deste artigo far-se-á através do cálculo de índices contábeis usualmente aceitos.

§2º. A exigência do inciso III deste artigo se limitará à demonstração, pela entidade, de sua experiência técnica e gerencial na área relativa à atividade a ser executada, ou pela capacidade técnica do seu corpo dirigente e funcional, podendo ser exigido, conforme recomende o interesse público, e considerando a natureza dos serviços a serem executados, tempo mínimo de experiência.

SUBSEÇÃO I COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO

Art. 14. A Comissão Especial de Seleção, instituída mediante portaria do Prefeito, será composta por 03 (três) membros, sendo um deles designado como presidente.

Art. 15. Compete à Comissão Especial de Seleção:

I - receber os documentos e programas de trabalho propostos no processo de seleção;

II - analisar, julgar e classificar os programas de trabalho apresentados, em conformidade com as regras e critérios estabelecidos no edital, bem como declarar a Organização Social vencedora do processo de seleção;

III - julgar os requerimentos apresentados no âmbito do processo de seleção e processar os recursos;

IV - dirimir ou esclarecer eventuais dúvidas ou omissões.

Art. 16. Da sessão de abertura dos envelopes será lavrada ata circunstanciada, rubricada e assinada pelos membros da Comissão Especial de Seleção e pelos representantes das Organizações Sociais participantes do processo de seleção que estiverem presentes ao ato.

SUBSEÇÃO II JULGAMENTO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO

Art. 17. No julgamento dos programas de trabalho propostos, serão observados os critérios definidos no edital, conforme índices de pontuação expressamente determinados, cuja soma equivalha à nota dez.

Parágrafo único - Será considerado vencedor do processo de seleção o programa de trabalho proposto que obtiver a maior pontuação na avaliação, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção em relação a cada um dos critérios definidos no edital, ao qual deverá ficar objetivamente vinculada.

Art. 18. Após classificados os programas de trabalho propostos, serão abertos os envelopes contendo os documentos de que trata o art. 13 deste decreto.

§1º. A habilitação far-se-á com a verificação sucessiva, partindo daquele que obtiver a maior nota e de que o participante comprova os requisitos do art. 13.

§2º. Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o melhor classificado na fase de julgamento será declarado vencedor.

§3º. Caso restem desatendidas as exigências de qualificação e habilitatórias à seleção, a comissão examinará os documentos dos candidatos subseqüentes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao edital, sendo declarado vencedor.

Art. 19. O resultado do julgamento declarando a Organização Social vencedora do processo de seleção será proferido dentro do prazo estabelecido no edital e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 20. Decorridos os prazos sem a interposição de recursos ou após o seu julgamento, a Organização Social vencedora será considerada apta a celebrar o contrato de gestão.

SUBSEÇÃO III FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 21. Havendo ou não prévio processo seletivo, antes da assinatura do respectivo instrumento, o contrato de gestão deverá ser aprovado, em sua redação final:

I - pelo titular da Secretaria Municipal de Administração e Secretaria da respectiva área de atuação;

II - pelo Conselho de Administração da Organização Social, ou

órgão equivalente no caso do mesmo ainda não ter sido constituído.

Art. 22. A Secretaria competente providenciará a publicação do extrato do contrato de gestão, após sua assinatura, no Diário Oficial dos Municípios - DOM e disponibilizará seu inteiro teor no site do Município de Mafra.

Parágrafo Único - A Secretaria competente deverá, ainda, disponibilizar, em meio eletrônico, as metas e os indicadores de desempenho pactuados, devidamente atualizados, no site da Prefeitura do Município Mafra.

Capítulo III DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Art. 23. A execução do contrato de gestão celebrado por Organização Social será fiscalizada pelo Secretário Municipal das áreas fomentadas correspondentes, com o auxílio de Comissão de Avaliação especialmente designada para este fim.

§1º. O contrato de gestão deve prever a possibilidade do Poder Público requerer a apresentação, pela entidade qualificada, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicações no Diário Oficial do Município – DOM.

§2º. Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão serão analisados, periodicamente, por Comissão de Avaliação indicada pelo Secretário Municipal, composta por profissionais de notória especialização, que emitirão relatório conclusivo, a ser encaminhado àquela autoridade e aos órgãos de controle interno e externo.

Art. 24. Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por Organização Social, dela darão ciência à Procuradoria-Geral do Município, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, para as providências relativas aos respectivos âmbitos de atuação, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 25. Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para denunciar irregularidades cometidas pelas Organizações Sociais à Administração Municipal, ao Tribunal de Contas ou à Câmara Municipal.

Art. 26. O balanço e demais prestações de contas devem ser publicadas em jornal local pela Organização Social, às suas custas, e analisados pelo Tribunal de Contas.

Capítulo IV DO FOMENTO ÀS ATIVIDADES SOCIAIS

SEÇÃO I REPASSE DE RECURSOS

Art. 27. Às Organizações Sociais serão destinados recursos orçamentários e, eventualmente, bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º Ficam assegurados às Organizações Sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão, parcela de recursos para fins do disposto neste decreto, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela Organização Social, mediante termo aditivo ao contrato que contemple o aumento proporcional da atividade fomentada.

Art. 28. As Organizações Sociais poderão captar, com responsabilidade própria, recursos privados para a execução dos contratos de gestão.

SEÇÃO II PERMISSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS

Art. 29. Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio do Município.

Parágrafo único - A permuta de que trata o "caput" deste artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público na forma da Lei.

Art. 30. Os bens objeto da permissão de uso deverão ser previamente inventariados e relacionados circunstanciadamente em anexo integrante do contrato de gestão.

Parágrafo único - As condições para permissão de uso serão aquelas especificadas no contrato de gestão.

Capítulo V DA DESQUALIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Art. 31. O Poder Executivo, por ato do Prefeito Municipal, poderá proceder a desqualificação de Organização Social, nas hipóteses elencadas a seguir:

I - deixar de preencher os requisitos que originariamente deram ensejo à sua qualificação;

II - não adaptar, no prazo legal, seu estatuto às exigências do inciso III do art. 2º da Lei Municipal nº 4251/2017.

III - causar rescisão do contrato de gestão firmado com o Poder Público Municipal;

IV - dispuser de forma irregular dos recursos, bens ou servidores públicos que lhe forem destinados;

V - descumprir as normas estabelecidas na Lei Municipal nº 4251/2017, neste decreto, no contrato de gestão ou na legislação municipal a qual deva ficar adstrita.

§1º A desqualificação será precedida de processo administrativo conduzido pela Comissão de Qualificação de Organizações Sociais, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§2º A perda da qualificação como Organização Social acarretará a imediata rescisão do contrato de gestão firmado com o Poder Público Municipal.

§3º A desqualificação importará a reversão dos bens cujo uso tenha sido permitido pelo Município e dos valores entregues à utilização da Organização Social, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Capítulo VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32. A Organização Social fará publicar na imprensa local, às suas custas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de serviços e obras necessários à execução do contrato de gestão, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 33. Os Conselheiros e Diretores das Organizações Sociais não poderão exercer outra atividade remunerada, com ou sem vínculo empregatício, na mesma entidade.

Art. 34. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, bem como pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato de gestão, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do contrato de gestão pelo órgão

interessado.

Art. 35. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 26 de abril de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4020

DECRETO Nº. 4.020
DE 27 DE ABRIL DE 2017
AUTORIZA O REAJUSTE DA TARIFA PRATICADA NA CIDADE DE MAFRA DO TRANSPORTE URBANO.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III, do art. 74, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os elevados custos para manutenção de transporte coletivo urbano;

CONSIDERANDO também a solicitação da Empresa VIAÇÃO SANTA CLARA LTDA, datada de 06 de fevereiro de 2017, a qual presta serviços desta natureza no Município de Mafra;

CONSIDERANDO ainda, os reajustes autorizados pela Agência Nacional de Transportes – ANTT;

DECRETA

Art. 1º. Fica majorada a partir da zero hora do dia 01 de maio de 2017, para R\$3,30 (três reais e trinta centavos), o preço das passagens urbanas de transporte coletivo municipal da Empresa Auto Viação Santa Clara.

Art. 2º. Os cartões do vale transporte adquiridos em data anterior à vigência da nova tarifa manterão sua validade por tempo determinado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 27 de abril de 2017.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal da Administração

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA PARA FINS DE CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORES PARA OFICINAS DE ARTESANATO, DANÇA, VIOLÃO, CANTO E TEATRO, destinado aos usuários da unidade do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) através da Secretaria Municipal da Saúde de Mafra, nos termos e quantitativos relacionados no anexo I deste Edital, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos de 28 de abril de 2017, até o dia

28 de abril de 2022, no Departamento de Licitações. Base legal: Lei Federal nº 8.666/93. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 pelo Fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 27 de abril de 2017.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de peças e mão de obra para conserto dos veículos para as Secretarias de Obras e Serviços Públicos, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e Secretaria da Agricultura e Interior, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 09/05/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 27 de Abril de 2017.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Relógio Ponto e Material de Informática destinado as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 23/05/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 27 de Abril de 2017.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de peças e mão de obra para conserto do veículo Renault/Master Placa QHT 2223 Fabricação 2015/ Modelo 2016 pertencente à frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 23/05/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 27 de Abril de 2017.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2017

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MAFRA.

Empresa Registrada: Supermercado Hilário Fuchs Ltda.

CNPJ Nº: 80.861.446/0001-40

Valor Registrado: R\$ 396.990,00 (trezentos e noventa e seis mil e novecentos e noventa reais).

Objeto: aquisição de kits de suplementação alimentar para a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Origem: Processo nº 018/2017, Pregão Presencial - RP nº 018/2017

Data de Assinatura: 20 de abril de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 20 de abril de 2018.

Foro: Comarca de Mafra

Maracajá

PREFEITURA

LEI 1086/2017

LEI Nº 1086 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXÍLIO FUNERAL PARA PESSOAS CARENTES E RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e fica sancionada a presente lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, às pessoas carentes e comprovadamente domiciliadas no Município de Maracajá, Auxílio Funeral, correspondente a até 6,58 (seis vírgula cinquenta e oito) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

§ 1º Serão beneficiárias do auxílio previsto neste artigo, as famílias carentes residentes no município e que comprovem renda familiar percapita de até 1/2 (um meio) do salário mínimo nacional vigente e que possuam cadastro único, no Departamento de Assistência e Bem Estar Social do município.

§ 2º O requerimento e a concessão do benefício funeral deverão ser prestados, diretamente pelo órgão gestor após avaliação socioeconômica.

§ 3º São documentos essenciais para a concessão do auxílio funeral:

I – Atestado de óbito;

II – Comprovante de residência emitido nos últimos 3 (três) meses;

III – Comprovante de renda de todos os membros familiares;

IV – Documentos pessoais (CPF/MF e RG).

V – Atestado de vulnerabilidade expedido pela Assistente Social do município.

§ 4º O Auxílio Funeral corresponde à modalidade de benefício eventual, a ser prestado aos cidadãos e famílias, em virtude de falecimento, conforme previsto nos Artigos 22 e 15, Inciso II, da Lei Federal nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social (alterada pela Lei Federal nº 12.435/2011).

§ 5º O auxílio funeral será concedido até 30 (trinta) dias após o óbito e será pago diretamente a Empresa prestadora dos serviços.

Art. 2º O serviço de Assistência Social do município providenciará entrevista e diligência a fim de constatar o preenchimento dos requisitos exigidos por esta Lei para concessão do benefício, emitindo parecer escrito no respectivo procedimento administrativo.

Art. 3º Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social fornecer ao Município informações sobre irregularidades na concessão e execução do Benefício.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria, prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social em cada exercício financeiro.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a expedir os atos necessários à execução da presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial da Lei nº 415, de 10 de junho de 1997.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 27 de Abril de 2017.
Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 27 de Abril de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração

LEI 1087/2017

LEI Nº 1087 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PARTICIPAR NO CUSTEIO DAS DESPESAS DA FESTA DO DIA DO TRABALHADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e fica sancionada a presente lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a participar no custeio das despesas, com recursos financeiros próprios do orçamento 2017 até o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para a realização da "Festa do Dia do Trabalhador" que ocorrerá no dia 1º de maio de 2017, no Centro de Eventos dos Jerivás, anexo ao Parque Ecológico Maracajá.

Art. 2º O evento será destinado aos servidores do Poder Executivo e do Poder Legislativo Municipal, estendido aos cônjuges e aos filhos de até 12 (doze) anos de idade.

Parágrafo único - O recurso financeiro será destinado para cobrir despesas com materiais de consumo, através de pagamentos realizados diretamente às empresas fornecedoras.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 01 - GABINETE DO PREFEITO
Proj./Ativ.: 2.002 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
(2) 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 27 de Abril de 2017.
Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 27 de abril de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 371/2017

DECRETO Nº 371, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Nomeia comissão de acompanhamento e fiscalização do Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 001/2017 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 001/2017, com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento do referido certame, a ser realizado pelo Município de Maravilha/SC, a qual será composta pelos membros a seguir:

- I - Presidente: Greiciane Simionato;
- II - Membros: Claudio José Zembruski;
- III - Suplente: Julia Gabriela Schverz.

Art. 2º Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 27 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 001/2017

ROSIMAR MALDANER, Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo no art. 37 da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 3.694/2013, TORNA PÚBLICO a realização de Processo Seletivo Simplificado de Títulos, para admissão em caráter temporário de servidor para ocupar o cargo de Engenheiro Civil – 20 horas semanais, que será regido pela legislação em vigor e normas estabelecidas por este edital.

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS, VISANDO A SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Do cargo/função, vaga, carga horária, habilitação e vencimento:

Cargo	Vagas	Carga horaria semanal	Habilitação	Vencimento
Engenheiro Civil	01	20 horas	Ensino Superior completo em Engenharia Civil e registro no conselho profissional competente.	3.306,72

2. São atribuições: Planejar, programar, organizar, coordenar a execução das atividades relacionadas com a construção, reforma, manutenção e locação de prédios escolares, administrativos e esportivos, bem como a definição das instalações e equipamentos; Executar serviços de urbanismo, obras de arquitetura paisagística e obras de decoração arquitetônica; Orientar o mapeamento e a cartografia de levantamento feitos para áreas operacionais; Realizar exame técnico de processos relativos à execução de obras compreendendo a verificação de projetos e das especificações quanto às normas e padronizações; Participar de elaboração e execução de convênios que incluam projetos

2. DAS INSCRIÇÕES, LOCAL, PERÍODO, HORÁRIO E DISPOSIÇÕES GERAIS.

2.1. DAS INSCRIÇÕES

2.1.1. As inscrições estarão abertas no período das 08h00min às 11 horas e das 13h30min às 16:30 horas do dia 03 de Maio de 2017 à 12 de Maio de 2017.

2.1.2. Local: As inscrições deverão ser realizadas no Setor de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal de Maravilha, Av, Euclides da Cunha, n. 60, Centro.

2.1.3. A inscrição no processo seletivo implicará, desde logo, no conhecimento e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

2.1.4. São requisitos para a inscrição:

- I) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completo até o dia da contratação, se classificado;
- III) Estar em dia com o serviço militar (sexo masculino);
- IV) Estar quite com as obrigações eleitorais;
- V) Ter sanidade mental e capacidade física;
- VI) Ter a habilitação indicada no item 1.1 deste Edital
- VII) Encontrar-se em pleno exercício dos direitos políticos, nos termos da CF/88;
- VIII) Apresentar original e cópia dos documentos necessários a inscrição;
- IX) Cumprir as determinações deste Edital.

2.1.5. No ato da inscrição, o (a) candidato (a) deverá apresentar os documentos (original para conferência e cópia para ser entregue), além do preenchimento da ficha de inscrição, modelo Anexo I deste Edital.

- I) Documento de identidade;
- II) C.P.F.(Cadastro de Pessoa Física)
- III) Certidão de casamento ou nascimento;
- IV) Certidão de nascimento dos filhos, quando for o caso;
- V) Prova de quitação com o serviço Militar quando do sexo masculino;
- VI) Comprovante de quitação eleitoral – Título de Eleitor e comprovante da ultima votação;
- VII) Declaração compatibilidade com o serviço público;
- VIII) Títulos que deseja sejam pontuados: Pós Graduação, Mestrado, Doutorado;
- IX) Tempo de serviço que deseja que sejam pontuados: Apresentação do comprovante de inscrição no Conselho de Classe (Carteira Profissional).

2.1.6. Será admitida a inscrição por terceiros mediante procuração com firma reconhecida, acompanhada dos documentos necessários à inscrição.

2.1.7. Será fornecido protocolo depois de efetuada a inscrição.

2.1.8. O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, assumindo as consequências de eventuais erros de seu representante no preenchimento da ficha de inscrição e em sua entrega.

2.1.9. As informações na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

2.1.10. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea, por qualquer motivo.

2.1.11. Verificada, a qualquer tempo, inexistência nas informações, irregularidade, inidoneidade ou falta de documentos exigíveis, proceder-se-á a eliminação do candidato(a), anulando-se todos os atos decorrentes das inscrições.

2.1.12. Não serão aceitas inscrições via fax, sedex, postal, internet e/ou correio eletrônico.

2.1.13. As inscrições serão analisadas pela comissão especial e, a homologação das inscrições serão divulgadas nas datas e local estabelecidos neste edital.

2.1.14. Os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas (não homologadas), terão prazo, caso queiram, de interpor recursos a ser protocolado conforme disposto neste edital.

3. DA PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO E CLASSIFICAÇÃO

3.1. Serão Considerados títulos:

- a) Certificado de pós-graduação;
- b) Diploma de mestrado;
- c) Diploma de Doutorado.

3.2. Será considerado tempo de serviço:

- a) O tempo decorrido desde a inscrição profissional no CREA até a data inscrição para o presente procedimento seletivo.

3.3. Valor dos títulos:

Especificação dos títulos e tempo de serviço	Valor Unitário	Quantidade máxima
Apresentação do comprovante de inscrição no Conselho de Classe (Carteira Profissional).	01 ponto	06 pontos
Pós Graduação	01 ponto	02 pontos
Mestrado	01 ponto	01 pontos
Doutorado	01 ponto	01 pontos
10 pontos		

3.4 Havendo empate entre os candidatos, após a classificação, deverá ser aplicado o seguinte critério:

1º) o que possuir maior tempo de serviço;

2º) o de maior idade;

3.5. Persistindo o empate será feito o sorteio.

4. DA CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO FINAL

4.1 O presente processo seletivo será de caráter classificatório e o resultado final será obtido através da soma dos pontos de título e tempo de serviço conforme a tabela exposta no item 3.0.

4.2 Sendo publicado no site e no mural da Prefeitura dia 17/05/2017 o resultado preliminar e o resultado final dia 19/05/17.

5. DOS RECURSOS:

5.1. Caberão recursos do indeferimento das inscrições, do resultado preliminar e do resultado final, que deverão ser interpostos até às 16 horas do primeiro dia útil, subsequente à publicação do resultado a ser impugnado, através de requerimento, conforme modelo do Anexo II, protocolado no Setor de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal de Maravilha.

6. DA CONTRATAÇÃO:

6.1. O Processo Seletivo terá validade por um ano.

6.2. A contratação se dará de acordo com a Lei Municipal nº 3.694/2013.

6.3. Ressalva-se que poderá ser rescindindo o contrato a qualquer tempo, por comum acordo, também a qualquer tempo, por conveniência administrativa ou interesse público.

6.4. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados neste processo seletivo.

6.5. Ficam notificados os candidatos classificados de que as contratações no cargo só lhes serão deferidas com o cumprimento das seguintes disposições:

a) A documentação comprobatória das condições previstas na inscrição e requisitos básicos e igualmente os exigíveis para a respectiva contratação;

b) Atestado de Saúde, comprovando estar apto para o trabalho;

6.6. Os candidatos classificados no processo seletivo somente serão contratados em caráter temporário de excepcional interesse público, conforme necessidade da administração pública municipal.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

7.1. Todas as publicações relativas ao certame serão publicadas no Mural Público Municipal, junto a Prefeitura Municipal de Maravilha e site do Município <http://www.maravilha.sc.gov.br/>

7.2. A chamada dos candidatos selecionados será feita obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.

7.3. O candidato selecionado que no momento da convocação não aceitar a vaga disponível ou não comparecer no dia designado passará automaticamente para o último lugar da listagem em que está classificado.

7.4. A aprovação no processo seletivo não assegura ao candidato sua contratação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, na ordem de classificação, ficando a mesma condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência do Município.

7.5. A inexatidão das informações e/ou irregularidades nos documentos, verificados posteriormente ao provimento, ocasionarão a exoneração do candidato.

7.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão especialmente designada para elaboração do processo seletivo, observando-se a legislação vigente.

7.7. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, no órgão de divulgação oficial do Município.

Maravilha/SC, 27 de Abril de 2017.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

EDITAL Nº 001/2017

ANEXO I - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Nº. da Inscrição _____

CANDIDATO (A) AO CARGO DE: _____

Nome do Candidato: _____

Identidade: _____ - Órgão Expedidor: _____

C.P.F.: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____

Título de Eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____

Endereço: _____ Nº _____

Bairro: _____ Município: _____ UF: _____

Escolaridade: _____

Telefone: (____) _____ Celular: (____) _____

E-mail: _____

DECLARO ESTAR CIENTE DAS CONDIÇÕES DO PRESENTE PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2017 E DECLARO, TAMBÉM, SOB AS PENAS DA LEI, SER VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

Data da Inscrição: ____/____/____.

Assinatura do candidato: _____

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO

Endereço:

Discriminação: Recebi a Ficha de Inscrição nº _____ /2017,
Anexo I do Edital nº 001/2017.

Assinatura do recebedor: _____

Maravilha, _____ de _____ de 2017. ANEXO II

REQUERIMENTO PARA RECURSO

Ilmo(a). Sr(a).

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Maravilha, (SC).

Eu _____, portador (a) do documento de identidade nº. _____, inscrito (a) no Processo Seletivo para o cargo de _____ conforme Edital nº/2017, com a inscrição nº. _____ venho por meio deste, interpor recurso quanto a: _____

_____ pelos motivos que seguem:

Nestes termos,
Pede deferimento,

Maravilha/SC, 27 de Abril de 2017.

Massaranduba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01.2017 (FASS) - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Ao vigésimo dia do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 3025, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CAFÉS DOS ENCONTROS DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, neste ato representado por VANDERLEI SPEZIA	03.916.528/0001-01

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CAFÉS DOS ENCONTROS DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DE MASSARANDUBA (SC) de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	ACUCAR REFINADO, BRANCO, PACOTES DE 1 KG	UNID	CARAVELAS	603	3,50	2.110,50
2	ALFACE CRESPA, CABECAS GRANDES, FRESCAS, DE 1ª QUALIDADE	UNID	IN NARURA	57	2,00	114,00
3	ABACAXI PEROLA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	UNID	IN NARURA	140	4,50	630,00
4	ÓLEO DE SOJA REFINADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 900 ML	UNID	LEVE	34	4,00	136,00
5	BAUNILHA LÍQUIDA 30 ML	UNID	MIX	76	4,80	364,80
6	BANHA DE ORIGEM ANIMAL (BANHA DE PORCO) E EMBALADO EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE. EMBALAGEM DE 01KG.	KG	BRYCH	45	8,00	360,00
7	BANANA BRANCA, IN NATURA, DE 1ª . QUALIDADE LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NARURA	350	3,20	1.120,00
8	CAFE EM PO TRADICIONAL, TORRADO E MOIDO, PURO DE 1 QUALIDADE, EMBALADO A VACUO, COM SELO DE PUREZA DA ABIC, EMBALAGEM DE 500GRAMAS	UNID	CABOCLO	117	10,00	1.170,00
9	CAFÉ SOLÚVEL, GRANULADO, DE 1ª QUALIDADE, EMBALAGEM DE 200 GRAMAS	UNID	MELITTA	135	12,00	1.620,00
10	CAFÉ SOLÚVEL, GRANULADO, DE 1ª QUALIDADE, EMBALAGEM DE 50 GRAMAS.	UNID	MELITTA	3	5,50	16,50
11	CANELA EM PO - UNIDADE 25 GRAMAS	UNID	BRETZKE	23	3,00	69,00
12	CEBOLA BRANCA, DE CABECA, COM CASCA PROTETORA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NARURA	35	2,50	87,50
13	CENOURA IN NATURA, SEM FOLHAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO MEDIO, UNIFORME, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, TENRAS.	KG	IN NARURA	26	4,50	117,00
14	EXTRATO DE TOMATE, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UNID	QUERO	42	5,00	210,00
15	FERMENTO BIOLÓGICO PARA PÃES E MASSAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS, DEMAIS DESCRIÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	BRUGGEMANN	40	15,00	600,00

18	LEITE LONGA VIDA, INTEGRAL, TRATADO POR PROCESSO UHT, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, TETRAPAK, CONTENDO 1 LITRO.	LITRO	LANGUIRU	1250	2,85	3.562,50
19	LINGÜIÇA PURA, DE CARNE SUÍNA, DE 1ª QUALIDADE.	KG	AÇOUGUE MASSBA	257	23,00	5.911,00
20	MAÇÃ, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO A MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E CONSUMO; ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDA DE MANUSEIO OU TRANSPORTE.	KG	IN NARURA	500	5,50	2.750,00
21	MAMÃO COMUM, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NARURA	235	5,80	1.363,00
22	MAIONESE, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UNID	SOYA	160	3,50	560,00
23	MARGARINA CREMOSA, SEM SAL, POTES DE 250 GRAMAS	UNID	DELICIA	35	4,50	157,50
24	MARGARINA CREMOSA, SEM SAL, POTES DE 500 GRAMAS	UNID	DORIANA	285	4,40	1.254,00
25	MANTEIGA, SEM SAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE, OBTIDA DO CREME DE LEITE (NATA) PADRONIZADO, PASTEURIZADO E MATURADO, COM TEOR MÍNIMO DE 80% DE LÍPIDIOS, EMBALAGENS RETANGULARES COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, LOTE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM DE 200G.	UNID	PREDILETO	46	7,50	345,00
26	MELÂNCIA - IN NATURA DE 1 QUALIDADE	KG	IN NARURA	710	2,30	1.633,00
27	MELÃO, IN NATURA DE 1 QUALIDADE	KG	IN NARURA	20	5,30	106,00
28	MORTADELA DE FRANGO SEM GORDURA. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	KG	FRICASA/SEARA	35	8,50	297,50
29	NATA - CREME DE LEITE FRESCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 300 GRAMAS	UNID	LACTOVALLE	45	5,00	225,00
30	OVOS VERMELHOS, FRESCOS, TAMANHO GRANDE	DUZIAS	RONCHI	360	6,00	2.160,00
31	PEPINO EM CONSERVA, VIDRO DE 300 GRAMAS	UNID	GDM	67	4,70	314,90
32	PRESUNTO FATIADO COZIDO, PRODUTO DA EMULSAO DE CARNES (GADO E PORCO), EMBUTIDO. DE MAIS DESCRIÇÕES CONFORME EDITAL.	KG	JCW	220	23,50	5.170,00
33	QUEIJO MUSSARELA, FATIADO DE PRIMEIRA QUALIDADE, PRODUTO A BASE DE LEITE PASTEURIZADO, FERMENTO LÁCTEO, SAL, COALHO, CLORETO DE CÁLCIO.	KG	LACTOVALLE	272	25,00	6.800,00
34	QUEIJO PRATO, FATIADO DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	LACTOVALLE	25	25,00	625,00
35	REQUEIJÃO CREMOSO: LATICÍNIO PASTOSO, DE COR BRANCA, FEITO DE LEITE DESNATADO E CREME DE LEITE FRESCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE APROXIMADAMENTE 220 GRAMAS.	UNID	PREDILETO	37	4,75	175,75
36	REPOLHO IN NATURA, TIPO VERDE, TAMANHO MÉDIO, DE PRIMEIRA, CABECAS FECHADAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS	UNID	IN NARURA	8	3,50	28,00
37	SALSICHA TIPO HOT DOG, DE 1 QUALIDADE, CONGELADA. EMBALAGEM EM PACOTE PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	KG	FRICASA	93	8,00	744,00
38	SARDINHA EM SALMOURA	KG	HEMMER	5	46,50	232,50
39	SARDINHA EM LATA EMBALAGEM COM 130 GRAMAS	UNID	GOMES DA COSTA	112	2,95	330,40
40	TOMATE DE 1 QUALIDADE, EM PONTO DE MATUREZA PARA CONSUMO	KG	IN NARURA	50	4,40	220,00
41	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, DE 1 QUALIDADE, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 5 KG	PACOTE	NORDESTE	170	10,50	1.785,00
42	TANGERINA MEXERICANA, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NARURA	195	3,90	760,50
43	COCO RALADO DESIDRATADO E PARCIALMENTE DESGORDURADO NÃO ACRESCIDO DE AÇÚCAR, PACOTE DE 100 GRAMAS	PACOTE	MENINA	5	3,70	18,50
44	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE NAS MEDIDAS MÍNIMAS DE 35X43CM	KG	PANIF BAUER	6	18,50	111,00

45	PEITO DE FRANGO COM OSSO, SEM TEMPERO, CONGELADO. EMBALAGEM EM PACOTE PLASTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE	KG	MORGANA	10	8,00	80,00
47	BOLO SECO: EM SABORES VARIADOS, NEUTRO, LARANJA, COCO, LIMÃO, CHOCOLATE. PESO APROXIMADO 500 GRAMAS.	UNID	PANIF BAUER	420	9,00	3.780,00
48	BOLO DE MANTEIGA COM COBERTURA DE NATA E COCO, EMBALAGEM DE 600 GRAMAS.	UNID	PANIF BAUER	367	10,50	3.853,50
49	CUCA COM RECHEIOS VARIADOS - PRODUTO A BASE DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, FERMENTO, AÇUCAR, MARGARINA, OLEO, OVOS E FRUTAS DIVERSAS. PESO APROXIMADO 1.200 GRAMAS.	UNID	PANIF BAUER	990	19,00	18.810,00
50	ORELHA DE GATO POR KG	KG	PANIF BAUER	55	17,50	962,50
51	PAO FRANCES - 50 GRAMAS	KG	PANIF BAUER	104	8,90	925,60
52	PÃO CASEIRO FATIADO, UNIDADE DE 500G	UNID	2 DE SETEMBRO	1390	5,40	7.506,00
53	PAO SANDUICHE FATIADO INTEGRAL, UNIDADE DE 500G	UNID	2 DE SETEMBRO	28	6,50	182,00
55	ROSCA DE POLVILHO (CORUJA) GRANDE	UNID	PANIF BAUER	44	5,40	237,60
56	PAO DE SANDUICHE FATIADO, UNIDADES DE 500 GRAMAS	UNID	2 DE SETEMBRO	578	5,40	3.121,20
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 85.823,75						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 85.823,75						

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 85.823,75 (OITENTA E CINCO MIL OITOCENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba (SC) não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvado ao Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. Os itens deste procedimento licitatório deverão ser entregues pela licitante vencedora nos locais a serem determinados previamente pela Secretaria Municipal de Assistência Social no prazo máximo de 01 (UM) DIA CONSECUTIVO após a solicitação/emissão da ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme necessidade, em quantidades estabelecidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba (SC) através de ordem de compra.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

5.3. A não entrega do objeto solicitado acarretará em notificação e penalidades previstas.

5.4. A embalagem deverá ser original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigidas em rótulo.

5.5. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.5.1. Caso o objeto não atenda as especificações estipuladas neste processo licitatório, o Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante, comunicando e justificando as razões de recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.5.2. Decorrido o prazo estipulado no item acima sem que tenha sido sanado o problema, o Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas nesta ata e as da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

* NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 08 (OITO) DO MÊS SUBSEQUENTE;

*NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 20 (VINTE) DO MÊS SUBSEQUENTE.

Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

6.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais ao Fundo supracitado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. A licitante obriga-se a efetuar as entregas de forma a cumprir integralmente o objeto desta ata, além das demais obrigações:

8.1.1. Observar a data de validade dos produtos, pois não serão aceitos mercadorias que tenham mais de 1/4 da validade já transcorrida no ato da entrega dos mesmos.

8.1.2. Os produtos oferecidos deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

8.1.3. Os produtos entregues deverão ser de boa qualidade, em perfeito estado de conservação e com prazo de validade indicado na embalagem.

8.1.4. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e o Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba (SC).

8.1.5. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados ao Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização do Fundo supracitado em seu acompanhamento.

8.1.6. Comunicar ao Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.1.7. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.1.8. Aceitar acréscimos ou supressões que o Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

8.1.9. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

8.1.10. Serão RECUSADOS os itens que sejam imprestáveis ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.1.10.1. Caso os itens não atendam às especificações constantes desta ata, o Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.1.10.1.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o Fundo Municipal de Assistência Social de

Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.1.11. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.1.12. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar no todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

9.6. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades, quando não atendidas às disposições previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações, sem justificativa aceita, resguardados os procedimentos legais, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções desta ata não exclui a aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega dos itens da ata.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC,	20	de	abril	de	2017
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

MERCADO SPEZIA LTDA - EPP

VANDERLEI SPEZIA

CONTRATADA

DECRETO Nº. 3422 DE 18 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº. 3422 DE 18 DE ABRIL DE 2017

Abre Crédito Suplementar.

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de dezembro de 2017, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito adicional Suplementar no valor de R\$ 1.304,61 (Mil Trezentos e Quatro Reais e Sessenta e Um Centavos), no programa abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0506 – GERÊNCIA DE ESPORTES

0506.027.812.0132.2068 – Manutenção do Complexo Esportivo Municipal

0506 – 33900000 – Aplicações Diretas

0506 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.304,61

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá da anulação no valor de R\$ 1.304,61 (Mil Trezentos e Quatro Reais e Sessenta e Um Centavos) do programa e verba abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0506 – GERÊNCIA DE ESPORTES
0506.027.812.0132.2068 – Manutenção do Complexo Esportivo Municipal
0506 – 44900000 – Aplicações Diretas
0506 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.304,61

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 18 DE ABRIL DE 2017.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 044-2017

DECRETO nº. 044/2017

DETERMINA A COOPERAÇÃO TÉCNICA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MELEIRO JUNTO AO SAMAE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e, em conformidade com o que determina a lei Municipal nº 1.701/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

Considerando a vacância do cargo de procurador no SAMAE;
Considerando a vacância de assessor jurídico;
Considerando as demandas judiciais em que responde o SAMAE;
Considerando a economia de verba pública;

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizado a procuradoria geral do Município, em regime de cooperação técnica, a responder as demandas judiciais de interesse do SAMAE, quando da vacância do cargo de procurador e demais atos administrativos.

Art. 2º. A referida designação não importa em ônus, nem mesmo gratificação para a procuradoria Municipal.

Art. 3º. A designação de apoio técnico não importa em ônus financeiro para o Município de Meleiro, nem para o SAMAE.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeito a partir de 1º de Janeiro de 2017, revogando-se automaticamente com o provimento do cargo de advogado no SAMAE.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de abril de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002-2017 (SAMAE)

0

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MELEIRO
SERV. AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2017

O SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO - SAMAE, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 12/05/2017, às 13:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2017, objetivando a AQUISIÇÃO DE 800 HIDRÔMETROS NOVOS UNIJATO MAGNÉTICO PARA APLICAÇÃO EM NOVAS INSTALAÇÕES DE AGUÁ COMO TAMBÉM NA SUBSTITUIÇÃO DE HIDROMETROS DANIFICADOS, CONFORME TERMO DE

REFERENCIA DO ANEXO I DESTE EDITAL.

A íntegra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas de Segunda a Sexta-Feira pelo fone 048-3537-8400 ou através da disponibilização do edital na íntegra no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 27 de abril de 2017.

ELOIR CÔRNEO
Diretor do SAMAE

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009-2017 (SAUDE)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 16/05/2017 às 13h30min horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas referente ao PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2017, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TIRA TESTE DE DOSAGEM DE GLICEMIA CAPILAR, PARA ATENDIMENTO AS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, CONFORME TERMO DE REFERENCIA DO ANEXO I DESTE EDITAL. A íntegra do Edital e maiores informações poderá ser obtida na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 07h30min às 11h30min horas e das 13h00min as 17h00min horas de Segunda a Sexta-Feira pelo fone 048-3537-8400 ou através da disponibilização do edital na íntegra no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 27 de abril de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 17/05/2017 às 13:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas referente ao PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2017, objetivando a AQUISIÇÃO DE KITS DE HIGIENE BUCAL PARA MANter AS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL DO MUNICÍPIO DE MELEIRO/SC, NO EXERCÍCIO DE 2017, CONFORME TERMO DE REFERENCIA DO ANEXO I DESTE EDITAL. A íntegra do Edital e maiores informações poderá ser obtida na Prefeitura Municipal de Meleiro,

sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 07h30min às 11h30min horas e das 13h00min as 17h00min horas de Segunda a Sexta-Feira pelo fone 048-3537-8400 ou através da disponibilização do edital na íntegra no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 27 de abril de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 029-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 15/05/2017 às 13:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2017, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ELETRECISTA PARA MANUTENÇÃO E REPAROS NAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE MELEIRO/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, CONFORME TERMO DE REFERENCIA CONSTANTE NO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através da disponibilização no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 27 de abril de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 095/2017

DECRETO Nº 095/2017 DE 17 DE ABRIL DE 2017.

"NOMEIA INTEGRANTES PARA COMPOR A EQUIPE DE APOIO DO CIGAMERIOS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, o Protocolo de Intenções do CIGAMERIOS, que ratificado pela Lei Municipal n. 2089/2013, gerou o Contrato de Consórcio Público do CIGAMERIOS, em especial as Cláusulas 12, 13, IV, 14 e 15,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado para integrar o Colegiado de Licitações e compor a Equipe de apoio ao Pregoeiro do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, o servidor abaixo relacionado:

SERVIDOR: EDER SCHLOSSER DA SILVA – Assessor Departamento de Licitações

Art. 2º As funções exercidas decorrentes desta designação, não serão remuneradas, sendo considerado serviços de relevante interesse social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Modelo – SC, 17 de Abril de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

Francieli Pavalicini
Assessora de Departamento

DECRETO Nº 103-2017 INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Decreto nº 103/2017 de 27/04/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 518/2017, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 518/2017, Modalidade Pregão Presencial nº. 030/2017, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM GADO LEITEIRO E DE CORTE, PARA O REBANHO DOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE MODELO, FICANDO RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO, TRANSPORTE E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DE CONFORMIDADE COM OS ENCAMINHAMENTOS E SOLICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA

AGRICULTURA E DOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE MODELO. A FIM DE DAR CONINUIDADE AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DO GADO LEITEIRO CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2193/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014 E LEI MUNICIPAL Nº 2208/2015 DE 03 DE JUNHO DE 2015., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
NELSON DARI WEBER	108.800,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 27 de abril de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA
Depto. de Licitações

PORTARIA Nº 070/2017

PORTARIA Nº 070/2017 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 002/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis 1.513/2002, 2.296/2017, e Edital de Concurso Público 002/2015 do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 023/2016 em 21.01.2016, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF/PSF, a Sra. MARIA CLENIR MARIA EICHLER, aprovada no Concurso Público nº 002/2015 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, para atuação no ESF II, observadas as determinações legais e exigências para o cargo de acordo com o Edital de Concurso Público nº 002/2015.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para manifestação de interesse, apresentação dos documentos e/ou posse, conforme estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),

aos 27 de abril de 2017.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Ciente em: ____ / ____ / ____ .

MARIA CLENIR FERREIRA EICHLER

Mondaí

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS Nº 011/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº. 011/2017

NOTIFICA LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

VALDIR RUBERT, Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº. 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº. 4.683 de 20 de março de 2015 que regulamenta a notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Mondaí, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Período da liberação dos recursos: 06 a 13 de Abril de 2017.

ATO LEGAL	CONCEDENTE	VALOR LIBERADO (R\$)
	Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	
Programa	Programa de Melhoria e Acesso a Qualidade – PMAQ	9.954,35
Programa	Média e Alta Complexidade – Próteses Dentárias	7.500,00
Programa	Teto Municipal Rede Saúde Mental – RSME	28.000,00
Programa	Incentivo Estadual para Ações de Média Complexidade	12.269,04
	Transferência do Fundo Nacional de Educação – FNDE	
Programa	Alimentação Escolar – PNAE	13.850,80
Programa	Transporte Escolar – PNATE	8.457,41
TOTAL GERAL DO PERÍODOR\$		80.031,60

Maiores informações a respeito do valor liberado e a integral dos termos supramencionados, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, junto à Prefeitura Municipal de Mondaí, situada na Rua Laju, 420, centro, ou pelo telefone (49) 3674-3100.

Mondaí – SC, 18 de Abril de 2017.

Valdir Rubert
Prefeito Municipal

Jonas Carlos Scheffer Demarchi
Coordenador de Controle Interno

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 006/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 006/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

EMPRESAS REGISTRADAS: RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 196.854,00 (cento e noventa e seis mil oitocentos e cinquenta e quatro); NANE COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME – VALOR REGISTRADO R\$ 77.170,00 (setenta e sete mil cento e setenta reais); JOAÇABA PNEUS LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 26.610,00 (vinte e seis mil seiscentos e dez reais); GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 112.040,00 (cento e doze mil e quarenta reais); A.R. PNEUS LTDA- EPP – VALOR REGISTRADO R\$ 171.500,00 (cento e setenta e um mil e quinhentos reais); IGF COMERCIO DE PNEUS LTDA - EPP – VALOR REGISTRADO R\$ 6.360,00 (seis mil trezentos e sessenta reais); PNEU BOM LTDA - EPP – VALOR REGISTRADO R\$ 121.773,00 (cento e vinte e um mil setecentos e setenta e três reais) e ABS PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA - ME – VALOR REGISTRADO R\$ 186.920,00 (cento e oitenta e seis mil novecentos e vinte reais).

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de pneus novos, recauchutagem, vulcanização, câmaras de ar, protetor de aro e protetor de câmara, destinados para manutenção dos veículos e máquinas de propriedade do Município de Mondaí - SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital.

ORIGEM: Pregão Presencial nº. 016/2017.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de abril de 2018.

Mondaí – SC, 27 de abril de 2017.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal

Monte Castelo

PREFEITURA

CARTA CONVITE 004/2017

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO

Modalidade Carta Convite nº 004/17

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA para fornecimento de 3.000 REFEIÇÕES (ALMOÇO) destinadas aos Munícipes de Monte Castelo no dia 15 de Maio de 2017 em Comemoração ao dia de Fundação do Município, conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 28/04/2017 às 16h00min do dia 08/05/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 16h15min do dia 08/05/2017.

TIPO: Menor Preço por item NO LOTE.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br), link licitações.

Obs.: É imprescindível a retirada do arquivo de itens sob pena de desclassificação.

HORARIO DE EXPEDIENTE: das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min.

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo-SC, 28 de Abril de 2017.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Morro Grande

PREFEITURA

AVISO - PREGÃO PRESENCIAL 7-2017 - RP

PREFEITURA DE MORRO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação referente ao Edital de Pregão Presencial nº 7/2017, cujo o objeto é a AQUISIÇÃO PARCELADA DE CAFÉ, AÇUCAR, LEITE, ÁGUA MINERAL E DEMAIS GENEROS ALIMENTICIOS PARA USO DA PREFEITURA DE MORRO GRANDE , foi transferida para o dia 04/05/2017, com abertura no mesmo dia às 09h00min, junto ao Setor de Licitações desta Prefeitura. Maiores informações estarão disponíveis os telefones (0xx48) 3544-0015/3544-0016 ou pelo e-mail licita@morrogrande.sc.gov.br.
br. Valdionir Rocha – Prefeito Municipal.

Navegantes

PREFEITURA

CONTRATOS DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO ANO 2017, VI

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 532/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: ALBERTINA KUNTZ VIEIRA DA SILVA – CPF:024.867.269-00 – RG 3207870 – RUA NELSON SEARA NEUSI Nº 1222 – Bairro: GRAVATA - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 10/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) a) Vínculo Efetivo de JOSIANE APARECIDA – NA ESCOLA LEONORA NOVO.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

ALBERTINA K. VIEIRA DA SILVA

Agente de Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 596/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: ELIANE BORBA COUTO – CPF: 560.596.399-68 – RG 1804719 – RUA PRESIDENTE NEREU RAMOS Nº 189 – Bairro: SÃO PEDRO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 17/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) a) Vínculo Efetivo de EDILENE NEUSA DE SOUZA – NA ESCOLA ENI ERNA GAYA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

ELIANE BORBA COUTO

Agente de Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 528/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: CAMILA CIOLI – CPF: 062.907.789-43 – RG 8096321-1 – RUA MATELANDIA Nº 10 – Bairro: GRAVATA - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 07/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) a) Vínculo Efetivo de PROGRAMA – NA ESCOLA ROA MARIA XAVIER.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

CAMILA CIOLI

Agente de Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 527/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: CINTIA RENATA CABRAL – CPF: 138.339.443-15 – RG 2688378 – RUA AMANDO FONTOLLAN Nº 105 – Bairro: SÃO VICENTE - Cidade: ITAJAI - CEP 88375-000.

Vigência: 07/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

a) Vínculo Efetivo de LENIR SCHEIDT CANDIDO – NA ESCOLA BERNADETE MARIA SEDREZ.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração
Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

CINTIA RENATA CABRAL
Agente de Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO
Contrato Nº: 530/2017.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50
Contratada: CRISTIANE SEVERINO – CPF: 811.007.019-15 – RG 2559495 – RUA EULECIO OLIMPIO DA SILVA Nº 529 – Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES- CEP 88375-000
Vigência: 07/04/2017 – 31/07/2017.
Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS.
Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:
a) Vínculo Efetivo de PROGRAMA – NA ESCOLA NEUSA MARIA. Navegantes, 30 de março de 2017.
Emilio Vieira
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração
Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

CRISTIANE SEVERINO
Professora de Anos Iniciais

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO
Contrato Nº: 578/2017.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50
Contratada: FRANCIELLI DE LIMA – CPF: 055.543.089-88 – RG 4391355 – RUA JOSE JUVENAL MAFRA Nº 557 – Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES- CEP 88375-000.
Vigência: 17/04/2017 – 31/07/2017.
Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS.
Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:
a) Vínculo Efetivo de PROGRAMA – NA ESCOLA MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL. Navegantes, 30 de março de 2017.
Emilio Vieira
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

FRANCIELLI DE LIMA
Professora de Anos Iniciais

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO
Contrato Nº: 526/2017.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50
Contratada: GARDENIA DE FATIMA ALVES ROSA MARTINS – CPF: 138.339.443-15 – RG 2688378 – RUA AMANDO FONTOLLAN Nº 105 – Bairro: SÃO VICENTE - Cidade: ITAJAI - CEP 88375-000.
Vigência: 07/04/2017 – 31/07/2017.
Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS.
Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:
a) Vínculo Efetivo de ROGERIA BRIGIDA FERREIRA – NA ESCOLA MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL. Navegantes, 30 de março de 2017.
Emilio Vieira
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

GARDENIA DE FATIMA A. R. MARTINS
Professora de Anos Iniciais

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO
Contrato Nº: 580/2017.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50
Contratada: GRAZIELE LOURENÇO FERREIRA – CPF: 052.716.259-07 – RG 4893940 – RUA FERREIRA ANACLETO MOSER Nº 242 – Bairro: ESCALVADOS - Cidade: NAVEGANTES- CEP 88375-000.
Vigência: 17/04/2017 – 31/07/2017.
Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS.
Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:
Vínculo Efetivo de LUCIANA TRAMONTIN NOLLI – NA ESCOLA VERGINA GUEDES LEMOS. Navegantes, 30 de março de 2017.
Emilio Vieira
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

GRAZIELE LOURENÇO FERREIRA
Professora de Anos Iniciais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO
Contrato Nº: 579/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: LUCILE PATRICIA FONSECA – CPF: 035.424.639-90 – RG 34283668 – RUA JOSE LUIZ MAXIMO PEREIRA Nº 236 – Bairro: SÃO DOMINGOS - Cidade: NAVEGANTES- CEP 88375-000.

Vigência: 17/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vínculo Efetivo de ROGERIA BRIGIDA FERREIRA – NA ESCOLA MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

LUCILE PATRICIA FONSECA

Professora de Anos Iniciais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 531/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: MARLI REGINA PACHECO FAUSTO – CPF: 560.595.749-04 – RG 1995324 – RUA MANOEL RODRIGUES DOS PASSOS Nº 147 – Bairro: SÃO PEDRO - Cidade: NAVEGANTES- CEP 88375-000.

Vigência: 07/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vínculo Efetivo de JUSCELINO OLIVEIRA – NA ESCOLA MARIA IVONE.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

MARLI REGINA P. FAUSTO

Professora de Anos Iniciais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 529/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ

83.102.855/0001-50

Contratada: PATRICIA RODRIGUES TAVARES – CPF: 754.740.770-68 – RG 3056553 – RUA ANTONIO SATURNINO CARDOSO Nº 557 – Bairro: SÃO DOMINGOS - Cidade: NAVEGANTES- CEP 88375-000. Vigência: 10/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vínculo Efetivo de PROGRAMA – NA ESCOLA MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

PATRICIA RODRIGUES TAVARES

Professora de Anos Iniciais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 552/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: BARTOLOMEU HENRIQUE DOS REIS – CPF: 890.361.076-87 – RG 6117157948 – RUA JOAO PEDRO DE SOUZA JUNIOR Nº 70 – Bairro: SÃO DOMINGOS - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 12/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vínculo Efetivo de GENECI ODETE LARA AZILIERO – NA ESCOLA CAIC CRECHE.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

BARTOLOMEU HENRIQUE DOS REIS

Agente Serviços Gerais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 597/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: RAFAELA KERTICHKA PEREIRA – CPF: 058.734.319-22 – RG 5234174 – RUA ALDO JOAO NUNES Nº 299 – Bairro: SÃO DOMINGOS - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 17/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) a) Vínculo Efetivo – NA ESCOLA MARIA D ELOURDES ANTUNES. Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

RAFAELA KERTICHKA PEREIRA Agente de Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 599/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: VIVIANE ALVES FERREIRA PEREIRA – CPF: 066.593.389-42 – RG 4987.249 – RUA VANDELINO LOPES Nº 133 – Bairro: SÃO JUDAS - Cidade: ITAJAI - CEP 88375-000.

Vigência: 18/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vínculo Efetivo de EDILENE NEUSA DE SOUZA – NA ESCOLA VILNA PRETTI CORREA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

VIVIANE ALVES F. PEREIRA

Agente de Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 551/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: DAYANE NASCIMENTO DE SOUZA – CPF: 076.900.699-08 – RG 5852.633 – RUA VEREADOR NEREU LIBERATO NUNES Nº 1180 – Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 12/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vínculo Efetivo de MARIA APARECIDA DA SILVA SANTOS – NA ESCOLA CAIC CRECHE.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

DAYANE N. DE SOUZA

Agente de Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA Agente Serviços Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 553/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: MIRIAM DE QUADROS – CPF: 089.226.909-09 – RG 3337.465 – RUA LAURO L. RODRIGUES Nº 12 – Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 18/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vínculo Efetivo de IZABEL CRISTINA GREFFE DE RAMOS – NA ESCOLA PEDACINHO DO CEU.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

MIRIAM DE QUADROS

Agente Serviços Gerais

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 533/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: ROSANA APARECIDA IANHAKI BORDINHAO – CPF: 658.522.909-63 – RG 47172705 – RUA JOSE LINO ROCHA Nº 32 – Bairro: MEIA PRAIA - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000

Vigência: 10/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) a) Vínculo Efetivo de MARIA SOLANGE PEREIRA – NA ESCOLA ILKA MULLER.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

ROSANA APARECIDA I. BORDINHAO
Agente Serviços Gerais

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE AD-
MINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO
Contrato Nº: 534/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ
83.102.855/0001-50

Contratada: SONIA MARIA DE OLIVEIRA COSTA – CPF:023.211.384-
08 – RG 1585201 – RUA JOSE JUVENAL MAFRA 32 – Bairro: CEN-
TRO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 10/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessi-
dade temporária de excepcional interesse público, conforme pre-
visto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de
serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS.

Do Vinculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s)
abaixo:

A) Vinculo Efetivo de SOLANGE RAMOS – NA ESCOLA MARIA DAS
NEVES EMILIO.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

SONIA M^a DE O. COSTA
Agente Serviços Gerais

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE AD-
MINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO
Contrato Nº: 535/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ
83.102.855/0001-50

Contratada: MARIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA – CPF:018.657.079-
10 – RG 90263110 – RUA GILBERTO JOSE SOARES 1763 – Bairro:
ESCALVADINHO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000

Vigência: 10/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessi-
dade temporária de excepcional interesse público, conforme pre-
visto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de
serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS.

Do Vinculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s)
abaixo:

A) Vinculo Efetivo de ELIR MARIA SANTANA – NA ESCOLA VERGI-
NA GUEDES.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

MARIA ROSA M. DE OLIVEIRA
Agente Serviços Gerais

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE AD-
MINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO
Contrato Nº: 462/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ
83.102.855/0001-50

Contratada: GIOVANNA BODELAZZI – CPF:477.531.228-60 – RG
39.485.394-5 – RUA NESTOR SCIEFLEER Nº 487 – Bairro: MEIA
PRAIA - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-00

Vigência: 04/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessi-
dade temporária de excepcional interesse público, conforme pre-
visto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de
serviços na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS.

Do Vinculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s)
abaixo:

A) Vinculo Efetivo de DAISY CRISTINA – NA ESCOLA ROSA MARIA
XAVIER.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

GIOVANNA BODELAZZI
Agente Serviços Gerais

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE AD-
MINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO
Contrato Nº: 487/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ
83.102.855/0001-50

Contratada: DANIELY COSTA LINDOZO – CPF: 056.836.419-85 –
RG 6588237 – RUA PREFEITO ABELARDO CORREA Nº 204 – Bair-
ro: CENTRO - Cidade: PENHA - CEP 88375-000

Vigência: 07/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessi-
dade temporária de excepcional interesse público, conforme pre-
visto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de
serviços na função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vinculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s)
abaixo:

A) a) Vinculo Efetivo de REGINA CELIA CORREIA – NA ESCOLA
CLARINDA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

DANIELY COSTA LINDOZO

Professor de Educação Infantil

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 490/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: JENIFFER PEREIRA – CPF: 073.168.479-64 – RG 6098552 – RUA IVANA ROCHA MAFRA Nº 156 – Bairro: SÃO PAULO – Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 07/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vínculo Efetivo de ROSEMERE FARIAS DA SILVA – NA ESCOLA MARIA DAS NEVES.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

JENIFFER PEREIRA

Professor de Educação Infantil

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 577/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: LUCIANA HELENA CRISPIM DA SILVA – CPF: 025.035.449-75 – RG 2344529 – RUA JOAO EMILIO Nº 293 – Bairro: CENTRO – Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 17/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) a) Vínculo Efetivo de JULIANA TESTONI THEISS – NA ESCOLA BADA DE FARIAS.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

LUCIANA H. C. DA SILVA

Professor de Educação Infantil

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 546/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: MARIA MARGARIDA DE SOUZA – CPF: 025.184.379-32 – RG 7807.2741 – RUA LEOPOLDO ARC. DA ROCHA Nº 95 – Bairro: CENTRO – Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 17/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vínculo Efetivo de ANA PAULA ESPINDOLA – NA ESCOLA NATALINA SABEL DO AMARAL.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

MARIA MARGARIDA DE SOUZA

Professor de Educação Infantil

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 488/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: VALDECI DE JESUS PIRES SANTOS – CPF: 032.892.985-90 – RG 32676891 – RUA ENRIQUE PINOTTI Nº 64 – Bairro: CENTRO – Cidade: ITAJAI - CEP 88375-000.

Vigência: 07/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) a) Vínculo Efetivo de REGINA CELIA CORREIA – NA ESCOLA CLARINDA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

VALDECI DE JESUS PIRES SANTOS

Professor de Educação Infantil

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 575/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: GISELA VITTORI MUSSI – CPF: 565.441.549-20 – RG 6876.952 – RUA JOSE MENESCAU DO MONTE Nº 154 – Bairro:

CABEÇUDAS - Cidade: ITAJAI - CEP 88375-000.

Vigência: 17/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE CIENCIAS.

Do Vinculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vinculo Efetivo de JONATHAN CESAR MAIA – NA ESCOLA MARIA TEREZA LEAL.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

GISELA VITTORI MUSSI

Professor de Ciências

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 531/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: SUELLEN ALMEIDA BATISTA – CPF:044.364.199-40 – RG 4284742 – RUA JAIME SEBASTIAO CARDOSO Nº 394 – Bairro: SAO JOAO - Cidade: ITAJAI - CEP 88375-000.

Vigência: 10/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE ED. FISICA.

Do Vinculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A)Vinculo Efetivo de MICHELLE PINHEIRO OLIVEIRA SALES – NA ESCOLA MARIA REGINA GAZANIGA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

SUELLEN ALMEIDA BATISTA

Professor de Ed. Física

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 530/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: ELIANE GOMES MAFRA – CPF:828.668.139-87 – RG 26857308 – RUA JOSE SILVESTRE TOLEDO Nº 394 – Bairro: SÃO DOMINGOS - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 07/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de PROFESSOR DE CIENCIAS.

Do Vinculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s)

abaixo:

A) a) Vinculo Efetivo de VAGA EXCEDENTE – NA ESCOLA MARIA TEREZA LEAL.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

ELIANE GOMES MAFRA

Professor de Ciências

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 546/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: BIANCA GIOVANELLA – CPF: 090.472.599-55 – RG 5967538 – RUA MANOEL CONSTANCIO MAFRA Nº 184 – Bairro: SÃO DOMINGOS - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 10/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Do Vinculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vinculo Efetivo de EDELTRAUD ROEVER – NA ESCOLA MARIA CARLOTA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

BIANCA GIOVANELLA

Monitor de Educação Infantil

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 581/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: BIANCA RODRIGUES – CPF: 098.922.259-45 – RG 55349293 – RUA IOLANDA COUTO RODRIGUES Nº 121 – Bairro: SÃO DOMINGOS - Cidade: NAVEGANTES- CEP 88375-000.

Vigência: 17/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vinculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vinculo Efetivo de PROGRAMA – NA ESCOLA ALESSANDRA ZILDA DA SILVA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

BIANCA RODRIGUES
Monitor de Educação Infantil

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO
Contrato Nº: 544/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: GRAZIELA ROMAO PACHECO – CPF: 062.365.749-01 – RG 5416698 – RUA SIMPLICIANO COSTA Nº 129 – Bairro: MACHADOS - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 17/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vinculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vinculo Efetivo de MICAELA MARINA DIAZ – NA ESCOLA MARIA DOS NAVEGANTES RAMOS.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

GRAZIELA ROMAO PACHECO
Monitor de Educação Infantil

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO
Contrato Nº: 543/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: JAQUELINE PEREIRA TORRES – CPF: 600.458.023-60 – RG 2002009134457 – RUA ANTONIO REISER Nº 29 – Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 10/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vinculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) a) Vinculo Efetivo de ROSELI RODRIGUES – NA ESCOLA SILVETE COUTO DE MIRANDA.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

JAQUELINE PEREIRA TORRES

Monitor de Educação Infantil

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO
Contrato Nº: 537/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: KEYLA SILVANO MEMORIA SOUTO – CPF:613.491.553-06 – RG 7703184 – RUA 26 DE AGOSTO Nº 290 – Bairro: SÃO PEDRO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 07/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vinculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vinculo Efetivo de TATIANE CRIVELETTO – NA ESCOLA BRUCE KAY.

Navegantes, 30 de março de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

KEYLA SILVANO MEMORIA SOUTO
Monitor de Educação Infantil

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO
Contrato Nº: 536/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: LAYS MEIRE JACO – CPF:094.960.939-06 – RG 6199896 – RUA JANDIR COUTO Nº 208 – Bairro: SÃO DOMINGOS - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 07/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vinculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) a) Vinculo Efetivo de JOANE ELIZE SEVERINO – NA ESCOLA MARLENE DE SOUZA COUTO.

Navegantes, 06 de abril de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

LAYS MEIRE JACO
Monitor de Educação Infantil

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO
Contrato Nº: 545/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ

83.102.855/0001-50

Contratada: LEILIANE MONTEIRO LOURENÇO – CPF: 017.229.742-73 – RG 54299 – RUA NATIVIDADE COSTA Nº 520 – Bairro: SÃO DOMINGOS - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 10/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) aVínculo Efetivo de JOICE DOS SANTOS – NA ESCOLA BRUCE KAY.

Navegantes, 06 de abril de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

LEILIANE MONTEIRO LOURENÇO

Monitor de Educação Infantil

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 582/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: NANDARA CAMARGO DE AMORIM – CPF: 103.505.119-26 – RG 6532832 – RUA BRASILIA Nº 150 – Bairro: CENTRO - Cidade: NAVEGANTES- CEP 88375-000.

Vigência: 17/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vínculo Efetivo de PROGRAMA – NA ESCOLA JOSE DOS PASSOS LEMOS..

Navegantes, 06 de abril de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

NANDARA CMARGO DE AMORIM

Monitor de Educação Infantil

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 540/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: PRISCILA DE OLIVEIRA ALVES LOPES – CPF: 299.467.858-62 – RG 6104599 – RUA LUIS CASTRO Nº 878 – Bairro: ESPINHEIROS - Cidade: ITAJAI - CEP 88375-000.

Vigência: 07/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme

previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vínculo Efetivo de NEIDE LOPES – NA ESCOLA CAIC CRECHE..

Navegantes, 06 de abril de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

PRISCILA DE OLIVEIRA A. LOPES

Monitor de Educação Infantil

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 542/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: RENATA DE LIMA HENRIQUES – CPF: 020.702.841-90 – RG 001530867 – RUA ANTONIO HERCULANO Nº 89 – Bairro: CENTRO - Cidade: PENHA - CEP 88375-000.

Vigência: 10/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vínculo Efetivo de CARLA IZABEL – NA ESCOLA CAIC CRECHE..

Navegantes, 06 de abril de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 605/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: SCHEILA REGINA MAFRA – CPF:014.422.339-23 – RG 3050064 – RUA EUNICE ROSA Nº 371 – Bairro: PRAIA GRANDE - Cidade: PENHA - CEP 88375-000.

Vigência: 24/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vínculo Efetivo de ELESSANDRA FERNANDES – NA ESCOLA ROSANA DE FATIMA...

Navegantes, 06 de abril de 2017.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier

Secretária de Administração

Regina Celia Correia

Secretaria de Educação

SCHEILA REGINA MAFRA
Monitor de Educação Infantil

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 541/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: TATIANE DA SILVA PEREIRA CAVALCANTE – CPF: 013.033.980-60 – RG 78487159 – RUA MANIOEL CONSTANCIO MAFRA Nº 599 – Bairro: SÃO DOMINGOS - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-00.

Vigência: 07/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vínculo Efetivo de NAIARA REIS – NA ESCOLA SILVETE COUTO MIRANDA.

Navegantes, 07 de abril de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

TATIANE DA SILVA P. CAVALCANTE
Monitor de Educação Infantil

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 538/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: CHRISTIANE EUFRAZIO – CPF:939.902.009-68 – RG 391779850 – RUA 26 DE AGOSTO Nº 371 – Bairro: SÃO CENTRO - Cidade: NAVEGANTES - CEP 88375-000.

Vigência: 07/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) Vínculo Efetivo de LAURA MILENE BANDEIRA – NA ESCOLA RECANTO DOS BAIXINHOS.

Navegantes, 06 de abril de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

CHRISTIANE EUFRAZIO
Monitor de Educação Infantil

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Nº: 583/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES – CNPJ 83.102.855/0001-50

Contratada: ANDRE LUIZ FERRAZ VALADARES – CPF: 131.998.917-99 - RG 6097955 - RUA ADOLFO CABRAL - , N 759- BAIRRO: CENTRO – CIDADE: BALNEARIO PIÇARRAS - CEP 88375-000.

Vigência: 18/04/2017 – 31/07/2017.

Objeto: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Do Vínculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:

A) NO vínculo de EDILENE NEUSA DE SOUZA - NA ESCOLA MARIA TEREZA LEAL E PROFª BADIA DE FARIA.

Navegantes, 17 de abril de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Regina Celia Correia
Secretaria de Educação

ANDRE LUIZ F. VALADARES
Instrutor de Informática

CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO 001/2017-EDSON GILLEADY AZARIAS INACIO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 26 de Abril de 2017.

Ilma Sr(a)
EDSON GILLEADY AZARIAS INACIO (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO 001/2017, para a função de INSTRUTOR DE TECLADO SCA 20 HORAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
Diretora de Gestão em RH

CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO 005/2014 - FRANCISCO ARAUJO DA SILVA NETO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 26 de Abril de 2017.

Ilma Sr(a)
FRANCISCO ARAUJO DA SILVA NETO (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO 005/2014.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO 005/2014, para a função de LEITURISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
Diretora de Gestão em RH

CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO 005/2014 - SANDRA PANTANO TOMAZ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 26 de Abril de 2017.

Ilma Sr(a)
SANDRA PANTANO TOMAZ (CANDIDATA)

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO 005/2014.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO 005/2014, para a função de ARTE-EDUCADOR DE TEATRO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
Diretora de Gestão em RH

CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO 005/2014- ELTON PAULI NASCIMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 26 de Abril de 2017.

Ilma Sr(a)
ELTON PAULI NASCIMENTO (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO 005/2014.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO 005/2014, para a função de LEITURISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
Diretora de Gestão em RH

CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2014 - FABIANE PIERRE DOS PASSOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 27 de Abril de 2017.

Ilma Sr(a)
FABIANE PIERRE DOS PASSOS (CANDIDATA)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2014.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo

máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
Diretora de Gestão em RH

**CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2014 -
MARCIA PAWLOWYTSCH**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 27 de Abril de 2017.

Ilma Sr(a)
MARCIA PAWLOWYTSCH (CANDIDATA)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2014.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 001/2014, para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
Diretora de Gestão em RH

**CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 003/2014 -
DANIEL BENEDET JUK**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 26 de Abril de 2017.

Ilma Sr(a)
DANIEL BENEDET JUK(CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 003/2014.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 003/2014, para o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
Diretora de Gestão em RH

**CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 003/2014 -
THONY LEANDRO ARINS SOARES**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 26 de Abril de 2017.

Ilma Sr(a)
THONY LEANDRO ARINS SOARES (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 003/2014.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 003/2014, para o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
Diretora de Gestão em RH

**CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO
004/2014-ALEXANDRE ARAUJO SANTOS CAMARGO PEREIRA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 27 de Abril de 2017.

Ilma Sr(a)
ALEXANDRE ARAUJO SANTOS CAMARGO PEREIRA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 004/2014.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 004/2014, para o cargo de ANALISTA AMBIENTAL – ENGENHEIRO SANITÁRIO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira
Diretora de Gestão em RH

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2017 FME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2017 FME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA GRACILIDES COELHO REISER S/N NO BAIRRO DE SÃO DOMINGOS, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 558,72 MT² EDIFICADO COM UM GALPÃO PRÉ MOLDADO PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE NAVEGANTES.

Locador: Luisa Rocha Roede / Alexandra Rocha Roedel.

CPF: 059.453.049-05

VALOR TOTAL: R\$ 39.200,00.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso x Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

LAUDO DAS AMOSTRAS 03/2017 FMS

Navegantes, 18 de abril de 2017.

C.I. Nº 322-2017

DE: Administração da Saúde

PARA: Administração prefeitura

Assunto: Aprovação de amostras de Fraldas descartáveis.

Vimos por meio desta, emitir o parecer sobre a análise das amostras do pregão 03/2017, visando a aquisição de Fraldas descartáveis para a Secretaria Municipal de Saúde;

Participante 11523 – ICOFA IND. E COM. DE FRALDAS.

Item 01 – Fralda descartável Infantil P(...);
Item 03 – Fralda descartável Infantil G(...);
APROVADA AS AMOSTRAS APRESENTADAS.

Participante 16996 – SANIMED INDÚSTRIA...

Item 06 – Fralda descartável Geriátrica M(...);
Item 08 – Fralda descartável Geriátrica GG(...);
APROVADA AS AMOSTRAS APRESENTADAS.

Participante 12019 – SEBOLD COM. ATACADO...

Item 05 – Fralda descartável Geriátrica P(...);
Item 07 – Fralda descartável Geriátrica G(...);
AMOSTRAS APRESENTADAS REPROVADAS.

Participante 14348 - LITORALM.

Item 02 – Fralda descartável Infantil M(...);
Item 04 – Fralda descartável Infantil GG(...);
AMOSTRAS NÃO APRESENTADAS.

Sem mais, agradecemos cordialmente,
ALCÍDIO REIS PERA
Secretário da Saúde

PORTARIA 1328/2017 NOMEIA

PORTARIA N.º 1328 DE 19 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de SECRETÁRIO DE OBRAS o senhor SEBASTIÃO ALVES DA SILVA, com a data de 19/04/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1334/2017 EXONERA A PEDIDO

PORTARIA N.º 1334 DE 19 DE ABRIL DE 2017

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) MARIA JOSÉ DOS SANTOS SEVERINO do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 18/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1335/2017 EXONERA

PORTARIA N º 1335 DE 19 DE ABRIL DE 2017

EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR, o servidor ANTONIO CARLOS ROMÃO CARMONA, do cargo de SECRETÁRIO INTERINO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, a partir de 19/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de abril de 2017.

KARLILE CUGNIER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1365/2017 NOMEIA

PORTARIA N º 1365 DE 20 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de SUBPREFEITO o senhor LORIVAL KEMPNER, com a data de 20/04/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1398/2017 CONCEDE LICENÇA

PORTARIA N º 1398 DE 20 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES- A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares a servidora FERNANDA DE OLIVEIRA, PROFESSORA, 10h, no período de 26/04/2017 a 26/04/2019.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia

SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA 1399/2017 INTERROMPE LICENÇA PREMIO A PEDIDO

PORTARIA N º 1399 DE 20 DE ABRIL DE 2017

INTERROMPE, A PEDIDO, LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – INTERROMPER, a pedido, Licença Prêmio, período aquisitivo 2009/2014, concedida à senhora LUCIANA TRAMONTIN NOLLI, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA, 20h, restando ainda 43 (quarenta e três) dias para gozo posterior.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia

SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA 1401/2017 NOMEIA

PORTARIA N º 1401 DE 24 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO I o (a) senhor(a) WILSON PARIZOTTO, com a data de 18/04/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1323,1324/2017 EXONERA

PORTARIA N º 1323 DE 19 DE ABRIL DE 2017

EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, **RESOLVE:**

I – EXONERAR, o servidor JOÃO PAULO BATISTA SERPA, do cargo de SUPERINTENDENTE INTERINO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, a partir de 11/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de abril de 2017.

KARLILE CUGNIER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1324 DE 19 DE ABRIL DE 2017

EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, **RESOLVE:**

I – EXONERAR, o servidor JOÃO PAULO BATISTA SERPA, do cargo de SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA, a partir de 11/04/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de abril de 2017.

KARLILE CUGNIER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1325,1326,1327/2017 NOMEIA

PORTARIA N º 1325 DE 19 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO I o senhor JOÃO PAULO BATISTA SERPA, com a data de 12/04/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1326 DE 19 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA o senhor WALDELIR GUAREZI, com a data de 12/04/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1327 DE 19 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de SUPERINTENDENTE INTERINO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE o senhor WALDELIR GUAREZI, com a data de 12/04/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1336,1338/2017 NOMEIA

PORTARIA N º 1336 DE 20 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL a senhora MARIA JOSÉ FLOR, a partir 20/04/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1338 DE 20 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de GERENTE DE EXPEDIENTE a senhora EMANUELLE DEGGAN, a partir 20/04/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1340,1341,1343/2017 READAPTA

PORTARIA N º 1340 DE 20 DE ABRIL DE 2017

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei complementar N º 7 de 11/11/2003

RESOLVE:

I READAPTAR a servidora SUELI MARINA SILVA DA ROZA na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Efetiva 6248101, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 09/03/2017, conforme ofício 23 da junta médica.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1341 DE 20 DE ABRIL DE 2017

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei complementar N º 7 de 11/11/2003

RESOLVE:

I READAPTAR a servidora NILSA TEREZINHA ANTUNES DA COSTA na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Efetiva 70803, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 15/03/2017, conforme ofício 25 da junta médica.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1343 DE 20 DE ABRIL DE 2017

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei complementar N º 7 de 11/11/2003

RESOLVE:

I READAPTAR a servidora IVONETE DOS SANTOS OLIVEIRA na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Efetiva 284402, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 21/03/2017, conforme ofício 28 da junta médica.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1347,1352,1353/2017 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA N º 1347 DE 20 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora NILZA TEREZINHA ANTUNES DA COSTA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, efetiva, matrícula 70803 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 23/04/2015 a 15/03/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1352 DE 20 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor SERGIO LUIZ DOS SANTOS, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, efetivo, matrícula 329205 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 06/08/2016 a 20/03/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1353 DE 20 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor NIVALDO MANOEL DE MELLO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, efetivo, matrícula 153902 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 19/01/2017 a 20/03/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1370,1373,1377,1387,1389,1392/2017 PROGRESSÃO POR DESEMPENHO

PORTARIA N º 1370 DE 20 DE ABRIL DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER MÁRCIO BUTZKE no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de ENGENHEIRO, posicionando para a classe/referência " C ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1373 DE 20 DE ABRIL DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER MARILEUZA BARBARA DOS SANTOS REISER no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, posicionando para a classe/referência " N ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1377 DE 20 DE ABRIL DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER MARIA DAS NEVES PEREIRA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE ESF, posicionando para a classe/referência " A ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1387 DE 20 DE ABRIL DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER MELK SEDELK ALVES DA SILVA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MOTORISTA, posicionando para a classe/referência " E ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1389 DE 20 DE ABRIL DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER MARIA JOSE DOS SANTOS SEVERINO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF, posicionando para a classe/referência " B ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1392 DE 20 DE ABRIL DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER VERONICA DE ARAÚJO BARRETO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, posicionando para a classe/referência " G ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 01.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1396,1397/2017 INTERROMPE LICENÇA PARA TRATAR ASSUNTOS PARTICULARES, A PEDIDO

PORTARIA N º 1396 DE 20 DE ABRIL DE 2017

INTERROMPE, A PEDIDO, LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o Estatuto dos Servidores Municipais de Navegantes;

RESOLVE:

I INTERROMPER, a pedido, a licença para tratamento de assuntos particulares concedido a servidora VIVIANE BERKEMBROCH RAMOS, Professora, 20h.

II O retorno aludido dar-se-á no dia 05/04/2017.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1397 DE 20 DE ABRIL DE 2017

INTERROMPE, A PEDIDO, LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o Estatuto dos Servidores Municipais de Navegantes;

RESOLVE:

I INTERROMPER, a pedido, a licença para tratamento de assuntos particulares concedido ao servidor SEBASTIÃO ALVES DA SILVA, Agente de Serviços Gerais.

II O retorno aludido dar-se-á no dia 19/04/2017.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1402,1404,1407/2017 LICENÇA PREMIO

PORTARIA N º 1402 DE 24 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) MARIA INES PACHECO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA, 40h, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 17/04/2017 a 15/07/2017, referente o período 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17 de abril de 2017 a 15 de julho de 2017, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 24 de abril de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia
SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 1404 DE 24 DE ABRIL DE 2017
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) MARLENE DE SOUZA COUTO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA, 40h, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 17/04/2017 a 15/07/2017, referente o período 1999/2004.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17 de abril de 2017 a 15 de julho de 2017, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 24 de abril de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia
SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 1407 DE 24 DE ABRIL DE 2017
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) RAQUEL DA SILVA BITTENCOURT, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 11/04/2017 a 09/07/2017, referente o período 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11 de abril de 2017 a 09 de julho de 2017, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 24 de abril de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia
SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

RESPOSTA AO RECURSO DA TP 59-2017 PMN DINAMIKA

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL REFERENTE TOMADA DE PREÇO Nº 59/2017 PMN

Aos 27 dias de abril de 2017, às 11h30min, reuniu-se a comissão de licitação, designados pela Portaria número 506 de 27 de janeiro de 2017, com intuito de analisar e julgar a impugnação ao Edital da Tomada de Preço nº 59/2017 PMN, cujo OBJETO: TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE ASSESSORIA TÉCNICA EM ORIENTAÇÃO NOS ENCAMINHAMENTOS DE PROJETOS E PROCESSOS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL JUNTO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS FEDERAIS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E EMBAIXADAS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Protocolado pela empresa DINAMIKA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA – CNPJ: 07.458.981/0001-64.

PRELIMINARMENTE

A comissão ao receber a Impugnação ao Edital, verificou que a mesma foi protocolada tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-la, passando a analisá-la, conforme fundamenta o artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93, que traz a seguinte redação:

:

“Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preço ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciaram esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.”

DA IMPUGNAÇÃO:

Menciona a empresa que no presente edital não devem ser exigidos os itens 5.4.2, 5.4.3 e 5.4.4, pois os mesmo são descabidos e desnecessários.

Primeiramente por não se tratar de serviços de assessoria administrativa ou assessoria jurídica. Também porque o Atestado de Capacidade Técnica supre a necessidade de apresentação do Certificado de Utilização do SICONV. E em relação à sede ou escritório em Brasília, tal exigência é ilegal visto previsão legal que impossibilita esta exigência.

1 - DO PEDIDO:

Em síntese, manifesta-se a empresa, requerendo a exclusão dos itens mencionados e a republicação do edital retificado.

2- DA DECISÃO:

Diante do exposto, a comissão enviou a impugnação para parecer da secretaria solicitante, Secretaria de Governo do município de Navegantes, esta enviou seu parecer, que segue em anexo.

Diante do que foi exposto pela Secretaria, a comissão analisou a presente impugnação decidiu por aceitar em parte a mesma, conforme a seguir exposto:

Diante da impugnação apresentada será retirada a exigência do

item 5.4.2, visto tal exigência não ser necessária para a realização do serviço.

O item 5.4.3 fica mantido em sua íntegra, conforme fundamento da secretaria solicitante.

O item 5.4.4 fica alterado somente a necessidade de o escritório ser próximo a Esplanada dos Ministérios, porém, mantida a necessidade do mesmo ser na cidade de Brasília, também conforme fundamento da secretaria solicitante.

Importante citar que a exigência de que o licitante utilize instalação própria ou em local determinado pode restringir o caráter competitivo da licitação, salvo quando for devidamente justificada a influência que possa ter esse fato na qualidade dos serviços a serem prestados, e conforme visto, é essencial a localização do escritório em Brasília.

Pelo exposto, decide-se pela procedência parcial da impugnação apresentada pela licitante, abrindo-se novo prazo após a publicação do edital retificado.

- PUBLIQUE-SE.

É a decisão.

Navegantes, 27 de abril de 2017.

Presidente: Leila Mengarda

Membros:

Ellinton Pedro de Souza

Roberto Miguel Celezinski

Josezite dos Santos

Fernanda Hassmann Constâncio

Nova Itaberaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 50/2017
Edital: Pregão Nº.: 18/2017
Tipo: Menor preço / Unitário por Item
Objeto: Contratação de empresa de serviço de torno e solda com mão de obra na manutenção de veículos, máquinas e equipamentos da Secretaria de Agricultura e Transportes e Obras. Obs: o serviço deverá ser prestado no perímetro urbano do Município.
Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 08 de maio de 2017.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 13:30 horas do dia 08 de maio de 2017.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.
A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.
NOVA ITABERABA, 26 de abril de 2017
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 117/2017

PORTARIA Nº 117/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº2.553 de 21 de outubro de 2014;

RESOLVE;

Admitir em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, ELISANGELA CARDOSO ANDRADE DOS SANTOS, matrícula Nº 7329 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré-Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 08 de abril de 2017, em substituição a titular Ana Miria Cipriani Marchi, afastada conforme Portaria nº082/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora ELISANGELA CARDOSO ANDRADE DOS SANTOS brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Loteamento Tiago Frederico Tomasoni s/nº, Bairro Besenello Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 906.657.324-49 firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil

– Pré-Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos) pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 08 de abril de 2017, em substituição a titular Ana Miria Cipriani Marchi, afastada conforme Portaria nº082/2017.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- I – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 05 (cinco) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Elisangela Cardoso Andrade dos Santos
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 118/2017

PORTARIA Nº 118/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº2.553 de 21 de outubro de 2014;

RESOLVE;

Admitir em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, ANGELITA ARMELINI, matrícula nº 7326 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré-Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica Prof. Francisco João Valle, Município de Nova Trento, a contar de 14 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, em substituição a titular Lilian Cristiane Fontanelli, afastada conforme Portaria nº148/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ANGELITA ARMELINI brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Geral Salto s/nº Bairro Salto, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 047.702.789-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré-Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica Prof. Francisco João Valle, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de a contar de 14 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, em substituição a titular Lilian Cristiane Fontanelli, afastada conforme Portaria nº148/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Angelita Armelini
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 119/2017
PORTARIA Nº 119/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº2.553 de 21 de outubro de 2014;

RESOLVE;

Admitir em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, GIZELI CECCATO, matrícula nº 7327 para exercer o cargo de Professor Nível I, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré-Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, em substituição a titular Rosimar Darós afastada conforme Portaria nº086/2009.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora GISELE CECCATO brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Brusque s/nº Bairro Espraiado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 037.154.249-90, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível I, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré-Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.067,82 (um mil sessenta e sete reais e oitenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, em substituição a titular Rosimar Darós afastada conforme Portaria nº086/2009.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi	Gisele Ceccato
Secretário M. de Educação	Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 119/2017 "A"

PORTARIA Nº 119/ 2017 "A"

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº2.553 de 21 de outubro de 2014;

RESOLVE;

Admitir em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, ROBERTA DE SOUZA, matrícula nº 7368, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Creche – Contação de História), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Centro Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ROBERTA DE SOUZA brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua José Brasil nº 56 Bairro Centro, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 049.277.589-31, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Creche – Contação de História), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Centro Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de a contar de 14 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017.(término do ano letivo).

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Roberta de Souza
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N° 161/2017

PORTARIA Nº 161/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocada conforme Decreto nº 018/2017, EDILENE MICHELE BASSI, matrícula nº 7363, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 25 (vinte e cinco) horas semanais, (Ensino Fundamental-Anos Iniciais-Ludicidade atuante na Escola de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 20 de fevereiro de 2017 a 01 de março de 2017, em Substituição a Titular Janaina Till Schmitt afastada para tratamento de saúde.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora EDILENE MICHELE BASSI brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Felipe Schmidt, s/nº Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 918.336.559-15 firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, referência A, com 25 (vinte e cinco) horas semanais, (Ensino Fundamental-Anos Iniciais-Ludicidade atuante na Escola de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento em Substituição a Titular Janaina Till Schmitt afastada para tratamento de saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.605,25 (um mil seiscentos e cinco reais e vinte e cinco centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 20 de fevereiro de 2017 a 01 de março de 2017.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 05 (cinco) horas diárias, totalizando 25 (vinte e cinco) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 20 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi	Edilene Michele Bassi
Secretário Municipal de Educação	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 20 de fevereiro de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 163/2017

PORTARIA Nº 163/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, BRUNA DOS SANTOS, matrícula nº 7365, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil-Creche) Creche Municipal Espirado, Município de Nova Trento, a contar de 22 de fevereiro de 2017 a 25 de agosto de 2017, em Substituição a Titular Genésia Catarina Ceccato Cadorin afastada conforme portaria nº 599/2016 e resultado pericial datado de 20/02/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora BRUNA DOS SANTOS brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Vicente Marcos da Silva, nº 858, Bairro Tajuba II, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 088.870.979-09, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil-Creche) Creche Municipal Espiraído, Município de Nova Trento, em Substituição a Titular Genésia Catarina Ceccato Cadorin afastada conforme portaria nº 599/2016 e resultado pericial datado de 20/02/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 22 de fevereiro de 2017 a 25 de agosto de 2017.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela resilição unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi Bruna dos Santos
Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 22 de fevereiro de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 176/2017

PORTARIA Nº 176/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, HIGOR DAVI MARCHI, matrícula nº 7372, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor IGOR DAVI MARCHI brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Est. Geral Bom Retiro, Bairro Bom Retiro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 114.446.639-33, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de, Um (01) ano a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018 data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini Higor Davi Marchi
Prefeito Municipal Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 177/2017

PORTARIA Nº 177/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, JOÃO TABONI, matrícula nº 7373, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor JOÃO TABONI brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Est. Geral Salto, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 591.536.959-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de, Um (01) ano a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018 data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de

Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

João Taboni

Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 178/2017

PORTARIA Nº 178/ 2017

Admissão Em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, JOSÉ LUIZ PAULO MONTIBELLER, matrícula nº 7374, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor JOSÉ LUIZ PAULO MONTIBELLER brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Independência s/nº, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 770.892.789-72, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de, Um (01) ano a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018 data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

José Luiz Paulo Montibeller

Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 179/2017

PORTARIA Nº 179/2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, ENES TOMASI, matrícula nº 7375, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor ENES TOMASI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Geral Alto Pitanga, Bairro Alto Pitanga Município de Nova Trento, portador do CPF nº 380.033689-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de, Um (01) ano a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018 data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de

Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini Enes Tomasi
Prefeito Municipal Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 180/2017

PORTARIA Nº 180/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, MARIO ABELINO, matrícula nº 7376, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor MARIO ABELINO brasileiro, casado, residente e domiciliado na Est. Geral Salto Bairro Salto, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 824.275.779-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de, Um (01) ano a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018 data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de

Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini Mario Abelino
Prefeito Municipal Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 181/2017

PORTARIA Nº 181/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, VALDOCIO LOFY, matrícula nº 7377, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor VALDOCIO LOFY brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Est. Geral Aguti, Bairro Aguti, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 960.726.799-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal,

Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (um mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de, Um (01) ano a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.
Gian Francesco Voltolini Valdocio Lofy
Prefeito Municipal Contratado

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 182/2017

PORTARIA Nº 182/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, LIRIO ROQUE PEROTONI, matrícula nº 7378, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor LIRIO ROQUE PEROTONI brasileiro, casado, residente e domiciliado na Est. Geral São Valentim, Bairro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 824.274.379-72, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de, 01 (Um) ano a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018 data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini Lirio Roque Perotoni

Prefeito Municipal

Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 183/2017

PORTARIA Nº 183/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, SERGIO FACHI, matrícula nº 7379, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor SERGIO FACHI brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Valério Maleski s/nº Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 488.654.359-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 (Um) ano a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018 data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini Sergio Fachi
Prefeito Municipal Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 184/2017

PORTARIA Nº 184/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, ELISEU JOSÉ DUTRA, matrícula nº 7445, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor ELISEU JOSÉ DUTRA brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Estanislau Dalri nº 317, Bairro Cascata, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 523.068.449-68 firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 (Um) ano, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini Eliseu José Dutra

Prefeito Municipal Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 185/2017

PORTARIA Nº 185/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, HILARIO WOLF, matrícula nº 7380, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor HILARIO WOLF brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Est. Geral Alto Alferes, Bairro Vigolo, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 570.238.249-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 (Um) ano a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018 data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini Hilário Wolf
Prefeito Municipal Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 186/2017

PORTARIA Nº 186/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, MARIA JENECI PEREIRA LOPES, matrícula nº 7381, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhora MARIA JENECI PEREIRA LOPES brasileira, casado, residente e domiciliado na Rua Alferes, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 330.749.680-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 (Um) ano, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018 data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de

Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Maria Jeneci Pereira Lopes

Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 187/2017

PORTARIA Nº 187/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, ALDO INÁCIO MARCHI, matrícula nº 7382, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor ALDO INÁCIO MARCHI brasileiro, casado, residente e domiciliado na Est. Geral Serraval, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 449.273.399-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 (Um) ano a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018 data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de

Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Aldo Inácio Marchi

Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 188/2017

PORTARIA Nº 188/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, CELESTINO ALVES, matrícula nº 7383, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor CELESTINO ALVES brasileiro, casado, residente e domiciliado na Est. Geral Valsugana, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 803.680.009-82, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 (Um) ano a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Celestino Alves
Contratado

Jucelino Marino Chini
Secretário de Administração e finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 189/2017

PORTARIA Nº 189/2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, NORIVAL LIBARDO, matrícula nº 7384, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor NORIVAL LIBARDO brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Ribeirão da Velha, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 030.586.609-52, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 (Um) ano a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Norival Libardo

Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 190/2017

PORTARIA Nº 190/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, FABIO TAMANINI, matrícula nº 7385, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor FABIO TAMANINI brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos s/nº, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 024.624.239-66, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 (Um) ano a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018 data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini Fabio Tamanini

Prefeito Municipal Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 191/2017

PORTARIA Nº 191/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, BERNARDETE TOMASI CARNIEL, matrícula nº 7386, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora BERNARDETE TOMASI CARNIEL brasileira, casado, residente e domiciliado na Est. Geral Molha, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 894.468.019-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 (Um) ano, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de

Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Bernadete Tomasi Carniel

Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 193/2017

PORTARIA Nº 193/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, OSMAR HILLESHEIN, matrícula nº 7388, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor OSMAR HILLESHEIN brasileiro, casado, residente e domiciliado na Est. Geral Baixo Capivara, Bairro Aguti, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 617.029.439-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de, 01 (Um) ano, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018 data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Osmar Hilleshein

Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 194/2017

PORTARIA Nº 194/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocado conforme Decreto nº 039/2017, CIRO BERNARDI, matrícula nº 7389, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

CONTRATO SP//2017**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor CIRO BERNARDI brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Henrique Mescke nº 249, Bairro Cascata, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 455.389.309-63, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 (Um) ano, a contar de 01 de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018 data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2017.

Gian Francesco Voltolini Ciro Bernardi

Prefeito Municipal

Contratado

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 275/2017

PORTARIA Nº 275/ 2017

Exonera Servidor

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 59, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE;

EXONERAR a Pedido a Servidora Pública Municipal, LEONIRIA FÁTIMA ANZINI MISTURA, matrícula nº 7349 do cargo de Professor Nível III, referência A, com 15 (quinze) horas semanais, (Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Ludicidade), sendo 05 (cinco) horas na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian, 05 (cinco) horas na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Município de Nova Trento e 05 (cinco) horas excedentes a contar de 05 de abril de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 286/2017 "A"

PORTARIA Nº 286/ 2017 "A"

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 81, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal ELAINE APARECIDA DE SOUZA, matrícula nº 7433, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretária Municipal de Meio Ambiente, Secretária Municipal de Turismo e Cultura, Casa da Cidadania e Delegacia de Polícia do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Município de Nova Trento pelo período de 47 (quarenta e sete) dias, a contar de 31 de março de 2017 a 16 de maio de 2017, conforme resultado pericial datado de 07/04/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de abril de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 296/2017

PORTARIA Nº 296/ 2017

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, pelo Decreto nº 088/2017 de 12 de abril de 2017 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015 de 09 de junho 2015 ELISIO WOICIKOSKI, matrícula nº 7465, para exercer o cargo de Motorista de Transporte Escolar com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 13 de abril de 2017.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13 de abril de 2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de abril de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 303/2017 "A"

PORTARIA Nº 303/ 2017 "A"

Concede Licença Gestante

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 107, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Gestante à Servidora Pública Municipal LILIAN CRISTIANI FONTANELLI, matrícula nº 1052, concursada, atuante no cargo de Provimento em Comissão de Supervisora de Educação Infantil, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Nova Trento pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 19 de abril de 2017 a 16 de agosto de 2017, conforme resultado pericial datado de 19/04/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 304/2017

PORTARIA Nº 304 /2017

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de ABRIL do ano em curso a Servidora Pública Municipal, MARIA SUELI GARBARI CIPRIANI matrícula nº 188, atuante no cargo de Provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, do quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período de 06/01/2015 a 05/01/2016,

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de abril de 2017.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 304/2017 "A"

PORTARIA Nº 304/ 2017 "A"

Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 102, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal JANETE DUARTE TAVARES, matrícula nº 7044, concursada no cargo de Professor Nível III (Educação Infantil - Creche), Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Espreado/ Creche Municipal Santo Antonin / Creche Municipal Cirandinha Trinta Réis, Município de Nova Trento, pelo período de 11 (onze) dias, a contar de 20 de abril de 2017 a 30 de abril de 2017, conforme resultado pericial datado de 20/04/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 306/2017

PORTARIA Nº 306/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocada conforme Decreto nº 084/2017, a Servidora Pública Municipal MARIA CATTANI VENERI, matrícula nº 7468, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação atuante na Escola de Educação Básica Padre José da Poian Bairro Salto Município de Nova Trento, a contar de 20 de abril de 2017 a 19 de abril de 2018, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARIA CATANI VENERI brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Alferes, nº 2013, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 460.539.219-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação atuante na Escola de Educação Básica Padre José da Poian Bairro Salto Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 (um) ano, a contar de 20 de abril de 2017 a 19 de abril de 2018 data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 20 de abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Maria Cattani Veneri
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 20 de abril de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 307/2017

PORTARIA Nº 307/ 2017
Concede Licença Gestante

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas

através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 107, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Gestante à Servidora Pública Municipal ADRIANA APARECIDA VINOTTI, matrícula nº 6546, concursada, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Claraíba, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 21 de abril de 2017 a 18 de agosto de 2017, conforme resultado pericial datado de 21/02/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 311/2017

PORTARIA Nº 311/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, CLAIR COELHO DE QUADROS, matrícula nº 7469 para exercer a função de Professor não Habilitado (Ensino Fundamental-anos iniciais) 15 (quinze) horas semanais, divididas na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian Bairro Salto, e Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Distrito de Aguti, Município de Nova Trento a partir 25 de abril de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP/ 2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado

MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora CLAIR COELHO DE QUADROS brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Ida Orsi Feller nº 212, Bairro Besenello Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 953.306.820-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de, Professor não Habilitado (Ensino Fundamental - anos iniciais) 15 (quinze) horas semanais, divididas na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian Salto, e na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 644,97 (seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 25 de abril de 2017 a 20 de dezembro de 2017, (término do ano letivo) data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 03 (três) horas diárias, totalizando 15 (quinze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 25 de abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Clair Coelho de Quadros
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 25 de abril de 2017.

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 313/2017

PORTARIA Nº 313/ 2017

Concede Licença Gestante

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 107, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Gestante à Servidora Pública Municipal ALINE ALMEIDA, matrícula nº 7079, atuante no cargo de Professor Sem Habilitação, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Pré Escolar), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 25 de abril de 2017 a 22 de agosto de 2017, conforme resultado pericial datado de 25/04/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de abril de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº116/2017

PORTARIA Nº 116/ 2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº2.553 de 21 de outubro de 2014;

RESOLVE;

Admitir em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, LAIZ APARECIDA SCHMITT, matrícula nº 7324 para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), Na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Distrito de Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2017

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LAIZ APARECIDA SCHMITT brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Felipe Schmidt, s/nº Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 056.732.289-02 firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), Na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, Distrito de Aguti, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (hum mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 15 de fevereiro de 2017 a 20 de dezembro de 2017 (término do ano letivo).

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do

processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 05 (cinco) horas diárias, totalizando 25 (vinte e cinco) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Laiz Aparecida Schmitt
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2017.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2016

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2016

Objeto: Contratação de seguro para os veículos da frota do Município de Nova Trento.

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, situado a Rua Santo Inácio, 126, Praça Del Comune, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, inscrito no CNPJ nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88 em sequência designada simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa GENTE SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02, estabelecida na Rua Mal. Floriano, 450, Bairro Centro Histórico, cidade de Porto Alegre/RS, CEP 90020-060, que apresentou os documentos exigidos por Lei, neste ato representada por MARCELO WAIS, inscrito no CPF nº

632.005.380-15, daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 054/2016, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Sétima do Contrato nº 054/2016, prorrogando-se a vigência do contrato para mais 365 dias (Vigência: 24 horas do dia 30 de abril de 2017 até 24 horas do dia 30 de abril de 2018), com fundamento no inciso IX, do art. 37, da CF/88, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93, em especial o art. 57, inciso II.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Valor do Contrato permanecerá o mesmo do Contrato original, ou seja:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO – CNPJ 82.925.025/0001-60

Lote I – Deter = R\$ 31.780,00 (Trinta e um mil, setecentos e oitenta reais);

Lote II – Casco + RCF = R\$ 27.262,53 (Vinte e sete mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos);

FUNDO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO – CNPJ 08.858.200/0001-91

Lote III – Deter = R\$ 5.100,00 (Cinco mil e cem reais);

Lote IV – Casco + RCF = R\$ 19.076,26 (dezenove mil, setenta e seis reais e vinte e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

Uma vez aceitos pela Contratante, os serviços serão pagos em nome da contratada, através de boletos bancários com código de barras, desde que satisfeitas as condições estabelecidas neste contrato, mediante apresentação de Apólice

CLÁUSULA QUARTA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 054/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 25 abril de 2017.

..... PREFEITURA DE NOVA TRENTO Contratante GENTE SEGURADORA S/A. Contratada
--	---

Testemunhas:

1) Aprígio José Botameli	2) Lorena Polli
--	-----------------------------------

PROCESSO Nº 046/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 046/2017 – Pregão Presencial nº 032/2017
Objeto: O objeto da presente licitação é a aquisição de Serra Fita móvel para madeira, em aço estrutural, acompanhada de Amolador, a ser utilizada no atendimento da população de Nova Trento

(com rodado para transporte até o local da prestação de serviço, acoplada em trator agrícola), conforme quantidades e especificações contidas no anexo I deste Edital. Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 12/05/2017 até as 09:00 horas. Abertura: 12/05/2017 às 09:30 horas. Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673211 e 48.32673213 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

PROCESSO Nº 047/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017 - REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 047/2017 – Pregão Presencial nº 033/2017 – Registro de Preços Nº 021/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de Macadame Britado, rachão e outros materiais para recuperação e manutenção de vias públicas, com frete e sem frete para o transporte do mesmo para depósito localizado no Município de Nova Trento, para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 12/05/2017 até as 14:00 horas. Abertura e início da sessão: 12/05/2017 – 14:30 Horas

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 / 3267.3211 - E-mail: compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL 029/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2017

HOMOLOGAÇÃO: 26/04/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Constitui-se objeto do presente Pregão a contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em Administração Tributária com ênfase na capacitação de Recursos Humanos para o aumento da receita municipal e a melhoria do atendimento aos contribuintes.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

VENCEDOR(A):

FISCOTEC SOLUÇÕES PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA - ME (CNPJ Nº 17.364.742/0001-07) – Valor Total: R\$ 120.400,00 (Cento e vinte mil e quatrocentos reais).

Nova Trento/SC, 28 de abril de 2017.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DO PL FMS Nº 005/17-PR FMS Nº 003/17

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 005/2017

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 003/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial FMS nº 003/2017 – que tem como objeto a seleção de propostas para: AQUISIÇÃO PARCELADA DE: FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS, LEITE PARA DISTRIBUIÇÃO A PESSOAS CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E MENTAL, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE DE ACORDO COM ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO E RECEITA MÉDICA E KIT GESTANTE PARA DISTRIBUIÇÃO AO GRUPO DE GESTANTES, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 26/04/2017 às 09:00 hs, que teve como empresas participantes ANDRIANI E ANDRIANI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (240), RITA DE LOURDES CACOL & CIA LTDA - ME (536), MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A (2280), POSSATTO & POSSATO LTDA - ME (2632). Sendo a empresa ANDRIANI E ANDRIANI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (240) vencedora dos itens 12-18-21 e 24 com valor global de R\$ 5.246,00 (cinco mil duzentos e quarenta e seis reais). A empresa RITA DE LOURDES CACOL & CIA LTDA - ME (536) foi vencedora dos itens 1-10-11-13-14-17-19-20-22 e 23 com valor global de R\$ 15.701,40 (quinze mil setecentos e um real e quarenta centavos). A empresa MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A (2280), foi vencedora dos itens 2-3-4-5-6-7- e 8 com valor global de 12.330,00 (doze mil trezentos e trinta reais) e a empresa POSSATTO & POSSATO LTDA - ME (2632) foi vencedora dos itens 15 e 16 com valor global de 4.891,50 (quatro mil oitocentos e noventa e um real e cinquenta centavos) totalizando o valor da licitação em R\$ 38.168,90 (trinta e oito mil cento e sessenta e oito reais e noventa centavos). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta das empresas vencedoras satisfaz as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedoras do Pregão Presencial FMS Nº 003/2017.

Novo Horizonte/SC, em 26 de abril de 2017.

SILVANI ZILLIO MOSCHEM

Pregoeiro

EXTRATO DO PL Nº 031/17-PR Nº 016/17

AVISO DE LICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

Processo Licitatório Nº 031/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE - Objeto: A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DO TRATOR DE ESTEIRAS D-41E-6T, ANO 2007, FROTA Nº 48, PATRIMÔNIO Nº 4507, E DA MOTONIVELADORA DRESSER, ANO 1993, FROTA Nº 11, PATRIMÔNIO Nº 4511, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. - Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, do dia 11/05/2017, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h às 11:30h e 13:30h às 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024 e/ou e-mail: licitação@novohorizonte.sc.gov.br. - Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 28 de Abril de 2017. VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

2.711

LEI COMPLEMENTAR N. 2.711 DE 26 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.122 DE 02 DE OUTUBRO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 5º da Lei n. 2.122, de 02 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5.º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, - CMDCA, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado ao Gabinete do Prefeito, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II da Lei Federal nº 8.069/90 e alterações.

§ 1º O Conselho administrará um fundo de recursos destinado ao atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, FIA, cuja contabilidade será realizada pelo Município e que será constituído:

I - Pela dotação consignada anualmente no orçamento do município para assistência social voltada à criança e ao adolescente;

II - Pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhes venham a ser destinados;

IV - Pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações civis, penais ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 8.069/90;

V - Pelo produto das aplicações dos recursos disponíveis e vendas de materiais, publicações e eventos realizados;

VI - Pelas rendas eventuais, inclusive os resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

VII - Pelas doações de contribuintes do Imposto de Renda e outros incentivos governamentais;

VIII - Pelas receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e entidades governamentais que tenham destinação específica;

IX - Por outros recursos que lhes forem destinados.

§ 2º A conta do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, será movimentada e assinada pelo presidente e tesoureiro do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, sendo que, na vacância dos cargos, poderá ser assinada pelo Prefeito ou pessoa designada por ato do Poder Executivo, até que se regularize a situação do Conselho.

Art. 2º O Artigo 6º da Lei n. 2.122, de 02 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6.º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é composto de 12 (doze) membros, sendo:

I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação;

III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;

IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

V - 01 (um) representante do CREAS;

VI - 01 (um) Representante do CRAS;

VII - 06 (seis) representantes de entidades não governamentais,

escolhidos em um fórum das respectivas entidades, convocados pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 1.º Os Conselheiros, representantes das Secretarias, serão indicados pelo Prefeito dentre as pessoas com poderes de decisão no âmbito da respectiva secretaria.

§ 2.º Os representantes da sociedade civil serão eleitos pelo voto das entidades de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, com sedes no município, reunidas em Assembléia, convocada pelo seu Presidente do CMDCA, ou na falta desse, pelo Prefeito.

§ 3.º A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

§ 4.º Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a renovação apenas uma vez e por igual período.

§ 5.º A função de membro do Conselho é considerada de interesse público e não será remunerada.

Art. 3º O Artigo 13 da Lei n. 2.122, de 02 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13. Somente poderão concorrer à eleição os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a vinte e um (21) anos;

III - Residir no município de Orleans há mais de 05 (cinco) anos;

IV - Estar no gozo de seus direitos políticos;

V - Que previamente, submeter-se a uma prova de conhecimento básico sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre a Lei Municipal n.º 2122/07 e suas posteriores alterações, a ser formulada por uma Comissão designada pelo CMDCA;

VI - Possuir Carteira de Habilitação B;

VII - Fornecer certidão negativa de antecedentes criminais, emitida pela Justiça Estadual e Justiça Federal;

VIII - Possuir certificado de conclusão de Nível Superior em alguma das áreas a seguir: Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia, Psicologia, Sociologia ou Direito.

§ 1º O candidato membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que pleitear cargo de Conselheiro Tutelar, deverá pedir seu afastamento no ato de aceitação da inscrição para o Conselho Tutelar.

§ 2º O Cargo de Conselheiro Tutelar é de dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função pública.

Art. 4º O Artigo 39 da Lei n. 2.122, de 02 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 39 Tratando-se de agentes públicos para mandatos eletivos temporários, os Conselheiros Tutelares não possuirão nenhum vínculo empregatício, seja de que natureza for, não adquirindo ao término de seu mandato, quaisquer direitos a indenizações, efetivação ou estabilidade nos quadros da administração pública municipal.

§ 1º - O Conselheiro Tutelar terá direito ao gozo de 30 dias de férias anuais, em escala a ser formulada pelo CMDCA.

§ 2º Aos conselheiros tutelares eleitos são assegurados os seguintes direitos:

I - Cobertura previdenciária;

II - Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, nos termos do art. 1.º deste artigo.

III - Licença - maternidade;

IV - Licença - paternidade;

V - Gratificação natalina.

§ 3º - Sendo eleito o funcionário público municipal, fica-lhe

facultado, em caso de remuneração, optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

§ 4º Fica o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente autorizado a expedir Resoluções e todos os atos complementares necessários ao pleno funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 5º O Artigo 40 da Lei n. 2.122, de 02 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.40. A jornada de trabalho do Conselho Tutelar é de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º O conselho Tutelar funcionará em sua sede, nos dias úteis das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min, e, nos demais dias e horários, em regime de plantão ou sobreaviso, para os casos emergenciais.

§ 2º – Além do cumprimento do estabelecido neste Artigo, considerada a extensão do trabalho e o caráter permanente do Conselho Tutelar, o exercício do mandato de Conselheiro Tutelar exigirá do seu ocupante dedicação integral e exclusiva ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse tutelado por esta Lei.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigor os demais dispositivos da Lei complementar nº 2.122, de 02 de outubro de 2007.

Orleans/SC, 26 de abril de 2017; 131 anos da Fundação e 103 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN
Secretário de Administração

CONTRATO 36/2017

Contrato Nº.: 36/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP

Valor : 108.000,00 (cento e oito mil reais)

Vigência : Início: 26/04/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2017

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (120) Saldo: 725.284,29

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DOS PERÍMETROS URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE ORLEANS DE ACORDO COM OS REQUISITOS DA NR-10 (SEGURANÇA E SERVIÇOS DE ELETRICIDADE) E DA NR-35 (SEGURANÇA EM TRABALHOS EM ALTURA). "

Orleans, 26 de Abril de 2017

JORGE LUIZ KOCH - PREFEITO MUNICIPAL

dia 23/05/2017, às 14h00min horas, no Setor de Licitação, situada à Rua: XV de Novembro, 282 – Bairro Centro - Orleans, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, ou pelo fone (048) 3886.0100.

Orleans, 27 de Abril de 2017.

LINDEKSON RESIN

Secretário de Educação

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal

PROCESSO 35/2017

PROCESSO Nº 35/2017

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2017

CONFORME LEI 11.947/2009

O MUNICÍPIO DE ORLEANS - SC, através da Secretaria Municipal de Educação - SME, vem realizar chamada pública para aquisição de merenda escolar proveniente da agricultura familiar conforme lei 11.947 de 16 de junho de 2009, para o período compreendido entre junho a agosto de 2017. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação para venda programada, até o

Ouro

PREFEITURA

CONTRATOS 48-49-50-51-52

Processo Licitatório n. 0034/2017

Pregão Presencial 0025/2017

CONTRATO N. 048/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ACESSÓRIOS.

VIGÊNCIA: A vigência será da data de assinatura até 31/12/2017.

VALOR TOTAL: R\$ 3.058,52 (três mil cinqüenta e oito reais e cinqüenta e dois centavos).

DATA DA ASSINATURA: 26/04/2017.

Processo Licitatório n. 0034/2017

Pregão Presencial 0025/2017

CONTRATO N. 049/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: MULTITEC INFORMATICA LTDA - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RELÓGIOS PONTO.

VIGÊNCIA: A vigência será da data de assinatura até 31/12/2017.

VALOR TOTAL: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 26/04/2017.

Processo Licitatório n. 0034/2017

Pregão Presencial 0025/2017

CONTRATO N. 050/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ACESSÓRIOS.

VIGÊNCIA: A vigência será da data de assinatura até 31/12/2017.

VALOR TOTAL: R\$ 4.656,00 (quatro mil seiscentos e cinqüenta e seis reais).

DATA DA ASSINATURA: 26/04/2017.

Processo Licitatório n. 0034/2017

Pregão Presencial 0025/2017

CONTRATO N. 051/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: CONCÓRDIA INFORMATICA LTDA - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ACESSÓRIOS.

VIGÊNCIA: A vigência será da data de assinatura até 31/12/2017.

VALOR TOTAL: R\$ 15.265,00 (quinze mil duzentos e sessenta e cinco reais).

DATA DA ASSINATURA: 26/04/2017.

Processo Licitatório n 0030/2017

Pregão Presencial n. 0023/2017

CONTRATO N. 052/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: CONJUNTO MUSICAL OS INVENCIVEIS LTDA – ME

OBJETO: Realização do FICO – Festival Intermunicipal da Canção de Ouro.

VIGÊNCIA: Os serviços deverão ser executados e terão prazo de vigência a partir do dia 27/04/2017, até o dia 29.04.2017.

VALOR TOTAL: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 27/04/2017.

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 11 de maio de 2017, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 043/2017, que tem como objeto a aquisição de arquivos de aço para suprir as necessidades do centro Administrativo Municipal, através de Registro de Preços. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net.. Palhoça, 27 de abril de 2017. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2017

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 12 de maio de 2017, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 044/2017, que tem como objeto a aquisição de equipamentos de informática e dados para sala de vídeo monitoramento do Município de Palhoça. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net.. Palhoça, 27 de abril de 2017. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

PORTARIA 22

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 20/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Comunicação Interna nº 228/2016 da Secretária Municipal de

Saúde.

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como arguido a servidora pública S.M.de.M. nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente insubordinação grave, indisciplina, desrespeito verbalmente ou por atos, pessoas de seu relacionamento profissional ou do público, incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786- Presidente
B) RENATA ANSELMO MAFRA COELHO - mat. 129290 – Secretária
C) JOYCE REJANE DE SOUZA - mat. 800194 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 20 de abril de 2017.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 23

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

Portaria 22/2017

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT,, Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula 800.223, como DEFENSORA DATIVA para Processo Administrativo Disciplinar nº Processo nº 3449/2017 em desfavor do (a) servidor (a) M.C.A. sob Portaria nº 11/2017.

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça, 25 de abril de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT,
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 1441/2017.

PORTARIA Nº. 1441/2017.

ADELINO SEVERIANO MACHADO, Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2017.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
800560-2	Cristiani Mara Pinho Marques	R\$ 300,00
800262-2	João Julio da Rosa Junior	R\$ 1000,00
500317-3	Luizio Lauro Martins	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

ADELINO SEVERIANO MACHADO

Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1442/2017.

PORTARIA Nº. 1442/2017.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2017.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
128442-2	Altair Athaides Leal	R\$ 500,00
401460-1	Bruna da Silva	R\$ 400,00
300212-3	Edelane Heidemann	R\$ 500,00
500387-2	Edesia da Silva dos Santos	R\$ 350,00
300226-1	Jorge Luiz Wagner	R\$ 400,00
401957-1	Karla da Silva Dutra de Souza	R\$ 500,00
500398-4	Marcelo Pereira	R\$ 350,00
300061-1	Nazareno dos Santos	R\$ 500,00
200022-1	Rita de Cassia da Silva Silveira de Souza	R\$ 350,00
300159-2	Ronise Ramos	R\$ 500,00
210025-9	Rosana Gaidos	R\$ 350,00
300505-3	Sherem de Abreu	R\$ 400,00
300216-2	Susane Cristina de Abreu Broering	R\$ 400,00
200304-1	Tamara Pinheiro Martins Bunn	R\$ 400,00

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

LUCIANO DALLA POZZA

Procurador Geral do Município

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1443/2017

PORTARIA Nº. 1443/2017.

CLAUDIO MONTEIRO, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, o servidor JULIO GERMANO MARCELINO, Nível FEC I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº 2.135, de 06 de março de 2017, a contar de 10/03/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

CLAUDIO MONTEIRO

Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1444/2017.

PORTARIA Nº. 1444/2017.

ANTONIO VIDAL PAGANI, Secretário de Habitação e Regularização Fundiária, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, o servidor EDSON JOÃO DA SILVA, Nível FEC I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº 2.135, de 06 de março de 2017, a contar de 10/03/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

ANTONIO VIDAL PAGANI

Secretário de Habitação e Regularização Fundiária

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1445/2017

PORTARIA Nº. 1445/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR RAQUEL APARECIDA ESMALCHADO VALGAS, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/03/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1446/2017.

PORTARIA Nº. 1446/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MAURICIO SCHEFFER GHIZONI, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/03/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1447/2017.

PORTARIA Nº. 1447/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com a Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 13 de março de 2017.

ANEXO I

Matricula	Coordenador	Valor (R\$)	Unidade
122348-2	Maria Aparecida da Rosa Silva	R\$ 1.220,00	ER Manoel da Silva

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1448/2017.

PORTARIA Nº. 1448/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 1320 de 10 de março de 2017, que Contratou por Tempo determinado à servidora IVANICIA MARIA DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao nome que deveria ser IVANICIA MARIA DE SOUZA, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1449/2017

PORTARIA Nº. 1449/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para ADRIANA CAMPOS, matrícula nº. 128299-2, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 09/03/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1450/2017.

PORTARIA Nº. 1450/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com a Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 13 de março de 2017.

ANEXO I

Matricula	Coordenador	Valor (R\$)	Unidade
122097-2	Ivone Izabel Gonçalves	R\$ 1.110,00	ER Maria dos Santos Silva

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1451/2017.

PORTARIA Nº. 1451/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para ROBERTA CATIUSCA JAKOBY, matrícula nº. 210638-12, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 13/03/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1452/2017.

PORTARIA Nº. 1452/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CESSAR GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO de JULIO CEZAR MACEDO, matrícula nº 129329-2, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/02/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1453/2017

PORTARIA Nº. 1453/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para MARIA APARECIDA DA ROSA SILVA, matrícula nº. 122348-2, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 13/03/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1454/2017.

PORTARIA Nº. 1454/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração

Direta, de acordo com a Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 09 de março de 2017.

ANEXO I

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
128299-2	Adriana Campos	R\$ 2.210,00	Diretor EB Francsica Raimunda Farias da Costa

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1455/2017.

PORTARIA Nº. 1455/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para IVONE IZABEL GONÇALVES, matrícula nº. 122097-2, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 14/03/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1456/2017.

PORTARIA Nº. 1456/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com a Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2017.

ANEXO I

Matricula	Servidor	DE	PARA	Unidade
120013-	Ana Maria da Silveira	R\$ 1.390,00	R\$ 1.450,00	Diretor GE Maria Luzia de Souza

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1457/2017

PORTARIA Nº. 1457/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com a Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 14 de março de 2017.

ANEXO I

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
210638-12	Roberta Catusca Jakoby	R\$ 1.100,00	Diretor ER Maria dos Santos Silva

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1458/2017.

PORTARIA Nº. 1458/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com a Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2017.

ANEXO I

Matricula	Coordenador	Valor (R\$)	Unidade
129329-2	Julio Cesar Macedo	R\$ 1.390,00	EB Mara Luiza Vieira Liberato – EJA

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1459/2017.

PORTARIA Nº. 1459/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2017.

ANEXO I

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
400204-1	Adriana Nascimento de Souza	R\$ 1.400,00	Superintendente de Educação Permanente
401323-4	Adriana Antonia da Silva	R\$ 1.400,00	Superintendente de Controle e Avaliação
400308-3	Dione Lucia Prim Laurindo	R\$ 1.400,00	Superintendente de Planejamento
402225-1	Josielly Pinheiro Westphal	R\$ 1.400,00	Superintendente de RH
402237-4	Leonardo Kretzer	R\$ 1.400,00	Superintendente de Vigilância em Saúde
401961-1	Mariana Mendes Schafhauser	R\$ 1.400,00	Superintendente Administrativa
401474-2	Mariane Cristiane Pfleger Scavim	R\$ 1.400,00	Superintendente de Medicamentos
402229-2	Rosangela Terezinha Horstmann	R\$ 1.400,00	Superintendente de Média Complexidade
400102-1	Sandra Ribeiro de Abreu	R\$ 1.400,00	Superintendente de Atenção Básica

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.
ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1460/2017.

PORTARIA Nº. 1460/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 0608 de 07 de fevereiro de 2017, que Contratou por Tempo determinado à servidora EUNICE GERONIMO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 02/02/2017 a 14/12/2017, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1461/2017.

PORTARIA Nº. 1461/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A Contar de
Daniela Viviane	24	16	01/03/2017 a 14/12/2017
Gisele Gonçalves	32	40	01/03/2017 a 14/12/2017
Lucia Correia Marques de Miranda Moreira	24	16	17/03/2017 a 14/12/2017
Marcelo Roberto da Silva	20	24	01/03/2017 a 14/12/2017
Susana Medeiros Vieira	20	24	17/03/2017 a 14/12/2017
Vinicius Pierri	10	20	01/03/2017 a 14/12/2017

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.
MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1462/2017.

PORTARIA Nº. 1462/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ANA MERI MACHADO MULLER, Matrícula nº. 800002-1, ocupante da categoria funcional de Agente Administrativo I, removido para UPA - Unidade de Pronto Atendimento da Secretaria de Saúde do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1463/2017.

PORTARIA Nº. 1463/2017.

LUIZ HENRIQUE SELL, Presidente Fundação Municipal de Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Indireta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2017.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
800916-1	Danielle da Silva Costa	R\$ 700,00

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

LUIZ HENRIQUE SELL
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1464/2017.

PORTARIA Nº. 1464/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora

TEREZA DE MOURA, Matrícula nº. 801713-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removida CEI Vovó Dolores da Secretaria de Educação do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Edital 005/SME/2016.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1465/2017.

PORTARIA Nº. 1465/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora VERA LUCIA GALVÃO, Matrícula nº. 800490-1, ocupante da categoria funcional de ASG, removida CEI Anjinho da Guarda da Secretaria de Educação do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Edital 005/SME/2016.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1466/2017.

PORTARIA Nº. 1466/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para os servidores abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 01/03/2017.

MATRICULA	NOME
129717-2	Alexandre Matos
800589-2	Angelina Bernardo
3745215-2	Lisandra Mello da Silva
800445-1	Manoel Donizete Velho
128793-3	Raquel Coelho

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1467/2017.

PORTARIA Nº. 1467/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CESSAR GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTÉRIO de RENATA ANSELMO MAFRA COELHO, matrícula nº 129290-1, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1468/2017

PORTARIA Nº. 1468/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MARIANA DA COSTA ANDRADE, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 16/03/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1469/2017

PORTARIA Nº. 1469/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235,

de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ALTAIR ALTAMIRO DA SILVA, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 002/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Disciplina Estatística/Matemática Financeira/Administração Financeira I e II/ Estágio I Finanças/Orientação, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/03/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.
MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1470/2017.

PORTARIA Nº. 1470/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDRE LUIZ DOS SANTOS, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 002/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas/semanais, Disciplina Espanhol I, II e III/Prática do Espanhol/Programa Maturidade e Núcleo de Línguas, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/03/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.
MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1471/2017.

PORTARIA Nº. 1471/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCOS ANTONIO DE SOUZA, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de

2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 002/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Disciplina Gestão de Potências/Tópicos Especiais/Turismo em Palhoça/Pós Graduação/Teoria Geral Administração Mat e not, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/03/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.
MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1472/2017.

PORTARIA Nº. 1472/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CESSAR GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTÉRIO de ANGELITA PEREIRA, matrícula nº 211029-1, titular do cargo de Técnico em Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/03/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1473/2017

PORTARIA Nº. 1473/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, a servidora JANE DAS DORES DA SILVA, de Comissão de Licitação, Nível FEC II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, a contar de 01/02/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1474/2017

PORTARIA Nº. 1474/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, a servidora WANDERLEIA DE FATIMA ROSSI, de Comissão de Licitação, Nível FEC II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, a contar de 01/02/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1475/2017.

PORTARIA Nº. 1475/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, o servidor LUCAS PEREIRA CARVALHO, de Comissão de Licitação, Nível FEC II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, a contar de 01/02/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1476/2017.

PORTARIA Nº. 1476/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, a servidora SHIRLEY REGINA DE FARIAS, de Pregoeiro, Nível FEC II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo

com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, a contar de 01/02/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1477/2017.
PORTARIA Nº. 1477/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, o servidor JULIO CESAR CRUZ, de Pregoeiro, Nível FEC II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, a contar de 01/02/2017.

Palhoça, SC, em 10 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1478/2017.
PORTARIA Nº. 1478/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2017.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
123836-1	Alessandro Matos Pereira	R\$ 789,00
129717-2	Alexandre Matos	R\$ 604,00
802338-6	Anabelle Barroso de Paiva	R\$ 666,00
800589-2	Angelina Bernardo	R\$ 546,00
800805-1	Bianca Zacchi de Lima	R\$ 300,00
124017-1	Karina Zolia Jacomelli	R\$ 795,00

190094-1	Leda Silva Duarte	R\$ 300,00
3745215-2	Lisandra Mello da Silva	R\$ 510,00
800920-1	Luci Terezinha Espindola Pierri	R\$ 500,00
800445-1	Manoel Donizete Velho	R\$ 357,96
3745263-1	Maria Gabriela Abreu	R\$ 496,41
128090-4	Mariza Adriana do Nascimento	R\$ 750,00
210113-5	Mauricio Schmitt	R\$ 510,00
129560-5	Rangel de Oliveira Medeiros	R\$ 753,00
128793-3	Raquel Coelho	R\$ 650,00
129290-1	Renata Anselmo Mafra Coelho	R\$ 1000,00
123024-2	Rodnei Alves	R\$ 350,00
800786-1	Rosi Maria Varella	R\$ 1000,00
800294-3	Rosicleia Marli Martins	R\$ 829,00
801731-7	Sandra Aparecida Nogueira	R\$ 595,00
800825-2	Ursula Matos Martins	R\$ 680,00
129891-1	Viviane Mayer	R\$ 540,00

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1479/2017.
PORTARIA Nº. 1479/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, a servidora ERONETE GILDA GOMES OLIVEIRA, de Pregoeiro, Nível FEC II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, a contar de 01/02/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1480/2017.
PORTARIA Nº. 1480/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, a servidora ROSIMERI HILDA COELHO, de Pregoeiro, Nível FEC II, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, a contar de 01/02/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1481/2017.
PORTARIA Nº. 1481/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR HORACIO DUTRA MELLO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 002/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Disciplina Estágio/Currículo/Avaliação/Planejamento Educacional/Pós Graduação, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/03/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.
MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1482/2017.
PORTARIA Nº. 1482/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCELO JOSE CAVALCANTI, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 002/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Disciplina Administração e Mercado de Trabalho/Projeto TCC/Gestão Estratégica de Pessoas/Orientação TCC/Gestão de Pessoas TU/Pós Graduação, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/03/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.
MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1483/2017
PORTARIA Nº. 1483/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MIRIAN ADRIANA BRANCO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 002/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Disciplina Ciências Sociais I e II/Sociologia/Gestão Educacional/Políticas Públicas de Educação e Legislação, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/03/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.
MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1484/2017
PORTARIA Nº. 1484/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR RANGEL DE OLIVEIRA MEDEIROS, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 002/2017, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, Disciplina Ciência Política na ADM/Filosofia na Educação na Pedagogia/Estado, Governo e Mercado (Pós), com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/03/2017 à 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.
MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1485/2017.

PORTARIA Nº. 1485/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JESSICA SCHWEITZER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) GE Profª. Evanda Sueli Juttel Machado, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1487/2017.

PORTARIA Nº. 1487/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A partir de
Andrea Aparecida Spricigo dos Santos	30	40	01/03/2017 a 14/12/2017
Ilza Gabriela Folster	20	40	16/03/2017 a 14/12/2017
Manoel Messias Lima	20	40	14/03/2017 a 14/12/2017
Mariane Rosa Barbosa	30	40	14/03/2017 a 14/12/2017

Palhoça, SC, em 21 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1486/2017.

PORTARIA Nº. 1486/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de Março de 2017.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
500458-1	Nilton João Espindola	R\$ 800,00
3745778-1	Rubia Bertelli Peres	R\$ 500,00

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1488/2017.

PORTARIA Nº. 1488/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LILIAN KARLA DA SILVA, matrícula nº. 401655-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2012 a 01/03/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 13/03/2017 à 13/04/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1489/2017

PORTARIA Nº. 1489/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2017.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
800877-2	Rosana Maria Macario	R\$ 400,00

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1490/2017.

PORTARIA Nº. 1490/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da

Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Gean Karlo Medeiros	1239330804
Hian Eduardo dos Santos	1163489636
Olides Ferreira Junior	526217818

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1491/2017.

PORTARIA Nº. 1491/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Vovó Maria da Secretaria de Educação a servidora VANESSA ALVES, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1492/2017.

PORTARIA Nº. 1492/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na EB Guilherme W. Filho da Secretaria de Educação a servidora VIVIANE MEYER, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 14/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1493/2017.

PORTARIA Nº. 1493/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Maria José de Me-deiros da Secretaria de Educação a servidora ZURILDA VENTURA THIESEN, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1494/2017

PORTARIA Nº. 1494/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Vida Melhor da Secretaria de Educação a servidora ROSELI MARLENE DE SOUZA VIEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1495/2017

PORTARIA Nº. 1495/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, no CEI Vovó Maria da Secretaria de Educação a servidora ALESSANDRA ANDREA GHIZONI, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1496/2017.

PORTARIA Nº. 1496/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Secretaria de Educação a servidora ONIRA DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1497/2017.

PORTARIA Nº. 1497/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, Secretaria de Educação a servidora RENATA ANSELMO MAFRA COELHO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1498/2017

PORTARIA Nº. 1498/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Escola Profissional da Secretaria de Educação a servidora IVANI ADELAIDE DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1499/2017.

PORTARIA Nº. 1499/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:
DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Secretaria de Educação a servidora URSULA MATOS MARTINS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 1500/2017.

PORTARIA Nº. 1500/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:
DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na EB Antonieta Silveira de Souza da Secretaria de Educação a servidora ALAIDE MULLER DE ABREU DE FARIAS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/02/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 15 de março de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2092/2017.

PORTARIA Nº. 2092/2017.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, nos termos da Lei nº. 096/2010, 097/2010 e Decreto nº 1.442/2012, para atuarem os servidores do quadro de pessoal efetivo, JOZIANI FARIAS PEREIRA, ROSI MARIA VARELA, RENATA ANSELMO MAFRA COELHO E JOYCE REJANE DE SOUZA.

Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a contar de 03/04/2017.

Fica revogada as disposições anteriores.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO
EDITAL 004/SME/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPALIDADE DE PALHOÇA (SC)
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO
EDITAL 004/SME/2017

A Prefeitura Municipal de Palhoça, através da Secretaria Municipal de Educação, comunica aos interessados que a partir do dia 02 de maio de 2017 estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Público Simplificado – Edital 004/SME/2017, para contratação, em caráter temporário, para o ano de 2017.

Período de Inscrição: 02 a 19 de maio de 2017.

Taxa de Inscrição: R\$ 60,00

Maiores informações: site www.educacao.palhoca.ieses.org

Palhoça (SC), 28 de abril de 2017.

Camilo Nazareno Paganini Martins
Prefeito de Palhoça

Shirley Nobre Scharf
Secretária Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017**

PROCESSO LICITATÓRIO nº 011/2017

LICITAÇÃO EXCLUSIVA-ME/EPP LC 147/2014

1- MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017

1.1 – Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que, na sala de Reunião de licitação da Câmara Municipal de Palhoça, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, na Cidade de Palhoça/SC, será realizada Licitação na modalidade Pregão, do tipo Menor Preço Global, para a AQUISIÇÃO DE material de expediente PARA a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA. A licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1.993, com suas alterações, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DOS ARTIGOS 3, 47 e 48 - I E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1.2 - Os documentos para habilitação bem como a proposta, deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope), às 08h30min do dia 15 de maio de 2017, no local indicado no subitem 1.1., ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para a realização desta licitação.

1.3 - Integram este edital, independentemente de transcrição:

1.3.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

1.3.2 – ANEXO II – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES;

1.3.3 – ANEXO III – CREDENCIAMENTO;

1.3.4 – ANEXO IV – DECLARAÇÃO QUE INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS;

1.3.5 – ANEXO V – DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO;

1.3.6 – ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EPP;

1.3.7 – ANEXO VII – DECLARAÇÃO ART. 26;

1.3.8 – ANEXO VIII – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA;

1.3.9 – ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO.

2 - DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a aquisição de material de expediente, para a utilização na Câmara Municipal, conforme descrito no Termo de referência e formulário padronizado de proposta - Anexo I deste Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderão participar deste Pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação, empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Câmara, ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, os termos da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões: "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte" ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso e apresentar a declaração no caderno de habilitação de que é microempresa ou empresa de pequeno porte conforme o modelo anexo.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designado para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos poderes exigidos para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, em original ou cópia autenticada, conforme abaixo:

4.1.1 - Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis;

4.1.2 - Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

a) Carteira de identidade ou documento equivalente;

b) Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos de seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado.

4.1.3 - Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta.

4.2 - Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos do item 4. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

5 - DA PROPOSTA

5.1 - O formulário Padronizado de Proposta, referido do subitem 1.3.1, deverá ser preenchido pela licitante, onde constarão:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço do item, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido;
- c) indicação do número da conta corrente e do nome e número do Banco e da agência bancária, bem como dos números do CNPJ e de inscrição estadual e/ou municipal, os quais serão apostos no campo indicado no formulário padronizado, ou apresentados no Departamento de Finanças da Câmara, em 10 (dez) dias, contados da data de adjudicação, sem prejuízo do curso regular do processo.

5.2 - A empresa que desejar reproduzir as informações constantes do Formulário Padronizado de Proposta poderá fazê-lo, desde que não altere e/ou descaracterize a substância do Formulário padrão, podendo ser digitado por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado da empresa. Sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, constando a assinatura do representante legal da empresa.

5.3 - Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital.

5.4 - O formulário Padronizado de Proposta constante do Anexo I do Edital será acondicionado em envelope lacrado no qual se identifiquem, externamente, o nome da empresa licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

5.5 - Para fins do disposto no subitem 7.4 deste Edital, a empresa licitante deverá indicar o CNPJ do estabelecimento (matriz/filial) que emitirá a Nota Fiscal, no Formulário Padronizado de Proposta, na folha 1 do Anexo I se for o caso.

5.6 - A empresa deverá informar em sua proposta o prazo a ser concedido.

6 - DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

6.1 - No dia, hora e local designado neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para habilitação e a proposta. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "DOCUMENTAÇÃO" - "PROPOSTA".

6.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.3 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, podendo ser utilizado o modelo em anexo. As empresas que decidirem pelo envio do envelope sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.2, deverão encaminhar a declaração de que trata este subitem em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto ao citado documento. A não apresentação da declaração em questão acarretará o impedimento da empresa de participar do certame.

6.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

6.5 - No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço apresentado, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.6 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de ofertas dos lances.

6.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

6.8 - É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

6.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

6.10 - Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 6.5, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o artigo 4º, inciso IX da Lei Federal 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

6.10.1 - Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de 03 (três), para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados.

6.10.2 - Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de 03 (três), para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 6.10.1;

6.10.3 - Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de 03 (três), na forma dos subitens 6.10.1e 6.10.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

6.10.4 - Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

6.11 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.12 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de menor preço do item.

6.13 - Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá a abertura do envelope contendo os documentos de "HABILITAÇÃO" da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 7 deste Edital.

6.14 - Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 7 deste Edital.

6.15 - No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitados da licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda as condições fixadas neste Edital.

6.16 - Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

6.17 - O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

6.18 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pelo assistente e por todas as empresas licitantes presentes.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1 - Para habilitação no presente PREGÃO, serão exigidos os documentos descritos a seguir. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, ou pelo Pregoeiro da Câmara Municipal, mediante apresentação do documento original, conforme disposto no artigo 32 da Lei Federal 8.666/93, vedada a apresentação via fax ou E-Mail.

7.2 - O envelope de habilitação das empresas deverá conter:

7.2.1 - Declaração da própria empresa de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, conforme modelo em anexo;

7.2.2 - Declaração da própria empresa de que não existem fatos supervenientes que impeçam a participação no processo licitatório, até a data de abertura do envelope de habilitação, podendo ser utilizado o modelo em anexo.

7.2.3 - Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica;

7.2.4 - Prova de regularidade perante o FGTS, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento das suas obrigações;

7.2.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou da sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei;

7.2.6 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

7.2.7 - Certidões negativas expedidas pelos Órgãos Distribuidores de Falências e Concordatas do local da sede de empresa, expedida há menos de 60 dias (sessenta) dias da data designada no subitem 1.2;

7.2.8 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3 - Caso a empresa licitante pretenda efetuar o fornecimento objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz ou filial), deverá apresentar, desde logo, o CNPJ desse estabelecimento para consulta "ONLINE" ao SICAF. Se o Estabelecimento não for cadastrado ou se encontrar irregular perante o SICAF, a empresa deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome desse estabelecimento.

8 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo de recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

8.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará preclusão do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

9 - DO CONTRATO

9.1 - Será firmado o Contrato com a vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93.

9.2 - O prazo para assinatura do Contrato será no máximo de 03 (três) dias úteis, contados da convocação por esta Câmara, para a sua formalização.

9.3 - Na hipótese da empresa vencedora não comparecer para assinar o Termo de Contrato no Prazo estabelecido no item anterior, o Pregoeiro convocará nova Sessão Pública, onde examinará a qualificação das empresas licitantes, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva empresa licitante declarada vencedora.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2 - O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.3 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

10.4 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

10.5 - Em caso de atraso na entrega do material, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada, multa moratória de valor equivalente a até 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6 - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - O pagamento da importância relativa a aquisição do material descrito nos itens anteriores, correrá à conta de recursos constantes no orçamento da Câmara Municipal de Palhoça:

Elemento de despesa: 3.3.90.30.16.00 – Material de Expediente.

12 - DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1 - O fornecimento do material de expediente será de acordo com a necessidade da Câmara Municipal, dentro do prazo do contrato a ser firmado entre as partes.

12.2 - O prazo de validade das propostas deverá ser de no mínimo 30 dias úteis.

13 - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

13.1 - O Setor de Licitação prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 13h00min às 18h00min, na sede da Câmara Municipal, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, na Cidade de Palhoça/SC, telefone (48) 3288-2512- ou e-mail: licitacao@cmp.sc.gov.br.

14 - DO VALOR

14.1 - Estima-se o valor total desta licitação em R\$ 16.968,50 (dezesesseis mil novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

15 - DO PAGAMENTO

15.1 - O pagamento devido à contratada será efetuado mensalmente, após a apuração do total consumido, mediante apresentação de nota fiscal e a prévia liquidação da despesa pelo setor competente, por meio de Ordem Bancária, ou diretamente na sede da contratada, pela tesouraria da Câmara.

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - A Câmara Municipal de Palhoça poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/93.

16.2 - O pregoeiro dirimirá as dúvidas oriundas da presente licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para a abertura dos envelopes.

16.3 - Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça/SC, excluído desde já, qualquer outro.

Palhoça, 27 de abril de 2017.

Fábio Coelho
Presidente

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

O objeto da presente licitação é a aquisição de material de expediente, para a utilização na Câmara Municipal, conforme descrito no Termo de referência e formulário padronizado de proposta - Anexo I deste Edital.

Descrição dos materiais, quantitativos e estimativa de preços:

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
01	300	Caixa	Caixa de clips niquelado nº 2/0. Caixa com 100 unidades. Na cor prata, arame de aço com baixo teor de carbono.	2,99	897,00
02	150	Caixa	Caixa de clips niquelado nº 6/0. Caixa com 100 unidades. Na cor prata, arame de aço com baixo teor de carbono.	4,75	712,50
03	15	Caixa	Etiquetas para impressora jato de tinta. Formato 99,1 x 93,1mm, etiqueta por folha. Pacote com 25 folhas com 06 etiquetas cada.	29,00	435,00
04	15	Caixa	Etiquetas para impressora jato de tinta. Formato 33,9 x 99 mm etiqueta por folha. Pacote com 25 folhas com 16 etiquetas cada.	29,00	435,00
05	05	Embalagem	Capas PP para encadernação tamanho A4 (21x297mm), cor cristal transparente, embalagem com 100 unidades.	45,00	225,00
06	15	Unidade	Livro ata, capa dura, com 100 folhas.	14,50	217,00
07	10	Unidade	Livro protocolo, capa dura, com 50 folhas	8,50	85,00
08	15	Unidade	Índice telefônico. Formato: 105x150 mm. Agenda com índice para cadastro de telefones pessoais e comerciais. Deverá conter folha inicial para identificação pessoal ou de empresa.	15,00	225,00
09	10	Caixa	Caneta esferográfica azul, corpo plástico cristal transparente, sextavado com orifício na lateral, nome do fabricante impresso no corpo da caneta, tampa antiasfixiante na cor da tinta, ponta de latão, esfera de tungstênio, tinta à base de corantes orgânicos e solventes, carga completa, com capacidade para escrita contínua, sem borrões e falhas até o final da carga, escrita média, aprovada pelo INMETRO. Caixa com 50 unidades.	50,00	500,00
10	04	Caixa	Caneta esferográfica preta, corpo plástico cristal transparente, sextavado com orifício na lateral, nome do fabricante impresso no corpo da caneta, tampa antiasfixiante na cor da tinta, ponta de latão, esfera de tungstênio, tinta à base de corantes orgânico e solvente, carga completa, com capacidade para escrita contínua, sem borrões e falhas até o final da carga, escrita média, aprovada pelo INMETRO. Caixa com 50 unidades.	50,00	200,00

11	60	Unidade	Cola bastão. Produto de boa qualidade que seja possível colar sem fazer sujeiras, prática e eficiente. Possuir alto poder colante para colar papel, cartolina e outros. Produto Atóxico com conteúdo em gramas, mínimo 8g máximo 10g.	1,55	93,00
12	50	Unidade	Arquivo AZ Lombo estreito, tipo ofício, papelão prensado, na cor preta, medindo 350 mm de comprimento x 280 mm de largura, com lombada de 50 mm de largura, com bolsa plástica transparente para identificação com etiqueta inclusa, com ferragem tipo alavanca e compressor em metal cromado, não oxidável, com orifício redondo na lombada, com ponteiros metálicos na parte inferior da pasta.	14,00	700,00
13	50	Unidade	Arquivo AZ Lombo largo, tipo ofício, papelão prensado, na cor preta, medindo 350 mm de comprimento x 280 mm de largura, com lombada de 80 mm de largura, com bolsa plástica transparente para identificação com etiqueta inclusa, com ferragem tipo alavanca e compressor em metal cromado, não oxidável, com orifício redondo na lombada, com ponteiros metálicos na parte inferior da pasta.	15,00	750,00
14	20	Unidade	Corretivo líquido à base de água e pigmentos brancos. Conteúdo: 18 ml (e que não seja no formato caneta).	1,95	39,00
15	40	Unidade	Corretivo líquido caneta com 7ml.	4,50	180,00
16	50	Unidade	Fita adesiva de polipropileno transparente 48 mm x 45m (fita de empacotamento uso geral).	5,50	275,00
17	300	Unidade	Envelopes plásticos; Formato Ofício, para pasta catálogo.	0,20	60,00
18	10	Unidade	Pasta catálogo com envelopes plásticos; Formato Ofício, preta com 100 envelopes.	17,50	175,00
19	100	Unidade	Pasta plástica polipropileno transparente cristal c/ elástico, na espessura de 20 mm. Material leve, atóxico, resistente e reciclável. As pastas devem estar devidamente dobradas e embaladas.	3,00	300,00
20	50	Unidade	Pasta plástica polipropileno transparente cristal c/ elástico, na espessura de 50 mm. Material leve, atóxico, resistente e reciclável. As pastas devem estar devidamente dobradas e embaladas.	4,20	210,00
21	100	Unidade	Recados auto-adesivos reciclado (post-it) 76 X 76 mm, em bloco com 100 fls, adesivo removível e reposicionável, em papel 100% reciclado.	2,90	290,00
22	30	Unidade	Régua comum 30 cm, transparente material plástico rígido na cor cristal, graduação milimetrada.	1,10	33,00
23	100	Unidade	Caixa Arquivo Morto Polionda Ofício, na cor vermelha – tamanho 350 x 250 x 130 mm.	4,95	495,00
24	50	Unidade	Caixa Arquivo Morto Polionda Ofício, na cor Azul – tamanho 350 x 250 x 130 mm.	4,95	247,00
25	100	Unidade	Caixa Arquivo Morto Polionda Ofício, na cor Amarela – tamanho 350 x 250 x 130 mm.	4,95	495,00
26	30	Unidade	Marca texto fluorescente (caneta hidrográfica fluorescente) em cores variadas (amarela) traço largo ponta 4 mm.	2,50	75,00
27	20	Unidade	Fita Adesiva Crepe 25 mm x 50 mm(uso geral).	4,75	95,00
28	15	Unidade	Fita dupla face 24 mm x 1,5m em rolo, composição papel siliconizado em xadrez verde e branco , espuma de polietileno branca e adesivo acrílico. Cada 15 cm suporta 1kg ideal para fixação de espelhos, quadros, objetos de decoração, canaletas.	11,50	172,50
29	30	Unidade	Grampeador de mesa médio; capacidade para grampear até 25fls de gramatura 75g/m², grampos 26/6; corpo plástico estrutura em metal; na cor preta, base mínima de 17 cm.	22,50	675,00
30	30	Unidade	Pilha Alcalina 12V p/ controle remoto/controle de portão.	12,00	360,00
31	150	Par	Pilha Alcalina Plus AA com 2 unidades – 1,5V – ISSO 9001 e 14001 validade mínima de 4 anos.	4,25	637,50
32	150	Par	Pilha Alcalina Plus AAA. Com 2 unidades - ISSO 9001 e 14001 validade mínima de 4 anos.	6,00	900,00
33	10	Caixa	Grampo para grampeador de metal 23/13 – niquelado, fio reforçado e afiado, cx. com 1000 grampos.	7,00	70,00
34	20	Caixa	Grampo para grampeador de metal 26/6 – niquelado, fio reforçado e afiado, cx. com 5000 grampos.	5,75	115,00
35	10	Caixa	Grampo trilho(romeu e julieta) em plástico, alta resistência, cor branco leitoso, fechamento com pressão, comporta o arquivamento de até 200 folhas de 75g/m². Caixa ou pacote c/ 50 unidades.	9,50	95,00
36	10	Unidade	Marcador para quadro branco na cor preta, material plástico, ponta arredondada, à base de álcool, não recarregável, tamanho padrão.	5,25	52,50
37	20	Unidade	Pen Drive (memória USB flash Drive) com capacidade 8 GB.	28,50	570,00

38	7	Unidade	Perfurador de papel 2 furos, manual – grande; com guia plástica, com capacidade para perfurar até 70 fls, com gramatura 75g/m², todo em metal preto.	100,00	700,00
39	10	Unidade	Perfurador de papel 2 furos, manual – pequeno; com guia plástica, com capacidade para perfurar até 35 fls, com gramatura 75g/m², todo em metal preto.	50,00	500,00
40	30	Unidade	Apontador pra lápis em plástico com coletor.	1,00	30,00
41	02	Caixa	Borracha branca escolar com capa de plástico.	50,00	100,00
42	02	Caixa	Cola branca escolar m, não tóxica, 90gramas. Caixas com 12 unidades.	25,00	50,00
43	05	Caixa	Envelope Ofício Branco A4 114m x229mm, liso. Caixa com 1000 unidades.	75,00	375,00
44	30	Unidade	Prancheta A4 em poliestireno com prendedor plástico. Dimensão 30,48 x 22,86cm.	10,00	300,00
45	40	Unidade	Extrator de Grampos tipo espátula. Fabricado em INOX. Utilizado para sacar grampos de grampeadores. Dimensões: comprimento aproximado 15cm - Largura aproximada 2cm	3,75	150,00
46	20	Unidade	Estilete médio lâmina larga	4,50	90,00
47	10	Caixa	Papel Vegê branco A4 180 g/m². Caixa com 50 folhas. Papel especial para convites , cartões, currículos, certificados .	17,50	175,00
48	03	Caixa	Lápis preto nº 02 HB2. Caixa com 50 unidades	43,00	129,00
49	10	Embalagem	Espiral plástico para encadernação de 29mm. Embalagem plástica com 36 peças.	33,00	330,00
50	20	Unidade	Tesoura em aço inox, com aproximadamente 15 cm, com 07 polegadas, com cabo PVC, para papel.	11,50	230,00
51	10	Caixa	Alfinete para mapa, fabricado em poliestireno superduro, com ponta extra fina. Caixa com 50 unidades	3,75	37,50
52	10	Unidade	Tinta para carimbos. Composição: Água, glicerina, corantes, glicóis e aditivos .Conteúdo: 40 ml	6,00	60,00
53	100	Unidade	Pasta plástica polipropileno transparente cristal sem elástico com furo para folha A4	2,50	250,00
54	20	Unidade	Porta Caneta e lápis conjunto duplo acrílico.	10,00	200,00
55	6	Unidade	Folha de Cortiça Adesivada / 60x90 / Espessura 5Mmm para Mural	70,00	420,00
56	25	Unidade	Agenda 2017 capa dura – na cor preta. Abertura para cada mês, uma pagina por dia exceto sábados e domingos.	30,00	750,00
	VALOR TOTAL			R\$ 16.968,50	

Validade da Proposta: 60 dias.

Palhoça, 27 de abril de 2017.

Fábio Coelho
Presidente

ANEXO II

(MODELO) DECLARAÇÃO

Fora do envelope
Ref.: Pregão nº _____

.....
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Palhoça/SC, de de 2017.

Representante legal da empresa
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

ANEXO III

(MODELO)
CREDENCIAMENTO
Fora do envelope

Através da presente, credenciamos o (a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº CPF sob o nº,
a participar da licitação instaurada pela Câmara Municipal de Palhoça/SC na modalidade PREGÃO Nº, supra-referenciada, na qualidade de Representante legal da Empresa, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa bem como formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Palhoça/SC, de de 2017.

Representante legal da empresa

ANEXO IV

(MODELO)
DECLARAÇÃO
Fora do envelope

.....
(nome da empresa)

CNPJ ou CIC Nº, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Palhoça/SC, de de 2017.

Representante legal da empresa

ANEXO V

(MODELO)
DECLARAÇÃO
Fora do envelope

.....
(nome da empresa)

CNPJ ou CIC Nº , declara, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por PREGÃO Nº

Palhoça/SC, de de 2017.

Representante legal da empresa

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Fora do envelope

Para fins de participação na licitação na modalidade PREGÃO nº a (o) (NOME COMPLETO DO PROPONENTE)
....., CNPJ , sediada na Rua
....., nº , declara, sob as penas da Lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar nº123, de 14.12.2006.

Palhoça/SC, de de 2017.

Nome e identificação do declarante

Obs: a presente declaração deverá ser assinada por representante legal do PROPONENTE

ANEXO VII

SOMENTE PELA EMPRESA VENCEDORA QUANDO DA ENTREGA DO MATERIAL

(MODELO)

DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE O ART.26 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 306
À Câmara Municipal de Palhoça/SC

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº , DECLARA a Câmara Municipal de Palhoça/SC, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nos termos da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1997.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I – preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato de Secretaria da Receita Federal;

II – o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas a falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1.º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Palhoça/SC, de de 2017.

.....
Assinatura do Responsável

ANEXO VIII- Folha 01

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC – ESTADO DE SANTA CATARINA
LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº ____/2017

PROPOSTA

1. Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei nº 10.520/02, a Lei nº 8.666/93, com as alterações da Lei nº 8.883/94, e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

2. Propomos à Câmara Municipal de Palhoça/SC, o fornecimento do objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Pregão e asseverando que:

a) observaremos, integralmente, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, existentes e aplicáveis quanto ao fornecimento do material objeto desta licitação; e,

b) em caso de divergência do preço apresentado em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.

3. Cotamos para o fornecimento do objeto desta licitação, os valores constantes na folha 2 do presente Anexo.

4. O prazo de entrega do objeto da licitação será de acordo com a necessidade da Contratante, contados da data do recebimento da Nota de Empenho.

5. O prazo de validade desta proposta é de 30 (trinta) dias úteis.

Palhoça/SC, ____ de _____ de 2017.

(assinatura do representante legal da licitante)

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

C N P J Nº:

INSC. ESTADUAL Nº:

INSC. MUNICIPAL Nº:

BANCO (nome e nº):

AGÊNCIA (nome e nº):

CONTA CORRENTE:

ANEXO VIII- Folha 02

CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC – ESTADO DE SANTA CATARINA
LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº ____/2017

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
01	300	Caixa	Caixa de clips niquelado nº 2/0. Caixa com 100 unidades. Na cor prata, arame de aço com baixo teor de carbono.			
02	150	Caixa	Caixa de clips niquelado nº 6/0. Caixa com 100 unidades. Na cor prata, arame de aço com baixo teor de carbono.			
03	15	Caixa	Etiquetas para impressora jato de tinta. Formato 99,1 x 93,1mm, etiqueta por folha. Pacote com 25 folhas com 06 etiquetas cada.			
04	15	Caixa	Etiquetas para impressora jato de tinta. Formato 33,9 x 99 mm etiqueta por folha. Pacote com 25 folhas com 16 etiquetas cada.			
05	05	Embalagem	Capas PP para encadernação tamanho A4 (21x297mm), cor cristal transparente, embalagem com 100 unidades.			
06	15	Unidade	Livro ata, capa dura, com 100 folhas.			
07	10	Unidade	Livro protocolo, capa dura, com 50 folhas			
08	15	Unidade	Índice telefônico. Formato: 105x150 mm. Agenda com índice para cadastro de telefones pessoais e comerciais. Deverá conter folha inicial para identificação pessoal ou de empresa.			
09	10	Caixa	Caneta esferográfica azul, corpo plástico cristal transparente, sextavado com orifício na lateral, nome do fabricante impresso no corpo da caneta, tampa antiasfixiante na cor da tinta, ponta de latão, esfera de tungstênio, tinta à base de corantes orgânicos e solventes, carga completa, com capacidade para escrita contínua, sem borrões e falhas até o final da carga, escrita média, aprovada pelo INMETRO. Caixa com 50 unidades.			
10	04	Caixa	Caneta esferográfica preta, corpo plástico cristal transparente, sextavado com orifício na lateral, nome do fabricante impresso no corpo da caneta, tampa antiasfixiante na cor da tinta, ponta de latão, esfera de tungstênio, tinta à base de corantes orgânicos e solventes, carga completa, com capacidade para escrita contínua, sem borrões e falhas até o final da carga, escrita média, aprovada pelo INMETRO. Caixa com 50 unidades.			
11	60	Unidade	Cola bastão. Produto de boa qualidade que seja possível colar sem fazer sujeiras, prática e eficiente. Possuir alto poder colante para colar papel, cartolina e outros. Produto Atóxico com conteúdo em gramas, mínimo 8g máximo 10g.			
12	50	Unidade	Arquivo AZ Lombo estreito, tipo ofício, papelão prensado, na cor preta, medindo 350 mm de comprimento x 280 mm de largura, com lombada de 50 mm de largura, com bolsa plástica transparente para identificação com etiqueta inclusa, com ferragem tipo alavanca e compressor em metal cromado, não oxidável, com orifício redondo na lombada, com ponteiras metálicas na parte inferior da pasta.			
13	50	Unidade	Arquivo AZ Lombo largo, tipo ofício, papelão prensado, na cor preta, medindo 350 mm de comprimento x 280 mm de largura, com lombada de 80 mm de largura, com bolsa plástica transparente para identificação com etiqueta inclusa, com ferragem tipo alavanca e compressor em metal cromado, não oxidável, com orifício redondo na lombada, com ponteiras metálicas na parte inferior da pasta.			
14	20	Unidade	Corretivo líquido à base de água e pigmentos brancos. Conteúdo: 18 ml (e que não seja no formato caneta).			
15	40	Unidade	Corretivo líquido caneta com 7ml.			
16	50	Unidade	Fita adesiva de polipropileno transparente 48 mm x 45m (fita de empacotamento uso geral).			
17	300	Unidade	Envelopes plásticos; Formato Ofício, para pasta catálogo.			
18	10	Unidade	Pasta catálogo com envelopes plásticos; Formato Ofício, preta com 100 envelopes.			
19	100	Unidade	Pasta plástica polipropileno transparente cristal c/ elástico, na espessura de 20 mm. Material leve, atóxico, resistente e reciclável. As pastas devem estar devidamente dobradas e embaladas.			
20	50	Unidade	Pasta plástica polipropileno transparente cristal c/ elástico, na espessura de 50 mm. Material leve, atóxico, resistente e reciclável. As pastas devem estar devidamente dobradas e embaladas.			
21	100	Unidade	Recados auto-adesivos reciclado (post-it) 76 X 76 mm, em bloco com 100 fls, adesivo removível e reposicionável, em papel 100% reciclado.			
22	30	Unidade	Régua comum 30 cm, transparente material plástico rígido na cor cristal, graduação milimetrada.			

23	100	Unidade	Caixa Arquivo Morto Polionda Oficio, na cor vermelha – tamanho 350 x 250 x 130 mm.			
24	50	Unidade	Caixa Arquivo Morto Polionda Oficio, na cor Azul – tamanho 350 x 250 x 130 mm.			
25	100	Unidade	Caixa Arquivo Morto Polionda Oficio, na cor Amarela – tamanho 350 x 250 x 130 mm.			
26	30	Unidade	Marca texto fluorescente (caneta hidrográfica fluorescente) em cores variadas (amarela) traço largo ponta 4 mm.			
27	20	Unidade	Fita Adesiva Crepe 25 mm x 50 mm(uso geral).			
28	15	Unidade	Fita dupla face 24 mm x 1,5m em rolo, composição papel silico-nizado em xadrez verde e branco , espuma de polietileno branca e adesivo acrílico. Cada 15 cm suporta 1kg ideal para fixação de espelhos, quadros, objetos de decoração, canaletas.			
29	30	Unidade	Grampeador de mesa médio; capacidade para grampear até 25fls de gramatura 75g/m², grampos 26/6; corpo plástico estrutura em metal; na cor preta, base mínima de 17 cm.			
30	30	Unidade	Pilha Alcalina 12V p/ controle remoto/controle de portão.			
31	150	Par	Pilha Alcalina Plus AA com 2 unidades – 1,5V – ISSO 9001 e 14001 validade mínima de 4 anos.			
32	150	Par	Pilha Alcalina Plus AAA com 2 unidades. ISSO 9001 e 14001 validade mínima de 4 anos.			
33	10	Caixa	Grampo para grampeador de metal 23/13 – niquelado, fio reforçado e afiado, cx. com 1000 grampos.			
34	20	Caixa	Grampo para grampeador de metal 26/6 – niquelado, fio reforçado e afiado, cx. com 5000 grampos.			
35	10	Caixa	Grampo trilho(romeu e julieta) em plástico, alta resistência, cor branco leitoso, fechamento com pressão, comporta o arquivamento de até 200 folhas de 75g/m². Caixa ou pacote c/ 50 unidades.			
36	10	Unidade	Marcador para quadro branco na cor preta, material plástico, ponta arredondada, à base de álcool, não recarregável, tamanho padrão.			
37	20	Unidade	Pen Drive (memoria USB flash Drive) com capacidade 8 GB.			
38	7	Unidade	Perfurador de papel 2 furos, manual – grande; com guia plástica, com capacidade para perfurar até 70 fls, com gramatura 75g/m², todo em metal preto.			
39	10	Unidade	Perfurador de papel 2 furos, manual – pequeno; com guia plástica, com capacidade para perfurar até 35 fls, com gramatura 75g/m², todo em metal preto.			
40	30	Unidade	Apontador pra lápis em plástico com coletor.			
41	02	Caixa	Borracha branca escolar com capa de plástico.			
42	02	Caixa	Cola branca escolar m, não tóxica, 90gramas. Caixas com 12 unidades.			
43	05	Caixa	Envelope Oficio Branco A4 114m x229mm, liso. Caixa com 1000 unidades.			
44	30	Unidade	Prancheta A4 em poliestireno com prendedor plástico. Dimensão 30,48 x 22,86cm.			
45	40	Unidade	Extrator de Grampos tipo espátula. Fabricado em INOX. Utilizado para sacar grampos de grampeadores. Dimensões: comprimento aproximado 15cm - Largura aproximada 2cm			
46	20	Unidade	Estilete médio lâmina larga			
47	10	Caixa	Papel Vegê branco A4 180 g/m². Caixa com 50 folhas. Papel especial para convites , cartões, currículos, certificados .			
48	03	Caixa	Lápis preto nº 02 HB2. Caixa com 50 unidades			
49	10	Embalagem	Espiral plástico para encadernação de 29mm. Embalagem plástica com 36 peças.			
50	20	Unidade	Tesoura em aço inox, com aproximadamente 15 cm, com 07 polegadas, com cabo PVC, para papel.			
51	10	Caixa	Alfinete para mapa, fabricado em poliestireno superduro, com ponta extra fina. Caixa com 50 unidades			
52	10	Unidade	Tinta para carimbos. Composição: Água, glicerina, corantes, glicóis e aditivos .Conteúdo: 40 ml			
53	100	Unidade	Pasta plástica polipropileno transparente cristal sem elástico com furo para folha A4			
54	20	Unidade	Porta Caneta e lápis conjunto duplo acrílico.			
55	6	Unidade	Folha de Cortiça Adesivada / 60x90 / Espessura 5Mmm para Mural			

56	25	Unidade	Agenda 2017 capa dura – na cor preta. Abertura para cada mês, uma pagina por dia exceto sábados e domingos.			
		VALOR TOTAL		R\$		

Validade da proposta: 60 dias.

Palhoça, ____ de _____ de 2017.

Responsável

ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO

Pelo presente Contrato, de um lado a Câmara Municipal de Palhoça, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Joci José Martins, 101, Parque Residencial Pagani, passa Vinte, Palhoça/SC, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 75.813.675/0001-59, Inscrição Estadual Isenta, neste ato representada pôr seu presidente Vereador Fábio Coelho, doravante denominada CONTRATANTE, e, do outro lado, a Empresa XXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXX, situada à XXXXXX, em Palhoça/SC, neste ato representada pelo Proprietário/diretor, Sr. xxxx, portador do CPF: xxxx, doravante denominada CONTRATADA, têm justo e contratado o seguinte, a que mutuamente se obrigam:

1- DO OBJETO

1.1 – Este Contrato tem por objeto a aquisição de material de expediente para a Câmara Municipal de Palhoça/SC, conforme licitação realizada na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº _____, parte integrante deste contrato, para uso em veículos oficiais deste órgão.

2 – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – Dá-se a este Contrato o valor de R\$xxxxx (xxxxxxxxxx), referentes aos produtos especificados no Anexo I, a serem utilizados conforme a necessidade da Câmara, durante o prazo de 01 (um) ano.

2.2 – O pagamento será efetuado após a entrega do material, mediante o aceite do Contratante, de acordo com as quantidades especificadas no termo de referência parte integrante do edital, mediante apresentação de nota fiscal e prévia liquidação da despesa pelo setor competente.

3 – DA VIGÊNCIA

3.1 – O prazo de vigência deste contrato inicia-se a partir da data de sua assinatura até o dia ____ de _____ de 2017.

4 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 – Fornecer prontamente os produtos/materiais mencionados, de acordo com a Autorização de Fornecimento emitida pela Contratante, e nota fiscal do mesmo, pôr ocasião do pagamento mensalmente.

5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 – Efetuar o pagamento à Contratada, dentro do prazo estabelecido no subitem 2.2 deste Contrato.

6 – DA RESCISÃO

6.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido pôr conveniência ou interesse das partes, devendo emitir notificação prévia de 30 (trinta) dias.

6.2 – A Câmara Municipal reserva-se o direito de rescindir Administrativamente este Contrato, sem que caiba à CONTRATADA, o direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza, independentemente de aviso ou interpelação judicial nos casos previstos em Lei.

7 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas decorrentes da aquisição de material de expediente, objeto deste Contrato, correrão pôr conta de recursos constantes no orçamento da Câmara Municipal de Palhoça/SC:

Elemento de despesa:

3.3.90.30.16.00 – Material de Expediente.

8 – DO FORO

8.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça, para dirimir as dúvidas não resolvidas entre as partes, no caso de se esgotarem os entendimentos na esfera administrativa, renunciando desde já, a qualquer outro.

8.2 - E, pôr se acharem justas e Contratadas, as partes assinam e rubricam todas as folhas das 02 (duas) vias do presente Contrato, de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo.

Palhoça/SC, ____ de _____ de 2017.

Câmara Municipal de Palhoça/SC
Contratante

Posto xxxxxxxx
Contratada

Testemunhas:

1º _____
Nome:
CPF:

2º _____
Nome:
CPF:

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 034/2017

DECRETO Nº 034 DE 24 DE ABRIL DE 2017

HOMOLOGA A PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS (APÓS OS RECURSOS) DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com supervisão da Comissão Nomeada pelo Decreto nº 023 de 15 de Março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a pontuação da prova de títulos (Após os recursos) relativas as inscrições abaixo relacionadas, referentes ao Processo Seletivo Edital n.º 001/2017.

Professor com Licenciatura Plena em Pedagogia Educação Infantil (Habilitado)					
Insc.	Candidato	Licenciatura Plena	Pós-Graduação	Curso de aperfeiçoamento	Total
229	Alice Valente Da Silva	0,50	1,00	0,00	1,50
63	Ana Paola Sevald	0,50	0,00	0,50	1,00
104	Cilene Zeferino	0,50	0,00	0,00	0,50
150	Claudete Maria Schein	0,50	1,00	0,00	1,50
58	Cledir Salete Pissaia	0,50	1,00	0,00	1,50
57	Diane Lorencetti	0,50	1,00	0,50	2,00
92	Elaine Antonietti Da Paixão	0,50	1,00	0,50	2,00
68	Evandra Tamara Dos Santos	0,50	0,00	0,50	1,00
65	Fernanda De Oliveira	0,50	1,00	0,00	1,50
90	Giceli Triches	0,50	1,00	0,00	1,50
129	Glecia Mara Tomazeli	0,50	1,00	0,00	1,50
114	Ilga Terezinha Adler	0,50	1,00	0,50	2,00
55	Irisan Jose De Moura	0,50	0,00	0,00	0,50
212	Iva Terezinha De Primo Pauletti	0,50	0,00	0,00	0,50
26	Jaqueline Delevatti	0,50	1,00	0,00	1,50
94	Juliana Miorando	0,50	0,00	0,50	1,00
136	Laides De Lara	0,50	1,00	0,00	1,50
73	Leidiane Andressa Baginski	0,50	1,00	0,50	2,00
156	Lucelene Inês Schmidt Dorneles	0,50	0,00	0,00	0,50
253	Lucélia De Souza	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Lucia Maria Strapasson Tartaro	0,50	1,00	0,00	1,50
180	Maria Janice P Holz	0,50	1,00	0,50	2,00
123	Maria Lucia Melo Dos Santos	0,50	1,00	0,00	1,50
178	Marieli Lawisch	0,50	0,00	0,00	0,50
158	Marizete Venson Sandri	0,50	1,00	0,00	1,50
66	Micheli Daponte	0,50	0,00	0,00	0,50
149	Mirlaine Capellari	0,50	0,00	0,50	1,00
71	Nadiesca Da Silva Lacerda	0,50	1,00	0,50	2,00
197	Noema Galvao De Lima De Oliveira	0,50	1,00	0,00	1,50
85	Rafaela Carla Todescatto	0,50	1,00	0,00	1,50
117	Rosana Pauletti	0,50	0,00	0,00	0,50
143	Rosane De Souza Pereira Dalavale	0,50	0,00	0,50	1,00

108	Rosângela Paetzold	0,50	0,00	0,50	1,00
161	Rosilde Melania Perin Frigo	0,50	0,00	0,50	1,00
25	Talita Da Silva Pauletti	0,50	0,00	0,00	0,50

Professor com Licenciatura Plena em Pedagogia | Ensino Fundamental - Séries Iniciais (Habilitado)

Insc.	Candidato	Licenciatura Plena	Pós-Graduação	Curso de aperfeiçoamento	Total
89	Angela Rovani Ribeiro Cirino	0,50	0,00	0,50	1,00
186	Carmen Lucia Da Silva	0,50	0,00	0,00	0,50
88	Claudia Dos Santos	0,50	0,00	0,00	0,50
184	Danita Lucia Comunello Krein	0,50	1,00	0,50	2,00
175	Debora Kuhn Da Silva	0,50	0,00	0,50	1,00
206	Elair Maria Coconcelli Magalhães	0,50	1,00	0,50	2,00
224	Elizandra De Fatima Ribeiro	0,50	0,00	0,00	0,50
225	Gessica Thais Mignoni	0,50	1,00	0,00	1,50
72	Jesiel Antunes Fagundes	0,50	0,00	0,00	0,50
103	Juliana Rodrigues Do Prado Wille	0,50	0,00	0,00	0,50
159	Monica Cristina Figueiró Zanatta	0,50	1,00	0,00	1,50
183	Simone Regina Zanatta	0,50	0,00	0,00	0,50

Professor de Educação Física (Habilitado)

Insc.	Candidato	Licenciatura Plena	Pós-Graduação	Curso de aperfeiçoamento	Total
182	Alexandra Paula Simon Klein De Mattos	1,00	0,50	0,00	1,50
193	Alexsandro Cezar Pedroso	0,50	0,00	0,00	0,50
61	Camila Da Silva	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Claudia Donde	0,50	0,00	0,00	0,50
84	Edilaine Carniel	0,50	0,00	0,00	0,50
43	Flavio Xavier	0,00	0,00	0,00	0,00
210	Giovana Leticia Goetz	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Gustavo Andrioli	0,50	0,00	0,00	0,50
157	Vanusa Pauletti	0,50	0,00	0,00	0,50

Professor de Inglês (Habilitado)

Insc.	Candidato	Licenciatura Plena	Pós-Graduação	Curso de aperfeiçoamento	Total
109	Simone Fávero	0,50	1,00	0,00	1,50
211	Wilian Limana	0,00	0,00	0,00	0,00

Art. 2º - Entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Poder Executivo do Município de Palma Sola/SC, em 24 de Abril de 2017.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

LEI 1962/2017

LEI 1962/2017 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TURISMO - COMTUR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR, que será nomeado por Decreto do Executivo e gerido pela Fundação Cultural do Município de Palma Sola, e se constitui em Órgão local na conjugação de esforços entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter deliberativo e consultivo para o assessoramento da municipalidade em questões referentes ao desenvolvimento turístico do Município de Palma Sola.

§ 1º - O Presidente será eleito na primeira reunião dos anos pares exceção feita quando da constituição inicial do Conselho, que poderá prorrogar o primeiro mandato por mais 06 meses.

§ 2º - O Presidente designará o 1º Secretário e 2º Secretário dentre os membros do Conselho.

§ 3º - As Entidades da iniciativa privada acolhidas nesta Lei indicarão os seus representantes, titular e suplente, que tomarão assento no Conselho com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por suas Entidades.

§ 4º - As pessoas de reconhecido saber e aquelas que de forma patente possam contribuir com os interesses turísticos do Município poderão ser indicadas pelo COMTUR para mandato de dois anos, com a aprovação de dois terços dos seus Membros podendo ser reconduzidas pelo COMTUR.

§ 5º - Os representantes do poder público municipal, titulares e suplentes, que não poderão ser em número superior a um terço do COMTUR, serão indicados pelo Prefeito e terão mandato até o último dia dos anos pares, podendo ser reconduzidos pelo Prefeito.

§ 6º - Para os casos dos parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º deste artigo, após o vencimento dos seus respectivos mandatos, os membros permanecerão nomeados enquanto não houver nova nomeação.

§ 7º - Em se tratando de representantes titulares de cargos estaduais ou federais, estes indicarão seus respectivos suplentes.

Art. 2º - O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO será composto por 03 (Três) representantes municipais indicados pelo Prefeito, 05 (cinco) representantes da comunidade e 01 (um) representante indicado pela Câmara de Vereadores.

Parágrafo Único: Os representantes da comunidade serão compostos por 01 representante dos bares e restaurantes do Município, 01 representante da ACEPA, 01 representante radialista e 01 representante jornalista.

Art. 3º - Compete ao COMTUR:

a) Avaliar, opinar e propor sobre:

1) A Política Municipal de Turismo;

2) As Diretrizes Básicas observadas na citada Política;

3) Planos anuais ou tri anuais visando o desenvolvimento e a expansão do Turismo no Município;

4) Os instrumentos de estímulo ao desenvolvimento turístico;

5) Os assuntos atinentes ao turismo que lhe forem submetidos.

b) Inventariar, Diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico do Município e orientar a melhor divulgação do que estiver adequadamente disponível;

c) Programar e executar debates sobre temas de interesse turístico para a Cidade e Região, ouvindo observações das pessoas envolvidas mesmo que estranhas ao Conselho, bem como de pessoas experientes convidadas;

d) Manter intercâmbio com Entidades de Turismo do Município ou fora dele, oficial ou não, para maior aproveitamento do potencial local;

e) - Propor resoluções, instruções regulamentares ou atos necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo em seus diversos segmentos;

f) - Propor programas e projetos nos segmentos do Turismo visando incrementar o fluxo de turistas e de eventos para a Cidade;

g) - Propor diretrizes de implementação do Turismo através de órgãos municipais e dos serviços prestados pela iniciativa privada com o objetivo de prover a infraestrutura local adequada à implementação do Turismo em todos os seus segmentos;

h) - Sugerir e divulgar as atividades ligadas ao Turismo no Município participando de Feiras, Exposições e Eventos, bem como apoiar a Prefeitura na realização de Feiras, Congressos, Seminários, Eventos e outros.

i) - Propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento do Turismo no Município, emitindo parecer relativo a financiamento de iniciativas, planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento da Indústria Turística em geral;

j) - Colaborar de todas as formas com a Prefeitura e suas Secretarias nos assuntos pertinentes sempre que solicitado;

k) - Formar Grupos de Trabalho para desenvolver os estudos necessários em assuntos específicos, com prazo para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório ao Conselho;

l) - Sugerir medidas ou atos regulamentares referentes à exploração de Serviços Turísticos no Município;

m) - Sugerir a celebração de convênios com Entidades, Municípios, Estados ou União, e opinar sobre os mesmos quando for solicitado;

n) - Indicar, quando solicitado, representantes para integrarem delegações do Município a congressos, convenções, reuniões ou novos acontecimentos que ofereçam interesse à Política Municipal de Turismo;

o) - Elaborar e aprovar o Calendário Turístico do Município;

p) - Monitorar o crescimento do Turismo no Município, propondo medidas que atendam à sua capacidade turística;

q) - Analisar reclamações e sugestões encaminhadas por turistas e propor medidas pertinentes à melhoria da prestação dos serviços turísticos locais;

r) - Conceder homenagem às pessoas e instituições com relevantes serviços prestados na área de turismo;

s) - Eleger, entre seus pares, o Presidente em escrutínio secreto na primeira reunião de ano ímpar; e,

t) - Organizar e manter o seu Regimento Interno.

Art. 4º - Compete ao Presidente do COMTUR:

a. Representar o COMTUR em suas relações com terceiros;

b. Dar posse aos membros do COMTUR;

c. Definir a pauta, abrir, orientar e encerrar as reuniões;

d. Acatar a decisão da maioria sobre a frequência das reuniões, cujo espaço não poderá ser superior a 60 dias;

e. Indicar o Secretário Executivo e, quando necessário, o Secretário Adjunto;

f. Cumprir as determinações soberanas do plenário, oficiando os destinatários e prestando contas da sua Agenda na reunião seguinte;

g. Cumprir e fazer cumprir esta Lei, bem como o Regimento Interno a ser aprovado por dois terços dos seus Membros; e,

h. Proferir o seu voto apenas para desempate.

Art. 5º - Compete ao Secretário Executivo:

a) - Auxiliar o Presidente na definição das pautas;

b) - Elaborar e distribuir a Ata das reuniões;

c) - Organizar o arquivo e o controle dos assuntos pendentes, gerindo a Secretaria e o Expediente;

d) - Controlar o vencimento dos mandatos dos membros do COMTUR;

e) - Prover todas as necessidades burocráticas; e,

f) - Substituir o Presidente nas suas ausências.

Art. 6º - Compete aos Membros do COMTUR:

- a) - Comparecer às reuniões quando convocados;
- b) - Em escrutínio secreto eleger o Presidente do Conselho Municipal de Turismo;
- c) - Levantar ou relatar assuntos de interesse Turístico;
- d) - Opinar sobre assuntos referentes ao desenvolvimento Turístico do Município ou da Região;
- e) - Não permitir que sejam levantados problemas políticos partidários;
- f) - Constituir os Grupos de Trabalho para tarefas específicas, podendo contar com assessoramento técnico especializado se necessário;
- g) - Cumprir esta Lei, cumprir o Regimento Interno e as decisões soberanas do COMTUR;
- h) Convocar, mediante assinatura de vinte por cento dos seus membros, assembleia extraordinária para exame ou destituição de membro, inclusive o presidente, quando o Estatuto ou o Regimento Interno forem afetados; e,
- i) Votar nas decisões do COMTUR.

Art. 7º - O COMTUR reunir-se-á em sessão ordinária uma vez a cada dois meses perante a maioria de seus membros, ou com qualquer quórum trinta minutos após a hora marcada, podendo realizar reuniões extraordinárias ou especiais em qualquer data e em qualquer local.

§ 1º - As decisões do COMTUR serão tomadas por maioria simples de votos, exceto quando se tratar de alteração do Regimento Interno, caso em que serão necessários os votos da maioria absoluta de seus membros ou, ainda, nos casos previstos nos Parágrafos 4º e 5º do Artigo 1º e do Artigo 12º.

§ 2º - O Suplente representará o respectivo Titular na sua ausência podendo ser convocado pelo Presidente do COMTUR para participar de todas as reuniões a fim de inteirar-se dos assuntos pertinentes.

Art. 8º - Perderá a representação da Entidade o Membro que faltar a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o ano.

Art. 9º Por falta de decoro ou por outra atitude condenável, o COMTUR poderá expulsar o membro infrator, em escrutínio secreto e por maioria absoluta, sem prejuízo da sua Entidade ou categoria que, assim, deverá iniciar a indicação de novo nome para a substituição do tempo remanescente do anterior.

Art. 10º As sessões do COMTUR serão devidamente divulgadas com a necessária antecedência, inclusive na imprensa local, e abertas ao público.

Art. 11º O COMTUR poderá ter convidados especiais, sem direito a voto, com a frequência que for desejável, sejam personalidades ou entidades, desde que devidamente aprovado por maioria absoluta dos seus Membros.

Art. 12º O COMTUR poderá prestar homenagens à personalidades ou entidades, desde que a proposta seja aprovada, em escrutínio secreto, por dois terços de seus Membros ativos.

Art. 13º A Prefeitura Municipal cederá local para a realização das reuniões do COMTUR, bem como cederá um ou mais funcionários e material necessário que garantam seu bom desempenho.

Art. 14º As funções dos Membros do COMTUR não serão remuneradas.

Art. 15º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência, "ad referendum" do Conselho.

Art. 16º No prazo de 90 (noventa) dia da publicação desta lei o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR – deverá elaborar seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado por Decreto do Executivo.

Art. 17º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
27 de abril de 2017.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

LEI 1963/2017

LEI 1963/2017 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterada a carga horária do cargo de fisioterapeuta, integrante do quadro de cargo e salários do Município de Palma Sola, para 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º - Fica atribuído ao cargo a remuneração de R\$ 2.018,91 (dois mil e dezoito reais e noventa e um centavos).

Art. 3º - A alteração da carga horária e dos vencimentos do cargo especificado por esta Lei fará parte integrante da Lei Complementar n. 023/2014 e suas posteriores alterações.

Art. 4º - Esta lei não prejudica direitos regularmente adquiridos e consolidados.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
27 de abril de 2017.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

LEI 1964/2017

LEI 1964/2017 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE O INCENTIVO A GERAÇÃO DE EMPREGOS, ATRAVÉS DE AQUISIÇÃO E CONCESSÃO DE BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a adquirir 12 (doze) máquinas de costuras profissional e ceder o maquinário têxtil visando o fomento da indústria e a geração de empregos no município.

Art. 2º - Os bens móveis adquiridos incorporar-se-ão ao patrimônio público e permanecerão desafetados, integrando a categoria de bens de uso dominical, vedada a doação pelo decurso do prazo ou por sua depreciação.

Art. 3º - A concessão de uso dos bens será gratuita ou onerosa, por prazo determinado, e ocorrerá mediante prévio procedimento licitatório, em observância aos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, e dos artigos 1º e 2º da Lei nº. 8.666 de 1993.

Art. 4º - Fica determinado como requisito objetivo para a concessão dos bens móveis descritos por esta Lei o quantitativo mínimo de 20 (vinte) empregados formais, devidamente registrados, enquanto perdurar o contrato administrativo, de modo a garantir o interesse público.

Parágrafo Único: O descumprimento do disposto no caput, a qualquer tempo, incidirá a rescisão unilateral do contrato administrativo com a reversão dos bens cedidos.

Art. 5º - Para fins de implementação de políticas públicas de inserção dos munícipes de Palma Sola no mercado formal de trabalho, o Poder Executivo poderá subsidiar à empresa adjudicada até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) para garantir a aquisição dos bens móveis descritos pelo art. 1º desta Lei.

Art. 6º - Para as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a transferir e/ou suplementar dotações orçamentárias, bem como a abrir crédito especial.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,

27 de abril de 2017.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento

Palmitos

PREFEITURA

Lei nº 3.946/2017

LEI Nº. 3.946/2017. De 27 de abril de 2017.	AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Dair Jocely Enge, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
--	--

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2016, no valor de até R\$ 1.311.894,11 (hum milhão, trezentos e onze mil oitocentos e noventa e quatro reais e onze centavos), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV: 2010 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0015 (xx) R\$ 50.000,00
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Fundeb 40%
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0015 (xx) R\$ 65.549,53
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Fundeb 40%
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0003 (xx) R\$ 26.938,28
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Salário Educação
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0062 (xx) R\$ 10.260,19
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Transf. Convênios União
TOTAL GERAL R\$ 152.748,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV: 2011 – Manutenção do Transporte Escolar Ens. Fundamental
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0009 (xx) R\$ 13.588,89
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Transp. Escolar Estadual
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0005 (xx) R\$ 3.335,16
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos PNATE
TOTAL GERAL R\$ 16.924,05

LEI Nº. 3.946/2017.
De 27 de abril de 2017.

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 04.03 – DEPARTAMENTO DE MERENDA ESCOLAR
PROJ/ATIV: 2019 – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0004 (xx) R\$ 451,05
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Merenda Escolar
TOTAL GERAL R\$ 451,05

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
PROJ/ATIV: 1009 – Sistema de abastecimento de Água
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0079 (xx) R\$ 4.916,88
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Transf. de Convênios Estado - Água
TOTAL GERAL R\$ 4.916,88

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 08.01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
PROJ/ATIV: 2025 – Manutenção das atividades do FUNREBOM
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0010 (xx) R\$ 89.519,47
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos FUNREBOM
TOTAL GERAL R\$ 89.519,47

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 08.01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
PROJ/ATIV: 2026 – Manutenção de Convênios de Trânsito
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0028 (xx) R\$ 24.967,16
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Convenio Transito – Civil
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0029 (xx) R\$ 36.559,22
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Convenio Transito – Militar
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0008 (xx) R\$ 204,53
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Convenio Transito – Prefeitura
TOTAL GERAL R\$ 61.730,91

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 08.01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
PROJ/ATIV: 2027 – Manutenção das atividades Depto. De Obras e Serviços Urbanos
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.00103 (xx) R\$ 11.162,57
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Transf. Convenios Estado CASAN
TOTAL GERAL R\$ 11.162,57

LEI Nº. 3.946/2017.
De 27 de abril de 2017.

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 08.01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
PROJ/ATIV: 2029 – Manutenção e Melhoria Iluminação publica
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0011 (xx) R\$ 235.304,98
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos COSIP
TOTAL GERAL R\$ 235.304,98

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 08.02 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E SERVIÇOS VIARIO
PROJ/ATIV: 2030 – Manutenção do departamento de Transportes
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0044 (xx) R\$ 1.185,74

FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Fundo Especial do Petróleo
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0014 (xx) R\$ 965,48
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos CIDE
TOTAL GERAL R\$ 2.151,22

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
UNIDADE: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE DO PREFEITO
PROJ/ATIV: 1003 – Aquisição de veículo para Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 (xx) R\$ 100.000,00
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Ordinários
TOTAL GERAL R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV: 1005 – Construção e ampliação de Unidades educacionais do Ensino Fundamental
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0070 (xx) R\$ 12.097,19
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Transf. De Convenio União/Educação
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0196 (xx) R\$ 4.186,24
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Alienação de bens vinculados a educação
TOTAL GERAL R\$ 16.283,43

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 04.02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTES
PROJ/ATIV: 1008 – Obras de Iluminação de estádios municipais
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.00102 (xx) R\$ 347.658,19
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Transf. De Convenio Inst. privada
TOTAL GERAL R\$ 347.658,19

LEI Nº. 3.946/2017.
De 27 de abril de 2017.

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 08.01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
PROJ/ATIV: 1017 – Obras de saneamento básico
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0012 (xx) R\$ 135.851,13
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Convenio – Governo federal
TOTAL GERAL R\$ 135.851,13

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE: 08.01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
PROJ/ATIV: 1013 – Obras de pavimentação e construção de passeios em vias públicas
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0012 (xx) R\$ 97.293,49
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Convenio – Governo federal
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0013 (xx) R\$ 30.215,25
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Convenio – Governo estadual/FUNDAM
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0013 (xx) R\$ 9.683,49
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Convenio – Governo estadual
TOTAL GERAL R\$ 137.192,23

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de até R\$ 1.311.894,11 (hum milhão, trezentos e onze mil oitocentos e noventa e quatro reais e onze centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 do Município de Palmitos, conforme valores

e fontes de recursos abaixo:

R\$ 115.549,53 (cento e quinze mil quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta e três centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 0015 – Recursos Vinculados ao Fundeb 40%.

R\$ 26.938,28 (vinte e seis mil novecentos e trinta e oito reais e vinte e oito centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 0003 – Recursos Vinculados ao Salário Educação.

R\$ 10.260,19 (dez mil duzentos e sessenta reais e dezenove centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 00629 – Recursos transferência convênios união.

R\$ 13.588,89 (treze mil quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 0009 – Recursos Vinculados a Transporte escolar estadual.

R\$ 3.335,16 (três mil trezentos e trinta e cinco reais e dezesseis centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 0005 – Recursos PNATE.

R\$ 451,05 (quatrocentos e cinquenta e um reais e cinco centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 0004 – Recursos Merenda escolar.
LEI Nº. 3.946/2017.
De 27 de abril de 2017.

R\$ 4.916,88 (quatro mil novecentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 0079 – Recursos Transf. Convênio estado - Água.

R\$ 89.519,47 (oitenta e nove mil quinhentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 0010 – Recursos FUNREBOM.

R\$ 24.967,16 (vinte e quatro mil novecentos e sessenta e sete reais e dezesseis centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 0028 – Recursos Convenio Transito – Civil.

R\$ 36.559,22 (trinta e seis mil quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e dois centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 0029 – Recursos Convenio Transito – Militar.

R\$ 204,53 (duzentos e quatro reais e cinquenta e três centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 0008 – Recursos Convenio Transito – Prefeitura.

R\$ 11.162,57 (onze mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 00103 – Recursos Convenio Estado CASAN.

R\$ 235.304,98 (duzentos e trinta e cinco mil trezentos e quatro reais e noventa e oito centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 0011 – Recursos COSIP.

R\$ 1.185,74 (hum mil cento e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 0044 – Recursos Fundo Especial do Petróleo.

R\$ 965,48 (novecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 0014 – Recursos CIDE.

R\$ 100.000,00 (cem mil reais) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 0000 – Recursos Ordinários.

R\$ 12.097,19 (doze mil noventa e sete reais e dezenove centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 0070 – Recursos Transferências de Convênios União/Educação.

LEI Nº. 3.946/2017.
De 27 de abril de 2017.

R\$ 4.186,24 (quatro mil cento e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 00196 – Recursos Alienação de bens vinculados a educação.

R\$ 347.658,19 (trezentos e quarenta e sete mil seiscentos e cinquenta e oito reais e dezenove centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 00102 – Recursos Convenio Instituição Privada.

R\$ 233.144,62 (duzentos e trinta e três mil cento e quarenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 0012– Recursos Convenio Governo federal.

R\$ 39.898,74 (trinta e nove mil oitocentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos) provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2016 na fonte de recursos 0013– Recursos Convenio Governo estadual.

Todos demonstrados no Balanço Patrimonial de 2016, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 27 de abril de 2017.
DAIR JOCELY ENGE
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Oberdan Francisco Ferrari
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

PROCESSO 39/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 39/2017. Modalidade: Pregão Presencial 29/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DO ÔNIBUS VW/MARCOPOLO ALLEGRO, PLACA MDB 9009, ANO 1998/99. Data da entrega dos envelopes: 23/05/2017 até as 14:30 horas. Data da abertura: 23/05/2017 até às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 27 de Abril de 2017. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO Nº 2693, DE 06 DE MARÇO DE 2017 - APROVA A RESOLUÇÃO Nº 005/2017 DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

DECRETO Nº 2693, DE 06.03.2017.

Aprova a Resolução nº 005/2017 do Conselho Municipal da Educação de Papanduva/SC.

Luiz Henrique Saliba, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas do inciso VI do Artigo 59 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º. Fica aprovada a Resolução nº 005/2017 do Conselho Municipal da Educação de Papanduva/SC.

Art. 2º. Face o disposto no artigo anterior, fica autorizada a paralisação do Pré-Escolar Vovó Joana, inscrita no CNPJ sob o nº 10.996.695/0001-67, localizado na COHAB I, Município de Papanduva, na modalidade de Educação Infantil.

Art. 3º. Fica a Secretaria Municipal da Educação incumbida de providenciar toda a documentação pertinente a regularização do conteúdo na Resolução e neste Decreto, junto aos órgãos competentes.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 06 de março de 2017.

Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski
Secretária da Administração

DECRETO Nº 2703, DE 24 DE ABRIL DE 2017 - PRORROGA VENCIMENTO DO PRAZO PARA PAGAMENTO DO IPTU

DECRETO Nº 2703, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

Prorroga vencimento do prazo para pagamento do IPTU.

Humberto Jair Damaso Ribas, Prefeito Municipal de Papanduva em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo para pagamento do IPTU/2017, cota única e 1ª parcela para o dia 10 de maio de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 24 de abril de 2017.

Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski
Secretária da Administração

LEI2120, DE 24 DE ABRIL DE 2017 - DENOMINA DE DONA IZABEL A UNIDADE DE SAÚDE SITUADA NA RUA OCTÁVIO JOÃO WUNSCH, NO BAIRRO RONDINHA, MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Lei nº 2120, de 24 de abril de 2017.

Denomina de "Dona Izabel" a Unidade de Saúde situada na Rua Octávio João Wunsch, no Bairro Rondinha, Município de Papanduva-SC e dá outras providências.

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de Papanduva, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea 'e' do Regimento Interno, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Municipal de Papanduva aprovou e o Prefeito Municipal de Papanduva sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica denominada de "Dona Izabel" a Unidade Básica de Saúde situada na Rua Octávio João Wunsch no Bairro Rondinha, Município de Papanduva – SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 24 de abril de 2017.

Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski
Secretária da Administração

Passo de Torres

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 04/2017

Samanta Bonicenha de Souza, no uso de suas atribuições, convoca os conselheiros do Conselho Municipal da Cidade de Passo de Torres para a reunião extraordinária a se realizar no dia 03 de maio às 18h30min nas dependências da Prefeitura Municipal, a tratar da seguinte pauta:

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
2. Ratificação e/ou retificação das atas 03, 04 e 05/16.
3. Apresentação aos comitês temáticos do projeto para expansão do perímetro urbano.

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - DL 13/2017

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2017

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede à Rua José Pereira da Silva, n. 130, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por dispensa de licitação:

Processo nº. 36/2017; DL nº. 13/2017; Contratado: Anderson Luiz de Souza Moraes, CPF: 036.474.869-90; Objeto: permissão de uso, a título precário, do Ginásio Municipal de Esportes Osni Manoel dos Santos, situado na Rua José Pereira da Silva, s/n., bairro Centro, Paulo Lopes/SC, CEP 88.490-000, para a exploração do bar e lancheria existentes no mesmo, a administração de jogos, bem como a manutenção e limpeza das referidas dependências, e todos os serviços inerentes ao referido ginásio. Valor total da permissão: R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Paulo Lopes, 27 de Abril de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 09/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 09/2016 DE 01/04/2016, conforme Processo Licitatório 012/2016. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado JG MATERIAS & CONTRUÇÕES LTDA ME, CNPJ N.º 21.979.804/0001-54. Objeto: O presente termo aditivo visa reestabelecer o valor pactuado através do contrato administrativo 09/2016, suprimindo R\$ 50.418,21 (cinquenta mil, quatrocentos e dezoito reais e vinte e um centavos), aditando R\$ 51.237,21 (cinquenta e um mil, duzentos e trinta e sete reais e vinte e um centavo), passando o valor da Cláusula Oitava de R\$ 78.900,00 (setenta e oito mil, novecentos reais) para R\$ 79.719,28 (setenta e nove mil, setecentos e dezenove reais e vinte oito centavos). Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais do contrato em epígrafe. Data da assinatura: 24/04/2017

Penha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 007/2017-PMP

	MUNICÍPIO DE PENHA ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
--	---	--

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017 - PMP

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017-PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE AREIA MÉDIA, PÓ DE BRITA E MACADAME A3, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa JMI DEPÓSITO DE MATERIAIS EIRELI ME, estabelecida à Avenida Nereu Ramos, nº 899, Bairro Centro, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.613.463/0001-36, telefone para contato (47) 3345-4929, representada, neste ato pelo Sr. SERGIO EDUARDO BATISTA, CPF sob o nº 924.480.389-53, Sócio-Administrador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 010/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de areia média, pó de brita e macadame A3, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os material(is)/produto(s) com os valores registrados encontram-se anexos ao Processo Licitatório.

1.2. O(s) material(is)/produto(s) deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	AREIA	AREIA MÉDIA	M³ (metro cúbico)	10.000	R\$ 31,48	R\$ 314.800,00
2	PÓ DE BRITA	PÓ DE BRITA	M³ (metro cúbico)	10.000	R\$ 37,60	R\$ 376.000,00
3	BASE MACADAME	BASE MACADAME A3	M³ (metro cúbico)	10.000	R\$ 31,95	R\$ 319.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, nos locais de obras ou naqueles que se fizerem necessários, em todo território municipal, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, no prazo de até 2 (dois) dias.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do(s) material(is)/produto(s) registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos material(is)/produto(s) que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos material(is)/produto(s), assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta do(s) material(is) cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manterem durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues o objeto (areia média, pó de brita e base de macadame A3);

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir

suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 27 de abril de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

JMIX DEPÓSITO DE MATERIAIS EIRELI ME

SERGIO EDUARDO BATISTA

Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata de Registro de Preços encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA

Secretária Municipal de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

CÂMARA MUNICIPAL**ATA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA 03.04.2017**

Ata da 11ª Reunião Ordinária do 1ª Sessão Legislativa Ordinária anual da 15ª Legislatura a Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede dia três do mês de abril de 2017. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quórum legal. A Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião, iniciando o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata anterior que, após ressalva por parte da vereadora presidente referente a seu pronunciamento, foi aprovada por unanimidade. Leitura do Termo de RE/RATIFICAÇÃO da Ata da 9ª Reunião Ordinária. Leitura do Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina referente as Contas do Prefeito Municipal de Penha – ano 2015 – Evandro Eredes dos Navegantes. Leitura de ofício da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina dirigido a todos os vereadores. INDICAÇÕES: Nº 153/2017 do Vereador JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR. Nº 154 e 155/2017 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 156, 157 e 158/2017 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. Nº 159/2017 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 160, 161 e 162/2017 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 163/2017 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. Nº 164/2017 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 165 e 166/2017 do Vereador MAURÍCIO DA COSTA. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: Nº 62/2017 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. Nº 63/2017 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 64/2017 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 65/2017 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. Nº 65/2017 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. Nº 67/2017 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. MOÇÕES: Nº 9/2017 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA, ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO, EVERALDO DAL POSSO, ISAC HAMILTON DA COSTA, JESUEL FRANCISCO CAPELA, JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR, MARIA JURACI ALEXANDRINO, MAURÍCIO DA COSTA, MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD, REGIANE APARECIDA SEVERINO e SILAS RENATO ANTONIETTI. Nº 10/2017 dos Vereadores ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO, EVERALDO DAL POSSO, ISAC HAMILTON DA COSTA, JESUEL FRANCISCO CAPELA, JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR, LUIZ AMÉRICO PEREIRA, MARIA JURACI ALEXANDRINO, MAURÍCIO DA COSTA, MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD, REGIANE APARECIDA SEVERINO e SILAS RENATO ANTONIETTI. GRANDE EXPEDIENTE: Dando início aos pronunciamentos, fez uso da palavra o Vereador Joaquim Antônio Costa Júnior falando sobre o Pré-Congresso do grupo de jovens na igreja Assembleia de Deus de Armação. Falou também sobre sua indicação encaminhada, tratando sobre a situação em que se encontra a escola Manoel João Batista da Cruz, na localidade do Mariscal. Falou também sobre a urgência em ser reparado o buraco na rua Mariano Furtado, que vem causando diversos problemas aos moradores. Ato contínuo, o vereador Jesuel Francisco Capela falou sobre a rua Aurélio Lapa que também se encontra com um buraco que necessita de atenção por parte do Poder Executivo. Falou sobre a lei que institui o dia da merendeira no município. Falou também sobre os vândalos no EJA e sobre as atitudes a serem tomadas por parte da Secretaria de Educação sobre o assunto. Em aparte, a vereadora Regiane Aparecida Severino explicou que apesar de envolverem os alunos do EJA, os incidentes ocorreram próximos à escola, e não propriamente nela. Finalizando, o vereador Jesuel falou sobre a convenção do PSDB a ser realizada no próximo dia 07 de abril. Transmitindo a condução dos trabalhos ao vice-presidente Isac Hamilton da Costa, fez uso da tribuna a Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino, falando sobre a necessidade de serem resolvidos os problemas do município, e não apenas maquiados. Falou sobre o projeto de pavimentação da rua Nilo Anastácio Vieira, que já padece a vários anos com o descaso do Poder Executivo. Falou sobre a situação da escola básica João Batista da Cruz, que hoje sofre com diversos

problemas de infraestrutura, como quase todas as escolas públicas hoje no município. Mencionou também a solicitação de 10 novas câmeras de monitoramento, que será de encargo exclusivamente do Poder Executivo Municipal. Concluindo, falou sobre sua reunião a ser realizada com a promotora para tratar da demissão indevida dos professores no último trimestre de 2016. O vereador Everaldo Dal Posso, manifestando-se em tribuna, falando sobre o projeto de instituição do sistema de botão de pânico às pessoas que já possuem a medida protetiva declarada. Mencionou os diversos problemas de infraestrutura que vêm se manifestando no município, dentre eles os diversos buracos e problemas com tubulação que geram dificuldades e que são agravados pelas recentes chuvas. Por conseguinte, o vereador Silas Renato Antoniatti pediu especial atenção aos principais acessos ao município, considerando as fortes chuvas que vem assolando o município. Falou também sobre a rua Julião Neiva de Lima, em que a tubulação antiga vem causando diversas crateras que dificultam e por vezes impedem a passagem dos moradores. Como próxima oradora, a vereadora Regiane Aparecida Severino falou sobre o impacto das recentes chuvas na localidade de Santa Lúcia e seu envolvimento com a questão da infraestrutura deficiente no sistema de ensino municipal. Falou de sua ida à Florianópolis, juntamente com a Exma. Sra. Presidente, afim de reivindicar melhorias para a segurança pública no município. Finalizou seu discurso falando sobre suas proposições encaminhadas na presente sessão. Assumindo a tribuna, o vereador Luiz Américo Pereira iniciou falando sobre seu pedido de informação relativo ao SESC, bem como da moção que trata sobre o apoio aos senadores e deputados na revogação da transferência da Secretaria de Pesca, dando especial ênfase ao descaso da administração com o ramo da pesca, tanto artesanal quanto industrial. Fazendo uso da palavra, o vereador Maurício Olívio Brockveld discursou sobre a segurança pública e a eficiência do programa "Rede de Vizinhos". Falou sobre o asfaltamento de vias, mas a necessidade de serem definidas prioridades, como as comunidades mais distantes, até agora esquecidas pela administração pública, e os problemas resultantes das recentes chuvas. O vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho mais uma vez falou sobre o descaso da empresa RECICLE com as cobranças por sua parte no que diz respeito à discrepância na cobrança das taxas. Em aparte, a Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino lembrou de sua luta, juntamente com o então vereador Sérgio de Mello, no último ano neste mesmo tópico, contra a RECICLE e a realização de uma Audiência Pública para prestação de contas por parte da empresa. Como último orador, o vereador Isac Hamilton da Costa lembrou da dívida adquirida com a CASAN na última gestão, que por si só impediu o repasse de verbas ao município. Falou sobre o processo de licitação para aquisição de macadame, brita e pó de brita por parte da Secretaria de Obras, e que assim dará prosseguimento a seus trabalhos. Falou sobre a possibilidade de terceirização no serviço de limpeza das vias e o problema da escola da localidade do Mariscal, que se encontra com sua cozinha com diversas deficiências. Falou também sobre as questões que envolvem as escolas públicas no município, como a rotação de vigias nas escolas em obras com a finalidade de prevenir a ação de vândalos e o processo seletivo para a contratação dos monitores escolares. Em aparte, o vereador Everaldo Dal Posso falou sobre as diversas impugnações que por vezes acabam por atrapalhar o andamento do processo. Iniciada a ORDEM DO DIA, segundo Art. 182 do R.I., procedeu-se a DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO Nº 9/2017 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA, que "manifesta APOIO ao Projeto de Decreto Legislativo com o necessário pedido de urgência, que susta os dispositivos do Decreto nº9.004, de 13 de março de 2017, que transfere a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.". Aprovado por unanimidade. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA Nº

10/2017 dos Vereadores ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO, EVERALDO DAL POSSO, ISAC HAMILTON DA COSTA, JESUEL FRANCISCO CAPELA, JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR, LUIZ AMÉRICO PEREIRA, MARIA JURACI ALEXANDRINO, MAURÍCIO DA COSTA, MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD, REGIANE APARECIDA SEVERINO e SILAS RENATO ANTONIETTI, que "solicitam o envio da presente MOÇÃO DE APELO à Secretaria de Segurança Pública do estado de Santa Catarina e Defesa do Cidadão, para A DESTINAÇÃO DE 10 CÂMERAS DE SEGURANÇA PARA O MUNICÍPIO DE PENHA.". Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino encerrou a presente sessão, convocando para a próxima sessão ordinária a ser realizada no dia dez de abril, às dezenove horas. E, para constar, eu, Matheus Souza de Melo, Assessor Legislativo, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pela Exma. Sra. Presidente e 1º Secretário. Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, 03 de abril de 2017.

MARIA JURACI ALEXANDRINO
Presidente

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD
1º Secretário

ATA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA 10.04.2017

Ata da 12ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária anual da 15ª Legislatura a Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede dia dez do mês de abril de 2017. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quórum legal. A Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião, iniciando com o convite para que participe da composição da mesa ao sr. Rogério Siqueira, Diretor Presidente do Parque Beto Carrero World e Presidente Estadual do Turismo, bem como o Capitão Mafrá e o Sr. Sérgio Simões. Iniciado o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno realizou-se a leitura e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. INDICAÇÕES: Nº 167/2017 do Vereador JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR. Nº 168/2017 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 169/2017 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 170/2017 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 171/2017 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 172/2017 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. Nº 173, 174 e 175/2017 do Vereador ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO. Nº 176, 177 e 178/2017 do Vereador MAURÍCIO DA COSTA. Nº 179/2017 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 180, 181 e 182/2017 da Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO. Nº 183/2017 do Vereador SILAS RENATO ANTONIETTI. Nº 184/2017 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 185/2017 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. Nº 186/2017 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 187/2017 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: Nº 70/2017 do Vereador MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. Nº 72/2017 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 73/2017 do Vereador ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO. Nº 74/2017 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 75/2017 dos Vereadores JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR e SILAS RENATO ANTONIETTI. Nº 76/2017 do Vereador EVERALDO DAL POSSO. Nº 77/2017 do Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA. REQUERIMENTO Nº 8/2017 da COMISSÃO LEGISLATIVA PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL. MOÇÕES: Nº 11/2017 DO VEREADOR MAURÍCIO DA COSTA, COM APOIO DOS DEMAIS VEREADORES. LEITURA DE PROJETOS E PARECERES: Leitura do Projeto de Lei Nº 16/2017 do Legislativo de autoria do Vereador Isac Hamilton da Costa: DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DO "GRAFITE CULTURAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 17/2017 do legislativo de autoria da Mesa Diretora: CONCEDE AUMENTO E REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO AOS SERVIDORES DO PODER

LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE PENHA, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leitura de Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes referentes ao Projeto de Lei Ordinária nº 13/2017 do Poder Legislativo de autoria do Vereador Joaquim Antônio Costa Júnior – ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº2348/2010 QUE ACRESCENTA AS EMPRESAS CORREIOS E TELÉGRAFOS À LEI QUE DISPÕE SOBRE ATENDIMENTO AO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leitura de Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes referentes ao Projeto de Lei Complementar nº 02/2017 do Poder Legislativo de autoria do Vereador Everaldo Dal Posso – ACRESCENTA O INCISO VI E ALÍNEA a NO ARTIGO 68 DA LEI COMPLEMENTAR Nº04/2007. Leitura de Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes referentes à Emendas 3 e 4 ao Projeto de Lei Ordinária nº 03/2017 do Poder Executivo, e ao Projeto de Lei Ordinária nº 03/2017 do Poder Executivo – R.U., DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Encerrando o pequeno expediente, realizou a leitura do ofício 009/2017 encaminhado pela ACIPEN e protocolado na casa solicitando uso da tribuna cidadã para apresentação do programa DEL – Desenvolvimento Econômico Local. GRANDE EXPEDIENTE: Fez uso da tribuna cidadã o Comandante da Polícia Militar de Penha, Capitão Carlos Alberto Mafrá Júnior, que pautou seu discurso na explanação acerca do programa Rede de Vizinhos. Iniciou falando sobre os problemas relacionados a furtos e roubos no município, principal motivo para a instituição do programa. Trouxe sobre o contingente de policiais hoje disponíveis e sua incapacidade de cobrir todo o território municipal. Falou sobre a mobilização policial nas rondas extensivas, principalmente durante o período do verão. Explicou sobre os meliantes que procuram por oportunidades para a realização de crimes, sendo a eliminação destas o foco do programa Rede de Vizinhos. Falou sobre os grupos criados para a manutenção do programa e as responsabilidades de cada um. Como próximo orador a fazer uso da tribuna cidadã, fez uso da palavra o Sr. Sérgio Simões, pautando seu pronunciamento nos tópicos: saneamento, iluminação, limpeza de terrenos e coleta seletiva. Falando sobre seu abaixo assinado para solicitações das comunidades, apontou diversas necessidades apresentadas pelos munícipes, como limpezas de terrenos baldios, iluminação de comércio que foi retirada, recolhimento de entulho e coleta de lixo através da RECICLE, além da diferenciação entre lixo orgânico e reciclável, entre outros. Após requerimento verbal e aprovação por unanimidade por parte do plenário, fez uso da palavra o Sr. Rogério Siqueira, presidente estadual do turismo. Iniciando suas considerações, falou sobre seus anseios de que o Município venha a crescer juntamente com o Parque Beto Carrero World. Agradeceu pelo tempo cedido na próxima reunião ordinária e finalizou falando sobre planos de desenvolvimento para esta legislatura. Iniciando os pronunciamentos por parte do corpo legislativo, fez uso da palavra o vereador Joaquim Antônio Costa Júnior, falando sobre suas proposições encaminhadas, em especial acerca dos voluntários trabalhando para o Poder Executivo Municipal. Dando prosseguimento, o vereador Luiz Américo Pereira alertou acerca dos recentes casos de meningite no bairro de Armação, solicitando uma mobilização do Poder Executivo. Assumindo a tribuna, a vereadora Regiane Aparecida Severino falou sobre a aprovação de suas contas referentes à campanha eleitoral e o evento realizado por diversas escolas no último final de semana. Como próximo orador, o vereador Jesuel Francisco Capela falou também sobre os casos de meningite na creche Anjos de Itapocoroy, relatando diversos casos ainda não constatados. Alertou sobre a necessidade de serem adquiridos remédios para coibir o alastramento da doença. Fazendo uso da tribuna, o vereador Maurício Olívio Brockveld falou sobre sua solicitação de fornecimento de um ônibus para atendimento dos alunos da rede pública de ensino. Ato contínuo, o vereador Maurício da Costa falou sobre a necessidade de regulamentação dos pontos de ônibus no município e a moção de apoio ao projeto de criação do quadro de oficiais tramitando atualmente na ALESC. O vereador Isac Hamilton da Costa, assumindo a tribuna, falou também sobre

os casos de meningite registrados no município e a presença do prefeito municipal durante a tarde na casa e seus pronunciamentos acerca dos gastos e economias em seus primeiros três meses de gestão. Iniciada a ORDEM DO DIA, foi realizada a discussão e votação única do requerimento Nº 8/2017 da comissão legislativa permanente de constituição, justiça e redação final: solicita prorrogação de prazo para análise e emissão de parecer do Projeto de Lei Complementar nº 03/2017, do Legislativo. Aprovado por unanimidade. Discussão e votação única da moção nº 11/2017 do vereador Maurício da Costa, com apoio dos demais vereadores manifesta apoio ao projeto de lei complementar nº 0027.7/2016. Aprovado por unanimidade. Discussão e votação única do requerimento verbal nº 09/2017, proposto pela Mesa Diretora, que trata do tempo cedido pelos vereadores destinado regimentalmente ao grande expediente. Aprovado por unanimidade. Discussão e votação única da emenda modificativa nº 03/2017 de autoria da comissão legislativa permanente de constituição, justiça e redação final ao projeto de lei nº 03/2017 do Poder Executivo. Discussão e votação única da emenda modificativa nº 4 de autoria da comissão legislativa permanente de assuntos gerais ao projeto de lei nº 03/2017 do Poder Executivo. Discussão e Votação única Projeto de Lei Ordinária nº 03/2017 do Poder Executivo – R.U., que dispõe sobre a criação do conselho municipal dos direitos da pessoa portadora de deficiência e dá outras providências. Aprovado por unanimidade. Discussão e Votação única do Projeto de Lei nº 13/2017 do Poder Legislativo de autoria do Vereador Joaquim Antônio Costa Júnior – altera a lei municipal Nº 2348/2010 que acrescenta as empresas correios e telégrafos à lei que dispõe sobre atendimento ao público e dá outras providências. Discussão e Votação única do Projeto de Lei Complementar nº 02/2017 do Poder Legislativo de autoria do Vereador Everaldo Dal Posso que acrescenta o inciso vi e alínea a no artigo 68 da lei complementar nº 04/2007. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino encerrou a presente sessão, convocando para a próxima sessão ordinária a ser realizada no dia dezoito de abril, às dezenove horas. E, para constar, eu, Matheus Souza de Melo, Assessor Legislativo, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pela Exma. Sra. Presidente e 1º Secretário.

Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, em dez de abril de 2017.

MARIA JURACI ALEXANDRINO

Presidente

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD

1º Secretário

ATA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA 17.04.2017

Ata da 13ª Reunião Ordinária do 1ª Sessão Legislativa Ordinária anual da 15ª Legislatura a Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede dia dezoito de abril de 2017. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quórum legal. A Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião, iniciando com a chamada dos srs. vereadores e o Pequeno Expediente com a leitura e votação da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Leitura do Projeto de Lei Ordinária do Executivo Nº 07/2017: DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PENHA. Iniciado o Grande Expediente, em concordância com o artigo 180 do R.I., pronunciou-se em tribuna o sr. Valmor Haussnan, representante da ACIPEN, conforme requerimento proposto e aprovado em 10/04, fazendo uma breve apresentação do programa DEL – Desenvolvimento Econômico Local. Dando continuidade ao tópico, fez uso da palavra o sr. Osmar Vicentin, coordenador de projetos da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC. Sobre as

condições econômicas do país, falou sobre a impossibilidade de que o setor público apresente qualquer competitividade no campo internacional nos últimos anos, bem como a falta de incentivo para o empreendedorismo. Sobre a distribuição demográfica do país, falou sobre a alta concentração populacional em centros urbanos e as dificuldades decorrentes desse fato, principalmente no fornecimento e manutenção de infraestrutura. Falou sobre a grande capacidade produtiva do país e os problemas na aplicação dos recursos arrecadados. Relatou que 17% da receita volta aos Municípios, ao Estado 21% e para a União restam aproximadamente 62%; segundo um estudo realizado pela FECAM. Ressaltou a necessidade de ser abordada uma postura metodológica de gestão para que ela possa cada vez mais ser aprimorada através de projetos de longo prazo; falou sobre a divisão do foco nessa discussão entre o desenvolvimento sustentável, a viabilidade econômica e a aceitabilidade no meio social. Sobre a política de desenvolvimento a longo prazo, falou sobre o papel do programa DEL no incentivo ao planejamento, fortalecimento dos setores produtivos e a necessidade irremediável de realização de parcerias público-privado em pequena escala. Falou sobre as diferenças entre a gestão em situações como a do país e do município e suas nuances, bem como da participação da iniciativa privada no auxílio à administração pública e a importância da valorização e atenção ao capital intelectual que por vezes se encontra nos municípios sem, todavia, tomar partido na administração diretamente. Sobre os conselhos instituídos nos municípios, falou sobre a instauração de câmaras técnicas temáticas. Sobre as câmaras técnicas, deu exemplos de outros municípios que acabaram por incentivar o desenvolvimento econômico através de iniciativas que de outra maneira eventualmente não seriam exploradas. Iniciando os questionamentos quanto ao exposto e respeitando a ordem de inscrição, o vereador Jesuel Francisco Capela parabenizou ao orador pela explanação, se colocando à disposição bem como toda a câmara de vereadores para o auxílio no planejamento a longo prazo e eventual obtenção de recursos, uma vez que todo o projeto é voltado para o desenvolvimento da comunidade em geral. Como segunda inscrita, a vereadora Regiane Aparecida Severino questionou quanto a projetos de inclusão para aqueles que necessitam de acessibilidade especial. Dando prosseguimento, o vereador Silas Renato Antonietti falou sobre o planejamento a longo prazo e questionou quanto às dificuldades para implantação do projeto no município. O vereador Maurício da Costa questionou também quanto aos objetivos e metas do programa no município. Ato contínuo, o vereador Everaldo Dal Posso falou sobre a importância das parcerias público-privadas, do trabalho voluntário em função do desenvolvimento coletivo e questionou quanto ao interesse dos munícipes pelo projeto. O vereador Luiz Américo Pereira falou sobre a importância do Plano Diretor e o foco no turismo no município. Assumindo a palavra, o vereador Isac Hamilton da Costa questionou quanto à participação de algum dos municípios da AMFRI no programa DEL e a parceria com o parque Beto Carrero World. O vereador Maurício Olívio Brockveld falou também sobre a importância da parceria público-privada e a implantação do programa no município. Dando continuidade, o vereador Joaquim Antônio Costa Júnior falou sobre o papel do programa no incentivo ao desenvolvimento do município. A convite da Exma. Sra. Presidente, fez uso da palavra o sr. Aquiles José Schneider da Costa, prefeito municipal, discursando sobre sua visão de uma classe política ligada à população e o papel do programa DEL em conjunto com a sociedade no desenvolvimento do município nos próximos anos. Iniciada a Ordem do Dia, iniciou-se a discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei Ordinária nº 03/2017 do Poder Executivo, que DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Nada mais havendo a tratar, a Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino encerrou a presente sessão, convocando para a próxima sessão ordinária a ser realizada no dia vinte e quatro de abril, às dezenove horas. E, para constar, eu, Matheus Souza de Melo, Assessor Legislativo, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada

pela Exma. Sra. Presidente e 1º Secretário. Plenário Expedicionário Milton Fonseca, em 17 de abril de 2017.

MARIA JURACI ALEXANDRINO
Presidente

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD
1º Secretário

despesas necessárias para a viabilização desta recepção solene. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Penha, 25 de abril de 2017.
MARIA JURACI ALEXANDRINO
Presidente

ATA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 10.04.2017

Ata da 3ª reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede às dez horas do dia dez de abril de 2017. Ausente o Vereador Maurício da Costa, presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. A Exma. Srª. Presidente Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes. Na sequência solicitou a leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 06/2017, de autoria do Poder Executivo, que: DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, BENEFICENTE E ASSISTENCIAL DOS PESCADORES EVANGELICOS DO GRAVATÁ - APEG. Neste momento a reunião foi suspensa permitindo a análise e posterior emissão de parecer das Comissões Legislativas Permanentes ao referido Projeto. Reaberto os trabalhos, foi determinada a leitura do Parecer conjunto das Comissões Legislativas Permanentes ao Projeto de Lei ordinária nº 06/2017 do Executivo, e, em ato contínuo, iniciou-se a ORDEM DO DIA de acordo com artigo 182 do Regimento Interno, em única discussão e votação, sendo o Projeto de Lei Ordinária nº 06/2017, de autoria do Poder Executivo, aprovado por unanimidade dos presentes. Nada mais havendo a tratar a Exma. Srª Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião, convocando os Senhores Vereadores para a próxima reunião ordinária na noite de hoje, dez de abril às dezenove horas. E, para constar, Eu, Ivana da Costa, Secretária, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pela Exma. Srª Presidente e Primeiro Secretário. Plenário Expedicionário Milton Fonseca, em 10 de abril de 2017.

MARIA JURACI ALEXANDRINO
Presidente

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD
1º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 34/2017

RESOLUÇÃO Nº 34/2017

DISPÕE SOBRE RECEPÇÃO SOLENE ALUSIVA SOBRE A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO REALIZADA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE CADA ANO

MARIA JURACI ALEXANDRINO, Presidente da Câmara Municipal de Penha, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga a presente Resolução.

Art. 1º Fica instituída solenidade de recepção da bandeira do Divino Espírito Santo, Imperador, Imperatriz, Foliões e respectiva comitiva da Festa do Divino Espírito Santo, na sede da Câmara de Vereadores de Penha, que será realizada no primeiro semestre de cada ano, mediante convite com dia e hora.

Parágrafo único Este ano ocorrerá no dia 06 de maio, as 15 horas, conforme convite anexo, referente à 181ª Festa do Divino Espírito Santo.

Art. 2º Fica autorizada a Câmara de Vereadores de Penha a realizar

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 028/2017

DECRETO Nº. 028, de 26 de Abril de 2017.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA DA 11ª. CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso VII, Artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, em conjunto com a PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de avaliação da situação atual e avanços na Política e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, assim como a propositura de diretrizes visando o aperfeiçoamento do Sistema, de acordo com o disposto no inciso VI, do artigo 18, da Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada ordinariamente a 11ª. CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

Art. 2º. A 11ª. Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á no Município de Petrolândia, no dia 27 de junho de 2017, das 13:00 horas às 17:30 horas.

Art. 3º. A 11ª. Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema "Garantia de direitos no fortalecimento do SUAS".

Art. 4º. A Comissão Organizadora coordenada pela Presidente e pela Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, com composição paritária dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, será responsável pela organização da 11ª. Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, em 26 de Abril de 2017.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

ROSANI MARIA HULLER DE SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA 196

PORTARIA Nº 196, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS DE MATERIAL ESPORTIVO QUE ESPECIFICA

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto no item 1.6 do edital de licitação n 028/2017, modalidade Pregão Presencial,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída comissão de avaliação de amostra de material esportivo, designando para compô-la os seguintes membros:

I – LEANDRO DA SILVA, presidente da CME,

II – MAURO OSMARIN, professor de educação Física,

III - BÁRBARA ZUCCO, Auxiliar Administrativos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 19 de abril de 2017

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 197**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO****PORTARIA N° 197, DE 19 DE ABRIL DE 2017****HOMOLOGA LICITAÇÃO N° 024/2017 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA**

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, **RESOLVE**:

Art. 1º Homologa a licitação n° 024/2017, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I – Empresa SARA COMÉRCIO EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob n° 26.230.554/0001-79, para os seguintes itens e respectivos preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTIDDE	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
4	Silicone	Frasco de 280g	5	R\$ 5,00	R\$ 25,00
5	Corda de 8mm	Metro	50	R\$ 0,19	R\$ 9,50
6	Tomada 2P+T 10 amperes	Unidade	20	R\$ 2,00	R\$ 40,00
8	Cabo flexível de 2,5mm azul	Metro	300	R\$ 0,40	R\$ 120,00
10	Cabo flexível de 4mm preto	Metro	150	R\$ 0,90	R\$ 135,00
15	Dobradiça zincada 3.1/2	Unidade	2	R\$ 2,00	R\$ 4,00
16	Porta Sanfonada em PVC de 80 cm cada	Unidade	3	R\$ 39,00	R\$ 117,00
17	Fechadura com cilindro	Unidade	8	R\$ 12,90	R\$ 103,20
24	Pincel 3"	Unidade	5	R\$ 4,90	R\$ 24,50
27	Canaleta Dupla Face	Metro	38	R\$ 2,90	R\$ 110,20
28	Broxa Grande	Unidade	5	R\$ 3,90	R\$ 19,50
29	Lixa 2200	Metro	50	R\$ 0,99	R\$ 49,50
32	Liquikal	Frasco com 5 litros	5	R\$ 13,90	R\$ 69,50
36	Parafuso 4,5x40	Unidade	280	R\$ 0,14	R\$ 39,20

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000
89570-000 – PINHEIRO PRETO – SC.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

37	Parafuso 1/4x50	Unidade	200	R\$ 0,19	R\$ 38,00
38	Parafuso Francês 5/16x2	Unidade	300	R\$ 0,24	R\$ 72,00
39	Cabo PP 2x2,5	Metro	280	R\$ 1,29	R\$ 361,20
40	Janela Basculante 40x60	Unidade	3	R\$ 69,00	R\$ 207,00
					R\$ 1.519,30

II – Empresa ANDERSON MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 09.121.899/0001-75, para os seguintes itens e respectivos valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	Cimento	Sacos de 50 kg	50	R\$ 20,00	R\$ 1.000,00
2	Tinta Acrílica S/B	Lata de 18 litros	5	R\$ 130,00	R\$ 650,00
3	Tinta para piso. Cor: cinza.	Lata de 18 litros	5	R\$ 120,00	R\$ 600,00
7	Interruptor simples com tomada	Unidade	10	R\$ 2,00	R\$ 20,00
9	Cabo flexível de 10mm azul	Metro	80	R\$ 2,00	R\$ 160,00
11	Fio paralelo 2x2,5mm	Metro	350	R\$ 0,60	R\$ 210,00
12	Areia média	Metro	4	R\$ 105,00	R\$ 420,00
13	Barra de ferro 5/16 de 12 metros de comprimento	Metro	20	R\$ 18,00	R\$ 360,00
14	Pedra Brita 01	Metro	2	R\$ 100,00	R\$ 200,00
18	Lubrificante Spray	Frasco	10	R\$ 3,00	R\$ 30,00
19	Solvente	Frasco com 5 litros	4	R\$ 25,00	R\$ 100,00
20	Solvente	Frasco com 900ml	20	R\$ 4,00	R\$ 80,00
21	Thinner	Frasco com 5 litros	10	R\$ 30,00	R\$ 300,00
22	Lâmpada LED 9w	Unidade	25	R\$ 5,00	R\$ 125,00
23	Lâmpada Fluorescente com 40w	Unidade	30	R\$ 3,00	R\$ 90,00
25	Esmalte Branco	Lata com 3,6 litros	10	R\$ 26,00	R\$ 260,00
26	Lâmpada 85w	Unidade	3	R\$ 60,00	R\$ 180,00

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000
89570-000 – PINHEIRO PRETO – SC.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

30	Spot Duplo	Unidade	10	R\$ 6,00	R\$ 60,00
31	Cal Hidratada	Saco de 15kg	22	R\$ 7,00	R\$ 154,00
33	Alvenarit	Frasco com 3,6 litros	5	R\$ 15,00	R\$ 75,00
34	Sana Lage	Frasco com 3,6 litros	2	R\$ 50,00	R\$ 100,00
35	Isol 18 kg	Unidade	3	R\$ 120,00	R\$ 360,00
		Total			R\$ 5.534,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 19 DE ABRIL DE 2017

Pedro Rabuske
Prefeito Municipal

PORTARIA 198

PORTARIA Nº 198 DE 25 DE abril DE 2017.

ALTERA LOTAÇÃO DA SERVIDORA pública MUNICIPAL Loreti Hack Rabuske OCUPANTE DO cargo efetivo de servente E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o comunicado interno do dia 24 de abril de 2017, da Secretária de Administração e da Secretária de Educação Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a partir de 25 de abril de 2017, a lotação da servidora efetiva Loreti Hack Rabuske, brasileira, inscrita no CPF nº 799.943.189-34, ocupante do cargo efetivo de servente, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, atualmente lotada na Secretaria de Administração, passando a desempenhar suas funções junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 25 de abril de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 25 de abril de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 199

PORTARIA Nº 199, DE 26 de abril DE 2017.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR NELSON ANTONIO DOS SANTOS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor NELSON ANTONIO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de operário braçal, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 07/03/2016 a 06/03/2017, cujo gozo dar-se-á no período de 02 de maio de 2017 a 31 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de maio de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 26 de abril de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 057/2017

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Piratuba, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, torna público aos interessados a realização do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017.

Objeto: Recepção e Seleção de Propostas Técnicas e Planos de Trabalho de Organizações da Sociedade Civil – OSC's visando a celebração de TERMO DE COLABORAÇÃO tendo por objeto de promover os Eventos: Festa Tradicional Cabocla, Festa Tradicional do Agricultor e Jantar Dançante com escolha da Rainha da Festa do Agricultor.

Poderão participar deste processo seletivo as entidades sediadas e localizadas em comunidades do interior (Zona Rural), registradas no Município de Piratuba, sem fins lucrativos, com a finalidade de promover os Eventos: Festa Tradicional Cabocla, Festa Tradicional do Agricultor e Jantar Dançante com escolha da Rainha da Festa do Agricultor.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

Endereço: Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Prazo de Entrega dos Envelopes até as 14:15h, do dia 18/05/2017

Abertura dos envelopes previstos para as 14:30h, do dia 18/05/2017.

O Edital completo e seus anexos estão disponíveis no endereço eletrônico www.piratuba.sc.gov.br no link "Licitações" Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal.

Piratuba, 27 de abril de 2017.

LEANDRO JOEL BORGES DA SILVA

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

DECRETO 767/2017

DECRETO Nº 767/2017, de 26 de abril de 2017

Abre crédito suplementar por conta do Superávit Financeiro no valor de R\$ 7.296,34 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 11.00 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.029 – Manutenção das Ações da Assistência Social

Modalidade: 143 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.000 – Outras Desp. Correntes 7 .296,34

TOTAL: R\$ 7.296,34

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recursos – 0.3.0000 – Superávit Financeiro Recursos Ordinários R\$ 7.296,34

TOTAL: R\$ 7.296,34

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba-SC, 26 de abril de 2017.

OLMIR PAULINO BENJAMINI
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei n. 226/93
Em 26 de abril de 2017.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 768/2017

DECRETO Nº 768/2017, de 26 de abril de 2017

Abre crédito suplementar por conta do Superávit Financeiro no valor de R\$ 100.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 07.00 – Secretaria Municipal de Educação e Esportes

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.007 – Merenda do Ensino Fundamental

Modalidade: 151 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.000 – Outras Desp Correntes 65.000,00

Órgão: 07.00 – Secretaria Municipal de Educação e Esportes

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.012 – Merenda do Ensino Infantil

Modalidade: 152 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.000 – Outras Desp Correntes 35.000,00

TOTAL: R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior apurado em 31/12/2016 na seguinte fonte orçamentária:

Fonte de Recursos – 0.3.0000 – Superávit Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

TOTAL: R\$ 100.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba-SC, 26 de abril de 2017.

OLMIR PAULINO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial

Conforme Lei n. 226/93

Em 26 de abril de 2017.

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

LEI 1.396/2017

LEI Nº 1.396/2017, de 27 de abril de 2017.

Autoriza firmar convênio com a Sociedade Beneficente Piratuba/Ipira e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no inciso XXX do artigo 78 da Lei Orgânica do Município, combinado no que dispõe o inciso II do artigo 31 da Lei 1374/2016 de 27 de outubro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Piratuba, para o exercício de 2017 - LDO e de acordo com o orçamento vigente para o exercício de 2017 faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com a SOCIEDADE BENEFICENTE PIRATUBA/ IPIRA, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 85.448.264/0001-65, com sede na Rua do Hospital 424, na cidade de Ipira, Estado de Santa Catarina, que tem por objeto a conjugação de esforços para viabilização de atendimento médico de urgência e emergência, através do sistema denominado de SOBREAVISO, utilizando para tanto, as dependências, infraestrutura e equipamentos da referida Sociedade.

§ 1º O termo emergência do presente convênio está alicerçado na Resolução nº 1451/95 do CFM, onde emergência é a consideração médica de agravo à saúde, que implique em risco iminente de vida ou sofrimento intenso.

§ 2º Além do objeto estabelecido no caput do presente artigo fica também a Sociedade autorizada a aplicar recursos na manutenção das atividades da Unidade Hospitalar da Sociedade, inclusive na contratação de profissionais especializados na área de saúde pública.

§ 3º A cooperação financeira prevista no presente artigo corresponderá no valor de R\$ 379.200,00 (trezentos e setenta e nove mil e duzentos reais), a ser paga na forma estabelecida no Anexo Único da presente lei e correrão por conta da dotação específica do orçamento vigente.

§ 4º O valor estabelecido no § 3º do presente artigo será repassado a Sociedade em 09 (nove) parcelas conforme cronograma de desembolso estabelecido no Anexo Único da presente lei.

Art. 2º Fica também o Executivo Municipal autorizado a cancelar o repasse dos recursos financeiros em caso de inadimplemento por parte da Conveniente de qualquer Cláusula constante do Termo de Convênio, por razões de interesse público, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 27 de abril de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei nº 226/93
Em 27 de abril de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 1.396/2017

PLANO DE APLICAÇÃO DO TERMO CONVÊNIO 000/2017

LEI 1.397/2017

LEI Nº 1.397/2017, de 27 de abril de 2017

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM A CONFRATERNIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS RELATIVA AO DIA DO TRABALHADOR, PARA O ANO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar despesas com a Confraternização dos Funcionários em comemoração ao Dia do Trabalhador no ano de 2017, englobando todos os agentes públicos municipais, no montante de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único. Na realização do evento admitido pelas disposições do caput deste artigo, poderão ocorrer despesas com:

I - a contratação de artistas ou grupos artísticos, musicais ou teatrais destinados ao fomento da cultura e do lazer cultural;

II – o fornecimento de alimentação aos servidores públicos;

III – a realização de outras despesas pertinentes à realização do evento destacado no caput deste artigo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão suportadas por dotações consignadas no orçamento do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 27 de abril de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei nº 226/93
Em 27 de abril de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

8342-00737



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 342 737/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEK1523	54314531D	5452/1	04/12/2016	181 * VIII
MEK1523	54314841D	5525/0	04/12/2016	181 * XV
MMJ5325	54314964D	5460/0	03/12/2016	181 * IX
MSX2713	54314537D	5908/0	04/12/2016	202 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 30 DE MARÇO DE 2017

TIAGO BORTOLOZZI

AUTORIDADE DE TRANSITO

8342-00738



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 342 738/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYA3645	54313579D	5045/0	28/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHT6936	54314229D	5010/0	27/06/2016	R\$ 574,61	162 * I
MHT6936	54314230D	5118/0	27/06/2016	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 30 DE MARÇO DE 2017

FERNANDA GEHLEN DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA

8342-00739



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 342 739/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGQ0308	54314839D	5525/0	03/12/2016	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 30 DE MARÇO DE 2017

TIAGO BORTOLOZZI

AUTORIDADE DE TRANSITO

8342-00740



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 342 740/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BER0016	54314238D	6610/2	24/07/2016	R\$ 127,69	230 * VII
MHZ8050	54755084B	5010/0	13/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHZ8050	54755085B	6599/2	13/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHZ8050	54755086B	5118/0	13/07/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 30 DE MARÇO DE 2017

FERNANDA GEHLEN DA SILVA
DELEGADO DE POLÍCIA

8342-00741



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 342 741/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIR2039	54754909B	5460/0	06/07/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MJG5271	54314907D	6122/0	02/07/2016	R\$ 191,54	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 30 DE MARÇO DE 2017

TIAGO BORTOLOZZI

AUTORIDADE DE TRANSITO

8342-00742



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 342 742/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DLR2231	54314670D	5010/0	01/01/2017	162 * I
IBV3359	54314613D	5010/0	02/12/2016	162 * I
IBV3359	54314615D	5118/0	02/12/2016	164 c/c 162 * I
IBV3359	54314616D	6599/2	02/12/2016	230 * V
MKY4044	54314970D	6599/2	27/12/2016	230 * V
MLP6385	54314665D	5045/0	30/12/2016	162 * V
MLP6385	54314666D	5142/0	30/12/2016	164 c/c 162 * V
MLP6385	54314667D	7579/0	30/12/2016	165 A

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 30 DE MARÇO DE 2017

FERNANDA GEHLEN DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA

8342-00743



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 342 743/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLP6385	54314664D	5185/1	29/12/2016	167
MVZ1160	54314660D	6173/1	25/12/2016	215 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 30 DE MARÇO DE 2017

TIAGO BORTOLOZZI

AUTORIDADE DE TRANSITO

8342-00744



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 342 744/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AVX5683	54314016D	5541/4	24/11/2016	R\$ 195,23	181*XVII c/ Lei13146
MJW4026	54754444B	5525/0	13/10/2012	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 30 DE MARÇO DE 2017

TIAGO BORTOLOZZI

AUTORIDADE DE TRANSITO

8342-00745



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 342 745/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LBX4465	54314538D	5045/0	10/01/2017	162 * V
LBX4465	54314850D	6726/1	10/01/2017	230 * XVIII
LZI7883	54314622D	5010/0	20/01/2017	162 * I
LZI7883	54314623D	6599/2	20/01/2017	230 * V
LZI7883	54314625D	5118/0	20/01/2017	164 c/c 162 * I
MAF9857	54314668D	6599/2	01/01/2017	230 * V
MIQ4089	54314032D	5045/0	24/01/2017	162 * V
MIQ4089	54314033D	6912/0	22/01/2017	232
MIQ4089	54314034D	5142/0	22/01/2017	164 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 30 DE MARÇO DE 2017

FERNANDA GEHLEN DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA

8342-00746



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 342 746/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHT3652	54314958D	5010/0	03/11/2016	R\$ 880,40	162 * I
MHT3652	54314959D	5118/0	03/11/2016	R\$ 880,40	164 c/c 162 * I
MHT3652	54314960D	5029/1	13/11/2016	R\$ 880,40	162* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 30 DE MARÇO DE 2017

FERNANDA GEHLEN DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA

8342-00747



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 342 747/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LBX4465	54314013D	6530/0	02/11/2016	R\$ 195,23	228
MLK3592	54314020D	6564/0	03/12/2016	R\$ 293,47	230 * II
MLK3592	54314963D	5185/1	03/12/2016	R\$ 195,23	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 28 DE MARÇO DE 2017

TIAGO BORTOLOZZI

AUTORIDADE DE TRANSITO

8342-00748



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 342 748/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAL4001	54314235D	6599/2	05/07/2016	R\$ 191,54	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 28 DE MARÇO DE 2017

FERNANDA GEHLEN DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA

8342-00749



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 342 749/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHL2780	54314618D	5010/0	04/01/2017	162 * I
MHL2780	54314619D	5061/0	04/01/2017	163 c/c 162 * I
MHL2780	54314621D	6599/2	04/01/2017	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 28 DE MARÇO DE 2017

FERNANDA GEHLEN DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA

8342-00750

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 342 751/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JEB1846	54313112D	5614/1	06/10/2012	R\$ 127,69	182 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 28 DE MARÇO DE 2017

TIAGO BORTOLOZZI

AUTORIDADE DE TRANSITO

8342-00751



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 342 751/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JEB1846	54313112D	5614/1	06/10/2012	R\$ 127,69	182 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 28 DE MARÇO DE 2017

TIAGO BORTOLOZZI

AUTORIDADE DE TRANSITO

8342-00752



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 342 752/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYF0548	54313113D	6530/0	21/10/2012	R\$ 127,69	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 28 DE MARÇO DE 2017

TIAGO BORTOLOZZI

AUTORIDADE DE TRANSITO

8342-00753



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 342 753/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCC0502	54314045D	5118/0	05/02/2017	164 c/c 162 * I
MCC0502	54314046D	5010/0	05/02/2017	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 28 DE MARÇO DE 2017

FERNANDA GEHLEN DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA

8342-00754



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 342 754/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCC0502	54314047D	7064/0	05/02/2017	244 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 28 DE MARÇO DE 2017

TIAGO BORTOLOZZI

AUTORIDADE DE TRANSITO

8342-00755



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 342 755/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALD2530	54314916D	6599/2	28/01/2017	230 * V
AYA4719	54314973D	7579/0	02/02/2017	165 A

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 28 DE MARÇO DE 2017

FERNANDA GEHLEN DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA

8342-00756



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 342 756/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHK5762	54314366D	6599/2	25/02/2017	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 28 DE MARÇO DE 2017

FERNANDA GEHLEN DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA

8342-00757



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 342 757/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHK5762	54314365D	5835/0	25/02/2017	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 28 DE MARÇO DE 2017

TIAGO BORTOLOZZI

AUTORIDADE DE TRANSITO

8342-00758



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 342 758/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IRL0959	54314048D	6599/2	18/02/2017	230 * V
MCN4073	54314042D	5010/0	28/01/2017	162 * I
MCN4073	54314043D	5118/0	28/01/2017	164 c/c 162 * I
MEY2130	54314676D	5274/2	08/02/2017	175
MJE1779	54314040D	5029/1	28/01/2017	162* II
MJE1779	54314041D	5126/1	28/01/2017	164 c/c 162 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 28 DE MARÇO DE 2017

FERNANDA GEHLEN DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA

8342-00759



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 342 759/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEY2130	54314677D	5991/0	08/02/2017	206 * I
MLK8554	54314540D	5452/1	18/02/2017	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 28 DE MARÇO DE 2017

TIAGO BORTOLOZZI

AUTORIDADE DE TRANSITO

8342-00760



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 342 760/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BER0016	54313986D	6599/2	04/02/2017	230 * V
BER0016	54313987D	6610/2	04/02/2017	230 * VII
MDQ0457	54314362D	6599/2	06/02/2017	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 19 DE ABRIL DE 2017

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO

DELEGADO DE POLÍCIA

8342-00761



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 342 761/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGX1935	54314035D	5452/1	24/01/2017	R\$ 195,23	181 * VIII
MGX1935	54314037D	5525/0	24/01/2017	R\$ 130,16	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 19 DE ABRIL DE 2017

TIAGO BORTOLOZZI

AUTORIDADE DE TRANSITO

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO N° 4730/2017

DECRETO N° 4730/2017, DE 26 DE ABRIL DE 2017.

CRIA MODALIDADE DE APLICAÇÃO, DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 781/2016, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a modalidade de aplicação, na classificação:

I – 02.01.04.122.0002.2.002 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Fonte 3000

Art. 2º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 2º, são provenientes do superávit de recursos apurados no Balanço Geral do exercício de 2016.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário

Planalto Alegre/SC, em 26 de abril de 2017.

JUARES BET

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

ANEXO I							
DECRETO N° 4730/2017							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
26/04/2017	1	Adicionar	75.000,00	104	2	44900000000000	3000 - SUPERÁVIT ORDINÁRIO
TOTAL DA ENTIDADE			75.000,00				

Planalto Alegre/SC, em 26 de abril de 2017.

JUARES BET

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 04/2017/COMAS

RESOLUÇÃO Nº 04/2017/COMAS

Dispõe sobre o parecer da prestação de contas anual de 2016.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, realizada no dia 22 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar com ressalvas a Prestação de Contas da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação de Pomerode, referente ao período de 01/01/16 a 31/12/16.

Art. 2º - As ressalvas são os repasses que foram realizados através dos empenhos 1342-1 e 1309-1, respectivamente Centro de Convivência Pommerhein e Casa da Solidariedade, que não foram aprovados, pois as referidas entidades não possuem inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Ressalta-se que as verbas ordinárias não passam pelo Fundo Municipal de Assistência Social, não sendo possível a análise completa desta prestação. Foram recebidas, no exercício de 2016, prestação de contas entre os meses de janeiro a julho dos recursos ordinários.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 31 de março de 2017.

Michelle Vitório Marchetto

Coordenador do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode - COMAS

RESOLUÇÃO Nº 05/2017/COMAS

RESOLUÇÃO Nº 05/2017/COMAS

Dispõe sobre o parecer da prestação de contas procedentes do Fundo Estadual de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social de Pomerode e devolução dos valores que não foram reprogramados.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, realizada no dia 27 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a Prestação de Contas da Secretaria de Desenvolvimento Social cujos valores são procedentes do Fundo Estadual de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social de Pomerode.

Art. 2º - Aprovar a devolução dos valores não reprogramados das contas provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social, totalizando R\$7958,69, conforme tabela abaixo:

Conta	Valor
Ag 2474-0 C/C 021208-3	R\$18,29
Ag 2474-0 C/C 021209-1	R\$99,88
Ag 2474-0 C/C022973-3	R\$7.836,79
Ag 2474-0 C/C20400-5	R3,73
Total: R\$7958,69	

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 27 de abril de 2017.

Michelle Vitório Marchetto

Coordenador do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode - COMAS

CÂMARA MUNICIPAL

LEI Nº 2902/2017

Lei Nº 2902/2017

DISPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO DE RECEITA PROVENIENTE DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO PARA INVESTIMENTO EM LOGRADOUROS DESTINADOS AO USO DE BICICLETAS.

RAFAEL PFUETZENREITER, Presidente da Câmara Municipal de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe confere art. 50, XIII do Regimento Interno da Câmara Municipal, em conformidade com o art. 45, parágrafo único da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. A Administração Pública Municipal destinará o montante equivalente ao percentual de 10% (dez por cento) da receita proveniente da arrecadação das multas de trânsito impostas pelo Município para investimentos em logradouros destinados ao uso das bicicletas.

Parágrafo único. Os investimentos em logradouros destinados ao uso de bicicletas deverão ser, preferencialmente, aplicados na criação e na manutenção de ciclovias e ciclofaixas e na instalação de sinalização vertical e horizontal de trânsito nessas vias, bem como na implantação de bicicletários públicos.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 25 de Abril de 2017

Rafael Pfuetzenreiter
Presidente

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO 16/2017 PE 10/2017

AVISO DE PUBLICAÇÃO - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017

PREGÃO ELETRONICO Nº10/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRONICO, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e os Decretos Municipais nº 401 e 676 de 2016 e, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

OBJETO - Tem por objeto o presente Edital de Pregão Eletrônico aquisição Veículo 0km ano/modelo 2017/2017 com 07 lugares e as seguintes características mínimas de fábrica: Ar Condicionado digital, desembacador do vidro traseiro temporizado, direção hidráulica, HSD (High Safety Drive) Aibag duplo (motorista e passageiro) e ABS com EBD, Limpador e lavador dos vidros dianteiro e traseiro com intermitência, Luzes de leitura dianteira e traseira, Motor E.torq 1.8 16V Flex (no mínimo), Retrovisores externos com comando interno mecânico, Rodas de aço Estampado 5.5 x 15" + Pneus 185/60 R 15, 04 cilindros em linha, Combustível: Gasolina/Etanol, numero de marchas 5 a frente e 1 a ré, capacidade do porta malas no mínimo 580 litros, tanque de combustível no mínimo de 60 litros, altura mínima do chão de 30 CM

INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 13h30min. do dia 02/05/2017.

FIM DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: as 14h00min. do dia 18/05/2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: as 14h30min. do dia 18/05/2017.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: as 14h30min. do dia 18/05/2017

LOCAL: www.bll.org.br

Informações Complementares: outras informações poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 13h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail licitacao@ponteserrada.sc.gov.br ou pelo telefone (0XX49) 34350122. Ponte Serrada, 25 de Abril de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO PROCESSO 29/2017 PE 18/2017

AVISO DE PUBLICAÇÃO - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2017

PREGÃO ELETRONICO Nº18/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRONICO, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e os Decretos Municipais nº 401 e 676 de 2016 e, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

OBJETO - Tem por objeto o presente Edital de Pregão Eletrônico aquisição Veículo, de passeio na cor preta, tipo SUV, passageiro, 0KM, ano/modelo 2017/2017, com capacidade para 5 passageiros, com motor de no mínimo 150cv, câmbio automático, com os seguintes itens mínimos de fábrica: ABS, AIR BAG DUPLO, LATERAIS e de cortina, direção elétrica, rodas aro 18", ar condicionado digital, câmara de ré, coluna da direção com regulagem de altura, vidros dianteiros e traseiros elétricos, travas elétricas, sensor de

estacionamento, sistema stop/start, central multimídia com tela de no mínimo 7", faróis de neblina.

INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h30min. do dia 02/05/2017.

FIM DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: as 15h00min. do dia 18/05/2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 15h30min. do dia 18/05/2017.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 15h30min. do dia 18/05/2017

LOCAL: www.bll.org.br

Informações Complementares: outras informações poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 13h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail licitacao@ponteserrada.sc.gov.br ou pelo telefone (0XX49) 34350122. Ponte Serrada, 25 de Abril de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO PROCESSO 30/2017 PREGÃO 19/2017

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº19/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983.

OBJETO - Tem por objeto o presente Edital de Pregão Presencial para aquisição de:

ITEM 01 - Lixeira com estrutura de ferro e madeira com diâmetro de 52x42cm conforme detalhamento:

Estrutura de ferro composta por: 04 Cantoneiras $\frac{3}{4}$ x 1/8 x 0,45 cm de ferro, 04 Cantoneiras 1" x 1/8 x 0,54 cm de ferro, 04 Cantoneiros 1" x 1/8 x 0,44 cm de ferro, 02 Barras de chapa de ferro 1" x $\frac{1}{4}$ x 1/8 x 0,45 cm comprimento, 01 Cano Aço Galvanizado 3" x 0,50 cm comprimento, contendo 22 peças de madeira de eucalipto seco plainado e tratado em auto Klabin de 0,75x0,56x0,17 pintadas em verniz escuro, com 44 parafusos com porca francês $\frac{1}{4}$ x 1.1/2 cabeça redonda.

ITEM 02 - Lixeira monobloco em plástico vazado capacidade 80 litro de 35 x 45 x 51 cm de altura nas cores variadas.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ AS: 13h30min do dia 12/05/2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: As 14h00min do dia 12/05/2017.

Informações Complementares: outras informações poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min horas, pelo e-mail compras01@gmail.com, estará disponível no site do Município ou pelo telefone (0XX49) 34350122. Ponte Serrada, 27 de Abril de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 017/2017 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 017/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para aquisição de peças e afins para manutenção e conservação da frota de caminhões e maquinários da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 12/05/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 12/05/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 28 de Abril de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 018/2017 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial Nº 018/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço Global;

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza urbana, compreendendo: Remoção de resíduos orgânicos, capinação, roçada manual e mecanizada, limpeza de lixeiras de ruas, pinturas de bancos, rótulas, meio fios, pontes, postes e demais locais determinados pela Secretaria de Obras do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 15/05/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 15/05/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro – Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 28 de Abril de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.556, DE 27 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 1.556, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial e dá outras providências, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2.468/2017.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional especial na importância de R\$ 469.062,54 (Quatrocentos e sessenta e nove mil, sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) destinado a criar a dotação abaixo descrita no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 12 – Fundação Municipal de Turismo

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo

Função: 23 – Comércio e Serviços

Subfunção: 695 - Turismo

Programa: 0025 – Gestão Moderna, estratégica e Integrada no turismo

Projeto: 1.053 – Ampliação do Centro de Atendimento ao Turista

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 469.062,54

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2017, por conta dos recursos do Convênio: Ampliação do Centro de Atendimento ao Turista, na importância de R\$ 390.000,00 (Trezentos e noventa mil reais) e pela anulação parcial da dotação orçamentária abaixo descrita na importância de R\$ 79.062,54 (Setenta e nove mil, sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

Órgão: 05 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 451 – Infraestrutura urbana

Programa: 0021 – Obras e Serviços Públicos

Projeto: 1.004 – Construção de Abrigos para Passageiros

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 39.062,54

Projeto: 1.007 – Pavimentação e Urbanização de Ruas e Avenidas

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de abril de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

DECRETO Nº 1.557, DE 27 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 1.557, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2.498/2017.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional na importância de R\$ 1.280.000,00 (Um milhão, duzentos e oitenta mil reais) destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 05 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Funcional programática: 15.452.0021

Atividade: 2.013 – Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 1.280.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo elencada no valor de R\$ 1.280.000,00 (Um milhão, duzentos e oitenta mil reais).

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete do Prefeito

Funcional programática: 02.061.0002

Atividade: 2.007 – Indenizações de Precatórios e Sentenças judiciais

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 120.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 500.000,00

Órgão: 05 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Funcional programática: 15.451.0021

Projeto: 1.005 – Construção de Obras de Arte

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Projeto: 1.006 – Reforma/Ampliação do Cemitério Municipal

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 50.000,00

Atividade: 2.077 – Apoio a Pavimentação Comunitária

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 100.000,00

Órgão: 07 – Secretaria de Pesca e Aquicultura

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Pesca e Aquicultura

Funcional programática: 20.606.0024

Projeto: 1.013 – Construção de Trápiche Municipal

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 500.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de abril de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 019/2016 FMEDUCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 019/2016 – FMEDUCA– 3º TERMO ADITIVO

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a acréscimo de valor ao Contrato nº 019/2016 referente à Concorrência Pública 002/2016 - FMEDUCA para execução de obras e serviços especializados para a construção de escola de um pavimento com 12 salas de aula no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: RINOVI CONSTRUTORA LTDA ME

VALOR: R\$ 75.872,85 (Setenta e cinco mil oitocentos e setenta e dois reais e oitenta e cinco centavos)

ASSINATURA: 24/04/2017

Porto Belo, 24 de Abril de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2500, DE 27 DE ABRIL DE 2017

LEI MUNICIPAL Nº 2500, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Altera o parágrafo segundo do artigo 1º da Lei Municipal nº 2.332/2015 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo segundo do artigo 1º da Lei Municipal nº 2332, de 1º de dezembro de 2015, que terá a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

§ 2º O concessionário deverá efetuar a manutenção e limpeza dos vestiários, banco de reservas, corte do gramado do campo de futebol descrito no “caput”, mantendo também a limpeza de todo o entorno do campo, sendo entendido como entorno o espaço compreendido por toda a área pública fora do campo, como: a passagem de pedestres, o estacionamento, a academia ao ar livre e o prédio público onde estão alocados o bar e a Chancha de Bocha, bem como deverá, ainda, comunicar o Poder Executivo Municipal no caso de dano a algum equipamento do campo e todas as áreas descritas anteriormente.”

Art. 2º Os demais dispositivos da Lei permanecerão inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos ao dia 2 de janeiro do ano de 2017.

Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de abril de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2501, DE 27 DE ABRIL DE 2017

LEI MUNICIPAL Nº 2501, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Autoriza o Município de Porto Belo a conceder Subvenção Social por meio de Termo de Colaboração ao Instituto Vidas de Assistência à Saúde para manutenção e o pleno funcionamento das atividades do Pronto Atendimento e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Município de Porto Belo autorizado a conceder subvenção social por meio de Termo de Colaboração ao Instituto de Assistência à Saúde, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.617.301/0001-00, para manutenção e o pleno funcionamento das atividades do pronto socorro, atendimentos de especialidades e realização de cirurgias de média complexidade, objetivando a parceria mútua entre os partícipes para contribuir com o desenvolvimento social do Município Porto Belo, em especial para os grupos menos favorecidos, que dependem única e exclusivamente da rede pública de saúde para congregar as atividades correlatas a esse sistema em especial os atendimentos de especialidades médicas e cirúrgicas, prezando assim por melhores condições principalmente quando a custos, pagamentos, execução de atividades e atendimento à população.

§ 1º Para a execução da parceria de que trata o "caput" deste artigo, o Município de Porto Belo repassará a entidade através de subvenção social firmada por Termo de Colaboração, com fulcro na Lei nº 13019/2014, o valor mensal de R\$ 155.247,20 (cento e cinquenta e cinco mil e duzentos e quarenta e sete reais e vinte centavos), totalizando o valor de R\$ 1.241.977,60 (um milhão e duzentos e quarenta e um mil e novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), de acordo com o Plano de Aplicação.

§ 2º O repasse da primeira parcela ocorrerá no mês de maio de 2017.

§ 3º O repasse da parcela de cada mês está condicionada à apresentação da Prestação de Contas do mês anterior nos moldes da Lei nº 13019/2014 c/c IN14/2012 TCE/SC.

§ 4º A vigência do Termo de Colaboração será de 8 (oito) meses, renováveis até 5 (cinco) anos, podendo ser alterado, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de Termo Aditivo, cujos valores nas possíveis renovações, serão corrigidos pelo INPC.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional especial até a importância de R\$ 1.241.977,60 (um milhão e duzentos e quarenta e um mil e novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos) destinado a criar a dotação abaixo descrita no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0012 - Média e Alta Complexidade

Atividade: 2.053 - Implantação e Manutenção de Unidade P.A.

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recurso: 0.1.002 - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 1.241.977,60

Art. 3º O crédito aberto no artigo anterior será coberto pela anulação parcial da dotação orçamentária abaixo descrita na importância de R\$ 1.241.977,60 (um milhão e duzentos e quarenta e um mil e novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos):

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0012 - Média e Alta Complexidade

Atividade: 2.053 - Implantação e Manutenção de Unidade P.A.

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.002 - Recursos: Ordinários

Valor: R\$ 1.241.977,60

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de abril de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2502, DE 27 DE ABRIL DE 2017

LEI MUNICIPAL Nº 2502, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à devolução de recursos e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à devolução dos recursos depositados na conta do Município de Porto Belo, por Joel Orlando Lucinda, brasileiro, divorciado, vereador, inscrito no CPF nº 712.813.559-68, residente e domiciliado na Rua Irineu José Moreira, nº 702, Bairro Centro, Porto Belo/SC, no valor de R\$ 5.042,95 (cinco mil e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos).

Art. 2º O valor constante no art. 1º foi depositado na conta do Município de Porto Belo, nome PM PORTO BELO IPTU, na Caixa Econômica Federal, agência 4729, conta 00.000.005-5, na data de 11/05/2015, conforme decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina Processo nº TCE-02/06795130.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de abril de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 064/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Termo Aditivo de Ata de Registro de Preços 064/2017

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 001/2016 - FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e Stang & Stang Ltda.

0.1 – DESCRIÇÃO DO ITEM

Glosa-se o valor de R\$ 257,37 (duzentos e cinquenta e sete reais e trinta e sete centavos) a presente ata, referente ao reequilíbrio financeiro do Item 01 – Gasolina Comum – Bomba Posto, passando para o valor de R\$ 3,49 (três reais e quarenta e nove centavos) o litro.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de abril de 2017.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 013/2017 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 013/2017 - FAS

Partes: Município de Porto União e Reunidas S.A. Transportes Coletivos.

Objeto: Fornecimento de passagens para usuários da Assistência Social referente aos itinerários diversos efetuados pela concessionária Reunidas S/A Transportes Coletivos.

Valor: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 001/2017 - FAS, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 12 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Reunidas S.A. Transportes Coletivos.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 059/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 059/2017

Partes: Município de Porto União e Padaria e Lanchonete da Serra Ltda – ME.

Objeto: Fornecimento de marmitas para a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 026/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 13 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Padaria e Lanchonete da Serra Ltda – ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 012/2017 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 012/2017 - FAS

Aditivo ao Contrato de Fornecimento 033/2016 - FAS

Partes: Município de Porto União e Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda - ME.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais) ao aludido contrato superior, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 11 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 058/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 058/2017

Aditivo ao Contrato de Fornecimento 196/2016

Partes: Município de Porto União e Esporte Center Fraiburgo Ltda - ME.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 1.310,00 (um mil trezentos e dez reais) ao aludido contrato superior, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 11 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 002/2016 – Educação.

Partes: Município de Porto União e Stang & Stang Ltda.

1.1 - DESCRIÇÃO DO ITEM

Devido a redução dos preços de mercado, diminui-se o valor unitário por litro do seguinte item:

Item 01 – Gasolina Comum Bomba - Posto, passando para o valor de R\$ 3,49 (três reais e quarenta e nove centavos) o litro.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de abril de 2017.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 091/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 091/2016
Partes: Município de Porto União e Stang & Stang Ltda.

1.1 - DESCRIÇÃO DO ITEM

Devido a redução dos preços de mercado, diminui-se o valor unitário por litro do seguinte item:

Item 01 – Gasolina Comum Bomba - Posto, passando para o valor de R\$ 3,49 (três reais e quarenta e nove centavos) o litro.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de abril de 2017.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 025/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 038/2017
Pregão Presencial 025/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Asauva EIRELI – ME.
Porto União SC, 10 de abril de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 026/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 039/2017
Pregão Presencial 026/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Padaria e Lanchonete da Serra Ltda – ME.
Porto União SC, 13 de abril de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 032/2017 DE 11/04/2017 DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO CNPJ 83.102.681/0001-26 Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina Fone 47 3545-1133

DECRETO Nº 032/2017 de 11/04/2017

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.653/16 de 14/12/16.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 13 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional: 08.244.0028.2.038 Manutenção do Fundo de Assistência Social

(135) 3.3.90.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º — O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 13 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional: 08.244.0028.2.038 Manutenção do Fundo de Assistência Social

(137) 3.3.50.00.00.00.00 0130 – Transf. a Instituições privadas sem Fins Lucrativos
..... R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de abril de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 033/2017 DE 26/04/2017 ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 033/2017 de 26/04/2017

Altera membros do Conselho Municipal de Saúde de Pouso Redondo e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.490/2013 de 20/06/2013.

Considerando que o Rotary Club expediu declaração, informando que a entidade não possui interesse na participação do Conselho.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para integrar o Conselho Municipal de Saúde:

I – REPRESENTANTES DO GOVERNO:

Representantes:	Órgão/ Entidade
Daniele Fernandes – Titular	Secretaria Municipal de Saúde
Silvana Cristina Bizolo – Suplente	

Maikel Verdi – Titular	Secretaria Municipal de Finanças
Rafael N. Tambozi - Suplente	
Ethel S. Pedroso – Titular	Reps. Hosp. Comunitário Annegret Neitzke
Carlos Zanella - Suplente	

II – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Representantes:	Órgão/ Entidade
Gabriela Neri de Campos - Titular	
Jaques Unbehawn Greuel - Suplente	Laboratórios de Análises Clínicas

III – REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE:

Representantes:	Órgão/ Entidade
Vitório Antônio R. da Silva - Titular	Categoria Dos Médicos e Odontólogos
Fabio Cardoso Pereira - Suplente	
Liliane Jurk Felizardo – Titular	Repres. Da Categoria de Enfermagem
Jucemara Muniz Conceição - Suplente	

IV - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

Representantes:	Órgão/ Entidade
Maria Aparecida Freundel - Titular	OASE
Rita Reif - Suplente	
José Frassini - Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Danilo Balchspiess - Suplente	
Gilson Montanha - Titular	Ass. de Moradores do Bairro Boa Vista
Everaldo José Leffer de Liz - Suplente	
Genoveva dos Santos Sora - Titular	Ass. de Pais e Amigos dos Excep. - APAE
Filipe Roberto Colatto Vivan – Suplente	
Miranda Odorizzi – Titular	Pastoral da Saúde
Verônica Teikowski - Suplente	

Art 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 056/2013 de 22/03/2013.

Pouso Redondo, 26 de abril de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

PROCESSO 021 2017 CC 02 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 21/2017

CONCORRENCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº. 02/2017

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 10:00 Horas do dia 30.05.2017, para Concessão de uso de bem público municipal visando sua exploração comercial, da Lanchonete e banheiros, com área de 169,48m², de propriedade do Município, situada Na Praça Gotlieb Reif - Rua 23 de Julho - Bairro Centro, nesta Cidade, destinada exclusivamente à atividade de Lanchonete e Bar, a preços populares, pelo período de 02(dois) anos. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 27 de Abril de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2017

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 32/2017

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA ME
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais de expediente e consumo a fim de atender as atividades do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Presidente Castello Branco (SC), através do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS (Cofinanciamento Estadual dos Serviços de Proteção Social Básica) e Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, conforme relação e quantitativos constantes abaixo:
VALOR:	R\$ 5.350,40 (Cinco mil trezentos e cinquenta reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	18/02/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2017

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 37/2017

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2017, a seguir relacionados:
VALOR:	150.042,76 (cento e cinquenta mil quarenta e dois reais e setenta e seis centavos).
VIGÊNCIA:	21/02/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2017

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 29/2017

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	JOAÇABA PNEUS LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Pneus Novos destinados à manutenção dos veículos e maquinários da Frota Municipal, para o exercício de 2017, conforme as especificações constantes neste contrato.
VALOR:	R\$ 12.016,00 (Doze mil e dezesseis reais)
VIGÊNCIA:	17/02/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2017

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 30/2017

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	CAVA PROJETOS E ENGENHARIA
OBJETO:	Contratação de consultoria para desenvolver estudo técnico com coleta e levantamento de dados para confecção de relatório final que deve ser composto por; Laudo geológico, estudos hidrológicos e Programa de Monitoramento de Estabilidade do Talude e suas respectivas anotações de responsabilidade técnica.
VALOR:	R\$ 6.690,33 (Seis mil seiscentos e noventa reais com trinta e três centavos).
VIGÊNCIA:	21/02/2017 à 22/03/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2017**EXTRATO DE CONTRATO**

Nr. 31/2017

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	LUCIANE FRIGO ME
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais de expediente e consumo a fim de atender as atividades do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Presidente Castello Branco (SC), através do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS (Cofinanciamento Estadual dos Serviços de Proteção Social Básica) e Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, conforme relação e quantitativos constantes abaixo:
VALOR:	R\$ 8.306,70 (Oito mil trezentos e seis reais e setenta centavos).
VIGÊNCIA:	18/02/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2017**EXTRATO DE CONTRATO**

Nr. 33/2017

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	L.A CN INFORMÁTICA LTDA ME
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais de expediente e consumo a fim de atender as atividades do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Presidente Castello Branco (SC), através do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS (Cofinanciamento Estadual dos Serviços de Proteção Social Básica) e Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, conforme relação e quantitativos constantes abaixo:
VALOR:	R\$ 6.222,53 (Seis mil duzentos e vinte e dois reais e cinquenta e três centavos).
VIGÊNCIA:	18/02/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2017**EXTRATO DE CONTRATO**

Nr. 34/2017

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2017.
VALOR:	R\$ 45.666,76 (quarenta e cinco mil seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e seis centavos).
VIGÊNCIA:	21/02/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2017**EXTRATO DE CONTRATO**

Nr. 35/2017

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2017, a seguir relacionados:
VALOR:	R\$ 51.366,25 (cinquenta e um mil trezentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos).
VIGÊNCIA:	21/02/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2017**EXTRATO DE CONTRATO**

Nr. 36/2017

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2017, a seguir relacionados:
VALOR:	R\$ 11.449,60 (Onze mil quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos)
VIGÊNCIA:	21/02/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2017**EXTRATO DE CONTRATO****Nr. 38/2017**

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MAURO MARCIANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2017, a seguir relacionados:
VALOR:	R\$ 68.063,98 (sessenta e oito mil sessenta e oito reais e noventa e oito centavos)
VIGÊNCIA:	21/02/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2017**EXTRATO DE CONTRATO****Nr. 39/2017**

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2017, a seguir relacionados:
VALOR:	R\$ 15.321,94 (quinze mil trezentos e vinte e um reais e noventa e quatro centavos)
VIGÊNCIA:	21/02/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2017**EXTRATO DE CONTRATO****Nr. 40/2017**

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	AGLON MEDICAMENTOS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2017, a seguir relacionados:
VALOR:	R\$ 16.444,20 (dezesesseis mil quatrocentos e quarenta reais e vinte centavos).
VIGÊNCIA:	21/02/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2017**EXTRATO DE CONTRATO****Nr. 41/2017**

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2017, a seguir relacionados:
VALOR:	R\$ 87.477,03 (Oitenta e sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e três centavos)
VIGÊNCIA:	21/02/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2017**EXTRATO DE CONTRATO****Nr. 42/2017**

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	HORTIFRUTIGRANJEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME.
OBJETO:	O presente contrato consiste na aquisição de Gêneros Alimentícios, a serem utilizados na Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino, do Município de Presidente Castello Branco/SC, para o ano letivo de 2017, conforme consta a seguir:
VALOR:	R\$ 2.448,70 (Dois mil quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta centavos).
VIGÊNCIA:	23/02/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO CONTRATO N° 43/2017

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 43/2017

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE CON-CÓRDIA
OBJETO:	O presente contrato consiste na aquisição de Gêneros Alimentícios, a serem utilizados na Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino, do Município de Presidente Castello Branco/SC, para o ano letivo de 2017, conforme consta a seguir:
VALOR:	R\$ 19.747,82 (dezenove mil setecentos e quarenta e sete reais e oitenta e dois centavos).
VIGÊNCIA:	23/02/2017 à 31/12/2017.

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 24/2017

DECRETO Nº. 24/2017, de 27 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal do Município de Presidente Nereu – SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Municipal 1354/2012 de 18 de Setembro de 2012, baixa o seguinte:

DECRETO

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para composição do CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, conforme relacionado abaixo:

a) REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

Aline Moreira - Titular

Sônia Correa- Suplente

Irma Vanderlinde- Titular

Elisandra Delabeneta Knihs - Suplente

b) REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Andreza Hang Vanderlinde- Titular

Valdemiro Cadilhac- Suplente

c) REPRESENTANTE DOS DIRETORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Claudia Eink - Titular

Jairo Formentin - Suplente

d) REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS.

Dineide Meyer Comandoli- Titular

Vanderléia Kochanski- Suplente

e) REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA.

Eliane Heinz - Titular

Josiléia Medeiros- Suplente

Elizabete Mich Gili - Titular

Cátia Maria Rech - Suplente

f) REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Claudilene Belegante- Titular

José Ademir Bento - Suplente

Gilceli Bunn- Titular

Letícia Wolf- Suplente

g) REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Marlene Kraus- Titular

Simone Eifler Burg- Suplente

h) REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

Ana Paula Prim da Silva- Titular

Eliani Aparecida Gili Weiss - Suplente

Art. 2º - O período de mandato dos Conselheiros acima relacionados, de acordo com o artigo 4.º da Lei 1354/2012, será de 02 (dois) anos, permitindo uma recondução por igual período, tendo como vigência o período compreendido entre 25 de abril de 2017 a 25 de abril de 2019.

Art. 3º - De acordo com o que determina o Artigo 6º da Lei nº 1354/2012, o conselho do FUNDEB terá um Presidente, Vice- presidente e um secretário que serão eleitos pelos conselheiros, ficando assim nomeado a diretoria do conselho:

I- Presidente: ANDREZA HANG VANDERLINDE

II- Vice- presidente: GILCELI BUNN

III- Secretária: DINEIDE MEYER COMANDOLI

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 27 de abril de 2017.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

EDITAL 4/2017 MEDICAMENTOS - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL PREGÃO Nº 04/2017

REGISTRO DE PREÇOS

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº 185/2017 de 15/03/2017, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 04/2017, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto 8538/2015 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 11 de maio de 2017.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00 horas
- e) Abertura do processo: dia 11/05/2017 às 09:15 horas

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

1. III

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 4/2017.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 4/2017.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Preferencialmente as empresas deverão apresentar a proposta na forma digital (PLANILHA ELETRÔNICA), primeiramente se cadastrando no site do Município <http://www.presidentenereu.sc.gov.br/>, para preenchimento dos itens na planilha eletrônica para cada empresa criando uma senha individual que será identificada na impressão da proposta, conforme caminho abaixo:

ROTEIRO PARA CADASTRO DE PROPOSTA ON-LINE

Endereço Eletrônico: <https://presidentenereu.atende.net>

Passo a passo para enviar proposta de licitações online:

1º passo: Fazer o cadastro da Empresa – escolher a finalidade: Serviços do Portal do Cidadão.

2º passo: Após realização do cadastro o portal atende net enviará e-mail contendo o link de liberação. A Empresa deverá clicar no link de confirmação (observar se o e-mail não foi para a caixa de "spam" ou "lixo eletrônico").

Após a confirmação o acesso poderá ser liberado pelo Departamento de Licitações;

3º passo: Confirmado o e-mail de recebimento de cadastro, deverá ser encaminhado solicitação de liberação de acesso através do e-mail:

compras@presidentenereu.sc.gov.br

A senha a ser utilizada é a mesma do e-mail cadastrado.

OBS.: SE A EMPRESA JÁ FOR CADASTRADA FAZER O LOGIN.

4º passo: Após fazer o "login" ir para "buscar serviços": digite nesse campo "propostas" e abrirá a tela: Enviar Proposta de Licitações;

5º passo: Enviar Proposta de Licitações: clique em acessar online;

6º passo: Enviar Proposta de Licitações: Escolha o Pregão ou Licitação desejada e clique no ícone à direita "adiciona proposta". Após inserir a proposta clique em confirmar e imprimir relatório de propostas. Após confirmar a proposta observar se há a necessidade de desativar o "pop-up", para impressão da proposta.

Obs. Após a impressão, assinar a proposta e inserir no envelope de proposta comercial (nº01).

NO CASO DE DÚVIDAS, ENTRAR EM CONTATO NO TELEFONE (47) 3362 1108.

2.1.3 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 11 de maio de 2017 às 09:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

2. IV

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

I

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida por 60 dias e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte do pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

VII

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de regularidade junto a justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da Proposta.

6.1.13 Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal (Alvará de Saúde) em vigor.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 3.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante.

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

4. II

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da

referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

X

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

XIXI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal no Diário Oficial dos Municípios, mural Público Municipal e disponibilizado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 12.6.1 e 12.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 12.6.1 e 12.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO:

XIIIXII

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na cláusula "XVII", deste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu/SC e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

XIII

14 XIII

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

10
001
0010
0301
1601
2022
33903009000000
01020000
10
001
0010
0301
1601
2022
33903009000000
13810000

XV - DO PAGAMENTO:

15 XIV

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16 XV

16.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:XVI

17 XVI

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO:XVII

18 XVII

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 17.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:XVIII

19 II

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 48 (quarenta e oito) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu.

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE.

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE.

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo X – Termo Referência.

19.1.13 As entregas solicitadas deverão ser realizados na Unidade Sanitária do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:XIX

XIX

19.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

19.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no edital.

19.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA:XX

20 XX

20.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

20.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

21 XXI

21.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

21.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

21.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

21.4 O pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

21.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

22.4.1 Adiada a abertura da licitação;

22.4.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

22.6 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (.47) 33621108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

22.7 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

22.8 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado no Diário Oficial dos Municípios, e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU-SC, 28 de abril de 2017.

BENITO BRAND

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 04/2017

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____ e-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 04/2017 E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 04/2017
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOSATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017
PROCESSO Nº 04/2017

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Aos __ dias do mês de ____ do ano de 20__, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de _____, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE

1º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

2º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

3º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de _____ de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal Pregoeira

Assinaturas fornecedores

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ , com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileira, casada, no exercício de cargo de Prefeita, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF

895.107.639-34 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa,
. pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede Neste
ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em
. inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente:

10
001
0010
0301
1601
2022
33903009000000
01020000
10
001
0010
0301
1601
2022
33903009000000
13810000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO EM ATÉ 15 DIAS APÓS ENTREGA DO OBJETO E APRESENTAÇÃO DE DOC. FISCAL.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze) meses após a emissão da Ordem de Serviço, ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993,

consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Entrega dos objetos licitados será realizada de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 48 (quarenta e oito) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 as 11:30 e das 13:30 as 17:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 4/2017, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico
OAB/SC

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 04/2017

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 04/2017

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ----- (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. /20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 04/2017

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 04/2017, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 04/2017

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 04/2017, instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 04/2017

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo

artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 04/2017

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa , CNPJ n.º , declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. 04/2017.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 04/2017

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 04/2017

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para _____, ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº.04/2017, acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

Item	Produto - Descrição	Descrição	Quantidade Licitada	Cotação Máxima Unit.	Cot. Máx. Total
1	ACEBROFILINA XPE 25MG/5ML INFANTIL 120 ML	FRASCOS	300	3,7800	1.134,0000
2	ACEBROFILINA XPE 50MG/5ML ADULTO 120 ML	FRASCOS	300	5,3900	1.617,0000
3	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG	COMPRIMIDO	30.000	0,0200	600,0000
4	ACIDO ACETILSALICILICO TAMPONADO 100 MG CARDIO	COMPRIMIDO	10.000	0,6200	6.200,0000
5	ACIDO ACETILSALICILICO 500 MG	COMPRIMIDO	5.000	0,0300	150,0000
6	ACIDO FOLICO 05 MG (FB)	COMPRIMIDO	10.000	0,0500	500,0000
7	ACIDO FOLICO GOTAS 0,2 MG/ML 30 ML	FRASCOS	20	7,5000	150,0000
8	ACIDO VALPROICO 250 MG (C1)	COMPRIMIDO	10.000	0,3200	3.200,0000
9	ACIDO VALPROICO 500 MG (C1)	COMPRIMIDO	5.000	0,8500	4.250,0000

Item	Produto - Descrição	Descrição	Quantidade Licitada	Cotação Máxima Unit.	Cot. Máx. Total
10	ACICLOVIR CPR 200 MG	COMPRIMIDO	3.000	0,5000	1.500,0000
11	ACICLOVIR CREME TUBO 10 GR	TUBO	200	3,8600	772,0000
12	ADRENALINA 01MG 01MIL	AMPOLA	200	3,8000	760,0000
13	RETINOL 50.000I+COLECALCIFENOL 10.000I 20ML GTS	FRASCOS	400	5,8100	2.324,0000
14	ALBENDAZOL SUSP. 4% 10 ML	FRASCOS	1.000	1,3700	1.370,0000
15	ALBENDAZOL 400 MG FRACIONADO	COMPRIMIDO	2.000	0,9100	1.820,0000
16	ALENDRONATO DE SODIO 10MG	COMPRIMIDO	1.000	0,7000	700,0000
17	ALENDRONATO DE SODIO 70 MG CPR	COMPRIMIDO	2.000	0,4800	960,0000
18	ALOPURINOL 100 MG	COMPRIMIDO	2.000	0,0700	140,0000
19	ALPRAZOLAM 0,50 MG (B1)	COMPRIMIDO	10.000	0,1500	1.500,0000
20	ALPRAZOLAM 1,00 MG(B1)	COMPRIMIDO	10.000	0,1600	1.600,0000
21	ALPRAZOLAM 2,00 MG (B1)	COMPRIMIDO	10.000	0,2400	2.400,0000
22	AMINOFILINA 100 MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	8.000	0,2700	2.160,0000
23	AMINOFILINA 0,24 MG - 10ML INJ.	AMPOLA	200	1,1600	232,0000
24	AMITRIPTILINA 25 MG	COMPRIMIDO	30.000	0,0400	1.200,0000
25	AMOXICILINA SUSP. 250 MG/5ML OU 50 MG/ML 60 ML	FRASCOS	300	4,6200	1.386,0000
26	AMOXICILINA 500 MG	COMPRIMIDO	3.000	0,1800	540,0000
27	AMOXICILINA + CLAVULANATO 400/57MG SUSPENSAO	FRASCOS	300	64,4100	19.323,0000
28	AMOXICILINA (500MG) + CLAVULANATO (125MG)	COMPRIMIDO	8.000	1,2700	10.160,0000
29	AMPICILINA SUSP. 250MG 60 ML	FRASCOS	200	3,3800	676,0000
30	AMPICILINA 500 MG	COMPRIMIDO	2.000	0,2400	480,0000
31	AMPICILINA 1,0 GR INJ. S/ DILUENTE	UNIDADE	100	8,6400	864,0000
32	ANLODIPINA 5 MG	COMPRIMIDO	20.000	0,0300	600,0000
33	ANLODIPINO 10MG	COMPRIMIDO	10.000	0,0700	700,0000
34	ATENOLOL 25 MG CPR	COMPRIMIDO	20.000	0,0400	800,0000
35	ATENOLOL 50 MG - COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	20.000	0,0500	1.000,0000
36	ATENOLOL + CLORTALIDONA 100 + 25MG	COMPRIMIDO	3.000	0,5500	1.650,0000
37	AZITROMICINA 500 MG CPR	COMPRIMIDO	2.000	0,7500	1.500,0000
38	AZITROMICINA SUSP. 200MG/5ML 600 MG 15 ML	FRASCOS	200	3,6400	728,0000
39	BENZOATO DE BENZILA 25% 200MG 100 ML	FRASCOS	100	3,7700	377,0000

Item	Produto - Descrição	Descrição	Quantidade Licitada	Cotação Máxima Unit.	Cot. Máx. Total
40	CLOPIDOGREL 75 MG CPR	COMPRIMIDO	8.000	0,6600	5.280,0000
41	SULFATO DE TERBUKTALINA INJ. 0,5MG/ML 01ML	AMPOLA	100	3,8500	385,0000
42	BIPERIDENO 02 MG (C1)	COMPRIMIDO	5.000	0,3000	1.500,0000
43	BROMAZEPAN 03 MG (B1)	COMPRIMIDO	15.000	0,0600	900,0000
44	BROMAZEPAN 06 MG	COMPRIMIDO	10.000	0,0800	800,0000
45	BROMETO DE PINAVEIRO 100MG	COMPRIMIDO	2.000	0,9700	1.940,0000
46	BROMETO N-BUTILESCOPOLAMINA + DIPIRONA 10MG/250MG	COMPRIMIDO	10.000	0,7000	7.000,0000
47	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA + DIPIRONA GOTAS 20 ML	FRASCOS	400	9,9800	3.992,0000
48	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML (IV) 1ML	AMPOLA	100	1,2100	121,0000
49	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA + DIPIRONA INJ 05 ML IM/IV	AMPOLA	300	1,8800	564,0000
50	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA 20MG/ML INJ 01 ML	AMPOLA	100	1,2100	121,0000
51	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA + DIPIRONA INJ 05 ML IM/IV	AMPOLA	300	1,8800	564,0000
52	CAPTOPRIL 25 MG	COMPRIMIDO	20.000	0,0300	600,0000
53	CAPTOPRIL 50 MG	COMPRIMIDO	10.000	0,0600	600,0000
54	CARBAMAZEPINA 200 MG	COMPRIMIDO	15.000	0,0900	1.350,0000
55	CARBAMAZEPINA SUSP. ORAL 20 MG 100 ML	FRASCOS	100	9,0800	908,0000
56	CARBIDOPA 25 MG + LEVEDOPA 250 MG	COMPRIMIDO	5.000	0,3800	1.900,0000
57	CARBONATO DE CALCIO 500 MG	COMPRIMIDO	5.000	0,0700	350,0000
58	CARVEDILOL 6,25 MG	COMPRIMIDO	10.000	0,1200	1.200,0000
59	CARVEDILOL 12,5 MG	COMPRIMIDO	10.000	0,1200	1.200,0000
60	CARVEDILOL 25 MG CPR.	COMPRIMIDO	10.000	0,2300	2.300,0000
61	DESLANOSIDEO 04 MG 02 ML INJETAVEL	AMPOLA	100	1,7900	179,0000
62	CEFALEXINA SUSP. 250 MG/5ML 060 ML	FRASCOS	300	7,0700	2.121,0000
63	CEFALEXINA SUSP. 250MG/5ML 100 ML	FRASCOS	300	10,9800	3.294,0000
64	CEFALEXINA 500 MG	FRASCOS	15.000	0,7500	11.250,0000
65	CEFTRIAXONA 1,000 GR SEM DILUENTES IM/IV	AMPOLA	200	11,0600	2.212,0000
66	CETOCONAZOL CREME 20 MG 30 GR	TUBO	300	1,6800	504,0000
67	CETOCONAZOL 200 MG - COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2.000	0,1900	380,0000
68	CETOPROFENO 50MG/ML (IM)2ML	AMPOLA	100	2,1800	218,0000
69	LEVONORGESTRELO 0,15MG + ETINILESTRADIOL 0,03MG	COMPRIMIDO	3.000	0,0300	90,0000

Item	Produto - Descrição	Descrição	Quantidade Licitada	Cotação Máxima Unit.	Cot. Máx. Total
70	CILOSTAZOL 100 MG CPR	COMPRIMIDO	10.000	0,9800	9.800,0000
71	CIMETIDINA 200 MG CPR	COMPRIMIDO	5.000	0,1400	700,0000
72	CIMETIDINA 300 MG 2 ML INJ	AMPOLA	200	1,1500	230,0000
73	CINARIZINA 75 MG	COMPRIMIDO	10.000	0,3800	3.800,0000
74	CIPROFLOXACINO 500 MG CPR	COMPRIMIDO	5.000	0,2900	1.450,0000
75	CITALOPRAM 20 MG	COMPRIMIDO	20.000	0,2200	4.400,0000
76	CLOMIPRAMINA 25 MG	COMPRIMIDO	5.000	0,5600	2.800,0000
77	CLONAZEPAM 0,5 MG	COMPRIMIDO	10.000	0,1300	1.300,0000
78	CLONAZEPAN 02 MG	COMPRIMIDO	20.000	0,1000	2.000,0000
79	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML GTS 20 ML	FRASCOS	400	2,3300	932,0000
80	CLORETO DE SODIO 0,9% ADULTO/INFANTIL FRASCO 20ML	FRASCOS	100	1,0800	108,0000
81	DOXICILINA 100 MG CPR.	COMPRIMIDO	1.000	0,1700	170,0000
82	CODEINA 50 MG + DICLOFENACO 50 MG	COMPRIMIDO	1.000	4,0000	4.000,0000
83	COMPLEXO VITAMINA B INJ. 2 ML	AMPOLA	100	1,0800	108,0000
84	CLORPROMAZINA, COMP. 25 MG	COMPRIMIDO	2.000	0,2700	540,0000
85	CLORPROMAZINA 100 MG	COMPRIMIDO	4.000	0,2600	1.040,0000
86	CLORPROMAZINA GOTAS 40MG/20ML	FRASCOS	100	6,0800	608,0000
87	CLORPRAMAZINA INJ. (IM/IV) 25MG 05 ML	AMPOLA	100	2,4200	242,0000
88	DESLORATADINA XAROPE 60 ML	FRASCOS	100	18,8500	1.885,0000
89	DEXAMETASONA 04MG 2,5ML	AMPOLA	200	0,9300	186,0000
90	DEXAMETAZONA 4 MG CPR.	COMPRIMIDO	2.000	0,1500	300,0000
91	DEXAMETASONA CREME 10 GR	TUBO	400	1,0900	436,0000
92	DEXCLORFENIRAMINA + BETAMETASONA 0,4 + 0,05MG/ML 120ML	FRASCOS	200	2,9500	590,0000
93	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG CPR	COMPRIMIDO	4.000	0,0800	320,0000
94	DIAZEPAM 10 MG 02 ML	AMPOLA	200	0,7600	152,0000
95	DIAZEPAN 0,5 MG COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	10.000	0,0400	400,0000
96	DIAZEPAN 10 MG	COMPRIMIDO	10.000	0,0400	400,0000
97	DICLOFENACO POTASSICO 75 MG/2ML INJ.	AMPOLA	300	0,8700	261,0000
98	DICLOFENACO DIETILAMONIO GEL 11,6 MG/GR 60 GR	TUBO	400	4,2400	1.696,0000
99	DICLOFENACO POTASSICO 50 MG CPR	COMPRIMIDO	8.000	0,0600	480,0000
100	DICLOFENACO SODICO 50MG CPR	COMPRIMIDO	8.000	0,0300	240,0000

Item	Produto - Descrição	Descrição	Quantidade Licitada	Cotação Máxima Unit.	Cot. Máx. Total
101	DIGOXINA 0,25 MG CPR.	COMPRIMIDO	10.000	0,0500	500,0000
102	DICLOFENACO ELIXIR 60 ML	FRASCOS	50	8,5000	425,0000
103	DILTIAZEM 60 MG	COMPRIMIDO	10.000	0,1800	1.800,0000
104	DILTIAZEM 90 MG CPR	FRASCOS	3.000	1,7200	5.160,0000
105	DIMETICONA 40MG CPR.	COMPRIMIDO	10.000	0,1500	1.500,0000
106	DIMETICONA 75 MG GOTAS 10 ML	FRASCOS	400	1,0300	412,0000
107	DIPIRONA SODICA 500 MG CPR.	COMPRIMIDO	20.000	0,1100	2.200,0000
108	DIPIRONA SODICA 500MG/ML FRASCO 20ML	FRASCOS	400	1,0500	420,0000
109	DIPIRONA SODICA 500MG/ML (IV/IM) 2ML	AMPOLA	300	0,5900	177,0000
110	PETIDINA INJ. 50MG/2ML	AMPOLA	50	2,2000	110,0000
111	DOMPERIDONA 10MG	COMPRIMIDO	3.000	0,1700	510,0000
112	DOMPERIDONA 1MG/ML FRASCO 100 ML	FRASCOS	100	15,6000	1.560,0000
113	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50MG	FRASCOS	5.000	3,0000	15.000,0000
114	DOXASOSINA 02 MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	10.000	0,1700	1.700,0000
115	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA INJETAVEL 50MG/ML B6 I.M	AMPOLA	100	1,6900	169,0000
116	MALEATO DE ENALAPRIL 10,0 MG	COMPRIMIDO	20.000	0,1000	2.000,0000
117	MALEATO DE ENALAPRIL 20,0 MG	COMPRIMIDO	20.000	0,1200	2.400,0000
118	ERITROMICINA 500 MG	COMPRIMIDO	1.000	0,7900	790,0000
119	ERITROMICINA SUSP. ORAL 25MG/ML 60 ML	FRASCOS	100	7,1800	718,0000
120	ETILEFRINA INJ. 10MG/ML 1 ML	AMPOLA	130	1,3800	179,4000
121	FENITOINA 100 MG	COMPRIMIDO	3.000	0,4200	1.260,0000
122	FENOBARBITAL 100 MG	COMPRIMIDO	5.000	0,1200	600,0000
123	FENOBARBITAL SODICO INJ. 200MG/ML 1 ML	AMPOLA	100	2,2200	222,0000
124	FENOBARBITAL 40MG/ML FRASCO 20 ML	AMPOLA	100	4,0400	404,0000
125	FINASTERIDA 5 MG	COMPRIMIDO	10.000	0,4700	4.700,0000
126	FLUCONAZOL 150 MG CPR	COMPRIMIDO	1.000	0,3800	380,0000
127	FLUOXETINA 20 MG	COMPRIMIDO	20.000	0,0600	1.200,0000
128	FUROSEMIDA 20 MG 2 ML INJ	AMPOLA	100	0,6900	69,0000
129	FUROSEMIDA 40MG	COMPRIMIDO	20.000	0,0400	800,0000
130	GENTAMICINA 080MG 02 ML IM/IV	AMPOLA	100	0,8800	88,0000
131	GLIBENCLAMIDA 5 MG - COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2.000	0,0300	60,0000
132	GLICOSE HIPERTONICA 25%10 ML	AMPOLA	100	0,2800	28,0000
133	GLICOSE HIPERTONICA 50 % 10 ML	AMPOLA	100	0,2800	28,0000
134	HALOPERIDOL GOTAS 20ML 02MG/ML	FRASCOS	100	3,0100	301,0000

Item	Produto - Descrição	Descrição	Quantidade Licitada	Cotação Máxima Unit.	Cot. Máx. Total
135	HALOPERIDOL 5MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5.000	0,1600	800,0000
136	HALOPERIDOL 5MG INJETAVEL	AMPOLA	100	1,2900	129,0000
137	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG CPR	COMPRIMIDO	20.000	0,0300	600,0000
138	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG CPR	COMPRIMIDO	10.000	0,0400	400,0000
139	HIDROCORTISONA SUCCINATO SODICO 100MG	AMPOLA	100	3,7200	372,0000
140	HIDROCORTISONA SUCCINATO 500 MG	AMPOLA	100	8,6300	863,0000
141	HIDROXIDO DE ALUMINIO 60MG/ML 100 ML	FRASCOS	200	3,4900	698,0000
142	IBUPROFENO 50MG/ML 30 ML	FRASCOS	400	1,3400	536,0000
143	IBUPROFENO 600 MG CPR	COMPRIMIDO	20.000	0,0900	1.800,0000
144	IMIPRAMINA 25 MG	COMPRIMIDO	5.000	0,3700	1.850,0000
145	IODETO DE POTASSIO FRASCO 100ML	FRASCOS	200	2,4000	480,0000
146	ISOSSORBIDA 05 MG SUBLINGUAL (DINITRATO)	COMPRIMIDO	3.000	0,5000	1.500,0000
147	ISOSSORBIDA 05 MG SUBLINGUAL (MONIDRATO)	COMPRIMIDO	3.000	0,5400	1.620,0000
148	ISOSSORBIDA 10 MG (DINITRATO)	COMPRIMIDO	10.000	0,3900	3.900,0000
149	ISOSSORBIDA 20 MG (MONONITRATO)	COMPRIMIDO	20.000	0,0800	1.600,0000
150	ISOSSORBIDA 40 MG (MONONITRATO)	COMPRIMIDO	10.000	0,3600	3.600,0000
151	ITRACONAZOL 100 MG	COMPRIMIDO	2.000	0,7900	1.580,0000
152	IVERMECTINA 6 MG CPR	UNIDADE	1.000	0,3500	350,0000
153	LEVOPODA + BENSERAZIDA 200/50MG	COMPRIMIDO	500	2,2500	1.125,0000
154	LEVOMEPROMAZINA GOTAS 4% 20ML	FRASCOS	200	10,8500	2.170,0000
155	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	FRASCOS	3.000	0,4800	1.440,0000
156	LEVOMEPROMAZINA 100MG	COMPRIMIDO	5.000	1,1000	5.500,0000
157	LEVOTIROXINA 25 MG CPR	COMPRIMIDO	20.000	0,2000	4.000,0000
158	LEVOTIROXINA 50MG CPR	COMPRIMIDO	20.000	0,2300	4.600,0000
159	LEVOTIROXINA 88 MG. CPR.	COMPRIMIDO	5.000	0,3000	1.500,0000
160	LEVOTIROXINA 100MG CPR	COMPRIMIDO	15.000	0,2000	3.000,0000
161	LORATADINA 10 MG	UNIDADE	5.000	0,0700	350,0000
162	LORATADINA XAROPE 100 ML	FRASCOS	200	2,1800	436,0000
163	LORAZEPAM 2 MG	COMPRIMIDO	20.000	0,0800	1.600,0000
164	LOSARTANA POTASSICA 100 MG	COMPRIMIDO	1.000	0,4800	480,0000
165	NITROFURANTOINA 100MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	3.000	0,1800	540,0000

Item	Produto - Descrição	Descrição	Quantidade Licitada	Cotação Máxima Unit.	Cot. Máx. Total
166	MEBENDAZOL 100 MG CPR.	COMPRIMIDO	1.000	0,0500	50,0000
167	MEBENDAZOL SUSP. 20 MG 30 ML	FRASCOS	200	1,3600	272,0000
168	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 150 MG/ML	AMPOLA	200	16,8200	3.364,0000
169	METFORMINA 500 MG COMP	COMPRIMIDO	20.000	0,0800	1.600,0000
170	METFORMINA 850 MG COMP.	COMPRIMIDO	20.000	0,0900	1.800,0000
171	METILDOPA 250MG COMP	COMPRIMIDO	10.000	0,2500	2.500,0000
172	METILDOPA 500 MG CPR	COMPRIMIDO	5.000	0,3400	1.700,0000
173	METOCLOPRAMIDA 10 MG CPR	COMPRIMIDO	10.000	0,0800	800,0000
174	METOCLOPRAMIDA 4MG/10 ML GTS	FRASCOS	400	0,6100	244,0000
175	METOCLOPRAMIDA 10 MG 2 ML INJ	AMPOLA	200	0,3700	74,0000
176	METOPROLOL 100 MG CPR.	COMPRIMIDO	3.000	3,7700	11.310,0000
177	METRONIDAZOL 250 MG COMP	COMPRIMIDO	5.000	0,1500	750,0000
178	BENZOILMETRONIDAZOL SUSP. 40 MG/ML 100 ML	FRASCOS	300	2,5100	753,0000
179	METRONIDAZOL 400 MG CPR.	COMPRIMIDO	5.000	1,1400	5.700,0000
180	NISTATINA + METRONIDAZOL + BENZALCONIO 40 GR	TUBO	300	13,1300	3.939,0000
181	METRONIDAZOL + NISTATINA CREME VAGINAL 50GR	TUBO	100	6,6800	668,0000
182	MICONAZOL 28 GR 20MG CREME DERMATOLOGICO	TUBO	200	1,9900	398,0000
183	MORFINA 1MG/ML IV/IM 2ML	AMPOLA	100	6,1000	610,0000
184	SULFATO DE NEOMICINA POMADA 20 GR	TUBO	400	2,8700	1.148,0000
185	NIFEDIPINA 10 MG CPR.	COMPRIMIDO	5.000	0,0500	250,0000
186	NIFEDIPINA 20 MG CPR	COMPRIMIDO	10.000	0,0400	400,0000
187	NIMESULIDA 100 MG CPR	COMPRIMIDO	20.000	0,0900	1.800,0000
188	NIMESULIDA 50 MG / 15 ML GTS	FRASCOS	200	1,5200	304,0000
189	NISTATINA CREME VAGINAL COM 01 APLICADOR 60 GR	TUBO	400	3,9900	1.596,0000
190	NISTATINA SUSPENSÃO ORAL 30 ML	FRASCOS	200	2,7000	540,0000
191	NISTATINA SUSPENSÃO ORAL 50 ML	FRASCOS	200	2,9700	594,0000
192	NORETISTERONA 0,35 MG	COMPRIMIDO	3.000	0,2800	840,0000
193	NORFLOXACINO 400 MG CPR	COMPRIMIDO	2.000	0,2200	440,0000
194	NORIPURUM INJETAVEL 02 ML	AMPOLA	100	15,0300	1.503,0000
195	NORIPURUM INJETAVEL 05ML (IV)	AMPOLA	100	14,6100	1.461,0000
196	NORTRIPTILINA 25 MG (PAMELOR)	COMPRIMIDO	10.000	0,3700	3.700,0000

Item	Produto - Descrição	Descrição	Quantidade Licitada	Cotação Máxima Unit.	Cot. Máx. Total
197	NORTRIPTILINA 50 MG (PAMELOR)	COMPRIMIDO	5.000	0,5500	2.750,0000
198	NNORTRIPTILINA 75 MG	COMPRIMIDO	10.000	0,2000	2.000,0000
199	OLEO MINERAL 100 ML	FRASCOS	200	2,3300	466,0000
200	OMEPRAZOL 20 MG CPR	COMPRIMIDO	60.000	0,1000	6.000,0000
201	OMEPRAZOL INJETAVEL 40MG 10ML	AMPOLA	100	7,4800	748,0000
202	HIDROCORTISONA+NEOMICINA+POLIMIXINA B SUSP	FRASCOS	100	13,6700	1.367,0000
203	OXCARBAZEPINA 300MG	COMPRIMIDO	10.000	0,7100	7.100,0000
204	PANTOPRAZOL 20 MG CPR.	COMPRIMIDO	20.000	0,4400	8.800,0000
205	PARACETAMOL 500MG CPR	COMPRIMIDO	20.000	0,0600	1.200,0000
206	PARACETAMOL 750MG CPR	COMPRIMIDO	50.000	0,0800	4.000,0000
207	PARACETAMOL GOTAS 200MG/ML 10 ML	FRASCOS	500	0,7500	375,0000
208	PARACETAMOL 200MG/ML 15ML	FRASCOS	500	0,7900	395,0000
209	PAROXETINA 20 MG	COMPRIMIDO	20.000	0,2100	4.200,0000
210	PENICILINA SEM DILUENTE G BENZATINA 1.200.000UI FB	AMPOLA	100	5,1200	512,0000
211	PENICILINA SEM DILUENTE G BENZATINA 0.600.000 UI FB	AMPOLA	100	4,2100	421,0000
212	PIROXICAM 20MG	COMPRIMIDO	1.000	0,1900	190,0000
213	PREDNISOLONA 3MG/ML FRASCO 60ML	FRASCOS	200	4,6200	924,0000
214	PREDNISOLONA 3NG/ML 100 ML	FRASCOS	200	10,1000	2.020,0000
215	PREDNISONA 5MG CPR	COMPRIMIDO	8.000	0,1000	800,0000
216	PREDNISONA 20MG	COMPRIMIDO	10.000	0,2400	2.400,0000
217	PROMETAZINA 25 MG COMP.	COMPRIMIDO	10.000	0,1200	1.200,0000
218	PROMETAZINA 50 MG INJ. 2ML.I.M	AMPOLA	200	2,2300	446,0000
219	PROPANOLOL 40 MG CPR	COMPRIMIDO	20.000	0,0200	400,0000
220	RANITIDINA 150MG CPR.	COMPRIMIDO	10.000	0,1100	1.100,0000
221	RIFAMICINA 10 MG/ML SPRAY 20 ML	FRASCOS	100	3,3600	336,0000
222	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG CPR.	COMPRIMIDO	10.000	0,7000	7.000,0000
223	SALBUTAMOL 2 MG CPR	COMPRIMIDO	5.000	0,2400	1.200,0000
224	SALBUTAMOL XAROPE 120 ML SUGAR FREE	FRASCOS	200	10,6800	2.136,0000
225	SERTRALINA 50 MG	COMPRIMIDO	20.000	0,2500	5.000,0000
226	SINVASTATINA 20 MG	COMPRIMIDO	40.000	0,1000	4.000,0000

Item	Produto - Descrição	Descrição	Quantidade Licitada	Cotação Máxima Unit.	Cot. Máx. Total
227	SINVASTATINA 40 MG	COMPRIMIDO	20.000	0,1900	3.800,0000
228	SULFA (400MG) + TRIMETOPRIMA (80MG)	COMPRIMIDO	3.000	0,1400	420,0000
229	SULFA 40MG + TRIMETOPRIMA 8 MG SUSP. 50 ML	FRASCOS	200	1,3000	260,0000
230	SULFATO FERROSO 40 MG CPR	COMPRIMIDO	10.000	0,0500	500,0000
231	SULFATO FERROSO 125MG/ML FRASCO 30ML	FRASCOS	100	0,9900	99,0000
232	PROPATILNITRATO 10 MG	COMPRIMIDO	10.000	0,5900	5.900,0000
233	TOBRAMICINA 3MG/ML FRASCO 5ML	FRASCOS	50	3,9600	198,0000
234	TOBRAMICINA + DEXAMETASONA SOLUCAO OFTALMICA 5 ML	FRASCOS	50	24,6700	1.233,5000
235	TRAMADOL INJ. 50MG/ML 01 ML	AMPOLA	100	0,9400	94,0000
236	TRAMADOL INJ. 50MG/ML 02 ML	AMPOLA	100	1,2500	125,0000
237	VARFARINA SODICA 5 MG CPR	COMPRIMIDO	5.000	0,3100	1.550,0000
238	VENLAFAXINA 75 MG C/30	COMPRIMIDO	20	0,8700	17,4000
239	VERAPAMIL 80 MG CPR	COMPRIMIDO	2.000	0,0900	180,0000
240	VITAMINA C - AMPOLA	UNID	100	0,7800	78,0000
241	SABULTAMOL SPRAY 100 MG	FRASCOS	100	10,2100	1.021,0000
242	TENOXICAM 20 MG C/10	AMPOLA	200	5,9700	1.194,0000
243	TENOXICAM 40MG(PO) LIOFILO + DILUENTE IV/IM	FRASCOS	40	7,5400	301,6000
244	VENLAFAXINA 37,5 MG	COMPRIMIDO	2.000	0,4700	940,0000
245	TIMOLOL SOLUCAO OFTALMOLOGICA 0,5MG/ML FRASCO 5ML	FRASCOS	100	1,4900	149,0000
246	RISPERIDONA 2 MG	COMPRIMIDO	4.000	0,3900	1.560,0000
247	AMICACINA 500MG/2ML	AMPOLA	200	1,9800	396,0000
248	DICLOFENACO POTASSICO 75MG/5ML AMPOLA 3ML	AMPOLA	200	0,9100	182,0000
249	XARELTO 15 MG 28 CP	COMPRIMIDO	1.000	10,4800	10.480,0000
250	CIPROFIBRATO 100 MG	COMPRIMIDO	2.000	0,6100	1.220,0000
251	CLARITROMICINA 500 MG	COMPRIMIDO	3.000	4,5500	13.650,0000
252	PROPINATO DE CLOBETASOL 0,5 MG/G	TUBO	100	6,4200	642,0000
253	LEVOGESTREL 1,5 MG	COMPRIMIDO	100	3,6600	366,0000
254	LISADOR AMPOLA	AMPOLA	100	4,7600	476,0000
255	MESIGYNA 1 AMPOLA	AMPOLA	100	10,6000	1.060,0000
256	MICONAZOL CREME DERMATOLOGICO 28 GR	TUBO	200	2,0700	414,0000
257	MONTELUCASTE 10 MG	COMPRIMIDO	2.000	0,6800	1.360,0000
258	MIDAZOLAM 15 MG	COMPRIMIDO	2.000	1,8800	3.760,0000

Item	Produto - Descrição	Descrição	Quantidade Licitada	Cotação Máxima Unit.	Cot. Máx. Total
259	MIDAZOLAM 5MG/ML	AMPOLA	100	1,1000	110,0000
260	NOREPINEFRINA 8MG/4ML	AMPOLA	100	4,7100	471,0000
261	PASTA D'ÁGUA	FRASCOS	100	3,4300	343,0000
262	PERMETRINA LOCAO 1% 60 ML	FRASCOS	100	1,7100	171,0000
263	PERMETRINA LOCAO 5% 60 ML	FRASCOS	100	3,0100	301,0000
264	CLORETO DE POTASSIO 10% 100MG/ML 10ML	AMPOLA	100	0,2900	29,0000
265	CLORETO DE POTASSIO 19,1% 10ML IV 10ML	AMPOLA	100	0,2900	29,0000
266	CLOIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 10 MG	COMPRIMIDO	3.000	0,2700	810,0000
267	DRAMIN GOTAS 20 ML	FRASCOS	100	5,4200	542,0000
268	DICLORIDRATO DE BETAISTAMINA 16MG	COMPRIMIDO	2.000	0,3300	660,0000
269	ENOXAPARINA SODICA INJ 40MG	AMPOLA	100	22,0000	2.200,0000
270	ETOMIDATO 2MG/ML IV 10ML	AMPOLA	100	19,6400	1.964,0000
271	HEPARINA SODICA 5.000UI/0,25ML SUBCUTANEA 1ML	AMPOLA	50	5,9700	298,5000
272	HEPARINA SODICA 5000 VI/5ML	AMPOLA	50	12,2500	612,5000
273	HIDROXIZINE 25 MG	COMPRIMIDO	2.000	0,1800	360,0000
274	HIDROXIZINE 2 MG/ML	FRASCOS	100	6,6000	660,0000
275	APRESSOLINA 50 MG	COMPRIMIDO	2.000	0,4400	880,0000
276	POLIVITAMINICO PROTOVIT 20ML	FRASCOS	100	14,0000	1.400,0000
277	COMPLEXO B GOTAS 30 ML	FRASCOS	100	6,5000	650,0000
278	CLORANFENICOL COLIRIO 4MG/ML	FRASCOS	50	9,7900	489,5000
279	AMBROX 6 MG/ML XAROPE ADULTO E PEDIATRICO	FRASCOS	100	2,0000	200,0000
280	ARTROLIVRE SACHE	SACHES	6.000	7,6900	46.140,0000
281	DICLOFENACO POTASSICO GOTAS	FRASCOS	200	2,9000	580,0000
282	PREBICTAL 75MG	COMPRIMIDO	3.000	1,1000	3.300,0000
283	FILTRO SOLAR	UNIDADE	200	9,7900	1.958,0000
284	ESPIROLACTONA 50MG	COMPRIMIDO	1.000	0,3100	310,0000
285	TYLEX 30 MG C/12	COMPRIMIDO	20.000	0,4000	8.000,0000
286	CLOMIPRAMINA 100MG	COMPRIMIDO	2.000	1,7200	3.440,0000
287	TENOXICAN 20MG EV/IM	AMPOLA	200	5,9700	1.194,0000
288	OCITOCINA 5 UI-1ML	AMPOLA	100	3,1200	312,0000
289	NORESTIN AMPOLA	AMPOLA	100	7,7000	770,0000
290	ACIDO VALPROICO XAROPE 250MG COM 100ML	FRASCOS	100	13,6300	1.363,0000
291	ACETATO DE HIDROCORTISONA 1% CREME	TUBO	100	17,0000	1.700,0000
292	AD-TIL 1000UI/ML GOTAS	FRASCOS	400	5,8100	2.324,0000
293	AMIODARONA 200 MG	COMPRIMIDO	8.000	0,4090	3.272,0000
294	AMIODARONA 50 MG/ML INJ	AMPOLA	100	1,8800	188,0000
295	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG C/28	UNIDADE	8.000	0,6600	5.280,0000
296	BRICANYL, 05 MG /ML AMP	UNIDADE	100	3,8500	385,0000

Item	Produto - Descrição	Descrição	Quantidade Licitada	Cotação Máxima Unit.	Cot. Máx. Total
297	BUTILPROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG + DIPIRONA 500MG	COMPRIMIDO	10.000	0,7100	7.100,0000
298	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO ASSOCIADA COM DIPIRONA 6,67 MG+333 MG/ML FRASCO 20 ML	UNIDADE	300	10,3700	3.111,0000
299	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML (IV) 1ML	AMPOLA	100	1,2100	121,0000
300	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO ASSOCIADA COM DIPIRONA SODICA 4MG+500MG/ML	UNIDADE	300	1,8800	564,0000
301	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	UNIDADE	5.000	0,6600	3.300,0000
					Soma: 552.822,4000
					301

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº. 109 DE 26.04.2017

DECRETO Nº. 109, DE 26 DE ABRIL DE 2017.

“NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA AVALIAR A APLICAÇÃO DE PENALIDADES REGULAMENTARES EM RESCISÃO DE CONTRATO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso IX e XI do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 8666/1993 e demais legislações vigentes, contrato administrativo nº 34/2016, de 07 de julho de 2016, e parecer de comissão especial, nomeada pelo Decreto nº 81, de 14 de março de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Comissão de Processo Administrativo, encarregada de apurar a necessidade de aplicação de penalidades em rescisão contratual unilateral promovida pelo contratado, decorrente do Contrato nº 34/2016, de 07 de julho de 2016, Processo Licitatório 45/2016-PM – Edital de Concorrência nº 001/2016-PM. A comissão será composta pelos membros abaixo discriminados, presidida pelo primeiro.

I – Simone M. L. Pinheiro - Servidor Público Estável;

II – Edinéia Inês Wille - Servidor Público Estável;

III – Keli Fernanda Meotti - Servidor Público Estável;

§ 1º. A comissão terá prazo de no máximo 30 (trinta) dias para ouvir depoimentos e emitir relatório circunstanciado evidenciando e esclarecendo os fatos ocorridos na ocasião.

§ 2º. Os serviços prestados pela comissão são considerados de excepcional interesse público, não gerando, por isso, ônus a nenhuma das partes.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em, 26 de abril de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 112 DE 26.04.2017

DECRETO Nº. 112, DE 26 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº. 023, de 30 de dezembro de 2014, mais o Edital de Convocação nº 007/2017, de 20 de Abril de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Srta. ADRIANE REX, brasileira, solteira,

residente e domiciliada Linha Cruzeiro, Interior, Município de Princesa, portadora do CPF nº. 107.867.309-86, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Agente Comunitário de Saúde, área 01, micro área 06, Grupo IV, Nível SAU- Serviços auxiliares, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, em razão de sua aprovação em Processo Seletivo, sob a égide do Edital de Processo Seletivo nº. 001/2017 de 20 de Janeiro de 2017, homologado pelo Decreto nº. 096, de 12 de Abril de 2017, com os vencimentos atinentes ao cargo.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão à conta do orçamento municipal vigente, em dotação específica para tal fato.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02.05.2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em, 26 de Abril de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL MUNICÍPIO: PRINCESA

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezessete, na Prefeitura Municipal, Município de Princesa, perante o Prefeito Municipal Sr. EDILSON MIGUEL VOLKWEIS e o Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda Sr. CLAUDINEI PAULO MORSCH, compareceu ADRIANE REX, nomeada pelo Decreto nº. 112, de 26 de Abril de 2017, publicado no órgão oficial de divulgação do Município em 27 de Abril de 2017, para tomar posse e assumir o exercício no Cargo da Categoria Funcional de Agente comunitário de saúde, área 01, micro área 06, Grupo IV, Nível SAU- Serviços auxiliares, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, neste órgão, apresentando os documentos de praxe; prestando na oportunidade, o seguinte compromisso:

“Preencher com exatidão e escrupulos os deveres inerentes ao cargo para o qual fui nomeado”.

Após, foi dada como empossada.

Prefeitura Municipal de Princesa, SC, em, 26 de Abril de 2017.

Assinatura do empossado Assinatura da Autoridade Competente

EXTRATO DE CONTRATO 15.2107 - ELOIDE APARECIDA ODY - ME

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: ELOIDE APARECIDA ODY - ME

Contrato: 15/2017-PM

Processo Licitatório: 20/2017-PM

Pregão Presencial: 16/2017-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, art. 24, XXVI.

Objeto: Contratação de serviços de acolhimento de idoso, Sr. ADÃO

CAROCHA NARDES, em instituição de longa permanência, não disponível na Proteção Social Especial do Município

Data da Assinatura: 18/04/2017

Data da Publicação: 28/04/2017

Vigência: de 20/04/2017 a 19/04/2018

Valor MENSAL do Contrato: R\$ 1.850,00 (um mil, oitocentos e cinquenta reais)

Valor TOTAL do Contrato: R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais)

Forma de Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço.

EXTRATO DE CONTRATO 16.2017 - COMUNICAÇÕES KOLLENBERG

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: COMUNICAÇÕES KOLLENBERG LTDA

Contrato: 16/2017-PM

Processo Licitatório: 20/2016-PM

Pregão Presencial: 17/2016-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, art. 24, XXVI.

Objeto: Contratação de espaço em jornal de circulação regional para publicação de atos oficiais e legais do município de Princesa/SC

Data da Assinatura: 27/04/2017

Data da Publicação: 28/04/2017

Vigência: de 28/04/2017 a 27/04/2018

Valor Total: R\$ 900,00 (novecentos reais).

Forma de Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço.

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 29.2017-PM - PREGÃO 18.2017 - MUSICALIZAÇÃO

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 29/2017-PM

Pregão Presencial 18/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, cujo objeto é "Contratação de Pessoa Jurídica para ministrar AULAS DE MUSICALIZAÇÃO INFANTIL para crianças com idade entre 4 meses e 5 anos e OFICINAS DE MÚSICA para crianças com idade a partir de 5 anos". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 12 de maio de 2017, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 27 de abril de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 01/2017 FMS.

Extrato de Publicação de Rescisão de Contrato

Contratada: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC - CIS/AMEOSC

Contrato: 01/2017-FMS

Processo Licitatório: 01/2017-FMS

Dispensa de licitação: 01/2017-FMS

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/05, Lei Municipal nº 360 de 12/06/2017 alterada pela Lei nº 850 de 13/02/2017 e demais legislações.

Objeto: Rescisão do Contrato de "Prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Princesa, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência."

Data da Assinatura: 27/04/2017

Data da Publicação: 28/04/2017

Efeitos da rescisão: 01/05/2017 a 31/12/2017

Valor Total Rescindido: R\$17.283,20 (dezesete mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte centavos),

Termo de Rescisão de Contrato de 27 de abril de 2017. FMS

PORTARIA Nº. 88 DE 27.04.2017

PORTARIA Nº. 88, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

NOMEIA GESTOR E MEMBROS INTEGRANTES DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA PARCEIRA CELEBRADA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC – APAE

O Prefeito Municipal de Princesa, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e, em especial a Lei nº 13.019 de 31 de Julho de 2014 e o Decreto Municipal n. 91, de 17 de abril de 2017,

Considerando, a necessidade de instaurar procedimento administrativo para realizar a análise, avaliação e monitoramento da parceria celebrada com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC – APAE, resolve:

Art. 1º. A Comissão e Gestor da parceria a ser celebrada, para o exercício de 2017, com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC – APAE, Estado de Santa Catarina, incumbidas de monitorar e avaliar o conjunto da Parceria, apresentar propostas de aprimoramento dos procedimentos adotados pela Proponente, padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos (pareceres) voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência avaliar e homologar os Relatórios Técnicos de monitoramento, e a avaliação das prestações de contas:

I - Gestor da Parceria:

a) Aline Cristina Dittrich.

II - Membros da Comissão:

a) Neila Hamme - membros;

b) Elisangela Guiehl Graff - membro;

c) Maira Cristina Klain Geller - membro.

Art. 2º Os servidores nomeados através desta Portaria exercerão suas funções pelo prazo que durar a parceria.

Art. 3º As funções de Membro da Comissão e de Gestor serão exercidas no horário de expediente, e sem ônus adicionais para o município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA/SC, em 27 de abril de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 91 DE 27.04.2017

PORTARIA Nº. 91, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 15 (quinze) dias de férias, ao servidor abaixo relacionado, conforme período aquisitivo e período de gozo:

Funcionário	Cargo	Período aquisitivo	Períodos de gozo
JOÃO LUIZ KAYSER	ENGENHEIRO CIVIL	21/06/2015 a 20/06/2016	15/05/2017 a 29/05/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15.05.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 27 de Abril de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

TERMO DE FOMENTO 01.2017 APAE

TERMO DE FOMENTON.º 001/2017

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC – APAE, PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE PRINCESA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.836/0001-00, com sede administrativa na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro, nesta cidade de Princesa/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edilson Miguel Volkweis, brasileiro, portador do CPF nº. 066.378.379-89, CI nº. 4.869.556, de acordo com os incisos V, IX e XXXI do artigo 69 da lei Orgânica do Município, doravante denominado CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC – APAE, entidade de utilidade pública, através da Portaria nº. 14/94, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.511.691/0001-15, com sede na Rua Jacob Stein, 91, neste ato representada por sua Presidente, Sra. Marilei Salete Broetto, brasileira, portadora do CPF sob o nº. 492.238.449-91 e CI de nº 1.159.941, doravante denominado PROPONENTE, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, inexistindo a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 31, inciso II e 32 da Lei nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8.726/2016, Lei nº 9.394/96, Lei nº 8.742/1993, Lei Municipal nº 868, de 19 de abril de 2017 e Decreto Municipal nº 91/2017, conforme cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC, com a finalidade de promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Princesa e a entidade, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de toda a demanda Princesense de vagas para atendimento em educação especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla, compreendendo o fornecimento de material humano especializado, espaço físico apropriado, serviços de transporte, alimentação, lazer, educação, saúde, serviço pedagógico específico e oficinas, objetivando desde já a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais dos munícipes Princesenses portadores de necessidades especiais. Assim, realizar o atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência intelectual e múltipla que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades, conforme Plano de Trabalho em anexo, devidamente aprovado pela Comissão de Seleção e Julgamento, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

2.1 O presente Termo de Fomento terá como Gestor da PROPONENTE a Sra. Marilei Salete Broetto, brasileira, portadora do CPF sob o nº. 492.238.449-91 e CI de nº 1.159.941, que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.

2.2 O CONCEDENTE designará, através de Portaria o gestor da presente parceria, devendo constar expressamente na mesma os dados para a identificação do instrumento firmado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I – SÃO OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE (Município)

3.1 Fornecer os recursos para a execução do objeto;

3.2 Acompanhar a fiscalização e a execução deste termo;

3.3 Elaborar relatório técnico de monitoramento e avaliação;

3.4 Transferir os recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso Financeiro contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela PROPONENTE, até o dia 10 de cada mês, excepcionalmente para o mês de início da parceria a primeira parcela será repassada assim que decorrido o prazo de publicação do Termo de Fomento e da Justificativa de Inexigibilidade;

3.5 Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

3.5.1 Apreciar a prestação de contas apresentada pela PROPONENTE;

3.5.2 Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da PROPONENTE pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.5.3 Comunicar formalmente à PROPONENTE qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.5.4 Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação no Diário Oficial do Município;

3.5.5 Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à PROPONENTE quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas;

b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho;

c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.

d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.5.6 Para fins de interpretação do item 3.4.5 entende-se por:

a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.

b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a PROPONENTE, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

3.5.7 Elaborar parecer sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei n. 13.019/2014.

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE (APAE)

3.6 Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento;

3.7 Prestar informação e esclarecimento sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

3.8 Permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da CONCEDENTE, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da PROPONENTE;

3.9 Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

3.10 Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e o adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou a restituição à sua execução e manter os comprovantes arquivados.

3.11 Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas redes e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: Identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto, valor total, data da assinatura, valores liberados, e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal 12.527/2011.

3.12 Fazer as prestações de contas parciais de cada parcela liberada, nos termos da Instrução Normativa do Tribunal de Contas de Santa Catarina IN TC n.14/2012 e do Decreto 57/2015, com a comprovação exata da aplicação da parcela liberada.

3.13 Fazer a prestação de contas finais nos termos da Lei 13.019/2014, para comprovar o efetivo cumprimento do objeto pactuado.

3.14 Manter cópia em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, dos documentos que compõem as prestações de contas.

3.15 Não praticar desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração pública nas contratações e nos demais atos praticados na execução deste Termo de Fomento e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;

3.16 Prestar todos os serviços conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

3.17 Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

3.18 Comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais ou recibos (RPA), com a devida certificação do recebimento do material ou prestação do serviço, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados;

3.19 Aplicar os recursos repassados no objeto constante exclusivamente no objeto pactuado;

3.20 Comprovar a existência de Conta Bancária específica e exclusiva, em banco oficial, para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta.

3.21 Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto;

3.22 Ressarcir os cofres públicos dos saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 30 dias do encerramento do presente termo;

3.23 Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;

3.24 Efetuar cotação de pesquisa de preço, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços;

3.25 Manter-se adimplente com a Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;

3.26 Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pelo PROPONENTE, assim como alterações em seu Estatuto;

3.27 Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade da CONCEDENTE.

2.28 .São compromissos da PROPONENTE:

a) Desenvolver os serviços de educação especial e serviços de assistência social destinados às pessoas com deficiência intelectual e múltipla, conforme previsão contida no objeto pactuado, atendendo e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo;

b) Dispor de corpo técnico necessário, assegurando os serviços da Educação Especial em Estimulação Precoce, Serviço de Atendimento

Específico, Serviço Pedagógico Específico, Serviço Pedagógico Específico/TEA, Oficina, Atendimentos Reabilitatórios, assim como a efetivação da Política de Assistência Social, por meio de ações de prevenção, promoção, inserção e proteção, aos alunos matriculados e atendidos previstos no Plano de Trabalho;

- c) Atender às necessidades dos alunos da educação especial que frequentam os serviços oferecidos pela APAE;
- d) Executar programas educacionais que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e social dos alunos;
- e) Realizar serviços de atendimento à pessoa com deficiência conforme preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais ao público alvo e sua família, atendendo aos objetivos propostos pelo serviço com foco para os resultados previstos;
- f) Realizar de forma continuada, permanente e planejada, serviços e execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos ao público alvo e família, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas às deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social;
- g) Encaminhar os alunos cuja avaliação pedagógica recomende a inserção nas classes comuns da rede regular de ensino.

CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

4.1 Para a execução das atividades prevista neste Termo de Fomento, a CONCEDENTE transferirá a PROPONENTE, de acordo com o Cronograma de Execução, o valor total de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), até o dia 10 de cada mês. Excepcionalmente para o mês de início da parceria a primeira parcela será repassada assim que decorrido o prazo de publicação do Termo de Fomento e da Justificativa de Inexigibilidade.

4.2 As partes reconhecem que, caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas da Lei de Responsabilidade Fiscal o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente executividade.

CLÁUSULA QUINTA– DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados a conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, AGÊNCIA 0776-5, BANCO 001, Conta Corrente 17.575-7;

5.2 Os recursos depositados na conta bancária específica, se não empregados no prazo de 30 dias deverão ser obrigatoriamente aplicados: em caderneta de poupança; em fundo de aplicação financeira a curto prazo; ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública.

5.3 Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saques ou quaisquer pagamentos; ou em espécie até R\$ 800,00 (oitocentos reais) por pessoa física durante a vigência do Instrumento, exclusivamente para atender os casos previstos no §2, art. 53 da Lei 13.019/2014.

5.4 Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 5.2 poderão ser utilizados pela PROPONENTE desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento.

5.5 A PROPONENTE deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 18 de abril a 31 de dezembro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência.

7.2 Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Fomento o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constata pela CONCEDENTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreções de informação em qualquer documento apresentado.

CLÁUSULA OITAVA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Prestar contas de forma parcial, até 30 dias, após cada parcela repassada, conforme orientações da Instrução Normativa n. 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e Decreto Municipal n. 57/2015, incluído Relatório Circunstanciado que permita avaliar o andamento e cumprimento do objeto pactuado;

8.2 Prestação de Contas integral e final, até 60 dias do término da vigência do Termo de Fomento, segundo a Lei n. 13.019/2014 e de acordo com critérios e indicações exigidos pela CONCEDENTE, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto;

8.3 A CONCEDENTE emitirá no prazo de 60 dias do recebimento da prestação de contas final Parecer sobre a regularidade da prestação de contas;

8.4 A CONCEDENTE ressalva o direito de solicitar informações complementares sempre que necessário, para elucidar o conteúdo das prestações de contas.

8.5 Poderá ser instaurada Tomada de Contas Especial visando à apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, no caso de irregularidade na prestação de contas do presente Termo de Fomento.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

9.1 A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente deste a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto;
- b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

9.2 A PROPONENTE compromete-se ainda a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente aos rendimentos de aplicações no mercado financeiro, quando não comprovado o seu emprego na consecução do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes do presente Termo de Fomento correrão por conta da dotação orçamentária referente ao exercício de 2017:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.039 - Manutenção do Ensino Especial

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.000000 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1 O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

11.2 Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da legislação vigente, a CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à PROPONENTE as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PROIBIÇÕES E VEDAÇÕES

12.1 A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;

12.2 A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento, ainda que em caráter de emergência;

12.3 A realização de despesa a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

12.4 A realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do presente Termo de Fomento;

12.5 Realizar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;

12.6 Transferir os recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;

12.7 Retirar recursos da conta bancária com fins alheios a aplicação de recursos na consecução do objeto pactua neste Termo de Fomento;

12.8 Deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida (bens ou serviços) estabelecidos no Plano de Trabalho;

12.9 Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo CONCEDENTE;

12.10 A realização de despesas com:

a) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes ao pagamento ou recolhimentos fora dos prazos;

b) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

c) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13.019/2014;

d) Obras que caracterizam a ampliação de área construída ou instalação de novas estruturas físicas;

e) Pagamento de despesas bancárias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

13.1 Este Termo de Fomento poderá ser alterado ou ter modificações no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

13.1.1 Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração total do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal Nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016; Lei Municipal nº 868, de 19 de abril de 2017 e Decreto Municipal nº 091/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO DE ELEIÇÃO

15.1 Os partícipes elegem o Foro da comarca de São José do Cedro/SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Princesa/SC, 27 de abril de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Marilei Salete Broetto

Presidente APAE

Ivan Bernardi

Assessor Jurídico Município de Princesa.

OAB/SC 18468b

TESTEMUNHAS:

Nome e CPF

Nome e CPF

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO APAE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 13.019/2014 e alterações, a vista da Justificativa anexada pela Comissão de Seleção e Julgamento, nomeada pelo Portaria nº 075, de 17 de abril de 2017, resolve:

01 - HOMOLOGAR O PRESENTE PROCESSO NESTES TERMOS:

- a) Processo Administrativo n. 01/2017;
- b) Modalidade: Inexigibilidade de Chamamento Público;
- c) Data da homologação: 27/04/2017
- d) Objeto da inexigibilidade: celebração de Termo de Fomento entre o município de Princesa/SC e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC - APAE, para o estabelecimento de ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Princesa e a entidade, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de toda a demanda Princesense de vagas para atendimento em educação especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla, compreendendo o fornecimento de material humano especializado, espaço físico apropriado, serviços de transporte, alimentação, lazer, educação, saúde, serviço pedagógico específico e oficinas, objetivando desde já a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais dos munícipes Princesenses portadores de necessidades especiais.
- e) Entidade: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO/SC - APAE;
- f) Total de recursos financeiros: R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
- g) Período: abril a dezembro de 2017.

02 – Autorizar a elaboração do Termo de Fomento para a celebração da parceria.

03 – Autorizar a emissão das notas de empenhos correspondentes, conforme previsão no orçamento anual de 2017, a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 2.039 – Manutenção do Ensino Especial

Modalidade de Aplicação: 3.3.50 – Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários R\$ 35.000,000

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, em 27 de abril de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Rio das Antas

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 41

LEI COMPLEMENTAR Nº 41, DE 27/12/2002 (CONSOLIDADA) COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES PELAS LEIS COMPLEMENTARES Nºs 42, DE 28/02/2003; 87, DE 30/12/2009; 129, DE 21/10/2016 E 130, DE 05/12/2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 41, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002.

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP(Red.Sigla Alter.pela LC-42), PREVISTA NO ARTIGO 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA E REVOGA A LEI Nº 1.004, DE 30 DE ABRIL DE 1997 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º - Fica instituída no Município a CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP(Red.Sigla Alter.pela LC-42, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal.

Parágrafo único - O serviço previsto no caput deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

Art. 2º - É fato gerador da COSIP(Red.Sigla Alter.pela LC-42 o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município.

Art. 3º - Sujeito passivo da COSIP(Red.Sigla Alter.pela LC-42 é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão no território do Município.

Art. 4º - A base de cálculo da COSIP(Red. Sigla Alter.pela LC-42 incidirá sobre o total de consumo mensal de cada conta em Kwh – Kilowatt hora, de cada unidade de consumo , conforme a faixa e a classe de consumidores, constante na fatura emitida pela empresa concessionária distribuidora, com o enquadramento nas tabelas do Art.5º.

§ 1º - A determinação da classe/categoria de consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – ou órgão regulador que vier a substituí-la.

§ 2º - Caso haja modificação pela ANEEL na nominata de classes, serão automaticamente feitos os enquadramentos das classes constantes nesta lei a nova nominata, para todos os fins.

Art. 5º - Os valores da contribuição de iluminação pública serão cobrados de acordo com a faixa de consumo e por classes de conformidade com as tabelas abaixo:

(As Tabelas deste Art.5º foram alteradas pelas LC-87, LC-129 e LC-130).

1 – Classe Residencial		
Faixa de Consumo KWh	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 856/2009-Aneel – situação atual	Conversão para percentual da TARI-FA B4a(%) Res. Homologatória nº 2.120/2016-Aneel – situação nova
0 a 50	0,00	0,00
51 a 100	2,41	3,14
101 a 200	3,51	4,57
201 a 500	4,16	5,42
501 a 1.000	6,40	8,33
Acima de 1.000	11,69	15,23

2 – Classe Industrial 3 – Classe Comercial, Serviços e Outras Atividades 4 – Classe Serviço Público 5 – Classe Poder Público Federal e Estadual		
Faixa de Consumo KWh	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 856/2009-Aneel – situação atual	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 2.120/2016-Aneel – situação nova
0 a 100	5,50	7,17
101 a 200	6,92	9,01
201 a 500	7,57	9,85
501 a 1.000	11,62	15,14
Acima de 1.000	19,46	25,35

6 – Grupo A		
Faixa de Consumo KWh	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 856/2009-Aneel – situação atual	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 2.120/2016-Aneel – situação nova
0 a 1.000	17,20	22,39
1.001 a 2.000	24,76	32,25
2.001 a 5.000	33,01	43,00
5.001 a 10.000	46,08	60,01
10.001 a 50.000	57,09	74,35
50.001 a 100.000	71,53	93,16
100.001 a 200.000	82,54	107,49
Acima de 200.000	140,31	182,73
7 – Classe Rural		
Faixa de Consumo KWh	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 856/2009-Aneel – situação atual	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 2.120/2016-Aneel – situação nova
0 a 70	0,00	0,00
71 a 400	3,44	4,48
Acima de 400	4,81	6,27
8 – Classe Poder Público Municipal		
Faixa de Consumo KWh	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 856/2009-Aneel – situação atual	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 2.120/2016-Aneel – situação nova
Todos	0,00	0,00

§ 1º - Os valores da CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP a que se referem as tabelas deste artigo serão atualizados monetariamente sempre que houver aumento oficial da tarifa de energia elétrica, pela vigente “TARIFA B4a” estabelecida pelo órgão competente. (Numeração e redação alter.pela LC-129).

§ 2º - CLASSIFICAÇÃO DOS CONSUMIDORES. (Incluído pela LC-129).

Item	Classificação da Lei Municipal	Classificação da ANEEL
1	Consumidores Residenciais	Classe Residencial
2	Consumidores Comércio, Indústria e Empresas de Serviço	Classe Industrial
3	Consumidores Comércio, Indústria e Empresas de Serviço	Classe Comercial, Serviços e Outras Atividades
4	Consumidor Poder Público e Serviço Público	Classe Serviço Público
5	Consumidor Poder Público e Serviço Público	Classe Poder Público Federal e Estadual
6	Consumidores Primários	Grupo A
7	Consumidores Primários(Rurais)	Classe Rural
8	Imóveis Próprios Municipais	Poder Público Municipal

Art.6º - São isentos da contribuição os próprios municipais e os imóveis cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso exclusivo do Município, mediante convênio devidamente aprovado pelo Poder Legislativo Municipal e os consumidores da classe residencial com consumo de até 50 kwh e da classe rural com consumo até 70 kw/h.

Art. 7º- A COSIP (Red.Sigla Alter.pela LC-42 será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.

Parágrafo Único - O Município conveniará ou contratará com a Concessionária de Energia Elétrica, na forma que for necessária, objetivando o lançamento, a cobrança e os demais trâmites necessários ao disposto no caput deste artigo, inclusive a remuneração da concessionária por tais serviços .

Art. 8º - Os valores da COSIP(Red.Sigla Alter.pela LC-42 não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

Art. 9º- No exercício financeiro de 2003, a receita oriunda da contribuição instituída por esta lei poderá ser contabilizada em rubrica de receita específica a ser aberta ou na rubrica 19900000 – RECEITAS DIVERSAS, 19909900 – Outras Receitas, constante do orçamento daquele exercício e nos exercícios posteriores de conformidade com a classificação própria.

Art. 10 - Esta Lei Complementar entra em vigor em 1º de janeiro de 2003, revogando-se a Lei nº 1.004, de 30 de abril de 1997 e demais disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 27 DE DEZEMBRO DE 2002.

JOÃO CARLOS MUNARETTO
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

CLAUDETE I.B. STOLZ
Secret. Mun. de Adm. e Finanças

=====

LEIS COMPLEMENTARES(ORIGINAIS) REFERENTE A COSIP

LEI COMPLEMENTAR Nº 41, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002.

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CIP, PREVISTA NO ARTIGO 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA E REVOGA A LEI Nº 1.004, DE 30 DE ABRIL DE 1997 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º - Fica instituída no Município a CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal.

Parágrafo único - O serviço previsto no caput deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

Art. 2º - É fato gerador da CIP o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município.

Art. 3º - Sujeito passivo da CIP é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão no território do Município.

Art. 4º - A base de cálculo da CIP incidirá sobre o total de consumo mensal de cada conta em Kwh – Kilowatt hora, de cada unidade de consumo, conforme a faixa e a classe de consumidores, constante na fatura emitida pela empresa concessionária distribuidora, com o enquadramento nas tabelas do Art.5º.

§ 1º - A determinação da classe/categoria de consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – ou órgão regulador que vier a substituí-la.

§ 2º - Caso haja modificação pela ANEEL na nominata de classes, serão automaticamente feitos os enquadramentos das classes constantes nesta lei a nova nominata, para todos os fins.

Art. 5º - Os valores da contribuição de iluminação pública serão cobrados de acordo com a faixa de consumo e por classes de conformidade com as tabelas abaixo:

Classe I - Consumidores Residenciais

Faixa de Consumo Valor da Contribuição em R\$

de 0kwh a 50kwh isento

de 51kwh a 100kwh 2,30

de 101kwh a 200kwh 3,50

de 201kwh a 500kwh 4,10

de 501kwh a 1000kwh 7,00

acima de 1001kwh 13,80

Classe II - Consumidores Comerciais, Industriais, Prestadores de Serviços,

Faixa de Consumo Valor da Contribuição em R\$

de 0kwh a 30kwh 2,30

de 31kwh a 50kwh 3,50

de 51kwh a 100kwh 7,00

de 101kwh a 200kwh 8,00

de 201kwh a 500kwh 9,20

de 501kwh a 1000kwh 13,80

acima de 1001kwh 20,00

Classe III – Poder Público e Serviço Público(Exceto os próprios municipais e os imóveis cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso exclusivo do Município).

Faixa de Consumo Valor da Contribuição em R\$

de 0kwh a 30kwh 2,30

de 31kwh a 50kwh 3,50

de 51kwh a 100kwh 7,00

de 101kwh a 200kwh 8,00

de 201kwh a 500kwh 9,20

de 501kwh a 1000kwh 13,80

acima de 1001kwh 20,00

Classe IV - Consumo em próprios da Concessionária

Faixa de Consumo Valor da Contribuição em R\$

de 0kwh a 30kwh 2,30

de 31kwh a 50kwh 3,50

de 51kwh a 100kwh 7,00

de 101kwh a 200kwh 8,00

de 201kwh a 500kwh 9,20

de 501kwh a 1000kwh 13,80

acima de 1001kwh 20,00

Classe V – Consumidores Rurais

Faixa de Consumo Valor da Contribuição em R\$

de 0kwh a 70kwh isento

de 71kwh a 400kwh 2,50

acima de 401kwh 5,00

Classe VI - Consumidores de Primários (alta tensão)

Faixa de Consumo Valor da Contribuição em R\$

de 0kwh a 1000kwh 20,00

de 1001kwh a 2000kwh 30,00

de 2001kwh a 5000kwh 40,00

acima de 5001kwh 50,00

Parágrafo único - Os valores da contribuição de iluminação pública a que se referem as tabelas deste artigo serão atualizados monetariamente sempre que houver aumento oficial da tarifa de energia elétrica, de acordo com os percentuais apresentados pelo órgão competente.

Art.6º - São isentos da contribuição os próprios municipais e os imóveis cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso exclusivo do Município, mediante convênio devidamente aprovado pelo Poder Legislativo Municipal e os consumidores da classe residencial com consumo de até 50 kwh e da classe rural com consumo até 70 kw/h.

Art. 7º- A CIP será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.

Parágrafo Único - O Município conveniará ou contratará com a Concessionária de Energia Elétrica, na forma que for necessária, objetivando o lançamento, a cobrança e os demais trâmites necessários ao disposto no caput deste artigo, inclusive a remuneração da concessionária por tais serviços .

Art. 8º - Os valores da CIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

Art. 9º- No exercício financeiro de 2003, a receita oriunda da contribuição instituída por esta lei poderá ser contabilizada em rubrica de receita específica a ser aberta ou na rubrica 19900000 – RECEITAS DIVERSAS, 19909900 – Outras Receitas, constante do orçamento daquele exercício e nos exercícios posteriores de conformidade com a classificação própria.

Art. 10 - Esta Lei Complementar entra em vigor em 1º de janeiro de 2003, revogando-se a Lei nº 1.004, de 30 de abril de 1997 e demais disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 27 DE DEZEMBRO DE 2002.

JOÃO CARLOS MUNARETTO

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

CLAUDETE I.B. STOLZ

Secret. Mun. de Adm. e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 42, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2003.

SUBSTITUI A SIGLA DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE CIP POR COSIP.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º - Fica substituída a sigla CIP por COSIP, onde citada na redação da Lei Complementar nº 41, de 27/12/2002.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 28 DE FEVEREIRO DE 2003.

JOÃO CARLOS MUNARETTO
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

CLAUDETE I.B. STOLZ
Secret. Mun. de Adm. e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009
ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 41, DE 27/12/2002, COM ALTERAÇÃO PARCIAL DE REDAÇÃO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 42, DE 28/02/2003 QUE INSTITUIU A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP .

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º - Ficam alteradas as tabelas constantes do caput do Art. 5º, da Lei Complementar nº 41, de 27/12/2002 que passam a vigorar conforme constante abaixo:

Art.5º -

I – CONSUMIDORES RESIDENCIAIS:

FAIXA DE CONSUMO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO
EM R\$
0 a 50 KWH Isento
51 a 100 KWH 3,50
101 a 200 KWH 5,10
201 a 500 KWH 6,05
501 a 1.000 KWH 9,30
Acima de 1000 KWH 17,00

II – CONSUMIDORES COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EMPR. SERVIÇOS:

FAIXA DE CONSUMO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO
EM R\$
0 a 100 KWH 8,00
101 a 200 KWH 10,06
201 a 300 KWH 11,00
501 a 1.000 KWH 16,90
Acima de 1000 KWH 28,30

III – CONSUMIDORES PODER PÚBLICO E SERVIÇO PÚBLICO (exceto os próprios municipal e os imóveis cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso exclusivo do município).

FAIXA DE CONSUMO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO
EM R\$
0 a 100 KWH 8,00
101 a 200 KWH 10,06
201 a 300 KWH 11,00
501 a 1.000 KWH 16,90
Acima de 1.000 KWH 28,30

IV – CONSUMIDOR CONCESSIONÁRIA:

FAIXA DE CONSUMO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO
EM R\$
0 a 100 KWH 8,00
101 a 200 KWH 10,06
201 a 300 KWH 11,00
501 a 1.000 KWH 16,90
Acima de 1000 KWH 28,30

V – CONSUMIDORES PRIMÁRIOS(rurais):

FAIXA DE CONSUMO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO
EM R\$
0 a 70 KWH Isento

71 400 KWH 5,00
Acima de 400 KWH 7,00

VI – CONSUMIDORES PRIMÁRIOS(alta tensão):

FAIXA DE CONSUMO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO

EM R\$

0 a 1.000 KWH 25,00
1.001 a 2.000 KWH 36,00
2.001 a 5.000 KWH 48,00
5.001 a 10.000 KWH 67,00
10.001 a 50.000 KWH 83,00
50.001 a 100.000 KWH 104,00
100.001 a 200.000 KWH 120,00
Acima de 200.000 KWH 204,00

Art.2º - Esta lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 30 DE DEZEMBRO DE 2009.

ALCIR JOSÉ BODANESE
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO
Secret.Mun.de Adm..e Finanças

MAGALI ZUCCO
Of.Téc.em RH-FG Secr.Mun.Adm.e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 129, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 41,DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002 E ALTERAÇÕES POSTERIORES QUE INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art.1º - Ficam alteradas as tabelas constantes do caput do Art.5º, da Lei Complementar nº 41, de 27/12/2002, com modificação pela Lei Complementar nº 87, de 30/12/2009, conforme abaixo:

1 – Classe Residencial		
Faixa de Consumo KWh	COSIP - Lei 87/2009 – R\$	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 856/2009-Aneel
0 a 50	Isento	0,00
51 a 100	3,50	2,41
101 a 200	5,10	3,51
201 a 500	6,05	4,16
501 a 1.000	9,30	6,40
Acima de 1.000	17,00	11,69

2 – Classe Industrial 3 – Classe Comercial, Serviços e Outras Atividades 4 – Classe Serviço Público 5 – Classe Poder Público Federal e Estadual		
Faixa de Consumo KWh	COSIP - Lei 87/2009 – R\$	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 856/2009-Aneel
0 a 100	8,00	5,50
101 a 200	10,06	6,92
201 a 500	11,00	7,57
501 a 1.000	16,90	11,62
Acima de 1.000	28,30	19,46

6 – Grupo A		
Faixa de Consumo KWh	COSIP - Lei 87/2009 – R\$	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 856/2009-Aneel

0 a 1.000	25,00	17,20
1.001 a 2.000	36,00	24,76
2.001 a 5.000	48,00	33,01
5.001 a 10.000	67,00	46,08
10.001 a 50.000	83,00	57,09
50.001 a 100.000	104,00	71,53
100.001 a 200.000	120,00	82,54
Acima de 200.000	204,00	140,31

7 – Classe Rural		
Faixa de Consumo KWh	COSIP - Lei 87/2009 – R\$	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 856/2009-Aneel
0 a 70	Isento	0,00
71 a 400	5,00	3,44
Acima de 400	7,00	4,81

8 – Classe Poder Público Municipal		
Faixa de Consumo KWh	COSIP - Lei 87/2009 – R\$	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 856/2009-Aneel
Todos	Isento	0,00

Art. 2º - O Parágrafo Único do Art.5º da Lei Complementar nº 41, de 27 de dezembro de 2002 fica alterado para § 1º e passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º - Os valores da CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP a que se referem as tabelas deste artigo serão atualizados monetariamente sempre que houver aumento oficial da tarifa de energia elétrica, pela vigente "TARIFA B4a" estabelecida pelo órgão competente.

Art.3º - Fica incluído o § 2º ao Art.5º da Lei Complementar nº 41, de 27 de dezembro de 2002, com a seguinte redação:

§ 2º - CLASSIFICAÇÃO DOS CONSUMIDORES.

Item	Classificação da Lei Municipal	Classificação da ANEEL
1	Consumidores Residenciais	Classe Residencial
2	Consumidores Comércio, Indústria e Empresas de Serviço	Classe Industrial
3	Consumidores Comércio, Indústria e Empresas de Serviço	Classe Comercial, Serviços e Outras Atividades
4	Consumidor Poder Público e Serviço Público	Classe Serviço Público
5	Consumidor Poder Público e Serviço Público	Classe Poder Público Federal e Estadual
6	Consumidores Primários	Grupo A
7	Consumidores Primários(Rurais)	Classe Rural
8	Imóveis Próprios Municipais	Poder Público Municipal

Art.4º. Esta lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 21 DE OUTUBRO DE 2016.

ALCIR JOSÉ BODANESE

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

MAGALI ZUCCO

Of.Téc.em RH-FG Secr.Mun.Adm.e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 130, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016

ALTERA PARCIALMENTE A LEI COMPLEMENTAR Nº 41, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002 E ALTERAÇÕES POSTERIORES REF. A CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art.1º - Ficam alteradas as tabelas constantes do caput do Art.5º, da Lei Complementar nº 41, de 27/12/2002, alterada pelas Leis Complementares nºs 87, de 30/12/2009 e 129, de 21/10/2016, passando os percentuais da situação atual para a situação nova, conforme abaixo:

1 – Classe Residencial		
Faixa de Consumo KWh	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 856/2009-Aneel – situação atual	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 2.120/2016-Aneel – situação nova
0 a 50	0,00	0,00

51 a 100	2,41	3,14
101 a 200	3,51	4,57
201 a 500	4,16	5,42
501 a 1.000	6,40	8,33
Acima de 1.000	11,69	15,23

2 – Classe Industrial

3 – Classe Comercial, Serviços e Outras Atividades

4 – Classe Serviço Público

5 – Classe Poder Público Federal e Estadual

Faixa de Consumo KWh	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 856/2009-Aneel – situação atual	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 2.120/2016-Aneel – situação nova
0 a 100	5,50	7,17
101 a 200	6,92	9,01
201 a 500	7,57	9,85
501 a 1.000	11,62	15,14
Acima de 1.000	19,46	25,35

6 – Grupo A

Faixa de Consumo KWh	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 856/2009-Aneel – situação atual	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 2.120/2016-Aneel – situação nova
0 a 1.000	17,20	22,39
1.001 a 2.000	24,76	32,25
2.001 a 5.000	33,01	43,00
5.001 a 10.000	46,08	60,01
10.001 a 50.000	57,09	74,35
50.001 a 100.000	71,53	93,16
100.001 a 200.000	82,54	107,49
Acima de 200.000	140,31	182,73

7 – Classe Rural

Faixa de Consumo KWh	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 856/2009-Aneel – situação atual	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 2.120/2016-Aneel – situação nova
0 a 70	0,00	0,00
71 a 400	3,44	4,48
Acima de 400	4,81	6,27

8 – Classe Poder Público Municipal

Faixa de Consumo KWh	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 856/2009-Aneel – situação atual	Conversão para percentual da TARIFA B4a(%) Res. Homologatória nº 2.120/2016-Aneel – situação nova
Todos	0,00	0,00

Art.2º. Esta lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALCIR JOSÉ BODANESE

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

MAGALI ZUCCO

Of.Téc.em RH-FG Secr.Mun.Adm.e Finanças

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0025/2017 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0033/2017 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço nº 0025/2017 – PMRA, tendo como Objeto: registro de preços para aquisição futura, com entrega parcelada de placas de sinalização de trânsito e postes galvanizados, material este para troca dos danificadas e instalação de novas placas nas ruas do Município de Rio das Antas que merecem sinalização. Tendo como objetivo orientar a população para melhor fluxo dos veículos e para evitarmos acidentes. Conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 11/05/2017, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs 32/2007 e 13/2012. DEMAIS INFORMAÇÕES: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 min e as 17h30 min ou pelo email licita@riodasantas.sc.gov.br ou Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 27 de abril de 2017/ Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal.

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 6157, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6157, de 25 de abril de 2017.

"CONCEDE CHIP PARA CELULAR POR TEMPO INDETERMINADO A POLÍCIA MILITAR."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no parágrafo único do artigo nº 86, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido por tempo indeterminado ao 13º Batalhão de Polícia Militar, como segue:

Cessão de um chip para telefone celular (47) 98875-6313, para a implantação da Central Regional de Monitoramento, da Rede de Vizinhos nos Bairros.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do chip cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Polícia Militar.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6158, DE 26 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6158, de 26 de abril de 2017

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 28.699,67 (vinte e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	28.699,67
	TOTAL	R\$	28.699,67

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 28.699,67 (vinte e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		

01020000	Recursos Saúde	R\$	28.699,67
	TOTAL	R\$	28.699,67

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

26 de abril de 2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6159 DE 27 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6159, de 27 de abril de 2017.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e artigo 4º da Lei nº 4.020 de 19/02/2004.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam substituídos os membros para compor o Conselho Municipal de Saúde, indicados por sua entidade:

I- Representante dos USUÁRIOS

Titular: Osmar Henrich, substitui Evelásio Fernandes

Suplente: Fernando de Andrade Silva, substitui Osmar Henrich

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO

27 de abril de 2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6160, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 6160, de 27 de abril de 2017.

"EXONERA NILSON CARVALHO CORREA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015,

DECRETA:

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 26/04/2017, o servidor NILSON CARVALHO CORREA, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Medicina, nos termos do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

27 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI 5.816

LEI Nº 5.816, de 27 de abril de 2017.

“DENOMINA ‘PROFESSORA LEILA MARA AMORIM KRAJESKI’ A RUA SEM DENOMINAÇÃO LOCALIZADA NO BAIRRO LARANJEIRAS, NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica denominada “Professora Leila Mara Amorim Krajieski” a rua sem denominação que inicia na Rua XV de Novembro, medindo 240,00 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no Bairro Laranjeiras, conforme levantamento topográfico, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

27 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

PORTARIA N. 0309/RH

PORTARIA Nº.0309/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, FRANCIELI OLIVEIRA DE SOUZA SANTOS, para exercer o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Rp

PORTARIA N. 0310/RH

PORTARIA Nº.0310/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, GEOVANA TELES MICHIELIN ERTAL, para exercer o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Rp

PORTARIA N. 0311/RH

PORTARIA Nº.0311/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, SIMONE VARGAS, para exercer o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Rp

PORTARIA Nº 0514/DGP

PORTARIA Nº. 0514/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARGARETE LAMEGO, matrícula n. 72176-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a terceira Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2013 a 2016, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de abril de 2016, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de abril de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PREGÃO PRESENCIAL 036/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017

OBJETO: Aquisição de veículo tipo caminhão toco 4x4 (com bloqueio) zero km. ano de fabricação no mínimo 2014. Defesa Civil
REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 11/05/2017, às 08:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:00h do dia 11/05/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

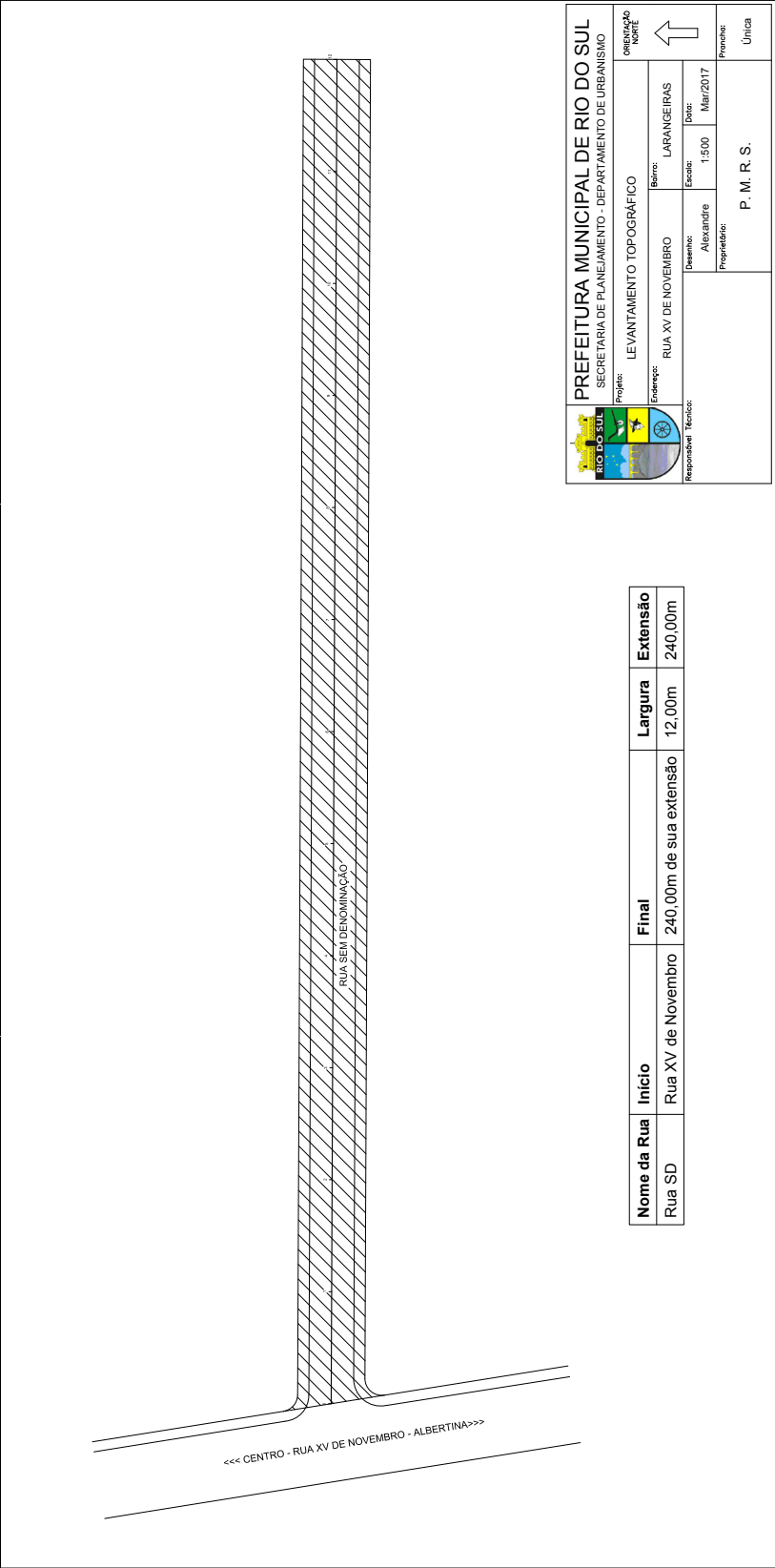
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos e www.riodosul.sc.gov.br/licitações.

Rio do Sul (SC), 27 de abril de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração

LEI 5.816 (ANEXO)



Romelândia

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 24/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24

Processo Licitatório Nº. 416/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 6/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 13/03/17

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 6/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

EMPRESA	CNPJ
LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E LUBRIFICANTES LTDA EPP	23.083.960/0001-68

doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 416/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 6/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA OS VEICULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA PARA O ANO DE 2017, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
2	20,0	GI	OLEO LUBRIFICANTE SAE 15W40 P/ MOTOR DIESEL - GALÃO DE 20 LITROS	165,00	LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E LUBRIFICANTES LTDA EPP
3	20,0	GI	OLEO HIDRÁULICO 68 - GALÃO DE 20 LITROS	118,00	LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E LUBRIFICANTES LTDA EPP
4	20,0	GI	OLEO W10 P/ TRANSMISSÃO HIDRAULICA - GALÃO DE 20 LITROS	150,00	LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E LUBRIFICANTES LTDA EPP
5	20,0	GI	OLEO HIDRAULICO ATF VERMELHO TIPO "A" - GALÃO DE 20 LITROS	185,00	LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E LUBRIFICANTES LTDA EPP
10	20,0	GI	OLEO LUBRIFICANTE SAE 90W API GL - GALÃO 20 LITROS	170,00	LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E LUBRIFICANTES LTDA EPP

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretaria Municipal de Educação – Sergio Dorindo Meneghini

Secretaria Municipal de Administração – Adriane T. Merigo Jung

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do

mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 13/03/17.

VALDIR BUGS		LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E LUBRIFICANTES LTDA EPP
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 34/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34

Processo Licitatório Nº. 526/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 10/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 03/04/17

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 10/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

EMPRESA	CNPJ
FRANCISCO PACHECO TRANSPORTES ME	21.469.467/0001-55

doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 526/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 10/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, NOS LIMITES DO TERRITÓRIO MUNICIPAL PARA O O EXERCÍCIO DE 2017, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
2	14.144,0	Km	Trajetos 03 (turno matutino e vespertino) com ônibus escolar com capacidade mínima de 34 passageiros sentados - TOTAL GERAL DO TRAJETO: 83,2 Km/dia	4,50	FRANCISCO PACHECO TRANSPORTES ME
3	10.540,0	Km	Trajetos 04 (turno vespertino) com ônibus com capacidade mínima de 34 passageiros sentados - TOTAL GERAL DO TRAJETO: 62,0 Km/dia	4,50	FRANCISCO PACHECO TRANSPORTES ME

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretaria Municipal de Educação – Sergio Dorindo Meneghini

Secretaria Municipal de Administração – Adriane T. Merigo Jung

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei

Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 03/04/17.

VALDIR BUGS		FRANCISCO PACHECO TRANSPORTES ME
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 35/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 35

Processo Licitatório Nº. 503/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 9/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 03/04/17

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 9/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

EMPRESA	CNPJ
MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI	05.245.502/0001-04

doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 503/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 9/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA (GPON) COM BANDA LARGA, COM IP PÚBLICO VÁLIDO, SEM TAXA DE INSTALAÇÃO, EQUIPAMENTOS EM COMODATO, MANUTENÇÃO INCLUSA, SERVIÇO DE SUPORTE 24HORAS, 07 DIAS POR SEMANA, COM ABERTURA DE CHAMADOS ATRAVÉS DE SISTEMA TELE, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
1	12,0	SV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSAL DE DISPONIBILIZAR LINK DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA COM BANDA LARGA DE NO MÍNIMO DE 38 MBPS, COM IP PÚBLICO VÁLIDO, SEM TAXA DE INSTALAÇÃO, EQUIPAMENTOS EM COMODATO, MANUTENÇÃO INCLUSA, SERVIÇO DE SUPORTE 24 HORAS, 07 DIAS POR SEMANA, COM ABERTURA DE CHAMADOS ATRAVÉS DE SISTEMA TELEFÔNICO, PARA O ANO DE 2017	1.560,00	MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

- II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;
- III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.
- IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.
- V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.
- VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.
- VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;
- A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;
- B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;
- C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;
- D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.
- II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:
Secretaria Municipal de Educação – Sergio Dorindo Meneghini
Secretaria Municipal de Administração – Adriane T. Merigo Jung
- III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.
- II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

- I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

- I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

- I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.
- II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:
- III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

- I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;
- II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";
- III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:
A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 03/04/17.

VALDIR BUGS		MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 36/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36

Processo Licitatório Nº. 591/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 12/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 19/04/17

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 12/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

EMPRESA	CNPJ
INSTALADORA ZANATTA LTDA	11.936.490/0001-59

doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 591/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 12/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a Aquisição de AR CONDICIONADO, com as seguintes características mínimas: Condicionador de ar; do tipo Split, Hi-wall (parede), tecnologia Inverter; com capacidade de 12.000 BTUs; com selo Procel categoria "A" do INMETRO, tipo de operação quente/frio, tensão de funcionamento 220 V, monofásico; com bai, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
2	7,0	SV	Serviço de instalação de AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 12.000 BTUS, com fornecimento de materiais e insumos necessários para a instalação, inclusive mão francesa (suporte) para unidade externa. A instalação abrange no mínimo os seguintes serviços: Interligação frigogênica entre as unidades através de tubulações de cobre nas dimensões recomendadas pelo fabricante; Isolamento térmico das tubulações; Instalação física da unidade condensadora; Instalação física da unidade evaporadora; Interligação entre unidades; Suporte das tubulações; Carga de gás refrigerante; Partida inicial do equipamento; Serviço de furar parede.	248,00	INSTALADORA ZANATTA LTDA

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretaria Municipal de Educação – Sergio Dorindo Meneghini

Secretaria Municipal de Administração – Adriane T. Merigo Jung

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 19/04/17.

VALDIR BUGS		INSTALADORA ZANATTA LTDA
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 37/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 37

Processo Licitatório Nº. 591/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 12/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 19/04/17

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 12/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

EMPRESA	CNPJ
COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA IRACEMINHA LTDA.	06.165.903/0001-09

doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 591/2017 na modalidade

de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 12/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a Aquisição de AR CONDICIONADO, com as seguintes características mínimas: Condicionador de ar; do tipo Split, Hi-wall (parede), tecnologia Inverter; com capacidade de 12.000 BTUs; com selo Procel categoria "A" do INMETRO, tipo de operação quente/frio, tensão de funcionamento 220 V, monofásico; com bai, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
1	7,0	UN	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 12.000 BTUS, com as seguintes características mínimas: Condicionador de ar; do tipo Split, Hi-wall (parede), tecnologia Inverter; com capacidade de 12.000 BTUs; com selo Procel categoria "A" do INMETRO, tipo de operação quente/frio, tensão de funcionamento 220 V, monofásico; com baixo nível de ruído; equipamento composto por uma unidade evaporadora e uma condensadora; com utilização do Gás Refrigerante R410-A; fornecido com controle remoto sem fio; manual de instruções e certificado de garantia em português.	1.859,00	COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA IRACEMINHA LTDA.

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretaria Municipal de Educação – Sergio Dorindo Meneghini

Secretaria Municipal de Administração – Adriane T. Merigo Jung

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 19/04/17.

VALDIR BUGS		COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA IRACEMINHA LTDA.
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 38/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 38

Processo Licitatório Nº. 614/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 13/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 19/04/17

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente

e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 13/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

EMPRESA	CNPJ
GRAFICA BAROZZI EIRELLI - EPP	01.101.611/0001-99

doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 614/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 13/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR RURAL (4 VIAS) EM FORMULÁRIO CONTINUO, PAPEL AUTO COPIATIVO, TAMANHO 24cm X 21,5cm, VIAS APRISIONADAS POR FLEX: (OBJETIVANDO MINIMIZAR ENROSCO E MANUTENÇÃO NA IMPRESSORA MATRICIAL). DESTINAÇÃO E GRAMATURA: 1ª VIA NA COR BRANCA - DESTINATÁRIO; 2ª VIA NA COR AMAR, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
1	20.000,0	UN	NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR RURAL (4 VIAS) EM FORMULÁRIO CONTINUO, PAPEL AUTO COPIATIVO, TAMANHO 24cm X 21,5cm, VIAS APRISIONADAS POR FLEX: (OBJETIVANDO MINIMIZAR ENROSCO E MANUTENÇÃO NA IMPRESSORA MATRICIAL). DESTINAÇÃO E GRAMATURA: 1ª VIA NA COR BRANCA - DESTINATÁRIO; 2ª VIA NA COR AMARELA - USEFI; 3ª VIA NA COR VERDE FISCO; 4ª VIA NA COR BRANCA - BLOCO. 1ª VIA COM SERRILHA EXTRA NA LARGURA TOTAL - PARTE INFERIOR (CANHOTO DE RECEBIMENTO)	0,35	GRAFICA BAROZZI EIRELLI - EPP

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretaria Municipal de Educação – Sergio Dorindo Meneghini

Secretaria Municipal de Administração – Adriane T. Merigo Jung

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique

a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 19/04/17.

VALDIR BUGS		GRAFICA BAROZZI EIRELLI - EPP
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 39/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 39

Processo Licitatório Nº. 659/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 16/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 19/04/17

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 16/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

EMPRESA	CNPJ
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80

doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 659/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 16/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADOR, PAD DE ASSINATURA, LEITOR BIOMÉTRICO, SCANNER E WEBCAM PARA IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE EMISSÃO DE CTPS - CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
5	1,0	UN	SCANNER DE MESA COM BASE PLANA, com no mínimo: Capacidade de digitalização colorida e em tons de cinza (acima de 250 tons); Tensão de entrada 100 a 240 VAC (50/60 Hz) automática; Interface USB 2.0; Capacidade de digitalização de no mínimo 210 x 297mm (A4); Resolução óptica de digitalização de no mínimo 2400 DPI; Profundidade de bits de no mínimo de 36; Reconhecimento óptico de caracteres (OCR); Cabo USB, Manual de Instruções e Drives de Instalação	997,00	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretaria Municipal de Educação – Sergio Dorindo Meneghini

Secretaria Municipal de Administração – Adriane T. Merigo Jung

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal,

do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 19/04/17.

VALDIR BUGS		TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		

DARIZ GENZ	MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55	CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 40/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 40

Processo Licitatório Nº. 659/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 16/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 19/04/17

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 16/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

EMPRESA	CNPJ
ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME	04.326.894/0001-65

doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 659/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 16/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADOR, PAD DE ASSINATURA, LEITOR BIOMÉTRICO, SCANNER E WEBCAM PARA IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE EMISSÃO DE CTPS - CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
1	1,0	UN	MICRO COMPUTADOR com no mínimo: Processador Intel I5 - 6400 - 2.7 GHZ; Memória Cache de 6 MB; / MEMÓRIA RAM: 8GB - DDR3-1x8GB, 2 x DDR3 DIMM - 1600/1333 MHz, / ARMAZENAMENTO: Disco padrão: 1 x 1TB SATA, Portas SATA: 4 x SATA 6Gb/s; / CONEXÕES TRASEIRAS: PS/2 Mouse, PS/2 Teclado, Serial, Porta HDMI, Conector VGA, 2 Portas USB 3.0, 4 Portas USB 2.0, Rede 10/100/1000 Mbps, Fone/microfone/audio in; / FONTE: 200W bivolt; / Mouse Óptico e Teclado ABNT 2; / GABINETE: Mini-Torre ATX; / Caixas de Som Amplificadas, Estabilizador 220/110, Gravador de DVD/CD, Leitor de DVD e CD Rom, Monitor Colorido 19" LED	2.950,00	ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME
4	1,0	UN	WEBCAM - Resolução Mínima 640 x 480 pixels (380 k pixels); Lentes F 2.8 ou superior; Velocidade do disparador automático; Distância do foco 10 cm ao infinito com ajuste manual com botões na própria câmera; Controle de exposição da luz Automático ou Manual; Formato do Arquivo JPEG, AVI, WAV; Interface USB 2.0; Até 30 frames por segundo; Base Flexível; Botão para Captura de Imagem; Compatível com Windoes 7 e 8; Compatível com componente ezVidCap60 utilizado no programa Visual Basic; Extensão para Cabo USB.	106,00	ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretaria Municipal de Educação – Sergio Dorindo Meneghini

Secretaria Municipal de Administração – Adriane T. Merigo Jung

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 19/04/17.

VALDIR BUGS		ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		

DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 41/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 43

Processo Licitatório Nº. 651/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 15/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 25/04/17

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

EMPRESA	CNPJ
GESUL COMERCIAL LTDA	14.711.959/0001-40

doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 651/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 15/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a Aquisição de Equipamentos Hospitalares, Ar Condicionado, Impressora Laser Multifuncional e Aparelhos Telefônicos., conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
6	1,0	UN	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 12.000 BTUS, com as seguintes características mínimas: Condicionador de ar; do tipo Split, Hi-wall (parede), com capacidade de no mínimo 12.000 BTUs; com selo Procel categoria "A" do INMETRO, tipo de operação quente/frio, tensão de funcionamento 220 V, monofásico; com baixo nível de ruído; equipamento composto por uma unidade evaporadora e uma condensadora; fornecido com controle remoto sem fio; manual de instruções e certificado de garantia em português.	1.455,00	GESUL COMERCIAL LTDA
8	3,0	UN	APARELHO TELEFÔNICO COM FIO - Com Identificação de chamadas; Viva-voz com ajuste de volume; Display luminoso; LED para sinalização de chamada; Uso em mesa ou parede; Discagem direta para 3 números e indireta para 10 números; Registro de 20 chamadas recebidas (atendidas e não atendidas) e 20 chamadas realizadas; Menu em português	98,00	GESUL COMERCIAL LTDA

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente

Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretaria Municipal de Educação – Sergio Dorindo Meneghini

Secretaria Municipal de Administração – Adriane T. Merigo Jung

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois)

anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I – Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 25/04/17.

VALDIR BUGS		GESUL COMERCIAL LTDA
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 43/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 43

Processo Licitatório Nº. 651/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 15/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 25/04/17

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

EMPRESA	CNPJ
GESUL COMERCIAL LTDA	14.711.959/0001-40

doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 651/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 15/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a Aquisição de Equipamentos Hospitalares, Ar Condicionado, Impressora Laser Multifuncional e Aparelhos Telefônicos., conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
6	1,0	UN	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 12.000 BTUS, com as seguintes características mínimas: Condicionador de ar; do tipo Split, Hi-wall (parede), com capacidade de no mínimo 12.000 BTUs; com selo Procel categoria "A" do INMETRO, tipo de operação quente/frio, tensão de funcionamento 220 V, monofásico; com baixo nível de ruído; equipamento composto por uma unidade evaporadora e uma condensadora; fornecido com controle remoto sem fio; manual de instruções e certificado de garantia em português.	1.455,00	GESUL COMERCIAL LTDA

8	3,0	UN	APARELHO TELEFÔNICO COM FIO - Com Identificação de chamadas; Viva-voz com ajuste de volume; Display luminoso; LED para sinalização de chamada; Uso em mesa ou parede; Discagem direta para 3 números e indireta para 10 números; Registro de 20 chamadas recebidas (atendidas e não atendidas) e 20 chamadas realizadas; Menu em português	98,00	GESUL COMERCIAL LTDA
---	-----	----	--	-------	----------------------

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretaria Municipal de Educação – Sergio Dorindo Meneghini

Secretaria Municipal de Administração – Adriane T. Merigo Jung

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 25/04/17.

VALDIR BUGS		GESUL COMERCIAL LTDA
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 44/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 44

Processo Licitatório Nº. 651/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 15/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 25/04/17

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

EMPRESA	CNPJ
MB CATARINENSE LTDA ME	16.961.181/0001-52

doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 651/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 15/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a Aquisição de Equipamentos Hospitalares, Ar Condicionado, Impressora Laser Multifuncional e Aparelhos Telefônicos., conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
7	2,0	UN	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL - Tecnologia Laser; Padrão de Cor: Monocromático; Tipo: Multifuncional (imprime, copia, digitaliza, fax); Memória de 128 MB, Resolução de impressão 600 x 600 Dpi; Resolução de Digitalização 1200 x 1200 Dpi; Resolução de Cópia 600 x 600 Dpi; Velocidade de Impressão 18 PPM; Capacidade de Bandeja 150 páginas; Ciclo Mensal 8.000 páginas; Fax 33.6 Kbps; Interfaces USB e Rede; COM alimentador de Papel Frente e Verso Automático; Garantia de 12 meses.	1.290,00	MB CATARINENSE LTDA ME
9	3,0	UN	APARELHO TELEFÔNICO SEM FIO - Com Secretária eletrônica digital: armazena até 59 mensagens; Identificador de chamadas; Viva-voz: liberdade na comunicação; Visor e teclado iluminados; Agenda para 20 números; Armazena as 10 últimas ligações recebidas; Rediscagem dos últimos 5 números chamados; Despertador com função soneca; Comunicação livre de interferências, Voltagem BIVOLT ou 220 Volts	134,00	MB CATARINENSE LTDA ME

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretaria Municipal de Educação – Sergio Dorindo Meneghini

Secretaria Municipal de Administração – Adriane T. Merigo Jung

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 25/04/17.

VALDIR BUGS		MB CATARINENSE LTDA ME
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 45/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45

Processo Licitatório Nº. 651/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 15/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 25/04/17

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente

e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

EMPRESA	CNPJ
SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - ME	21.536.580/0001-06

doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 651/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 15/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a Aquisição de Equipamentos Hospitalares, Ar Condicionado, Impressora Laser Multifuncional e Aparelhos Telefônicos., conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
4	20,0	UN	LIXEIRA DE AÇO INOXIDÁVEL 30 LITROS - Balde Interno Removível; Estrutura em Aço Inoxidável, Acabamentos e balde interno em Polipropileno; Capacidade mínima de 30 litros.	143,00	SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - ME

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretaria Municipal de Educação – Sergio Dorindo Meneghini

Secretaria Municipal de Administração – Adriane T. Merigo Jung

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 25/04/17.

VALDIR BUGS		SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - ME
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 46/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 46

Processo Licitatório Nº. 651/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 15/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 25/04/17

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

EMPRESA	CNPJ
GENAROMED SOLUÇÕES EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI ME	23.038.443/0001-77

doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 651/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 15/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a Aquisição de Equipamentos Hospitalares, Ar Condicionado, Impressora Laser Multifuncional e Aparelhos Telefônicos., conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
2	1,0	UN	CARRO MACA AÇO INOXIDÁVEL COM ALTURA REGULÁVEL, LEITO ESTOFADO, COM GRADES E SUPORTE DE SORO - Estrutura em tubo de aço INOX; Leito fixo estofado com espuma D26R revestido em Courvim; Cabeceira regulável através de cremalheira; Regulação de altura através de manivela cromada e escamoteável; Sistema de elevação em tubo de aço inox retangular; Para-choque de proteção redondo nos quatro cantos do leito; Grades laterais de baixar em tubo de aço inox; Suporte para soro com 02 ganchos em aço inox; Capacidade aproximada: Até 150Kg	1.358,00	GENAROMED SOLUÇÕES EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI ME

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretaria Municipal de Educação – Sergio Dorindo Meneghini

Secretaria Municipal de Administração – Adriane T. Merigo Jung

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 25/04/17.

VALDIR BUGS		GENAROMED SOLUÇÕES EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI ME
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 47/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 47

Processo Licitatório Nº. 651/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 15/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 25/04/17

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

EMPRESA	CNPJ
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA EPP	02.756.441/0001-43

doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 651/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 15/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a Aquisição de Equipamentos Hospitalares, Ar Condicionado, Impressora Laser Multifuncional e Aparelhos Telefônicos., conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
3	1,0	UN	MESA DE EXAMES CLÍNICOS; Estrutura tubular em aço redondo; Leito estofado revestido em courvim; Cabeceira reclinável em até 4 posições através de cremalheira; Pés com ponteiros plástica; Pintura eletrostática a pó epóxi; Dimensões: Comprimento: 1,85m; Altura: 0,80m; Largura Opcional:0,55m	385,00	CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA EPP
5	1,0	UN	FOCO REFLETOR AMBULATORIAL: Características Mínimas: Aço Inoxidável, Haste Flexível, Iluminação LED, Altura variável entre 90 a 164 cm.	315,00	CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA EPP

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretaria Municipal de Educação – Sergio Dorindo Meneghini

Secretaria Municipal de Administração – Adriane T. Merigo Jung

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento do objeto será efetuado ate o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer

época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 25/04/17.

VALDIR BUGS		CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA EPP
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 48/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 48

Processo Licitatório Nº. 651/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 15/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 25/04/17

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

EMPRESA	CNPJ
PRO CIRURGICA CHAPECÓ EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA ME	21.029.500/0001-26

doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 651/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 15/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a Aquisição de Equipamentos Hospitalares, Ar Condicionado, Impressora Laser Multifuncional e Aparelhos Telefônicos., conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
1	2,0	UN	CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO - com as seguintes características mínimas: Tubo de conexão umidificador/concentrador, Filtro instalado, Manual de instruções em português, Concentração de oxigênio (a 5 LPM), Fluxo de litros 0.5-Litros por minuto, Pressão da válvula de escape 5.5 PSI, Baixo Nível de ruído, Temperatura de funcionamento de 12°C até 32°C/55°F até 90°F, Umidade de armazenamento/transporte de -34°C até 71°C (-30°F até 160°F) até 95% umidade relativa, Umidade de funcionamento até 95 % de umidade relativa, Altitude de funcionamento de 0 até 2286 m (0 até 7500 pés), Voltagem: 220 volts	3.140,00	PRO CIRURGICA CHAPECÓ EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA ME

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretaria Municipal de Educação – Sergio Dorindo Meneghini

Secretaria Municipal de Administração – Adriane T. Merigo Jung

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do

mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 25/04/17.

VALDIR BUGS		PRO CIRURGICA CHAPECÓ EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA ME
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

CREDENCIAMENTO 06/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 888/2017.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2017

EXTRATO DE EDITAL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA, Estado de Santa Catarina através do seu Gestor Sr. CLAUDIO ELIAS SCHENKEL, TORNA PÚBLICO que a partir do dia 02 de maio de 2017, a Comissão Permanente de Licitações, estará recebendo os documentos para o credenciamento de interessados no objeto do Edital de Credenciamento nº 06/2017, Processo Licitatório Nº 888/2017 na forma de Inexigibilidade de Licitação Nº 08/2017 do Fundo Municipal de Saúde de Romelândia, para o Credenciamento de pessoas físicas e Jurídicas para prestar serviços de atendimento médico em regime de plantão médico a ser realizado na Unidade Básica de Saúde de Romelândia, aos finais de semana e feriados em período integral e de segunda à sexta feira das 17 horas às 7 horas do dia seguinte, conforme especificado neste Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações, esclarecimentos ou cópias deste Edital, serão fornecidos pelo Departamento de Compras e Licitações, Rua 12 de Outubro, 242, fone (049) 3624 1002 – e e-mail compras@romelandia.sc.gov.br
Romelândia, SC, 27 de abril de 2017.

CLAUDIO ELIAS SCHENKEL
GESTOR MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO 40/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO 40/2017

O Município de Romelândia (SC), comunica contratação de SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA DE 15 A 17 TONELADAS PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE EXTRAÇÃO E GARREGAMENTO DE CASCALHO EM CASCALHEIRAS NO MUNICÍPIO NO ANO DE 2017, através do Processo de Licitação Nº 650/2017, na modalidade Dispensa por Limite nº 629/2017. Contratado: SIMON LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA. Validade do Contrato 31/12/2017.

Romelândia, 05 de Abril de 2017.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 41/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 41/2017

O Município de Romelândia (SC), comunica contratação de Profissional para Responsabilidade Técnica pelas atividades peculiares a Medicina Veterinária na FERIA Municipal do Peixe a ser realizada no dia 12 e 13 de abril de 2017, através do Processo de Licitação Nº 829/2017, na modalidade Dispensa por Limite. Contratado: JÉSSICA FERLIN. Validade do Contrato 13/04/2017.

Romelândia, 04 de Abril de 2017.
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 42/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 42/2017

O Município de Romelândia (SC), comunica contratação de SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, NOS LIMITES DO TERRITÓRIO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2017, através do Processo de Licitação Nº 526/2017, na modalidade Pregão nº 10/2017. Contratado: Danilo Luiz Spohr ME. Validade do Contrato 31/12/2017.

Romelândia, 04 de Abril de 2017.
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 43/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 43/2017

O Município de Romelândia (SC), comunica contratação de SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, NOS LIMITES DO TERRITÓRIO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2017, através do Processo de Licitação Nº 526/2017, na modalidade Pregão nº 10/2017. Contratado: FRANCISCO PACHECO TRANSPORTES ME. Validade do Contrato 31/12/2017.

Romelândia, 03 de Abril de 2017.
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 44/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 44/2017

O Município de Romelândia (SC), comunica contratação de EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA (GPON) COM BANDA LARGA, COM IP PÚBLICO VÁLIDO, SEM TAXA DE INSTALAÇÃO, EQUIPAMENTOS EM

COMODATO, MANUTENÇÃO INCLUSA, SERVIÇO DE SUPORTE 24HORAS, 07 DIAS POR SEMANA, COM ABERTURA DE CHAMADOS ATRAVÉS DE SISTEMA TELEFÔNICO, PARA SER INSTALADA NOS ENDEREÇOS CONSTANTES NO ANEXO E VELOCIDADE EM Mbps MINIMA CONSTANTE NO MESMO ANEXO, PARA O ANO DE 2017, através do Processo de Licitação Nº 503/2017, na modalidade Pregão nº 9/2017. Contratado: MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI. Validade do Contrato 31/12/2017.

Romelândia, 03 de Abril de 2017.
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 45/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO 45/2017

O Município de Romelândia (SC), comunica contratação de EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA (GPON) COM BANDA LARGA, COM IP PÚBLICO VÁLIDO, SEM TAXA DE INSTALAÇÃO, EQUIPAMENTOS EM COMODATO, MANUTENÇÃO INCLUSA, SERVIÇO DE SUPORTE 24HORAS, 07 DIAS POR SEMANA, COM ABERTURA DE CHAMADOS ATRAVÉS DE SISTEMA TELEFÔNICO, PARA SER INSTALADA NOS ENDEREÇOS CONSTANTES NO ANEXO E VELOCIDADE EM Mbps MINIMA CONSTANTE NO MESMO ANEXO, PARA O ANO DE 2017, através do Processo de Licitação Nº 503/2017, na modalidade Pregão nº 9/2017. Contratado: MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI. Validade do Contrato 31/12/2017.

Romelândia, 03 de Abril de 2017.

CLAUDIO ELIAS SCHENKEL
Gestor Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO 46/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO 46/2017

O Município de Romelândia (SC), comunica CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA OS SERVIDORES E/OU AGENTES POLÍTICOS LOTADOS JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através do Processo Licitatório nº 007/2017, Modalidade Inexigibilidade nº 01/2017. Contratado: CAPELARI & CIA LTDA - ME. Validade do Contrato 31/12/2017.

Romelândia, 03 de Abril de 2017.

CLAUDIO ELIAS SCHENKEL
Gestor Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO 47/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 47/2017

O Município de Romelândia (SC), comunica CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA OS SERVIDORES E/OU AGENTES POLÍTICOS LOTADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, através do Processo Licitatório nº 007/2017, Modalidade Inexigibilidade nº 01/2017. Contratado: CAPELARI & CIA LTDA - ME. Validade do Contrato 31/12/2017.

Romelândia, 03 de Abril de 2017.
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 48/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 48/2017

O Município de Romelândia (SC), comunica contratação de SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, NOS LIMITES DO TERRITÓRIO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2017, através do Processo de Licitação Nº 837/2017, na modalidade Dispensa por Justificativa nº 808/2017. Contratado: FRANCISCO PACHECO TRANSPORTES ME. Validade do Contrato 31/12/2017.

Romelândia, 13 de Abril de 2017.
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 49/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 49/2017

O Município de Romelândia (SC), comunica AQUISIÇÃO DE CASALHO PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS, através Processo de Licitação Nº 828/2017, na modalidade Dispensa por Limite nº 799/2017. Contratado: ANTONIO JOSE SERAFIN . Validade do Contrato 31/12/2017.

Romelândia, 13 de Abril de 2017.
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 50/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 50/2017

O Município de Romelândia (SC), comunica contratação de SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DO ENSINO FUNDAMENTAL, NOS LIMITES DO TERRITÓRIO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2017, através do Processo de Licitação Nº 526/2017, na modalidade Pregão nº 10/2017. Contratado: TRANSPORTE E OBRAS HAAS LTDA ME. Validade do Contrato 31/12/2017.

Romelândia, 24 de Abril de 2017.
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 51/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 51/2017

O Município de Romelândia (SC), comunica AQUISIÇÃO DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR RURAL (4 VIAS) EM FORMULÁRIO CONTINUO, PAPEL AUTO COPIATIVO, TAMANHO 24cm X 21,5cm, VIAS APRISIONADAS POR FLEX: (OBJETIVANDO MINIMIZAR ENROSCO E MANUTENÇÃO NA IMPRESSORA MATRICIAL). DESTINAÇÃO E GRAMATURA: 1ª VIA NA COR BRANCA - DESTINATÁRIO; 2ª VIA NA COR AMARELA - USEFI; 3ª VIA NA COR VERDE FISCO; 4ª VIA NA COR BRANCA - BLOCO. 1ª VIA COM SERRILHA EXTRA NA LARGURA TOTAL - PARTE INFERIOR (CANHOTO DE RECEBIMENTO), através Processo de Licitação Nº 614/2017, na modalidade Pregão nº 13/2017. Contratado: GRAFICA BAROZZI EIRELLI - EPP. Validade do Contrato 31/12/2017.

Romelândia, 20 de Abril de 2017.
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 52/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 52/2017

O Município de Romelândia (SC), comunica Contratação de empresa visando o REGISTRO DE PREÇOS para a execução de Teste Seletivo para preenchimento de vagas, em caráter temporário, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Romelândia, através Processo de Licitação Nº 590/2017, na modalidade Pregão nº 11/2017. Contratado: NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI ME. Validade do Contrato 31/12/2017.

Romelândia, 24 de Abril de 2017.
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 53/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 53/2017

O Município de Romelândia (SC), comunica AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CONserto E MANUTENÇÃO DA MÁQUINA CARREGADEIRA KOMATSU WA 180, através Processo de Licitação Nº 685/2017, na modalidade Pregão nº 18/2017. Contratado: PAVIMAQUINAS - Com. Pecas Serv. Ltda. Validade do Contrato 31/12/2017.

Romelândia, 25 de Abril de 2017.
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

LEI 2.232/2017

LEI MUNICIPAL Nº 2.232/2017

Cria Programa de Inseminação Artificial em Rebanho Bovino no Município de Romelândia dá outras providências.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigente envia a esta Câmara de Vereadores o presente Projeto de Lei para ser analisado e depois votado nos seguintes termos.

Art. 1º Fica criado o Programa de Inseminação Artificial em Rebanho Bovino do Município de Romelândia, nos termos da presente Lei.

Art. 2º A gestão do serviço e a fiscalização do Programa de Inseminação Artificial será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 3º Programa de que trata esta Lei tem como objetivo:

I – difundir a inseminação artificial como técnica simples e de fácil acesso; e

II - melhorar geneticamente o rebanho, elevando os índices de produtividade, gerando maior renda ao produtor.

Art. 4º A participação no Programa de Inseminação Artificial é restrita aos produtores do Município de Romelândia.

I- Para efetiva execução do presente programa, o município, através da secretaria municipal de desenvolvimento econômico e agropecuário, devera realizar reuniões ou palestras com a finalidade de esclarecer aos produtores e inseminadores rurais sobre as vantagens da inseminação artificial do rebanho bovino.

Parágrafo único. Para ter acesso ao Programa o produtor deve comprovar estar devidamente inserido no cadastro de produtor rural da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Romelândia.

Art. 5º O Programa será desenvolvido da seguinte forma:

I- O Município fornecerá sêmen, nitrogênio líquido, luvas e bainhas ao inseminador credenciado no Programa;

II- O Produtor escolherá, dentre os inseminadores cadastrados, aquele que prestará os serviços de inseminação;

III - Os custos da prestação do serviço de inseminação correrão por conta do produtor, que pagará diretamente ao prestador dos serviços.

IV- Os profissionais prestadores dos serviços fornecerão os demais materiais utilizados na inseminação;

V – As despesas com o deslocamento para a execução dos serviços ficam a cargo dos profissionais;

VI – Os profissionais credenciados deverão emitir relatório mensal prestando contas do material fornecido e do serviço prestado, usando formulário emitido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, anexando cópia da nota fiscal de prestação dos serviços, quem não apresentar o relatório mensal será excluído do programa no período de um ano;

§ 1º A quantidade de inseminações por propriedade/ano será fornecida dependendo do recurso disponível;

§ 2º Em caso de repetição de cio será respeitado o limite máximo de 02 (duas) inseminações por animal/ano, sendo que as demais inseminações serão por conta do produtor.

Art. 6º Para o credenciamento dos profissionais inseminadores o município deflagrará edital específico.

§ 1º Somente será credenciado o profissional que atender a qualificação técnica exigida no edital de credenciamento.

Art. 7º O preço da prestação do serviço de inseminação será fixado pelo Conselho de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 8º Os beneficiados com o programa receberão acompanhamento técnico e de fiscalização pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e da EPAGRI-SC.

Art. 9º Os recursos orçamentários e financeiros para a realização do Programa de Inseminação Artificial estão previstos no orçamento em vigor.

Art. 10.. Fica autorizado o Município de Romelândia a adquirir sêmen, nitrogênio líquido, luvas e bainhas para a execução do programa.

Art. 11. Esta Lei será regulamentada, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias, a partir de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), 27 de abril de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 8424/2017

PORTARIA Nº 8424 /2017

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO MÉDICO DO TRABALHO PARA HOMOLOGAÇÃO DE READAPTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito do Município de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o Dr. Ivair Land – Médico Especialista em Medicina do Trabalho para avaliação da capacidade laborativa e readaptação da servidora municipal Ivanete Hensel Furtado, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental 20 horas semanais, e Professora de Educação Infantil 20 horas semanais.

Art. 2º As atribuições do Médico do Trabalho designado será a avaliação da capacidade laborativa da servidora para fins de readaptação em outro cargo público, emitindo laudos e pareceres técnicos, indicando quais as atividades que a servidora poderá exercer, dentro das suas limitações.

Art. 3º O profissional designado terá o prazo de 24 horas após a avaliação da servidora para a entrega do laudo.

Art. 4º Os serviços prestados pelo profissional serão pagos após entrega do laudo e mediante apresentação de nota fiscal para o Município.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 26 de abril de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada em data supra.

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

Salto Veloso

PREFEITURA

LEI Nº 1.591, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

LEI Nº 1.591, DE 27 de ABRIL de 2017.

Autoriza o Município de Salto Veloso a reconhecer, empenhar e pagar de forma parcelada, o saldo devido ao Perito Judicial nomeado pelo MM. Juízo da Comarca de Videira/SC nos processos de insalubridade e dá outras providências.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizada a reconhecer, empenhar e pagar de forma parcelada, o saldo devido ao Perito Judicial Francisco Cipolli Montenegro Filho, nomeado pelo MM. Juízo da Comarca de Videira/SC nos processos de insalubridade, ajuizados em desfavor do Município de Salto Veloso nos anos de 2009, 2011 e 2012, no valor de R\$ 13.750,00 (treze mil setecentos e cinquenta reais), com a seguinte classificação orçamentária:

02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2022 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3390.3699 – Serviços de Terceiros Pessoa Física

Art. 2º. O parcelamento dar-se-á mediante o pagamento de 6 (seis) parcelas iguais e sucessivas, no valor de R\$ 2.291,66 (dois mil duzentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos), a serem pagas todo dia 10 (dez) dos meses subsequentes a publicação desta lei no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 27 de abril de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 46/2017
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:
Contratado: COMÉRCIO E ARTIGOS DE INFORMÁTICA IRACEMI-NHA LTDA ME.

Objeto: Aquisição de climatizadores moveis e equipamentos para manutenção da UBS (unidade básica de saúde).

Processo Licitatório nº. 14/ 2017/FMS

Valor: R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)

Vigência: 20 de abril de 2017 a 30 de maio de 2017.

Assinatura: 20 de abril de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 49/2017
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MARIA IRIA DOS SANTOS WILLE.

Objeto: Aquisição de matéria mineral (cascalho) para manutenção e recuperação de estradas vicinais do Município.

Processo Licitatório nº. 41/ 2017

Dispensa por Justificativa nº. 07/2017

Valor: 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Vigência: 25 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

Assinatura: 25 de abril de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 47/2017
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SUPERAR EIRELI EPP.

Objeto: Aquisição de climatizadores moveis e equipamentos para manutenção da UBS (unidade básica de saúde).

Valor: 13.234,00 (treze mil duzentos e trinta e quatro reais)

Processo Licitatório nº. 14/ 2017/FMS

Vigência: 20 de abril de 2017 a 30 de maio de 2017.

Assinatura: 20 de abril de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 38/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 38/2017
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

Objeto: Termo aditivo ao contrato nº. 12/2017 de 06 de fevereiro de 2017.(altera os dias de recolhimento de lixo doméstico no período urbano passando para as segundas, quartas e sextas –feira no período matutino.

Processo Licitatório nº. 02/ 2017

Vigência: 07 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 07 de abril de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 48/2017
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP.

Objeto: Aquisição de climatizadores moveis e equipamentos para manutenção da UBS (unidade básica de saúde).

Processo Licitatório nº. 14/ 2017/FMS

Valor: R\$13.225,00 (treze mil duzentos e vinte e cinco reais)

Vigência: 20 de abril de 2017 a 30 de maio de 2017.

Assinatura: 20 de abril de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 45/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 45/2017
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: INDYANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA ME.

Objeto: Aquisição de veículo 0 km ano/modelo 2017/2017, com capacidade para no mínimo 05 passageiros para uso da equipe de vigilância em Saúde.

Processo Licitatório nº. 12/ 2017

Valor: 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos reais).

Vigência: 20 de abril de 2017 a 09 de maio de 2017.

Assinatura: 20 de abril de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2017/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 15/2017/FMS

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 15 de maio de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços, tendo como objeto Aquisição de medicamentos éticos e genéricos para distribuição gratuita a munícipes de Santa Terezinha do Progresso/SC para manutenção das atividades da secretaria da saúde,.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, ou pelo site www.staterezi-nhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 28 de abril de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 02/2017

DECRETO LEGISLATIVO N. 02/2017, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Homologa decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sobre as Contas do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, relativas ao exercício de 2015 e dá outras providências.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha.

DECRETA:

Art. 1º. Fica por este Decreto Legislativo, mantida a decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que aprova as Contas do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, relativas exercício de 2015, conforme Parecer Prévio, cujo relator foi o Conselheiro Cleber Muniz Gavi.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, em 27 de abril de 2017.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº134/2017 – DE 24 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº134/2017 – DE 24 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$6.071,47 (Seis mil, setenta e um reais e quarenta e sete centavos), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.032 – Manut. Atividades Saúde Bucal

Atividade: 2.032 – Manut. Atividades Saúde Bucal

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.38– Aplicações Diretas R\$ 6.071,47

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.38-Transferências do Sistema Único de Saúde-SUS/União -Programa Saúde Bucal, disponíveis na Conta Corrente Nº.25.807-5 Ag.1393-5 junto ao Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 24 de abril de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº006/2017 - CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº006/2017

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao Art. 9º, § 4º da Lei Complementar Federal nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e de conformidade com a Lei Municipal nº 162/2001, de 23 de abril de 2001, CONVOCA a população em geral, bem como todas as entidades civis organizadas,

a participarem da Audiência Pública, para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais, referente o 1º (primeiro) Quadrimestre de 2017, e Audiência Pública para Apresentação do Relatório de Gestão da Saúde referente ao 1º (primeiro) Quadrimestre de 2017 em conformidade com o Art. 36, § 5º, da Lei Complementar Federal nº141/2012 de 13 de Janeiro de 2012, no seguinte local, data e horário:

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Rua Beira Rio, 747

Data: 22 de maio de 2017

Horário: 17:30 horas

Santiago do Sul (SC), em 27 de abril de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal de Santiago do Sul-SC

PREGÃO 31/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 43/2017.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.31/2017.
Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para utilização junto ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 15 de maio de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 15 de maio de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 27 de abril de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO 32/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 44/2017.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.32/2017.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização junto ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 15 de maio de 2017.
Abertura dos Envelopes: 13:30 horas do dia 15 de maio de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 27 de abril de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO 33/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 45/2017.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.33/2017.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de análises físico-químicas em amostras de água do sistema municipal de abastecimento de Santiago do Sul/SC.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 16 de maio de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 16 de maio de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 27 de abril de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 326/2017

DECRETO Nº 0326, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 927.420,00 (novecentos e vinte e sete mil e quatrocentos e vinte reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03 – PROCURADORIA

Unidade: 01 – Assessoria Jurídica

Atividade: 2.006 – Gestão da Assessoria Jurídica

(227) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 4.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(241) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 144.000,00

(242) 3.1.90.94.00.00.00 100 - Indenizações e Restituições Trab. R\$ 26.218,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 – Administração Financeira

Atividade: 2.007 – Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

(282) 3.1.90.94.00.00.00 100 - Indenizações e Restituições Trab. R\$ 11.665,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(7) 3.1.90.94.00.00.00 001 - Indenizações e Restituições Trab. R\$ 3.639,00

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(538) 3.1.90.16.00.00.00 001 - Outras Desp. Variáveis - PC. R\$ 65.000,00

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB

(48) 3.1.90.94.00.00.00 018 - Indenizações e Restituições Trab. R\$ 68.717,00

(49) 3.1.90.94.00.00.00 019 - Indenizações e Restituições Trab. R\$ 25.690,00

Atividade: 4.026 – Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB

(54) 3.1.90.94.00.00.00 018 - Indenizações e Restituições Trab. R\$ 111.890,00

(55) 3.1.90.94.00.00.00 019 - Indenizações e Restituições Trab. R\$ 10.806,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

(91) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis PC. R\$ 24.500,00

(92) 3.1.90.94.00.00.00 100 - Indenizações e Restituições Trab. R\$ 25.347,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 – Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB

(373) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis PC. R\$ 317.800,00

(374) 3.1.90.94.00.00.00 100 - Indenizações e Restituições Trab. R\$ 38.654,00

Atividade: 2.031 – Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública

(65) 3.1.90.16.00.00.00 017 - Outras Desp. Variáveis PC. R\$ 1.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS

(132) 3.1.90.94.00.00.00 100 - Indenizações e Restituições Trab. R\$ 13.994,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Unidade: 01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Atividade: 2.016 – Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
(406) 3.1.90.94.00.00.00 100 - Indenizações e Restituições Trab. R\$ 1.650,00

Unidade: 03 - Turismo
Atividade: 2.019 – Departamento de Turismo - DETUR
(436) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis PC. R\$ 11.250,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Unidade: 01 – Agricultura
Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DEAGRI
(469) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC. R\$ 12.600,00

Unidade: 02 – Meio Ambiente
Atividade: 4.003 – Departamento de Meio Ambiente - DEMAM
(486) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC. R\$ 9.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03 – PROCURADORIA
Unidade: 01 – Assessoria Jurídica
Atividade: 2.006 – Gestão da Assessoria Jurídica
(225) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 4.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 01 – Administração Geral
Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD
(239) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 170.218,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Unidade: 01 – Administração Financeira
Atividade: 2.007 – Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN
(279) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 11.665,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 – Secretaria de Educação
Atividade: 2.022 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil
(5) 3.1.90.11.00.00.00 001 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 3.639,00

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental
(536) 3.1.90.11.00.00.00 001 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 65.000,00

Unidade: 02 - FUNDEB
Atividade: 4.023 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB
(44) 3.1.90.11.00.00.00 018 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 68.717,00
(45) 3.1.90.11.00.00.00 019 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 25.690,00

Atividade: 4.026 – Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB
(50) 3.1.90.11.00.00.00 018 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 111.890,00
(51) 3.1.90.11.00.00.00 019 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 10.806,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
(89) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 49.847,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos
Atividade: 2.029 – Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB
(371) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 356.454,00

Atividade: 2.031 – Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública
(63) 3.1.90.11.00.00.00 017 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 1.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 – Assistência Social
Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS
(129) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 13.994,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Unidade: 01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Atividade: 2.016 – Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
(403) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 1.650,00

Unidade: 03 - Turismo
Atividade: 2.019 – Departamento de Turismo - DETUR
(434) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 11.250,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Unidade: 01 – Agricultura
Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DEAGRI
(467) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 12.600,00

Unidade: 02 – Meio Ambiente
Atividade: 4.003 – Departamento de Meio Ambiente - DEMAM
(484) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 9.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 327/2017

DECRETO Nº 0327, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 – Ações Voltadas a Atenção Básica

(12) 3.1.90.94.00.00.00 0002 - Indenizações e Rest. Trabalhistas R\$ 42.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 – Ações Voltadas a Atenção Básica

(9) 3.1.90.11.00.00.00 0002 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 42.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 328/2017

DECRETO Nº 0328, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3769, de 24 de abril de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 17.597,79 (dezessete mil, quinhentos e noventa e sete reais e setenta e nove centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 04 – Fundo Municipal de Turismo

Atividade: 2.020 – Fundo Municipal de Turismo

(433) 3.3.90.39.00.00.00.0110 – Outros Serv. Terc. – PJ R\$ 17.597,79

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 – Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

(414) 3.3.90.39.00.00.00.0100 – Outros Serviços de Terc. – PJ R\$ 10.000,00

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 – Departamento de Turismo - DETUR

(445) 3.3.90.39.00.00.00.0100 – Outros Serviços de Terc. – PJ R\$ 7.597,79

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 0322/2017.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2017

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 329/2017

DECRETO Nº 0329, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 004, de 25 de abril de 2017, do Conselho Municipal de Saúde, parte integrante do presente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO n.º. 004/2017

São Bento do Sul, 25 de abril de 2017.

Dispõe sobre a Aprovação do fluxograma para dispensação de medicamentos.

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8080 de 19 de setembro de 1990 e pela Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Fluxograma para dispensação de medicamentos que necessitam de avaliação social, a partir de 03/05/2017.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente

Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul

EDITAL

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL N.º 04/2017

EXTRATO DE RECURSOS E CLASSIFICAÇÃO FINAL

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público o extrato de recursos e a lista de classificação final do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 04/2017. Informa ainda que houve um recurso apresentado tempestivamente e analisado pela Comissão.

EXTRATO DE RECURSOS

Candidato: Fernando Silva Machado Cargo: Auxiliar De Operações – Para Desempenhar Atividades Diversas Junto a SEMOB.
Extrato do recurso: Requereu contagem de tempo de serviço para melhor pontuação

Resultado: INDEFERIDO pela comissão do Processo Seletivo. Candidato não apresentou nenhum documento comprobatório de tempo de serviço no momento da inscrição. No recurso candidato apresentou documento diverso dos aceitos conforme o edital, que sequer cita o cargo exercido. Candidato permanece na mesma classificação.

CLASSIFICAÇÃO FINAL**CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – BAIRRO RIO VERMELHO**

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	23	CLAIR ANTONIO NAITZKI	2,5	4	05/05/1971
2º	24	MARIA SOLANGE DOS SANTOS	0	3	15/02/1987
3º	41	EURIDES DE JESUS MORAES	0	0	20/01/1943

**CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – ESTRADA RIO NATAL - DIVISA CORUPÁ
NÃO HOUVE NENHUM CANDIDATO INSCRITO****CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – ESTRADA RIO NATAL – MORRO DA IGREJA RIO NATAL
NÃO HOUVE NENHUM CANDIDATO INSCRITO****CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – ESTRADA DAS GALINHAS**

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	37	FLAVIO ALEXI	2,5	1	11/01/1980
2º	22	MÁRCIO JOSÉ HÜTTL	0	2	01/04/1979
3º	16	ROMÁRIO AFONSO LUDWINSKI	0	2	16/12/1990

CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES DIVERSAS JUNTO A SEMOB

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	06	ANTONIO ORION DE PAULA	5,0	1	14/05/1966
2º	20	JOCIELI APARECIDA MACHADO	2,5	4	10/03/1985
3º	02	MARCOS ANTONIO MARTINS	2,5	3	21/06/1982
4º	11	LINDOMAR SIQUEIRA	2,5	2	28/07/1981
5º	28	RODRIGO AUGUSTO DA SILVA	2,5	2	28/05/1986
6º	08	CLEVERSON DE LIMA	2,5	2	04/09/1988
7º	19	PEDRO FERREIRA DOS SANTOS FILHO	2,5	1	14/09/1960
8º	34	JAIR RIBEIRO	2,5	1	08/07/1972
9º	03	VALDEMIR VIEIRA RAMOS	2,5	1	24/04/1980
10º	05	MAIKEL DO PRADO LUZ	2,5	1	22/06/1984
11º	13	SILVIO NEI SANTANA	2,5	1	11/08/1991
12º	09	GILMAR ERZINGER	2,5	0	11/01/1958
13º	39	ADILSON CARLOS DA SILVA	2,5	0	28/08/1962
14º	35	CAMILO TADEU NANIAS	2,5	0	19/10/1962
15º	01	VALDECIR LONGO	2,5	0	14/02/1964
16º	40	ILÁRIO DE SOUZA	2,5	0	21/09/1967
17º	12	SEBASTIÃO BEIRA NUNES	2,5	0	25/07/1969
18º	04	MARIO PEREIRA	2,5	0	10/03/1972
19º	25	HARLEY DAVIDSON BORCHARDT	2,5	0	20/02/1976
20º	07	EZEQUIEL SILVA	0	2	26/05/1988
21º	31	JULIANA PEREIRA VEIGA	0	1	08/01/1984

22º	36	LAUDELINO DE OLIVEIRA	0	0	03/02/1959
23º	27	ANTONIO MARCOS TEIXEIRA DOS SANTOS	0	0	20/11/1975
24º	42	FERNANDO SILVA MACHADO	0	0	26/10/1989
25º	21	TIAGO LOURENÇO	0	0	26/10/1995

CARGO: ZELADOR DE CEMITÉRIOS – CEMITÉRIO BAIRRO CRUZEIRO
NÃO HOUVE NENHUM CANDIDATO INSCRITO

CARGO: ZELADOR DE CEMITÉRIOS – CEMITÉRIO DO CENTRO

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	32	NELSON GOMES	0	0	17/09/1955

CARGO: CARPINTEIRO

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	15	RAFAEL DUTRA	2,5	3	01/11/1988
2º	33	HUMBERTO KOCH	0	1	21/08/1973
3º	43	JOVEMILHO DA CRUZ	0	1	27/12/1973
4º	10	TIAGO LOURENÇO	0	0	26/10/1995

CARGO: MECÂNICO

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	26	JEFERSON BAUER	2,5	2	10/06/1980
2º	17	RUBENS TORTATO BATISTA	2,5	1	25/04/1987
3º	29	RODRIGO RODRIGUES MARTINS	2,5	0	05/04/1986
4º	18	BRUNO CIPRIANI	2,5	0	13/11/1996
5º	14	MATEUS LIMA DA SILVA	0	1	04/03/1996
6º	30	EVERTON CESAR DE MELO	0	0	07/09/1987

São Bento do Sul, 27 de abril de 2017

Magno Bollmann
Prefeito Municipal

EDITAL

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL N.º 03/2017

EXTRATO DE RECURSOS E CLASSIFICAÇÃO FINAL

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público o extrato de recursos e a lista de classificação final do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 03/2017. Informa ainda que houve um recurso apresentado tempestivamente e analisado pela Comissão.

EXTRATO DE RECURSOS

Candidato: Rogério Bender Cargo: Odontólogo

Extrato do recurso: Requeru reanálise dos documentos de tempo de serviço apresentados no momento da inscrição.

Resultado: DEFERIDO pela comissão do Processo Seletivo, candidato reclassificado com base na pontuação 7,5 e demais critérios de desempate.

CLASSIFICAÇÃO FINAL

CARGO: MÉDICO PEDIATRA – NÃO HOUVE NENHUM CANDIDATO INSCRITO

CARGO: MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	19	DULIO ALEJANDRO LA ROSA JIMENEZ	0	0	10/09/1960

CARGO: ODONTÓLOGO

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	15	ROGÉRIO BENDER	7,5	2	21/04/1972
2º	10	JOSÉ INGLÊZ DA SILVA	7,5	0	28/01/1961

3º	04	JOCIMÉRI WEBBER	7,5	0	26/05/1969
4º	17	GREICE TREVISANI TASCA	5,0	2	15/12/1984
5º	07	EVALDO MONTEIRO	5,0	1	19/11/1960
6º	05	CAROLINE DE LIMA BRITO ANGELO	5,0	0	13/09/1984
7º	03	MARIA VITORIA RIBEIRO MATHIAS	5,0	0	17/12/1988
8º	14	FRANCIELE TAMI TERAJIMA	0	0	30/04/1988
9º	18	HELOISA RIEPER DA SILVA MELCHIORETTO	0	0	18/12/1989

CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	11	ARIANE RUIZ PALOMA	7,5	0	31/03/1970
2º	06	ELISANGELA APARECIDA BECHTOLD	7,5	0	12/01/1978
3º	16	DJULIANE MARIA WEDDERHOFF	5,0	3	02/10/1981
4º	01	LEIDIANE APARECIDA DA SILVEIRA	5,0	1	18/09/1989
5º	08	BIANCA CRISTINA CORREA WOLLMANN	5,0	0	10/01/1989
6º	02	NILZA BARBOSA TEIXEIRA GANZALA	2,5	1	12/08/1983
7º	13	KARINA DE PAULA OLIVEIRA	2,5	1	08/04/1993
8º	09	SIMONE MARTINS DE SOUZA	0	2	30/03/1977
9º	12	CINTIA TIBES VERLE KRÜGER	0	1	22/12/1986

São Bento do Sul, 27 de abril de 2017

Magno Bollmann
Prefeito Municipal

EDITAL

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL N.º 05/2017

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público a lista de classificação preliminar do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 05/2017 da Fundação Cultural de São Bento do Sul.

O prazo para recursos será de 02 (dois) dias úteis a partir da data de publicação desta classificação.

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

CARGO: PROFESSOR DE CANTO/TÉCNICA VOCAL

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação	Dependentes	Data Nascimento
1º	02	KELLY SONIA RAMOS	7,5	0	16/02/1981
2º	01	SIDNEI MUEHLBAUER	5,0	0	21/07/1983

São Bento do Sul, 27 de abril de 2017

Magno Bollmann
Prefeito Municipal

LISTAGEM PORTARIAS Nº 04/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 1376, de 25 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 17 de abril de 2017 a 17 de outubro de 2017, CELIA NIEPIÇUI RIBEIRO, Professor Anos Iniciais, na EBM Prof. Carlos Döetsch, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1377, de 25 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 17 de abril de 2017 a 17 de outubro de 2017, MARILENE TERESINHA GARCIA VALERIO, Auxiliar de Serviços, no CEIM Pica Pau, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1378, de 25 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 17 de abril de 2017 a 17 de outubro de 2017, MARILDA PERES DE LIMA, Professor Educação Infantil, na EBM Pres. Castelo Branco, com 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1379, de 25 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 17 de abril de 2017 a 17 de outubro de 2017, ROSANGELA MARTINS, Auxiliar de Serviços, no CEIM Castelo Encantado, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1380, de 25 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 18 de abril de 2017 a 18 de outubro de 2017, CLAUDICENA

FRANCISCA GASTALDI, Professor Anos Iniciais, na EBM Annelize Beckauser Mallon, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1381, de 25 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 18 de abril de 2017 a 18 de outubro de 2017, NOELI APARECIDA CHAVES, Professor Educação Especial - Intérprete de LIBRAS, na EBM Prof. Lúcia Tschoeke, com 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1382, de 25 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 18 de abril de 2017 a 18 de outubro de 2017, SABRINA DAVID, Atendente Educativo, no CEIM Nosso Mundo, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1383, de 25 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 19 de abril de 2017 a 19 de outubro de 2017, GISELI BECKER WÖHL, Professor Anos Iniciais, na EBM Prof. Maria Ferreira Ziemann, com 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1384, de 25 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 24 de abril de 2017 a 24 de outubro de 2017, JOYCI MARDUGA JORGE, Professor Anos Finais - Língua Portuguesa, na EBM Denise Christiane Harms, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1385, de 25 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 24 de abril de 2017 a 24 de outubro de 2017, JUCELI KOLENEZ, Atendente Educativo Especial, no CEIM Sonho Meu, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1386, de 25 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 24 de abril de 2017 a 24 de outubro de 2017, JANE EDICLEIA BAIL PSCHIEDT, Especialista em Assuntos Educacionais, na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos e na EBM Annelize Beckhauser, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1387, de 25 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 24 de abril de 2017 a 24 de outubro de 2017, GRASIELE PARAY, Atendente Educativo, no CEIM Pingo de Gente, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1388, de 25 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 24 de abril de 2017 a 24 de outubro de 2017, TATIANE BERTI, Atendente Educativo Especial, na EBM Dr. Hercílio Malinowsky, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 1389, de 25 de abril de 2017. Admite Servidor Temporário, período de 24 de abril de 2017 a 24 de outubro de 2017, LUANA RENATA HUMOCHINSKI, Professor Anos Finais - Matemática, na EBM Rodolfo Berti, com 10 horas semanais. SEMED.

São Bento do Sul, 28 de abril de 2017.
MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 1390/2017

PORTARIA Nº 1390, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Coordenadora Pedagógica

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011
RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 12 de abril de 2017, ANE ALINE CORDEIRO, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica do CEIM Pastor Adolf Prinz (Porte III), com gratificação de 35% (trinta e cinco por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2017.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1391/2017

PORTARIA Nº 1391, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

Designa Professor Responsável

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011,

RESOLVE:

Designar, JOSÉ MARCOS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Psicopedagogo, na Secretaria Municipal de Educação, como Professor Efetivo Responsável pela Educação de Jovens e Adultos, com gratificação de 30% (trinta por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1392/2017

PORTARIA Nº 1392, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 26 de abril de 2017, MADALENA TELMA, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 003/2015, homologado em 17 de agosto de 2015, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1393/2017

PORTARIA Nº 1393, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 26 de abril de 2017, SEBASTIANA DE FATIMA LEANDRO GONÇALVES, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 003/2015, homologado em 17 de agosto de 2015, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1394/2017

PORTARIA Nº 1394, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 26 de abril de 2017, ANGELA CARVALHO, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 003/2015, homologado em 17 de agosto de 2015, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1395/2017

PORTARIA Nº 1395, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de GIANI CARVALHO GARDINI, no cargo de Auxiliar de Serviços, do Concurso Público nº 003/2015, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 3348/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1396/2017

PORTARIA Nº 1396, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de SIRLENE HONÓRIO, no cargo de Auxiliar de Serviços, do Concurso Público nº 003/2015, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 3354/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1397/2017

PORTARIA Nº 1397, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de IVAN COLERAUS, no cargo de Médico Clínico Geral, do Concurso Público nº 007/2016, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 3299/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1398/2017

PORTARIA Nº 1398, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Revoga Portaria nº 1125/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 4 de abril de 2017, a Portaria nº 1125/2017, que nomeou servidora pública municipal FERNANDA GISELLI SOARES, no cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação, por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1399/2017

PORTARIA Nº 1399, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor OSMAR CORREA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, no Gabinete do Prefeito, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1400/2017

PORTARIA Nº 1400, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Opera remoção de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 51 da Lei nº 228/2001, e

Considerando o que consta no Memorando Interno nº 121/2017/SECAD,

RESOLVE:

REMOVER, por acordo, a partir de 7 de abril de 2017, a servidora LUCYANA MEDEIROS SIMÕES DE ALMEIDA, ocupante do cargo de Administrador, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Administração para o quadro do Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1401/2017

PORTARIA Nº 1401, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Opera remoção de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 51 da Lei nº 228/2001, e

Considerando o que consta no Memorando Interno nº 120/2017/SECAD,

RESOLVE:

REMOVER, por acordo, a partir de 7 de abril de 2017, a ALICE DROSCZAKA, ocupante do cargo de Contador, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Administração para o quadro do Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL**EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2017 - FMD**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2017 - FMD

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa MAGALY CELISA DEORACKI MACHADO 73965391968.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na Prestação de Serviços de Lavagem Automotiva Completa (interna e externa) dos veículos da Fundação Municipal de Desportos do Município de São Bento do Sul, conforme Compra Direta nº 053/2017, de 12 de abril de 2017.

DO VALOR: R\$ 600,00 – Valor Total

DAVIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 13 de abril de 2017 e com término em 12 de abril de 2018.

São Bento do Sul, 13 de abril de 2017.

ASS: SYLVIO ROBERTO MUNHOZ, pela Fundação.

MAGALY CELISA DEORACKI MACHADO 73965391968, como Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2017 - FMD

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2017 - FMD

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa LAVAÇÃO TAO LTDA - ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na Prestação de Serviços de Lavagem Automotiva Completa (interna e externa) dos veículos da Fundação Municipal de Desportos do Município de São Bento do Sul, conforme Compra Direta nº 054/2017, de 12 de abril de 2017.

DO VALOR: R\$ 1.600,00 – Valor Total

DAVIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 13 de abril de 2017 e com término em 12 de abril de 2018.

São Bento do Sul, 13 de abril de 2017.

ASS: SYLVIO ROBERTO MUNHOZ, pela Fundação.

LAVAÇÃO TAO LTDA - ME, como Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2017 - FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 018/2017

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Permissão Onerosa de Uso de Bem Público de Nº 013/2013, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA MINI MERCADO 3M LTDA - ME, conforme Concorrência Pública nº 006/2013, de 22 de fevereiro de 2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 013/2013, que consiste na Permissão Onerosa de Uso de Espaço Público para Exploração de Área Comercial no Palácio de Esportes Annes Gualberto, sendo 01 (uma) sala representada por Lanchonete, Dispensa, Cozinha e demais instalações, com área total de 39,36 m².

Considerando a Cláusula Quinta – Parágrafo Primeiro do referido Contrato, onde determina que o valor deste seja reajustado anualmente de conformidade com o IGPM ou outro índice que venha substituí-lo, faz-se necessário majorar o valor mensal, nos seguintes termos:

1º - Majorar o valor mensal de R\$ 642,14 (seiscentos e quarenta e dois reais e quatorze centavos) para R\$ 673,36 (seiscentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos) mensais, de conformidade com o índice IGPM, acumulado até 23/04/2017 conforme cálculo em anexo, no percentual de 4,8624%, referente a Permissão Onerosa de Uso de Espaço Público para Exploração de Área Comercial no Palácio de Esportes Annes Gualberto, sendo 1 (uma) sala representada por Lanchonete, Dispensa, Cozinha e demais Instalações, com área total de 39,36 m², conforme Concorrência Pública nº 006/2013, de 22 de fevereiro de 2013.

2º - O presente Aditivo terá seus efeitos a partir de 24 de abril de 2017 à 23 de abril de 2018.

3º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primário, firmado em 18 de abril de 2013 e no Termo Aditivo nº 005/2017, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 13 de abril de 2017.

ASS: SYLVIO ROBERTO MUNHOZ, pela Fundação.

MINI MERCADO 3M LTDA - ME, como Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2017 - FMD

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2017 - FMD

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Arbitragem, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA – ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na Prestação de Serviços de Arbitragem para os Campeonatos realizados pela Fundação Municipal de Desportos, decorrente do Pregão Presencial nº 007/2017, de 23 de março de 2017.

DO VALOR: R\$ 106.019,00 – Valor Total

DAVIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 17 de abril de 2017 e com término em 16 de abril de 2018.

São Bento do Sul, 13 de abril de 2017.

ASS: SYLVIO ROBERTO MUNHOZ, pela Fundação.

AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA – ME, como Contratada.

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 10/2017**

Pregão Presencial nº 10/2017

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 10/2017

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 12 de maio de 2017, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de serviços de reposição de calçamento.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(36) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente

(60) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário – Exercício Vigente

(116) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 27 de abril de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO CTB Nº 35/2017

Decreto CTB Nº 35/2017

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1400/2016, de 23 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Superávit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFÁCIO

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO BONIFACIO

15.01.10.301.0005.2.039-3.1.90.00.00.00.00.667 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 27 de abril de 2017

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

DECRETO CTB Nº 36/2017

Decreto CTB Nº 36/2017

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1400/2016, de 23 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Superávit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01.12.361.0002.2.007-3.3.90.00.00.00.00.136 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 27 de abril de 2017

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 08/2017

Decreto n º 008/2017

AUTORIZA DESMEMBRAMENTO.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o requerimento de desmembramento de área urbana satisfaz todos os requisitos da legislação municipal em vigor e da Lei Federal nº 6766 de 19/12/1979, DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado por este ato o desmembramento de 05(cinco) lotes do imóvel urbano com área total 8.204,25m2, situado na Avenida 29 de Dezembro, nesta cidade de São Bonifácio – SC, de propriedade de Ana Nienkötter Buss, matriculado sob a matrícula nº 25.194, livro 2EE, do Registro de Imóveis de Santo Amaro da Imperatriz/SC, sendo desmembrada a área total de 3.424,03m2 (05 lotes), remanescendo a área de 4.780,22m2, conforme descrito no Levantamento Topográfico e Memorial descrito datado de outubro de 2016, que se encontra arquivado nesta municipalidade.

Art. 2º As áreas a serem desmembradas possuem as seguintes características e coordenadas, medidas e azimutes:

ÁREA 01:

Com 756,37m2 (setecentos cinquenta seis metros e trinta e sete decímetros quadrados), ao NORTE confronta em parte com propriedade de Jane Rose Schaufller Lehmkuhl (matrícula nº 4.485) e em parte com propriedade de Wendolino Gervin (matrícula nº 11.023); ao SUL, confronta com a Área a Desmembrar 02 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194); ao LESTE confronta com a Avenida 29 de Dezembro; e ao OESTE, confronta com a Área a Desmembrar 02 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194).

Coordenadas, medidas e azimutes:

“Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt-09, de coordenadas N 6.912.445,459m e E 703.776,867m, deste segue com azimute de 56º46'50" e distância 14,57m, confrontando neste trecho com Jane Rose Schaufller Lehmkuhl (matrícula nº 4.485), até o vértice Pt-10, de coordenadas N 6.912.453,439m e E 703.789,053m; deste segue com azimute de 181º18'43" e distância de 19,83m, confrontando neste trecho com Wendolino Gervin (matrícula nº 11.023), até o vértice Pt-11, de coordenadas N 6.912.433,609m e E 703.788,599m; deste segue com azimute de 91º22'46" e distância de 35,33m, confrontando neste trecho com Wendolino Gervin (matrícula nº 11.023), até o vértice Pt-12, de coordenadas N 6.912.432,759m e E 703.823,915m; deste segue com azimute de 181º4'49" e distância de 12,00m, confrontando neste trecho com a Avenida 29 de Dezembro, até o vértice Pt-13, de coordenadas N 6.912.420,762m e E 703.823,64m; deste segue com azimute de 271º22'45" e distância de 47,34m, confrontando neste trecho com a Área a Desmembrar 02 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-24, de coordenadas N 6.912.421,901m e E 703.776,327m; deste segue com azimute de 1º18'43" e distância de 23,56m, confrontando neste trecho com a Área a Desmembrar 02 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até Pt-09, o ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Mediano Central 51º WGr, tendo como Datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes, distâncias, áreas e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM”.

ÁREA 02:

Com 819,11m2 (oitocentos e dezenove metros e onze decímetros quadrados), faz ao NORTE confronta em parte com propriedade de Jane Rose Schaufller Lehmkuhl (matrícula nº 4.485) e em parte com a Área a Desmembrar 01 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194); ao SUL, confronta com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194); ao LESTE, confronta com a Avenida 29 de Dezembro; e ao OESTE, confronta com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194).

Coordenadas, medidas e azimutes:

"Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt-07, de coordenadas N 6.912.439,250m e E 703.767,723m, deste segue com azimuth de 53°23'58" e distância 3,14m, confrontando neste trecho com Jane Rose Schaufller Lehmkuhl (matrícula nº 4.485), até o vértice Pt-08, de coordenadas N 6.912.441,120m e E 703.770,241m; deste segue com azimuth de 56°46'50" e distância de 7,92m, confrontando neste trecho com Jane Rose Schaufller Lehmkuhl (matrícula nº 4.485), até o vértice Pt-09, de coordenadas N 6.912.445,459m e E 703.776,867m, deste segue com azimuth de 181°18'43" e distância 23,56m, confrontando neste trecho com a Área a Desmembrar 01 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-24, de coordenadas N 6.912.421,901m e E 703.776,327m; deste segue com azimuth de 91°22'45" e distância de 47,34m, confrontando neste trecho com a Área a Desmembrar 01 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-13, de coordenadas N 6.912.420,762m e E 703.823,649m; deste segue com azimuth de 181°15'58" e distância de 12,00m, confrontando neste trecho com a Avenida 29 de Dezembro, até o vértice Pt-14, de coordenadas N 6.912.408,765m e E 703.823,384m; deste segue com azimuth de 271°22'45" e distância de 40,80m, confrontando neste trecho com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-27, de coordenadas N 6.912.409,747m e E 703.782,594m; deste segue com azimuth de 355°3'23" e distância de 2,67m, confrontando neste trecho com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-26, de coordenadas N 6.912.412,406m e E 703.782,364m; deste segue com azimuth de 271°22'45" e distância de 15,25m, confrontando neste trecho com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-25, de coordenadas N 6.912.412,773m e E 703.767,116m; deste segue com azimuth de 1°18'43" e distância de 26,48m, confrontando neste trecho com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até Pt-07, o ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Mediano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes, distâncias, áreas e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM".

ÁREA 03:

Com 942,25m² (novecentos e quarenta dois metros e vinte e cinco decímetros quadrados), faz ao NORTE confronta com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194); ao SUL, confronta com a Rua Jorge Lehmkuhl; ao LESTE, confronta com a Avenida 29 de Dezembro; e ao OESTE, confronta com a Área a Desmembrar 04 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194).

Coordenadas, medidas e azimutes:

"Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt-17, de coordenadas N 6.912.354,035m e E 703.795,778m, deste segue com azimuth de 324°43'3" e distância 30,32m, confrontando neste trecho com a Área a Desmembrar 04 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-29, de coordenadas N 6.912.378,783m e E 703.778,267m; deste segue com azimuth de 59°25'54" e distância de 18,63m, confrontando neste trecho com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-28, de coordenadas N 6.912.388,260m e E 703.794,312m; deste segue com azimuth de 91°22'45" e distância de 28,61m, confrontando neste trecho com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-15, de coordenadas N 6.912.387,571m e E 703.822,916m; deste segue com azimuth de 181°15'58" e distância de 13,02m, confrontando neste trecho com a Avenida 29 de Dezembro, até o vértice Pt-16, de coordenadas N 6.912.374,557m e E 703.822,628m; deste segue com azimuth de 232°36'31" e distância de 33,79m, confrontando neste trecho com a Rua Jorge Lemkuhl, até Pt-17, o ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Mediano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes, distâncias,

áreas e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM".

ÁREA 04:

Com 546,30 m² (quinhentos e quarenta e seis metros e trinta decímetros quadrados), faz ao NORTE confronta com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194); ao SUL, confronta com a Rua Jorge Lehmkuhl; ao LESTE, confronta com a Área a Desmembrar 03 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194); e ao OESTE, confronta em parte com propriedade de Laurino Peters (matrículas nº 13.033 e 167) e em parte com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194).

Coordenadas, medidas e azimutes:

"Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt-18, de coordenadas N 6.912.343,089m e E 703.781,457m, deste segue com azimuth de 324°42'32" e distância 30,33m, confrontando neste trecho com Laurino Peters (matrículas nº 13.033 e 167) e com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-30, de coordenadas N 6.912.367,846m e E 703.763,934m; deste segue com azimuth de 52°39'15" e distância de 18,03m, confrontando neste trecho com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-29, de coordenadas N 6.912.378,783m e E 703.778,267m; deste segue com azimuth de 144°43'3" e distância de 30,32m, confrontando neste trecho com a Área a Desmembrar 03 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-17, de coordenadas N 6.912.354,035m e E 703.795,778m; deste segue com azimuth de 322°36'31" e distância de 18,03m, confrontando neste trecho com a Rua Jorge Lehmkuhl, até Pt-18, o ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Mediano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes, distâncias, áreas e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM".

ÁREA 05:

Com 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), faz ao NORTE confronta com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194); ao SUL, confronta com propriedade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Bonifácio (matrícula nº 20.033); ao LESTE, confronta com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194); e ao OESTE, confronta com a Rua Juliana Schauer.

Coordenadas, medidas e azimutes:

"Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt-01, de coordenadas N 6.912.329,374m e E 703.707,004m, deste segue com azimuth de 350°39'3" e distância 13,58m, confrontando neste trecho com a Rua Juliana Schauer, até o vértice Pt-02, de coordenadas N 6.912.342,768m e E 703.704,759m; deste segue com azimuth de 52°34'0" e distância de 30,00m, confrontando neste trecho com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-23, de coordenadas N 6.912.361,003m e E 703.728,581m; deste segue com azimuth de 170°29'3" e distância de 13,58m, confrontando neste trecho com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-22, de coordenadas N 6.912.347,609m e E 703.730,826m; deste segue com azimuth de 232°34'0" e distância de 30,00m, confrontando neste trecho com a Área Remanescente de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), e com a área do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Bonifácio (matrícula nº 20.033), até Pt-01, o ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Mediano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes, distâncias, áreas e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM".

ÁREA REMANESCENTE:

Com 4.780,22 m² (quatro mil, setecentos e oitenta metros e vinte e dois decímetros quadrados), faz ao NORTE confronta em parte

com propriedade de Mauri Nazareno Mayer (matrícula nº 3.187), em parte com propriedade de Deodato Eduardo Dirksen (matrícula nº 2.933) em parte com propriedade de Jane Rose Schaufller Lehmkuhl (matrícula nº 4.485) e em parte com a Área a Desmembrar 02 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194); ao SUL, confronta em parte com a Área a Desmembrar 03 e 04 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), em parte com propriedade de Laurino Peters (matrículas nº 13.033 e 167) e em parte com propriedade de Raimar Rohling (matrícula nº 8.197); ao LESTE, confronta com a Avenida 29 de Dezembro; e ao OESTE, confronta em parte com propriedade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Bonifácio (matrícula nº 20.033), em parte com a Área a Desmembrar 06 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), em parte com a Rua Juliana Schaufler, em parte com propriedade de Adriano José Moenster (matrícula nº 14.420), em parte com propriedade de José Luiz Rohling (matrícula nº 7.283) e em parte com propriedade de Luiz Antonio Rohling (matrícula nº 9.397).

Coordenadas, medidas e azimutes:

"Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt-02, de coordenadas N 6.912.342,768m e E 703.704,759m, deste segue com azimute de 350°29'3" e distância 4,24m, confrontando neste trecho com a Rua Juliana Schaufler, até o vértice Pt-03, de coordenadas N 6.912.346,948m e E 703.704,058m; deste segue com azimute de 52°44'2" e distância de 29,19m, confrontando neste trecho com Adriano José Moenster (matrícula nº 14.420), até o vértice Pt-04, de coordenadas N 6.912.364,622m e E 703.727,286m; deste segue com azimute de 349°49'55" e distância de 39,96m, confrontando neste trecho com Adriano José Moenster (matrícula nº 14.420), José Luiz Rohling (matrícula nº 7.283) e Luiz Antonio Rohling (matrícula nº 9.397), até o vértice Pt-05, de coordenadas N 6.912.403,957m e E 703.720,231m; deste segue com azimute de 53°21'4" e distância de 20,34m, confrontando neste trecho com Mauri Nazareno Mayer (matrícula nº 3.187) e Deodato Eduardo Dirksen (matrícula nº 2.933), até o vértice Pt-06, de coordenadas N 6.912.416,096m e E 703.736,547m; deste segue com azimute de 53°23'58" e distância de 38,83m, confrontando neste trecho com Jane Rose Schaufller Lehmkuhl (matrícula nº 4.485), até o vértice Pt-07, de coordenadas N 6.912.439,250m e E 703.767,723m; deste segue com azimute de 181°18'43" e distância de 26,48m, confrontando neste trecho com a Área a Desmembrar 02 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-25, de coordenadas N 6.912.412,773m e E 703.767,116m; deste segue com azimute de 91°22'45" e distância de 15,25m, confrontando neste trecho com a Área a Desmembrar 02 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-26, de coordenadas N 6.912.412,406m e E 703.782,364m; deste segue com azimute de 175°3'23" e distância de 2,67m, confrontando neste trecho com a Área a Desmembrar 02 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-27, de coordenadas N 6.912.409,747m e E 703.782,594m; deste segue com azimute de 91°22'45" e distância de 40,80m, confrontando neste trecho com a Área a Desmembrar 02 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-14, de coordenadas N 6.912.408,765m e E 703.823,384m; deste segue com azimute de 181°15'58" e distância de 21,20m, confrontando neste trecho com a Avenida 29 de Dezembro, até o vértice Pt-15, de coordenadas N 6.912.387,571m e E 703.822,916m; deste segue com azimute de 271°22'45" e distância de 28,61m, confrontando neste trecho com a Área a Desmembrar 03 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-28, de coordenadas N 6.912.388,260m e E 703.794,312m; deste segue com azimute de 239°25'54" e distância de 18,63m, confrontando neste trecho com a Área a Desmembrar 03 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-29, de coordenadas N 6.912.378,783m e E 703.778,267m; deste segue com azimute de 232°39'15" e distância de 18,03m, confrontando neste trecho com a Área a Desmembrar 04 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-30, de coordenadas N 6.912.367,846m e E 703.763,934m; deste segue com azimute de 144°42'32" e distância de 7,95m, confrontando neste trecho com a Área a Desmembrar 04 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº

25.194), até o vértice Pt-19, de coordenadas N 6.912.361,357m e E 703.768,527m; deste segue com azimute de 232°34'0" e distância de 45,66m, confrontando neste trecho com a Área a Desmembrar 05 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-20, de coordenadas N 6.912.333,601m e E 703.732,268m; deste segue com azimute de 350°48'3" e distância de 13,62m, confrontando neste trecho com Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Bonifácio (matrícula nº 20.033) até o vértice Pt-21, de coordenadas N 6.912.347,046m e E 703.730,090m; deste segue com azimute de 52°34'0" e distância de 0,93m, confrontando neste trecho a Área a Desmembrar 06 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-22, de coordenadas N 6.912.347,609m e E 703.730,826m; deste segue com azimute de 350°29'3" e distância de 13,58m, confrontando neste trecho com a Área a Desmembrar 06 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até o vértice Pt-23, de coordenadas N 6.912.361,003m e E 703.728,581m; deste segue com azimute de 232°34'0" e distância de 30,00m, confrontando neste trecho com a Área a Desmembrar 06 de Ana Nienkötter Buss (matrícula nº 25.194), até Pt-02, o ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Mediano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes, distâncias, áreas e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM".

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bonifácio, 20 de abril de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PROCESSO DE LICITAÇÃO N 21/2017 - CONVITE 06/2017

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 21/2017

(Lei nº 8.666/93, art. 21)

Modalidade de licitação: CONVITE Nº 06/2017

Síntese do objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL ELÉTRICO PARA REPOSIÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM SÃO BONIFÁCIO. Sessão de entrega de envelopes: 10 de Maio de 2017, à Comissão de Licitações, às 14h00.

Sessão de Julgamento: 10 de Maio de 2017, à Comissão de Licitações, às 14h30.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone/fax (48) 3252-0111. São Bonifácio(SC), 28 de Abril de 2017. Ricardo de Souza Carvalho – Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO AO CONVENIO 004/2016 Nº 01/2017

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N 004/2016 – Nº 001/2017

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 004/2016 que celebram entre si: Município de São Bonifácio e Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de São Bonifácio.

Aos vinte e sete dias do mês de abril de 2017, o Município de São

Bonifácio, cuja Prefeitura se localiza na Avenida 29 de Dezembro, nº 12 no CGC/MF nº 82.892.340/0001-39, doravante denominado MUNICÍPIO, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor RICARDO DE SOUZA CARVALHO e a Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de São Bonifácio, doravante denominada FUNDAÇÃO, inscrita no CGC/MF sob nº 82.535.832/0001-77, localizada na Praça Heróis do Combate da Serra da Garganta, 126, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor ILSON JOSÉ DUTRA, CPF nº 019.434.159-35, e o Tesoureiro, senhor VALTER SCHARF FILHO, CPF nº 036.905.939-56, firmam o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 004/2016, observadas as Cláusulas seguintes:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – É objeto do presente termo aditivo ao contrato acima referido, a prorrogação da vigência do mesmo até o dia 02/05/2018.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município obriga-se a:

2.1 – Colocar à disposição da Fundação de até 03 (três) servidores municipais, com ônus para a origem dentro da possibilidade da Prefeitura Municipal.

2.2 – Repassar mensalmente à Fundação, a importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), pagável até o 20º dia útil do mês seguinte ao que se refere.

2.3 – Ofertar serviço de análise clínica laboratorial, conforme capacidade técnica do laboratório.

2.4 – Disponibilizar transporte de urgência/emergência para dar continuidade no tratamento médico e para exames, conforme capacidade/possibilidade da Prefeitura Municipal.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 – Permanecem em vigor e inalteradas as demais condições e cláusulas do Convênio nº 004/2016.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1 – As partes elegem o FORO da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz para dirimir qualquer questão contratual com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

5.1 – Aplicam-se à execução deste convenio e aos casos omissos as normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos convênios e as disposições de direito privado.

Assim acordados e ajustados, MUNICÍPIO E FUNDAÇÃO assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

São Bonifácio, 27 abril de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho Prefeito Municipal MUNICÍPIO	Ilson José Dutra Presidente FUNDAÇÃO	Valter Scharf Filho Tesoureiro FUNDAÇÃO
--	--	---

Testemunhas:

Nome: CPF:

Nome: CPF:

São João Batista

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/PMSJB/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/PMSJB/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), inscrito no CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Jaci João Silva, Secretário de Administração, comunica que dispensou o processo licitatório conforme: Processo de Dispensa 004/PMSJB/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA MANUTENÇÃO EMERGENCIAL, MELHORIAS E OBRAS EMERGENCIAIS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. CONTRATADA ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA, CNPJ 09.008.659/0001-69. VALOR GLOBAL: R\$ 230.599,76 (duzentos e trinta mil quinhentos e noventa e noventa e nove mil e setenta e seis centavos). DESPESA: Correrá por conta do orçamento da Secretaria de Infraestrutura, conforme segue: (79). BASE LEGAL: Artigo 24, IV, da Lei 8.666/93. São João Batista, 27 de abril de 2017. Jaci João Silva – Secretário de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/FMAS/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/FMAS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/FMAS/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/FMAS/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito sob o CNPJ 11.588.933/0001-68, neste ato representado pelo Pregoeiro Municipal, Augusto Correia Junior, torna público que se acha aberto o PREGÃO PRESENCIAL nº 003/FMAS/2017 REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: 08h45min do dia 19/05/2017. Abertura dos envelopes: 09h00min do dia 19/05/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramais: 214/206, site www.sjbatista.sc.gov.br ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita01@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 27 de abril de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/PMSJB/2016

Extrato do segundo termo aditivo ao Contrato nº 109/PMSJB/2016 Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Construtora WDD LTDA – CNPJ nº 07.256.305/0001-08; Processo Licitatório 069/PMSJB/2016 – TP nº 004/PMSJB/2016; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a cláusula quarta, item 4.1, do Contrato nº 109/PMSJB/2016, diante da alteração dos valores pela ocorrência de acréscimo de materiais e serviços no valor R\$ 8.876,20 (4.21%), que passa a ter a seguinte redação: “4.1 O valor deste contrato é de R\$ 399.864,53 (trezentos e noventa e nove mil oitocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e três centavos)”; Item orçamentário / Projeto: (175) 4.4.90.51.98.00.00.00.00; Data da assinatura: 24/04/2017; Vigência: 19/06/2017.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/PMSJB/2016

Extrato do terceiro termo aditivo ao Contrato nº 109/PMSJB/2016 Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Construtora WDD LTDA – CNPJ nº 07.256.305/0001-08; Processo Licitatório 069/PMSJB/2016 – TP nº 004/PMSJB/2016; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a cláusula quarta, item 4.1, do Contrato nº 109/PMSJB/2016, diante da alteração dos valores pela ocorrência de acréscimo de materiais e serviços no valor R\$ 26.339,71 (12.52%), que passa a ter a seguinte redação: “4.1 O valor deste contrato é de R\$ 426.204,24 (quatrocentos e vinte e seis mil duzentos e quatro reais e vinte e quatro centavos)”; Item orçamentário / Projeto: (175) 4.4.90.51.98.00.00.00.00; Data da assinatura: 24/04/2017; Vigência: 19/06/2017.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/PMSJB/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/PMSJB/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 059/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/PMSJB/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, através de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 059/PMSJB/2017 - Pregão Presencial 045/PMSJB/2017 – SRP, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PEQUENAS REFORMAS, DESTINADO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDOS, AUTARQUIA E FUNDAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 14h15min do dia 18/05/2017. Abertura dos envelopes: 14h30min do dia 18/05/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 214/206, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita01@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 27 de abril de 2017. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 17/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 17/2017

Partes: Município de São João do Oeste e ZOMM Industria e Comércio de Confecções- Ltda.

ORIGEM: Inexigibilidade nº 10/2017

OBJETO: Aquisição de jalecos de seletel, camisetas, toalhas e demais artigos para a manutenção e realização das atividades do fundo Municipal da Saúde do Município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 4.546,00

PRAZO: 27.04.2017 até 13.06.2017

São João do Oeste – 27 de Abril de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DO MÊS DE MARÇO DE 2017

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

DO MÊS DE MARÇO DE 2017

CONTRATO Nº 105/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JOÃO LUIZ BAUER

OBJETO: Prestação de serviços na função de Educador Social, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria Municipal de Assistência Social deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.003,14

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 106/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ANA MARIA MARTINS DOS SANTOS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Fisioterapeuta na Unidade de Saúde Central da Secretaria Municipal de Saúde deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.364,55

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017

CONTRATO Nº 107/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Fisioterapeuta na Academia de Saúde da Unidade Central da Secretaria Saúde deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.364,55

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 108/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: FABIANA KRAUSE DE MATOS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Fisioterapeuta na Academia de Saúde da Unidade Central da Secretaria Saúde deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.364,55

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 109/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: SCHAYANE HOMEM BORBA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Fisioterapeuta na Unidade de Saúde Central da Secretaria Municipal de Saúde deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.364,55

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 110/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: BRUNA BOFF MESQUITA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Consultório Dentário no ESF (Estratégia Saúde da Família) de Vila Santa Catarina da Secretaria Municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 840,35

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 111/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CAROLINE DE OLIVEIRA SOUZA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Consultório Dentário no ESF (Estratégia Saúde da Família) de Vila Conceição da Secretaria Municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 840,35

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 112/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ANDREI VALCIR DE SOUZA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Odontólogo no ESF (Estratégia Saúde da Família) na unidade Central da Secretaria Municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 3.272,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 113/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CAROLINE PEREIRA DE OLIVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Odontólogo no ESF (Estratégia Saúde da Família) de Vila Conceição da Secretaria Municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 3.272,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal

nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 114/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LUIZ FERNANDO MONTEIRO SILVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Odontólogo no ESF (Estratégia Saúde da Família) de Vila Santa Catarina da Secretaria Municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 3.272,54

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 115/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CLAUDIA COELHO BITENCOURT

OBJETO: Prestação de serviços na função de Enfermeira do Programa ESF (Estratégia Saúde da Família) de Vila Santa Catarina da Secretaria municipal de Saúde deste município com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 3.270,51

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 116/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: AMANDA DE MORAES LIMA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Enfermeira do Programa ESF (Estratégia Saúde da Família) na unidade Central da Secretaria municipal de Saúde deste município com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 3.270,51

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 117/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: RAMON BONOMINI RIBEIRO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Farmacêutico para atender na farmácia da Unidade Central Secretaria Municipal de saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 2.729,10

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 118/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LUANA DA SILVA RAUPP NASCIMENTO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Técnico em Enfermagem no Programa ESF (Estratégia Saúde da Família) na unidade Central da Secretaria municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.420,32

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal

nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 119/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: GISLAINE MACHADO DE OLIVEIRA GOMES

OBJETO: Prestação de serviços na função de Técnico em Enfermagem no Programa ESF (Estratégia Saúde da Família) na Vila Conceição da Secretaria municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.420,32

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 120/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JOELMA DA SILVA DE SOUZA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Técnico em Enfermagem no Programa ESF (Estratégia Saúde da Família) na unidade Central da Secretaria municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.420,32

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 121/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LUCIA SCANDOLER DAROS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Técnico em Enfermagem no Programa ESF (Estratégia Saúde da Família) na Vila Santa Catarina da Secretaria municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.420,32

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 122/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: SABRINA DA SILVEIRA PINHO ALEXANDRE

OBJETO: Prestação de serviços na função de Técnico em Enfermagem no Programa ESF (Estratégia Saúde da Família) na unidade Central da Secretaria municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.420,32

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº123/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JUSANE CHEFFER CARDOSO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Psicóloga para atuar no ESF (Estratégia Saúde da Família) Central, da Secretaria municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.279,10

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal

nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 124/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: KRISNA ROCSANE MENDES CABEÇA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I para atuar no ESF (Estratégia Saúde da Família) Central, da Secretaria municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 840,35

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 125/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ROSILENE DE JESUS CONSTANTINO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I para atuar no ESF (Estratégia Saúde da Família) de Vila Conceição, da Secretaria municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 840,35

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 126/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: PRISCILA DA SILVA BORGES

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I para atuar no ESF (Estratégia Saúde da Família) de Vila Santa Catarina, da Secretaria municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 840,35

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 127/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: SAMARA ULLMANN DA ROSA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I para atuar no ESF (Estratégia Saúde da Família) Central, da Secretaria municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 840,35

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 128/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ALEXANDRE ZANARDI HERNANDEZ

OBJETO: Prestação de serviços na função de Médico - Clínico Geral para atuar no Programa ESF (Estratégia Saúde da Família) de Vila Santa Catarina da Secretaria municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 10.183,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 129/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LUANA DE LIMA CECHELLA DE MATTOS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Técnico em Enfermagem para atender como plantonista na ambulância, da Secretaria Municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.420,32

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 130/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CRISTIANE BAUER SALA DA SILVA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas, no CEI. Paraíso da Criança e EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 131/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: NATALIA ROLDÃO DA SILVA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas, no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 28/05/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 132/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MILENA LOPES BORBA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas, no Pré Escolar da EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 133/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: VILMA DO NASCIMENTO CECHELLA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas, no Pré Escolar da EEB. Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 134/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LUCIANE MARTINS SCANDOLARA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas, no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais. VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 28/05/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 135/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: VIVIANE BARRIM

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, para atuar na Secretaria Municipal de Administração e Finanças deste município, com carga horária de 40h/semanais. VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 840,35

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 136/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: EVANDRO BERTOLDO FRANCISCO

OBJETO: Prestação de serviços na função de motorista II no transporte escolar, da rede Municipal e Estadual de ensino da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.037,23

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 01 de março de 2017

CONTRATO Nº 137/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: DIRLEI FRANCISCO MATOS DE OLIVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de motorista II no transporte escolar, da rede Municipal e Estadual de ensino da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.037,23

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 01 de março de 2017

CONTRATO Nº 138/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ADRIANA PEREIRA LENTZ DELA VECHIA MAGNUS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas, na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 01 de março de 2017.

CONTRATO Nº 139/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: SIMONE PEREIRA LUMMERTZ

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na classe de alfabetização no EJA da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais. VIGÊNCIA: de 01/03/2017 a 30/04/2017

VALOR MENSAL: R\$ 551,43

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 01 de março de 2017

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria no primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 02 DE MARÇO DE 2017

CONTRATO Nº 140/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: FERNANDA DE SOUZA LUMMERTZ

OBJETO: Prestação de serviços na função de Psicóloga para atuar na Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 02/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.364,55

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 02 de março de 2017.

CONTRATO Nº 141/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JULIANA DOS SANTOS SCARIOT BENDO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais. VIGÊNCIA: de 02/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 02 de março de 2017.

CONTRATO Nº 142/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: SUSI MACHADO DE OLIVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais. VIGÊNCIA: de 02/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 551,43

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 02 de março de 2017.

CONTRATO Nº 143/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: DAYSE FERREIRA GUEVARA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EJA da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 02/03/2017 a 21/07/2017

VALOR MENSAL: R\$ 551,43

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 02 de março de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 03 DE MARÇO DE 2017

CONTRATO Nº 144/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: AMANDA LEFFA ROLDÃO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora no Pré Escolar da EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/03/2017 a 02/04/2017

VALOR MENSAL: R\$ 882,30

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 03 de março de 2017.

CONTRATO Nº 145/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MURYEL EMERIM SILVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais II para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 840,35

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 03 de março de 2017.

CONTRATO Nº 146/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JOSÉ PAULO DOS SANTOS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Operador de Equipamentos na Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.130,67

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 03 de março de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos três dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 04 DE MARÇO DE 2017

CONTRATO Nº 147/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: BIANCA SALA BIANCHINI

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora ministrando aulas na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 04/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 04 de março de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 06 DE MARÇO DE 2017

CONTRATO Nº 148/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LUCIANE BITENCOURT DE SOUZA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Psicóloga para atuar no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS da Secretaria Municipal de Assistência Social deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 2.729,10

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 06 de março de 2017.

CONTRATO Nº 149/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MORGANA FREGULIA REOS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Médica Clínica Geral para atuar no ESF (Estratégia Saúde da Família) de Vila Conceição da Secretaria Municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 10.183,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 06 de março de 2017.

CONTRATO Nº 150/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ANDRÉ LUIZ DE FAVERI

OBJETO: Prestação de serviços na função de Motorista II para atuar na Secretaria Municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.037,23

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 06 de março de 2017.

CONTRATO Nº 151/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ALBINO DE LUCA SILVA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Motorista II para atuar na Secretaria Municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.037,23

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 06 de março de 2017.

CONTRATO Nº 152/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ANDREI JEAN ALEXANDRE BAUER

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais II para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 840,35

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 06 de março de 2017.

CONTRATO Nº 153/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LUIZ CARLOS FERRARO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais II para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 840,35

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 06 de março de 2017.

CONTRATO Nº 154/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JOSÉ OTAVIO SILVA DA ROSA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais II para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 840,35

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 06 de março de 2017.

CONTRATO Nº 155/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JOSIANE FARIAS PEREIRA PARIS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I para atuar no CEI. Professor João Vitorino Lopes da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 18/04/2017

VALOR MENSAL: R\$ 840,35

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 06 de março de 2017.

CONTRATO Nº 156/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LUAN ROSA DA ROCHA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais II para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 840,35

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 06 de março de 2017.

CONTRATO Nº 157/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LILIANE ESPINDOLA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar Administrativo, para atuar na Unidade de Saúde Central da Secretaria municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,63

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 06 de março de 2017.

CONTRATO Nº 158/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JOSÉ ADRIANO ANACLETO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais II para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 840,35

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 06 de março de 2017.

CONTRATO Nº 159/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LUCAS MAGNUS DE FAVERI

OBJETO: Prestação de serviços na função de Operador de Equipamentos na Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.130,67

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 06 de março de 2017.

CONTRATO Nº 160/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CLAUDENIR PEREIRA XAVIER

OBJETO: Prestação de serviços na função de Operador de Equipamentos na Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.130,67

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 06 de março de 2017.

CONTRATO Nº 161/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: BENEVAL GONÇALVES DA ROCHA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Operador de

Equipamentos na Secretaria Municipal de Obras e Serviços deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.130,67
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 06 de março de 2017.

CONTRATO Nº 162/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: SERGIO LUIS RODRIGUES MATOS
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais II para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 840,35
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 06 de março de 2017.

CONTRATO Nº 163/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: JOSÉ LUIZ DE MATOS
OBJETO: Prestação de serviços na função de Operador de Equipamentos na Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.130,67
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 06 de março de 2017.

CONTRATO Nº 164/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: DUANI DE OLIVEIRA RAUPP
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz e EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 06 de março de 2017.

CONTRATO Nº 165/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: ADRIANA SANTANA DA SILVA MATOS
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 06/03/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 06 de março de 2017.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO
CONTRATOS DO DIA 07 DE MARÇO DE 2017

CONTRATO Nº 166/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: JESSICA FARIAS FERREIRA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Monitor Escolar para atuar na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.
VIGÊNCIA: de 07/03/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.103,52
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 07 de março de 2017.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO
CONTRATOS DO DIA 09 DE MARÇO DE 2017

CONTRATO Nº 167/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: EDSON VALIM SILVEIRA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Operador de Equipamentos na Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 09/03/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.130,67
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 09 de março de 2017.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO
CONTRATOS DO DIA 13 DE MARÇO DE 2017

CONTRATO Nº 168/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: JULIANA MATEUS SILVEIRA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Agente Comunitária de saúde para atuar no ESF (Estratégia Saúde da Família) Vila Santa Catarina Micro Área 06 da Secretaria municipal de Saúde deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 13/03/2017 a 29/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.162,05
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 13 de março de 2017.

CONTRATO Nº 169/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JEANE TAIS SELAU SCHEFFER

OBJETO: Prestação de serviços na função de Agente de Combate as Edemias para atuar na Unidade de Saúde Central da Secretaria municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 13/03/2017 a 29/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.162,05

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 13 de março de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 16 DE MARÇO DE 2017

CONTRATO Nº 170/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: VALDINEIA CARLOS OLIVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI Paraíso da Criança da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 16/03/2017 a 07/04/2017

VALOR MENSAL: R\$ 882,30

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 16 de março de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 20 DE MARÇO DE 2017

CONTRATO Nº 171/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: REGINA MEGUE DOS SANTOS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de março de 2017.

CONTRATO Nº 172/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: HELENICE DOS SANTOS SILVA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de março de 2017.

CONTRATO Nº 173/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: PAMELA HENDLER VARGAS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar Administrativo, para atuar na Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/03/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,63

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 20 de março de 2017.

CONTRATO Nº 174/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: BRUNA CONSTANTE BORGES

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I para atuar na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/03/2017 a 18/05/2017

VALOR MENSAL: R\$ 840,35

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de março de 2017.

CONTRATO Nº 175/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: TAIZ MACHADO MAGNUS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/03/2017 a 18/05/2017

VALOR MENSAL: R\$ 882,30

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de março de 2017.

CONTRATO Nº 176/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ADRIANA DELFINO DE OLIVEIRA SILVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/03/2017 a 18/05/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de março de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte dias do mês de

março do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 22 DE MARÇO DE 2017

CONTRATO Nº 177/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ANDREIA TEIXEIRA MACHADO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 22/03/2017 a 02/04/2017

VALOR MENSAL: R\$ 882,30

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 22 de março de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e dois do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DO MÊS FEVEREIRO DE 2017

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

DO MÊS FEVEREIRO DE 2017

CONTRATO Nº 26/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LUCIANA BUENO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Médica, no ESF (Estratégia Saúde da Família) de Vila Conceição da Secretaria Municipal de Saúde deste município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 01/02/2017 a 28/02/2017

VALOR MENSAL: R\$ 10.183,27

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 01 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 27/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LISIANE DE SOUZA OLIVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017

CONTRATO Nº 28/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ROSILENE BAUER ALVES

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 29/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CRISTINA MAGNUS BAUER

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz, da Secretaria Municipal de Educação deste município com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 19/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 30/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: FERNANDA ALVES DA SILVA SBARDELOTO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação deste Município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 31/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: DAIANE ROCHO DOS SANTOS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2016 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 31/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: LUCIANE LUMMERTZ AGUIAR

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco e no EJA da Secretaria de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 21/07/2017

VALOR MENSAL: R\$ 441,15

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 33/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: VALQUIRIA LANS DA SILVA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora,

ministrando aulas na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 2.205,72
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 34/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: MARIA GABRIELA CONSTANTE BAUER
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 35/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: EDNA DE BORBA CARDOSO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 36/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: ROSEMERI DE OLIVEIRA DOS SANTOS RODRIGUES
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 37/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: GISELI ALVES PEREIRA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 38/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: MIRNA ANDREIA MILIOLI TENFEN
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 551,43
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 39/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: PAULO CARDOSO CONSTANTE
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 551,43
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 40/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: LEDIANE SANTOS DA ROSA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 41/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: KATERINE GUAREZI BRESSAN
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 42/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: PATRICIA MARQUES LANGER
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria municipal de Educação deste município com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 43/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: QUENISE MATOS CRESCENCIO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Monitor Escolar, para atuar no CEI. Paraíso da Criança, com carga horária de 30h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.103,52
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal

nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 44/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARLENE DE VARGAS ALVES

OBJETO: Prestação de serviços na função de Monitor Escolar, para atuar no CEI. Professor João Vitorino Lopes, da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.103,52

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 45/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: SILVANA MONTOVANI SILVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Monitor Escolar, para atuar no CEI. Paraíso da Criança, da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.103,52

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 46/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CRISTIANE ALBINO RESENDE

OBJETO: Prestação de serviços na função de Monitor Escolar, para atuar no CEI. Paraíso da Criança, da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.103,52

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 47/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JESSICA FERREIRA MAGNUS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Monitor Escolar, para atuar no CEI. Paraíso da Criança, da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.103,52

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 48/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JANETE MAGNUS DOS SANTOS DE MATOS

OBJETO: Prestação de serviços na função de Monitor Escolar, para atuar no CEI. Professor João Vitorino Lopes, da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.103,52

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 49/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ANA PAULA BOFF DA SILVA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Monitor Escolar, para atuar no CEI. Paraíso da Criança, da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.103,52

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 50/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARIA DE FATIMA DA SILVA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Monitor Escolar, para atuar no CEI. Paraíso da Criança, da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.103,52

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 51/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CAMILA VALIN HOMEM

OBJETO: Prestação de serviços na função de Monitor Escolar, para atuar no CEI. Paraíso da Criança, da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.103,52

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 52/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: QUELI HENRIQUE DA SILVA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Monitor Escolar, para atuar no CEI. Professor João Vitorino Lopes, da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.103,52

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 53/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: TIFANI ALVES LAURIANO

OBJETO: Prestação de serviços na função de Monitor Escolar, para atuar no CEI. Paraíso da Criança, da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 30h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.103,52

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 54/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: ELIZANGELA ANTONIO RAMOS
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, para atuar na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 840,35
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 55/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: SOLANGE ALVES DA SILVA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, para atuar na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 840,35
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 56/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: EDINEIA DE AZEVEDO VELHO BERNARDINO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, para atuar na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 840,35
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 57/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: CAMILA DE MATOS ROCHO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017

CONTRATO Nº 58/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: CLEITON COELHO GARCIA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017

CONTRATO Nº 59/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: SABRINA LOPES DE OLIVEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II E na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017

CONTRATO Nº 60/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: MARCIA ALEXANDRE DA SILVA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II e no CEI. Professor João Vitorino Lopes da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017

CONTRATO Nº 61/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: RAQUEL RAUPP MATOS VALIM
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, para atuar no CEI. Professor João Vitorino Lopes da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 840,35
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 62/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: RAFAEL DEWES BAUER
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor, ministrando aulas na EEB Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 2.205,72
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 63/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: MARIA DE FATIMA ESPINDOLA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, para atuar na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 840,35
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 64/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: JANAINA DE MENDONÇA TEIXEIRA DO AMARAL

OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, para atuar na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 840,35
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 65/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: ROSMERE LUMMERTZ MARINHO RODRIGUES
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, para atuar na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 840,35
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 66/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: DANIELA NETO DOS SANTOS
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, para atuar na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 840,35
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 67/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: DAIANE DELFINO ROXO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, para atuar no CEI. Professor João Vitorino Lopes da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 18/04/2017
VALOR MENSAL: R\$ 840,35
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 68/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: FABIANA BEATRIZ ADRIANO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, para atuar no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 02/05/2017
VALOR MENSAL: R\$ 840,35
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 69/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: CLEONILDA LUCIA PACHECO ESPINDOLA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora,

ministrando aulas na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco – EJA da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 21/07/2017
VALOR MENSAL: R\$ 441,15
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 70/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: ERIEDNA MACIEL PEREIRA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz e na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco – EJA da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2016
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 71/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: ALEXANDRINA SCARIOT BENDO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 10h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 551,43
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 72/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: SIMONIA AZEVEDO CHAVES
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, para atuar no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 73/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: CRISLAINE APARECIDA CARDOSO OLIVEIRA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, para atuar na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 74/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: CRISTIANE SCHEFFER BAUER
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, para atuar no CEI. Professor Vitorino Lopes da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 75/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: VANI DA SILVA MATOS
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, para atuar no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 76/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: BRUNA SCHEFFER BAUER
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, para atuar no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 77/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: GENESIA DE MATOS DOS SANTOS
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, para atuar na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 78/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: CASSIANE PEREIRA RODRIGUES BIANCHIN
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, para atuar no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 79/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: JULIANA DE OLIVEIRA MAGNUS
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI Professor João Vitorino Lopes da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2016
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal

nº. 005/2009

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 80/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: FRANCIELE DA SILVA MATOS BAUER
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 81/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: ELIZETE BORGES HOMEM
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 82/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: SOLANGE ROXO ALVES MAGNUS
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 83/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: CAMILA CARDOSO CECHINEL
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 84/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: JAQUELINE MORAES SCANDOLARA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 85/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: MARIA JUCILENE DA SILVA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 12/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 86/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: ROSILEIA SILVERIO PEDRO JORGE
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. Professor João Vitorino Lopes da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 87/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: CECILIA FERNANDESCARLOS DA SILVA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 88/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: CAMILA LETICIA DA SILVA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 89/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: ANA PAULA DE OLIVEIRA ROCHO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 90/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: DAIANA DE OLIVEIRA CLARINDA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas no CEI. Professor João Vitorino Lopes da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.021,16
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 91/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: ROSILEI SAVI VALIM
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 92/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: MAIRA SCARIOT BIANCHIN PEREIRA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 93/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: ROSIANE LUMMERTZ MARINHO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 94/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: LILIAN MARIA ESPINDOLA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, para atuar juntamente a coordenação e orientação pedagógica da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 2.205,72
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 95/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: JESSICA DE OLIVEIRA ALVES

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 96/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: QUELEM BENDO HENRIQUE MAGNUS
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 97/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: CAROLINI SILVA DA ROSA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, para atuar na EEB. Vila Velha II da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 840,35
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 98/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: MARIANE DE LIMA CARDOSO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 40h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 840,35
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 99/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: WAGNER DA SILVA ROCHO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor, ministrando aulas na EEB. Vila Velha II da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 100/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: LUCAS LOPES CARDOSO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor, ministrando aulas na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 101/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: MARIA CIRETE DA CUNHA CARDOSO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora de Educação Especial ministrando aulas na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco, da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 20/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 882,30
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 20 de fevereiro de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO
CONTRATOS DO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2017

CONTRATO Nº 102/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: MARIANGELA SILVA MATTOS
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais I para atuar no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria Municipal de Assistência Social deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 21/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 840,35
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 006/2012

São João do Sul, em 21 de fevereiro de 2017.

CONTRATO Nº 103/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: QUEITI PORTO ANDRÉ
OBJETO: Prestação de serviços na função de Nutricionista, para atuar nas unidades de ensino da rede municipal da Secretaria Municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 21/02/2017 a 20/12/2017
VALOR MENSAL: R\$ 1.364,55
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 21 de fevereiro de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças
EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO
CONTRATOS DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2017

CONTRATO Nº 104/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ERICA HAHN DE MATIA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora, ministrando aulas na EEB. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria municipal de Educação deste município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 24/02/2017 a 20/12/2017

VALOR MENSAL: R\$ 1.102,86

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº.1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 24 de fevereiro de 2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 10/2017 PARA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

COMUNICADO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 10/2017 CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.398/2016

QUE AUTORIZA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

A Secretaria Municipal de Administração e Educação, comunicam que encontra-se aberta vagas para Agente de Serviços Gerais, oriundas da chamada do Processo Seletivo Nº001/2016 esgotadas e chamados todos os classificados em cada área seguindo a classificação final.

A chamada acontecerá no dia 28 de abril de 2017 Sexta-Feira às 14h no Departamento de RH da Prefeitura, as referidas contratações serão feitas através desta chamada e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

VAGAS PARA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS:

Nº DE VAGAS: 03

CARGA HORÁRIA 40 HORAS SEMANAIS MATUTINO E VESPERTINO

1-CEI JOSÉ DIOMAR RODRIGUES PADILHA

LICENÇA SAÚDE DA TITULAR- INSS

BAIRRO: NOSSA SENHORA APARECIDA

2-EBM ARISTIDES RIBEIRO DE MEDEIROS (VAGA EXCEDENTE)

BAIRRO: SÃO JOSÉ

3- 01 VAGA PARA A SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO (VAGA VINCULADA LICENÇA SAÚDE TITULAR)

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DA VAGA

PARA AS VAGAS DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS;

Ensino Fundamental Completo.

Critérios de Desempate:

- Maior Idade;
- Número de filhos;

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Obs. Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração e histórico escolar).

Atenciosamente;

Maurício Yamashiro
Secretário Municipal da Administração
Vice Prefeito Municipal

DECRETO Nº 159/2017

DECRET O Nº 159/2017

"QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2016, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – PODER EXECUTIVO

03.12 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(58)3.3.90.00.00.00.00.00.2.034-0230 – FNDE – PNAE Creche 11.919,78

(59)3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-0655 – FNDE – PNAE PRE 11.802,56

(60)3.3.90.00.00.00.00.00.2.036-0229 – FNDE – PNAE Fundamental 42.695,14

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 66.417,48

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro verificado em 31/12/2016 nas seguintes Fontes de Recursos: FNDE – PNAE Creche, FNDE – PNAE PRE e FNDE – PNAE Fundamental.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Abril de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 160/2017

DECRET O Nº 160/2017

"QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2016, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – PODER EXECUTIVO

03.12 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(62)3.3.90.00.00.00.00.00.2.034-0651 – Receita Impostos/transf. Impost Educação 30.000,00

(61)3.3.90.00.00.00.00.00.2.036-0651 – Receita Impostos/transf.

Impost Educação 7.500,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 37.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro verificado em 31/12/2016 na seguinte Fonte de Recurso: Receita de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Abril de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 161/2017

DECRETO Nº 161/2017

“QUE NOMEIA PRESIDENTE E NOVOS CONSELHEIROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (C.M.A.S.)”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.290/96, de 17/12/14; Ficam NOMEADOS os Conselheiros abaixo relacionados (Representantes de Entidades ou Órgãos) para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social de São Joaquim - SC:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

- Diretoria Mun. de Habitação: Titular Cléo Rodrigo Nezi, Suplente Adriana de Jesus Anselmo;
- Secretaria Mun. da Saúde: Titular José Teodoro do Amaral – Suplente Henrique Moritz;
- Secretaria Mun. de Administração: Titular Mauricio Yamashiro – Suplente Elson Cavalheiro Nunes;
- Secretaria Mun. de Assistência Social: Titular – Lusiane Zandonadi Nunes Suplente – Nadir Oliveira Palma;
- Secretaria Mun. de Educação: Titular Claudia Arruda de Souza – Suplente Claudia Lourenço Bueno;

II – REPRESENTANTES SOCIEDADE CIVIL NÃO GOVERNAMENTAIS:

- 01 representante de entidades de usuários ou de Defesa de Direitos dos Usuários de Assistência Social, no âmbito municipal: Titular Valdeli Souza de Liz – Suplente Vilma Teresinha Silveira;
- 02 representantes de entidades Prestadoras de Serviço da Área de Assistência Social, no âmbito municipal:
 - Representante da APAE (Associação de Pais e Alunos dos Excepcionais): Titular Luciane dos Santos Velho – Suplente Patricia Camargo Palma;
 - Representante da SASSEN: Titular Sebastião Pereira Velho – Suplente Reinaldo Ribeiro Gaspar;
- 02 representantes de entidades dos Trabalhadores da Área de Assistência Social, no âmbito municipal.
 - Representante da Proteção Social Básica: Titular Daiane Hugen Tomaz – Suplente Jozimara de Fátima Pereira;
 - Representante da Proteção Social Especial: Titular Mayara Nunes Ribeiro – Suplente Gislaiane de Fatima Nunes;

Parágrafo Único: As pessoas nomeadas no artigo 1º, não perceberão dos cofres públicos pelo exercício das referidas funções.

Art. 2º - Fica nomeado a Sr. Sebastião Pereira Velho – Representante Não Governamental, para desempenhar o cargo de Presidente e a Srª. Luziane Zandonadi Nunes – Representante Governamental, para desempenhar o cargo de Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 113/2016, de 04/04/16, e os seus efeitos retroagem ao dia 18 de Abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Abril de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 162/2017

DECRETO Nº 162/2017

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL PREVISTO NO EDITAL Nº 01/2017”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 001/2017 para Contratação Temporária de Profissionais, para atuar junto à Administração Pública de São Joaquim, no Edital nº 01/2017, conforme relação dos candidatos em “anexo I”.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Abril de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº001/2017
CONSIDERANDO O DECRETO Nº145/2017.

DESCRIÇÃO DO CARGO	NOME E CLASSIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PROFESSOR ORIENTADOR DE TEATRO	1º LUGAR: JOSÉ ARGEU VELHO GOULART 2º LUGAR: PABLO CRISTIANO BIRK DA SILVA	20H
PROFESSOR ORIENTADOR DE MEIO AMBIENTE E RECICLAGEM	1º LUGAR DAIANE MARTINS DE SOUZA	20H

MOTORISTA SOCOR- RISTA DO SAMU	1º LUGAR: FERNANDO MENDES 2º LUGAR: JOSÉ ANGELO ANTUNES GUEDES 3º LUGAR: CARLOS EDUCARDO MARTINS SANTOS 4º LUGAR: FABIANO PEREIRA ARAÚGO 5º LUGAR: MAURI DONIZETE GOULART 6º ANDERSON PIERRE DA ROSA	40H

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Abril de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 163/2017

DECRET O Nº 163/2017

“QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2016, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.12 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(63)3.3.90.00.00.00.00.2.006-0240 – Convênio União - Educação 57.053,39

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 57.053,39

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro verificado em 31/12/2016 na seguinte Fonte de Recurso: Convênio União - Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Abril de 2017.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2017

HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO SELETIVO Nº001/2017
CONSIDERANDO O DECRETO Nº145/2017.

DESCRIÇÃO DO CARGO	NOME E CLASSIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA
PROFESSOR ORIENTADOR DE TEATRO	1º LUGAR: JOSÉ ARGEU VELHO GOULART 2º LUGAR: PABLO CRISTIANO BIRK DA SILVA	20H
PROFESSOR ORIENTADOR DE MEIO AMBIENTE E RECICLAGEM	1º LUGAR DAIANE MARTINS DE SOUZA	20H
MOTORISTA SOCORRISTA DO SAMU	1º LUGAR: FERNANDO MENDES 2º LUGAR: JOSÉ ANGELO ANTUNES GUEDES 3º LUGAR: CARLOS EDUCARDO MARTINS SANTOS 4º LUGAR: FABIANO PEREIRA ARAÚGO 5º LUGAR: MAURI DONIZETE GOULART 6º ANDERSON PIERRE DA ROSA	40H

Gabinete do Prefeito Municipal
São Joaquim, 24 de abril de 2017.
GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

FABIANO PADILHA
PRESIDENTE DA COMISSÃO

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 7976/2017

DECRETO Nº 7976/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 129.638,07 (cento e vinte e nove mil, seiscentos e trinta e oito reais e sete centavos), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

965 – 3.3.90.92.00.00.0334 – Despesas de Exercícios Anteriores,

Recursos do PAB FIXO – FMS R\$ 88.038,07

954 – 3.3.90.39.00.00.0082 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários – Saúde R\$ 21.600,00

Total desta Atividade R\$ 109.638,07

25.01.10.301.0102.2.151 – Educação e Informação em Saúde – FMS

981 – 3.3.90.14.00.00.0082 – Diárias – Civil,

Recursos Ordinários – Saúde R\$ 20.000,00

Total desta Atividade R\$ 20.000,00

Total do Órgão R\$ 129.638,07

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 129.638,07

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 129.638,07 (cento e vinte e nove mil, seiscentos e trinta e oito reais e sete centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.1.219 – Construção de Unidades de Saúde

900 – 4.4.90.61.00.00.0334 – Aquisição de Imóveis,

Recursos do PAB FIXO – FMS R\$ 88.038,07

899 – 4.4.90.61.00.00.0082 – Aquisição de Imóveis,

Recursos Ordinários – Saúde R\$ 20.000,00

Total desta Atividade R\$ 108.038,07

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

952 – 3.3.90.36.00.00.0082 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,

Recursos Ordinários – Saúde R\$ 21.600,00

Total desta Atividade R\$ 21.600,00

Total do Órgão R\$ 129.638,07

Total da Anulação R\$ 129.638,07

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de abril de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

• REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº 7990/2017

DECRETO Nº 7990/2017

EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e CONSIDERANDO a sanção da Lei Complementar N.º 075/2017, que estabelece a fusão de secretarias e órgãos municipais, transforma e extingue cargos, cria, transforma e extingue funções gratificadas de confiança, altera a legislação municipal e dá outras providências;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam exonerados todos os servidores ocupantes de:

I - cargos de provimento em comissão dos níveis de CCM-1 a CCM-9 no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de São José;

II - cargos de provimento em comissão de Secretário Adjunto no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo do Município de São José.

Art. 2º - Ficam dispensados os servidores designados a exercerem funções gratificadas de FG-CC, FG-CH, FG-DI, FG-SU e FG-CO, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de São José.

Art. 3º - Ficam exonerados os seguintes Secretários Municipais:

I – Gustavo Duarte do Valle Pereira - Chefe de Controle Interno e Auditoria;

II – Lédio Coelho – Chefe de Gabinete;

III – Matson Luis Cé – Secretário de Serviços Públicos;

IV - Michael Pedro Rosanelli – Secretário de Governo;

V – Waldemar Bornhausen Neto - Secretário do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Art. 4 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de abril de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 165/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 165/2017 - Proc. de Compras 221/2017 - Proc. Adm. 3625/2017. Contratado: CONCREJATO SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S/A. Objeto: "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO DAS FACHADAS DO THEATRO ADOLPHO MELLO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS". Valor total do contrato: R\$ 244.434,13 (duzentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e treze centavos). Fundamento Legal: art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93.

LEI COMPLEMENTAR N.º 075, DE 27 DE ABRIL DE 2017

ESTABELECE A FUSÃO DE SECRETARIAS E ÓRGÃOS MUNICIPAIS, TRANSFORMA E EXTINGUE CARGOS, CRIA, TRANSFORMA E EXTINGUE FUNÇÕES GRATIFICADAS DE CONFIANÇA, ALTERA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º – Fica alterada a estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal a partir da fusão dos seguintes órgãos e secretarias:

I – a Secretaria de Governo passa a denominar-se Secretaria da Casa Civil, absorvendo para si as atribuições e responsabilidades, os cargos remanescentes e as dotações orçamentárias da Chefia de Gabinete da Prefeita, da Secretaria Executiva de Articulação Política e da Ouvidoria;

II – a Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária passa a denominar-se Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos, absorvendo para si as atribuições e responsabilidades, os cargos remanescentes e as dotações orçamentárias da Secretaria Executiva de Projetos Especiais, bem como a gestão da política habitacional municipal e a supervisão do serviço de abastecimento de água e saneamento.

§ 1º – A Ouvidoria fica transformada em Supervisão de Ouvidoria, integrando a estrutura da Secretaria da Casa Civil.

§ 2º – As atribuições pertinentes à gestão orçamentária são absorvidas pela Secretaria de Finanças.

§ 3º – As atribuições concernentes ao planejamento, ao desenvolvimento e à execução da política municipal de agricultura, pecuária, maricultura e pesca passam a ser desempenhadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação.

§ 4º – A gestão dos convênios de obras de infraestrutura será realizada pela Secretaria de Infraestrutura.

§ 5º – A Chefia de Controle Interno e Auditoria passa a denominar-se Secretaria Executiva de Controle Interno e Transparência.
 § 6º – A Secretaria de Serviços Públicos passa a denominar-se Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos.
 § 7º – A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia passa a denominar-se Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação.

Art. 2º – Ficam extintos os 134 cargos de provimento em comissão listados no Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 3º – Ficam transformados os cargos de provimento em comissão listados no Anexo II desta Lei Complementar.

§ 1º – A fim de melhor adequar a denominação dos cargos em comissão de assessor administrativo, fica estabelecida a seguinte alteração:

I – os cargos de “Assessor I administrativo” (CCM-1) passam a denominar-se “Assessor Administrativo I” (CCM-1);
 II – os cargos de “Assessor II administrativo” (CCM-2) passam a denominar-se “Assessor Administrativo II” (CCM-2);
 III – os cargos de “Assessor III administrativo” (CCM-3) passam a denominar-se “Assessor Administrativo III” (CCM-3);
 IV – os cargos de “Assessor IV administrativo” (CCM-4) passam a denominar-se “Assessor Administrativo IV” (CCM-4);
 V – os cargos de “Assessor V administrativo” (CCM-5) passam a denominar-se “Assessor Administrativo V” (CCM-5);
 VI – os cargos de “Assessor VI administrativo” (CCM-6) passam a denominar-se “Assessor Administrativo VI” (CCM-6);
 VII – os cargos de “Assessor VII administrativo” (CCM-7) passam a denominar-se “Assessor Administrativo VII” (CCM-7).

§ 2º – Os cargos de provimento em comissão existente e não mencionados no § 1º deste artigo e no Anexo II desta Lei Complementar passam a ter como nova denominação a junção do atual nome com a respectiva função devidamente descritos no Anexo VIII da Lei Complementar nº 014/2004 e demais leis posteriores, na forma do Anexo IV desta Lei Complementar.

§ 3º – O Anexo IV desta Lei Complementar define um demonstrativo de todos os cargos de provimento em comissão da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal e sua respectiva lotação.

§ 4º – Ficam automaticamente extintos os cargos de provimento em comissão não mencionados no Anexo IV desta Lei Complementar.

§ 5º – O Anexo V desta Lei Complementar estabelece as atribuições dos cargos de provimento em comissão referidos no Anexo IV.

§ 6º – Serão destinados, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de cargos de provimento em comissão mencionados no Anexo IV para serem preenchidos por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Art. 4º – Ficam criadas, transformadas e acrescidas as funções gratificadas de confiança constantes do Anexo III.

Parágrafo único – Ficam extintas 10 (dez) funções gratificadas de confiança de “Chefe de Divisão” (código “FG-CH”).

Art. 5º – Fica definido o novo padrão remuneratório dos cargos de provimento em comissão identificados pelos níveis “CCM” de 1 a 9 nos seguintes termos:

Nível	Novo Vencimento (R\$)
CCM-1	1.585,51
CCM-2	1.833,24
CCM-3	2.031,43
CCM-4	2.427,80
CCM-5	2.824,21
CCM-6	3.666,51
CCM-7	4.459,27
CCM-8	5.053,85
CCM-9	6.570,00

Art. 6º – Fica definido o novo padrão remuneratório das seguintes funções gratificadas de confiança já existentes:

Código	Função Gratificada de Confiança	Novo Vencimento (R\$)
FG-CC	Coordenador de Curso	1.100,00
FG-DI	Diretor de Diretoria	1.100,00
FG-SU	Supervisor de Setor	930,00
FG-CO	Coordenador de Setor	680,00

Art. 7º – Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a definir, mediante decreto, a estrutura interna de cada órgão e entidade que compõem a Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º – O caput do artigo 49 da Lei Complementar nº 053/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49 – Fica instituída gratificação diferenciada de função aos membros da Comissão Recursal, vinculada ao número de comparecimentos por reunião, no valor de 40% (quarenta por cento) do piso mínimo salarial da Prefeitura Municipal, por sessão comparecida, para presidente e membros titulares e suplentes. (NR)

I – (REVOGADO);

II – (REVOGADO)”.

Art. 9º – O artigo 80 da Lei nº 2.248/1991 passa a vigorar acrescidos dos seguintes parágrafos:

“Art. 80 –

§ 1º – Somente os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo desta Administração Pública municipal tem direito à concessão e à percepção do adicional de tempo de serviço previsto no caput.

§ 2º – A concessão do adicional de tempo de serviço fica limitada a sete períodos de quinquênio.

§ 3º – A concessão e a percepção do adicional referido neste artigo estendem-se ao exercício de cargo em comissão por servidor ocupante de cargo de provimento efetivo desta Administração Pública municipal, para todos os efeitos legais.”(NR)

Art. 10 – A Lei nº 2.183/1990 passa a vigorar nos seguintes termos:

I – ficam alterados os artigos 1º e 2º e o parágrafo único do artigo 3º, conforme a seguinte redação:

“Artigo 1º – Para os ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Fiscal de Obras, Fiscal Sanitário, Fiscal de Tributos, Agente de Fiscalização Edilícia, Agente de Fiscalização Sanitária, Agente de Fiscalização Tributária e Agente de Fiscalização de Transporte Coletivo, fica criado o “auxílio-transporte”, a título de verba de natureza indenizatória, destinada a cobrir todas as despesas de locomoção decorrentes do exercício do respectivo cargo público, nos termos desta Lei.

Artigo 2º – O “auxílio-transporte” de que trata esta Lei corresponde ao valor de R\$ 1.308,69 (um mil, trezentos e oito reais e sessenta e nove centavos).

§ 1º – O valor pecuniário previsto no caput deste artigo será corrigido anualmente, tendo como base o mesmo índice utilizado para a revisão anual de vencimento dos servidores municipais.

§ 2º – Para ter direito à percepção mensal do auxílio-transportes, deverá o servidor comprovar, mensalmente, todos os seguintes requisitos:

I – possuir automóvel devidamente registrado em seu nome;

II – ser portador de carteira nacional de habilitação compatível com o respectivo automóvel, com a validade;

III – a quitação de impostos e tarifas referentes ao licenciamento anual veicular e ao seguro veicular obrigatório relativos ao automóvel referido no inciso I deste parágrafo;

IV – a contratação e quitação de seguro veicular complementar atinente ao automóvel referido no inciso I deste parágrafo;

V – despesa mensal com combustível de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do valor do auxílio-transporte para o desempenho de suas atividades laborais;

VI – roteiros quinzenais, devidamente aprovados pelo respectivo Secretário, acerca das visitas, vistorias, diligências ou inspeções in loco, nas quais houve deslocamento com uso do veículo próprio;

VII – a efetiva realização das vistorias, diligências ou inspeções in loco referidas no inciso anterior, com a assinatura de pessoa física ou de representante pessoa jurídica que foi objeto da vistoria, diligências ou inspeções.

§ 3º – Todos os atos decorrentes da presente Lei, em especial os artigos 2º e 3º, serão fiscalizados e mensalmente auditados pela Secretaria Executiva de Controle Interno e Transparência, ou órgão que vier a substituí-la.

§ 4º – A documentação de comprovação do cumprimento dos requisitos para a concessão do auxílio-transporte deverá ser encaminhada ao órgão de recursos humanos da Secretaria de Administração até o dia 10 de mês seguinte à realização das vistorias, diligências ou inspeção in loco.

§ 5º – Demais atos decorrentes da utilização de automóvel próprio para o exercício do cargo poderão ser regulamentados por ato do Secretário do órgão de lotação de cada servidor, desde que não contrariem o disposto nesta Lei.

Artigo 3º –

Parágrafo único – Os ocupantes dos cargos de Fiscal de Obras, Fiscal Sanitário, Fiscal de Tributos, Agente de Fiscalização Edilícia, Agente de Fiscalização Sanitária, Agente de Fiscalização Tributária e Agente de Fiscalização de Transporte Coletivo somente farão jus à vantagem desta Lei, quando rigorosamente em dia com as obrigações previstas nos §§ 5º e 6º do artigo 3º do Decreto nº 4.540/2015.” (NR)

II – o artigo 4º passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Artigo 4º –

Parágrafo único – A vantagem referida nesta Lei não integrará, de qualquer forma, o cálculo da gratificação natalina anual.”(NR)

Art. 11 – Considerando que a presente Lei Complementar estabelece a extinção do cargo de Diretor de Fiscalização e Acompanhamento, nível CCM-7, da Secretaria de Serviços Públicos, a gratificação de produtividade referida no artigo 35 da Lei Complementar nº 053/2011 não poderá ultrapassar o valor de R\$ 4.362,33 (quatro mil, trezentos e sessenta e dois reais e trinta e três centavos), até que ocorra a regulamentação prevista no § 1º do artigo 35 da Lei Complementar nº 053/2011.

§ 1º – O valor pecuniário previsto no caput deste artigo será corrigido anualmente, tendo como base o mesmo índice utilizado para a revisão anual de vencimento dos servidores municipais.

§ 2º – A concessão da gratificação de produtividade referida no caput deste artigo continuará a ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo, até que ocorra a regulamentação citada no § 1º do artigo 35 da Lei Complementar nº 053/2011.

Art. 12 – Para a posse em determinados cargos, serão exigidos requisitos nos seguintes termos:

I – curso superior completo em Ciências Contábeis ou Contabilidade, com inscrição do respectivo conselho fiscalizador do exercício da profissão, para os cargos de provimento em comissão de “Assessor Técnico Contábil”;

II – curso superior completo em Direito, com inscrição do respectivo órgão fiscalizador do exercício da profissão, para os cargos de provimento em comissão de “Assessor Técnico Jurídico”.

Art. 13 – Ficam revogados:

I – os incisos I e II do artigo 49 da Lei Complementar nº 053/2011 e o artigo 47, caput e parágrafos, da Lei Complementar nº 054/2011, extinguindo-se as gratificações diferenciadas de função referentes aos membros das Comissões de 1ª Instância;

II – o artigo 70, caput e parágrafos, da Lei Complementar nº 053/2011, aplicando-se, aos novos casos, o artigo 80 da Lei nº 2.248/1991 e a Lei nº 4.211/2004, com a redação dada pela Lei nº 4.341/2005;

III – o § 5º do artigo 95 da Lei nº 2.248/1991;

IV – os §§ 1º e 2º do artigo 58 da Lei nº 2.123/1990;

V – o § 4º do artigo 35 da Lei Complementar nº 053/2011;

VI – as demais disposições em contrário.

Art. 14 – Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a proceder a relocação das dotações orçamentárias para o devido cumprimento da presente Lei Complementar.

Art. 15 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 27 de abril de 2017.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal
ANEXO I
Cargos Extintos por esta Lei Complementar

Atual nome do órgão ou entidade de origem	Cargo	Função	Nível	Vagas
Chefia de Gabinete	CHEFIA	de Gabinete do Prefeito	SM	1
	ASSESSOR TÉCNICO	em Engenharia	CCM-8	1
	ASSESSOR TÉCNICO	em Planejamento Urbano	CCM-8	1
	ASSESSOR TÉCNICO	em Abastecimento	CCM-8	1
Secretaria de Governo	DIRETOR	Administrativo e Operacional	CCM-7	1
	ASSESSOR III	de Governo	CCM-4	1
Secretaria Executiva e Articulação Política	SECRETÁRIO EXECUTIVO	de Articulação Política	SM	1
	ASSESSOR III	Administrativo	CCM-4	1
Gabinete do Vice-Prefeito	ASSESSOR II	Administrativo	CCM-2	2
	ASSESSOR III	Administrativo	CCM-4	2
Chefia de Controle Interno e Auditoria	ASSESSOR II	Administrativo	CCM-2	1
Procuradoria-Geral do Município	CONSULTOR-GERAL	Assessoria Técnico Institucional	SMA	1
Secretaria de Administração	COORDENADOR	do CPD	CCM-5	1
	SUPERVISOR	de Compras	CCM-6	2
	ASSESSOR TÉCNICO	Administrativo	CCM-8	1
Secretaria de Receita	DIRETOR GERAL	de Fiscalização de Tributos	CCM-9	1
	SUPERVISOR	de Fiscalização de Tributos	CCM-6	1
Secretaria de Projetos Especiais	SECRETÁRIO EXECUTIVO	de Projetos Especiais	SM	1
	ASSESSOR II	Administrativo	CCM-2	1
Secretaria de Saúde	ASSESSOR I	Administrativo	CCM-1	1
	CHEFE	de Manutenção dos Equipamentos de Saúde	CCM-3	1
	COORDENADOR	de Logística	CCM-5	1
	ASSESSOR II	Administrativo	CCM-2	1
	COORDENADOR	de Imunização	CCM-5	1
	COORDENADOR	de Investigação	CCM-5	1
	COORDENADOR	de Dengue e Febre Amarela	CCM-5	1
	COORDENADOR	de DST/AIDS	CCM-5	1
	COORDENADOR	de Tuberculose	CCM-5	1
	COORDENADOR	de Hanseníase	CCM-5	1
Secretaria de Saúde	COORDENADOR	de Investigação	CCM-5	1
	ASSESSOR II	Administrativo	CCM-2	1
	COORDENADOR	de Saúde da Criança	CCM-5	1
	COORDENADOR	de Saúde do Adulto	CCM-5	1
	COORDENADOR	de Saúde do Idoso	CCM-5	1
	ASSESSOR II	Administrativo	CCM-2	1
	DIREÇÃO II	dos Centros de Saúde	CCM-5	5

Secretaria de Educação	ASSESSOR II	Administrativo	CCM-2	8
	ASSESSOR I	Escolar	CCM-1	29
	ASSESSOR VII	Administrativo	CCM-7	1
	ASSESSOR VI	Administrativo	CCM-6	11
	ASSESSOR I	Administrativo	CCM-1	2
	ASSESSOR II	Administrativo	CCM-2	1
Secretaria de Serviços Públicos	DIRETOR	Administrativo e Operacional	CCM-7	1
	ASSESSOR I	Administrativo	CCM-1	1
	DIRETOR	de Fiscalização e Acompanhamento	CCM-7	1
	SUPERVISOR	de Fiscalização de Serviços e Obras	CCM-6	2
	SUPERVISOR	de Fiscalização Urbana	CCM-6	2
	ASSESSOR II	Administrativo	CCM-2	1
	SUPERVISOR	de Dados Urbanos	CCM-6	1
Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	DIRETOR	Administrativo e Operacional	CCM-7	1
	COORDENADOR	de Atendimento	CCM-5	1
	DIRETOR	de Geração Trabalho e Renda	CCM-7	1
Secretaria de Infraestrutura	ASSESSOR II	Administrativo	CCM-2	1
	ASSESSOR II	Administrativo	CCM-2	1
	CHEFE	de Manutenção de Obras Públicas	CCM-3	2
	SUPERVISOR	do Sistema Viário	CCM-6	1
	DIRETOR	de Habitação	CCM-7	1
	COORDENADOR	de Programas	CCM-5	1
	SUPERVISOR	De Fiscalização Urbana	CCM-6	2
Secretaria de Assistência Social	COORDENADOR	do Centro de Convivência do Idoso	CCM-5	1
	COORDENADOR	da Cidade do Idoso	CCM-5	1
Fundação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	SUPERVISOR	de Fiscalização Urbana	CCM-6	1
	COORDENADOR	de Análise Técnica	CCM-5	1
	ASSESSOR I	Administrativo	CCM-1	1
Fundação Educacional de São José	DIREÇÃO I	de Curso Profissionalizante/Técnico	CCM-4	1
	VICE-REITOR	Administrativo	CCM-9	1
	DIRETOR-GERAL	da Auditoria Interna	CCM-9	1
	ASSESSOR TÉCNICO	Chefia de Gabinete	CCM-8	1
	ASSESSOR TÉCNICO	Pesquisa e Pós-Graduação	CCM-8	1
Fundação de Esportes e Lazer	COORDENADOR	de Ginásio	CCM-5	6
Fundação Municipal de Cultura e Turismo	CHEFE	da Biblioteca Pública Municipal	CCM-3	1
	CHEFE	do Teatro Municipal Adolfo Melo	CCM-3	1
		TOTAL DE CARGOS EXTINTOS		134

ANEXO II

Cargos Transformados por esta Lei Complementar

Cargo / Função Atuais	Nível	Vagas	Lotação atual	Nome dos Cargos após Transformação	Nível	Vagas	Nova Lotação
Secretário de Governo	SM	1	Secretaria de Governo	Secretário da Casa Civil	SM	1	Secretaria da Casa Civil
Secretário Adjunto de Governo	SMA	1	Secretaria de Governo	Secretário Adjunto da Casa Civil	SMA	1	Secretaria da Casa Civil
Supervisor em Abastecimento	CCM-6	1	Chefia de Gabinete do Prefeito	Supervisor de Governo	CCM-6	1	Secretaria da Casa Civil

Assessor Técnico em Planejamento Urbano	CCM-8	1	Chefia de Gabinete do Prefeito	Assessor Técnico de Governo	CCM-8	1	Secretaria da Casa Civil
Assessor Técnico em Planejamento Urbano	CCM-8	1	Chefia de Gabinete do Prefeito	Assessor Técnico Jurídico	CCM-8	1	Secretaria da Casa Civil
Direção III da Junta Militar	CCM-6	1	Chefia de Gabinete do Prefeito	Supervisor da Junta Militar	CCM-6	1	Secretaria da Casa Civil
Assessor III administrativo	CCM-4	2	Chefia de Gabinete do Prefeito	Assessor Administrativo VI	CCM-6	2	Secretaria da Casa Civil
Assessor III administrativo	CCM-4	1	Chefia de Gabinete do Prefeito	Assessor Administrativo IV	CCM-4	1	Secretaria da Casa Civil
Chefe de Ouvidoria	SM	1	Ouvidoria	Supervisor de Ouvidoria	CCM-6	1	Secretaria da Casa Civil
Diretor-Geral do Gabinete do Vice-Prefeito	CCM-9	1	Gabinete do Vice-Prefeito	Diretor do Gabinete do Vice-Prefeito	CCM-7	1	Gabinete do Vice-Prefeito
Assessor Técnico em Comunicação e Marketing	CCM-8	1	Fundação Educacional de São José	Assessor Técnico em Comunicação	CCM-8	1	Secretaria Executiva de Comunicação Social
Chefia de Controle Interno e Auditoria	SM	1	Chefia de Controle Interno e Auditoria	Secretário Executivo de Controle Interno e Transparência	SM	1	Secretaria Executiva de Controle Interno e Transparência
Supervisor de Auditoria	CCM-6	1	Chefia de Controle Interno e Auditoria	Supervisor de Controle Interno	CCM-6	1	Secretaria Executiva de Controle Interno e Transparência
Assessor III administrativo	CCM-4	1	Ouvidoria	Assessor Administrativo IV	CCM-4	1	Secretaria Executiva de Controle Interno e Transparência
Procurador-Geral	SM	1	Procuradoria-Geral do Município	Procurador-Geral do Município	SM	1	Procuradoria-Geral do Município
Procurador Adjunto Geral	SMA	1	Procuradoria-Geral do Município	Procurador-Geral Adjunto do Município	SMA	1	Procuradoria-Geral do Município
Assessor VI administrativo	CCM-6	1	Secretaria da Educação	Assessor Administrativo IV	CCM-4	1	Procuradoria-Geral do Município
Assessor III administrativo	CCM-4	1	Procuradoria-Geral do Município	Assessor Administrativo IV	CCM-4	1	Procuradoria-Geral do Município
Assessor VI administrativo	CCM-6	1	Secretaria de Educação	Assessor Administrativo VI	CCM-6	1	Procuradoria-Geral do Município
Assessor II administrativo	CCM-2	2	Secretaria de Educação	Assessor Administrativo II	CCM-2	2	Procuradoria-Geral do Município
Diretor-Geral de Informações e Sistemas	CCM-9	1	Secretaria de Administração	Diretor-Geral de Tecnologia da Informação	CCM-9	1	Secretaria de Administração
Presidente CPL – Comissão Permanente de Licitação	CCM-8	1	Secretaria de Administração	Presidente da Comissão Permanente de Licitação	CCM-7	1	Secretaria de Administração
Diretor de Recursos Humanos	CCM-7	1	Secretaria de Administração	Diretor-Geral de Recursos Humanos	CCM-9	1	Secretaria de Administração
Diretor Administrativo e Financeiro	CCM-7	1	Secretaria de Administração	Diretor Operacional	CCM-7	1	Secretaria de Administração
Supervisor de Sistemas, Processos e Procedimentos	CCM-6	1	Secretaria de Administração	Supervisor de Serviços de Tecnologia da Informação	CCM-6	1	Secretaria de Administração
Supervisor de Modernização e Qualidade	CCM-6	1	Secretaria de Administração	Supervisor de Infraestrutura de Tecnologia da Informação	CCM-6	1	Secretaria de Administração
Supervisor Administrativo	CCM-6	1	Secretaria de Administração	Supervisor Operacional	CCM-6	1	Secretaria de Administração
Assessor I administrativo	CCM-1	1	Secretaria de Administração	Assessor Administrativo II	CCM-2	1	Secretaria de Administração
Assessor III administrativo	CCM-4	1	Secretaria de Administração	Assessor Administrativo IV	CCM-4	1	Secretaria de Administração
Assessor III administrativo	CCM-4	1	Secretaria de Administração	Assessor Administrativo III	CCM-3	1	Secretaria de Administração

Assessor III administrativo	CCM-4	1	Secretaria de Administração	Assessor Administrativo II	CCM-2	1	Secretaria de Administração
Assessor II administrativo	CCM-2	1	Secretaria de Receita	Assessor Administrativo V	CCM-5	1	Secretaria de Receita
Assessor III administrativo	CCM-4	1	Secretaria de Receita	Assessor Administrativo I	CCM-1	1	Secretaria de Receita
Assessor II administrativo	CCM-2	2	Secretaria de Receita	Assessor Administrativo I	CCM-1	2	Secretaria de Receita
Assessor III administrativo	CCM-4	1	Secretaria de Receita	Assessor Administrativo IV	CCM-4	1	Secretaria de Receita
Assessor I escolar	CCM-1	1	Secretaria de Educação	Assessor Administrativo I	CCM-1	1	Secretaria de Receita
Diretor-Geral da Base Tributária	CCM-9	1	Secretaria de Receita	Diretor de Fiscalização e Base Tributária	CCM-7	1	Secretaria de Receita
Diretor Administrativo e Financeiro	CCM-7	1	Secretaria de Receita	Diretor de Análise e Atendimento ao Cidadão	CCM-7	1	Secretaria de Receita
Supervisor de Atendimento ao Cidadão	CCM-6	1	Secretaria de Receita	Supervisor de Análise de Processos	CCM-6	1	Secretaria de Receita
Supervisor de Contabilidade da Administração Direta	CCM-6	1	Secretaria de Finanças	Diretor de Orçamento	CCM-7	1	Secretaria de Finanças
Supervisor de Contabilidade do Sistema Fundacional	CCM-6	1	Secretaria de Finanças	Supervisor de Orçamento	CCM-6	1	Secretaria de Finanças
Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária	SM	1	Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária	Secretário de Planejamento e Assuntos Estratégicos	SM	1	Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos
Secretário Adjunto de Planejamento e Gestão Orçamentária	SMA	1	Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária	Secretário Adjunto de Planejamento e Assuntos Estratégicos	SMA	1	Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos
Assessor Técnico de Finanças e Orçamento	CCM-8	1	Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária	Assessor Técnico em Engenharia	CCM-8	1	Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos
Diretor de Orçamento	CCM-7	1	Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária	Diretor de Planejamento	CCM-7	1	Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos
Diretor Administrativo e Financeiro	CCM-7	1	Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária	Diretor de Projetos Estratégicos e Habitação	CCM-7	1	Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos
Supervisor de Orçamento	CCM-6	1	Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária	Supervisor de Programas de Habitação	CCM-6	1	Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos
Assessor III administrativo	CCM-4	1	Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária	Supervisor de Abastecimento e Água e Saneamento	CCM-6	1	Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos
Diretor-Geral de Vigilância	CCM-9	1	Secretaria de Saúde	Diretor-Geral de Vigilância em Saúde	CCM-9	1	Secretaria de Saúde
Diretor de Controle e Avaliações de Exames	CCM-7	1	Secretaria de Saúde	Diretor de Bem-Estar Animal	CCM-7	1	Secretaria da Saúde
Diretor de Saúde da Família	CCM-7	1	Secretaria de Saúde	Diretor de Serviço de Média Complexidade em Saúde	CCM-7	1	Secretaria da Saúde
Diretor de Planejamento	CCM-7	1	Secretaria de Saúde	Diretor de Policlínica	CCM-7	1	Secretaria da Saúde
Diretor IV da Policlínica	CCM-7	1	Secretaria de Saúde	Diretor de Policlínica	CCM-7	1	Secretaria da Saúde
Diretor dos Centros de Saúde	CCM-7	1	Secretaria de Saúde	Diretor de Policlínica	CCM-7	1	Secretaria da Saúde
Coordenador de Saúde Mental	CCM-5	1	Secretaria de Saúde	Supervisor de Saúde Mental	CCM-6	1	Secretaria da Saúde

Direção III dos Centros de Saúde	CCM-6	5	Secretaria de Saúde	Gerente de Unidade Básica de Saúde	CCM-6	5	Secretaria da Saúde
Direção III dos Centros de Saúde	CCM-6	1	Secretaria de Saúde	Assessor Técnico Jurídico	CCM-8	1	Secretaria da Saúde
Diretor Administrativo e Financeiro	CCM-7	1	Secretaria de Saúde	Assessor Técnico Contábil	CCM-8	1	Secretaria da Saúde
Direção II dos Centros de Saúde	CCM-5	2	Secretaria de Saúde	Assessor Administrativo III	CCM-3	2	Secretaria da Saúde
Chefe de Informática	CCM-3	1	Secretaria de Saúde	Coordenador de Tecnologia da Informação	CCM-5	1	Secretaria da Saúde
Chefe de Transporte de Pacientes	CCM-3	1	Secretaria de Saúde	Assessor Administrativo III	CCM-3	1	Secretaria da Saúde
Assessor I Escolar	CCM-1	1	Secretaria de Educação	Supervisor de Logística e Frota	CCM-6	1	Secretaria da Saúde
Supervisor Financeiro	CCM-6	1	Secretaria de Saúde	Supervisor de Manutenção	CCM-6	1	Secretaria da Saúde
Diretor de Vigilância Epidemiológica	CCM-7	1	Secretaria de Saúde	Assessor Administrativo VI	CCM-6	1	Secretaria da Saúde
Coordenador do Laboratório Municipal	CCM-5	1	Secretaria de Saúde	Coordenador de Assistência Farmacêutica	CCM-5	1	Secretaria da Saúde
Coordenador de Saúde da Mulher	CCM-5	1	Secretaria de Saúde	Coordenador de Bem-Estar Animal	CCM-5	1	Secretaria da Saúde
Coordenador de Policlínica	CCM-5	1	Secretaria de Saúde	Assessor Administrativo V	CCM-5	1	Secretaria da Saúde
Direção II dos Centros de Saúde	CCM-5	1	Secretaria de Saúde	Assessor Administrativo V	CCM-5	1	Secretaria da Saúde
Direção II dos Centros de Saúde	CCM-5	1	Secretaria de Saúde	Supervisor de Comunicação	CCM-6	1	Secretaria da Saúde
Direção III dos Centros de Saúde	CCM-6	1	Secretaria de Saúde	Supervisor de Monitoramento e Avaliação de Gestão	CCM-6	1	Secretaria da Saúde
Direção I dos Centros de Saúde	CCM-4	2	Secretaria de Saúde	Assessor Administrativo IV	CCM-4	2	Secretaria da Saúde
Diretor de Saúde do Trabalhador	CCM-7	1	Secretaria de Saúde	Diretor de Análise de Projetos	CCM-7	1	Secretaria da Saúde
Supervisor de Projetos Especiais	CCM-6	1	Secretaria de Educação	Supervisor de Projetos e Convênios Federais	CCM-6	1	Secretaria de Educação
Coordenador de Eventos	CCM-5	1	Secretaria de Educação	Coordenador de Convênios Municipais	CCM-5	1	Secretaria de Educação
Secretário de Serviços Públicos	SM	1	Secretaria de Serviços Públicos	Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos	SM	1	Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos
Secretário Adjunto de Serviços Públicos	SMA	1	Secretaria de Serviços Públicos	Secretário Adjunto de Urbanismo e Serviços Públicos	SMA	1	Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos
Diretor de Normas e Legislação Urbana	CCM-7	1	Secretaria de Serviços Públicos	Diretor de Normas e Fiscalização	CCM-7	1	Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos
Supervisor de Fiscalização de Serviços e Obras	CCM-6	1	Secretaria de Serviços Públicos	Supervisor de Fiscalização de Obras	CCM-6	1	Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos
Supervisor de Fiscalização Urbana	CCM-6	1	Secretaria de Serviços Públicos	Supervisor de Fiscalização e Posturas	CCM-6	1	Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos
Coordenador dos Cemitérios	CCM-5	1	Secretaria de Serviços Públicos	Supervisor dos Cemitérios	CCM-6	1	Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos
Superintendente Adjunto da Fundação Educacional de São José	SMA	1	Fundação Educacional de São José	Consultor-Geral de Segurança	SMA	1	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito
Assessor Técnico de Ensino	CCM-8	1	Fundação Educacional de São José	Assessor Técnico Jurídico	CCM-8	1	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito

Supervisor de Pessoal	CCM-6	1	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito	Diretor do PROCON	CCM-7	1	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito
Assessor III administrativo	CCM-4	1	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito	Assessor Administrativo V	CCM-5	1	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito
Assessor II administrativo	CCM-2	1	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito	Assessor Administrativo V	CCM-5	1	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito
Coordenador de Licenciamento	CCM-5	1	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito	Assessor Administrativo V	CCM-5	1	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito
Coordenador de Fiscalização de Transportes	CCM-5	1	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito	Assessor Administrativo V	CCM-5	1	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito
Supervisor de Transportes Alternativos	CCM-6	1	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito	Supervisor de Transportes	CCM-6	1	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito
Supervisor do PROCON	CCM-6	1	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito	Supervisor de Trânsito	CCM-6	1	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	SM	1	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	Secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação	SM	1	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação
Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	SMA	1	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico e Inovação	SMA	1	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação
Coordenador de Trabalho e Renda	CCM-5	1	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	Supervisor de Trabalho e Renda	CCM-6	1	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação
Chefe de Manutenção Equipamentos	CCM-3	1	Secretaria de Infraestrutura	Assessor Administrativo III	CCM-3	1	Secretaria de Infraestrutura
Diretor Administrativo e Operacional	CCM-7	1	Secretaria de Infraestrutura	Diretor Administrativo	CCM-7	1	Secretaria de Infraestrutura
Diretor Administrativo e Operacional	CCM-7	1	Secretaria de Infraestrutura	Diretor Operacional	CCM-7	1	Secretaria de Infraestrutura
Assessor VII administrativo	CCM-7	1	Secretaria de Educação	Assessor Técnico Contábil	CCM-8	1	Secretaria de Educação
Supervisor da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Educação	CCM-6	1	Secretaria de Educação	Assessor Técnico Jurídico	CCM-8	1	Secretaria de Educação
Supervisor de Esporte Escolar	CCM-6	1	Secretaria de Educação	Supervisor de Tecnologia da Informação	CCM-6	1	Secretaria de Educação
Coordenador de Informática	CCM-5	1	Secretaria de Educação	Coordenador de Manutenção	CCM-5	1	Secretaria de Educação
Supervisor de Orientação Pedagógica	CCM-6	1	Secretaria de Educação	Coordenador de Almo-xarifado	CCM-5	1	Secretaria de Educação
Assessor I Escolar	CCM-1	25	Secretaria de Educação	Assessor Administrativo I	CCM-1	25	Secretaria de Educação
Coordenador de Transporte Escolar Próprio	CCM-5	1	Secretaria de Educação	Coordenador de Transporte Escolar	CCM-5	1	Secretaria de Educação
Assessor VI administrativo	CCM-6	2	Secretaria de Educação	Assessor Administrativo IV	CCM-4	2	Secretaria de Educação
Assessor Técnico em Assistência Social	CCM-8	1	Secretaria de Assistência Social	Assessor Técnico Jurídico	CCM-8	1	Secretaria de Assistência Social
Assessor Técnico em Assistência Social	CCM-8	1	Secretaria de Assistência Social	Assessor Técnico Contábil	CCM-8	1	Secretaria de Assistência Social
Diretor Administrativo e Financeiro	CCM-7	1	Secretaria de Assistência Social	Diretor Administrativo, Financeiro e Operacional	CCM-7	1	Secretaria de Assistência Social

Diretor de Melhoria da Qualidade Vida	CCM-7	1	Secretaria de Assistência Social	Supervisor do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	CCM-7	1	Secretaria de Assistência Social
Diretor da Criança e Adolescente	CCM-7	1	Secretaria de Assistência Social	Diretor de Proteção Social Básica	CCM-7	1	Secretaria de Assistência Social
Diretor de Ação Social e Idoso	CCM-7	1	Secretaria de Assistência Social	Diretor de Proteção Social Especial	CCM-7	1	Secretaria de Assistência Social
Supervisor da Cidade do Idoso	CCM-6	1	Secretaria de Assistência Social	Supervisor Operacional do Centro de Atenção à Terceira Idade	CCM-6	1	Secretaria de Assistência Social
Supervisor de Ação Social e Idoso	CCM-6	1	Secretaria de Assistência Social	Supervisor de Serviços Socioassistenciais	CCM-6	1	Secretaria de Assistência Social
Supervisor de Melhoria da Qualidade de Vida	CCM-6	1	Secretaria de Assistência Social	Supervisor de Acolhimento Institucional	CCM-6	1	Secretaria de Assistência Social
Coordenador de Contabilidade	CCM-5	1	Secretaria de Assistência Social	Coordenador de Gestão Financeira e Parcerias	CCM-5	1	Secretaria de Assistência Social
Coordenador da Criança e Adolescente	CCM-5	1	Secretaria de Assistência Social	Coordenador de Programas Sociais	CCM-5	1	Secretaria de Assistência Social
Assessor I escolar	CCM-1	17	Secretaria de Educação	Assessor Administrativo I	CCM-1	17	Secretaria de Assistência Social
Assessor III administrativo	CCM-4	3	Secretaria de Assistência Social	Assessor Administrativo IV	CCM-4	3	Secretaria de Assistência Social
Assessor II Administrativo	CCM-2	3	Secretaria de Educação	Assessor Administrativo II	CCM-2	3	Secretaria de Assistência Social
Supervisor do PMAS	CCM-6	1	Secretaria de Infraestrutura	Supervisor de Manutenção e Transportes	CCM-6	1	Secretaria de Infraestrutura
Assessor IV	CCM-3	4	Secretaria de Educação	Assessor Administrativo III	CCM-3	4	Secretaria de Assistência Social
Vice-Reitor Acadêmico	CCM-9	1	Fundação Educacional de São José	Vice-Reitor Acadêmico e Administrativo	CCM-9	1	Fundação Educacional de São José
Coordenador de Contabilidade	CCM-5	1	Fundação Educacional de São José	Assessor Técnico Contábil	CCM-8		Fundação Educacional de São José
Assessor Técnico em Ensino	CCM-8	1	Fundação Educacional de São José	Assessor Técnico em Planejamento Institucional	CCM-8	1	Fundação Educacional de São José
Assessor Técnico de Assuntos Estudantis	CCM-8	1	Fundação Educacional de São José	Assessor Técnico de Regulação de Ensino Superior	CCM-8	1	Fundação Educacional de São José
Diretor de Ensino	CCM-7	1	Fundação Educacional de São José	Supervisor Administrativo	CCM-6	1	Fundação Educacional de São José
Assessor III administrativo	CCM-4	2	Fundação Educacional de São José	Assessor Administrativo IV	CCM-4	2	Fundação Educacional de São José
Assessor II Operacional	CCM-2	5	Fundação Educacional de São José	Assessor Administrativo II	CCM-2	5	Fundação Educacional de São José
Assessor Técnico de Cultura e Extensão	CCM-8	1	Fundação Educacional de São José	Assessor Técnico de Pós-Graduação, Cultura e Extensão	CCM-8	1	Fundação Educacional de São José
Coordenador de Gestão de Patrimônio, Material e Serviços Gerais	CCM-5	1	Fundação Educacional de São José	Supervisor Operacional e de Patrimônio	CCM-6	1	Fundação Educacional de São José
Coordenador de Gestão de Pessoas	CCM-6	1	Fundação Educacional de São José	Supervisor de Gestão de Pessoas	CCM-6	1	Fundação Educacional de São José
Coordenador de Gestão de Orçamento, Contabilidade e Finanças	CCM-5	1	Fundação Educacional de São José	Coordenador de Eventos	CCM-5	1	Fundação Educacional de São José
Coordenador de Gestão de Sistemas de Informações e Informática	CCM-5	1	Fundação Educacional de São José	Coordenador de Tecnologia da Informação	CCM-5	1	Fundação Educacional de São José
Assessor Técnico em Planejamento	CCM-8	1	Fundação Educacional de São José	Coordenador da Secretaria Acadêmica	CCM-5	1	Fundação Educacional de São José

Superintendente Adjunto Fundação de Meio Ambiente	SMA	1	Fundação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Assessor Técnico Contábil	CCM-8	1	Fundação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Supervisor de Fiscalização	CCM-6	1	Fundação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Supervisor de Unidade de Conservação	CCM-6	1	Fundação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Gerente de Unidades de Conservação	CCM-6	1	Fundação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Supervisor de Unidade de Conservação	CCM-6	1	Fundação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Coordenador de Contabilidade	CCM-5	1	Fundação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Assessor Técnico Jurídico	CCM-8	1	Fundação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendente Adjunto Fundação de Esportes e Lazer	SMA	1	Fundação de Esportes e Lazer	Assessor Técnico Contábil	CCM-8	1	Fundação de Esportes e Lazer
Coordenador de Ginásio	CCM-5	1	Fundação de Esportes e Lazer	Coordenador de Desporto Escolar	CCM-5	1	Fundação de Esportes e Lazer
Coordenador de Contabilidade	CCM-5	1	Fundação de Esportes e Lazer	Coordenador de Contratos e Convênios	CCM-5	1	Fundação de Esportes e Lazer
Coordenador de Ginásio	CCM-5	1	Fundação de Esportes e Lazer	Coordenador de Eventos	CCM-5	1	Fundação de Esportes e Lazer
Assessor II administrativo	CCM-2	1	Secretaria de Educação	Supervisor do Centro de Esportes e Artes Unificadas	CCM-6	1	Fundação de Esportes e Lazer
Superintendente Adjunto Fundação de Cultura e Turismo	SMA	1	Fundação de Cultura e Turismo	Assessor Técnico Contábil	CCM-8	1	Fundação de Cultura e Turismo
Diretor Cultural	CCM-7	1	Fundação de Cultura e Turismo	Diretor de Cultura	CCM-7	1	Fundação de Cultura e Turismo
Direção II da Escola de Oleiros	CCM-5	1	Fundação de Cultura e Turismo	Coordenador da Escola de Oleiros	CCM-5	1	Fundação de Cultura e Turismo
Coordenador de Contabilidade	CCM-5	1	Fundação de Cultura e Turismo	Coordenador Administrativo	CCM-5	1	Fundação de Cultura e Turismo
Chefe do Museu Histórico Municipal	CCM-3	1	Fundação de Cultura e Turismo	Coordenador do Patrimônio Cultural	CCM-5	1	Fundação de Cultura e Turismo
Chefe da Casa de Cultura	CCM-3	1	Fundação de Cultura e Turismo	Assessor Administrativo V	CCM-5	1	Fundação de Cultura e Turismo
Assessor IV administrativo	CCM-3	1	Secretaria de Educação	Coordenador Administrativo	CCM-5	1	São José Previdência
Coordenador de Contabilidade	CCM-5	1	São José Previdência	Coordenador Financeiro	CCM-5	1	São José Previdência
Assessor IV administrativo	CCM-3	2	Secretaria de Educação	Assessor Administrativo IV	CCM-4	2	São José Previdência

ANEXO III

A) Funções Gratificadas de Confiança Criadas

Código	Função de Confiança	Quantidade	Valor Unitário
FG-D2	Diretor II – Saúde	03	R\$ 2.000,00
FG-D1	Diretor I – Saúde	06	R\$ 1.500,00
FG-G2	Gerente II – Saúde	22	R\$ 1.100,00
FG-G1	Gerente I – Saúde	39	R\$ 930,00
FG-IG	Inspetor da Guarda Municipal	05	R\$ 900,00
FG-SG	Subcomandante da Guarda Municipal	01	R\$ 1.100,00

B) Funções Gratificadas de Confiança Acrescidas

Código	Função de Confiança	Quantidade	Valor Unitário
FG-CC	Coordenador de Curso	01	R\$ 1.100,00
FG-DI	Diretor de Diretoria	06	R\$ 1.100,00
FG-SU	Supervisor de Setor	02	R\$ 930,00
FG-CO	Coordenador de Setor	05	R\$ 680,00

C) Funções Gratificadas de Confiança Transformadas

Código Atual	Atual Função de Confiança	Qtidade	Novo Código	Nova Função de Confiança	Qtidade	Valor Unitário
FG-CH	Chefe de Divisão	35	FG-A2	Assessor II	35	R\$ 500,00
FG-CH	Chefe de Divisão	15	FG-A1	Assessor I	15	R\$ 160,00

ANEXO IV

Demonstrativo de Todos os Cargos de Provimento em Comissão da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo e Sua Respectiva Lotação

SECRETARIA DA CASA CIVIL		
CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Secretário da Casa Civil	SM	1
Secretário Adjunto da Casa Civil	SMA	1
Assessor Técnico de Gabinete	CCM-8	2
Assessor Técnico de Governo	CCM-8	2
Assessor Técnico Jurídico	CCM-8	1
Diretor de Cerimonial	CCM-7	1
Supervisor da Junta Militar	CCM-6	1
Supervisor de Gabinete	CCM-6	1
Supervisor de Governo	CCM-6	1
Supervisor de Ouvidoria	CCM-6	1
Assessor Administrativo VI	CCM-6	2
Assessor Administrativo IV	CCM-4	1
Assessor Administrativo II	CCM-2	1
TOTAL		16
GABINETE DO VICE-PREFEITO		
CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Diretor do Gabinete do Vice-Prefeito	CCM-7	1
Supervisor de Gabinete	CCM-6	1
Coordenador de Gabinete	CCM-5	1
Assessor Administrativo IV	CCM-4	1
TOTAL		4
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Secretário Executivo de Comunicação Social	SM	1
Assessor Técnico de Comunicação	CCM-8	1
Supervisor de Comunicação	CCM-6	2
Assessor Administrativo IV	CCM-4	1
TOTAL		5
SECRETARIA EXECUTIVA DE CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA		
CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Secretário Executivo de Controle Interno e Transparência	SM	1
Supervisor de Controle Interno	CCM-6	1
Assessor Administrativo IV	CCM-4	1
TOTAL		3

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Procurador-Geral do Município	SM	1
Procurador-Geral Adjunto do Município	SMA	1
Diretor-Geral da Execução da Dívida Ativa	CCM-9	1
Assessor Técnico Jurídico	CCM-8	6
Diretor Administrativo e Operacional	CCM-7	1
Assessor Administrativo VI	CCM-6	1
Assessor Administrativo IV	CCM-4	2
Assessor Administrativo II	CCM-2	3
TOTAL		16

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Secretário de Administração	SM	1
Secretário Adjunto de Administração	SMA	1
Diretor-Geral de Compras	CCM-9	1
Diretor-Geral de Tecnologia da Informação	CCM-9	1
Diretor-Geral de Recursos Humanos	CCM-9	1
Diretor Operacional	CCM-7	1
Presidente da Comissão Permanente de Licitação	CCM-7	1
Supervisor Operacional	CCM-6	1
Supervisor de Serviços de Tecnologia da Informação	CCM-6	1
Supervisor em Infraestrutura de Tecnologia da Informação	CCM-6	1
Coordenador de Patrimônio	CCM-5	1
Coordenador de Logística	CCM-5	1
Coordenador do Almoxarifado Geral	CCM-5	1
Assessor Administrativo IV	CCM-4	1
Assessor Administrativo III	CCM-3	1
Assessor Administrativo II	CCM-2	4
TOTAL		19

SECRETARIA DA RECEITA

CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Secretário da Receita	SM	1
Secretário Adjunto da Receita	SMA	1
Diretor de Fiscalização e Base Tributária	CCM-7	1

Diretor de Análise e Atendimento ao Cidadão	CCM-7	1
Supervisor da Base Tributária	CCM-6	1
Supervisor de Atendimento ao Cidadão	CCM-6	1
Supervisor de Análise Técnica	CCM-6	1
Supervisor de Dados e Informações	CCM-6	1
Supervisor da Dívida Ativa, Prescrição e Cobrança	CCM-6	1
Supervisor de Análise de Processos	CCM-6	1
Assessor Administrativo V	CCM-5	1
Assessor Administrativo IV	CCM-4	1
Assessor Administrativo I	CCM-1	4
TOTAL		16

SECRETARIA DE FINANÇAS

CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Secretário de Finanças	SM	1
Secretário Adjunto de Finanças	SMA	1
Contador-Geral	CCM-9	1
Diretor Administrativo e Financeiro	CCM-7	1
Diretor Contábil	CCM-7	1
Diretor de Orçamento	CCM-7	1
Supervisor de Orçamento	CCM-6	1
Supervisor Financeiro	CCM-6	1
Assessor Administrativo II	CCM-2	1
TOTAL		9

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Secretário de Planejamento e Assuntos Estratégicos	SM	1
Secretário Adjunto de Planejamento e Assuntos Estratégicos	SMA	1
Assessor Técnico em Engenharia	CCM-8	2
Diretor Administrativo e Operacional	CCM-7	1
Diretor de Planejamento	CCM-7	1
Supervisor de Projetos Estratégicos e Habitação	CCM-6	1
Supervisor de Abastecimento de Água e Saneamento	CCM-6	1
Assessor Administrativo II	CCM-2	1
TOTAL		9

SECRETARIA DA SAÚDE

CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
-------	-------	------------

Secretário de Saúde	SM	1
Secretário Adjunto de Saúde	SMA	1
Diretor-Geral de Vigilância em Saúde	CCM-9	1
Diretor-Geral de Saúde	CCM-9	1
Assessor Técnico Jurídico	CCM-8	1
Assessor Técnico Contábil	CCM-8	1
Diretor de Bem-Estar Animal	CCM-7	1
Diretor da Vigilância Sanitária	CCM-7	1
Diretor de Análise de Projetos	CCM-7	1
Diretor de Serviço de Média Complexidade em Saúde	CCM-7	1
Diretor de Policlínica	CCM-7	3
Gerente de Unidade Básica de Saúde	CCM-6	5
Supervisor de Compras	CCM-6	1
Supervisor de Pessoal	CCM-6	1
Supervisor de Manutenção	CCM-6	1
Supervisor de Saúde Mental	CCM-6	1
Supervisor de Logística e Frota	CCM-6	1
Supervisor de Comunicação	CCM-6	1
Supervisor de Monitoramento e Avaliação da Gestão	CCM-6	1
Coordenador de Tecnologia da Informação	CCM-5	1
Coordenador de Contratos	CCM-5	1
Coordenador de Assistência Farmacêutica	CCM-5	1
Coordenador de Bem-Estar Animal	CCM-5	1
Assessor Administrativo VI	CCM-6	1
Assessor Administrativo V	CCM-5	2
Assessor Administrativo IV	CCM-4	2
Assessor Administrativo III	CCM-3	3
TOTAL		37

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Secretário da Educação	SM	1
Secretário Adjunto da Educação	SMA	1
Diretor-Geral Administrativo, Financeiro e Operacional	CCM-9	1
Diretor-Geral de Ensino	CCM-9	1
Assessor Técnico Contábil	CCM-8	1
Assessor Técnico Jurídico	CCM-8	1

Supervisor de Nutrição	CCM-6	1
Supervisor de Planejamento Financeiro	CCM-6	1
Supervisor de Pessoal	CCM-6	1
Supervisor de Tecnologia da Informação	CCM-6	1
Supervisor de Educação de Jovens e Adultos	CCM-6	1
Supervisor do Ensino Fundamental	CCM-6	1
Supervisor da Educação Infantil	CCM-6	1
Supervisor da Educação Especial e Filantrópicas	CCM-6	1
Supervisor de Projetos e Convênios Federais	CCM-6	1
Supervisor Administrativo e Pedagógico	CCM-6	1
Coordenador de Patrimônio	CCM-5	1
Coordenador de Manutenção	CCM-5	1
Coordenador de Convênios Municipais	CCM-5	1
Coordenador de Almo-xarifado	CCM-5	1
Coordenador de Transporte Escolar	CCM-5	1
Assessor Administrativo VII	CCM-7	1
Assessor Administrativo VI	CCM-6	10
Assessor Administrativo V	CCM-5	5
Assessor Administrativo IV	CCM-4	5
Assessor Administrativo III	CCM-3	3
Assessor Administrativo II	CCM-2	20
Assessor Administrativo I	CCM-1	25
TOTAL		90

SECRETARIA DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS

CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos	SM	1
Secretário Adjunto de Urbanismo e Serviços Públicos	SMA	1
Assessor Técnico em Engenharia	CCM-8	1
Assessor Técnico Jurídico	CCM-8	1
Diretor de Normas e Fiscalização	CCM-7	1
Supervisor de Cemitérios	CCM-6	1
Supervisor de Normas e Legislação Urbana	CCM-6	1
Supervisor de Fiscalização de Obras	CCM-6	1
Supervisor de Fiscalização de Posturas	CCM-6	1

Supervisor de Análise Técnica	CCM-6	1
TOTAL		10

SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA CIVIL E TRÂNSITO

CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Secretário de Segurança, Defesa Civil e Trânsito	SM	1
Secretário Adjunto de Segurança, Defesa Civil e Trânsito	SMA	1
Consultor-Geral de Segurança	SMA	1
Diretor-Geral de Trânsito	CCM-9	1
Assessor Técnico Jurídico	CCM-8	1
Assessor Técnico em Engenharia de Trânsito	CCM-8	1
Comandante da Guarda Municipal	CCM-8	1
Diretor Administrativo e Financeiro	CCM-7	1
Diretor do PROCON	CCM-7	1
Diretor da Defesa Civil e Áreas Verdes	CCM-7	1
Supervisor de Trânsito	CCM-6	1
Supervisor de Transportes	CCM-6	1
Supervisor de Prevenção	CCM-6	1
Assessor Administrativo V	CCM-5	4
Assessor Administrativo II	CCM-2	2
TOTAL		19

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Secretário de Assistência Social	SM	1
Secretário Adjunto de Assistência Social	SMA	1
Assessor Técnico Jurídico	CCM-8	1
Assessor Técnico Contábil	CCM-8	1
Diretor Administrativo, Financeiro e Operacional	CCM-7	1
Diretor de Proteção Social Básica	CCM-7	1
Diretor de Proteção Social Especial	CCM-7	1
Supervisor Operacional do Centro de Atenção à Terceira Idade	CCM-6	1
Supervisor de Serviços Socioassistenciais	CCM-6	1
Supervisor do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	CCM-6	1
Supervisor de Acolhimento Institucional	CCM-6	1
Coordenador de Gestão Financeira e Parcerias	CCM-5	1
Coordenador de Programas Sociais	CCM-5	1
Assessor Administrativo IV	CCM-4	3
Assessor Administrativo III	CCM-3	4
Assessor Administrativo II	CCM-2	3
Assessor Administrativo I	CCM-1	17
TOTAL		40

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação	SM	1
Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico e Inovação	SMA	1
Assessor Técnico em Desenvolvimento Econômico	CCM-8	1
Diretor de Atividades Econômicas	CCM-7	1
Supervisor de Trabalho e Renda	CCM-6	1
Supervisor de Análise Econômica	CCM-6	1
Assessor Administrativo II	CCM-2	2

TOTAL		8
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		
CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Secretário de Infraestrutura	SM	1
Secretário Adjunto de Infraestrutura	SMA	1
Diretor-Geral de Projetos	CCM-9	1
Diretor Administrativo	CCM-7	1
Diretor Operacional	CCM-7	1
Supervisor Operacional	CCM-6	1
Supervisor de Manutenção e Transportes	CCM-6	1
Supervisor de Limpeza e Lixo	CCM-6	1
Supervisor de Elaboração de Projetos e Programas	CCM-6	1
Supervisor de Execução de Projetos e Programas	CCM-6	2
Supervisor de Acompanhamento de Obras Públicas	CCM-6	1
Supervisor de Análise e Parecer	CCM-6	1
Supervisor de Fiscalização Urbana	CCM-6	1
Assessor Administrativo III	CCM-3	1
Assessor Administrativo I	CCM-1	1
TOTAL		16
SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA		
CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Presidente da São José Previdência	SM	1
Diretor-Geral Administrativo, Financeiro e Operacional	CCM-9	1
Coordenador Financeiro	CCM-5	1
Coordenador Administrativo	CCM-5	1
Assessor Administrativo IV	CCM-4	2
TOTAL		6
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ		
CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Superintendente da Fundação Educacional de São José	SM	1
Reitor do Centro Universitário Municipal	SMA	1
Vice-Reitor Acadêmico e Administrativo	CCM-9	1
Assessor Técnico de Graduação	CCM-8	1
Assessor Técnico em Planejamento Institucional	CCM-8	1

Assessor Técnico de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão	CCM-8	1
Assessor Técnico em Regulação de Ensino Superior	CCM-8	1
Assessor Técnico Jurídico	CCM-8	1
Assessor Técnico Contábil	CCM-8	1
Diretor Administrativo e Financeiro	CCM-7	1
Supervisor Administrativo	CCM-6	1
Supervisor de Gestão de Pessoas	CCM-6	1
Supervisor de Gestão de Patrimônio, Material e Serviços Gerais	CCM-6	1
Coordenador de Tecnologia da Informação	CCM-5	1
Coordenador de Eventos	CCM-5	1
Coordenador da Secretaria Acadêmica	CCM-5	1
Assessor Administrativo IV	CCM-4	2
Assessor Administrativo II	CCM-2	5
TOTAL		23

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Superintendente da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	SM	1
Assessor Técnico Jurídico	CCM-8	1
Assessor Técnico Contábil	CCM-8	1
Diretor Administrativo e Financeiro	CCM-7	1
Diretor de Unidades de Conservação	CCM-7	1
Diretor Operacional	CCM-7	1
Supervisor de Geografia	CCM-6	1
Supervisor de Biologia	CCM-6	1
Supervisor de Engenharia Sanitária	CCM-6	1
Supervisor de Química	CCM-6	1
Supervisor de Geologia	CCM-6	1
Supervisor de Engenharia Ambiental	CCM-6	1
Supervisor de Educação Ambiental	CCM-6	1
Supervisor de Unidade de Conservação	CCM-6	2
Assessor Administrativo II	CCM-2	2
TOTAL		17

FUNDAÇÃO DE ESPORTES E LAZER

CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
-------	-------	------------

Superintendente da Fundação de Esportes e Lazer	SM	1
Assessor Técnico Contábil	CCM-8	1
Diretor Administrativo e Financeiro	CCM-7	1
Diretor de Desportos	CCM-7	1
Supervisor do Centro de Esportes e Artes Unificadas	CCM-6	1
Coordenador de Contratos e Convênios	CCM-5	1
Coordenador de Ginásio	CCM-5	1
Coordenador de Desporto Escolar	CCM-5	1
Coordenador de Eventos	CCM-5	1
Assessor Administrativo II	CCM-2	1
TOTAL		10

FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO

CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Superintendente da Fundação de Cultura e Turismo	SM	1
Assessor Técnico Contábil	CCM-8	1
Diretor Administrativo e Financeiro	CCM-7	1
Diretor de Cultura	CCM-7	1
Diretor de Turismo	CCM-7	1
Coordenador Administrativo	CCM-5	1
Coordenador de Turismo	CCM-5	1
Coordenador da Escola de Oleiros	CCM-5	1
Coordenador do Patrimônio Cultural	CCM-5	1
Coordenador de Tombamento e Arquivo Histórico	CCM-5	1
Assessor Administrativo V	CCM-5	1
Assessor Administrativo II	CCM-2	1
TOTAL		12
TOTAL GERAL		385

ANEXO V

Atribuições dos Cargos de Provimento em Comissão da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal

SECRETARIA DA CASA CIVIL	
CARGO	ATRIBUIÇÕES
Secretário da Casa Civil	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Secretaria, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.

Secretário Adjunto da Casa Civil	Auxiliar o Secretário titular do órgão no desempenho das suas funções e atribuições, substituindo-o no caso de sua ausência; Executar outras atividades que lhe forem designadas.
Assessor Técnico de Gabinete	Prestar assessoramento junto ao gabinete do Chefe do Poder Executivo; Assessorar a elaboração dos expedientes, correspondências, protocolos e processos com trâmite na respectiva Secretaria que exijam maior complexidade; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Assessor Técnico de Governo	Assessorar diretamente os seus superiores quanto aos atos inerentes às ações governamentais em tramitação na respectiva Secretaria; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor de Cerimonial	Gerenciar as ações inerentes ao cerimonial da Prefeitura Municipal; Organizar e promover recepção às autoridades em geral, observando as exigências protocolares, bem como outros eventos oficiais; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor da Junta Militar	Exercer a supervisão das ações que concernem à Junta Militar do Município; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Gabinete	Exercer a supervisão dos atos inerentes às ações do gabinete da respectiva Secretaria; Supervisionar a expedição e o recebimento dos expedientes, correspondências, protocolos e processos em trâmite na respectiva Secretaria; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Governo	Exercer a supervisão dos atos inerentes às ações governamentais em tramitação na respectiva Secretaria; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Ouvidoria	Supervisionar o canal de comunicação direta com os munícipes, a fim de ouvir seus anseios, críticas, reclamações, sugestões e denúncias, bem como dar encaminhamento para os órgãos competentes; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

GABINETE DO VICE-PREFEITO

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Diretor do Gabinete do Vice-Prefeito	Fazer a gestão das ações e atividades pertinentes ao gabinete do Vice-Prefeito; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Gabinete	Supervisionar as ações e atividades relativas ao gabinete do Vice-Prefeito; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Gabinete	Coordenar as ações e atividades concernentes ao gabinete do Vice-Prefeito Elaborar os expedientes, correspondências, protocolos e processos com trâmite na respectiva Secretaria; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Secretário Executivo de Comunicação Social	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Secretaria, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Assessor Técnico de Comunicação	Assessorar a elaboração diária, a produção e a divulgação de informativo dos atos e obras dos órgãos do Poder Executivo; Assessorar a execução das atividades de relações públicas e comunicação dirigida; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Comunicação	Supervisionar a política de comunicação externa e interna da administração pública do Poder Executivo; Supervisionar ações e campanhas que divulguem a administração municipal, a cidade e suas potencialidades em âmbito local, estadual, nacional e internacional; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

SECRETARIA EXECUTIVA DE CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Secretário Executivo de Controle Interno e Transparência	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Secretaria, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.

Supervisor de Controle Interno	Supervisionar o cumprimento de leis e demais atos normativos vigentes, a legalidade da Administração Pública Municipal Supervisionar a realização de auditoria dos atos e fatos, bem como o controle interno dos processos administrativos dos órgãos da administração municipal; Supervisionar o cumprimento de decisões e prejulgados dos Tribunais de Contas do Estado e da União; Supervisionar atividades que promovam a transparência dos atos da Prefeitura Municipal; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
--------------------------------	---

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO	
CARGO	ATRIBUIÇÕES
Procurador-Geral do Município	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da Procuradoria-Geral do Município, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Representar o Município de São José, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos em que figurar com parte; Receber as citações advindas de processos judiciais em nome do Município de São José; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Procurador-Geral Adjunto do Município	Auxiliar o Procurador-Geral do Município no desempenho das suas funções e atribuições, substituindo-o no caso de sua ausência; Representar o Município de São José, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos em que figurar com parte; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Diretor-Geral da Execução da Dívida Ativa	Gerenciar as atividades específicas atinentes à execução da dívida ativa municipal, atuando na análise dos processos administrativos que pedem revisão de débitos tributários não ajuizados, bem como na coordenação da equipe que executa os trabalhos junto ao Poder Judiciário, no mutirão permanente para pagamento de dívida ativa ajuizada, Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor Administrativo e Operacional	Gerir atividades e ações de cunho administrativo e operacional do respectivo órgão ou Secretaria; Administrar o controle de frequência dos servidores; Gerenciar os serviços de recepção, telefonia e serviços gerais internos do órgão ou Secretaria; Gerir o controle e a elaboração dos expedientes, correspondências, protocolos e processos com trâmite no respectivo órgão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
CARGO	ATRIBUIÇÕES
Secretário de Administração	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Secretaria, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Secretário Adjunto de Administração	Auxiliar o Secretário titular do órgão no desempenho das suas funções e atribuições, substituindo-o no caso de sua ausência; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Diretor-Geral de Compras	Gerenciar e acompanhar a execução de todos os procedimentos de compra direta atinentes a bens e serviços. Preparar os processos licitatórios da Administração Municipal; Contribuir para o funcionamento da Comissão Permanente de Licitações para toda a Administração Municipal; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor-Geral de Tecnologia da Informação	Gerenciar as atividades de planejamento e coordenação dos sistemas de informação e banco de dados. Gerir as ações destinadas à integração e unificação dos bancos de dados; Dirigir as ações de manutenção preventiva e corretiva atinente à aos equipamentos e instalações de infraestrutura da tecnologia da informação; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor-Geral de Recursos Humanos	Exercer toda a gestão dos procedimentos vinculados à área de recursos humanos da Administração Direta e Indireta; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor Operacional	Definir normas e gerenciar os assuntos referentes aos veículos oficiais e a política de comunicações internas, de vigilância, de controles internos e de serviços gerais; Administrar a zeladoria, manutenção e conservação do prédio da Administração Central; Efetuar a gestão e normatizar os procedimentos de controle de materiais e suprimentos; Gerir o armazenamento de materiais e de suprimentos em geral; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação	Desempenhar as funções previstas na legislação de licitação atinentes à presidência de comissão licitatória; Receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes e às licitações em suas modalidades; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor Operacional	Supervisionar o controle dos veículos oficiais; Supervisionar a política de comunicações internas, de vigilância, de controles internos e de serviços gerais; Supervisionar o controle patrimonial dos móveis e imóveis públicos; Supervisionar o controle de materiais e suprimentos; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Serviços de Tecnologia da Informação	Supervisionar as atividades de planejamento e coordenação dos sistemas de informações e banco de dados. Supervisionar projetos e operações de tecnologia da informação; Desenvolver a integração e unificação dos bancos de dados; Desenvolver a otimização de processos e procedimentos; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor em Infraestrutura de Tecnologia da Informação	Supervisionar e planejar as atividades de manutenção preventiva e corretiva em máquinas, equipamentos, utilidades, rede de energia e instalações prediais; Pesquisar e identificar novas tecnologias aplicáveis para o ambiente das repartições públicas; Avaliar as necessidades de infraestrutura dos prédios públicos, objetivando o seu constante aprimoramento; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Patrimônio	Coordenar atividades de controle patrimonial dos móveis e imóveis; Manter atualizado o cadastro de todos os bens móveis e imóveis municipais; Coordenar e acompanhar a tramitação de processos de alienação e desapropriação de bens móveis e imóveis; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Logística	Coordenar atividades relacionadas à normatização dos procedimentos de controle da gestão de materiais e suprimentos; Coordenar a distribuição de materiais e suprimentos em geral; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador do Almoxarifado Geral	Coordenar atividades de controle e armazenamento de materiais e de suprimentos em geral; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

SECRETARIA DA RECEITA	
CARGO	ATRIBUIÇÕES
Secretário da Receita	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Secretaria, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Secretário Adjunto da Receita	Auxiliar o Secretário titular do órgão no desempenho das suas funções e atribuições, substituindo-o no caso de sua ausência; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Diretor de Fiscalização e Base Tributária	Administrar as ações pertinentes ao lançamento, à arrecadação e à fiscalização dos tributos municipais; Gerenciar os atos concernentes ao lançamento das penalidades oriundas da atuação da fiscalização tributária; Gerenciar os atos e ações pertinentes aos cadastros imobiliário e econômico do Município; Gerenciar os atos relativos à atualização da Planta de Valores Imobiliários; Gerir os estudos de aprimoramento da legislação tributária municipal; Desenvolver a política de majoração da arrecadação tributária; Administrar, controlar e acompanhar a dívida ativa, promovendo os atos referentes à cobrança da dívida ativa, inclusive o seu encaminhamento à Procuradoria-Geral do Município; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor de Análise e Atendimento ao Cidadão	Gerir a análise de projetos e relatórios afins com a área de sua competência; Analisar os processos de concessão de licença de funcionamento de atividades econômicas, por meio do respectivo alvará; Gerir o atendimento aos contribuintes; Gerenciar a análise de requerimentos e processos dos contribuintes. Administrar os atos pertinentes ao enquadramento tributário das atividades econômicas e aos processos de isenções e prescrição; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Supervisor de Base Tributária	Supervisionar e manter atualizada a Planta de Valores Imobiliários; Acompanhar as atualizações de sistemas e da base de dados; Supervisionar a elaboração de estudos de aprimoramento da legislação tributária municipal; Contribuir para o aperfeiçoamento da política de majoração da arrecadação tributária; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Atendimento ao Cidadão	Supervisionar a equipe de atendimento aos contribuintes; Supervisionar os atos referentes ao atendimento e protocolo de requerimentos, documentos e processos dos contribuintes; Supervisionar os atos de inscrição e cadastramento dos contribuintes; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Análise Técnica	Supervisionar a análise de projetos e relatórios afins com a área de sua competência; Supervisionar os procedimentos para concessão de licença de funcionamento de atividades econômicas, por meio do respectivo alvará; Supervisionar e acompanhar a inscrição e o cadastramento dos contribuintes; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Dados e Informações	Supervisionar e manter atualizados os cadastros imobiliário e econômico; Supervisionar a consistência das informações e dados integrantes dos cadastros imobiliário e econômico; Supervisionar a consistência das informações e dados referentes aos lançamentos e créditos tributários e extrafiscais gerenciados pela Secretaria; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor da Dívida Ativa, Prescrição e Cobrança	Supervisionar e auxiliar na gestão, controle e acompanhamento da dívida ativa, inclusive no que atina à prescrição e cobrança; Supervisionar a elaboração de relatórios para lançamento e cobrança da dívida ativa, prescrição e cobrança; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Análise de Processos	Supervisionar a análise e emissão de pareceres sobre pedidos eletrônicos; Supervisionar a tramitação e o arquivamento de processos submetidos à deliberação do respectivo órgão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

SECRETARIA DE FINANÇAS

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Secretário de Finanças	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Secretaria, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Secretário Adjunto de Finanças	Auxiliar o Secretário titular do órgão no desempenho das suas funções e atribuições, substituindo-o no caso de sua ausência; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Contador-Geral	Executar os atos inerentes à área de contabilidade em geral; Responsabilizar-se pelos balanços contábeis dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município; Supervisionar os registros, demonstrativos contábeis e efetuar demais atribuições solicitadas pelo respectivo Secretário.
Diretor Administrativo e Financeiro	Gerir os atos de cunho administrativo inerentes ao desenvolvimento das atribuições da respectiva Secretaria; Administrar os recursos financeiros, efetuados o empenho, a liquidação e o pagamento das despesas, a guarda e a movimentação de valores e programação de desembolso financeiro e efetuar demais atribuições que lhe forem solicitadas.
Diretor Contábil	Gerir a elaboração de balancetes mensais, demonstrativos e balanços anuais, bem como a publicação dos informativos financeiros determinados pela legislação; Gerenciar a elaboração da prestação anual de contas e o cumprimento das exigências do controle externo; Efetuar os registros e controles contábeis em forma de lei e demais atribuições.
Diretor de Orçamento	Dirigir a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a proposta orçamentária anual; Gerenciar a execução orçamentária e as alterações do orçamento; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Orçamento	Supervisionar a execução da receita e da despesa orçamentária; Supervisionar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da proposta orçamentária anual; Supervisionar a análise de projetos de lei ou decretos que versam sobre matéria financeira ou orçamentária ou que impliquem em impacto orçamentário-financeiro; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Supervisor Financeiro	Supervisionar o acompanhamento da administração dos recursos financeiros, efetuando o empenho, a liquidação e o pagamento e o pagamento das despesas, a guarda e a movimentação de valores, programação de desembolso financeiro e demais atribuições solicitadas pela chefia.
-----------------------	--

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Secretário de Planejamento e Assuntos Estratégicos	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Secretaria, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Secretário Adjunto de Planejamento e Assuntos Estratégicos	Auxiliar o Secretário titular do órgão no desempenho das suas funções e atribuições, substituindo-o no caso de sua ausência; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Assessor Técnico em Engenharia	Assessorar a formulação e implementação de políticas urbanas no âmbito do Município e região metropolitana; Assessorar no desenvolvimento de projetos estruturados para a pesquisa em inovação de técnicas e instrumentos urbanos e implementação de ações estratégicas nos projetos urbanos de acordo com o Plano Diretor do Município; Assessor na elaboração, execução, coordenação e fiscalização dos projetos elaborados e geridos pela Secretaria; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor Administrativo e Operacional	Gerir atividades e ações de cunho administrativo e operacional do respectivo órgão ou Secretaria; Administrar o controle de frequência dos servidores; Gerenciar os serviços de recepção, telefonia e serviços gerais internos do órgão ou Secretaria; Gerir o controle e a elaboração dos expedientes, correspondências, protocolos e processos com trâmite no respectivo órgão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor de Planejamento	Gerenciar a formulação de políticas, diretrizes e ações para planejar e regular o desenvolvimento urbano e social e orientar o ordenamento territorial do Município; Participar da concepção e da elaboração dos projetos urbanos para melhorias, ampliação e complementação dos sistemas viários e de transportes públicos, reestruturação de centralidades e corredores comerciais, bem como dos sistemas estruturadores e transformadores do espaço físico da cidade; Promover a integração dos planos, programas e projetos dos diversos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, quando relacionados ao desenvolvimento urbano, de forma a maximizar os resultados positivos para a cidade, incluindo as áreas de transportes, infraestrutura urbana, obras e meio ambiente; Gerenciar a elaboração de obras e projetos estratégicos ao desenvolvimento do Município; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Projetos Estratégicos e Habitação	Supervisionar a elaboração de projetos e obras de conjuntos habitacionais, edificações e parcelamentos de interesse social; Supervisionar a administração dos recursos do Fundo Municipal para Habitação em consonância com legislação específica em vigor, de modo a viabilizar as ações planejadas; Supervisionar elaboração de ações para o desenvolvimento da política de regularização fundiária municipal; Supervisionar e fiscalizar a implantação de programas de habitação popular; Supervisionar as demais ações relacionadas com planos de urbanização de assentamentos precários; Supervisionar e fiscalizar a execução do serviço de iluminação pública municipal; Supervisionar a elaboração de obras e projetos estratégicos ao desenvolvimento do Município; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Abastecimento de Água e Saneamento	Supervisionar a execução de projetos e obras de construção civil e sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; Supervisionar e fiscalizar a concessão de água e esgotamento saneamento junto à concessionária e prefeitura municipal; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

SECRETARIA DA SAÚDE

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Secretário de Saúde	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Secretaria, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Secretário Adjunto de Saúde	Assistir ao Secretário de Saúde na supervisão e na coordenação das atividades do órgão; Auxiliar o Secretário de Saúde na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência do órgão, substituindo-o no caso de sua ausência; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.

Diretor-Geral de Vigilância em Saúde	Dirigir, planejar, organizar, regulamentar e controlar, no âmbito municipal, as políticas, as diretrizes e as ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde; Coordenar a execução das atividades relativas à prevenção, ao uso de metodologia epidemiológica e ao controle de doenças e outros agravos à saúde; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor-Geral de Saúde	Dirigir as atividades relativas à racionalização de procedimentos, aos sistemas e métodos administrativos, bem como apoiar o desenvolvimento e a execução dos processos de melhoria contínua da gestão no âmbito da Secretaria de Saúde; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor de Bem-Estar Animal	Dirigir, planejar, organizar e controlar, no âmbito municipal, as políticas, as diretrizes e as ações de bem-estar animal; Gerir e acompanhar as atividades de controle de animais domésticos e demais populações animais, para prevenção e redução de zoonoses, incômodos ou agravos à população; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor da Vigilância Sanitária	Gerir os procedimentos de fiscalização sanitária, urbanas e rural, respeitadas, no que couber, a competência da Secretaria da Saúde do Governo do Estado; Exercer a fiscalização de vigilância sanitária, no âmbito do município, promovendo autuação e notificações das infrações constatadas, em cumprimento à legislação de vigilância sanitária vigente; Promover campanhas de higiene pública; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor de Análise de Projetos	Planejar, controlar e promover a análise de projetos hidro sanitários e de habite-se sanitário, no âmbito municipal; Dirigir e acompanhar a fiscalização de obras para verificar o cumprimento das normas sanitárias; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor de Serviço de Média Complexidade em Saúde	Dirigir as ações e atividades administrativas concernentes a serviço de média complexidade em saúde. Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Diretor de Policlínica	Administrar todas as ações e atividades pertinentes à respectiva policlínica que estiver sob seu comando; Implementar na íntegra todos os processos e melhorias propostas pela Secretaria de Saúde; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Gerente de Unidade Básica de Saúde	Gerenciar todas as ações e atividades pertinentes à respectiva unidade básica de saúde que estiver sob seu comando; Implementar na íntegra todos os processos e melhorias propostas pela Secretaria de Saúde; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Compras	Supervisionar todas as ações e atividades atinentes à contratação de bens e serviços no âmbito do respectivo órgão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Pessoal	Supervisionar, promover, planejar e controlar as atividades de seleção, remuneração, qualificação, acompanhamento e controle, assim como as atividades relativas à preservação da saúde e segurança dos profissionais que atuam em todos os espaços de trabalho relacionados à Secretaria da Saúde; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Manutenção	Planejar, organizar e executar a manutenção de equipamentos e predial das Unidades de Saúde e demais instalações da Secretaria de Saúde; Auxiliar a Gerência de Compras na descrição e quantitativo dos itens necessários para proceder a manutenção preventiva e corretiva no âmbito da Secretaria de Saúde; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Logística e Frota	Supervisionar, programar, organizar, orientar, fiscalizar e executar as atividades relativas à utilização da frota de veículos sob a responsabilidade da respectiva Secretaria; Supervisionar a manutenção e controle da frota, incluindo a quilometragem, o consumo de combustíveis, lubrificantes e pneus; Preparar e instruir processos de aquisição, reparos e alienação de veículos, bem como acompanhar orçamentos e vistorias em viaturas acidentadas; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Saúde Mental	Supervisionar todas as ações e atividades da rede municipal de saúde mental; Estabelecer equipes de referência em saúde mental para as Equipes de Saúde da Família; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Comunicação	Supervisionar, planejar, coordenar, orientar e controlar as atividades de comunicação social no âmbito da Secretaria de Saúde; Supervisionar a criação de instrumentos de informação das ações da Secretaria de Saúde dirigidos ao público interno; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Supervisor de Monitoramento e Avaliação da Gestão	Supervisionar a elaboração e divulgação de estudos e análises para monitoramento do quadro epidemiológico e avaliação do impacto das políticas e programas de saúde; Supervisionar a normatização e execução dos sistemas de estatísticas para a gestão; Supervisionar a implementação de todos os acordos de PPI (Programação Pactuada e Integrada); Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Tecnologia da Informação	Coordenar, planejar, organizar, fiscalizar e executar as atividades relativas aos sistemas de tecnologia e infraestrutura da informação inerentes ao órgão; Organizar, processar e disseminar as informações através de planejamento, integração, desenvolvimento, suporte e operação de sistemas e recursos tecnológicos de informática; Coordenar a definição dos padrões para a captação, o processamento e a transferência de informações em saúde, visando à integração das bases de dados e dos sistemas desenvolvidos e implantados no âmbito do SUS; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Contratos	Coordenar e acompanhar a execução de todos os contratos e procedimentos de compra atinentes a bens e serviços relacionados aos interesses da Secretaria da Saúde; Providenciar os preparativos para processos licitatórios atinentes ao órgão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Assistência Farmacêutica	Coordenar os mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação das ações de Assistência Farmacêutica no município; Controlar e supervisionar as farmácias das unidades de saúde, planejando as compras de medicamentos para o seu respectivo abastecimento; Participar na comissão de avaliação de processos judiciais da Secretaria, da avaliação técnica, solicitação de compras e entrega do medicamento; Coordenar o acesso a medicamentos da REMUME (Relação Municipal de Medicamentos) e de programas de saúde do Ministério da Saúde, articulando com as demais esferas de governo; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Bem-Estar Animal	Coordenar as atividades atinentes às políticas, às diretrizes e às ações de bem-estar animal; Auxiliar ao Diretor de Bem-Estar Animal na supervisão e na coordenação das atividades da respectiva diretoria; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Secretário da Educação	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Secretaria, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Secretário Adjunto da Educação	Auxiliar o Secretário titular do órgão no desempenho das suas funções, substituindo-o no caso de sua ausência; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Diretor-Geral Administrativo, Financeiro e Operacional	Gerenciar os atos e ações de cunho administrativo, financeiro e operacional da respectiva Secretaria; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor-Geral de Ensino	Gerenciar o sistema educacional da Rede Municipal de Ensino; Gerir os procedimentos que propiciem a formação continuada dos profissionais do magistério municipal; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Nutrição	Supervisionar o serviço de dispensação de merenda escolar; Supervisionar e especificar os produtos, a composição e demais ações necessárias à compra, distribuição e consumo da merenda escolar; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Planejamento Financeiro	Supervisionar as ações de planejamento financeiro referente à Rede Municipal de Ensino; Supervisionar e acompanhar a aplicação dos recursos financeiros atinente aos serviços públicos pela Secretaria; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Pessoal	Supervisionar os procedimentos de nomeação, posse, admissões temporárias, exoneração e dispensa de servidores; Supervisionar o controle de frequência dos servidores da Secretaria; Supervisionar o encaminhamento dos dados mensalmente exigidos pelo órgão de recursos humanos para confecção da folha de pagamento; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Tecnologia da Informação	Supervisionar, planejar, organizar, fiscalizar e executar as atividades relativas aos sistemas de tecnologia e infraestrutura da informação da Rede Municipal de Ensino; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Educação de Jovens e Adultos	Supervisionar, assessorar e orientar o atendimento à Educação de Jovens e Adultos, com características e modalidades de acesso ao ensino; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Supervisor do Ensino Fundamental	Supervisionar, assessorar e orientar o atendimento ao ensino fundamental, visando a melhoria do ensino e o atendimento obrigatório e gratuito; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor da Educação Infantil	Supervisionar, assessorar e orientar o atendimento à Educação Infantil, visando a melhoria e o atendimento obrigatório e gratuito; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor da Educação Especial e Filantrópicas	Supervisionar, assessorar, orientar e acompanhar o atendimento educacional especializado; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Projetos e Convênios Federais	Supervisionar e assessorar convênios e programas federais destinados à complementação, ampliação e aplicação dos recursos federais; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor Administrativo e Pedagógico	Supervisionar, assessorar e coordenar a organização, elaboração e ações relativas aos cargos, funções, carreiras e remunerações dos profissionais do magistério; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Patrimônio	Coordenar o controle e distribuição de materiais, suprimentos, móveis e utensílios junto aos órgãos que integram a Secretaria; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Manutenção	Realizar o planejamento das manutenções, coordenar e acompanhar a equipe técnica e os serviços de reformas e manutenções; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Convênios Municipais	Coordenar, orientar e acompanhar a elaboração e execução dos convênios destinados à complementação, ampliação e melhoria do ensino; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Almoxarifado	Coordenar o controle e conferência de expedição de materiais, estocagem, reposição e prazos de distribuição; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Transporte Escolar	Coordenar e acompanhar o funcionamento do transporte escolar; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

SECRETARIA DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Secretaria, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Secretário Adjunto de Urbanismo e Serviços Públicos	Auxiliar o Secretário titular do órgão no desempenho das suas funções, substituindo-o no caso de sua ausência; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Assessor Técnico em Engenharia	Prestar assessoramento técnico atinentes à área de Engenharia em todos os procedimentos e manifestações de interesse da Secretaria. Executar outras atividades que lhe forem designadas.
Diretor de Normas e Fiscalização	Gerir a análise dos processos de concessão de "Habite-se", Viabilidade de loteamentos e viabilidade de construções, manifestando-se mediante parecer; Gerenciar a análise de requerimentos sobre licenças e alvarás para construção, reformas e benfeitorias, bem como as concessões e permissões públicas; Dirigir o serviço público de fiscalização e acompanhamento, incluindo os atos de embargo administrativo e emissão autos de notificação e infração de todos os serviços vinculados à Secretaria, no que se refere à execução dos projetos e obras aprovados; Fiscalizar e aplicar sanções, objetivando o cumprimento das atividades que, conforme a legislação municipal, não estejam incluídas na competência de outros órgãos da Administração; Gerir os estudos e projetos para o aprimoramento e atualização da legislação urbanística municipal, incluindo as revisões do Plano Diretor e de outros instrumentos urbanísticos; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Cemitérios	Supervisionar os serviços prestados junto aos cemitérios públicos municipais, bem como a fiscalização dos cemitérios não públicos e das atividades funerárias; Supervisionar os serviços prestados ao município pelas empresas terceirizadas; Supervisionar a análise dos processos de aforamento perpétuo; Acompanhar e verificar todos os atos inerentes ao sepultamento; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Normas e Legislação Urbana	Supervisionar a análise de processos e emissão de pareceres referentes aos requerimentos de concessão de alvarás para construção, reformas e benfeitorias; Supervisionar os estudos e projetos para o aprimoramento e atualização da legislação urbanística municipal, incluindo as revisões do Plano Diretor e de outros instrumentos urbanísticos; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Supervisor de Fiscalização de Obras	Supervisionar a fiscalização e acompanhamento de todos os serviços vinculados a esta pasta, no que se refere à execução dos projetos e obras aprovados; Supervisionar os atos de embargo e emissão dos autos de infração de todos os serviços vinculados a esta secretaria, que se encontrem em desacordo com a legislação pertinente; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Fiscalização de Posturas	Supervisionar e orientar as atividades atinentes ao Código de Posturas e as atividades realizadas pelos Agentes de Fiscalização de Posturas, assim como as demandas afins produzidas pelo órgão de ouvidoria; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Análise Técnica	Analisar e emitir pareceres nos pedidos de funcionamento de atividades econômicas sobre a observância do Plano Diretor; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA CIVIL E TRÂNSITO

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Secretário de Segurança, Defesa Civil e Trânsito	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Secretaria, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Secretário Adjunto de Segurança, Defesa Civil e Trânsito	Auxiliar o Secretário titular do órgão no desempenho das suas funções, substituindo-o no caso de sua ausência; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Consultor-Geral de Segurança	Analisar as demandas do Município em campo pertinentes à área de segurança identificando-as; Traçar as estratégias mais adequadas às situações observadas, para atuação em conjunto com as forças de segurança atuantes no Município; Apoiar o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M) em suas ações; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor-Geral de Trânsito e Transportes	Dirigir as ações pertinentes ao planejamento, controle, fiscalização e gestão municipal de trânsito e transportes; Realizar os atos inerentes à autoridade municipal de trânsito, previstos no Código de Trânsito Brasileiro; Fiscalizar e orientar as atividades da JARI, bem como analisar as defesas de infrações de trânsito; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Assessor Técnico em Engenharia de Trânsito	Assessorar os gestores públicos municipais no que concerne aos estudos, ações e planejamento da gestão municipal do trânsito; Assessorar na fiscalização e medição de contratos referentes aos serviços afeto ao trânsito e transportes; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Comandante da Guarda Municipal	Gerenciar as atividades da Guarda Municipal e de seus integrantes; Definir as estratégias de atuação da Guarda Municipal, com a apresentação de plano de trabalho; Representar a Guarda Municipal, articular e interagir com todos os órgãos da administração direta e indireta; Participar do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M) e apoiá-lo em suas ações; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor Administrativo e Financeiro	Gerir atividades e ações de cunho administrativo e financeiro da respectiva Secretaria; Administrar o controle de frequência dos servidores; Gerenciar os serviços de recepção, telefonia e serviços gerais internos do órgão; Gerir o controle e o arquivamento dos expedientes, correspondências, protocolos e processos com trâmite no respectivo órgão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor do PROCON	Gerenciar todas as ações que envolvam a proteção e a defesa dos direitos do consumidor; Promover ações de educação à comunidade, para desenvolver a consciência de um consumo saudável, com melhoria na qualidade de vida; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor da Defesa Civil e Áreas Verdes	Gerenciar o órgão municipal de defesa civil, fazendo cumprir todas as responsabilidades previstas na legislação; Gerir e manter atualizado o plano de contingência do Município; Dirigir as ações de defesa e proteção das áreas verdes e/ou institucionais pertencentes ao Município; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Trânsito	Supervisionar e auxiliar as atividades pertinentes ao planejamento, controle, fiscalização e gestão municipal de trânsito; Supervisionar a realização de estudos e levantamentos de campo, objetivando o aprimoramento do sistema de sinalização de trânsito; Supervisionar o atendimento ao público nos assuntos relativos à gestão municipal do trânsito; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Supervisor de Transportes	Supervisionar e auxiliar as atividades pertinentes ao planejamento, controle, fiscalização e gestão municipal de transportes; Auxiliar a Diretoria-Geral de Trânsito e Transportes nas atividades vinculadas à área de transporte; Supervisionar as atividades realizadas pelos Agentes de Fiscalização de Transportes; Supervisionar o atendimento ao público de matérias afetas aos serviços de transporte; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Prevenção	Supervisionar, in loco, as áreas verdes e/ou institucionais do Município (praças, jardins públicos, parques urbanos, canteiros centrais das avenidas, trevos e rotatórias em vias públicas, entre outros); Supervisionar a realização em campo de levantamentos das áreas públicas degradadas, tomando as providências legais, se necessárias, para impedir a continuidade dos atos de degradação das áreas verdes e/ou institucionais municipais, buscando a sua recuperação; Supervisionar o atendimento ao público no que toca as ações de prevenção de áreas verdes e/ou institucionais; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Secretário de Assistência Social	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Secretaria, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Secretário Adjunto de Assistência Social	Auxiliar o Secretário titular do órgão no desempenho das suas funções, substituindo-o no caso de sua ausência; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Diretor Administrativo, Financeiro e Operacional	Dirigir os processos contábeis, financeiros, licitatórios e gestão de recursos humanos; Gerenciar a gestão financeira da respectiva Secretaria e dos fundos municipais a ela vinculados; Exercer a supervisão dos processos de termo de fomento e/ou cooperação; Gerir e controlar as ações operacionais, tais como transportes, compras, almoxarifado e patrimônio; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Diretor de Proteção Social Básica	Gerir e planejar ações, serviços e programas estabelecidos na política de assistência social, no que concerne à Proteção Social Básica. Dirigir ações destinadas ao acompanhamento e monitoramento da rede de serviços governamental e não governamental; Administrar e propor ações estratégicas para fortalecer o Cadastro Único como ferramenta de gestão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor de Proteção Social Especial	Dirigir os serviços, programas e ações de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade; Gerenciar ações atinentes a acompanhar, fortalecer e monitorar a rede governamental e não governamental para garantir a eficiência da prestação dos serviços; Auxiliar o processo de diagnóstico de demanda e vigilância socioassistencial; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor Operacional do Centro de Atenção à Terceira Idade	Supervisionar as ações administrativas e operacionais do Centro de Atenção à Terceira Idade (CATI); Supervisionar os recursos humanos e as atividades relacionadas à manutenção e reparos das edificações que compõem o CATI; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Serviços Socioassistenciais	Supervisionar os serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial executados de forma descentralizada; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Supervisionar e monitorar as ações técnicas, administrativas e operacionais do Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Acolhimento Institucional	Supervisionar técnica e administrativamente os processos de trabalho no Serviço de Acolhimento Institucional; Orientar as intervenções, objetivando a integração entre cuidadores, monitores e equipe técnica e ações articuladas junto ao Ministério Público e/ou Poder Judiciário; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Gestão de Financeira e Parcerias	Coordenar atividades atinentes à gestão financeira de interesse da respectiva Secretaria; Coordenar as ações e atividades atinentes à gestão administrativa e financeira de parcerias de interesse da respectiva Secretaria; Coordenar os processos de prestação de contas no âmbito da respectiva Secretaria; Coordenar ações de orientação das entidades socioassistenciais não-governamentais quanto à aplicação dos recursos, bem como aos procedimentos de prestações de contas; Coordenar a elaboração de relatórios, pareceres e/ou recomendações atinentes à sua competência. Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Programas Sociais	Coordenar os programas, projetos e ações de gestão atinentes à Proteção Social Básica e/ou à Proteção Social Especial; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

CARGO	ATRIBUIÇÕES
-------	-------------

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Secretaria, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico e Inovação	Auxiliar o Secretário titular do órgão no desempenho das suas funções, substituindo-o no caso de sua ausência; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Assessor Técnico em Desenvolvimento Econômico	Assessorar os seus superiores quanto aos atos inerentes à política de desenvolvimento econômico e inovação a ser desempenhada pela respectiva Secretaria; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor de Atividades Econômicas	Dirigir, planejar, programar e organizar as atividades desenvolvidas pelo parque de indústrias, comércio e serviços; Gerenciar a elaboração de estudos de alternativas de novos investimentos e/ou empreendimentos; Gerir a realização de estudos de ocupação das áreas industriais existentes e de viabilização de novas áreas industriais; Gerenciar as ações atinentes aos aspectos de desenvolvimento econômico e de inovação no âmbito da política municipal de agricultura, pecuária, maricultura e pesca; Gerir a elaboração de estudos e projetos, visando o constante desenvolvimento das atividades econômicas; Desenvolver ações destinada ao fomento da pesquisa e da implantação de novas tecnologias e inovações; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Trabalho e Renda	Supervisionar a implementação de uma política de desenvolvimento econômico voltada para a valorização do emprego e da renda, objetivando a adoção de ações de incentivo à ampliação de vagas no mercado de trabalho e à geração de novos empregos, o fomento ao treinamento, à qualificação e à requalificação profissional e, ainda, outras medidas de estímulo socioeconômico; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Análise Econômica	Supervisionar e analisar o impacto do desenvolvimento econômico e da geração de trabalho e renda dos pedidos de funcionamento de atividades econômicas, bem como das concessões e permissões públicas; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Secretário de Infraestrutura	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Secretaria, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Secretário Adjunto de Infraestrutura	Auxiliar o Secretário titular do órgão no desempenho das suas funções, substituindo-o no caso de sua ausência; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Diretor-Geral de Projetos	Gerir todos os atos e ações inerentes ao planejamento, à elaboração, à execução e à fiscalização de obras públicas municipais; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor Administrativo	Gerir as atividades e ações de cunho administrativo da respectiva Secretaria; Administrar o controle de frequência dos servidores; Gerenciar os serviços de recepção, telefonia e serviços gerais internos do órgão ou Secretaria; Gerir o controle e a elaboração dos expedientes, correspondências, protocolos e processos com trâmite no respectivo órgão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor Operacional	Gerir as atividades e ações de cunho operacional da respectiva Secretaria; Dirigir e planejar as ações e as atividades de manutenção e conservação do sistema viário do Município; Analisar os contratos de serviços e aditivos referentes à sua área de competência, manifestando-se quando necessário; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor Operacional	Supervisionar as atividades e ações de cunho operacional da respectiva Secretaria; Supervisionar, coordenar e planejar as atividades de manutenção e conservação do sistema viário do Município; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Manutenção e Transportes	Supervisionar os serviços administrativos inerentes as atividades de controle de frota, manutenção veicular e predial; Auxiliar a direção superior e demais órgãos da Secretaria em assuntos de sua competência; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Limpeza e Lixo	Supervisionar as atividades e ações inerentes ao serviço público de limpeza dos espaços públicos, de acordo com as diretrizes e estratégias definidas pela sua chefia; Supervisionar e fiscalizar o serviço de coleta de resíduos sólidos e sua destinação final; Manter o registro dos serviços executados, emitindo respectivos relatórios; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Supervisor de Elaboração de Projetos e Programas	Supervisionar as atividades e ações referentes à elaboração de projetos e programas de infraestrutura viária e demais obras atinentes à área de interesse da Secretaria; Elaborar e encaminhar relatórios atinentes à sua área de atuação; Auxiliar a fiscalizar os programas e convênios atinentes à sua área de atuação; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Execução de Projetos e Programas	Supervisionar, coordenar e acompanhar as atividades e ações referentes à execução de projetos e programas de infraestrutura viária e demais obras atinentes à área de interesse da Secretaria; Elaborar e encaminhar relatórios atinentes à sua área de atuação; Supervisionar a execução e coordenação dos programas e convênios atinentes à sua área de atuação; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Acompanhamento de Obras Públicas	Supervisionar as atividades e ações referentes à execução e ao acompanhamento de obras públicas de infraestrutura de interesse da Secretaria; Elaborar e encaminhar relatórios atinentes à sua área de atuação; Fiscalizar os programas e convênios atinentes à sua área de atuação; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Análise e Parecer	Supervisionar a análise de processos administrativos, projetos e programas de infraestrutura em tramitação no âmbito da respectiva Secretaria, respeitando as normas técnicas; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Fiscalização Urbana	Supervisionar a fiscalização e o atendimento às reclamações referentes às necessidades do sistema viário municipais e de drenagem pluvial municipais, bem como dos demais equipamentos públicos; Elaborar e encaminhar relatórios atinentes à sua área de atuação; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Presidente da São José Previdência	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva autarquia, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Diretor-Geral Administrativo, Financeiro e Operacional	Gerir todas as atividades e ações de cunho administrativo, financeiro e operacional da respectiva autarquia; Controlar os atos de gestão orçamentária, de planejamento financeiro e de execução contábil; Administrar os recursos humanos e os serviços em geral atinentes à referida autarquia; Gerenciar os atos referentes ao pagamento mensal dos benefícios previdenciários, bem como ao cadastro de segurados ativos, inativos, dependentes e pensionistas; Controlar a execução dos planos de benefícios previdenciários e do respectivo plano de custeio atuarial, fornecendo as informações necessárias para proceder anualmente a avaliação atuarial; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador Financeiro	Coordenar atos de gestão orçamentária e de planejamento financeiro; Coordenar as atividades de recebimento e pagamento, bem como as relacionadas ao fluxo de caixa da entidade; Coordenar e supervisionar os assuntos relativos à área contábil; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador Administrativo	Coordenar os recursos humanos e os serviços em geral; Coordenar as atividades pertinentes à análise preliminar de processos administrativos submetidos à apreciação da autarquia. Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Superintendente da Fundação Educacional de São José	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Fundação, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Reitor do Centro Universitário Municipal	Coordenar, integrar, acompanhar e avaliar todas as atividades do Conselho Universitário Municipal; Submeter ao Conselho Universitário e à respectiva Fundação Educacional de São José, a prestação de contas anual do Centro Universitário Municipal, bem como a proposta orçamentária anual; Responder por todas as atividades de cunho acadêmico e administrativo, desenvolvidas em todos os setores do Conselho Universitário Municipal, ressalvados os atos e ações de natureza financeira; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas pela Fundação Educacional.

Vice-Reitor Acadêmico e Administrativo	Promover a integração das atividades acadêmicas de ensino de graduação, pós-graduação, de pesquisa, de atualização e de extensão, coordenando-as e supervisionando-as; Articular-se com o Reitor, para as decisões de assuntos de caráter pedagógico, administrativo e financeiro; Substituir o Reitor, nas suas ausências e impedimentos; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Assessor Técnico de Graduação	Assessorar, planejar, executar e controlar as atividades acadêmicas de graduação do Centro Universitário Municipal; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Assessor Técnico em Planejamento Institucional	Prestar assessoramento com relação à formulação de diretrizes e metas para o desenvolvimento da instituição; Assessorar tecnicamente no planejamento de ações educacionais e institucionais, no âmbito da Fundação e das entidades mantidas; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Assessor Técnico de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão	Assessorar, planejar, executar e controlar as atividades relativas à pesquisa, pós-graduação, cultura e extensão do Centro Universitário; Formular políticas que visem a implementação e o incremento de atividades relativas à pesquisa, pós-graduação, cultura e extensão do Centro Universitário; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Assessor Técnico em Regulação de Ensino Superior	Assessorar a Reitoria e a Vice-Reitoria quanto aos documentos institucionais relacionados aos processos de avaliação requisitados pelo Conselho Estadual de Educação e/ou Ministério da Educação; Analisar as demandas relativas ao cumprimento das exigências do MEC e do CEE, com vistas à previsão e cumprimento de prazos; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor Administrativo e Financeiro	Dirigir as ações e atividades de cunho administrativo e financeiro da Fundação e das entidades mantidas; Administrar, planejar, organizar, orientar, coordenar e controlar as atividades relativas à administração financeira, contábil, orçamentária, patrimonial e de pessoal da Fundação e das entidades mantidas; Gerenciar a elaboração de proposta orçamentária e o plano anual de atividades; Gerenciar as contas bancárias da Fundação em conjunto com o Superintendente; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor Administrativo	Supervisionar, planejar e orientar as atividades administrativas da Fundação e das entidades mantidas, observando a política de gestão administrativa, bem como as normas e diretrizes estabelecidas; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Gestão de Pessoas	Supervisionar, promover, planejar e controlar as atividades de seleção, avaliação de desempenho, remuneração, capacitação, qualificação, acompanhamento e controle, assim como as atividades relativas à preservação da saúde e segurança no ambiente do trabalho dos servidores docentes e técnico-administrativos da Fundação e suas mantidas; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Gestão de Patrimônio, Material e Serviços Gerais	Supervisionar a distribuição dos insumos e materiais, o patrimônio e os serviços gerais do Centro Universitário Municipal, nos termos da legislação específica, com a finalidade de dotar a instituição com a infraestrutura e a segurança necessárias para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Tecnologia da Informação	Coordenar, planejar, organizar, fiscalizar e executar as atividades relativas aos sistemas de tecnologia e infraestrutura da informação da Fundação e de suas entidades mantidas; Organizar, processar e disseminar as informações através de planejamento, integração, desenvolvimento, suporte e operação de sistemas e recursos tecnológicos de informática; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Eventos	Coordenar e executar atos relativos a eventos necessários à consecução dos objetivos da Fundação e das entidades mantidas; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador da Secretaria Acadêmica	Coordenar e organizar os serviços da secretaria acadêmica, concentrando nela a escrituração do estabelecimento referente ao corpo discente, a qual deverá ser mantida rigorosamente atualizada e conferida; Coordenar a expedir diplomas, certificados e títulos honoríficos; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Superintendente da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Fundação, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.

Diretor Administrativo e Financeiro	Dirigir as ações e atividades de cunho administrativo e financeiro da Fundação; Administrar, planejar, organizar, orientar, coordenar e controlar as atividades relativas à administração financeira, contábil, orçamentária, patrimonial e de pessoal da Fundação; Gerenciar a elaboração de proposta orçamentária e o plano anual de atividades; Gerenciar as contas bancárias da Fundação em conjunto com o Superintendente; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor de Unidades de Conservação	Gerir a implantação e efetuar a administração das Unidades de Conservação Ambiental pertencentes ao Município e/ou à Fundação do Meio Ambiente, subordinando-se aos atos e determinações do Superintendente da Fundação; Exercer a administração do Jardim Botânico Municipal de São José e de outras unidades semelhantes que vierem a ser instituídas, subordinando-se aos atos e determinações do Superintendente da Fundação. Gerenciar ações concernentes ao planejamento, programação e organização de atividades relacionadas ao controle e proteção ambiental, à visitação nas Unidades de Conservação; Promover atividades de pesquisa nas Unidades de Conservação, definindo normas e critérios de sua utilização para estudos técnicos e científicos; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor Operacional	Dirigir as ações pertinentes ao licenciamento ambiental no âmbito da Fundação; Gerir, planejar, programar e organizar as atividades relacionadas a fiscalização ambiental no território municipal; Gerenciar a elaboração do Plano Anual de Atividades em conjunto com os demais órgãos da Fundação; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Geografia	Supervisionar a realização de avaliação, pareceres e laudos técnicos de licenciamento ambiental no âmbito de sua área de conhecimento/formação; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Biologia	Supervisionar a realização de avaliação, pareceres e laudos técnicos de licenciamento ambiental no âmbito da Biologia e áreas afins; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Engenharia Sanitária	Supervisionar a realização de avaliação, pareceres e laudos técnicos de licenciamento ambiental no âmbito da Engenharia Sanitária e áreas afins; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Química	Supervisionar a realização de avaliação, pareceres e laudos técnicos de licenciamento ambiental no âmbito da Química e áreas afins; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Geologia	Supervisionar a realização de avaliação, pareceres e laudos técnicos de licenciamento ambiental no âmbito da Geologia e áreas afins; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Engenharia Ambiental	Supervisionar a realização de avaliação, pareceres e laudos técnicos de licenciamento ambiental no âmbito da Engenharia Ambiental e áreas afins; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Educação Ambiental	Supervisionar as ações e atividades atinentes a controle, educação, estudos, planos, projetos, pesquisas e licenciamento ambiental; Colaborar na elaboração de plano para difusão da Educação Ambiental, coordenando sua aplicabilidade no município; Auxiliar na organização de palestras, cursos, treinamentos, campanhas voltadas à Educação Ambiental; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor de Unidade de Conservação	Supervisionar das ações e atividades desenvolvidas no Parque dos Sabiás e/ou no Jardim Botânico Municipal, auxiliando diretamente na administração destas unidades de conservação; Supervisionar, planejar, programar e coordenar as atividades relacionadas à arborização de praças e espaços públicos; Supervisionar a atualização do cadastro de todas as áreas verdes e vias públicas arborizadas no Município; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

FUNDAÇÃO DE ESPORTES E LAZER

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Superintendente da Fundação de Esportes e Lazer	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Fundação, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Diretor Administrativo e Financeiro	Gerir atividades e ações de cunho administrativo e financeiro do respectiva Fundação; Administrar o controle de frequência dos servidores; Gerenciar os serviços de recepção, telefonia e serviços gerais internos do Fundação; Gerir o controle e a elaboração dos expedientes, correspondências, protocolos e processos com trâmite no respectivo órgão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Diretor de Desportos	Gerir as ações destinadas ao desenvolvimento das práticas desportivas para toda a população, como direito de todos; Implementar ações que estimulem o acesso de crianças, jovens e portadores de necessidades especiais à prática desportiva; Dirigir ações que desenvolvam os talentos desportivos, dando evidência ao Município de São José em competições; Gerenciar ações de destaque ao desporto profissional do amador; Gerenciar a promoção do lazer à população; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Supervisor do Centro de Esportes e Artes Unificadas	Supervisionar todas as ações e atividades referentes à gestão do Centro de Esportes e Artes Unificadas; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Contratos e Convênios	Coordenar a elaboração de convênios, acordos ou contratos com entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, que tenham por finalidade a melhoria do esporte e do lazer; Planejar e acompanhar a execução de contratos e convênios firmados junto à Fundação; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Ginásio	Coordenar as ações de gestão, manutenção e controle dos ginásios municipais. Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Desporto Escolar	Coordenar a prática desportiva entre os jovens e crianças; Coordenar as competições desportivas escolares regionais e locais; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Eventos	Coordenar eventos esportivos, sociais e de juventude; Promover e coordenar o lazer junto à população; Coordenar ações que desenvolvam os talentos desportivos, dando evidência ao Município de São José em competições; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Superintendente da Fundação de Cultura e Turismo	Exercer as funções inerentes ao gerenciamento e gestão da respectiva Fundação, objetivando o cumprimento de todas as atribuições e responsabilidades do respectivo órgão; Executar atribuições decorrentes de outras leis ou que lhe forem designadas.
Diretor Administrativo e Financeiro	Gerir atividades e ações de cunho administrativo e financeiro no âmbito da respectiva Fundação; Administrar os recursos do Fundo Cultural de São José, em consonância com legislação específica em vigor, de modo a viabilizar as ações planejadas; Administrar os recursos financeiros e o registro dos atos e fatos da Administração; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor de Cultura	Dirigir as ações pertinentes que objetivem o incentivo, o fomento e a preservação das manifestações culturais das diversas etnias que compõem o Município; Gerenciar as ações destinadas à proteção, à manutenção e à restauração do patrimônio histórico municipal; Administrar o arquivo histórico municipal; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Diretor de Turismo	Dirigir ações destinadas a estimular a criação de conglomerados turísticos e incentivar o turismo de eventos de negócios, cultural, de aventura e esportivo; Promover a realização de estudos e a participação em projetos para o desenvolvimento turístico, econômico e social do município; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador Administrativo	Coordenar e controlar as atividades e ações de cunho administrativo da respectiva Fundação; Administrar o controle de frequência dos servidores; Coordenar os serviços de recepção, telefonia e serviços gerais internos da respectiva Fundação; Coordenar recebimento, expedição, controle e elaboração de todos os expedientes, correspondências, protocolos e processos com trâmite na Fundação; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador de Turismo	Coordenar a criação de conglomerados turísticos e atividades de turismo de eventos de negócios, cultural, de aventura e esportivo; Coordenar estudos e participar dos projetos para o desenvolvimento turístico, econômico e social do município; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador da Escola de Oleiros	Exercer a coordenação de todas as ações e atividades desenvolvidas junto à Escola de Oleiros; Coordenar a realização de cursos, visando manter vivas as técnicas de olaria; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Coordenador do Patrimônio Cultural	Coordenar e zelar pelo uso e conservação e manter viva todas as manifestações culturais das diversas etnias que compõem o município; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Coordenador de Tombamento e Arquivo Histórico	Coordenar e manter atualizado o arquivo histórico municipal; Coordenar as ações destinadas à proteção, à manutenção e à restauração do patrimônio histórico municipal, bem como atividades específicas referentes ao tombamento artístico, cultural, histórico e paisagístico; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
CARGOS COMUNS A VÁRIAS SECRETARIAS E ENTIDADES	
CARGO	ATRIBUIÇÕES
Assessor Administrativo VII	Assessorar as autoridades superiores na tomada de decisões, como também no planejamento de ações correlatas ao respectivo órgão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Assessor Administrativo VI	Assessorar na supervisão e na análise de processos e ações de maior complexidade, correlatas ao respectivo órgão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Assessor Administrativo V	Assessorar na coordenação da condução de tarefas de média complexidade, correlatas ao respectivo órgão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Assessor Administrativo IV	Assessorar no acompanhamento e no atendimento ao público interno e/ou externo, averiguando as condições para a execução de tarefas correlatas ao respectivo órgão; Assessorar na elaboração de correspondências, protocolos e processos expedidos pelo órgão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Assessor Administrativo III	Orientar e subsidiar a execução de tarefas correlatas ao respectivo órgão; Assessorar no controle de recebimento e expedição de documentos atinentes ao órgão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Assessor Administrativo II	Assessorar, apoiar e atuar como facilitador, contribuindo na execução de tarefas correlatas ao respectivo órgão; Prestar assessoramento no atendimento ao público interno e/ou externo, junto ao respectivo órgão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Assessor Administrativo I	Assessorar e auxiliar na execução de tarefas de menor complexidade, correlatas ao respectivo órgão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Assessor Técnico Contábil	Prestar assessoramento técnico na área contábil no âmbito de atuação do órgão que estiver vinculado, inclusive no que concerne a fundos e fundações municipais; Assessorar a elaboração de balancetes mensais, demonstrativos e balanço anual, relatórios contábeis; Assessorar a realização de registros e controles contábeis; Assessorar as ações de planejamento e execução orçamentária pertinentes ao respectivo órgão; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.
Assessor Técnico Jurídico	Prestar assessoramento e consultoria de natureza jurídica no âmbito de atuação do órgão que estiver vinculado; Assessorar os dirigentes do respectivo órgão, por meio da elaboração de expedientes, manifestações e pareceres de natureza jurídica referente aos processos e procedimentos em tramitação; Assessorar a elaboração de propostas de alteração de atos normativos que integram o ordenamento jurídico vigente; Executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

RESOLUÇÃO Nº 02/2017/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 02/2017/CMAS

APROVA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ BIÊNIO 2016-2018.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.472/93 e Lei Municipal nº. 4.308/2005 e conforme aprovado na Reunião Plenária Ordinária de 20 de abril de 2017;

Considerando o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; Art. 26 - Aos membros do CMAS incumbe: II- Propor a criação de Comissões ou Grupos de Trabalhos, bem como indicar nomes para as mesmas;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar composição da Comissão de Políticas de Assistência Social do Conselho Municipal de Assistência Social conforme segue:

Conselheiros Governamentais: Conselheiros da Sociedade Civil:

JULIANA ROCHA PIRES MARIA CLOTILDES DANIEL JOAQUIM

HELLEN CRISTINA RIBEIRO SOARES ZÉLIA GUIMARÃES FERREIRA LAURENTINO

MARIA DAS DORES BARRETO MICHALAK MARIA OLINDA DANIEL SILVA

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação;
Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José (SC), 20 de Abril de 2017.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 03/2017/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 03/2017/CMAS

APROVA REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ PARA COMPOR COMISSÃO LOCAL DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José - CMAS/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 4.308/2005;

CONSIDERANDO deliberação da Plenária Ordinária de 20 de abril de 2017, que aprova representante do CMAS/SJ para compor Comissão Local do Plano Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º - Indicar a nomeação do representante Rita de Cássia Faversani Furtado, conselheira do CMAS/SJ para compor Comissão Local do Plano Municipal de Assistência Social. Tendo a referida comissão, como representantes:

Flávia Barreto – representando a Diretoria de Gestão do SUAS;

Iria Locks – representando o Gabinete da Secretária;

Juliana Rocha Pires – representando a Proteção Social Básica;

Tábata Gomes Panozzo – representando a Proteção Social Especial de Média Complexidade;

Tamara Liana Dutra Querino – representando a Proteção Social Especial de Alta Complexidade;

Rita de Cássia Faversani Furtado - representando o Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José (SC), 20 de abril de 2017.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 04/2017/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 04/2017/CMAS

APROVA PAGAMENTO DE DIÁRIA PARA CAPACITAÇÃO COM RECURSOS DO IGD – PERCENTUAL DESTINADO AO CONSELHO.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José - CMAS/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 4.308/2005 e conforme aprovado na Reunião Plenária Ordinária de 20 de abril de 2017;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH-SUAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2006;

CONSIDERANDO deliberação da Plenária Ordinária de 20 de abril de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o pagamento de diária para a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de São José no tocante à participação em curso de capacitação com a temática "Introdução ao exercício do controle social do SUAS" realizado pelo CapacitaSUAS através de recursos do IGD – percentual destinado ao Conselho;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José (SC), 20 de abril de 2017.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO
Conselheira Presidente CMAS/SJ

RESOLUÇÃO Nº 05/2017/CMAS

RESOLUÇÃO Nº 05/2017/CMAS

APROVA AS PRESTAÇÕES DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS DO ANO 2015 INTEGRALMENTE E PARCIALMENTE DO ANO 2016.

O Conselho Municipal da Assistência Social de São José - CMAS/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº 8.472/93 e Lei Municipal nº 4.308/2005 e conforme aprovado na Reunião Plenária Ordinária de 20 de abril de 2017;

CONSIDERANDO a Lei 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social em seu artigo 6º que trata das ações na área da Assistência Social;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social e NOB/SUAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004; CONSIDERANDO deliberação da Plenária Ordinária de 20 de abril de 2017, que aprova o parecer da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social integralmente do ano de 2015 e parcialmente do ano de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS do ano de 2015 em sua integralidade;

Art. 2º - Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS do ano de 2016 até o mês de outubro do ano decorrente.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publique-se na forma da Lei.

São José (SC), 20 de abril de 2017.

RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO

Conselheira Presidente CMAS/SJ

TERMO DE CESSÃO PRECÁRIA DE USO Nº 001/2017/GAB

TERMO DE CESSÃO PRECÁRIA DE USO Nº 001/2017/GAB. PARTES: O Município de São José e Ação Social Arquidiocesana - ASA. OBJETO: destinar-se-á exclusivamente para servir de dormitório para os acompanhantes dos pacientes internados do Hospital Regional de São José, Dr. Homero de Miranda Gomes, e no Instituto Catarinense de Cardiologia que se deslocam de outros municípios para São José. PRAZO: vigorará por 90 (noventa) dias, a contar da data de sua assinatura. LOCAL E DATA: São José/SC, 26 de abril de 2017. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont pelo Município de São José e Djalma entidade.

São José do Cedro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 271/2017

PORTARIA Nº 271/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no Art.º 72 e Parágrafo Único do Art.º 72 da Lei Municipal nº 2020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde de familiar à servidora pública municipal Celita Muller Von Borstel, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário, Matrícula 1377, conforme atestado médico apresentado ao Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, e Estudo Social realizado pelo Assistente Social Edson Finger, para zelar pela saúde de seu cônjuge Francisco Von Borstel.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 27 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.654, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 5.654, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 274,96 (duzentos e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.006 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000	147	Aplicações Diretas	R\$ 274,96

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PUBLICO Nº 002, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PUBLICO Nº 002, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal Neldi Kleinpaol, CPF: 789.531.549-87.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 002, de 21 de fevereiro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452K4Z, com registro no patrimônio do Município sob nº 6880, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público.

Data da assinatura: 20 de abril de 2017.

Signatários: Rafael Caleffi - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Neldi Kleinpaol - servidora pública municipal.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PUBLICO Nº 46, DE 22 DE JULHO DE 2010.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PUBLICO Nº 46, DE 22 DE JULHO DE 2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal Lucia Lazzarin Milkevitz, CPF: 182.605.359-04.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 46, de 22 de julho de 2010, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452P24, com registro no patrimônio do Município sob nº 6840, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público.

Data da assinatura: 20 de abril de 2017.

Signatários: Rafael Caleffi - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Lucia Lazzarin Milkevitz - servidora pública municipal.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PUBLICO Nº 56, DE 22 DE JULHO DE 2010.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PUBLICO Nº 56, DE 22 DE JULHO DE 2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal Marta Elziabete Rambo, CPF: 813.583.859-04.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 56, de 22 de julho de 2010, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452S03, com registro no patrimônio do Município sob nº 6809, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público.

Data da assinatura: 20 de abril de 2017.

Signatários: Rafael Caleffi - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marta Elziabete Rambo - servidora pública municipal.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PUBLICO Nº 82, DE 04 DE SETEMBRO DE 2010.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PUBLICO Nº 82, DE 04 DE SETEMBRO DE 2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal Maristel Cristina Feuser, CPF: 729.868.839-15.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 82, de 04 de setembro de 2010, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452N00, com registro no patrimônio do Município sob nº 6806, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público.

Data da assinatura: 20 de abril de 2017.

Signatários: Rafael Caleffi - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maristel Cristina Feuser - servidora pública municipal.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002, DE 25 DE ABRIL DE 2017 - ICSL.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002, DE 25 DE ABRIL DE 2017 - ICSL.

Origem: Lei Municipal nº 2.260, de 23 de dezembro 2015 e no artigo 86, da Lei Orgânica Municipal.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lenir Suzin Allievi, CPF nº 674.305.389-91.

Usuário-Aluno: Eduardo Pedro Allievi Filho, regularmente matriculado na Oficina de Contrabaixo.

Objeto: CONTRABAIXO DOLPHIN, COM REGISTRO NO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO SOB O Nº 13198.

Data da assinatura: 25 de abril de 2017.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de Contrabaixo do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2017.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço e Lenir Suzin Allievi - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003, DE 25 DE ABRIL DE 2017 - ICSL.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003, DE 25 DE ABRIL DE 2017 - ICSL.

Origem: Lei Municipal nº 2.260, de 23 de dezembro 2015 e no artigo 86, da Lei Orgânica Municipal.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Usuário-Aluno: Géssica Tuany de Bona, CPF nº 103.758.169-50, regularmente matriculado na Oficina de VIOLONCELLO.

Objeto: A cedência de uso, ao Usuário-Aluno, do seguinte bem, de propriedade do Cedente: a) Violoncello, com registro no patrimônio do Município sob o número: 01/09; b) Arco; e c) Capa para proteção (case).

Data da assinatura: 25 de abril de 2017.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de VIOLONCELLO do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2017.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço e Géssica Tuany de Bona - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 004, DE 25 DE ABRIL DE 2017 - ICSL.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 004, DE 25 DE ABRIL DE 2017 - ICSL.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Luiz Carlos Josefino, CPF nº 015.004.239-63.

Usuário-Aluno: Clara Maria Josefino, regularmente matriculada na Oficina de Violino.

Objeto: Cedência de uso, ao Usuário-Aluno, do seguinte bem, de propriedade do Cedente: a) Violino, com registro no patrimônio do Município sob o número: 16309; b) Capa para proteção (case).

Data da assinatura: 25 de abril de 2017.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de Violino do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2017.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço e Luiz Carlos Josefino - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

PORTARIA Nº 639, DE 26 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 639, DE 26 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 4.816, de 13 de março 2014,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, o Senhor JOEL CARLOS TREVISOL, aprovado no Concurso Público nº 001/2013, para ocupar no cargo de TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 04 do anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 640, DE 27 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 640, DE 27 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos V e IX, da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 107 da Lei Complementar nº 99, de 03 de Fevereiro de 2009 e Lei Complementar nº 152 de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir, a partir de 01 de maio de 2017, ao servidor municipal MARCIO ALVES RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de Agente de Apoio Operacional, matrícula nº 1769/01, o Adicional de Responsabilidade nível 4 – AR 4, por exercer a Função Técnica de Encarregado de Convênios, com qualificação diferenciada, além das previstas para o exercício do cargo de que é titular”.

Art 1º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 246/2017

PORTARIA nº 246, de 25 de abril de 2017.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 19, II, “a” do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, pelo período de 02 a 17 de maio de 2017, a servidora municipal Daniela Cristina Puerari Esser, ocupante do cargo de Assistente Administrativa e Legislativa, matrícula nº 40, lotada na Câmara de Vereadores, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação específica do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 25 de abril de 2017.

Vereador Agostinho Assis Menegatti
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO 51/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 51/2017

Processo Licitatório nº 68/2017

Inexigibilidade nº 05/2017

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

CONTRATADO: ANA BAUMGRATZ

VALOR: R\$ 2.098,81

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: ANA BAUMGRATZ

São Miguel do Oeste, SC., 26 de abril de 2017

CONTRATO 54/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 54/2017

Processo Licitatório nº 68/2017

Inexigibilidade nº 05/2017

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

CONTRATADO: IRACI BARBIERI LAUERMANN

VALOR: R\$ 2.106,38

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: IRACI BARBIERI LAUERMANN

São Miguel do Oeste, SC., 26 de abril de 2017

CONTRATO 52/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 52/2017

Processo Licitatório nº 68/2017

Inexigibilidade nº 05/2017

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

CONTRATADO: CLAIR PAULO GOSSLER

VALOR: R\$ 2.130,50

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: CLAIR PAULO GOSSLER

São Miguel do Oeste, SC., 26 de abril de 2017

CONTRATO 55/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 55/2017

Processo Licitatório nº 68/2017

Inexigibilidade nº 05/2017

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

CONTRATADO: LEONARDO SUSSEK

VALOR: R\$ 2.068,50

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: LEONARDO SUSSEK

São Miguel do Oeste, SC., 26 de abril de 2017

CONTRATO 53/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 53/2017

Processo Licitatório nº 68/2017

Inexigibilidade nº 05/2017

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

CONTRATADO: COOP DE PROD DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA SMO - COOPAFESMO

VALOR: R\$ 48.971,00

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: GILNEI PAGLIARI

São Miguel do Oeste, SC., 26 de abril de 2017

CONTRATO 56/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 56/2017

Processo Licitatório nº 68/2017

Inexigibilidade nº 05/2017

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

CONTRATADO: MARCIO JOSÉ SANTIN

VALOR: R\$ 2.068,50

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: MARCIO JOSÉ SANTIN

São Miguel do Oeste, SC., 26 de abril de 2017

CONTRATO 57/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 57/2017

Processo Licitatório nº 68/2017

Inexigibilidade nº 05/2017

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

CONTRATADO: TEREZINHA BUZIM

VALOR: R\$ 2.005,54

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: TEREZINHA BUZIM

São Miguel do Oeste, SC., 26 de abril de 2017

CONTRATO 58/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 58/2017

Processo Licitatório nº 68/2017

Inexigibilidade nº 05/2017

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

CONTRATADO: VALDECIR LUIZ SCHMITZ

VALOR: R\$ 2.014,48

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: VALDECIR LUIZ SCHMITZ

São Miguel do Oeste, SC., 26 de abril de 2017

CONTRATO 59/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 59/2017

Processo Licitatório nº 68/2017

Inexigibilidade nº 05/2017

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

CONTRATADO: VICENTE KNOB

VALOR: R\$ 2.047,81

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: VICENTE KNOB

São Miguel do Oeste, SC., 26 de abril de 2017

CONTRATO 60/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 60/2017

Processo Licitatório nº 68/2017

Inexigibilidade nº 05/2017

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar

rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

CONTRATADO: VILSON SCHWARZ

VALOR: R\$ 1.911,50

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: VILSON SCHWARZ

São Miguel do Oeste, SC., 26 de abril de 2017

CONTRATO 61/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 61/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRITA, PEDRISCO E AREIA MEDIA DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PARQUES E PÁTIOS DAS ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: EDASA ATACADO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - EPP

VALOR: R\$ 11.795,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: NELSO LISAKI

São Miguel do Oeste, SC., 27 de abril de 2017

CONTRATO 62/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 62/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRITA, PEDRISCO E AREIA MEDIA DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PARQUES E PÁTIOS DAS ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: JORGENOR ALEXANDRE MAZIERO - ME

VALOR: R\$ 8.400,00

VIGÊNCIA: 31/12/2017

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: JORGENOR ALEXANDRE MAZIERO

São Miguel do Oeste, SC., 27 de abril de 2017

PROCESSO LICITATÓRIO N. 09/2017 - ESPORTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Diretor leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de troféus e medalhas destinados para premiação das competições esportivas a serem realizadas pela Fundação Municipal de Desporto, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 23 de maio de 2017.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2006 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 27 de abril de 2017.

JULIANO MAURICIO SIEBEL

DIRETOR DA FUNDAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 22.2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social através do Secretário de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de formula infantil destinado a distribuição gratuita a benefício eventual para crianças de 0 a 6 meses, conforme lei Municipal nº 7.144/2015 e Decreto nº 8.840/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o anexo I do edital. Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 23 de maio de 2017.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 27 de abril de 2017

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

REVOGAR EDITAL

EDITAL DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Processo Licitatório nº 64/2017

Edital Tomada de Preços nº 07/2017

O Senhor Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando o Memorando que não houve participantes no referido processo licitatório, decido revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste- SC, 27 de abril de 2017.

Alfredo Spier

Secretário Municipal de Administração

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

LEI Nº 1.102, DE 10 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 1.102, DE 10 DE ABRIL DE 2017

"Autoriza o Pagamento de Incentivo Adicional ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde do Programa Estratégia Saúde da Família e dá outras Providências."

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar Pagamento de Incentivo Adicional as Agentes Comunitárias de Saúde do Programa Estratégia Saúde da Família no valor de R\$ 1.014,00 (mil e quatorze reais) deduzindo as contribuições previdenciárias e tributárias.

Parágrafo Único – O abono criado por esta Lei não será incorporado para nenhum efeito legal à remuneração dos servidores.

Art. 2º - O Incentivo Adicional se restringe ao mês de dezembro de 2016 e deve ser proporcional aos meses trabalhados no mesmo exercício, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração superior a 15 (quinze) dias.

Art. 3º - As despesas decorrente desta Lei correrá por conta das dotações do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 11 de abril de 2017.
Ernei José Stähelin
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.103, DE 24 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 1.103, DE 24 DE ABRIL DE 2017

"Dispõe sobre o Parcelamento de Débitos do Município de São Pedro de Alcântara referente ao FGTS no Período que Especifica."

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer, empenhar e parcelar o débito de FGTS oriundo NFGC nº200.016.831 lavrada em 29/10/2012 referente ao período compreendido entre 02/1997 e 03/2007, no valor de R\$749.603,21 (setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e três reais e vinte e um centavos)

Parágrafo Único – O débito do que trata o caput do presente artigo será parcelado em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, acrescidas de juros e correção monetária, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a formalização e assinatura do contrato junto à Caixa Econômica Federal.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento Vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 25 de abril de 2017.
Ernei José Stähelin
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.104, DE 24 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 1.104, DE 24 DE ABRIL DE 2017

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara."

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$20.000,00 (vinte mil reais) na dotação abaixo identificada:

04 – Secretaria de Educação e Desporto
04.01.12.361.0004.2.014 – Func. e Manutenção do Transporte Escolar R\$20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.0081.00 – Aplicações Diretas R\$20.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe o Poder Executivo autorizado a anular R\$20.00,00 (vinte mil reais) na dotação abaixo identificada:

04 – Secretaria de Educação e Desporto
04.01.27.812.0004.1.021 – Reforma do Ginásio de Esportes R\$20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1.0000.00 – Aplicações Diretas R\$20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as Disposições em Contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de abril de 2017.
Ernei José Stähelin
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.105, DE 24 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 1.105, DE 24 DE ABRIL DE 2017

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde."

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 – Fundo Municipal de Saúde

11.01.10.301.0009.2.056 – Func. e Manutenção da Coordenadoria da Saúde R\$25.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.0002.00 – Aplicações Diretas R\$25.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe o Poder Executivo autorizado a anular R\$25.00,00 (vinte e cinco mil reais) na dotação abaixo identificada:

11 – Fundo Municipal de Saúde

11.01.10.301.0009.2.053 – Aquisição de Equipamentos de Saúde R\$20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0002.00 – Aplicações Diretas R\$20.000,00

11.01.10.301.0009.2.052 – Aquisição de Mobiliários R\$5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0002.00 – Aplicações Diretas R\$5.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as Disposições em Contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de abril de 2017.

Ernei José Stähelin

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.092/2017 DE 24 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 4.092/2017 de 24 de abril de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.357 - Gestão SUAS

3.3.90.39.00.00.00.00 - 0722 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)

3.3.90.30.00.00.00.00 - 0154 - Material de Consumo R\$ 500,00

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.3.90.39.00.00.00.00 - 0797 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 400,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.093/2017 DE 24 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 4.093/2017 de 24 de abril de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.03.0064 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 20.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.094/2017 DE 27 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 4.094/2017 de 27 de abril de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.282/2017 de 24 de abril de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

05.02.12.365.3009.2.373 - Merenda Escolar - Pré-escolar

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 40.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.01.15.451.3003.1.302 - Construção de Pontes

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 5.000,00

06.01.15.451.3003.1.303 - Construção de Abrigos para Passageiros

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 15.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.05 - UNID DE MEIO AMBIENTE

07.05.18.541.3005.1.308 - Implantação do Mirante do Morro Pelado

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 5.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.05 - UNID DE MEIO AMBIENTE

07.05.23.695.3006.1.309 - Implantação do Horto Municipal

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 15.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 27 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 53/2017-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 53/2017-PMS

Dispensa de Licitação nº. 28/2017-PMS - Processo nº. 57/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: WILSON GERMANO ALBRECHT, inscrita no CNPJ sob o nº. 26.875.453/0001-55, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco nº. 2168, Centro Sul, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de grades galvanizadas e duas portas grade, pintada a pó e instalada para a Policial Militar do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁ- RIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Grade Balãozinho 0,80cm x 0,60cm, ferro 5/16	0,48	Unidade	210,00	100,80
02	Grade Balãozinho 1,60cm x 1,60cm, ferro 5/16	7,68	Unidade	210,00	1.612,80
03	Grade Balãozinho 1,83cm x 0,60cm, ferro 5/16	5,50	Unidade	210,00	1.155,00
04	Porta Grade Balãozinho 0,84cm x 2,38cm, ferro 5/16	2,00	Unidade	309,00	618,00
05	Porta Grade Balãozinho 0,84cm x 2,38cm, 4 f correr ferro 5/16	4,80	Unidade	309,00	1.483,20
TOTAL R\$					4.969,80

Valor do contrato: R\$ 4.969,80 (quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos).

Data da Assinatura: 27/04/2017 - vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 54/2017-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 54/2017-PMS

Dispensa de Licitação nº. 29/2017-PMS - Processo nº. 58/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: CARVALHO MOTO PEÇAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 10.934.395/0001-53, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco nº. 2656, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa para fornecimento de peças e mão de obra para manutenção da Motocicleta Honda NXR 150 Bross, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁ- RIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Filtro ar	1	Unid.	18,00	18,00
02	Troca de óleo	1	Unid.	18,00	18,00
03	Bateria Heliar 5 amp	1	Unid.	138,00	138,00
04	Vela original	1	Unid.	30,00	30,00
05	Pastilha freio dianteiro	1	Unid.	25,00	25,00
06	Patim Trazeiro	2	Unid.	11,00	22,00
07	Reparo carborador	2	Unid.	17,50	35,00
08	Cabo embreagem	2	Unid.	12,00	24,00
09	Cabo acelerador	1	Unid.	23,00	23,00
10	Lâmpada farol	1	Unid.	30,00	30,00
11	Cachimbo de vela	1	Unid.	15,00	15,00
12	Óleo suspensão	1	Unid.	12,00	12,00
13	Fluido do freio	1	Unid.	10,00	10,00
14	Lavagem do tanque	1	Unid.	45,00	45,00
15	Lavação	1	Unid.	15,00	15,00
16	Revisão completa	1	Unid.	160,00	160,00
TOTAL R\$					620,00

Valor do contrato: R\$ 620,00 (seiscentos e vinte reais)

Data da Assinatura: 27/04/2017 - vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº7.072/2017, DE 27 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº7.072/2017, DE 27 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DE COMISSÃO DE FARMÁCIA TERAPÊUTICA PARA AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS – REMUME.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear, os membros abaixo discriminados para comporem a Comissão de Farmácia Terapêutica para Avaliação da Relação Municipal de Medicamentos – REMUME, a saber:

Presidente da Comissão:

· Denise Erig Rocha de Souza – Farmacêutica

MEMBROS:

· Bernardo Scotelaro Porto de Oliveira – Médico ESF

· Carina Aparecida Byczkovsky – Enfermeira ESF

· Cristiane de Lima Pacheco de Miranda Lima – Enfermeira da Vigilância Epidemiológica

· Evaldo Chaves de Souza – Odontólogo ESF

· Natália Vila Machado – Farmacêutica – Responsável Técnica

· Thiago de Azevedo Subtil – Farmacêutico

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 27 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA PREGÃO PRESENCIAL 15/2017-FMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2017 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 20/2017 Data do Processo: 20/03/2017

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 25/2017 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em aferição (calibração) e manutenção de balanças das Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder /SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 27 de Abril de 2017

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Eloir José Wendt	- - Equipe de Apoio

ATA TOMADA DE PREÇOS 03/2017-FAS (SEQUÊNCIA 04)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2017 - TP	
	Processo Administrativo:	5/2017
	Processo de Licitação:	07/03/2017
		Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de profissional com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Schroeder/SC

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 9/2017 (Sequência: 4)

Ao(s) 27 de Abril de 2017, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6630/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 5/2017, Licitação nº 3/2017 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:

A comissão reuniu-se para abertura da proposta comercial, conforme determinado na Ata 5/2017 (Sequência 03) de 17 de abril de 2017. Sendo aberto o envelope da proposta comercial do profissional EMERSON DE FIGUEREDO. Constatou-se vencedor o profissional EMERSON DE FIGUEREDO com o valor total de R\$ 6.007,20. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo aos participantes.

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2017 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 5/2017 Data do Processo: 07/03/2017
	Folha: 2/3

Participante: 13539 - EMERSON DE FIGUEREDO

Item	Especificação	Un./Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	<p>Profissional com graduação em Direito, portador de diploma/certificado de conclusão do curso superior e a carteira de registro no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional, conhecimento específico em direitos difusos e coletivos e experiência profissional na área de violações de direitos de criança/adolescente, mulher vítima de violência e idosos (ECA, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha, Lei nº 12.594). Carga horária semanal de 4 horas. Descrição das atividades:</p> <p>I. Prestar orientação jurídica aos usuários do CREAS; II. Esclarecer procedimentos legais aos técnicos do CREAS III. Participar de palestras e eventos sobre os direitos dos usuários; IV. Fazer estudo permanente acerca do tema da violência; V. Manter atualizado os registros de todos os atendimentos; VI. Participar de reuniões com a equipe técnica e rede de atendimento.</p> <p>Além das legislações citadas, o desenvolvimento das funções do advogado no CREAS devem estar com base às legislações que são instrumentos de trabalho dos profissionais do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, dos quais destacam-se:</p> <p>"Constituição Federal - CF, 1988; "Lei Orgânica da Saúde - LOS/1991; "Lei Orgânica da Previdência Social - LOPS/1992; "Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS / 1993; "Estatuto do Idoso - Lei 10741/2004; "Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004; "Política Nacional do Idoso - PNI/1995; "Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência - PNIPD/1999; "Norma Operacional Básica de Assistência Social- NOBSUAS/2005; "Novo Código Civil; "Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS/2007; NOB/SUAS 2012 "Decretos e Portarias do Ministério de Desenvolvimento Social; "Programa Brasil sem Homofobia.</p> <p>Além destes textos legais, fundamental será a compreensão das seguintes áreas de atuação da orientação jurídico-social:</p> <p>"Direito da mulher e de vítimas de violência doméstica/intrafamiliar - direcionado à solução das questões relativas à repressão dos atos de violência praticados contra a mulher (Lei 11.340/Lei Maria da Penha); "Direito da criança e do adolescente - garantir os direitos em casos de violência sexual, agressões, danos, violações e em situações de ato infracional (Constituição Federal de 1988; Lei 8.069/90-ECA; Decreto Lei 5.452/1943 - Dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho; Portaria 20/2001-Secretaria de Inspeção do Trabalho; Decreto 6.481/2008, de 12 de junho de 2008 - Trata das piores formas de trabalho infantil; Resolução nº113, de 19 de abril de 2006 do CONANDA e Normativas Internacionais); "Direito da Família - em casos de tutela, guarda de crianças e adolescentes, reconhecimento de paternidade e maternidade, separação, divórcio, regulação de alimentos e visitas, interdição. Este procedimento será disponibilizado somente para o público alvo do CREAS. (Código Civil) e de forma incidental; "Direito da Pessoa Idosa - defesa dos direitos da pessoa idosa, principalmente nos casos de violência familiar ou doméstica (Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso; Constituição Federal de 1988 - BPC/Benefício de Prestação Continuada); "Direito da Pessoa com Deficiência - defesa e proteção de crianças, adolescentes e adultos com deficiência (Estatuto da Criança e do Adolescente; Constituição Federal de 1988; Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; A Proteção das Pessoas com Deficiência no Código Civil; Leis e Decretos); Proteção aos Direitos Humanos - população em situação de rua (Constituição Federal de 1988).</p>	HR	80,00		0,0000	75,09	6.007,20

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 3/2017 - TP**

Processo Administrativo: 5/2017
Processo de Licitação:
Data do Processo: 07/03/2017

Folha: 3/3

Total do Participante —————> 6.007,20

Total Geral —————> 6.007,20

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 27 de Abril de 2017

COMISSÃO:

Ivandra de Souza

Eloir José Wendt

Valderi Rocha de Camargo

Andreia Nass Friedemann

Daniela Samulescki

Diego Guilherme Lasta

Nátalia Kersten Brumuller

- - Presidente da Comissão de Licitação

- - Membro

- - Membro

- - Membro

- - Secretária

- - Membro Suplente

- - Membro Suplente

DISPENSA 29/2017-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 29/2017 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 58/2017
Data: 27/04/2017

Folha: 1/2

Fornecedor: CARVALHO MOTO PEÇAS LTDA ME
Endereço: AV MARECHAL CASTELO BRANCO, 2656
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 10.934.395/0001-53

Código: 12077

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa para fornecimento de peças e mão de obra para manutenção da Motocicleta Honda NXR 150 Bross.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Filtro ar.	UN	18,00	18,00
2	1,00	Troca de óleo	UN	18,00	18,00
3	1,00	Bateria Heliar 5 amp	UN	138,00	138,00
4	1,00	Vela original	UN	30,00	30,00
5	1,00	Pastilha freio dianteiro	UN	25,00	25,00
6	2,00	Patim Trazeiro	UN	11,00	22,00
7	2,00	Reparo carburador	UN	17,50	35,00
8	2,00	Cabo embreagem	UN	12,00	24,00
9	1,00	Cabo acelerador	UN	23,00	23,00
10	1,00	Lâmpada farol	UN	30,00	30,00
11	1,00	Cachimbo de vela	UN	15,00	15,00
12	1,00	Óleo suspensão	UN	12,00	12,00
13	1,00	Fluido do freio	UN	10,00	10,00
14	1,00	Lavagem do tanque	UN	45,00	45,00
15	1,00	Lavação	UN	15,00	15,00
16	1,00	Revisão completa	UN	160,00	160,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

A compra justifica-se pelo interesse público envolvido e pelo valor estar dentro do permitido pela Lei 8666/93

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 29/2017 - DLProcesso Nr.: 58/2017
Data: 27/04/2017

Folha: 2/2

Schroeder, 27 de Abril de 2017

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

25/04/2017

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 25 de Abril de 2017

Valor da Despesa: 620,00 (seiscentos e vinte reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA Nº 28/2017-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 28/2017 - DL**Processo Nr.: 57/2017
Data: 27/04/2017

Folha: 1/2

Fornecedor: WILSON GERMANO ALBRECHT 29222540972

Código: 13567

Endereço: AV Marechal Castelo Branco, 2168 - CASA

Cidade: Schroeder - SC

CNPJ: 26.875.453/0001-55

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de grades galvanizadas e duas portas grade, pintada a pó e instalada para a Policial Militar do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	0,48	Grade Balãozinho 0,80cm x 0,60cm, ferro 5/16	UN	210,00	100,80
2	7,68	Grade Balãozinho 1,60cm x 1,60cm, ferro 5/16	UN	210,00	1.612,80
3	5,50	Grade Balãozinho 1,83cm x 0,60cm, ferro 5/16	UN	210,00	1.155,00
4	2,00	Porta Grade Balãozinho 0,84cm x 2,38cm, ferro 5/16	UN	309,00	618,00
5	4,80	Porta Grade Balãozinho 0,84cm x 2,38cm, 4 f correr ferro 5/16	UN	309,00	1.483,20

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente dispensa tendo em vista o interesse público envolvido e em função do valor do bem, estar dentro do limite permitido pela Lei 8666/93.

Schroeder, 27 de Abril de 2017

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 28/2017 - DL**Processo Nr.:** 57/2017
Data: 27/04/2017

Folha: 2/2

26/04/2017

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 26 de Abril de 2017

Valor da Despesa:

4.969,80 (quatro mil novecentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

NOTA DE ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 15/2017-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 15/2017 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 20/2017
Data do Processo: 20/03/2017

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em aferição (calibração) e manutenção de balanças das Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder /SC, ao longo de 12 meses

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 2 / 2017

Motivo: Devido a duas tentativas de abertura frustradas.

Schroeder, 27 de Abril de 2017

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 024/2017 - PL 041/2017- FORN. ABS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 041/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 015/2017

Pregão Presencial nº. 024/2017

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, Sr. Flavio Ragagnin, brasileiro, casado, RG n.º 14/R.4.100.724, CPF n.º 032.001.759-15, residente e domiciliado na rua Vicente Rech, nº. 27, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa ABS Peças e Acessórios Ltda, CNPJ n.º 01.104.492/0001-28, estabelecida na av. do Forte, 362, bairro Cristo Redentor, Porto Alegre, RS, neste ato representada pela Sra. Solange Chiot Tuchtenhagen, brasileira, casada, do comércio, RG 1003839469, CPF n.º 258.470.740-34, residente e domiciliada na rua Dr. João Palombini, 5, Aberta dos Morros, Porto Alegre, RS, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 024/2017, de Registro de Preços, que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de pneus, câmaras e protetores novos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 27/04/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 26/10/2017.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 024/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 27/04/2017.

Flavio Ragagnin
Município de Seara
Contratante

Solange Chiot Tuchtenhagen
ABS Peças e Acessórios Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 024/2017 - PL 041/2017- FORN. BRANSALES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 041/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 015/2017

Pregão Presencial nº. 024/2017

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, Sr. Flavio Ragagnin, brasileiro, casado, RG n.º 14/R.4.100.724, CPF n.º 032.001.759-15, residente e domiciliado na rua Vicente Rech, nº. 27, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Auto Mecânica Bransales Ltda - EPP, CNPJ n.º 83.513.945/0001-34, estabelecida na rua Sete de Setembro, 548-E, centro, Chapecó, SC, neste ato representada pelo Sr. Luiz Renato Gonsales, brasileiro, casado, empresário, RG n.º 354.823, CPF n.º 195.264.829-72, residente e domiciliado na rua Sete de Setembro, 548-E, centro, Chapecó, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 024/2017, de Registro de Preços, que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de pneus, câmaras e protetores novos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 132.785,88 (cento e trinta e dois mil, setecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 27/04/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 26/10/2017.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 024/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 27/04/2017.

Flavio Ragagnin
Município de Seara
Contratante

Luiz Renato Gonsales
Auto Mecânica Bransales Ltda - EPP
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 024/2017 - PL 041/2017- FORN. CANTU

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 041/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 015/2017

Pregão Presencial nº. 024/2017

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, Sr. Flavio Ragagnin, brasileiro, casado, RG n.º 14/R.4.100.724, CPF n.º 032.001.759-15, residente e domiciliado na rua Vicente Rech, n.º. 27, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Cantu Comércio de Pneumáticos Ltda, CNPJ n.º 08.888.040/0009-89, estabelecida na rodovia Antônio Heil, n.º. 800, bairro Itaipava, Itajaí, SC, neste ato representada pelo Sr. Douglas Cansan, brasileiro, solteiro, vendedor, RG n.º 8084273931, CPF n.º. 828.359.180-00, residente e domiciliado na rua 700, n.º. 809, centro, Balneário Camboriú, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 024/2017, de Registro de Preços, que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de pneus, câmaras e protetores novos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 152.910,00 (cento e cinquenta e dois mil, novecentos e dez reais), são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 27/04/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 26/10/2017.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 024/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 27/04/2017.

Flavio Ragagnin
Município de Seara
Contratante

Douglas Cansan
Cantu Comércio de Pneumáticos Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 024/2017 - PL 041/2017- FORN. GF

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 041/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 015/2017

Pregão Presencial nº. 024/2017

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de

um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, Sr. Flavio Ragagnin, brasileiro, casado, RG n.º 14/R.4.100.724, CPF n.º 032.001.759-15, residente e domiciliado na rua Vicente Rech, n.º. 27, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa GF Pneus Comercial e Distribuidora Ltda, CNPJ n.º 93.894.954/0008-42, estabelecida na av. Leopoldo Sander, 111, bairro Cristo Rei, Chapecó, SC, neste ato representada pelo Sr. Eduardo Ribeiro, brasileiro, RG n.º 5078970463, CPF n.º. 019.728.780-85, residente e domiciliado na av. XV de novembro, 520, centro, Tapera, RS, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 024/2017, de Registro de Preços, que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de pneus, câmaras e protetores novos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 136.800,00 (cento e trinta e seis mil e oitocentos reais), são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 27/04/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 26/10/2017.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 024/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 27/04/2017.

Flavio Ragagnin
Município de Seara
Contratante

Eduardo Ribeiro
GF Pneus Comercial e Distribuidora Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 024/2017 - PL 041/2017- FORN. RODA BRASIL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 041/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 015/2017

Pregão Presencial nº. 024/2017

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, Sr. Flavio Ragagnin, brasileiro, casado, RG n.º 14/R.4.100.724, CPF n.º 032.001.759-15, residente e domiciliado na rua Vicente Rech, n.º. 27, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos Ltda, CNPJ n.º 06.889.977/0001-98, estabelecida na av. Tancredo de Almeida Neves, 5056, bairro São Cristóvão, Concórdia, SC, neste ato representada pelo Sr. Christian Adam Rheinheimer, brasileiro, solteiro, RG n.º 5.611.677, CPF n.º. 087.326.319-79, residente e domiciliado na linha São José, interior, Concórdia, SC,

para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 024/2017, de Registro de Preços, que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de pneus, câmaras e protetores novos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 208.916,00 (duzentos e oito mil, novecentos e dezesseis reais), são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 27/04/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 26/10/2017.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 024/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 27/04/2017.

Flavio Ragagnin
Município de Seara
Contratante

Christian Adam Rheinheimer
Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos Ltda
Contratada

DECRETO Nº 1226

DECRETO nº 1226, de 27 de abril de 2017.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, DE SEARA, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, e nos termos do artigo 5º da lei nº 1686, de 18 de abril de 2012, que cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC e Fundo Municipal de Defesa Civil - FMDC do Município de Seara, revoga a lei 1110/97, de 20 de dezembro de 1997, que cria a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de Seara e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso I, parte do inciso II e inciso III do art. 1º do Decreto nº 1093, de 12 de julho de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I – Coordenador: Carlos Alberto Paludo;

II – Conselho Municipal de Defesa Civil – CONMDEC:

a) Representante do Executivo Municipal:
Titular: Edson Pelisson – Presidente;
Suplente: Neri Cosmann – Vice Presidente;

b) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Flávio Joel Zolet;
Suplente: Luciana Maier Gagiola;

c) Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio

Ambiente:

Titular: Ernesto Valdecir Gomes;
Suplente: Arloci Berno;

d) Representantes da Secretaria Municipal do Interior:

Titular: Luiz Benatti;
Suplente: Genuir Mariani;

e) Representantes da Secretaria Municipal da Cidade:

Titular: Dulcimar Paulo Mezaroba;
Suplente: Gustavo Sczesny;

f) Representantes da Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário:

Titular: Nelson Carpe da Silveira;
Suplente: Jairo Zaia Zanluchi;

.....

III – Secretário: Maickon Felipe Wolff Pereira;

.....

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara (SC), em 27 de abril de 2017.

FLAVIO RAGAGNIN

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 27 de abril de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

LEI Nº 1909

LEI Nº 1909, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Institui a Campanha Educativa de Conscientização sobre a Síndrome Alcoólica Fetal - SAF no âmbito do Município de Seara e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Campanha Educativa de Conscientização sobre a Síndrome Alcoólica Fetal – SAF no âmbito do Município de Seara e dá outras providências.

§ 1º A campanha terá como objetivo fundamental conscientizar a população, especialmente as gestantes, que bebidas alcoólicas ingeridas durante a gestação podem causar sérios problemas à saúde do feto.

§ 2º A campanha terá caráter permanente, tornando-a dinâmica e de fácil entendimento ao público.

Art. 2º O Executivo Municipal poderá afixar, em estabelecimento que comercializam bebidas alcoólicas, cartazes aludindo ao risco de Síndrome Alcoólica Fetal – SAF.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Seara, em 27 de abril de 2017.

FLAVIO RAGAGNIN

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 1910

LEI Nº 1910, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Denomina Prédio da Prefeitura Municipal de Seara

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, cumprido o disposto no parágrafo único do art. 217 da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O prédio da Prefeitura Municipal de Seara, localizado à avenida Anita Garibaldi, 371 fica denominado de "PAÇO MUNICIPAL PREFEITO DORVALINO JOSÉ RECH"

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 27 de abril de 2017.

FLAVIO RAGAGNIN

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 1911

LEI Nº 1911, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Declara de utilidade pública municipal a Associação de Pais e Professores da Escola de Ensino Fundamental Elisabethe Matilde Simon.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a Associação de Pais e Professores da Escola de Ensino Fundamental Elisabethe Matilde Simon, com sede no Distrito de Nova Teutônia, município de Seara, Estado de Santa Catarina, fundada em 07 de abril de 1982, com duração indeterminada, inscrita no CNPJ sob n.º 83.508.457/0001-39.

Art. 2º À entidade que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade fica obrigada a publicar até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizadas no período.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 27 de abril de 2017.

FLAVIO RAGAGNIN

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 1912

LEI Nº 1912, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Declara de utilidade pública municipal a Associação de Pais e Professores da Escola Núcleo São Rafael.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a Associação de Pais e Professores da Escola Núcleo São Rafael, com sede em linha São Rafael, município de Seara, Estado de Santa Catarina, fundada em 25 de agosto de 1977, com duração indeterminada, inscrita no CNPJ sob n.º 83.508.689/0001-97.

Art. 2º À entidade que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade fica obrigada a publicar até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizadas no período.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 27 de abril de 2017.

FLAVIO RAGAGNIN

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 1913

LEI Nº 1913, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Declara de utilidade pública municipal a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Rosina Nardi.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Rosina Nardi, localizada no bairro São João, município de Seara, Estado de Santa Catarina, fundada em 19 de agosto de 1985, com duração indeterminada, inscrita no CNPJ sob n.º 78.478.930/0001-42.

Art. 2º À entidade que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade fica obrigada a publicar até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizadas no período.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 27 de abril de 2017.

FLAVIO RAGAGNIN

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 1914

LEI Nº 1914, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Declara de utilidade pública municipal a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Chapeuzinho

Vermelho, localizada na rua Ildefonso Paludo, 282, no bairro Bela Vista, município de Seara, Estado de Santa Catarina, fundada em 01 de abril de 2015, com duração indeterminada, inscrita no CNPJ sob n.º 22.335.520/0001-98.

Art. 2º À entidade que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade fica obrigada a publicar até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizadas no período.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 27 de abril de 2017.

FLAVIO RAGAGNIN

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 1915

LEI Nº 1915, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Declara de utilidade pública municipal a Associação de Pais e Professores da Escola Núcleo Lira Camila Petry.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a Associação de Pais e Professores da Escola Núcleo Lira Camila Petry, localizada na rua Xanxerê, no bairro Bela Vista, município de Seara, Estado de Santa Catarina, fundada em 20 de setembro de 1995, com duração indeterminada, inscrita no CNPJ sob n.º 00.930.208/0001-00.

Art. 2º À entidade que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade fica obrigada a publicar até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano anterior, devidamente acompanhado do demonstrativo da receita e da despesa realizadas no período.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 27 de abril de 2017.

FLAVIO RAGAGNIN

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 1916

LEI Nº 1916, DE 27 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a filiação e pagamento de contribuição financeira para a Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina ACAMOSC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, FAZ SABER, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Câmara Municipal de Vereadores de Seara, Estado de Santa Catarina, autorizada a associar-se e a contribuir

mensalmente para a Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina – ACAMOSC, nos valores aprovados em Assembleia da entidade e válidos para todas as Câmaras de Vereadores filiadas.

Art. 2º A contribuição referida, terá cunho exclusivamente para atividades da entidade, conforme prescrito em seus estatutos, não podendo haver desvios de finalidade.

Parágrafo único. A entidade prestará contas à Câmara de Vereadores, através de balanços, comprovando a aplicação dos recursos do presente ato.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogada a Lei n.º 445/1984.

Seara, em 27 de abril de 2017.

FLAVIO RAGAGNIN

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIAS 243/2017 A 245/2017

Portaria nº. 243/2017. O Prefeito Municipal em Exercício de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 129 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Seara, das fundações municipais e dá outras providências, resolve, Conceder, aos servidores públicos abaixo, 30 (trinta) dias de férias, com gozo nos seguintes períodos:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Ana Ciluar Prigol	02/08/2015 a 01/08/2016	02/05/2017 a 31/05/2017
Aneli Mior	07/10/2015 a 06/10/2016	10/05/2017 a 08/06/2017
Clenice Ferrasso	05/01/2015 a 04/01/2016	02/05/2017 a 31/05/2017
Elizabete M ^a . D. Giombelli	16/11/2015 a 15/11/2016	02/05/2017 a 31/05/2017
Geslaine Salete Demeda	01/08/2015 a 31/07/2016	02/05/2017 a 31/05/2017
Marcos Antônio Faligurski	07/07/2015 a 06/07/2016	05/05/2017 a 03/06/2017
Nilse Salete Garbin Toffoli	02/05/2016 a 01/05/2017	02/05/2017 a 31/05/2017
Pedro Valdomiro Bee	16/03/2015 a 15/03/2016	02/05/2017 a 31/05/2017

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 27 de abril de 2017.

Flavio Ragagnin

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 27 de abril de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº. 244/2017. O Prefeito Municipal em Exercício de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e do art. 129 e art. 131, § 1º, da lei complementar 018/2003, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Seara, das fundações municipais e dá outras providências, resolve, Conceder, A servidora Virelma Gris - matrícula 10401, ocupante do cargo de provimento efetivo de Especialista Educação. Adm. Escolar, 30 (trinta) dias de férias, sendo 10 dias convertidos em pecúnia, referentes ao período aquisitivo de 02/05/2014 a 01/05/2015,

a partir de 02 de maio de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 27 de abril de 2017.

Flavio Ragagnin

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 27 de abril de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

Portaria nº 245/2017. O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 250 da Lei Complementar nº 18, de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências,

ESTABELECE, A jornada de trabalho da Nivia Schneider Krause, brasileira, portadora do RG nº 9.576.890-3 e CPF sob o nº 064.080.699-87, no exercício do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, constante do Anexo I – Grupo “B” – Serviços Técnicos Profissionais, da Lei Complementar nº 27/2008 e vencimento previsto na Classe Inicial, Nível 180 do Anexo IV da mesma Lei, com remuneração na data de publicação da presente Portaria o valor de R\$ 2.799,33, com carga horária de 40 horas semanais, exercerá 30 horas na Secretaria Municipal de Educação, junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e 10 horas semanais junto aos programas específicos inerentes a suas atribuições do cargo na Secretaria Municipal de Saúde.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, em 27 de abril de 2017.

Flavio Ragagnin

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 27 de abril de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. N°. 024/2017 - PL 041/2017- FORN. ABS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nº do Processo: 41/2017 Licitação: 24/2017 - PR Data da Homologação: 27/04/2017									
Fornecedor: 12486 - ABS PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA									
42	3394061	PNEU 750 x 16 - LISO COMUM 12 LONAS	AX/SS200	UN	20,000	0,0000	340,0000	6.800,00	Venceu
45	3394058	PNEU 1000 x 20 - 16 LONAS COMUM LISO	TORNEL/T2400	UN	16,000	0,0000	700,0000	11.200,00	Venceu
48	3394055	PNEU 900 x 20 - RADIAL BORRACHUDO MISTO	DUNLOP/SP811	UN	30,000	0,0000	1.200,0000	36.000,00	Venceu
					Total do Fornecedor →			54.000,00	

Seara, 27 de Abril de 2017.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 024/2017 - PL 041/2017- FORN. BRANSALES

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 41/2017 Licitação: 24/2017 - PR Fornecedor: 9241 - AUTO MECANICA BRANSALES LTDA Data da Homologação: 27/04/2017									
3	3394101	PROTETOR R24	RADIAL2000	UN	20,000	0,0000	35,0000	700,00	Venceu
4	3394100	CAMARA 275/80 R22.5	BRANSALES	UN	30,000	0,0000	70,0000	2.100,00	Venceu
9	3394097	CAMARA 17.5 x 25	BRANSALES	UN	8,000	0,0000	131,4600	1.051,68	Venceu
10	333397327	CAMARA 12,4 x 24 COM NO MINIMO 3MM DE	BRANSALES	UN	16,000	0,0000	73,9000	1.182,40	Venceu
11	333397329	ESPESURA	BRANSALES	UN	16,000	0,0000	55,5000	888,00	Venceu
13	333397330	CAMARA 14,9 x 24 COM NO MINIMO 3MM DE	BRANSALES	UN	8,000	0,0000	106,0000	848,00	Venceu
14	333397331	ESPESURA	BRANSALES	UN	8,000	0,0000	146,0000	1.168,00	Venceu
16	3394091	CAMARA 18,4 x 30 COM NO MINIMO 3MM DE	BRANSALES	UN	20,000	0,0000	25,0000	500,00	Venceu
18	3394089	ESPESURA	BRANSALES	UN	20,000	0,0000	25,0000	500,00	Venceu
28	3394078	CAMARA 700 x 16 BICO DE BORRACHA	BRANSALES	UN	28,000	0,0000	287,9000	8.061,20	Venceu
34	3394070	PNEU 235/75 R 15 RADIAL	LINGLONG	UN	32,000	0,0000	190,0000	6.080,00	Venceu
35	3394069	PNEU 195/65 R 15 RADIAL COM BORDA PRA RODA	CROSS ECOT	UN	40,000	0,0000	182,7900	7.311,60	Venceu
36	3394068	DE LIGA LEVE	GOODRIDE	UN	40,000	0,0000	340,0000	13.600,00	Venceu
40	3394064	PNEU 195/60 R 15 RADIAL COM BORDA PRA RODA	RP28	UN	20,000	0,0000	309,0000	6.180,00	Venceu
41	3394063	DE LIGA LEVE	LING GREEN	UN	20,000	0,0000	309,0000	6.180,00	Venceu
43	3394060	PNEU 225/75 R 16 C PR 118/116 RADIAL	MAX HP010	UN	20,000	0,0000	360,0000	7.200,00	Venceu
44	3394059	PNEU 750 x 16 - RAIADO 10 LONAS	LINGLONG 4X4	UN	10,000	0,0000	353,5000	3.535,00	Venceu
		PNEU 700 x 16 - RAIADO 10 LONAS	SUPERGUIDER	UN					
		PNEU 750 x 16 - 12 LONAS BORRACHUDO	SUPERGUIDER	UN					
		PNEU 900 x 16 - RAIADO 10 LONAS	GOODRIDE	UN					
			CL830	UN					
			SUPERGUIDER	UN					
			I1						

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/2

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 411/2017 Licitação: 24/2017 - PR Data da Homologação: 27/04/2017									
Fornecedor: 9241 - AUTO MECANICA BRANSALES LTDA									
50	3394053	PNEU 1000 x 20 - RADIAL BORRACHUDO MISTO PRA PEDRA PROFUNDIDADE 20MM	APOLLO ENDURACE CD	UN	60,000	0,0000	1.095,0000	65.700,00	Vencou
					416,000	Total do Fornecedor →		132.785,88	

Seara, 27 de Abril de 2017.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 024/2017 - PL 041/2017- FORN. CANTU

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 41/2017 Licitação: 24/2017 - PR Fornecedor: 12230 - CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA. Data da Homologação: 27/04/2017									
23	3394084	PNEU 205/75 R 16 RADIAL	AEOLUS	UN	40,000	0,0000	250,0000	10.000,00	Venceu
25	3394082	PNEU LT 265/70 R16 8PR 117/114S	AEOLUS	UN	12,000	0,0000	370,0000	4.440,00	Venceu
26	3394080	PNEU 165/70 R 13 RADIAL	KUMHO	UN	80,000	0,0000	135,0000	10.800,00	Venceu
27	3394079	PNEU 175/70 R 13 RADIAL	KUMHO	UN	140,000	0,0000	139,0000	19.460,00	Venceu
31	3394073	PNEU 185/70 R 14 RADIAL	KUMHO	UN	60,000	0,0000	159,5000	9.570,00	Venceu
39	3394065	PNEU 275/80 R 22.5 - RADIAL BORRACHUDO MISTO PARA PEDRA PROFUNDIDADE 20MM	KMD41	UN	60,000	0,0000	1.310,0000	78.600,00	Venceu
58	81685	PNEU 19.5 X 24 - 12 LONAS COMUM PARA RETROSCAVADEIRA R4	MARSHAL LANDE	UN	12,000	0,0000	1.670,0000	20.040,00	Venceu
					Total do Fornecedor ———>	404,000		152.910,00	

Seara, 27 de Abril de 2017.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. N°. 024/2017 - PL 041/2017- FORN. GF

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 41/2017 Licitação: 24/2017 - PR Fornecedor: 12485 - GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA Data da Homologação: 27/04/2017									
46	3394057	PNEU 1000 x 20 - 16 LONAS COMUM BORRACHUDO	HEADWAY/H211	UN	20,000	0,0000	740,0000	14.800,00	Venceu
54	87343	PNEU 16,9 X 24 - 10 LONAS COMUM PARA RETROSCAVADEIRA R4	BKT/TR459	UN	8,000	0,0000	1.800,0000	14.400,00	Venceu
55	87347	PNEU 14,00 X 24 - RADIAL	TRIANGLE/TB515	UN	12,000	0,0000	3.000,0000	36.000,00	Venceu
56	3394050	PNEU 14,00 x 24 - 20 LONAS COMUM	ROADGUIDER/E3	UN	12,000	0,0000	2.050,0000	24.600,00	Venceu
57	3394049	PNEU 14,00 x 24 - 24 LONAS COMUM	ROADGUIDER/E3	UN	20,000	0,0000	2.350,0000	47.000,00	Venceu
Total do Fornecedor ———>								136.800,00	

Seara, 27 de Abril de 2017.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 024/2017 - PL 041/2017- FORN. RODA BRASIL

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 41/2017 Fornecedor: 10643 - RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSOR Licitação: 24/2017 - PR Data da Homologação: 27/04/2017									
1	3394103	PROTETOR R16	Carreiro R16	UN	20,000	0,0000	16,7500	335,00	Venceu
2	3394102	PROTETOR R20	Carreiro R20	UN	100,000	0,0000	20,0000	2.000,00	Venceu
5	3394099	CAMARA GR 13	BBW GR13	UN	24,000	0,0000	18,5000	444,00	Venceu
6	3394098	CAMARA GR 14	BBW GR14	UN	30,000	0,0000	18,5000	555,00	Venceu
7	81001	CÂMARA GR 15	BBW GR15	UN	20,000	0,0000	25,0000	500,00	Venceu
8	333397326	CAMARA 19,5 X 24 COM NO MINIMO 3MM DE ESPESSURA	BBW TR218	UN	16,000	0,0000	160,0000	2.560,00	Venceu
12	3394095	CAMARA 1300 x 24	BBW TR220	UN	20,000	0,0000	105,0000	2.100,00	Venceu
15	333397332	CAMARA 18,4 X 34 COM NO MINIMO 3MM DE ESPESSURA	BBW TR218	UN	8,000	0,0000	179,0000	1.432,00	Venceu
17	3394090	CAMARA 750 x 16 BICO DE FERRO	BBW TR75	UN	20,000	0,0000	32,5000	650,00	Venceu
19	3394088	CAMARA 900 x 16 BICO DE BORRACHA	BBW TR15	UN	12,000	0,0000	60,0000	720,00	Venceu
20	3394087	CAMARA 900 x 20	BBW V3	UN	50,000	0,0000	48,0000	2.400,00	Venceu
21	333397333	CAMARA R20 1000 x 20 COM NO MINIMO 2MM DE ESPESSURA	BBW V3	UN	100,000	0,0000	55,0000	5.500,00	Venceu
22	333397334	CAMARA R24 1400 x 24 KM 24 COM NO MINIMO 3 MM DE ESPESSURA	BBW TR218	UN	30,000	0,0000	105,0000	3.150,00	Venceu
24	3394083	PNEU 175/70 R 14 88T	Apollo Amazer	UN	16,000	0,0000	165,0000	2.640,00	Venceu
29	3394075	PNEU 185 R 14 C 102/100 R RADIAL	Linglong R666	UN	16,000	0,0000	225,0000	3.600,00	Venceu
32	3394072	PNEU 185/60 R 14 RADIAL	Xbri Ecology	UN	42,000	0,0000	155,0000	6.510,00	Venceu
33	3394071	PNEU 225/50 R 17 RADIAL COM BORDA PRA RODA DE LIGA LEVE	Xbri Sport	UN	8,000	0,0000	290,0000	2.320,00	Venceu
37	3394067	PNEU 215/75 R 17,5 RADIAL LISO MISTO PARA PEDRA	Linglong LLF86	UN	24,000	0,0000	484,0000	11.616,00	Venceu
38	3394066	PNEU 275/80 R 22,5 - RADIAL LISO MISTO PARA PEDRA	Xbri Ecomay	UN	20,000	0,0000	1.173,0000	23.460,00	Venceu
47	3394056	PNEU 900 x 20 - RADIAL LISO MISTO PARA PEDRA	Triangle TR618	UN	16,000	0,0000	1.030,0000	16.480,00	Venceu
49	3394054	PNEU 1000 x 20 - MISTO PARA PEDRA RADIAL LISO	Apollo Endurance HA	UN	20,000	0,0000	1.189,0000	23.780,00	Venceu
51	3394052	PNEU 17,5 x 25 - 12 LONAS PARA RETROSCAVADEIRA R4	Superguider G2	UN	8,000	0,0000	1.630,0000	13.040,00	Venceu
52	3394051	PNEU 12 x 16,5 - 12 LONAS	Superguider SKS	UN	14,000	0,0000	445,0000	6.230,00	Venceu
53	12404	PNEU 12,5/80 x 18 - 12 LONAS	Superguider R4	UN	14,000	0,0000	750,0000	10.500,00	Venceu
59	74571	PNEU 18,4 X 34 - 12 LONAS COMUM	Superguider R1	UN	10,000	0,0000	2.035,0000	20.350,00	Venceu
60	74570	PNEU 18,4 X 30 - 12 LONAS COMUM	Superguider R1	UN	12,000	0,0000	1.830,0000	21.960,00	Venceu
61	74582	PNEU 14,9 X 24 - 12 LONAS COMUM	Superguider R1	UN	12,000	0,0000	1.160,0000	13.920,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 411/2017 Licitação: 24/2017 - PR Data da Homologação: 27/04/2017									
Fornecedor: 10643 - RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS E ACESSOR									
62	74826	PNEU 12.4 X 24 - 10 LONAS COMUM	Superguider R1	UN	12,000	0,0000	847,0000	10.164,00	Venceu
					694,000	Total do Fornecedor →			
						208.916,00			

Seara, 27 de Abril de 2017.

Siderópolis

PREFEITURA

36/2017 AVISO DE RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº 09/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº 09/2017

O Município de Siderópolis comunica aos interessados, que em conformidade com a Lei Nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e legislação subsequente, que promoveu a retificação na descrição do item "1" do Edital acima epigrafado, cujo objeto é a "Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas, conforme Convênio nº 832976/2016 - Processo nº 1033126-29/2016 - proposta nº 112705450001150-03, entre o Município de Siderópolis e a União Federal por intermédio da Caixa Econômica Federal". Desta feita, altera-se, inclusive, a data de abertura do certame para o dia 11/05/2017 às 09h00min. O Edital retificado encontra-se disponível no site da municipalidade: www.sideropolis.sc.gov.br. Maiores informações através do e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br ou (48) 3435 8900.

Siderópolis, 27 de abril de 2017.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 51/2017

DECRETO N.º 51 DE 15 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA ROBSON LÉO PASQUALI PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado ROBSON LÉO PASQUALI, brasileiro, CPF/MF sob nº 533.130.469-91, para ocupar o cargo de Assessor II, C3, no Gabinete do Prefeito, a contar de 06/03/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 15 de março de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de março de 2017.

DECRETO Nº 52/2017

DECRETO N.º 52 DE 17 DE MARÇO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.017 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HELIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social

SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	5.035	Transferências do Sistema Único de Assistência Social-SUAS/União
PROJETO/ATIVIDADE	2.036	Manutenção das Ações Vinculadas ao MDS
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	10	

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, das dotações orçamentárias dos elementos de despesa abaixo designado:

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	5.035	Transferências do Sistema Único de Assistência Social-SUAS/União
PROJETO/ATIVIDADE	2.036	Manutenção das Ações Vinculadas ao MDS
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	12	

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 2.060/2013 de 26 de Agosto de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015 – Lei Municipal nº 2.121 de 13 de novembro de 2014 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2017 - Lei nº. 2.210, de 16 de dezembro de 2016, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 17 de março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 17 de março de 2017.

DECRETO Nº 53/2017

DECRETO N.º 53 DE 31 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA SIMONE COSTA COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMS Nº 37/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art.67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na Execução dos Contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalizar obra ou serviço;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada SIMONE COSTA, brasileira, CPF nº 834.666.579-20, Assessor Especial, C1, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo PMS nº 37/2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 31 de março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31 de março de 2017.

DECRETO Nº 54/2017

DECRETO N.º 54 DE 31 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA NILTO DONADEL COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMS Nº 36/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art.67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na Execução dos Contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalizar obra ou serviço;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado NILTO DONADEL, brasileiro, CPF nº 464.327.109-44, Chefe de Departamento, C2, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo PMS nº 36/2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 31 de março de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31 de março de 2017.

DECRETO Nº 55/2017

DECRETO N.º 55 DE 31 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA JOSIANE ZILLI NUNES COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMS Nº 33/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art.67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na Execução dos Contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalizar obra ou serviço;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada JOSIANE ZILLI NUNES, brasileira, CPF nº 053.552.319-00, Assessor II, C3, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo PMS nº 33/2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 31 de março de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31 de março de 2017.

DECRETO Nº 56/2017

DECRETO N.º 56 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para suplementar, nos órgãos

e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.002	Receitas e Transferências de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.024	Manutenção do Fundo de Saúde
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	08	

VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 31 de Março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31 de Março de 2017.

DECRETO Nº 57/2017

DECRETO N.º 57, DE 04 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA GESTÃO 2017/2020

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, VIII, da Lei Orgânica do Municipal e Lei Municipal nº. 1.313/2000 combinada com a Lei nº 1.842-A/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros que irão compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, para a gestão 2017/2020:

I. Um representante indicado pelo Poder Executivo:

Titular: Samira Barg Fontanela;

Suplente: Marcelo Martins.

II - Dois representantes dos professores e alunos:

Titular: Sandra Maria Webster Lazzaris;

Suplente: Milene Frenhani Garcia;

Titular: Gisele Fontanella Rosso;

Suplente: Cristiane Melo Freitas.

III - Dois representantes dos pais de alunos:

Titular: Cassiane Melo Freitas Fabris;

Suplente: Monique Ellen Pasquali;

Titular: Ellen Nascimento de Oliveira;

Suplente: Olisete Matoso Ferreira.

IV - Dois representantes da sociedade civil:

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais Siderópolis Treviso (STTR)

Titular: Maria Olivo Comin;

Suplente: Valdete Duminelli de Nez;

Associação Amigos Bairro Fiorita (AABF)

Titular: Maria Solange Daleffe da Silva;

Suplente: Sandra Mara Espíndula.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 04 de Abril de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 04 de Abril de 2017.

DECRETO Nº 58/2017

DECRETO N.º 58 DE 04 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA NILTO DONADEL COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FMS Nº 21/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art.67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na Execução dos Contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalizar obra ou serviço;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado NILTO DONADEL, brasileiro, CPF nº 464.327.109-44, Chefe de Departamento, C2, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo FMS nº 21/2017

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 04 de abril de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 04 de abril de 2017.

DECRETO Nº 59/2017

DECRETO N.º 59 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
RECURSO	5.034	Transferências de Convênios – União/Outros
PROJETO/ATIVIDADE	1.014	Aquisição de Equipamentos, Veículos e Máquinas
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	100	

VALOR: R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Transferência de Convênio conforme proposta nº 112705450001150-03 entre o Município e a União , no valor de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 31 de Março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31 de Março de 2017.

DECRETO Nº 60/2017

DECRETO N.º 60, DE 05 DE ABRIL DE 2017

EXONERA FÁBIO LUIZ DOMINGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado FÁBIO LUIZ DOMINGOS, brasileiro, CPF/MF sob nº 019.277.049-79, do cargo de Chefe de Setor II - C4, na Secretaria de Educação, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de abril de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de abril de 2017.

DECRETO Nº 61/2017

DECRETO N.º 61, DE 05 DE ABRIL DE 2017

EXONERA MÁRCIO DE OLIVEIRA EMENEGILDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado MÁRCIO DE OLIVEIRA EMENEGILDO, brasileiro, CPF/MF sob nº 046.310.429-31, do cargo de Chefe de Setor II - C4, na Secretaria de Educação, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 05 de abril de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de abril de 2017.

DECRETO Nº 62/2017

DECRETO N.º 62 DE 05 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA FERNANDA ALÉSSIO DA SILVA PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado FERNANDA ALÉSSIO DA SILVA, brasileiro, CPF/MF sob nº 064.907.029-16 para ocupar o cargo de Assessor II, C3, na EEBM Jorge Bif, na Secretaria de Educação, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 05 de abril de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 05 de abril de 2017.

DECRETO Nº 63/2017

DECRETO N.º 63 DE 06 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA NILTO DONADEL COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMS Nº 35/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art.67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na Execução dos Contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalizar obra ou serviço;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado NILTO DONADEL, brasileiro, CPF nº 464.327.109-44, Chefe de Departamento, C2, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo PMS nº 35/2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 06 de abril de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de abril de 2017.

DECRETO Nº 64/2017

DECRETO N.º 64, DE 06 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA OS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS REFERENTE AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 35/2017, TOMADA DE PREÇO Nº 03/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, V da Lei Orgânica Municipal bem como o art.10 da Lei Federal 12.232/2010 e Lei 8.666/93:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, sem ônus para os cofres públicos, os membros da subcomissão Técnica, para análise e julgamento das propostas técnicas, referente ao processo de licitação nº 35/2017, Tomada de Preço nº 03/2017, cujo objeto é a contratação de agência de publicidade.

Art. 2º - De acordo com sorteio público realizado no dia 31/03/2017 a comissão terá como membros os seguintes profissionais:

Haudrey Mafiolete, CPF nº 026.082.309-03, jornalista, sem vínculo; Alcides Ferreira Filho, CPF nº073.374.518-06, jornalista, sem vínculo;

João Eduardo Amador, CPF nº764.881.289-49, publicitário, sem vínculo;

Simone Costa, CPF nº 834.666.579-20, jornalista, com vínculo.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo vigência até a finalização completa da referida Tomada de Preço.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 06 de abril de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de abril de 2017.

DECRETO Nº 65/2017

DECRETO N.º 65 DE 06 DE ABRIL DE 2017

DESIGNA O SERVIDOR ELITON ÂNGELO DE SOUZA COMO RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal;

DECRETA

Art. 1º - Fica designado o servidor ELITON ÂNGELO DE SOUZA, brasileiro, CPF/MF sob nº 057.701.199-50, Fiscal de Tributos, como Responsável pelo Controle Interno do Município, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 06 de abril de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de abril de 2017.

DECRETO Nº 66/2017

DECRETO N.º 66 DE 06 DE ABRIL DE 2017

NOMEIA NILTO DONADEL COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FMS Nº 20/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o art.67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na Execução dos Contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalizar obra ou serviço;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado NILTO DONADEL, brasileiro, CPF nº 464.327.109-44, Chefe de Departamento, C2, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo FMS nº 20/2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 06 de abril de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de abril de 2017.

LEI Nº 2.214/2016

LEI Nº 2.214 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

"DENOMINA RUA DO MUNICÍPIO PAULINO CIZESKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de PAULINO CIZESKI, a Rua Projetada sem saída, localizada na Comunidade de São Pedro.

Art. 2º A Rua agora denominada PAULINO CIZESKI tem seu início na Estrada Geral São Pedro, e seu término na Gruta Imaculada Conceição.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 16 de dezembro de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 16 de dezembro de 2016.

LEI Nº 2.215/2017

LEI Nº 2.215 DE 07 DE MARÇO DE 2017

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA "CASA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SIDERÓPOLIS" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada no Município de Siderópolis "Casa dos Conselhos Municipais de Siderópolis", como espaço público destinado a sediar os Conselhos Municipais vinculadas à Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais.

Art. 2º - São objetivos específicos da Casa dos Conselhos Municipais:

I – congregar os Conselhos Municipais em um único local;

II – manter uma secretaria executiva voltada para o apoio administrativo aos conselhos;

III – disponibilizar as dependências para as reuniões técnicas, biblioteca técnica e secretaria;

IV – outros objetivos relacionados à manutenção dos Conselhos.

Art. 3º – O Poder Executivo dotará a Casa dos Conselhos Municipais com a estrutura necessária ao funcionamento da mesma.

Art. 4º – Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar, se necessário, a aplicação da presente Lei através de Decreto Municipal.

Art. 5º – As despesas decorrentes com a execução da presente Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"

Em, 07 de março de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 07 de março de 2017.

LEI Nº 2.216/2017

LEI Nº 2.216 DE 30 DE MARÇO DE 2017

DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL (CMDR) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - CMDR, do Município de Siderópolis, órgão de caráter deliberativo, que tem por finalidades:

I - Elaborar, fiscalizar e avaliar a execução do plano Municipal de Desenvolvimento Rural anual;

II - Estimular a participação das entidades organizadas representativas do meio rural na atividade de que trata o inciso anterior;

III - Deliberar com total autonomia sobre questões relativas a agropecuária em nível municipal;

IV - Controlar a devida aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento rural;

V - Opinar e manifestar-se sobre questões que envolvem a Política Municipal relativa a agropecuária e interesses da comunidade rural.

Art.2º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Siderópolis, será constituído pelos seguintes representantes:

I - Representantes Governamentais:

- a) Um titular e suplente da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- b) Um titular e suplente indicados pelo Poder Legislativo;
- c) Um titular e suplente representantes da EPAGRI;
- d) Um titular e suplente representantes da CIDASC;

II - Representantes da Sociedade:

- a) Um titular e suplente representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Siderópolis;
- b) Um titular e suplente representantes da Associação do Núcleo dos Bananicultores da Região da AMREC – Vitabanana;
- c) Um titular e suplente representantes da Associação dos Criadores de Gado Leiteiro e de Corte Rio Jordão (Siderópolis, Treviso e Nova Veneza);
- d) Um titular e suplente representantes da Cooperativa de agricultores Familiares de Siderópolis- Cooperbelluno;

§ 1º Cabe a cada entidade representada e indicação do respectivo membro titular e suplente;

§ 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural é de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período;

Art. 3º - A competência e as normas do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural serão disciplinadas pelo regimento interno;

Parágrafo Único - O regime interno será elaborado pelo Conselho e homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º - Os serviços prestados pelos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural não serão remunerados pelo Poder Público Municipal, tendo em vista a relevante função social;

Art. 5º - O presidente do Conselho será eleito por 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Conselheiros Titulares.

Art. 6º - O município garantirá recursos orçamentários necessários ao atendimento dos serviços técnicos-administrativos do Conselho.

Art. 7º - Em caso de dissolução do Conselho, os bens doados serão desenvolvidos aos órgãos governamentais de origem. Os bens adquiridos serão revertidos ao Município.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas, em especial, as Leis de nº 846/1991, nº 1434/2002 e nº 1807/2009.

Paço Municipal "Antônio Feltrin"
Em, 30 de março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 30 de março de 2017.

PORTARIA Nº 119/2017

PORTARIA Nº 119, DE 31 DE MARÇO DE 2017

Concede Licença DE CARÁTER ESPECIAL À SERVIDORA FERNANDA CRISTINA FRELO e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 6º da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença de caráter especial, à servidora FERNANDA CRISTINA FRELO, CPF/MF nº 906.902.229-04, Técnica em Auditoria em Saúde Pública, do Quadro Permanente do Município, a partir de 02/04/2017, pelo período em que estiver ocupando cargo em comissão na Prefeitura Municipal de Treviso/SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 31 de março de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31 de março de 2017.

PORTARIA Nº 120/2017

PORTARIA Nº 120 DE 06 DE ABRIL DE 2017

CONTRATA FÁBIO LUIZ DOMINGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar FÁBIO LUIZ DOMINGOS, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 019.277.049-79, para ocupar a função de Motorista, na Secretaria de Educação, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 06 de abril de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de abril de 2017.

PORTARIA Nº 121/2017

PORTARIA Nº 121 DE 06 DE ABRIL DE 2017

CONTRATA MÁRCIO DE OLIVEIRA EMENEGILDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar MÁRCIO DE OLIVEIRA EMENEGILDO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 046.310.429-31, para ocupar a função de Motorista, na Secretaria de Educação, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 06 de abril de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de abril de 2017.

PORTARIA Nº 122/2017

PORTARIA Nº 122, DE 06 DE ABRIL DE 2017

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA CLEUZA TRAMONTIN FLOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária CLEUZA TRAMONTIN FLOR, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 753.499.229-04, Professor MAG LP, na Secretaria de Educação, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 06 de abril de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de abril de 2017.

PORTARIA Nº 123/2017

PORTARIA Nº 123 DE 11 DE ABRIL DE 2017

Cessa os efeitos da portaria nº 97/2017

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 97/2017, considerando o retorno ao trabalho da servidora SANDRA DA SILVA BARBOSA DE NEZ, CPF/MF nº 022.361.089-58, Professora, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 11 de abril de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de abril de 2017.

PORTARIA Nº 124/2017

PORTARIA Nº 124, DE 12 DE ABRIL DE 2017

Determina a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, nomeia comissão sindicante e dá outras providências

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VII, da Lei Orgânica do Município;

Considerando a alegação da Empresa AIR LIQUIDE, fornecedora do Município, de que possui créditos junto à municipalidade, em razão de produtos entregues e não ter havido emissão de nota de empenho bem como o efetivo pagamento dos produtos fornecidos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de sindicância administrativa para apurar os fatos narrados acima.

Art. 2º. A comissão sindicante será constituída pelos servidores: Nilton Donadel, Rose Mara Reis e Rafaela de Jesus Amoroso, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A comissão sindicante terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Art. 5º. A comissão sindicante poderá a qualquer momento, solicitar o afastamento preventivo de servidores, sem prejuízo de remuneração, se julgar conveniente, para esclarecimento dos fatos, garantindo sempre o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 12 de abril de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 12 de abril de 2017.

Sombrio

PREFEITURA

LEI Nº. 2302/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SOMBRIO

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

Lei nº 959, de 29 de junho de 1994, Consolidada

ÍNDICE SISTEMÁTICO

LEI Nº. 2302, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA DISPOSITIVOS E CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica atribuída pela presente Lei, a Estrutura Administrativa do Município de Sombrio, passando a disciplinar sobre a Organização, a Competência, os Órgãos da Administração e demais aspectos legais inerentes, com a alteração e a consolidação das Leis Municipais n.º 959/1994, n.º 1446/2003, n.º 1651/2007 e n.º 1985/2012.

Parágrafo Único: Os artigos, parágrafos e incisos, da Lei Municipal 959/1994 passam a vigorar reenumerados pela presente Lei.

Art. 2º - A administração Municipal será compreendida da seguinte forma:

I - Administração Direta Constituída de:

- a) Órgãos de Assessoramento;
- b) Órgãos Auxiliares;
- c) Órgãos Fins.

II - A administração indireta, constituída de autarquias, Conselhos Municipais, Fundações públicas, Empresas públicas e Sociedades da Economia mista com controle majoritário do Município, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira, constituída na forma da Lei.

III - Os órgãos em colaboração com o Governo Federal e Estadual.

Parágrafo 1º - Os órgãos de administração indireta mencionados no inciso II deste artigo, são vinculados ao Prefeito por linha de coordenação.

Parágrafo 2º - O Poder Executivo pode instituir programas especiais com o objetivo específico de atender as necessidades conjunturais que demandem atuação da Prefeitura, observando o capítulo VII desta Lei.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 3º - A estrutura administrativa básica da Prefeitura Municipal de Sombrio, fica constituída da seguinte forma:)

I - Órgãos de Assessoramento:

- a) Gabinete do Prefeito;
- b) Coordenadoria de Planejamento;
- c) Procuradoria Jurídica;
- d) Assessoria de Comunicação Social;
- e) Coordenadoria da Defesa Civil;
- f) Coordenaria do PROCON

II - Órgãos Auxiliares

- a) Secretaria Municipal de Finanças e Administração;

III - Órgãos Fins

- a) Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos;
- b) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- c) Secretaria Municipal de Direitos Sociais e Cidadania;
- d) Secretaria Municipal de Saúde;
- e) Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

Parágrafo Único - A estrutura administrativa forma um conjunto sistemático de atividades interatuantes, inter-relacionadas e interdependentes.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIA

Seção I

Do Gabinete do Prefeito

Art. 4º - O Gabinete do Prefeito é o órgão de assessoramento e de representação Social e Política competindo-lhe:

I - Prestar Assistência ao Chefe do Poder Executivo em suas relações Políticas administrativas com os Municípios, órgãos e entidades públicas e privadas e associações de classe.

II - Organizar e proceder os atos de cerimonial municipal;

III - Preparar e expedir a correspondência do Prefeito;

IV - Realizar as atividades de relações públicas da Prefeitura;

V - Organizar e administrar a agenda do Prefeito em audiências, entrevistas e reuniões;

VI - Receber e encaminhar as audiências;

VII - Manter, antecipadamente, informado o Prefeito sobre sua agenda e compromissos;

VIII - Promover a emissão, o recebimento e o arquivamento da correspondência oficial do Gabinete do Prefeito;

IX - Promover condições para locomoção e viagens do Prefeito Municipal, seu atendimento e suprimento de apoio logístico;

X - Manter interligado com todos os órgãos e sistema de administração Municipal, transmitindo informações ao Prefeito Municipal;

XI - Desempenhar todas as demais atividades afins determinadas pelo Prefeito;

Seção II

Da Coordenadoria de Planejamento

Art. 5º - A coordenadoria de Planejamento é o órgão de coordenação das atividades de planejamento da gestão pública no âmbito do Município, competindo-lhe:

I - o planejamento estratégico para as políticas públicas do governo municipal;

II - a orçamentação plurianual, diretrizes orçamentárias e afins, em parceria com os demais órgãos internos de governo;

III - a elaboração de projetos referentes à captação de recursos

financeiros para o desenvolvimento do Município, junto a outras esferas Estaduais e Federais;

IV - a coordenação dos assuntos relativos à formulação e acompanhamento da execução e avaliação da administração e dos resultados do planejamento Municipal;

V - executar e fazer cumprir as demais atribuições pertinentes determinadas pelo Chefe do Poder executivo.

Seção III

Da Procuradoria Jurídica

Art. 6º - A Procuradoria Jurídica é o órgão de assessoramento técnico-jurídico ao Prefeito e de representação judicial do Município, competindo-lhe:

I - Representar em Juízo ou fora dele, os direitos e interesse do Município;

II - Assessoramento ao Prefeito e outros órgãos da administração quando solicitado, sobre assuntos de natureza jurídica, emitindo os respectivos pareceres;

III - A redação de anteprojetos de Lei, regulamentos, contratos e outros atos administrativos de natureza jurídica;

IV - A cobrança judicial e amigável da dívida ativa tributária e não tributária do Município;

V - Organização e atualização da coletânea de Legislação Municipal, Estadual e Federal, bem como de Jurisprudência e doutrinas de interesse do Município;

VI - Proceder o registro e arquivamento dos atos normativos da administração Municipal;

VII - Proposição de medidas de caráter jurídico que visem proteger o patrimônio dos órgãos da administração pública Municipal;

VIII - A condução dos inquéritos administrativos;

IX - Exercer funções Jurídico-consultivas em relação à administração;

X - Desempenhar outras atividades afins.

Parágrafo Único - Está subordinado a Procuradoria Jurídica, a Assessoria Jurídica.

Seção IV

Da Assessoria de Comunicação Social

Art. 7º - A assessoria de comunicação social é o órgão de representação social política do Chefe do Poder Executivo, competindo-lhe:

I - Coordenar e promover a comunicação social e política da Prefeitura;

II - O planejamento e a coordenação do desenvolvimento de campanhas institucionais e educativos realizados pela administração Municipal, com a colaboração das Secretarias Municipais diretamente envolvidas;

III - Promoção integrada e administrativa de todos os setores da Prefeitura no que se refere a comunicação e imprensa;

IV - Estudos técnicos e planejamento sob sua coordenação de plano básico de comunicação social com todas as unidades administrativas;

V - Registrar fotograficamente, os acontecimentos e eventos municipais;

VI - Promover entrevistas e encontros do interesse da administração municipal;

VII - Coletar, redigir e transmitir aos meios de comunicação social informações relativas aos interesses da administração pública;

VIII - Manter um sistema de arquivamento dos elementos usados para a confecção do material informativo, tanto divulgado como recebido;

IX - Editar o boletim oficial do Município e outras publicações jornalísticas ou institucionais de interesse da administração Municipal;

X - Manter um sistema de arquivamento dos elementos usados para a confecção do material informativo, tanto divulgado como recebido;

XI - Preparar minutas de pronunciamento oficial, na forma solicitada pelo Prefeito;

XII - Elaborar material jornalístico para a difusão de atos e fatos da administração Municipal, de acordo com a especificidade de cada veículo de comunicação social, seja rádio, jornal, televisão ou revistas especializadas;

XII - Desempenhar todas as demais atividades afins determinadas pelo Prefeito.

Seção V

Da Coordenadoria da Defesa Civil

Art. 8º - A coordenadoria do Sistema da Defesa Civil é o órgão central de coordenação das atividades do Sistema de Defesa Civil, na forma da legislação pertinente, competindo-lhe:

I- Coordenar, em nível local, o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social

II- organizar e promover campanhas educativas de utilidade pública e no âmbito escolar, para difusão e prática da cultura preventiva de acidentes domésticos e suporte básico da vida com o objetivo de evitar ou minimizar as perdas humanas e sócio-econômicas desses acidentes;

III- articular permanente com os órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil e do Sistema Estadual de Defesa Civil, quando for o caso, na forma da legislação em vigor;

IV- outras atribuições de natureza inerente ao critério dos órgãos Federal e Estadual.

Seção VI

Da Coordenadoria do PROCON

Art. 9º - A coordenadoria do PROCON é o órgão central de coordenação das atividades de defesa do consumidor, na forma da legislação pertinente, competindo-lhe:

I - a nível local, coibir fraudes e abusos contra o consumidor, e prestar-lhe orientação permanente sobre os seus direitos e garantias;

II- Fiscalizar, autuar e aplicar sanções administrativas na forma da legislação pertinente à proteção e defesa do consumidor, aos responsáveis por condutas que violem as normas protetivas das relações de consumo, bem como fiscalizar preços, abastecimento, qualidade, origem, características, composição, garantia, prazos de validade e segurança de produtos e serviços, dentre outros;

III- Solicitar à polícia judiciária a instauração de procedimentos para apuração de infração contra o consumidor e contra a ordem econômica, nos termos da legislação vigente;

IV- Levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de qualquer ordem que violem os interesses difusos, coletivos ou individuais dos consumidores;

V- Representar ao Ministério Público competente, para fins de adoção de medidas processuais, penais e civis, no âmbito de suas atribuições dentre outras relacionadas à proteção e defesa dos consumidores;

VI- Outras atribuições de natureza inerente, previstas na legislação, de acordo com a demanda local.

Seção VII

Da Secretaria Municipal de Finanças e Administração

Art. 10 - A Secretaria Municipal de Finanças e Administração é o órgão de controle administrativo e assessoramento ao Prefeito e demais órgãos, sendo responsável pela execução das atividades de gestão administrativa, financeiras, contábeis e de prestação de contas nos diversos níveis da legislação.

Parágrafo Único - O Secretário de Finanças e Administração será auxiliado diretamente pelos diretores das subunidades, cuja responsabilidade é coordenar os órgãos que compõem a Secretaria.

Art. 11 - Subordinam-se diretamente ao Secretário Municipal de

Finanças, Administração e Planejamento os seguintes órgãos:

I – Gerência de Finanças

I.1 - Diretoria de Contabilidade;

I.2 - Diretoria de Arrecadação e Tributação;

I.3- Diretoria de Finanças;

I.4 -Diretoria de Fiscalização.

II – Gerência de Administração

II.1 - Diretoria de Recursos Humanos;;

II.2 - Diretoria de Serviços Administrativos.

II.3 - Diretoria de Compras

Sessão VIII

Da Gerência de Finanças

Art.12 - Compete à Gerência de Finanças a coordenação das atividades das diretorias de contabilidade, arrecadação e tributação, finanças e fiscalização, compreendidas as ações de gerenciamento operacional, administração do quadro de pessoal alocados nas respectivas diretorias e atividades afins determinadas pelo secretário da pasta.

Subseção I

Da Diretoria de Contabilidade

Art. 13 – Compete a Diretoria de Contabilidade, basicamente:

I - Normalização das atividades contábeis e de controle interno junto aos órgãos da administração direta e indireta;

II - Elaborar em conjunto com a diretoria de Planejamento, o orçamento-programa anual, o orçamento plurianual de investimentos e as Leis de diretrizes orçamentária, na forma e tempo previsto em Lei;

III - Empenhar as despesas e fazer o controle dos créditos orçamentários;

IV - Preparação de balancetes mensais, balanços gerais e prestação de contas de recursos financeiros oriundos de outras esferas do governo;

V - Programar, executar, controlar e avaliar toda contabilidade municipal, na forma da legislação pertinente e normas dos órgãos de controle externo;

VI - Controlar a movimentação das receitas de impostos transferidas pelo estado e pela União;

VII - Controlar a movimentação de transferências financeiras recebidas de órgãos do Estado e da União, inclusive outros fundos especiais;

VIII - Estudar, classificar, escriturar e analisar os atos administrativos municipais, de forma analítica e sintética;

IX - Prestar contas dos recursos financeiros recebidos pelo Município, conforme as disposições legais pertinentes, inclusive de acordos e convênios e outros ajustes;

X - Preparar relatórios informativos referentes a situação financeira e patrimonial da Prefeitura;

XI - Colocar as contas do Município a disposição da população para exame e apreciação;

XII - Controlar a prestação de contas de recursos repassados e recebidos através de convênios;

XIII - Desempenhar outras funções afins.

Parágrafo único. Subordina-se diretamente à Diretoria de Contabilidade, o Setor de Empenhos.

Subseção II

Da Diretoria de Arrecadação e Tributação

Art. 14 – A Diretoria de Arrecadação e Tributação, compete basicamente:

I - Proposição de políticas tributárias e financeiras de competência do Município;

II - Exercer a direção da administração tributária, incluindo o cadastramento, lançamento, arrecadação, fiscalização e cobrança

administrativas dos débitos tributários e não tributários;

III - Assessoramento do Prefeito e demais órgãos da administração municipal no que se refere aos assuntos fiscais, financeiros e de custos;

IV - O controle e o acompanhamento da execução orçamentária, juntamente com a diretoria de planejamento;

V - Fiscalizar e controlar a execução orçamentária no que se refere a legalidade dos atos que resultam a arrecadação de receitas e a realização de despesas;

VI - Dirigir, orientar, executar e fiscalizar o processo de Tributação Municipal;

VII - Promover a cada dois anos o cadastro técnico, sua atualização e expansão no que se refere as edificações no Município;

VIII - Arrecadar rendas ou receitas municipais expedindo boletins de arrecadação;

Parágrafo único. Subordina-se diretamente à Diretoria de Arrecadação e Tributação, o Setor de Cadastro.

Subseção III

Da Diretoria de Finanças

Art. 15 – À Diretoria de Finanças compete basicamente:

I – a execução dos serviços de recebimentos, pagamentos, guarda, movimentação, controle e fiscalização das receitas municipais;

II – zelar para que as unidades orçamentárias tenham a soma de recursos necessários para execução do programa anual de investimentos, bem como para manter o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada;

III – pagar despesas autorizadas e devidamente processadas;

IV – Movimentar os recursos financeiros do Município, através de via bancária;

V – arrecadar as receitas municipais na forma estabelecida, legal e formalmente;

VI - escriturar a movimentação dos recursos financeiros do Município;

VII – movimentar os recursos financeiros do Município, na forma autorizada, obedecendo aos princípios gerais dos registros contábeis públicos;

VIII -Executar as tarefas que lhes forem determinadas pelo Secretário de Finanças, Administração e Planejamento.

Subseção IV

Da Diretoria de Fiscalização

Art. 16-. Compete a Diretoria de Fiscalização, basicamente:

I – fiscalizar o cumprimento da legislação tributária, fiscal e de postura do Município, bem como, demais disposições legais e regulamentares pertinentes;

II – localizar evasões ou clandestinidades de receitas municipais, notificando e aplicando penalidades previstas em lei e regulamento do Município; e

III – executar outras atividades afins, bem como, as que lhes forem atribuídas pela legislação municipal.

Sessão IX

Da Gerência de Administração

Art.17 - Compete à Gerência de Administração e Planejamento a coordenação das atividades das diretorias de recursos humanos, serviços administrativos e compras, compreendidas as ações de gerenciamento operacional, administração do quadro de pessoal alocados nas respectivas diretorias e atividades afins determinadas pelo secretário da pasta.

Subseção I

Da Diretoria de Recursos Humanos

Art. 18 – Compete basicamente, a Diretoria de Recursos Humanos, o seguinte:

I - A proposição de política sobre administração de pessoal e dos planos de classificação de cargos, empregos ou funções com as respectivas remunerações;
II - Programação e gerência de recrutamento, seleção registro, controle funcional, pagamento e demais atividades relativas ao pessoal da Prefeitura;
III - Coordenar o relacionamento do executivo com os órgãos representativos dos servidores municipais;
IV - Providenciar o cumprimento das obrigações e encargos sociais, na forma estabelecida;
V - Conceder férias e licenças regulares aos servidores;
VI - Promover e executar os serviços relativos a segurança básica e necessária ao trabalho;
VII - Lavrar apostilamento;
VIII - Coordenar concurso público para ingresso, e remuneração compatível, valorizando os servidores públicos;
IX - Desempenhar de outras atividades que lhe forem delegados na forma da Lei;
X - Processar sindicância e demais procedimentos disciplinares, mediante prévia constituição de comissão específica.

Subseção II Da Diretoria de Serviços Administrativos

Art. 19 – A Diretoria de Serviços Administrativos, compete basicamente:

I - Elaboração e implantação de normas e controles referentes à administração de material e patrimônio da Prefeitura;
II - Coordenação dos serviços da Secretaria Geral, arquivo, comunicação interna, limpeza, portaria, recepção, protocolo, vigilância e zeladoria do paço Municipal;
III - Dirigir, coordenar e executar as atividades de organização e método, junto a órgãos e entidades do Município;
IV - Providenciar o competente registro do tombamento de objetos móveis e imóveis considerados de interesse artístico cultural ou de valor histórico para o Município;
V - Promover o cadastro dos bens Municipais, realizando inventários periódicos;
VI - Manter dados estatísticos sobre materiais, o seu consumo, durabilidade, estado, preços e conservação;
VII - Promover o recebimento, tombamento, identificação, cadastro, avaliação e incorporação;
VIII - Executar todas as demais atividades afins;
Parágrafo Único – A Diretoria de Serviços Administrativos que compreende:
a) Setor de Controle do Patrimônio;
b) Setor de Secretaria Geral.

Subseção III Da Diretoria de Compras

Art. 20 – Compete a Diretoria de Compras basicamente:
I - Licitar compras ou aquisições, vendas ou alienações, na forma prevista na Legislação pertinente;
II - Elaborar e atualizar o cadastro dos fornecedores do Município;
III - Providenciar a documentação legal das doações ativas e passivas;
IV - Implantação normativa com os respectivos procedimentos no processamento das licitações para aquisição de materiais, realização de serviços de interesse do Município;
V - Promover medidas visando à programação de compras;
VI - Manter atualizado o controle de materiais;
VII - realizar outras atividades relativas à administração de compras e material que lhe forem atribuídas na forma da Lei.
Parágrafo único. Subordina-se diretamente à Diretoria de Compras, o Setor de Licitações e Contratos.

Seção X Da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos

Art. 21 – A Secretaria de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos é o órgão de assessoramento do Prefeito com relação a realização de Obras e Serviços Públicos do Município.

Parágrafo Único – O Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos será auxiliado diretamente pelo gerente de obras e diretores das subunidades, cuja responsabilidade é coordenar os órgãos que compõem a Secretaria.

Art. 22 – Subordinam-se ao Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos os seguintes órgãos:

I – Gerência de Obras
I.1 - Diretoria de Obras e Infraestrutura;
I.2 - Diretoria de Serviços Urbanos;
I.3 – Diretoria de Trânsito
I.4 -Diretoria de Estradas e Rodagens.

Subseção I Da Gerência de Obras

Art. 23 - Compete à Gerência de Obras a coordenação das atividades das diretorias de obras, infraestrutura, serviços urbanos e estradas e rodagens, compreendidas as ações de gerenciamento operacional, administração do quadro de pessoal alocados nas respectivas diretorias e atividades afins determinadas pelo secretário da pasta.

Subseção II Da Diretoria de Obras e Infraestrutura

Art. 24 – A Diretoria de Obras Compreende basicamente:
I - Execução e direção das Obras Públicas Municipais em consonância com as diretrizes traçadas pelo planejamento municipal;
II - Apoiar a Diretoria de Planejamento na elaboração de Projetos de Obras Públicas e respectivo orçamento;
III - Programar e controlar a execução das Obras Públicas realizadas pelo Município;
IV - Orientar e acompanhar a fiscalização de construções públicas e particulares mantendo atualizado o arquivo de plantas e edificações particulares;
V - Orientar e fiscalizar a correta execução do Código de Obras e Lei de Zoneamento parcelamento e do solo e outras partes integrantes do plano diretor;
VI - Opinar, quando solicitado, no licenciamento para localização e funcionamento de atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, com relação as normas em vigor;
VII - Assessorar os demais órgãos municipais quando solicitado.

Subseção III Da Diretoria de Serviços Urbanos

Art. 25 – A Diretoria de Serviços Urbanos, compreende basicamente:
I - Execução de atividades concernentes à conservação das vias e logradouros públicos, bem como das instalações em geral destinados a prestação de serviços à comunidade;
II - Dirigir os serviços de transporte, guarda e manutenção e controle de veículos e equipamentos pertencentes ao patrimônio público municipal;
III - Traçar diretrizes e propor medidas visando a eficiência do sistema de transporte público de passageiros no Município;
IV - A realização de estudos e proposição de medidas para a preservação do meio ambiente, no que concerne aos recursos naturais, paisagísticos e outros que asseguram a qualidade de vida da população, mantendo permanente coordenação com as Secretarias Municipais;
V - Aplicação e fiscalização no cumprimento das normas referentes à proteção dos ecossistemas;

VI - Realizar a conservação de parques, praças e jardins, proteger as áreas verdes e arborizar as vias e logradouros públicos;
VII - Administração dos serviços de coleta e disposição de resíduos tóxicos do interior do Município.
VIII - O desenvolvimento de programas e campanhas educativas visando a conscientização da população na preservação dos ecossistemas juntamente com as Diretorias do Meio Ambiente e Orientação Pedagógica;
IX - Estabelecer controle da quilometragem e do consumo de cada veículo;
X - Executar outras atividades afins previstas na legislação municipal.

Subseção IV Da Diretoria de Trânsito

Art. 26 – A Diretoria de Serviços Trânsito, compreende basicamente:
I - A administração, fiscalização, regulamentação e controle dos transportes públicos Municipais, concedidos ou permitidos incluindo o transporte coletivo urbano, táxis, transporte de escolares e transportes especiais;
II - Administração dos serviços de sinalização e trânsito, em articulação com os órgãos estaduais afins;
III - A fiscalização do cumprimento das normas relativas às posturas municipais no que se refere ao trânsito e a sinalização;
IV - Supervisionar e fiscalizar o funcionamento do terminal rodoviário;
V - Implantar e manter atualizado o controle estatístico de ocorrências que ocasionam paralisação dos equipamentos rodoviários;
X - Executar outras atividades afins previstas na legislação em articulação com os órgãos estaduais e federais afins.

Subseção V Da Diretoria de Estradas e Rodagens

Art. 27 – A Diretoria de Estradas e Rodagens, compreende basicamente:
I - A realização de estudos para execução de infraestrutura das vias e logradouros públicos;
II - Manutenção dos serviços de iluminação, conservação e limpeza das vias e logradouros públicos;
III - Responder pela guarda, segurança e manutenção do equipamento a disposição;
IV - Executar rigoroso e completo controle de combustíveis e lubrificantes;
V - Estabelecer programas de manutenção preventiva de veículos;
VI - Conhecer e apurar junto a cada operador, as irregularidades de cada veículo em sua disposição;
VII - Abertura, conservação e melhoramento do sistema viário através do revestimento primário, calçamento com pedras e/ou pavimentação asfáltica;
VIII - Conservação e melhoramento de estradas vicinais, através da criação de zeladorias específicas.
IX - Desempenhar outras funções afins determinadas pelo Secretário.
Parágrafo Único – Subordinam-se a Diretoria de Estradas e Rodagens:
a) Setor de Serviços Gerais
b) Setor de Manutenção de Veículos

Seção XI Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Art. 28 – A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte é o órgão da Prefeitura Incumbido de planejar e executar a política de ensino, cultura e esporte do Município.

Parágrafo Único – O Secretário Municipal de Educação, Cultura e

Esporte será auxiliado diretamente pelos órgãos das subunidades, cuja responsabilidade é coordenar os órgãos que compõem a Secretaria.

Art. 29 – Subordinam-se ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte as seguintes órgãos:

I – Gerência de Educação
I.1 – Diretoria de Administração da Educação;
I.2 – Diretoria de Orientação Pedagógica;
I.3 – Diretoria de Assessoria Técnica Administrativa;
I.4 – Diretoria de Transporte Escolar;
I.5 – Diretoria de Merenda Escolar.

II – Gerência de Esportes
II.1 – Diretoria de Esportes

III – Gerência de Cultura e Eventos
III.1 – Diretoria de Cultura e Eventos

Subseção I Da Gerência de Educação

Art. 30 - Compete à Gerência de Educação a coordenação das atividades das diretorias de administração da educação, diretoria de orientação pedagógica, diretoria de assessoria técnica administrativa, diretoria de transporte escolar e diretoria de merenda escolar, compreendidas as ações de gerenciamento operacional, administração do quadro de pessoal alocados nas respectivas diretorias e atividades afins determinadas pelo secretário da pasta.

Subseção II Da Diretoria de Administração da Educação

Art. 31 – A Diretoria de Administração da educação, compete basicamente:
I – coordenar os trabalhos administrativos, operacionais e burocráticos da Secretaria;
II – expedir e controlar os atos administrativos da Secretaria;
III – auxiliar a Diretoria de Recursos Humanos na coordenação e gerenciamento de pessoal, tais como: registros funcionais; controle de ponto; controle de licenças, férias e respectivas substituições; recrutamento e seleção de professores substitutos, executar o controle de transporte escolar, entre outras de natureza correlata;
IV – auxiliar o Setor de Patrimônio na guarda e controle dos bens patrimoniais da Secretaria;
V – executar outras atividades administrativas afins.

Subseção III Da Diretoria de Orientação Pedagógica

Art. 32 – A Diretoria de Orientação Pedagógica, compete basicamente:
I - A proposição e a implantação em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, da política educacional do Município, levando em consideração a realidade econômica e social;
II - A elaboração de planos, programas, projetos de educação em articulação com os demais órgãos da federação ligados a área;
III - A instalação, manutenção e orientação técnica-pedagógica dos estabelecimentos de ensino oficial do Município, com a respectiva administração;
IV - Definição do calendário escolar, bem como a fixação de normas para a organização didática e disciplinar dos estabelecimentos de ensino;
V - Estudos, organização e proposição para manutenção de cursos de formação de mão de obra para o mercado local, juntamente com a diretoria de Indústria e Comércio;
VI - O estudo e desenvolvimento de programas voltados a erradicar o analfabetismo;
VII - Promover a chamada anual à matrícula escolar do município;

VIII - Promover a integração da escola com a comunidade;
IX - Assistir ao corpo discente da rede Municipal, levando em consideração que o processo educativo se consubstancia na elevação da qualidade de ensino;
X - Estimular a organização de associação de pais e professores, Grêmio Estudantil, conselho escolar, nas escolas da rede municipal de ensino;
XI - Promover reuniões pedagógicas e administrativas destinadas à avaliação de desempenho administrativo, docente e discente;
XII - Estimular a educação para defesa da vida saudável e proteção ao meio ambiente;
XIII - Elaborar o Plano Municipal de Educação, submetendo-a a aprovação do Conselho Municipal de Educação, para posterior homologação do Prefeito Municipal;
XIV - Propor programas e conteúdo para o ensino fundamental, objetivando a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais;
XV - Articular-se com autoridades de saúde pública, na promoção de exames ou teste de saúde para o corpo discente da rede municipal de ensino;
XVI - Estimular a arborização frutífera do terreno escolar e a execução de hortas comunitárias articulada com a secretaria da Agricultura;
XVII - Elaboração e supervisão do currículo dos cursos municipais de ensino de acordo com as normas vigentes;
XVIII - Introduzir como disciplina obrigatória o ensino de língua espanhol, bem como, propor modificações no currículo escolar;
XIX - Estimular e apoiar a Casa Familiar Rural com o objetivo de facilitar a formação global dos adolescentes e dos jovens adultos, de maneira a corrigir as deficiências na formação dos agricultores;
XX - Realizar anualmente o plano de expansão;
XXI - Realizar anualmente, o levantamento da população em idade escolar;
XXII - Desempenhar outras atividades próprias da Diretoria, que lhe forem delegadas pelo Secretário;
XXIII - Promover, planejar, coordenar e controlar o ensino de 0 a 06 anos no Município.

Subseção IV

Da Diretoria de Assessoria Técnica Administrativa

Art. 33 – A Diretoria de Assessoria Técnica Administrativa, compete basicamente:

- I - Provisionar a rede escolar municipal, com instalação física, materiais e humanas adequadas ao processo educativo;
- II - Administrar o pessoal e material da rede municipal de ensino;
- III - Participar do processo para concessão de material a alunos carentes;
- IV - Estimular e promover campanhas objetivando a arrecadação escolar e inter-escolar;
- V - Auxiliar na elaboração de convênios com órgãos públicos no sentido de definir uma política de ação na prestação do ensino de 1º Grau, tornando mais eficaz a aplicação de recursos públicos destinados à educação;
- VI – Propor programas e conteúdo voltado especificamente a educação infantil em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, levando-se em consideração a realidade econômica e Social;
- VII - Desempenhar outras funções afins;

Parágrafo único. Subordina-se diretamente à Diretoria de Assessoria Técnica Administrativa:

- I – Setor de Administração do Ensino Infantil;
- II - Setor de Administração do Ensino Fundamental; e
- III - Setor de Assessoramento de Informática.

Subseção V

Da Diretoria de Transporte Escolar

Art. 34 – Compete a Diretoria de Transporte Escolar:

- I – Operacionalizar, gerir, controlar e propor melhorias, relacionadas ao programa de transporte escolar;
- II – Acompanhar as atividades laborais e a conduta dos servidores colocados à disposição do programa de transporte escolar;
- III – Zelar pela conservação e manutenção preventiva dos veículos e equipamentos do transporte escolar;
- IV - Desempenhar outras atividades próprias da Diretoria, bem como aquelas delegadas pelo Secretário.

Subseção VI

Da Diretoria de Merenda Escolar

Art. 35 – Compete a Diretoria de Merenda Escolar

- I - Executar o programa de merenda escolar no Município na forma estabelecida pelo Programa Nacional de Alimentação escolar;
- II – Acompanhar as atividades operacionais dos servidores colocados à disposição da programa de alimentação escolar;
- III – Executar o plano alimentar e nutricional e o cardápio estabelecido pelo equipe técnica pertinente;
- IV – propor medidas de melhorias na preparação da merenda escolar;
- V – estabelecer critérios de avaliação que permitam o acompanhamento do programa de merenda escolar nas diversas faixas etárias dos usuários;
- VI – Zelar pelo patrimônio público colocados à disposição do programa de merenda escolar
- VII - Desempenhar outras atividades próprias da Diretoria, bem como aquelas delegadas pelo Secretário.

Subseção VII

Da Gerência de Cultura

Art. 36 - Compete à Gerencia de Cultura a coordenação das atividades da diretoria de cultura, compreendidas as ações de gerenciamento operacional, administração do quadro de pessoal, estudos e promoção culturais e atividades afins determinadas pelo secretário da pasta.

Subseção VIII

Da Diretoria de Cultura

Art. 37 – A Diretoria de Cultura compreende basicamente:

- I - A elaboração, desenvolvimento e assessoramento técnico-pedagógico de programas culturais, junto aos educandos, em articulação com as demais Secretarias;
- II - Administrar a biblioteca; museu municipal e casa da cultura;
- III - Promover o desenvolvimento da cultura do Município, através de estímulo às artes e outras manifestações culturais, contribuindo para a liberdade de pensamento e criação, investimento, protegendo e integrando as atividades artísticas;
- IV - Promover ações através de colaboração da comunidade em conjunto com o Conselho municipal de cultura, visando proteção ao patrimônio cultural do Município através de inventários, registros, vigilância e outros meios de preservação;
- V - Elaboração de estudos, projetos e proposições para o tombamento do patrimônio que venham a ser considerados relevantes para a preservação cultural;
- VI - Organizar anualmente o calendário de eventos e providenciar festividades e acontecimentos relacionados com o calendário histórico, cultural e turístico do Município;
- VII - Apoio a articulação com as entidades locais para a promoção de feiras de artesanatos, congressos e seminários no município;
- VIII - Estudo, organização, proposições, negociação e coordenação de convênios com entidades públicas e/ou privadas para implantação de programas e projetos na área de cultura, e lazer em articulação com a Diretoria de Planejamento e Conselho Municipal de Cultura;
- IX - Desempenhar outras atividades afins previstas na legislação

Municipal.**Subseção IX****Da Gerência de Esportes**

Art. 38 - Compete à Gerência de Esportes a coordenação das atividades da diretoria de esportes, compreendidas as ações de gerenciamento operacional, administração do quadro de pessoal, promoção do esporte amador e atividades afins determinadas pelo secretário da pasta.

Subseção X**Da Diretoria de Esportes**

Art. 39 – Compete a Diretoria de Esportes, a execução da Política de Esportes do Município, cabendo em especial:

- I - A elaboração e desenvolvimento de programas esportivos;
- II - Promoção e implantação de programas de Esportes e lazer;
- III - Elaboração, organização e divulgação do calendário esportivo, difundindo a prática esportiva no Município;
- IV - Estimular a organização de associações com finalidades desportivas e de lazer com bases comunitárias;
- V - A administração de estádios, centro esportivos, praças de esportes e recreações;
- VI - Estimular a organização de esporte profissional e amador do Município;
- VII - Estimular as competições desportivas entre entidades organizadas no Município;
- VIII - Articular-se com a Diretoria da Indústria e Comércio, visando à obtenção de patrocínio para o esporte local;
- IX - Estimular e promover campanhas objetivando a sadia competição escolar e inter escolar;
- X - Promover o esporte e jogos culturais escolares;
- XI - Desempenhar outras atividades afins da Diretoria de Esportes.

Seção XII**Da Secretaria Municipal de Saúde, Direitos Sociais e Cidadania**

Art. 40 – A Secretaria Municipal de Saúde, Direitos Sociais e Cidadania tem por finalidade transformar as condições de saúde e saneamento do Município, visando níveis mais elevados de qualidade de vida da população e contribuir através de processos decisórios participativos, para criação e/ou desenvolvimento da consciência político/social Munícipe de Sombrio.

Parágrafo Único – O Secretário Municipal de Saúde, Direitos Sociais e Cidadania será auxiliado diretamente pelos diretores das subunidades, cuja responsabilidade é coordenar os órgãos que compõem a Secretaria.

Art. 37 – Subordinam-se diretamente ao Secretário Municipal da Saúde, os seguintes órgãos:

I – Gerência de Serviços Administrativos**I.1 – Diretoria de Serviços Administrativos****II – Gerência de Controle, Avaliação, Auditoria e Planejamento****II.1 - Diretoria de Vigilância Sanitária;****II.2 - Diretoria de Prevenção de erradicação de doenças infecto-contagiosas.****III – Gerência de Transportes, Controle e Suprimentos de Materiais e Manutenção;****IV – Gerência de Serviços de Saúde Bucal;****V - Gerência do Desenvolvimento Social e Ação Comunitária****V.1 - Diretoria da Criança e do Adolescente;****V.2 - Diretoria de Grupos Sociais e Ação Comunitária;****V.3 - Diretoria de Assessoria Técnica.****VI – Coordenadoria do CEAC****VII – Coordenadoria do Cadastro Único****Subseção I****Da Gerência de Serviços Administrativos**

Art. 41 - Compete à Gerência de Serviços Administrativos a coordenação das atividades da diretoria administrativa, compreendidas as ações de gerenciamento operacional, coordenação das atividades do Conselho Municipal de Saúde, propor o aporte orçamentário para a execução dos programas, administração do quadro de pessoal, atendimento e protocolo e demais atividades afins determinadas pelo secretário da pasta.

Subseção II**Da Diretoria Administrativa**

Art. 42 - Compete à Diretoria Administrativa, basicamente:

- I – elaborar e executar as normas e controles referentes à administração de material e bens patrimoniais;
- II – coordenar os serviços administrativos gerais, tais como: zelar por protocolo; recepção; comunicação interna; administração do pessoal; controle de uso e manutenção dos veículos; etc;
- III – manter os cadastros de usuários dos serviços de saúde, controle de dados estatísticos dos serviços prestados, prestar informações aos órgãos Federais e Estaduais, preparar a prestação de contas e informações ao Conselho Municipal de Saúde;
- IV – executar demais atividades afins.

Parágrafo Único – subordina-se a Diretoria Administrativa, o setor Administrativo e o Setor de Atendimento e Protocolo

Subseção III**Da Gerência de Controle, Avaliação, Auditoria e Planejamento em Saúde**

Art. 43 - Compete à Gerência de Controle, Avaliação, Auditoria e Planejamento em saúde a coordenação das atividades das diretorias de vigilância sanitária e prevenção e erradicação de doenças infecto-contagiosas, compreendidas as ações de gerenciamento operacional pertinentes ao sistema municipal de saúde, avaliação do desempenho dos indicadores do sistema, planejamento estratégico, atendimento de serviços especializados de saúde, administração do quadro de pessoal e demais atividades afins determinadas pelo secretário da pasta.

Subseção IV**Da Diretoria de Vigilância Sanitária**

Art. 44 – Compete a Diretoria de Vigilância Sanitária principalmente:

- I - O exercício pleno da vigilância Sanitária e epidemiologia, em articulação com as entidades Estaduais e Federais afins;
- II - A promoção de campanhas preventivas de educação sanitária e de vacinação em massa da população;
- III - O desenvolvimento de campanhas e programas de saúde pública, em especial na atuação médica primária, em articulação com as entidades Estaduais e Federais ligadas a área;
- IV - A realização de estudos, projetos e pesquisas para a formulação de política de saúde do Município;
- V - A administração de unidade de assistência médica e odontológica, sob a responsabilidade do Município;
- VI - A execução dos programas de Saúde visando a assistência médica e odontológica aos alunos do Município;
- VII - O estudo, proposição, negociação e aplicação e coordenação de convênio com atividades públicas e/ou privadas para a implantação de programas na área de saúde e implementação de política de saúde pública em articulação com a Diretoria de Planejamento;
- VIII - Realizar estudos e proposição em conjunto com a Secretaria do Bem Estar Social e Ação Comunitária, com vistas a assegurar à

Criança e ao Adolescente, com prioridade, o direito à vida, à saúde, a alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, a cultura, à dignidade, ao respeito a liberdade e à consciência familiar e comunitária;

IX - Dar atendimento adequado aos postos de saúde do Município;
X - Fiscalizar, na área de competência municipal, estabelecimentos comerciais, industriais e aqueles que produzem alimentos de origem animal e vegetal, objetivando a preservação da saúde pública e do meio ambiente;

XI - Cooperar na fiscalização do código de obras e de posturas municipais;

XII - Estimular ações visando a educação para a saúde comunitária, articulado com a pastoral da saúde e o Conselho Municipal da Saúde;

XIII - Estabelecer programas de ensino em serviço, para aprimoramento e estágios, destinados a profissionais e estudantes da área de saúde;

XIV - Prestar assistência materno-infantil e medicina preventiva, com ações que visem:

a) A prevenção da desnutrição;

b) Atendimento médico especializado para crianças com o acompanhamento nos diversos casos;

IXV - Garantir condições de prevenção de deficiências com prioridade para assistência Pré-natal e a infância;

XVI - Prestação de assistência de saúde materno-infantil;

XVII - Executar programas de assistência médico-odontológico nas escolas;

XVIII - Promover e incentivar a vacinação em massa de vacinação de doenças infantis;

XIX - Desempenhar outras atividades afins.

Subseção V

Da Diretoria de Prevenção e Erradicação de Doenças Infecto-Contagiosas

Art. 45 – Compete a Diretoria de prevenção e erradicação de doenças infecto-contagiosas basicamente:

I - Dar atendimento adequado a portadores de doenças infecto-contagiosas;

II - Gerenciar e supervisionar a coleta e destinação do lixo de alto risco e hospitalar, a fim de evitar infecções;

III - Planejar e supervisionar equipamentos e incineração e outros destinos do lixo, com a finalidade de erradicar as doenças infecto-hospitalares;

IV - Programar campanhas de conscientização pública relativas a saneamento básico, controle de poluição e preservação do meio ambiente;

V - Promover o levantamento dos problemas de saúde da população do Município, a fim de identificar as causas, afins de prevenir e combater as doenças;

VI - Programar ações visando à profilaxia de males causados por parasitose;

VII - Prestar assistência de saúde preventiva profilática à rede municipal de ensino;

VIII - Articular-se com autoridades Estaduais e Federais de Saúde, objetivando a obtenção de recursos financeiros, materiais e humanos destinados à execução de programas de prevenção de doenças;

IX - Participar de campanhas de saúde pública, mormente aquelas de caráter preventivo e de imunização coletivas;

X - Executar outras atividades determinadas pelo Secretário de Saúde e outras atividades previstas em Lei;

Parágrafo Único – subordina-se a Diretoria de Controle, Avaliação, Auditoria e Planejamento em Saúde, o setor de Atendimento de Serviços Especializados.

Subseção VI

Da Gerência de Transportes, Controle e Suprimentos de Materiais

e Manutenção

Art. 46 - Compete à Gerência de Transporte, Controle e Suprimentos de Materiais e Manutenção, a coordenação das atividades de transporte de pacientes, programação, agendamento, manutenção, suprimento, legalização e controle da frota, administração do quadro de pessoal, administração da estrutura física e dos equipamentos da rede municipal de saúde, manutenção, controle e suprimento de materiais de consumo e demais atividades afins determinadas pelo secretário da pasta.

Subseção VII

Da Gerência de Serviços de Saúde Bucal

Art. 47 - Compete à Gerência de Serviços de Saúde Bucal, a coordenação das atividades relacionadas aos serviços odontológicos, coordenação do Centro de Especialidades e do CPOD do município, operacionalização dos sistemas de informações, planejamento de ações educativas, preventivas e curativas em saúde bucal, administração do quadro de pessoal, administração da estrutura física e dos equipamentos dos serviços de saúde bucal e demais atividades afins determinadas pelo secretário da pasta.

Subseção VIII

Da Gerência de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária

Art. 48 - Compete à Gerência de Desenvolvimento e Ação Comunitária a coordenação das atividades das diretorias da criança e adolescente, diretoria de grupos sociais e ação comunitária e diretoria de assessoria técnica, compreendidas as ações de gerenciamento operacional, administração do quadro de pessoal alocados nas respectivas diretorias e atividades afins determinadas pelo secretário da pasta.

Subseção IX

Da Diretoria da Criança e do Adolescente

Art. 49 – Compete a Diretoria da Criança e do Adolescente:

I - Prestar atendimento a criança e o adolescente de rua;

II - Supervisão e coordenação dos trabalhos das creches, garantindo e seu andamento e o suprimento de recursos materiais e humanos, bem como a capacitação do corpo-técnico-administrativo;

III - Executar cursos de reciclagem e aperfeiçoamento para o quadro de seus servidores;

IV - Estimular o uso da cozinha alternativa, através de agente da pastoral, proporcionando o bom hábito de alimentação saudável;

V - Oferecer para criança carente cursos artesanais com trabalhos manuais e promover feiras livre para a venda desses trabalhos;

VI - Definir política e ações juntamente com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente visando o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII - Prestar atendimento a mãe gestante, e ao deficiente do Município;

VIII - Desempenhar outras atividades afins e previstas em Leis.

Parágrafo único. Subordina-se diretamente à Diretoria da Criança e do Adolescente, o Setor de Administração da Criança e do Adolescente.

Subseção X

Da Diretoria de Grupos Sociais e Ação Comunitária

Art. 50 – A Diretoria de Grupos Sociais e Ação Comunitária, compete, basicamente:

I - Representar a Prefeitura junto aos Conselhos e entidades comunitárias, coordenando as ações da Prefeitura nas instâncias e processos de participação das políticas sociais para o Município;

II - Responsabilizar-se pelo trabalho de campo nas comunidades, bairros do Município de acordo com a política de ação comunitária da Secretaria;

III - Realizar visitas domiciliares, reuniões e assembléias comunitárias, viabilizando os objetivos de conscientização e participação da comunidade;

IV - Apoiar o Conselho Municipal de Associações Comunitárias de Sombrio, visando o pleno desenvolvimento da organização comunitária;

V - Assessorar tecnicamente os diversos grupos sociais ou entidades comunitárias do Município, estimulando seu desenvolvimento;

VI - Elaborar juntamente com as entidades comunitárias, convênios com órgãos, entidades assistenciais em nível Municipal, Estadual, Nacional e Internacional;

VII - Elaborar estratégias e formas alternativas de ação articulada para o atendimento de problemas sociais, emergenciais;

VIII - Elaborar, em conjunto com o Estado, programas de combate e prevenção à violência contra pessoas;

IX - Viabilizar a política municipal de desenvolvimento social, fixando prioridades, diretrizes, normas e padrões para todo o Município;

X - Definir estratégias e formas alternativas de ações articuladas com outros órgãos públicos, entidades sociais, movimentos populares e demais representantes da sociedade civil, que direta e/ou indiretamente, possibilitem espaços de formação, apoio, proteção, lazer, trabalho, oportunidades de criação e de reflexão crítica da população;

XI - Elaborar programas de atendimento ao idoso, bem como a criação do Conselho do idoso;

XII - Assessorar os trabalhos de conscientização, organização e deliberação de entidades comunitárias, contribuindo para o desenvolvimento do espírito de associação e cidadania nos municípios de Sombrio;

XIII - Desenvolver outras funções previstas em Lei.

Subseção XI

Da Diretoria de Assessoria Técnica

Art. 51 – A Diretoria de Assessoria Técnica, compete:

I - Elaborar projetos que viabilizem recursos das entidades assistenciais Municipais, Estaduais e Federais e Internacionais, coordenando sua Execução;

II - Assessorar tecnicamente os trabalhos com grupos sociais e entidades comunitárias;

III - Encaminhar as solicitações de recursos ou serviços aos canais competentes;

IV - Propor programas e projetos à Secretaria Viabilizando as solicitações da população quanto aos recursos inerentes a política social do Município;

V - Dar suporte administrativo à Secretária viabilizando os tramites burocráticos de instituições;

VI - Secretariar as reuniões da Secretaria, elaborando as atas das mesmas;

VII - Elaborar solicitações de material administrativo, para viabilizar o bom andamento dos trabalhos da Secretaria;

VIII - Propor soluções visando colocar as crianças e adolescentes a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência crueldade e pressão;

IX - Estudar e propor programas de prevenção e atendimento especializado aos portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como sua integração social, mediante treinamento para o trabalho e a convivência, facilitando seu acesso aos bens e serviços;

X - Estudos e preposições visando proporcionar recursos educacionais e científicos para o planejamento familiar;

XI - Elaborar programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins, através da articulação com entidades públicas e privadas;

XII - O desempenho de outras atividades afins e os que lhe são atribuídos pela Legislação.

Subseção XII

Da Coordenadoria do CEAC - Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente

Art. 52 – A Coordenadoria do CEAC, compete:

I – A coordenação funcional de procedimentos administrativos e operacionais dos serviços de atendimento à criança e ao adolescente;

II – O gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados no CEAC;

III – A execução de atribuições designadas pelo superior hierárquico

IV – A elaboração de relatórios gerenciais, estatísticos e demais informações atinentes;

V – A prestação de informações aos órgãos de governo do estado e da união e demais órgãos de controle externo

VI - Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes;

Subseção XIII

Da Coordenadoria do Cadastro Único

Art. 53 – A Coordenadoria do Cadastro Único, compete:

I – A coordenação funcional dos procedimentos administrativos e operacionais dos cadastros do sistema de proteção social do município;

II – A execução de atribuições designadas pela Chefia de Departamento ou da diretoria correspondente, em atribuições análogas;

III – A prestação de informações atinentes aos sistemas de cadastro do sistema de assistência social, quando requeridas pelos órgãos de governo do estado e da união;

IV - Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes.

Seção XIII

Da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento econômico e Meio Ambiente

Art. 54. A Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente tem por finalidade transformar a realidade do produtor rural através do incentivo da prática de cooperação agrícola e ao agronegócio, diversificação das fontes de renda, entre outros de apoio ao desenvolvimento da propriedade, tornando-a mais produtiva e melhorando o nível de vida do homem do campo e, no aspecto geral, promover as condições econômicas e sociais do Município e a proteção do meio ambiente, visando níveis mais elevados na qualidade de vida da população.

Parágrafo único. O secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento econômico e Meio ambiente será auxiliado diretamente pelos Diretores das subunidades, cuja responsabilidade é coordenar os órgãos que compõem a Secretaria.

Art. 55. Subordinam-se diretamente ao Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio ambiente, os seguintes órgãos:

I – Diretoria de Serviços de Apoio à Agricultura;

II – Diretoria de Extensão Rural;

III – Gerência do Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

III.1 - Diretoria de Indústria e Comércio;

III.2. – Diretoria de Turismo, e

III.3 – Diretoria de Desenvolvimento da Pesca e Preservação Ambiental

Subseção I

Da Diretoria de Serviços de Apoio à Agricultura

Art. 56 – Compete a Diretoria de Serviços de apoio à Agricultura, basicamente:

I - A elaboração de medidas com vistas ao desenvolvimento das atividades agrícolas no município, organizando e executando

programas assistenciais e apoio aos produtores rurais;
II - A proposição de política de serviços públicos rurais, compatíveis com a necessidade da população;
III - Estimular a formação de profissionais dos agricultores no manejo e conservação dos produtos alimentares;
IV - Gestionar junto aos Governos Estadual e Federal, para que desenvolvam política e ações administrativas de prevenção de perdas pós-colheitas criando estímulo que permita ao produtor rural possuir armazéns familiares ou em grupo;
V - Planejar, executar e controlar o desenvolvimento da política agrícola do município;
VI - Articular-se com os órgãos públicos e/ou privados envolvidos nos assuntos do Município, visando à execução de atividades de interesses comum;
VII - Apoiar ações voltadas para o desenvolvimento da agricultura do Município;
VIII - Promover medidas, visando a aplicação correta de defensivos, corretivos e fertilizantes no solo;
IX - Incentivar ações voltadas para a agricultura alternativas, tais como, adubação orgânica, rotatividade de produção, controle integrado de pragas e outras práticas que visem a recuperação do solo e meio ambiente;
X - Promover medidas visando a defesa sanitária vegetal e animal;
XI - Incentivar o ensino agrícola formal e informal;
XII - Promover a implantação de viveiros para a produção de mudas de essências florestais, visando o reflorestamento e reflorestamento;
XIII - Incentivar medidas visando à proteção do solo e da boa qualidade de água;
XIV - Desenvolver ações voltadas para o abastecimento de água potável, junto a agrovilas e propriedades rurais;
XV - Incentivar o armazenamento e silagens, visando à formação de estoques reguladores;
XVI - Apoiar e incentivar a cooperação agrícola, o associativismo e outras formas de organização do produtor rural e da produção;
XVII - Incentivar e criar condições para a industrialização, conservação e comercialização de produtos agropecuários;
XVIII - Promover ações objetivando a prática de inseminação artificial e outras que visem ao melhoramento genético dos rebanhos;
XIX - Trabalhar em conjunto com o Conselho Municipal de Agricultura, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Colônia de Pescadores, apoiando e incentivando as organizações dos agricultores e dos pescadores do Município;
XX - Assegurar a produção e o abastecimento de alimentos em quantidade suficientes para a população do Município;
XXI - Introduzir novas alternativas para a agricultura;
XXII - Desempenhar outras funções designadas pelo Secretário da pasta previstas em Lei;
XXIII - Dirigir os serviços de transporte, guarda, manutenção e controle de veículos e equipamentos de responsabilidade da secretaria.

Parágrafo Único – subordina-se a Diretoria de Serviços de apoio à Agricultura, o setor de Serviços de apoio à Agricultura.

Subseção II

Da Diretoria de Extensão Rural

Art. 57 – Compete a Diretoria de Extensão Rural, basicamente:

- I - Incentivar a implantação de programas visando a qualificação dos serviços do meio rural;
- II - Incentivar e apoiar a implantação de cursos de trabalhos artesanais;
- III - Desenvolver e incentivar a criação de hortas comunitárias;
- IV - Orientar a ocupação dos espaços do solo ociosos com plantas frutíferas, hortigranjeiras e ornamentais;
- V - Dar treinamento sobre industrialização e conservação caseira de produtos agrícolas;
- VI - Incentivar e apoiar o trabalho de medicina caseira em conjunto

com a pastoral da saúde;

VII - Incentivar e apoiar a proteção e preservação do meio ambiente articulado com a Diretoria de meio-ambiente;

VIII - Desempenhar outras funções afins.

Subseção III

Da Gerência do Desenvolvimento Econômico e Preservação Ambiental

Art. 58 - Compete à Gerência do Desenvolvimento Econômico e Preservação Ambiental a coordenação das atividades das diretorias de Indústria e Comércio, turismo e desenvolvimento da Pesca e Preservação Ambiental, compreendidas as ações de gerenciamento operacional, administração do quadro de pessoal alocados nas respectivas diretorias e atividades afins determinadas pelo secretário da pasta.

Subseção IV

Diretoria de Indústria e Comércio

Art. 59 – Compete a Diretoria de Indústria e Comércio basicamente:

- I - Promover e organizar o desenvolvimento da Indústria e Comércio do Município;
- II - Incentivar e apoiar a instalação, ampliação e modernização de indústrias no município;
- III - Estimular e apoiar a micro, média e grande empresa no município;
- IV - Fazer observar os critérios ecológicos de não agressão ao meio ambiente quando da instalação de indústria no Município;
- V - Promover e apoiar feiras, exposições e outros eventos de interesse da indústria e do comércio do município;
- VI - Desenvolver outras funções delegadas pelo Secretário;
- VII - Desenvolver projetos de economia popular alternativa, mobilizando recursos humanos e materiais do próprio município, respeitando suas especificidades culturais e a preservação do meio ambiente;

Subseção V

Da Diretoria de Turismo

Art. 60 – Compete basicamente a Diretoria de Turismo:

- I - Incentivo a empreendimentos turísticos geradores de emprego e renda;
- II - Divulgação dos pontos de interesse turístico do Município;
- III - Incentivar o turismo urbano e rural no Município;
- IV – Contato permanente com entidades públicas e privadas, visando o desenvolvimento turístico municipal;
- V - Representação e divulgação do Município em eventos de diversas natureza em âmbito interno e externo;
- VI - Desempenhar outras funções determinadas pelo Secretário e previstas em Lei.

Subseção VI

Da Diretoria de Desenvolvimento da Pesca e Preservação Ambiental

Art. 61. Compete à Diretoria de Desenvolvimento da Pesca e Preservação Ambiental, basicamente:

- I - Promover a execução dos serviços de dragagens, açudagens, irrigação, e o desenvolvimento da piscicultura;
- II – propor a elaboração de normas legais relativas ao controle da paisagem urbana, da poluição ambiental em todas modalidades, bem como, relativas a reflorestamento e arborização de vias e logradouros públicos;
- III – definir normas e padrões técnicos relativos a obras de tratamento dos recursos hídricos, de córregos e de saneamento, relativas ao tratamento e destino do lixo;
- IV – registrar e controlar a concessão de direito de pesquisa e exploração de recursos naturais no município, visando a aplicação de

medidas jurídicas cabíveis;

V - elaborar estudos, seminários, palestras, encontros e formular a política municipal relativa ao meio ambiente e organizar sistema de administração da qualidade ambiental, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, fornecendo subsídios à elaboração de relatório de impacto no meio ambiente-RIMA;

VI – fornecer normas para a coleta regular do lixo reciclável e propor preço para os produtos resultantes do processo de tratamento de lixo;

VII – fixar normas relativas aos serviços de manutenção e conservação de parques, praças e áreas verdes;

VIII – escolher áreas necessárias à instalação de aterros sanitários;

IX – promover com os municípios que ficam às margens da Lagoa do Sombrio, estudos e projetos de preservação em conjunto do referido ecossistema lacustre;

X – desenvolver trabalhos articulados com a Micro-Região no que se refere à busca de recursos para projetos de despoluição da região; e

XI – desempenhar outras funções determinadas pelo Secretário e previstas em Lei”.

CAPITULO IV

DOS ÓRGÃOS DE COLABORAÇÃO COM O GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL

Art. 62 – São órgãos de colaboração com o governo Federal e Estadual;

I - Da Junta de Serviço Militar;

II - Da Unidade Municipal de Cadastramento - INCRA

III - Da Unidade de Expedição de Carteiras de identificação e Trabalho.

Seção I

Da Junta de Serviço Militar

Art. 63 – A Junta de Serviço Militar é órgão representativo do Serviço Militar no Município, prestando assistência e atendimento aos municípios na regularização de documentação Militar e presidida pelo Prefeito Municipal.

Seção II

Da Unidade Municipal de Cadastramento – INCRA

Art. 64 – A Unidade Municipal de Cadastramento - INCRA, é o órgão encarregado de dar orientação aos proprietários Rurais, no Município, fazendo executar os convênios firmados com a Municipalidade.

Parágrafo Único – Dirige a unidade, no Município, a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

Seção III

Da Unidade de Expedição de Carteiras de Identificação e do Trabalho

Art. 65 – A unidade de expedição de carteiras de identificação e do trabalho, é o órgão que, junto a Prefeitura Municipal, encarrega-se desses afazeres em convênio de delegação de encargos firmados entre a Municipalidade e, respectivamente, a Secretaria Municipal de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e do Ministério do Trabalho.

Parágrafo Único – A Unidade de expedição de Carteiras de identificação e do trabalho é subordinada, diretamente, ao Gabinete do Prefeito.

CAPITULO V

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 66 – As atividades gerais da Administração Municipal

obedecerão aos princípios fundamentais descrito neste capítulo e demais disposições decorrentes desta Lei, a saber:

I - Planejamento;

II - Coordenação;

III - Descentralização;

IV - Delegação de Poderes;

V - Controle;

VI - Racionalização e Produtividade.

Seção I

Do Planejamento

Art. 67 – O Planejamento, como princípio fundamental, visa promover o desenvolvimento econômico e social do Município, compreendendo a elaboração do:

I - Plano Plurianual;

II - Diretrizes Orçamentária;

III - Orçamentos Anuais Participativos;

IV - Plano Diretor de Desenvolvimento;

V - Levantamento Sócio Econômico do Município;

VI - Programas Anual de Trabalho.

Parágrafo Único – O Governo Municipal estabelecerá, na elaboração e execução de seus programas, o critério de prioridade, segundo as especificidades das obras ou serviços que visem o atendimento do interesse coletivo.

Seção II

Da Coordenação

Art. 68 – A Coordenação é exercida, como princípio fundamental em todos os níveis, mediante:

I - Atuação de Diretorias Individuais;

II - Realização sistemática de reuniões com a participação dos Diretores e Subordinados;

III - Instituição e Funcionamento de comissões de coordenação em cada nível administrativo.

Seção III

Da Descentralização

Art. 69 – A descentralização é exercida como princípio fundamental, mediante:

I - Dentro dos próprios quadros da Administração Municipal, do nível de Direção para o de execução;

II - Da Administração central para administração descentralizada.

Seção IV

Da Delegação de Poderes

Art. 70 – A delegação de poderes é utilizada como instrumento de descentralização administrativa, com o objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade as decisões, situando-se nas proximidades dos fatos.

Seção V

Do Controle

Art. 71 – O controle é o instrumento de acompanhamento de avaliação dos resultados, compreende:

I - O controle, pela Diretoria, compete a execução dos programas e observância das normas que governam atividades específicas de cada órgão controlados;

II - O controle e aplicação do dinheiro público e da guarda dos bens do município será feito pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e patrimônio.

Seção VI

Da Racionalização e Produtividade

Art. 72 – A racionalização e produtividade, visam assegurar a prevalência dos objetivos sociais e econômicos da ação municipal sobre as conveniências necessárias de natureza burocrática, mediante:

- I - Livre e direta comunicação horizontal entre os órgãos da administração municipal para troca de informações esclarecimentos e comunicações;
- II - Descentralização e delegação de poderes em todos os níveis da administração municipal.

CAPITULO VI DOS PROGRAMAS ESPECIAIS

Art. 73 – Os programas especiais de que trata o parágrafo 2º art. 2º, desta Lei são os seguintes:

- I - Programas especiais de trabalho, instituídos por ato do executivo, com a finalidade de alcançar objetivos relacionados com o desenvolvimento sócio econômico do Município que demandem atuação direta da Prefeitura em área não específica de atuação de outros órgãos da administração direta, indireta ou órgão colegiado da estrutura administrativa da Prefeitura;
- II - Programas especiais de Governo, instituídos por ato do Executivo, para atribuir à Secretaria Municipal a responsabilidade de coordenar ações prioritárias, que envolvam a participação de mais órgão do Governo Municipal.

Parágrafo Único – O ato do executivo que instituir programas especiais, deverá especificar:

- a) Os seus objetivos;
- b) As atividades que executará;
- c) As atribuições e competência do coordenador;
- d) O órgão à qual ficará subordinado diretamente no caso de programa especial de trabalhos;
- e) Os recursos humanos e materiais necessários ao seu funcionamento.

CAPITULO VII DA IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 74 – A estrutura administrativa estabelecida pela consolidação de que trata a presente Lei entrará em funcionamento gradualmente, na medida em que os órgãos que a compõem forem sendo implantados, segundo a conveniência da administração e a disponibilidade financeira.

Parágrafo Único – A implantação dos órgãos será realizada através de:

- a) Elaboração e aprovação do regimento interno, através de Decreto;
- b) Provimento das respectivas diretorias e chefias, e
- c) Disponibilidade de recursos materiais, humanos e financeiros indispensáveis ao seu funcionamento;

Art. 75 – Os Cargos de Comissão e as funções de confiança correspondente aos órgãos mencionados no art. 3º da presente Lei, constarão em Lei Complementar específica.

Parágrafo Único – As Secretarias Municipais poderão fixar normas e padrões técnicos para as atividades de sua competência.

CAPITULO VIII DO REGIMENTO INTERNO

Art. 76 – Fica o Poder Executivo, através de Decreto autorizado a partir da publicação desta Lei, baixar o regimento interno da Prefeitura Municipal de Sombrio, contendo no mínimo;

- a) A competência de cada uma das unidades administrativas da Prefeitura;
- b) As atribuições comuns e específicas dos servidores públicos

municipais investidos nas funções de diretor, supervisão ou chefia.

Art. 77 – O Prefeito poderá, no regimento interno de que trata este capítulo, delegar competência aos servidores investidos nas funções de diretoria, supervisão, coordenadoria e chefia para proferir despachos decisórios em primeira instância administrativa.

CAPITULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 78 – O Poder Executivo poderá instituir por Decreto, mediante prévia autorização Legislativa, comissão e conselho permanente e/ou temporários, para atender as necessidades conjunturais que demandem a atuação do Poder Público, visando incentivar e integrar a comunidade na vida administrativa da cidade.

Parágrafo Primeiro – O Poder Executivo incluirá como órgãos colegiados, instituídos na forma da Lei:

- I - Conselho Municipal de Agricultura;
- II - Conselho Municipal Autônomo das Associações
- III - Conselho Municipal de Cultura;
- IV - Conselho Municipal de Educação;
- V - Conselho Municipal de Saúde;
- VI - Conselho Municipal de Turismo; e
- VII - Conselho Municipal do Bem-Estar Social.

§ 1º – O Município instituirá outros conselhos estabelecidos em leis específicas, em especial quando instituídos pela legislação federal e estadual.

§ 2º – Os serviços prestados ao Município pelos cidadãos integrantes dos órgãos referidos neste artigo serão gratuitos e considerados relevantes.

Art. 79 – Fica o Poder Executivo autorizado a proceder no orçamento do Município do exercício de 2017, os ajustes que se fizerem necessário em decorrência desta Lei, respeitando os elementos e funções.

Parágrafo Único: O Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, será elaborado com base na estrutura administrativa de que trata a presente lei.

Art. 80 – Ficam convalidados os atos praticados até a presente com base nos dispositivos da Lei Municipal e alterações posteriores.

Art. 81 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 82 – Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Sombrio - SC, 22 de dezembro de 2016
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 101/2017

PORTARIA Nº 101 DE 04 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE LICELÇA MATERNIDADE A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder Licença Maternidade, à Servidora, Sra. GREICI PEREIRA BRISTOT, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Meio Ambiente, por 180 (cento e oitenta dias), período de 31/03/2017 à 25/09/2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de março de 2017.

Município de Sombrio - SC, 04 de abril de 2017.

Gislane Dias da Cunha
Prefeito Municipal e.e

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 097/2017

DECRETO N° 097/2017 DE 27/04/2017

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei n° 1.113 de 22 de dezembro de 2016.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente do Fundo Municipal de Saúde.

05.01.0010.0304.0008.2.025- Assistência e Vigilância Sanitária

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(55)	0.3.0.002264	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (2264)	R\$ 3.000,00
3.1.90.00(54)	0.3.0.002264	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (2264)	R\$ 9.000,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor R\$ 12.000,00 (doze mil reais), proveniente por Excesso de Arrecadação apurado no Exercício de 2017. Referente a repasse para as Atividades da Academia de Saúde (FR 2264).

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 27 de abril de 2017.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

PREGÃO 035/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo n° 040/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL n° 035/2017

Tipo: Pregão Presencial

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA: VARRIÇÃO DE RUAS, CALÇADAS, LOGRADOUROS, PRAÇAS, CANTEIROS ENTRE OUTROS LOCAIS PÚBLICOS E COLETA DE MATERIAIS (LIXO) E CORTE DE GRAMA

Entrega dos envelopes: 08:45 horas do dia 12 de maio de 2017

Abertura dos envelopes: 09:00 horas do dia 12 de maio de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 27 de abril de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tangará

PREFEITURA

PR 049/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 049/2017, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA QUE FORNEÇA MATERIAS E MÃO DE OBRA (HORA/HOMEM) PARA SINALIZAÇÃO DE TRANSITO VERTICAL E HORIZONTAL DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até as 14h00min do dia 11/05/2017, com abertura às 14h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 27 de Abril de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 029-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 029/2017

PREGAO PRESENCIAL Nº. 021/2017

Sistema de Registro de Preços

Licitação Exclusiva ME ou EPP

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a Aquisição Parcelada de Materiais de Expediente para Manutenção das Atividades dos Setores da Prefeitura Municipal, sob o sistema de Registro de Preços. O recebimento dos envelopes de propostas e habilitação será até as 08h30min do dia 15/05/2017, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a sessão terá início às 08h40min no Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos, no mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski 479, Centro, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064. Tigrinhos, 28 de Abril de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 009-2017

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

Processo Licitatório nº. 023/2016

Convênio nº. 2015TR001780

O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação do prazo de execução por mais 30(trinta) dias, referente o contrato nº. 009/2017, cujo objeto é a contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais, equipamentos, destinados à instalação de antenas de internet rural.

TIGRINHOS/SC, em 28 de Abril de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 114/2017

PORTARIA Nº. 114/2017. CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRA. ANDREIA LUCIA JERELI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal Sra. ANDREIA LUCIA JERELI, Diretora, 20 horas semanais, Comissionada, cadastrada sob matrícula nº 440/01, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 27 de Abril de 2017 à 23 de Outubro de 2017, retornando em 24 de Outubro de 2017, nos termos do art. 116 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015

Art. 116 Será concedida, mediante laudo médico, licença à servidora gestante, por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE ABRIL DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de abril de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe

Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/PMT/2017 PROCESSO DISPENSA Nº 015/PMT/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 060/PMT/2017

Processo de Dispensa nº 015/PMT/17

Objeto: Aquisição de Placas Indicativas para a Creche Bem Ti Vi, da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas/SC.

Contratado: MATHEUS S. STEINKE DOS SANTOS ME.

Valor: R\$. 963,40 (Novecentos e sessenta e três reais e quarenta centavos).

Amparo Legal: Art. 24, inciso II e art. 23, inciso I, "a", inciso II "a" Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 115/2017/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbé do Sul

PREFEITURA

PORTARIA 52/2017 NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 52, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a lei Municipal nº 636/92 alterada pela Lei 942/98;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam os membros abaixo, nomeados para integrarem o Conselho Municipal de Saúde de Timbé do Sul:

a) REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE SAÚDE:

- Titular: Vilmar Maffioletti
- Suplente: Fabiano Pelizzari Waterkemper

b) REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES:

- Titular: Maria Marilete Mota
- Suplente: Suzete Stecanella Savi

c) REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

- Titular: Valdecir Sachet
- Suplente: Renata Rovaris Biava

d) REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

- Titular: Marlon Arcaro Panatta
- Suplente: Fernando Favarin

e) REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA AMIGOS DO HOSPITAL SANTO ANTONIO:

- Titular: Celir Netto Pelizzari
- Suplente: Eliszangela Daniel Monsani

f) REPRESENTANTES DA CLASSE MÉDICA:

- Titular: Roberto Carlos Montecinos Gallo
- Suplente: Olga Estela Velasquez Tamoyo

g) REPRESENTANTES DA CLASSE ODONTOLÓGICA:

- Titular: Caroline de Matos de Souza
- Suplente: Janete Torossi

h) REPRESENTANTES DA CLASSE DE ENFERMAGEM:

- Titular: Sheila Patel Feltrin
- Suplente: Sueli Soares

i) REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS:

- Titular: Luiz Pizzoni
- Suplente: Edinara Moro

j) REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS:

- Titular: Alceu Stecanella
- Suplente: Celita Netto

k) REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES:

- Titular: Maria Cristina Bertoncini
- Suplente: Marilene Marchesini Manenti

l) REPRESENTANTES DA APAE:

- Titular: Eliandra Daniel Rovaris
- Suplente: Marilei Pezente Burigo

m) REPRESENTANTES DA COMUNIDADE CATÓLICA:

- Titular: Madeleine Catarina Triches Pezente
- Suplente: Tarcisio Rovaris

n) REPRESENTANTES DA COMUNIDADE EVANGÉLICA:

- Titular: Antonio Leopoldo de Oliveira
- Suplente: Silvia de Souza Gomes

o) REPRESENTANTES DA SOCIEDADE RECREATIVA E ESPORTIVA:

- Titular: Renato Becker Nicoladelli
- Suplente: Daniel Romão

p) REPRESENTANTES DOS CLUBES DE MÃES:

- Titular: Valquiria Aparecida Borges
- Suplente: Vilma Pelizzari Ghellere

Art. 2º - Em conformidade com o Art. 2º da Lei 942/98 o Secretário de Saúde é membro nato do Conselho e exercerá a Presidência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 25 de Abril de 2017.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 53/2017 DESIGNA PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

PORTARIA Nº 53, DE 26 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA PREGOEIRO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições e em conformidade com o Art. 53 da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor Fernando Favarin, CPF nº 095.385.129-01, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Compras, Pregoeiro do Município de Timbé do Sul, e as Senhoras Noely Sheimann Pizzolo e Lediane Sachet Albino Burigo Rosso, Equipe de Apoio nos Processos Licitatórios da modalidade "pregão".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 26 de abril de 2017.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta
Secretário de Administração e Finanças

SAMAE - TIMBÉ DO SUL**CONTRATO 2/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ARRECADAÇÃO DE CONTAS N.º 2/2017

PROCESSO N. 6/2017

I – Das Partes

CONTRATANTE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, pessoa jurídica de direito público interno, constituída sob a forma de autarquia do Poder Executivo Municipal, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob. nº 83.820.076/0001-90, com sede na Rua Carlos Savi, 365, em Timbé do Sul, SC, neste ato representada por seu Diretor, nomeado pela Portaria da FUNASA n.º 01/1998, Sr. Amarildo Scursel Alexandre, brasileiro, casado, Servidor Público Municipal, domiciliado à Rua José Panata, 384, Centro, Timbé do Sul, SC, CEP 88940-000, portador da CI n.º 13268040 SSP/SC e do CPF/MF nº 501.858.109-34, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADA – CAIXA ECONOMICA FEDERAL, instituição financeira criada pelo Decreto-Lei nº 759/69, atualmente regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05.06.2008, situada na SBS Quadra 04, Lote 3 / 4, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada, nos termos de seus atos constituídos e conforme instrumento de mandato que integra o presente contrato, por Jaime de Luca Zanette, Brasileiro, Casado, Bancário, Rua Afonso Manfredini, 14 Jardim Itália, Meleiro - SC, Cédula de Identidade nº 1.123.116 SSP-SC, CPF/MF nº 415.134.529-91, doravante denominada simplesmente CAIXA.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços, que se rege pelas cláusulas seguintes.

II - Do Objeto

CLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui objeto deste contrato a prestação de serviço destinada ao recebimento e tratamento de documentos de arrecadação da CONTRATANTE, através da rede de atendimento da CAIXA.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATANTE autoriza a CAIXA a receber contas, tributos e demais receitas devidas, adequadas ao padrão FEBRABAN de arrecadação, com prestação de contas exclusivamente em meio magnético, no(s) canal(is) de atendimento abaixo identificado(s):

- I - Guichês das Agências;
- II - Rede Lotérica;
- III - Internet Banking CAIXA;
- IV - Terminais de Auto atendimento;
- V - Correspondentes CAIXA AQUI.

Parágrafo Segundo - Para os recebimentos realizados nos canais Internet Banking CAIXA e Auto atendimento, fica a CONTRATANTE obrigada a aceitar como comprovante de pagamento o lançamento de débito no extrato de conta corrente do cliente/usuário ou recibo próprio emitido pelo canal.

Parágrafo Terceiro - Para os recebimentos realizados na Rede Lotérica e nos Correspondentes Caixa Aqui, fica a CONTRATANTE obrigada a aceitar como comprovante de pagamento o recibo emitido pelo terminal do atendente.

I - Para os recebimentos realizados no canal Correspondente Caixa

Aqui não há guarda nem entrega à CONTRATANTE, do documento físico arrecadado.

II – Os Correspondentes Caixa Aqui estão autorizados a receber documentos somente em espécie ou com utilização de cartão de débito em conta.

III - Das Obrigações da CONTRATANTE

CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATANTE providencia a emissão e remessa dos documentos de arrecadação aos clientes/usuários, não podendo em hipótese alguma utilizar os serviços da CAIXA para tal finalidade.

Parágrafo Primeiro - Para emissão dos documentos de arrecadação, a CONTRATANTE deve padronizar em um único formulário todas as suas contas, tributos e demais receitas, permitindo a automação dos serviços de arrecadação por parte da CAIXA, devendo comunicar sempre que haja qualquer alteração no seu formulário padrão de arrecadação.

Parágrafo Segundo - Os documentos devem possuir data de vencimento distribuídas durante o mês, evitando-se, assim, grande fluxo de clientes/usuários nos recintos autorizados para recebimento.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATANTE não pode em hipótese alguma utilizar o Documento de Crédito – DOC e/ou Bloqueto de cobrança como documento de arrecadação, com trânsito pelo Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis.

CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATANTE autoriza a CAIXA a receber contas, tributos e demais receitas devidas, sem cobrança de quaisquer acréscimo ao cliente/usuário independentemente do vencimento, ficando sob responsabilidade da CONTRATANTE a cobrança dos encargos das faturas pagas com atraso, no mês subsequente.

Parágrafo Único – A CONTRATANTE autoriza a CAIXA a receber, no primeiro dia útil subsequente ao vencimento, documentos, objeto deste contrato, cujos vencimentos recaírem em dias em que não houver expediente bancário.

CLÁUSULA QUARTA - A CONTRATANTE é responsável pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, devendo a CAIXA recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- I – O documento de arrecadação for impróprio;
- II – O documento de arrecadação contiver emendas, rasuras e/ou quaisquer impeditivos para leitura do código de barras.

CLÁUSULA QUINTA - A CONTRATANTE efetuará o cancelamento do pagamento, com a consequente reabertura do valor devido, para valores já repassados, quando a CAIXA comprovar, por meio de dossiê, que houve quitação irregular.

Parágrafo Primeiro - Na ocorrência da CLÁUSULA QUINTA a CAIXA efetuará o lançamento de acerto, com comunicação a CONTRATANTE, na conta de livre movimentação citada na CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, Parágrafo Primeiro.

CLÁUSULA SEXTA - A CONTRATANTE tem o prazo de 48 horas, após a recepção do meio magnético contendo os registros dos movimentos de arrecadação, para solicitar à CAIXA a regularização de eventuais inconsistências verificadas no meio magnético.

Parágrafo único – A CONTRATANTE autoriza a CAIXA a fragmentar os documentos físicos objeto deste Contrato, 90 dias após a data da arrecadação.

IV – Das Obrigações da CAIXA

CLÁUSULA SÉTIMA - A CAIXA fica autorizada a receber cheques de emissão do próprio cliente/usuário ou de terceiros, para quitação dos documentos, objeto deste Contrato, desde de que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATANTE outorga à CAIXA poderes especiais para endossar, em nome da contratante, os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação objeto deste Contrato.

Parágrafo Segundo – O valor do cheque acolhido pela CAIXA, na forma prevista no caput desta Cláusula, e eventualmente não honrado é debitado na conta de livre movimentação da CONTRATANTE mantida na CAIXA.

Parágrafo Terceiro – o cheque é entregue A CONTRATANTE, mediante assinatura de protocolo, no prazo máximo de 10 dias, contados a partir da data de devolução pelo Banco sacado, A CONTRATANTE, por sua vez, em caso de não acolher o cheque em devolução, qualquer que seja o motivo, deve entregar o cheque à CAIXA, também no prazo máximo de 10 dias contados a partir da data do seu recebimento registrado em protocolo.

CLÁUSULA OITAVA – A CAIXA está autorizada a efetuar estorno de documento de arrecadação quando constatar quitação irregular, desde que ocorra dentro da mesma data do recebimento e antes do processamento que consolida o arquivo a ser entregue no primeiro dia útil após a data de arrecadação.

CLÁUSULA NONA - A CAIXA emite comprovante de pagamento ao cliente/usuário, no ato da quitação do documento de arrecadação da CONTRATANTE, nos padrões estabelecidos para cada canal de atendimento.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os arquivos contendo os registros do movimento da arrecadação são colocados a disposição da CONTRATANTE, no primeiro dia útil após a arrecadação, por meio de transmissão eletrônica, padrão FEBRABAN, estando a CAIXA isenta da entrega dos documentos físicos.

Parágrafo Primeiro – Em caso de inconsistência no arquivo retorno apontada pela CONTRATANTE no meio magnético, a CAIXA deve manifestar-se no prazo de 48 horas, após o comunicado de inconsistência.

Parágrafo Segundo – Em caso de solicitação de disponibilização do arquivo retorno pela CONTRATANTE, observado o período conforme **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**, será cobrado tarifa conforme **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - No caso de lançamento de crédito ou débito indevido na conta de livre movimentação citada na **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**, Parágrafo Primeiro, cuja origem seja o processo de arrecadação, a CAIXA efetua lançamento de acerto e comunica a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A CAIXA fica obrigada a prestar informações à CONTRATANTE, relativas aos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores ocorridos em até 180 dias da data da arrecadação.

Parágrafo Primeiro – Na caracterização de diferenças nos

recebimentos de contas, no prazo previsto no caput desta Cláusula, cabe a CONTRATANTE o envio de cópia das contas que originaram a diferença, e respectivos comprovantes de pagamento, para regularização pela CAIXA.

V - Das Obrigações Recíprocas

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste Contrato depende de prévia concordância entre as partes, por escrito.

Parágrafo Único - Toda providência tomada tanto pela CONTRATANTE quanto pela CAIXA, visando racionalização ou aperfeiçoamento dos serviços, que resulte em alteração nos seus custos, será objeto de renegociação das Cláusulas Financeiras deste Contrato

VI – Do Repasse Financeiro

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O produto da arrecadação diária e contabilizado em “Conta de Arrecadação”, conforme COSIF/BACEN.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A CAIXA repassa o produto da arrecadação nos prazos definidos a seguir:

- I - No 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento dinheiro;
- II - No 3º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento cheque;
- III - No 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Auto atendimento e Internet;
- IV - No 3º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados na Rede Lotérica, e forma de pagamento em dinheiro;
- V - No 4º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados na Rede Lotérica, e forma de pagamento cheque;
- VI - No 3º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Correspondente Caixa Aqui.

Parágrafo Primeiro - O repasse do produto arrecadado é efetuado através de crédito em conta de livre movimentação da CONTRATANTE, nº 1084.006.8-6 Agência 1084-7 de acordo com o prazo estabelecido no caput desta Cláusula.

Parágrafo Segundo - Os valores referentes aos repasses não efetuados no prazo contratado estão sujeitos a correção com base na variação da taxa referencial de títulos federais no dia útil seguinte ao previsto no caput desta cláusula até o dia do efetivo repasse.

VII - Da Tarifa pela Prestação do Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Pela prestação de serviços de arrecadação, objeto do presente Contrato, a CONTRATANTE paga à CAIXA tarifa pelos documentos com código de barras e prestação de contas através de meio magnético, nas seguintes bases:

- I - R\$ 4,20 por documento recebido no Guichê;
- II - R\$ 3,00 por documento recebido na Rede Lotérica;
- III - R\$ 3,00 por documento recebido no Internet CAIXA;
- IV - R\$ 3,00 por documento recebido no Auto atendimento;
- V - R\$ 3,00 por documento recebido no Correspondente Caixa Aqui;
- VI - R\$ 3,00 por registro, na disponibilização de arquivo retorno.

Parágrafo Primeiro - A CAIXA debita o valor correspondente à tarifa contratada, no 1º dia útil após a data da arrecadação, na conta de livre movimentação da CONTRATANTE definida no Parágrafo Primeiro da **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**.

Parágrafo Segundo - O valor correspondente ao total apurado para a tarifa contratada, que não for repassado à CAIXA no prazo estabelecido, está sujeito a correção com base na variação da Taxa Referencial de Títulos Federais do dia útil seguinte ao previsto no

parágrafo anterior até o dia do efetivo repasse.

VIII – Da Utilização de Marcas e Logotipos

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A utilização publicitária envolvendo marcas e respectivos logotipos de propriedade das partes depende, sob qualquer pretexto, de prévia concordância escrita da respectiva proprietária, inclusive, e não limitativamente, no que se refere à produção de peças de divulgação que façam menção direta ao sistema da CONTRATANTE ou à rede de atendimento da CAIXA, que envolvam ou mencionem, diretas ou indiretamente, o serviço objeto deste Contrato.

IX – Da Vigência do Contrato

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - o presente Contrato tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo, entretanto, ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes, sem que tenha direito a qualquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 30 (trinta) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte, ou renovado por igual período mediante assinatura de Termo Aditivo.

Parágrafo Primeiro – Em caso de Renovação deste Contrato, os valores das tarifas estabelecidas na CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA serão atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, pela menor periodicidade que ela autorizar.

Parágrafo Segundo - Em função da assinatura deste Contrato, ficam revogadas, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objeto.

Parágrafo Terceiro - Decorridos 360 (trezentos e sessenta) dias sem que haja movimento de arrecadação, o sistema operacional que processa as transações de arrecadação exclui automaticamente da base cadastral as regras contratadas por este Contrato. Após a exclusão não são acatados quaisquer documentos de arrecadação da CONTRATANTE.

X – Do Foro

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Fica Eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Criciúma – SC, para dirimir questões que porventura se originem do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmaram o presente, em 2 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste Contrato.

Timbé do Sul – SC 03 de Abril de 2017.

Amarildo Scursel Alexandre
CPF: 501.858.109-34
Diretor do SAMAE

Jaime de Luca Zanette
CPF: 415.134.529-91
Gerente Agência de Turvo

TESTEMUNHAS:

Nome: Juciana Carlessi Burin
CPF: 669.450.709-72

Nome: Edna Dal Pont
CPF: 042.408.829-07

Timbó

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 04 2017 SAMAE - RÁDIOS FM

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 04/2017 SAMAE

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE torna público para conhecimento dos interessados, que está procedendo ao CREDENCIAMENTO DE EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO EM FREQUÊNCIA MODULADA (FM) QUE SEJAM SINTONIZADAS EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ, POR INTERMÉDIO DE INSERÇÕES DE 30 (TRINTA) E 60 (SESENTA) SEGUNDOS, nos termos das condições estabelecidas no instrumento convocatório.

Os interessados poderão obter a íntegra do edital no endereço eletrônico www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbó, 27/04/2017

JEAN P. B. MUSEKA

Diretor Presidente SAMAE

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 115 DE 25 DE ABRIL DE 2017

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 115

DE 25 DE ABRIL DE 2017.

O Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Comércio, Serviços e Indústria no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "RAUL BORCHARDT", situado no lado ímpar da Rua Araponguinhas, distando pelo lado direito do imóvel a partir do ponto PP, 1.026,00m da esquina formada com o lado par da Rua Figueira, com a área de 35.312,68m² (Trinta e cinco mil, trezentos e doze metros e sessenta e oito decímetros quadrados), processo D-001/2014 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente RAUL BORCHARDT, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 386, datado de 29 de janeiro de 2014 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional Rodrigo Penteado do Prado, Técnico Geomensor, CREA/SC 091.864-3, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 21.163, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.09.067.2998.001, constituído de 04 (quatro) lote e mais uma área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 25 de abril de 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito,

Meio Ambiente, Comércio, Serviço e Indústria.

Município de Timbó

Luana Paula Furtado

Arquiteta e Urbanista

CAU/SC A94462-9

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 43.2017 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2017 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o licitante, CLÉRIO SEIFERT, CPF nº. 852.588.579-72, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 08/05/2017.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 27 de abril de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

DECRETO Nº 4468, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 4468, DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 30.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

24.01.0026.0782.0046.1263.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.01.0026.0782.0046.1263.	DEMUTRAN	
24.01.0026.0782.0046.1263.	Obras e Construções - Demutran	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
031200	CONVENIO DE TRANSITO PREFEITURA-superavit	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de abril de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4469, DE 10 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 4469, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 10.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

22.01.013.392.0094.1243.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ – FCT	
22.01.013.392.0094.1243.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA e ARTE	
22.01.013.392.0094.1243.	EQUIPAMENTOS. MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FCT	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	RECURSOS ORDINÁRIOS - SUPERAVIT	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de abril de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4470, DE 13 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 4470, DE 13 DE ABRIL DE 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 30.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

23.04.006.181.0048.2400.	FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR	
23.04.006.181.0048.2400.	POLÍCIA MILITAR	
23.04.006.181.0048.2400.	MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR - FUMREPOM	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	RECURSOS ORDINARIOS – SUPERAVIT FINANCEIRO	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de abril de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4471, DE 19 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 4471, DE 19 DE ABRIL DE 2017

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 50.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09/12/2016,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2017:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13865	TRANSF - SUS/UNIÃO - MAC	50.000,00
	TOTAL	50.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2154.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2154.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2154.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13865	TRANSF - SUS/UNIÃO - MAC	50.000,00
	TOTAL	50.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de abril de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4472, DE 19 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 4472, DE 19 DE ABRIL DE 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 270.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

25.03.017.512.0104.2316	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2316	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2316	MAN. DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	270.000,00
	total	270.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	270.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de abril de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4473, DE 24 DE ABRIL DE 2017

DECRETO Nº 4473, DE 24 DE ABRIL DE 2017

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 1.424.985,37.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09/12/2016 e Lei nº 2869, de 24/04/2017,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2017:

07.01.022.661.0030.1031.	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. TRANSITO, MEIO AMBIENTE, INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
07.01.022.661.0030.1031.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
07.01.022.661.0030.1031.	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	

440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
07.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. TRANSITO, MEIO AMBIENTE, INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
07.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
07.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	212.000,00
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	124.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	550.000,00
0.10000	VINCULO LIVRE	
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.983,86
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.030,00
	TOTAL	901.013,86
08.01.020.606.0034.1037.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRICOLAS	
08.01.020.606.0034.1037.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
08.01.020.606.0034.1037.	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DO SETOR DE AGRICULTURA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
08.01.020.606.0034.1041.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRICOLAS	
08.01.020.606.0034.1041.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
08.01.020.606.0034.1041.	INCENTIVOS E MODERNIZAÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
08.01.020.606.0034.2072.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRICOLAS	
08.01.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
08.01.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	363.501,51
0.10000	VINCULO LIVRE	
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	13.350,00
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	2.120,00
	TOTAL	378.971,51
08.02.026.451.0052.1067.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRICOLAS	
08.02.026.451.0052.1067.	OBRAS MUNICIPAIS	
08.02.026.451.0052.1067.	PONTES E OBRAS DE ARTE	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13400	CONVÊNIOS DA UNIÃO	130.000,00
	TOTAL	130.000,00
	TOTAL GERAL	1.424.985,37

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 1.424.985,37 (um milhão, quatrocentos e vinte e quatro mil, novecentos e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos), autorizado pela Lei nº 2869, de 24/04/2017, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.294.985,37
	TOTAL	1.294.985,37
10.01.016.482.0066.2108.	FUNDO DE HABITAÇÃO DE TIMBÓ - FHT	
10.01.016.482.0066.2108.	FHT	
10.01.016.482.0066.2108.	MANUTENÇÃO DO FHT.	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13400	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS UNIÃO	130.000,00
	TOTAL	130.000,00
	TOTAL GERAL	1.424.985,37

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de abril de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4464, DE 20 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 4464, DE 20 DE MARÇO DE 2017

ALTERA dispositivos do Decreto nº 3885, de 15 de julho de 2015.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, e pela Legislação Ordinária pertinente,

DECRETA:

Art.1º Dá nova redação ao art.1º do Decreto nº 3885, de 15 de julho de 2015, com a seguinte descrição:

" Art.1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/45, e alterações posteriores, parte do imóvel rural, com 10.083,49m², destinada à construção da Escola Municipal Tiroleses, assim descrita: Terreno urbano, situado no lado ímpar da Rua Tiroleses, esquina formada com o lado ímpar da Rua Marília, com as seguintes confrontações: frente, estrema em segmentos de 11,48 metros e 38,54 metros com o lado ímpar da Rua Tiroleses; fundos, estrema com 74,99 metros com a área remanescente; lado direito, estrema em 133,46 metros com a área remanescente; e, lado esquerdo, em segmentos de 56,06 metros e 78,56 metros com o lado ímpar da Rua Marília, e em 24,09 metros com a curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Marília. O referido imóvel, de propriedade de Angel Administração de Bens LTDA, acha-se matriculado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 26.780, livro 2."

Art.2º Ficam ratificados os demais termos do Decreto 3885, de 15 de julho de 2015.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO CONTRATO 041.2017 - FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 041/2017

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: APAE – Associação de pais e amigos dos excepcionais de Timbó.

OBJETO: Prestação de serviços ambulatoriais para acompanhamento de pacientes, usuários do SUS, que necessitam de reabilitação em deficiência intelectual, neuropsicomotor e/ou distúrbio do espectro autista, de acordo com as normas do SUS – Sistema Único de Saúde.

VALOR ESTIMADO: R\$ 301.049,28 (trezentos e um mil, quarenta e nove reais e vinte e oito centavos)

PRAZO: 24/04/2017 a 31/12/2017

Data da Assinatura: 24/04/2017

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA NO 136, DE 1º DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 136, DE 1º DE MARÇO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
CLEUDENICE ANTUNES DA SILVA (Vacância do cargo/cadastro RH)	4041028	0	28/03/1972	978.280.761-34	44h	01/03/2017 a 30/03/2017
MARLENE WITHOEFT (Vacância do cargo/cadastro RH)	4041029	0	11/09/1964	381.779.949-72	44h	01/03/2017 a 30/03/2017
Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-16)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
MARIEL LUANA NONES (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 10/2016)	4025792	2	25/01/1995	075.767.299-02	40h	01/03/2017 a 30/03/2017
SARIANE DOS SANTOS (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 10/2016)	4041030	0	16/03/1998	108.848.029-22	40h	01/03/2017 a 30/03/2017
Cargo: Professor C						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
LUCI BEATRIZ SCHLOGL (Vacância do cargo/Aprovada no Proc.Seletivo 10/2016)	1045741	10	13/08/1963	416.565.989-49	40h	01/03/2017 a 30/03/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (Fundo Municipal de Trânsito)						

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
FABIANA LADEWIG (Vacância do cargo/Cadastro RH)	4078012	0	27/06/1993	088.624.289-44	44h	01/03/2017 a 30/03/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

Cargo: Psicólogo (GP-65)

Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ISABELLA GOULART BITTENCOURT (Vacância do cargo/Aprovada no Proc.Seleti-vo 06/2016)	40408505	0	15/10/1993	006.341.029-07	30h	01/03/2017 a 30/03/2017

Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)

Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
JEAN FIAMONCINI (Em subst..ao Servidor Jean Carlos Scoz, que se encontra em afastamento do cargo/Cadastro RH)	40408506	0	16/07/1978	005.050.209-39	35h	01/03/2017 a 30/03/2017

Cargo: Técnico em Enfermagem (SP-31)

Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
GISLAINE APARECIDA DE ALMEIDA THEO-DORINO KUEHL (Vacância do cargo/CadastroRH)	40408501	0	24/09/1979	032.395.269-05	30h	01/03/2017 a 30/03/2017

Cargo: Médico (GP-75)

Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
JAQUELINE FERRAREIS MENEGASSO (Vacância do cargo/CadastroRH)	40408457	1	08/10/1986	060.039.679-78	20h	01/03/2017 a 30/03/2017

Cargo: Atendente de Odontologia (GA-24)

Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
THAINA MARA CARDOSO (Vacância do cargo/CadastroRH)	40408504	0	10/09/1995	089.419.539-52	30h	01/03/2017 a 30/03/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 142, DE 02 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 142, DE 02 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-16)

Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
EVELIN CRISLAINE RODRIGUES (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 10/2016)	4041031	0	18/07/1990	075.674.909-35	40h	02/03/2017 a 30/03/2017

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)**

Cargo: Médico (GP-75)

Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
KELLY SCHLOTE (Vacância do cargo/Cadastro RH)	40408503	0	18/01/1991	075.440.979-19	20h	02/03/2017 a 30/03/2017

Cargo: Avaliador Físico (GP-27)

Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
CAMILA HILTRUDES NAU (Vacância do cargo/Cadastro RH)	40408507	0	17/05/1985	041.659.749-19	20h	02/03/2017 a 30/03/2017

Cargo: Agente de Saúde Pública (SG-18)

Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ANDRESSA LUANA THUROW (Vacância do cargo/Cadastro RH)	398764	1	07/09/1994	096.972.059-90	40h	02/03/2017 a 30/03/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 143, DE 02 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 143, DE 02 DE MARÇO DE 2017

Altera temporariamente a carga horária semanal de servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Professor, conforme demonstrativo de carga horária semanal, abaixo relacionado, para o ano letivo de 2017, ou seja, no período de 06/02/2017 a 21/12/2017:

a) Ensino Fundamental:

NOME	Carga horária efetiva	Carga horária substituição	Carga horária total
Carla Alexandra Weiss Moser	20h/a	20h/a	40h/a
Sálvio Antonio Zatelli	10h/a	13h/a	23h/a

Suzete Keiner Marcarini	35h/a	05h/a	40h/a
-------------------------	-------	-------	-------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 144, DE 02 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 144, DE 02 DE MARÇO DE 2017

Altera temporariamente a carga horária semanal de servidores ocupantes do cargo de provimento temporário de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, ocupantes do cargo de provimento temporário de Professor, conforme demonstrativos de carga horária semanal, abaixo relacionados, para o ano letivo de 2017 e até o término do contrato, ou seja:

a) Ensino Fundamental, a contar de 01/03/2017:

NOME	DE	PARA
Eliana Radwanski	16h/a	12h/a
Gizele Cristina Hordina	40h	20h
John Elinton Trisotto	44h/a	40h;a

b) Ensino Fundamental, a contar de 10/03/2017:

NOME	DE	PARA
Paulo Lacerda	17h/a	19h/a

c) Ensino Fundamental, a contar de 16/03/2017:

NOME	DE	PARA
Ana Paula Fachini Tiso	20h/a	40h/a
Vanderleia de Jesus Muniz Coelho Bastos Brusque	40h/a	20h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 149, DE 03 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 149, DE 03 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Professor A10

Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
LEONICE FATIMA DOS SANTOS (Professor de Apoio no atendimento de criança port.de deficiência/aprovada no Proc. Seletivo 10/2016)	393908	4	15/07/1988	065.657.459-35	20h	03/03/2017 a 10/03/2017

Cargo: Professor C10

Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
GILBRAM ZADI DOS SANTOS (Atendimento Projeto Dança-escola integral/ aprovado no Proc.Seletivo 10/2016)	4041027	0	09/09/1986	056.601.179-45	13h	03/03/2017 a 10/03/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
AMARILDO DIOGO CORREIA (Ausência de cand.aprov.em Conc.Público/ Proc.Seletivo)	1010646	5	09/09/1969	704.931.119-72	44h	03/03/2017 a 30/03/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 150, DE 03 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 150, DE 03 DE MARÇO DE 2017

Substitui membro para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 1726, de 14 de agosto de 2015, alterada pela Portaria nº 1949, de 12/04/2016, para designar em substituição membro para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, mandato até agosto de 2017, como segue:

"Art.1º...

.....

VIII – REPRESENTANTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (AMPE-Associação de Micro e Pequenas Empresas de Timbó e Indaial):

Titular: Isabel Mir Brandt, em substituição ao Agnaldo Edson Feversani

Suplente: Agnaldo E.Feversani, em substituição ao Cleones Schroeder"

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 153, DE 06 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 153, DE 06 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA						
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
EMERSON RESSUAGLI (Vacância do cargo/Cadastro RH)	4028759	1	14/10/1977	902.422.549-34	44h	06/03/2017 a 30/03/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 154, DE 08 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 154, DE 08 DE MARÇO DE 2017

Altera temporariamente a carga horária semanal de servidora ocupante do cargo de provimento temporário de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de provimento temporário de Professor, conforme demonstrativo de carga horária semanal, abaixo relacionado, para o ano letivo de 2017 e até o término do contrato, ou seja:

a) Ensino Fundamental, a contar de 13/03/2017:

NOME	DE	PARA
Adriane Fachi	17h/a	27h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 155, DE 08 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 155, DE 08 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-16)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ANDREIA PEZZINI VEINFUTER (Em subst..a Leonice Fátima dos Santos, que solicitou exoneração/Cadastro RH)	4041032	0	05/04/1981	030.536.629-73	40h	08/03/2017 a 30/03/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 164, DE 08 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 164, DE 08 DE MARÇO DE 2017

Altera a carga horária de servidora ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR A CARGA HORÁRIA de Servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação-Educação Infantil, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, conforme demonstrativo abaixo, a contar de 06 de fevereiro do corrente:

NOME	DE	PARA
Rafaela Alessandra Schneider Hinsching	12h/a	20h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 170, DE 09 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 170, DE 09 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
IVANILDES MARIA MOREIRA (Em subst..a Rossana Koffke, que se encontra em Lic.para Trat.de Saúde/Cadastro RH)	204587	10	19/04/1958	637.846.299-20	44h	09/03/2017 a 30/03/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 171, DE 10 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 171, DE 10 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01 de março do corrente,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
Cargo: Educadora Infantil B-18						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
EVA LUANA PONATH (Em subst..a Miryan R.Pacher, que se aposentou em 09/03/2017/Cadastro RH)	171522	5	07/07/1984	041.059.539-07	30h	10/03/2017 a 30/03/2017
VANDERLEIA DA SILVA MELO TESSMANN (Em subst..a Maisa Wisentheimer dos Santos, que se encontra em Lic.para Trat.de Saúde/Lic.Maternidade-Cadastro RH)	250295	18	02/11/1976	743.347.002-68	30h	10/03/2017 a 30/03/2017
Cargo: Professor C10						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período

FAGNER LUIZ SILVA (Em atendimento a Lei 11.769/2008 -obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica/Aprovado no Proc.Seletivo 10/2016)	4013247	2	25/07/1989	058.685.879-28	20h	10/03/2017 a 10/04/2017
MARCIONIR BRUNO CRISTOFOLINI (Atendimento no Telecentro /Aprovado no Proc.Seletivo 10/2016)	128414	2	03/07/1978	948.547.859-34	24h	10/03/2017 a 10/04/2017
RICARDO PUTKA (Atendimento no Telecentro /Aprovado no Proc.Seletivo 10/2016)	367443	3	24/05/1984	048.239.919-82	26h	10/03/2017 a 10/04/2017
Cargo: Motorista (SG-29)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
INGWALD ROEDER (Aumento do número de alunos no transporte escolar/Cadastro RH)	4626	4	29/07/1964	533.537.069-68	44h	10/03/2017 a 30/03/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 172, DE 10 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 172, DE 10 DE MARÇO DE 2017

Altera temporariamente a carga horária semanal de servidora ocupante do cargo de provimento temporário de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de provimento temporário de Professor, conforme demonstrativo de carga horária semanal, abaixo relacionado, para o ano letivo de 2017 e até o término do contrato, ou seja:

a) Ensino Fundamental, a contar de 01/03/2017:

NOME	DE	PARA
Maristela Siewert Kerscher	26h/a	34h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 173, DE 10 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 173, DE 10 DE MARÇO DE 2017

Altera temporariamente a carga horária semanal de servidora ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, conforme demonstrativo de carga horária semanal, abaixo relacionado, para o ano letivo de 2017, ou seja,

no período de 06/02/2017 a 21/12/2017:

a) Ensino Fundamental:

NOME	Carga horária efetiva	Carga horária substituição	Carga horária total
Bernadete Von Gilsa	20h/a	20h/a	40h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 177, DE 13 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 177, DE 13 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01 de março do corrente,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
Cargo: Professor C10						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ANDREY HEIMANN (Atendimento Projeto Dança – Escola Integral/Aprovado no Proc.Seletivo 10/2016)	4041025	0	19/09/1984	041.116.449-02	10h	13/03/2017 a 10/04/2017
LUIZA FRANZOI (Professor de Apoio no atendimento de criança portadora de deficiência/Cadastro RH)	4041026	0	15/12/1988	067.243.119-00	20h	13/03/2017 a 13/04/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Saúde)						
Cargo: Técnico em Enfermagem (SP-31)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
MARCOS WILLIAM GOMES DA SILVA (Vacância do cargo/Aprovado no Proc.Seletivo 06/2016)	40408502	0	13/08/1985	052.178.079-97	30h	13/03/2017 a 30/03/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 178, DE 14 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 178, DE 14 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01/03/2017,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
Cargo: Professo C10						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
DORISETE ROMILDA PERINI FERRARI (Atendimento a Lei 11.769/2008, que determina a obrigatoriedade do ensino de música na Educação Básica/Aprovada no Proc. Seletivo 10/2016)	248711	4	31/07/1973	898.552.059-87	19h	14/03/2017 a 10/04/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 185, DE 20 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 185, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Altera temporariamente a carga horária de servidores ocupantes do cargo de provimento temporário e efetivo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupantes do cargo de provimento temporário de Professor-Educação Infantil, conforme demonstrativo de carga horária semanal, abaixo relacionado, para o ano letivo de 2017:

a) No período de 15/03/2017 a 21/12/2017:

NOME	DE	PARA
Flaviane Chaves de Souza	20h	40h

Art.2º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor-Educação Infantil, conforme demonstrativo de carga horária semanal, abaixo relacionado, para o ano letivo de 2017:

b) A contar de 14/03/2017:

NOME	DE	PARA
Elisandra marise Willrich	40h	20h

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 186, DE 20 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 186, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal ocupante de cargo de provimento efetivo.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA			
NOME	CARGO PROVIMENTO EFETIVO	PORT.DE NOMEAÇÃO	A CONTAR DE
Sergio Fernando Genoin	Motorista	Nº 561, de 05/03/2002	16/03/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 187, DE 20 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 187, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Concede exoneração as Servidoras Públicas Municipais, de cargo de provimento temporário, lotadas na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO as Servidoras Públicas Municipais, conforme abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
ELAINE FABIANE MANNRICH CARDOSO	Auxiliar Operacional I	Nº 44, de 09/01/2017	15/03/2017
PALOMA ANDRESSA MARTINELLI MARCHI	Auxiliar Operacional I	Nº 45, de 10/01/2017	01/03/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 188, DE 20 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 188, DE 20 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98,

alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01 de março do corrente,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
SUELI STOLF (Vacância do cargo/Cadastro RH)	4041034	0	15/02/1978	043.982.539-39	44h	20/03/2017 a 10/04/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO						
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
HIAGO BRESSANIM FIDELES FERREIRA (Vacância do cargo/Cadastro RH)	4041033	0	05/08/1995	041.294.819-24	44h	20/03/2017 a 30/06/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Saúde)						
Cargo: Técnico em Enfermagem (SP-31)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
EDENIZE PIMENTEL (Vacância do cargo/Aprovada no Proc.Seletivo 06/2016)	40408509	0	31/07/1982	039.194.179-84	30h	20/03/2017 a 05/05/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 189, DE 22 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 189, DE 22 DE MARÇO DE 2017

Autoriza Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Ficam as Servidoras Públicas Municipais abaixo identificadas, autorizadas a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Camila Hiltrudes Nau	Educadora Física	03210462276 / AB
Mariane Luiza Keutmann Stédile	Assessora de Serviços-Nível I	01454217018 / AB

Art. 2º Ficam as servidoras desde já cientificadas que durante o período em que estiverem de posse do veículo, são responsáveis não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 190, DE 22 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 190, DE 22 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01/03/2017,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-16)

Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
VANESSA FERRARI FARIAS (Aumento do número de alunos/Aprovada no Proc.Seletivo 10/2016)	4030923	2	05/10/1978	298.033.358-12	40h	22/03/2017 a 10/04/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 191, DE 23 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 191, DE 23 DE MARÇO DE 2017

Altera temporariamente a carga horária semanal de servidora ocupante do cargo de provimento temporário de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de provimento temporário de Professor, conforme demonstrativo de carga horária semanal, abaixo relacionado, para o ano letivo de 2017, ou seja:

a) Educação Infantil, no período de 23/03/2017 a 21/12/2017:

NOME	DE	PARA
Marili Michelson	17h	13h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 192, DE 23 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 192, DE 23 DE MARÇO DE 2017

Designa membros para comporem a Comissão de Inventário Estoque-SEMED, da Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 2325, de 11 de abril do corrente,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO DE INVENTÁRIO ESTOQUE-SEMED, sob a presidência do primeiro, as seguintes servidoras:

- a) Claracy Maria Ferrari Butzke – CPF nº 466.389.979-04
- b) Iracema Ramos Gonzaga Pellin – CPF nº 436.700.249-72
- c) Leocádia Raquel Tamanini Bogo – CPF nº 004.996.009-16
- d) Marcia Withoeft Mellies – CPF nº 725.652.849-34

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 193, DE 23 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 193, DE 23 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01/03/2017,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (fundo Municipal de Saúde)						
Cargo: Médico (GP-75)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
FERNANDA CRISTINA DE AUGUSTINHO (Vacância do cargo/Aprovada no Proc.Seletivo 06/2016)	40408508	0	14/12/1985	057.405.809-51	20h	23/03/2017 a 04/05/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 194, DE 27 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 194, DE 27 DE MARÇO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01 de março do corrente,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ELAINE CRISTINA VOLTOLINI SCHLIKMAN (Em subst..a Patrícia M.Andreazza, que se encontra em Licença Maternidade/Cadastro RH)	4041051	0	13/09/1986	053.299.249-01	44h	27/03/2017 a 10/04/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Saúde)						
Cargo: Dentista (GP-65)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
LEONARDO YOSHIURA SOARES (Vacância do cargo/Aprovado no Proc.Seleti-vo 06/2016)	40408512	0	15/10/1982	037.372.319-90	20h	27/03/2017 a 04/05/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 195, DE 27 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 195, DE 27 DE MARÇO DE 2017

Designa Servidora Pública Municipal para exercer a função de Agente de Desenvolvimento local no Município de Timbó, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em conformidade com o artigo 85-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de Dezembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a contar desta data, a Servidora Pública Municipal BRUNA DE ANDRADE para exercício da função de Agente de Desenvolvimento Local no Município de Timbó, de que trata o art. 85-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2º O exercício da função de Agente de Desenvolvimento não será remunerado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 197, DE 30 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 197, DE 30 DE MARÇO DE 2017

Concede exoneração as Servidoras Públicas Municipais, de cargo de provimento temporário, lotadas na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO as Servidoras Públicas Municipais, conforme abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Antonia Camila Sampaio Borges dos Santos Cunha	Educadora Infantil	Nº 43, de 09/01/2017	10/04/2017
Daiane Cristina Koehler	Auxiliar de Recreação Infantil	Nº 97, de 09/02/2017	21/03/2017
Jandira Isabela Frusina	Auxiliar Operacional I	nº 87, de 06/02/2017	31/03/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 198, DE 31 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA No 198, DE 31 DE MARÇO DE 2017

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais, de cargo de provimento temporário, lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Gislaine Aparecida de Almeida Theodorino Kuehl	Técnico em Enfermagem	Nº 136, de 01/03/2017	03/04/2017
Jorge Schlichting Neto	Médico	Nº 47, de 18/01/2017	01/04/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Maria de Fátima Ferrari	Professor C	Nº 113, de 16/02/2017	03/04/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Christian Pasquali	Auxiliar Operacional I	Nº 40, de 02/01/2017	03/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 174, DE 10 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 174, DE 10 DE MARÇO DE 2017

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01 de março do corrente, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01/03/2017,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA		
NOME	CÓDIGO ÚNICO/ CONTRATO	ALTERAR PARA
ADAUTO MARTINS DE OLIVEIRA	275760 - 7	10/04/2017
ADEMAR HAHNEBACH	302724 - 5	10/04/2017
ADRIANO DALLABONA	86916 - 5	10/04/2017
AMARILDO DIOGO CORREIA	1010646 - 5	10/04/2017
ANDERSON ROMARIO KANNENBERG	4040896 - 1	10/04/2017
ANTONIO MELO DA SILVA	183040 - 2	10/04/2017
ARI HELMBRECHT	275840 - 3	10/04/2017
AUDIR PASQUALI	178470 - 5	10/04/2017
CHRISTIAN PASQUALI	4023447 - 1	10/04/2017
DITMAR HACKBARTH	3590 - 11	10/04/2017
DOUGLAS COELHO	4040917 - 2	10/04/2017
EDSON PEREIRA DOS SANTOS	294284 - 1	10/04/2017
ELSIDO KRUGER	72958 - 2	10/04/2017
EMERSON RESSUAGLI	4028759 - 1	10/04/2017
ENGELBERTO FRANZ	192317 - 5	10/04/2017
ERNESTO ROPELATO	1073990 - 3	10/04/2017
ERNSTFRIED WITHOEFT	1083201 - 10	10/04/2017
GERONIMO WACKERHAGE	4021096 - 2	10/04/2017
GILMAR JOAO TURAZZI	27561 - 5	10/04/2017
JAIR PEREIRA DOS SANTOS	1030825 - 2	10/04/2017
JANIR STRINGARI	581070 - 1	10/04/2017
JOAO OBERZINER	229989 - 4	10/04/2017
JOCELI DA SILVA NUNES	4036417 - 1	10/04/2017
JOSE MAURICIO ALVES DE SOUZA	206407 - 10	10/04/2017
LAURINDO MARIAN SCHEIDT	4040850 - 1	10/04/2017
LEONIR ALVES DE LIMA	4003250 - 2	10/04/2017
MARCIO ANTONIO FERRARI	17329 - 6	10/04/2017
MARCIO TRAEERT	250520 - 3	10/04/2017
MOACIR ANTONIO POSSAMAI	326534 - 5	10/04/2017
ROBERTO REUTER	118605 - 1	10/04/2017
ROGERIO CARL	122114 - 8	10/04/2017
SERGIO PAULO MARTINS	4040886 - 1	10/04/2017
UDO HACKBARTH	1027395 - 1	10/04/2017
WILFRID WESTPHALL	12734 - 13	10/04/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Assistência Social)

NOME	CÓDIGO ÚNICO/ CONTRATO	ALTERAR PARA
APARECIDA BUZZI	15253 - 4	31/12/2017
CACILDE VIEIRA	21105 - 3	31/12/2017
CARLA CRISTINA DURCKSEN SOUZA OHF	1067028 - 3	10/04/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

NOME	CÓDIGO ÚNICO/ CONTRATO	ALTERAR PARA
ADRIANA CRISTINA OELKE	298050 - 2	28/07/2017
ANDRE LEHMKUHL	3988961 - 2	28/07/2017
ANDRESSA MAIARA SCHUSTER DA SILVA	4002890 - 2	31/03/2017
FELIPE RAMOS DOS SANTOS	393444 - 2	28/07/2017
INGELORE SCHUSTER BUTZKE	21687 - 13	28/07/2017
INGRID PATRICIA BARBOSA	3990001 - 3	28/07/2017
KELVIN WAYNE ROCHA DE FREITAS	4040852 - 0	28/07/2017
LUANA PAULA FURTADO	4040974 - 0	28/07/2017
LUCIANA JULICE TOMELIN OBERZINER	1049712 - 2	28/07/2017
PAMELA LUIZE LONGO FACHINI	4040962 - 0	28/07/2017
ROSELI LOURDES DA ROCHA	242691 - 2	28/07/2017
TAINARA HOBOLD FISTAROL	4040871 - 2	28/07/2017

(Fundo Municipal de Trânsito)

NOME	CÓDIGO ÚNICO/ CONTRATO	ALTERAR PARA
ADEMIR LUIZ ZOBOLI	48755 - 3	28/07/2017
ALEXANDRE FORNARI BASTOS	173231 - 3	28/07/2017
FABIANA LADEWIG	4078012 - 0	28/07/2017
IRINEU RAMOS DE ANDRADE	223670 - 2	28/07/2017
JOSE MARIA RODRIGUES DA SILVA	315931 - 1	28/07/2017
MARIA ROSA LIMAS	325341 - 2	28/07/2017
ODIRLEY JOSE RIBEIRO	354066 - 4	28/07/2017
TEREZINHA APARECIDA DA LUZ	336645 - 4	28/07/2017
VITORIA BATISTA CORDEIRO	238368 - 3	28/07/2017

(Fundo Municipal de Meio Ambiente)

NOME	CÓDIGO ÚNICO/ CONTRATO	ALTERAR PARA
ESTEVAN AUGUSTO PAIFFER	429872 - 0	28/07/2017
TATIANA PASSIG	40410323 - 1	28/07/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

NOME	CÓDIGO ÚNICO/ CONTRATO	ALTERAR PARA
ALINE LANGA BENECKE	4018877 - 1	10/04/2017
ANDREA LOCH	1055526 - 11	20/12/2017

CARLOS ALBERTO STEIN MOSER FILHO	4001915 - 2	20/12/2017
DANIELA VALER DE OLIVEIRA SLOMP	385280 - 3	29/12/2017
DEBORA BARTH	3989798 - 2	29/12/2017
ELIZABETH MARIA ROCHA FERREIRA GUEDES	4040732 - 1	01/06/2017
JAYSON LUÍS GODOI	4040961 - 0	29/12/2017
KERLY CHRISTINA KURTH LIMAS	3977587 - 3	29/12/2017
LARISSA TAIANE BAYER	4040831 - 3	10/04/2017
LENITA SIQUEIRA DE MATTOS PEREIRA	4040851 - 0	16/08/2017
MAICO ROBERTO BOSHAMMER	4040977 - 0	29/10/2017
MARLY ROEPKE KIENEN	178829 - 2	20/12/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL		
NOME	CÓDIGO ÚNICO/ CONTRATO	ALTERAR PARA
GUSTAVO ALFONS PEYERL PEREIRA	4019814 - 1	29.12.2017
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
NOME	CÓDIGO ÚNICO/ CONTRATO	ALTERAR PARA
LAYDIANE APARECIDA INTIMA	4040832 - 2	29.12.2017
PAMELA FRANCINE DA SILVA OSAIDA	334154 - 2	29.12.2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 175, DE 10 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 175, DE 10 DE MARÇO DE 2017

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01 de março do corrente, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01/03/2017,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
NOME	CÓDIGO ÚNICO/ CONTRATO	ALTERAR PARA
ADRIANA FERREIRA LEITE DA ROCHA BLOEDORN	40408495 - 0	10/04/2017
ALESSANDRO MONDADORI HOFFMANN	390852 - 2	31/03/2017
ALINE VENTZ	164879 - 3	10/04/2017
AMARILDA CUNHA LOPPNOW	40408486 - 0	10/04/2017
ANA CAROLINE HILLESHEIM DA CRUZ	40408492 - 0	05/05/2017

ANA LUISA PEDRON BONA	40408499 - 0	05/05/2017
ANA PAULA DE OLIVEIRA	40408498 - 0	05/05/2017
ANA REGINA IASCHOMBEK	576735 - 1	10/04/2017
ANDERLEI TESSAROLO DEGERING	392693 - 2	10/04/2017
ANDREA DRAGER	399760 - 4	10/04/2017
ANDREAS SEIFERT	316750 - 1	10/04/2017
ANDREIA JEANINE GARCIA OSS EMER	277681 - 7	10/04/2017
ANDRESSA LUANA THUROW	398764 - 1	10/04/2017
ANGELICA ANACLETO	40408419 - 1	10/04/2017
CACIA RODRIGUES MENGARDA	73407 - 4	10/04/2017
CALEB GOMES ANDRADE	40408482 - 1	10/04/2017
CAMILA HILTRUDES NAU	40408507 - 0	05/05/2017
CARINA RENATA DAL CORTIVO DU-ARTE	345830 - 2	05/05/2017
CARLA SOARES PROBST	353337 - 1	10/04/2017
CARLOS MACEDO ANTUNES	40408421 - 1	10/04/2017
CARLOS ROBERTO DE LIZ	40408500 - 0	05/05/2017
CAROLINE HEYING	40408493 - 0	05/05/2017
CATHARINE OHANA FELIPI MAIER	40408496 - 0	10/04/2017
CHEILA CRISTINA FELIPPI EVARISTO	4013689 - 1	10/04/2017
CHEILA CRISTINA GIOTTI PEREIRA	185493 - 0	10/04/2017
CLEIA CESARINO	370665 - 4	10/04/2017
DALVA MORENA DA SILVA SALVADOR	40408452 - 1	10/04/2017
DANIELLE MORENO PARREIRA	40408489 - 0	05/05/2017
DARCIO HABOWSKY	346837 - 4	05/05/2017
DAVI DA MAIA	1064371 - 9	10/04/2017
ELIANA APARECIDA DALCASTAGNE	228648 - 4	05/05/2017
ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	363197 - 2	10/04/2017
EVERTON JOACIR RIBEIRO	40408424 - 1	10/04/2017
FLAVIA DAYANE SIMEONI	324671 - 4	10/04/2017
GISLAINE APARECIDA DE ALMEIDA THEODORINO KUEHL	40408501 - 0	10/04/2017
GUILHERME DA CUNHA GALVANI	4021142 - 1	10/04/2017
HELENAIR MACEDO ANTUNES	40408460 - 1	05/05/2017
ILIANE PERES DE LIMA HABOWSKI	305766 - 3	05/05/2017
ISABELA LAIS PRADE SCOZ	40408456 - 1	10/04/2017
ISABELLA GOULART BITTENCOURT	40408505 - 0	05/05/2017
JANDERICK DE SOUZA ALVES	255734 - 6	10/04/2017
JAQUELINE FERRAREIS MENEGASSO	40408457 - 1	10/04/2017
JEAN FIAMONCINI	40408506 - 0	10/04/2017
JESSICA CRISTINA DUMES	40408494 - 0	31/03/2017
JORGE SCHLICHTING NETO	4000978 - 2	01/04/2017
JOSELENE DRAGER WEBER	585432 - 3	10/04/2017
JOSIANE SANTOS RAMOS	312991 - 2	10/04/2017
JULIEN FREDDY SANTISTEVAN	392723 - 2	31/03/2017
JURACI KLUG	138983 - 3	05/05/2017
KAIQUE MOSER FERRAZ	4001184 - 2	05/05/2017
KELLY SCHLOTE	40408503 - 0	10/04/2017
LARISSA CARLA PIUNKOWSKI	40408433 - 1	10/04/2017
LEA ROSANA SOFKA DOS REIS	274712 - 4	05/05/2017
LIZANDRO FRAINER FURLANI	215201 - 6	05/05/2017
MAIRA PASQUALINI MARIN	315451 - 2	05/05/2017
MARCI SCHREIBER DE LIZ	40408488 - 0	10/04/2017
MARCOS ANTONIO SANCHES	297569 - 5	10/04/2017
MARCOS WILLIAM GOMES DA SILVA	40408502 - 0	05/05/2017
MARIA GIROLA FELIPPI	1087568 - 10	10/04/2017
MARIANA CRISTOFOLINI BITTEL-BRUNN	389404 - 1	05/05/2017
MICHELE ALMEIDA GUIOMARINO	4034740 - 1	10/04/2017
MORGANA BORCHARDT	40408426 - 1	05/05/2017
NORBERT NEUMAYR	218006 - 10	05/05/2017
PATRICIA LOPPNOW	40408491 - 0	05/05/2017
PRICYLLA HAGEMANN	40408490 - 0	05/05/2017
RODRIGO OLIVEIRA DA SILVA	387649 - 2	10/04/2017

ROSE VARGANAI SOARES	292206 - 2	10/04/2017
ROSELY GESSNER AGUIAR	385360 - 3	05/05/2017
ROSEMERI MORLO STANO	588261 - 3	10/04/2017
SHEILA CRISTINA LEWANDOWSKI	40408427 - 1	05/05/2017
SILVANA LONGO ROEPKE	14419 - 8	10/04/2017
SILVANE MARI MAUS	4011945 - 1	10/04/2017
SIMONI PAULI BOOS	40408497 - 0	05/05/2017
THAINA MARA CARDOSO	40408504 - 0	05/05/2017
VERA MARCIA DE LIZ	4004787 - 2	05/05/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 176, DE 10 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 176, DE 10 DE MARÇO DE 2017

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01 de março do corrente, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01/03/2017,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CÓDIGO ÚNICO/ CONTRATO	ALTERAR PARA
ADILVO FELTRIN	1078372 - 5	10/04/2017
ADRIANA BONA	3988066 - 3	10/04/2017
ADRIANA GONCALVES DE ANDRADE BALDO	367397 - 6	10/04/2017
ADRIANA PEICKER	4031890 - 2	10/04/2017
ADRIANE CRISTINA CARLINI	366587 - 4	10/04/2017
ADRIANE FACHI	4041004 - 0	10/04/2017
AGNES EMANUELA DO NASCIMENTO LUNA	4040956 - 0	10/04/2017
ALESSANDRA PETERS BERTRAM	102130 - 12	10/04/2017
ALESSANDRA REGINA ZANELLA RODRIGUES	4040980 - 0	10/04/2017
ALESSANDRA SEVERINA THEILACKER WOLTER	324990 - 2	10/04/2017
ALINE ANDREAZZA	4040938 - 0	10/04/2017
ALINE APARECIDA DOS SANTOS TEÇARI	372285 - 2	10/04/2017
ALINE LIMA DE OLIVEIRA KLEMZ	372250 - 6	10/04/2017
ALINNE TATIANE MARCARINI	306851 - 8	10/04/2017
ALZIRA BREHMER	73040 - 8	10/04/2017
AMANDA FARIAS SIMOES	228664 - 3	10/04/2017
ANA MARIA RODRIGUES DA SILVA	358690 - 5	10/04/2017

ANA PAULA DE MENDONCA FERREIRA MOURA	4001265 - 3	10/04/2017
ANA PAULA FACHINI TISO	294942 - 1	10/04/2017
ANALU LENZI KLEINSCHMIDT	221694 - 4	10/04/2017
ANDHREYA ALYNNE TAVARES PINHEIRO	4040953 - 0	10/04/2017
ANDRE ANASTACIO	256846 - 2	10/04/2017
ANDREA BEATRIZ FACHINI	399353 - 4	10/04/2017
ANDREIA DOS SANTOS	184691 - 3	10/04/2017
ANDREIA ENGEL	4041006 - 0	10/04/2017
ANDREIA JULIA KOFFKE	4040905 - 1	10/04/2017
ANDREIA MARIA FERRARI	257583 - 2	10/04/2017
ANDREIA PEZZINI VEINFUTER	4041032 - 0	10/04/2017
ANDRESSA DE ANDRADE	3979725 - 6	10/04/2017
ANDRESSA KOASKI	4040992 - 0	10/04/2017
ANGELA GRETHER KANNEMBERG	4040984 - 0	10/04/2017
ANGELITA DE SOUZA PURIM	184977 - 16	10/04/2017
ANNA PAULA TAMANINI SCHWANZ	216895 - 4	10/04/2017
ANTONIA CAMILA SAMPAIO BORGES DOS SANTOS CUNHA	4040891 - 1	10/04/2017
ANTONIA JULIANA NIZER	4040943 - 0	10/04/2017
ANTONIO CESAR WANTOWSKY	4002350 - 2	10/04/2017
APARECIDA BULE TAVARES	661139 - 6	07/05/2017
ARLETE DO ROCIO COELHO BUENO	167800 - 6	10/04/2017
ARLETE FAEZ ROCHA	22411 - 7	10/04/2017
BEATRIZ LUZIA WETZEL BEBER	340782 - 5	10/04/2017
BERNADETE GREFFIN STAROSKI	4041016 - 0	03/04/2017
BRUNA CRISTINA SARDAGNA	141160 - 3	10/04/2017
BRUNA DA SILVA LOPES	4041019 - 0	10/04/2017
CAMILA BONA	357898 - 5	10/04/2017
CAMILA FERNANDA GIOVANELLA	3986837 - 2	10/04/2017
CAMILA RAFAELLI	4040944 - 0	10/04/2017
CARLA BERTELLI	4040954 - 0	10/04/2017
CARLA EDUARDA UTZIG	4040983 - 0	10/04/2017
CARLA MARIANA DA SILVEIRA LOPES	4040934 - 0	10/04/2017
CARLA SAGAS FERREIRA DA SILVA	387070 - 4	10/04/2017
CARLOS EDUARDO SCHURE	4041001 - 0	10/04/2017
CARMEN FIEBES DAHMER	4041012 - 0	10/04/2017
CAROL GATTI DE AMORIM	4003055 - 3	10/04/2017
CAROLINE BEATRIZ SILVA ARNDT	4041008 - 0	10/04/2017
CAROLINE BONA	386669 - 4	10/04/2017
CASSIANE FERREIRA SANTO	4016343 - 3	10/04/2017
CENIR APARECIDA IGLIKOSKI LAVINSKI	558079 - 5	10/04/2017
CILMARA MORETTO DALCANALE	369187 - 4	10/04/2017
CLARA BEATRIZ PINTO RAMALHO DA SILVA	216852 - 8	10/04/2017
CLAUDETE LUCIA ZUMACH CHISTE	4040842 - 1	10/04/2017
CLEIDE LUIZA FIAMONCINI	15326 - 17	10/04/2017
CLEUDENICE ANTUNES DA SILVA	4041028 - 0	10/04/2017
CLEUSA BET	259942 - 1	10/04/2017
CRISLENE DE ASSIS MOURA DE AVIZ	4040894 - 1	10/04/2017
CRISTIANA SALVADOR	227447 - 6	10/04/2017
CRISTIANE APARECIDA CARDOSO DE SOUZA	4041023 - 0	10/04/2017
CRISTIANE CARDOZO	3994155 - 3	10/04/2017
CRISTIANE FELICIA CUNHA	4040898 - 2	10/04/2017
CRISTIANE ROBERTA BEWIAHN TOMASELLI	372587 - 6	10/04/2017
CRISTIANE TOMIO	225223 - 2	10/04/2017
DAIANA BERTI	4040794 - 2	10/04/2017
DAIANE CRISTINA KOEHLER	4040978 - 0	10/04/2017
DAIANE JAEGER	379387 - 4	10/04/2017
DAIANI MARCELINO DE JESUS	4040941 - 0	10/04/2017
DAMARA SUELEN VELLAIN SCHUMANN	4025733 - 3	10/04/2017
DANIELA CRISTOFOLINI	4040790 - 1	10/04/2017

DANIELI TAVARES	4040924 - 0	10/04/2017
DARIANE RUECKL	4041014 - 0	10/04/2017
DAYANA PRISCILLA DORIGATTI MAUKIEWICZ	398179 - 4	10/04/2017
DAYANE PERINI	250570 - 7	10/04/2017
DEBORA PUTKA	4040937 - 0	10/04/2017
DEBORA RAFAELA ROEDEL	4040597 - 1	10/04/2017
DELVAN ARAUJO DA SILVA	4040991 - 0	10/04/2017
DENISE ANUNCIATA MERINI WOLTER	204048 - 5	10/04/2017
DIEGO FRANCISCO CATAO	386529 - 2	10/04/2017
DILMA CHEQUETO	79707 - 5	10/04/2017
DIOGO AUGUSTO MOSER	386472 - 2	10/04/2017
DIRCE SORAYA JANKE SLOMSKI	42226 - 3	10/04/2017
DIRLAINE CARDOSO	4040959 - 0	10/04/2017
DIRLEIA APARECIDA BONACOLSI POSSAMAI	163406 - 9	10/04/2017
DOROTEA MOSER	4013433 - 2	10/04/2017
DOROTEIA SIDOOSKI	3998541 - 3	10/04/2017
DULCE DA SILVA ZANGHELINI	4040796 - 1	10/04/2017
EDNA DA SILVEIRA CARDOSO DA FONSECA	386650 - 4	30/04/2017
EDSON JOSE BONA	1067400 - 4	10/04/2017
ELAINE FABIANE MANNRICH CARDOSO	4035135 - 2	10/04/2017
ELEONORA MANSKE	1047540 - 6	10/04/2017
ELI AGUINALDA PFLEGER EGER	162159 - 3	10/04/2017
ELI DA SILVA	1090704 - 8	10/04/2017
ELIANA RADWANSKI	15814 - 13	10/04/2017
ELIANE GONCALVES DE LIZ	337943 - 6	10/04/2017
ELIANE LERCILIA PEREIRA FURTADO	1056182 - 17	10/04/2017
ELIANE NORATO	277444 - 22	10/04/2017
ELIANE SLOMP	12343 - 8	10/04/2017
ELIANE TAVARES	4040965 - 0	10/04/2017
ELIS REGINA FURLANETTO PEROZA	350389 - 7	10/04/2017
ELISA SEILER STRINGARI	4040960 - 0	10/04/2017
ELISANGELA KIENEN	3991440 - 3	10/04/2017
ELIZETE DE ALMEIDA	390224 - 4	10/04/2017
ELOIZE DOS SANTOS	327395 - 6	10/04/2017
ELSINHA VIEWEG	44865 - 3	10/04/2017
ELTON RICARDO POFFO	3987418 - 2	10/04/2017
EMANUELA APARECIDA CRISTOFOLINI BARCELOS	174645 - 10	10/04/2017
EMILI ADRIANA STIZ	4041013 - 0	10/04/2017
EMILIA ODORIZZI	297518 - 7	10/04/2017
ERLI MARLENE KAMPHORST FURLANETTO	4040927 - 1	10/04/2017
ESTER DE SOUZA FERREIRA DE LIMA	352330 - 2	31/03/2017
EVA LUANA PONATH	171522 - 5	10/04/2017
EVELIN CRISLAINE RODRIGUES	4041031 - 0	10/04/2017
EVELYN VIEIRA HASS	127841 - 9	10/04/2017
FABIANE ALINE EWALD	326798 - 6	10/04/2017
FABIANE JUNQUEIRA BOHMANN	4041002 - 0	10/04/2017
FABIANE LUIZA BEE PEREIRA	3996204 - 3	10/04/2017
FERNANDA CAMPESTRINI	249050 - 2	10/04/2017
FERNANDA JANETE KUHL DE FREITAS	356387 - 3	10/04/2017
FLAVIA ROSILENA POFFO	1093347 - 2	10/04/2017
FLAVIANE CHAVES DE SOUZA	4031555 - 1	10/04/2017
FRANCIANE GISELE BEGALKE MENE- GHELLI	358568 - 3	10/04/2017
FRANCIELE KAMKE	4018966 - 2	10/04/2017
FRANCINE MARTA BIANQUINI FERRARI	249904 - 5	10/04/2017
GABRIELA MACIENTE DIAS CAMPOS	4040926 - 1	10/04/2017
GABRIELE CAROLINE KRUGER TONETI	4040892 - 1	10/04/2017
GABRIELLEN THAILA ALVES FERREIRA	4031024 - 1	10/04/2017
GENI ALVES CANOFFR FROTSCHER	353027 - 2	10/04/2017

GESIELE SAMANTHA DOS SANTOS	390496 - 3	10/04/2017
GILBRAM ZADI DOS SANTOS	4041027 - 0	10/04/2017
GIOVANA TILLMANN HINSCHING	213403 - 4	10/04/2017
GIZELE CRISTINA HORDINA	227412 - 8	10/04/2017
GLAUCE CORDEIRO SIMM	196436 - 5	10/04/2017
GLAUCIE MARA DA SILVA GUEDES	589322 - 1	10/04/2017
GRACIANA LIVIA LENZI	386642 - 4	10/04/2017
GRAZIELE KRAUSE BITTENCOURT	261084 - 7	10/04/2017
GRAZIELI STAACK HAUBRICHT	171778 - 17	10/04/2017
GRAZIELLE KLITZKE KLUG	189596 - 11	10/04/2017
GUSTAVO ADOLFO STANKE GONÇALVES GOMES	4041015 - 0	10/04/2017
GUSTAVO MIRANDA REGIS	4040869 - 1	10/04/2017
HANS BERTRAN JUNIOR	4040988 - 0	10/04/2017
HELENICE DE FATIMA MOREIRA	3986160 - 4	10/04/2017
HIGARO PAPION DA SILVA RAMOS	4041011 - 0	10/04/2017
INES ZOBOLI DALLABONA	75078 - 10	10/04/2017
INGWALD ROEDER	4626 - 4	10/04/2017
IRANEIA KOPSCH GESSNER	134783 - 4	10/04/2017
IRES COSTA	285064 - 7	10/04/2017
ISABEL CRISTOFOLETTI RADUENZ	4041017 - 0	10/04/2017
ISABEL MARIA BEBER	20168 - 15	10/04/2017
ISOLDE TESSAROLI LEITEMPERGHER	302678 - 8	10/04/2017
IVANILDES MARIA MOREIRA	204587 - 10	20/04/2017
JACIARA PAOLA BELL SARAIVA BUNGER	284840 - 9	10/04/2017
JACQUELINE CRISTIANE DOS SANTOS	4040964 - 0	10/04/2017
JAMILE MARTINS BASTOS	310212 - 9	10/04/2017
JANARA THAIS MAAS	359130 - 8	10/04/2017
JANDIRA APARECIDA GONCALVES	1078364 - 5	10/04/2017
JANDIRA ISABELA FRUSINA	185523 - 4	10/04/2017
JANDIRA VIDAL DE OLIVEIRA	4040879 - 2	10/04/2017
JANDIRENE CAETANO MASCHIO	4040949 - 0	10/04/2017
JANETE BOGO VIEIRA	145920 - 6	10/04/2017
JAQUELINE ALVES DE SOUZA	4021134 - 2	10/04/2017
JAQUELINE VON ZESCHAU	286540 - 8	10/04/2017
JAQUELINE ZAMBON	262617 - 3	10/04/2017
JEAN CARLO DA SILVA	291846 - 5	10/04/2017
JENIFER MILENA PELLIN DA SILVA	221597 - 9	10/04/2017
JENNIFER CAETANO MASCHIO BRU- CKER	302589 - 5	10/04/2017
JESSICA ESTEVES FERREIRA DA CRUZ	4040979 - 0	10/04/2017
JESSICA GABRIELA FERRARI	4040911 - 1	10/04/2017
JESSICA POPOWICZ	308250 - 21	10/04/2017
JOCEANE TAYNARA DALABONA	4040930 - 1	10/04/2017
JOCIANE STOLF	203041 - 6	10/04/2017
JOCINEI LANGA	4041005 - 0	10/04/2017
JOEL VOLTOLINI	15385 - 6	10/04/2017
JOHN ELINTON TRISOTTO	275484 - 8	10/04/2017
JOSE ALFREDO LIMA DE MENDONCA	4040971 - 0	10/04/2017
JOSE NANTAN PEREIRA CRISPIM	4040920 - 1	10/04/2017
JOSELAINE MACIEL	4013492 - 1	10/04/2017
JOSIANE VANESA SATURNO	4040997 - 0	10/04/2017
JOYCE VIVIANY ANTUNES DE OLIVEIRA JANKE	4040933 - 0	10/04/2017
JUCIMARA FRANCIELE VALCANAIA	4013352 - 2	10/04/2017
JUELI DOS SANTOS	4026250 - 2	10/04/2017
JULIANA CAMPESTRINI TAVARES	1075012 - 8	10/04/2017
JULIANA MARCONDES MARTINSON RAHN	4040936 - 0	10/04/2017
JULIANA MENDES VOLANI	4041010 - 0	10/04/2017
JULIANA TEICOVSKI DA SILVA	356409 - 6	10/04/2017
JULIANA VALOES	297720 - 5	10/04/2017
JULIANI SOARES MARQUES	230014 - 6	10/04/2017
JULIANO CONSTANTINO	4040839 - 1	10/04/2017

JUSIMARA RAQUEL NARDELLI	4040998 - 0	10/04/2017
JUSSARA APARECIDA DE VARGAS SILVA	4013565 - 2	10/04/2017
KARINA WISNIESKI LEMKE	4040976 - 0	10/04/2017
KATHIA MAHS WEISS	329835 - 3	10/04/2017
KATHLEEN OLIVEIRA KRANKEL PAS-QUALI	587966 - 9	10/04/2017
KATIA CILENE IAGHI LEITE	4005783 - 2	10/04/2017
KATIA DE SILVA GIBOWSKI	4011511 - 2	10/04/2017
KATIA MILENA BECKER PEDROSO	146137 - 7	10/04/2017
KEITY NAIRA GIRARDI	230324 - 8	10/04/2017
KELLY CRISTINA EBERT	4041009 - 0	10/04/2017
KELLY VANESSA SILVA DOS CAMPOS	384143 - 2	10/04/2017
KIMBERLEY BATISTA DA SILVA SEGUNDO	242640 - 6	10/04/2017
LARA MARIA GIOVANELLA	275913 - 9	10/04/2017
LARISSA MICAELI LOPPNOW	4040935 - 0	10/04/2017
LEONICE FATIMA DOS SANTOS	393908 - 4	10/04/2017
LIAMARA ARRUDA DIAS	4034236 - 2	10/04/2017
LILLIAN SCHMIDT TOMASONI	4040955 - 0	10/04/2017
LUANA DE BORBA	4041000 - 0	10/04/2017
LUANA JAINE CECHLAR BITENCOURT	4040981 - 0	10/04/2017
LUANN SAIDEL	4040857 - 1	10/04/2017
LUCAS SCHLUETER	386790 - 3	10/04/2017
LUCI BEATRIZ SCHLOGL	1045741 - 10	10/04/2017
LUCIA HELENA LENZI	274259 - 9	10/04/2017
LUCIA MARLENE SIMEONI HOFFMANN	18740 - 1	10/04/2017
LUCIANA CRISTINA LAZZARINI FELIPPI	175986 - 11	10/04/2017
LUCIANA SUELY PINHEIRO	4026578 - 2	10/04/2017
LUCIANE EWALD VOLTOLINI	4013115 - 2	10/04/2017
LUCIANE JANKE	340243 - 8	10/04/2017
LUCILENE AMADEU DO NASCIMENTO	4003691 - 3	10/04/2017
MAIRA SUIANE SPRUNG	4040860 - 1	10/04/2017
MAISA WISENTHAINER	3995933 - 3	10/04/2017
MANOEL HENRIQUE PEIXOTO DA CUNHA	386820 - 4	10/04/2017
MARA LUCIA DALABONA	250503 - 6	10/04/2017
MARA LUCIA SCHULZ CUNHA	4040795 - 1	10/04/2017
MARCELINO TOMASELLI	78506 - 1	10/04/2017
MARCIA DO ROCIO LUCAS	236381 - 9	10/04/2017
MARCIA FELTRIN MULLER	317179 - 7	10/04/2017
MARCIA MARIA MARCELLO	1088564 - 15	10/04/2017
MARCIA OBERZINER	258520 - 3	10/04/2017
MARCIA REGINA BIZ ROPELATO	177253 - 5	10/04/2017
MARCIANO JOSE EMILIO DA SILVA	243345 - 9	10/04/2017
MARIA CRISTINA MARCONDES DOS SANTOS	369179 - 2	10/04/2017
MARIA DA GLORIA MARCONDES MARTINSON	1054694 - 4	10/04/2017
MARIA DE FATIMA FERRARI	387037 - 5	10/04/2017
MARIA FATIMA BARP	4040985 - 0	10/04/2017
MARIA FRANCISCA DIAS LEMOS	4040999 - 0	10/04/2017
MARIA HELENA MARTINS	255246 - 7	10/04/2017
MARIA NEURITA ARAUJO DA SILVA	4040958 - 0	10/04/2017
MARIA ZULAIR RAMOS MOSER	144673 - 5	10/04/2017
MARIANA SPRUNG RODRIGUES	4041018 - 0	10/04/2017
MARIEL LUANA NONES	4025792 - 2	10/04/2017
MARILI MICHELSON	18767 - 2	10/04/2017
MARINA ANTUNES NAHRING	4040945 - 0	10/04/2017
MARINITA VASSELAI PUTKA	326704 - 6	10/04/2017
MARISTELA HAMMERMEISTER DE LIZ	254800 - 2	10/04/2017
MARISTELA PISETTA	275565 - 8	10/04/2017
MARISTELA SIEWERT KERSCHER	386812 - 3	10/04/2017
MARISTELA WEISS	204404 - 22	10/04/2017
MARIZA PIOVESAN GESSNER	4040986 - 0	10/04/2017

MARLEI DA SILVA	129305 - 15	10/04/2017
MARLENE WITHOEFT	4041029 - 0	10/04/2017
MARLI MARCELINO ZAMBON	4040837 - 1	10/04/2017
MARLISE BUBLITZ HABITZREUTER	328243 - 5	10/04/2017
MARLUCE SCHUMANN PRADA	343226 - 10	10/04/2017
MAYARA CRISTINE DE BORBA MASTE-LOTTO	393711 - 3	10/04/2017
MICHELE DE SOUZA KRETSKI	227587 - 4	10/04/2017
MICHELLE RENATA KLITZKE	4040836 - 2	10/04/2017
MILENA NASATO	4040994 - 0	10/04/2017
MIRELA BERTOLDI CAMPESTRINI	168874 - 2	10/04/2017
MIRIAN SLOMP ZERMIANI	23361 - 11	10/04/2017
MIRIAN VITORINO TRAVAGLIA	4040942 - 0	10/04/2017
MIRIELE DA ROSA DEL ANHOL	4013107 - 2	10/04/2017
MONICA DE LIMA MIRANDA SILVA	358819 - 6	10/04/2017
MONICA PETTERS	363383 - 2	31/03/2017
MONIQUE VIEIRA BONA	202436 - 8	10/04/2017
NADIA KARLA STARKE SADLOSVKI	125687 - 3	10/04/2017
NADIR NAZATTO MACHADO	113077 - 14	10/04/2017
NAIR JOAO DA SILVA RIBEIRO	332925 - 8	10/04/2017
NELCI MAGALHAES DE ABREU	266124 - 12	10/04/2017
NICOLE ALVARES SPRUNG	356590 - 4	10/04/2017
NILCEIA ALVES DA SILVA	262021 - 5	10/04/2017
ODAIRA TESKE MIRANDA	4040940 - 0	10/04/2017
PALOMA ANDRESSA MARTINELLI MARCHI	4040947 - 0	10/04/2017
PAMELA CRISTINA BACKES	389773 - 5	10/04/2017
PAMELA REGINA MARTINELLI MARCHI	4040946 - 0	10/04/2017
PAMELLA BARATTIERI SIEGEL	3994244 - 2	10/04/2017
PATRICIA BOLDUAN	264539 - 3	10/04/2017
PATRICIA DE FATIMA COELHO	4041003 - 0	10/04/2017
PATRICIA MACEDO	274119 - 3	10/04/2017
PATRICIA MATTIELLO ANDREAZZA	3999327 - 2	10/04/2017
PATRICIA REGINA FELIPPI	356379 - 7	10/04/2017
PAULO LACERDA	22519 - 13	10/04/2017
PRISCILA APARECIDA LIMA RODRIGUES	385735 - 2	10/04/2017
PRISCILA CAROLINE HODECKER	4037235 - 1	10/04/2017
PRISCILA GOLL LOCH	587001 - 2	10/04/2017
PRISCILA MARIA BRANCO PEREIRA	362468 - 4	10/04/2017
PRISCILA ROPELATO	358533 - 3	10/04/2017
RAIMUNDA DOS SANTOS CARNEIRO	4040950 - 0	10/04/2017
RAQUEL ZIMATH HOLLER	358045 - 5	10/04/2017
REGIANE APARECIDA SEVILHA VILA NOVA	4031881 - 2	10/04/2017
RENILDA BATISTA WENCESLAU	259950 - 4	02/06/2017
ROGERIA APARECIDA BORGES DE LIMA RIBEIRO	157996 - 4	10/04/2017
ROSELENE TESKE HENSCHER	250562 - 24	10/04/2017
ROSANA VAILATI FUSINATO	185590 - 8	10/04/2017
ROSANE BUNDCHEN LAZARINI	162760 - 4	10/04/2017
ROSE MARY DO NASCIMENTO AGOSTINI	19054 - 4	10/04/2017
ROSELANDY CARIOCA DOS SANTOS DEMONTI	112232 - 7	10/04/2017
ROSELI FERRETTI	394084 - 3	10/04/2017
ROSELI FRUSINA	385549 - 4	10/04/2017
ROSELY FERRARI GONCALVES	299375 - 7	10/04/2017
ROSEMARI APARECIDA WOLFF	4040799 - 1	10/04/2017
ROSEMERI PRUSAK	4001621 - 3	10/04/2017
ROSILENE MARIA PRUST	4040948 - 0	10/04/2017
ROVENA UECKER KRUGER	205290 - 7	10/04/2017
RUBIA FOZINA BREHMER	3986047 - 4	10/04/2017
RUBIA LUIZA ADAM GIRARDI	19437 - 4	10/04/2017
SABRINA ALVES LOURENÇO EYNG	4040848 - 2	10/04/2017

SAMARA LUIZA RIOLA	3995925 - 5	10/04/2017
SAMARA THAYS ZERMIANI	4040788 - 1	10/04/2017
SANDRA ELIANE STASAITIS NUNES	277207 - 8	10/04/2017
SANDRA MARGARETH ALVES DOS SANTOS	255327 - 11	10/04/2017
SANDRA MARIA NICHELATTI	1052080 - 5	10/04/2017
SANDRA MONIKA EWERS MOHR	221759 - 4	10/04/2017
SANDRO GUMZ	4040996 - 0	10/04/2017
SARIANE DOS SANTOS	4041030 - 0	10/04/2017
SEBASTIANA APARECIDA GRIMM CARDOSO LEAL	4029909 - 2	10/04/2017
SHIRLEY REGINA KROENKE	124095 - 10	10/04/2017
SILVANA AVANCINI WERNER	384798 - 3	10/04/2017
SILVANA KEMPER	363421 - 3	10/04/2017
SILVANIA ALVES FERREIRA	4040967 - 0	10/04/2017
SIMONE KUESTER NEVES	387924 - 6	10/04/2017
SOLANGE DELFINO GADOTTI	310581 - 8	17/03/2017
SONARA MURARA	190772 - 3	10/04/2017
SONIA GONCALVES RIBEIRO	279021 - 9	10/04/2017
SONIA VICENTE	1080580 - 4	10/04/2017
SUELI DA SILVA GOMES	4040811 - 2	10/04/2017
SUELI DE LOURDES ROPKE VALCANAIÁ	327638 - 2	10/04/2017
SUELI MARIA PELLIN LOURENÇO	226351 - 6	10/04/2017
TALASSA NATANA MULLER	366510 - 1	10/04/2017
TALITA NAZARIO BRISTOT SILVA	386723 - 4	10/04/2017
TAMARA TAISE BUSARELLO	3991822 - 2	10/04/2017
TARCISIO DELLAJUSTINA	4041020 - 0	10/04/2017
TATIANA CRISTINA CATAFESTA LENZI	4023293 - 3	10/04/2017
TATIANA DICKMANN ZUMACH	386634 - 3	10/04/2017
TATIANE PATRICIA TESKE WEEGE	179450 - 7	10/04/2017
TAYANE CATAFESTA	367400 - 7	10/04/2017
TAYNA CRISTINA SZYCHOWSKI	4025784 - 1	10/04/2017
TERESA CRISTINA RODRIGUES DE OLIVEIRA	4013395 - 2	10/04/2017
TEREZA BEATRIZ BERTOLDI FLORIANI	19623 - 5	10/04/2017
TEREZINHA APARECIDA DE ALMEIDA DALLMANN	4013140 - 2	10/04/2017
TEREZINHA APARECIDA RODRIGUES DA ROSA	4016688 - 3	10/04/2017
TEREZINHA FELIPPI ZATELLI	277754 - 5	10/04/2017
THAIS STOEBERL	4040990 - 0	10/04/2017
THAMIS LEHMKUHL DE SOUZA TRAVAGLIA	194662 - 13	10/04/2017
THIAGO FELIPE ZANELLA ROHDA	4041021 - 0	10/04/2017
TUANE NAIARA MULLER	254495 - 4	10/04/2017
URSULA ANDREAZZA CRISTOFOLINI	356425 - 6	10/04/2017
VALDETE DE SOUZA BARTOLOMEU	4025997 - 2	10/04/2017
VALDIRENE RODRIGUES ALVES	4040798 - 1	10/04/2017
VALTER TRACI	4040989 - 0	10/04/2017
VANDERLEIA DA SILVA MELO TESSMANN	250295 - 18	01/06/2017
VANDERLEIA DE JESUS MUNIZ COELHO BASTOS BRUSKE	4013425 - 1	10/04/2017
VANESSA CAMPOS KUHN	1081730 - 8	10/04/2017
VANESSA CARDOZO RAYMUNDINO DUTRA POSTALI	4040928 - 1	10/04/2017
VANESSA FRANTXIELE DA SILVA	4040995 - 0	10/04/2017
VANESSA SALVADOR DA SILVA	358894 - 6	10/04/2017
VANIA VANESSA NECKEL	4040982 - 0	10/04/2017
VANUSA WOLTER DE FREITAS	293458 - 8	10/04/2017
VERA KRETZ	272400 - 7	10/04/2017
VERA WETZEL KANNENBERG	1034448 - 7	10/04/2017
VERONICA SANTOS DA SILVEIRA	296490 - 3	10/04/2017
VIVIAN DE TOFOL HANSEN	149454 - 3	10/04/2017

VIVIAN KARINA SCHUSTER ITTNER	346772 - 7	10/04/2017
VIVIANA ROMILDA WUERZ	4013646 - 2	10/04/2017
WERLANY SILVA TEIXEIRA CAMPOS	4040975 - 0	10/04/2017
ZENIR ROHLING BECHTOLD	308226 - 7	10/04/2017
ZITA MARIA PAHL	229962 - 10	10/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº SEMFA-E0042 DE 06 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº SEMFA-E0042 de 06 de março de 2017.

Concede Licença a Gestante à servidora Samara Cristiane Lazarini Kurth.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 176 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, e artigos 26 e 27 da Lei Complementar nº 411, de 23 de dezembro de 2.011;

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença a Gestante à servidora SAMARA CRISTIANE LAZARINI KURTH, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviço "Fundo Municipal de Trânsito", por cento e vinte (120) dias, a contar de 06 de março de 2017 (período 06/03/2017 a 03/07/2017), conforme Processo RH17-0014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração.

PORTARIA Nº SEMFA-E0043 DE 06 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº SEMFA-E0043 de 06 de março de 2017.

Concede Prorrogação da Licença Maternidade à servidora Samara Cristiane Lazarini Kurth.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 2º da Lei nº 2559, de 09 de março de 2012:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação de 60 dias da Licença Maternidade à servidora, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviço "Fundo

Municipal de Trânsito”, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Nº Portaria que concedeu Licença à gestante	Data de término
Samara Cristiane Lazarini Kurth	SEMFA-E0042 de 06.03.2017	01/09/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0045, DE 09 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº SEMFA-E0045, de 09 de março de 2017
Concede Licença Prêmio à servidora da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio Convertida em Pecúnia Total, à servidora MIRYAM RUPRECHT PACKER, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01/09/2011 à 31/08/2016, conforme Processo RH02-159, a ser pago junto à Rescisão Competência março/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0046, DE 09 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº SEMFA-E0046, de 09 de março de 2017
Concede Licença Prêmio à servidora da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio Convertida em Pecúnia Total, à servidora MARISTELA APARECIDA DOS PASSOS ZOBOLI, ocupante

do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01/09/2011 à 31/08/2016, conforme Processo RH02-147, a ser pago junto à Rescisão Competência março/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0048, DE 13 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº SEMFA-E0048, de 13 de março de 2017
Concede Licença Prêmio ao servidor Ivo Reguse.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor IVO REGUSE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 06/02/2011 a 05/02/2016, por trinta dias (13/03/2017 à 11/04/2017), conforme Processo RH11-0259.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0049, DE 15 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº SEMFA-E0049, de 15 de março de 2017
Concede Licença Prêmio ao servidor da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio Convertida em Pecúnia Total, ao servidor ADEMAR RADÚNZ, ocupante do cargo de Médico Veterinário, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, referente aos quinquênios compreendendo os períodos aquisitivos de 01/09/2006 à 31/08/2011 e 01/09/2011

à 31/08/2016, conforme Processo RH02-034, a ser pago junto à Rescisão Competência março/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0053, DE 21 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº SEMFA-E0053, de 21 de março de 2017
Concede Licença Prêmio à servidora da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar

nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio Convertida em Pecúnia Total, à servidora ELIETE SCHNEIDER, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01/09/2011 à 31/08/2016, conforme Processo RH01-230, a ser pago junto à Rescisão Competência março/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0060 DE 31 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº SEMFA-E0060 de 31 de março de 2017
Concede Auxílio Escolar à servidora da Secretaria Municipal de Educação, referente ao 1º semestre de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- À servidora da Secretaria Municipal de Educação, referente ao Primeiro semestre de 2017 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Marli da Silva Alonço dos Reis	Pedagogia – 5º semestre – UNIASSELVI – EAD	40%	RH15-0024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-E0037, DE 01 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº SEMFA-E0037, de 01 de março de 2017.
Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Verônica Brandes.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora VERÔNICA BRANDES, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, "Fundo Municipal de Trânsito", conforme Processo RH16-0114;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 13/02/2017 à 19/02/2017 (07 dias) e 21/02/2017 à 28/02/2017 (08 dias), somando 15 dias e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 31/03/2017 (01 dia).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0038 DE 02 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA NºSEMFA-E0038 de 02 de março de 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Eloi Pretti Junior.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor ELOI PRETTI JUNIOR, ocupante do cargo de Bioquímico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme Processo RH08-0381;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 20/02/2017 à 06/03/2017 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 07/03/2017 à 31/03/2017 (25 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0039, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA NºSEMFA-E0039, de 02 de março de 2017.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marluce Francisca da Silva Arruda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora MARLUCE FRANCISCA DA SILVA ARRUDA, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar de 04/03/2017 à 03/05/2017, por sessenta e um (61) dias, conforme Processo RH12-0050;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0040 DE 02 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA NºSEMFA-E0040 de 02 de Março de 2017.

Concede Abono de Permanência a servidora Aracy Penz Kopsel .

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 40 §19 da CF/88 c/c art. 2º, §5º, da EC 41/2003;

RESOLVE:

Art 1º Conceder Abono de Permanência a servidora Aracy Penz Kopsel, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria

Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar de 13.02.2017, conforme Processo TIMBOPREV 14/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Março de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0041 DE 06 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA NºSEMFA-E0041 de 06 de março de 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Alexandra Beatriz Kisner Wille.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ALEXANDRA BEATRIZ KISNER WILLE, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme Processo RH17-0013;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 20/02/2017 à 06/03/2017 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 07/03/2017 à 31/03/2017 (25 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0044, DE 08 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA NºSEMFA-E0044, de 08 de março de 2017.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Jean Carlo dos Reis.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor JEAN CARLO DOS REIS, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, a contar de 01/03/2017 à 19/03/2017, por dezenove (19) dias, conforme Processo RH17-0003;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0047 DE 10 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA NºSEMFA-E0047 de 10 de março de 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Marcelo Feiber Sonogo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor MARCELO FEIBER SONEGO, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme Processo RH17-0015;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 20/01/2017 à 03/02/2017 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 04/02/2017 à 31/03/2017 (56 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0050, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA NºSEMFA-E0050, de 15 de março de 2017.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Verônica Brandes.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora VERÔNICA BRANDES, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, "Fundo Municipal de Trânsito", a contar de 08/03/2017 à 17/03/2017, por dez (10) dias, conforme Processo RH16-0114;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0051, DE 16 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA NºSEMFA-E0051, de 16 de março de 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Rossana Koffke.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ROSSANA KOFFKE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH10-0060;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 07/03/2017 à 21/03/2017 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 22/03/2017 à 09/04/2017 (19 dia).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0052, DE 17 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA NºSEMFA-E0052, de 17 de março de 2017.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Mirian Bell.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MIRIAN BELL, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 18.03.2017 a 17.04.2017, por trinta e um (31) dias, conforme Processo RH04-0370;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0054, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA NºSEMFA-E0054, de 24 de março de 2017.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Dicléia Teresinha Koehler da Veiga.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora DICLÉIA TERESINHA KOEHLER DA VEIGA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 28/03/2017 à 27/04/2017, por trinta e um (31) dias, conforme Processo RH02-0983;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0055 DE 24 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA NºSEMFA-E0055 de 24 de março de 2017.
Concede Licença por Acidente em Serviço à servidora Eliane Gonçalves Cardoso.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 179 e 180 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO à servidora ELIANE GONÇALVES CARDOSO, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda e Administração, por trinta e um (31) dias, a contar de 25/02/2017 a 27/03/2017, conforme Processo RH17-0012;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0056, DE 24 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA NºSEMFA-E0056, de 24 de março de 2017
Concede prorrogação de Licença por Acidente em Serviço à servidora Eliane Gonçalves Cardoso.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 179 e 180 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Por Acidente em Serviço à servidora ELIANE GONÇALVES CARDOSO, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, por trinta (30) dia, a contar de 28/03/2017 à 26/04/2017, conforme Processo RH17-0012;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0057, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA NºSEMFA-E0057, de 30 de março de 2017.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Noeli Henkes.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora NOELI HENKES, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 31/03/2017 à 21/06/2017, por oitenta e três (83) dias, conforme Processo RH14-0188;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0058, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA NºSEMFA-E0058, de 31 de março de 2017.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Eloi Pretti Junior.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor ELOI PRETTI JUNIOR, ocupante do cargo de Bioquímico, lotado na Secretaria Municipal de saúde e Assistência Social, a contar de 01/04/2017 à 03/05/2017, por trinta e três (33) dias, conforme Processo RH08-0381;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-E0059 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA NºSEMFA-E0059 de 31 de março de 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Ilzete Teresinha Campestrini.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ILZETE TERESINHA CAMPESTRINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme Processo RH13-0300;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 21/03/2017 à 04/04/2017 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 05/04/2017 à 01/05/2017 (27 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de março de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

RESOLUÇÃO N.º 01/2017

RESOLUÇÃO N.º 01/2017

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 05/2016 E NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS COM RECURSOS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE TIMBÓ/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal n.º 8.069/1990 (ECA), Lei Municipal n.º 1.375/1992 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como na Portaria n.º 1.727/2015 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores, Eloise Betanin, Rúbia Graziela Tomasoni, Lenir Crippa e Gabriela Priebe, para compor a comissão especial de avaliação de projetos.

Art. 2º - Os trabalhos da Comissão serão presididos pela senhora Eloise Betanin.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó/SC, 25 de maio de 2017.

ELOISE BETANIN

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)
Gestão 2015 – 2017

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 80 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 80/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através da Secretária de Obras e Serviços Urbanos e do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de tubos de concreto, destinados à manutenção e execução de obras para atendimento da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e ao Serviço Autônomo de Águas e Esgoto - SAMAE.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Comercial e Industrial Dante Zonta Ltda – Epp; Concreto Artefatos de Cimento Ltda Me; Premocon Artefatos de Concreto Ltda Epp e Agaton Artefatos de Cimento Ltda. TOTAL ESTIMADO: R\$ 448.938,10 (quatrocentos e quarenta e oito mil, novecentos e trinta e oito reais e dez centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 30/10/2017

Timbó, 31/10/2016

ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do SAMAE

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE
REGISTRO DE PREÇO N.º 06 2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2016 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços destinado à aquisição de suplementos nutricionais para distribuição gratuita aos pacientes usuários da Secretaria de Saúde.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Pollimed Com. Representacoes Ltda; C.M. Hospitalar Ltda; Nutriport Comercial Ltda; Nutriclin Saude Comercio de Produtos Nutricionais Ltda Epp; Bruthan Comercial Ltda; PFG Comercial Ltda Me e Nutrimedical Comercio Atacadista de Produtos Nutricionais, Medicamentos e Hospitalares Eireli Epp.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 388.201,00 (trezentos e oitenta e oito mil e duzentos e um reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 28/07/2017

Timbó, 28/07/2016

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

Três Barras

PREFEITURA

PREGÃO 07/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 07/2017.
EDITAL DE PREGÃO Nº. 07/2017.

Interessado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos 19 dias do mês de abril do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa ACE GAZES LTDA - EPP, CNPJ nº. 03.446.225/0001-65, com sede e foro na Cidade de MAFRA - SC, cito a Rua Pitolomeu Assis Brasil, nº. 415 – Bairro Vila Buenos Ayres; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seu respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
1	CILINDROS DE OXIGENIO MEDICINAL COM 07 M³	UNIDADE	LINDE	400,00000	R\$100,0000
2	CILINDROS DE OXIGENIO PPU COM 1M³	UNIDADE	LINDE	30,00000	R\$60,0000
3	CILINDROS DE OXIGENIO COM 3M³.	UNIDADE	LINDE	30,00000	R\$75,0000
4	CILINDROS DE AR COMPRIMIDO COM 7M³	UNIDADE	LINDE	10,00000	R\$110,0000
5	LOCAÇÃO DE APARELHO - CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO, 220 VOLTS, COM FORNECIMENTO DE CILINDRO DE OXIGÊNIO 1 M3 E COM REGULADOR MEDICINAL COM FLUXÔMETRO.	MESES	LINDE	20,00000	R\$500,0000

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 07/2017 – Procedimento Administrativo nº. 07/2017 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 19 de abril de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal	ACE GAZES LTDA – EPP CNPJ nº. 03.446.225/0001-65 CONTRATADA
--	---

Testemunhas:

1 2
Nilton Avanir Hurmus Priscila de Oliveira

PREGÃO 13/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 13/2017.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2017.

Interessado: * GABINETE DO PREFEITO;
* SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
* SECRETARIA DE FINANÇAS;
* SECRETARIA DE AGRICULTURA;
* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO;
* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO;
* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

*** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;**

Aos 27 dias do mês de abril do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa POSTO ZAKA LDTA, CNPJ nº. 17.571.583/0001-03, sediada na Rodovia SC 303, nº. 4531 – Localidade da Barra Grande – Cidade de Três Barras – SC, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
1	GASOLINA COMUM	LITRO	POTENCIAL	110.000,00000	R\$3,7750
2	ETANOL.	LITRO	POTENCIAL	45.000,00000	R\$3,3900
3	ARLA (GALAO COM 20 LITROS)	GALAO	PETROBRAS	200,00000	R\$57,0000

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 12/2017 – Procedimento Administrativo nº. 13/2017, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 27 de abril de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal	POSTO ZAKA LDTA CNPJ nº. 17.571.583/0001-03 CONTRATADA
--	--

Testemunhas:

1	2
Nilton Avanir Hurmus	Priscila de Oliveira

Treze Tílias

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 103

LEI COMPLEMENTAR Nº 103/2017
De 27 de Abril de 2017

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 79/2014 QUE CRIOU NO QUADRO PERMANENTE DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS A CATEGORIA FUNCIONAL DE AGENTE DE APOIO À EDUCAÇÃO, CRIA NOVAS VAGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam criadas 10 (dez) vagas para o cargo de Agente de Apoio à Educação, passando o Anexo II da Lei Complementar nº 79/2014 a vigorar com a redação constante no Anexo I da presente Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, 27 de abril de 2017.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I da Lei Complementar nº 103/2017

CARGO: AGENTE DE APOIO À EDUCAÇÃO
QUADRO PERMANENTE

FORMAÇÃO: 2º GRAU MAGISTÉRIO/NORMAL E/OU CURSANDO A 3ª FASE DO CURSO DE PEDAGOGIA

CARGO	Nível	Habilitação	% Adic. Escolaridade
Agente de Apoio à Educação	N1	2º Grau com Magistério/Normal e/ou cursando a partir da 3ª Fase de Pedagogia	Base - Nível III da L.C. 39/2011
	N2	Graduação	3%
	N3	Especialização	3%
	N4	Mestrado	3%
	N5	Doutorado	3%

CARGO	Nº de Cargos	Habilitação	% Adic. Escolaridade
Agente de Apoio à Educação	30	2º Grau com Magistério/Normal e/ou cursando a partir da 3ª Fase de Pedagogia	R\$1.479,88
		Graduação	R\$1.524,28
		Especialização	R\$1.570,00
		Mestrado	R\$1.617,10
		Doutorado	R\$1.665,62

EM EXTINÇÃO

CARGO: AGENTE DE APOIO À EDUCAÇÃO
QUADRO PERMANENTE
FORMAÇÃO: 2º GRAU COMPLETO

CARGO	Nível	Habilitação	% Adic. Escolaridade
Agente de Apoio à Educação	N1	2º Grau	Base – Nível III da L.C. 39/2011
	N2	Graduação	3%
	N3	Especialização	3%
	N4	Mestrado	3%
	N5	Doutorado	3%

CARGO	Nº de Cargos	Habilitação	% Adic. Escolaridade
-------	--------------	-------------	----------------------

Agente de Apoio à Educação	07	2º Grau	R\$1.169,87
		Graduação	R\$1.204,97
		Especialização	R\$1.241,12
		Mestrado	R\$1.278,35
		Doutorado	R\$1.316,70

LEI COMPLEMENTAR 104

LEI COMPLEMENTAR Nº 104/2017

De 27 de Abril de 2017

ALTERA O ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR 005/2004 DE 10/09/2004, AUTORIZA A CRIAÇÃO DE NOVOS CARGOS NO MAGISTÉRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam criadas 12 (doze) vagas para Professor – 40 horas, passando o anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 05/2004 do Magistério Público Municipal, a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO IV
VENCIMENTO**

Nº C. Prof – 40 h	Nº C. Orientador	Nível	Vencimentos
67	05	N1	3.063,32
		N2	3.369,64
		N3	3.470,75
		N4	3.574,86
		N5	3.682,10

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão suportadas por orçamento específico.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, 27 de abril de 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

LEI ORDINARIA 1925

LEI MUNICIPAL Nº 1.925/2017

De 27 de abril de 2017

DISPÕE SOBRE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, ESTABELECE VALORES DA BOLSA-AUXÍLIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS Faço saber a todos os habitantes deste município, no uso das atribuições legais facultadas pela Lei Orgânica, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a receber alunos estagiários do Ensino Médio, Ensino Médio Técnico, Profissionalizante e do Ensino Superior em áreas administrativas, através de convênio celebrado entre a Prefeitura do Município de Treze Tílias e Instituições de Ensino.

Art. 2º. A recepção de estagiários, nas modalidades descritas no artigo 1º desta Lei, preferencialmente aqueles residentes neste Município, que estejam matriculados regularmente em instituição de ensino, será feita em conformidade com a Lei Federal nº 11.788/2008 e de acordo com as disposições complementares disposta nesta Lei.

§1º. Não havendo alunos cadastrados residentes no município, serão aceitos alunos estagiários de outros municípios.

§2º. Para fazer jus à concessão do estágio, o estudante estagiário deverá atender aos critérios estabelecidos na legislação federal que dispõe sobre o estágio de estudantes, bem como aos critérios e normas da Prefeitura e da Empresa Gestora Especializada na prestação deste tipo de serviço, se esta existir.

Art. 3º. O número de estagiários obedecerá às proporções estabelecidas nos incisos e parágrafos do art. 17 da Lei Federal nº. 11.788/2008.

Art. 4º. Em obediência ao art. 11 da Lei Federal nº. 11.788/2008, a duração do estágio não poderá exceder a 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 5º. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre as partes envolvidas no processo, devendo ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar as jornadas diárias e semanais estabelecidas nos incisos I e II do art. 10 da Lei Federal 11.788/2008, à exceção do previsto no § 1º do referido dispositivo.

Art. 6º. O estágio será obrigatório ou não obrigatório, conforme definições constantes do art. 2º e seus parágrafos da Lei Federal 11.788, não cria vínculo empregatício desde que observados os requisitos estabelecidos na referida Lei.

Art. 7º. Será compulsória a concessão ao estagiário de bolsa-auxílio ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada quando se tratar da hipótese de estágio não obrigatório.

Art. 8º. A bolsa-auxílio terá os seguintes valores:

NÍVEL	VALOR MENSAL DA BOLSA (R\$)
Nível Médio – 04 horas diárias / 20 horas semanais	468,50
Nível Médio Técnico – 04 horas diárias / 20 horas semanais	534,66
Nível Médio Técnico – 06 horas diárias / 30 horas semanais	802,00
Nível Superior – 04 horas diárias / 20 horas semanais	624,66
Nível Superior – 06 horas diárias / 30 horas semanais	937,00

I – Os valores acima descritos não sofrerão qualquer desconto tributário e/ou previdenciário.

II – A quitação da bolsa estudo se dará até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao estágio efetivado, através de depósito bancário.

III – O aluno estagiário terá direito ao recebimento de vale-alimentação.

IV – O aluno estagiário somente fará jus ao recebimento integral dos valores mensais referidos no quadro acima, caso não falte ao estágio durante o mês. Ocorrendo faltas, haverá descontos proporcionais.

Parágrafo Único. Os valores estabelecidos neste artigo, serão reajustados de acordo com a atualização do salário mínimo nacional.

Art. 9º. Assegura-se ao estagiário período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente nas férias escolares, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano.

§ 1º. O recesso será remunerado quando o estagiário receber bolsa-auxílio ou outra forma de contraprestação.

§ 2º. Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional nos casos de o estágio ter duração inferior a 01 (um) ano.

Art. 10. A Coordenação dos estágios ficará sob a responsabilidade da Empresa Gestora Especializada e na ausência desta, será responsável o Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Treze Tílias.

Art. 11. Aos critérios e normas não definidos na presente Lei, aplicar-se-á subsidiariamente a Lei Federal 11.788/2008, bem como as regulamentações posteriores estabelecidas pelo Governo Federal.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Ordinária nº 1.468/2002 de 21 de novembro de 2002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
27 de abril de 2017.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei Municipal no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 103/2017

PORTARIA Nº 103/17 DE 20 DE ABRIL DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora ELISIANE SANTOS DE MOURA, brasileira, portador da Cédula de Identidade N.º 4.905.690-5, inscrita no CPF sob o N.º 040.773.439-25, residente e domiciliada na cidade de Treze Tílias/SC, aprovada em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 20 DE ABRIL DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 104/2017

PORTARIA Nº 104/17 DE 27 DE ABRIL DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora SUELI SILVA, brasileira, portador da Cédula de Identidade N.º 2.417.239, inscrita no CPF sob o N.º 950.862.269-53, residente e domiciliada na cidade de Treze Tílias/SC, aprovada em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2015 de 27 de agosto de 2015, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2093/2015 de 05 de novembro de 2015, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 27 DE ABRIL DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 4380/2017

PORTARIA N.º 4.380/2017 de 27 de Abril de 2017.

INSTAURA INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no Art. 105 da Lei Complementar nº. 13/2006 de 17 de maio de 2006, cria a Comissão de Inquérito Administrativo nº. 003/2017, e designa os servidores: Jackson Scherer, Bruno Lengert e Otávio Herschaft, todos servidores público municipais, efetivos, sob a presidência do primeiro, como membros da Comissão, com a incumbência de apurar suposta inscrição de débitos em dívida ativa do Sr. Valmor Rodrigues, que formalizou requerimento de instalação de água em sua residência na Linha São Pedro, do qual foi emitido boleto bancário no valor de R\$ 126,03, a título de taxa de ligação de água, de acordo com o contribuinte, nunca foi executada tal ligação de água, pretendendo a isenção do referido débito.

Art. 2º No processo de apuração serão observados os procedimentos constantes na Lei Complementar nº. 13/2006, nos artigos 106 a 110.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de até 30 (trinta) dias para a apresentação de relatório conclusivo.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 27 de Abril de 2017.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

EGON INÁCIO BIEGER
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 63/2017 DATA EMISSÃO: 28/04/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO 90/2017

Pregão Presencial nº: 63/2017

Data Emissão: 28/04/2017

Forma de Julgamento: Menor Preço POR ITEM

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, de acordo com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação”

serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 10h do dia 11 de Maio de 2017, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

DO OBJETO:

O Objeto do presente pregão consiste na AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ANÁLISE DE ÁGUA DESTINADOS PARA A HIDRAULICA MUNICIPAL, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até 10h do dia 11 de Maio de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 28/04/2017
RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 89/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 62/2017

Processo de Compra Nº.: 89/2017

Pregão Presencial nº: 62/2017

- O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio e, por intermédio do CRAS, representada neste ato pela Assistente Social do CRAS comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo , sob regime de entrega de acordo com o cronograma do CRAS, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 8h15min do dia 11/05/2017 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

O objeto do presente pregão consiste na aquisição de Gêneros alimentícios servidos como lanche para os participantes do Programa Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como coquetel para o evento dos beneficiários do BPC, para Idoso com mais de 80 anos e evento do dia das Mães promovidos pelo CRAS deste Município e de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos. Credenciamento, abertura do processo às 8h15min do dia 11/05/2017.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 28 de abril de 2017
RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL.

Turvo

PREFEITURA

CTR PMT 24/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 15/2017
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2017
CONTRATO N.º 24/2017
CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC
CONTRATADO: RICARDO BAESSO SCARABELOTO OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar"
VIGÊNCIA: 24/4/17 A 31/12/17
VALOR: R\$ 9.600,00

CTR PMT 29/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 15/2017
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2017
CONTRATO N.º 29/2017
CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC
CONTRATADO: MARCIO CASAGRANDE ZILLI
OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar"
VIGÊNCIA: 24/4/17 A 31/12/17
VALOR: R\$ 6.500,00

CTR PMT 25/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 15/2017
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2017
CONTRATO N.º 25/2017
CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC
CONTRATADO: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE FORQUILHINHA
OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar"
VIGÊNCIA: 24/4/17 A 31/12/17
VALOR: R\$ 18.025,00

CTR PMT 26/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 15/2017
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2017
CONTRATO N.º 26/2017
CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC
CONTRATADO: IDEONSO ACORDI
OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar"
VIGÊNCIA: 24/4/17 A 31/12/17
VALOR: R\$ 13.425,00

CTR PMT 27/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 15/2017
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2017
CONTRATO N.º 27/2017
CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC
CONTRATADO: SARTOR COMERCIO DE CARNES LTDA
OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar"
VIGÊNCIA: 24/4/17 A 31/12/17
VALOR: R\$ 8.694,00

CTR PMT 28/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 15/2017
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2017
CONTRATO N.º 28/2017
CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TURVO/SC
CONTRATADO: DONATO DONIZETI SARTOR
OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar"
VIGÊNCIA: 24/4/17 A 31/12/17
VALOR: R\$ 13.890,00

União do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017

PROCESSO Nº 08/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	ABAIXADOR DE LINGUA, PACOTE C/ 100 UNIDADES	PT	80,00	ESTILO	2,65	212,00
14	ALGODÃO HIDRÓFILO, ROLO COM 500 GRAMAS	UN	30,00	MELHOR MED	8,20	246,00
49	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS EM PLÁSTICO, EMBALAGEM COM 10 UND	PT	50,00	BIOBASE	7,95	397,50
56	COLETOR DE PERFURO CORTANTE 13 LITROS FABRICADO DENTRO DAS NORMAS ATUAIS DA NBR 13853, GARANTINDO PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÕES E VAZAMENTOS DE FLUIDOS CONTAMINADOS	UN	150,00	DESCARBOX	3,08	462,00
58	COLETOR DE PERFURO CORTANTE 7 LITROS FABRICADO DENTRO DAS NORMAS ATUAIS DA NBR 13853, GARANTINDO PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÕES E VAZAMENTOS DE FLUIDOS CONTAMINADOS	UN	150,00	DESCARBOX	2,38	357,00
75	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 100% ALGODÃO 10 CM X 4,5 M FÁCIL DE RASGAR	UN	150,00	ADPELE	4,90	735,00
76	ESPÁTULA DE AYRES PARA PREVENTIVO, EMB C/ 100 UNIDADES	UN	30,00	THEOTO	3,90	117,00
106	HISTEROMETRO COLLIN EM INOX 28CM	UN	3,00	ABC	26,87	80,61
124	OXÍMETRO DE DEDO INFORMA O NÍVEL DA BATERIA NO PAINEL, O PAINEL APRESENTA: SPO2, FC E BARRA DE INTENSIDADE DO PULSO, DESLIGA APÓS 4 SEGUNDOS AUTOMATICAMENTE APÓS RETIRAR O DEDO, SPO2 - 0 À 100%, FAIXA DE PULSO - 30 À 240 BPM, ALIMENTAÇÃO - 2 PILHAS ALCALINAS AAA, APARELHO + BOLSA DE PROTEÇÃO PARA TRANSPORTE + COLAR PARA PENDURAR NO PESCOÇO.	UN	4,00	STI MEDICAL	140,00	560,00
164	TALA PARA IMOBILIZAÇÃO ADULTO, ARAMADA MOLDÁVEL 63X9X3CM TAM. M COM REVESTIMENTO DE ESPUMA	UN	10,00	RESGATE SP	11,90	119,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. VITORIO GUBERT Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 16 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 25 - 4.4.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na

licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT
CONTRATANTE
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP
MARIA ROSANGELA RONSSEN DAMBROS

CONTRATADA

Testemunhas:

01. Nome: Silvane Lazzari Piana
CPF: 000.246.779-81

02. Nome: Giane Smaniotto
CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2017

PROCESSO Nº 08/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
7	AGULHA 25X06 CX COM 100 UNIDADES	CX	50,00	Lamedid-Solidor-Proc	5,70	285,00
20	Aparelho Otoscópio de fibra ótica mod Pocket Junior c/ 5 espéculos permanentes de calibres diferentes, cabo metálico, acabamento liso com 2 pilhas alcalinas AA.. Cor preta.	UN	3,00	MD	356,00	1.068,00
21	APARELHO PARA INALAÇÃO COM 4 SAÍDAS, MOTOR 1/4 HP, FLUXO DE AR LIVRE 45L/MIN, COMPRESSÃO MÁXIMA 40 LB/POL, ACOMPANHA ADAPTADOR PARA 4 SAÍDAS SIMULTÂNEAS E 4 KITS DE NEBULIZAÇÃO 220V, PROCEDENCIA NACIONAL	UN	1,00	Inalamed	1.100,00	1.100,00
35	BOLSA COLETORA DE URINA, SISTEMA FECHADO, 2 LITROS, DEWSCARTÁVEL, ESTERIL.	UN	100,00	Laborimport	2,474	247,40
36	CABO DE BISTURI Nº 3 (PARA LÂMINAS Nº 10 A 17) EM AÇO INOXIDÁVEL 13CM	UN	5,00	Weldon	6,00	30,00
37	CABO DE BISTURI Nº 4 (PARA LÂMINAS Nº 18 A 36) EM AÇO INOXIDÁVEL 14CM	UN	5,00	Weldon	5,773	28,87
38	CADARÇO PARA TRAQUEOSTOMIA ROLO COM 10 METROS	ROLO	50,00	Tecenil	2,749	137,45
40	CADEIRA DE RODAS APOIO PARA BRAÇOS FIXOS, APOIO PARA PÉS FIXOS ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON DOBRÁVEL, FREIOS BILATERAIS PEDAIS EM POLIETILENO PARA PACIENTES ATÉ 130 KG.	UN	3,00	Prolife	824,742	2.474,23
53	Colar cervical com apoio mentoniano, confeccionado em plástico flexível estofado nas bordas e almofadas de apoio sobre o externo. tamanho G	UN	2,00	Resgate SP	15,205	30,41

54	Colar cervical com apoio mentoniano, confeccionado em plástico flexível estofado nas bordas e almofadas de apoio sobre o externo. tamanho M	UN	2,00	Resgate SP	17,931	35,86
55	Colar cervical com apoio mentoniano, confeccionado em plástico flexível estofado nas bordas e almofadas de apoio sobre o externo. tamanho P	UN	2,00	Resgate SP	15,205	30,41
62	CUBA REDONDA EM AÇO INOXIDÁVEL DIMENSÕES 8X4CM CAPACIDADE DE 150 ML	UN	5,00	Fami/Luminor	8,00	40,00
65	Detector Fetal de Mesa Digital c/ Regulagem de Vol, Grave e Agudo. Botão liga ou desliga com regulagem de intensidade do volume. Botão com regulagem de tonalidade de grave e agudo. Filtro minimizador de interferências durante a utilização. Ausculta de batimentos cardíacos fetal a partir da 10ª semana. Alta sensibilidade para ausculta coletiva. Saída para fone de ouvido ou gravador de som. Acompanha fone de ouvido bi-auricular para ausculta individual. Cíclagem de 6.000 a 60.000. Frequência de 2,0 a 2,25 MHZ. Alojamento para transdutor fixado na lateral do gabinete. Alimentação por bateria interna recarregável de 12 v x 1,3 Ah. Led. Indicador de bateria com carga insuficiente para uso imediato. Acompanha carregador da bateria para rede elétrica em 110 ou 220 v 50/60 Hz. Dimensões: (L.P.A.) 200 x 210 x 95 mm. Peso líquido: 1,3 kg.	UN	3,00	MD	673,54	2.020,62
67	ELETRODO CARDIOLÓGICO ADULTO SILICONE SUÇÃO+PE-RA PARA ECG, EMBALAGEM COM 06 UNIDADES.	PCT.	50,00	Missouri	57,732	2.886,60
73	ESCADA COM 02 DEGRAUS TUBO DE AÇO REDONDO DEGRAUS EM MADEIRA REVESTIDOCOM MATERIAL ANTIDER- RAPANTE	UN	4,00	Olimedica	51,00	204,00
95	FITA MICROPORE 2,5 CM X 4,5M.	UN	300,00	Cral	1,306	391,80
97	FOCO AUXILIAR E GINECOLÓGICO COM LÂMPADA DE LED SEM ESPELHO	UN	2,00	Vagalumi	275,00	550,00
108	INFRAVERMELHO DE MESA P/FISIOTERAPIA. MONTADO EM BASE DE CHAPA DE AÇO PINTADA. HASTE DE SUSTENTAÇÃO FLEXÍVEL. REFLETOR DE ALUMÍNIO ANODIZADO, DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE FORMA HOMOGÊNEA. INTERRUPTOR INCORPORADO AO CABO DE LIGAÇÃO. COM LÂMPADA DE 150W, 60HZ (220 VOLTS).	UN	1,00	Vagalumi	151,203	151,20
115	LUVA CIRÚRGICA LÁTEX ESTÉRIL Nº 7,5 ESPESSURA MÍNIMA 0,10 MM, COMPRIMENTO MÍNIMO: 280MM, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL	UN	100,00	Maxitex	0,93	93,00
117	LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX, TAM. M, CX. COM 100 UNIDADES	CX	50,00	Medix	13,87	693,50
120	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM. P, SINTÉTICA (NITRILICA), SUPERFÍCIE MICROTESTURIZADA, AMBIDESTRA, SEM PÓ ABSORVÍVEL, SEM LÁTEX E SEM PROTEÍNA. CAIXA COM 100 LUVAS	CX	100,00	Medix	16,49	1.649,00
126	PINÇA ANATÔMICA COM DENTE 16 CM EM AÇO INOX	UN	40,00	Weldon	6,186	247,44
127	PINÇA ANATÔMICA SEM DENTE 16 CM EM AÇO INOX	UN	40,00	Weldon	6,936	277,44
129	PINÇA KOCHER RETA COM DENTE EM AÇO INOXIDÁVEL 16 CM	UN	20,00	Weldon	16,495	329,90
130	POLVEDINE TÓPICO, EMBALAGEM DE 01 LITRO	LT	10,00	Vic Pharma	12,811	128,11
135	PROTETOR OCULAR OPTICLUDE ADULTO FEITO DE FITA MICROPORE, ALMOFADA MACIA E ABSORVENTE, COM REGISTRO NA ANVISA. CX COM 12 UNIDADES	CX	5,00	Cral	4,128	20,64
136	SACO DE LIXO BRANCO LEITOSO CAP 100 LITROS PARA RESÍDUOS HOSPITALARES E INFECTANTES E TÓXICOS. COM SIMBOLOGIA E REGISTRO NA ABNT E ANVISA. PACOTE COM 100 UNID.	UN	50,00	Rava	29,40	1.470,00

137	SACO DE LIXO BRANCO LEITOSO CAP 30 LITROS PARA RESÍDUOS HOSPITALARES E INFECTANTES E TÓXICOS. COM SIMBOLOGIA E REGISTRO NA ABNT E ANVISA. PACOTE COM 100 UNID.	UN	20,00	Rava	12,509	250,18
145	SERINGA 3 ML SEM AGULHA BICO LUER SLIP DESCARTAVEL E ESTÉRIL, CX COM 100 UNIDADES	CX	50,00	SR	9,48	474,00
146	SERINGA 5 ML SEM AGULHA BICO LUER SLIP DESCARTAVEL E ESTÉRIL, CX COM 100 UNIDADES	CX	10,00	SR	11,60	116,00
147	SONDA ASPIRAÇÃO Nº 08	UN	4.000,00	Biosani	0,504	2.016,00
151	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA P/ OXIGÊNIO Nº 10 DESCARTÁVEL CONFECCIONADO EM PLÁSTICO	UN	20,00	Biosani	0,515	10,30
152	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA P/ OXIGÊNIO Nº 8 DESCARTÁVEL CONFECCIONADO EM PLÁSTICO	UN	30,00	Biosani	0,503	15,09
157	SORO FISIOLÓGICO 0,9% AMPOLA COM 10 ML	UN	4.000,00	Farmace	0,179	716,00
166	TERMOMÊTRO COM BARRA DE MERCÚRIO EMB. COM 12 UNIDADES	PT	5,00	Glicomed-Accu-med-Pre	52,62	263,10
169	TESOURA IRES RETA EM AÇO INOXIDÁVEL 10 CM	UN	20,00	Weldon	9,24	184,80

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. VITORIO GUBERT Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente,

com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE
Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE
Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00
Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA
Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00
Elemento de Despesa: 16 - 4.4.90.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL
Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00
Elemento de Despesa: 25 - 4.4.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.
- 6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 7.1. fornecer os materiais quando solicitados.
- 7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.
- 7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não manter a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT
CONTRATANTE
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA MARIA ROSANGELA ANACLETO FERRARI
CONTRATADA

Testemunhas:

01.	02.
Nome: Silvane Lazzari Piana	Nome: Giane Smaniotto
CPF: 000.246.779-81	CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2017

PROCESSO Nº 08/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
159	SORO FISIOLÓGICO ESTERIL, SISTEMA FECHADO FRASCO 500ML, CAIXA COM 24 UNIDADES.	CX	200,00	EQUIPLEX	61,65	12.330,00
160	SORO FISIOLÓGICO ESTERIL, SISTEMA FECHADO FRASCO COM 125 ML, CAIXA COM 24 UNIDADE	CX	200,00	EQUIPLEX	39,65	7.930,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. VITORIO GUBERT Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 16 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 25 - 4.4.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT
CONTRATANTE
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP
CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI
CONTRATADA

Testemunhas:

01. Nome: Silvane Lazzari Piana
CPF: 000.246.779-81

02. Nome: Giane Smaniotto
CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2017

PROCESSO Nº 08/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ODONTOESTE LTDA EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
29	BANDEJA RETANGULAR INOX 22X17X1,5CM ODONTOLÓGICA PARA 12 INSTRUMENTAIS	UN	30,00	FAMI	21,40	642,00
31	BIOMBO DUPLO 1,80 x 1,20 ABERTO, E 0,60 FECHADO, PINTURA EPÓXI COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA E RODÍZIO NA LATERAL	UN	2,00	SANTA LUZIA	214,00	428,00
33	BOLA SUÍÇA PARA FISIOTERAPIA 65 CM, ATÉ 150 KG. COM BOMBA PARA ENCHIMENTO COM PINO PARA FECHAMENTO DO BICO	UN	10,00	ARKTUS	64,90	649,00
42	CAIXA DE ISOPOR 3 LITROS DIMENS. 195X105X140MM, EXTERNA 232X145X185MM	UN	200,00	KNAUF	6,80	1.360,00
43	Caixa térmica com termômetro digital acoplado 15 litros. Caixa térmica com termômetro externo que mede a temperatura atual, máxima e mínima do conteúdo interno; Termômetro de máxima e mínima; Produzido em material de alta resistência; Revestimento interno em poliuretano (PU) que auxilia no isolamento térmico; Capacidade para 15 litros; Fácil higienização; Temperatura externa através de cabo e sensor; Máxima e Mínima; Função °C/°F; Imã de fixação em objetos metálicos; Resistência a água.	UN	3,00	SIEGER	299,90	899,70
50	CATETER VENOSO PERIFÉRICO N. 24, EMBALAGEM COM 50 UND. (ABOCATH)	CX	4,00	SOLIDOR	33,13	132,52
52	CATETER VENOSO PERIFÉRICO, N. 22, CAIXA COM 50 UND. (ABOCATH)	CX	4,00	SOLIDOR	29,75	119,00
70	ELETRODOS AUTO ADESIVOS 8X13CM, PCT. COM 04 UND.	PT	40,00	ARKTUS	36,16	1.446,40
82	EXERCITADOR PARA MÃO POWER DYNA (FORTE)	UN	1,00	ARKTUS	58,15	58,15
83	EXERCITADOR PARA MÃO POWER DYNA (LEVE)	UN	1,00	ARKTUS	58,15	58,15
84	EXERCITADOR PARA MÃO POWER DYNA (MÉDIO)	UN	1,00	ARKTUS	58,15	58,15
88	FIO DE SUTURA DE NYLON 6.0, EMBALAGEM C/ 24 UND.	CX	3,00	PROCARE	21,99	65,97
92	FIO DE SUTURA NYLON 5.0, CAIXA C/ 24 UND.	CX	15,00	PROCARE	20,87	313,05

116	LUVA CIRÚRGICA LATÉX ESTÉRIL Nº 8 ESPESSURA MINIMA 0,10 MM, COMPRIMENTO MÍNIMO: 280MM, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL	UN	200,00	MAXITEX	0,88	176,00
118	LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX, TAM. P, CX. COM 100 UNIDADES	CX	200,00	LABOR IMPORT	13,85	2.770,00
121	LUVA ESTÉRIL TAM. 7,5 LÁTEX (PAR)	PAR	500,00	MAXITEX	0,89	445,00
123	MACA HOSPITALAR FIXA COM CABECEIRA MÓVEL A 85CM X L 0,65CM X C 1,82M	UN	2,00	LM	270,00	540,00
132	PONTA PARA BISTURI ELÉTRICO (BOLA MÉDIA) COMPATÍVEL COM CANETAS DA MARCA EMAI	UN	4,00	TRANSMAI	25,68	102,72
133	PONTA PARA BISTURI ELÉTRICO (FACA RETA) COMPATÍVEIS COM CANETAS DA MARCA EMAI	UN	4,00	TRANSMAI	25,66	102,64
139	SCALP N 23, CX. COM 100 UNIDADES	UN	15,00	LAMEDID	16,49	247,35
140	SCALP N 25, CX. COM 100 UNIDADES	CX	4,00	LAMEDID	16,49	65,96
142	SERINGA 1 ML, MEDIDOR PARA 30 UNIDADES DE INSULINA COM AGULHA 13X3,8, CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	100,00	SR	18,79	1.879,00
148	SONDA FOLEY Nº 16 CAIXA COM 10 UNIDADES	CX	5,00	SOLIDOR	25,39	126,95
170	TIRA PARA TESTE DE GLICEMIA. CX. COM 50 UND. E APARELHO EM COMODATO. A CADA 10 CX 1 APARELHO EM COMODATO.	CX	200,00	ONCALL PLUS	20,60	4.120,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. VITORIO GUBERT Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa ODONTOESTE LTDA – EPP, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente,

com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE
Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE
Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00
Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA
Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00
Elemento de Despesa: 16 - 4.4.90.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL
Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00
Elemento de Despesa: 25 - 4.4.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.
- 6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 7.1. fornecer os materiais quando solicitados.
- 7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.
- 7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não manter a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT
CONTRATANTE
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ODONTOESTE LTDA – EPP
GELSON TADEU MOHR
CONTRATADA

Testemunhas:

01.	02.
Nome: Silvane Lazzari Piana	Nome: Giane Smaniotto
CPF: 000.246.779-81	CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2017

PROCESSO Nº 08/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa DENTAL OESTE EIRELI EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
10	AGULHA 40X12, CX. COM 100 UNIDADES.	CX	50,00	Descarpack	5,71	285,50
61	COMPRESSA DE GAZES HIDRÓFILAS ESTERIL 13 FIOS, 8 DOBRAS, 10X10 CM, 100% ALGODÃO BOA ABSORÇÃO EMBALAGEM COM 10 UND	PT	10.000,00	Europa	0,57	5.700,00
71	EQUIPO PARA ALIMENTAÇÃO NUTRIÇÃO ENTERAL ESTERIL	UN	400,00	Descarpack	0,80	320,00
91	FIO DE SUTURA NYLON 4.0, CX. COM 24 UNIDADES	CX	10,00	Procare	23,90	239,00

102	GARROTE ADULTO PARA COLETA DE SANGUE, DE TECIDO ELÁSTICO, NÃO ALERGENICO, COM TRAVA DE SEGURANÇA QUE PROPORCIONA MAIOR PRATICIDADE NO MOMENTO DO PROCEDIMENTO.	UN	20,00	Accumed	5,90	118,00
125	PAPEL CREPADO PARA USO EM AUTOCLAVE VERDE 40X40 CM, COM REGISTRO NA ANVISA EMBA COM 500 UNID.	PT	20,00	Hospflex	90,00	1.800,00
128	PINÇA KELLY RETA SEM DENTE 16 CM, EM AÇO INOXIDAVEL	UN	20,00	Golgran	12,62	252,40
134	PORTA AGULHA OLSEN HEGAR, 14CM	UN	6,00	Golgran	82,60	495,60
143	SERINGA 10 ML SEM AGULHA BICO LUER SLIP DESCARTAVEL E ESTÉRIL, CX COM 100 UNIDADES	CX	100,00	Descarpac	18,65	1.865,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. VITORIO GUBERT Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa DENTAL OESTE EIRELI – EPP, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE
Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA
Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Elemento de Despesa: 16 - 4.4.90.00.00.00.00.00
Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL
Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00
Elemento de Despesa: 25 - 4.4.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT
CONTRATANTE
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

DENTAL OESTE EIRELI EPP
JACKSON LUIZ BERTI
CONTRATADA

Testemunhas:

01.	02.
Nome: Silvane Lazzari Piana	Nome: Giane Smaniotto
CPF: 000.246.779-81	CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017

PROCESSO Nº 08/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA- EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
11	ALCOOL 70% EM GEL, EMBALAGEM DE 01 LITRO, COM VALVULA	UN	50,00	CINORD	7,50	375,00
17	ANEL TONIFICADOR PARA MEMBROS INFERIORES 35 CM DIAMETRO - (MAGIC CIRCLE)	UN	1,00	ARKTUS	65,00	65,00
32	BOLA OVERBALL 25 CM GARANTIA DE 03 MESES	UN	1,00	CARCI	21,49	21,49
41	CADEIRA PARA BANHO HIGIÊNICA EM AÇO CARBONO, APOIO PARA OS BRAÇOS FIXOS E PÉS, FREIOS BILATERAIS, PARA PACIENTES DE ATÉ 85 KG	UN	3,00	PROLIFE	172,85	518,55
64	DESINFETANTE GLUTARALDEIDO 28-2%, EMBALAGEM COM 05 LITROS	UN	3,00	CINORD GLUTACIN	47,50	142,50
69	ELETRODOS AUTO ADESIVOS 5X9CM, PCT. COM 04 UND.	PT	40,00	CARCI	23,70	948,00
85	FAIXA ELÁSTICA EM LATEX PARA FISIOTERAPIA FRACO INTENSIDADE 1,2M COMPRIMENTO X 15CM LARGURA	UN	3,00	ARKTUS	16,00	48,00

86	FAIXA ELÁSTICA EM LATEX PARA FISIOTERAPIA LEVE INTENSIDADE 1,2M COMPRIMENTO X 15CM LARGURA	UN	3,00	ARKTUS	17,00	51,00
87	FAIXA ELÁSTICA EM LATEX PARA FISIOTERAPIA MEDIO INTENSIDADE 1,2M COMPRIMENTO X 15CM LARGURA	UN	3,00	ARKTUS	19,80	59,40
107	INDICADOR QUÍMICO PARA TESTE EM AUTOCLAVE EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	PT	50,00	CLEAN TEST C/25	14,00	700,00
131	PONTA PARA BISTURI ELÉTRICO (ALÇA) COMPATÍVEIS COM CANETA DA MARCA EMAI	UN	4,00	EMAI ALÇA PEQ 4,5M	25,67	102,68
154	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 14 EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE E SILICONIZADA	UN	10,00	MARKMED	0,77	7,70
162	TALA PARA IMOBILIZAÇÃO ADULTO, ARAMADA MOLDÁVEL 86X10X-3CM TAM. G COM REVESTIMENTO DE ESPUMA.	UN	15,00	POLARFIX	14,65	219,75
163	TALA PARA IMOBILIZAÇÃO ADULTO, ARAMADA MOLDÁVEL 53X8X3CM TAM.P COM REVESTIMENTO DE ESPUMA.	UN	10,00	POLARFIX	9,00	90,00
173	TUBO DE ENSAIO PLÁSTICO C/ GEL (TAMPA AMARELA) 6 ML	UN	500,00	VACUPLAST 5ML	0,60	300,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. VITORIO GUBERT Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NEDICOS LTDA EPP, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega

e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 16 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 25 - 4.4.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10.DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT

CONTRATANTE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA EPP

ROSIMARI BORIN BADIN

CONTRATADA

Testemunhas:

01.

Nome: Silvane Lazzari Piana

CPF: 000.246.779-81

02.

Nome: Giane Smaniotto

CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017

PROCESSO Nº 08/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA- EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
4	AGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE EMBALAGEM COM 5 LITROS	UN	20,00	SS PLUS	5,50	110,00
8	AGULHA 25x7, C/ 100 UNIDADES	UN	5,00	DESCARPACK	5,67	28,35
9	AGULHA 25X8, CX. COM 100 UNIDADES	CX	20,00	DESCARPACK	5,65	113,00
48	CATETER EXTENSOR PARA EQUIPO DUAS VIAS (POLIFIX)	UN	300,00	VITAL GOLD	0,54	162,00

63	CURATIVO ADESIVO SENSÍVEL COR BEGE DIMENSÃO 25MM ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO, COMPOSTO E FIBRA DE VISCOSE, FALSO TECIDO ENTRELACADO COM MASSA ADESIVA, PAPEL COM FILME PLÁSTICO, EMBALAGEM COM 500 UNIDADES	CX	2,00	CIEX	10,71	21,42
66	DETERGENTE ENZIMÁTICO DESINCROSTANTE, PARA USO HOSPITALAR COMPOSTO POR ENZIMAS AMILASE, CARBOHIDRASE, LÍPASE PROTEASE, SURFACTANTE NÃO-IÔNICO COPOLIALCOXILADO, ALCOOL ISOPROPILICO, CORANTE, PERFUME E ÁGUA, EMBALAGEM 5 L COM REGISTRO NA ANVISA	GL	10,00	KELDRIN	74,80	748,00
77	ESPÉCULO DESCARTÁVEL TAM. G, SEM LUBRIFICANTE, COM PARAFUSO ACOPLADO PIGMENTADO NA COR LARANJA, ATOXICO, NO FORMATO BORBOLETA	UN	100,00	CRAL	0,78	78,00
78	ESPÉCULO DESCARTÁVEL TAM. M S/ LUBRIFICANTE COM PARAFUSO ACOPLADOPIGMENTADONA COR LARANJA, ATOXICO, NO FORMATO BORBOLETA	UN	300,00	CRAL	0,67	201,00
79	ESPÉCULO DESCARTÁVEL TAM. P, S/ LUBRIFICANTE COM PARAFUSO ACOPLADO PIGMENTADO NA COR LARANJA, ATOXICO, NO FORMATO BORBOLETA	UN	300,00	CRAL	0,64	192,00
93	FITA AUTO-ADESIVA COM LINHAS QUE MUDAM PARA A COR MARROM APÓS AUTOCLAVAÇÃO. LARGURA 19MM X COMPRIMENTO 30 M	UN	30,00	CIEX	2,43	72,90
114	LUVA CIRÚRGICA LATÉX ESTÉRIL Nº 6,5 ESPESSURA MINIMA 0,10 MM, COMPRIMENTO MÍNIMO: 280MM, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL	UN	150,00	MAXITEX	0,93	139,50
149	SONDA FOLEY Nº 20 CAIXA COM 10 UNIDADES	CX	5,00	SOLIDOR	25,35	126,75
150	SONDA FOLEY Nº 22 CAIXA COM 10 UNIDADES	CX	5,00	SOLIDOR	25,30	126,50
165	TENTACANULA EM AÇO INOXIDÁVEL 15 CM	UN	10,00	GOLGRAN	3,85	38,50

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. VITORIO GUBERT Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da

obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 16 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 25 - 4.4.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10.DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT

CONTRATANTE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E

HOSPITALARES LTDA EPP

ROMANO ANTONIO POSSATTO

CONTRATADA

Testemunhas:

01.

Nome: Silvane Lazzari Piana

CPF: 000.246.779-81

02.

Nome: Giane Smaniotto

CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017

PROCESSO Nº 08/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa L A DALLA PORTA JUNIOR- EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	ÁGUA DESTILADA AMPOLA COM 100 ML	UN	400,00	FARMACE	2,27	908,00
18	APARELHO DE PRESSÃO ADULTO, BRAÇADEIRA DE NYLON, COM FECHO EM VELCRO; MANÔMETRO DE METAL, COM PROTETOR CONTRA IMPACTO	UN	10,00	ACCUMED	60,255	602,55
22	ATADURA 08 CM, 13 FIOS, PACOTE C/ 12 UND.	PT	200,00	MB TEXTIL	2,88	576,00
25	ATADURA CREPE 13 FIOS, 20 CM, PCT. COM 12 UNIDADES	PT	100,00	MB TEXTIL	7,24	724,00
74	ESCOVA PARA COLETA ENDOCERVICAL EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PT	30,00	CRAL	12,60	378,00
94	FITA MICROPORE 10CM X 4,5 M.	UN	200,00	CRAL	3,73	746,00
96	FIXADOR CITOLOGICO EMBALAGEM COM 100 ML	UN	10,00	ADLIN	5,00	50,00
100	FRALDA XG INFANTIL ACIMA DE 15 KG, EMB COM 07 UNIDADES, DE BOA QUALIDADE.	PCT.	150,00	DESCARPACK	2,84	426,00
103	GEL PARA ULTRA-SONOGRAFIA, EMBALAGEM DE 01 LITRO	UN	200,00	VICPHARMA	4,00	800,00
104	GEL PARA ULTRASSOM FRASCO DE 100 G	FR	100,00	ULTRA GEL	1,07	107,00
113	LENÇOL HOSPITALAR 50X50MTRS EM PAPEL 100% CELULOSE DESCARTAVEL	ROLO	100,00	GOPEL	4,80	480,00
138	SCALP 21, CX. COM 100 UNIDADES	CX	10,00	CRAL	17,99	179,90

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. VITORIO GUBERT Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP, a critério do Município de União do Oeste/ FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega

e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 16 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 25 - 4.4.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10.DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT
CONTRATANTE
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

L A DALLA PORTA JUNIOR EPP
LUIZ ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR
CONTRATADA

Testemunhas:

01.	02.
Nome: Silvane Lazzari Piana	Nome: Giane Smaniotto
CPF: 000.246.779-81	CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2017

PROCESSO Nº 08/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa POSSATTO & POSSATTO LTDA ME, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
156	SONDA URETAL Nº10, EMB. COM 10 UNIDADES	PT	10,00	MEDSONDA	4,80	48,00
168	TESOURA CIRURGICA RETA E ROMBA 17 CM EM AÇO INOXIDÁVEL	UN	20,00	GOLGRAN	22,49	449,80

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. VITORIO GUBERT Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa POSSATTO & POSSATTO LTDA ME, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 16 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 25 - 4.4.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não manter a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT
CONTRATANTE
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

POSSATTO & POSSATTO LTDA ME
ROGERIO POSSATTO
CONTRATADA

Testemunhas:

01.
Nome: Silvane Lazzari Piana
CPF: 000.246.779-81

02.
Nome: Giane Smaniotto
CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017

PROCESSO Nº 08/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa PRO CIRURGICA CHAPECO EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
5	AGULHA 08X3,3 CX COM 100 UNIDADES	CX	150,00	Solidor 30 x 8	7,11	1.066,50
15	ALMOTOLIA 250 ML TRANSPARENTE	UN	10,00	Jprolab	2,04	20,40
16	ALMOTOLIA 500 ML TRANSPARENTE	UN	10,00	Jprolab	2,59	25,90
30	BARRA PARALELA PARA FISIOTERAPIA	UN	1,00	Arktus	945,00	945,00
34	BOLA SUÍÇA PARA FISIOTERAPIA 75 CM, ATÉ 150 KG, COM BOMBA PARA ENCHIMENTO, COM PINO PARA FECHAMENTO DO BICO	UN	10,00	Arktus	69,00	690,00
44	CANELEIRA DE PESO EM POLIÉSTER 0,5KG (PAR)	UN	4,00	Arktus	10,50	42,00
45	CANELEIRA DE PESO EM POLIÉSTER 1,0KG (PAR)	UN	4,00	Arktus	13,70	54,80
46	CANELEIRA DE PESO EM POLIÉSTER 2,0 KG (PAR)	UN	4,00	Arktus	17,80	71,20
47	CANELEIRA DE PESO EM POLIÉSTER 3,0 KG (PAR)	UN	4,00	Arktus	22,60	90,40
59	COMPRESSA CIRURGICA NÃO ESTÉRIL 45X50CM - 4 CAMADAS EMBALAGEM COM 5 UNIDADES, ALTO PODER DE ABSORÇÃO, 100% ALGODÃO	PCT.	30,00	Mediplus	5,81	174,30
68	ELETRODOS AUTO ADESIVO 5X5 CM, PACOTE COM 04 UND.	PT	40,00	Carci	17,90	716,00
110	LÂMINA DE BISTURI Nº 18 CX COM 50 UNIDADES	CX	5,00	Advantive	15,00	75,00
112	LÂMINA PARA PREVENTIVO FOSCA 26X76MM CX. COM 50 UNIDADES	CX	100,00	Precision	2,90	290,00
161	SUORTE PARA SORO EM AÇO INOXIDÁVEL, COM REGULAGEM DE ALTURA POR SISTEMA DE PRESSÃO ATRAVÉS DE ROSETA COM 4 GANCHOS, PÉS COM RODÍZIOS ALT.MÍN. 1,70 - ALT.MÁX. 2,29 M.	UN	3,00	Santa Luzia	146,00	438,00
167	TERMOMETRO DIGITAL P/ GELADEIRA -0+50 REGISTRO DE MÁXIMO E MÍNIMO DA TEMPERATURA INTERNA E EXTERNA; CABO DO SENSOR EXTERNO COM 1,8M	UN	4,00	JProLab	55,00	220,00
171	TORNOZELEIRA DE PESO 1 KG DIMENSÕES 50X13 CM (PAR)	UN	2,00	Arktus	13,50	27,00
172	TORNOZELEIRA DE PESO 2 KG DIMENSÕES 35X15X4CM (PAR)	UN	2,00	Arktus	16,50	33,00
174	TUBO DE ENSAIO PLÁSTICO SEM ADITIVO (TAMPA BRANCA) 6 ML	UN	200,00	Vacuplast 5 ml	0,60	120,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.



3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. VITORIO GUBERT Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa PRO CIRURGICA CHAPECO EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 16 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 25 - 4.4.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não manter a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT
CONTRATANTE
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PRO CIRURGICA CHAPECO EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
FABIO ANTONIO ROSA
CONTRATADA

Testemunhas:

01.
Nome: Silvane Lazzari Piana
CPF: 000.246.779-81

02.
Nome: Giane Smaniotto
CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017

PROCESSO Nº 08/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa JARDIM COSMETICOS LTDA ME, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
98	Fraldas Geriátricas Descartáveis tamanho G - formato anatômico com quatro fitas adesivas tri laminadas reposicionáveis para maior segurança formato anatômico para maior conforto, barreiras anti vazamento, flocos de gel superabsorventes, com cobertura filtrante suave, indicador de umidade/troca, onde indica quando a fralda dever ser trocada, produto hipoalergênico e dermatologicamente testado e aprovado pela ANVISA. Pacote contendo 8 und	PCT.	400,00	VENEZA	6,00	2.400,00
99	Fraldas Geriátricas Descartáveis tamanho M - formato anatômico com quatro fitas adesivas tri laminadas reposicionáveis para maior segurança formato anatômico para maior conforto, barreiras anti vazamento, flocos de gel superabsorventes, com cobertura filtrante suave, indicador de umidade/troca, onde indica quando a fralda dever ser trocada, produto hipoalergênico e dermatologicamente testado e aprovado pela ANVISA. Pacote contendo 8 und.	PCT.	250,00	VENEZA	5,60	1.400,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. VITORIO GUBERT Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa JARDIM COSMÉTICOS LTDA ME, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 16 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 25 - 4.4.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;

- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9.DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10.DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT
CONTRATANTE
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

JARDIM COSMETICOS LTDA ME
DENISE CIMA SZYMANSKI
CONTRATADA

Testemunhas:

01.	02.
Nome: Silvane Lazzari Piana	Nome: Giane Smaniotto
CPF: 000.246.779-81	CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2017

PROCESSO Nº 08/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado

por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA - ME, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	AGUA DESTILADA 10 ML, CX. COM 200 UNIDADES	CX	30,00	EQUIPLEX	30,00	900,00
6	AGULHA 20X5,5 CX. COM 100 UNIDADES	CX	30,00	SOLIDOR	6,12	183,60
12	ÁLCOOL 70% EMBALAGEM DE 1 LITRO	UN	400,00	TUPI	4,20	1.680,00
13	ALCOOL 92% EMBALAGEM DE 1 LITRO	UN	600,00	TUPI	4,98	2.988,00
19	APARELHO DE PRESSÃO BRAÇO ADULTO DIGITAL, INDICADOR GRAFICO DE NIVEL DE HIPERTENSÃO TRIPLA ZONA DE MEMORIA TOTALMENTE AUTOMATICO, MEDIDOR DE PRESSÃO E PULSAÇÃO, VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO	UN	5,00	OMRON	125,00	625,00
39	CADEIRA DE RODAS APOIO PARA BRAÇOS FIXOS, APOIO PARA PÉS FIXOS ASSENTO E ENCOSTO EM NYLON DOBRÁVEL, FREIOS BILATERAIS PEDAIS EM POLIETILENO, COM PNEUS INFLÁVEIS PARA PACIENTES ATÉ 80 KG	UN	4,00	CDS	365,00	1.460,00
51	CATETER VENOSO PERIFÉRICO, N. 20, CAIXA COM 50 UND. (ABOCATH)	CX	2,00	SOLIDOR	29,90	59,80
57	COLETOR DE PERFURO CORTANTE 20 LITROS FABRICADO DENTRO DAS NORMAS ATUAIS DA NBR 13853, GARANTINDO PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÕES E VAZAMENTOS DE FLUIDOS CONTAMINADOS	UN	200,00	EMBALAIRE	4,25	850,00
72	EQUIPO PARA SORO COM INJETOR LATERAL EM Y E COM RESPIRO MACRO GOTAS	UN	1.000,00	LABOR IMPORT	0,93	930,00
89	FIO DE SUTURA NYLON 2.0, CAIXA C/ 24 UND.	CX	3,00	PROCARE	23,00	69,00
90	FIO DE SUTURA NYLON 3.0, CX. COM 24 UNIDADES	CX	15,00	PROCARE	21,50	322,50
101	FRASCO PARA ALIMENTAÇÃO	UN	400,00	BIOSANI	0,70	280,00
109	LAMINA BISTURI N. 15, CX. COM 50 UNIDADES	CX	20,00	SOLIDOR	9,90	198,00
111	LÂMINA DE BISTURI Nº 20 CX COM 50 UNIDADES	CX	5,00	SOLIDOR	9,90	49,50
119	LUVA DE PROCEDIMENTO PLÁSTICO TRANSPARENTE CX COM 100 UNIDADES	CX	50,00	LUPLATEX	6,20	310,00
141	SCALP N. 27, CAIXA C/ 100 UND.	CX	2,00	EMBRAMAC	16,50	33,00
144	SERINGA 20 ML SEM AGULHA BICO LUER SLIP DESCARTAVEL E ESTÉRIL, CX COM 100 UNIDADES	CX	30,00	SR	29,70	891,00
153	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 12 EM POLIVINIL, ATÓXICO, FLEXÍVEL, TRANSPARENTE E SILICONIZADA	UN	30,00	BIOSANI	0,70	21,00
155	SONDA URETAL N. 12, PCT. COM 10 UNIDADES	PT	500,00	BIOSANI	4,75	2.375,00
158	SORO FISIOLÓGICO ESTÉRIL, SISTEMA FECHADO FRASCO 250ML, CAIXA COM 24 UNIDADES.	CX	200,00	EQUIPLEX	46,80	9.360,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. VITORIO GUBERT Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA - ME, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 16 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 25 - 4.4.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº 08/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9.DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10.DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT

CONTRATANTE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA - ME,

AMARILDO BASEGGIO

CONTRATADA

Testemunhas:

01.

Nome: Silvane Lazzari Piana

CPF: 000.246.779-81

02.

Nome: Giane Smaniotto

CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2017

PROCESSO Nº 08/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor Sr. VITÓRIO GUBERT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Co-tada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
23	ATADURA CREPE 13 FIOS, 10 CM, PCT 12 UNIDADES	PT	150,00	ANDREONI	3,67	550,50
24	ATADURA CREPE 13 FIOS, 15 CM, PCT COM 12 UNIDADES.	PT	150,00	ANDREONI	5,42	813,00
26	ATADURA DE ALGODÃO LAMINADO, 10 CM, PCT. COM 12 UNIDADES	PT	5,00	ORTOFEN	4,455	22,28
27	ATADURA DE ALGODÃO LAMINADO, 20 CM, PCT. COM 12 UNIDADES.	PT	5,00	ORTOFEN	8,25	41,25
60	COMPRESSA DE GAZES HIDRÓFILAS 13 FIOS, 5 CAMADAS, 8 DOBRAS 10X10 CM, 100% ALGODÃO BOA ABSORÇÃO EMBALAGEM COM 500 UNIDADES	PT	70,00	HOSPITEX	24,00	1.680,00
81	ESTETOSCÓPIO PLANO/DUPLO ADULTO	UN	10,00	ADVANTIVE	9,00	90,00
122	LUVAS DE PROCEDIMENTO, LATEX, TAM. PP. CX COM 100 UND.	CX	10,00	LAGROTA	13,98	139,80

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. VITORIO GUBERT Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI ME, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 10 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 15 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 16 - 4.4.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 24 - 3.3.90.00.00.00.00.00

Elemento de Despesa: 25 - 4.4.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 08/2017.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9.DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10.DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 08/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

VITÓRIO GUBERT

CONTRATANTE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI ME

JACQUES BRIÃO MOREIRA

CONTRATADA

Testemunhas:

01.

Nome: Silvano Lazzari Piana

CPF: 000.246.779-81

02.

Nome: Giane Smaniotto

CPF: 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

DECRETO N. 3452/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.452, De 25 de abril de 2017.

“Dispõe sobre revogação do Processo Licitatório N.º 27/2017 na modalidade de Pregão Presencial e dá outras providências”.

CELSONI MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, considerando que houve solicitação de impugnação do Edital de Licitação n.º 27/2017 por parte de empresa interessada na participação do certame, pelo motivo de a listagem das peças indicadas pelo município na lista de itens do referido Edital não possuir códigos universais das peças, dificultando assim a participação das empresas no certame.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Licitação N.º 27/2017, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de peças e serviços mecânicos para conserto da Motoniveladora Huber Warco, ano/modelo 1988, placa LWW3968.

Art. 2º Determina ao Setor de Compras e Licitações, que proceda a abertura de novo processo de licitação para a aquisição de peças e serviços mecânicos necessários ao conserto da Motoniveladora Huber Warco, ano/modelo 1988, placa LWW3968, procedendo as devidas

correções dos códigos das peças, afim de assegurar condições iguais e isonômicas a todos os licitantes interessados em participar do certame.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 25 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urupema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017

A Prefeitura Municipal de Urupema, FMS, torna público para conhecimento de quem interessar que fará realizar no dia 11/05/2017, as 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, à Av.: Manoel Pereira de Medeiros, 155, pregão presencial pelo menor por item para aquisição de materiais hospitalares para serem utilizados em procedimentos na Unidade Mista de Saúde. Cópia do Edital e/ou maiores informações no endereço acima citado ou pelo fone (49) 3236-3014 ou licitacao@urupema.sc.gov.br, das 08h00min as 12h00min e das 13h30min as 17h30min ou pelo site <http://www.cidademaisfriado brasil.com.br/>

Urupema, 28 de Abril de 2017.

EVANDRO FRIGO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Urussanga

PREFEITURA

EDITAL PL 10 2017 FMS PR 09 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017/PMU

Objeto: aquisição de 01 (uma) unidade de feira com 02 (duas) tendas chapéu de bruxa 10X10 mts cada, 12 stand em TS Octanorm 3x3 mts com iluminação e tomada, 200 metros quadrados tablado com carpet 10x20mts, ART Sistema Preventivo PPCI, ART Elétrica, aterramento, mecânica e laudos, 02 aluguel extintores. Preventivo PPCI, ART Elétrica, aterramento, mecânica e laudos, 02 aluguel extintores, Convênio Gov do Est SC - nº de proposta 0000018752 - o qual tem por objeto "Iª Feira da Agricultura Familiar". Entrega dos envelopes: até as 10h do dia 11/05/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 10h do dia 11/05/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

EDITAL PL 33 2017 PMU PR 29 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017/PMU

Objeto: aquisição parcelada de conserto de pneu de veículos da frota municipal. Entrega dos envelopes: até as 10h do dia 12/05/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 10h do dia 12/05/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 195/2017 A Nº 197/2017.

EXTRATO DE CONTRATOS nº 195/2017 a nº 197/2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO – SC

CONTRATADA: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados a rede de ensino do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 3.620,00 (TRES MIL SEISCENTOS E VINTE REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações processo licitatório 49/2017, pregão Presencial 44/2017 e Contrato nº 195/2017 Vargeão, SC, 20 de Abril de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO – SC

CONTRATADA: WRJ COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados a rede de ensino do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 3.419,00 (TRES MIL QUATROCENTOS E DEZENOVE REAIS). AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações processo licitatório 49/2017, pregão Presencial 44/2017 e Contrato nº 196/2017

Vargeão, SC, 20 de Abril de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: A.G KIENEN & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos, para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município em 2017.

VALOR: R\$ 16.770,00 (DEZESSEIS MIL SETECENTOS E SETENTA REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 45/2017, processo Licitatório 50/2017 e Contrato nº 197/2017.

Vargeão, SC, 26 de março de 2017

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 51/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 11 de maio de 2017 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por lote, visando a contratação de empresa para fornecimento e instalação de divisórias e persianas, para atender as necessidades da Administração Pública Municipal de Vargeão, SC, conforme a necessidade durante o Exercício 2017, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 51/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces

Vargeão, SC, 27 de abril de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 48/2017

Contrato nº: 48/2017
Data de Assinatura: 17.04.2017
Fornecedor....: Chapeação e Pintura PM Ltda - ME
Valor : R\$ 3.718,19
Licitação : Pregão Presencial nº 34/2017-PMV
Vigência : Início: 17.04.2017 Término: 31.12.2017
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REALIZAÇÃO DO CONCERTO DOS VEÍCULOS PALIO WEEKEND 1.6, ANO/MODELO 2013/2014, PLACA MLG 3018 E RENAULT DUSTER 2.0, 4X4, ANO/MODELO 2013/2013, PLACA MLN 8104 PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (POLÍCIA MILITAR).

EXTRATO CONTRATO Nº 49/2017

Contrato nº: 49/2017
Data de Assinatura: 17.04.2017
Fornecedor....: Willy Centro de Reparação Automotiva Ltda – EPP.
Valor : R\$ 1.799,99
Licitação : Pregão Presencial nº 34/2017-PMV
Vigência : Início: 17.04.2017 Término: 31.12.2017
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REALIZAR O CONCERTO DO VEÍCULO FIAT UNO VIVACE 1.0, ANO/MODELO 2014/2014, PLACA MLP 8872 PARA O ÓRGÃO PARTICIPANTE - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO CONTRATO Nº 50/2017

Contrato nº: 50/2017
Data de Assinatura: 19.04.2017
Fornecedor....: Khronos Segurança Privada Ltda.
Valor : R\$ 50.700,00
Licitação : Pregão Presencial nº 32/2017-PMV
Vigência : Início: 19.04.2017 Término: 19.04.2018
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, PROCON E DEPARTAMENTO DE ESPORTES.

EXTRATO DO CONTRATO N. 0007/17

Extrato do Contrato n. 0007/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARINES DE OLIVEIRA DIAS
CPF: 078.314.389-39
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0018/17

Extrato do Contrato n. 0018/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FRANCIELI THIBES DE CAMPOS
CPF: 093.238.679-26
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0021/17

Extrato do Contrato n. 0021/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LETICIA MARTINAZZO
CPF: 089.861.419-81
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA LIZ ANDREA SAORIN BALBINOTTI AFASTADA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE DIRETOR DE CEMEI
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0022/17

Extrato do Contrato n. 0022/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DIENIFER PONTES
CPF: 069.746.139-46
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0050/17

Extrato do Contrato n. 0050/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: REJEANE ARIOTTI
CPF: 068.619.029-77
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA NEIDE REGINA DA SILVA AFASTADA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE DIRETOR DE ESCOLA II
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017
FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0073/17

Extrato do Contrato n. 0073/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MONALISA APARECIDA BATISTA
CPF: 015.938.299-81
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA JOANICE MUNARO SETTI AFASTADA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE DIRETOR DE ESCOLA I
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0078/17

Extrato do Contrato n. 0078/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIANE BALESTIERI MOURA
CPF: 944.555.709-34
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA LUCIMAR APARECIDA THIBES COUTO AFASTADA POR RESTRIÇÃO EM SUAS ATIVIDADES LABORAIS
VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 06 de junho de 2017
FUNÇÃO: PROFESSOR – Inglês
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0135/17

Extrato do Contrato n. 0135/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: BEATRIZ NELCINA KNECHT
CPF: 054.757.389-80
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PARA ATENDER CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS
VIGÊNCIA: de 09 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0148/17

Extrato do Contrato n. 0148/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JULIO ANDERSON CESCO
CPF: 027.722.509-46
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PARA ATUAR COMO PROFESSOR NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0184/17

Extrato do Contrato n. 0184/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ALESANDRA PERAZZOLI DE SOUZA
CPF: 043.889.139-28
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 a 31 de maio de 2017
FUNÇÃO: ENFERMEIRA
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 3.807,82 (três mil, oitocentos e sete reais e oitenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0185/17

Extrato do Contrato n. 0185/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CAROLINE RITA TORTELI
CPF: 075.651.159-32
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 a 31 de dezembro de 2017
FUNÇÃO: ENFERMEIRA
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 3.807,82 (três mil, oitocentos e sete reais e oitenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0186/17

Extrato do Contrato n. 0186/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TAMARA GUZI
CPF: 085.207.729-78
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 06 de março de 2017 a 31 de dezembro de 2017
FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.439,78 (um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e setenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0187/17

Extrato do Contrato n. 0187/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANGELA APARECIDA LOPES

CPF: 032.919.639-11

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 06 de março de 2017 a 31 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.439,78 (um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e setenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0188/17

Extrato do Contrato n. 0188/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUCÉLIA FABRICIO DONATTI

CPF: 794.011.209-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 a 31 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.439,78 (um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e setenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0189/17

Extrato do Contrato n. 0189/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JESSICA MARIA CERON

CPF: 079.554.009-41

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 a 31 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.439,78 (um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e setenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0191/17

Extrato do Contrato n. 0191/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GUILHERME STRAPAZZON

CPF: 102.242.139-54

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 02 de março de 2017 a 31 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0192/17

Extrato do Contrato n. 0192/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GREICY BRUSCHI CARINHATO

CPF: 076.425.369-76

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 08 de março de 2017 a 31 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.439,78 (um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e setenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0193/17

Extrato do Contrato n. 0193/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADRIANA APARECIDA GOMES

CPF: 933.516.749-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 06 de março de 2017 a 31 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.439,78 (um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e setenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0236/17

Extrato do Contrato n. 0236/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: BRUNA JACINTO MINATTO

CPF: 009.479.599-12

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM SUBSTITUIÇÃO A VACÂNCIA DE CARGOS, EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 13 de março de 2017 a 31 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: MÉDICO

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 16.841,45 (dezesesseis mil, oitocentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0237/17

Extrato do Contrato n. 0237/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IZABEL DE GOES

CPF: 967.129.379-49

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 13 de março de 2017 a 31 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.439,78 (um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e setenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0249/17

Extrato do Contrato n. 0249/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA AFONCINA CARDOSO DE OLIVEIRA MEIRA
CPF: 985.165.159-15OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS
VIGÊNCIA: de 15 de março de 2017 a 15 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0275/17

Extrato do Contrato n. 0275/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SERGIO ANTONIO OZELAMI

CPF: 848.897.809-04

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - DEMANDA INCAPAZ DE SER SUPOORTADA NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA - CRIAÇÃO DA OLIMPIADA ESTUDANTIL
VIGÊNCIA: de 20 de março de 2017 a 20 de abril de 2017

FUNÇÃO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - Handebol

LOCAL: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.080,62 (dois mil e oitenta reais e sessenta e dois centavos)

HOMOLOGAÇÕES FMS - MÊS ABRIL.2017

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 04/2017, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017

PROCESSO Nº 16/2017

HOMOLOGAÇÃO: 07/04/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA EXAMES DE MAMOGRAFIA REALIZADOS NA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO BAIRRO FLORESTA, POR MEIO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.496,00 (dezoito mil quatrocentos e noventa e seis reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2017

PROCESSO Nº 17/2017

HOMOLOGAÇÃO: 07/04/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS DE MATERIAIS PARA EXAMES DE ULTRASONOGRAFIA REALIZADOS NA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO BAIRRO FLORESTA, POR MEIO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: JOHNNY FELIPE CONTESINI DE OLIVEIRA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.680,00 (oito mil seiscentos e oitenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2017

PROCESSO Nº 18/2017

HOMOLOGAÇÃO: 10/04/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE ÓRTESES E PRÓTESES, PARA SEREM FORNECIDOS AOS PACIENTES QUE SE ENQUADRAM NOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO PROGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: SERGIO DA SILVA ORTOPEDIA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 56.950,00 (cinquenta e seis mil novecentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: APOIO COM. DE MAT. MÉD. HOSP. ORT. LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 75.800,00 (setenta e cinco mil e oitocentos reais)

CONTRATADO: SANTA VITTA IND.E COM.DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.970,00 (vinte e nove mil novecentos e setenta reais)

CONTRATADO: JG - COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPÉDICOS LTD

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais)

Videira, 27/04/2017

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÕES PREFEITURA - MÊS 04/2017

O Município de Videira no mês 04/2017, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017

PROCESSO Nº 25/2017

HOMOLOGAÇÃO: 11/04/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS, PROCON E CONSELHO TUTELAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

CONTRATADO: PREVEMAX CONFECÇÕES PLÁSTICAS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.901,60 (treze mil novecentos e um reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 274.196,84 (duzentos e setenta e quatro mil cento e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.857,29 (vinte e oito mil oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 50.342,25 (cinquenta mil trezentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos)

CONTRATADO: GIGA1.COM EIRELI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.554,66 (dez mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos)

CONTRATADO: SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - M

VALOR DA DESPESA: R\$ 96.690,60 (noventa e seis mil seiscentos e noventa reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.164,10 (dez mil cento e sessenta e quatro reais e dez centavos)

CONTRATADO: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 32.937,58 (trinta e dois mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta e oito centavos)

CONTRATADO: LUIZ MINIOLI NETTO - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 68.884,37 (sessenta e oito mil oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos)

CONTRATADO: TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.217,70 (quatro mil duzentos e dezessete reais e setenta centavos)

CONTRATADO: GD COMERCIO DE PRODUTOS SANEANTES LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 41.679,85 (quarenta e um mil seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)

CONTRATADO: CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.732,42 (dezoito mil setecentos e trinta e dois reais e quarenta e dois centavos)

CONTRATADO: GUAPEL INDUSTRIA DE PRODUTOS DE PAPEL LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 79.444,12 (setenta e nove mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e doze centavos)

CONTRATADO: GILBERTO DE ARAUJO COMERCIO - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 210.981,91 (duzentos e dez mil novecentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos)

CONTRATADO: BOM SUCESSO INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS PLAS

VALOR DA DESPESA: R\$ 26.842,00 (vinte e seis mil oitocentos e quarenta e dois reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017

PROCESSO Nº 31/2017

HOMOLOGAÇÃO: 10/04/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE URNAS MORTUÁRIAS E SERVIÇOS DE TRANSLADO PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

CONTRATADO: FUNERARIA S JUDAS TADEU LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos reais)

CONTRATADO: FUNERARIA SALETE LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 40.850,00 (quarenta mil oitocentos e cinquenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017

PROCESSO Nº 39/2017

HOMOLOGAÇÃO: 04/04/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR (GRUPOS FORMAIS OU INFORMAIS) E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, DE ACORDO COM O ARTIGO 14 DA LEI 11.947/09, PARA UTILIZAÇÃO NA MERENDA ESCOLAR.

CONTRATADO: COPAVIDI - COOP. DE PEQ. AGRIC. DE VDA E IOMERÊ

VALOR DA DESPESA: R\$ 417.289,65 (quatrocentos e dezessete mil duzentos e oitenta e nove reais e sessenta e cinco centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017

PROCESSO Nº 45/2017

HOMOLOGAÇÃO: 05/04/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAL IMPRESSO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICIPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO, PROCURADORIA JURÍDICA E GABINETE, CONSELHO TUTELAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

CONTRATADO: VIDEGRAF ARTES GRAFICAS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.764,80 (vinte e nove mil setecentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: GRAFISIL GRAFICA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 30.513,10 (trinta mil quinhentos e treze reais e dez centavos)

CONTRATADO: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.047,96 (treze mil e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos)

CONTRATADO: DIGITAL CRUZEIRO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.426,56 (dezoito mil quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos)

CONTRATADO: GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 32.363,00 (trinta e dois mil trezentos e sessenta e três reais)

CONTRATADO: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.395,72 (nove mil trezentos e noventa e cinco reais e setenta e dois centavos)

CONTRATADO: NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 21,00 (vinte e um reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2017

PROCESSO Nº 46/2017

HOMOLOGAÇÃO: 19/04/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, PROCON E DEPARTAMENTO DE ESPORTES.

CONTRATADO: KHORONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 50.700,00 (cinquenta mil setecentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017

PROCESSO Nº 48/2017

HOMOLOGAÇÃO: 11/04/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LAVAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICIPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, EDUCAÇÃO, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL

DE ESPORTES).
CONTRATADO: ASFAG LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 31.450,00 (trinta e um mil quatrocentos e cinquenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017
PROCESSO Nº 49/2017
HOMOLOGAÇÃO: 17/04/2017
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REALIZAR O CONserto DOS VEÍCULOS FIAT UNO VIVACE 1.0, ANO/MODELO 2014/2014, PLACA MLP 8872, PALIO WEEKEND 1.6, ANO/MODELO 2013/2014, PLACA MLG 3018 E RENAULT DUSTER 2.0, 4X4, ANO/MODELO 2013/2013, PLACA MLN 8104 PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).
CONTRATADO: CHAPEACAO E PINTURA PM LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.718,19 (três mil setecentos e dezoito reais e dezenove centavos)
CONTRATADO: WILLY CENTRO DE REPARACAO AUTOMOTIVA LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.799,99 (um mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017
PROCESSO Nº 50/2017
HOMOLOGAÇÃO: 12/04/2017
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ACERVO DE LIVROS JURÍDICOS EM SUAS EDIÇÕES MAIS RECENTES, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES, E DA PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.
CONTRATADO: EXITO DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE LIVROS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.326,09 (dois mil trezentos e vinte e seis reais e nove centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2017
PROCESSO Nº 51/2017
HOMOLOGAÇÃO: 12/04/2017
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ARTES CÊNICAS PARA DESENVOLVER ATIVIDADES DE CUNHO TEATRAL, POR MEIO DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.
CONTRATADO: ESTUDIO EXPRESSAO CRIATIVA ARTE E CULTURA LTDA - M
VALOR DA DESPESA: R\$ 73.920,00 (setenta e três mil novecentos e vinte reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2017
PROCESSO Nº 54/2017
HOMOLOGAÇÃO: 13/04/2017
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMISSORAS DE RÁDIO AM E FM PARA DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E EVENTOS DE INTERESSE DO

MUNICÍPIO DE VIDEIRA.
CONTRATADO: RADIO VIDEIRA LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil e reais)

Videira, 27/04/2017
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 16/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2017
PROCESSO Nº 67/2017
HOMOLOGAÇÃO: 26/04/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO "CURSO SOBRE LICITAÇÕES PÚBLICAS E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA" A SER REALIZADO NOS DIAS 04 E 05 DE MAIO DE 2017, PARA OS SERVIDORES ALVAIL LÍRIO BARZOTTO, DAIANE SPOLTI E TATIANE PIOVESAN E O CURSO "HABILITAÇÃO PARA FUNÇÃO DE PREGOEIRO" A SER REALIZADO NO DIAS 12 E 13 DE JUNHO DE 2017, PELA SERVIDORA JESSICA PRIGOL.
CONTRATADO: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).
FUN-
DAMENTO: Art. 25, inciso II c/c art 13, e atentando também com o Art. 26 todos da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 26 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

RELAÇÃO DE COMPRAS DIRETAS FMS - 04/2017

O Município de Videira através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 04/2017, comunica a realização das compras diretas a seguir:

COMPRA DIRETA nº 04/2017 - FMS
DATA: 13/04/2017
FORNECEDOR: GENTE SEGURADORA S.A.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGURO PARA COBERTURA DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBRIGATÓRIO - RCO PARA O VEÍCULO MICROONIBUS MARCA PEUGEOT/BOXER M350LH 2.3, ANO/MODELO: 2016/2017, COR: BRANCA, PLACA: QIJ 5136 DE USO DA SECRETARIA DE SAÚDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 481,19 (QUATROCENTOS E OITENTA E UM REAIS E DEZENOVE CENTAVOS).

Videira, 28/04/2017
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

RELAÇÃO DE COMPRAS DIRETAS PMV - 04/2017

O Município de Videira no mês 04/2017, comunica a realização das compras diretas a seguir:

COMPRA DIRETA nº 18/2017
DATA: 04/04/2017
FORNECEDOR: SERRALHERIA MONTE VELA LTDA – ME.
OBJETO: CONserto E REFORMA DE PORTÃO DE CORRER DE FERRO REVESTIDO DE CHAPA DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 700,00 (SETECENTOS REAIS).

COMPRA DIRETA nº 19/2017

DATA: 04/04/2017

FORNECEDOR: IOB INFORMAÇÕES OBJETIVAS PUBLICAÇÕES JURÍDICAS LTDA.

OBJETO: ASSINATURA DA REVISTA "SÍNTESE DE ESTUDO TRIBUTÁRIOS".

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.006,00 (UM MIL E SEIS REAIS).

COMPRA DIRETA nº 20/2017

DATA: 19/04/2017

FORNECEDOR: AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE.

OBJETO: PAGAMENTO DE GRU DA ANCINE - AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA, REFERENTE À CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL - CONDECINE, NOS TERMOS DO ARTIGO 32, INCISO II DA MP 2228-1 DE 06 DE SETEMBRO DE 2001.

VALOR DA DESPESA: R\$ 254,94 (DUZENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS).

Videira, 28/04/2017

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 021/2017 - CMV

PORTARIA Nº 021/2017

Regulamenta Programa de Estágio no âmbito da Câmara Municipal de Videira-SC.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira-SC, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. O programa de estágio no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Videira-SC terá uma carga horária de 5 horas diárias e 25 horas semanais, que deverão ser cumpridas das 13 horas até as 18 horas, de segunda-feira a sexta-feira. O estagiário que estiver cursando o estágio obrigatório, deverá compensar as horas em que se ausentar.

Art. 2º O programa de estágio será oferecido para estudantes que estejam frequentando Ensino Superior, no curso de Direito, a partir da 7ª fase.

Art. 3º. O valor da bolsa de estágio será de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Art. 4º A reprovação em qualquer disciplina cursada pelo estagiário ensejará a automática rescisão do contrato de estágio.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira (SC), 27 de Abril de 2017.

WILSON ANTONIO PAEZE SEGUNDO
Presidente

EDUARDO ALISSON SPORR
Vice - Presidente

GILBERTO THIBES DE CAMPOS
1º Secretário

ALBERTINA DE BARROS
2ª Secretária

INPREVID

CONTRATO 001/2017

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID

DISPENSA Nº 001/2017

CONTRATO INPREVID Nº 001/2017

Objeto: Locação de sala comercial

Locador: JACIR JOSE FAVERO

Locatário: INPREVID

Período de Contratação: 01/05/2017 a 30/04/2018, prorrogável, a critério das partes.

Valor Global: R\$ 14.400,00 (Catorze mil e quatrocentos reais)

Valor Mensal: R\$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais).

Videira/SC, 28 de abril de 2017.

VILSO VANZ

Presidente do INPREVID

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AM 144/2017

DECRETO Nº AM 144/2017

ANULA DECRETO Nº AM 109/2017, DE 04 DE ABRIL DE 2017, QUE NOMEOU SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a Administração Pública pode rever e anular seus próprios atos;

Considerando que o número de vagas para o cargo de Assistente Social prevista na lei complementar nº 2907/2006 e na lei complementar nº 3376/2011 é de 20 (vinte) vagas;

Considerando que a nomeação da senhora Jussara Edi Pulga Mendo para o cargo de assistente social, através do decreto nº AM 109/2017, excedeu ao número de vagas previsto na legislação municipal, sendo eivado de vício;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Decreto nº AM 109/2017, de 04 de abril de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios na edição nº 2228, no dia 07 de abril de 2017.

Art. 2º Em razão da anulação do Decreto nº AM 109/2017, a candidata senhora Jussara Edi Pulga Mendo, inscrita no CPF sob nº 927.819.429-87, retorna a posição de 3º lugar de classificação no concurso público nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 078/2015, prorrogado pelo decreto nº 110/2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 24 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 104/2017

DECRETO Nº AM 104/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.885/2016 de 14.12.2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.0401.04.122.0402.2022 – Manutenção das atividades administrativas
04.0401.04.122.0402.2022.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS

06.0601.15.452.1503.2047 – Manutenção dos Serviços Urbanos
06.0601.15.452.1503.2047.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS

06.0601.26.782.2601.2055 – Manutenção do Setor Rodoviário
06.0601.26.782.2601.2055.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.1201.08.244.0801.2026 – Manutenção do Fundo Municipal de Ass. Social
12.1201.08.244.0801.2026.33500000.0100 – Transf. a Inst. Privadas R\$ 366.500,00

15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1501.10.301.1001.2028 – Manutenção da atenção básica
15.1501.10.301.1001.2029.33500000.0102 – Transf. a Inst. Privadas R\$ 6.000,00

Art. 2º Para satisfazer a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo anterior será anulado parcialmente a seguinte programação de despesa:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.0401.04.122.0402.2022 – Manutenção das atividades administrativas
04.0401.04.122.0402.2022.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS

06.0601.15.452.1503.2047 – Manutenção dos Serviços Urbanos
06.0601.15.452.1503.2047.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS

06.0601.26.782.2601.2055 – Manutenção do Setor Rodoviário
06.0601.26.782.2601.2055.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.1201.08.244.0801.2026 – Manutenção do Fundo Municipal de Ass. Social
12.1201.08.244.0801.2026.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 366.500,00

15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1501.10.301.1001.2028 – Manutenção da atenção básica
15.1501.10.301.1001.2029.33900000.0102 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 3º Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 1.862.919,00 (um milhão oitocentos e sessenta e dois mil novecentos e dezenove reais) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS

06.0601.15.451.1501.1008 – Pavimentação Urbana e Rural
 06.0601.15.451.1501.1008.44900000.0183 – Aplicações Diretas
 R\$ 519.169,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E LAZER
 09.0902.27.812.2701.1015 – Ampliação da Rede Esportiva
 09.0902.27.812.2701.1015.44900000.1134 – Aplicações Diretas
 R\$ 243.750,00

14 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
 14.1401.20.606.2001.2051 - Ativ. de Apoio ao homem do campo
 14.1401.20.606.2001.2051.33900000.0100 – Aplicações Diretas
 R\$ 1.100.000,00

Art. 4º A suplementação de que trata o artigo anterior, tem sua origem na operação de crédito firmada junto ao Badesco e no Aditivo do Convênio 2016TR000414 firmado com a Agência de Desenvolvimento Regional de Xanxerê.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 29 de março de 2017.
 AVELINO MENEGOLLA
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 145/2017

DECRETO Nº AM 145/2017

REVOGA O DECRETO Nº BLB 118/2011, DE 25 DE ABRIL DE 2011 E FIXA PREÇOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso de suas atribuições legais, especialmente as definidas pelos incisos III e XXI do Art. 69 da Lei Orgânica Municipal, e, em especial pelo artigo 262, parágrafo único, da Lei Nº AM 2907 de 2006;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os Serviços Públicos e respectivos preços, oferecidos pelo Município as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, conforme tabela abaixo:

Serviços Executados	Unidade Medida	Valor em UFRM
Carga de terra	10 m³	44,5 UFRM
Carga de cascalho	10 m³	54,3 UFRM
Carga de pedra maroadada	10 m³	123,7 UFRM
Rolo Auto Propelido	Hora trabalhada	72,7 UFRM
Carregadeira	Hora trabalhada	55,4 UFRM
Escavadeira Hidráulica	Hora trabalhada	106 UFRM
Caminhão Truck	Hora trabalhada	62 UFRM
Retro-escavadeira	Hora trabalhada	49,9 UFRM
Moto-niveladora	Hora trabalhada	92 UFRM
Trato de esteira – D5E	Hora trabalhada	129,2 UFRM
Trator de esteira – D41	Hora trabalhada	129,2 UFRM

Limpeza de terreno - roçada	m²	0,554 UFRM
Limpeza de entulho	carga	92,3 UFRM
Inseminação artificial	dose	27,7 UFRM
Colchões	unidade	1,85 UFRM

Art. 2º Fica revogado o Decreto Municipal nº BLB 118/2011, de 25 de abril de 2011.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê, 24 de abril de 2017.
 AVELINO MENEGOLLA
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 146/2017

DECRETO Nº AM 146/2017

NOMEIA DIRETORA DE PROGRAMAS SOCIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a senhora JUSSARA EDI PULGA MENDO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 927.819.429-87, portadora da Cédula de Identidade 3.233.645, CRESS/12ª/SC nº 007699, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora de Programas Sociais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, CREAS, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 24 de abril de 2017.
 AVELINO MENEGOLLA
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 147/2017

DECRETO Nº AM 147/2017

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de professor séries iniciais no Concurso Público Municipal, edital nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal nº AJG 078/2015, de 08/04/2015, prorrogado pelo Decreto Municipal nº AM 110/2017, de 06/04/2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora MARIVANE BONATO MORENO, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no CPF sob nº 021.409.879-69, portadora da Cédula de Identidade 3.182.914 expedida pela SSP/SC, para o cargo de

PROFESSOR NÍVEL 1, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimento previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº BLB 3375/2011 de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 24 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AM 148/2017

DECRETO Nº AM 148/2017

Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do Município afetadas por Vendaval – COBRADE: 1.3.2.1.5.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – o vendaval que ocorreu no Município de Xanxerê, na área urbana e rural, no dia 26 de abril do corrente ano, com início às 01h30min, com duração de aproximadamente trinta minutos;

II- que em decorrência do referido desastre natural, foram identificados danos em virtude do destelhamento de prédios públicos e particulares na área urbana e rural, danos na rede elétrica, além de prejuízos na indústria, comércio, serviços, agricultura e pecuária;

III – que o parecer da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil Municipal, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Vendaval – COBRADE:1.3.2.1.5.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil Municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil Municipal.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver

dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Xanxerê/SC, 27 de abril de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

EXTRATO 1 TERMO ADITIVO TERMO CESSÃO DE USO 06/2012-0

Município de Xanxerê/SC

Extrato Aditivo Termo de Cessão de Uso nº 006/2012

Cedente: Município de Xanxerê

Cessionário: Estado de Santa Catarina – através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Objeto: Cessão de uso do veículo, marca FIAT/UNO, modelo Mil-le Economy, tipo passeio/automóvel, ano/modelo 2011/2012, cor vermelha, chassi nº 9BD15822AC6596502, placa MIO3934, autORIZADO pela Lei Municipal nº BLB 3318/2011. Vigência: 05 (cinco) anos. Fica aditado o prazo de vigência da presente cessão, por 05 (cinco) anos, a partir de 16/02/2017. Xanxerê-SC, 16/02/2017.

Avelino Menegolla - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0014/2017

Extrato de Contrato nº 0012/2017

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Inovadora Sistemas de Gestão Ltda.

Objeto: a Contratação de Empresa Especializada em Assessoria para Gestão Pública, para fornecer Licença de Uso do Sistema Informatizado WEB de Gestão da Saúde, incluindo Solução de Mobilidade, Serviços de Treinamento, Implantação, Conversão dos dados existentes, Manutenção legal e Corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Xanxerê, com capacitação de todos os profissionais

da saúde, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 183.369,00

Prazo de validade: 12 meses.

Xanxerê-SC, 18 de Abril de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

LEI Nº AM 3915/2017

LEI Nº AM 3915/2017

(Origem Projeto de Lei Nº AM015/2017)

REFORMULA O PROGRAMA LEITE PÃO AMIGO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica reformulado o Programa Leite Pão Amigo, autorizado pela Lei BLB 3078/2009, que passa a funcionar perante a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º O Programa Leite Pão Amigo tem como objetivo contribuir com a segurança alimentar e nutricional de crianças e adolescentes, provenientes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).

Art. 3º Os beneficiários do programa são crianças e adolescentes de 0 a 15 anos provenientes de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF).

Art. 4º O benefício consiste no recebimento semanal de 1 (um) litro de leite integral UHT e 6 (seis) pães (60g, tipo sovadinho).

Parágrafo único. A forma e os locais de entrega ficam sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º Semestralmente a Secretaria Municipal de Assistência Social deverá realizar avaliação do programa, encaminhando relatório quantitativo e qualitativo ao chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei BLB 3078 de 09 de janeiro de 2009.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

19 de Abril de 2017

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

Associações

AMERIOS

RESOLUÇÃO Nº 08-2017-FERIA FUNCIONARIA DA AMERIOS

Resolução nº 008/2017 Maravilha (SC), 27 de abril de 2017.

CONCEDE FÉRIAS A EMPREGADA DA AMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sr. JAIRO RIVELINO EBELING, Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, usando da competência que lhe confere o art. 20, §2º, III c/c com o §1º do art. 24 do Estatuto Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Concede 10 (dez) dias de férias com abono de 1/3, concedidos à empregada Sra. SANDRA SILVEIRA GARCIA, relativo ao período aquisitivo 01/01/2016 a 31/12/2016, a contar de 03/05/2017 a 12/05/2017, ficando regularizado esse período aquisitivo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Maravilha (SC), 27 de abril de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING

Presidente da AMERIOS

Prefeito de Cunha Porã

Consórcios

ARIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 029/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 04/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 029/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 04/2017

OBJETO: REVISÃO PROGRAMADA 50.000 (CINQUENTA MIL) QUILOMETROS DO VEÍCULO DE PROPRIEDADE DA ARIS, PALIO WK ADVENTURE, PLACA: MLI 6073.

CONTRATADO: E. J. C. VEÍCULOS LTDA.

CNPJ nº 04.912.815/0001-06

VALOR: 3.115,72 (Três mil, cento e quinze reais e setenta e dois centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 c/c art. 26, ambos da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 26 de abril de 2017.

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

CIGA

Extrato de Contrato n. 190 - Prefeitura Municipal de Trombudo Central

EXTRATO DE CONTRATO Nº 190/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Trombudo Central

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Trombudo Central

CNPJ: 83.102.731/0001-75

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 37/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 1.020,00 (um mil e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 12 de abril de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 191 - Prefeitura Municipal de São João Batista

EXTRATO DE CONTRATO Nº 191/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São João Batista

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João Batista

CNPJ: 82.925.652/0001-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 80/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.080,00 (seis mil e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 19 de abril de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 192 - Prefeitura Municipal de Tubarão

EXTRATO DE CONTRATO Nº 192/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Tubarão

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Tubarão

CNPJ: 82.928.656/0001-33

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 17/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 11.553,75 (onze mil, quinhentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 07 de abril de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0009/2017 - TELEVISORES, APARELHOS CELULARES, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0009/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0008/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0010/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Televisores, Aparelhos Celulares, Equipamentos de Informática e Correlatos, para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, na condição de Órgão Participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados para consumo. VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de junho de 2017 à 31 de outubro de 2017. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 28/04/2017 até às 09:00 horas do dia 11/05/2017. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 11/05/2017. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 11/05/2017. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.blcompras.org.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/SC, CEP: 89.580-000. Fone (49) 3246 1206.

Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 27 de abril de 2017.

Elói Rönna – Diretor Executivo do CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0010/2017 - MEDICAMENTOS E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0010/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0009/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0011/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, na condição de Órgão Participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados para consumo. VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de junho de 2017 à 29 de setembro de 2017. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 28/04/2017 até às 09:00 horas do dia 12/05/2017. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 12/05/2017. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 12/05/2017. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bllcompras.org.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/SC, CEP: 89.580-000. Fone (49) 3246 1206.

Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 27 de abril de 2017.

Elói Rönna – Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMOSC

TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº01/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração dos desdobramentos 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50 referente aos serviços de saúde especializado de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 396.000,00

VIGÊNCIA: 18/04/2017 a 31/12/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO CIS-AMOSC

TERMO ADITIVO Nº: 17/2017

PRESTADOR: MAURICIO VARGAS NOAL SERVIÇOS MÉDICOS DE RADIOLOGIA S/S

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de exames de Angioressonância.

VIGÊNCIA: A partir de abril de 2017

TERMO ADITIVO Nº: 18/2017

PRESTADOR: MARCIANO ANSELMINI

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em realização de Consulta em Ginecologia.

VIGÊNCIA: A partir de abril de 2017